

SAÚDE: CORPOREIDADE – EDUCAÇÃO

XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização



*Martin N. Dreher
Isabel C. Arendt
Miquéias H. Mügge
Karen P. Spinassé
Marcos A. Witt
(Organizadores)*

**Martin N. Dreher
Isabel C. Arendt
Miquéias H. Mügge
Karen P. Spinassé
Marcos A. Witt
(Organizadores)**

Saúde Corporeidade – Educação

XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização

São Leopoldo, 2009



Por ocasião do cinquentenário do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) – 1975-2025 – estamos compartilhando com leitores e leitoras o e-book originalmente publicado no ano de 2009 em CD, resultado do “XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização”.

Observação: Conforme lemos na Apresentação, além dos Anais do XVIII Simpósio de História de Imigração e Colonização, constam ao final desta publicação os Anais relativos aos Simpósios XI, XII e XIV, de 1994, 1996 e 2000, respectivamente. Interessados(as) podem conferi-los ao final do Sumário, onde estão os respectivos links para acessar os textos.

S255 Saúde: Corporeidade – Educação / organizadores Martin N. Dreher et al. –
São Leopoldo: Oikos, 2009.

1361 p. – 1 CD-ROM.

Conferências e comunicações apresentadas no XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização, realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, de 17 a 19 de setembro de 2008. Inclui os trabalhos apresentados nos simpósios de número XI, XII e XIV.

ISBN 978-85-7843-097-9

1. Imigração – Colonização – História. 2. Saúde – Imigração. I. Dreher, Martin N. II. Arendt, Isabel C. III. Mügge, Miquéias H. IV. Spinassé, Karen P. V. Witt, Marcos A.

CDU 325.14

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Apresentação

Com satisfação, o Instituto Histórico de São Leopoldo publica os Anais do XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização, realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, de 17 a 19 de setembro de 2008, em parceria com seu Programa de Pós-Graduação em História, contando com o apoio da Universidade Federal de Santa Maria e da Universidade Federal de Santa Catarina. Nossa satisfação é maior por podermos resgatar, ainda, compromisso relativo a simpósios realizados nos anos de 1994, 1996 e 2000. Assim, podemos publicar neste CD-Rom, além dos anais do XVIII simpósio também os anais relativos aos simpósios de número XI, XII e XIV, para cujo resgate contamos com a colaboração de Isabel C. Arendt, Miquéias H. Mugge, Karen P. Spinassé e Marcos A. Witt.

Enquanto os simpósios XI, XII e XIV não tiveram temática específica, o XVIII Simpósio esteve dedicado ao estudo da temática “Saúde: Corporeidade – Educação”. A escolha dessa temática merece uma explicação. Já nos contratos celebrados pelo Major Jorge Antônio von Schaeffer com os emigrantes alemães que se dirigiam para as colônias do Rio Grande do Sul estava previsto acompanhamento de pastor, médico e/ou farmacêutico. Entre os primeiros imigrantes vamos encontrar, por isso, nomes como os de Hillebrand, von Ende, Niethammer, os dois primeiros médicos, o último um farmacêutico. Sua especialização levou a que muitas outras pessoas que se dedicassem à cura de enfermidades fossem desqualificadas com a designação *Quacksalber*, curandeiro.

O curandeirismo fazia parte da prática imigrante. Pomadas, chás, rezas e benzeduras eram conhecidas na Europa e foram complementadas por conhecimentos adquiridos das culturas indígena e africana.

Sacerdotes e pastores também atuaram nas práticas da cura. Os seminários que os formavam na Europa também lhes proporcionavam conhecimentos na arte da cura. Nomes como os dos jesuítas Pfluger, Blees e Steinhardt e dos pastores Haesbaert, Peters e Kunert ficam na memória das populações imigrantes. Pastores e padres também difundiram a prática da hidroterapia, segundo o método de Kneipp. De sua atuação resultaram clínicas de hidroterapia, como a de Trentini, em Canabarro, no atual município de Teutônia, e a instalação de estações de água, como aconteceu em Desvio Blauth, Farroupilha.

Incentivados por padres e pastores, imigrantes instalaram maternidades e hospitais, nos quais atuavam ordens religiosas imigrantes como as irmãs Franciscanas, da Divina Providência, de São José e do Coração de Maria. Ao seu lado merece menção a Irmandade de Diaconisas da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Para a instalação desses hospitais e maternidades foi de fundamental importância a comunitariedade presente nas picadas nos pequenos centros urbanos.

Na primeira metade do século XX, diversos profissionais médicos vindos da Europa instalaram-se nas áreas coloniais e nas capitais dos estados. Grande foi a contribuição dada pelas parteiras. Um dos mais deprimentes capítulos da história da imigração e colonização é o alto índice de mortalidade entre parturientes. Destaque teve em Estrela/RS o Dr. Gabriel Schlatter que muito investiu na formação de parteiras. Em lugar de centenas de parteiras da área de colonização alemã, por exemplo, sejam mencionados aqui os nomes de Elisabeth Scherer (Lomba Grande), Bárbara Spaniol (São José do Hortêncio), Anna Maria Eich (Dois Irmãos), Susanne Gallas (Gauer-Eck), Franziska Allgayer (Bom Jardim), Anna Junges (São Salvador), Anna Maria Schmidt (Campestre), Maria Kunrath, Gertrude Hauptenthal (Linha Bonita), Helena Spieker (Tamanduá).

Não por último, devem ser lembrados os laboratórios fundados por imigrantes. Em Porto Alegre funcionavam os laboratórios Salvol e Wesp. Em Novo Hamburgo esteve instalado o Laboratório Springer.

A riqueza resultante dos estudos apresentados neste XIII Simpósio, as conferências, as comunicações encontram-se reunidas no presente CD-Rom. Dedicado ao estudo da História da Imigração e Colonização, o Instituto Histórico de São Leopoldo sente-se honrado pelas contribuições trazidas e aqui publicadas. Por outro lado, afirma-se comprometido com a continuidade dos eventos que vem promovendo há já agora 36 anos.

Martin N. Dreher
Presidente do Instituto
Histórico de São Leopoldo.

Sumário

Conferências

Práticas de Medicina – <i>Arthur Bl. Rambo</i>	9
“Totus mundus nostra fit habitatio” Jesuitas del territorio de lengua alemana en la América portuguesa y española – <i>Johannes Meier</i>	21
Jesuítas Terapeutas na América Colonial – <i>Sabine Anagnostou</i>	46
Comentários à Conferência “A atuação médico-farmacêutica dos jesuítas alemães na Ibero-América e o surgimento da farmacêutica missionária” apresentada por Johannes Meier – <i>Eliane Cristina Deckmann Fleck</i>	56
Relações médicas e científicas entre o Brasil e o mundo germânico (1850-1918) – <i>Jaime L. Benchimol</i>	58
Saúde e imigração no Brasil: olhares de viajantes italianos – <i>Núncia Santoro de Constantino</i>	114
Os banhos medicinais entre imigrantes e seus descendentes no Rio Grande do Sul – <i>Sílvio Marcus de Souza Correa</i>	123

Seminário temático 1 – Comunicações gerais ligadas à imigração

Jacobina Maurer: rivalizando representações com seu combatente Cel. Genuíno Sampaio – <i>Daniel Luciano Gevehr</i>	133
Imigrantes no Rio Grande do Sul: possibilidades de pesquisa no acervo documental do Centro Histórico-Cultural Santa Casa – <i>Edna Ribeiro de Ávila e Gabriela Villanova</i>	145
Da contestação à conquista do poder – Ou os colonos que se revoltaram contra a administração Rheingantz na Colônia de São Lourenço – <i>Eduardo Iepsen</i>	154
Os museus da imigração no Cone Sul: espaços de memória e de representação – <i>Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos</i>	167
Na lente de lá, a imagem de um Brasil entre o imundo e o civilizado – <i>Enildo de Moura Carvalho</i>	174
Região das Missões: duas formas de ocupação do território e dois usos distintos da terra – <i>Fabiana Funk e Luiz Carlos Ponzi</i>	191
O aliciamento de presidiários de Mecklenburg: um grupo heterogêneo – <i>Greisi Fabiane Griesang Jung e Keity Link Seifert</i>	203
Considerações sobre a <i>causa mortis</i> de imigrantes alemães – <i>Helga Iracema Landgraf Piccolo</i>	209
“Grüße vom Strand”: imagens da vilegiatura marítima no litoral gaúcho – <i>Joana Carolina Schossler</i>	226

A imigração no museu – Os museus-casa como espaços de representação – <i>Maíne Barbosa Lopes</i>	235
“Mitos” e “verdades” sobre a formação da Colônia alemã das Torres: o caso de um naufrágio – <i>Marcos Antônio Witt</i>	243
Imigrações no norte do RS: desenvolvimento agrícola em Passo Fundo (1930-1945) – <i>Maria Eloisa Cavaleiro</i>	251
A questão da recente vilegiatura marítima através da imigração alemã – <i>Maximiliano Meyer</i>	264
“Empresas disparatadas no Brasil”: Wilhelm Rotermund e algumas facetas do envolvimento político-social de imigrantes alemães e de seus descendentes nos pleitos eleitorais do período imperial brasileiro – <i>Miguel Ângelo Silva da Costa</i>	272
Os significados culturais do trabalho, da propriedade e da língua nos imigrantes italianos do sul do Brasil – <i>Moacir Bolzan</i>	286
Construção e formação da identidade étnica do teuto-brasileiro na região sul (RS - São Lourenço do Sul - e SC - Pomerode -) na atualidade (final do século XX até os dias atuais) – <i>Paulo César Maltzahn</i>	299
Colonização particular: do ideal ao real possível – <i>Rosane Marcia Neumann</i>	315
Esta terra tinha dono: as Frentes de Expansão e a espoliação territorial dos Kaingang do Rio Grande do Sul no século XIX – <i>Sandor Fernando Bringmann</i>	319
Fios da História: estudo acerca das relações entre o distrito industrial de Schio e a vila operária de Galópolis – <i>Vânia Herédia</i>	328

Seminário temático 2 – Imigrantes, sanitarismo, eugenia e epidemias

Imigração: morte, loucura e doença – <i>Aline Marques de Freitas e Loraine Slomp Giron</i>	343
“[...] afim de preservar-se a população deste município [...]”: a saúde pública na pauta da municipalidade de São Sebastião do Caí no final do século XIX – <i>Carina Martiny</i>	353
Colônias de Férias: A formação do estudante ideal no Rio Grande do Sul (1938- 1943) – <i>Frederico Brittes Nordin Garcia</i>	365
O espaço urbano e a dimensão sanitária e fitoterápica – <i>Luisa Dalla Rosa</i>	377
Um interrogatório para saber notícias a respeito do destino dos presidiários emigrados de Mecklenburg: morte e doença no Rio de Janeiro (1824-1828) – <i>Miquéias Henrique Mugge</i>	390

Seminário temático 3 – Imigrantes e deserdados

A representação da hanseníase por ex-hansenianos do antigo Leprosário do Bonfim em São Luís – Maranhão – <i>Jackson Ronie Sá da Silva</i>	399
Lepra, estigma e confinamento em Santa Catarina (1940-1950) – <i>Rafael Araldi Vaz</i>	408

Seminário temático 4 – Imigrantes, religiosos e saúde

Pomeranos e suas práticas com ervas medicinais – <i>José Carlos Heinemann</i>	417
Johann Heinrich Peters – Pastor e médico em Forromeco – <i>Larine Lutz</i>	421
O Sínodo de Missouri e a revista “Pequeno Luterano” no contexto pomerano: educação doutrinária, higienismo e rede de leitores (1932-1952) – <i>Patrícia Weiduschadt</i>	432
Corpo enfermo, corpo morto: doenças e moléstias nas colônias alemãs – <i>Sandro Blume</i>	445

Seminário temático 5 – Imigrantes, saúde e gênero

Reflexão sobre a mortalidade em Porto Alegre (1773-1797) - <i>Ana Silvia Volpi Scott,</i> <i>Denize Terezinha Leal Freitas, Jonathan Fachini da Silva,</i> <i>José Carlos da Silva Cardozo, Marcelo Silveira Valadas</i>	458
Ao raiar do sol... Saúde ou morte entre imigrantes alemães em São Leopoldo no século XIX – <i>Caroline von Mühlen</i>	471
O caso de Maria Olga Duncker, detida no presídio de Bützow/Mecklenburg (1825) – <i>Martin N. Dreher</i>	483

Seminário temático 6 – Imigração e profissionais da saúde

História da Homeopatia e o SUS: estratégias de atuação em Florianópolis – <i>Gabriela Grudka Pohlmann e Nádia Míkola</i>	496
Breve observação sobre a busca pela saúde nas Colônias Alemãs do Litoral Norte/RS: parteiras, benzedores, curandeiros, médicos e hospitais – <i>Nilza Huyer Ely</i> ..	505
Médicos alemães e saúde pública no Rio Grande do Sul – <i>René E. Gertz</i>	515
E a criança acordou ... no meio da cirurgia ... – <i>Wilhelm Wachholz</i>	528

Seminário temático 7 – Imigrantes, associativismo e saúde

Capital social: uma prática associativa com reflexos na saúde – <i>Eloir Vial e Lucilda Selli</i> ...	540
Recuperação do acervo da Sociedade de Beneficência Portuguesa de Porto Alegre - Subsídios para a história da saúde e do associativismo no Rio Grande do Sul - <i>Paulo Roberto Staudt Moreira, Cristiano Enrique de Brum, Daniel Oliveira,</i> <i>Lenon Diero Rocha Faleiro, Natália Müller Bona</i>	550

Seminário temático 8 – Imigrantes e práticas populares na saúde

Parteiras em Caxias – 1900 a 1930 – <i>Caren Daiane da Silva e Lucas Caregnato</i>	557
Da casa ao hospital: apontamentos sobre o processo de medicalização do parto no oeste catarinense – <i>Heloisa Regina Souza</i>	568

Experiências sociais e práticas de cura: um preto que se dizia doutor – últimos anos da escravidão, Rio Pardo/RS – <i>Melina Kleinert Perussatto</i>	581
Tradição e modernidade nas práticas de cura em Santa Cruz do Sul na República Velha – <i>Ricardo Schmachtenberg</i>	593

Seminário temático 9 – Imigração e saúde – educação formal e informal

Como é abordada a questão da saúde nos atuais livros didáticos destinados ao Ensino de Alemão como Língua Estrangeira – <i>Camila Gardini e Carla Kerkhoff</i>	604
Os cuidados com a saúde na imprensa educacional dos imigrantes alemães – <i>Lúcio Kreutz</i> ...	612

Seminário temático 10 – Imigração, história ambiental e saúde

Saúdes abaladas nos corpos herdeiros (e vestígios) da Bomba atômica ou Imigrantes japoneses em Santa Catarina, sobreviventes de 1945 – <i>André Souza Martinello</i>	621
A colonização não chegou na Campanha: a imigração no Rio Grande do Sul e as questões ambientais – <i>Cristiano Luís Christillino</i>	632
“Não são os rios que devem ir ao encontro das embarcações, mas as embarcações que devem vir ao encontro dos rios”. As obras de melhorias nas vias de navegação fluvial sob uma perspectiva ambiental (RS 1901-1919) – <i>Dalva Reinheimer</i>	642
A produção fumageira e os malefícios causados à saúde do agricultor – <i>Elisângela Faustino</i>	655
As aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá: Uma análise comparativa do relato de dois imigrantes sobre salubridade e meio-ambiente em Santa Catarina – <i>Juliana Brocca Presa</i>	666
Imigração, História Ambiental e Saúde: Os perigos da floresta para os colonos alemães no Rio Grande do Sul do século XIX – <i>Juliana Bublitz</i>	677
Colonização e desmatamento da floresta de araucária: um estudo sobre a desagregação do usufruto comum da terra em Fraiburgo/SC (1930 a 1960) – <i>Marlon Brandt e Eunice Sueli Nodari</i>	688
Saúde e doenças: Enfermidades no Vale do Itajaí, início do século XX – <i>Samira Peruchi Moretto e Eunice Sueli Nodari</i>	697

Seminário temático 11 – Imigração e linguagem da saúde

A linguagem da saúde no almanaque Kalender für die Deutschen in Brasilien – <i>Gerson Neumann e Karen Pupp Spinassé</i>	707

Seminário temático 12 – Imigração e saúde na imprensa

“Da raça ninguém cuida”: os efeitos da imigração nos caracteres físicos e morais e na saúde da população brasileira – <i>Alcidésio de Oliveira Júnior</i>	716
Imigrantes alemães e o chimarrão como problema higiênico – <i>Frederik Schulze</i>	730

170 anos de imigração alemã

XI Simpósio de História da Imigração e Colonização

Cotidiano e identidade

XII Simpósio de História da Imigração e Colonização

Colonização e Imigração no contexto das comemorações dos 500 anos: os imigrantes descobrem o Brasil

XIV Simpósio de História da Imigração e Colonização

Práticas de Medicina

Arthur Bl. Rambo

Introdução

Falar em saúde ou na sua antípoda a doença nos primeiros cem anos da imigração alemã no Sul do Brasil, significa tocar num assunto que deixava as pessoas e as comunidades em constante sobressalto. É verdade que os imigrantes trouxeram hábitos de higiene e alimentação razoáveis que, aliados a uma formação média de bom nível, fizeram com que a mortalidade infantil fosse relativamente baixa e as condições de saúde de crianças e adultos aceitável em situações normais. A questão assumia outras proporções nos casos de doenças mais sérias e de acidentes de trabalho com ferimentos graves. Tornava-se dramática nos períodos de epidemias de tifo, cólera, varíola, que exigiam a intervenção de médicos ou pelo menos pessoas com conhecimentos mais avançados de medicina. O Pe. Ambros Schupp caracterizou assim o estado das coisas com a saúde nos primeiros tempos da imigração, na sua obra: “A Missão dos Jesuítas Alemães no Rio Grande do Sul”:

A situação na colônia no que diz respeito a doenças foi durante muito tempo lamentável. Na colônia praticamente não havia médicos e, por isso mesmo, tanto mais charlatães. Mandar vir um médico da cidade significava na prática sacrificar uma fortuna e nem então se tinha certeza que de fato se tratava de um médico pois, muitos que se apresentavam como médicos e doutores, na verdade eram apenas contínuos de farmácia, auxiliares de hospitais ou pessoas do gênero. (Não se constituía numa raridade que um médico exigisse cinco, dez ou mais contos, quando chamado para atendimento fora ou realizar uma operação em gente de mais posses). (Schupp, 2004, p. 204-205)

Consideradas essas circunstâncias fica relativamente fácil deduzir os recursos disponíveis para socorrer os colonos nas suas enfermidades. Naquelas rotineiras como gripes, resfriados, febres ou ferimentos superficiais, o povo recorria aos remédios caseiros de chás, compressas, água com sal, infusões à base de aguardente, etc. Não raro recorria-se a charlatães ou algum pseudo médico que por acaso estivesse ao alcance. Em doenças mais graves e ou ferimentos mais sérios a única saída consistia

em entregar a questão nas mãos de Deus e rezar. Pode-se afirmar que esta era na verdade a situação na grande maioria das comunidades coloniais nos primeiros vinte e cinco anos da imigração.

Diante dessa penúria em relação à assistência relacionada com a saúde e às doenças, tanto pastores protestantes como sacerdotes católicos costumavam prestar, ao lado da assistência pastoral propriamente dita, também algum socorro no plano da saúde. O Pe. Schupp ao referir-se a esta questão deixou registrada a atuação dos padres Lipinski, Blees e Pfluger.

Já o Pe. Lipinski dispunha de sua farmácia homeopática e, mesmo que suas doses ínfimas não produzissem grandes efeitos, contribuíam para elevar a confiança dos pacientes e aliviar o seu sofrimento. Os doentes não se esqueciam dos seus préstimos e ainda muito tempo mais tarde lembravam-se dele com grata recordação.

Mais tarde o Pe. Blees que conquistou, por assim dizer, fama de médico com suas curas, a ponto de muitos colonos vindos de mais longe procurarem seus conselhos e sua ajuda. Nas suas excursões levava sempre três coisas: sua farmácia homeopática, seu bom humor e seu consolo cristão. As três faziam dele um hóspede bem-vindo em toda a parte. (Schupp, 2004, p. 205)

A medicina pastoral era praticada por muitos outros sacerdotes que, ao lado da atividade religiosa, costumavam prestar também esse serviço de solidariedade e caridade. Além das práticas homeopáticas como chás, infusões e outras formas, popularizou-se na segunda metade do século dezenove, o método Kneipp da cura pela água. Seu maior divulgador foi o Pe. Mathias Pfluger, vigário de São Salvador, hoje Tupandi. Ele tinha sido colega de seminário de Kneipp e atribuiu à aplicação do método sua cura quase milagrosa:

Quando nós dois estudávamos juntos no seminário, fui acometido de tifo, levando-me à beira do túmulo. Kneipp, porém, dizia com certeza intuitiva: Confia em mim, eu te curo. E como segundo os médicos não tinha mais nada a perder, submeti-me à sua cura, que Kneipp, porém, aplicou em segredo, mas com tanto êxito que os médicos se mostraram estupefactos. (citado por Chupp, 2002, p. 205).

A recuperação do Pe. Pfluger foi tão completa quanto duradoura. Ordenou-se sacerdote, entrou depois na Companhia de Jesus, foi mandado para a Missão do Sul do Brasil, fundou e organizou a paróquia de São Salvador, onde faleceu em 1905 aos 77 anos de idade. Entende-se assim que ele difundisse esse método entre os próprios paroquianos e os das paróquias vizinhas. Devido à popularidade que conquistou esse método, ele merece alguns comentários.

Na introdução da sua obra “A Cura pela Água” o pároco Kneipp detalhou as bases sobre as quais se apoiava o seu método. Em primeiro lugar o “o corpo humano é uma obra prima saída das mãos de Deus. Cada pecinha ajusta-se à maior e todas elas no seu conjunto formam um todo harmônico”. A perturbação da harmonia chama-se doença. Todas as enfermidades, chamem-se com se quiser têm a sua origem no sangue ou melhor na perturbação do sangue, tanto na circulação quanto na composição, por líquidos deteriorados. A cura se dá pela eliminação dos ingredientes perturbadores do sangue que são as doenças. Essa eliminação se dá por meio da “cura pela água”. A água age de três maneiras: separa os agentes tóxicos do sangue, elimina-os e fortifica o organismo debilitado. Kneipp afirmava que todas as doenças curáveis têm cura pelo método que ele criou, por agirem na raiz da própria enfermidade: separando os agentes tóxicos, eliminando-os, restabelecendo a circulação normal e, finalmente, temperando e fortificando o organismo.

O método Kneipp da “Cura pela Água” gozou de uma aceitação impressionante na Europa e em outras partes do mundo, nas décadas finais do século dezenove. Para se ter uma idéia entre 1886 e 1893 houve 44 edições do seu manual. Não é aqui nem o lugar nem a ocasião para entrar no mérito terapêutico do método. Em todo o caso a sua popularização pelo Pe. Pfluger ainda repercute em comunidades por ele atendidas no atual município de Tupandi e arredores, onde a aplicação de práticas do método Kneipp ainda hoje podem ser observadas.

O método Kneipp divulgado pelo Pe. Pfluger e os tratamentos por meios homeopáticos de todo o tipo de enfermidade foram diminuindo na medida em que médicos formados se foram instalando na região colonial. O Pe. Schupp informa que os superiores proibiram aos padres que cuidavam daquelas paróquias as farmácias homeopáticas e a função de médicos.

Referimo-nos até aqui às praticas de saúde entre os colonos alemães católicos, normalmente por conta de padres encarregados da pastoral. Do lado dos evangélicos a assistência aos colonos, apresentava características muito semelhantes. Parece que

entre eles a presença de profissionais da saúde leigos aconteceu mais cedo do que entre os católicos. Até um médico o dr. Carl Gottfried von Ende, encontrava-se entre as primeiras levas. Mas uma assistência mais permanente ficou a cargo de pastores a serviço das diversas comunidades. Se entre os católicos sobressaíram os padres Lipinski, Blees e Pfluger, entre os protestantes o pastor Peters é a personalidade mais emblemática. Nascido em 1842 veio ao Brasil em 1871 e seu campo de trabalho veio a ser o Forromeco com as quatro comunidades: Forromeco, Feliz, Francesa, Porto dos Guimarães (São Sebastião do Caí). Não vem ao caso aqui as enormes dificuldades que no começo tornaram sua atividade pastoral extremamente difícil. Um dos fatores que finalmente lhe conquistaram a confiança e o apreço, foram suas habilidades no tratamento das doenças mais comuns do cotidiano da colônia. Como estudante no Seminário de Barmen atuara como enfermeiro voluntário durante uma epidemia de cólera, familiarizando-se com os procedimentos mais essenciais de enfermagem, o que lhe seria muito útil no contato com os problemas de saúde dos colonos a ele confiados. A prática adquirida cuidando de afetados pela cólera, somada ao aprofundamento dos conhecimentos relativos a doenças, doentes e respectivos tratamentos, o Pastor Peters aliou cuidado pela saúde da alma ao bem estar do corpo. O êxito nos dois planos conquistou-lhe, por fim, admiração e a veneração dos fieis.

Para tanto, muito contribuiu o fato de prestar assistência médica a todos os doentes e, tanto em virtude do dom natural para essa profissão quanto através de uma prática que sempre mais se ampliava, tornou-se capaz de realizar grandes coisas. Não só prescrevia medicamentos, como também realizava operações. E é maravilhoso que não tenha falhado em nenhuma das muitas, por vezes complicadas operações ou que alguma delas tenha tido fim trágico. A fama de seus conhecimentos médicos e de sua destreza, em breve, ultrapassaram os limites de suas comunidades. Foi visitado, consultado, buscado, e seu trabalho se multiplicou de maneira tal que o cansava e desgastava. (Os Dois Vizinhos e outros textos, 1997, p. 193)

É claro que a prática médica lhe aplainou o caminho em muitas dificuldades. Jamais estive no Forromeco sem que de fato muitas pessoas, em busca de socorro, viessem à casa pastoral, e Peters não conseguia andar a cavalo, em sua comunidade e fora dela, sem que fosse consultado por doentes. A procura e a confiança nele eram muito grandes e deve-se dizer que tinha um tino admirável para descobrir a causa dos sofrimentos e grande segurança ao operar. Era um “medico por graça de Deus”, como

bem foi dito, e como tal foi benfeitor de milhares. (...) Como fosse consciencioso, de modo algum quis assumir o papel de “charlatão”. Por isso reiniciou seus estudos de medicina, iniciados em Barmen. Em breve, podia-se encontrar em sua biblioteca as mais recentes e melhores obras da área de terapêutica; sua biblioteca tornava-se, ano após ano, mais completa e seus instrumentos eram tão diversificados que um médico urbano ocupadíssimo, certamente não teria necessitado de mais. (Os dois Vizinhos e outros textos, 1997, p. 201).

Deixando de lado o charlatanismo desde o começo presente no meio colonial, o Pastor Peters e em escala menos visível os padres jesuítas antes mencionados, foram os protótipos do médico prático. No caso de Peters falou-se em “médico por graça de Deus”. Comumente referência a estes é de médicos que “praticando” tornaram-se profissionais. Eles podem ser encontrados, até 1930, em não poucas comunidades coloniais pelo Sul do Brasil, prestando serviços de alto valor. Não há necessidade de insistir que, também partir da segunda metade do século dezenove médicos formados em escolas de medicina na Alemanha, emigraram para o Brasil. A grande maioria, porém, estabeleceu-se nos centros maiores para atender às comunidades urbanas de imigrantes assim como a população em geral.

Classificamos as doenças de que nos ocupamos até aqui como aquelas rotineiras: gripes, resfriados, infecções das vias respiratórias e outras mais, relacionadas normalmente a mudanças na rotina climática ou acidentes mais leves como fratura de braços ou pernas, cortes superficiais, etc. A situação tornava-se bem mais complicada quando enfermidades mais graves como pneumonia, pleurisia, apendicite, surtos de tifo, varíola, mordida de cães raivosos, partos complicados ou acidentes graves de trabalho, exigiam socorro especializado. Nas três primeiras décadas um pouco mais havia por fazer do que confiar na capacidade de reação de cada enfermo ou entregar a questão nas mãos de Deus. Já durante a década de 1850, com a formação das comunidades urbanas de imigrantes em Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre e outras cidades, estabeleceram-se aí também médicos que atendiam em seus consultórios particulares e/ou na Santa Casa. Nos casos de urgência o maior problema ficava com a distância e as condições de transporte do doente ou do acidentado. No momento em que se configurava uma situação do gênero numa picada no interior do vale do Caí, por exemplo, a remoção até a Santa Casa dividia-se em três etapas. Na primeira carregava-se o acidentado numa maca improvisada até o local

onde numa segunda etapa era levado de carroça até o porto fluvial de Caí ou Montenegro. A viagem continuava depois numa lancha pelo rio até Porto Alegre. Não é difícil de entender que, em tais circunstâncias, um número mínimo de casos graves pudessem ser socorridos com chance de êxito. Evidentemente só em situações em que o paciente estava em condições de sobreviver à viagem, fato que se dava por ex. quando alguém era mordido por um cão raivoso, sofria de tuberculose, casos de queimaduras mais sérias ou outros males que exigiam um tratamento que reclamava recursos especializados e acompanhamento presencial do médico e de enfermeiras. Relatos sobre a época em jornais trazem muitos exemplos ilustrativos a respeito.

Exemplos

Um momento histórico de grande preocupação teve como causa o surto de varíola que acometeu em cheio também a colônia alemã em meados da década de 1870. A primeira vítima da doença foi a filha menor do prof. Mathias Schütz de Bom Jardim. O Pe. Schupp relatou a evolução e os estragos causados pela epidemia em Bom Jardim, 48 colônias, Schneiderstal, São José do Hortêncio e demais comunidades da região. Depois de alguns dias de a doença se ter confirmado na filha do professor Schütz, outras crianças adoeceram. No começo a população não considerou a situação como de gravidade excepcional. Ocorreram então os primeiros falecimentos devidos à varíola.

A situação sustentou-se por algum tempo. Então a assistência entrou em colapso. O pior foi que não se dispunha de nenhum médico em condições de assumir os doentes, nenhuma polícia sanitária em condições de prescrever regras de higiene capazes de dar um basta ao alastramento da epidemia.

O Pe. Steinhart em pessoa foi obrigado a deslocar-se até Porto Alegre a fim de procurar um médico, porque na época não havia nenhum em São Leopoldo. O médico, um alemão (dr. Heinzelmann), prescreveu-lhe regras de conduta e insistiu na vacina, entregando-lhe linha e dando-lhe recomendações. As primeiras vacinas foram ministradas pelo próprio padre, depois ele treinou terceiros. (Schupp, 2004, p. 206)

Não demorou muito e o próprio Pe. Steinhart contraiu a doença. Mesmo enfermo foi atender toda uma família doente no Bohnental. Eram 11 horas da noite e o padre achava impossível arriscar-se para prestar socorro naquele estado, naquela hora da noite e sob chuva persistente. Rendeu-se ao pedido insistente de socorro do colono que fora buscá-lo. Depois da visita entregou os pontos e confiou a paróquia ao Pe. Hag. Depois de oito dias de resguardo retomou as atividades.

O Pe. Schupp registrou o episódio emblemático da varíola acontecido com o sr. Karl Sängner. O Pe. Steinhart foi chamado para a casa do sr. Sängner para assistir à sua filha e ao genro gravemente acometidos pela varíola. Assistiu ao falecimento dos dois praticamente na mesma hora. O pai e o pároco colocaram os caixões com os dois defuntos sobre o muro do cemitério, velaram-nos por algum tempo, depois abriram sepulturas e os enterraram. Seria longo demais continuar enumerando e comentando episódios relacionados com a epidemia de varíola em Bom Jardim. Registros mais detalhados podem ser encontrados em Schupp e Carl Schlitz.

Além da epidemia da varíola e dos seguidos surtos de tifo, uma outra questão relacionada com a saúde era motivo de permanente preocupação. Vinha à tona quando da aproximação da data do nascimento de qualquer criança na colônia. Falamos da assistência às parturientes. Complicações direta ou indiretamente relacionadas com o parto contaram entre as principais causas de óbitos de mulheres jovens.

Na sua tese de doutorado publicada na Alemanha com o título "Deutsche Auswanderinnen in Brasilien", Gisela B. Lermen, começa a sua avaliação sob e a presença da mulher na imigração alemã, com a afirmação: "A mortalidade materna em consequência do parto, é um dos capítulos mais obscuros da história da colônia".

Não resta dúvida de que nos encontramos frente a um tema, de um lado comum a todas as comunidades coloniais e, do outro, um dos menos comentados. De qualquer forma não é difícil formar-se uma idéia da extensão e profundidade do problema. Basta tornar conscientes as circunstâncias reinantes no meio colonial, durante todo o século dezenove e os primeiros anos do século vinte, no que se refere à assistência às parturientes. Começa por aí que não havia nem médicos nem hospitais a quem recorrer. No que se relacionava com recursos em casos de doenças e os problemas surgidos por ocasião de muitos partos, os colonos estavam entregues à própria sorte. Com isso a mortalidade de mulheres jovens chegou a níveis preocupantes. A autora refere um levantamento feito pelo "Deutsches Volksblatt" em 1908 sobre a expectativa de vida na colônia. Serviam como base os registros de óbitos

da paróquia de São José do Hortêncio entre 1868 e 1908. Os números falam por si mesmos. Dos falecidos entre os 30 e 50 anos de idade, constavam 21 homens e 51 mulheres. O jornal fez o dado acompanhado da observação: “Certamente uma prova cabal da importância da questão das parteiras para a colônia e a urgência para encontrar uma solução para esse problema”.

Os alarmantes dados sobre a mortalidade materna em função da deficiente assistência às parturientes, reclamava por ações e iniciativas eficientes e duradouras. O dr. Gabriel Schlatter que conhecia muito bem a situação da assistência médica na colônia, manifestou-se da seguinte forma sobre o problema, na sétima Assembléia Geral da Associação dos Agricultores do Rio Grande do Sul, realizada em Estrela em maio de 1907:

Posso garantir-lhes que aqui na colônia alemã no Rio Grande do Sul, cada ano centenas de colonas morrem em consequência da assistência defeituosa durante o parto ou elas adoecem pouco tempo depois, muitas delas morrem e muitas que, em caso favorável, melhoram parcialmente, continuam durante a vida toda com alguma seqüela. Pois mal passa uma semana, na qual um ou outro dos nossos jornais alemães não traz a participação de luto de que (...) uma mulher e mãe faleceu no apogeu da vida, em consequência dum parto. (citado por G. B. Lermen 2006, p. 236)

Da fala do dr. Schlatter resultou um acalorado debate do qual participaram os srs. Kuehleis, Hugo Metzler e os padres Amstad e Gasper e o pastor Gans. Concluíram que a situação era tão grave que exigia uma ação séria e urgente, de natureza permanente e a logo prazo. Na proposta estava implícito o propósito de, de alguma maneira treinar parteiras para socorrer as parturientes das comunidades coloniais. Naquela assembléia geral, entretanto, não foi tomada nenhuma resolução concreta neste sentido. A adoção de uma solução aconteceu no ano seguinte na Assembléia Geral de Santa Cruz do Sul. Por decisão da grande maioria foi aprovada a criação de uma instituição de treinamento de parteiras fora de Porto Alegre. A decisão apoiou-se na lógica de que a quase totalidade das candidatas procedia do interior da colônia e sua atividade seria desenvolvida neste meio. A escolha recaiu sobre a cidade de Estrela pelo fato de o dr. Schlatter já manter um curso de treinamento junto ao seu consultório normal. Bastava ampliá-lo, equipá-lo melhor e franqueá-lo a candidatas

procedentes de toda a região colonial. Infelizmente o curso de treinamento de parteiras foi uma das primeiras iniciativas da Associação Riograndense de Agricultores a ser atingida quando esta foi transformada em Sindicato Rural no ano seguinte. Por decisão unilateral do Sindicato de Santa Cruz o curso foi transferido para Porto Alegre com a alegação dos benefícios que poderia auferir com a proximidade da Faculdade de Medicina. A decisão implicou na mudança da própria natureza do curso e teve como consequência o afastamento do dr. Schlatter e frustrada a intenção de formar parteiras especificamente para o meio colonial com profissionais procedentes daquele contexto e conhecedoras das características humanas do seu campo de trabalho. Gisela Lermen comenta a respeito da situação em foco:

Apesar da situação assustadora pintada pelo dr. Schlatter e amparada nas estatísticas, sobre o estado de coisas relativo ao atendimento às parturientes durante o século dezenove na colônia, a presença de parteiras e sua atuação provam igualmente que exerceram a profissão com prontidão e eficiência e cônscias da sua responsabilidade, gozando do reconhecimento da população da colônia. A memória delas foi perpetuada em anúncios fúnebres escritos por maridos, filhos, noras e genros, assim como em manifestações de gratidão por parte de maridos pelos atendimentos dado às esposas. (Lermen, Gisela, 2006, p. 236)

A presença dessas parteiras, sua importância para a colônia e sua dedicação à causa, foram objeto de referência, de manifestações de reconhecimento e de gratidão, registrados em almanaques, jornais, periódicos e nas reuniões de associações e congressos.

De qualquer forma a situação das parturientes teria sido muito mais problemática se, a partir da segunda metade do século dezenove as comunidades da região mais antiga do vale do Sinos e Caí e, em parte da região mais recente dos vales do Taquari, Pardo e Jacuí, não contassem com parteiras dedicadas e competentes. Na tese de Gisela Lermen encontra-se uma lista delas com a data do falecimento e a comunidade em que atuaram: Elisabeth Scherer, falecida em 1901, trabalhou em Lomba Grande; Bárbara Spaniol atuou em São José do Hortêncio e faleceu em 1893; Ana Maria Eich, falecida em 1908 atendeu a comunidade de Erval; Susanne Gallas, falecida em 1912 atendeu as comunidades de Dois Irmãos, Gauer Eck (São José do Sul) e São José do Hortêncio; Franziska Allgayer, falecida em 1901, teve Ivoti como

campo de ação; Anna Junges, falecida em 1897, exerceu sua atividade em São Salvador (Tupandi); Anna Maria Schmidt, falecida em 1898, em Campestre (Salvador do Sul) e São Pedro da Serra; Maria Kunrath, falecida em 1905, atuou no Tigertal (Feliz); Gertrude Hauptental, falecida em 1905, atendeu Linha Bonita e Harmonia; Helena Spieker, falecida em 1907, atuou na Linha Tamanduá (Lajado); Katharina Rippel, falecida em 1904, atendeu a Colônia Mariante.

Obviamente essa lista não está completa, mas dá uma boa idéia do nível de assistência de que dispunham os colonos relativo à sempre vital questão da assistência às parturientes, aos nascituros e recém nascidos.

Convém não esquecer que, apesar da dedicação das parteiras, a falta generalizada de médicos, deixava uma grave lacuna na assistência às parturientes. Em situações mais graves como complicações devido a infecções, necessidade de cesariana, etc., a ausência de médicos cobrava preços muito altos, em não poucos casos a própria vida da mulher e ou da criança.

Põe-se a essa altura a pergunta: E quem foram essas mulheres parteiras, qual o seu perfil humano e profissional? Para começar a quase totalidade eram mulheres comuns, casadas com colonos, mães de famílias numerosas, como mandava o costume da época, donas de casa, agricultoras, nos intervalos em que não se encontravam em missão de atendimento a alguma parturiente. Apropriavam-se dos conhecimentos e da prática junto a profissional experimentada. Mais raro eram os casos em que as aspirantes à profissão se submetiam a algum estágio em hospital em Porto Alegre. Em todo o caso todas as parteiras daquela geração dedicavam-se à profissão como uma autêntica vocação que alimentava na solidariedade para com as mães, suas famílias, comunidades e do compromisso para com as novas gerações. Por isso mesmo gozavam do respeito e simpatia geral. Em contrapartida respondiam com uma discrição à toda a prova e um respeito profundo para com as pacientes. Eram personalidades conhecidas e respeitadas como eram o professor e até o padre e o professor. Costumavam ser chamadas pelo nome emblemático de “Tia”, “Storchentante”, “Tia Cegonha”.

Consertador de ossos (Knochenflicker)

Outra figura emblemática que circulava pelo meio colonial, ainda até meados do século vinte, era o “Knochenflicker” – o “Consertador e ossos”.

O trabalho pesado na roça, o derrubar mato, o andar a cavalo e outras tarefas do cotidiano da colônia, vinham acompanhados com o risco permanente de fraturas nos braços ou nas pernas. Recorrer a um traumatologista, se é que os havia, estava fora de cogitação. O problema costumava ser resolvido por práticos em recolocar ossos fraturados no lugar e imobilizar o braço ou perna com talas para evitar que o osso se deslocasse ou soldasse mal. Um homem ou, com menor frequência uma mulher, costumavam socorrer os acidentados de uma ou mais comunidades vizinhas. Executavam o trabalho com presteza e custos perfeitamente suportáveis pelos colonos. Contentavam-se muitas vezes com alguma remuneração em dinheiro e algum gênero alimentício ou mesmo um simples “obrigado”. Colocavam os ossos no lugar valendo-se apenas do tato, imobilizavam o membro com sarrafos, tabuinhas ou a base seca da folha do bambu, com tamanha habilidade que não se percebiam seqüelas posteriores. Costumavam valer-se de cachaça pura ou cachaça com mestruço para amortecer a dor. O tio Anton Hoff, um solteirão que atendia na região de Tupandi e Bom Princípio tinha o hábito de tomar uns bons tragos durante a manipulação e depois terminar pernoitando na casa do acidentado. Seu trabalho costumava ser tão perfeito que dificilmente ficava alguma seqüela e não se percebia que o braço ou a perna fora fraturada. Assim como o tio Anton Hoff havia profissionais práticos circulando em todas as regiões de colonização alemã, italiana, polonesa. Em escala mais modesta faziam parte do cenário humano da época ao lado das parteiras.

O tempo não permite trazer mais detalhes sobre a situação da saúde ente as comunidades imigrantistas do século dezanove e primeira metade do século vinte.

A situação começou a modificar-se lentamente, e para melhor, com o desenvolvimento urbano, de modo especial já a partir da metade do século dezanove. Médicos diplomados foram abrindo sempre mais consultórios em Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e outras cidades e dando um atendimento qualificado nas Santas Casas e nos hospitais que foram surgindo. Médicos igualmente diplomados instalaram-se, em número crescente, até nas localidades mais remotas, arredando para o lado charlatães, os assim chamados “médicos práticos”, farmacêuticos e até contínuos de farmácia, fazendo-se de médicos.

Ao mesmo tempo instalaram-se farmácias, laboratórios de manipulação e nos jornais e almanaques multiplicaram-se anúncios oferecendo medicamentos para as

finalidades mais comuns da época. Mas este é um assunto que mereceria uma palestra própria.

Por fim permito-me prestar em nome do Simpósio uma homenagem especial às diaconisas e as irmãs de caridade que durante mais de meio século fizeram com os hospitais e sanatórios que vinham sendo implantados em número crescente, fossem de fato locais onde enfermos e familiares, encontravam um tratamento digno.

« Totus mundus nostra fit habitatio »

Jesuitas del territorio de lengua alemana en la América portuguesa y española

Johannes Meier

„Muchas vezes me mueve pensamentos de ir

,a los estudios dessas partes, dando bozes, como hombre que tiene perdido el juicio, y principalmente a la universidad de París, diziendo en Sorbona a los que tienen más letras que voluntad, para disponerse a fructificar con ellas: ¡quántas ánimas dexan de ir a la gloria y van al infierno por la negligencia dellos! Y así como van estudiando en letras, si estudiassen en la cuenta que Dios nuestro Señor les demandará dellas, y del talento que les tiene dado, muchos dellos se moverían, tomando medios y exercicios spirituales para conoscer y sentir dentro en sus ánimas la voluntad divina, conformándose más con ella que con sus propias affecciones, diziendo: "Domine ecce adsum, quid me vis facere? mitte me quo vis; et si expedit, etiam ad indos.".¹

En la India, en Cochín, se escribieron estas frases el 15 de enero de 1544. Su autor era Francisco de Javier, que entonces tenía 37 años y llevaba el nombre de su lugar de nacimiento, del Castillo Javier. Era el hijo menor del presidente del Consejo Real de Navarra, del doctor en Leyes Juan de Jasso (Yasú)². Sus frases fueron dirigidas a sus compañeros en Roma, en primer lugar a Iñigo de Loyola, Ignacio.

¹ Georg Schurhammer / Joseph Wicki (Ed.), *Epistolae S. Francisci Xaverii aliaque eius scripta*. Nova editio, Tomus I (1535-1548): Monumenta historica Societatis Jesu, Volumen 67 (Roma 1944), 160-177, aquí 166 y siguiente.

² Con respecto a la biografía sobre Francisco Javier: Georg Schurhammer, *Franz Xaver. Sein Leben und seine Zeit*. 2 tomos en 4 tomos parciales (Freiburg i. Br. 1955-1973). – Rita Haub / Julius Oswald (Ed.), *Franz Xaver – Patron der Missionen. Festschrift zum 450. Todestag: Jesuitica. Quellen und Studien zu Geschichte, Kunst und Literatur der Gesellschaft Jesu im deutschsprachigen Raum*, tomo 4 (Regensburg 2002).

I. La Compañía de Jesús

Javier conoció a su compatriota vasco, que tenía quince años más que él, durante los estudios en la Sorbona en París, ya que vivieron juntos en el colegio de Santa Bárbara desde 1529. Su relación se convirtió en una amistad y estuvo marcada por sus intereses religiosos y existenciales comunes. El padre francés Pierre Favre, nacido como Javier en el mismo mes de abril y en el mismo año de 1506 – es decir, hace 500 años –, y cuatro estudiantes más, tres españoles y un portugués, se unieron a ellos. Durante una misa, celebrada por Favre en una capilla en el Montmartre en 1534, prometieron mutuamente tomar un camino de vida juntos: querían hacer una peregrinación a Jerusalén y obrar en la Tierra Santa para estar muy cerca de la estela de Jesús y los apóstoles. En caso de que no pudieran llegar a Jerusalén, querían "volver a Roma y presentarse al Vicario de Cristo, para que los emplease en lo que juzgase ser de mayor gloria de Dios y utilidad de las almas"³. Así fue como aconteció. Cuando los compañeros se encontraron en Venecia en 1537, ya se habían suspendido las relaciones de la República de San Marcos con los turcos y no había barcos a Palestina. Ignacio lo describió así en su autobiografía "El peregrino".

El entendió la peregrinación como expresión de la situación básica del hombre buscando a Dios. Con la auto-calificación como peregrino Ignacio, herido durante el sitio francés de Pamplona en 1521, que le produjo un impedimento de por vida para caminar bien, constataba su camino hasta entonces. Este le había llevado de su cama de enfermo en el castillo de sus padres de Loyola primero a Montserrat y en 1523 ya una vez a Jerusalén, y entonces vía Barcelona a las universidades de Alcalá, Salamanca y París y también a numerosos viajes por España, Francia y Flandes hasta llegar a Italia, primero a Venecia y después a Roma.

Los textos normativos, formulados por Ignacio, de la „Compañía de Jesús“, reconocida como orden en 1540 por Pablo III, relacionan el principio espiritual de "peregrinatio" con el principio apostólico de "missio", de la misión por el Papa, y con el principio pastoral de "iuvare animas", de ayudar a las almas, donde quiera que vivan⁴. "Nuestra vocación es para discurrir y hacer vida en cualquier parte del mundo en mayor

³ Fontes narrativi de S. Ignatio de Loyola et de societatis Jesu initiis, Vol. I: Narrationes, scriptae ante annum 1557. Ediderunt Dionysius Fernandez Zapico et Candidus de Dalmases Cooperante Pedro Leturia: Monumenta Historica Societatis Jesu, Vol. 66 (Roma 1943), 480 (Número 85): „...ritornarse a Roma et presentarsi al vicario di Cristo, acciò gli adoperasse dove giudicasse esser' più a gloria di Dio et utile delle anime.“

⁴ Michael Sievernich, Die Mission und die Missionen der Gesellschaft Jesu, en: Johannes Meier (Ed.), Sendung – Eroberung – Begegnung. Franz Xaver, die Gesellschaft Jesu und die katholische Weltkirche im Zeitalter des Barock: Studien zur Außereuropäischen Christentumsgeschichte (Asien, Afrika, Lateinamerika), tomo 8 (Wiesbaden 2005), 7-30, aquí página 12.

servicio divino y más ayuda a las almas⁵. Los jesuitas no entendieron su tarea como un culto sino como un cuerpo apostólico y universal; por esta razón la Compañía nunca tuvo un carácter “de asentamiento” como otras órdenes, ni espiritualmente en forma de una espiritualidad sobretodo contemplativa, ni materialmente en la forma de claustros; su carisma sobrepasaba el concepto monástico de “*stabilitas loci*”. Jerónimo Nadal, uno de los cooperadores más íntimos de Ignacio, detalla cuatro casas o habitaciones en el desarrollo de los jesuitas: la casa o habitación de primera o segunda probación (*Domus Probationis*; Noviciado), la casa de la educación (*Collegium*, Colegio), las casas profesas (*Domus Professorum*) y como cuarta casa la peregrinación (*Peregrinatio*), mediante la cual “todo el mundo se convierte en nuestra casa”, “*totus mundus nostra fit habitatio*”⁶.

La movilidad global es así la propia habitación, casa o patria de los jesuitas. Ignacio tenía muy presente a Jesús peregrinante que había mandado a todos sus discípulos a todo el mundo, y en este espíritu Ignacio en 1540 envió a Francisco Javier vía Lisboa a Goa, donde éste llegó en mayo de 1542. Esto sucedió a demanda del rey portugués João III. y con el consentimiento del Papa. En el decenio siguiente – Javier se murió el 3 de diciembre de 1552 en la isla Shangchuan delante de la costa de China – llegó a conocer el hinduismo en la India del Sur, el islam en las islas de Indonesia y el budismo en Japón. El experimentó un proceso de aprendizaje intercultural e interreligioso con todas las dificultades lingüísticas, mentales y religiosas del encuentro, pero al mismo tiempo empezó a apreciar el diálogo. Sus cartas escritas a destinatarios en Europa reflejan su convicción sobre la importancia de su propia misión y por esta razón entusiasman a muchos⁷.

En el año de la muerte de Ignacio – fallecido el 31 de julio de 1556 – la Compañía de Jesús ya contaba con aproximadamente 1.500 socios y estaba dividida en doce provincias, cuatro en la península ibérica (Portugal, Castilla, Andalucía/Bética, Aragón), cinco en Europa (Italia, Sicilia, Francia, Alemania Baja/Países Bajos, Alemania Superior) y tres en ultramar (India, el Brasil, Etiopía). Ignacio había dirigido el desarrollo de la orden desde su pequeño piso en Roma, el cual se encontraba al lado de la iglesia Santa Maria della Strada, la que

⁵ Sancti Ignatii de Loyola Constitutiones Societatis Jesu. Tomus Secundus: Monumenta Historica Societatis Jesu, Vol. 64 (Roma 1936) 378: „... nostra vocación es para discurrir y hacer vida en qualquiera parte del mundo donde se spera más servicio de Dios y ayuda de las ánimas.“

⁶ Michael Nicolau (Ed.), Hieronymi Nadal Epistolae et Monumenta. Tomus V: Commentarii de institutione Societatis Jesu: Monumenta historica Societatis Jesu, Volumen 90 (Rom 1962), 54. – John W. O’Malley, *Unterwegs in alle Länder der Welt. Die Berufung des Jesuiten nach Jerónimo Nadal*, en: *Geist und Leben* 59 (1986) 247-260.

⁷ La biografía sobre Francisco Javier (Nota explicativa 2) está ilustrada de manera excelente en los dos catálogos de la exposición: Ignacio Arellano (Coord.), *Sol, Apóstol, Peregrino, San Francisco Javier en su Centenario: Gobierno de Navarra, Departamento de Cultura y Turismo – Institución Príncipe de Viana* (Pamplona 2005). – *São Francisco Xavier. A Sua Vida e o Seu Tempo (1506-1552): Cordoaria Nacional* (Lisboa 2006).

Pablo III había dejado a los jesuitas. Su instrumento más importante era la correspondencia; conocemos casi 7.000 cartas de Ignacio – casi dos veces más que de Martín Lutero (alrededor de 4.200) y tres veces más que la correspondencia de Erasmo de Róterdam. La Compañía de Jesús seguía creciendo con rapidez incluso después de la muerte de Loyola; ya en 1580 contó con más de 5.000 socios, ya en 1615 con alrededor de 13.000, en 1680 sobre los 18.000 y en 1750 finalmente con 22.589 socios⁸. De estos casi el 40 por ciento pertenecía a las entonces diez provincias, que formaban la asistencia alemana de la orden, es decir, la provincia del Bajo Rin, la del Alto Rin, la de Germania o Alemania Superior, la de Bohemia y la de Austria, las dos de Bélgica (la flamenca y la de la parte francesa), la de Inglaterra con Irlanda, la de Polonia y la de Lituania.

La asistencia española era más grande que la francesa e italiana, las cuales tenían más o menos el mismo número de socios. Después siguió la portuguesa, que era la más pequeña con sus 1.760 socios. De las 39 provincias, con las que la Compañía finalmente contaba a mediados del siglo XVIII, trece – es decir, un tercio – se encontraban en ultramar, cinco en Asia: Goa (establecida en 1549), las Filipinas (1605), Malabar (1605), Japón (1611) y China (1623), y ocho en América: el Brasil (1553), Perú (1568), México (1572), Paraguay (1604), Nueva Granada (1609), Chile (1683), Quito (1696) y Maranhão (1725). Las provincias de la orden en Asia pertenecían – con excepción de la filipina – a la asistencia portuguesa, las de América salvo Brasil y Maranhão a la asistencia española. Además existían las misiones de la asistencia francesa de la orden en las Antillas, en Québec, en el Oriente Próximo y en Indochina, así como también las de la asistencia portuguesa en África, que no eran valorizadas como provincias independientes⁹.

El historiador Pedro Borges, especialista en misiones, calculó que 351 jesuitas habían viajado a Hispanoamérica y las Filipinas en el siglo XVI, 332 españoles y 19 jesuitas de otras nacionalidades; en el siglo XVII su cifra alcanzaba 1.148 (943/205) y en el siglo XVIII hasta

⁸ La tabla „Growth of the Society of Jesus“ en: Dauril Alden, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750* (Stanford, California 1996), 17, contiene detalles sobre diez años escogidos entre 1556 y 1749 con indicaciones sobre el número de las provincias y casas (noviciados, colegios, seminarios, casas profesas y misiones / residencias).

⁹ En la orden jesuítica varias provincias de la orden fueron y siguen siendo aún reunidas en una asistencia, la cual está supervisada y coordinada por un asistente. Este está nombrado por el superior mayor, al cual está subordinado. Las cifras exactas para el año 1750 son así: 8749 miembros en la asistencia alemana (5430 de ellos en las provincias de Europa Central del Bajo y Alto Rin, Germania o Alemania Superior, Bohemia y Austria); 5021 en la asistencia española, 1760 en la asistencia portuguesa, 7059 en las asistencias francesa e italiana. Compare: Edmond Lamalle, *Les Catalogues des Provinces et des Domiciles de la Compagnie de Jésus. Note de bibliographie et de statistique*, en: *Archivum Historicum Societatis Jesu* 13 (1944) 77-101. – Anton Arens, *Die Entwicklung der Gesellschaft Jesu bis zu ihrer Aufhebung im Jahre 1773 und nach ihrer Wiederherstellung im Jahre 1814*, en: *Für Gott und die Menschen. Die Gesellschaft Jesu und ihr Wirken im Erzbistum Trier: Quellen und Abhandlungen zur mittelhheinischen Kirchengeschichte*, tomo 66 (Mainz 1991), 27-41. – Peter C. Hartmann, *Die Jesuiten: Beck'sche Reihe* 2171 (München 2001), 78.

1.690 (1.065/625); en suma, 3.189 jesuitas, 2.340 españoles y 849 de otras nacionalidades, fueron enviados a los territorios españoles de ultramar; en suma, los jesuitas representaron el 21,12 por ciento de todo el personal de misión enviado desde España¹⁰. Para las provincias de ultramar pertenecientes a la asistencia portuguesa, el historiador norteamericano Dauril Alden calculó un total de 2.958 jesuitas enviados, 2.242 portugueses y 716 de otras nacionalidades.¹¹ Esta elevada cifra – solamente 231 más baja que la cifra calculada para España – hace evidente la participación mucho más importante de los jesuitas en su acción misionera para el área de patronato portugués.¹²

Las provincias de la orden en ultramar se caracterizaban por estar los jesuitas muy inmersos en la sociedad colonial –hispana, lusoamericana o asiática - con colegios, iglesias y casas profesas para sus actividades en los sectores de educación y cura de almas especialmente en las grandes ciudades, y esto es sobretodo válido tanto para América como para los núcleos coloniales portugueses en Asia como Goa o Macao. Estos establecimientos significaban también un apoyo para los misioneros que actuaban en zonas lejanas al interior del país. En el doble continente de América las misiones de los jesuitas se encontraban sobretodo en regiones muy periféricas; cuando la orden llegó al Nuevo Mundo, el descubrimiento y la conquista ya estaban muy avanzadas y las órdenes más antiguas – los franciscanos, dominicos, mercedarios, agustinos y carmelitas – ya estaban consolidadas. Así los jesuitas empezaron con su actividad misionera en México en 1591 en Sinaloa en la frontera al noroeste de Nueva España y no llegaron a la península de Baja California hasta

¹⁰ Pedro Borges Morán, *El envío de misioneros a América durante la época española*: Biblioteca Salmanticensis, Estudios 18 (Salamanca 1977), 537. – Del mismo autor: *Historia de la Iglesia en Hispanoamérica y Filipinas* (siglos XV-XIX). Vol. I-II: Biblioteca de Autores cristianos 37 u. 42 (Madrid 1992), aquí I, 440. – Borges Morán destaca con razón que estas cifras presentan valores mínimos, ya que están aseguradas por la investigación y las fuentes hasta ahora investigadas; él supone que los valores reales sobrepasan estos valores hasta el 3 por ciento.

¹¹ Dauril Alden, *The Making of an Enterprise* (Nota explicativa 8), 268. – Alden diferencia entre las provincias de la orden asiáticas (2060 salidas, 1439 de portugueses y 621 de no-portugueses) y el Brasil (898 salidas, 802/96). El no toma en consideración los siglos, sino acontecimientos marcantes en la historia portuguesa: 1580, 1640 y 1706.

¹² Después de que Portugal y España habían abolido el imperio islámico en la península ibérica y habían comenzado a extender sus viajes de descubrimientos y conquistas sobre los límites de Europa, los Papas Calixtus III y Julio II confirieron el patronato sobre la iglesia a fundar en ultramar a los reyes de los dos imperios en 1456 y en 1508, juntamente con una orden de misión. Eso sucedió mediante las bulas „Inter cetera“ y „Universalis Ecclesiae Regimen“. Estas están editadas por: Eberhard Schmitt (Ed.), *Dokumente zur Geschichte der europäischen Expansion*, tomo 1: *Die mittelalterlichen Ursprünge der europäischen Expansion* (München 1986), 231-237 (Traducción al alemán de „Inter cetera“ con índice de las fuentes). – Josef Metzler (Ed.), *America Pontificia primi saeculi evangelizationis 1493-1592. Documenta pontificia ex registris et minutis praesertim in Archivo secreto Vaticano existentibus I-II* (Città del Vaticano 1991), aquí I, 104-107. – En la Curia Romana sólo el Papa Gregorio XV estableció una instancia para dedicarse a las misiones católicas en 1622, la „Sacra Congregatio de propaganda fide“. Ya que Portugal y especialmente España no estaban dispuestos a aceptar limitaciones de sus derechos eclesiásticos basándose en el patronato, la actividad de la Congregación de Propaganda se concentró en los territorios de ultramar de los demás imperios coloniales, sobretodo los de Francia hasta alrededor de 1800.

fin del siglo XVII, como también a la Pimería Alta en la región fronteriza entre Sonora y Arizona¹³. En el Brasil, donde la orden ya había llegado en 1549, mantenía regiones misioneras más pequeñas en el sur, pero actuaba sobretodo en el Norte, donde docenas de estaciones misioneras se establecieron desde São Luis y Belém do Pará a lo largo del Amazonas y sus grandes afluentes a partir de 1607; Antônio Vieira (1608-1697), uno de los grandes misioneros, trabajó aquí toda su vida. Fue un valiente defensor de los indios, predicador inspirado y maestro de la lengua portuguesa¹⁴. Casi al mismo tiempo el trabajo sistemático de evangelización por parte de los jesuitas empezó en la primavera de 1608 en el Sur de Chile¹⁵. Las misiones guaraníes en Paraguay - especialmente conocidas - empezaron en 1609¹⁶. En los bosques tropicales húmedos de la tierra baja al este de los Andes las misiones Maynas se establecieron desde Quito a partir de 1638¹⁷. En el último cuarto del siglo XVII empezaron las misiones entre los Mojos pertenecientes a la provincia del Perú -, que al final alcanzaron 31 colonias¹⁸. A partir de 1691 se establecieron las reducciones de Chiquitos que pertenecían a la provincia del Paraguay y que hoy día son una parte de Bolivia ubicados al este del país; poco a poco alrededor de diez pueblos fueron construidos¹⁹. Desde Bogotá se erigieron 18 misiones en las orillas de los ríos Casanaré (6), Meta (5) y la media parte del Orinoco (7)²⁰. En el segundo tercio del siglo XVIII los jesuitas lograron fundar en la provincia del Paraguay 22 misiones más en el área de los Abipones, los Mocobies, los Chiriguano y otros nómadas a caballo en el Chaco en el norte del país que hoy es Argentina²¹. Al tiempo de

¹³ Bernd Hausberger, Für Gott und König. Die Mission der Jesuiten im kolonialen Mexiko: Studien zur Geschichte und Kultur der Iberischen und Iberoamerikanischen Länder, tomo 6 (Wien / München 2000).

¹⁴ Johannes Meier (Ed.), Jesuiten aus Zentraleuropa in Portugiesisch- und Spanisch-Amerika. Ein bibliographisches Handbuch mit einem Überblick über das außereuropäische Wirken der Gesellschaft Jesu in der frühen Neuzeit. Tomo 1: Brasilien (1618-1760), bearbeitet von Fernando Amado Aymoré (Münster 2005), 1-124.

¹⁵ Johannes Meier, Chiloé – Ein Garten Gottes am Ende der Welt, en: El mismo autor (Ed.), „...usque ad ultimum terrae“. Die Jesuiten und die transkontinentale Ausbreitung des Christentums 1540-1773: Studien zur Außereuropäischen Christentumsgeschichte (Asien, Afrika, Lateinamerika), tomo 3 (Göttingen 2000), 183-201.

¹⁶ Maria Faßbender, Der „Jesuitenstaat“ in Paraguay: Studien über Amerika und Spanien, Völkerkundlich-historische Reihe, Bd. 2 (Halle 1926). – Paul Frings / Josef Übelmesser (Ed.), Paracuaria. Die Kunstschatze des Jesuitenstaates in Paraguay (Maguncia 1982). – Peter C. Hartmann, Der Jesuitenstaat in Südamerika 1609-1768. Eine christliche Alternative zu Kolonialismus und Marxismus (Weißenhorn 1994).

¹⁷ Jörg Stephan, Jesuiten am Amazonas. Spanische Herrschaft und Mission in der Grenzprovinz Maynas 1619-1768 (Stuttgart 2000).

¹⁸ Enrique Jordá Arias, Historia de la Iglesia en el Vicariato del Beni / Bolivia (1675-2000). Época de las Misiones Jesuíticas (1675-1767), en: Yachay. Revista de Cultura, Filosofía y Teología 19 / 36 (Cochabamba 2002), 139-153.

¹⁹ Alcides Parejas Moreno / Virgilio Suárez Salas, Chiquitos. Historia de una utopía (Santa Cruz de la Sierra 1992).

²⁰ José del Rey Fajardo, Misiones jesuíticas en la Orinoquia, Tomos I-II (Caracas 1977).

²¹ Javier Baptista / Cayetano Bruno, Paraguay, en: Charles E. O'Neill / Joaquín M.^a Domínguez (Ed.), Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús. Biográfico-Temático, Tomos I-IV (Rom-Madrid 2001), III 3032-3038, aquí 3034.

la expulsión de la orden, de Brasil en 1759 y del territorio bajo régimen español en 1767, los habitantes indios de todas las misiones sobrepasaban las 320.000 personas²².

Aunque la situación en las diversas misiones sea distinta, el estado político de las misiones jesuíticas generalmente puede ser calificado como “regiones autónomas“. A pesar de la lealtad total hacia la corona española o portuguesa y a sus representantes en América, los virreyes y gobernadores, estuvieron separadas de la sociedad colonial en buena medida, lo que se manifiesta en la prohibición de nuevos inmigrantes y en el uso exclusivo de lenguas indias. En el territorio de régimen español mostraron una aplicación muy consecuente de las leyes para la protección de los indios, las cuales Bartolomé de Las Casas y otros misioneros del siglo XVI habían conquistado tras largas disputas de Carlos V y Felipe II. Sin embargo, su situación legal en el Brasil, donde la esclavitud de los indios no estaba prohibida, se mantuvo siempre inestable²³.

II. Padres y hermanos provenientes del territorio de lengua alemana en Iberoamérica

Entre Ignacio y sus primeros cuatro sucesores en el oficio del Padre General, los padres Diego Laynez, Francisco Borja, Evaristo Mercurian y Claudio Acquaviva, en la orden prevaleció la idea de que a causa de las grandes reivindicaciones por la propagación de la Reforma en Europa Central ningún jesuita debería ser sacado de Alemania. Según su opinión, la estabilización de la iglesia católica en el imperio debería ser lo más importante. Esta norma se suavizó con Muzio Vitelleschi, nuevo General de la orden a partir de 1615.

Entonces las misiones en América, y también en Asia, se encontraban en estado de expansión muy fuerte, como ya se explicó. En 1614 el procurador de la provincia del Perú, de la que en 1604 la viceprovincia de Paraguay había sido separada, recibió permiso de la Corona para introducir a 30 misioneros extranjeros en el país. En 1615 el procurador de los jesuitas en China, P. Nicolas Trigault, viajó por Europa, visitó numerosos colegios, entre ellos

²² Bernd Hausberger, Die Mission der Jesuiten im kolonialen Lateinamerika, en: Del mismo autor. (Ed.), Im Zeichen des Kreuzes. Mission, Macht und Kulturtransfer seit dem Mittelalter: Expansion – Interaktion – Akkulturation. Historische Skizzen zur Europäisierung Europas und der Welt, tomo 7 (Wien 2004), 79-102, aquí página 82.

²³ Con respecto a la política española y la portuguesa hacia los indígenas se debe llamar la atención al capítulo con el mismo nombre y el capítulo siguiente sobre „Kirche und Missionen“ en: Richard Konezke, Die Indianerkulturen Altamerikas und die spanisch-portugiesische Kolonialherrschaft: Fischer Weltgeschichte, tomo 22, Süd- und Mittelamerika I (Frankfurt 1965) 165-219 y 220-282. Compare también: Michael Müller, Das soziale, wirtschaftliche und politische Profil der Jesuitenmissionen. Versuch einer umfassenden Annäherung am Beispiel der Provinzen Chile und Paraguay, en: Johannes Meier (Ed.), Sendung – Eroberung – Begegnung (Nota explicativa 4), 179-222.

en Ingolstadt y Colonia, y allí hizo propaganda para entrar en acción en las misiones²⁴. Esto provocó una gran cantidad de cartas, en las que jesuitas jóvenes del territorio de lengua alemana se dirigieron al P. General Vitelleschi en Roma pidiendo misionar en ultramar. Entre ellos estaba Friedrich Spee, quien escribió una carta en noviembre de 1617 – en ese entonces vivía en Worms – expresando el deseo siguiente: ”Indiae mihi, Pater, animum sauciarunt et sepositae illae terrae“ – La India, Padre, y aquellos países lejanos me han herido el corazón. Sin embargo, la petición de Spee fue rechazada; así, las tareas del sensible teólogo moral consistieron un tiempo en la lucha en Alemania contra la creencia vulgar en las brujas y la poesía. El dedicó canciones a su ideal Francisco de Javier en sus libros ”Güldenes Tugend-Buch“ (El Libro de Oro de las Virtudes) y ”Trutz-Nachtigall“²⁵, una antología de himnos sagrados.

Sin embargo, otras peticiones fueron aceptadas; por esta razón, en 1618 tres padres jóvenes de la provincia de Alemania Superior llegaron a Perú: Michael Durst de Zusmarshausen cerca de Augsburgo, el estuvo como misionero primeramente en Julí en el Lago de Titicaca, luego en Potosí y Oruro; Ferdinand Reinmann de Meran, que más tarde se hizo catedrático de filosofía en la universidad en Chuquisaca – ahora Sucre –, fundada en 1624; y Kaspar Rues de Haunstetten cerca de Augsburgo, el cual trabajó en Santa Cruz de la Sierra. Otro padre fue Andreas Feldmann de Engen de la región de Hegau, que fue destinado a Chile, donde a partir de 1618 trabajó durante muchos años en Mendoza, y luego en Buena Esperanza y San Juan de la Frontera.

En el mismo año de 1618 también dos legos de la provincia del Bajo Rin empezaron su servicio en América, el pintor Johann Hermes en el Brasil – el mismo que falleció allí al año siguiente – y el carpintero Jakob Loessing de Ahaus en la diócesis de Münster, el cual fue enviado a Santa Fe de Bogotá y trabajó en esta provincia del Nuevo Reino en el moblaje y otras actividades en iglesias y colegios por algunos decenios (1675)²⁶.

²⁴ Edmond Lamalle, La propagande du P. Nicolas Trigault en faveur des missions de Chine (1616), en: Archivum Historicum Societatis Jesu 9 (1940) 49-120.

²⁵ Archivum Romanum Societatis Jesu, Rhen. Sup. 42, fol. 22. – Frank Pohle, Friedrich Spee und Franz Xaver – Poetische Reaktionen eines Daheimgebliebenen, en: Johannes Meier (Ed.), „...usque ad ultimum terrae“ (Nota explicativa 15), 13-37.

²⁶ Aquí se excluyen ejemplos de personas y datos particulares. En el marco de mi proyecto de investigación „Jesuitas de proveniencia centroeuropea en la América Portuguesa y Española - Siglos XVII y XVIII – (Jesuiten zentraleuropäischer Provenienz in Portugiesisch- und Spanisch-Amerika (17. / 18. Jahrhundert)“ estos datos han sido comprobados. Los resultados con respecto al Brasil (Redactor Fernando Amado Aymoré) han sido publicados (Nota explicativa 14). Otros tomos seguirán publicados con respecto a Chile (Michael Müller), Nueva Granada (Christoph Nebgen), Perú (Uwe Glüsenkamp), Quito (Peter Downes) y Paraguay (Michael Müller). Con respecto a Méjico quisiera llamar la atención a la obra de Bernd Hausberger: Jesuiten aus Mitteleuropa im kolonialen Mexiko. Eine Bio-Bibliographie: Studien zur Geschichte und Kultur der Iberischen und Iberoamerikanischen Länder, tomo 2 (Wien / München 1995).

En el Archivum Romanum de la Compañía de Jesús existe todavía una colección de 1.337 cartas del período de 1612 a 1729, en las que 619 autores diferentes de la provincia de Alemania Superior, de las del Alto y del Bajo Rin solicitan del general de la orden o su asistente responsable para Alemania su envío a las misiones en ultramar. Dentro de la orden se llamó “indipetae” a estos remitentes, que significa los que aspiran a la India; con la India se refirió en la lengua de esa época a las Indias Orientales u Occidentales, Asia y América e incluso a todo el mundo fuera de Europa. El promedio de edad de estos candidatos fue de 29 años. De hecho el 22,4 por ciento de los solicitantes de la provincia de Alemania Superior fue aceptado para ultramar, el 16,4 por ciento de la provincia del Bajo Rin y sólo el 11,3 % de los “indipetae” de la provincia del Alto Rin que tenía poco personal. Criterios importantes para la aceptación de las solicitudes para ser enviado como misionero fueron: salud robusta, gran capacidad de sobrellevar o enfrentar problemas que podrían presentarse, inteligencia y talento para los idiomas, así como también firmes fundamentos espirituales²⁷.

“Nuestros jóvenes deberían prestar su atención en sólo dos cosas: primero que terminen sus estudios con la mayor diligencia, lo que nuestros españoles tienen en mucho juzgar y lo que es siempre muy útil, segundo, que no se conformen con la ilusión de la virtud, sino que aprecien los asuntos espirituales, sobretodo la contemplación, la oración y la unión con Dios, porque en estos países están expuestos a muchos peligros de perder a Dios, a pesar de que habían esperado encontrarle allí en todo caso a causa de su profesión“. Así escribía el padre Dominicus Mayer, proveniente de Meßkirch, el día de Nochevieja del año 1719 al provincial de Alemania Superior padre Petrus Riederer en Munich²⁸.

Hasta una gran parte de la segunda mitad del siglo XVII sólo pocos jesuitas del territorio de lengua alemana llegaron a América portuguesa y española. Una razón fue la situación conflictiva del imperio, la Guerra de los Treinta Años y sus consecuencias, de otra parte las reservas todavía existentes de las administraciones de la corona ibérica. El 29 de noviembre de 1664 el P. General de la orden Gianpaolo Oliva pudo publicar el permiso,

²⁷ Christoph Nebgen, „... dahin zillet mein verlangen und begierd.“ Epistolae Indipetarum der Deutschen Assistenz der Gesellschaft Jesu als Quellengattung, en: Johannes Meier (Ed.), Sendung – Eroberung – Begegnung (Nota explicativa 4), 67-97. – Del mismo autor, „Ingens Martyrium non posse esse Martyrem.“ Missionarsberufungen nach Übersee in drei ausgewählten Provinzen der Deutschen Assistenz der Gesellschaft Jesu im 17. und 18. Jahrhundert, Dissertation, Katholisch-Theologische Fakultät der Johannes Gutenberg-Universität, Mainz 2006.

²⁸ La carta fue escrita en la misión „Inmaculada Concepción“ en el sector de las misiones Mojos. Ver: Joseph Stöcklein, Der Neue Welt-Bott mit allerhand Nachrichten dern Missionariorum Soc. Jesu. Allerhand so lehr- als geistreiche Brief, Schrifften und Reis-Beschreibungen, welche von denen Missionariis der Gesellschaft Jesu aus beyden Indien und andern weit entfernten Ländern in Europa angelangt seynd. Jetzt zum ersten mahl theils aus handschriftlichen Urkunden, theils aus denen französischen Lettres Edifiantes verteutsch und zusammengetragen (5 tomos con 8 partes respectivas), Augsburg/Graz/Wien 1726-1761, aquí: Tomo I, parte 7, Carta (Brief) número 170, páginas 67-70, la cita en la página 68.

logrado en las negociaciones con Madrid, de que a partir de entonces la creciente demanda de personal de las misiones podía ser cubierto en un 25 por ciento por misioneros no-españoles. En primer lugar se pensaba en súbditos de los Habsburgos austriacos que tenían relaciones familiares con los reyes españoles. Pero esta decisión, elevada al 33 por ciento en 1674, en gran medida favoreció también a solicitantes de otros territorios del Sacro Imperio Romano²⁹. Después de la Guerra de Sucesión de España las limitaciones por parte del Estado casi fueron abolidas. En la Compañía de Jesús el P. General Franz Retz (1730-1750), proveniente de la provincia de la orden de Bohemia, procuró el envío de muchos misioneros “alemanes“. Retz habría ido con mucho gusto a ultramar cuando era joven, pero su solicitud había sido rechazada en 1693 por el General de la orden de entonces, P. Tirso González. Retz escribió varias veces a las provincias alemanas rogándoles que enviaran candidatos para la misión, lo que finalmente sucedió³⁰. En Portugal la reina Maria Ana (1708-1754), que era hija del emperador Leopoldo I y provenía de Austria, fomentó el envío de padres y hermanos de lengua alemana a las misiones³¹. Este desarrollo tuvo un final abrupto por la política anti-jesuitica de los nuevos ministros Pombal en Portugal y Aranda en España, que desembocó en la expulsión de los jesuitas de los territorios portugueses y españoles (1759 y 1767/68) y finalmente a la extinción de la orden (1773).

En nuestro proyecto de investigación en la Facultad de Teología Católica de la Universidad de Maguncia hemos podido registrar - según el estado actual de la investigación – que 331 jesuitas, 209 padres y 122 hermanos, provenían de las cinco provincias de la orden de Europa Central y que habían trabajado en las seis provincias suramericanas de la Compañía de Jesús – la viceprovincia Maranhão está incluida junto con la provincia de Brasil. Sobre todo llama la atención la participación predominante de la provincia de Alemania Superior que presenta el 46,8 por ciento, en los hermanos incluso el 59 por ciento, en los padres “sólo” el 39,7 por ciento. Los jesuitas de Alemania Superior dominaron en todas las provincias hispanoamericanas, especialmente en las dos provincias situadas en el Cono Sur: Chile y Paraguay. Sólo en el Brasil existía una relación equilibrada entre los jesuitas de las provincias del Bajo Rin, de Alemania Superior y de la de Austria con una participación menos importante de las provincias de Bohemia y del Alto Rin. Sin embargo, los números totales en

²⁹ Christoph Nebgen, „Ingens Martyrium non posse esse Martyrem.“ (Nota explicativa 27), 43-47 (con citas).

³⁰ En el mismo libro, 55-58 (con citas).

³¹ Maria Ana de Austria (nacida en 1683, fallecida en 1754), hija del emperador Leopoldo I de su tercer matrimonio con Eleonore von Pfalz-Neuburg, casada desde el 9 de julio de 1708 con el rey João V de Portugal. La reina entró en correspondencia con muchos de los misioneros de lengua alemana activos en el Brasil. Citas en el tomo, mencionado en la nota explicativa 14, 231-356, repetidas veces.

el Brasil son más bajos que en todas las otras cinco provincias sudamericanas investigadas en nuestro proyecto.

Provincias:	Bajo Rin	Alto Rin	Alemania Superior	Bohemia	Austria	Suma
Brasil	8 (7/1)	1 (1/0)	8 (7/1)	4 (4/0)	7 (5/2)	28 (24/4)
Chile	2 (2/0)	8 (2/6)	48 (19/29)	10 (9/1)	6 (3/3)	74 (35/39)
Nueva Granada	8 (6/2)	3 (3/0)	18 (9/9)	2 (2/0)	6 (5/1)	37 (25/12)
Perú	2 (2/0)	9 (3/6)	16 (12/4)	14 (10/4)	5 (5/0)	46 (32/14)
Quito	1 (1/0)	3 (3/0)	19 (9/10)	13 (11/2)	9 (9/0)	45 (33/12)
Paraguay	4 (1/3)	0 (0/0)	46 (27/19)	28 (18/10)	23 (14/9)	101 (60/41)
América del Sur	25 (19/6)	24 (12/12)	155 (83/72)	71 (54/17)	56 (41/15)	331 (209/122)

Delante del paréntesis está el número total de los jesuitas comprobados, entre el paréntesis la relación entre: padres/hermanos. Al tomar en consideración los resultados de la investigación de Bernd Hausberger sobre México resulta la lista siguiente:

México	17 (16/1)	7 (5/2)	16 (11/5)	32 (28/4)	11 (9/2)	83 (69/14)
Ibero-américa	42 (35/7)	31 (17/14)	171 (94/77)	103 (82/21)	67 (50/17)	414 (278/136)

Lo que concierne el origen familiar de los misioneros investigados, los padres sobretodo provienen de familias burguesas de ciudades, frecuentemente de funcionarios públicos, no raramente de familias nobles, en general familias de nobleza baja, a veces también de capas sociales más pobres. Así por ejemplo Franz-Joseph Belz, el procurador de la Cámara austriaca en Friburgo de Brisgovia, Gabriel Bourel, consejal de la ciudad de Colonia,

Franz Peter von Eckart, consejero del Tribunal de la Corte en Maguncia, el conde húngaro Gabriel zu Fay, Mauritius Häckel, panadero en Aichach cerca de Augsburgo, Augustinus Hundt, alcalde en Olpe, Jean Misch, arquitecto municipal en Luxemburgo, Jost Perret, prefecto del señorío de Plaffeien en Friburgo/Uechtland (Suiza), y Johann Georg Schwarz, consejal en Amberg, - tenían en común que sus hijos obraban como padres jesuitas en el Brasil. Los hermanos en general provenían de familias de artesanos y a veces tenían la misma profesión que sus padres; Jakob Rothmayer, el cual se hizo famoso en Chile como herrero, campanero y relojero, era el hijo de un herrero de Legau cerca de Kempten³².

¡Pongamos nuestra atención ahora en el trabajo de los misioneros! El padre Martin Schmid escribió sobre este trabajo desde San Rafael de Chiquitos el 17 de octubre de 1744 a su hermano Franz, que vivía en Suiza, qué éste no era diferente de “lo que un padre solícito en Europa tiene que hacer con sus parroquianos todos los días visita a los enfermos en sus casas, les da de comer y les da medicina: administra los santos sacramentos; día y noche ayuda a los moribundos y les ayuda a que puedan terminar su vida felizmente”³³.

Este tono no se podía escuchar de todos los misioneros. Había grandes diferencias entre las regiones de las misiones. Los Chiquitanos, donde Martin Schmid trabajaba, habían aceptado el cristianismo con entusiasmo y lo habían integrado en su cultura. La situación era positiva de manera similar, pero un poco diferente, en el caso de sus vecinos en el norte, los Mojos, los Guaraní en Paraguay o los Chilotes en Chiloé. En otros pueblos, como por ejemplo en los Mapuche en la Araucanía, había dificultades y resistencias. Especialmente duro era el trabajo con las misiones Maynas, con los indios de la selva al Río Napo y los otros afluentes del Amazonas; la gran diversidad de lenguas de estas tribus y su permanente resistencia a establecimientos fijos hacían la vida muy difícil a los misioneros. En una carta del 2 de enero de 1727 a su profesor de filosofía Franz Göttner en Graz el padre Franz Xaver Zephyris expresó su sentimiento de dolor: “Es de conocimiento general que los españoles al conquistar los países de las Indias Occidentales dudaron durante mucho tiempo que los habitantes de estos países fueran verdaderos seres humanos o más bien animales sin razón... Durante mucho tiempo estas dudas prevalecían hasta que al final la Santa Sede respondiera después de deliberaciones profundas, que estas personas en su esencia eran seres humanos, y así también derivaban del padre de todos Adán – como nosotros.” – Zephyris aludió aquí a las

³² Como nota explicativa 26.

³³ Rainald Fischer (Ed.), P. Martin Schmid SJ 1694-1772. Seine Briefe und sein Wirken: Beiträge zur Zuger Geschichte, tomo 8 (Zug 1988), 100-105, aquí página 103.

declaraciones del Papa Pablo III del año 1537³⁴ – “Esta declaración es ciertamente correcta, sin embargo he comprobado tristemente que un papagayo imita o repite algunas palabras con más facilidad que un chico indio aprende a hacer la señal de la Santa Cruz”³⁵.

Mientras estas palabras sobretodo reflejan el disgusto de Zephyris sobre las dificultades del trabajo catequético, las primeras cartas y las relaciones de sus viajes de algunos jesuitas jóvenes, que llegaron a las misiones, muestran que en sus cabezas pululaban ideas estereotípicas sobre los indios como “salvajes”, “bárbaros” o incluso “caníbales”, resultantes de su socialización cultural o literatura anticuada. En algunos casos, tales prejuicios se mantenían por mucho tiempo con alusión a la embriaguez, la desnudez y poligamia de los indios. Sin embargo, llama la atención que muchos misioneros llegaron a juicios mucho más positivos en sus encuentros reales, la convivencia diaria y el contacto directo de muchos años. Esto se puede apreciar muy bien en las nueve cartas escritas por el padre Johannes Breuer, originario de Colonia, en los años de 1744 a 1757; cuanto más perdía su miedo tanto más sentía y reconocía los valores vividos por los habitantes indígenas: “Para hacerlo más claro: nuestros brasileños, y sobretodo los cristianos, son un pueblo pacífico; y estamos con ellos como personas que están contentos con su pobreza sin envidia ni rivalidad, y el mío y el tuyo, la raíz general de toda la discordia no existe entre ellos, y por esta razón hay muy pocas guerras”³⁶.

Anton Sepp de Tirol del Sur, que muchas veces tenía problemas con la indiferencia e incapacidad de sus indios Guaraní de proveerse y planear³⁷, reconoce abiertamente: “Cuando asisto a una persona que está falleciendo hablo frecuentemente con Balaam: ‘Moriatur anima mea morte istorum’. Me gustaría que mi alma muriera como la de estos indios, porque no se puede expresar con cuánta afabilidad, tranquilidad de conciencia y confianza completa de Dios ... fallecen. No se experimenta ningún signo de impaciencia, ningún suspiro, ningún enojo, ningún griterío, ningunos lamentos, incluso cuando sufren por mucho dolor durante mucho tiempo. No se lamentan de sed, ni del calor, ni del frío, ni del dolor, por los que sufren... Sencillamente opino que bajo el sol no existe ningún otro pueblo que fallece tan

³⁴ Josef Metzler (Ed.), *America Pontificia primi saeculi evangelizationis 1493-1592* (Anm. 12), aquí I, número 84, 364-366: „Veritas ipsa“ del 2 de junio de 1537, generalmente citado con el título „Sublimis Deus“. Al mismo tiempo hay que mencionar la bula „Pastorale officium“ del 29 de mayo de 1537, la cual exige la excomunión de los culpables de la esclavitud de los indios: En el mismo libro I, número 82, 359-361; además la bula „Altitude Divini Consilii“ del 1 de junio de 1537, en la cual se encuentran directivos para la cura de las almas de los indios: en el mismo libro I, número 83, 361-364.

³⁵ Joseph Stöcklein, *Der Neue Welt-Bott* (Nota explicativa 28), tomo II/2, parte 14, Carta (Brief) número 332, páginas 86-91, aquí página 89.

³⁶ Carta del 18 de noviembre de 1749 a su madre Maria Lucia Breuer en Köln: Joseph Stöcklein, *Der Neue Welt-Bott* (Nota explicativa 28), tomo V, parte 40, Carta número 793, páginas 39-42, aquí página 40.

³⁷ Klaus Schatz, *Die südamerikanischen Jesuiten-Reduktionen im Spiegel der Berichte deutscher Missionare*, en: Johannes Meier (Ed.), „...usque ad ultimum terrae“ (Nota explicativa 15), 167-181, aquí página 177 y siguiente.

decentemente y tranquilamente, como estos indios pobres, ingenuos, menospreciados y abandonados por todo el mundo “³⁸.

Sucedía que misioneros como Franz Xaver Wolfwisen de Baviera Superior en el curso de muchos decenios de trabajo olvidaba la lengua alemana y rechazaba aceptar un trabajo aparentemente más fácil a pesar de su edad avanzada para quedarse con los indios – en su caso los Mapuches – hasta el final de su vida³⁹.

Aparte de su trabajo religioso, los jesuitas además se manifestaban como propulsores en el contacto cultural; ellos aprendían las lenguas extranjeras y escribían diccionarios y gramáticas. En 1751 Wolfwisen, que a la sazón tenía 70 años, introdujo al padre más joven Bernhard Havestadt de Colonia, entonces de 37 años de edad, en la lengua de los araucanos en Santa Fe al sureste de Concepción al río Biobío, y así le preparó para su primer viaje de misión de cinco meses a la región donde ellos vivían. Havestadt empezó pronto a apuntar sus conocimientos y experiencias. De estos apuntes resultó la obra de tres tomos “Chilidúgú”, publicada en 1777 en Münster, que era al mismo tiempo una gramática con un diccionario de la lengua de los Mapuches, una historia de la misión de la Araucanía, con inspiración autobiográfica, incluyendo las oraciones y canciones traducidas por él al mapudungun y una descripción profunda de la civilización india del sur de Chile⁴⁰.

Una obra de la misma importancia histórico-etnográfica es la “Historia de los Abipones, una nación ecuestre y belicosa de Paracuaria ..”, escrita por el jesuita austriaco Martín Dobrizhoffer⁴¹. El jesuita silesiano Florian Paucke escribió una obra con muchas ilustraciones sobre los Mocovíes, un pueblo también de la región del Chaco, que es conocido en los países de lengua alemana como “Zwettler Codex 420“, según su lugar de custodia

³⁸ Carta del 24 de junio de 1692 desde Yapeyú a su hermano Gabriel: Joseph Stöcklein, *Der Neue Welt-Bott* (Nota explicativa 28), Tomo I, parte 2, carta número 48, páginas 40-60, aquí página 54 y siguiente.

³⁹ Mauro Matthei, *Visión de Chile a través de una carta de un misionero bavaro en 1742*. Carta del R.P. Francisco Javier Wolfwisen, misionero en Chile, de la provincia de Germania Superior, al R. P. Rodolfo Burckart, Provincial de dicha provincia, escrita en Santiago de Chile, el 1º de febrero de 1742, en: *Anuario de Historia de la Iglesia en Chile* 1 (1983) 201-210.

⁴⁰ Michael Müller, P. Bernhard Havestadt's „Chilidúgú“ – das literarische Vermächtnis eines Indianermisionars, en: *Kirchliches Buch- und Bibliothekswesen. Jahrbuch* 5 (2004) 105-129. – El musicólogo chileno Victor Rondón ha investigado los himnos sagrados publicados en la obra de Havestadt de manera detallada y las ha citado repetidas veces: Victor Rondón, *Música y Evangelización en el cancionero Chilidúgú (1777) del padre Havestadt, misionero jesuita en la Araucanía durante el siglo XVIII*, en: Manfred Tietz (Ed.), *Los jesuitas españoles expulsos. Su imagen y su contribución al saber sobre el mundo hispánico en la Europa del siglo XVIII: Bibliotheca Ibero-Americana*, Vol. 76 (Madrid / Frankfurt 2001), 557-579.

⁴¹ *Geschichte der Abiponier, einer berittenen und kriegerischen Nation in Paraguay*, Drei Teile, erschienen in Wien 1783/84. La obra más reciente con respecto a este tema: Angelika Kitzmantel, *Die Jesuitenmissionare Martin Dobrizhoffer und Florian Paucke und ihre Beiträge zur Ethnographie des Gran Chaco im 18. Jahrhundert*. Tesis doctoral (Dr. Phil.) en la Ludwig-Maximilians-Universität, Munich 2004.

("Hacia allá y para acá (una estada entre los indios mocovíes, 1749-1767)"⁴². También se deben mencionar entre muchos otros trabajos la relación sobre el viaje a Perú del padre Wolfgang Bayer⁴³, la obra "Descriptio Provinciae Moxitarum in Regno Peruano" de Franz Xaver Eder⁴⁴, la obra "Noticias profundas sobre la situación del paisaje de Maynas" de Franz Xaver Veigl⁴⁵ y las diferentes obras en las áreas de geografía y lingüística de Anselm Eckart⁴⁶ sobre el norte del Brasil.

Entre los misioneros se encontraban además excelentes cartógrafos, el más importante fue el padre Samuel Fritz de Trautenau en Bohemia cerca de las Montañas de los Gigantes. Él misionó entre los Omaguas, entre el Río Napo y el Río Negro de 1682 a 1725, y fundó durante este tiempo 38 misiones con iglesias, para las que él mismo esculpió altares de madera y pintó cuadros. Alrededor de 15 años trabajó en un mapa de Amazonia, que en 1707 sólo pudo ser publicado en Quito en un formato más pequeño (42 x 32 cm), porque no existía ninguna prensa adecuada para imprimir el original de tamaño 119 x 45 cm. El motivo del padre para la medición del mundo era su voluntad de proteger a los habitantes de los pueblos indios fundados por él; él comprobó que, según las instrucciones con respecto a las fronteras del Tratado de Tordesillas (1494), las misiones estaban en territorio español y que por esto las acciones de los cazadores de esclavos contra los indios desde el Brasil, no estaban justificadas⁴⁷. También el padre Alois Konrad Pfeil⁴⁸ de Konstanz y el padre Karl Hirschko⁴⁹

⁴² Florian Paucke, *Zwettler Codex 420: Hin und Her, Hin suesse und vergnuegt, Her bitter und betruet, Das ist treu gegebene Nachricht durch einen im Jahre 1748 aus Europa in West-America, nahmentlich in die Provinz Paraquay abreisenden und im Jahre 1769 nach Europa zuruckkehrenden Missionarium*. Ed. v. Etta Becker-Donner: *Archiv für Völkerkunde, Veröffentlichungen* 4, 1-2 (Wien 1959/1966).

⁴³ El informe fue publicado en: Christoph Gottlieb von Murr (Ed.), *Journal zur Kunst- und Literaturgeschichte* 3 (Nürnberg 1777) 113-326. No existe ninguna edición moderna; una traducción al español está preparada por Hiltrud Friederich-Stegmann en Madrid. Con respecto al editor: Christoph Nebgen, Christoph Gottlieb von Murr: Ein Protestant erhebt die Stimme gegen die Aufhebung der Gesellschaft Jesu, en: *Archivum Historicum Societatis Jesu* 73 (2004) 121-147.

⁴⁴ *Gründliche Nachrichten über die Verfassung der Landschaft von Maynas*. La obra fue publicada en 1791 en la editorial universitaria en Buda (Ofen); una traducción al español fue publicada por Josep M. Barnadas en 1985 bajo el título „Breve descripción de las reducciones de Mojos“ en Cochabamba.

⁴⁵ Christoph Gottlieb von Murr (Ed.), *Reisen einiger Missionarien der Gesellschaft Jesu in Amerika*, aus ihren eigenen Aufsätzen herausgegeben (Nürnberg 1785) 1-324. – También: *Journal zur Kunst- und Literaturgeschichte* (Nota explicativa 43) 16 (1788) 93-203 y 17 (1788) 17-161.

⁴⁶ Desde 1778 hasta 1803 numerosas obras de Eckart fueron publicadas y editadas por Christoph Gottlieb von Murr. Ver también: Christoph Nebgen, *Inter spem et metum. Die Vita des Mainzer Jesuiten Anselm Eckart (1721-1809)*, en: *Archiv für mittelhessische Kirchengeschichte* 55 (2003) 297-332. – Del mismo autor, Christoph Gottlieb von Murr (Nota explicativa 43), aquí páginas 132-142. – Con respecto a los méritos lingüísticos y filológicos de los misioneros jesuítas hay que comparar: Reinhard Wendt (Ed.), *Wege durch Babylon. Missionare, Sprachstudien und interkulturelle Kommunikation* (Tübingen 1998). – Henrike Foertsch, *Missionarmaterialien und die Entdeckung amerikanischer Sprachen in Europa. Vom Sprachensammler Lorenzo Hervás y Panduro zum Linguisten Wilhelm von Humboldt*, en: Reinhard Wendt (Ed.), *Sammeln, Vernetzen, Auswerten. Missionare und ihr Beitrag zum Wandel europäischer Weltansicht: Scripta Orolia* 123 (Tübingen 2001) 75-129.

⁴⁷ Jorge Villalba, *Documentos, diarios, memoriales, cartas y mapas del P. Samuel Fritz SJ, misionero del Amazonas, 1689-1709*, en: *Revista del Instituto de Historia Eclesiástica Ecuatoriana* 12 (1992) 55-94.

de Breslau eran cartógrafos con talento, a cuyas obras se recurrieron cuando se establecieron las fronteras entre el Brasil y Guayana Francesa en 1889 y entre Bolivia y Perú en 1906.

Los colegios grandes de la Compañía de Jesús en Bogotá, Quito, Cuzco, Córdoba y Santiago de Chile mantenían sus propias farmacias – tanto para abastecer la orden con medicina como para el servicio de la población local. Estas farmacias cooperaban entre ellas y formaban una red farmacéutica por todo el mundo mediante la farmacia del Colegio Romano. De América del Sur venía la corteza de quina; la farmacia del colegio de San Pablo en Lima era el suministrador más importante de esta primera medicina eficaz contra la malaria, con cuya ayuda dos jesuitas franceses habían curado al emperador chino Kangxi en Pekín de una fiebre grave intermitente. En el siglo XVIII numerosos jesuitas de lengua alemana actuaban en las farmacias americanas con gran interés en una síntesis de medicina europea e india. En Bogotá lo hacían así los hijos de dos médicos de Mindelheim Innozenz Hochstätter y Leonhard Wilhelm, en Quito Ignaz Lyro de Oppeln y Andreas Lechner de Munich, en Lima Andreas Zimmermann de Königheim, en Cuzco Michael Herold de Eger y Johann Jacob de Bamberg, en Córdoba Heinrich Peschke de Glatz. Allí también vivía y trabajaba el padre Sigismund Aperger de Innsbruck, un médico ya estudiado, autor de la obra “Tratado breve de medicina” y otras obras medicinales, al que se atribuyeron grandes éxitos en la lucha contra la viruela y otras epidemias. El inventario de la farmacia del colegio en Santiago de Chile registraba en 1767 cerca de 900 drogas europeas e indígenas; el autor, hermano Joseph Zeitler de Waldsassen, pareció tan insustituible al gobernador Antonio Güill y Gonzaga, que le permitió quedarse en el país cuatro años más después del decreto de expulsión contra la orden; sólo cuando hubo instruido a un colega mundano como su sucesor, Joseph Zeitler abandonó Chile en 1772 como último jesuita⁵⁰.

Finalmente se deben mencionar los artes. La iglesia del colegio San Miguel en Cartagena de Indias, en la cual se encuentra la tumba de San Pedro Claver, fue construida por el hermano Michael Schlesinger de Dillingen; en 1766 recibió la orden de construir un nuevo edificio para el colegio de Caracas; un terremoto contrariaba estos planes, el gobernador dió la

⁴⁸ Johannes Meier (Ed.), Jesuiten aus Zentraleuropa (Nota explicativa 14), 185-187 y 315-323.

⁴⁹ Javier Baptista, Hirschko, Carlos (Karl), en: Charles E. O'Neill / Joaquín M.^a Dominguez (Ed.), Diccionario (Nota explicativa 21), II 1927.

⁵⁰ Sabine Anagnostou, Jesuiten in Spanisch-Amerika als Übermittler von heilkundlichem Wissen: Quellen und Studien zur Geschichte der Pharmazie, tomo 78 (Stuttgart 2000). – Reinhard Wendt, Des Kaisers wundersame Heilung. Zum Zusammenhang von Mission, Medizin und interkontinentalem Pflanzenaustausch, en: Del mismo autor. (Ed.), Sammeln, Vernetzen, Auswerten (Nota explicativa 46), 23-43. – Sabine Anagnostou / Michael Müller, Joseph Zeitler – Auf den Spuren eines bayerischen Apothekers in Chile, en: Geschichte der Pharmazie. Beilage zur deutschen Apotheker-Zeitung 56 (2004) 16-23. – Los mismos, Missionsmedizin und Missionspharmazie im kolonialen Amerika, en: Johannes Meier (Ed.), Sendung – Eroberung – Begegnung (Nota explicativa 4), 261-291.

orden a Schlesinger de evaluar los daños en todos los edificios de la ciudad y desarrollar un concepto para la reedificación. En Quito el padre Leonhard Deubler de Bamberg dirigió la construcción de la iglesia jesuita. En Perú el padre Johann Rehr, proveniente de la provincia bohemia de la orden, fue llamado a la capital desde las misiones de Mojos después del terremoto de 1746, para empezar con la reedificación de la catedral destruida y de otras iglesias; experto en estática capacitado recibió la cátedra de Matemáticas en la Universidad de San Marcos de Lima en 1749. La iglesia de madera de Achao en Chiloé, claramente adaptada al estilo barroco de Alemania del Sur en su estilo de construcción, fue construida por el hermano de Tirol Anton Miller después de 1730;

es la iglesia más antigua preservada hasta ahora en el Sur de Chile y fue aceptada en la lista del Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO como también las iglesias de San Rafael, San Javier y Concepción en la Chiquitanía en el este de Bolivia; basándose en un tipo de construcción local, el padre Martin Schmid construyó estos edificios espléndidos de madera y barro con proporciones esmeradas, arquitectura bien planeada y decoración con ricos altares entallados. Schmid, como los otros constructores, cooperaba con artesanos indios y promocionaba así la simbiosis barroca del arte y la integración civilizadora de los indios⁵¹.

Para la iglesia de San Rafael Schmid construyó además “un órgano nuevo y más grande... No podéis creer, lo bien que estos indios tocan el órgano, qué bien han aprendido a tocar el violín y a cantar, para que puedan laudar y alabar a Dios, su creador, no sólo en los días de fiesta, sino también en los días laborales en las misas, para que todo el pueblo venga a escucharlo cada día”⁵².

También numerosas obras de arte en los colegios y las misiones de los jesuitas suramericanos se deben a la creación por europeos centrales. Altares, púlpitos y techos de San Ignacio en Bogotá fueron realizados por Jakob Loessing de Ahaus, ya mencionado antes, el púlpito de Santo Alexandre en Belém do Pará es una obra de Hans Xaver Treyer de Sillian en Tirol del Este. En el museo de la catedral de Santa Cruz de la Sierra se exhiben cuatro retablos del altar, pintados por el hermano Adalbert Marterer de Falkenau. En Chile, donde en los años

⁵¹ Felix Alfred Plattner, *Deutsche Meister des Barock in Südamerika* (Freiburg / Basel / Wien 1960). – Luisa Elena Alcalá, *Fundaciones Jesuíticas en Iberoamérica*. Con contribuciones de Gauvin Alexander Bailey, Clara Bargelleni, Luis Eduardo Wuffarden (Sin lugar: Fundación Iberdrola / Ediciones El Viso 2002).

⁵² Rainald Fischer (Ed.), P. Martin Schmid (Nota explicativa 33), 112-119, aquí página 113 (Carta a su hermano Franz Silvan Schmid desde San Juan de Chiquitos del 28 de septiembre de 1761). Schmid ya había llevado un órgano de seis registros en su salida de Potosí a las misiones Chiquitos en 1730. En los años siguientes introdujo la música religiosa polifona barroca en sus parroquias, fundó coros y orquestas y creó composiciones y construyó instrumentos para ellos: Eckart Kühne (Ed.), *Martin Schmid 1694-1772. Missionar – Musiker – Architekt. Ein Jesuit aus der Schweiz bei den Chiquitano-Indianern in Bolivien*. Catálogo de la exposición (Luzern 1994).

1716/20 Johann Bitterich, el hermano mayor del escultor de Maguncia Martin Bitterich, ya había trabajado, se creó por iniciativa del padre Karl Haimhausen una colonia de artistas y artesanos desde 1748 en la finca rural de Calera de Tango al sur de Santiago, en la que 23 hermanos de la orden de la provincia de Alemania Superior trabajaban en muy diversos aspectos con un nivel de calidad extremadamente alto; además resaltar las magníficas obras de orfebrería y platería exhibidas en el museo de la catedral de Santiago (cálices, custodias, antependios etc.) de los hermanos Johann Joseph Köhler y Franz Pölants⁵³.

III. El final de las misiones de los jesuitas

A mediados del siglo XVIII el trabajo de misión intensivo de los jesuitas en los territorios portugueses y españoles de América del Sur empezó a encontrar resistencia en las Cortes de Lisboa y Madrid. Debido a su prosperidad económica las misiones fueron consideradas como prueba de que los jesuitas quitaban riquezas del Estado para sus fines religiosos. La situación se hizo crítica cuando por el Tratado de Límites entre España y Portugal del año 1750 a cambio de la Colônia do Sacramento portuguesa (frente a Buenos Aires) las siete reducciones guaraníes al este del Río Uruguay pasaron bajo jurisdicción de Portugal. Las protestas de la población india contra las modificaciones de las fronteras, que le confrontó con la alternativa del descongestionamiento o pérdida de sus derechos (a causa de la esclavitud de indios todavía permitida en el Brasil), dió la ocasión al Marqués de Pombal de acusar a los jesuitas como enemigos del gobierno legal y como creadores de un Estado jesuítico. Pombal fue nombrado ministro regente del rey José I de Portugal (1755-1777) después de la muerte de la reina María Ana que apoyaba a los jesuitas. Con dos obras publicadas bajo otro nombre, Pombal incitó una polémica aprovechándose de resentimientos contra el racionalismo y la masonería que se suponía en la orden⁵⁴, lo que finalmente desembocó en la expulsión de los jesuitas de Portugal y sus colonias en 1759 y en 1767 de los

⁵³ Johannes Meier, Johann Bitterich und die Indios von Oberursel, en: Würzburger Diözesangeschichtsblätter 62/63 (2001) 945-952. – Michael Müller, Der bayerische Jesuit Karl Haimhausen (1692-1767). Sein Beitrag und seine Korrespondenz zur Organisation der deutschen Chilemission im 18. Jahrhundert, en: Zeitschrift für Bayerische Landesgeschichte 67 (2004) 297-330.

⁵⁴ Los dos títulos son así: Relação abbreviada da republica que os religiosos Jesuítas das provincias de Portugal, e Hespanha, estabelecerão nos dominios ultramarinos das duas monarchias (Lisboa 1757) y: Dedução Chronologica e Analytica na qual se manifestão pela succesiva serie de cada hum dos reynados da Monarquia Portuguesa que decorrerão desde o Governo do Senhor Rey D. João III. até o presente os horrorosos estragos que a Companhia denominada de Jesus fez em Portugal e todos os seus dominios por hum plano e systema por ella inalteravelmente seguido desde que entrou neste Reyno, até que foi delle proscripta e expulsa pela justa, sabia e providente Ley de 3 de setembro de 1759 (Lisboa 1767/68).

territorios del imperio español. Al final, en 1773 la Compañía de Jesús fue extinguida por el Papa Clemente XIV ante las presiones políticas⁵⁵.

El final de esta política significó la ruptura violenta de un singular proyecto de evangelización en la historia de la iglesia de la época moderna. En la Chiquitanía el padre Martin Schmid, que entonces tenía 73 años, lo vivió así: “... Al final de 1767 varios capitanes han venido con algunas tropas de soldados a las misiones para anunciarnos la orden del rey y llevarnos de las misiones. Nos ha costado un gran esfuerzo de persuadir y convencer a los indios para que no se agiten y se rebelen y no asesinen a los capitanes y soldados”⁵⁶. „...Ay! No puedo pensar en eso sin que se me parta el alma por el dolor, cuando he tenido que despedirme de mis pobres indios amados y abandonados. He estado sentado en mi mulo para viajar, pero ha sido imposible dar un paso: todos me han rodeado y no han dejado partir al mulo. No se puede describir cuántas lágrimas han vertido, qué grande eran su llanto y su lamentación, qué fuertes eran sus suspiros, alaridos y lloros. Zoiyai, azica annà, así gritaban: Ay, padre, quédese aquí, no se vaya, no nos abandone. ¿Yaqui nazarati zoichacu? ¿Quién cuidará de nosotros? ¿Quién nos apoyará y proveerá? ¿Quién nos acompañará al cielo? Todo esto duraba mucho tiempo. Y no podía hablar ni una palabra por el dolor y tenía que derramar lágrimas con ellos. Y sólo al final el mulo avanzaba y empezaba a irse”⁵⁷.

La vuelta fue dura y duró tres años; él comenzó el viaje por las cordilleras de los Andes y los próximos pasos de su viaje fueron así: un barco de Arica a Lima, allí algunos meses de detención, otro barco a Panamá, después por el istmo a Portobelo, luego otra detención, un barco a Cartagena, entonces uno a La Habana/Cuba, finalmente a Cádiz, después 15 meses de detención en Puerto de Santa María, entonces puesto en libertad, viaje en barco a La Spezia, finalmente el viaje por tierra via Bologna, Mantua, Trento e Innsbruck a Augsburgo, donde llegó en noviembre de 1770. Desde Innsbruck anunció su vuelta nunca imaginada a su hermano, el padre capuchino Franz Schmid, y añadió en la misma carta: “Hoc est maxime dolendum, non nostra expulsio, sed misera et infelix Indorum sors, quae ex nostra expulsionem secuta est”⁵⁸. En otra carta a finales de noviembre él escribió: “Estos pobres indios

⁵⁵ Christine Vogel, *Der Untergang der Gesellschaft Jesu als europäisches Medienereignis (1758-1773). Publizistische Debatten im Spannungsfeld von Aufklärung und Gegenklärung: Veröffentlichungen des Instituts für Europäische Geschichte Mainz*, tomo 207 (Mainz 2006).

⁵⁶ Rainald Fischer (Ed.), P. Martin Schmid (Nota explicativa 33), 129-131, aquí página 129 (Carta a su primo, padre Franz Xaver Schmid SJ, desde Augsburgo del 28 de noviembre de 1770).

⁵⁷ En el mismo libro, 137-139, aquí páginas 137 y siguiente (Carta a su sobrina, la monja Kunegundis Schmid OSB, desde Augsburgo del 24 de febrero de 1771).

⁵⁸ En el mismo libro, 127 (Carta del 21 de octubre de 1770).

me entristecen, me causan mucha pena día y noche, y no les puedo olvidar, y sobretodo porque no se puede esperar que logren ser tan felices como antes “⁵⁹.

Con tales y similares destinos terminó el trabajo de los jesuitas en Iberoamérica. No se sabe el número exacto de los jesuitas que fallecieron durante las deportaciones. En Portugal su tratamiento con muchos años de prisión militar fue muy brutal, muchos sólo fueron puestos en libertad después de la caída del ministro Pombal en 1777. España solamente detuvo por un tiempo más largo a los padres que habían trabajado en la península de Baja California y en el archipiélago de Chiloé, los otros podían ausentarse para sus países de origen después de algún tiempo o fueron expulsados a los Estados Pontificios⁶⁰.

Jesuitas afectados por la expulsión de Iberoamérica (1759/1767) provenientes de las cinco provincias de Europa Central (Provincia del Bajo Rin, del Alto Rin, de Germania Superior, de Bohemia y de Austria)			
Provincia	Cifra total	Padres	Hermanos
El Brasil	13	12	1
Chile	42	17	25
Nueva Granada	9	4	5
Perú	21	11	10
Quito	25	18	7
Paraguay	53	25	28
América del Sur	163	87	76
México	42	35	7
Iberoamérica	205	122	83

En América aún hoy se puede observar la impresión de la “aculturación dirigida”⁶¹, que los jesuitas iniciaron en las regiones de su misión en los pueblos indios, sobretodo se

⁵⁹ Nota explicativa 56, 130 y siguiente.

⁶⁰ Uwe Glüsenkamp, „Reditus ex missione“ Jesuiten aus der Oberdeutschen und den beiden Rheinischen Provinzen nach der Vertreibung aus den Ländern des spanischen und portugiesischen Patronats, en: Johannes Meier (Ed.), Sendung – Eroberung – Begegnung (Nota explicativa 4), 383-404. – Del mismo autor: Das Schicksal der Jesuiten aus der Oberdeutschen und den beiden Rheinischen Provinzen nach ihrer Vertreibung aus den Missionsgebieten des portugiesischen und des spanischen Patronats (1755-1809), Tesis doctoral, Facultad de Teología Católica de la Johannes Gutenberg-Universität, Mainz 2007.

⁶¹ Wolfgang Reinhard, Gelenkter Kulturwandel im siebzehnten Jahrhundert. Akkulturation in den Jesuitenmissionen als universalhistorisches Problem, en: Historische Zeitschrift 223 (1976) 529-590.

puede notar donde las regiones fueron constantemente pobladas y no afectadas por guerras fronterizas u otras causas. En Mojos⁶², la Chiquitanía⁶³ y en Chiloé⁶⁴ la herencia de la orden es una parte integral de la cultura regional.

Ya Alexander von Humboldt observó en 1802 con ocasión de su visita de la biblioteca del colegio en Quito: “Antes de la extinción de la orden se escribió mucho contra los jesuitas. Hoy cada persona prudente siente mucho la ausencia de ellos”⁶⁵. Tres décadas después el experto francés en Ciencias Naturales Alcide d’Orbigny llegó a la Chiquitanía en un viaje de investigación; él escribió: “Al ver cada nueva misión me sorprendí, porque tenía que pensar que estas instalaciones eran la obra de seres humanos que bajo la dirección de los jesuitas sólo poco tiempo antes habían escapado del estado salvaje. Tenía que admirar continuamente el progreso enorme, que esta orden había logrado en tan poco tiempo”⁶⁶.

⁶² David Hüser, „Gott hat in der Bibel nicht alles gesagt ...“. Volksreligiosität in Mojos (Bolivien), Tesina final (Diplomarbeit), Philosophisch-Theologische Hochschule Sankt Georgen, Frankfurt 2004.

⁶³ Johannes Meier, Religiöse Entwicklungen in den Chiquitos-Reduktionen (Bolivien) seit der Ausweisung der Jesuiten, en: Klaus Koschorke (Ed.), „Christen und Gewürze“. Konfrontation und Interaktion kolonialer und indigener Christentumsvarianten: Studien zur Außereuropäischen Christentumsgeschichte (Asien, Afrika, Lateinamerika), tomo 1 (Göttingen 1998), 117-131.

⁶⁴ Como nota explicativa 15.

⁶⁵ Alexander von Humboldt, Die Wiederentdeckung der Neuen Welt. Erstmals zusammengestellt aus dem unvollendeten Reisebericht und den Reisetagebüchern. Herausgegeben und eingeleitet von Paul Kanut Schäfer (München / Wien 1992) 271. – También: Johannes Meier, Die Kirche in Spanisch-Amerika um 1800 nach den Reiseschilderungen Alexanders von Humboldt, en: Cristianesimo nella storia 17 (1996) 485-516, aquí páginas 506 y siguiente.

⁶⁶ Alcide d’Orbigny, Voyage dans l’Amérique Méridionale, 9 tomos (Paris 1835/1847), aquí citado según la segunda edición de la traducción al español (Primera edición: Buenos Aires 1945): Viaje a la América Meridional. Brasil – República del Uruguay – República Argentina – La Patagonia – República de Chile – República de Bolivia - República del Perú. Realizado de 1826 a 1833: Travaux de l’Institut Français d’Études Andines, número 154, tomos I-IV (La Paz 2002), aquí III, 1292. D’Orbigny hace esta advertencia en su descripción de la misión San Rafael, su sexta residencia en Chiquitos. Ya en San Javier, donde sus viajes de la Chiquitanía habían comenzado, estaba lleno de admiración; él había encontrado allí una tejeduría con cuarenta telares, un taller curtidor, una zapatería, carpintería, un taller de tornero y una herrería. Estos talleres producían muebles, textiles y cerraduras de una calidad que se podía comparar muy bien con las obras producidas en las grandes ciudades de Bolivia; y él informó: „En la misa de domingo estuve muy sorprendido de escuchar una música, que superaba a todo lo que había oído hasta entonces incluso en las ciudades más ricas de Bolivia. Los dos directores del coro y de la orquesta presentaban diferentes composiciones en una armonía digna de admiración. Cada cantante tenía su hoja de música delante de él y presentaba su parte con gusto, acompañado del órgano y muchos violines.... Yo escuché esta música con una alegría enorme, ya que en toda América nunca había escuchado algo mejor“ (En el mismo libro, 1266 y siguiente).

Ilustraciones:

- (1) Los viajes del Santo Francisco Javier.

Según: Georg Schurhammer, Franz Xaver. Sein Leben und seine Zeit, 2 tomos (in 4 tomos parciales) (Freiburg 1955-1973), aquí: Segundo tomo: Asien 1541-1552, primer tomo parcial: Indien und Indonesien 1541-1547 (1963) 808 y siguiente.

- (2) Mapa de las provincias de la Asistencia Alemana de la Compañía de Jesús, Regalo de la Provincia del Bajo Rin (P. Hartzheim) al General de la orden Franz Retz (1730-1750). Roma, Archivum Romanum Societatis Jesu, sin signatura.

- (3) El desarrollo de la organización eclesiástica y de la misión en América del Sur hasta alrededor de 1750. Según: Hubert Jedin / Kenneth Scott Latourette / Jochen Martin, Atlas zur Kirchengeschichte (Freiburg / Basel / Wien 1970), página 85. – Los áreas de misión de los jesuitas están representados en color verde. Las misiones entre los Abipones, los Mocobíes, los Chiriguano y otros nómadas al caballo en el Chaco en el norte de lo que hoy es Argentina (al norte y este del Río Salado) no están representadas aquí.

- (4) Solicitud para poder ser activo en la misión por parte de Friedrich Spee, escrita en Worms en noviembre de 1617. Roma, Archivum Romanum Societatis Jesu, Rhen. Sup. 42, fol. 22.

- (5) Bernhard Havestadt, Chilidúgú, sive res Chilenses, vel descriptio status tum naturalis, tum civilis, cum moralis regni populi que Chilensis, inserta suis locis perfectae ad Chilensem linguam manuductioni (Münster 1777), Suplemento: Representación de dos viajes misioneros en noviembre y diciembre de 1751, así como también en enero, febrero y marzo de 1752 desde Santa Fe a las regiones de los indios al sur y norte del Río Biobío.

- (6) Mapa del río Amazonas del padre Samuel Fritz de la Compañía de Jesús, imprimo en Quito en 1707. Según: José Jouanen, Historia de la Compañía de Jesús en la antigua provincia de Quito 1570-1774, 2 tomos (Quito 1941-1943), aquí: Tomo I, después de la página 648.

- (7) Achao (Isla Quínchao / Chiloé), Chile, Iglesia Santa María de Loreto, representación del Santo Ignacio de Loyola y del Santo Francisco Javier en la puerta de un tabernáculo de madera. Fotografía: Parroquia de Achao.

Resumen:

“Totus mundus nostra fit habitatio”

Jesuitas del territorio de lengua alemana en la América portuguesa y española

La ponencia presenta – saliendo de citas de algunos de los primeros jesuitas como Francisco Xavier, Ignacio de Loyola y Jerónimo Nadal y con referencia a sus actitudes – la espiritualidad específica de la Compañía de Jesús: una espiritualidad de peregrinación con el principio apostólico de la misión por el Papa y el principio pastoral de ayudar a las almas. Por esta razón nunca hubo una visión cerrada como fue usual en otras órdenes; el carisma de la Compañía de Jesús pasa del concepto monástico de “*stabilitas loci*” al de “*Totus mundus nostra fit habitatio*”, todo el mundo se convierte en nuestra casa.

En un principio la ponencia presenta el rápido crecimiento de la Compañía durante los siglos XVI, XVII y XVIII en Europa y Ultramar. En América y Asia la orden se estableció por un lado en la sociedad colonial, donde tenía colegios, iglesias y casas para sus actividades en la educación y cura de almas, por otro lado en las regiones de frontera y periféricas, donde se encontraban los misioneros entre las poblaciones indígenas. La ponencia describe especialmente las distintas misiones de los jesuitas en América del Sur.

Finalmente se explica la participación de padres y hermanos provenientes del territorio de lengua alemana en Iberomérica durante la época colonial según su procedencia de las cinco provincias centroeuropeas (Bajo Rin, Alto Rin, Alemania Superior, Bohemia, Austria) y según su destino para las provincias en América del Sur: Brasil/Maranhão, Chile, Nueva Granada, Perú, Quito y Paraguay.

Primera publicación bajo el título: “Totus mundus nostra fit habitatio“. Jesuiten aus dem deutschen Sprachraum in Portugiesisch- und Spanisch-Amerika, en: Akademie der Wissenschaften und der Literatur, Abhandlungen der Geistes- und sozialwissenschaftlichen Klasse, Jahrgang 2007, Nr. 2 (Mainz / Stuttgart 2007).

Traducción por Adelheid Philipp

Jesuítas Terapeutas na América Colonial

Sabine Anagnostou

Muitos mensageiros da fé na América Colonial dedicaram-se ao tratamento de doentes com os medicamentos então disponíveis – mesmo que isso não tenha, até agora, merecido maior atenção. Franciscanos, beneditinos, dominicanos, capuchinhos, jesuítas, todos eles dedicaram-se ao próximo sofredor para auxiliá-lo também no tocante a seu bem-estar físico com meios médico-farmacêuticos.

No entanto, foram especialmente jesuítas, nas missões do assim chamado Novo Mundo, os que deram contribuição significativa para o atendimento a doentes nas missões do século XVI ao XVIII, não só na América, mas, pode-se dizê-lo com tranquilidade – em todo o mundo – e tiveram influência sobre o desenvolvimento de diversas *Materiae medicae*.

Logo após a fundação da ordem, em 1540, jesuítas partiram, seguindo a comissão missionária de Cristo no sentido do apostolado universal, para as regiões mais afastadas do mundo então conhecido, dispostos a ir para onde mais fossem necessitados – O mundo é nossa casa, formulou-o certa vez Nadal – para levar às pessoas a Boa Nova.

Buscando a Deus em todas as coisas, centravam sua ação em seu objetivo primordial *omnia ad maiorem Dei gloriam*. No Novo Mundo, os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, até que, em 1566, também pudessem iniciar sua obra missionária na América espanhola. Nos centros de civilização surgiram colégios, nos quais se dedicaram ao ensino e à formação da população; no entanto, os jesuítas foram os primeiros e muitas vezes únicos, na maioria das vezes em duplas, a se dirigir a regiões intransitáveis e desconhecidas da área missionária, segundo o pensamento gigantesco de ir para aquelas localidades para as quais ninguém quer ir e auxiliar àqueles que ninguém quer ajudar, para assentar em aldeamentos missionários povos pescadores, coletores e caçadores, nos quais aproximavam os nativos, considerando suas peculiaridades culturais, à vida cotidiana comum da fé católica e aos princípios da civilização européia.

Foi dessa forma de organização peculiar da missão cristã que surgiram as conhecidas reduções jesuíticas. Mesmo que esse método missionário não seja totalmente de origem jesuítica, a *maneira* como os jesuítas traduziram essa concepção para a realidade é tida por peculiar. Sua disposição de ânimo aberta e tolerante, radicada na espiritualidade inaciana, bem como na flexibilidade, permitiram-lhes respeitar a

autonomia cultural dos nativos – se bem que no contexto do âmbito experiencial histórico – e, parcialmente, produzir inclusive uma inculturação do cristianismo.

Em uma atmosfera de confiança pode haver também intercâmbio de conhecimento médico-farmacêutico – tanto do europeu quanto do indígena – como elemento cultural. Muitas designações populares para drogas médicas como casa jesuítica, bálsamo jesuítico ou chá jesuítico, ainda hoje relembram a atuação médico-farmacêutica dos jesuítas nas missões da América colonial.

O que, no entanto, motivou os jesuítas, cuja tarefa primeira era a transmissão da fé, a atuar tão intensamente no âmbito terapêutico, tanto como terapeutas quanto como enfermeiros, bem como pesquisadores da a eles estranha Materia medica?

O cuidado médico-farmacêutico da população na América colonial era extremamente precário. Quase não se encontravam médicos profissionais e farmacêuticos; por isso jesuítas resolveram auxiliar os doentes conforme melhor poder e querer com medicamentos. Voltando-se ao ser humano sofredor não só no tocante à salvação da alma (*salus*), mas também no tocante à cura corporal (*sanatio*), os missionários seguiram o exemplo de Cristo e proporcionaram aos doentes, com o cuidado, o serviço do amor ao próximo enquanto elemento essencial da fé cristã. O serviço ao próximo no discipulado de Cristo nas missões apresenta-se de maneira plástica mais bela no retábulo de Mindelsheim, que apresenta São Francisco Xavier correndo atrás de Cristo, carregando um nativo sobre os ombros.

Os motivos para a atividade terapêutica dos jesuítas estão expressos em muitas de suas cartas: é o amor a Deus em Cristo e o amor ao próximo. Assim escreve o Padre Dominicus Mayr da Redução Immaculatae Conceptionis, na atual Bolívia, no ano de 1727:

“No mais, vivemos nesta erma e ínvia terra, mesmo que careçamos de muito, porque aquele um, por cujo amor nós aqui nos esfalfamos e incomodamos, nos é tudo. Por outro lado, nos tornamos tudo, como o requer o apostolado, para esse povo infeliz e digno de toda a misericórdia: o padre é mãe e médico e cirurgião, professor e agricultor, cozinheiro e sacerdote.

Assim, a situação de necessidade e o amor em relação a este povo miserável faz de nós missionários médicos e cirurgiões e ensina-nos a sangrar e a extrair dentes, mesmo que jamais tenhamos sido introduzidos a este modo da ciência.”

Em si, segundo o mandamento canônico “*ne clerici medicinam exerceant*”, não era permitido aos homens da ordem exercer a terapêutica. Entretanto, já em 1576, o

Papa Gregório XIII concedera aos jesuítas por causa de sua boa reputação, através de um indulto, o privilégio, de exercer a terapêutica como serviço do amor ao próximo, desde que nela tivessem experiência e a permissão do superior, sob o pressuposto de que estivessem em regiões nas quais faltassem médicos, os quais não poderiam ser consultados.

Continuou, contudo, proibido que membros da ordem procedessem eles mesmos práticas cirúrgicas, isto é, práticas sanguinolentas. Para esses casos, os jesuítas transmitiram conhecimentos a nativos que os auxiliavam como cirurgiões ou enfermeiros.

Muitos jesuítas descrevem o quanto as pessoas necessitavam de auxílio médico-farmacêutico nas missões. O Padre Ernst Steigmiller escreve em carta do ano de 1725, da Colômbia:

“Quando um de nossos indígenas adoece, chama-se o missionário, para que auxilie a alma e o corpo ao mesmo tempo, pois aqui não se encontram nem médico nem medicamento.”

No cotidiano do Padre Anton Sepp, no Paraguai, a visita aos doentes fazia parte de sua vida diária. Ele diz acerca de sua atuação como terapeuta:

“No que toca os doentes, o Padre tem que ser o medicus e o farmacêutico: pois nem mesmo nós padres temos medicum. O Padre tem que medir o pulso do paciente e, muitas vezes, fazer ele mesmo a sangria, pois poucos indígenas o dominam. O Padre tem que dar-lhes o vomitório. O Padre pergunta, se ele dormiu, se tem apetite para comer? Se outra medicina é necessária, o Padre tem que fazer o pozinho, a beberagem.”

Quando das muitas epidemias do Antigo Mundo, como bexigas e sarampo, que grassaram horivelmente entre a população autóctone, os jesuítas instalaram hospitais, nos quais procuraram oferecer o auxílio possível aos doentes.

Os medicamentos para o tratamento dos doentes eram obtidos pelos jesuítas, em parte, da Europa. Nas missões mais afastadas, contudo, valiam-se também dos medicamentos que existiam no Novo Mundo, cuja aplicação aprenderam no contato diário e no exemplo dos nativos.

Esses novos medicamentos eram, então, experimentados pelos jesuítas em suas próprias terapias. Nas hortas das missões, os homens da ordem cultivavam, então, s plantas medicinais americanas ao lado das européias.

Mesmo que muitos missionários não tivessem formação fundada no âmbito da terapêutica, obtiveram em suas obras caritativas conhecimentos terapêuticos, os quais

também fixaram por escrito em forma de compêndios, depois difundidos. Os compêndios terapêuticos produzidos pela pena de jesuítas deveriam proporcionar, especialmente a outros missionários, que também se defrontavam com as condições de mau atendimento médico, conselhos para um tratamento especializado de doentes com os medicamentos existentes no local, proporcionando medicamentos baratos ou até mesmo gratuitos; pois especialmente os pobres nas missões não teriam podido adquirir medicamentos caros, provenientes da Europa.

Um desses compêndios médico-farmacêuticos é a *Materia médica misionera* do jesuíta Pedro Montenegro (1663-1728), natural da Galícia. Montenegro tivera na Europa formação médica, provavelmente como enfermeiro e dedicou-se nas missões do Paraguai ao tratamento médico de seus muitos pacientes, bem como à pesquisa das plantas medicinais ali existentes.

Montenegro apresente de forma inequívoca a motivação para sua inclinação à terapêutica: como entre seus irmãos de ordem, foram o amor a Deus e o amor ao próximo, o qual por causa da situação de atendimento médico nas missões carecia urgentemente de auxílio terapêutico.

Por isso, sentiu-se chamado a pesquisar os mistérios do poder curativo de diversas plantas para o bem de seus próximos, para o louvor de Deus como criador da terapêutica e das plantas medicinais, que se comiserava dos seres humanos sofredores.

O resultado de seus longos anos de pesquisa sobre o poder de cura de plantas americanas foi fixado por Montenegro no início do século XVIII em seu thesaurus de plantas medicinais *Materia médica misionera*. Trata-se de volumoso herbário e contém cerca de 150 monografias sobre plantas medicinais americanas, algumas provenientes da Ásia e outras que eram conhecidas por Montenegro de sua prática terapêutica na Europa. Montenegro descrever as plantas medicinais detalhadamente, na maioria das vezes desenhou-as e mencionou sua designação em espanhol, tupi e guarani.

Grande quantidade de sugestões de receitas, além de introdução específica para sua confecção e propriedades, deveria possibilitar especialmente ao leigo na medicina o tratamento especializado de doentes nas missões para o bem dos mesmos. Mesmo que Montenegro faça referência a mestres tradicionais da terapêutica ocidental na identificação, descrição e aplicação das plantas medicinais e se baseie em obras de cientistas contemporâneos sobre a flora e a fauna americanas, também se valeu dos antiquíssimos conhecimentos dos nativos, com os quais convivia, como fonte para seu saber acerca do poder curativo das plantas americanas.

É verdade que está comprometido com a opinião de escolas européias e que, por isso, explica o efeito e a aplicação, tendo como pano de fundo conceitos europeus sobre doença e terapêutica, como a patologia de humores e qualidades de Galeno.

Foi assim que Montenegro conhecimentos próprios e os conhecimentos etnomédicos do Paraguai acerca de plantas medicinais americanas no paradigma médico europeu. Concomitantemente, em suas terapias são inseridos métodos e medicamentos do Velho Mundo de modo que Matéria medica americana e européia se complementam e amalgamam.

Inúmeras drogas medicinais da *Materia médica misionera* de Montenegro foram assumidas pela terapêutica européia, tal foi o caso do chá jesuítico ou paraguaio e o bálsamo-jesuítico ou missionário.

Enquanto seu irmão de ordem se dedicava especialmente ao estudo das plantas medicinais nativas da América, o jesuíta tirolês Sigismund Aperger, que atuou por muitos anos nas missões do Paraguai e que era muito respeitado por causa de seus conhecimentos no campo da terapêutica, mesmo que não tenha tido formação médica, permaneceu fiel aos medicamentos europeus tradicionais. As fontes relatam a respeito de sua atuação terapêutica durante horrível epidemia em Córdoba, em 1718:

“Padre Sigismundus Aperger, um nome famoso nestas terras, atraiu, por causa de sua feliz habilidade na arte da medicação, o amor e a consideração de todos. Ouvi um padre espanhol dizer a seu respeito: ‘Se não fosse esse alemão, metade de nossa província do Paraguai teria morrido’.”

Os conhecimentos terapêuticos adquiridos durante sua atividade médico-farmacêutica nas missões foram fixados por escrito pelo jesuíta no famoso compêndio *Tratado breve de medicina* que deve ser saído a lume na primeira metade do século XVIII.

O *Tratado breve de medicina* contém inúmeras descrições das doenças mais freqüentemente presentes nas missões e oferece uma grande quantidade de medicamentos que podem ser preparados com facilidade por leigos, com ingredientes em geral sem custo, de modo que todos em qualquer época e em qualquer localidade do Paraguai podiam preparar medicamentos rapidamente e sem complicações. Exposições simples acerca de pulsação e exame de urina para diagnóstico especializado completam o tratado.

Aperger confiou em suas terapias, geralmente, em medicamentos europeus que podiam ser facilmente obtidos nas missões, plantas como rosmaninho (alecrim), menta,

camomila e losna que podiam ser cultivadas nas hortas ou também drogas medicamentosas de origem animal, provenientes dos animais domésticos que viviam nas reduções como cães, pombas, galinhas e cabras. Aperger fornece inclusive instruções exatas a respeito do cultivo de plantas medicinais européias.

As plantas medicinais americanas por ele pouco utilizadas eram recomendadas por Aperger, segundo o modelo da *Materia médica misionera* de seu irmão de ordem Pedro Montenegro. Mas, o jesuíta também incluiu terapias especiais, adotadas de curadores nativos, em seu compêndio.

Fiel em detalhes, descreve uma espécie de tratamento de fricção (Reibebehandlung) para uma verminose, como lhe fora descrita por testemunha ocular. Evita avaliar o caso e deixa ao leitor a formação de sua própria opinião. O fato, contudo, de haver considerado métodos de cura indígenas em seu compêndio demonstra seu interesse pela medicina nativa. Em aberto fica, contudo, a questão, se ele própria a praticava em sua forma original.

No *Tratado breve de medicina*, no capítulo sobre a melancolia, evidencia-se a relação muito próxima que existe entre *salus* e *sanatio*. Ao descrever uma quantidade de medicamentos e medidas dietéticas para o tratamento da melancolia, que hoje nos é conhecida sob a designação “depressão”, aponta insistentemente para o fato de que também deve ocorrer o tratamento da alma que é acometida por terríveis medos e alucinações.

O doente deve ser convencido na conversa pastoral de que pode pôr tais temores e pesadelos de lado, ciente do aconchego existente no amor de Deus por seus filhos. Ao mesmo tempo, o doente deve manter constantemente limpa sua consciência para prevenir outras aflições da alma. Além disso, a música deve alegrar a alma.

Assombroso e ao mesmo tempo fascinante, mas extraordinário para a sua época, é como Aperger compreende, a partir das demandas da missão, a melancolia, a depressão como doença integral de alma e corpo e como, experiencialmente, chega a trilhar o caminho da atual psicoterapia.

O *Tratado breve de medicina* de Aperger tem como referência o conhecimento científico do leigo em medicina e está adaptado à situação das missões, nas quais, muitas vezes, não havia farmácias e onde as pessoas que viviam em pobreza não teriam podido adquirir medicamentos caros e custosos.

O compêndio logo se tornou muito famoso e encontrou larga circulação, multiplicado que foi por cópias manuscritas. Surgido do contato com o próximo doente

na missão, fosse ele europeu ou primitivo habitante americano, o *Tratado breve de medicina* contribui de maneira significativa para a introdução e a integração de medicamentos europeus na *Materia medica* americana. Ainda hoje se utilizam plantas medicinais trazidas do Velho Mundo como rosa, rosmaninho (alecrim), cominho e camomila, segundo o modelo europeu, descrito no *Tratado breve de medicina*.

Inúmeros tratados médico-farmacêuticos da lavra de jesuítas missionários são testemunhas dos esforços dos jesuítas no cuidado com os doentes.

Por causa do urgente desiderato do cuidado médico-farmacêutico organizado nas missões, sempre de novo houve manifestações na ordem, procurando por farmacêuticos conhecedores da área e que assegurassem o atendimento da população da população com medicamentos. Em uma carta do Padre Franciscus Xavierius Zephyris, de 1725, da Colômbia, podemos ler:

“Quando no futuro se enviar irmãos da Alemanha para a América é necessário que se escolha tais homens que sejam ou farmacêuticos, marceneiros, pintores, construtores, escultores ou relojoeiros e desempenhem sua arte magistralmente.”

A direção da ordem esforçou-se para corresponder a tais pedidos e enviou farmacêuticos profissionais para as missões americanas. Em muitos centros de civilização logo surgiram nos colégios farmácias de propriedade da ordem, instaladas e dirigidas por jesuítas formados como farmacêuticos. Assim, existiram farmácias de colégios em Santiago de Chile, Córdoba, Buenos Aires, Cidade do México, Lima, Quito, Rio de Janeiro, Bahia, Santos e Recife.

Muitas vezes, as farmácias da ordem eram as únicas da localidade e rapidamente transformaram-se em centros de distribuição regional e supra-regional de medicamentos; pois enviavam os medicamentos tecnicamente preparados para fazendas distantes e para as aldeias da missão. Em contrapartida, os farmacêuticos jesuítas também adquiriam drogas americanas de missões distantes.

Uma das mais conhecidas farmácias de colégios na América colonial foi a farmácia de San Miguel, em Santiago de Chile. Essa farmácia da ordem, fundada já em 1613 era muito considerada e bem afamada. Sob a liderança do farmacêutico irmão Joseph Zeitler, que assumiu a direção da farmácia do colégio em 1748, obteve fama extraordinária graças a seus eminentes conhecimentos técnicos, sua atividade de pesquisa e organização profissional.

Zeitler equipou sua oficina com drogas medicamentosas européias, que lhe eram enviadas pelo procurador da Província da Alta Alemanha, em Munique, Padre Albert

Hofreither, e complementou-a com drogas medicamentosas americanas, que havia conhecido durante sua atuação farmacêutica e científica no Novo Mundo.

Mesmo após a expulsão dos jesuítas das colônias espanholas no ano de 1767, não se pôde prescindir do excelente conhecimento especializado do farmacêutico jesuíta e teve que se retirar-lo da prisão para que confeccionasse inventário completo que apresentasse quase 1000 simplicia e compósita de origem européia ou americana e preparasse seu sucessor para assumir a farmácia. Foi somente em 1772 que o irmão Zeitler foi expulso do país.

Joseph Zeitler manteve extensa correspondência com seu irmão de ordem José Rojo, que dirigia a farmácia do colégio San Pablo, em Lima. Os dois jesuítas trocavam descobertas científicas e forneciam-se drogas medicamentosas, entre as quais a famosa casca da China (quina).

Nessa transferência de medicamentos e de conhecimentos logo foram envolvidos outros farmacêuticos jesuítas que atuavam na América espanhola, como Andréas Lechner em Quito ou Georg Schult na Cidade do México. Dessa maneira surgiu uma teia de fornecimento de medicamentos e de troca de conhecimentos entre as missões que logo também alcançaria a Europa.

No Novo Mundo, a farmácia do colégio de San Pablo, em Lima, transformou-se com o passar do tempo em um centro de transferência internacional de medicamentos. O envio de medicamentos era feito para o Chile, Paraguai, Potosí, La Plata, Quito, Panamá e, finalmente, até para o Velho Mundo. Assim, jesuítas de Lima trouxeram para a Europa o bezoar visto como panacéia, a ambrosia mexicana e especialmente o primeiro medicamento eficaz no tratamento da malária, a quina.

Em Roma, a farmácia do colégio romano transformou-se em centro de distribuição da quina pra toda a Europa. Durante epidemia de febre, o jesuíta Cardeal Juan de Lugo mandou trazer grande quantidade de quina do Peru e distribuí-la gratuitamente a doentes pobres. Foi depois disso que se começou a utilizar a quina como febrífugo no Ospedale di Santo Spirito.

“O Cardeal de Lugo proporcionava nesses cômodos a casca febrífuga de Lima aos doentes.”

De Roma, o medicamento revolucionário chegou, finalmente, à China, onde dois jesuítas franceses conseguiram curar o imperador chinês K'ang-hsi de febre intermitente. Por causa do engajamento dos jesuítas no tocante à difusão mundial e ao

emprego da casca da China (quina), a droga medicamentosa americana também é conhecida como *casca jesuítica* (*Jesuitenrinde*).

Informações sobre o suprimento de medicamentos na América colonial também podem ser obtidas de livro de receitas, do ano de 1766, preservado no Archivum Romanum com o título: *Collecção de varias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa companhia de Portugal, da India, de Macáo, e do Brasil*. Nesse manuscrito estão relacionadas quase 200 receita de medicamentos de diversas farmácias jesuíticas do âmbito da assistência portuguesa e da farmácia do colégio romano. O autor desconhecido, provavelmente um farmacêutico jesuíta deve ter anotado as receitas em suas viagens às missões ou tê-las recebido de irmãos de ordem em forma escrita.

Dos colégios na América portuguesa é proveniente um total de 62 especialidades. Além das farmácias dos colégios na América portuguesa são mencionadas as farmácias dos colégios de Évora, Lisboa, Macau e Goa como referência para os medicamentos.

Espetacular entre essas receitas é, especialmente, o triaga (teriaga) brasileiro.

Triaga é medicamento feito à base de diversos ingredientes e foi visto por séculos no Velho Mundo como “rainha dos medicamentos”, sendo medicamento contra todos os venenos e, finalmente, como panacéia.

O *triaga romano* era especialidade da farmácia do Collegium Romanum e havia sido desenvolvido por farmacêuticos jesuítas. Era medicamento tão procurado e tão valioso que os farmacêuticos jesuítas do Collegio Romano mantinham sua receita escondida. Por isso, por décadas a farmácia do colégio em Roma foi a central européia da distribuição de triaga.

Aos missionários que viajavam para as missões, recomendava-se, insistentemente, levar o consigo o medicamento para todos os males em quantidades mínimas. Por isso, não deve causar espanto o fato de nos inventários das farmácias dos colégios da América colonial sempre constar o triaga. Ao que tudo indica, porém, os farmacêuticos das missões não confiavam nas remessas que vinham da Europa.

O fato é que na América portuguesa foi desenvolvida, nas condições das missões, uma variante do triaga, na qual boa parte das drogas medicamentosas européias foram substituídas por plantas medicinais da própria América do Sul. Entre elas está o Jaborandi que já era utilizado pelos nativos como medicamento contra envenenamentos,

a Ipecacuanha ou raiz vômica, Bixa orellana e bálsamo de Copaíba. O princípio obrigatório “carne de víbora” foi mantido.

Ao receituário do tiagra foi anexada relação de fontes, nas quais poderiam ser adquiridas as diversas drogas. Nela estão relacionadas diversas farmácias de colégios da América portuguesa, algumas aldeias de missão como a Aldeia de Santo Spirito e farmácias de colégios em Portugal.

Movidos pelo amor a Deus, a Cristo, os jesuítas voltaram-se ao próximo doente, para não só curar a alma, mas também o corpo ferido, com os meios de que dispunham. Essa intervenção em favor dos doentes produziu transferência de medicamentos e de saber da Europa para a América.

Não foram produzidas grandes obras de louvor à atuação caritativa dos missionários jesuítas. Nós cientistas também refletimos pouco a respeito dos indescritíveis esforços e grandes desafios, com os quais os homens da ordem estavam diariamente confrontados nas missões mundo afora.

No entanto, foram justamente suas obras de amor ao próximo e de humanidade que produziram modificações significativas e enriqueceram a terapêutica e seus muitos medicamentos. Para a terapêutica européia, a quina é exemplo maior para medicamento introduzido e difundido por jesuítas. Mesmo a moderna medicina não pode prescindir de substâncias contidas na droga americana.

As obras dos jesuítas voltaram a se tornar interessantes para a ciência moderna. Os conhecimentos etno-médicos ou etno-farmacêuticos ali transmitidos, esquecidos ou desconhecidos, enquanto bem cultural dos primitivos habitantes da América, talvez poderiam dar novos impulsos à terapêutica moderna em sua busca por novos medicamentos, especialmente na luta contra doenças até aqui incuráveis. Com isso, a atuação médica e farmacêutica dos jesuítas tem conseqüências até o presente.

Comentários à Conferência “A atuação médico-farmacêutica dos jesuítas alemães na Ibero-América e o surgimento da farmacêutica missionária” apresentada por Johannes Meier, em 18 de setembro de 2008.

Eu quero, primeiramente, agradecer ao Prof. Dr. Martin Dreher pelo convite que me permitiu conhecer o trabalho dos Profs. Johannes Meier e Sabine Anagnostou, a quem cumprimento pela Conferência e, em segundo lugar, expressar a minha satisfação em ter podido revisitar um tema que me é muito caro – a medicina praticada por jesuítas na América colonial.

Na Conferência de ontem à noite, o Prof. Jaime Benchimol nos apresentou o percurso do conhecimento científico produzido por alemães – em áreas ligadas à Medicina e à Biologia – e, também, a formação de instituições e de redes de circulação desses saberes pelas Américas, pela África e pelo Oriente. Destacou, ainda, o quanto este conhecimento inspirou e influenciou médicos e sanitaristas brasileiros na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

O Prof. Meier, por sua vez, é autor de inúmeros artigos sobre a atuação da Companhia de Jesus na América portuguesa e espanhola e de uma importante obra na qual se debruça sobre jesuítas alemães que missionaram na Amazônia, concentrando seus estudos, especialmente, nos séculos XVII e XVIII.

Em sua Conferência – *A atuação médico-farmacêutica dos jesuítas alemães na Ibero-América e o surgimento da farmacêutica missionária* – o Prof. Meier referiu a atuação, no século XVIII – como médicos e boticários – de alguns jesuítas originários da Europa Central, como Dominicus Mayr (Bolívia), Franciscus Zephyris (Colômbia), Joseph Zeitel (Chile), Andreas Lechner (Quito - Equador) e Georg Schult (México e Sigismund Aperger (Córdoba - Argentina).

É considerando essa especificidade de origem e de período de atuação, que formulo meus primeiros questionamentos e que estão relacionados – em grande medida – à primeira parte do título da Conferência:

Pertencer à cultura germânica trazia alguma especificidade na ação desses missionários? Eram eles alvo de alguma desconfiança por sua condição de estrangeiros? Eram preferidos – por seus conhecimentos/suas habilidades – em relação a outros?

É realmente possível afirmar que este tema – a medicina praticada por jesuítas na América colonial – não tenha “merecido, até agora, maior atenção”?

Quais os estudos que poderiam ser destacados sobre a prática da medicina por franciscanos, beneditinos e dominicanos – que antecederam os jesuítas em várias áreas dos impérios coloniais ibéricos?

Quais as particularidades da prática da medicina pelos jesuítas na Índia e no Japão? Quais as particularidades da prática de medicina por parte de jesuítas da Europa centro-oriental, em comparação com os que provinham de Portugal ou da Espanha? O

relato do Pe. Dominicus Mayr (Bolívia, 1727) informa que, decorridos mais de um século de atividade jesuítica na América, nem todos os padres eram “introduzidos a este modo de ciência”. Há diferenças de formação, se consideramos procedência ou o período (século XVII ou XVIII)?

É possível afirmar que houve uma “atmosfera de confiança” que favoreceu o intercâmbio de conhecimentos médico-farmacêuticos? Em que medida o atendimento aos doentes foi estratégico para o projeto de evangelização?

Considerando a informação de que “Nas hortas das missões, os jesuítas cultivavam as plantas medicinais americanas ao lado das européias”, como se deu este transplante? Quais eram essas plantas medicinais (rosa, rosmarinho/alecrim, menta, cominho, camomila, losna)? Quais eram os medicamentos extraídos dos animais domesticados nas reduções (cães, pombas, galinhas e cabras)? Há algum estudo sobre a incorporação de plantas medicinais européias pelos indígenas, a exemplo, das americanas incorporadas pelos europeus?

O senhor fez referência ao volumoso herbário do jesuíta Ir. Pedro de Montenegro (*Matéria medica misionera*) e a plantas medicinais provenientes da Ásia. Como ele teria tido acesso a essas plantas? O que se sabe de sua formação e de sua atuação como médico na Europa?

O Padre Sigismund Aperger (*Tratado Breve de Medicina*) também é referido como alguém que teve formação médica. Isto ocorreu antes de ser jesuíta ou durante sua formação em teologia? Em relação a este missionário, considere muito interessante a abordagem que deu à melancolia. Quais recomendações terapêuticas Asperger fazia nestes casos, além da *música para alegrar a alma*?

Como se deu o envio de farmacêuticos profissionais para as missões? Eram jesuítas formados em Farmácia? Em qual centro de estudos se dava a formação dos jesuítas farmacêuticos? As referências feitas a Franciscus Zephyris e Joseph Zeitel, atuando na Colômbia e no Chile, respectivamente, parecem assinalar uma predominância de alemães ou centro-orientais nesta atividade. É, isto, verdade?

E para finalizar, que relação que se pode estabelecer entre este suposto predomínio de alemães e centro-orientais e as informações trazidas pelo Prof. Jaime Benchimol ontem à noite? Afinal, como se dava a circulação das informações sobre os avanços em termos de práticas terapêuticas e do uso de determinadas plantas medicinais?

Agradeço, imensamente, pela oportunidade de conhecer seu trabalho e pela possibilidade de ouvi-lo responder a alguns desses questionamentos que sua Conferência provocou.

Muito obrigada!

Relações médicas e científicas entre o Brasil e o mundo germânico (1850-1918)

Jaime L. Benchimol

O que é doença? No plano individual, é o aparecimento de sinais e sintomas perceptíveis ou não que rompem um equilíbrio, aquilo que consideramos normalidade, nosso estado de saúde?

Mas são muito diferentes os parâmetros com os quais indivíduos de contextos sociais, de regiões geográficas e épocas históricas diferentes julgam o que é normal ou patológico. Diferem também os critérios com os quais elegem os sinais de doença e saúde assim como os significados que dão a eles.

Se estamos doentes, vamos ao médico que nos pede exames e com base numa série de índices, correlações e imagens relativas ao funcionamento de nosso organismo, diagnostica uma enfermidade: se for infecciosa, é relacionada a um microrganismo específico e, com sorte, a um composto químico capaz de destruí-lo. Todos os componentes desta fórmula que acabo de proferir nos remetem a entes variáveis, entes historicamente determinados. O médico pertence a uma categoria que adquiriu existência em determinado tempo: para não irmos mais longe, evoquemos aquele em que julgaria indigno lidar com tudo o que envolvesse o trabalho manual, deixando esse tipo de afazer aos cirurgiões e a outras categorias ligadas à arte de curar. Pedro Nava, médico, historiador e notável escritor, traduziu seu lamento pela desumanização da medicina clínica, aquela que emergiu em fins do século XVIII na Europa ocidental, com um estudo notável sobre Torres Homem, famoso médico oitocentista. Registrou a quantidade impressionante de sinais que este era capaz de captar no corpo de seus pacientes com o uso de seus sentidos e alguns poucos instrumentos: cheiros, cores, ruídos, consistências, associando estas informações às que provinham das longas anamneses, narrativas que situavam cada paciente num ambiente social e natural de importância decisiva para explicar seus males.

A natureza da relação médico-paciente, os saberes e mentalidades de um e de outro, as tecnologias médicas, as representações sobre o corpo humano, as entidades nosológicas, tudo isso são realidades históricas em contínua transformação. E, às vezes, quando nos posicionamos em diferentes contextos, têm significados incomensuráveis: o historiador que

quiser acompanhar a evolução da incidência de doenças infecciosas claramente demarcadas hoje na literatura médica, terá muita dificuldade de transpor o limiar histórico em que foram conceituadas, e para além do qual, dissolvem-se num mundo de febres cujas definições e cujos nomes tornam muito difíceis comparações e equivalências.

As doenças não são somente conjuntos de sinais e sintomas que levam os indivíduos a procurar um médico, são acontecimentos que ameaçam, modificam ou tingem a existência das coletividades, muitas vezes de maneira dramática. Os diferentes grupos sociais sofrem e reagem desigualmente às doenças. Quadros patológicos que dominam uma época, como a peste no século XIV ou a tuberculose no XIX, dão lugar a outras hegemonias patológicas, como atualmente os tumores e as doenças cardiocirculatórias ou, mais recentemente, a Aids. Doenças que num passado remoto foram grandes flagelos da humanidade, com tremendas repercussões demográficas, acomodaram-se a seus hospedeiros humanos e subsistem como males quase naturais da infância.

A historiografia lidava com as doenças, até pouco tempo atrás, como epifenômenos, produtos accidentais, acessórios, dos processos políticos, econômicos ou culturais. A história das doenças constitui hoje um veio muito dinâmico da historiografia. Mostra que esses fenômenos coletivos foram sempre dimensão importante da história social, produzindo significados que vão muito além de suas manifestações biológicas. As doenças a um só tempo refletem e induzem crenças, costumes, identidades, formas de ação e organização. Pensem, por exemplo, na relação estreita entre as pandemias de cólera e as revoluções que sacudiram os Estados absolutistas na Europa, no século XIX.

Se por um lado é verdade que as doenças são fenômenos dotados de historicidade, categorias destinadas a organizar fenômenos biológicos e sociais diversos, os fenômenos biológicos, por sua vez, determinam em maior ou menor medida, as leituras que podem ser feitas ao longo da história. Aos olhos dos antigos, por exemplo, o fenômeno então chamado lepra (em larga medida irredutível à categoria atual hanseníase) parecia caprichoso, infundia o terror do contágio coletivo mas acometia apenas alguns indivíduos, castigando-os com a lenta degradação vista então como um castigo sobrenatural. Nas epidemias de varíola, por sua vez, a natureza aguda e auto-limitada do fenômeno ensejava também percepção de uma espécie de “teste divino”, mas eram os mortos os culpados, e os sobreviventes, os redimidos.

Há várias maneiras de acercar-se desse complexo objeto de estudo. Vou fazê-lo pela ótica de personagens e instituições que foram produtores de conhecimentos sobre as doenças no período de 1850 à Primeira Guerra Mundial. Na rede formada por estes atores, vou procurar ressaltar as relações entre o mundo germânico e o Brasil.

As relações entre o mundo germânico e o Brasil ganharam densidade na passagem do século XVIII ao XIX no contexto das guerras e revoluções que puseram abaixo as monarquias absolutistas européias, seus impérios coloniais e os entraves monopolistas à circulação de mercadorias.

No Brasil, esse processo teve características singulares: quando os exércitos napoleônicos penetraram em Lisboa, em novembro de 1807, ainda se avistavam no horizonte as velas da esquadra que, sob escolta inglesa, transportava o príncipe regente D. João e sua corte para o Rio de Janeiro, onde desembarcaram em 8 de março de 1808. Quando as Cortes portuguesas exigiram, doze anos depois, o regresso a Portugal de D. João VI, este deixou no Brasil, com a autoridade de regente, seu filho D. Pedro, já casado com Maria Leopoldina Josefa Carolina, filha de Francisco I, imperador da Áustria. Mulher culta, ela desempenhou papel importante na independência do Brasil, e, depois que a princesa austríaca faleceu, em consequência do sétimo parto, D. Pedro I casou-se, em segundas núpcias (1831), com a princesa bávara D. Amélia de Leuchtenberg (Kan & Souza Lima, 2006; Malerba, 2000).

Tais alianças dinásticas favoreceram a vinda para o Brasil de diversos naturalistas alemães e de muitos imigrantes germanófonos, seja para compor as forças armadas do Estado nacional em formação, seja para povoar zonas que seus dirigentes queriam ver ocupadas por razões políticas ou econômicas (Oberacker, 1977, 1968). A imigração espontânea ou induzida oriunda de Estados germânicos, e as relações comerciais com suas cidades portuárias, especialmente Hamburgo, intensificar-se-iam na segunda metade do século XIX (Menezes & Rothe, 1997). Os aspectos econômicos, culturais e populacionais dessas relações foram bem analisados pela historiografia brasileira, mas no plano da medicina, saúde pública e pesquisa biomédica permanecem pouco exploradas, apesar da importância que tiveram.

As colônias agrícolas no interior do Brasil e as comunidades estrangeiras em seus centros urbanos litorâneos atraíram médicos, boticários e cirurgiões para lidar com os

graves problemas de saúde enfrentados por aqueles europeus no seu processo de “aclimatação” a uma zona do planeta considerada, então, muito hostil à sua sobrevivência.

A medicina era uma atividade praticada por uma constelação de tipos sociais e raros médicos com formação universitária (Ribeiro, 1997). A organização profissional destes, como mundo à parte daquele povoado por barbeiros, sangradores, curandeiros, feiticeiros, padres e outros práticos, começou com os cursos de cirurgia e anatomia nos hospitais militares do Rio de Janeiro e de Salvador (1808), que se transformaram nas duas únicas faculdades de medicina que teve o país até o século XX.



Fig. 1 – Santa Casa da Misericórdia, na praia de Santa Luzia, onde funcionava a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Ferrez, 1985, p.138).

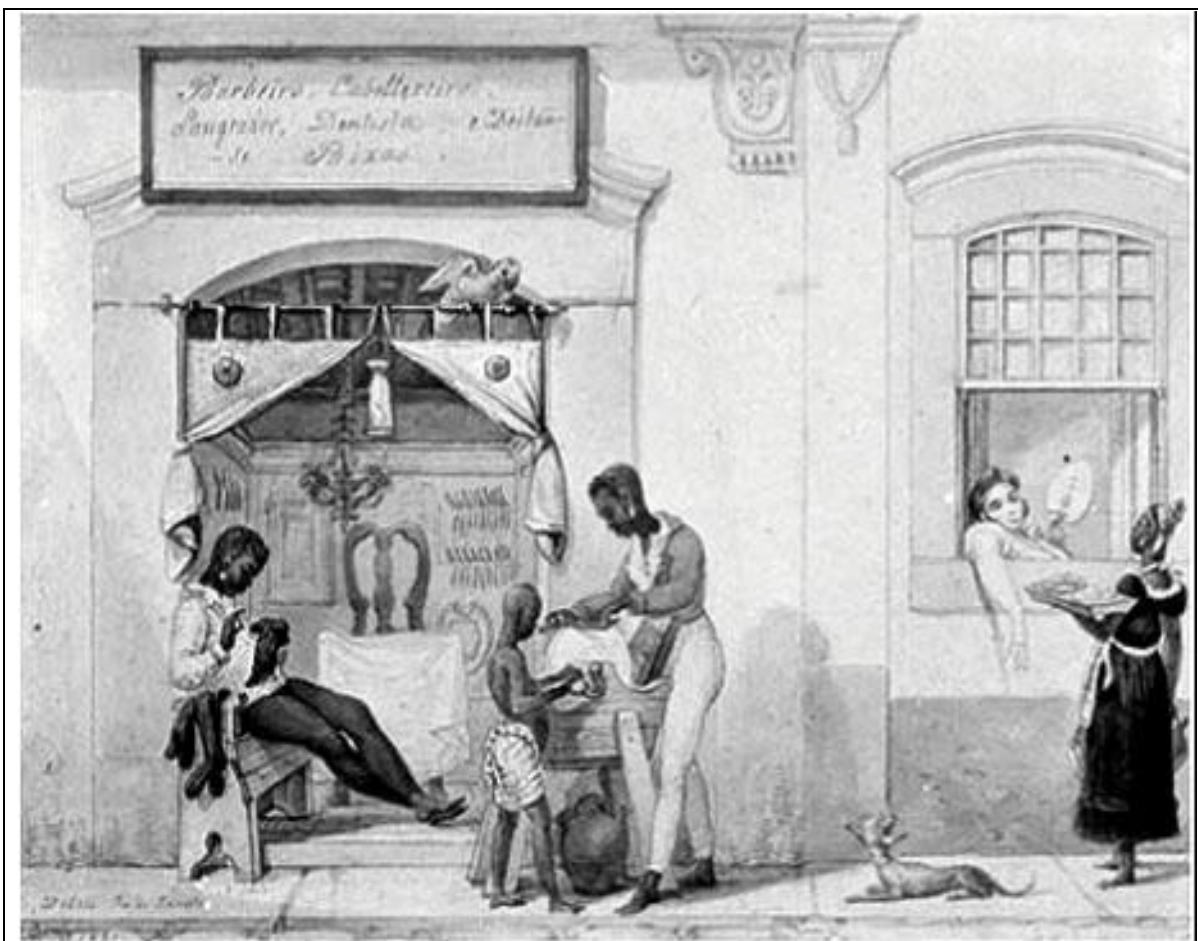


Fig. 2 – ‘Loja de barbeiros’, onde se praticavam sangrias e se aplicavam sanguessugas. Aquarela (a cores) de Jean Baptiste Debret. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

Os médicos germânicos que vieram para o Brasil encontraram, assim, um campo profissional em expansão, com o qual puderam interagir.

As trajetórias desses médicos são ainda mal conhecidas. Aos colonos e negociantes que se instalaram na Bahia liga-se, entre outras, a de Otto Edward Henry Wucherer (1820-1873). Filho de comerciante alemão e mãe holandesa, nasceu na cidade do Porto, em Portugal (7.7.1820), mas passou parte da infância na Bahia. Foi aprendiz de farmácia em Hamburgo, antes de se graduar na Universidade de Tubingen, em 1841. Foi ainda assistente no Hospital de São Bartolomeu, em Londres. Ao regressar ao Brasil, em 1843, exerceu a clínica na zona açucareira do Recôncavo Baiano, até estabelecer-se em Salvador, como médico da comunidade alemã (1847).

Junto com o escocês John Ligertwood Paterson (1820-82) e o português José Francisco da Silva Lima (1826-1910), formou o núcleo da organização informal mais tarde denominada Escola Tropicalista Baiana. Em 1866, fundaram a *Gazeta Médica da Bahia*. Em torno desse grupo gravitavam estudantes e médicos que iriam desempenhar papel importante nos movimentos abolicionista e republicano (Barreto, 2003; Edler, jul.-out. 1996; maio-agosto 2002; Peard, 1992, 1996; Coni, 1952).

As idéias liberais e científicas, e o interesse pelo positivismo e o evolucionismo compartilhados pelo grupo difundiam-se entre as camadas médias emergentes em Salvador e em outros centros urbanos daquele império escravocrata.

Na fronteira entre o paradigma miasmático/ambientalista e o microbiano, os tropicalistas produziram investigações bastante originais sobre as patologias daquela região da “zona tórrida” do globo, mantendo-se independentes do *establishment* médico local. Faziam parte de uma rede informal de médicos geograficamente isolados nos domínios coloniais europeus, com interesse crescente pelo papel dos parasitos como produtores de doenças.

As realizações mais duradouras da Escola Tropicalista Baiana são de Wucherer (1866; 1868; 1872), e dizem respeito à ancilostomíase e à filariose.

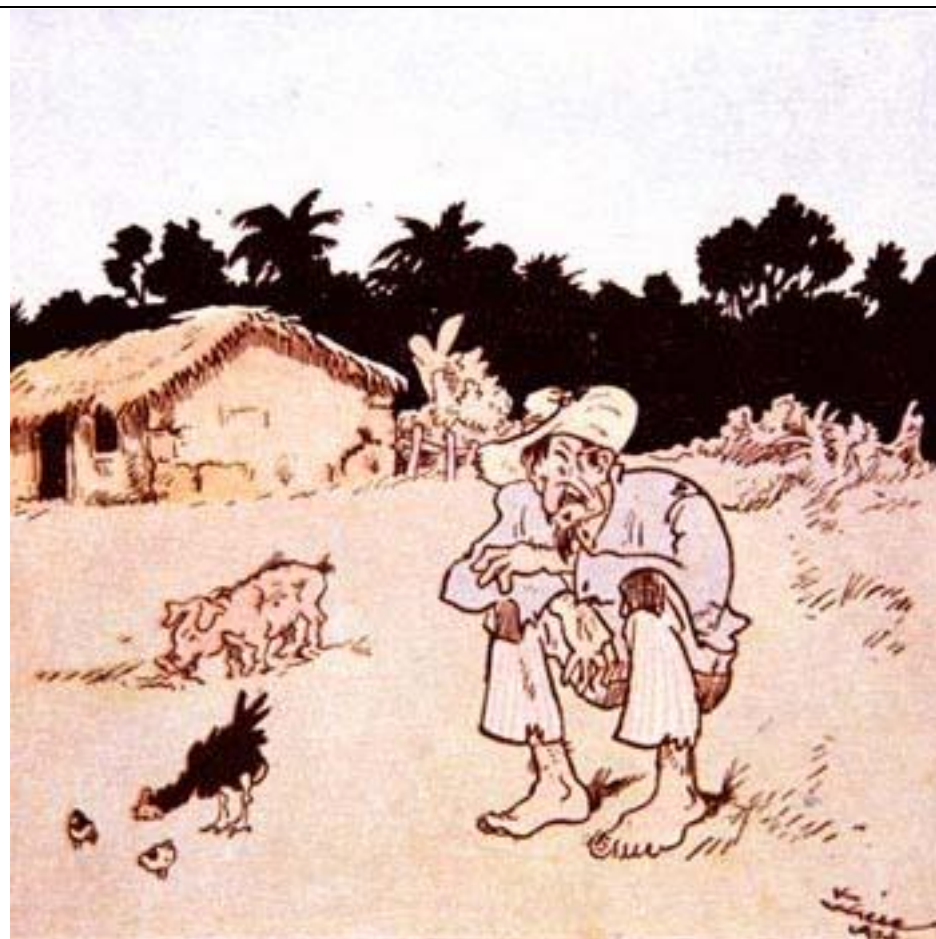


Fig. 3 – Ancilostomíase, causada pelo verme nematóide *Ancylostoma duodenale*. Os ovos nas fezes humanas libertam, na terra, larvas que penetram na pele no hospedeiro humano descalço. Migram para os pulmões, o esôfago, estômago e duodeno. Aí se acasalam as formas adultas. A anemia torna o doente ‘amarelão’, muito enfraquecido, e leva com frequência à geofagia (mania de comer terra), como ‘Cazuza’, o personagem de Viriato Corrêa. As crianças tem o desenvolvimento retardado. O ‘Jeca Tatu’, de Monteiro Lobato, simbolizou o trabalhador rural incapacitado pela doença.



Fig 4 - Filariose ou elefantíase, causada por verme nematóide, *Wuchereria bancrofti*, tendo como vetor o mosquito *Culex quiquefasciatus*. Na fase aguda aparecem inflamações, sobretudo nos vasos linfáticos, e outros sintomas. Os pacientes podem apresentar inchaço de membros, e/ou mamas (mulheres) ou testículos (homens), chegando a formas incapacitantes.

Imagens capturadas em 38.4.2009 em: “Jeca Tatu na visão de Monteiro Lobato”. Blog Coroval Carmo. Disponível em: http://corival.blogspot.com/2008_02_01_archive.html; e “Filariose”, Saber – Web. Disponível em <http://www.saberweb.com.br/doencas/filariase.htm>

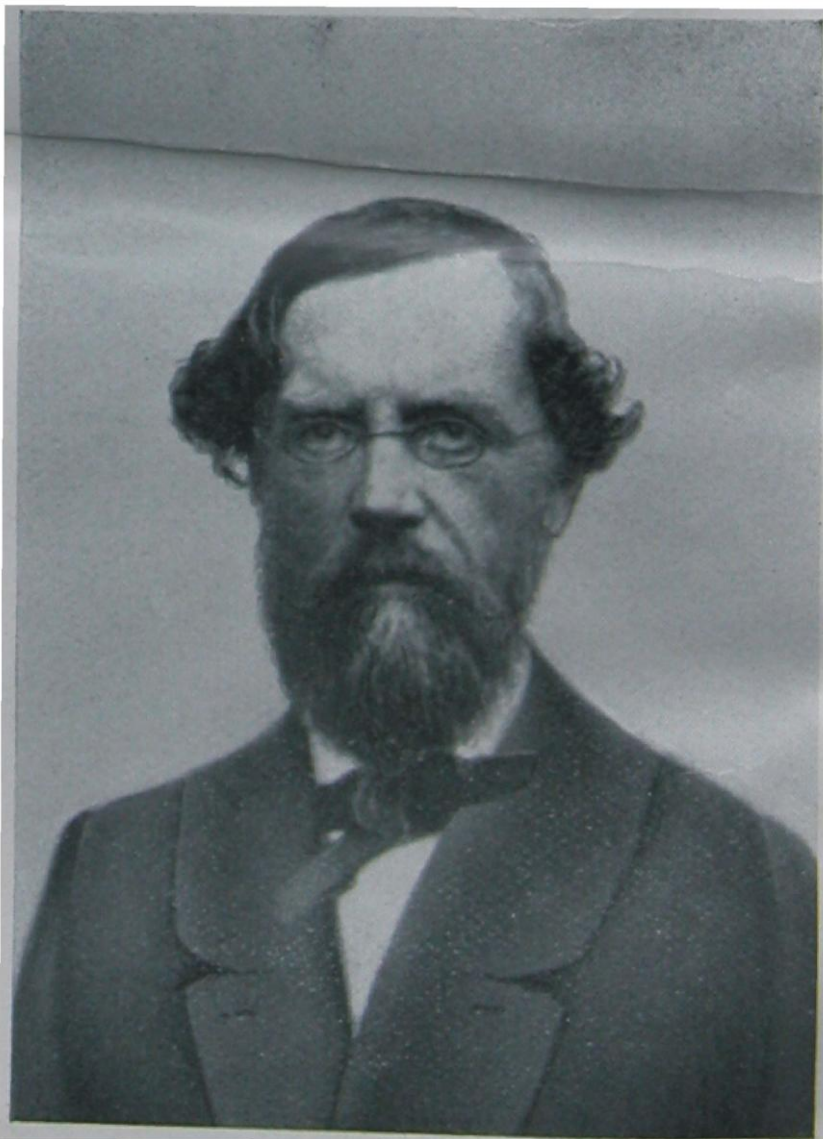
Em 13 de dezembro de 1865, ele diagnosticou num escravo da Ordem Beneditina um caso extremo de opilação ou “cansanço”. Os médicos brasileiros interpretavam aquela enfermidade à luz da climatologia. A autoridade no assunto era José Martins da Cruz Jobim, um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1835, ano em que ela se transformou em Academia Imperial de Medicina, Jobim proferiu extenso discurso “*Sobre as moléstias que mais afligem as classes pobres do Rio de Janeiro*”. Apresentou nova entidade mórbida que denominou hipoemia intertropical: nos países situados entre os trópicos, o calor e a umidade, associados à má alimentação, à fadiga e à insalubridade urbana privavam o sangue de glóbulos vermelhos. Aquela modalidade de anemia foi acolhida pela geografia médica européia graças ao livro *Du climat et des*

maladies du Brésil ou statistique médicale de cet empire, publicado em Paris, em 1844, por José Francisco Xavier Sigaud, outro fundador da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.

Wucherer conhecia bem esses trabalhos, mas recorreu também ao *Traité des entozoaires* (1860), de Davaine, ao *Handbuch der historisch-geographischen Pathologie* (1860-1864), de August Hirsch; e ao trabalho em que Wilhelm Griesinger (1817-1868) relacionava a anemia aos vermes da espécie *Anchylostoma duodenale* (Griesinger, 1854), descritos, pela primeira vez, em 1843 por Angelo Dubini. As doenças que tinham levado à morte as pessoas por autopsiadas pelo médico italiano não permitiram que estabelecesse uma relação entre o verme e uma afecção definida. Uma década depois (1852), no Cairo, em autópsia que fez às vésperas de regressar à Alemanha (17 de abril de 1852), Griesinger encontrou milhares de ancilóstomos agarrados à mucosa do intestino. Deixou o Egito convencido de que a contínua extração de sangue por aqueles animais explicava a anemia lá diagnosticada como clorose do Egito. Quatorze anos depois, Wucherer produzia a confirmação mais consistente da hipótese de Griesinger.

Outra contribuição duradoura dos tropicalistas baianos foram os estudos sobre o verme da chamada hematoquilúria.¹ Em 1866, Griesinger pediu a Wucherer que investigasse pacientes hematúricos para confirmar a descoberta do *Distomum hematobium* feita em 1851 por outro alemão que estava no Egito, Theodor Bilharz (1825-1862). Em coágulos da urina, Wucherer encontrou, não o verme descrito por Bilharz, mas sim embriões de um nematóide desconhecido. Em 1872, em Calcutá, Timothy Lewis (1841-1886) localizou-o no sangue de hematúricos, denominando-o *Filaria sanguinis hominis*. Lewis foi o primeiro a reconhecer a identidade entre a hemato-chylúria e a elefantíase dos árabes, ao constatar, no ano seguinte, a presença dos mesmos entozoários no sangue, na urina e na linfa extraída de "tumores elefantóides". Os primeiros espécimes do verme adulto apareceram três anos depois, num abcesso linfático examinado por Joseph Bancroft, na Austrália. Na China, em 1877-8, Patrick Manson concatenou essas observações e desvendou boa parte do ciclo da filária, inclusive no hospedeiro intermediário, o mosquito *Culex* (Busvine, 1993).

¹ Quilúria é a presença na urina de sangue e 'quilo', líquido leitoso secretado pelos vasos quilíferos do intestino durante a digestão.



Otto Wücherer

Alemanha Aglo. - Img0011Hamburgo - Dscn1614

Fig. 5 - Otto Edward Henry Wucherer, 1820-1873 (Olpp, 1932).

Derivada assim da tradição helmintológica, a descoberta de Manson consagrou um novo modelo de experiência que requeria novos saberes e técnicas para dar conta dos complexos ciclos de vida de parasitos patogênicos, envolvendo mudança de hospedeiros, adaptações e metamorfoses nos organismos parasitados e no meio externo.

Segundo Peard (1996, 1992), os tropicalistas baianos não teriam conseguido institucionalizar este programa por terem deixado de existir como grupo em meados da década de 1880, quando foram absorvidos pelo *stablishment* médico e pelas lutas políticas que resultaram na extinção da escravidão (1888) e na queda da monarquia (1889). Edler (2002, 1996) documenta a ascensão profissional dos principais integrantes do grupo e mostra que permaneceram envolvidos com as pesquisas helmintológicas nos anos 1880 e 1890.

Pretendo mostrar, agora, que nesse intervalo transcorreu um processo denso e conflitivo, envolvendo novas doenças e dinâmicas de pesquisa.

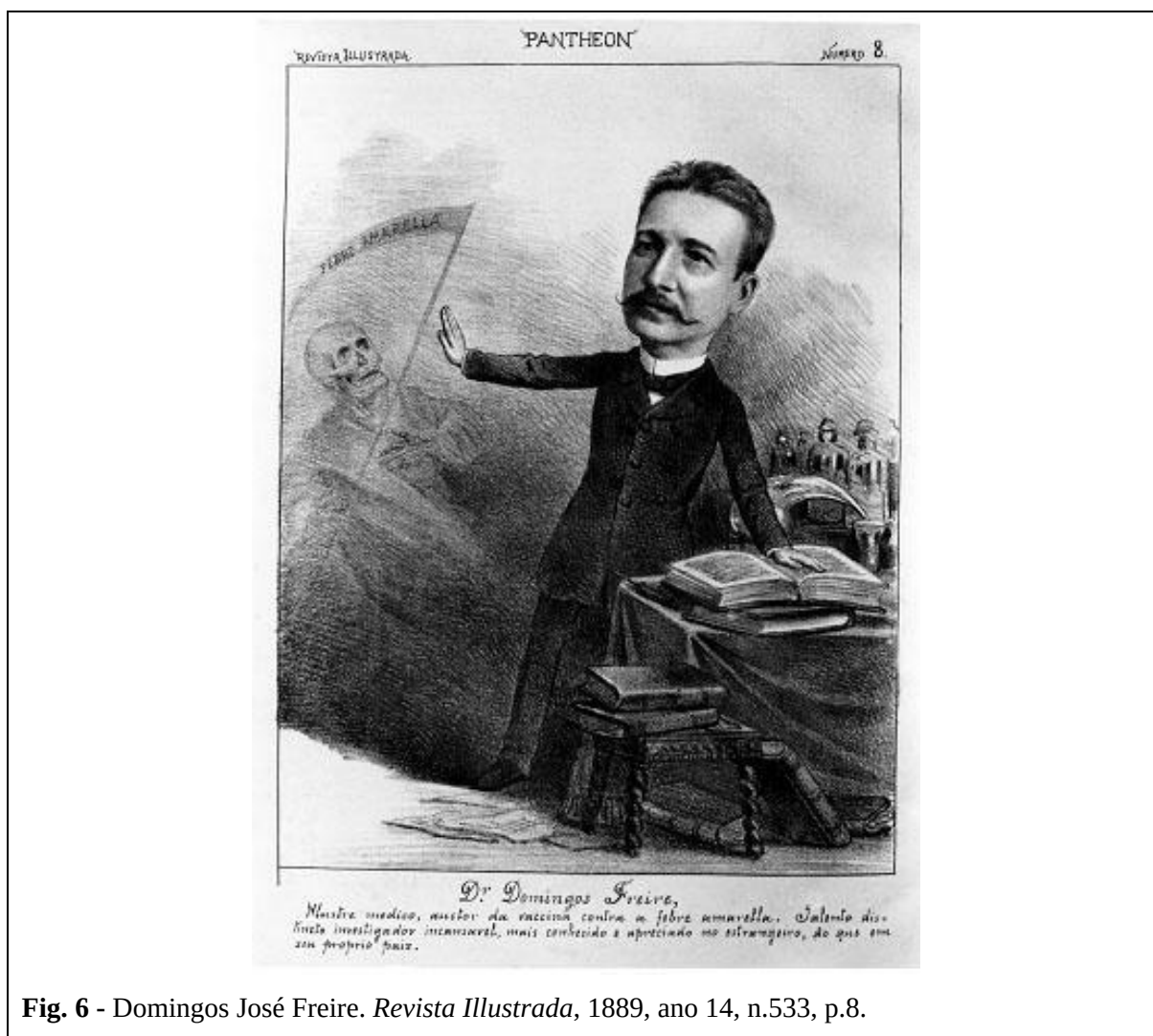


Fig. 6 - Domingos José Freire. *Revista Illustrada*, 1889, ano 14, n.533, p.8.



Fig. 7 – Febre amarela a ceifar foliões no carnaval do Rio de Janeiro. *Revista Illustrada*, 4.3.186, ano 1, n.10, p.7.

Seu mais controvertido ator foi Domingos José Freire. Tendo iniciado a carreira médica como cirurgião na Guerra do Paraguai (1864-1870), obteve a cátedra de química orgânica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi então enviado à Europa para investigar as aplicações daquela disciplina à medicina e indústria. De 1874 até 1878 enviou seis relatórios à congregação da Faculdade do Rio de Janeiro. Num comentou a análise da erva-mate brasileira feita por August Wilhelm von Hoffmann (1818-92), um dos criadores da indústria de corantes de anilina. A intenção de nosso governo ao recorrer a ele, era chamar atenção da opinião pública européia para uma planta que podia substituir o chá da Índia. Na época, fazia esforço similar para substituir o consumo da chicória pelo café entre as classes populares. O Brasil acabara de se tornar o maior produtor mundial deste gênero agrícola.

Atento à superestrutura das revoluções industriais e formações urbanas dos países que visitou, Freire encontrou nas universidades, nas policlínicas e nos laboratórios de Berlim e Viena os modelos mais avançados para o ensino superior no Brasil. Seus relatórios subsidiaram a reforma implementada no ensino médico nos anos 1880, com ênfase na ciência experimental e no ensino prático. Das sementes plantadas então, a que deu floração mais exuberante foi a que germinou no próprio laboratório de Freire (Benchimol, 1999).

“Ano de mangas, ano de febre amarela”, diziam os cariocas, expressando em linguagem coloquial a relação que os médicos estabeleciam entre calor, umidade e epidemias. Em dezembro de 1879, Freire anunciou pelos jornais a descoberta do germe que seria o causador da febre amarela. Propôs, também, uma inovação terapêutica. Ela tinha duas faces: a substância para combater a doença — salicilato de sódio, um derivado do ácido salicílico — e o instrumento para introduzi-la no doente, a seringa de Pravaz, com a qual os médicos aprendiam a dosar as substâncias que a química sintetizava e purificava, e que a fisiologia investigava no organismo.

O ácido salicílico era considerado o mais importante anti-séptico, antizimótico e antipirético jamais descoberto. Ainda hoje, a venerável droga e seus derivados são objeto de estudo nos laboratórios. Atualmente, usamos aquele mais conhecido pelo primeiro nome comercial, “aspirina”.

Sua história remonta à observação feita em fins do século XVIII por um sacerdote inglês — Edmund Stone, do condado de Oxfordshire — que a casca do salgueiro (*Salix alba*) aliviava as dores e curava sezões e calafrios. Em 1828, em Munique, Johann A. Buchner isolou a salicina. Cinco anos depois, um farmacêutico de Darmstadt, Heinrich Emanuel Merck, conseguiu produzir um preparado puro que custava a metade do preço dos extratos de salgueiro vendidos nas boticas. O composto foi batizado de *ácido salicílico* pelo italiano Raffaele Piria (1838), que passou a produzi-lo em Paris.

Na química do século XIX, os franceses sobressaíam no estudo dos produtos naturais e logo verificaram que outras plantas continham salicilatos. Mas na vanguarda das sínteses químico-farmacêuticas estavam os alemães. Tendo de concorrer com as indústrias de corantes da França e Inglaterra, que abasteciam o setor têxtil com pigmentos importados das colônias, inventaram corantes de anilina, mais baratos, que constituíram a base de indústrias de grande porte como a I. G. Farben. No final do século, supriam mais de 80% da demanda mundial.

Na Universidade de Marburgo, Hermann Kolbe conseguiu sintetizar em 1860 o ácido salicílico e seu sal de sódio. Um de seus alunos, Friedrich von Hayden, fundou em Dresde, em 1874, a primeira fábrica de salicilatos sintéticos. Destronando o ácido fênico, o mais reputado anti-séptico da época, salicilatos sintéticos passaram a ser usados na clínica, para tratar feridas e doenças que começavam a ser associadas a bactérias; nas cirurgias e ‘curativos de Lyster’; na higiene, como desinfetante; na indústria, como conservador de alimentos (Robert e Vargaftig, 1986; Benchimol, 1999, p.49-73).

Outros remédios alemães ganhariam prestígio, na mesma época em que o médico vienense tornava-se o rival do francês em várias especialidades. No Brasil, os alemães conseguiam vantagens na exportação de pianos, cerveja, móveis, brinquedos, máquinas e motores, artigos de porcelana, tintas e ferro. E, no setor mais abstrato da cultura, além da música, chegaria a filosofia, graças principalmente à chamada ‘Escola do Recife’, animada pelo “vulcânico” Tobias Barreto (Freyre, 1971).

O uso do salicilato de sódio e de outro derivado do ácido salicílico, o salol, tornou-se corrente depois que Domingos Freire demonstrou que impediam o desenvolvimento do vegetal microscópico que considerou a causa da febre amarela.

Em 1883, uma guinada: a partir do *Cryptococcus xanthogenicus*, ele desenvolveu uma vacina contra a doença. A surpreendente receptividade que teve entre imigrantes e nativos deveu-se ao medo que ela inspirava e ao apoio dos republicanos e abolicionistas aos quais Freire era ligado. Foi importante, também, o adensamento de uma trama formada por vários fios: autores de tratados que sistematizavam os resultados da revolução pasteuriana; os interesses industriais, comerciais e coloniais que se beneficiavam com ela; caçadores de micróbios atuantes no mundo inteiro a produzir descobertas que, em larga medida, seriam descartadas mas no decurso de um processo social complexo de circulação de idéias. O mexicano Manoel Carmona y Valle era o mais notório rival do bacteriologista brasileiro. O *Micrococcus tetragenus* de Finlay foi concebido como alternativa à alga de Freire, e eles se corresponderam à época em que o cubano usava mosquitos infectados em doentes de febre amarela como imunizantes vivos contra a doença (Benchimol, 1999; Carmona y Valle, 1885; Finlay, sept. 1891; 1965, t. II, p. 53-4).

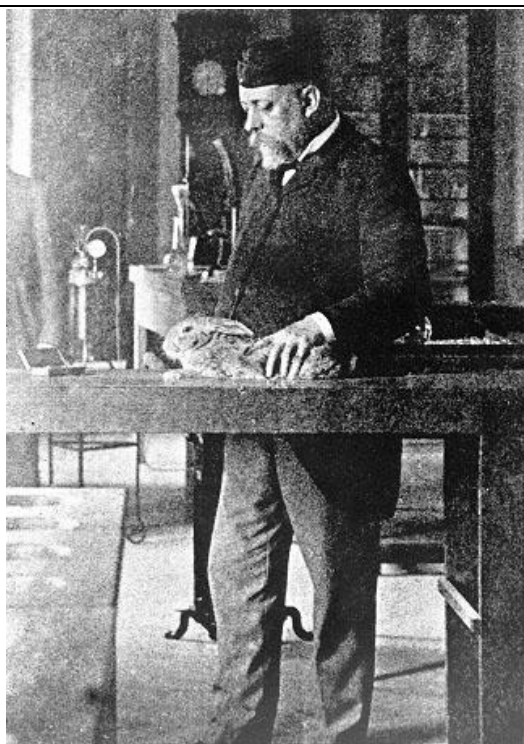


Fig. 8 - João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1895-1915). Seu *Fungus febris flavae* era um microrganismo polimorfo.

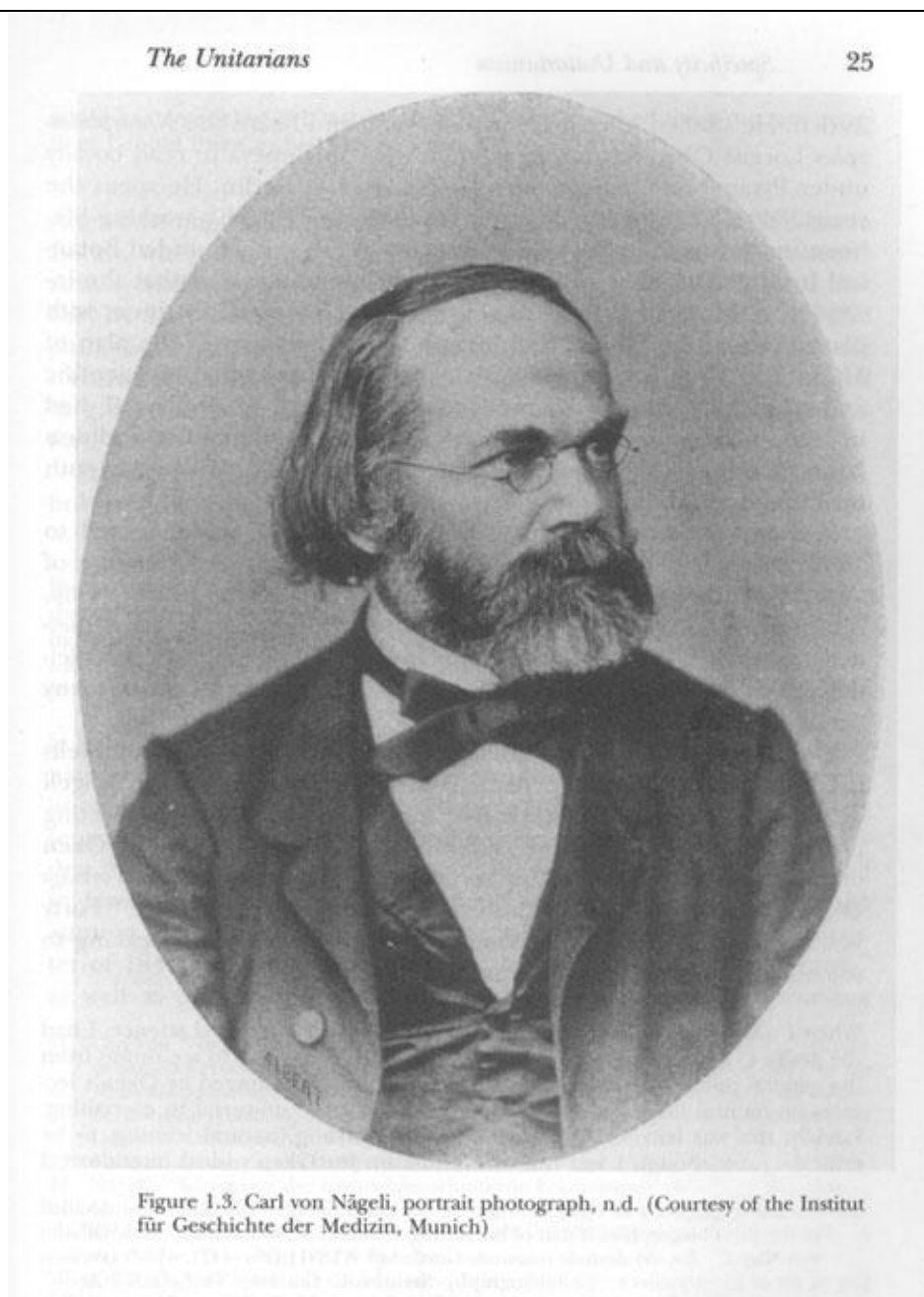


Fig. 9 - O botânico Carl Wilhelm von Nägeli (1817-1891), um dos defensores mais extremados do poliformismo.

No Brasil, o principal competidor de Freire era João Batista de Lacerda, por longo tempo (1895-1915) diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em 1883, relacionou a febre amarela ao *Fungus febris flavae* (Lacerda, 1883-1884). Este e outros microrganismos descritos na época tinham uma característica em comum: o polimorfismo, isto é, a

capacidade de mudar de forma e função por influência do meio. Botânicos e bacteriologistas tinham opiniões conflitantes a respeito dessa teoria, cujos defensores mais extremados, nos anos 1860-1870, foram os alemães Ernst Haeckel (1831-1904) e Carl Wilhelm von Nägeli (1817-91). Pasteur e Koch consideravam o polimorfismo incompatível com a especificidade etiológica e com procedimentos experimentais rigorosos, mas investigadores de renome reconheciam esta propriedade nos fungos, algas e bactérias que estudavam. A questão tinha a ver com as representações caóticas do mundo dos “infinitamente pequenos”, que começava a ser ordenado por outro botânico, Ferdinand Cohn, autor do clássico *Untersuchungen über Bakterien* (1872-76).

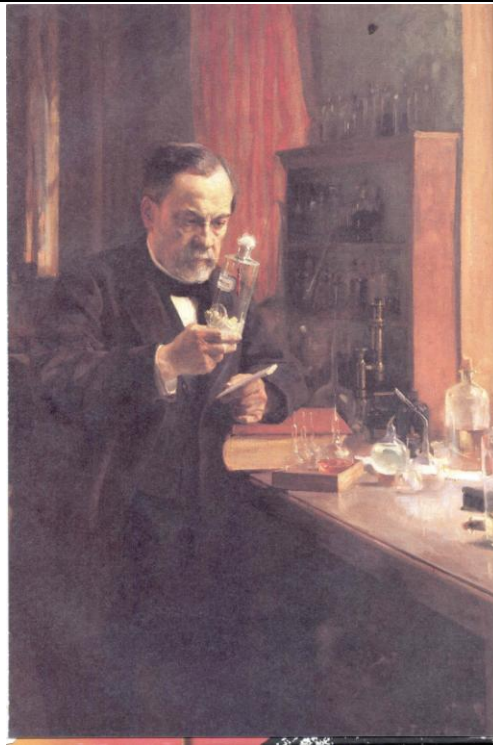


Fig. 10 - Louis Pasteur (1822-1895) observa a medula espinhal de um coelho em seu laboratório. Óleo sobre tela. Acervo Instituto Pasteur.



29 Robert Koch

Fig. 11 - Robert Koch (1843-1910) em seu laboratório, em Berlim (Johann e Junker, 1970, p.33). Para eles, o polimorfismo era incompatível com a especificidade etiológica e com procedimentos experimentais rigorosos. As culturas em meio sólido desenvolvidas por Koch ajudaram a discernir (e isolar) as diferentes espécies de microrganismos

Em 1891, George Sternberg presidente da American Public Health Association e, mais tarde, Surgeon General dos Estados Unidos, produziu demolidor inquérito sobre as teorias e vacinas em voga no continente americano, abrindo caminho aos bacilos que competiriam pela condição de agente causal da febre amarela. A vazante dos fungos e algas deve-se, na verdade, à hipótese sustentada por Robert Koch de que a doença era causada por bacilo similar ao do cólera, por ele descoberto no Egito e na Índia em 1883, uma vez que o principal sintoma da febre amarela, o chamado ‘vômito negro’, também se localizava no intestino.

Os trabalhos de Sternberg e outros partidários desta hipótese, nos anos 1890, coincidem com novo ciclo da revolução pasteuriana: as técnicas, os instrumentos e conceitos da bacteriologia progrediam rapidamente. Isso ajudava a erodir teorias estabelecidas, a mudar não apenas a visão, mas o ponto de vista do mundo microbiano.

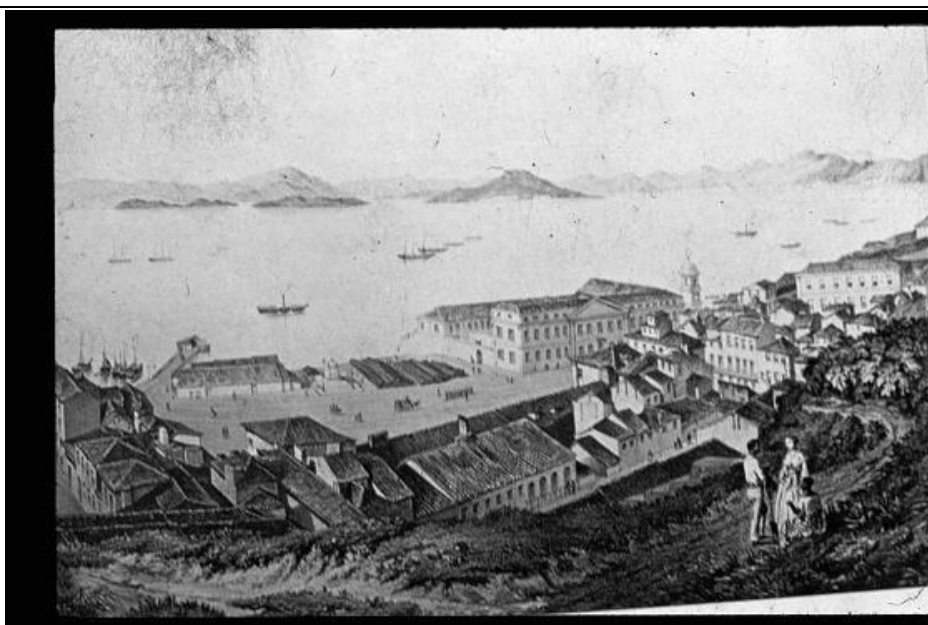


Fig. 12 - Panorama do cais Pharoux, visto do morro de Santo Antônio, Rio de Janeiro. Aí desembarcaram os Lutz em meados do século XIX. Litografia de Iluchar Desmons.

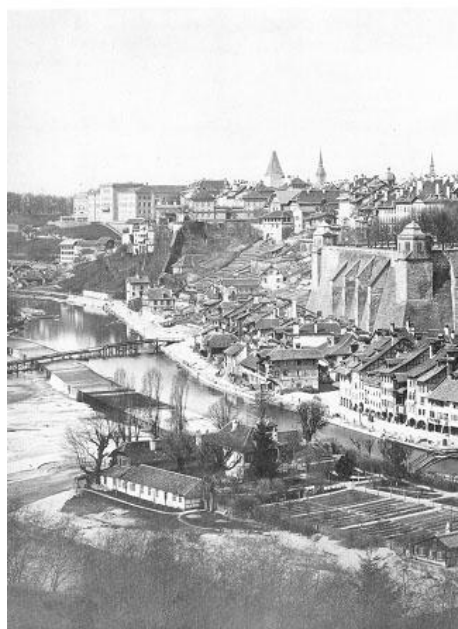


Fig. 13 - Berna, à margens do rio Arr, por volta de 1860, já capital da Suíça (Schwengeler, 1975. p.18).

No Brasil, outra cria da ciência alemã, Adolpho Lutz (1855-1940), daria contribuições decisivas à exploração desse mundo (Benchimol, jan.-abr. 2003, p.13-83).

Os Lutz são ainda uma das famílias mais tradicionais de Berna [Suíça]. Em 1849, Gustav Lutz emigrou com a mulher para o Brasil. Chegaram em dezembro, às vésperas da gravíssima epidemia de febre amarela que varreu, pela primeira vez, a capital brasileira. Foi, aliás, um médico de Lubeck, Robert Christian Berthold Avé-Lallement (1812-84), quem diagnosticou os primeiros casos (Lallement, 1851).

No Rio de Janeiro, nasceram quase todos os dez filhos do casal, inclusive Adolpho, em 18 de dezembro de 1855, ano em que a cidade foi vitimada por sua primeira epidemia de cólera. Os biógrafos ressaltam seu precoce interesse pela história natural e a leitura de *A origem das espécies*, de Darwin (1859), com apenas 13 anos. Aos 19 (1874), Adolpho Lutz iniciou os estudos superiores em Berna.

As universidades alemãs, suíço e austro-germânicas atingiam o apogeu de sua produtividade e prestígio, formando uma mesma comunidade de aprendizado, o que explica a mobilidade acadêmica de Lutz e de seus professores. O ensino médico em Berna era muito conceituado. Por falta de tempo, destaco apenas Theodor Albrecht Edwin Klebs (1834-1913), ex-assistente de Rudolph Virchow (1821-1902), que fundou o *Correspondenzblatt für Schweizer Ärzte* (Boletim de Correspondência para Médicos Suíços), periódico em que Adolpho Lutz publicaria seus primeiros trabalhos.

Da passagem pela Universidade de Leipzig (1877-8), ficariam gravadas especialmente as lições ministradas por Julius Cohnheim (1839-1884) e seu assistente Carl Weigert (1845-1904). Lutz testemunhou a visita de Koch aos dois professores, em 1878, para exhibir-lhes as primeiras preparações do *Bacillus anthracis*, colorido pelo azul de metileno.

Paralelamente aos estudos médicos, que prosseguiram em Praga e Estrasburgo, Adolpho Lutz cultivava sua ligação com a história natural, cada vez mais próxima da medicina. Um de seus professores em Berna, Joseph Anton Maximilian Perty (1804-1884), cuidara na Academia de Ciências de Munique, das coleções formadas por Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius durante viagem ao Brasil (1817-1820). Lutz teve aulas também com Theodor Studer (1845-1922), curador das coleções zoológicas do Museu de História Natural de Berna, e um dos participantes da viagem de circunavegação da fragata alemã *S. M. S. Gazelle*, sob o comando do capitão Georg Freiherr von Schleinitz (1874 a 1876).

Em 1877, a Universidade promoveu um concurso de monografias sobre história natural. Foi premiado um trabalho de Lutz sobre a fauna cladócera dos lagos e cursos d'água da região, apresentado por Studer à Sociedade de Ciências Naturais de Berna (Lutz, 1879).

O interesse por aqueles microcrustáceos aumentara após a descoberta da relevante função que desempenhavam na cadeia alimentar da fauna de água doce e do mar. Lutz observou seus hábitos de vida, predadores, parasitas e simbiontes. Sua adesão ao conceito de seleção natural fica clara quando aborda a dispersão e adaptação daqueles animais.

Darwin chegou cedo à Alemanha. Já na década de 1860 eram publicados vários artigos relativos à sua teoria por jovens médicos-biologistas: Ernst Haeckel, por exemplo, que acolheu com grande entusiasmo *Für Darwin* (1864), escrito por Fritz Muller, um imigrante alemão que residia em Blumenau, no Sul do Brasil. Sua primorosa investigação sobre a evolução dos crustáceos foi a primeira comprovação experimental da teoria de Darwin, repudiada então pela maioria dos naturalistas. Diga-se logo que, anos depois, Lutz retomaria outro trabalho de Muller, sobre os blefarocerídeos, insetos muito interessantes adaptados à corrente de água de rios e cachoeiras.



Fig. 14 - Johann Friedrich Theodor Müller (1822-1897). Foto capturada em 28.4.2009 em http://www.achetudoeregiao.com.br/SC/blumenau/Natureza_Fritz_M%C3%BCller.htm

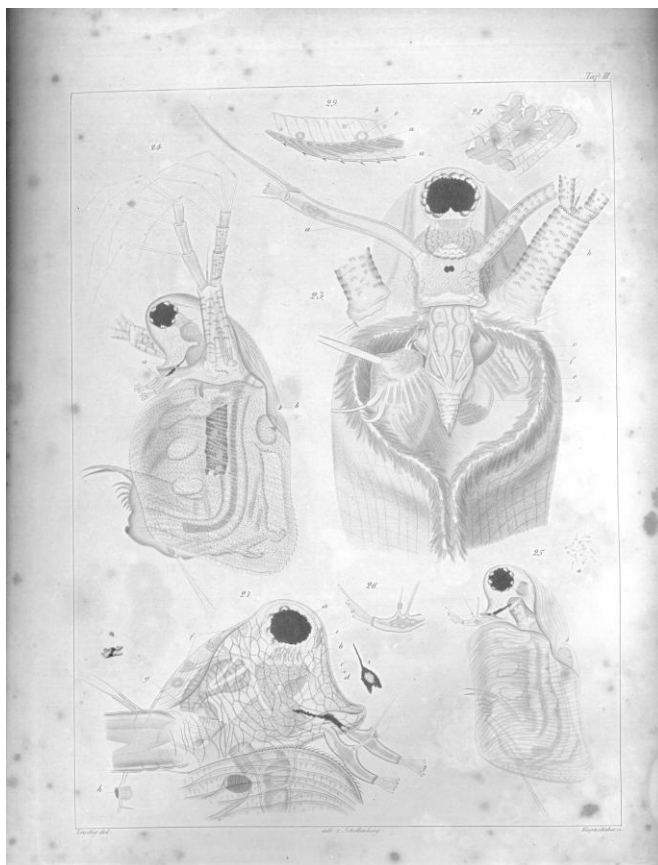


Fig. 15 – Desenho de Cladocera (Leydig, 1860).

Em Leipzig, Lutz (1878) continuou a estudar os cladóceros, e, desta feita, foi Karl Georg Friedrich Rudolf Leuckart (1822-1898) quem apresentou seu trabalho à Sociedade de Ciências Naturais daquela cidade. Foi seu professor e teria influência decisiva sobre os trabalhos que Lutz faria em zoologia aplicada à medicina e veterinária.



Fig. 16 - Mãe, pai e irmãos de Adolpho Lutz à frente da residência que sediava também o colégio suíço-brasileiro, no bairro do Catete, em 1880. Acervo Instituto Adolfo Lutz.

Em fins de 1881, com 26 anos, há 17 longe da família, ele voltou para o Brasil. Os novos laboratórios e as disciplinas recém-inauguradas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro representavam enorme progresso, mas as escolas do país estavam longe de rivalizar com uma faculdade alemã, francesa ou inglesa. Alheios a influências de outros países, os doutorandos e seus professores só liam livros franceses, e os “brasileiros de boa formação”, escreve Lutz, falavam esse idioma fluentemente.

Os principais problemas encontrados por ele diziam respeito ao caráter do brasileiro: “A pontualidade, solidez e sinceridade científica lhe são estranhas, e ele se sente completamente satisfeito em manter as aparências. As antipatias e simpatias pessoais freqüentemente tomam o lugar da lei e do direito. O protecionismo e nepotismo são quase um cancro que não se pode exterminar” (Lutz, 1882, p.395).

A exploração dos negros e a mentalidade escravocrata constituíam outro componente repulsivo para aquele jovem médico que herdara os valores liberais pelos quais se batera o avô, importante personagem da medicina suíça. Orgulhoso da cultura alemã, Lutz valorizava a hierarquia pela competência e pelo saber, e era a tal ponto metódico nos assuntos profissionais e nas condutas cotidianas, que o “precisamente” seria o cacoete de linguagem lembrado por todos os que conviveram com ele.



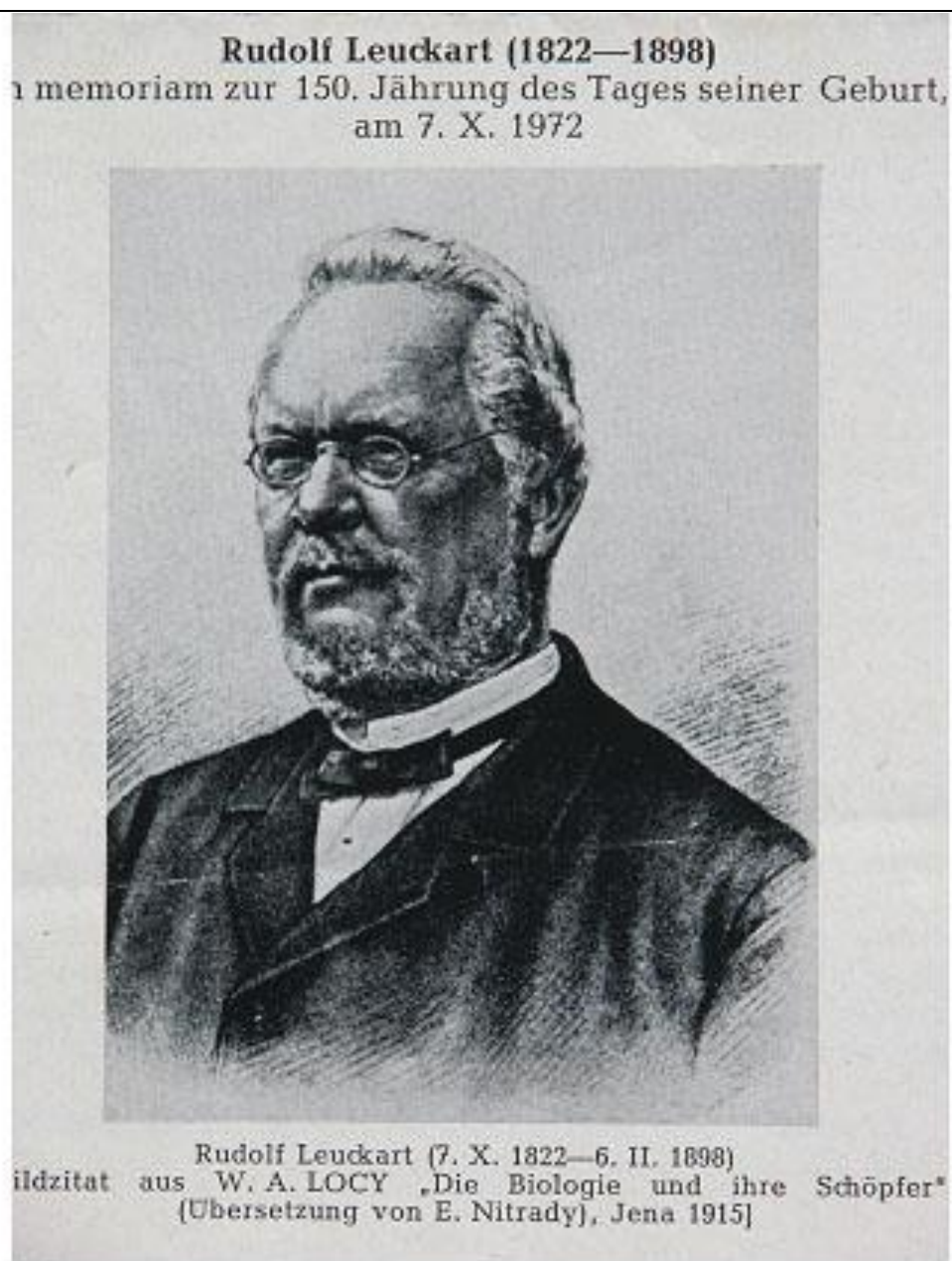
Fig. 17 – Adolpho Lutz em 1881, quando regressou da Europa com o diploma de médico, que precisou validar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Museu Emilio Ribas.

De 1882 a 1885, residiu no interior do estado de São Paulo, em Limeira, importante centro cafeeiro, canavieiro e cerealífero, com expressiva colônia suíço-alemã. Como atendia gente em várias fazendas e cidades, logo adquiriu visão abrangente das doenças de escravos e imigrantes da região.

Em diversos periódicos do mundo germânico -- *Correspondezblatt für Schweizer Ärzte* (Boletim de Correspondência para Médicos Suíços), *Centralblatt für Klinische Medicin* (1885) e *Centralblatt für Bakteriologie und Parasitenkunde* [Folha central para a

bacteriologia e a parasitologia], Lutz publicou uma série de artigos sobre os helmintos que parasitavam sua heterogênea clientela e os animais com os quais esta convivia (todos esses trabalhos foram republicados em Benchimol & Sá, 2007).

Seu primeiro objeto de estudo foi *Ancylostoma duodenale* — o agente da opilação estudado por Wucherer. O estudo do verme só se disseminou na comunidade médica européia a partir de 1880, por efeito da construção do túnel e da ferrovia de São Gotardo, atravessando os Alpes para ligar Itália e Suíça.



Alemanha organizada fotos - Leuckart - Retrato de Leuckart -

Fig. 18 – Karl Georg Friedrich Rudolf Leuckart (1822-1898), da Universidade de Leipzig, treinou de médicos de vários países como parasitologistas. Um dos fundadores do *Centralblatt für Bakteriologie und Parasitenkunde* em que Lutz publicou estudo sobre a ancilostomíase, traduzido depois para o português (**Fig. 19**).

A OPILAÇÃO

OU

Hypoemia Intertropical

E SUA ORIGEM

OU

Ankylostoma Duodenal e Ankylostomiase

PELO

DR. ADOLPHO LUTZ



RIO DE JANEIRO

Typ. e lith. de Machado & C., r. Gonçalves Dias 28

—
1888

Ao tomar a ancilostomíase como objeto de estudo, Lutz dialogaria, de um lado, com os autores alemães e italianos que lideravam estes estudos, de outro, com membros da Escola Tropicalista baiana, elevando, porém, a um patamar mais sofisticado as questões relativas à biologia e aos hábitos do parasito. Lutz confirmou as verificações de Grassi, Leuckhart e outros acerca do ciclo de vida livre do helminto, e estudou sua evolução, desde a fase de ovo, eliminado com as fezes do hospedeiro, até a fase de larva enquistada, identificando o hematofagismo do verme adulto, fato então controvertido.

Em Limeira, Lutz estudou também o *Rhabdonema strongyloides*, um nematódeo encontrado no porco doméstico, causador da strongiloidíase nas comunidades humanas que consumiam o animal. Certamente Lutz tinha em mente as investigações de Leuckart sobre as triquinas do porco, que embasaram a campanha sanitária liderada por Virchow que resultou na promulgação da primeira lei de inspeção de carnes na Alemanha.

Estes e outros artigos publicados por ele, abrangendo a ascaridíase, teníase, oxiuríase e tricocefalose, mostram que estava em fina sintonia com os helmintologistas europeus e nativos que atuavam na Europa, Oriente, América e África. Descortinava-se a eles vasto horizonte de incógnitas a serem solucionadas. Diziam respeito, primeiramente, ao mapeamento clínico e anatomopatológico de enfermidades ignoradas ou mal conhecidas por confusas denominações locais, o que tornava complexa a tarefa de demonstrar sua sinonímia ou diversidade. Outro desafio consistia em relacionar os complexos ciclos evolutivos dos helmintos tanto às peculiaridades comportamentais e biológicas das populações humanas e animais que parasitavam, como às singularidades dos meios geográficos em que transcorriam estes ciclos. Lutz e seus pares precisavam resolver as indefinições que pairavam sobre a sistemática dos grupos continuamente enriquecidos com vermes descritos em diversas partes do mundo, sabendo-se que formas hoje reconhecidas como partes de um único ciclo eram associadas ainda a entes separados. Outras questões diziam respeito às interações entre diferentes vermes nos mesmos ambientes e hospedeiros, aos métodos diagnósticos e aos recursos terapêuticos baseados nas floras nativas ou nos produtos da indústria química européia.



Fig. 20 - Paul Gerson Unna (1850-1929). Com Oscar Lassar e Hans Hebra, filho de Ferdinand Hebra, criou o *Monatshefte für praktische Dermatologie*, primeiro periódico de dermatologia da Alemanha. Lutz consta no expediente (**Fig. 21**).

Band XVI.

Monatshefte

Nr. 3.

für

Praktische Dermatologie.

Redigiert von

Dr. P. G. UNNA in Hamburg.

Ausländische Korrespondenten der Redaktion: Dr. H. G. BROOKE in Manchester, Addison House, Victoria-Park. — Dr. DUBOIS-HAVENITH in Brüssel, 17 rue du gouvernement provisoire. — Prof. Dr. E. VON DÜRING in Konstantinopel, 12 rue Kouloghlou. — Dr. HENRI FOURNIER in Paris, 60 rue Miroménil. — Dr. FUNK in Warschau, Krolewska 47. — Dr. EMIL KROUG in Hungerburg bei Narwa. — Dr. ADOLF LUTZ in San Francisco, Cal., 933 Sutterstreet. — Dr. E. PONTOPPIDAN in Kopenhagen, Vimmelskaflet 47. — Dr. S. RÓNA in Budapest, Andrassy-Strasse 23. — Prof. Dr. P. TOMMASOLI in Modena.

Verlag von Leopold Voss in Hamburg (und Leipzig).

Moorbäder im Hause

mit



Bequeme Mittel zur Herstellung von:

Mineralmoor- u. Eisenbädern

im Hause

und zu jeder Jahreszeit.

Heinrich Mattoni

Franzensbad,

Karlsbad — Wien — Budapest.**Zu haben in allen Apotheken, Mineralwasser- und Drogen-Handlungen.**

Einem Eingangszoll nach Deutschland unterliegen Moor-Extracte nicht.

Ein Post-Colli) nach Deutschland 50 Pfg. (Porto
) nach Oesterreich 30 kr. (

fasst 4 Kisteln à 1 Kilo Moorsalz.

Verlag von Leopold Voss in Hamburg.

Zeitschrift

für

Psychologie u. Physiologie der Sinnesorgane.

In Gemeinschaft mit

S. Exner, H. v. Helmholtz, E. Hering,
J. v. Kries, Th. Lipps, G. E. Müller,
C. Pelman, W. Preyer, C. Stumpf

herausgegeben von

Herm. Ebbinghaus

und

Arthur König.

Sechs Hefte bilden einen Band.

Preis des Bandes M. 15.—.

Probenummer unentgeltlich und postfrei.

(Demnächst beginnt der V. Band.)

Nesse mesmo período, Lutz engajava-se em outra rede onde os médicos germânicos haviam conquistado indiscutível primazia: a dermatologia (Benchimol, 2004, p.153-262; Carneiro, 2002, Holubar, 26.Feb.1998). Dos talentosos *Dermatopathologen* que atuaram nas cidades da Alemanha, Áustria e Europa Central, o que granjeou maior nomeada foi Ferdinand Hebra (1816-1880), cuja carreira está ligada ao equivalente, no mundo germânico, do Hospital Saint-Louis: o Allgemeines Krankenhaus, de Viena.

Uma das crias da Escola de Viena foi Paul Gerson Unna. Concluiu brilhantemente sua educação médica um pouco antes de Lutz. Em 1882, criou com Oscar Lassar e Hans Hebra, filho de Ferdinand Hebra, o *Monatshefte für praktische Dermatologie*, primeiro periódico de dermatologia da Alemanha. Dois anos depois, num subúrbio de Hamburgo (Eimsbüttel), inaugurou as modernas instalações do *Dermatologicum*, em cujas enfermarias foram treinados os pioneiros da dermatologia em diversos países, inclusive Adolpho Lutz (os trabalhos dermatológicos de Lutz encontram-se em Benchimol & Sá, 2004c). O que os aproximou de Unna foi a lepra. Um dos prédios do instituto de Hamburgo destinava-se às vítimas da doença, que, segundo Hollander (1987, p.85), provinham principalmente da América do Sul. Em março de 1885, Adolpho Lutz deixou Limeira para estagiar lá e, sob a orientação de Unna, enveredou pela bacteriologia da lepra e de outras doenças, inclusive a tuberculose, cujo bacilo, recém-descoberto por Koch, apresentava intrigantes analogias com aquele descrito por Hansen.

O Primeiro Congresso Internacional de Lepra, realizado em Berlim, em 1897, consagrou a tese de que a única maneira de se evitar a propagação do bacilo de Hansen era através do isolamento compulsório de seus portadores. Instituição considerada então modelar era o leprosário criado em Molokai, uma das ilhas do arquipélago do Havaí. Em 1887, o Conselho de Saúde daquele Reino pediu a Unna que indicasse um médico para aplicar sua terapêutica lá. Unna indicou Adolpho Lutz. Em 15 de novembro de 1889, precisamente quando era deposta a monarquia brasileira, ele desembarcava em Honolulu. Lá se casaria com a enfermeira inglesa Amy Marie Gertrude Fowler. (Os trabalhos de Lutz sobre hanseníase encontram-se em Benchimol & Sá, 2004b).



Fig. 22 - Casamento de Adolpho Lutz com Amy Marie Gertrude Fowler em 11 de abril de 1891. Nascida na Inglaterra, em 14 de julho de 1869, cursara enfermagem em Londres e microbiologia no Instituto Pasteur de Paris. Fascinada pelo exemplo de Florence Nightingale, ofereceu à Sociedade Britânica de Assistência aos Leprosos para ir ao Havaí, onde em abril de 1889 falecera outro voluntário, o belga Damien de Veuster, o famoso padre Damião, de Molokai.



Fig. 23 - Em 1893, Lutz foi nomeado subdiretor do Instituto Bacteriológico de São Paulo, vinculado ao Serviço Sanitário do Estado criado no ano anterior. Para dirigir o Instituto, as autoridades obtiveram de Pasteur a indicação de Felix Alexandre le Dantec, porém, meses depois, retornou à Europa. Efetivado como diretor só em 1895, Lutz exerceu o cargo por 15 anos, até transferir-se para o Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, em 1908.

Em janeiro de 1893, Adolpho regressou ao Brasil com a esposa e fixou residência em São Paulo.ⁱ Dois meses depois, foi nomeado subdiretor e logo diretor do Instituto Bacteriológico de São Paulo.

A década de 1890 está repleta de conflitos envolvendo a identificação e, por consequência, a profilaxia e o tratamento de doenças em núcleos urbanos e zonas rurais do Sudeste do Brasil, abalados pela derrocada do escravismo, a imigração estrangeira, a mudança de regime político e a industrialização. Os diagnósticos da equipe de Adolpho Lutz e de alguns bacteriologistas mais jovens no Rio de Janeiro — destaque Oswaldo Cruz, Francisco Fajardo, Chapot Prévost e alguns outros recém-formados — estavam calçados em provas laboratoriais inacessíveis à maioria dos médicos. Os conflitos protagonizados por eles tornaram ainda mais beligerante a consolidação da República oligárquica, proclamada em 15 de novembro de 1889 (Benchimol, 2004, p.57-97; 2005, p.215-73).



Fig. 24 - Em 1893, a morte espalhar o bacilo vírgula (*Komma bacillus*), o agente do cólera, pelo vale do rio Paraíba do Sul, segundo desenho de Ângelo Agostini. *Revista Illustrada*, ano 19, n. 669, 1894, p.4-5.

O cólera irrompeu em 1893 e disseminou-se por todo o vale do rio Paraíba do Sul, a espinha dorsal da economia cafeeira. Os adversários dos bacteriologistas do Rio e de São Paulo contestaram ferozmente seus laudos, afirmando que grassavam diarreias causadas por fatores telúricos e alimentares. Invocavam a autoridade de Max von Pettenkofer (1818-1901), respeitado nome da saúde pública alemã, e na Europa, o principal adversário de Koch, o descobridor do *Vibrio comma*.

As doenças intestinais — e não apenas o cólera — eram problema grave nas cidades que viviam o *boom* populacional e a industrialização. Lutz publicara já trabalho fundamental sobre as disenterias em 1891, no *Centralblatt für Bakteriologie und Parasitenkunde*. Demonstrara que duas entidades mórbidas vinham sendo confundidas. Síndromes designadas por diversos nomes encaixavam-se no quadro causado pelas amebas. Propôs o nome “enterite, com evacuações sanguinolentas” para diferenciá-lo da disenteria

propriamente dita, que se manifestava como doença infecciosa aguda, capaz de se disseminar por extensas zonas. A distinção seria comprovada em 1898, quando Kiyoshi Shiga (1870-1957) isolou o agente da disenteria bacilar (*Shigella dysenteriae*).

Nesses mesmos anos, Adolpho Lutz esteve debruçado sobre outra questão polêmica, a febre tifóide (Teixeira, 2004). Em 1880, Carl Joseph Eberth (1835-1926) descreveu um bacilo, depois chamado *Salmonella typhi*, encontrado nos gânglios mesentéricos e no baço dos cadáveres que autopsiou. Em São Paulo, os casos de febre tifóide permaneciam ocultos no âmbito de febres adjetivadas com os nomes de ‘tifo-maláricas’, ‘remitentes’ e, sobretudo, “paulistas”. Para a maior parte dos clínicos locais, as febres paulistas nada mais eram que uma modalidade nativa de malária, no sentido miasmático da palavra, ‘maus ares’. Adolpho Lutz contestou a natureza palustre das febres paulistas, uma vez que não encontrava no sangue de suas vítimas o *Plasmodium malarie* de Laveran.

Os relatórios de Lutz registram o aumento considerável dos óbitos por febre amarela, chamada também tifo amarílico ou icteróide ou, ainda, americano. A sinonímia denotava similitudes com aquelas outras febres que Lutz se empenhara por correlacionar ao bacilo de Eberth. A homologia apoiava-se nas manifestações “tifosas”, vagos sinais clínicos relativos à marcha da doença que os médicos aplicavam a várias doenças ora resignificadas pelos pasteurianos.

A primeira vez que Lutz enfrentou a febre amarela foi em 1889, quando Campinas foi vitimada por epidemia de grandes proporções, e de fortíssimo impacto sobre a opinião pública de todo o país. (Os trabalhos de Lutz sobre a doença encontram-se em Benchimol & Sá, 2005a.) Campinas era um dos principais centros urbanos do Sudeste. Seus fazendeiros e negociantes investiam em ferrovias que serviam de indutoras à expansão das lavouras de café e de novos núcleos urbanos pelo Oeste Paulista. Lá desabou a convicção de que a febre amarela não subia a serra, de que tinha como *habitat* exclusivo as planícies litorâneas, quentes e úmidas.

“Na história moderna da febre amarela no Brasil” — recordaria Lutz, mais tarde (1930), — “o ano mais infausto foi 1889”. Em Santos, o clube alemão, em quinze dias, perdeu a quarta parte dos seus associados. No Rio de Janeiro, a mortalidade chegou a 2.408 pessoas (1.926 estrangeiros). A febre amarela irrompeu em várias cidades interioranas, em muitas pela primeira vez. As explicações mais avançadas relacionavam-na a

microrganismos capazes de viajar de indivíduo a indivíduo por intermédio do ar e dos mais diferentes objetos. O caso paradigmático desse modo de ver o problema era o do dr. Caio Prado, presidente da província do Ceará, no Nordeste do Brasil, que morreu a 25 de maio de 1889, depois de receber cartas e jornais de Campinas.

Domingos Freire levou sua vacina a todas aquelas cidades, especialmente Campinas. A República foi proclamada no início da vaga epidêmica, e enquanto o novo governo negociava a federalização dos serviços de saúde, a vacina transformou-se em instituição governamental no Rio de Janeiro – Instituto Bacteriológico Dr. Domingos Freire. Em sua fachada, foi hasteada uma bandeira com as mesmas cores da alemã, em que o preto simbolizava o vômito, o amarelo, a icterícia e o vermelho, as hemorragias, reforçando a imagem de um baluarte erguido para a defesa de uma descoberta que tantos cobiçavam. A principal ameaça veio de Giuseppe Sanarelli, bacteriologista italiano de renome que o governo uruguaio contratara para fundar e dirigir o Instituto de Higiene Experimental, inaugurado em Montevideu em 16 de março de 1896. Em junho do ano seguinte, anunciou a descoberta do bacilo icteróide no Teatro Solis, em Montevideu para vasta e ilustre audiência. O soro que desenvolveu a seguir foi testado no interior de São Paulo, em fevereiro de 1898. Lutz e seus auxiliares confirmaram a presença do bacilo icteróide no sangue dos doentes. Corroboraram, assim, a primeira parte da descoberta do italiano, mas foram taxativos quanto à ineficiência de seu profilático.

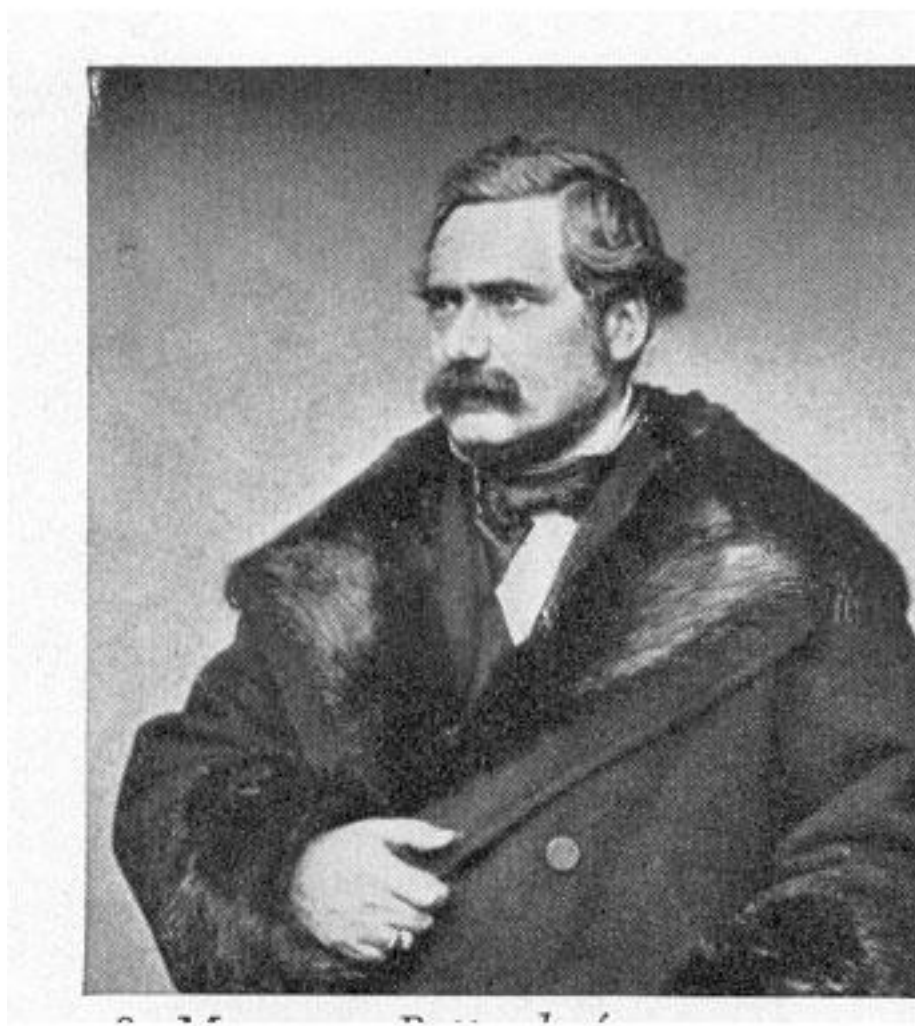


Fig. 25 - Max von Pettenkofer (1818-1901) cuja teoria sobre o cólera e a febre tifóide serviu a nossos higienistas para explicar, por analogia, a transmissão da febre amarela (Johann & Junker, 1970).

Naqueles anos, crescia o interesse pelos mecanismos de transmissão de doenças com etiologia microbiana demonstrada ou suspeita (Tomes, 1998). A ênfase dada por Pasteur e Lister à ubiquidade dos germes no ar retrocedeu por efeito de investigações sobre outros veículos: água, alimentos, dejeções, portadores saudáveis etc. Na imprensa médica e leiga, multiplicavam-se as especulações sobre o papel dos insetos, sobretudo as moscas, facilitando sua incorporação ao imaginário das populações urbanas como fonte de perigo em meio ou em substituição aos impalpáveis miasmas. Em 1898, afirmava-se que

disseminavam os micróbios do carbúnculo, da oftalmia do Egito, do botão de Biskara, do piã (bouba) e do mormo. Yersin verificara que moscas mortas continham o bacilo da peste e Joly confirmou que depositavam os da tuberculose nos alimentos e bebidas.

Em casas habitadas por doentes de febre amarela, João Batista de Lacerda foi procurar o bacilo icteróide e o seu fungo. Encontrou-os sempre sobre dejeções de moscas em simbiose com aquele fungo que Lacerda havia incriminado. Os insetos então levavam os germes não só os “imundos” cortiços e estalagens, como às casas “asseadas e aristocráticas” (Lacerda, 1900). A drenagem do solo, a revisão dos esgotos, a abertura de avenidas, todos os itens, enfim, dos projetos de renovação urbana propostos para a capital federal desde a década de 1870 redundariam, por certo, em seu embelezamento, mas não extinguiriam a febre amarela

Higienistas e bacteriologistas sustentavam concepções cada vez mais divergentes acerca do modo como se originavam e difundiam as epidemias de febre amarela e, conseqüentemente, acerca das medidas adequadas para sanear as cidades, porquanto estavam todos de acordo em que a doença constituía a chave da insalubridade urbana, que se confundia com a do país. No Rio de Janeiro, a corrente mais em evidência nos anos 1890 adotava a *Boden Theorie* (teoria do solo), proposta por Pettenkoffer para o cólera e a febre tifóide (Hume, 1925). Por si só, o germe não causava a doença, o que excluía o contágio direto. A suscetibilidade individual era importante, mas variáveis relacionadas ao clima e principalmente ao solo eram indispensáveis para explicar tanto os acometimentos como as imunidades de indivíduos e regiões: tais variáveis agiam sobre o germe, que amadurecia e se transformava em matéria infectante, de maneira análoga à transformação da semente em planta.

Além de ser facilmente assimilável num país agrário, esta teoria adequava-se bem aos traços mais notáveis da febre amarela — a sazonalidade e a especificidade geográfica — assim como à convicção de muitos médicos de que seu germe, fosse qual fosse, cumpria importante etapa de seu ciclo vegetativo no meio circundante.

Para os partidários de Pettenkoffer, a insalubridade do Rio de Janeiro deitava raízes no “pântano abafado” que existia debaixo da cidade, repleto de matéria orgânica em putrefação. Quando exposto às oscilações do lençol d’água subterrâneo, durante as chuvas de verão, ativavam-se os germes e eclodiam as epidemias. O *enxugo do solo* através da

drenagem profunda dessas águas e o calçamento impermeável das ruas foram, assim, os primeiros itens do elenco de propostas votadas em 1889 no Segundo Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia para deter as epidemias.

Em 1892, Floriano Peixoto, chefe do governo republicano provisório, tentou contratar Pettenkofer para sanear a capital brasileira (Benchimol, 2003b).

Não foram os procedimentos acadêmicos de validação que puseram fim às controvérsias sobre a etiologia e profilaxia da febre amarela. Foi um deslocamento radical na abordagem da doença que levaria uma nova geração de médicos ao prosclênio da saúde pública, sob a liderança de um de seus mais discretos integrantes, Oswaldo Cruz.



Fig. 26 - Desinfetador em serviço no interior de casas infeccionadas, 1905. Museu Emilio Ribas

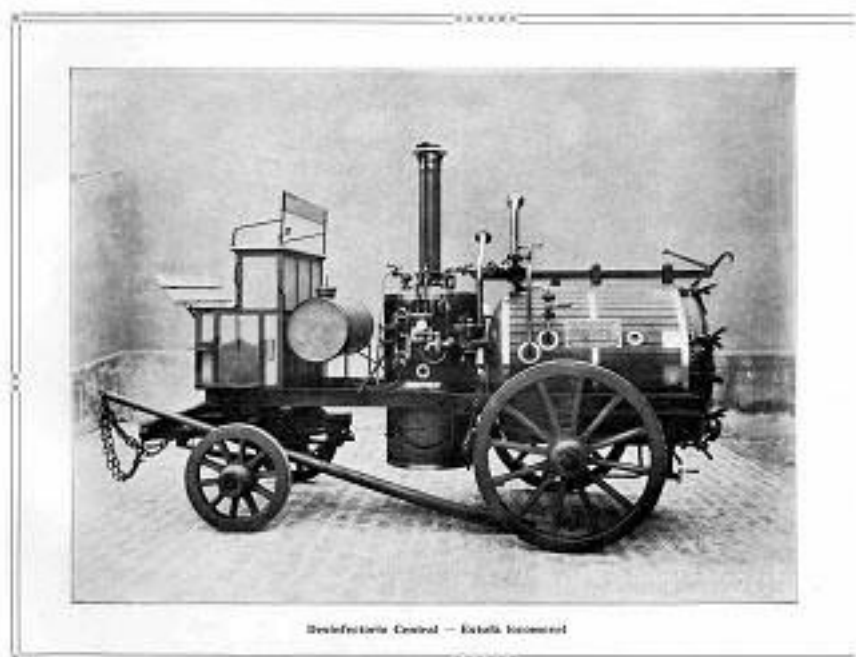


Fig. 27 - Estufa locomóvel da Geneste & Herscher, 1905. Museu Emilio Ribas

No intervalo entre o Congresso de 1889 e sua administração como diretor-geral de Saúde Pública (1903-06), a orientação a que esta obedeceu foi essencialmente contagionista. Provida de moderna aparelhagem de fabricação alemã (Geneste & Herscher) e de germicidas que importava da Alemanha às toneladas, enfrentava a resistência dos clínicos à notificação compulsória de seus pacientes, e o horror que estes tinham à idéia de serem isolados em hospitais públicos, e de terem a vida privada sob a intervenção do Estado.

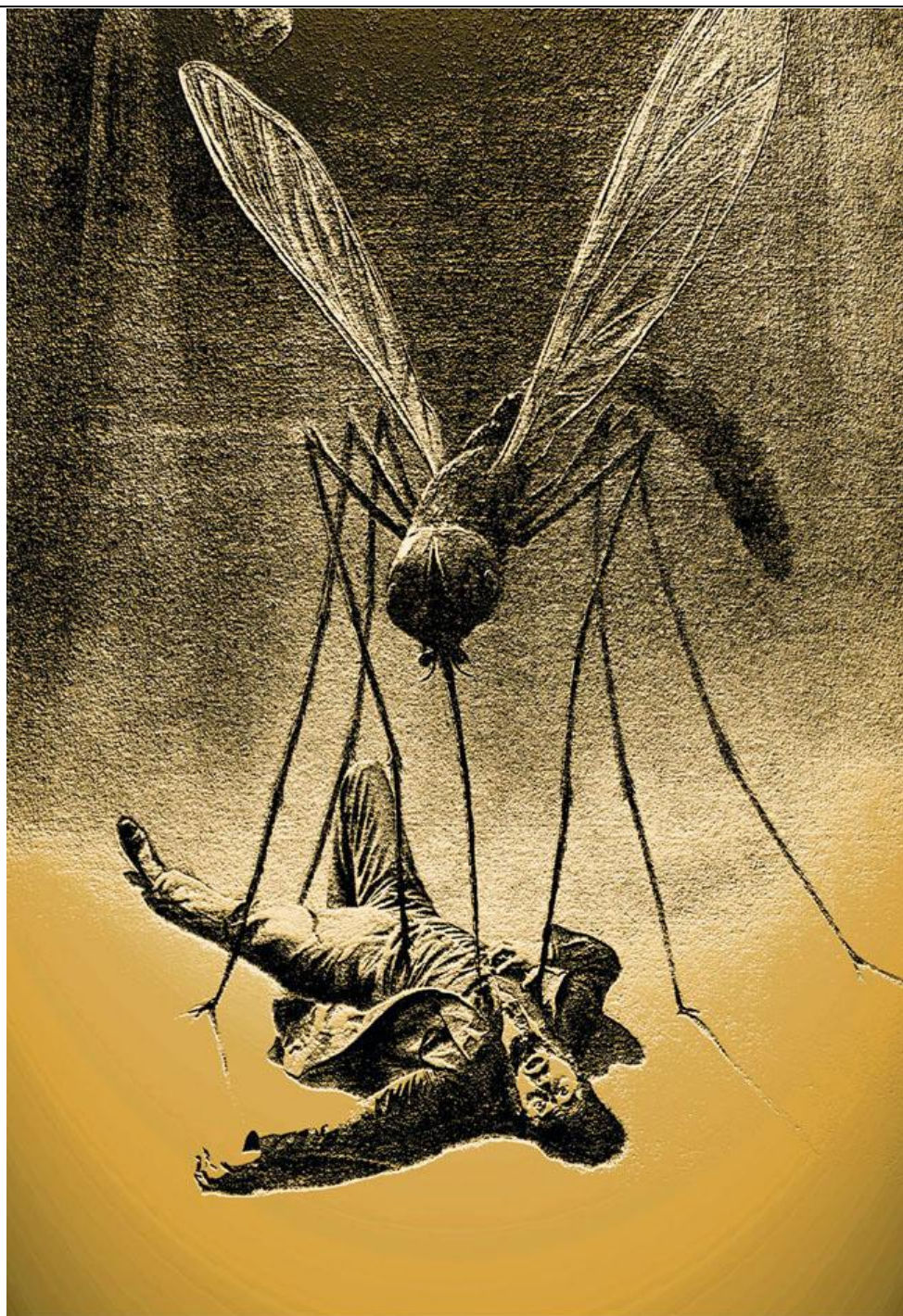


Fig. 28 - Uma nova representação substitui a imagem milenar da morte a ceifar vidas com o alfanje ou a foice. “La fièvre paludéene tueuse d’hommes. Desenho de A. Ehrmann. DAD – Casa de Oswaldo Cruz.

Quando Ronald Ross desvendou, em 1898, o ciclo do parasita da malária das aves no mosquito *Culex*, e Giovanni Grassi, Amico Bignami e Giuseppe Bastinelli revelaram, no ano seguinte, o do parasita da malária humana em mosquitos do gênero *Anopheles*, tornou-se inevitável a suposição de que cumprissem idêntico papel na febre amarela (Delaporte, 1989; Busvine, 1993; Harrison, 1978).

A consagração de Ross como o Pasteur ou Koch britânico foi decisiva para a concretização do projeto que Manson defendia: investir-se na formação de médicos habilitados a lidar com o que chamou de “medicina tropical” (Worboys, 1976). Em junho de 1899, começou a funcionar a Liverpool School of Tropical Diseases; em outubro, foi inaugurada a London School of Tropical Medicine, de maior porte. Lutz saudou a inauguração dessas escolas, assim como a publicação dos dois primeiros tratados naquele novo campo do conhecimento, o de Manson — *Tropical diseases* (1898) — e o de Botto Scheube (1853-1923), *Die Krankheiten der warmen Länder* (1898).

Em junho de 1900, os drs. Walter Myers e Herbert. E. Durham, da Escola de Liverpool, partiram rumo ao norte do Brasil para investigar a febre amarela. Traziam a hipótese de sua transmissão por um mosquito, já proposta pelo médico cubano Carlos Juan Finlay, em 1881. Ganhou maior consistência com as informações fornecidas pelos médicos norte-americanos que se achavam em Havana.

Os trabalhos da comissão chefiada por Walter Reed, confirmando a teoria de Finlay, foram apresentados ao 3º Congresso Pan-Americano, em Havana, em fevereiro de 1901, ao mesmo tempo que William Gorgas dava início à campanha contra o mosquito naquela cidade. Um mês antes, as comissões sanitárias que atuavam no interior de São Paulo incorporaram a sua rotina a supressão das águas estagnadas com larvas de mosquitos. Em fins de 1901, Adolpho Lutz e Emilio Ribas, diretor do Serviço Sanitário de São Paulo, decidiram reproduzir as experiências de Reed na capital paulista para neutralizar as reações de médicos alinhados com o bacilo de Sanarelli e outros micróbios (Benchimol & Sá, 2005).

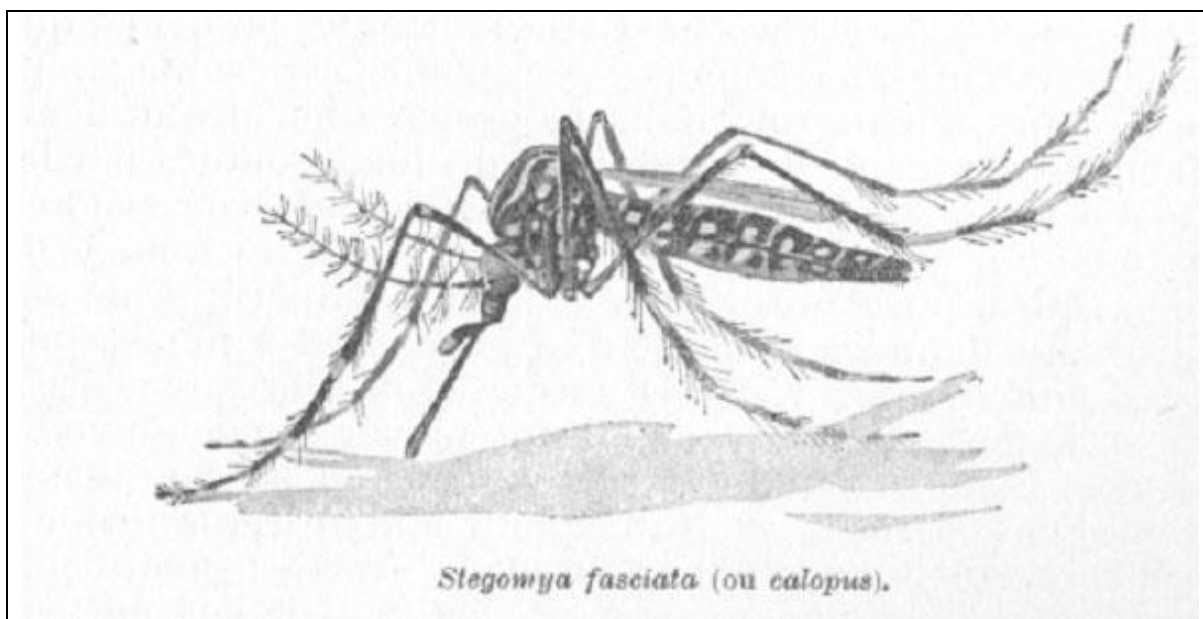


Fig. 29 - Em 1901, duas espécies encontradas em domicílios, *Culex taeniatus* e *Culex fasciatus*, foram incorporados ao gênero *Stegomyia*, como *Stegomyia fasciata*. A transmissão da febre amarela somente por esse mosquito foi o cerne do confronto no 5º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia (Rio de Janeiro, 1903) entre os ‘exclusivistas’, liderados por Oswaldo Cruz, e os ‘não convencidos’. DAD – Casa de Oswaldo Cruz.

Em outros lugares seriam verificadas as conclusões da comissão Reed: o mosquito logo classificado como *Stegomyia fasciata* (atual *Aedes aegypti*) era o hospedeiro intermediário do “parasito” da febre amarela; o ar não transmitia a doença; e os *fomites* não eram contagiosos. O *Public Health and Marine Hospital Service* enviou três médicos a Vera Cruz, no México. No Brasil esteve uma missão alemã, organizada pelo Hospital dos Marinheiros (Seemannkrankenhauses) e o Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais (Intitutes für Schiffs-und Tropenkrakheiten), ambos recém-criados em Hamburgo (Otto & Neumann, 1906). Quando os drs. Hans Erich Moritz Otto (1869-1918) e Rudolf Otto Neumann visitaram o Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 1904, aí já se encontravam, desde fins de 1901, três pesquisadores do Instituto Pasteur de Paris: Émile Marchoux (1862-1943), Paul-Louis Simond (1858-1947) e Alexandre Tourelli Salimbeni (1867-1942) (Löwy, 1991). Durante o tempo que permaneceram na capital brasileira, franceses (1901-1905) e alemães puderam observar os fatos biológicos e sociais produzidos na cidade que

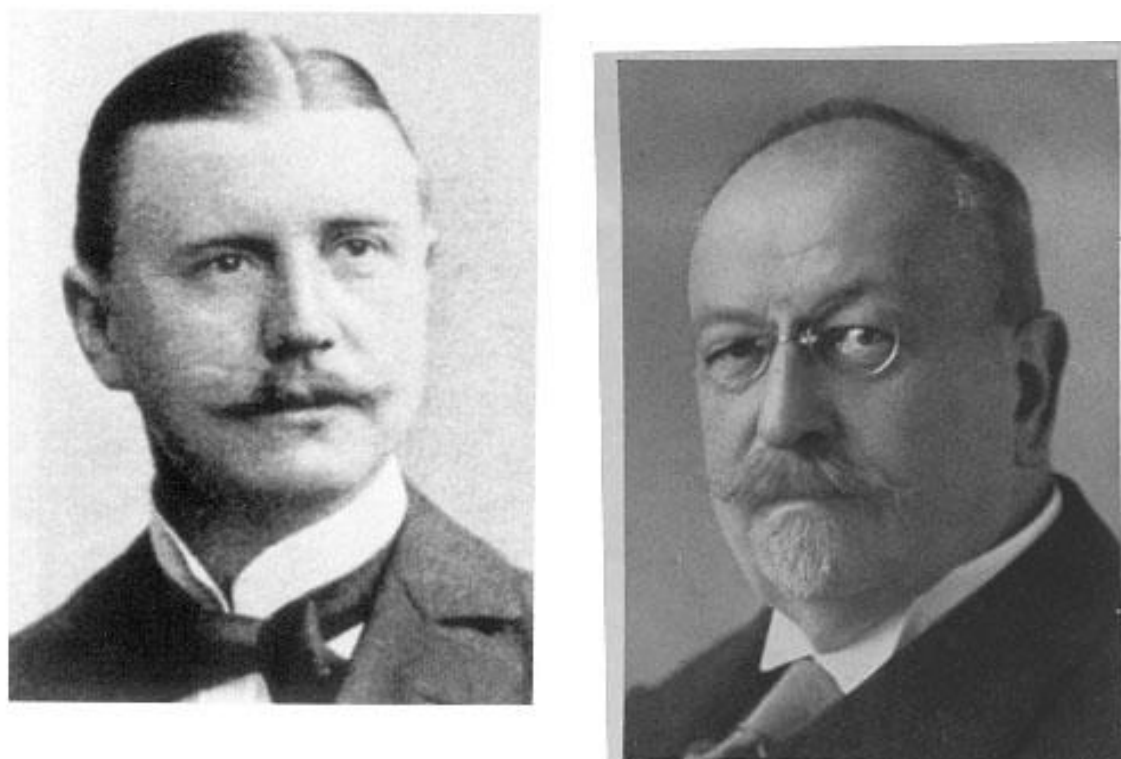
serviu como primeiro laboratório a céu aberto para o teste de uma campanha calcada na teoria culicidiana, sob condições que não eram as da ocupação militar.

O *Stegomyia fasciata* foi seu principal objeto de estudo. Ainda não se conheciam bem os seus hábitos e a sua biologia, e não havia como afirmar que era a única espécie capaz de hospedar o germe ainda desconhecido da febre amarela. O *Stegomyia* tornara-se a pedra angular da campanha sanitária em curso no Rio de Janeiro, e o pivô de candentes controvérsias com as muitas forças adversárias de Oswaldo Cruz.

Apesar dos esforços da comissão Reed para demonstrar que o agente da doença era um “vírus”, os trabalhos recentes sobre o impaludismo haviam disseminado a suposição de que talvez fosse um protozário. Somente em 1927 seria comprovado que era um vírus, e só mais tarde surgiram equipamentos capazes de tornar visível essa classe de microrganismos até então conceituada a partir de duas propriedades básicas: a invisibilidade sob os mais potentes microscópios óticos e a capacidade de atravessar filtros capazes de reter as menores bactérias.



Fig. 31 - Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo (DAD – Casa de Oswaldo Cruz).



De fevereiro a julho de 1904, os dres. Rudolf Neumann (1868-1952) [Fig. 32] e Hans Erich Moritz Otto (1869-1918) [Fig. 33] visitaram cidades litorâneas brasileiras, especialmente o Rio de Janeiro (Olpp, 1932).

Em 1908, Adolpho Lutz transferiu-se para o instituto chefiado por Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Criado uma década antes (1899), com a finalidade de produzir soro e vacina contra a peste bubônica, achava-se em meio à metamorfose que o converteria, por várias décadas, no centro de gravidade da medicina experimental e da saúde pública brasileiras. A promoção do modesto laboratório Soroterápico de Manguinhos a Instituto de Patologia Experimental, logo rebatizado de Instituto Oswaldo Cruz (março de 1908), deveu-se, em parte, ao êxito das campanhas que liderou contra a febre amarela e a peste bubônica no Rio de Janeiro. As novas avenidas abertas, ao mesmo tempo, pelo prefeito Francisco de Paula Pereira Passos — nosso Haussmann tropical — deram às elites a impressão de que a capital do Brasil civilizava-se, enfim (Benchimol, 1992). Foram expulsas das áreas renovadas as camadas populares que se insurgiram contra a imposição

da vacina antivariólica, na chamada Revolta da Vacina (novembro de 1904). Os adversários da reforma e saneamento urbanos renderam-se à retórica triunfante da "regeneração" do país, respaldada por monumentos como o imponente castelo mourisco que Oswaldo Cruz edificou na fazenda de Manguinhos para abrigar os novos laboratórios, equipados por empresas alemãs como a Siemens, a Telefunken, Borsig e outras. Igualmente importante para o êxito de seu projeto foi a medalha de ouro conquistada do XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia, em Berlim, em setembro de 1907. Quatro anos depois, o Instituto de Manguinhos brilharia na Exposição Internacional de Higiene realizada em Dresden (junho de 1911). Na primeira, a peça de resistência foi a bem-sucedida campanha a febre amarela no Rio de Janeiro. Em Dresden, contou, sobretudo, o trabalho sobre a doença produzida pelo *Tripanossoma cruzi*, a Doença de Chagas, que consolidou a protozoologia como uma das mais importantes áreas de pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz (Benchimol, 1990; Benchimol & Teixeira, 1993; Stepan, 1976; Kropf, 2009).

Quando Lutz deixou o Instituto Bacteriológico de São Paulo, agravou-se a crise que seria lucidamente diagnosticada por Martin Ficker, o professor berlinense que o governo paulista contratou em 1913 para reerguer a instituição. Além de apontar a precariedade de suas instalações, Ficker considerou equivocada a orientação dada a seus trabalhos, que se restringiam às rotinas impostas pela saúde pública em detrimento da formação de uma base científica mais sólida (Stepan, 1976).



Fig. 34 – Instituto Oswaldo Cruz em 1927 (DAD – Casa de Oswaldo Cruz)

Não obstante Oswaldo Cruz tomasse como modelo o Instituto Pasteur de Paris, a chegada de Lutz coincide com o auge da influência alemã sobre a vida científica de Manguinhos. No intervalo entre os eventos de Berlim e Dresden, acolheu também Max Hartmann, do Instituto de Moléstias Infecciosas de Berlim, e dois professores da Escola de Medicina Tropical de Hamburgo, Stanislas von Prowazek, autor de importantes trabalhos em protozoologia, e Gustav Giemsa, inventor do método de coloração mais utilizado para a observação de hematozoários. Veio depois Hermann Duerck, docente de anatomia patológica da Universidade de Iena.



Fig. 35 – Oswaldo Cruz (DAD – Casa de Oswaldo Cruz)

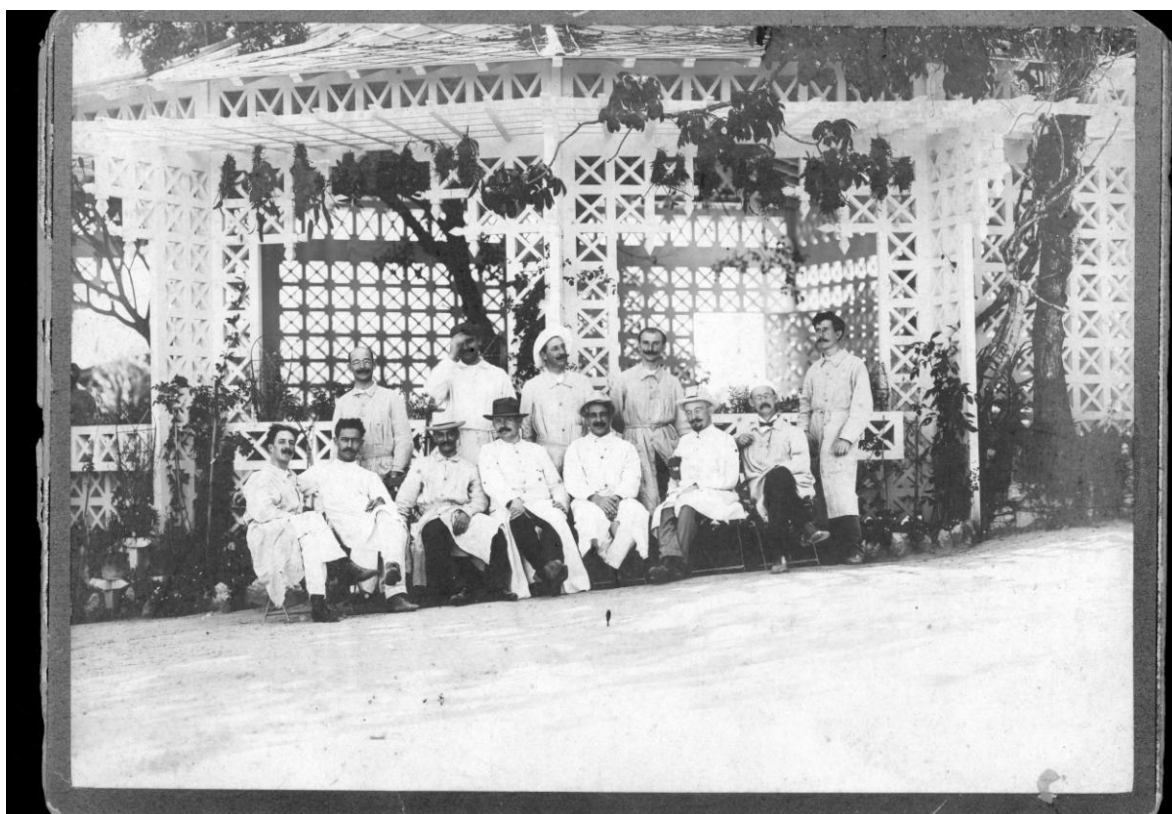


Fig. 36 – Sentados, da esquerda para a direita, Carlos Chagas, José Gomes de Farias, Antônio Cardoso Fontes, Gustav Giemsa, Oswaldo Cruz, Stanislas von Prowazek e Adolpho Lutz. Em pé:

Arthur Neiva, Henrique da Rocha Lima, Henrique de Figueiredo de Vasconcellos, Henrique Aragão e Alcides Godoy. (DAD – Casa de Oswaldo Cruz)

As *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, inauguradas em 1909, difundiriam os trabalhos de seus cientistas em português e alemão, cabendo a Lutz a árdua ainda que pouco reconhecida tarefa de traduzi-los para este idioma, hegemônico até a Primeira Guerra Mundial.

Os cientistas germânicos atraídos a Manguinhos, inclusive Lutz, tiveram papel decisivo no adestramento dos jovens médicos recrutados por Oswaldo Cruz, todos na casa dos vinte anos. Fazendo o percurso inverso, em 1909-1910, estes fizeram estudos de aperfeiçoamento no exterior, alguns na Alemanha. Rocha Lima, braço direito de Oswaldo Cruz, assumiu então o cargo de assistente-chefe no Instituto de Patologia de Iena, a convite de Dücker. Oito meses depois, ingressaria no famoso *Tropeninstitut*, onde faria brilhante carreira científica.

Após a morte de Oswaldo Cruz, em 11 de fevereiro de 1917, Manguinhos tornou-se o centro de gravidade de um vigoroso movimento pela modernização dos serviços sanitários do país, sob a liderança, entre outros, de Carlos Chagas, seu sucessor na direção do Instituto, de 1918 até sua morte, em 1934. O resultado mais imediato desse movimento foi a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) em 1920-22. Sob a direção de Chagas, deu início a ações mais abrangentes contra as doenças endêmicas no interior do Brasil (Hochman, 1998; Castro-Santos, 2004; Lima, 1999).

A partir de então, as densas relações que a medicina brasileira mantivera com a Alemanha e outros países europeus começaram a ser ofuscadas pela hegemonia dos Estados Unidos, especialmente a Fundação Rockefeller (Cueto, 1994, 1995), que se tornou um poderoso enclave na saúde pública brasileira, com atribuições e prerrogativas que, a princípio, rivalizavam com as do próprio Estado.

Conclusão

O exame a vôo de pássaro das relações entre o Brasil e o mundo germânico nos terrenos da medicina, saúde pública e das ciências da vida teve o intuito de mostrar, por um

lado, como se tornaram densas essas relações, por outro como somos ainda carentes de estudos que aprofundem o pouco de que sabe e desbravem as muitas incógnitas subentendidas pelos dados aqui apresentados. Numa ponta do relato: como conhecemos mal as trajetórias dos médicos diplomados e de outros praticantes da arte de curar que vieram para o Brasil acompanhando as vagas migratórias iniciadas no começo do século XIX. Pouco sabemos de suas histórias profissionais e de vida, do modo como interagiram com as comunidades imigrantes, com a sociedade envolvente e, em particular, com seus pares, quer no mundo acadêmico, quer no dia-a-dia das práticas médicas autorizadas ou informais. Conhecemos mal também a dinâmica da rede entretecida pelos médicos germânicos que emigraram para o Brasil e para outros quadrantes do mundo: por intermédio da correspondência, de periódicos, instituições e personalidades em seus países de origem, puseram em circulação experiências e conhecimentos que foram vitais para o amadurecimento — na Europa e América — de vários domínios da medicina e biologia.

Na outra extremidade da presente narrativa, temos a influência tão considerável dos países de língua e cultura germânica sobre as instituições de ensino, pesquisa, saúde pública e assistência médica do Brasil, mal conhecida em comparação com o muito que já se sabe sobre as marcas deixadas pelos países francófonos e anglófonos na formação social brasileira. Muitos médicos e pesquisadores brasileiros estreitaram relações com o mundo germânico na época em que firmava sua proeminência entre outros centros hegemônicos graças a um projeto de modernização calcado no desenvolvimento tecnológico e na eficiente de institucionalização das ciências. O esforço de "enquadramento" das doenças que grassavam nos centros urbanos brasileiros na virada do século XIX para o XX estava associado à busca de legitimidade social e de distinção para uma medicina que se pretendia científica, portanto distanciada das práticas populares de cura. Mapear as diferentes matrizes teóricas a que recorreram aqueles atores nos leva aos constructos que dotaram de inteligibilidade as doenças.

Adolpho Lutz ficou impressionado com a familiaridade que tinha a elite brasileira com o francês no século XIX. Nossos pais, filhos e nós mesmos somos fortemente influenciados pela hegemonia da língua e cultura anglo-americana. A barreira idiomática certamente explica em boa parte a pouca familiaridade que têm os historiadores brasileiros com temas e objetos pertinentes ao mundo germânico. Por outro lado, o acesso a eles, em

segunda mão, é ‘poluído’ pela dinâmica e pelos efeitos das relações internacionais que levaram ao abalo da influência germânica sobre o Brasil e outros países americanos após a Primeira Guerra Mundial – este também um tema fascinante de estudo nos domínios da ciência e da saúde.

Bibliografia

Barreto, M. R. N. “Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v.10, n.1, p.151-72, Jan.-Apr. 2003 (available at www.scielo.br/hcsm).

Benchimol, J. “Pasteur, la santé publique et la recherche biomédicale au Brésil”. In Lima, N. T. & Marchand, M.-H. (org.). *Louis Pasteur & Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Banco BNP Paribas Brasil S.A., 2005, p.215-73.

Benchimol, J. L. & Sá, M. R. (org.), *Adolpho Lutz, Obra Completa*, v.I, book 3: *Dermatologia & Micologia. Dermatology & Micology*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2004c.

Benchimol, J. L. & Sá, M. R. (org.), *Adolpho Lutz, Obra Completa*, volume II, livro 1: *Febre amarela, malária & protozoologia. Yellow Fever, Malaria & Protozoology*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2005a.

Benchimol, J. L. & Sá, M. R. (org.), *Adolpho Lutz, Obra Completa*, volume III, livro 2: *Helmintologia / Helminthology*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2007.

Benchimol, J. L. & Sá, M. R. (org.), *Adolpho Lutz, Obra Completa*, v.I, book 2: *Hanseníase. Leprosy*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2004b.

Benchimol, J. L. & Teixeira, L. A. *Cobras lagartos e outros bichos. Uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Casa de Oswaldo Cruz, 1993.

Benchimol, J. L. “Adolpho Lutz and Dermatology in Historical Perspective”, in Benchimol, J. L. & Sá, M. R. (org.), *Adolpho Lutz, Obra Completa*, v.I, book 3: *Dermatologia & Micologia. Dermatology & Micology*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2004c, p.153-262.

Benchimol, J. L. “Adolpho Lutz: um estudo biográfico”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v.10, n.1, jan.-abr. 2003, p.13-83 (available at www.scielo.br/hcsm).

Benchimol, J. L. “Febre amarela e instituição da microbiologia no Brasil”. In Hochmann, G. & Armus, D. (org.), *Cuidar, controlar, curar. Ensaio históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2004, p.57-97.

Benchimol, J. L. “Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In Ferreira, F. & Neves, L. de A. *O Brasil republicano. Economia e sociedade, poder e política, cultura e representações*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, v.1, p.231-86, 2003b.

Benchimol, J. L. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense/Editora da Fundação Oswaldo Cruz, 1999.

Benchimol, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

Benchimol, J. L.. *Manguinhos do sonho à vida. A ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 1990.

Busvine, J. R. *Disease transmission by insects. Its 90 years of effort to prevent it*. Berlin: Springer-Verlag, 1993.

Carmona y Valle, Manuel. *Leçons sur l'étiologie et la prophylaxie de la fièvre jaune*. Mexico: Imprimerie du Ministère des Travaux Publics, 1885.

Carneiro, G. *História da dermatologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Dermatologia, 2002.

Castro-Santos, L. A. “Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica”. In: Hochman, G.; Armus, D. (org.) *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e no Caribe*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004, p.249-93.

Chalhoub, S. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Cueto, M. (org.). *Missionaries of science: the Rockefeller Foundation & Latin America*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1994.

Cueto, M. The cycles of eradication: the Rockefeller Foundation and Latin American public health, 1918-1940. In: Weindling, P. (org.). *International health organizations and movements, 1918-1939*. Cambridge: Cambridge University Press, p.222-43, 1995.

Davaine, C. *Traité des entozoaires et des maladies vermineuses de l'homme et des animaux domestiques*. Paris, J-B Baillière et fils, 1860.

Delaporte, F. *Histoire de la fièvre jaune*. Paris: Payot, 1989.

Edler, F. C. “A Escola Tropicalista Bahiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil”. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, v.IX, n.2, p.357-85, May-Aug. 2002 (available at www.scielo.br/hcsm).

Edler, F. C. “O debate em torno da medicina experimental no segundo reinado”. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, v.III, n.2, p.284-299, Jul-Oct. 1996 (available at www.scielo.br/hcsm).

Ferrez, G. *O Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez. Paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro 1865-1918*. São Paulo: Editora Ex. Libris, 1985.

Finlay, C. "Inoculations for yellow fever by means of contaminated mosquitoes". *American Journal of the Medical Sciences*, sept. 1891, v.102, n.3, p.264-8.

Finlay, C. J. "Resumen de nuestras investigaciones sobre etiologia de la fiebre amarilla en el año 1888 a 1889 por los Drs. Finaly y Delgado (sesión del 24.3.1889)". *Obras Completas de Finlay*. Havana: Academia de Ciencias de Cuba, Museu Historico de las Ciencias Medica Carlos J. Finlay, 1965, t.II, p.53-4.

Freyre, G. *Nós e a Europa germânica*. Rio de Janeiro, Grifo Edições, 1971.

Griesinger, W. Klinische und anatomische Beobachtungen über die Krankheiten von Egypten. *Archiv für Physiologie Heilkunde*, 13: 528-575, 1854.

Harrison, G. *Mosquitoes, malaria & man: a history of the hostilities since 1880*. New York: E. P. Dutton, 1978.

Hirsch, A. *Handbuch der historisch-geographischen Pathologie / bearbeitet von Dr. August Hirsch*. Erlangen: Ferdinand Enke, 1860-1864. 2v. Translated into English from the 2nd German edition by Charles Creighton as *Handbook of geographical and historical pathology*. London: New Sydenham Society, 1886.

Hochman, G. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

Holubar, K. *The History of European Dermatopathology*. Institute for the History of Medicine, University of Vienna, Vienna, Austria. An unpublished lecture given at the International Society of Dermatopathology Annual Meeting, Orlando (Florida, USA) 26.Feb.1998.

Hume, Edgar Erskine. "Max von Pettenkofer's theory of the etiology of cholera, typhoid fever and other intestinal diseases. A review of his arguments and evidence". *Annals of Medical History*, v.II, n.4, 1925, p.390-53.

Jobim, J. M. da C. "Discurso sobre as moléstias que mais afligem a classe pobre do Rio de Janeiro", *Revista Médica Brasileira*, v.1, p.294-313; 345-360, 1841.

Johann, E. & Junker, J. *Historia de la cultura alemana de los ultimos 100 años*, Munique: Nymphenburger Verlagshandlung, 1970.

Kan, B. & Souza Lima, P. D. *Leopoldina. Cartas de uma imperatriz*. São Paulo, Estação Liberdade, 2006.

Kropf, Simone. P. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2009.

Lacerda, J. B. de, *A simbiose do bacilo icteróide com um bolor. Focalização da febre amarela no interior dos domicílios. Comunicações lidas perante a Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1900.

Lacerda, J. B. de. “Observações demonstrativas da verdadeira causa da febre amarela”. *Annaes Brasilienses de Medicina*, 1883-1884, t.XXXV. Rio de Janeiro: Typ. Universal de H. Laemmert & Cia., p.111-120.

Lallemant, R. Observações acerca da epidemia de febre marelada do ano de 1850 no Rio de Janeiro, colhidas nos hospitais e na policlínica. Rio de Janeiro, Typ. Imp. de J. Villeneuve e Comp., 1851.

Leydig, F. *Naturgeschichte der Daphnidae (Crustacea Cladocera)*. Tübingen: Verlag der H. Laupp'schen Buchhandlung, 1860.

Lima, N. T. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ, UCAM, 1999.

Löwy, I. “La mission de l’Institut Pasteur à Rio de Janeiro: 1901-1905”. In: M. Morange, *L’Institut Pasteur, contribution à son histoire*. Paris: La Découverte, 1991, p.195-279.

Lutz, A. Beobachtungen über die Cladoceren der Umgegend von Leipzig. Mitgetheilt von Prof. Leuckart. *Sitzungsberichte der Naturforschenden Gesellschaft zu Leipzig*. v.5, n.1-3, p.36-41, 1878. Republished in ref. 9, p.253-65.

Lutz, A. Brasilien. *Correspondenz-Blatt für Schweizer Aerzte* (Basel), v.12, n.7, p.210-4, 1.4.1882. Republished in ref. 9, p.385-96.

Lutz, A. Untersuchungen über die Cladoceren der Umgebung von Bern. *Vorgetragen in der allgemeinen Sitzung*, den 2 März 1878. Mittheilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern aus dem Jahre 1878. n.937-961, p.38-54, 1879. Republished in ref. 9, p.269-88.

Lutz, A. Reminiscencias sobre a febre amarela no estado de São Paulo. Erinnerungen aus der Gelbfieberzeit im Staate San Paulo. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, t. XXIV, fasc. 3, p.127-60, out. 1930.

Malerba, J. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

Manson, P. *Tropical diseases: a manual of the diseases of warm climates*. London, New York: Cassell and Company, 1898.

Menezes, A. & Rothe, M. G. (org.). *Brasil-Alemanha 1827-1997*. Perspectivas históricas 170 anos da assinatura do Primeiro Tratado de Comércio e Navegação. Anais do II Seminário de Estudos Teuto-Brasileiros (Brasília, 1997). Brasília, Thesaurus, 1997.

Müller, F. *Für Darwin*. Leipzig, Verlag von Wilhelm Engelmann, 1864.

Oberacker, Carlos H. A contribuição teuta à formação da nação brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Presença, 1968.

Oberacker, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: Holanda, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1977, t. II, v. 1.

Olpp, G. *Hervorragende Tropenärzte in Wort und Bild*. München: Verlag der Ärztlichen Rundschau Otto Gmelin, 1932.

Otto, M. & Neumann, R. O. *Studien über das Gelbe Fieber in Brasilien*. Leipzig: Verlag Von Veit & Comp., 1906.

Peard, J. G. Medicina tropical en el Brasil del siglo XIX: la 'Escuela Tropicalista Bahiana', 1860-1890. In: Cueto, M. (Ed.) *Salud, Cultura y Sociedad en América Latina*. Lima: IEP/Organización Panamericana de la Salud, p.31-52, 1996.

Peard, J. G. *The Tropicalist School of Medicine of Bahia, Brazil, 1869-1889*. Michigan: Columbia University, Dissertation Information Service, 1992.

Robert, O. & Vargaftig, B. B. "L'Aspirine", *La Recherche*, n.182, nov. 1986, p.1.322-31.

Scheube, B. *Die Krankheiten der warmen Länder*. Ein Handbuch für Ärzte, von dr. B. Scheube. Jena, Deutschland: G. Fischer, 1898.

Schwengeler, A. H. *Liebes altes Bern, Stadtbilder 1850-1925*. Berna: Verbandsdruckerei AG Bern, 1975.

Sigaud, J, F. X. *Du climat et des maladies du Brésil*. Paris, Masson, 1844.

Stepan, N. "The interplay between socio-economic factors and medical science: yellow fever research, Cuba and the United States". *Social Studies of Science*, v.8, p.397-423, 1978.

Teixeira, L. A. As febres paulistas na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: uma controvérsia entre porta-vozes de diferentes saberes. *História, Ciências, Saúde . Manguinhos*, v.11 (supl. 1). p.41-66, 2004.

Tomes, N. *The gospel of germs. Men, women and the microbe in American Life*. Cambridge, Harvard University Press, 1998.

Worboys, M. Germs, Malaria and the Invention of Mansonian Tropical Medicine: From 'Diseases in the Tropics' to 'Tropical Diseases'. In: Arnold, D. *Warm Climates and Western Medicine: The Emergence of Tropical Medicine 1500-1900*. Amsterdam/Atlanta, 1996, p.181-207.

Wucherer, O. E. H. Anchylostomos duodenaes. *Gazeta Medica da Bahia* II: 150-151, 1868.

Wucherer, O. E. H. Sobre a molestia vulgarmente denominada oppilação ou canção. *Gazeta Medica da Bahia*, I: 27-29, 39-41, 52-54, 63-64, 1866.

Wucherer, O. E. H. Ueber die Anchylostomenkrankheit, tropische Chlorose oder tropische Hypoämie. *Deutsches Archiv für klinische Medicin*, 10: 379-400, 1872.

ⁱ Aí nasceriam seus dois filhos, Bertha Maria Júlia (2.8.1894), que viria a ser naturalista do Museu Nacional, e Gualter Adolpho (3.5.1903), futuro professor catedrático de medicina legal.

SAÚDE E IMIGRAÇÃO NO BRASIL:

olhares de viajantes italianos

Núncia Santoro de Constantino

Na presente fala analiso relatos de viajantes italianos sobre o Brasil, publicados na última década do século XIX, quando os países sul-americanos disputavam imigrantes europeus. Desta análise, emergem categorias conhecidas relacionadas à saúde que explicitam nas narrativas o cientificismo do período. A partir desta análise, faço inferências que pretendo aqui discutir.

Se a enfermidade acompanha a narrativa histórica desde a antigüidade, é no século XIX que aparece como um fator permanente na História. Publicam-se trabalhos médico-históricos e, nos meados do século XX, com o desenvolvimento dos trabalhos de demografia histórica, investigam-se movimentos de natalidade, mortalidade, fecundidade e nupcialidade, assim como fenômenos relacionados às crises, através do estudo de características das colheitas, da desnutrição por deficiências do regime alimentar, da pobreza, das doenças e epidemias em geral.

As descobertas no âmbito das ciências naturais foram muitas e possibilitaram rápidos avanços na medicina. É bem verdade que Linneo e Buffon fundamentaram a biologia já no final do século XVIII, ciência que teve continuidade nos estudos evolucionistas de Lamarck. O início da anatomia comparada é marcado pelas publicações de Cuvier, a quem Darwin se opõe, retomando o caminho percorrido por Lamarck e assinalando que as diferentes espécies surgiram por um processo evolutivo de diferenciação, segundo um princípio de seleção natural.

A par destes avanços das ciências físicas e biológicas, é importante registrar que idéias como o *universalismo* permeavam o pensamento do período, defendidas por Fontenelle, Montesquieu e Rousseau. Tais idéias geravam o cientificismo e, em consequência, a doutrina racista, cujos expoentes foram Renan e Gobineau. Foi este que definiu uma hierarquização de raças, embasada nos critérios da força física, da capacidade intelectual e da beleza absoluta, sendo que a raça branca possuiria, já na origem, essas três características.

Os relatos de viajantes italianos, analisados para o presente trabalho, evidenciam que os mesmos encontravam-se impregnados do pensamento racista que permeava a sociedade européia, como elemento de um *espírito clássico*, na expressão de Todorov, ou do conceito de um *dispositivo*, definido por Foucault. Era o tempo em que se

desenvolvia a antropologia italiana, sobretudo com Mantegazza e Giglioli Hullyer, este considerado o grande representante do positivismo e do darwinismo no país. Era também o tempo em que Nicéforo e Lombroso representavam o cientificismo que hierarquizava raças.

Mas retornando às ciências biológicas, lembra-se que a demonstração da existência de micróbios, o estudo da forma de combatê-los e a invenção das vacinas, abriram caminho para a profilaxia de uma série de enfermidades, mediante a imunização.

A medicina avançava. Importantes foram os progressos na cirurgia, anatomia, ginecologia e oftalmologia, assim como o aperfeiçoamento do microscópio, a invenção do estetoscópio e do anestésico, o aparecimento de inúmeros novos medicamentos.

E, nas últimas décadas do século XIX, as enfermidades passaram a ser descritas de outra forma, ultrapassando a etiologia. Passaram também a ser analisadas na sua dimensão social isto é, na maneira em que certas epidemias avançam, em decorrência de determinados usos e costumes referentes à higiene privada, às carências alimentares, às práticas sociais. Pesquisas e tratados acerca de doenças e de terapias são incontáveis no decorrer do século, quando os médicos foram convertendo a higiene em ciência.

Interessa aqui enfatizar o estatuto desta *higiene* e aquele dos médicos. A saúde passara a ser confundida com o poder sobre o corpo que precisava ser forte e vigoroso. Em outras palavras, o corpo estaria a serviço de uma vida longa e proveitosa, era avaliado de fora, e não em si mesmo; a debilidade física era o campo propício à doença, entendida como fraqueza do sangue e dos órgãos. Os avanços da tuberculose alimentaram esta concepção e os medicamentos mais consumidos foram os fortificantes, os tônicos, os reconstituintes. Enquanto isso, os administradores, políticos e educadores apregoavam as vantagens da limpeza, da saúde, da ordem e da moral. Nesta verdadeira cruzada, o papel do médico foi de fundamental importância.

O poder médico tornava-se incontestável. Atavam-se os nós entre o poder médico e a ordem social estabelecida; os setores populares foram entendidos pelo saber médico como focos de todas as enfermidades. Culpava-se os pobres pelas doenças e por sua difusão, porque eram sujos, ignorantes, promíscuos e dados ao vício da embriaguez.

O higienismo predominante no final do século XIX foi uma das mais brilhantes estratégias de controle social que se tem notícia, capaz de proporcionar a modernização da sociedade. E o médico foi catalisador deste poder, capaz de orientar, disciplinar e curar. Daí o reconhecimento do exercício do poder sobre os marginalizados, loucos,

mulheres e pobres, como registra Barrán.¹ Pobres eram os imigrantes e poderosos foram os médicos que se manifestaram sobre o fenômeno da emigração. Acompanhando os fluxos imigratórios percebe-se a presença de médicos que opinam sobre projetos de imigração em diferentes países americanos, muitas vezes contratados pelos respectivos governos.

Mantegazza nasceu em Monza no ano de 1831. Diplomou-se em Medicina e viajou muito ao exterior, tornando-se célebre higienista. Ensinou na Universidade de Pavia e no Instituto de Estudos Superiores de Florença; foi autor da *Enciclopedia Popolare*, publicada nesta cidade em 1876, e do *Almanaco Igienico Popolare*, publicado em 1870. Além de professor universitário, foi deputado e senador.² Seu relato de viagem ³ é comentado por Cattarulla, que registra ter sido publicado por primeira vez em 1867, fruto de uma experiência de quatro anos como médico na Argentina, onde colheu informações sobre o país.⁴

No prefácio de sua publicação, o Doutor Lomonaco trata de apresentá-la como “resultado de notas, lembranças e impressões de viagem, além de pesquisa histórica e estudos de vários gêneros...”, realizados durante a sua permanência no Brasil. Esclarece ter procurado dar aos leitores uma idéia das localidades percorridas, dos usos e costumes, das características mais salientes da sociedade brasileira.⁵ Desejou descrever a vida e a civilização do país e, através do seu texto, pode-se inferir que conseguiu razoáveis conhecimentos do Brasil. O título de doutor que está registrado junto ao seu nome na capa da publicação remete à medicina e, à leitura da obra, infere-se que Lomonaco tem amplos conhecimentos médicos, especialmente no que diz respeito à higiene e à nutrição.

O Dr. Luigi Buscaglione, médico de bordo do vapor *Carlo Raggio*, que partiu de Gênova em 1893 transportando imigrantes italianos para o Brasil, enfrentou uma devastadora epidemia de cólera que relata em pormenores.⁶ Nasceu em 1863, formou-se em medicina, cirurgia e ciências naturais. No ano em que empreendeu aquela que

1 BARRAN, Jose Pedro. **Medicina y Sociedad en el Uruguay del Novecientos: la ortopedia de los pobres**. Montevideu: Ed. de la Banda Oriental, 1995 p.16

2 ENCICLOPEDIA BIOGRAFICA E BIBLIOGRAFICA ITALIANA. **Ministri, Deputati, Senatori**. Milano: E.B.B.I, 1940

3 MANTEGAZZA, Paolo. **Rio de La Plata e Tenerife**. Milano: Gaetano Brigola Editore, 1870

4 CATTARULLA, Camilla. *Esotismo e ideologia nei viaggiatori italiani in America latina, 1870-1914. Veltro- rivista della civiltà italiana*. 1-2 anno XXXVI- gennaio-aprile 1992)

5 LOMONACO, Dott. Alfonso. **Al Brasile**. Milano: Società Editrice Libreria, 1890

6 BUSCAGLIONE, Luigi. **La disastrosa traversata del carolo R: note di viaggio del medico di bordo Dott.Luigi Buscaglione- Libero docente nella R. Università di Torino**. Torino: Carlo Clausen, 1894.

chamou a “desastrosa travessia”, já era professor suplente na Universidade de Turim; ao retornar, assume o posto de livre-docente em botânica. Sua produção científica torna-o conhecido no exterior pelos estudos que realizou sobre neoplasmas, células artificiais, enfim, sobre variados segmentos de fisiologia vegetal, anatomia e morfologia.⁷

Lembra-se que, naqueles últimos anos do século XIX, os médicos-viajantes, representantes das camadas sociais superiores, partilharam códigos de pensamento que apontavam para elementos essenciais no âmbito do mental coletivo. As inferências realizadas a partir da leitura dos seus textos revelam sentidos latentes sugerindo que, além de partilharem códigos de pensamento, os autores procuram enfatizar questões relativas à saúde para justificar seus pontos de vista relativos à emigração para o Brasil.

No presente trabalho, com tempo limitado, destaco alguns aspectos das obras analisadas.

Ao retornar da Bolívia, deixando para trás Buenos Aires e Montevideu, Mantegazza avista o perfil nebuloso do que considerou a “magnífica costa brasileira”, antes de ingressar na baía de Guanabara. Viajava com sua jovem esposa em navio de bandeira inglesa, que recebeu saudação dos canhões da fortaleza localizada ao ingresso da baía.

Pretendeu desembarcar para alcançar o cais e isto só era então possível através de canoas que conduziam os passageiros das embarcações maiores até o porto. Encontrou uma canoa conduzida por dois negros e desceu à terra; várias vezes tentou perguntar se havia febre amarela no Rio de Janeiro. Responderam-lhe lacônicamente: “os mortos são poucos e a epidemia recém começa”. Entretanto, observou que havia muitas embarcações com bandeiras a meio-pau, assim como um vaporzinho negro, com bandeira amarela que, com agilidade, recolhia os doentes e mortos para levá-los à Santa Casa de Misericórdia. Na mesma tarde pode ler nos jornais do Rio sobre os mortos daquele dia, quase todos estrangeiros, principalmente russos, escandinavos e alemães.

A seguir soube que havia febre amarela também no navio em que viajava, iniciada através de marinheiros ingleses. Preferiu embarcar com sua mulher naquele mesmo navio, a permanecer por um mês neste país que disse ser “esconjurado” pela doença, conforme planejara. Registrou que zarparam às pressas, deixando o porto com 30 doentes a bordo; logo depois seriam 40, isolados no próprio navio.

7 **Dizionario Bibliografico degli Italiani.** Istituto della Enciclopedia Italiana, 1972

Lomonaco faz insistente observação sobre a insalubridade da capital brasileira, especialmente ao centro, onde todas as ruas são estreitíssimas, mal pavimentadas e sem calçada, imundas nas imediações do porto. Ali as casas são velhas, baixas e estreitas, emendadas umas nas outras sem nenhum verde no meio; construções inadequadas, pois há morros circundando e impedindo a circulação do ar.

Há numerosas lojas e sujas casas de negócio, em torno das quais sente-se um cheiro nauseabundo. A praça de São Francisco limita a parte nova da cidade, com ruas mais largas, melhor calçadas, arborizadas, com passeios espaçosos. Mas também ali a higiene não é respeitada, sobretudo pelo abandono em que se encontrava o canal do Mangue, por onde correm imundícies. Tudo conferia ao Rio o aspecto de cidade oriental, suja, mal-cheirosa. Enfim, uma *cidade pestilencial*, onde havia o maior calor do mundo, apenas brevemente interrompido por verdadeiros dilúvios que deixavam grandes poças a exigir esforços ginásticos dos passantes.

Comenta o regime alimentar dos brasileiros que rotula como primitivo, não respondendo exigências de civilidade. A cozinha é muito simples e, talvez por isso, as manifestações da vida são mesquinhas e limitadas. O prato principal era a feijoada que, segundo Lomonaco, só o estômago de um croata ou de um lapão poderia tolerar impunemente; ou então comia-se o *virado*, mexido de feijão preto, cebola, banha de porco, tão indigesto quanto a feijoada. Além do mais, comia-se diariamente a mesma comida, preparada da mesma forma. Conclui que tal alimentação, rica em hidrocarbonatos e em gordura, pouco substanciosa, resultava na preguiça gerada pela fartura do país que, produzindo feijão e arroz em enorme quantidade, inibia a diversificação alimentar.

Os hábitos dos brasileiros serão alvo dos comentários de Lomonaco que garantiu serem apaixonados pelo jogo de loteria, fumarem muitíssimo e passarem a maior parte do tempo em casa, na ociosidade, recebendo visitas sem parar, apenas para conversar. Daí porque fossem indolentes, apresentassem o organismo debilitado, repugnância ao trabalho e atração pela posição horizontal, mesmo nas classes baixas. O brasileiro, formalista, pedante e vaidoso, adorava discursos de adulação nos banquetes, cansativos a ponto de destruir o bom humor e dificultar a digestão.

Buscaglione despediu-se do Piemonte, em 1893, a tempo de assistir a chegada em Genova do carvoeiro *Carlo R.*, proveniente de Manchester, que deveria zarpar transformado em navio para emigrantes. Como parte de seus encargos, o médico inspecionava as obras que estavam sendo realizadas. Logo constatou o *cholera morbus*

a bordo, mas a viagem prosseguiu e, depois da linha do Equador, o contágio estava difundido e não havia mais lugar para os doentes na enfermaria. Mortos aumentavam em proporção vertiginosa e Buscaglione detém-se em narrativas das cenas de horror.

Entretanto o *Carlo Raggio* aproximava-se da costa, à altura do Rio de Janeiro. O Comandante segue direto à Ilha Grande, cujo lazareto desfruta larga fama. O vapor se aproxima, já acompanhado pela lancha do departamento sanitário brasileiro; seus tripulantes logo fariam as perguntas de praxe.

Diz Buscaglioni que, no percurso realizado, o navio “...semeou uma rota de cadáveres”. Corpos jaziam na coberta envoltos em colchões, ao lado de doentes em agonia, 102 corpos já haviam sido jogados ao mar. Afirmo que a medicina possui “...um arsenal de remédios” contra as multiformes manifestações do morbo asiático, mas nenhum medicamento é de ação segura. Explica todos os tratamentos ministrados a bordo, sem que houvesse satisfatórios resultados.

Detém-se nas enormes dificuldades com que se defrontou, a bordo, com população condensada e muitos enfermos, pois não era viável uma desinfecção rigorosa, que também descreve minuciosamente..

A dieta inadequada dos imigrantes, nos primeiros dias de viagem, agravava a doença. Além disso, para a rápida propagação da doença, contribuía a falta de higiene dos italianos meridionais. Mas, segundo o médico, a razão principal da propagação foi a má qualidade da água potável, infectada pelo vibrião. Somava-se a tudo muitas desordens, o alcoolismo, o pessoal despreparado para o atendimento dos doentes, os enfermeiros que adoeciam.

O *Carlo R.* aproximava-se cada vez mais da ilha Grande. Os agentes do Departamento Sanitário vêm de bote até o navio e, antes de subirem, perguntam quantos doentes têm a bordo, quantos óbitos registraram-se e que tipo de doença predominara. Obtendo as respostas, pedem três vezes repetição. Dão ordem para que o navio não fizesse qualquer contato com a ilha, aguardando orientação. Em poucos minutos a embarcação se afasta e o tempo começa a passar lentamente para os passageiros.

Algumas horas depois retornou o bote e seus tripulantes ordenam que o vapor ancorasse diante da proa de um navio de guerra, fundeado mais além. Antes de manobrar, foi necessário fazer um longo giro para atirar ao mar outros mortos.

E passaram-se alguns dias sem que houvesse qualquer comunicado. Finalmente uma barca se aproxima para anunciar que o governo decidira expulsar a embarcação das costas brasileiras. Prometia fornecer os víveres e medicamentos necessários para a

travessia de retorno. Buscaglioni tentou explicar às autoridades que o ciclo do cólera estava terminando e que os passageiros restantes encontravam-se imunizados. Mas nada mudou a decisão tomada. Depois de mais quatro dias ancorados, receberam os medicamentos e os víveres prometidos. O vapor recebia comida, além dos medicamentos que, em geral, não correspondiam ao pedido feito dos remédios em falta.

Terminado o embarque dos suprimentos, o *Carlo R.* abandonou as praias do Rio, onde morreram mais quarenta passageiros. Um cruzador-de-guerra deu escolta até além do Cabo Frio, porque as autoridades brasileiras temiam alguma tentativa de desembarque.

A narrativa de Buscaglione evidencia sintomas, é indiciária, permitindo ler nas entrelinhas.

Aos profissionais de saúde fornece claramente elementos sobre os conhecimentos médicos de época; faz resumo da história do cólera, comenta as piores epidemias. Além disso, fornece informações sobre as concepções higienistas do período, assim como a defasagem das normas de navegação internacional frente às mesmas.

Para o historiador da imigração em geral, aponta questões cruciais relacionadas ao tema.

Em primeiro lugar esclarece sobre as condições de embarque, e de viagem. Com a autoridade do saber médico, Buscaglioni denuncia as deficiências do transporte marítimo que conduzia milhares de italianos.

As concepções racistas do período, por outro lado, estão explícitas nas freqüentes alusões que faz aos italianos meridionais, indicando forte preconceito, fortalecido no bojo do processo da Unificação Italiana.

Buscaglioni colabora com sua narrativa para a imagem do país doente, onde as autoridades agem de modo semi-bárbaro, recusando-se a receber imigrantes doentes.

Os autores transitam pelo Brasil no final do século XIX, quando a imigração já era fenômeno corrente. A população de imigrantes aumentava na cidade e no campo. Somente no Rio de Janeiro eram cerca de 25 mil italianos, na maior parte naturais da Calábria, segundo registrara Moriconi.⁸. Antes que findasse o século XIX, a coletividade italiana nas principais cidades brasileiras era numerosa e representativa. Naquele momento já era uma estratégia diplomática valorizar e cooptar as lideranças e

8 MORICONI, Ubaldo. *Nel Paese de "macacchi"*. Torino: Roux Frassati e Co. Editori, 1897. p.399

os imigrantes bem sucedidos, mas é nos imigrantes pobres e maltratados que se detém os autores em questão.

Suas narrativas explicitam a miséria, as epidemias e doenças em geral, os maus tratos que recebem os italianos por parte dos funcionários brasileiros, as más condições de viagem, de hospedagem e de trabalho no Brasil. São autores reconhecidos pela virulência como atacam a emigração para o Brasil, indo além do debate que se verificava na Itália sobre a imigração em geral.

A corrente favorável à emigração na Itália sempre obteve maiores vantagens, a começar pelos armadores genoveses. Contou com personagens importantes que manifestaram nítida preferência por um fluxo direto para a América Latina em geral, e para o Brasil em particular. Entretanto havia os que se manifestavam contrários, como os grandes proprietários de terra, que temiam a escassez de mão-de-obra e a valorização da mesma no mercado.

A liberdade para emigrar sempre vigorou na Itália, enquanto outros países proibiam a emigração subvencionada para o Brasil, com o intuito de proteger seus cidadãos. O governo italiano limitou-se a duas breves suspensões da saída de emigrantes, entre março de 1889 e julho de 1891, em decorrência da epidemia de febre amarela no Brasil; de setembro de 1893 a maio de 94, em consequência da guerra civil no Rio Grande do Sul. Assim, entre 1887 e 1902, 60% dos imigrantes recebidos no Brasil eram italianos.

É neste contexto imigratório que se inserem Mantegazza, Lomonaco e Buscaglione.

Petrone relembra que, para diferentes áreas e com funções distintas, o imigrante foi dirigido. Nestas áreas, “... a experiência do imigrante foi diferente, sucessos e insucessos têm outros fundamentos”⁹

Tais diferenças não seriam levadas em consideração nos autores italianos analisados, uma vez que seus relatos são decorrentes de precisas motivações; suas lentes têm filtros particulares de observação que influenciam narrativas. Uma análise do conteúdo destas narrativas revela significados latentes além daqueles manifestos.

Naqueles últimos anos do século XIX, os médicos, oriundos das camadas superiores da sociedade italiana, partilham códigos de pensamento que apontam para o cientificismo, racismo e etnocentrismo, elementos essenciais no âmbito do mental

9 PETRONE, Maria Thereza. *O imigrante italiano na fazenda de café em São Paulo*. In: DE BONI, Luís A. Org. ***A presença Italiana no Brasil***. Porto Alegre: EST, 1987. p.102-103

coletivo dos homens do seu tempo. Os elementos ditos científicos encontram-se nas suas descrições, desaconselhando a emigração para o Brasil, apesar dos peculiares matizes.

Em descrições que ridicularizam o Brasil e os brasileiros, usam o poder que os seus conhecimentos médicos lhe atribuem no período, enfatizando a narrativa das epidemias, principalmente da febre-amarela e do cólera. A insalubridade do país é descrita através dos princípios de *higiene* então consagrados e os brasileiros são definidos como representantes de uma raça inferior, habitantes de um país para onde italianos não devem emigrar.

Os banhos medicinais entre imigrantes e seus descendentes no Rio Grande do Sul

Sílvia Marcus de Souza Correa (UFSC)

Introdução

Nas sociedades americanas, algumas mudanças culturais tiveram como principais protagonistas os imigrantes e seus descendentes. No início do século XX, a vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (Brasil) foi uma prática muito ligada, embora não exclusivamente, às comunidades de imigrantes europeus. Esses imigrantes e seus descendentes não eram apenas os primeiros banhistas que procuravam às praias com base em princípios medicinais. Eram também os primeiros empresários do incipiente ramo do “curismo-turismo”.¹

No Brasil, os banhos medicinais se enquadram na profilaxia de certas moléstias, nos cuidados com o corpo em meio tropical. Trata-se de uma cultura aristocrática que chegou com a grande migração portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Mas tal prática acabaria por deixar os círculos aristocráticos, bem como a sua finalidade terapêutica, para assumir contornos mais burgueses e também lúdicos.² Sem abolir as motivações terapêuticas e profiláticas iniciais, os banhos e os passeios à beira-mar assumem um perfil hedonista e fazem parte de um novo estilo de vida. Eles passam a integrar a literatura romântica, especialmente os romances urbanos.³ Pintores como o alemão J. M. Rugendas também não deixaram de registrar cenas à beira-mar não apenas no Rio de Janeiro, mas também em outras praias visadas para a cura e o recreio das elites urbanas da América Latina. Da costa marítima do Rio Grande do Sul, as aquarelas do francês Jean Baptiste Debret e do alemão Hermann von Wendroth datam de um período anterior à vilegiatura marítima quando as esparsas localidades pesqueiras ainda não tinham sido transformadas em praias balneárias.

As “águas virtuosas” das fontes termais também passaram a ser valorizadas no Brasil a partir do século XIX. Na *Guia Médica*, de Pedro Chernoviz, por exemplo, já consta uma série de estâncias hidrominerais do Brasil com detalhada descrição das propriedades físico-químicas de suas águas e suas indicações médicas para determinadas moléstias. Mas no Rio

¹ O presente trabalho é resultado parcial de um projeto de pesquisa sobre os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul. O autor agradece Joana Carolina Schossler e Maximiliano Meyer, bolsistas de iniciação científica PIBIC/CNPq, pela coleta de material diverso sobre a vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul e pelo diálogo instigante durante todas as etapas da pesquisa.

² CAMARGO, Haroldo L. *Uma pré-história do turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2007.

³ Em Portugal já havia a prática dos banhos em estâncias termais como de Estoril e Caldas da Rainha. No Brasil oitocentista, os portugueses e luso-brasileiros freqüentavam a praia, onde andavam de barco e passeavam pela beira do mar como podemos ler nos “romances urbanos” de José de Alencar e de outros escritores românticos. Porém os banhos de mar eram raros. Vale lembrar que no romance *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós, aparecem os banhos de mar com finalidade terapêutica. Mas o que já era moda na Europa e mesmo em Portugal e no Rio de Janeiro demorou algumas décadas para chegar ao Brasil meridional.

Grande do Sul, o curismo tardou a fomentar a ida aos banhos de mar. Os primeiros indícios de uma vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul datam do último quartel do século XIX.

1. Terra, água e ar: a tríade benfazeja à saúde dos imigrantes

Nas primeiras décadas da colonização alemã no Rio Grande do Sul, o ar puro das colinas verdejantes, os rios sinuosos dos vales e a terra escondida na mata densa contrastavam com a paisagem deserta, inculta e inóspita do litoral marítimo. Vale lembrar que a maioria dos imigrantes alemães era proveniente da hinterlândia germânica e a travessia atlântica foi uma primeira experiência real com o mar. Muitos outros, no entanto, não eram agricultores. Entre os profissionais liberais que imigravam por diversas razões, a vilegiatura marítima, especialmente ao Báltico, fazia parte de suas experiências, assim como a temporada em estações termais. Nesse sentido, a natureza brasileira foi percebida de forma distinta conforme os diversos grupos sociais de imigrantes alemães. Tal percepção variou, em parte, sob a influência da relação pretérita destes grupos com a natureza da Alemanha. Na Pomerânia, por exemplo, já havia uma tradição de banhos de mar no início do século XIX e muitos filhos de camponeses trabalhavam nos balneários marítimos durante o período estival. A situação pós-napoleônica obrigou, no entanto, muitos pomeranos a migrar. Nesta época, o Rio Grande do Sul começava a receber os primeiros imigrantes alemães. A primeira impressão desses imigrantes diante da paisagem sulina foi com a sua costa marítima. O médico alemão Avé-Lallemant foi um dos que destacou as semelhanças das paisagens litorâneas do Rio Grande do Sul com as do norte da Alemanha.

“O pontal do Farol do Rio Grande parece exatamente com o campo ermo de um farol numa arenosa costa nórdica. [...] A Lagoa dos Patos, em nossos mapas aparentemente tão pequena, é um grande lago de água salgada, muito singular, quase comparável aos nossos golfos (*Haff*) do Mar Báltico.”⁴

O médico alemão também apontou para a importância da tríade “água, ar e terra” à saúde dos habitantes do Brasil meridional, especialmente dos imigrantes alemães. Para ele, a colônia modelode São Leopoldo muito devia ao “solo fértil de uma terra abençoada num clima suave”, mas o contingente alemão fazia a diferença em relação às demais regiões da província.⁵ Afinal, “na vasta terra tudo sofre com a indiferença, a preguiça e a negligência

⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p.105 et passim.

⁵ AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1980, p.148.

com que o homem, quanto mais a boa natureza o cumula de bênçãos, tanto menos lhe corresponde o seu agradecimento”.⁶O médico alemão relacionava pois o florescimento econômico e cultural da província sulina do Império brasileiro com a chegada dos seus patrícios.

Com base nos três principais requisitos sanitários de Hipócrates (ar, água e solo), o médico Avé-Lallemant considerava o Rio Grande do Sul uma “Alemanha melhorada”.⁷Outro médico alemão, Johannes Franz Epp, chegou a intitular o Rio Grande do Sul de “Nova Alemanha”.⁸Cabe salientar que, com o aumento da imigração e colonização alemãs, muitos médicos trataram da adaptação dos seus conterrâneos em áreas tropicais.

2. Do curismo-turismo nas primeiras décadas do século XX

Heinz von Ortenberg foi um desses médicos alemães que atuaram na África austral e também no Brasil meridional. De sua experiência enquanto médico das tropas alemãs na campanha militar contra Hereros e Hutentotes foi publicado um livro em 1908, por uma editora de Berlim. Neste ano, porém, o jovem Ortenberg já se encontrava no Brasil, em Santa Cruz do Sul (RS), onde exerceria a medicina por muitas décadas.⁹

Durante a Primeira Guerra Mundial, o médico Ortenberg retornou à Alemanha. Na Europa, atuaria novamente como médico das tropas alemãs no front. Em 1916, Ortenberg e outros médicos alemães foram enviados para a Bulgária, onde praticaram a medicina em um balneário do Mar Negro. A prática do *banho turco* foi uma atividade prazerosa que Ortenberg declarou realizar com frequência durante sua estada em Búrgas.¹⁰ Lá também visitou as termas, já conhecidas dos antigos romanos, e cujas águas o médico alemão reputava ótima para a cura de “reumatismo, gota, ciática e males femininos”.¹¹

No *post bellum*, o médico Ortenberg retornou ao Rio Grande do Sul. Apesar de residir em Santa Cruz do Sul, o médico frequentou durante a década de 1930 o balneário de Iraí, onde outros curistas alemães passavam alguns dias ou semanas durante o verão. Durante suas estadas de hidroterapia, o médico enviou algumas cartas à sua esposa Hanna. Nelas, há referências aos hóspedes alemães do hotel Descanso, cujo proprietário, Bernhardt

⁶ Idem, p.386.

⁷ Idem, p.385-386.

⁸ O livro de Franz Epp se intitula *Rio Grande do Sul oder Neudeutschland*. Mannheim: Verlag von Franz Bender, 1864.

⁹ Sobre a trajetória de Heinz von Ortenberg, cf. TELLES, Leandro Silva. *Heinz von Ortenberg, Médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1980.

¹⁰ Idem, p.84.

¹¹ Idem, p.88-89

Maahs, também era alemão, e a outros aspectos – como higiene e asseio – daquela estação balneária.

Na estância mineral de Iraí, o curismo deu também vazão à recreação, na qual os jogos de azar se tornaram uma atração lúdica cada vez mais importante ao turismo. Em 1941 foi inaugurado o cassino Guarani em Iraí. Seguiu-se, portanto, uma tendência internacional de ampliar as atrações turísticas dos balneários. Nas estâncias hidrominerais de Minas Gerais já havia cassino no Hotel Brasil, em São Lourenço, no Hotel Glória, em Caxambu, e no Grande Hotel Araxá, na localidade homônima. Além destes, os famosos cassinos da Urca e o Atlântico, na capital do país, e o do Hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ) podem ser considerados indicadores da nova valorização do entretenimento e do lazer, especialmente ligado ao jogo, que representava um modo de vida moderno.¹²

Em seu estudo sobre o cassino Guarani, Rossini tratou do empreendimento turístico, principalmente hoteleiro, no balneário de Iraí como se fosse exclusivo de italianos e seus descendentes. A autora omite, no entanto, um dos primeiros hotéis do balneário, de propriedade do alemão Bernhardt Maahs.¹³ Indubitavelmente, a presença de italianos e seus descendentes na hotelaria do balneário de Iraí foi predominante nos anos 30 e 40. Nomes de famílias como Beltrame, proprietária do Hotel Irahya, Magnabosco, do Hotel Internacional, Teston, do Balneário Hotel, Bastian e Cerutti do Hotel São Luis, e Meneguezzi, do Planalto Hotel, comprovam tal predomínio. Mas o seu “espírito empreendedor” não os salvou da crise gerada pela proibição dos cassinos no país.

A criminalização dos jogos de azar no país em 1946 selou a sorte dos cassinos em território nacional. Assim, o cassino Guarani foi fechado oficialmente no mesmo ano. Para o estudo dos banhos medicinais, a atividade do cassino tolhe a análise da atração daquela estação balneária na primeira metade da década de 1940. Segundo Fischer, a visita ao balneário havia sido incrementada, talvez pela abertura do cassino, entre os anos de 1941-1946.¹⁴ Os banhos trouxeram uma renda significativa ao balneário de Iraí desde o final dos anos 1930, mas o jogo, provavelmente, drenou parte substancial dessa renda durante a vida curta do cassino Guarani.

Na primeira metade da década de 1940, hidroterapia e jogo eram atividades complementares dos turistas que freqüentavam a estação balneária de Iraí. No entanto, alguns freqüentadores, como o médico alemão Ortenberg, desaprovavam o aumento dos

¹² ROSSINI, Sirlei. *O Cassino Guarani*. Histórias, memórias e personagens. Iraí – RS (1940-1994). Passo Fundo: Editora da UPF, 2001, p.64 ss.

¹³ Idem, p.31.

¹⁴ FISCHER, Martin. *Iraí – cidade saúde*. Ijuí: Progresso, 1954, p.61.

freqüentadores daquele balneário, pois desvirtuava as finalidades terapêuticas da estadia. Não apenas o sossego ficava comprometido, como também o controle de higiene dos banhos. Além disso, o médico Ortenberg parecia não gostar do convívio com uma clientela mais heterogênea, denominada por ele de “miserável plebe”.

Em cartaremetida do balneário de Iraí, datada de 03.12.1931, Ortenberg reputa as águas termais de milagrosas (*ein geradezu wunderbares Wasser*). Segundo outro médico, Heitor da Silveira, a água mineral de Iraí tem propriedades que minimizam tensões neuropsíquicas, tonificam músculos e tratam estresse, revigorando funções físicas e mentais. Além disso, ela ajuda na aceleração do metabolismo celular, na eliminação do ácido úrico, na estimulação de secreções internas, na regularização da pressão sanguínea, na ação diurética, antialérgica, sedativa com melhoria do sono, podendo ser benéfica, sobretudo, para o organismo de pessoas nervosas, neurastênicas ou que sofrem de insônia.¹⁵

Nas cartas do médico alemão, Heinz von Ortenberg, há uma série de informações sobre a hidroterapia em Iraí. A casa de banhos ficava perto do hotel onde ele costumava se hospedar e havia um médico que supervisionava os banhos. Muitos hóspedes eram alemães e o maior fluxo era durante os meses de janeiro, fevereiro e março.¹⁶ Além de profissionais liberais, caixeiros viajantes alemães ou teuto-brasileiros também freqüentavam a estação balneária. Ainda com base na correspondência de Ortenberg e sua esposa, podemos observar que outros médicos, como o Dr. Bassewitz, freqüentavam aquela estação hidromineral, especialmente médicos “naturistas”.¹⁷

Nas décadas de 30 e 40, os balneários de Iraí (RS) e de Araxá (MG) eram algumas das referências brasileiras em termos de estações hidrominerais. No Rio Grande do Sul, jornais e revistas da época traziam anúncios dos balneários de Iraí e Ijuí (RS), de Tubarão (SC) e de Araxá e Caxambu (MG), entre outros. Desde o final do século XIX, o valor terapêutico e de certas propriedades das águas minerais atraiu alguns segmentos urbanos que endossavam o êxito dos tratamentos com base na hidroterapia.¹⁸

Turistas da Argentina, do Uruguai e do Chile também procuravam o balneário iraiense em pleno sertão do Rio Grande do Sul.¹⁹ O afluxo de turistas era de tal monta que a companhia aérea VARIG chegou a estabelecer uma linha aérea entre Porto Alegre e Iraí. Mas

¹⁵ SILVEIRA, Heitor. *Iraí: Indicações e contra-indicações terapêuticas de suas águas minerais*. Porto Alegre, 1932.

¹⁶ TELLES, Op. cit., p.139-140.

¹⁷ Idem, p.148.

¹⁸ Sobre o caso de Araxá, cf. LIMA, Glaucia T. “O natural e o construído: a estação balneária de Araxá nos anos 1920-1940”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, vo.26, n.51, jan.-jun. 2006, p.227-250.

¹⁹ ROSSINI, Op. cit. p.37.

com o refluxo após o fechamento do cassino, a VARIG deixou de voar para o norte do Estado. Desde o final da década de 1920, no entanto, hidroaviões da VARIG já voavam para a costa marítima, em linhas áreas regulares da cidade de Porto Alegre às praias balneárias. Na década de 1930, um dos fundadores da VARIG, Ernesto Meyer, organizou um serviço de transporte aéreo com aviões *Junkers* entre Porto Alegre e Torres. Em Tramandaí a VARIG construiu, inclusive, um campo de pouso.²⁰ Esse incremento nos meios de transporte para as praias de mar acusa um aumento da demanda à época do veraneio. Isso significa que a estância hidromineral de Iraí sofreu a concorrência dos balneários marítimos do Rio Grande do Sul.

3. Banhos de ar, de luz e de águas marinhas

Em geral, aqueles que escreveram sobre a estação hidrotermal de Iraí ou sobre o cassino Guarani, como Manoelito de Ornellas, Martin Fischer e Sirlei Rossini, apontam para o fechamento dos cassinos no país como o principal motivo da crise econômica que se abateu sobre o município de Iraí a partir dos meados do século XX. No entanto, nenhum autor atentou para o aumento da procura dos banhos de mar.

Cabe lembrar que, na década de 40, houve uma série de incrementos na infra-estrutura dos balneários da costa marítima, desde a melhoria das condições de estadia, tanto em termos de higiene quanto de conforto da rede hoteleira, até o aumento da frequência e a melhoria dos serviços de transporte para as praias balneárias do litoral gaúcho. Nessa época, os anúncios dos hotéis salientam suas instalações sanitárias adequadas às exigências do departamento de saúde estadual e outras vantagens como água doce nos chuveiros, luz elétrica e acesso a ondas de rádio. As empresas de transporte, por seu turno, informam os horários e os vários destinos em seu percurso diário ou hebdomadário durante os meses de verão. Além disso, agências imobiliárias já atuam no negócio de loteamentos, na compra e venda de terrenos e na ampliação da infra-estrutura urbana das praias de mar. Em termos de entretenimento, os hotéis do litoral atlântico também começam no final da década de 30 a ter seus próprios cassinos. Vários anúncios de cassinos em praias como Tramandaí, Imbé e Cidreira foram publicados no jornal *Correio do Povo* nos anos 40.

Assim, ao mesmo tempo em que as estações hidrominerais eram recomendadas pelo valor medicinal de suas águas, os balneários do litoral marítimo também eram procurados a

²⁰ SOARES, Leda. Op. cit., p.118.

conselho médico. O notório médico gaúcho, Raul Pilla, num artigo para uma revista especializada nas praias balneárias do Rio Grande do Sul, afirmava que “os banhos, as pulverizações salinas do ar, a limpidez e a forte luminosidade da sua atmosfera fazem das praias marítimas grandes e insubstituíveis fatores higiênicos e terapêuticos.”²¹

Escusado lembrar que, desde a Antiguidade, a hidroterapia era praticada na Europa. Mas o tratamento com águas quentes ou frias causou algumas polêmicas. No século XVIII, o doutor Richard Smollet, adepto da hidroterapia, aconselhava banho frio.²² É nessa época que se divulga a moda do banho frio, do banho de mar. Descubrem-se as virtudes terapêuticas da água do mar. Para o doutor John Speed, “o banho de mar não é somente um banho frio, mas um banho frio medicinal”.²³ É esse projeto terapêutico que vai impulsionar o banho de mar, a vilegiatura marítima na Europa.²⁴

Em relação à hidroterapia na Europa, tal prática de banhos medicinais ocorreu mais tarde no Brasil meridional, sendo concomitante com a chegada de alguns imigrantes alemães adeptos e principais promotores tanto dos banhos quentes das estações termais do interior quanto dos banhos frios dos mares do Norte e do Báltico. Mas para melhor entender o vínculo entre a imigração alemã e a vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul, deve-se levar em conta algumas tendências culturais e científicas em voga na Alemanha desde o final do século XIX e que levaram a um novo modo de vida em termos de saúde (os alemães adotaram a expressão *Lebensreform*).

Em termos científicos, a medicina naturista conheceu um grande impulso a partir dos meados do século XIX, especialmente no espaço lingüístico alemão. Desde 1842, o médico Johann Schroth trata seus pacientes com banhos de ar, de luz e de água em seu novo estabelecimento em Lundewiese. Em 1854, Hermann Brehmer funda um sanatório em Gröbersdorf, na Silésia, onde se procura curar a tuberculose pelos banhos de ar e de sol. No ano seguinte, com base em sua experiência alpina, o suíço Arnold Rikli enfatiza os banhos de luz e de sol como terapia eficaz para curar a tuberculose.²⁵ Em 1903, outro suíço, Auguste Rollier, funda uma clínica em Leysin, nos Alpes, onde se pratica a helioterapia no tratamento da tuberculose. Dez anos depois, é publicado em alemão seu livro “Helioterapia da Tuberculose”.²⁶

²¹ PILLA, Raul. “Praias de mar”, *A Gaivota*. Revista ilustrada das praias balneárias, ano XVI, n.17.

²² CORBIN, Alain *O território do vazio*. A praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.72.

²³ Idem, p.77.

²⁴ Idem, p.80-81.

²⁵ ANDRIEU, Bernard. *Bronzage. Une petite histoire du soleil et de la peau*. Paris : CNRS Éditions, 2008, p.36.

²⁶ ORY, Pascal. *L’invention du bronzage*. Paris: Editions Complexe, 2008, p.67-68; ANDRIEU, B. Op. cit., p.61.

Os banhos atmosféricos e a helioterapia acabam por contribuir ao deslocamento da vilegiatura marítima, anteriormente concentrada nos mares da Mancha, do Norte e do Báltico. A partir do final do século XIX, a luminosidade, o ar e as praias do Mediterrâneo passam a atrair os curistas. A hidroterapia e a helioterapia dos sanatórios alemães e suíços acabam influenciando as técnicas francesas de tratamento contra várias moléstias cutâneas, nervosas, cardiovasculares, respiratórias etc.

Por conselho médico, os banhos de ar, de luz, de sol e de água (quente ou fria) favorecem uma nova relação com a atmosfera, especialmente das montanhas ou da beira-mar, e com outros elementos naturais, notadamente hidrominerais. Tal prática dos banhos de ar, de sol e de água acaba também por desnudar o corpo humano. O naturismo, portanto, suscitou o nudismo, o surgimento da cultura do corpo livre (*Frei Körper Kultur*) na Alemanha do final do século XIX. Em 1902, o nudismo tem seu primeiro periódico, a *FKK-Zeitschrift*. Essa revista serviu de referência literária do naturismo alemão até 1924.²⁷ Escusado lembrar que o naturismo vai de par com uma nova higiene e uma nova cultura física. No início do século XX, a prática de ginásticas e outros esportes ganharam uma nova ênfase na Alemanha. Aliás, essa nova cultura física chegou ao sul do Brasil também com os imigrantes alemães e suas associações como aquela que deu origem a SOGIPA.

Cabe ainda destacar que o naturismo que vigora durante a *Belle Époque* na Alemanha tem um antecedente cultural, ou seja, o romantismo. Entre outros movimentos naturistas naquele país, os “pássaros migratórios” (*Wandervögel*), criado em 1896, apresenta essa verve romântica. Seus adeptos faziam passeios para contemplação da natureza. Bosques, montanhas, lagos e mares alemães passaram a receber cada vez mais viandantes. Além do empirismo do silesiano Vincenz Priessnitz, o bávaro Sebastian Kneipp foi um dos percussores da hidroterapia na Alemanha. *Mein Wasserkur* (1886) se tornou um *vade mecum* dos banhos terapêuticos.

Por conselho médico, a praia era indicada pela sua influência positiva no tratamento de certas enfermidades. O método hidroterápico do monsenhor Sebastian Kneipp chegou a ser muito difundido entre os médicos do Rio Grande do Sul, inclusive aqueles de origem alemã. No final do século XIX, em Hamburger Berg houve um estabelecimento que seguia a hidroterapia de Kneipp, cujo médico naturista, Leonardo Teschpoeke havia estudado em

²⁷ ANDRIEU, B. Op. cit., p.38.

Wörishofen (Alemanha).²⁸ Também em Santa Cruz, o médico naturista Eduard Kämpf procurou uma localidade com boa fonte para instalar um sanatório. Concomitante com a *Wasserkur* de Kneipp, Eduard Kämpf, médico diplomado em Leipzig, adotava a técnica de Schroth. Além de banhos quentes e frios, banhos de sol e a vapor eram empregados, assim como massagens e dieta vegetariana.²⁹ Cabe lembrar que o médico Heinz von Ortenberg atuou ao lado do seu compatriota, Eduard Kämpf, no sanatório em Santa Cruz do Sul.

No Rio Grande do Sul, outros sanatórios e casas de saúde também foram localizados à beira-rio. Em Porto Alegre, havia no início do século a Casa de Saúde, onde atuavam os médicos Protásio Alves e Sebastião Leão. Anúncios em alemão da Casa de Saúde Porto-Alegrense permitem inferir a importância da clientela de origem germânica. Na mesma época, em Taquara, havia o Sanatório do Dr. Von Kilbatchiche.

Além de sanatórios, casas de saúde e hospitais, onde médicos nacionais e estrangeiros prescreviam para certas moléstias os banhos medicinais, uma literatura médica, tanto em português quanto em alemão, também aconselhava os banhos aos seus leitores. Entre o público alvo dessa literatura especializada, destaca-se a mulher, dona-de-casa (*Hausfrau*), porquanto ela é vista como um vetor da medicina preventiva. Os cuidados domésticos com a higiene e a saúde passavam necessariamente pela prática dos banhos.

Considerações Finais

Apesar de compartilhar inicialmente o mesmo projeto terapêutico, as estações balneárias do interior e do litoral marítimo tiveram desdobramentos distintos. A vulgarização da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul ocorreu durante o século XX e, para isso, foi necessário um incremento na infra-estrutura em termos de transporte, saneamento básico, projeto urbanístico dos balneários etc. O médico Raul Pilla já apontava para essa necessidade de “modernização” dos balneários na década de 1940, quando pleiteava que os benefícios dos banhos de mar e das caminhadas à beira-mar à saúde humana deveriam ser democratizados. Nesse sentido, associava à modernização da orla marítima e de seus balneários como uma questão de saúde pública. Lembrava o médico que “as praias úteis socialmente são as mais modestas, aquelas onde não se explora o jogo ou ele constitui mera distração, porque estão ao alcance de toda a gente e nelas se exerce, em toda a plenitude, a profunda influência do clima

²⁸ Essas informações sobre o estabelecimento Kneipp em Hamburger Berg se encontram na edição brasileira de *Mein Wasserkur*. Porto Alegre, João Meyer Jr. e Comp. Editores, 1893.

²⁹ Kalender der Musterreiter (1903) Arquivo Beno Mentz/ILEA (UFRGS)

marítimo.” O médico asseverava ainda “verdadeira necessidade social popularizar as praias de mar”.³⁰

O estudo dos primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul permite inferir que o desenvolvimento do litoral marítimo foi propiciado por uma legislação estadual que favoreceu a iniciativa privada e, por conseguinte, a modernização da sociedade sulina em vários aspectos. Neste sentido, a vilegiatura marítima se inscreve num processo de urbanização e industrialização que caracteriza a sociedade burguesa emergente no sul do Brasil das primeiras décadas do século XX. Para este estudo coube ressaltar a presença de imigrantes alemães e seus descendentes entre os primeiros curistas, banhistas e empresários nas primeiras estações balneárias do Rio Grande do Sul. Além disso, eles foram produtores de discursos de cunho científico, literário e jornalístico sobre os benefícios dos banhos.

³⁰ A *GA/VOTA*, n.17, 1943.

Jacobina Maurer: rivalizando representações com seu combatente Cel. Genuíno Sampaio*Daniel Luciano Gevehr**

No presente artigo pretendemos investigar parte das representações construídas sobre os Mucker¹ e, de forma especial sobre sua líder, Jacobina Mentz Maurer, que foi considerada a personagem mais importante no contexto de sua época e, sobremaneira, no processo que envolveu a manipulação de sua personagem por diferentes veículos de representação ao longo de mais de um século de história. No entanto suas representações podem somente ser compreendidas se tomarmos ser personagem rival como contraponto, o que em nossa análise justificou, em diferentes épocas e contextos, a exaltação ou a condenação moral dos personagens em questão.

Constatamos que a líder dos Mucker, Jacobina Mentz Maurer foi representada através de diferentes veículos de representação, tais como a documentação relativa ao conflito, os textos historiográficos e literários, a imprensa e, ainda, o cinema. Todavia, a construção feita sobre sua personagem não deve ser compreendida de forma isolada. Ao contrário, através de nossa investigação iremos perceber o quanto sua representação foi construída tendo como contraponto seu personagem rival, o coronel Genuíno Sampaio.

Iniciamos nossa análise sobre os personagens centrais do conflito apresentando, de forma abrangente, a biografia de Jacobina Mentz Maurer. Em relação a ela, sabe-se que nasceu em data desconhecida do mês de junho de 1842, na localidade de Hamburgo Velho, atual município de Novo Hamburgo – RS. Era filha do casal de imigrantes alemães André Mentz e Maria Elisabeth Muller, que, além de Jacobina, possuíam mais 7 filhos. Jacobina foi confirmada em 04 de abril de 1854 na Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil de Hamburgo Velho, onde viria a se casar com João Jorge Maurer. Foi assassinada em 02 de

* Doutor em História pela UNISNOS e professor na FACCAT e ISEL.

¹ O movimento Mucker ocorreu no final do século XIX, mais precisamente entre os anos de 1868 e 1874, na Antiga Colônia de São Leopoldo, atual município de Sapiranga, Rio Grande do Sul, envolvendo um grupo de colonos, formado por imigrantes e descendentes de imigrantes alemães. Esse grupo, supostamente, estaria formando uma nova seita religiosa, de caráter messiânico, liderada por Jacobina Mentz Maurer e por seu marido João Jorge Maurer. O conflito acaba com o extermínio desses colonos pelas forças oficiais, lideradas pelo Coronel Genuíno Olympio de Sampaio, no ano de 1874. A denominação Mucker (fanáticos religiosos, santarrões) foi difundida na região, ao que tudo indica, pelo pastor evangélico Frederico Boeber, que teria utilizado esse termo para se referir em seus cultos ao grupo organizado no morro Ferrabraz. Jacobina teria conferido ao grupo um caráter de fanatismo, já que, segundo relatos da época, era acometida de desmaios, desaparecimentos e visões, que não eram explicados.

agosto de 1874, quando foi descoberta pelas forças oficiais, em seu esconderijo na mata fechada, ao pé do morro Ferrabraz.

Sobre suas características físicas pouco sabemos, em razão de não termos qualquer retrato fidedigno seu, o que torna sua personagem ainda mais enigmática, despertando o imaginário da população acerca de como seria a imagem real de Jacobina. Segundo os diagnósticos do Dr. João Daniel Hillebrand, Jacobina apresentava, desde criança, sinais de transtornos nervosos que haviam se agravado em sua fase adulta, quando iniciou a leitura e interpretação da Bíblia².

Contrapondo-se às representações construídas e difundidas sobre Jacobina, encontramos aquelas que retratam o coronel Genuíno Sampaio, que nasceu em 1822, na Bahia. Iniciou cedo sua carreira militar, sendo que aos quinze anos de idade já havia participado, como cadete, no combate realizado contra os revoltosos no episódio da Sabinada, revolta que havia se iniciado em 1837, na Bahia. Pelos atos de bravura demonstrados naquela ação, Genuíno foi promovido a Alferes de Comissão.

Entre 1860 e 1863, Genuíno trabalhou junto à Comissão Exploradora do Alto-Uruguaí, e, no ano seguinte, foi nomeado ajudante do diretor da Escola Militar do Rio Grande do Sul. Genuíno participou da Guerra do Paraguai, o que lhe valeu a promoção a Tenente-coronel efetivo devido aos seus atos de bravura. Mais tarde, já coronel, Genuíno voltou ao Rio Grande do Sul, vindo a comandar a guarnição de uma parte da fronteira e, depois, fixando residência em Porto Alegre, onde comandava seu batalhão. Com a eclosão do conflito na colônia alemã de São Leopoldo, o coronel foi chamado para apaziguar e acabar com o conflito entre os colonos do Ferrabraz. Foi durante essa ação que Genuíno morreu, no dia 21 de julho de 1874. A causa de sua morte é bastante discutida, havendo diferentes versões, que ora incriminam os Mucker, ora os inocenta. Em função de sua morte, entrou no cenário do conflito o Major Francisco Santiago Dantas, que levaria o conflito até o final, com a derrota dos Mucker.

Diferentemente da personagem Jacobina, identificada como responsável pelo conflito, Genuíno Sampaio foi apontado pelas autoridades e consagrado à época dos acontecimentos como o herói do conflito, que deu sua vida para proteger a população da colônia alemã de São Leopoldo.

² Embora Jacobina seja apresentada na historiografia como analfabeta, devemos repensar essa afirmação, tendo em vista o fato de que lia a Bíblia e cantava os hinos em alemão.

Iniciamos nossa análise com a publicação do artigo *A Fraude Mucker na Colônia Alemã. Uma Contribuição para a história da cultura da germanidade daqui*, de 1875, na qual encontramos a primeira imagem idealizada de Jacobina. Publicado por Carlos Von Koseritz em seu *Koseritz Kalender*, o artigo procurava alertar as pessoas para os fatos que ocorriam, consistindo num “ato de denúncia” em relação ao grupo que se organizava no Ferrabraz.

Apresentando os Mucker e, conseqüentemente Jacobina, como fanáticos religiosos e avessos aos avanços da ciência, Koseritz tece críticas severas a eles, na medida em que não praticavam os valores da verdadeira germanidade. O alvo preferido por Koseritz, no entanto, foi Jacobina Mentz Maurer. Para ele, Jacobina representava a demência religiosa que havia se instaurado na colônia, devido à *indigestão crônica de passagens bíblicas, aliada a temor cuidadosamente nutrido ante inferno e diabo e crença demente em revelação, vocação divina e milagres de toda a espécie*. Para Koseritz, Jacobina era a responsável pelos acontecimentos que assolavam a colônia:

Uma **mulherzinha doida, histérica** como Jacobina Maurer teria sido simplesmente ridicularizada, sem jamais encontrar adeptos que se deixassem inflamar a tais **atos macabros**³.

A desqualificação de Jacobina no texto de Koseritz fica bem evidente no emprego do diminutivo *mulherzinha*. Jacobina é descrita como uma desajustada socialmente e responsável por *atos macabros*.

Ainda, na versão publicada em 1880, sob o título *Marpingen*⁴ *und der Ferrabraz*, Jacobina é descrita como mensageira da palavra de Cristo. Para o autor, contudo, Jacobina não passava de uma enganadora, que se dizia proferir palavras divinas aos seus adeptos do Ferrabraz. Sua visão detratora influenciou categoricamente vários outros estudos realizados a partir do final do século XIX.

Consideramos necessária ainda a análise do relatório escrito por Dantas em 1877, uma vez que a versão apresentada por ele influenciou de forma decisiva o processo de construção e difusão de representações sobre o conflito desde o final do século XIX. Na narrativa⁵ do chefe

³ VON KOSERITZ, Carlos. *A Fraude Mucker na Colônia Alemã. Uma contribuição para a história da cultura da germanidade daqui*. *Koseritz Kalender*, p. 5. (Tradução de Martin Norberto Dreher). (grifos nossos)

⁴ VON KOSERITZ, Carlos. *Marpingen und der Ferrabraz*. In: PETRY, Leopoldo. *O episódio do Ferrabraz: os mucker*. 2ª ed. São Leopoldo: Rotermund, 1966. p. 170-173 (Marpingen é traduzido por Leopoldo Petry como sendo um lugarejo da Alemanha).

⁵ AHRS. Ligeira Notícia sobre as Operações Militares contra os Muckers na Província do Rio Grande do Sul. Francisco C. de Santiago Dantas. Rio de Janeiro, 1877. Maço 152.

das operações militares do Ferrabraz após a morte de Genuíno prevalece o ponto de vista de um militar preocupado com a descrição do cenário e das ações militares que envolveram o combate dos Mucker. Como exemplo disso temos que:

João Jorge Maurer e sua mulher Jacobina haviam organizado no município de S. Leopoldo uma seita religiosa que se baseava em arbitrárias interpretações dos Livros Santos. Discutiam os teólogos a questão da crença; debaixo do ponto de vista em que escrevo pouco importa⁶.

A casa dos Maurer é apresentada ao leitor como um símbolo da destruição dos Mucker, devido à ação militar bem sucedida. Na análise da narrativa de Francisco Dantas, percebemos ainda, sua preocupação em evidenciar a existência de dois grupos rivais. De um lado os Mucker, identificados por ele como fanáticos que resistiram à determinação da lei e, de outro lado, as forças oficiais que procuraram defender os interesses da Colônia.

Nesse contexto recriado por Dantas, o Coronel Genuíno Sampaio aparece como personagem de destaque, dada a sua atuação em combate, que acabou levando-o à morte. Genuíno Sampaio foi apresentado como *distinto coronel Genuíno*⁷, demonstrando a intenção de Dantas de enfatizar o caráter de Genuíno, que se perfilava entre os mais destacados militares brasileiros.

A morte de Genuíno foi, também, utilizada por Dantas para incentivar as ações dos soldados que, abalados com a morte do coronel, se viram numa situação difícil. No entanto, esse fato foi tomado como lição e com isso se buscou *salvar a dignidade do uniforme nacional*⁸. Genuíno era, na interpretação de Francisco Dantas, o exemplo de herói, que havia dado sua vida no combate aos Mucker, defendendo os interesses do Estado e da população da colônia alemã de São Leopoldo.

Concordando com a visão detratora dos Mucker apresentada por Dantas, o padre jesuíta Ambrósio Schupp afirmou em sua obra, no final do século XIX, que Jacobina e João Jorge Maurer eram os principais responsáveis pela formação do grupo, apresentando-os como o *casal misterioso do Ferrabrás [que] se deixou penetrar e possuir dessa convicção*⁹, ao aliar a cura de doenças à prática religiosa. Para o autor, Jacobina Mentz Maurer não teria outra pretensão

⁶ Ibidem, p. 2. (grifo nosso)

⁷ Ibidem, p. 6.

⁸ Ibidem, p. 11.

⁹ SCHUPP, Ambrósio. *Os Muckers*. 3 ed. Porto Alegre: Selbach & Mayer, s/d p. 42.

senão a de enganar os colonos, com supostas curas milagrosas realizadas por seu marido Maurer e através de palavras da Bíblia, proferidas por ela própria.

Procurou também apresentar Jacobina como uma pessoa dotada de capacidades limitadas e praticante de atos criminosos, como ficou evidenciado na seguinte passagem:

Jacobina mandara degolar o próprio filho, criança de peito, para que o choro desta não descobrisse o seu esconderijo; ordenado mais que, em dia determinado, se fizesse o mesmo a todas as crianças menores de cinco anos; pois assim como o Salvador fora salvo pelo sangue dos recém-nascidos, assim também **ela devia ser salva pelo sangue das crianças** de tenra idade¹⁰.

Além disso, constatou-se a plena identificação do autor com as autoridades policiais. Isso fica evidenciado no uso da expressão *nosso delegado*, evidenciando a posição favorável a um dos grupos envolvidos, o da repressão aos Mucker. Também nessa mesma linha interpretativa, Schupp destaca a atuação de Genuíno Sampaio. Como aponta em sua narrativa, o Ferrabraz havia se transformado num cenário de horror, no que se realizava, por iniciativa de Jacobina, uma *feita de sangue*¹¹, disseminando um ambiente de *orgia de sangue nas picadas*¹².

O falecimento de Genuíno é utilizado para reforçar a imagem heróica do personagem, já que a mesma se deu em combate. Sua atuação corajosa no combate contra os Mucker acabou sendo legitimada através do ritual que envolveu o sepultamento, realizado em Porto Alegre.

Diferentemente das versões apresentadas até aqui, Leopoldo Petry lançou um novo olhar – em 1957 - ao tentar compreender a personagem dentro de seu contexto. A Jacobina de Petry é apresentada como uma mulher que pertencia à *classe das mulheres trabalhadoras*, que ajudava o marido nas atividades agrícolas e também em sua nova profissão. A imagem de boa dona de casa e de colaboradora do marido foram enfatizadas pelo autor, na medida em que esse procurou destacar suas virtudes e sua religiosidade:

Jacobina pertencia à classe das mulheres trabalhadoras, ajudava nas lides da roça o marido e agora, em sua nova profissão, procurava tornar-se-lhe **útil**, esforçando-se em tratar bem e alimentar convenientemente os clientes que apareciam.

Além de **boa dona de casa**, a mulher de João Jorge Maurer era **muito devota**. Descendente de uma família evangélica, que lá na Alemanha se mostrara **intransigente na defesa de suas convicções religiosas**, procurava praticar, em todas as ocasiões, os mandamentos de sua igreja¹³.

¹⁰ Ibidem, p. 277 (grifos nossos).

¹¹ SCHUPP, Ambrósio. *Os Muckers*. 3ª ed. Porto Alegre: Selbach & Mayer, s/d. p. 217.

¹² Ibidem, p. 221.

¹³ PETRY, Leopoldo. *O episódio do Ferrabraz: os mucker*. 2ª ed. São Leopoldo: Rotermond, 1966. p. 44. (grifos nossos)

A essa descrição da personagem, Petry acrescenta que foram os ataques epiléticos de que ela sofria desde a infância que acabaram despertando a curiosidade de muitas pessoas, que os interpretavam como manifestações sobrenaturais. Esses elementos, aliados à sua inclinação religiosa, acabaram criando e difundindo a imagem de uma mulher que não se assemelhava às demais mulheres da colônia. Para Petry, Jacobina era a representação da mulher dona de casa, que aliava suas atividades domésticas às de líder religiosa dos Mucker, que, ao lado do marido - que praticava o curandeirismo - , preocupava-se em amparar espiritualmente os adeptos que a procuravam em sua casa no Ferrabraz. Numa visão bastante geral, constatamos que Petry apresenta também Genuíno como um dos principais responsáveis pelo massacre ocorrido em 1874 no Ferrabraz. Apesar disso, não encontramos evidências que apontem para a condenação moral de Genuíno, na medida em que o autor o apresenta como alguém que desempenhou seu papel, defendendo os interesses do Estado.

Ao publicar sua obra em 1977, Moacyr Domingues considerou os estudos realizados até aquele momento, dedicando-se, sobretudo, a apresentar as diferentes interpretações construídas sobre a personagem Jacobina. Domingues valeu-se, principalmente, dos estudos realizados por Koseritz e dos relatos de Hillebrand e do próprio João Jorge Klein, apontado por Petry como mentor intelectual dos Mucker. O autor ressaltou que, ao apresentar as diferentes interpretações sobre a personagem, tinha a intenção de lançar um olhar desprovido de preconceitos e que procurava avaliar o papel desempenhado por Jacobina em uma versão que não a apresentava como “anormal”.

O autor inicia as apresentações sobre Jacobina transcrevendo um trecho escrito por João Jorge Klein¹⁴, no qual se evidencia a tentativa de sua desqualificação:

A protagonista de tantas desgraças para numerosas famílias chamava-se Jacobina Mentz, casada posteriormente com João Jorge Maurer. Poderia ser **comparada a feiticeira Circe** que, à maneira das sereias, **atraía as pessoas para transformá-las em animais**. Ninguém ainda se deu ao trabalho de realizar um estudo acurado sobre esta **enigmática criatura** com suas manifestações anormais e com isto revelar sua individualidade própria. Só assim o povo iludido e arrastado ao sofrimento poderia ser reconduzido ao caminho reto¹⁵.

¹⁴ KLEIN, João Jorge Klein. Sobre a história dos “Mucker” nos anos de 1872 e 1874. In: PETRY, Leopoldo. *O episódio do Ferrabraz: os mucker*. 2ª ed. São Leopoldo: Rotermund, 1966. p.121-151. Tradução de Leopoldo Petry. O mesmo artigo de Klein foi publicado, em língua alemã, no Anuário da Editora Rotermund em 1913.

¹⁵ Ibidem, p. 39. (grifos nossos)

Na descrição feita por Klein, sua cunhada Jacobina podia ser comparada a uma *feiticeira* ou *sereia*, que enganava e levava as pessoas para o caminho do desconhecido em função de seus interesses pessoais.

Bastante significativa para a análise que estamos fazendo é a publicação em anexo das memórias de Miguel Noé, na obra de Domingues. Na versão apresentada por Miguel Noé, são apresentados novos elementos para sua condição de maior responsável pelo conflito. Para ele, a construção da imagem de Jacobina como fanática religiosa resultou da rede de intrigas existente na colônia naquele momento na colônia. Concluindo suas reflexões sobre a biografia da personagem, Domingues afirma:

Cremos que assim **se explicam racionalmente a síndrome e o comportamento de Jacobina**; desvenda-se o mais desconcertante enigma do episódio; reconstitui-se o mecanismo mental que a arrastou para seu trágico fim.

(...)

Por ignorância, má-fé, intolerância, levantaram-se na época as acusações mais torpes contra ela, no geral infundadas. Evitemos, nós outros, incidir no mesmo pecado: procuremos encarar os fatos objetivamente, sem preconceitos¹⁶.

A posição assumida por Domingues quando se referiu à Jacobina deixou clara sua intenção de lançar um olhar mais crítico que aqueles observados até então. Cabe ressaltar que sua obra insere-se no contexto da década de 1970, quando ocorre a publicação da Tese de Doutorado de Janaína Amado¹⁷ e do lançamento do primeiro filme sobre os Mucker, que trariam novas interpretações sobre o conflito.

Domingues procurou, ainda, construir a representação de Genuíno como militar valente e digno da admiração de todos. Suas qualidades militares são enfatizadas pelo autor no momento em que se refere a ele da seguinte maneira: **“O coronel Genuíno, que era sem dúvida homem valente, digno de toda a nossa admiração, ‘na linha de fogo dirigia o movimento debaixo de fogo incessante do inimigo, que disputava o terreno’”**.¹⁸

Outro elemento fundamental em nossa análise é o Jornal sapiranguense *O FERRABRAZ*, fundado em 1949 e que trazia o nome do morro onde havia ocorrido o conflito Mucker. Cabe lembrar que a denominação procurou recuperar o cenário de prosperidade anterior ao episódio, vinculando-o ao novo tempo que se iniciava no final da década de 1940.

¹⁶ Ibidem, p. 44. (grifos nossos)

¹⁷ Não desconhecemos a existência dos trabalhos de cunho acadêmico produzidos sobre o tema. No entanto, nos valem das obras de maior circulação na região do Vale dos Sinos e que, assim foram responsáveis, em grande parte pela difusão de representações sobre o conflito.

¹⁸ Ibidem, p. 327. (grifos nossos)

Durante as décadas de 1950 e 1960, foram inúmeras as edições do jornal em que foram publicados artigos que retratavam a história do conflito Mucker. Nesses artigos, tornaram-se evidentes não apenas a descrição do morro Ferrabraz como espaço de devoção e fervor religioso, mas também a ênfase dada às características e às ações de Jacobina Maurer.

Já na primeira edição comemorativa do jornal, foi publicado o artigo *O FERRABRAZ*, que explicava aos leitores os motivos para a escolha do nome para o jornal. Já na edição do dia 25 de dezembro de 1949, foi publicado o artigo *Fatos que a História não relatou*. Nele, Jacobina aparece como personagem de destaque. Já em 1950, Jacobina aparece em um artigo que chama a atenção do leitor pelo título empregado: *Um pouco de humor na tragédia*. Nele foi narrada a seguinte cena:

Quando, certa vez a **Jacobina, a chefe do bando**, foi conduzida pelos policiais, a esta cidade, ao ser desembarcada da Barca que fazia a travessia do Rio dos Sinos, porque, então não existia ainda a ponte, um alfaiate, cujo nome também hoje não referimos, então indignado e valente, jogou meio tijolo contra **aquela que se dizia enviada especial de Deus**. Intervieram os policiais, mas ele “impávido” responde que, **se ela fosse mesmo enviada por Deus, nada lhe poderia causar de mal aquela pedrada**¹⁹.

Como fica evidente na passagem acima, Jacobina foi constantemente ridicularizada pela imprensa, o que acabou reforçando a imagem que parte da população já tinha a seu respeito. As descrições das cenas que envolveram a personagem foram utilizadas para reforçar sua imagem de *chefe de um bando*.

Jacobina foi desqualificada pela imprensa sapiranguense, que aferiu à sua pessoa características detratórias expressas nos termos como *absorta, enlevada, mística, vidente*, sendo também comparada a um *querubim* (anjo). Também a representação de Jacobina como assassina foi enfatizada no artigo *A Guerra dos Muckers*, de 31 de outubro de 1950:

O governo mandara por diversas vezes seus agentes entender-se com os **chefes do bando**. O Snr. Schreiner, então delegado de Polícia do município, obteve deles a assinatura de termos de “bem viver”, comprometendo-se os Muckers, a terminar com suas chacinas, porém, enquanto as autoridades desciam dos altos do Ferrabraz, já atrás deles **vinham os Jacobinos com novos crimes**.

Foram mandados contingentes de Força Pública para combate-los, mas, dadas as circunstâncias favoráveis do terreno, **os Muckers levavam sempre a melhor**²⁰.

Continuando sua narrativa sobre a *guerra*, o jornal analisou as conseqüências das atitudes de Jacobina para a colônia. Entre os fatos narrados, destaca-se a acusação de que ela

¹⁹ Um pouco de humor na tragédia. *O FERRABRAZ*. 31 jan. 1950. n. 03. p. 01-03. (grifos nossos)

²⁰ A Guerra dos Muckers. *O FERRABRAZ*. 31 jan. 1950. n. 12. Capa. (grifos nossos)

teria assassinado seu próprio filho, num ato desesperado que a teria remetido a um universo marcado pela desordem e selvageria.

Diferentemente dessas representações difundidas sobre os Mucker, e de forma especial sobre Jacobina na imprensa sapiranguense, encontramos aquelas que procuraram retratar o coronel Genuíno Sampaio. Exemplo dessa representação de Genuíno Sampaio como herói no combate contra os Mucker pode ser encontrada na edição de 31 de março de 1950, que trazia o seguinte título como manchete: *O MONUMENTO AO GAL. GENUÍNO SAMPAIO NO MORRO FERRABRAZ*²¹. No artigo publicado naquela ocasião, procurou-se explicar aos leitores a importância do monumento erguido em homenagem a Genuíno Sampaio, que havia dado sua vida para salvar a população e livrá-la da violência praticada pelos Mucker.

Diante do exposto, consideramos que o jornal *O FERRABRAZ*, enquanto divulgador de visões detratoras dos Mucker, desempenhou um papel de fundamental importância ao reforçar o imaginário social construído pela população, especialmente em relação à personagem Jacobina Mentz Maurer, identificada como a causadora do conflito.

Na obra literária de Luiz Antonio de Assis Brasil, publicada em 1990, encontramos a representação da personagem Jacobina de forma bastante diferente daquelas apresentadas até o momento. Essas diferenças devem ser compreendidas a partir das características do texto de Assis Brasil, que não se propôs a recontar a história dos Mucker. Trata-se de uma obra de literatura, em que os personagens, ainda que baseados em fatos reais, não têm o compromisso de estar de acordo com aquilo que de fato aconteceu.

A análise que faremos da obra *Videiras de Cristal* levará em conta a descrição física e psicológica feita de Jacobina, visando analisar a recepção da representação de Jacobina, construída por Assis Brasil numa obra que teve grande repercussão na década de 90. Assis Brasil descreve Jacobina: “Frau Maurer tinha um **perfil suave e pálido** e estava deitada sobre a cama ao centro do quarto, os **braços caídos** sobre o lençol, os **olhos fixos no teto**.”²² Jacobina teve algumas de suas características físicas e de seu comportamento destacadas neste trecho, sobretudo as que evidenciam seu perfil suave, embora pálido, característica de quem estava adoentada e passava a maior parte dentro de casa. Apesar dessas características iniciais, logo em seguida o narrador ressalta a força do seu olhar: “Frau Maurer trazia os **cabelos aparados**

²¹ O MONUMENTO AO GAL. GENUÍNO SAMPAIO NO MORRO FERRABRAZ. *O FERRABRAZ*. mar. 1950. n.5. Capa.

²² Ibidem, p. 24. (grifos nossos)

muito baixos, em caracóis dourados que se colavam ao crânio e às têmporas. A lividez do rosto não esmaecia a **força dos olhos, brilhantes, azuis e temerários.**”²³

A força e o brilho dos olhos de Jacobina representavam a força interna da personagem que, embora frágil fisicamente, mostrava-se forte em seus princípios. Também são ressaltadas suas condições psicológicas, evidenciadas no tratamento dispensado ao filho:

Jacobina acolheu ternamente o filho, e a cama se transformou naquele momento em um ninho onde cabiam apenas aquela estranha ave e seu filhote voraz. **João Jorge levantou-se, foi até o berço ao lado da janela, arrumou-o, afofou o travesseiro**²⁴.

Jacobina é apresentada como uma boa mãe, que contava com o carinho de seu marido João Jorge Maurer, sempre preocupado com o bem-estar da esposa adoentada. A forma como cuidava do filho, em idade de amamentação, deixava claro o quanto era uma mãe dedicada.

A ênfase dada à religiosidade da personagem fica evidente na descrição feita sobre sua aparição durante as festividades realizadas no Ferrabraz. Em um ambiente festivo, Jacobina surge da seguinte maneira:

... voltaram-se para a porta da casa, onde **Jacobina surgia, vestindo uma camisola branca, os cabelos congidos por flores, dando o braço a Rodolfo Sehn.** Por instinto todos dobraram os joelhos. Robinson o Ruivo foi até ela e, ajoelhando-se nos degraus da porta **beijou os pés** desnudos²⁵.

O autor associou a personagem à imagem de uma líder religiosa que se parecia com Jesus Cristo. Na obra, são recorrentes as narrativas que demonstram que os adeptos de Jacobina identificavam-na com a imagem do próprio Cristo. À personagem são atribuídas a persistência e a força nas horas mais difíceis da história, especialmente nas cenas de desfecho da trama. Diante das atitudes e das dificuldades que levaram o grupo a fraquejar, Jacobina teria se mantido firme, confortando seus fiéis, que não a tinham abandonado. A *Mutter*, como era chamada pelos seus adeptos, desempenhou papel comparado ao de um *anjo da esperança*, que, através da prática do ósculo (beijo), incentivou o grupo a seguir em frente, na luta pela defesa de seus ideais.

As representações de Jacobina, veiculadas pela obra de Assis Brasil, não a “incriminam” nem a seu grupo. Pelo contrário, o perfil biográfico construído pelo escritor para a personagem evidencia sua pretensão de lançar um novo olhar, não apenas sobre o tema, mas

²³ Ibidem, p. 24. (grifos nossos)

²⁴ Ibidem, p. 24. (grifos nossos)

²⁵ Ibidem, p. 311. (grifos nossos)

principalmente sobre Jacobina, cuja imagem era predominantemente negativa até a publicação de sua obra na década de 90.

A atuação de Genuíno Sampaio como chefe das operações militares contra os Mucker também foi destacada pela narrativa de Assis Brasil. Como podemos acompanhar em sua obra, a narrativa de Assis Brasil atribuiu qualidades morais à Genuíno Sampaio, que foi representado na obra como um bravo militar. Entre as suas características, estava o fato de ser bravo e audacioso em combate, o que havia o transformado em herói. O narrador apresentou ainda uma breve descrição física do personagem, que usava um tapa-olho no lado esquerdo. Esse elemento foi empregado pelo autor para demonstrar a bravura de Genuíno em combate, cujo ferimento no olho servia de prova dos seus atos heróicos.

Também as narrativas fílmicas produzidas sobre os Mucker foram responsáveis, em grande parte, pela difusão e vulgarização da imagem de Jacobina Mentz Maurer. O cinema, atraindo um número considerável de espectadores contribuiu decisivamente para isso, na medida em que difundiu várias e consagradas versões sobre os fatos e seus personagens.

A primeira representação construída sobre Jacobina no cinema que analisaremos encontra-se num filme - *Os Muckers* - de 1979. O filme de 1979 mostrou pela primeira vez aos espectadores uma versão materializada da personagem, que, interpretada por Marlise Saueressig, apresentava-se como uma mulher branca, de cabelos pretos, semblante sério e que usava roupas bastante recatadas até mesmo para sua época. A construção da imagem do imigrante alemão como alguém sério e pouco sorridente foi materializada em Jacobina, assim como na maioria dos personagens da narrativa. A personagem foi colocada num ambiente marcado pela tranqüilidade, que, gradativamente, cedeu espaço à miséria e à desigualdade social, tornando o lugar propenso a conflitos.

Alheia ao ambiente de hostilidade existente na colônia à época, Jacobina procurava seguir firmemente suas convicções religiosas, o que se evidenciou no filme através dos cultos e pregações por ela presididos em alemão. Nele, Jacobina é identificada como Cristo, evidenciando-se o caráter sagrado da personagem, ao mesmo tempo em que colocava em questão a construção da personagem, que teria se autodenominado a reencarnação de Cristo.

Já o personagem Genuíno Sampaio foi representado como um dos principais combatentes dos Mucker. Porém, na narrativa fílmica apresentada em 1979, verificamos que Genuíno Sampaio não apareceu como um dos personagens de destaque, do lado contrário aos

Mucker, sendo esse papel assumido pelo capitão Dantas, cujo personagem representava a liderança da força oficial contra os Mucker.

Em 2002, com o lançamento de *A paixão de Jacobina*, é lançada uma nova representação de Jacobina. Nessa nova versão, o ambiente natural do Ferrabraz é apresentado de forma desvinculada da realidade da colônia à época do conflito. Tanto o ambiente quanto os personagens receberam um tratamento por parte da equipe técnica, que resultou na criação de um ambiente marcado pela artificialidade e pela preocupação com a estética.

Jacobina, interpretada pela atriz global Letícia Spiler, apresenta-se como uma mulher branca, de cabelos loiros compridos, de aspecto adoentado, com uma pele extremamente branca, sinalizando que ela permanecia dentro de casa em razão de sua incapacidade para o trabalho braçal. De estatura razoavelmente alta, pouco usual para sua época, a personagem contou ainda com a construção da imagem cuja face revelava características anormais.

Em meio às cenas que mostraram o desenrolar da trama, a imagem de Jacobina foi construída, enfatizando-se sua instabilidade emocional e seu fervor religioso diante das revelações. Nesse contexto narrativo foi que se deu a identificação de Jacobina como Cristo-mulher. Outro elemento que aparece no filme é a sensualidade. Jacobina também foi construída a partir de um ambiente em que o Ferrabraz se mostrava como o paraíso para ela, num local onde não haveria maldade e todos os excluídos teriam seu lugar assegurado. A representação de Jacobina como uma paranormal ficou evidente no filme, quando é enfatizada a imagem de uma mulher alienada aos acontecimentos do local.

Nessa segunda narrativa fílmica, o coronel Genuíno Sampaio aparece como herói que deu sua vida em nome da defesa dos interesses da população de São Leopoldo. Diferentemente da primeira versão, que contou com atores locais, o intérprete de Genuíno dessa vez foi o ator Felipe Camargo.

A análise que realizamos sobre os dois personagens centrais do conflito permitiu que percebêssemos como em diferentes momentos e através de diferentes meios, difundiram-se diversas representações de Jacobina Maurer e de Genuíno Sampaio. Elas, no entanto, reafirmaram o antagonismo existente entre os dois personagens principais do conflito. À medida que se construía uma imagem gloriosa de Genuíno, Jacobina teve sua atuação diminuída, transformada em vilã, até que chegasse, nos dias atuais à posição de heroína.

**Imigrantes no Rio Grande do Sul: possibilidades de pesquisa no acervo
documental do Centro Histórico-Cultural Santa Casa**

*Edna Ribeiro de Ávila**
*Gabriela Villanova***

A Santa Casa prepara para 2009 a inauguração do seu Centro Histórico-Cultural, local que abrigará o acervo documental dessa Instituição bicentenária. Neste acervo, encontram-se documentos que evidenciam a história do Rio Grande do Sul, no tocante à imigração, objeto de pesquisa deste seminário.

O objetivo desta comunicação é difundir os fundos documentais existentes no acervo, possibilitando a pesquisa referente à trajetória da imigração no Estado, sobretudo vinda da Europa. Logo, o material para pesquisa deste tema é vasto no acervo do Centro Histórico-Cultural, podendo ser pesquisado em vários segmentos desta documentação.

Apresentando os múltiplos fundos documentais, que indicam a presença e a atuação da imigração no nosso Estado, procuraremos explicitar essas possibilidades de pesquisa. Elas se tornam possíveis através dos Compromissos da Irmandade, dos Termos de Admissão de Irmãos, dos Relatórios da Provedoria, dos Livros Caixa, da Matrícula dos Empregados, dos Registros de Internação, dos Registros de Óbitos de Pessoas Livres e Escravos, dos Arrendamentos de Jazigos, da Roda dos Expostos e das Atas da Mesa Administrativa, que serão apresentados ao longo do artigo.

Os imigrantes estrangeiros vindos para o Rio Grande do Sul durante o século XIX foram abandonados pelos governos Imperial e Provincial à sua própria sorte. E era a Santa Casa que estas populações de alemães, italianos, poloneses, espanhóis, russos, franceses, portugueses e outros buscavam na hora da enfermidade. Bem como na hora da morte, utilizando, então, o Cemitério da Santa Casa. No entanto, outras nacionalidades também são encontradas, porém com menor frequência, uma vez que a propaganda dos governos buscava a mão-de-obra branca, de origem européia.

Ao iniciar o século XIX, Porto Alegre possuía quase quatro mil habitantes e apenas uma enfermaria no Alto da Bronze que, a partir da caridade pública, abrigava os pobres enfermos da capital e arredores. Logo, esta se tornou pequena para atender ao crescimento urbano e populacional da capital da Província.

* Estagiária do Centro Histórico-Cultural Santa Casa – Acadêmica do curso de História da FAPA.

Contato: ednaribeiro@pop.com.br

** Funcionária do Centro Histórico-Cultural Santa Casa – Acadêmica do curso de História da FAPA.

Contato: gabriela.villanova@santacasa.tche.br

As pessoas mais abastadas eram tratadas de suas enfermidades por médicos particulares em suas residências. Aos pobres, escravos e imigrantes restava a beneficência dos *bons cidadãos*, assim considerados aqueles mais abastados. Portanto, a necessidade da criação de um Hospital era evidente e, por este motivo, não foi difícil ao Irmão Joaquim Francisco do Livramento, fundador da Santa Casa de Misericórdia de Florianópolis, obter concessão Real para abrir em Porto Alegre um Hospital de Caridade.

Uma vez mencionado que o custo seria do próprio povo, mediante recolhimento de esmolas, a Câmara reuniu-se no dia 19 de outubro de 1803, quando oficialmente foi criado o Hospital de Caridade. E, em 1814, o empreendimento adquiriu *status* de Misericórdia, passando a denominar-se Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Com essa condição compassiva, teve ampliada sua esfera de ação social, uma vez que as Misericórdias surgiram na Europa com uma função muito mais assistencial do que terapêutica. Este fato era resultado de uma sociedade que se urbanizava e se proletarizava rapidamente, tendo então essa entidade caritativa a finalidade de dar atendimento aos pobres na doença, no abandono e na morte. Assim, passaram a abrigar, além dos enfermos, os abandonados, como crianças, velhos e os excluídos do convívio social, sendo esses criminosos e doentes mentais.

As Misericórdias brasileiras eram regidas por um estatuto, denominado Compromisso, que regulava a organização da Irmandade. O primeiro Compromisso utilizado pela Santa Casa de Porto Alegre, de 1827, é cópia do Compromisso da Misericórdia de Lisboa.

Este regulamento trazia ainda como primeira condição para se tornar membro da Irmandade que o indivíduo fosse: “[...] limpo de sangue sem alguma raça de Mouro, ou Judeo não sómente em sua pessoa, mas também em sua mulher, se for casado, como está determinado [...]”. (Compromisso da Misericórdia de Lisboa. 1818. cap. I. § 3. p. 3).

Demonstra assim, ainda no final do século XVIII, um Portugal arraigado nos códigos medievais, essencialmente católico, extremamente preocupado com o crescimento e desenvolvimento de uma burguesia, basicamente judia, assim como a preocupação com as influências e permanências moura.

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre regeu-se por esse Compromisso até 1857, quando a Mesa Administrativa conscientizou-se de que tal estatuto, não poderia mais vislumbrar a realidade que a sociedade rio-grandense apresentava. Sendo assim, a Santa Casa seria: “Um hospital propriamente dito, que recolhe e trata os enfermos pobres e desvalidos de ambos os sexos sem distinção de nacionalidades”. (Relatório da Provedoria. 1873. p. 4).

Pelo novo Compromisso de 1857, tornar-se Irmão continuava na dependência de ser católico, mas por requerimento e pagando uma jóia, qualquer cidadão do sexo masculino poderia sê-lo, desde que tivesse as seguintes qualidades:

1ª Notoria probidade, e bõs costumes; 2ª De boa consciencia e temente a Déos; 3ª Modesto, caritativo e humilde, qual se requer para servir a Déos e a seus pobres com a perfeição devida; 4ª Saber ler, escrever, e contar, e de boa intelligencia; 5ª Ter vinte e hum annos completos de idade, se for solteiro; 6ª Que não esteja pronunciado, e não tenha soffrido alguma condennação passada em julgado por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrôta, estellionato, falsidade, ou moeda falsa; 7ª Que não tenha sido escravo, ou casado com mulher de côr preta; 8ª Que não esteja ao salario da Santa Casa na occasião de pretender entrar de Irmão; 9ª Que seja abastado de bens, ou pelo menos tenha commercio, emprego ou offício rendôso de maneira que possa acudir ao serviço da Irmandade sem cahir em necessidade, e sem suspeita de se aproveitar do seu correr por suas mãos. (Compromisso da Irmandade Santa Casa de Misericórdia Porto Alegre. 1857. cap. II. § 9. p. 2v) .

Quanto a este estatuto, ele continua a ser feito nos dias de hoje, buscando sempre uma atualização com a sociedade e suas mudanças conjunturais. Durante seus quase 205 anos de existência, a Santa Casa teve seu Compromisso Institucional feito nove vezes. Tais alterações nas disposições gerais da Irmandade são reflexos das mudanças da nossa sociedade, e que podem se tornar objeto de pesquisa, procurando construir então relações através dessas transformações.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre constituía-se, pois, de pessoas de elevado nível econômico e cultural, com projeção social, seja por prestação de serviços ou mesmo pela ocupação de cargos na estrutura administrativa da Província. Percebe-se então, que em substituição à exigência de nobreza, pesa o requisito da riqueza, caracterizando a evolução econômico-social de meados do século XIX, assim como a exigência de não existir laços com negros, evidenciando o caráter escravocrata da sociedade brasileira.

No que se refere à imigração, é possível perceber que nos primórdios da Irmandade, ela se constituiu, em sua maioria, de portugueses abastados. Contudo, ainda entre os primeiros Irmãos, já encontram-se outras nacionalidades, como prussiano e italiano. Os membros dessa Irmandade comprovavam seu próprio sustento, pois a Santa Casa não poderia acudi-los, já que sua assistência era para com os desvalidos.

O documento que legitima a entrada na Irmandade é o Termo de Admissão de Irmãos. Com este, é possível estabelecer inúmeras relações com as informações encontradas, uma vez que nestes registros constam a nacionalidade, a filiação, o estado civil e o nome da esposa, quando casado, além da forma de sustento desse cidadão que passa a fazer parte da Irmandade, devendo este aceitar os preceitos do Compromisso vigente.

Nosso acervo conta também, a partir do ano de 1855, com os Relatórios da Provedoria, documento produzido ao final de cada ano pelo Provedor da Santa Casa, ou seja, um membro da Irmandade eleito para o cargo. Nestes relatórios encontra-se o relato das atividades realizadas, como obras, reformas, balanço dos atendimentos, das moléstias, das cirurgias realizadas, dos gastos com compra de equipamentos, os pagamentos dos funcionários, a entrada de Irmãos e o pagamento da jóia, ou seja, um balanço das finanças da Casa.

Como a Instituição dependia dos recursos de donativos da população para manter sua assistência aos necessitados, um exemplo desse balanço financeiro é encontrado nos Relatórios de 1873 até 1880, quando a Sociedade de Beneficência Allemã, contribuiu com aproximadamente 1:600\$000. Nos registros de 1880 também encontra-se a seguinte informação:

[...] Sr. Ignacio de Vasconcellos Ferreira com a quantia de 50\$000 réis, por ocasião de um espectáculo que em beneficio d'esta Santa Casa offerecerão os empresarios da companhia lyrica italiana, que ultimamente trabalhou no theatro S. Pedro, cujo beneficio nada produziu em favor d'este pio estabelecimento, visto que pela conta apresentada por referidos empresários verifica-se um *deficit* de 277\$160 réis. (Relatório da Provedoria. 1880. p. 5).

Além da Sociedade de Beneficência Allemã também temos registros de doações feitas por imigrantes italianos. O Relatório da Provedoria de 1906 menciona subscrição organizada por senhoras italianas residentes no Rio Grande do Sul, as quais, entre seus compatriotas, recolheram a expressiva quantia de 12:000\$000.

Nesta documentação também é possível perceber que a Santa Casa mantinha relações mercantis com casas de comércio administradas por imigrantes, uma vez que os próprios contribuíram para a diversificação das atividades econômicas no Rio Grande do Sul. A encomenda de um órgão para a Capela feita para a Casa Comercial Kuhn e Duval, a compra de calçados de João Frederico Laus e a compra de medicamentos da Notabilidades Pharmaceuticas de França Carlos Valadier, são alguns exemplos dessas relações.

É possível também identificar ligações comerciais entre a Santa Casa e imigrantes durante o século XIX, quando então pesquisado os Livros Caixa. Nesta documentação verificamos descritos os objetos das compras da Irmandade. Entretanto, nossas possibilidades de pesquisa não se limitam à documentação escrita, uma vez que possuímos um acervo museológico que nos permite comprovar essas informações. Um exemplo disso são as cadeiras da Fábrica de Móveis Gerdau que constam nesses livros, e hoje pertencem ao acervo do Centro Histórico-Cultural.

Outra documentação que pode complementar a pesquisada são as Atas da Mesa Administrativa, ou seja, os registros redigidos a cada reunião da Irmandade. No entanto, são minuciosas e desmembram as atividades realizadas, o cotidiano da Instituição, além de detalhar o balanço econômico da Casa, que constam de forma sintética nos Relatórios.

Os Relatórios da Provedoria e a Matrícula dos Empregados também possibilitam encontrar imigrantes, sobretudo alemães, inseridos na Santa Casa como funcionários. Existem listas com os nomes de funcionários, seus cargos e valor da remuneração paga pelo Hospital. As funções designadas eram diversas, e entre elas encontramos, por exemplo, sacristão, sineiro, organista, contínuo, padre, ajudante de enfermeiro e auxiliar da Botica.

As Irmãs Franciscanas são outro exemplo da relação dos imigrantes com a Instituição. Elas iniciaram sua atuação na Santa Casa em 1893, tendo como superiora a Madre Ana Moeller, permanecendo atuantes até 1992. As primeiras Franciscanas vieram da Alemanha com intuito de atuarem como professoras dos filhos de imigrantes alemães. Atuaram em São Leopoldo, fundando o Colégio São José antes de assinarem contrato com a Santa Casa.

As Irmãs assumiram e atuaram em diversas esferas da Instituição, desde a área administrativa até a área assistencial. O trabalho dessas primeiras religiosas foi considerado de grande valia, pois assumiram a Casa em estado difícil, e, no entanto, conseguiram acolher os pacientes, que cresciam numericamente nos fins do século.

Nos Relatórios da Provedoria também são encontradas estatísticas dos atendimentos médicos realizados durante o ano. Em alguns casos essas estatísticas são mais específicas, informando inclusive um balanço por nacionalidade dos enfermos acolhidos pelo Hospital. Um exemplo interessante é encontrado no Relatório da Provedoria do biênio 1888/89, que traz informações sobre um grupo de imigrantes italianos, que atracando no porto com febre amarela, foram então examinados em uma enfermaria especial da Santa Casa.

Em principios deste anno, tendo tido comunnicação do Administrador do Estabelecimento de que o medico de dia reconhecera a febre amarella nos colonos, que, tendo desembarcado, foram para ahi mandados, convoquei logo uma reunião do corpo medico do Estabelecimento. Examinados os doentes, foi confirmado aquelle diagnostico. Immediatamente tomei as providencias que a urgencia do caso requeria, fazendo remover os colonos accommettidos da molestia diagnosticada para uma enfermaria especial que mandei preparar n'um dos compartimentos do pavimento terreo, e ordenando constantes desinfecções por todo edificio. Em seguida officiei à presidencia da provincia ponderando-lhe a urgente necessidade da remoção dos alludidos colonos para fóra do estabelecimento, e declarando-lhe que dessa data em diante deixariam de ser nelle recebidos mais colonos enquanto não cessasse o carater epidemico que apresentavam as molestias dos immigrantes. S. Ex. mandou crear lazaretos, e os poucos colonos que estavam ainda em tratamento, foram logo para os mesmos removidos. Dest'arte, e devido as precauções tomadas, a molestia não se desenvolveu no hospital, ficando circumscria a essa pobre gente. (Relatório da Provedoria do biennio 1888-1889. p. 4).

Outra possibilidade de pesquisa aos enfermos são os Registros de Internação ou Índices de Porta, que iniciam em 06 de outubro de 1843. No ano referido, observa-se a entrada de 23 portugueses, 4 alemães, 1 italiano e 1 espanhol, evidenciando assim uma diversidade de nacionalidades desde os primeiros registros.

A busca no acervo do Centro Histórico-Cultural é facilitada por um banco de dados de internação de estrangeiros, que, por enquanto, abrange os anos de 1843 até 1916. Todavia, há um projeto que vislumbra a publicação desses dados, compreendendo os anos de 1843 a 1900.

Tais registros nos possibilitam, além da identificação da nacionalidade, fazer inúmeras relações com as informações disponíveis, como: classe, cor, estado civil, filiação, idade, moléstia, profissão, residência, por quem foi remetido, e ainda possíveis observações sobre o paciente. Nos Livros de Internação de 1873, temos o registro de Jacobina Mentz Maurer, líder do movimento Mucker na região de Sapiranga.

Encontram-se também indícios do fortalecimento da comunidade portuguesa na Província com a existência, em 1855, de uma enfermaria na Santa Casa, quando havia apenas 5, voltada para o atendimento a esses imigrantes portugueses e seus descendentes. Era então a 4ª Enfermaria dos Sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência.

É com base nesses Registros de Internação que se verifica o crescente número de imigrantes ao longo do século XIX, sendo as etnias portuguesa, alemã e italiana as maiores beneficiárias do atendimento na Santa Casa. Um estudo das enfermidades e epidemias a que eram acometidas a população de imigrantes, ou não, também se faz possível com esses registros.

Apesar de o acolhimento na enfermidade e no sepultamento ser freqüentemente maior a essas três etnias, outras não deixaram de ser recebidas na Santa Casa. Entre elas registra-se a presença de imigrantes das seguintes regiões: Açores (Ilha 3º do Reino de Portugal, Ilha de Sam Miguel e Ilha do Faial), América Inglesa, Antuérpia, Arábia, Argentina, Austrália, Áustria, Baviera, Bélgica, Boêmia, Bolívia, Buenos Aires, Confederação Argentina, Dinamarca, Escócia, Espanha, França, Freguesia de São Mamede no Reino de Portugal, Galisa, Gênova, Hannover, Holanda, Hungria, Ilha da Madeira, Ilha do Lazarotto, Ilhas Canárias, Inglaterra, Irlanda, Japão, Maldonado na República Oriental do Uruguai, México, Montevideo, Noruega, Paraguai, Peru, Polônia, Província do Minho, Prússia, Rússia, Sardenha, Saxônia, Síria, Suécia, Tirol Italiano, Uruguai, Villa Maior.

Nota-se através dos registros que muitas vezes o imigrante se auto-denominava conforme sua região de origem. Exemplos mais freqüentes são os alemães e italianos, uma

vez que suas formações de Estados Nacionais foram tardias, a identificação da nacionalidade acabava sendo a cidade ou província do seu nascimento. Outro exemplo são os açorianos, que se identificavam com a ilha de proveniência, não se declarando de naturalidade portuguesa.

Percebe-se uma forte demanda de atendimento aos imigrantes alemães em meados do século. Já os italianos têm seu crescimento após 1877, quando triplica o atendimento nas enfermarias da Santa Casa. Fora neste momento que os setores secundário e terciário ampliaram-se e começaram a aparecer, cada vez mais, patologias próprias deste desenvolvimento e das aglomerações urbanas, como tuberculose, varíola e febre amarela, por vezes oriundas da imigração acelerada, onde as condições de vida eram precárias.

O acervo do Centro Histórico-Cultural também contempla uma parte importante da história da imigração com a documentação do primeiro Cemitério extra-muros de Porto Alegre. O Cemitério da Santa Casa teve sua inauguração projetada para agosto de 1850. Entretanto, com a epidemia de febre amarela que se difundia pela Vila, urgia realizar os sepultamentos no novo cemitério, no alto da Azenha, o que acabou acontecendo. Assim, em abril daquele ano, José, um marítimo português que chegou a Porto Alegre, foi o primeiro livre sepultado. Já Eva, uma adolescente, foi a primeira escrava acolhida.

Existem, portanto, no nosso acervo, duas coleções de óbitos: Óbitos de Pessoas Livres e Óbitos de Escravos. Entre os anos de 1850 e 1884, este fora o procedimento: os livres sepultados no interior do Cemitério da Azenha, enquanto os escravos eram sepultados fora dos seus muros, e na documentação não foi diferente. Encontram-se também registros de óbitos de outras Irmandades, que compravam quadros dentro do Cemitério para sepultar seus Irmãos. Separadamente há um livro, de 05 de outubro de 1856 a 29 de janeiro de 1882, com registros dos óbitos de Protestantes Allemães, que tiveram um quadro dentro do Cemitério antes de inaugurar o seu.

Nestes registros, pode-se verificar a data de falecimento, procedência do indivíduo, idade, sua filiação, quando menor de idade, a profissão, o padre que encomendou a alma e a localização da sepultura. Essas informações podem ser ampliadas com a pesquisa nos livros de Arrendamento de Jazigos. Estes trazem o nome do familiar que comprou ou arrendou a sepultura e o período de tempo que ficou arrendada, além de informar a data da transferência dos ossos, quando ocorrida.

As pesquisas mais freqüentes no acervo do Centro Histórico-Cultural, utilizando os Registros de Óbitos Livres, são para contemplar as buscas para dupla cidadania, bem como para preencher lacunas na genealogia das famílias. Pensando nisso, foi criado um banco de dados, a partir das informações obtidas nos Registros de Sepultamento. Este banco de dados,

ainda em formação, abrange os anos entre 1850 e 1896, contudo, existe um projeto para publicação de tais registros, que deverão ir até o ano de 1900.

Entre os Registros de Óbitos de Escravos, encontramos muitos donos de escravos imigrantes, o que se torna outra possibilidade de pesquisa. No Banco de Dados de Óbitos de Escravos, esse já completo e publicado, e que compreende os anos de 1850 a 1884, o que mais chama atenção é a predominância, entre os imigrantes, de alemães e franceses entre o rol de proprietários, em número bem expressivo.

Com toda estas possibilidades de pesquisa até aqui apresentadas, a documentação da Roda dos Expostos, referente à imigração, ainda nos expõe algumas dúvidas, as quais esperam por respostas. No entanto, com relação aos dotes deixados para as expostas, foram encontrados registros dessas doações deixadas às expostas por estrangeiros, como Izabel Ambrozina da Fonseca Bastos, imigrante portuguesa que arrolou em seu testamento mais de 60:000\$000 para as órfãs da Casa da Roda da Santa Casa.

Entre os aspectos mais relevantes a serem questionados por futuros pesquisadores, encontramos: o imigrante e uma possível relação com o abandono na Roda; a imigrante e a possível obtenção de renda como ama de leite ou ama de criação; a família imigrante e as prováveis adoções de expostos; o imigrante e o possível casamento com expostas.

O acervo do Centro Histórico-Cultural proporciona múltiplas possibilidades de pesquisa referente à imigração, abordando assim, entre outras temáticas, as relações dos estrangeiros com a Instituição, a situação sanitária em que se encontravam esses cidadãos, as doenças de maior recorrência e as condições financeiras dos imigrantes internados. Portanto, ao que se refere à imigração no Estado, sobretudo em Porto Alegre, seu acervo é amplo, e suas informações qualificam os estudos acerca deste tema, propiciando ao público pesquisador, novos olhares sobre ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Os Males e os Maus:** desvãos de textos sobre a imigração italiana para o Brasil. MétiS (UCS), Caxias do Sul, 2005.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Tempo de Guerra e Narrativa:** italianos no Rio Grande do Sul. História: debates e tendências, Passo Fundo, 2004.

MAESTRI, Mário. **A lei do silêncio:** história e mitos da imigração ítalo-gaúcha. Ágora (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2001.

MAESTRI, Mário. **Os senhores da Serra:** a colonização italiana do Rio Grande do Sul. 2. ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. Globo, 1969. v I.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. Globo, 1969. v II.

**Da contestação à conquista do poder –
Ou os colonos que se revoltaram contra a administração Rheingantz na
Colônia de São Lourenço**

Eduardo Iepsen¹

Jacob Rheingantz nasceu em Sponheim, uma região da Prússia Rhenana, em 9 de agosto de 1817. Antes de chegar ao Brasil, em 1843, já havia migrado outras duas vezes: primeiro para a França em 1839 e, em seguida, para os Estados Unidos, no ano seguinte. Já estabelecido no Brasil, mais especificamente na cidade de Rio Grande, trabalhou por mais de uma década na casa comercial de Guilherme Ziegenbein – que mais tarde viria a ser seu sócio e também seu sogro. No final de 1856, Rheingantz abandona esta sociedade e parte para uma outra, ao lado do fazendeiro luso-brasileiro José Antônio Oliveira Guimarães²; a idéia: colonizar a região da Serra dos Tapes com imigrantes alemães, suíços ou belgas. O contrato é firmado com o Governo Imperial, sendo 1440 o número mínimo de colonos que deveriam ser desembarcados para os primeiros cinco anos da empreitada. O “negócio” garantiria aos empresários 20\$000 por cada imigrante entre 5 e 10 anos e 30\$000 por imigrante entre 10 e 45. Os primeiros imigrantes, num total de 88, chegaram à colônia em janeiro de 1858. Além de ser o empresário responsável pela vinda dos imigrantes, Rheingantz administrou a colônia até 1877, quando faleceu.

No início do século XX, Jacob Rheingantz passa a ser celebrado como o grande pioneiro que trouxe vida a uma terra, e seus feitos são narrados em agradecimento a sua contribuição para São Lourenço do Sul. No plano historiográfico, isto ocorreu, principalmente, em função das obras de três escritores: Carlos Guilherme Rheingantz (primogênito de Jacob Rheingantz), Vivaldo Coaracy e Jairo Scholl Costa. Além de celebrar o fundador de maneira extremamente laudatória, eles construíram a história oficial do município, perpetuando uma série de verdades idealizadas sobre o seu passado. A relação entre Rheingantz e os colonos, por exemplo, é descrita como “quase patriarcal³”, tamanha a

¹ Mestre em Estudos Históricos Latino-Americanos, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

² José Antônio de Oliveira Guimarães manteve-se como sócio de Rheingantz durante os primeiros cinco anos do projeto colonizador.

³ “Inicialmente, a Colônia constituiu-se sob um regime que quase se poderia chamar de patriarcal. O fato de Jacob Rheingantz ter transferido para o núcleo colonial a sua residência e da família, evidenciando o propósito de entrelaçar intimamente a sua vida pessoal com a obra que criava, dobrava-lhe o prestígio e a autoridade. Não era mero Diretor da Colônia e proprietário de terras. Tornou-se o conselheiro e orientador dos colonos que se habituaram a recorrer a ele não apenas nas emergências de sua vida econômica, como para lhe submeter os seus problemas individuais e as necessidades coletivas” (COARACY, 1957, p.62).

afinidade entre os mesmos. Porém, um episódio é sempre apresentado como exceção a essa pacífica e afetuosa relação: a chamada “Grande Revolta”.

Colônia particular e fora do eixo de concentração das demais colônias alemãs do Estado, São Lourenço desenvolveu-se de forma muito rústica e improvisada nos seus primeiros anos; serviços relativos à educação, religião e segurança eram prestados pelos próprios colonos. Para “garantirem a ordem”, por exemplo, eles mesmos serviriam como autoridades neste assunto. Para cada picada haveria um colono/inspetor responsável. Em novembro de 1867, porém, os “colonos inspetores” foram “aposentados”, pois o governo provincial resolveu, após insistentes pedidos de Rheingantz, enviar um pequeno destacamento policial, comandado pelo Tenente Francisco de Sá Queirós, para a colônia. A chegada do destacamento, no entanto, parece não ter agradado aos colonos; segundo Carlos Guilherme Rheingantz (1907, p. 16), contemporâneo a estes eventos, os colonos teriam recebido mal as autoridades; Coaracy, ao referir-se ao Tenente Sá Queirós, afirma que ele “era um oficial distinto e bem intencionado; mas demasiado ríspido e autoritário que, além de desconhecer o ambiente, ignorava totalmente o idioma alemão” (COARACY, 1957, p.97).

Em edital publicado a 25 de novembro de 1867⁴, Sá Queirós determinava algumas medidas que, segundo a história oficial, acabaram gerando um clima de inconformidade entre os colonos; inconformidade que acabou por trazer à tona várias queixas dos colonos contra Rheingantz. Quase um mês após a sua publicação estourou a revolta. Um grupo de aproximadamente duzentos colonos, manipulados por “elementos de fora”, “desajustados” e que não se encaixavam dentro dos modelos de disciplina impostos pelo diretor, tomaram a dianteira da situação desvirtuando os demais, que, ingenuamente seguiram seus passos. Os “arruaceiros⁵”, mais de 10% da população da colônia⁶, foram até a casa da família Rheingantz, invadindo-a e destruindo todas as dependências e mobiliário. “Os revoltosos exigiram de Rheingantz que assinasse documentos onde declarava entregar dinheiros recebidos e dar quitação de outras importâncias (...). Coagido, o Tenente Queirós assinou como testemunha da extorsão” (COSTA, 1984, p. 67).

⁴ “1º) Proíbe que os habitantes do distrito se apresentem armados, sob pena de lhes serem confiscadas as armas e os proprietários recolhidos ao quartel do destacamento. 2º) ordena que, nos casos de falecimentos ocorridos na colônia, os parentes ou amigos do falecido lhe comuniquem o fato sem demora. 3º) não se farão enterros sem que previamente lhe seja apresentado um atestado de óbito passado por médico residente na colônia ou por outro médico. 4º) proíbe que se realizem bailes públicos ou particulares na colônia sem sua prévia licença. 5º) proíbe, sob pena de prisão, ajuntamentos de mais de 3 (três) pessoas, como também quaisquer jogos nas vendas” (citado por RHEINGANTZ, 1907, p. 17).

⁵ Termo usado por Coaracy

⁶ Em 1867, a colônia contava com cerca de 1700 pessoas.

Esta é a versão oficial dos fatos que envolveram a “Grande Revolta”. Ela, porém, não pode ser reduzida a essa simples interpretação; documentos pouco conhecidos ou propositadamente esquecidos, escritos pelos próprios atores desta pesquisa, apontam para novos fatos e possibilidades. Inevitavelmente, uma série de contradições surge ao compararmos estas duas fontes. A revolta, sob o prisma oficial, parece ter sido um movimento isolado, causado pelo rigor de um Tenente autoritário e pela atuação de forasteiros, que manipularam os colonos contra Rheingantz. A revolta vista, porém, sob a luz destes documentos e, mesmo de outros autores, mostra que ela era apenas uma questão de tempo. E, Rheingantz estava muito mais envolvido do que se supunha oficialmente...

Antes de aprofundarmos os problemas entre Rheingantz e os colonos, é necessário entender, primeiramente, por que eles foram apagados da história oficial. Jacob Rheingantz não pode ser associado a estes conflitos com os colonos simplesmente porque um herói deve ser acompanhado de virtudes exemplares – e, se as diversas queixas dos colonos viessem à tona contra a sua administração, Rheingantz jamais teria uma imagem pura; jamais conseguiria ser o patriarca idealizado por esta historiografia. Ao esconder estas críticas contra o diretor, eles mantêm intacta a imagem do herói e estabelecem o padrão de conduta que deve ser seguido pela sociedade - se Rheingantz é honesto, dedicado, ordeiro e trabalhador, espera-se que as pessoas também sejam. Espera-se que o sul-lourenciano se inspire neste homem e tome para si o seu exemplo de vida. Indo mais além, percebemos que os mitos e heróis servem como elementos de manutenção do *status quo*, pois suas características ideais fornecem a tão desejada ordem para controlar os momentos sociais mais difíceis⁷. A história oficial, geralmente é apenas um instrumento na mão do poder estabelecido, pois forma as condutas almejadas para manter seu poder e rechaçar qualquer atitude que coloque em risco o estado atual das coisas. Colonos que destituem a ordem estabelecida são perigosos demais, pois podem inspirar novos rebeldes. É por isso que o movimento é tão combatido e desprezado por estes escritores.

Todo herói necessita de inimigos⁸; mais do que isso, toda sociedade precisa de inimigos. Com o herói surge o exemplo a ser seguido; com o vilão, o modelo a ser repudiado. “O anti-herói, o avesso do modelo de virtude, aquele que não serve para ser imitado, que aparece como sujeito discursivo, espelho invertido para que o modelo ideal se reflita nele e o

⁷ “O mito reforça a coesão social e funcional do grupo e é um modo de revelação e de transmissão de uma ordem tradicional das instituições e dos comportamentos (...). O mito fundamenta os usos e as normas básicas do convívio, propondo uma justificação narrativa tradicionalmente aceita por todos” (JABOUILLE, 1994, p. 71-72).

⁸ “Sabemos que a constituição do herói envolve a vitória sobre alguma adversidade, demanda algum sacrifício” (OLIVEIRA, 2003, p. 75).

negue (...), deveria ser rechaçado e banido” (RAMOS, 2003, p. 85). E, quem são os inimigos de Rheingantz, se não os forasteiros⁹ que manipularam os colonos durante a “Grande Revolta”? A história oficial cumpre, assim, com sua missão de criar um herói que sirva de modelo para a população local, ao mesmo tempo em que rejeita certas condutas, tipicamente associadas aos anti-heróis. Bêbados, vagabundos, desordeiros, conspiradores e mesmo forasteiros, conforme são descritos os líderes da revolta, não são bem vindos e bem vistos na “nossa” sociedade ideal.

A história oficial de São Lourenço do Sul se caracterizou por obras lançadas em função de datas comemorativas, sem uma devida avaliação crítica, a serviço do poder estabelecido e, por narrar uma versão dos fatos onde cada membro da sociedade pode encontrar seu lugar respectivo. Então, além de forjarem a memória oficial do município, foram estes autores que construíram a identidade local. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser¹⁰.

Surge, então, a imagem e representação da colônia e dos seus habitantes; eles eram trabalhadores, fortes, ingênuos e sua relação com Rheingantz era (quase) de pai para filho. Uma versão, um lado da história. Negando boa parte destas “representações”, comprometidas com causas particulares, passamos a citar outros documentos, desconhecidos ou propositadamente esquecidos - cartas, abaixo-assinados e relatórios - que não convinham ser lembrados, para que a memória do fundador fosse preservada. De um lado, protestos dos colonos contra seu diretor; de outro, queixas de Rheingantz sobre o comportamento dos imigrantes; “correndo por fora”, o Tenente Sá Queirós e os agentes do governo, tentando entender a complexidade da situação. Vista desta forma, a “Grande Revolta” parece apenas a eclosão de uma crise que já vinha se desenhando desde as origens da colônia.

São inúmeras queixas encontradas em documentos, tanto de um lado, quanto de outro - e vão desde 1861, apenas três anos após a fundação da colônia, até 1876, um ano antes da morte de Rheingantz; nestes quinze anos de protestos o destinatário dos remetentes geralmente era o mesmo: o Presidente da Província. Algo está acontecendo na colônia e todos

⁹ “A ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como a divisão entre ‘locais’ (insiders) e ‘forasteiros’ (outsiders). A produção de categorias pelas quais os indivíduos que transgridem são relegados ao status de ‘forasteiros’, de acordo com o sistema social vigente, garante um certo controle social. A classificação simbólica está, assim, intimamente relacionada à ordem social. Por exemplo, o criminoso é um ‘forasteiro’ cuja transgressão o exclui da sociedade convencional, produzindo uma identidade que, por estar associada com a transgressão da lei, é vinculada ao perigo, sendo separada e marginalizada (WOODWARD, 2004, p. 46).”

¹⁰ BACZCO, 1984, p. 309.

querem apresentar a sua versão dos fatos para contar com este importante aliado. Quem, afinal, não está fazendo política¹¹ na Colônia de São Lourenço?

A maioria destes imigrantes desconhece sua nova condição, é analfabeta, não sabe ao certo os termos de seu contrato, ou sequer o local do novo lar; isso sem contar o estranhamento com a cultura local. Esta nova realidade criou no imigrante uma identificação comum, resultando em um processo de cooperação e solidariedade para superar as adversidades. Rheingantz tornou-se o alvo de muitos, por ser a principal autoridade da colônia, por queixas e suspeitas levantadas contra a sua administração, mas também por ter sido ele quem os trouxe para esta nova condição.

As querelas iniciam em 1861, quando os imigrantes, recém-chegados ao país, protestam contra a casa Guilherme Hühn & Cia. (firma contratada por Rheingantz para fazer o transporte dos emigrantes) pelo alto preço das passagens e pela assinatura indevida de documentos. Os anos passam e as crises tornam-se cada vez mais freqüentes: em 1863, a guerra fria entre a família Rheingantz e os colonos rende a instauração de um processo crime¹² - um grupo de colonos, após invadir a casa da família, fez ameaças aos seus membros. O depoimento de Rheingantz ao delegado que acompanhava o processo, revela que esta não era a primeira vez que ele havia sido ameaçado. A colônia recém havia completado cinco anos de fundação e eram pouco mais de mil os colonos que haviam chegado por intermédio de Rheingantz a São Lourenço; estamos, portanto, diante uma crise existente desde as origens deste empreendimento – justificar a revolta através de um descontrole momentâneo e supor que ela é fruto de uma ausência de lucidez é desprezar os problemas da época e suas causas. É transformar diversos protestos e queixas em um fato isolado e irracional¹³ para eximir Rheingantz da culpa.

Em 1865, após algumas famílias terem sido levadas perante a Justiça pelo não pagamento de suas dívidas com Rheingantz¹⁴, um grupo de mais de 150 colonos¹⁵ assinou

¹¹ “Política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, (e) a prática do poder” (REMOND, 1996, p. 444). “A contestação torna (...) a política responsável por tudo o que deixa a desejar numa sociedade, e a utopia leva a crer que é também a política que detém a solução de todos os problemas, inclusive os das vidas das pessoas” (idem, p. 25).

¹² Arquivo Público. Processo crime. Réu: Cristiano Luiz Thurow e Jorge Diedrich. Autor: Jacob Rheingantz. N: 632. M: 15. E: 35. Ano 1863. Cartório Júri. Município: Pelotas.

¹³ “Verificou-se que a enorme maioria dos colonos, trabalhadora e ponderada, condenava o movimento de insubordinação para o qual não via justificativa. Era mais um exemplo dos casos em que uma minoria ativa e audaz consegue momentaneamente dominar uma situação ante a passividade da maioria sensata, mas inerte. Os atos de violência que geralmente se seguem, quando ocorrem semelhantes condições, são produto da turbulência irracional da multidão, excitada por agitadores. De tais atos, passado o tumulto, se arrependem e envergonham muitos dos que neles tomaram parte, sem compreender como, numa espécie de delírio, a eles se deixaram arrastar” (COARACY, 1957, p.102-103).

¹⁴ CUNHA, 1995, p. 186

uma carta endereçada à representação diplomática da Prússia¹⁶; nela, eram denunciadas diversas arbitrariedades cometidas pela administração Rheingantz - que iam desde os diferentes preços das terras e medições imprecisas nos lotes - que “suscitavam dúvidas e causavam conflitos” -, até as queixas pela ausência de escolas e igrejas. Duas outras constatações, porém, chamam mais atenção: 1º. Os colonos comparavam sua condição na colônia como semelhante à escravidão. 2º. Acusavam Rheingantz de ser o único comprador do excedente produzido pelos colonos; assim, o diretor garantia o monopólio sobre a compra, impedindo uma possível concorrência e uma maior valorização dos preços de venda dos produtos agrícolas. Desta forma, como eles mesmos explicam, tem-se que “vender os produtos pelo preço que Rheingantz oferece”. Ou seja, o diretor comprava ao preço que queria (provavelmente muito menos do que valia), lucrando muito mais na hora da revenda¹⁷.

Um ano depois, em 1866, as queixas passam a ser remetidas diretamente ao Presidente da Província; nesta missiva¹⁸, o colono José Pons – um dos principais adversários de Rheingantz - queixa-se do alto preço dos lotes de terra, da não entrega dos títulos de posse, dos limites não demarcados, da falta de escolas, etc. Tudo isto tendo como alvo o diretor da colônia, Jacob Rheingantz. É interessante destacar o próprio modo com que Pons se refere à Rheingantz: “diretor”, entre aspas e seguido de um ponto de interrogação e de uma exclamação (!), demonstrando extrema ironia - como se o empresário tivesse assumido tal título de maneira imprópria, indevida. Por fim, chama o diretor de negligente e pede a destituição do mesmo, antes que a colônia seja arruinada pela sua má administração.

As críticas, porém, não funcionavam apenas nesta direção; Rheingantz, também, em vários momentos toma a iniciativa para reclamar dos colonos; é o que faz, por exemplo, após receber uma cópia deste documento encabeçado por José Pons. Em sua resposta¹⁹, item por item, Rheingantz está defendendo-se das acusações que lhe foram atribuídas, mas também está tomando uma atitude política: está tentando manter seu poder e, apesar de mostrar uma atitude de independência frente ao governo, sabe que ele é um importante aliado para suas

¹⁵ BÖHLKE 2003, p. 26.

¹⁶ Posteriormente esta carta acabou sendo publicada na edição de 24 de agosto de 1865, do “*Allgemeine Auswanderungszeitung*”.

¹⁷ Moacir Böhlke aborda esta questão mais profundamente: “No caso da Colônia de São Lourenço o único comerciante estabelecido era Rheingantz. O fato de não haver concorrência deixava o colono na dependência do preço ofertado pelo diretor da colônia” (BÖHLKE, 2003, p. 30). Em outro momento, comparando preços com a Colônia de São Leopoldo, Böhlke afirma que o valor pago por Rheingantz aos colonos era “irrisório” (BÖHLKE, 2003, p. 29).

¹⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo documental: Imigração e colonização. Caixa: 37. Maço 72. Estante: DT-07. Ano: 1866.

¹⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo documental: Imigração e colonização. Caixa: 37. Maço 72. Estante: DT-07. Ano: 1867.

pretensões futuras. Por outro lado, Rheingantz também tratou de atacar Pons: se na carta enviada pelo colono é o diretor a ruína da colônia, na correspondência de Rheingantz os papéis se invertem, sendo Pons o responsável pelos problemas. É interessante observar, também, que ambos pedem que o outro seja removido da colônia, como se essa providência solucionasse os conflitos internos.

O documento seguinte²⁰, de 1867, novamente enviado por Rheingantz ao Presidente da Província, clama pela presença de uma autoridade policial e descreve as perseguições que vinha sofrendo: depois de ter o pomar, as roças e as plantações destruídas, passa a temer pela própria vida e de sua família. Mediante estas ameaças, nada mais natural que desejasse uma autoridade policial para substituir o improvisado serviço de colonos inspetores. Talvez idealizasse que a chegada de alguém de fora acalmasse os ânimos e impusesse respeito. Outro ponto alto da carta reside na afirmação de Rheingantz de que ele está sendo protegido por “bons colonos”; ou seja, ao mesmo tempo em que insinua ao Presidente da Província que está sendo questionado por um grupo de revoltosos, descontentes com sua administração, mostra que também existem “pessoas de bem” que estão ao seu lado e que não vêem motivos para descontentamento. Estes colonos que não tomaram parte entre os “conspiradores” certamente não estavam se sentindo prejudicados pela administração Rheingantz, ou não se convenceram dos argumentos dos “sediciosos”. Provavelmente eram eles que serviam de inspetores, antes da chegada da força policial.

É dentro deste contexto extremamente turbulento que chega à colônia o Tenente Sá Queirós; finalmente, em novembro de 1867, o pedido de Rheingantz foi atendido. A primeira atitude da autoridade policial é aumentar a vigilância: decretos são expedidos e o rigor aumenta; a revolta dos colonos também. Para eles, Sá Queirós não representava uma autoridade policial, mas sim um intruso trazido por Rheingantz. O Tenente logo percebe que sua força era ínfima frente à organização e revolta dos colonos. É o que ele expõe ao Presidente da Província, em carta datada de dezembro de 1867:

À noite (...) houve uma reunião, em casa do colono José Pons, perto de minha residência de grande número de colonos, onde embebedaram-se, deram muitos tiros, fizeram-me desafios e não lhes pude ser bom, nem fazer respeitarem-me, porque infelizmente não sou autoridade policial e mesmo a reunião era superior a força de meu comando, que além de ser diminuta está quase toda desarmada e a pé. Pois bem Sr., meia dúzia de turbulentos embriagados não me farão recuar do cumprimento de meus deveres, por que me havia fazer respeitar ainda que me custasse a vida. Assim pois vejo-me

²⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo documental: Imigração e colonização. Caixa: 37. Maço 72. Estante: DT-07. Ano: 1867.

(...) sem força suficiente, sem armamentos, sem cavalos para o serviço e sem autoridade neste lugar, porém assim mesmo não deixarei de garantir o lugar que ocupo confiado por V. Excia. e peço a V. Excia. que se digne levar este destacamento a mais de trinta praças, e estas do corpo policial, porque (...) nenhuma confiança deposito nos doze praças da Guarda Nacional que aqui se acham destacados, porquanto sei que os colonos tentam darem um assalto ao quartel do destacamento, logo que aja qualquer oportunidade e ontem até depois de 2 horas da madrugada estive com o destacamento pronto para repelir qualquer insulto, tendo apenas cinco praças armados²¹.

Recém chegado a este ambiente hostil, Sá Queirós percebe que sua situação não é das melhores - conta com poucos homens, e não confia neles; está sem cavalos, sem armas e sem o mais importante: sem autoridade, como ele próprio observa – os colonos não o respeitam. Tentou publicar um edital, talvez com a intenção de intimidar os colonos, mas o resultado foi inverso - só aguçou a sua ira. Fator importantíssimo a ser destacado, também, é a data da correspondência: 15 de dezembro de 1867. Ou seja, pouco mais de uma semana depois a “paz armada” dá lugar ao confronto aberto. Sua previsão sobre a tomada do destacamento estava absolutamente correta.

Simultaneamente a isto, certamente motivado pela presença de Sá Queirós, Rheingantz aumenta os juros de 6% para 12% e ameaça com prisão quem se manifestasse contrário a isso²². Essa dupla atitude autoritária parece ter sido a “gota d’água”. A paciência dos colonos se esgotou e a revolta saiu do papel.

No dia 23 de dezembro de 1867 ao redor das 16 horas apareceu diante da casa de Rheingantz um grupo de mais ou menos 200 homens que antes disso haviam atacado e desarmado os policiais. A maioria estava armada e alguns até bêbados. Eles pediram que Rheingantz os recebesse. O pedido não foi aceito e imediatamente foram fechadas todas as portas e janelas. Seguiu-se uma chuva de balas e pedras contra a casa e a porta principal foi derrubada. Rheingantz havia se escondido no porão e não foi achado imediatamente. Ele somente apareceu quando alguns dos revoltosos ameaçaram incendiar a casa. Rheingantz foi obrigado pelos manifestantes a assinar uma declaração por eles ditada. Neste momento ele se comprometia, entre outros, a cobrar somente 200.000 e 250.000 Réis por lote de terra que ele havia vendido e de devolver todo o dinheiro que houvesse cobrado a mais. Além disso, ele deveria prometer que mandaria novamente medir as terras por sua própria conta. Depois disso Rheingantz foi preso na cadeia da colônia. A sua família, o oficial e os policiais foram obrigados a abandonar São Lourenço. A família Rheingantz foi para a cidade do Rio Grande para onde também se mudou, depois que o governo da província tomou o controle da situação (CUNHA, 1995, p. 188).

²¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fonte documental: Polícia avulsa. Caixa: 72. Maço: 144. Estante DT-11. Ano: 1867.

²² CUNHA, 1995, p. 187-188

É deveras interessante o acréscimo de Jorge Luiz da Cunha, sobre o fato de que Rheingantz teria sido preso por estes colonos²³. Enquanto a história oficial aponta para um movimento desorganizado, comandado por baderneiros sem fins específicos, os documentos que citamos apontam para imigrantes engajados, conscientes e indignados com a sua situação no país. Os colonos, mesmo que por pouco tempo, tomaram o poder e o controle da colônia, derrubando a ordem estabelecida, que tanto lhes desagradava. Trata-se de uma atitude extremamente politizada. O fato de estes imigrantes ainda não possuírem plenos direitos políticos não muda este quadro, pois não significava que eles não lutassem por seus direitos e não contestassem a ordem vigente, centralizada (neste caso) na figura do diretor da colônia. Isto contradiz uma longa tradição historiográfica municipal e regional: a primeira, por descrever a relação de Rheingantz com os colonos como “quase patriarcal”; e a segunda, por apresentar os teutos, e seus descendentes, como figuras afastadas e desinteressadas dos processos políticos locais²⁴. Apesar de todos estes aspectos que evidenciam a consciência deste grupo de colonos, eles não são o melhor exemplo para os futuros cidadãos de São Lourenço do Sul - ao menos, segundo a ótica dominante -, pelo simples fato de terem desafiado a ordem estabelecida. Este poder, antes representado por Rheingantz, foi contestado, combatido e retirado à força por estes colonos: deve-se evitar que a história se repita neste aspecto. Por isso, eles foram tão depreciados pela historiografia oficial – “simplesmente”, para evitar que estes “agentes subversivos” inspirem novos rebeldes.

Após a revolta e a fuga da Família Rheingantz para Rio Grande, o governo sente a necessidade de investigar o que está ocorrendo, e envia para a colônia o Barão von Kahlden - chefe da polícia provincial. Isto é narrado pela história oficial. O que não consta nestas páginas é que 143 colonos ingressam na justiça contra Rheingantz²⁵. Para uma população de aproximadamente 1700 pessoas, temos cerca de 8,5 % dos imigrantes apresentando queixas contra o empresário. Mas, como entraram na justiça apenas os líderes de família, esse número cresce ainda mais - visto que havia cerca de 400 famílias²⁶ - chegando a um índice superior a 35% da população. Ora, será que todas estas 600 pessoas - os 35% que apresentaram querelas

²³ A história oficial narra apenas que, após a revolta, a Família Rheingantz abandonou a colônia (rumo à Rio Grande) sem dar maiores detalhes sobre o assunto.

²⁴ “Há uma longa tradição que atribui aos gaúchos de descendência alemã um total desinteresse pelos destinos políticos do Rio Grande do Sul e do Brasil. No mínimo até a Segunda Guerra, se falava com muita frequência de ‘quistos étnicos’, verdadeiras ‘ilhas estrangeiras’, que eles formariam dentro da sociedade gaúcha, totalmente afastados e desinteressados por aquilo que acontecesse ao seu redor, pois estariam só pensando em si próprios e na sua ‘verdadeira pátria’ distante, a Alemanha” (GERTZ, 2004, 78).

²⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo documental: Imigração e colonização. Caixa: 37. Maço 72. Estante: DT-07. Ano: 1869.

²⁶ Incluem-se aí aqueles que vieram solteiros da Alemanha e ainda não haviam constituído família.

- teriam sido manipuladas pelos (seis) intrusos descritos por Rheingantz? Ou seriam 600 intrusos? Ou será que suas queixas realmente têm alguma procedência?²⁷

Em abril de 1869, ainda exilado em Pelotas, Rheingantz descreve ao Presidente da Província sua situação longe da colônia – (lamento profundamente) o “estado de desordem em que chegou esse estabelecimento e que me obrigou a retirar-me daí sem ter podido voltar até hoje por receio dos turbulentos²⁸”. Um ano e meio após os incidentes da revolta, e Rheingantz ainda não podia voltar para sua colônia, temendo novos protestos. Na história oficial, porém, não há registro sobre o tempo total de seu “exílio”; é relatado simplesmente que após a revolta começaram as investigações, foram presos os responsáveis, e, após pesar prós e contras, vencendo ressentimentos, Rheingantz retomou a administração da colônia, tratando de ampliar os limites territoriais da mesma “e tudo voltou a ser como era antes...”.

Alguns meses mais tarde, em novembro de 1869, o jornal “*Algemeine Auswanderungszeitung*”, noticiava que na Colônia de São Lourenço havia novamente paz e ordem²⁹. Isto, porém, não durou muito tempo – talvez, jamais tenha existido. No relatório anual de 1874³⁰, apresentado por Rheingantz ao Presidente da Província, o diretor da colônia tenta sensibilizar seu destinatário clamando novamente por uma autoridade que possa punir os infratores que, segundo ele, escapam ilesos pela certeza da impunidade. Neste relatório fica claro que o conflito não pode ser delimitado tendo por base a “Grande Revolta”, nem anterior, nem posteriormente; afinal, ele foi redigido mais de sete anos após o fatídico episódio, e o clima seguia instável. Fica claro, assim, que a situação era muito mais complexa do que se supunha oficialmente...

Por fim, vale citar uma carta enviada e publicada pelo Jornal do Comércio, de Pelotas, escrita por alguém que não quis se identificar e que faz duras críticas aos métodos utilizados por Rheingantz durante sua administração.

A Colônia S. Lourenço continua a dar demonstrações de quanto sofre com a falta tão sensível de força pública, pois dispõe de dois policiais. O Sr. Rheingantz, visando apenas às próprias conveniências, não trepida em lançar mão da força armada, para invadir a propriedade alheia, chegando até a afrontar a própria autoridade, cujo respeito e segurança individual não encontram desagravo, tendo, como tem apenas dois homens para sua garantia.

²⁷ Vale lembrar que a própria revolta contou com a participação de cerca de 200 colonos; ou seja, mais de 10 % da população da colônia protestou em frente à casa de Jacob Rheingantz neste dia.

²⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo documental: Imigração e colonização. Caixa: 37. Maço 72. Estante: DT-07. Ano: 1869.

²⁹ CUNHA, 1995, p. 188

³⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo documental: Imigração e colonização. Caixa: 37. Maço 72. Estante: DT-07. Ano: 1875.

Há pouco tempo o Sr. Rheingantz, supondo-se rei absoluto, manda abrir uma picada em terreno de propriedade do Sr. Simão Soares, de quem é procurador seu genro o Sr. José Bernardino Soares, que dirigindo-se ao zeloso subdelegado de policia Sr. Joaquim Xavier de Carvalho, participou o ocorrido e obteve ordem para proceder novamente a tapagem da dita picada, o que foi feito.

No dia 12 do mês de passado, porém, por ordem do Sr. Rheingantz, 24 alemães armados e bastante ébrios, depois de novamente abrirem a dita picada, dirigiram-se a casa do Sr. José Bernardino Soares, a tomar-lhe satisfações acerca do seu procedimento, em relação a ter fechado a picada em questão, e o Sr. Soares comunicou-lhes que havia assim procedido autorizado pelo Sr. subdelegado, a quem se queixara.

Então, os 24 alemães, sempre armados, acompanhados pelo Sr. Soares, tiveram a coragem de dirigirem-se àquela autoridade e, segundo consta, chegaram a ameaçá-la.

A ser isto exato, é o maior escândalo que se pode dar, muito mais partindo ele de estrangeiros que tem por dever restrito respeitar nossas leis.

Informam-me que o Sr. sub-delegado de policia fizera auto de corpo de delito nos estragos causados na abertura da picada e prossegue nas mais providencias no sentido de responsabilizar os autores do abuso.

(Há) Ainda mais.

Ao amanhecer de 7 do corrente achando-se ausente o Sr. José Bernardino Soares, foi a sua casa incendiada perdendo-se tudo ou quase tudo que nela existia.

Será este lamentável desastre filho da casualidade (!) ou da vingança vil e mesquinha.

É o que não se pode garantir, por falta de provas. Contudo, a pública opinião, errônea ou não errônea, julga já o incêndio como um crime e aponta o nome de seu autor ou mandatário. O passado quase sempre é a garantia do presente.

Escrevendo estas linhas, tive por fim fazer conhecer ao amigo redator do jornal a triste situação de S. Lourenço, e pedir-lhe para levá-la ao conhecimento das autoridades superiores da província³¹.

Como a carta não foi assinada, nem há uma menção no jornal sobre seu autor ou sua origem, podemos levantar algumas hipóteses: seu autor, provavelmente não era alemão; ao afirmar que os “estrangeiros (...) tem por dever restrito respeitar nossas leis”, este escritor se acusa como um não-estrangeiro; logo, ele deve ser um brasileiro, provavelmente de descendência lusitana. Ou seja, Rheingantz não estava tendo problemas apenas com os imigrantes alemães que trouxe para sua colônia; os luso-brasileiros, que “entraram” em seu caminho também tiveram rixas com ele e, igualmente se mostraram insatisfeitos com seus métodos administrativos. Além disso, esta carta publicada no “Jornal do Comércio” acusa Rheingantz de intimidar e atacar a família Soares, com seus “24 alemães ébrios”. Trata-se de uma mudança na estratégia do próprio Rheingantz; pois, até então, ao menos no que se deduz das cartas citadas neste artigo, o fundador sempre assumia uma postura defensiva, “acuada”

³¹ Jornal do Comércio. Pelotas. Ano: VII. 19 de março de 1876, p. 2.

ante a ameaça dos colonos. O que não mudou, no entanto, é a imagem que os “correspondentes” fazem de Rheingantz; desta vez, o irônico remetente o classifica como “rei absoluto”; de certo modo, não deixa de ser uma imagem semelhante ao “patriarca” de Coaracy. Afinal, na teoria do direito divino dos reis (absolutistas), o monarca é o pai do povo...

Pode-se dizer que a colônia estabeleceu uma série de normas próprias, concomitantes às leis imperiais e/ou provinciais, estabelecidas para as características peculiares deste “povoado”. Neste mundo paralelo, particular, Jacob Rheingantz surge como o diretor deste “universo”, ou seja, como o poder estabelecido local. Quando surge a crise e sua autoridade é contestada, ele tem que procurar alguém acima, mais poderoso que ele, ou seja, o Presidente da Província; é através de diversas reclamações suas, quanto a problemas referentes à segurança na colônia, que Rheingantz consegue a vinda do Tenente Sá Queirós. Talvez tenha imaginado que, desta forma, resolveria a questão. Ledo engano! A situação só piorou e o próprio Sá Queirós sentiu que sua autoridade era ínfima frente à revolta dos colonos. Quando previu o pior, a quem procurou se não o mesmo Presidente da Província? Esta mesma estratégia foi igualmente utilizada pelos colonos; espertamente procuraram denunciar os prejuízos que sentiam estar sofrendo. Quem sabe não idealizassem que o afastamento de Rheingantz do posto de diretor não resolveria seus problemas?

Quanto à Grande Revolta, ela só foi a extrapolação de uma situação que já vinha se tornando insuportável desde a chegada dos primeiros colonos: propagandas enganosas feita na Europa, promessas que não foram cumpridas, falta de esclarecimento sobre o funcionamento da colônia e de sua própria condição jurídica no Brasil... Some-se a isto, a imagem tirânica com que Rheingantz parece ser visto, e os colonos passam a ter um inimigo real em quem descontinuar suas frustrações; afinal, foi ele quem os trouxe para esta situação.

Os anos passaram e a maioria destes conflitos foi esquecida. Muitos colonos tornaram-se forasteiros. Muitos querelantes viraram baderneiros. E, um diretor contestado e perseguido tornou-se herói. É através dessa uniformização do passado, onde só há espaço para a visão hegemônica, que se organizou o discurso da história oficial. O esquecimento proposital de certos documentos, combinado com a utilização estratégica de outros, somado a uma campanha em prol de certos personagens, induz o leitor a acreditar neste passado habilmente fabricado. Esta “violação brutal da memória” dociliza a população e a transforma em um brinquedo na mão de determinados grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaudi*, V. I: Memória – História. (Portugal), Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984.

BÖHLKE, Moacir. *A colônia particular de São Lourenço: seu contexto dentro do processo colonial do Rio Grande do Sul*. Pelotas, Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Pelotas: 2003.

COARACY, Vivaldo. *A colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz*. São Paulo: Saraiva S.A., 1957.

COSTA, Jairo Scholl. *Origens históricas do município*. In: *São Lourenço do Sul 1884-1984*. São Lourenço do Sul: Corag, 1984.

CUNHA, Jorge Luis da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation: ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Santa Cruz do Sul: UNISC / Gráfica Léo Quatke, 1995.

GERTZ, René. *Os gaúchos de descendência alemã e a vida política brasileira*. In: Jorge Luiz da Cunha (Org.). *Cultura alemã – 180 anos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

IEPSEN, Eduardo. *Jacob Rheingantz e a colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Orientador: Martin Norberto Dreher. São Leopoldo, 2008.

JABOUILLE, Victor. *Iniciação à ciência dos mitos*. Lisboa - Portugal: Editorial Inquérito, 1994.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A construção do herói no imaginário brasileiro de ontem e hoje*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RAMOS, Maria Bernardete. *Caliban e Ariel, acerca do anti-herói brasileiro. O Brasil varonil e a política de raça*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RHEINGANTZ, Carlos Guilherme. *Colônia de S. Lourenço. Histórico de sua fundação por Jacob Rheingantz*. Rio Grande: oficina da livraria americana, 1907.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Os museus da imigração no Cone Sul: espaços de memória e de representação¹

Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos²

Em Santiago do Chile, em janeiro de 2001, no VII Seminário Internacional *Campos, métodos e paradigmas: o novo nas Ciências Humanas e Sociais*, promovido pelo da USACH, apresentamos pela primeira vez um texto que trazia como mote o tema dos Museus enquanto campo de pesquisa. O estudo tinha por objetivo discutir a viabilidade e a adequação da pesquisa histórica no espaço museológico. Com tal proposta queríamos mostrar que os Museus poderiam ser locais possíveis de leitura e de observação da sociedade. Nestes espaços, dizíamos, as pesquisas seriam feitas através de projetos desenvolvidos a partir das diferentes leituras da realidade que os Museus nos pudessem possibilitar. De lá para cá muitos outros textos foram escritos e agora estamos desenvolvendo um projeto³ que analisa as “marcas” da imigração nos Museus dedicados aos distintos grupos étnicos que vieram para o Brasil e os países do Cone Sul nos séc. XVIII, XIX e XX. Este texto é, portanto, parte da pesquisa que desenvolvemos e que busca analisar como as memórias imigrantes são exibidas nestes espaços. Ou seja, queremos verificar como os Museus constroem o discurso sobre os imigrantes a partir dos objetos doados pelos próprios imigrantes aos espaços museológicos. O contexto em que nossa pesquisa está inscrita apresenta muitas variáveis analíticas, mas em suas grandes linhas está inserida no contexto do imaginário e das re(a)presentações sobre a imigração.

O cenário da imigração/emigração e a experiência vivenciada por diferentes grupos (alemães, italianos, poloneses, judeus, japoneses, árabes e outros grupos) deram aos países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile) como área receptora de imigrantes, características próprias e uma cultura marcada pela influência dos países

¹ Uma outra versão deste texto foi apresentada na IX Reunião da ANPUH/ RS, ocorrida na UFRGS em julho de 2008.

² Doutora em História pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em História e do Curso de Graduação em História da UNISINOS.

³ Patrimônio, Memória e História: as “marcas” da trajetória imigrante nos países do Cone Sul – um estudo comparado. São Leopoldo: UNISINOS, 2006-2009.

originários. Esta influência aparece entre outros lugares, nos fragmentos existentes nos Museus, que passaram a abrigar uma memória migrante, oriunda desse processo histórico e cultural que foram as migrações internacionais.

O foco na construção da memória migrante a partir de objetos expostos em Museus da Imigração busca responder perguntas como: os Museus construíram/vêm construindo a memória dos imigrantes a partir dos objetos (fragmentos da cultura material/imaterial) doados por estes mesmos imigrantes a estas casas de memória? Quais as “marcas” que estes Museus destacam? Da sociedade receptora? Da sociedade originária? Que outras “marcas” são destacadas?

Como espaços portadores de historicidade, os Museus representam, entre outros aspectos, vontades, poderes, memórias e imaginários e trabalham com representações construídas através de fragmentos da cultura material que por sua vez estão ligados à vida de personagens ou às histórias locais, regionais e nacionais. Expressar grandeza, poder e vontade política, celebrar, buscar uma ou muitas identidades e impedir o esquecimento, são ações que levam à criação de instituições museológicas dependendo do momento histórico pelo qual passa a região, a cidade, o país. Neste sentido podem imperar vontades de grupos específicos ou a vontade política de algum governante. A par desta postura que diz respeito aos acervos museológicos, verificamos também que os edifícios que abrigam tais acervos não são, necessariamente, construídos com a finalidade de abrigar memórias. Podem ser espaços cuja historicidade esteja ou não ligada à memória do acervo que abriga e, no caso, possuir uma memória individual própria, inserida no conjunto da História Regional ou Nacional. A edifícios com história própria no conjunto do Patrimônio Cultural preservado e tombado, agregar-se-á portanto, o valor do acervo museológico ali fixado.

Um Museu, conforme define Moreno (1996:72), *é uma instituição que coleciona, documenta, preserva, exhibe e interpreta evidência material [ou imaterial] e informação associada, para o benefício público*. Ou seja, um Museu organiza os mais variados acervos, desenvolve estudos e pesquisas sobre os mesmos e depois os expõe, usando para isso uma linguagem própria. No espaço museológico, portanto, é que a cultura material/imaterial é elaborada, exposta, comunicada e interpretada. É no acervo (Osório: 2000, p.67), porém, que está o coração do Museu. É ele quem explicita a finalidade da Instituição assim como a

vontade de seus organizadores. É no acervo que os objetos são elaborados (recolhidos, limpos, acondicionados, restaurados, catalogados). Esta elaboração da cultura material/imaterial não é uma atitude neutra. Ela possui uma carga de subjetividade oriunda do grupo que a elabora. Dentro das finalidades do Museu e do acervo geral recolhido, os responsáveis priorizam aspectos e peças. Ao fazê-lo sublinham também objetos que foram preteridos. Essa constatação nos leva a dizer que a elaboração da cultura material não é uma atitude ingênua ou neutra, porque tal elaboração possui uma carga de subjetividade oriunda de quem a elabora. Do mesmo modo, uma exposição é carregada de significados. Uma exposição sobre a temática da emigração/imigração, por exemplo, será portadora de discursos e preñhe de representações sobre tais grupos étnicos, uma vez que a ação de exhibir significará também re(a)presentar e explicar. O fio condutor da interpretação é a expografia, pelo seu caráter conceitual. O resultado, ou seja, a exibição compreendida na expografia será vista, neste caso, como um exercício conceitual.

Sendo, ao mesmo tempo, lugar da memória e espaço de (re)elaboração e re(a)apresentação dessa memória (e portanto dinâmico) um Museu, em sua organização, expressa diferentes aspectos da sociedade em que está inserido, relacionando os objetos expostos com o que foi produzido e guardado por tal sociedade e, ao mesmo tempo, fazendo uma interpretação desta mesma sociedade.

Todas as sociedades produzem objetos, quer em escala artesanal, quer em escala industrial. Isto não torna os objetos produzidos necessariamente peças de Museu, mas quando tais artefatos, retirados do convívio do grupo por vontade do próprio grupo, são recolhidos aos espaços museológicos, há uma mudança de perspectiva e é, quase sempre, indicativo de que a comunidade ou o grupo familiar produtor ou possuidor desse fragmento está buscando preservá-lo. Ou seja, o grupo quer imprimir a “marca” da sua cultura [ou a forma como quer ser lembrado] através do artefato, na sociedade em que está inserido.

Assim sendo, os artefatos, descontextualizados ou como parte de uma coleção, quando são colocados no Museu são elevados à condição de peças únicas ou distinguidas e entram num outro processo, que é o processo museal. Nesse novo contexto, depois de catalogados e estudados serão expostos sozinhos ou com outros objetos, criando-se uma outra linguagem para reinscrevê-los na mostra. Aquelas memórias compostas por cartas, fotos, louças, jornais, roupas, livros, receitas, saberes e fazeres depositada no Museu pelas

famílias, será musealizada a partir de um conceito expográfico e (re)contará a história desses imigrantes. Os objetos retornarão ao público com uma outra dimensão de análise e com a função de memória, de recordação, de re(a)presentação de uma etapa, de um momento da vida de um grupo de imigrantes. Para Ulpiano Bezerra de Menezes, “*não compete mais ao museu produzir e cultivar memórias e sim analisá-las, pois elas são um componente fundamental da vida social*” (1994: 14). Uma exposição, como fruto de uma pesquisa, portanto, tem sempre algo para dizer, uma vez que toda exposição tem um discurso implícito ou explícito, e é preciso que o mesmo seja comunicado ao público visitante, que é a outra face do trabalho museológico. Comunicar através de objetos tridimensionais é um dos objetivos dos Museus e comunicar, pela exposição exige conhecimento por parte de quem expõe. Exige, portanto, um trabalho de pesquisa que é anterior, de bastidores.

Maria de Lourdes Parreiras Horta destacou que *como qualquer instituição social, os museus se baseiam num sistema de trocas, de veiculação e de circulação de informações, de mensagens e discursos de bens materiais e imateriais*. (1994: 9/10).

Qual é o fato central do Museu? Qual é o objeto de estudo da museologia? O fato central é o momento em que os objetos previamente selecionados e exibidos são observados por alguém. É um momento de comunicação, mediado por aqueles que criam, selecionam e mostram o objeto. Este, por sua vez, é colocado ali para ser visto, com uma intenção, com um propósito. Ao falarmos nos Museus da imigração estamos falando também de determinados atores sociais: os imigrantes.

E quem são, em última análise, os imigrantes? De quem falo quando os nomeio? Na busca desta resposta procuro palavras que os signifiquem. Quando falo no **emigrante**, estou falando de alguém que *deixou um país, geralmente o de origem, para ir estabelecer-se em outro* (1998, p. 783). Já **imigrante** é palavra cujo significado é ligado ao ato de *entrar num país estrangeiro, para nele viver* (1998, p. 1129). Emigrar, nessa perspectiva, é cortar laços, é cortar o cordão umbilical. É deixar para trás um tipo de vida e tudo que ela envolve. Ser imigrante, por seu turno envolve o desconhecido, o novo. Pressupõe o ‘vou ocupar um lugar que ainda não sei qual é, num país onde nunca estive e sobre o qual tenho muitas expectativas’. Viver num novo país traz consigo uma carga diferente e diferenciada para o imigrante, pois o obriga a pensar-se como ‘o outro’, a ter que se adaptar/readaptar.

Tomada na perspectiva de Sayad (1998), a imigração *é em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço [...] físico* (1998:15), o que nos permite dizer que ser imigrante é, fundamentalmente, ser de outro lugar. É ser percebido como um estrangeiro no país de adoção e nessa condição, de ‘viver provisoriamente’ nesse país. Como apontou o mesmo autor, *o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa* (1998: 16). Um imigrante, para Sayad é, então, alguém que deixou sua terra natal para buscar trabalho noutro país e lá, marcado como estrangeiro viver provisoriamente, com a esperança de voltar (embora na maioria das vezes saiba que não voltará). Nesse sentido, a imigração é uma experiência que nos parece nostálgica. Lopreato (1998:143), por exemplo, diz que os emigrantes *não deixaram a Itália como italianos, mas como genoveses, venezianos, sicilianos e que só descobrem quem são depois de sua chegada à América.*

Justifica-se então dizermos que quando empreendeu o movimento de emigração, o emigrante fez mais do que um deslocamento físico. Ele trouxe consigo bagagens onde estavam as coisas pessoais, as roupas e os objetos. Suas malas, em geral baús traziam pertences de diferentes valores. Alguns, entre eles tinham valor simbólico, porque ligados às histórias pessoais do grupo que se deslocou. Mas o emigrante não carregava uma bagagem simbólica e outra concreta, real. Ele trazia consigo nesta bagagem simbólica as lembranças da terra que deixou e também imagens da partida que agora estavam retidas na memória. Trazia ainda diferentes objetos que aqui vão passar a ter um outro valor: o de lembrança dos familiares e do mundo deixado. O mesmo acontecerá com seus livros de receitas e de bordados, bandeiras, móveis, objetos de trabalho, e outros que passarão agora a ser objetos portadores de uma outra memória. O espaço dos deslocamentos, portanto, não fora somente físico, ele era também social, político, econômico e cultural.

É nesse recorte que a *memória* ocupará um lugar significativo e, como diz Catroga, *só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias* (2001: 48), calcadas nas lembranças provocadas por vestígios do passado. Por isso, *o seu conteúdo é inseparável dos seus campos de objetivação e de transmissão – linguagem, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos – e dos ritos que o reproduzem* (Catroga, 2001: 48). As lembranças comuns e as repetições rituais como as festas familiares, assim como a

responsabilidade de transmitir esta herança serão fatores fundamentais para a construção de um sentimento de pertença ao grupo e para a construção de uma identidade. Nesse recorte se inserem também os *Museus*. Eles são os lugares de guardar a memória e ao mesmo tempo de re(a)presentação dessa memória para o público.

Sendo instituições que contam com equipes especializadas, sede de caráter fixo e são responsáveis pela aquisição, preservação, pesquisa e exposição dos testemunhos [materiais e imateriais] da cultura dos grupos, os museus têm uma historicidade própria cuja origem remonta à Grécia antiga, passa pelos gabinetes de curiosidades, se alarga com as discussões sobre o Estado-nação e a memória nacional e chega ao final do século XX buscando ampliar sua área de atuação através de múltiplas ações educativas e da apropriação democrática da cultura pelas comunidades. Alguns trabalhos produzidos nas duas últimas décadas refletiram estas mudanças tanto na forma de pensar os espaços museológicos em relação à sociedade em geral quanto na forma de apresentar suas exposições.

O sentido ideológico e discursivo da exposição ou do acervo dos museus, hoje, deve ser repensado ou substituído por outros símbolos e/ou por outros valores que deverão vir dos interesses da comunidade em que o museu está inserido e a partir da discussão entre vários campos do conhecimento entre os quais o da história, da antropologia, da geografia, da sociologia, da filosofia e da comunicação.

Considerando que os estudos museológicos recolhem as mais variadas manifestações do desenvolvimento humano queremos lembrar que uma civilização se revela por uma série de manifestações, fatos, acontecimentos. Ela é um fio condutor ligando as gerações umas com as outras e dando um caráter de continuidade à vida. Por outro lado, as semelhanças e as diferenças entre os povos se traduzem também pelas suas manifestações espirituais. Assim, o desafio que se impõe hoje para o historiador que toma o museu como seu objeto de pesquisa, é o de investigar a importância cultural e a inserção social e política do museu em uma dada sociedade e em determinada época, explicitando correspondências com suas legitimidades intelectuais e questionando a revalorização e revitalização de algumas heranças do passado. Para que o processo acima descrito se desencadeie e o historiador possa trabalhar com o discurso contido nos objetos e/ou nas

instituições museológicas é necessário que ele reconheça o museu como portador de discursos e de práticas culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CATROGA, F. Memória e história. In PESAVENTO, S. J. *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p.43-69.

HORTA, M. L.P. Semiótica e museus. In *Estudos de Museologia*. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

MENEZES, U. B. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: USP, vol. 2, 1994.

MICHAELIS. *Moderno Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MORENO, L. G. M. Qué es un museo? In *Cuicuilco: Nueva museologia mexicana* (primera parte). Revista de la Escuela Nacional de Antropología e Historia. Nueva Época, 1996, p. 59-104.

OSORIO, E.D. 'Conservação em Museus', in LEAL, Elisabete e POSSAMAI, Zita Rosane (Orgs.). *Musologia Social*. Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

RAMOS, E.H.C.L. *Patrimônio, Memória e História: as "marcas" da trajetória imigrante nos países do Cone Sul – um estudo comparado*. São Leopoldo: UNISINOS, 2006-2009. Projeto em andamento.

SAYAD, A. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

Na lente de lá, a imagem de um Brasil entre o imundo e o civilizado

Enildo de Moura Carvalho

Introdução

A antinomia civilização e barbárie pressupõe a delimitação do espaço de ocupação das sociedades ocidentais em dois segmentos. Ao restringir o instinto e a natureza de si, o civilizado se anuncia integrado ao mundo, “é alguém no mundo”, ao passo que o incivilizado, descrente na segurança, na regulação normativa, acaba por reclamar a impureza, a instância aquém do mundo, o que faz de si um “(i)mundo”¹. Na esteira desta antinomia decorrem algumas de suas congêneres – razão/desrazão, normal/anormal, tradição/modernidade, as quais, invariavelmente são aplicadas pelas ciências sociais, especialmente quando o assunto é a formação cultural brasileira.

Neste sentido, este texto pretende construir uma análise a partir da confrontação de textos de alguns autores estrangeiros em suas viagens pelo Brasil – viajantes e brasilianistas – com os de autores brasileiros que, ao residirem no exterior, dialogam acerca do Brasil e sua formação.

A possibilidade desta investigação segue a idéia recorrente de posicionar a formação brasileira entre a imagem da civilização, leia-se modernidade versus tradição, ou dizendo com outras palavras, do pertencimento ao “mundo” versus ao “imundo”. Neste sentido destacamos três autores e textos ocupados em relacionar o Brasil com os indicativos da modernidade e tradição: Georg Von Schafer, em seu livro de 1824 – cujo olhar ainda requer maior atenção da historiografia brasileira – Richard Morse, quando de sua permanência no Brasil na década de 1940 e o ensaísta brasileiro Vianna Moog, em observações acerca do Brasil, especialmente no período em que esteve a serviço do governo brasileiro em organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU).

Elege-se, portanto, ainda que de maneira arbitrária, três autores, (um europeu, um norte-americano e um brasileiro), de modo a obter-se em dois momentos históricos – século XIX e século XX – três olhares acerca da formação brasileira inserida na antinomia moderno/tradição.

Proveniente de regiões que mais tarde formariam a Alemanha, Von Schafer realizou algumas viagens iniciais ao Brasil, até fixar-se no país no período da independência brasileira, em 1821. Na ocasião, Schafer foi contratado pelo governo imperial com a atribuição de formar uma tropa de segurança fiel ao Príncipe, D. Pedro I, a partir do recrutamento de

soldados, em sua maioria dentre as levas de imigrantes alemães. Neste caso, Schafer assumia o encargo semelhante ao de ministro de exército, ou de segurança, na atualidade.

Concomitantemente, o viajante programou diversas viagens pelas províncias brasileiras, objetivando melhor conhecê-las e anunciá-las, com retoque propagandista, no meio europeu, especialmente na Alemanha. A intenção principal de Schafer era incentivar a imigração para o Brasil, o que facilitaria o empreendimento militar. Seu livro publicado na Europa em 1824 consistia neste projeto de narrar e vender a imagem brasileira no exterior. Imagem que enaltecia as riquezas naturais do país e condenava os aspectos em desacordo com as inovações européias, tais como vazio demográfico, trabalho escravo e sinais inexpressivos de produção no país.

Passados mais de 120 anos da presença de Von Schafer no Brasil, outro viajante, o norte-americano Richard Morse chegou a São Paulo na década de 1940. Semelhante ao viajante europeu, Morse ocupou-se em analisar a formação brasileira e confrontá-la com outras sociedades, notadamente a de seu país, os Estados Unidos. Em seu livro “O espelho de Próspero” (MORSE, 1988), o autor retratou um pouco deste olhar, um olhar ancorado na discussão modernidade e tradição ibérica. O singular nesta obra, se comparada com outros escritos reconhecidos na intelectualidade brasileira da época, caso de “Raízes do Brasil” (HOLANDA, 1963), é a análise positiva que Morse atribui à herança ibérica na formação brasileira. A positividade do iberismo, neste caso, corresponde a certo descrédito nos indicativos da modernidade.

O terceiro autor desta análise é Vianna Moog, romancista e ensaísta, cujo sucesso literário iniciado na década de 1930, permitiu-lhe reconhecimento no meio intelectual brasileiro o que contribuiu para sua inserção no meio político. Neste terreno, sua projeção se encaminhou pelo ofício de representação do governo brasileiro em instituições internacionais. Em razão disso, manteve contato com outras nações, outras realidades sociais, sobretudo com a formação norte-americana. Neste caso, Moog efetuara o percurso de viagem em sentido contrário. Ao incorporar a condição de viajante brasileiro, o autor ampliou seu enfoque acerca do Brasil no exercício da alteridade, uma vez que se permitiu visualizar sua terra pela lente do outro.

Conceitos modernos na lente do Brasil.

Schafer foi um dos tantos viajantes que visitaram a América, sobretudo o Brasil, com o fim de conhecê-lo e estudá-lo. Na lente desses viajantes (naturalistas) o continente

americano, em geral, espelhava a negação, o inverso da modernização Européia e norte-americana, daí a reação diante da inovação, do desconhecido. Mary Louise Pratt (1999, p. 56 e 57) menciona a intenção predominantemente descritiva e classificatória presente entre os viajantes “naturalistas” dos séculos XVII e XVIII. O “Sistema da Natureza” de Lineu é um exemplo dessa construção, cujos padrões de classificação englobaram diversos segmentos da natureza, aos quais Lineu atribuiu nomenclaturas, reconheceu animais, vegetais e os distinguiu de minerais, que por sua vez, também passaram por definições diversas.

Os estudos de Von Schafer, entretanto, revelam seu pertencimento à geração de viajantes do século XIX, o que não significa o abandono do modelo “relatório descritivo” em nome de uma análise compreensiva. Pratt informa que os viajantes do século XIX reconstruíram a imagem da América, desta vez sob um olhar científico mais afinado, o que os diferenciava dos naturalistas dos séculos anteriores. Mesmo assim, permanecia a descrição do Mundo Novo como se fosse um mundo primitivo, com habitação precária, abundância, acúmulos e inocência dos povos nativos, (PRATT, 1999, p. 220). Com relação ao Brasil, a chegada de Schafer coincide com uma nova realidade histórica gerada pela independência do país; aliás, o tema da independência em relação aos países ibéricos não era exclusividade brasileira. Em linhas gerais, a América Latina estava consolidando sua autonomia política naquela época.

Antes de emancipar-se politicamente dos Portugueses, o Brasil já havia estreitado relações econômicas com outras nações a partir da abertura dos portos em 1808, de modo que o tempo de Schafer não seria mais o tempo de atribuir nomes à flora e a fauna. Por certo, essa característica, a história natural, ainda se manteria, todavia dividindo espaços com uma nova dimensão geopolítica.

O aumento da atividade comercial entre Brasil e Inglaterra foi compensado junto aos franceses, com a possibilidade de recepcionar suas expedições de estudos na costa brasileira. John Chasteen ressalta que não somente os franceses vieram ao Brasil por ocasião da independência brasileira, inúmeros “viajantes, especialmente norte-americanos, ingleses e franceses, afluíram à América Latina. Grande curiosidade cercava os misteriosos impérios que Espanha e Portugal haviam, durante séculos, mantido inacessíveis à maioria dos estrangeiros”. (CHASTTEN, 2001, p. 96).

Esses dois momentos – ação dos precursores naturalistas nos séculos XVII e XVIII, somado a esta espécie de contrapeso científico concedido às expedições francesas na década de 1820 – faziam ecoar o esforço europeu em detalhar o território americano sob o prisma de seus valores e conceitos, notadamente os mesmos conceitos de cidadania, Estado-nação,

níveis de desenvolvimento, dentre outros, discutidos por Schafer, Moog e Morse em seus trabalhos. Segundo Arthur Rambo, Schafer “viajou pelo mundo e pelo Brasil de olhos abertos tanto para a história quanto para a política, os aspectos sociais, culturais e religiosos, como pela geografia, pelas riquezas minerais, recursos vegetais, animais, vias de transporte, potencialidades econômicas”. (SCHAFFER, 2007, p. 15).

Esta mesma preocupação em analisar a formação brasileira sob diversos aspectos também pode ser visto em Vianna Moog, especialmente quando analisamos sua produção ensaística. Em “Bandeirantes e Pioneiros”, por exemplo, Moog se ocupa do ensaísmo comparativo entre a formação sociológica de brasileiros e norte-americanos.

Um dos pontos demarcadores nesta análise entre Schafer e Moog remete ao tempo histórico de um e de outro. Vianna Moog observa a formação brasileira num período superior a um século em relação ao viajante Alemão. Em se tratando de diferença de tempo, o mesmo pode ser dito em relação a Richard Morse, se considerarmos o início de suas pesquisas no Brasil no decorrer da década de 1940.

Se entre o naturalista e o ensaísta havia certa proximidade no estilo de observação, em Morse, entretanto, a lente de observação seguiria o encaminhamento ditado pelas ciências sociais, cujos reflexos decorrentes do fechamento na lente de observação, daí o sentido de especialização, ganham relevo a partir da década de 1940 e 50.

Diante disso, parece irrefutável uma nova possibilidade gerada no olhar dos viajantes naturalistas e outros analistas, trata-se da descoberta do Novo Mundo, cuja exigência corresponde à descoberta de novas possibilidades mentais. Padrões de conhecimento medievais baseados em preconceitos tradicionais, mitologias, confusões verbais, cegueira intelectual, cediam espaço ao método empírico, de experimentos, da hábil e capacitada observação da natureza. Richard Tarnas diz que “uma tal ciência traria ao homem benefícios incomensuráveis e restabelecia seu domínio sobre a Natureza que ele perdera com a queda de Adão”, (TARNAS, 2001, p. 295 e 296). Tratava-se de uma nova ordem de observação, uma ordem fundada na razão.

Neste sentido, o reconhecimento da imagem brasileira na flutuação entre modernidade e tradição tenderia a maior nível de acerto e clareza na medida em que ampliasse a inserção da pesquisa e do pesquisador no universo metodológico, logo, ao universo da própria modernidade. Uma das traduções do conceito de modernidade pertence a Alan Touraine,

A idéia de modernidade surge no mundo ocidental com o propósito de unificar, e civilizar o homem moderno. Neste sentido, a razão, a ciência e suas aplicações organizam a sociedade, o Estado-nação e a produção numa perspectiva de desenvolvimento, liberdade e felicidade. Isto possibilitou que um número rapidamente crescente de pessoas pensasse suas identidades em

formas profundamente novas em relação ao período pré-moderno. Era o espaço reservado ao discurso modernizador que se abria com seus sistemas de aferição, de controle e de organização da vida. A esse discurso se juntava a construção histórica a partir do seu surgimento durante o iluminismo. (TOURAINÉ, 1994, p. 9- 18).

Em face disso, pensar o discurso dos três autores no prisma da antinomia tradição e modernidade demanda inscrevê-los na emergência histórica da cultura moderna, a qual se fazia refletir nas concepções destes viajantes no século XIX e XX.

Enquanto Schafer rememora o século XIX e o universo do eurocentrismo, Vianna Moog e Richard Morse pertencem à geração de autores, intelectuais e artistas da Segunda Guerra Mundial, da política de estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos. A partir da década de 1940, surge a política de intercâmbio cultural entre os dois países. Embora sendo um viajante estrangeiro chegado ao Brasil, a exemplo de Schafer, Morse passaria a compor o grupo definido como “brasilianistas”². Vianna Moog, por sua vez, foi aos Estados Unidos, inicialmente, integrando à atividade de intercâmbio cultural, em seguida tornou-se representante brasileiro, atividade que manteve por vários anos.

Ao residir nos Estados Unidos, Moog submeteu as duas formações sociais a uma visão comparativa. Em relatório da ONU de 1963, o autor diz: “uma das minhas preocupações predominante é substituir o estilo bandeirante da formação do Brasil por uma organização social de tipo pioneiro, baseada na comunidade”³. Na lente do ensaísta, tanto maior a possibilidade de desenvolvimento do Brasil quanto mais se espelhar na sociedade norte-americana.

Todavia, no estudo de Morse acerca do Brasil, é o sentido oposto que lhe parece mais aceitável. O pesquisador norte-americano toma carona na contramão do pensamento advogado por Schafer e Moog: “pretendo considerar as Américas do Sul não como vítima, paciente ou problema, mas como uma imagem especular na qual a Anglo-América poderá reconhecer as suas próprias enfermidades e os seus problemas”, (MORSE, 1988, p. 13).

Para Morse os países da América Ibérica formavam o espelho no qual o seu país, os Estados Unidos, deveria se espelhar. Daí o título “Espelho de Próspero” para sua obra, o qual remete a peça “A Tempestade” (SHAKESPEARE, 1954), cuja trama revela o encontro de Próspero – rei de Milão, personagem central da peça – com habitantes de uma ilha perdida. Próspero reconhece os nativos da ilha como pessoas selvagens, pessoas fora do mundo – imundas. Em Morse, os Estados Unidos assumem este papel, o de Próspero, ao deparar-se com as sociedades ibéricas, face o distanciamento cultural entre anglo-americanos e latinos americanos – matriz moderna e matriz tradicional. Entretanto, é nesta distância que Richard Morse centraliza sua discussão.

Para o autor, nem a tradição marxista, nem a ordem liberal democrática norte-americana mobilizam os Ibero-americanos quanto à possibilidade humanista, conforme percebera em seus estudos literários e no contato com autores, como Cervantes. Na Ibero-América existe um “sentido histórico comprometido com a sensibilidade, a solidariedade e, sobretudo a capacidade assimilacionista em oposto aos Estados Unidos”, (MORSE, 1989, p. 77-93). Lúcia Lippi, diz que a temática de Morse passa pelo contraste de duas civilizações e que os Estados Unidos estaria imerso numa crise para qual não tem saídas, daí o desapontamento do autor com a moderna sociedade individualista e racional. Estes fatores, diz a autora, constituem, por certo, a motivação principal de Morse em eleger o iberismo como alternativa para o seu país, (OLIVEIRA, 2000, p. 51).

Ao sugerir o iberismo como matriz cultural à sociedade norte-americana, Morse segue a esteira comparativa de Vianna Moog, embora sua proposta seja oposta. Se para Moog é o discurso moderno do norte-americano que falta ao Brasil; para Morse, são os traços do iberismo que o seduzem, como já seduziram Gilberto Freyre em seu enfoque positivo da tradição ibérica. Freyre também ressalta a positividade da tradição brasileira, especialmente pela permissibilidade na formação miscigenada da sociedade “nossa formação tanto quanto a portuguesa, fez-se pela solidariedade de ideal ou de fé religiosa, que nos supriu a lassidão de nexos político ou de mística ou de consciência de raça”, (FREYRE, 1963, p. 250).

Contra o pensamento de Richard Morse, ecoou o discurso de Simon Schwartzman⁴. Para esse autor, Morse cometeu grave equívoco ao resgatar fundamentos históricos no mundo hispânico – como aparece na primeira parte do livro “Espelho de Próspero” – e aplicá-los ao contexto latino-americano, visando uma conotação de que “nós somos superiores, [de que] temos o segredo da vida e do futuro” (...) “sua visão é idealizada”⁵. Para Simon, Morse se fez acreditar na inverdade de que a contemplação dos Ibéricos no espelho norte-americano os fazia perder sua essência. Que tal essência residiria, antes, no seio da própria América Latina.

Apesar de reconhecer o potencial sedutor do livro de Morse, Simon o acusa de equivocado e danoso em seu conteúdo. Neste sentido, Simon Schwartzman soma forças ao pensamento de Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” e Vianna Moog, no sentido de descrever os níveis de desenvolvimento brasileiro em déficit em relação aos Estados Unidos⁶. É a lógica da “falta”, falta ao brasileiro um sentido de racionalidade progressista.

A construção do Estado nação

Ao discutir o papel dos viajantes no debate da formação brasileira, Vilma Peres Costa (226, p. 34 e 35) menciona a “durabilidade do imaginário” no processo de formação do Estado-nação imperial e sua interpretação entre os séculos XIX e XX. O imaginário brasileiro reconhecia na independência o ponto de partida do país a um cenário de legitimação internacional e construção da identidade nacional. Segundo Lúcia Lippi de Oliveira (2002, p. 09), a literatura daquela época se bifurca em duas vertentes, de um lado, os viajantes registravam o encantamento com a natureza e se chocavam com o escravismo, ao passo que os intelectuais brasileiros se ocupavam no ofício de construir uma identidade para o país recém independente.

A contratação de Von Schafer pelo imperador, sob a orientação de mobilizar um sistema de segurança capaz de conter os focos de manifestações e revoltas contra a independência brasileira, apontava para um sentido anticolonial capaz de obter a ratificação das potências européias. Sobre os opositores à independência do Brasil, Schafer diz: “Sendo portugueses ou estrangeiros, a maioria dos que auferiam grandes proveitos com a confusão na colônia, entende-se facilmente que eles se valiam de todos os meios para manter o Brasil no seu nível infantil”, (SCHAFFER, 2007, p. 80).

Ao descrever a imagem brasileira, Schafer utilizava como referência modelos políticos vigentes na Europa, cuja formação indicava a soberania da maioria dos Estados nacionais. A idéia de independência aparece com certa insistência no discurso do viajante, o que se justifica, em parte, pela participação do mesmo no governo imperial pelo fato de o evento – recente – dominar a cena política. Neste sentido, não são raras às vezes em que o autor amplia suas observações com críticas pessoais,

Quem percorrer o mundo, como o autor, que não o circunavegou simplesmente como ele, mas teve ocasião de observar o interior dos maiores reinos, a ele caem tanto mais em vista as diferenças dignas de nota entre as instituições dos estados na Europa e na América, e quem viajou o mínimo concordará que entre todos os países do Mundo Novo, o Brasil é o mais magnífico, o mais abençoado, que oferece as melhores esperanças. Com orgulho assume-se como cidadão e habitante deste novo e grande império. Sente-se estimulado, depois de se inteirar do seu destino, da situação e das condições, a colaborar com seus conterrâneos no espírito da liberalidade alemã. (SCHAFFER, 2007, p. 29).

O diálogo de Schafer visa caracterizar o Brasil na condição de país livre do jugo lusitano, circunscrito ao poder imperial e este respaldado nos segmentos mais atuantes da sociedade brasileira, de modo a ressaltar as possibilidades de ocupação demográfica, desenvolvimento produtivo e industrial, além de ratificar uma economia de livre mercado. Possibilidades antes inexistentes em razão da submissão do Brasil ao laço colonial e espoliativo de Portugal. “Há incontáveis provas que Portugal não tratou o Brasil

fraternalmente, enquanto lhe pertencia como colônia. Nada mais natural que os brasileiros não considerarem a terra de origem como mãe, antes como madrastra muito má,” (SCHAFFER, 2207, p. 71).

Em face disto, Schafer se mostra defensor dos conceitos emergentes da modernidade. O pensamento moderno pôs a Europa em movimento a partir da convergência de eventos, idéias e personalidades, as quais decorrem do entrelaçamento de três fatores decisivos na cultura moderna – Reforma Protestante, Renascimento e Revolução científica. Segundo Richard Tarnas,

As descobertas de novos continentes trouxeram novas possibilidades de expansão econômica e política, além da conseqüente transformação radical das estruturas sociais européias. Com essas descobertas, havia o conhecimento de novas culturas, religiões e modos de vida, introduzindo na consciência européia um novo espírito de relativismo cético quanto ao do absolutismo de seus pressupostos tradicionais. Os horizontes do Ocidente – geográficos, mentais, sociais, econômicos, políticos – mudavam e se expandiam de maneiras até então inéditas, (TARNAS, 2001, p. 249).

Neste prisma, a moderna constituição do Estado Nação passava gradativamente das leis e poderes herdados e impostos pela tradição medieval para a ação pensada, racionalizada. O Estado “em si era considerado algo a ser compreendido e manipulado pela vontade e inteligência humana”, (TARNAS, 2001, p. 249).

Com argumentos desfavoráveis à empresa colonial portuguesa, Schafer expressa, ao mesmo tempo, seu entusiasmo com a possibilidade modernizadora representada pela transformação da colônia em Império, o que garantia não somente a emergência do príncipe como imperador, mas a elevação do Brasil à condição de Estado Nacional. Com isso começava o levante das âncoras da colônia e da tradição ibérica na formação cultural brasileira.

O olhar do viajante, neste sentido, se revela interessante ao historiador, pois de um lado traduz uma imagem brasileira focada na lente do forasteiro, do observador que chega ao Brasil munido de uma fortuna intelectual construída sob a conceituação emergente na Europa moderna. Por outro lado, indica sua disposição, consciente ou inconsciente, em modular a realidade observada sob um ângulo de duas faces – tradicional ou moderno. Neste caso, os ideais da modernidade deveriam iluminar a formação do Estado Nacional brasileiro e desautorizar, ao mesmo tempo, qualquer herança ibérica. “O tempo da ilusão passara. O Brasil carecia de uma existência independente”, (SCHAFFER, 2207, p. 170).

A civilização por meio da imigração.

A intenção de permitir a entrada da imigração no Brasil a partir da independência, em 1822, segundo Schafer, visava atender demandas inerentes a um país autônomo, começando pelo reconhecimento de si enquanto país, enquanto Pátria, diferente da condição anterior de submissão a Portugal, a qual inviabilizava os sinais de identificação dos brasileiros com sua terra. Schafer acreditava que o imigrante traria consigo valores de patriotismo e assim poderia contribuir na consolidação do Brasil, como estado irmão. A inexpressiva presença de valores morais entre os brasileiros também foi observada por outro viajante, Luiz Agassiz, quarenta anos posterior a Schafer. Agassiz menciona o descompromisso do brasileiro com a civilização, pois “mais parecia um imundo a misturar-se com o nativo da terra. Essa população não é menos pobre em qualidade do que reduzida em quantidade. Apresenta o singular fenômeno de uma raça superior recebendo o cunho duma raça inferior, de uma classe civilizada adotando os hábitos e rebaixando-se ao nível dos selvagens”, (AGASSIZ, CARY, 1975, p. 154).

Neste sentido, no capítulo treze do seu livro “O Brasil como império independente”, Schafer carrega nas tintas visando obter um Brasil o mais colorido possível, de modo que a divulgação de tal imagem pudesse convencer a migração de alemães às terras brasileiras. “Alemão destemido, queres saber o que te espera no Brasil? Então ouça. Em primeiro lugar trata-se de uma terra no Sul, mais quente, onde reinam outros costumes, crescem outras plantas, outros animais, uma outra vida, [...] onde tu e os teus encontram acolhidas logo que desembarcam”, (SCHAFFER, 2207, p. 348).

Débora Bendocchi Alves, estudou algumas cartas enviadas por alemães migrados para algumas fazendas de café em São Paulo, na segunda metade do século XIX. Segundo a autora, tais cartas eram publicadas em periódicos da Alemanha como medida informativa a quem desejasse se transferir para o Brasil, uma vez que havia muitas incertezas em relação ao tratamento dispensado aos recém chegados no Brasil. Paralelo à existência de informações assegurando inúmeras vantagens em se transferir para as terras brasileiras, não faltavam cartas denunciando a espoliação a que muitos imigrantes foram submetidos. “Em 1858 o governo da Prússia, através do escrito de Von der Hydt, proibiu em seu território a propaganda e a atividade dos agentes ligados a emigração para o Brasil”, (ALVES, 2003, p. 156).

De forma mais concreta, o empreendimento de motivar a imigração de alemães para o Brasil atendia a dois desejos do viajante, de um lado facilitaria o recrutamento da força de segurança, por outro permitiria ocupar grandes porções de terras no Brasil. Assim poderiam

estabelecer colônias, e fortalecer a produção e modernização na área agropastoril, uma vez que tal atividade era pouco expressiva na mão do colono português, segundo Schafer. Já o imigrante alemão, traria consigo uma bagagem de conhecimento não só na produção, mas na comercialização e geração de mercado interno. Segundo Agassiz, “Enquanto não for mais densa a sua população, todos os esforços do Brasil para aumentar sua prosperidade só darão um resultado lento e pouco eficaz. Não se deve, pois, estranhar que, logo após a declaração de independência, D. Pedro I houvesse ensaiado atrair imigrantes alemães para o seu móvel império”. (AGASSIZ, CARY, 1975, p. 297).

O princípio de desenvolvimento e progresso é um dos parâmetros do pensamento moderno, daí a emergência da ciência em prol do conhecimento objetivo, da maquinaria, da revolução industrial e da produção racionalizada da terra. Schafer não menciona esta compreensão, todavia indica este alinhamento ao caracterizar a independência do Brasil como divisor entre o período de exploração colonial lusitana e a emergência do Brasil autônomo.

Em certo sentido esta perspectiva em favor da lógica moderna estava presente também em Vianna Moog, especialmente quando ressalta em seu comparativo Brasil/Estados Unidos, o triunfo do Pioneiro calvinista norte-americano no empreendimento de conquistar e desenvolver o Oeste americano, ao que corresponde inversamente os dissabores da aventura bandeirante no interior do Brasil. Empreendimento de ocupação contrário ao Bandeirante, e semelhante ao norte-americano, Moog identifica na ocupação da região norte do Rio Grande do Sul pela imigração predominante de alemães e italianos. Para o autor, esta é a região do Brasil onde mais aparecem os sinais do pioneiro, de produção orgânica, de sintonia com a lógica moderna de desenvolvimento e progresso.

Ao falar da imigração na região Sul do Brasil, Vianna Moog segue o discurso de Schafer, pois analisa a realidade sociológica produzida pela imigração projetada por Schafer há mais de cem anos atrás. No enfoque de Moog a positividade das colônias passa pelos sinais de desenvolvimento produtivo e pela necessária identificação com a nova pátria,

Saibamos dizer aos descendentes de raça germânica que fazem das lendas do Reno o motivo exclusivo dos seus devaneios, aos de origem italiana, polonês ou lusa, que só estremeçam de civismo com as epopéias dos seus antepassados, saibamos dizer aos representantes de todas as correntes humanas a quem o Brasil tem dado agasalho, que é preciso de uma vez por todas, varrer essa errônea concepção de pátria, para se firmar para sempre no Brasil a unidade nacional, pela identidade de tradições, pela unidade de língua, de cultura e de educação, coisas todas do mundo moral, asseguradoras da paz dentro da nação, (MOOG, 1939, p. 130).

Ao assinalar seu entusiasmo com o desempenho das populações migradas para o Sul do Brasil, Moog remete às linhas mestras das sociedades modernas, na medida em que associa

índices positivos de produção e desenvolvimento das colônias com o desejo de vê-las sintonizadas a uma configuração de valores indicativos da civilização.

No enfoque do autor, parece prevalecer um permanente sentido de aferição dos sinais de modernidade e de civilização. Seus escritos, em linhas gerais, não perdem de vista o movimento de aproximação e distanciamento das sociedades ou personagens com seus demarcadores culturais. Numa das ocasiões em que residiu nos Estados Unidos, por exemplo, Moog biografou Abrão Lincoln visando compreender dois perfis quase paradoxais do ex-presidente norte-americano. De um lado, a capacidade política, um líder dedicado à liberdade e ao desenvolvimento de seu país e, de outro lado, algumas de suas características destoantes deste perfil, caso do gosto pelo conhecimento subjetivo, pela filosofia, em detrimento da objetividade e do utilitarismo, do gosto pela contemplação e pelo movimento compassado. Ou seja, Moog identificava dois Lincolns, um alinhado com o universo dos tempos modernos e outro retido em valores que mais pareciam sinais da cultura ibérica.

Em relatório da XVª Sessão da Comissão Social da ONU, em 1963, Moog revela, mais uma vez, seu cuidado com o tema da modernização das sociedades Ibero-americanas, especialmente a sociedade brasileira. Neste sentido, descreve a atuação das delegações e representantes internacionais nos debates acerca de assuntos julgados essenciais naquele organismo, caso da situação social mundial em questões como habitação, construção, planejamento, reforma agrária e desenvolvimento social.

Mais uma vez, Moog parece manter-se alinhado no discurso de Schafer ao compreender que a retenção da Ibero-América, em temáticas de caráter primárias, indica sua incapacidade de libertar-se do iberismo, cuja memória ainda encontra amparo no universo medieval, num tempo anterior à civilização, anterior ao moderno sistema em que o espaço do imundo tende a diminuir. Ao analisar o trabalho de Moog, o brasilianista Thomas Skidmore identifica a expressão da “falta”. Para Moog, “os brasileiros, [...] tinham que adotar a organização, educação e responsabilidade institucional que o rápido desenvolvimento exigia”. (SKIDMORE, 1994, p 44 e 45).

Na lente de Moog, essas prioridades (habitação, educação, desenvolvimento social) não circulam na pauta das nações desenvolvidas, nomeadamente os Estados Unidos, pois já obtiveram o devido tratamento no tempo e na emergência do projeto moderno.

A ética calvinista presente na formação da sociedade norte-americana é retomada por Moog como fator decisivo na modernização da sociedade, a qual corresponde ao discurso de Tarnas: “boa parte da orientação inicialmente espiritual da disciplina protestante concentrava-se em preocupações mais seculares e nas recompensas materiais resultantes de sua

produtividade. Assim, a devoção religiosa sucumbiu ao vigor econômico, que seguiu em frente por si mesmo”. (TARNAS, 2001, p. 268).

Em detrimento da herança ibérica e seus reflexos na formação da sociedade brasileira, Moog visualiza nas populações migradas da Alemanha e da Itália para o Sul do Brasil, a possibilidade de desenvolvimento e modernização conforme as inovações da modernidade, caso da autonomia individual, da responsabilidade em suas crenças e ações, do empenho num futuro mais próspero, da liberdade de acesso ao mercado, daí o comparativo com o pioneiro dos Estados Unidos.

A população descendente de alemães do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul é a referência principal de modernização na lente de Moog. Na biografia inconclusa de Lindolfo Collor, Moog retoma esta questão e assinala as virtudes da origem germânica de seu personagem: “o primeiro ministro do trabalho haveria de sair do Vale dos Sinos, provir de descendentes da imigração e colonização alemã que se instalou em princípio do século passado na Feitoria Velha, para dali irradiar por todo o país. É que foi esta imigração a principal propulsora das mudanças que se vêm operando há cento e cinquenta anos em nossos parâmetros estruturais”⁷.

A respeito da origem da imigração, Lúcia Lippi de Oliveira alerta que “o grau de estranhamento [do imigrante] depende de muitas variáveis: o lugar de onde se veio, as razões da imigração, a situação de viajar em família ou só”. (OLIVEIRA, 2002, p. 13). Em certo sentido, Moog associa o imigrante ao ser estrangeiro, sobretudo alemão, pois reconhece nas colônias sulinas a existência de valores que lhes fazem singulares em relação ao Brasil.

Em Richard Morse a comparação do iberismo com a cultura anglo-americana ganha contornos diferentes, de modo que a positividade da herança ibérica reside na recusa das revoluções científicas e religiosas, ambas fundamentais na constituição da modernidade francesa e Inglesa. A ausência de tais revoluções em Portugal e Espanha não serve como sinal de estagnação, ao contrário, indica o acerto de contas desses países com o século XVI, especialmente no tocante à definição do modelo de Estado, pensamento religioso, questões normativas, dentre outras. Em face disso, os ibéricos se antecipavam aos ingleses e franceses na temática do modernismo e desenvolvimento e assim ficavam dispensados de repensar outras revoluções quer no terreno da ciência ou da consciência. Todavia, Morse reconhece nestas decisões o predomínio de razões associadas a uma rejeição subconsciente maior do que uma opção consciente.

A crença do autor quanto ao modelo de sociedade sugerida pela matriz ibérica, em detrimento do universo anglo-saxão, demanda em grande medida do comparativo entre os

dois modelos. Frente ao mundo movido pelo individualista, pela razão científicista e pela ética protestante, sobressai a sociologia ibero-americana com uma formação alinhada, igualmente, em parâmetros inovadores de desenvolvimento, sem, contudo, aderir a uma consciência racional plena. Neste sentido, Morse utiliza o exemplo do brasileiro que inicia uma conversação perguntando, como vai sua família? Oferecendo sua disponibilidade à amizade, para o humanismo. Já o norte-americano no mesmo diálogo, aplica outra questão: O que você está fazendo? Como se induzisse certo menosprezo ao relacionamento impessoal. Morse ainda afirma,

Todo latino-americano que vejo aqui [Estados Unidos] me diz: "No meu país tenho tantos amigos, aqui é difícil fazer amizades." Se estamos falando de relações humanas e de seres humanos, e você tem uma sociedade onde a amizade é muito mais calculada, muito mais racionalizada, muito mais instrumental, esse povo tem problema. Aliás, talvez seja exatamente essa qualidade humana, essa possibilidade de sempre fazer exceções o que explica em parte os problemas políticos da América Latina. (MORSE, 1989, p. 77-93).

Na ótica do brasilianista, a positividade do iberismo pode camuflar indícios de atrasos na medida em que o excesso nas relações humanas inexiste em nações modernas, a exemplo dos Estados Unidos, onde mais vale o trabalho como motor de progresso do que a retenção filosófica de sociedades humanistas.

A apologia do iberismo, neste sentido, não esconde a inaptidão sul-americana em objetivar respostas voltadas ao futuro, embora seja o futuro uma expectativa latente entre os ibéricos, “Se você pensa em qualquer país da América Latina hoje, a pergunta é sempre: para onde vai a Argentina? Para onde vai o Brasil? Todos os problemas do início do século XIX ainda estão lá.”, (MORSE, 1989, 77-93). O contrário reveste os Estados Unidos em sua lógica presenteísta. Disso resulta mais uma vez o gancho utilizado por Richard Morse no sentido de recomendar o iberismo aos Estados Unidos, “nós [norte-americanos] também devemos pensar um pouco mais no futuro. Estamos entrando num período, não de crise, mas de incerteza, de perda de valores, de necessidade de novas premissas políticas. Precisamos tomar consciência, não dos próximos cinco anos, mas dos próximos cinquenta, cem anos”, (MORSE, 1989, p. 77-93).

Considerações finais

A compreensão de Schafer, Moog e Morse acerca da antinomia modernidade e tradição, ou civilizados e imundos, como se pode observar nesta breve leitura, se revela mais complexa, de modo que nem uma cultura de matriz ibérica ou anglo-saxônica pode anunciar-

se puramente tributária do pensamento moderno ou ibérico. Todavia, isso não invalida a existência de sinais pontuais na demarcação da modernidade e do iberismo.

O lugar da discussão talvez se localize nos níveis de solidez e de movimento desses “sinais”, o que nos permite recorrer a Nietzsche: “não existem fenômenos morais, apenas uma interpretação moral dos fenômenos”, (NIETZSCHE, 2002, p. 108). Se substituirmos as expressões “sinais” e “fenômenos” pela expressão “conceitos”, poderíamos compreender que não há conceitos morais e sim a interpretação moral dos conceitos. Esta perspectiva parece mais clara quando observamos o “conceito” em sua historicidade, sobretudo em seu caráter dinâmico e (trans)histórico.

A possibilidade dinâmica e (trans)histórica permitem pensar a reprodução do conceito nas diversas culturas, de modo a constituir a diversidade cultural, a exemplo do iberismo no Brasil e da modernidade nos Estados Unidos. Em certo sentido, Moog e Schafer negam essa compreensão, especialmente quando pensam a modernização e desenvolvimento da sociedade brasileira pela afirmação de conceitos modernos como Estado-nação, patriotismo, racionalidade produtiva, induzindo certo detrimento aos conceitos do iberismo. A negação expressa um sentido de substituição de uma formação cultural por outra julgada mais habilitada.

Ao pensar por esta via, Von Schafer e a maioria dos viajantes de sua época seguiam a orientação do pensamento moderno, com ideologia hierárquica, cujo resultante seriam os sistemas evolutivos do século XIX, com a submissão de sociedades ou povos julgados inferiores. Em certo sentido, Vianna Moog segue a mesma análise ao salientar a superioridade da lógica calvinista norte-americana em relação ao iberismo, especialmente ao Brasil. Daí a idéia da “falta”. Falta ao Brasil o modernismo existente em outros países.

Isso não significa, todavia, a existência de uma linha divisória sólida entre ibéricos e modernos e por isso devam manter-se isoladas. Ao contrário, a mobilidade conceitual demanda flexibilidade, negociações, a exemplo do Brasil ibérico que se faz moderno na afirmação do Estado nação burocrática e racional. Da mesma forma, Abrão Lincoln, ex-presidente do moderno desenvolvimento norte-americano, se revela contemplativo, amante das coisas subjetivas, como bem convém a um sul-americano. Ou seja, a dinâmica conceitual existe na costura formadora das sociedades, embora possa permanecer ignorada pelo analista, cuja atenção visa identificar ou projetar o conceito desprovido de movimento e historicidade, mais do que isto, inábil em determinado momento ou ferramenta de primeira mão em outra circunstância.

A exemplo de Schafer e Moog, Morse também se inscreve dentre os analistas ocupados em localizar a estrutura conceitual de ibéricos e modernos. Como parte deste trabalho, Morse desenvolve a comparação, hierarquiza as duas culturas, atribuindo valores julgados superiores a uma cultura e inferior a outra. Neste caso, a outra (a moderna formação norte-americana), é quem deveria espelhar-se na formação cultural ibérica. Dessa forma, o autor percorre o mesmo caminho de Moog e Schafer, com a diferença que o faz em sentido contrário. Segundo Morse,

Espreitando o futuro que nos reserva o século XXI e mais além – a cumulativa racionalização da vida e coletivização das mentes; tempos, talvez, de rotinização, disfunção burocrática e entropia pura, pontuados por episódios apocalípticos – cabe perguntar se um certo leque de opções ocidentais que por muito tempo a Ibero-América manteve em custódia, sem honras nem louvores, não estará destinado a alcançar lentamente um reconhecimento cada vez maior. (MORSE, 1988, p. 25).

Ao analisar o trabalho dos viajantes⁸ acerca da imagem brasileira, John Charles Chasteen (2001, p. 97) menciona o preconceito presente nos diversos escritos. “O preconceito desses escritores salta aos olhos. Superstição e fanatismo sóbrio eram alusões protestantes disfarçadas ao catolicismo, e as denúncias do caráter desprezível latino-americana eram claramente racistas”. O preconceito assinalado por Chasteen talvez se traduza pela mesma incapacidade de identificar o conceito numa possibilidade flexionada, como se o olhar do viajante estivesse enrijecido, treinado para encaixotar a imagem num enquadramento pré-estabelecido. A impossibilidade desse acerto permite a localização do outro – o incivilizado, o imundo – uma vez que impróprio para o convívio de quem se harmonizou com o mundo. O preconceito, neste sentido, talvez melhor se traduza pela afirmação radical do conceito por parte daqueles observadores, autores e viajantes.

O reconhecimento do preconceito parece mais comum nas últimas décadas do século XX, e se configura à medida que, estando consciente do dinamismo e do movimento (trans)histórico do conceito (o que viabiliza a diversidade). O analista que o ignora, age como se buscasse afirmar um olhar engessado, transparente numa única face. De certa maneira, esta imagem enrijecida se reproduz na lente de Moog, Morse e, sobretudo em Schafer, à medida que idealizava alguns aspectos da formação brasileira visando vendê-la na Europa. Apesar do intervalo de tempo existente entre os autores, a tradição ibérica e a modernidade foram observadas num prisma mais hierárquico, em detrimento das múltiplas formas comparativas que as sociedades se depararam e se representaram.

Notas

¹ O autor utiliza o conceito “imundo” como chave para situar a discussão entre civilização e barbárie ou modernidade e tradição. “A civilização se constrói sobre uma renúncia ao instinto. [...] Os seres humanos precisam ser obrigados a respeitar e apreciar a harmonia, limpeza e a ordem. [...] Sujeira de qualquer espécie parece-nos incompatível com a civilização. [...] O oposto de pureza – o sugo, o imundo, os agentes poluidores são coisas fora do lugar”. Ver BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p: 7 – 14.

² Segundo Paulo Roberto Almeida, “o termo Brazilianista teria sido utilizado pela primeira vez no Brasil em 1969, na pluma do acadêmico Francisco de Assis Barbosa para qualificar um estrangeiro especialista em assuntos brasileiros”. ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Brasil dos brasilianistas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 32.

³ MOOG, Vianna. Relatório do representante do Brasil na XVa Sessão da Comissão Social da organização das Nações Unidas.

⁴ Lúcia Lippi de Oliveira apresenta a discussão entre Morse e Simon Schwartzman acerca do iberismo e modernidade em três blocos, ou três rouds como ela define. No primeiro roud, Schwartzman elabora sua discordância em relação ao discurso de Morse. Em seguida, o autor de “Espelho de Próspero” retoma a defesa de sua obra, ao mesmo tempo em que protesta contra as declarações de seu opositor. Por fim, Schwartzman apresenta sua tréplica na discussão ao reafirmar seu antagonismo em relação às virtudes do iberismo advogadas por Morse. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p.55 – 67.

⁵ O autor transita na história do pré-modernismo disposto a negar qualquer intenção relacional entre os traços históricos compreendidos pelas noções medievais e o projeto da modernidade, especialmente para o caso da América Latina. Isto é incompatível, ele diz, ao contrariar a perspectiva política aventada por Morse. “Traços que hoje seriam usualmente considerados totalitários são recuperados com sinais positivos”. SCHWARTZMAN, Simon. *O Espelho de Morse*. Novos Estudos CEBRAP, volume 22, p. 185 – 192, out 1988.

⁶ Lúcia Lippi salienta que no entender de Sérgio Buarque de Holanda, Vianna Moog, Raymundo Faoro, Simon Schwartzman, Roberto DaMatta, entre outros, estão fazendo uso do quadro categorial de Weber para identificar os obstáculos, as dificuldades, que nos impedem de ser modernos. E, é preciso lembrar: para a construção da modernidade no Brasil, a herança ibérica passa a ser sinônimo de atraso e anacronismo por oposição à herança protestante nórdica”. Idem, p.43.

⁷ MOOG, Vianna. Biografia inconclusa a respeito de Lindolfo Collor. (acervo Unisinos).

⁸ Segundo Luiz Agassiz, “Tanto quanto pudemos nos certificar, a população branca faz bem pouco para civilizar os índios; se limita a iniciá-los em algumas práticas externas da religião. É sempre a velha e triste história da opressão, que parece dever durar enquanto houver diferença de cor, e resulta, fatalmente, na degradação das duas raças, com duplicidade e licenciosidade da parte do branco”. AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 186.

Referências bibliográficas

AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Brasil dos brasilianistas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Débora Bendocchi. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro – Turíngia (1852-1853). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V.23, nº45, pp.155-184. 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

COSTA, Vilma Peres. *Narrativas de viagem no Brasil do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Brasília: UNB, 1963.

CHASTEEN, John Charles. *América Latina: uma História de Sangue e fogo*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

-
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Brasília: EDUnB, 1963.
- MOOG, Vianna. Relatório do representante do Brasil na XVª Sessão da Comissão Social da organização das Nações Unidas.
- MOOG, Vianna. *Um rio que imita o Reno*. Porto Alegre: Globo, 1939.
- MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MORSE, Richard. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 77-93*.
- THEML, Neyde. BUSTAMANTE, Regina M. Cunha. *História comparada: olhares plurais*. Revista de História Comparada v.1, n. 1, jun./2007.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Para além do bem e do mal*. São Paulo: Martins Claret, 2002.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- _____. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Bauru: Edusc, 1999.
- SCHAFER, Georg Anton Von. *O Brasil como Império Independente*. Santa Maria: UFSM, 2007.
- SCHWARTZMAN, Simon. *O Espelho de Morse*. Novos Estudos CEBRAP, volume 22, p. 185 – 192, out 1988.
- SHAKESPEARE, William. *A Tempestade*. São Paulo: Tecnoprint. 1954.
- SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.
- TARNAS, Richard. *A epopéia do pensamento ocidental*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001. p. 295 e 296.
- TOURAINÉ, Alain. *A crítica da modernidade*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

Região das Missões: duas formas de ocupação do território e dois usos distintos da terra

Fabiana Funk¹

Luiz Carlos Ponzi²

Introdução

Analizando o território do Estado do Rio Grande do Sul, se percebe diversas tentativas de regionalização, que se deram a partir de diferentes abordagens metodológicas, desde as mais apolíticas e de caráter puramente geográfico, às de cunho estatal, voltadas ao planejamento regional. Estas diversas regionalizações constituem o processo regionalizante desenvolvido no Rio Grande do Sul. A questão do conceito de região é debatida, e ainda, a sua possível extinção diante do avanço capitalista.

O COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento), é uma dessas formas de regionalização, que visa à formação de regiões com o objetivo de promover o desenvolvimento regional sustentável, tanto cultural quanto espacial, econômico, ambiental, social e político.

Neste sentido, a região das Missões faz-se objeto deste estudo, no que diz respeito a sua formação histórica, desde o massacre dos Índios Guaranis, perpassando pelas suas formas de colonização, as quais influenciaram diretamente no surgimento de dois sistemas agrários distintos: o sistema agrário do planalto e o sistema agrário das colônias novas.

Região, regionalização e divisão regional

A ocupação/apropriação do território sempre esteve, direta ou indiretamente, ligada ao estabelecimento de áreas, mais ou menos homogêneas, em algum sentido relevantes ao olhar dos atores envolvidos no processo. Porém, este estabelecimento de áreas, e a forma pelo qual é feito, implicam em alguns conceitos diferentes como região, regionalização e divisão regional, para os quais ainda não há um consenso absoluto.

Corrêa (1997), apresenta a origem etimológica do termo região, que deriva do latim, língua na qual era usado para se referir à unidade político-territorial em que se

¹ Graduada em Licenciatura em Geografia e Especialista em Geografia do Brasil pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Mestranda do Curso de Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista Capes.

² Advogado, Historiador e Escritor, formado pela Universidade de Caxias do Sul – UCS.

dividia o Império Romano. Sua raiz está no verbo “*regere*”, que significa governar. Assim, em sua concepção original, a região apresenta uma conotação eminentemente política. Contudo, o termo passou a designar uma dada porção da superfície terrestre que, por um ou outro critério, diferencia-se do todo – neste sentido, abarcando um grande leque de conotações, de acordo com o critério utilizado, ou seja, de acordo com o processo de regionalização ou de divisão regional adotado – estes últimos, conceitos bem diferenciados em relação aos seus objetivos.

A diferença entre delimitação de regiões e regionalização fica bastante clara nas palavras de Pereira (2000): “A regionalização (...) é mais que o método de identificar regiões, passando a ser conceitualmente o processo de formação de regiões” (p. 66). Dessa forma, delimitar regiões refere-se simplesmente a *subdividir espaços*, enquanto regionalizar trata de um processo de formação e transformação de regiões.

Analizando o território do Estado do Rio Grande do Sul, se percebe diversas tentativas de regionalização, que se deram a partir de diferentes abordagens metodológicas, desde as mais apolíticas e de caráter puramente geográfico, às de cunho estatal, voltadas ao planejamento regional. Segundo Pereira (2000) estas diversas regionalizações constituem o processo regionalizante desenvolvido no Rio Grande do Sul.

Como resultado deste processo de regionalização, o Rio Grande do Sul apresenta várias divisões regionais diferentes, elaboradas tanto por parte de Estado, como por parte de entidades civis. Estas diferentes regionalizações aumentam a dificuldade na identificação e delimitação de áreas específicas e a própria construção de uma identidade regional.

De acordo com Klarmann (1999), as regionalizações propostas pelo governo estadual constituem-se em trabalho isolado de órgãos setoriais, tendo-se regionalizações específicas para vários deles: regionalização das Coordenadorias de Educação, dos Escritórios Regionais da Secretaria de Obras Públicas, das Delegacias Regionais de Saúde, e assim por diante. Estas “regionalizações” são, na verdade, delimitações territoriais. Quanto às entidades civis, estas também têm suas próprias regionalizações, como é o caso da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS. Frente a esta realidade, diversos trabalhos têm sido desenvolvidos no sentido de buscar compatibilizar as diferentes regionalizações presentes no Estado.

O conceito de região

Têm-se assim as diferentes escolas que compõem a discussão geográfica, começando com o determinismo ambiental, onde a região foi classificada como região natural. Esta região foi entendida como um ecossistema, onde seus elementos acham-se integrados e são integrantes. (CORRÊA, 1987, p. 25). A natureza era a base para qualquer tipo de divisão regional, sendo determinante sobre aspectos humanos. Daí que surge a divisão do Brasil em cinco grandes regiões, divisão esta baseada em aspectos naturais.

Já no possibilismo, a região é tratada sob a forma de região geográfica, ou seja, o homem cria condições modeladoras sobre a paisagem (natureza) criando um gênero de vida, ambos próprios e peculiares a cada porção da superfície da terra. A região geográfica é identificada como sendo única, com sua singularidade com uma combinação de fenômenos naturais e humanos que não se repetiria. Nesta escola, os aspectos humanos passam a adquirir maior importância que os naturais para a geração das regiões geográficas. No Brasil, as regiões naturais foram divididas em Regiões Fisiográficas, as quais foram classificadas levando-se em conta os aspectos sociais e econômicos.

A *nova* geografia se opõe aos conceitos de região defendidos pelo determinismo e pelo possibilismo. Para esta escola, a Região é definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre estes são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares. (CORRÊA, 1987, p. 33). As regiões são definidas objetivamente, ou seja, são definidas estatisticamente dentro dos critérios estabelecidos pelo pesquisador, não se aplicando uma base empírica prévia. Desta classificação surgem às regiões simples – delimitadas por um único critério; e as regiões complexas, onde são analisados vários elementos. Da mesma forma surgem às regiões homogêneas – com características sem mobilidade espacial (demografia, produção agropecuária, etc.), e as regiões funcionais, ou seja, aquelas surgidas a partir da análise do movimento de pessoas e fluxos – tráfego rodoviário, migrações diárias, entre outros. No Brasil desenvolveu-se o Departamento de Geografia de Rio Claro e de Estudos Cartográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Um novo cenário estabelece-se baseado no materialismo histórico e na dialética marxista. Nesta fase, o conceito de região deve ser considerado sob a ótica da articulação dos modos de produção e através das conexões entre classes sociais e acumulação capitalista. O conceito de região se desenvolve dentro da lei do desenvolvimento desigual, que prega a relação entre elementos, muitas vezes contraditórios, identificando-se

primeiramente as desigualdades para mais tarde, proceder a combinação dos elementos analisados, em momentos históricos diferentes.

Esta escola aponta que o desenvolvimento humano aconteceu de forma diferenciada, o que causou uma disparidade intra e intergrupos, reforçando a diferenciação de áreas. Desta forma, a evolução do homem aconteceu de forma gradual, privilegiando alguns grupos, e outros não, os quais imprimiram as suas marcas sobre uma determinada paisagem, como que representando os seus modos de vida.

Neste caso, a região pode ser entendida como uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada. (CORRÊA, 1987, p. 48)

Segundo Corrêa (1987), a região tem sido utilizada para fins de ação e controle. *Ação*, no que diz respeito aos diagnósticos sobre o território e, a partir daí, a execução do *controle* sobre este espaço. Isso garante a reprodução da sociedade de classes, sendo a classe dominante a beneficiada.

Hoje, poderão existir tantas regiões quantos forem os critérios adotados para a suas classificações. Ou seja, existem metodologias que adotam as bacias hidrográficas como delimitadoras de uma região, assim como outras que utilizam características voltadas para a produção agrícola, pecuária, indústria, entre outras, como elementos de delimitação de região.

Corrêa (1987) ainda aponta que as regiões podem ser organizadas a partir de iniciativas governamentais inferiores ao núcleo de dominação, ou ainda, a partir de programas de planejamento regionalizado. Neste caso, o Estado aparece como agente de regionalização.

Com o desenvolvimento capitalista, surgiram rumores de que o fim da região estaria próximo, devido ao processo desigual de desenvolvimento, globalização das relações humana e das atividades econômicas e destas com o meio ambiente. O que os estudiosos não sabiam era que para acontecer o desenvolvimento capitalista, era necessário que houvesse desigualdades regionais, elemento fundamental da organização espacial.

Na fase de evolução do conceito, Benko (1999) distingue três tipos diferentes de região: região homogênea (de inspiração agrícola); região polarizada (de inspiração industrial) e região-plano ou de programa (de inspiração prospectiva).

Destas categorias, Benko (1999) desprende que região,

Corresponde a uma área geográfica que constitui uma entidade que permite, simultaneamente, a descrição de fenômenos naturais e humanos, a análise de dados socioeconômicos e a aplicação de uma política. Fundamenta-se em duas características principais: homogeneidade e integração funcional, e resulta, ao mesmo tempo, num sentimento de solidariedade vivida e em relações de interdependência com os restantes conjuntos regionais e com o espaço nacional e internacional. (BENKO, 1999, p.18)

Para Benko (1999), a escala da regionalização se altera com a globalização ou mundialização. Novas grandes regiões são formadas e delimitadas pelo poderio econômico, como é o caso da América do Norte, Japão e União Européia. Surgem assim as macro-regiões, o que enfraquece o poder das oligarquias regionais em favor da política capital de desenvolvimento.

O surgimento de novas regiões acontece dentro da evolução histórica, a qual vai obedecer aos interesses dominantes de cada época, e suas influências sobre um determinado território, o qual vai conter as marcas sociais impressas pela população habitante daquele lugar.

Segundo Benko (1999), a região do século XX fez os economistas, os geógrafos, os historiadores e os sociólogos compreenderem que esta é um produto social gradualmente construído por sociedades nos respectivos espaços de vida.

Levando-se em conta as idéias vistas sobre o conceito de região, tenta-se de elaborar um conceito próprio: *região é um lugar no espaço, composto por características semelhantes relativas aos mais diversos aspectos – ambientais, econômicos, sociais, culturais, entre outros -, que a distingue das outras regiões adjacentes e a integram ao mundo globalizado através de suas peculiaridades.*

A região das missões

Para efeitos de estudo, optou-se pela regionalização proposta pelos Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento)³, caracterizando-se a região das Missões no que diz respeito a seus aspectos históricos, sua colonização e seu potencial agrícola.

A região das Missões se localiza na parte noroeste no Planalto Sul Rio-grandense. É composta por 25 municípios: Giruá, Santo Ângelo, Entre-Ijuís, Guarani das Missões, Sete de Setembro, Vitória das Missões, Ubiretama, São Miguel das Missões, Eugênio de Castro, Caibaté, Mato Queimado, São Luiz Gonzaga, Bossoroca, Santo Antônio das Missões, Garruchos, São Nicolau, Roque Gonzáles, Porto Xavier, Pirapó, Dezesseis de Novembro, São Pedro do Butiá, São Paulo das Missões, Salvador das Missões, Rolador e Cerro Largo.

Pequeno histórico

Laguna era a localização extrema dos domínios portugueses no Sul do Brasil, e entre ela e a Colônia do Sacramento, na margem esquerda do Rio da Prata – enclave luso nas terras castelhanas - havia uma vasta extensão de terras não habitadas pelo branco europeu, cruzada de tempos em tempos por paulistas em busca de ouro e prata, arrebanhar gado selvagem, prear índios e emprenhar índias. Para aproximar a comunicação entre Laguna e Sacramento o governo português iniciou o povoamento desta vasta extensão de terras do Rio Grande de São Pedro.

Mas, na mesma época, haviam outros interessados na mesma terra: os jesuítas, estabelecidos no Paraguai, que fugindo dos paulistas, em 1626 migraram para a região conhecida como “Tape”, que se estendia pela bacia do Rio Jacuí, tendo de um lado os contrafortes da Serra Geral e, de outro, o rio Uruguai. Em pouco tempo já estavam organizados os chamados “Sete Povos das Missões”, as povoações de São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo. A chegada dos jesuítas ao território gaúcho deu-se sob a bandeira castelhana, numa autêntica violação do território português.

³ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES - foram oficialmente criados pela Lei nº 10.283/1994, regulamentada pelo Decreto nº 35.764/1994. Conforme esta Lei, os Conselhos se comprometem em promover o desenvolvimento regional harmônico e sustentável; integrar os recursos e ações do governo na região; melhorar a qualidade de vida da população; distribuir eqüitativamente a riqueza produzida e estimular a permanência do homem em sua região. (PEREIRA, 2000).

Os jesuítas espanhóis estabeleceram ali uma espécie de república teocrática dotada de fartos recursos morais, intelectuais, financeiros e, inclusive, rudimentar fábrica de material bélico que supria as necessidades de milhares de índios guaranis, prontos para a luta.

Cada uma das sete reduções - tal como na Espanha - era governada por um Cabildo, para o qual, anualmente os índios escolhiam um Corregedor – a mais alta autoridade - e também escolhiam os regedores, os alcaides, o aguazil-mor, um procurador e um secretário, tudo isso, evidentemente, sob o olhar atento e controlador dos servos da Companhia.

Mantido o controle por parte dos padres jesuítas, toda a produção agrícola, pastoril e industrial dos Povos pertencia à comunidade, e os bens de consumo eram distribuídos igualmente entre a população, que não conhecia qualquer tipo de moeda, pois ali vigorava um regime de permutas. Com o produto da venda da produção, com uma parte pagavam impostos ao Rei de Espanha; outra parte era reinvestida e, uma terceira, talvez a maior, era remetida para a Sociedade, em Roma.

Economicamente rica e com uma estrutura política, econômica e social que apresentava alguma insegurança ao domínio das monarquias européias, a região foi colocada em pauta nas discussões do Tratado de Madrid, entabulado em 1750 entre Espanha e Portugal, e sem consulta alguma aos missioneiros, trocava-se a Colônia do Sacramento, enclave português na margem esquerda do Rio Uruguai, pelas Missões Orientais, território espanhol no seio da Província de São Pedro.

As demarcações das novas fronteiras das Missões foram solenemente iniciadas, com Portugal representado pelo General Gomes Freire de Andrade, e a Espanha por Marquês de Valderíros, mas de pronto foram interrompidas, já que os missioneiros se recusaram a entregar suas terras ao novo senhor português.

Contra esses demarcadores, os jesuítas lançaram forças armadas indígenas numericamente consideráveis, comandadas pelos afamados caciques Sepé Tiarajú – que depois virou lenda, morto numa escaramuça de vanguarda, - e Nicola Neenguirú, que foi abatido em 10 de fevereiro de 1756, na Batalha de Caibaté, onde as forças jesuíticas sofreram grande e fatal derrota.

Embora com a hostilidade dos missioneiros, a demarcação foi concluída e o comandante português Gomes Freire ocupou o “povo” de Santo Ângelo em janeiro de 1757, e ali permaneceu por aproximadamente dez meses, sem qualquer motivação militar,

mas sim promovendo pesquisas em busca do decantado tesouro dos jesuítas, que pensava estar enterrado em algum ponto da vila.

De todo o esplendor dos sete povos das missões, o que restou, além da triste história, são as ruínas de algumas reduções e o sítio histórico de São Miguel Arcanjo, o mais importante acervo da obra missioneira no Brasil e declarado Patrimônio Histórico Mundial pela Unesco em 1983.

A colonização da região

A colonização da província do Rio Grande do Sul para o oeste do Estado se deu devido ao medo de que o Estado perdesse o seu território para os países vizinhos. Desta forma, foram fundadas diversas colônias ao longo da Encosta, com o objetivo de expandir o povoamento e também ligar o oeste do Estado com o Planalto e a Depressão Central.

Houve duas frentes de colonização distintas: uma promovida de forma oficial – governamental – e outra que aconteceu de forma particular.

O objetivo da colonização oficial, promovida pelo governo - foi vender os lotes instintivamente a quem procurasse a região, imigrantes ou agricultores que se deslocavam das áreas coloniais mais antigas, estabelecendo povoamentos de etnias mistas. O principal exemplo é São Santo Ângelo (1857) (que na época abarcava os atuais municípios de São Luiz Gonzaga, Giruá, Vitória das Missões, entre outros).

Já a colonização promovida pelas colonizadoras particulares (*Katholischer Bauernverein Von Rio Grande do Sul*, WAIBEL, 1979) teve como objetivo originar áreas homogêneas, de uma só etnia, ou que predominasse fortemente uma etnia. Como exemplo temos a colonização feita pelos migrantes alemães em Cerro Azul – atual território que vai do município de Cerro Largo a Porto Xavier, - assim como a colonização que aconteceu no município de Guarani das Missões, por poloneses.

Onde a colonização foi feita eminentemente por (i)migrantes europeus, desenvolveu-se principalmente a agricultura familiar. Já onde a ocupação se deu de forma mista – incluindo os luso-brasileiros, houve uma predileção pelas grandes criações de gado, como é o caso de São Luiz Gonzaga e Bossoroca.

Os sistemas agrários

De acordo com Neto e Frantz (2001) os sistemas agrários constituem uma forma de regionalização baseada na categoria social (forma de acesso a terra e origem da mão-de-obra e do capital); nas principais transformações que os agricultores promoveram nos agroecossistemas, na estrutura fundiária, no número de empregados, no número de máquinas agrícolas, nas condições fisiográficas e na quantidade de produção agrícola. (NETO; FRANTZ, 2001, p. 48).

O Rio Grande do Sul é dividido em nove sistemas agrários, sendo eles: campanha, serra do Sudeste, depressão central, litoral norte, litoral sul, colônias velhas, campos de Cima da Serra, colônias novas e planalto. Levando-se em consideração que a região das Missões está inserida em dois sistemas agrários distintos – sistema agrário do Planalto e sistema agrário das Colônias Novas -, torna-se importante ressaltá-los e caracterizá-los.

O sistema agrário das Colônias Novas

O sistema agrário das Colônias Novas abrange vinte e três municípios da região. Apresenta o relevo ondulado, predominância da agricultura familiar (policultura), com a produção de grãos (soja, milho e trigo), menor concentração da terra, pequena presença de empregados permanentes nas propriedades rurais e menor grau de mecanização do que no sistema agrário do Planalto. (NETO; FRANTZ, 2001.)

Esse sistema, localizado ao norte da região das Missões, teve a sua colonização assegurada de forma particular e homogênea – isto é, com a predominância de uma única etnia. Aí, desenvolveu-se a agricultura familiar, em propriedades com uma média de 20 hectares (ha) (MDA, 2005) tendo como principais características a diversificação de culturas (policultura) e criatórios, o aproveitamento dos espaços, mão-de-obra essencialmente familiar, entre outras. A matriz produtiva ainda é a soja, havendo grande produtividade por área plantada. Entretanto, os agricultores mantêm outras fontes de renda (plantio de milho, trigo, criatório de suínos, hortaliças, etc.) justamente por meio da diversificação de culturas.

Devido ao capital social envolvido, as relações sociais estão voltadas para o bem comum, o que resulta na formação de diversas agroindústrias - de transformação de derivados do leite, alambiques, entre outras – e de cooperativas, como é o caso da COOPEROQUE (Cooperativa Mista São Roque), COTRIZA (Cooperativa Tritícula Santo

Ângelo), COOPERLEITE (Cooperativa dos Produtores de Leite), COOPERBUTIÁ (Cooperativa dos Produtores Rurais de São Pedro do Butiá), entre outras.

O sistema agrário do Planalto

O sistema agrário do Planalto abrange três municípios do território – São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões e Bossoroca – e se localiza na parte sul da região das Missões. Caracteriza-se por seu relevo ondulado, solos profundos e pobres em nutrientes, lavoura de grãos (soja) em maior escala, pecuária extensiva de baixos rendimentos, presença hegemônica de granjeiros e estancieiros, estrutura fundiária mais concentrada, maior número de empregados permanentes nas propriedades rurais e maior mecanização. (NETO; FRANTZ, 2001).

Nesta parte da região, a colonização foi feita de forma oficial – iniciativa governamental – havendo uma co-existência de imigrantes europeus com os luso-brasileiros. Segundo Bernardes (1997), o que sucedeu com os imigrantes europeus é que eles se fizeram herdeiros da tradição luso-brasileira de que a agricultura só seria proveitosa na mata, onde o solo humoso compensava o trabalho de semeadura. (BERNARDES, 1997, p.74). Assim, formaram-se propriedades que variam de 50 ha mais de 200 ha e há predominância da cultura da soja – de baixa produtividade (MDA, 2005) - e do criatório extensivo de bovinos de corte.

Esses estabelecimentos representam apenas 23% do total de estabelecimentos rurais da região das Missões. Entretanto, ocupam 87,3% de todo o território, evidenciando a má distribuição das terras contidas nesta região. (MDA, 2005)

Conclusão

Ao contrário do que muitos teóricos divulgaram, a região não sucumbiu frente aos avanços capitalistas, mas sim, é elemento necessário para a expansão deste. Diante das discussões apresentadas, temos o conceito de região como sendo *um lugar no espaço, composto por características semelhantes relativas aos mais diversos aspectos – ambientais, econômicos, sociais, culturais, entre outros -, que a distingue das outras regiões adjacentes e a integram ao mundo globalizado através de suas peculiaridades.*

A região das Missões apresenta-se com uma das formações histórica mais relevantes do Rio Grande do Sul, quiçá do Brasil. Fica evidente que os tipos de colonização influenciaram diretamente a organização e configuração territorial, pois onde houve colonização feita de forma particular (com migrantes vindos, em sua maioria, das colônias velhas), desenvolveu-se a agricultura familiar – caracterizando o sistema agrário das colônias novas -, ao passo que onde houve colonização oficial (promovida de forma governamental), desenvolveu-se o latifúndio, com as grandes propriedades e a monocultura da soja e o criatório extensivo de animais – sistema agrário do planalto.

Importante ressaltar a má distribuição de terras compreendida na região, já que os índices divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário são explícitos: são 26.802 estabelecimentos rurais dos quais 17.357 (67,76%) possuem até 20 ha, onde se desenvolve a agricultura familiar, ocupando apenas 12,7% do território. Ao passo que os 32,24% dos estabelecimentos, são de propriedades com áreas que vão de 50 a mais de 200ha, e ocupam 87,3% do território.

Referências bibliográficas

BENKO, Georges. **A ciência regional**. Tradução de António Gonçalves. Portugal: Celta, 1999.

CORREIA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

FILHO, Arthur Ferreira. **LEGENDAS DO RIO GRANDE** – Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. 1º ed. 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Disponível em <http://www.ibge.gov.br>, Acessado em 25 de maio de 2006.

KLARMANN, H. **Região e Identidade Regional: Um Estudo da Espacialidade e Representatividade Regional no Vale do Rio Pardo**. Dissertação de Mestrado. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Estudo propositivo para a dinamização econômica do território Missões**. Porto Alegre: MDA, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

MOCHILA BRASIL. Disponível em
<<http://www2.uol.com.br/mochilabrasil/missoes.shtml>>. Acessado em 10 de maio de 2006.

NETO, B.S.; FRANTZ, T.R. **Avaliação e Caracterização Sócio-Econômica dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**. Ijuí: RSRural, 2001.

PEREIRA, Paulo Afonso Soares. **Rios, Redes e Regiões. A Sustentabilidade a partir de um Enfoque Integrado dos Recursos Terrestres**. Porto Alegre: AGE, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL**. Mercado Aberto. 8º ed. 1997.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Disponível em <http://www.sebrae.com.br>, Acessado em 9 de maio de 2006.

TERRA E ASFALTO. Disponível em
<<http://www.terraeasfalto.com.br/destinos/riograndedosul/missoes/index.htm>> Acessado em 10 de maio de 2006.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2º Ed. Rio de Janeiro:IBGE, 1979.

O aliciamento de presidiários de Mecklenburg: um grupo heterogêneo

Greisi Fabiane Griesang Jung e Keity Link Seifert¹

Este estudo faz parte do projeto *O aliciamento de presidiários de Mecklenburg-Schwerin para a colonização alemã do Rio Grande do Sul* coordenado pelo Prof. Dr. Martin Norberto Dreher. A documentação (os autos) usada como base nesse projeto encontra-se no Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

A questão da imigração está fortemente ligada à história do país e, em especial, do Rio Grande do Sul. Normalmente, a temática imigração é abordada nos séculos XIX e XX; antes dela costuma-se usar a expressão colonização que é o passo dado pela Metrópole para manter a posse da Colônia. A imigração foi o passo subsequente significativo para que a posse do país já independente pudesse ser mantida e desenvolvida.

A criação de colônias vai além da intenção do governo em assegurar a posse sobre o território, pretende, também, branquear a raça e estabelecer uma classe média brasileira. A principal intenção é a preocupação pela defesa nacional após a independência, pois praticamente não havia condições de se formar um exército com a população, devido à baixíssima densidade populacional branca confiável da época. Procurou-se formar batalhões de estrangeiros, fiéis, que defendessem a independência do Brasil.

Após a Independência, uma das maiores dificuldades do Império Brasileiro era a falta de soldados junto ao Exército. A partir desse fato, D. Leopoldina enviou à Alemanha seu secretário particular, o major da guarda civil e partidário ativo da Independência von Schaeffer, a fim de angariar soldados para o Exército Imperial e colonos para a formação de colônias de caráter agro-militar. A missão era óbvia, pois praticamente não havia condições de se formar um exército com a população, devido à baixíssima densidade populacional branca confiável da época. Não se cogitava a incorporação de africanos. D. Pedro I, através de lei de 8 de janeiro de 1823, estabeleceu a criação dos batalhões de estrangeiros. Jorge Antônio von Schaeffer (Major

¹ Alunas do Curso de Graduação em Letras Português/Alemão da Unisinos e bolsistas de iniciação científica FAPERGS e UNIBIC.

von Schaeffer), considerado o criador da primeira corrente emigratória alemã para Brasil, ficou encarregado de conseguir esses soldados.

Entre os soldados e colonos recrutados pelo Major von Schaeffer, havia “apenados”, presidiários das Casas de Trabalho, Casas de Correção e Penitenciárias (Landarbeitshäuser und Straf- und Korrekptionsanstalten) das cidades de Güstrow, Dömitz e Bützow no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, ao norte da Alemanha. Ao total, vieram 345 apenados, muitos acompanhados de mulheres e crianças. Destes, alguns permaneceram no Rio de Janeiro na condição de soldados e outros foram enviados à colônia de São Leopoldo na condição de colonos. As negociações e procedimentos foram convenientes para o imperial governo brasileiro, para o governo de Mecklenburg e sua nobreza, responsável pela manutenção de presidiários e sua ressocialização, e para os próprios detentos.

Ferdinand Schröder foi quem primeiro tratou da entrada de “delinquentes” no Brasil em sua tese de Doutorado, editada em Berlim no ano de 1930, intitulada *Die Deutsche Einwanderung nach Südbrasilien bis zum Jahre 1859* (A emigração alemã para o Sul do Brasil até 1859). Segundo Schröder, foram três as levas de presidiários, que, no espaço de 14 meses (de junho de 1824 a agosto de 1826) foram mandadas ao Brasil.

A maneira como Mecklenburg-Schwerin e o Império do Brasil lidam com os ex-presidiários, outsiders, é relevante. O primeiro governo livrou-se de indesejáveis, o segundo encontrou soldados e agricultores, dos quais necessitava. A presença de ex-presidiários na história da imigração alemã costuma ser elencada por muitos autores como uma lenda apenas ou como “a página negra da história do elemento germânico no Brasil” (HUNSCHE, 1913, p.62).

Por mais arbitrárias que possam parecer essas deportações, vale salientar que elas ocorreram dentro de um espírito humanitário. O presidiário devia decidir, por escrito, sobre o seu degredo. Aliás, o Grão-Duque de Mecklenburg queria ver garantidos os direitos de seus súditos no Brasil, tanto que nomeou August Friederich Biesterfeld como cônsul do Grão-Ducado no Rio de Janeiro.

Na realidade, esses “apenados”, eram *outsiders*, usando o conceito de Norbert Elias, na sociedade alemã e continuaram, aqui no Brasil, sendo *outsiders* entre *outsiders*, uma vez que essa era a condição de todos os imigrantes alemães nos primórdios da imigração. A partir disso, podemos desmistificar a imagem de que os

grupos imigrantes sempre foram “bons”, tendo havido, apenas ocasionalmente, “maus” elementos.

Para este trabalho, valemo-nos de fontes (autos) relativos às negociações do representante brasileiro junto ao governo de Mecklenburg-Schwerin. As informações contidas nestes autos provêm de um interrogatório a que foram submetidos dois apenados, Johann Friederich Sichtling e L. H. Günther, incorporados ao exército brasileiro e que, posteriormente, desertaram e retornaram à Alemanha em 1828, após dois anos e três meses de estada no Rio de Janeiro. Na Alemanha, novamente encarcerados, apresentaram relato sobre o paradeiro dos demais ex-presidiários enviados ao Brasil em 1824.

Para o estudo desta documentação, que se encontra escrita em grafia gótica, valemo-nos de aulas de paleografia e leitura da língua gótica, bem como de leitura de bibliografia relativa à imigração, fichamento dos assuntos constantes da documentação e dedicamo-nos à análise das fontes.

Destacamos, contudo, que o contexto histórico europeu do século XIX passava por grandes dificuldades sócio-econômicas, favorecendo a emigração. A Europa pós-napoleônica dispunha de muitos soldados, porém com a proibição de exportar soldados, estes foram contratados como colonos. O excedente populacional e a falta de oportunidades para os artesãos após a Revolução Industrial, também impulsionaram a emigração alemã.

A documentação transliterada até o presente momento permite-nos encontrar os mais variados tipos de imigrantes presentes na colônia alemã, entre eles também alcoólatras e mendigos. Segundo a profissão, eram: sapateiros, marceneiros, diaristas, padeiros, oleiros, jardineiros, alfaiates, aguardenteiros, boticários, barbeiros etc.

Para melhor exemplificar esse grupo heterogêneo apresentamos alguns casos presentes na documentação:

8. e 9. Hans Schrader está empregado no Batalhão de Caçadores, no Rio de Janeiro, sua esposa, contudo separou-se dele, por ordem do Sargento Major, por causa de sua devassidão e bebedeira, com o consentimento de seu marido. Mesmo assim ela permaneceu no Rio de Janeiro, onde convive com negros, mendigou nos mosteiros e, no mais, andou como prostituta pelas ruas.

29. 30. e 31. Joh. Hackert, sua esposa e sua criança; foi empregado, a pedido, no serviço militar, e residia no Quartel no Rio de Janeiro ainda quando nós de lá partimos. Sua esposa tem junto ao quartel um comércio com gêneros alimentícios e

bebida e está muito bem, vive no entanto, em constantes brigas com seu marido; principalmente porque quer separar seu marido da bebida.

46. e 47. O marceneiro Joh. Friedr. Rosenow e sua esposa foi transferido para a colônia.

49. e 50. O padeiro Joh. C. Sonnenberg e sua esposa foram para a colônia Rio Grande; não sabemos, se como artesão ou para a atividade como agricultor.

54. O aprendiz de pedreiro Drownbrowskÿ estava empregado na 2ª Companhia do 2º Batalhão de Granadeiros, mas desertou.

76. e 77. Joh. Peters e sua esposa. O primeiro foi incorporado na 1ª Companhia de Granadeiros, mas já faleceu no terceiro dia após nossa chegada. Um alfaiate do Rio de Janeiro acolheu sua viúva, mas após seis semanas também ela foi embora com a morte.

92. até 97. O alfaiate Franz Bohnstaedt com sua esposa e quatro crianças foi empregado no Rio Grande como alfaiate da Companhia Militar. (...)

Alguns dos exemplos nos mostram que muitos dos ex-presidiários possuíam e exerciam algum ofício antes de serem encarcerados. Como já mencionado anteriormente, esses indivíduos foram vítimas de uma sociedade em transformação. Esta transformação deixou os indivíduos à margem da sociedade. Para garantir a sobrevivência da sua família, bem como a sua própria, muitos cometeram delitos, o que os levou à prisão. Esses indivíduos não conseguiriam mais se ressocializar, pois eles haviam perdido o seu espaço para a industrialização. Levando em consideração esse fator, para muitos a melhor alternativa foi emigrar.

Outros exemplos nos mostram que entre os emigrados houve casos em que as mulheres caíram na prostituição e alguns indivíduos na bebedeira e na mendicância.

A imigração alemã tem imbuída na sua história histórias de insucessos. Através dos exemplos mencionados, pretendemos desmistificar a idéia de que a imigração contou apenas com “bons” elementos e que a mesma se deu sempre de forma “bonita”. Triste foi a sorte dos casais encaminhados, já em 1826, para São João das Missões, colônia instalada sem qualquer cuidado, fato que provocou a morte de homens, mulheres e crianças. Aqueles que conseguiram retornar seguiram para as colônias do Litoral Norte ou se integraram na colônia de São Leopoldo.

Embora esse grupo de imigrantes, formado não somente por gente ordeira e trabalhadora, mas também por ex-presidiários, jogado à própria sorte, aqui no Brasil,

tivesse que superar inúmeras dificuldades, o mesmo não hesitou em fazer dessa pátria a sua nova pátria e enfrentou os obstáculos da forma que lhe melhor convinha.

Fontes:

- 1 Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB). Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin. MLHA Schwerin. Kabinett I. Vol.3º. Rückwert:Brasilien 1824(2),1825(2),1826(1828)
- 2 Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB). MLHA Schwerin. Kabinett I, Sig. 54: Acta, die Zweite Abführung von Stock- und Zuchtgefangenen nach Brasilien betreffend.
- 3 Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB). MLHA Schwerin. Kabinett I. Vol.3º.: Acta, die Erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend.
- 4 Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB). MLHA Schwerin. Kabinett I.
- 5 Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB). MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflingen und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend.

Referências Bibliográficas

- CUNHA, Jorge Luiz da. O Rio Grande do Sul e a Colonização Alemã entre 1824 e 1830. In: DREHER, Martin N. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. **Estudos Leopoldenses**, v. 31, n. 142, 1995, p. 59-82.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- HUNSCHKE, Carlos Henrique. **O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Província de São Pedro. Porto Alegre:A Nação,1975

HUNSCHE, Carlos Henrique. **O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul.** Província de São Pedro. Porto Alegre:G&W, 2004 tomos I, II e III.

OBERACKER, Carlos Henrique. A colonização baseada na pequena propriedade agrícola. In: Sérgio Buarque de Holanda (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo II, v. 3, São Paulo: Difel, 1967, p. 220-244.

QUEVEDO, Júlio (org.). **Rio Grande do Sul: quatro séculos de história.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

SCHRÖDER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859.** Porto Alegre: EDIPUCRS; São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002. Tradução e apresentação de Martin N. Dreher.

Considerações sobre a *causa mortis* de imigrantes alemães

Helga Iracema Landgraf Piccolo

NOME	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA MORTE	CAUSA MORTIS
Elisabeth Juliane Dorothea Adam	Kindenschied	(?) 1826	29-12-1905	Herzschwäche
Christian Karl Wilhelm Asmus	Wiesbaden	20-02-1851	27-09-1889	Gehirnhautentzündung
Katharina Emilie Henriette Bier	São Leopoldo	15-07-1851	18-02-1915	Herzschwäche
Anna Margaretha Augustin	Weiersbach	(?) 1820	25-01-1843	Kindsnöte
Johann Valentin Bayer	Seibersbach	01-12-1812	18-11-1885	Altersschwäche
Johannes Beck II	Gelnhaar	04-06-1810	03-02-1866	Schlagfluss
Karl Beckel (Böckel)	Lissberg	27-08-1841	30-11-1909	Schlaganfall
Jacob Becker II	Vollmersbach	05-03-1863	29-03-1893	Nervenfieber
Johann Jacob Becker	Vollmersbach	17-06-1819	26-03-1897	Altersschwäche
Katharina Becker	Kempfeld	11-05-1815	20-08-1886	Schlagfluss
Rudolf August Becker	Vollmersbach	15-02-1859	28-04-1878	Schwindsucht
Friedrich Bender	Weiersbach	25-07-1827	24-07-1893	Wassersucht
Johann Philip Bender	Sien (Birkenfeld)	26-11-1780	10-04-1877	Altersschwäche
Friedrich Bickler	Weiersbach	(?) 1804	28-12-1856	Blutdurchfall
Wilhelmine Sophie Lisetta Block	Deutschland	(?) 1836	25-07-1916	Herzwassersucht
Anna Maria Blum	Wenings	09-05-1804	21-10-1887	Herzwassersucht
Georg Christian Blum	Wenings	05-08-1810	03-03-1888	Wassersucht
Daniel Jakob Boehler	Fraustadt	(?) 1796	17-04-1857	Schlagfluss
Johann Heinrich Martin Boensel (Breusel)	Niedermoos	14-05-1855	29-05-1889	Schwindsucht
Wilhelm August Böttcher	Niederhagen	15-01-1860	03-05-1899	Schwindsucht

NOME	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA MORTE	CAUSA MORTIS
Karl Bohrer	Hettenroth	29-11-1827	27-09-1889	Schwindsucht
Karl Ernest Boechers (Borgers)	Hamburg ou Hittfeld	-	10-02-1875	Pocken
Maria Elisabeth Borger	Kempfeld	16-04-1804	16-10-1876	Gicht u. Altersschwäche
Elisabeth Braun	Hellertshausen	-	14-10-1904	Herzschlag
Johann Nikolaus Brenner	Schwollen	20-11-1811	28-01-1883	Ertrunken
Kaspar Heinrich Ernest Brockmann	Lengerich	03-11-1853	21-12-1916	Speiseröhrenkrebs
Johann Karl Burmeister	Stralsund	06-04-1836	30-03-1881	Schwindsucht
K.G. Buzin	-	-	03-02-1856	Ertrunken
Karl Caspar	Birkenfeld	08-10-1818	07-09-1890	Suicid
Christian Cassel I	Rathweiler	29-10-1801	27-12-1877	Altersschwäche
Valentin Christ	Deutschland	-	04-12-1878	Lungenkrankheit
Peter Closs	Oberhausen	15-12-1817	03-04-1889	Brustwassersucht
Karl Cornelius	-	?	22-06-1901	Blutsturz
Philippine Cullmann	Göttschied	22-10-1849	18-07-1928	Herzleiden u. Wassersucht
Philip Damian I	Gommersheim	06-11-1816	28-08-1904	Altersschwäche
Johann Friedrich Dertinger	Holzmaden	30-03-1859	09-05-1833(sic)	Schlaganfall
Anna Maria Dexheimer	Heimersheim	10-05-1820	08-03-1887	Dysenterie
Philipp Dick	Becksbach	-	20-12-1839	Beim Angriff durch Räuber
Katharina Diefenthaler	Biebelnheim	1800 (?)	28-04-1839	Kindbett
Balduin Eduard Dittmar	Heirichshütte	(?) 1830	10-02-1872	Gehirnschlag

NOME	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA MORTE	CAUSA MORTIS
Julius Dreher	Hettenrodt	26-05-1840	20-02-1889	Schwindsucht
Luiſe Dreher	Vollmersbach	14-05-1839	06-05-1889	Schwindsucht
Peter Dröſcher	Becherbach	24-12-1824	22-10-1879	Schwindsucht
Karl Ebeling I	Partenheim	28-04-1821	27-09-1892	Altersſchwäche
August Friedrich Emil Eggert	Deutschland	25-04-1863	20-12-1898	Lungenentzündung
Maria Barbara Eichelmann	Aachen	29-06-1853	02-09-1835	Altersſchwäche
Johann Friedrich Einsfeld	Partenheim	(?)	20-01-1838	Erschossen von Republikaner
Georg Heinrich Emmerich	Langerbergheim	04-06-1804	08-12-1885	Altersſchwäche
Henrich Wilhelm Engelke	Hainholz	31-01-1822	06-05-1889	Bauchwassersucht
Maria Margarethe Engelmann	Ravengiersburg	-	25-11-1871	Wassersucht
Elisabetha Engers	Sonnſchied	12-03-1819	02-11-1879	Brustkrankheit
Adolf v. Eſenwein	Rosenheim	13-05-1879	17-12-1925	Typhus
Johann Etzel	(?)	(?)	02-10-1835	Erſtochen durch Joh. Stoltenberg auf dem Waſſerweg von Porto Alegre nach São Leopoldo
Karl Hartmann Faedrich (Foedrich)	Stettin	15-11-1859	18-03-1877	Gehirnſchlag
Johann Friedrich Falck	Schleswig	08-08-1812	29-07-1877	Gehirnentzündung
Katharina Faller	Raversbeuren	09-01-1807	22-11-1876	Wassersucht
Elisabeth Feldmann	Grünberg	16-12-1808	14-11-1884	Markauſzehrung
Jakob Fiſchborn	Weinsheim	22-09-1855	26-02-1889	Typhus

Johann Christian Fischer	Ratzeburg	24-03-1833	09-11-1876	Schwindsucht
NOME	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA MORTE	CAUSA MORTIS
Luise Margarethe Fischer	(?)	(?)	26-08-1904	Magenblutung
Kurt Wilhelm Ferdinand Flehsig	Deutschland	(?) 1850	21-12-1904	Herzwassersucht
Anna Katharina Förnges	Kefenrod	18-10-1817	25-02-1882	Magenkrebs
Juliane Philippine Freyschlag	Oberstein	(?) 1840	15-11-1916	Arterienverkalkung
Maria Margaretha Fritz	Becherbach	24-04-1796	11-12-1856	Wassersucht
Anna Adelheid Früchtenicht	Bremen	11-08-1877	03-11-1892	Nervenfieber
Johann Heinrich Früchtenicht	Bremen	(?) 1842	03-09-1920	Herzwassersucht
Karl Ganns	Pferdsfeld	10-01-1835	01-08-1888	Ertrunken im Rio dos Sinos, Suicid
Jakob Gerhard	Eichlon oder Lonsheim oder Oppenheim	15-08-1794	21-11-1876	Altersschwäche
Johann Gerling	Wismar	(?) 1816	12-12-1871	Brustleiden
Elisabetha Rotmann (esposa de Johann Gerling)	São Leopoldo	30-08-1832	23-08-1915	Altersschwäche
Joseph Geyer	Oberhaag bei Wasserburg	(?) 1802	20-06-1836	Gestorben durch den Schlag einer Kanonenkugel auf die Brust
Matthias Geyer	Aspisheim	(?) 1799	27-06-1840	Ermordet
Susanna Geyer	Aspisheim	(?) 1829	05-03-1914	Altersschwäche
Albert Wilhelm Graeter	Tübingen	(?) 1862	21-11-1925	Wassersucht
Karl Grovermann	Bockenem	12-04-1830	13-05-1885	Herzwassersucht
Elisabeth Habigzang (esposa de Karl	Campo Bom	11-01-1839	12-08-1876	Schwindzucht

Grovermann)				
Johann Karl Haag	Sensweiler	(?)	05-07-1874	Pocken
NOME	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA MORTE	CAUSA MORTIS
Johann Friedrich Häpper II (Höpper)	Hamburg	07-04-1820	11-09-1886	Schlaganfall
Wilhelm Haertel	Berchenheim	05-11-1825	16-02-1880	Ermordet zwischen Tramanday u. Conceição do Arroio
Dorothea Hahn	Dickesbach	(?)	07-08-1840	Altersschwäche
August Heinrich Hammer (casado com	Hagen	22-05-1862	19-02-1922	Leberleiden
Karoline Elisabeth Steinbrecht	São Leopoldo	04-06-1860	25-11-1925	Krebs
Maria Christiane Harlow	Rostok	(?)	17-06-1880	Altersschwäche
Paul Hartmann	Marieensee	(?)	03-03-1898	Gehirnentzündung
Anton Heidrich	Gablonz	19-09-1873	24-07-1933	Lungenentzündung
Johann Heinrich	Langwedel	24-01-1803	20-02-1880	Wassersucht
Magdalena Heinz	Sohren	(?) 1782	05-09-1852	Entkräftung
Friedrich Otto v. Heise	Hameln	(?)	24-12-1836	Ertrunken bei Pedras Brancas – Porto Alegre durch Sturz vom Schiff. Leiche nicht gefunden
Gustav Helm	Arten	31-10-1869	21-09-1891	Schwindsucht
Philipp Helm	Birkenfeld	05-05-1824	09-08-1880	Wassersucht
Johann Hinrichs	Aurich	14-10-1829	31-12-1908	Altersschwäche
Paul Karl Wilhelm Hinrichs	Greifswald	06-02-1864	02-03-1892	Wassersucht
Maria Katharina Höffner (Haefner)	Idar oder Dhronen	20-07-1831	30-03-1883	Wassersucht

Eva Hoffmann	Wöllstein	29-09-1829	24-11-1906	Altersschwäche
Jacob Hoffmann II	Wöllstein	15-08-1817	02-01-1901	Lungenentzündung
NOME	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA MORTE	CAUSA MORTIS
Philipp Hoffmann II	Wöllstein	(?)	03-03-1899	Suicid
Karoline Hofmann	Wöllstein	22-02-1825	25-11-1889	Herzleiden
Philipp Hofman I	Wöllstein	(?) 1829	29-12-1898	Influenza
Gottfried Christoph Emmerich Hopfer	Neubeesen	09-04-1860	26-10-1923	Speiserröhrenkrebs
Karl Rudolf Heinrich Huch	Celle	06-09-1788	30-11-1858	Blutdurchfall
Johann Joachim Heinrich Huhnfleisch	Schwandt	21-06-1793	22-09-1880	Altersschwäche
Joachim Heinrich Jacks	Holstein	(?)	30-06-1831	Von einen Neger totgeschlagen
Maria Luise Japen (Jobb, Jauken)	Korstädt	(?) 1803	15-04-1867	Chorela
Karl Jungbluth	Obertiefenbach	17-07-1828	02-10-1876	Schwindsucht
Albin August Kaempffe	Markneukirchen	02-03-1808	17-06-1893	Influenza
Katharina Keller	Wöllstein	04-05-1826	27-10-1883	Gebärmutterkrebs
Rosina Barbara Keller	Trisbach oder Leibach	27-03-1817	15-06-1872	Brustkrankheit
Johann Karl Hermann Klebowsky	Hamburg	(?)	19-05-1865	Schwindsucht
Johann Peter Klein	Deutschland	(?)-04-1817	21-11-1881	Lungenschwindsucht
Karolina Margaretha Roth	(?)	(?)	31-01-1917	Altersschwäche
Louis Klein	Kirschstein	21-09-1837	12-11-1889	Beinbruch
August Wilhelm Klenze	Hamburg	09-10-1805	05-04-1861	Schlagfluss
Friedrich Christian Klingelhöffer	Battenberg	(?)	06-11-1838	Beim Angriff zu Freguesia Nova

Elisabeth Körger	Aspishheim	23-08-1818	10-11-1884	Herzschlag
Anna Elisabetha Konrad	Argenthal	30-11-1825	15-10-1908	Darmentzzündung
NOME	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA MORTE	CAUSA MORTIS
Nikolaus Konrath II	Ravengiersburg	19-02-1819	03-05-1891	Starrkrampf
Moritz Friedrich Kortepeter	Hohne	05-12-1864	12-06-1928	Lungenentzündung
Bernhardine Klos (era mulher de Kortepeter)	Wilhelmslust/São Leopoldo	20-02-1861	03-07-1930	Wassersucht
Elisabetha Kullmann	Mörschied	29-01-1823	23-09-1885	Schwindsucht
Anna Katharina Kuntz	Langenthal	06-05-1825	23-04-1885	Leberschwund
Johannes Kuntz	Langenthal	(?) 1827	12-12-1855	Cholera
Johann Adam Kunz	Seesbach	(?) 1806	19-08-1872	Gehirnschlag
Elisabeth Barbara Lambert	Niedereisenbach	27-02-1820	01-04-1890	Thyphus
Anna Elisabeth Katharina Leiendecker	Herrstein	10-01-1806	11-10-1879	Altersschwäche und Brustkrankheit
Anna Katharina Lengner	Glashütten	12-05-1812	13-03-1878	Wassersucht
Lorenz Lied	Bechenheim	23-07-1817	30-11-1886	Ermordet
Georg August Loch	(?)	(?)	22-10-1922	Grippe
Robert Max Loch	Oberstein	25-12-1903	06-08-1929	Blasenentzündung
Friedrich Gustav Adolf Lütke	Berlim	26-12-1856	08-09-1935	Brustkrebs
Willi Emil Albert Martin Manssen	Doberan	30-03-1886	20-02-1891	Schwindsucht
Friedrich Wilhelm Mauss	Laubach	01-03-1813	21-12-1871	Zehrung
Katharina Margaretha Metz	Biebelnheim	20-02-1805	16-12-1855	Cholera

Paul Michel	Hausen	15-04-1818	14-08-1888	Wassersucht
Jeanette Carolina Mohr	(?)	(?)	27-10-1910	Influenza
Adelheid Müller	Nedau (Holland)	04-05-1840	27-01-1889	Entzündung im Leib
NOME	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA MORTE	CAUSA MORTIS
Johannes Müller I	Ulmet	(?)	30-10-1841	In Gefangenschaft
Johannes Müller II	Wonsheim	(?)	16-08-1898	Altersschwäche
Johann Nikolaus Müller II	Brücken	11-05-1794	18-12-1876	Altersschwäche
Juliane Maria Müller	Wonsheim	02-04-1811	26-03-1867	Chorela
Maria Margarethe Müller	Gödenroth	25-06-1847	13-06-1928	Altersschwäche
Nikolaus Müller I	(?)	(?)	12-04-1831	Ermordet von Indianer zusammen mit seiner Frau
Philippina Katharina Müller	Brücken	25-02-1820	15-08-1882	Gebärmutterkrebs
Karl Ernest Müzell	Skitz	(?)	19-03-1900	Herzschlag
Paul Josef Olschowsky	Ratibor	07-06-1864	14-08-1913	Blutsturz
Werner v. Pein	Düsseldorf	30-01-1893	04-07-1926	Kehlkopfschwindsucht
Christian Petersen	Tondern	13-06-1824	13-10-1887	Gehirnschlag
Peter Friedrich Petersen	Kiel oder Hamburg	(?)	13-07-1840	Suicid
Katharine Petri	Deutschland	06-06-1811	12-06-1884	Wassersucht
Johann Jacob Petry I	Sargenroth	04-10-1818	08-05-1876	Schlagfluss
Jacob Petzinger	(?)	(?)	(?)	Ermordet
Friedrich Robert Pfaff	Erlangen	26-09-1858	30-12-1883	Schwindsucht

Ferdinand Pfeifer	Hamburg	(?)	20-06-1836	Gestorben in der Schlacht von Porto Alegre durch eine Kanonenkugel
Sophia Pfingsten	Hamburg	02-10-1820	19-12-1893	Dysenterie
NOME	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA MORTE	CAUSA MORTIS
Henriette Emilie Christianne Plitt	Hessen	(?) 1869	20-11-1913	Herzschwäche
Karl Plit	Biedenkopf/Hessen	(?)	31-10-1925	Herzschwäche
Jacob Christian Presser	Wolfersweiler	25-09-1852	10-08-1893	Schlagfluss
Wilhelm Ludwig Presser	Wolfersweiler	(?)	21-11-1909	Gesichtrose
Alexander v. Prosch	(?)	(?)	27-07-1915	Rippenfellentzündung
Carolina Purpur	Idar	27-02-1808	28-06-1873	Unterleibsschaden
Jacob Purpur II	Obertiefenbach	20-11-1830	18-05-1876	Schwindsucht
??? Rasch	(?)	(?)	23-01-1879	Schlagfluss
August Reche	Blankenburg	(?)	04-03-1911	Herzschwäche
Marie Reche	Blankenburg	08-07-1845	05-07-1882	Geschwüre
Margaretha Reichard	Königsau	20-05-1834	07-12-1904	Hirnschlag
Friedrich Luiz Reichardt	Idar	04-03-1820	02-09-1891	Nieren u. Blasenleiden
Leopold Reichardt	Kirn	17-03-1848	31-03-1883	Auszehrung
Wilhelm Kurt Bruno Reimer	Naujeningken	06-03-1902	12-02-1930	Typhus
Johann Friedrich Christoph Reupert	Dankelsheim	(?)	29-07-1912	Altersschwäche
Jacob Rheingantz	Sponheim	(?)	30-03-1875	Wassersucht
Max Richter	(?)	(?)	01-01-1914	Magengeschwür

Christian Riek	Wennings	26-04-1804	29-04-1894	Altersschwäche
Georg Heinrich Rieth	Schauren	23-06-1798	16-02-1873	Entkräftung
Pauline Rodenbusch	Birkenfeld	(?)	06-06-1874	Pocken
NOME	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA MORTE	CAUSA MORTIS
Heinrich Röhrig	Hintersteinau	10-11-1816	19-05-1876	Schwindsucht
Johann Peter Roth	Abentheuer	19-08-1808	28-09-1888	Altersschwäche
Kark Roth III	Brücken	14-10-1839	12-07-1866	Nerven fieber
Bernhard Rudolf	Bodenheim	06-01-1858	20-08-1915	Herzschlag
Johanne Karolina Luisa Rust	Hamburg	(?)	05-08-1903	Schlaganfall
Karl Saar	Hambach	(?)	13-09-1902	Lungenentzündung
Hans Ferdinand Albrecht Hermann v. Salisch	Pommern	(?)	06-10-1837	Meuchelmord
Barbara Sauter	Weilerbach	14-04-1831	14-06-1903	Herzwassersucht
Ludwig Schrer	Schauren	18-12-1841	01-11-1877	Zerrüttung des Nervensystem
Karoline Seidler	Königsee	29-03-1839	01-09-1905	Lungenentzündung
Sophie Bertha Seidler	Königsee	07-03-1841	26-07-1928	Altersschwäche
Johanna Karoline Seydler	No mar (na Inglaterra)	25-11-1852	29-10-1874	Pocken
Maria Elisabetha Siebel	Rindsorf	(?)	(?) 12-1854	Geisteskrankheit (gestorben in Urwald)
Berthold Sommer	Butzbach	31-08-1851	15-04-1883	Ertrunken im Rio dos Sinos
Phillip Jacob Sperb	Frettenheim	01-01-1820	26-08-1875	Allg. Hinfälligkeit
Friedrich Schäbitz	Kopenhagen	19-09-1884	29-12-1892	Blutfleckenkrankheit

Gustav Schäfer	Eisenach	(?)	10-05-1928	Lungenleiden
Karl Albert Wilhelm Emil Schäfer	Helsen	(?)	13-07-1925	Krebs
Maria Elisabeth Scheffel	Berleburg	16-08-1800	16-12-1892	Altersschwäche
NOME	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA MORTE	CAUSA MORTIS
Eva Elisabeth Scherer	(?)	(?)	12-04-1831	Ermordet von Bugros
Friedrich Scherer	Veitsrodt	(?)	24-05-1911	Nierenkrebs
Peter Scherer	Ohlweiler	09-08-1789	07-04-1867	Cholera
Johann Nikolaus Schiel	Hundsbach	08-01-1786	12-08-1876	Altersschwäche
Johann Philipp Schie(h)l	Hundsbach	12-05-1817	21-07-1875	Leberleiden
Johanne Schilling	Quendlinburg	25-07-1863	13-10-1931	Schlaganfall
Johann Louis Schmidt	Frankenstein	(?)	15-01-1866	Schlagfluss
Johann Nikolaus Schmidt	Schauren	01-01-1800	30-11-1876	Schlagfluss
Karl Schmidt IV	Merscheid	01-11-1845	10-11-1880	Folgen eines Sturzes
Maria Schmidt	Mörschied	(?)	05-12-1906	Schwundsucht
Philipp Joseph Schmidt	Eisenberg	07-05-1816	02-03-1879	Lungenleiden
Wilhelm Schmitz	Radbach	05-05-1827	19-09-1901	Wassersucht
Nikolaus Heinrich Schramm	Borsfleth	(?)	09-10-1844	Unglücksfall
Marianna Karolina Agner (esposa de Johann Georg Schreiner de Sien *19-08-1824)	São Leopoldo	20-05-1831	06-05-1866	Entbindung
Anna Margaretha Schröder	Lübeck	01-09-1780	08-04-1867	Cholera
Johann Heinrich Schubkegel	Ober-Seemen	(?)	09-07-1885(?)	Schlagfluss

Johann Martin Karl Schüler	Altona	09-04-1828	15-09-1882	Herzschlag
Gesine Schumacher		(?) 1838	19-03-1922	Altersschwäche
Sophia Schumacher	Glückstadt	01-01-1834	17-10-1897	Wassersucht
NOME	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA MORTE	CAUSA MORTIS
Barbara Schweitzer	Nack	15-07-1822	26-11-1903	Altersschwäche
Johann Philipp Schweitzer	Nack	10-09-1810	14-06-1876	Magenkrebs
Karoline Ottilie Schweitzer	Nack	18-08-1805	13-08-1877	Entkräftung
Anna Margaretha Stahlhöfer	Monsheim	12-03-1815	20-06-1897	Altersschwäche
Paul Richard Steglich	Görlitz	21-09-1864	08-04-1927	Herzwassersucht
Fritz Stoz	Binningen	29-01-1887	01-07-1932	Lungenkrebs
Johann Friedrich Tappen (?)	Hildesheim	(?) 1805	28-08-1829	Ertrunken
Johann Terzbach (Dörzbacher)	Baden	(?) 1804	17-04-1835	Im Gefecht am Camaquam
Hans Wilhelm Textor	Romrod	29-10-1803	(?) 1836	Im Gefecht bei Porto Alegre durch Kanonenkugel
Friedrich Wilhelm Otto Tietze	Breslau	04-06-1824	19-07-1907	Herzschlag
Karl Tietze	Deutschland	(?) 1855	06-01-1882	Lungenentzündung
Karl Martin Traute	Oldenburg	06-02-1871	29-09-1923	Herzschlag
Julie Trum	Thallichtenberg	08-05-1814	07-01-1886	Magenleiden
Johann Philipp Uebel	Weiersbach	07-12-1822	22-10-1914	Altersschwäche
Eva Veeck	Oberstein	29-06-1799	06-11-1874	Wassersucht
Anna Marie Volz	Bobenhausen	(?) 1831	28-09-1914	Altersschwäche

Katharina Volz	Laite	(?)	02-03-1906	Nierenentzündung
Franz Louis Weinmann	Lübbecke	06-08-1832	13-03-1903	Nierem und Blasenleiden
Sophie Weins	Idar	25-07-1825	22-08-1901	Herzwassersucht
Marie Elise Charlotte Wentz	Schauren	25-03-1803	21-12-1886	Altersschwäche
NOME	LOCAL DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA MORTE	CAUSA MORTIS
Karl Werner	Pranitz	03-07-1817	16-07-1890	Influenza und Altersschwäche
Friedrich Mathias Wetter	Schüllar	(?)	12-04-1839	Durch Räuber die in sein Haus einbrachen
Louis Wild	Idar	(?) 1825	08-08-1904	Altersschwäche
Johannes Winter	Geinhaar	28-10-1809	01-11-1892	Altersschwäche
Margaretha Winter	Neunkirche	26-03-1798	16-06-1883	Altersschwäche
Maria Dorothea Wöhler	Dassow	(?)-12-1784	29-12-1855	Cholera
Maria Anna Friederika Wrede	Oldenburg	16-07-1788	28-04-1876	Altersschwäche

Os dados acima esquematizados foram extraídos da obra de Wilhelm Wolf¹ mas as informações são fragmentárias de muitos dos 3.393 imigrantes arrolados pelo autor. Nomes incompletos, datas e local de nascimento são, por vezes, ignorados, bem como as datas e a causa mortis.

Na tabela acima organizada constam os nomes de 238 imigrantes cuja causa mortis é conhecida e são elas o objeto de nosso interesse nesta comunicação.

Alguns imigrantes não chegaram ao Brasil por terem morrido a bordo, na viagem marítima. Do que faleceram não consta. E, como era de praxe, tiveram o mar, no qual seus corpos foram submergidos, como sepultura.

Desde já deixamos clara a nossa estranheza pela ausência de qualquer referência às mortes relacionadas com o movimento dos Mucker. Wolf fez isto conscientemente? Talvez para apagar da memória da comunidade alemã o episódio que, na década de setenta do século XIX, abalou São Leopoldo e teve ressonância além dos limites da área de colonização germânica? Não temos resposta para a pergunta.

Parece-nos importante observar que a morte nem sempre foi em decorrência de doenças. É o caso de mortes ocorridas na Guerra dos Farrapos, de homicídios e suicídios, embora, neste último caso, possam ter sido praticados por motivo de doença.

Três nomes expressivos do republicanismo entre os colonos aparecem na lista organizada por Wolf: Friedrich Otto von Heise, Hans Ferdinand Albrecht Hermann von Salisch e o Pastor Friedrich Christian Klingelhöffer. Von Heise morreu afogado nas Pedras Brancas, Porto Alegre, devido à queda do navio em que viajava, sendo que o corpo não foi encontrado. Teria sido uma queda acidental ou foi jogado ao Rio Guaíba? Hermann v. Salisch foi assassinado (“Meuchelmord”). Klingelhöffer morreu no ataque na Freguesia Nova, perto de Triunfo.

Outras mortes relacionadas com a Guerra dos Farrapos são assinaladas por Wolf. Senão, vejamos: Johann Friedrich Einsfeld foi baleado por republicanos; Joseph Geyer morreu de um golpe de bala de canhão no peito. Também por uma bala de canhão (Kanonenkugel) morreu Ferdinand Pfeifer na batalha de Porto Alegre, tal qual aconteceu com Hans Wilhelm Textor. Johann Terzbach (ou Dörzbacher) morreu na batalha no Camaquã. Pode-se crer, pela data, que a morte de Johann Muller I, na prisão, teve a ver com a Guerra.

¹ WOLF, Wilhelm. *Deutsche Einwanderer in São Leopoldo, 1824-1937*. Verlag Degener & Cia. Inhaber Gerhard Gessner, Neustadt an der Aich, 1964. A obra também é importante pelos dados sociais e econômicos registrados, e pelas relações familiares que se estabeleceram na área colonial do que o autor dá conta. Mas o confronto com outras obras sobre a Colonização alemã, como as de Hunsche, do período de 1824 a 1830, e de Martin Dreher sobre os Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, acusam divergências nas informações.

A Guerra trouxe insegurança e, talvez, ela tenha sido a causa de algumas mortes. Philipp Dick foi morto em 1839 devido a um ataque de ladrões. Também foi o caso de Friedrich Mathias Wetter, que teve a sua casa invadida por ladrões.

Homicídios foram registrados: Johann Eztel foi esfaqueado por um patrício, no caminho fluvial de Porto Alegre para São Leopoldo; Mathias Geyer, Wilhelm Haertel, Lorenz Lied, Jacob Petzenger assassinados (ermordet). Outros assassinatos, por suas características, devem ser registrados. Se Joachim Heinrich Jacks foi abatido por um negro, Nikolaus Muller I foi assassinado por índios juntamente com sua esposa e Eva Elisabeth Scherer o foi por bugres. Foram conflitos inter-étnicos, provavelmente alimentados por condições de vida a que estavam submetidos os autores dos crimes. No caso dos índios, foi a reação pela perda (ou diminuição) dos seus espaços vitais pelo avanço da colonização.

Suicídios impetrados sem que se saiba como o foram e por que, só permitem ao historiador levantar hipóteses, o que não vamos fazer. Entre os suicidas está Karl Ganns, que se afogou no Rio dos Sinos. Outros velhos e moços se afogaram (ertrunken) involuntária ou voluntariamente.

Mas o maior número de mortes ocorreu por doenças. Como, para muitos casos temos as datas de nascimento e do óbito, sabemos se os falecidos eram velhos ou moços. A senilidade/decrepitude (“altersschwäche”) assinalada como a causa da morte de muitos imigrantes indica que se tratava de pessoas relativamente velhas. Mas a palavra “altersschwäche” esconde, na sua generalidade, se eram ou não pessoas portadoras de doenças degenerativas. Deve-se pensar também na caducidade (“Hinfälligkeit”) e na fraqueza (“Entkräftung”), causas de muitas mortes assinaladas.

Diversas doenças do coração foram causa de mortes: fraqueza (“Herzschwäche”), hidropisia (“Herzwassersucht”), ataque cardíaco (“Herzschlag”), lesão/doença (“Herzleiden”). A citada hidropisia (“Wassersucht”), acumulando de modo anormal líquidos serosos em diversos tecidos/órgãos, também causou a morte de muitos imigrantes que foram vítimas de outras doenças, como a tísica/tuberculose (“Schwindsucht”) e a apoplexia (“Schlagfluss” e “Schlaganfall”).

Doenças que afetam o cérebro também vitimaram imigrantes: encefalite (“Gehirnhautentzündung”), apoplexia (“Gehirnschlag”/“Hirnschlag”). Uma doença mental (“Geisteskrankheit”) levou Maria Elisabetha Siebel a morrer na floresta.

Diversos tipos de câncer (“Krebs”) estão entre as causas de morte, ao atingirem órgãos como esôfago (“Speiserrörenkrebs”), estômago (“Magenkrebs”), pulmão (“Lungenkrebs”). Diversos destes órgãos também foram atingidos por outras doenças que

foram fatais. Males renais e da bexiga (“Nieren u. Blasen leiden”), entre eles nefrite (“Nierenentzündung”), cistite (“Blasen entzündung”); doenças do pulmão (“Lungenkrankheit”/“Lungenleiden”), como tuberculose (“Lungenschwindsucht”); doenças do peito (“Brustleiden”/“Brustkrankheit”), como hidropisia (“Brustwassersucht”). Doenças do estômago (“Magenleiden”), como hemorragia (“Magenblutung”), abscesso estomacal (“Magengeschwür”). Intestino (Darmen) e fígado (Leber) doentes também foram causa mortis: colite (“Darmenentzündung”) e atrofia (“Leberschwund”).

A consupção ou comsupção (zehrung/zerrütung, auszehrung), definimento progressivo e lento do organismo humano produzido por doença, também consta nas causas de morte de imigrantes como da medula (“Markauszehrung”) e do sistema nervoso (“Zerrütung des Nervensystem”).

Uma série de outros males/doenças podem ser enumerados. A título de ilustração: febre nervosa (“Nervenfieber”), diarreia de sangue (“Blutdurchfall”), varíola (“Pocken”), gota (“Gicht”), hemorragia (“Blutsturz”), disenteria (“Dysenterie”), tifo (“Thyphus”), arteriosclerose (“Arterienverkalkung”), influenza/gripe (“Influenza”/“Grippe”), cólera (“Cholera”), tétano (“Starkrampf”), inflamação/enfermidade no ventre (“Entzündung im Leib”/“Unterleibschaden”), tuberculose na laringe (“Kehlkopfschwindsucht”), erisipela (“Gesichtrose”), pleurisia (“Rippenfellentzündung”), púrpura (“Blutfleckenkrankheit”), abscessos (“Geschwüre”).

Evidente é que situações não relacionadas propriamente com doenças causaram mortes. No caso dos imigrantes, houve mortes por fratura de perna (“Beinbruch”), em consequência de quedas (“Folgen eines Sturzes”) e devido a acidente (“Unglücksfall”).

Mas na Colônia as mulheres tinham filhos e nem sempre a gravidez e o nascimento do bebê ocorreram sem problemas. Mulheres grávidas perderam a vida por dores de parto (“Kindesnöte”) e morreram de parto (“Kindsbett”/“Entbindung”).

Um estudo aprofundado, com a análise do contexto colonial que incluía o acesso a práticas da medicina então conhecidas e difundidas, daria uma visão mais completa das mortes ocorridas, o que não temos condições nem conhecimento para fazer. O presente trabalho teve, apenas, o objetivo de chamar a atenção para uma área do conhecimento que está à espera de quem a pesquisa.

“Grüße vom Strand”: imagens da vilegiatura marítima no litoral gaúcho.

*Joana Carolina Schossler***

Introdução

Em seu trabalho sobre *A invenção da praia*, Alain Corbin (1989, p. 266) tratou o modo de apreciar o mar, o olhar dirigido às populações que freqüentam suas margens e a sensibilidade própria do indivíduo. Corbin revela que a prática da vilegiatura marítima teve melhor aceitação e repercussão na Alemanha do que na França, pois os cientistas germânicos já possuíam conhecimento sobre os benefícios da água de mar no século XVIII. (CORBIN, 1989, p. 274). André Rauch (1995, p. 84), também afirma que a vilegiatura marítima na costa alemã antecedeu o veraneio na orla marítima francesa. Perto da cidade hanseática de Lübeck é fundado, em 1802, o balneário de Travemünde. Na Pomerânia, a estação balneária de Rügenwald data de 1815 e Swinemünde, no Báltico, é inaugurada em 1821.

Os famosos banhos também foram incorporados no século XIX como prática medicinal em estações termais do estado do Rio Grande do Sul, inclusive, dentre seus seguidores e adeptos se encontra significativa parcela de imigrantes alemães que, posteriormente, freqüentou as praias do litoral gaúcho.

O presente trabalho visa analisar parte da vasta produção pictórica que teve publicações nas Revistas do Globo, Mascara, Kodak e A Gaivota. Também compõem o acervo iconográfico cartões postais e fotografias que possibilitam inferir o significado da vilegiatura marítima para os veranistas, seus códigos estéticos, grupo social, desenvolvimento das cidades litorâneas e, sobretudo, o prazeroso encontro dos banhistas com as águas salgadas do Atlântico.

Verso & Reverso: *Grüße vom Strand* (saudações da praia) nos cartões postais

No início do século XX, o hábito de freqüentar a orla marítima tornou-se prática comum entre determinados habitantes da capital e das cidades interioranas do estado do Rio Grande do Sul.

Percorrendo quilômetros para chegar até as areias brancas do litoral, o encontro entre veranistas e natureza teve diferentes sentidos nos primórdios da vilegiatura marítima, isso

porque as praias de mar, em seu histórico primitivo, eram procuradas pelos banhistas para fins medicinais.¹

O “tão salutar efeito dos banhos de mar” (A GAIVOTA, 1929, p. 12), enfatizado pelas revistas do período e indicado por médicos, era uma das causas que movia os veranistas às praias. Porém, o fluído atmosférico que revigorava o espírito dos trabalhadores estafados pelo desgastante ar da cidade, assim como a canícula estival, modifica o sentido das praias de mar, tornando-as uma válvula de escape para alguns cidadãos. Entre eles, destacam-se imigrantes alemães e seus descendentes, que tiveram sua primeira experiência com o mar na travessia atlântica. Embora não seja exclusividade de imigrantes alemães o pioneirismo da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul, ela deu-se, sem dúvida, devido à participação especial por boa parte das abastadas famílias da comunidade teuto-brasileira de Porto Alegre. (CORREA, 2008, p.3).

No entanto, freqüentar as praias de mar era um privilégio de poucos, pois veranejar envolvia valores monetários e meios de transporte que possibilitavam as longas horas de viagem até as praias. Estes preparativos ou antecedentes para o encontro com as águas marinhas pode ser visualizado nas imagens registradas pelas câmeras fotográficas.

Possuir uma fotografia como lembrança, significava pertencer a um grupo social privilegiado, até porque poucas pessoas possuíam suas próprias máquinas fotográficas, o que permitia aos fotógrafos realizarem seu trabalho registrando os bons momentos da vilegiatura marítima.

“A fotografia turística nos permite a posse imaginária de um passado irreal. Pela primeira vez na história, pessoas viajam regularmente, em grande número, para fora de seu ambiente habitual, durante breves períodos. Parece decididamente anormal viajar por prazer sem levar uma câmera. As fotos oferecerão provas incontestáveis de que a viagem se realizou, de que a programação foi cumprida, de que houve diversão”. (SONTAG, 2004, p. 19/20)

Neste sentido, os fotógrafos tiveram papel representativo na vida dos veranistas que freqüentavam o litoral gaúcho. Certamente foram eles os responsáveis por boa parte das recordações visuais, além da criatividade e produção artística para constituição das imagens.

* Aluna do Programa de Pós- Graduação em História da PUCRS.

¹ CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Os primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul e os cuidados com o corpo, in Anais IX Encontro Estadual de História da ANPUHR (Porto Alegre, 14 a 19 de julho de 2008).

Para Boris Kossoy (1989,p. 23) “a fotografia, é resultante da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia em cada época”.

No ensaio *Fotógrafos em Porto Alegre no século XIX*, de Athos Damasceno (1974), são mencionados alguns fotógrafos alemães. Entre muitos fotógrafos estrangeiros, destacam-se os alemães Balduino Röehrig, Mme. Reeckell e Luiz Guilherme Willisich. A presença de vários fotógrafos na capital gaúcha acusa uma concorrência num mercado incipiente, onde a inovação das técnicas fotográficas foi uma constante. Porém, cabe ressaltar o nome do “hábil fotógrafo” alemão Frederico Hunfleisch, que inovou o mercado apresentando ao público “postais, avulsos, propriamente ditos, semelhantes aos postais confeccionados na Europa”. (DAMACENO, 1974, p. 39). Entre outros fotógrafos que possuíam estabelecimentos comerciais na Porto Alegre no século XIX, estão Walter Mende, August Stöckel, Jacob Ferdinand Balduin e Luiz Wilisi(s)ch. (GANS, 2002).

Já em alguns postais enviados no primeiro quartel do século XX, o nome de fotógrafos, como Leopoldo Geyer, I. Feltes, F. Becker aparece assinado nas paisagens da praia de Torres. Desta forma, pode-se inferir que possivelmente muitos fotógrafos da capital transferiam temporariamente seus estúdios fotográficos para as praias, o que lhes garantia fonte de renda extra e certa inspiração fotográfica que poderia ser compartilhada em cartões postais e até mesmo em revistas da época.

Segundo Boyer (*apud* Franco 2006, p.48), os cartões postais e as fotos produzidas por turistas sobre lugares visitados têm um papel importante na superposição de imagens que, ao longo do tempo, vão constituindo e consolidando a imagem turística. O autor ainda destaca diferentes características para o processo perceptivo da imagem turística, podendo ela provocar lembranças positivas, desejo de conhecer, visitar ou revisitar o lugar.

O cartão postal pode remeter ao receptor dupla comunicação: uma mais objetiva (verso) e outra mais subjetiva (reverso). Segundo Patrícia dos Santos Franco (2006, p. 52), “o emissor detém as características culturais básicas que serão expostas na mensagem. Os criadores de cartões- postais assumem o papel de emissor da mensagem. A eles cabe transmitir a realidade cultural e social do grupo que retratam”.

Já a mensagem é “o signo ou grupo de signos capaz de ter um significado particular para um determinado grupo referencial, (...) é a forma pela qual a mensagem é recontada: o prazer ou desprazer despertado pela composição e seu contraste com local real (...)” (FRANCO, 2006, p.53).

Desta forma, o cartão postal enviado de Tramandahy, em 26 de fevereiro de 1922, a Frederico Mentz, acusa um grande grupo heterogêneo de turistas com diferentes trajes de banho em vilegiatura marítima. Porém, sua mensagem descritiva, elucida os aspectos prazerosos vivenciados no cotidiano das praias do atlântico.

Lieber Vater!

Besten Dank fuer dein Kaertchen. Wie geht es dir? Hier ist noch alles beim Alten, gesund und munter. Jetzt sind wir gerade 1 Woche hier und kommt es mi vor, als ob es schon 1 Monat waere, da man so von der Welt abgeschnitten ist. Wenig Neuigkeiten gibt es, und denkt man nur an Essen, Baden, Trinken und Schlafen.

Sei recht herzlich gegruesst und gekuesst von deinem treuen Sohne.

(Postal Frente e Verso - Acervo Benno Mentz/ILEA (UFRGS) Porto Alegre- RS)

Querido Pai!

Muito obrigado pela cartinha.

Como está? Aqui está ainda tudo como antigamente, são e salvos. Agora já faz uma semana que nós estamos aqui e imagino como se fosse um mês, pois a gente está tão apartada do mundo. Poucas novidades por aqui e a gente pensa somente em comer, banhar-se, beber e dormir. Seja cordialmente saudado e beijado pela tua filha leal. [parte manuscrita pouco legível]

Tua Érika

(Postal Frente e Verso - Acervo Benno Mentz/ILEA (UFRGS) Porto Alegre- RS)

Já o cartão postal enviado pelos filhos aos pais que habitavam a cidades de Santa Cruz do Sul (RS), informa em seu reverso o agradável veraneio na praia de Torres, em fevereiro de 1945.

Prezados Paes.

Ainda estamos gozando a linda praia de Torres. Tivemos esplendidos dias de sol, hoje é um dia chuvoso. Espero que tenham aproveitado o veraneio. É uma pena que voltaram tão cedo, esperava encontrá-los aqui na passagem a P. Alegre.

Abraços a Ealz e a vocês do Norberto Ualo, Ellen e Herta.

(Acervo do CDOC/UNISC – Santa Cruz do Sul, POSTAIS AVULSOS).

Outra veranista também escreve para a sua afilhada informando onde está e quando voltará. Nota-se que os turistas, ao remeterem cartões postais, compartilham sua vilegiatura marítima com os destinatários que, virtualmente, podem seguir o deslocamento espacial daqueles que lhes escrevem, além de conferir as informações pessoais fornecidas pelos remetentes.

Querida Iris,

Hoje tu recebes um cartão da bela Torres. Próxima semana (quinta ou sexta-feira) eu volto. Saudações para vovó, papai, mamãe e Doris. Saudações pra ti da tia Camila.

(Acervo do CDOC/UNISC – Santa Cruz do Sul, POSTAIS AVULSOS).

Cabe salientar que os três cartões postais acima referidos têm como remetentes e destinatários membros de famílias alemãs de Porto Alegre e Santa Cruz do Sul. O veraneio deste grupo se realizava, preferencialmente, no litoral norte do Rio Grande do Sul, de Tramandaí a Torres. Dos três cartões, dois são escritos em alemão. No cartão postal redigido em português, podemos inferir que o emprego da língua nacional era aconselhável em 1945.

As fotografias também permitem observar o estereótipo dos veranistas, o que confirma que grande parte dos banhistas é de descendência germânica. Além disso, as listas de hóspedes² divulgadas pelos hotéis na revista *A Gaivota*, um periódico especializado em praias gaúchas que teve publicações entre os finais dos anos 20 até os anos 40, ratificam a presença expressiva dos alemães nas praias de mar.

No entanto, se alguns podiam descrever ou retratar o litoral, outros sequer podiam imaginar como era sentir sua pele sendo beijada pelas ondas. Neste sentido a fotografia representa um tempo congelado que permite ao admirador observar os elementos que se encontram na imagem, mas que não estão ali no presente momento.

Nelson Schapochinik (1998, p. 457), em seu estudo sobre cartões-postais, mostra que “a imagem imbuída de um claro “valor de exibição” incita o destinatário a ver a paisagem pelos olhos do remetente, apelando para o uso da imaginação ou daquela faculdade que Mário de Andrade cunhou de “conhecimento sensível”.

Entretanto, as mensagens contidas nos cartões postais proporcionaram aos receptores o prazer compartilhado entre aqueles que estavam vivenciando a vilegiatura marítima para aqueles que puderam, talvez, pela primeira vez ter uma notícia e ver uma prova documental de que se esteve em uma praia de mar.

“Ecos das Praias”: imagens da vilegiatura marítima nas revistas gaúchas.

Não foram somente as saudações da praia (*Grüße vom Strand*) enviadas nos cartões postais que despertaram certo interesse da população em conhecer as praias de mar. Alguns dos magazines que circulavam no Rio Grande do Sul no início do século XX, também divulgaram muitas das fotografias de veranistas nas praias do atlântico.

Nos periódicos como a *Revista Mascara*, *Kodak*, *Revista do Globo* e *A Gaivota*, é possível analisar a evolução de um litoral pouco conhecido na história do Rio Grande do Sul,

² Entre alguns nomes se encontram, Major Alberto Bins, Germano Sperb, Dr. Raul Pilla, Oscar Elly, Fernando Schneider, Dr. Edgar Eifer, Adolfo Petry, Benno Jaeger, Henrique Heinen, Luiz Buchmann, entre outros.

além disso, pode-se visualizar a expressiva participação de imigrantes alemães que apareceram nas lentes dos fotógrafos, ou em fotografias amadoras que foram enviadas pelos veranistas e publicadas nas revistas.

As fotografias de veraneio permitem, entre uma década e outra, observar as mudanças sob a forma de apreciação da água e do sol, além dos “rígidos códigos de conduta, dos tabus sobre a exposição do corpo e do culto a alvura da cútis”. (SHAPOCHNIK, 1998, p. 487).

Esta característica é presente nas imagens publicadas na Revista Mascara no ano de 1918³. Nas fotografias, homens e mulheres aparecem cobertos por trajes até os pés, usando uma espécie de chapéu em forma de tecido que lhes tapava boa parte da cabeça e do rosto. Além da longa vestimenta, utensílios como sombrinhas eram utilizados pelas damas para garantir a alvura da pele, que tinha certo valor estético no período.

Já no findar dos anos 20, a apreciação do sol sofre modificações que não fogem às observações da imprensa.

A praia é dos morenos. Não há mais corpos claros. A luz ardente dourou a pele branca das epidermes. E todas ficaram mais lindas assim beijadas de sol. Linda praia das morenas. (CORREIO DO POVO, 13/02/1931).

O tom dourado é o tom da moda, afirma matéria da revista A gaivota de 1929. Porém, a exposição ao sol deve ser gradual para se chegar à cor desejada. Além do mais, enquanto algumas conseguirão o invejável bronzeado, outras terão que se contentar com a vermelhidão causada pelas longas horas de exposição ao sol.

Se os banhos de mar e a brisa marítima tinham um efeito benéfico sobre a saúde, a praia também era o lugar para o desenvolvimento da cultura física. Conforme artigo da revista A gaivota de 1931, as praias européias possuíam amplos e magníficos estúdios de cultura física, porém, este “encanto faltava às nossas praias”, pois “nada de mais encantador do que a silhueta feminina com suas malhas a phantasia, seus roupões movendo-se à brisa mar, nas nossas praias brancas em que as ondas dizem o seu queixume perpetuo”.

Nesse sentido, algumas imagens da Revista do Globo, mostram as garotas em movimentos de ballet, correndo, caminhando na orla marítima, ou “brincando” com uma bola. Estes aspectos dão à praia um sentido de lazer, de entretenimento e sociabilidade, como demonstram algumas fotografias sobre as festas de carnaval realizadas no litoral. Inclusive em um cartão postal de 1922 (CEDOC – UNISC), pode-se observar entre um aglomerado de

³ Os números analisados do período são correspondentes aos anos de 1918 a 1925, e se encontram no Museu de Comunicação Hipólito da Costa, Porto Alegre, RS.

peessoas um grupo folclórico apresentando-se a beira mar da praia de Torres. Além disso, os veranistas foliões também se fantasiavam para alegrar os salões de festa, como mostra a fotografia dos membros da família Pilla e Scheneider em Cidreira, vestidos de ciganos.

Já na reportagem de Zygmund Haar (REVISTA DO GLOBO, 21/02/1948, p. 39), um grande grupo dentro da água ou “as belas sereias” em “pose-para-ser-exibida”, exuberantes, com os corpos em forma de estrelas, ou com as pernas formando uma meia lua aparecem no ensaio deste fotógrafo da Revista do Globo.

Para a produção destas imagens os fotógrafos “representam o testemunho de uma criação” (KOSOY, 1989, p. 33), pois “além de sugerir e organizar a cenografia, era da competência do fotógrafo, sempre que necessário ou consentido, acrescentar retoques para corrigir uma marca pessoal, destacar a introduzir um detalhe [...]”. (SHAPOCHNIK, ano, p. 465).

[...] Tirar uma foto é ter um interesse pelas coisas como elas são, pela permanência do *status quo* (pelo menos enquanto for necessário para tirar uma “boa” foto), é estar em cumplicidade com o que quer que torne um tema interessante e digno de se fotografar [...]. (SONTAG, 2004, p. 23)

Ainda é importante lembrar que as fotografias publicadas nas revistas do período, tinham uma função socializadora, pois em muitas páginas como nas revistas Mascara e Kodak, as imagens eram publicadas apenas com uma legenda, sendo que na maioria das vezes a matéria publicada não correspondia com a fotografia impressa na mesma página.

Tanto nas revistas Kodak quanto A Gaivota, solicita-se aos leitores o envio de suas imagens ao editorial, deixando claro que as fotografias não seriam devolvidas aos proprietários. Portanto, as imagens publicadas pelas revistas comprovam, através do estereótipo e dos sobrenomes, que os imigrantes alemães tiveram parcela significativa na vilegiatura marítima e foram captados pelas lentes fotográficas.

Como afirma Susan Sontag (2004, p.16) “uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer; mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem.”

Se a “fotografia é a representação do real”, um objeto de estudo cristalizado “que as pessoas podem guardar e olhar outras vezes” (SONTAG, 2004, p 28), os relatos de veranistas comprovam a história representada nas fotografias. Mas a realidade do litoral se alterava, assim como as representações imagéticas daquela paisagem marítima. Nilo Ruschel, por

exemplo, chamou atenção para tais mudanças ao salientar, nostalgicamente, que “quanto mais perto, mais longe ficava essa Tramandahy”.

[...] fazia-se a marcha para leste, em busca das delicias praieiras. Os automóveis mais velhos que a cidade tinha, eram os vehiculos escolhidos para o sacrificio dos maos caminhos. Mas não se notava sua velhice, pois ficavam disfarçados sob um montão de malas, de saccos de viagem e de “preguiçosas”. Lá se iam nessa aventura que começara ás tres horas da madrugada, para terminar ao anoitecer. Mas Tramandahy apparecia enfim. Seus ranchos de madeira, cobertos de palha, eram uma promessa de repouso, na simplicidade de uma vida quasi primitiva. De manhã cedo, muito antes do sól, os veranistas rumavam á praia, numa longa caravana de carretas, puxadas por quatro ou seis juntas de bois. Carretas de toldos recurvados, feitos com a palha do junco, formando um espetaculo pitoresco, naquella longa marcha movel, esticando-se entre a brancura dos comoros de areia. Depois a multidão espalhava-se pela praia e ia adorar o sol nascendo. Domingo, depois de muitos annos, fui encontrar uma Tramandahy bem differente. Nada daquela antiga feição primitiva, que era um manto de repouso extendido sobre as areias. Parecia o bairro mais intenso de uma cidade grande. Não encontrei mais velhas carretas, que eram o detalhe mais bonito que o balneario offerencia. Em seu lugar vê um trilho fazendo uma grande curva dentro da villa e esticando-se entre os comoros, até a beira do mar. Sobre elle, um carro- motor barulhento e enferrujado , pioneiro da mechanisação do balneario. As ruas multiplicam-se e por ellas, cruzam os automóveis “granfinos” da capital. Hoje, em duas horas apenas, chega-se até á beira mar. (A GAIVOTA, 1939, p. 13).

Referências bibliográficas

- CORBIN, Alain. *O território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza. *Os primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul e os cuidados com o corpo*, in Anais IX Encontro Estadual de História da ANPUHRs (Porto Alegre, 14 a 19 de julho de 2008).
- FRANCO, Patrícia dos Santos. *Cartões- postais: fragmentos de lugares, pessoas e percepções*. In: MétiS: História e Cultura. Caxias do Sul, Educs, 2006, v.5. numero 9.
- GANS, Magda R. *Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX 1850-1889*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo, Editora Ática, 1989.
- RAUCH, André “Les vacances et la nature revisitée (1830-1939)” in CORBIN, Alain. *L’avènement des loisirs (1850-1960)*. Paris : Flammarion, 1995, p.83-117.
- SHAPOCHNIK, Nelson. *Cartões- postais, álbuns de família e ícones da intimidade*. In: História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p.423 ss.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

REVISTA MASCARA. Porto Alegre. 1918 a 1925. Museu de Comunicação Hipólito da Costa. Porto Alegre, RS.

REVISTA DO GLOBO. Porto Alegre. 1934 a 1965. CEDOC/ UNISC, Santa Cruz do Sul, RS.

REVISTA A GAIVOTA. Porto Alegre. 1929 a 1942. IHGRS. Porto Alegre, RS.

REVISTA KODAK. Porto Alegre. 1918 a 1920. Museu de Comunicação Hipólito da Costa. Porto Alegre, RS.

ACERVO BENNO MENTZ/ ILEA (UFRGS) - PORTO ALEGRE, RS

A imigração no museu – Os museus-casa como espaços de representação.

Maíne Barbosa Lopes

Ao longo dos últimos semestres, em decorrência do projeto de pesquisa intitulado “Patrimônio, Memória e História: as marcas da trajetória imigrante nos países do Cone Sul. Um estudo comparado”, tivemos a oportunidade de observar com maior atenção os museus de imigração no Rio Grande do Sul e no sul do país. Esse olhar em especial para a memória imigrante tem nos auxiliado a compreender de que maneira a sua cultura vem sendo preservada e/ou resignificada.

Ressignificada porque não nos é novidade que nas últimas décadas tanto pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento quanto os próprios descendentes de imigrantes têm conferido notoriedade à vida destes que auxiliaram na povoação e no desenvolvimento do RS, bem como do restante do país. Com relação a esse fenômeno, Oliveira afirma: “No fim do século XX e início do século XXI, vivemos a consciência da mutação, das crises e da velocidade, e esse sentimento opera uma virada para o passado, tempo lembrado como melhor. Há assim como que “surto de memória”. Essa seria uma situação especial, já que nunca o presente ficou tão obcecado pelo passado como acontece agora”¹.

É justamente com as comemorações dos centenários e sesquicentenários de imigração no Estado que percebemos essa retomada do passado e a crescente busca pelas identidades culturais. A memória dos grupos de imigrantes passa a ser alvo de ações preservacionistas, desencadeando a construção de museus e monumentos que representem a sua cultura. São objetos desta pesquisa alguns museus de imigração no Rio Grande do Sul, de onde fazemos o recorte para o estudo dos museus-casa. Estes se mostram notórios enquanto instituições que visam representar o passado através de ambientes que alvitram uma memória coletiva local.

Os museus como espaço de investigação

¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **Nós e Eles**; relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Em nossa pesquisa, trabalhamos com a cultura material. Através dela, isto é, dos objetos da cultura material que representam o passado, buscamos analisar como a memória imigrante vem sendo mostrada nos museus. Conforme nos lembra José Bittencourt em artigo disponibilizado na web², as exposições museológicas são o principal meio pelo qual este passado é publicamente apresentado. Logo, os museus são capazes de mostrar o homem (objeto de pesquisa), aquele que produz a cultura material. Os objetos enquanto documentos são a materialização dos processos sociais e é através destes objetos, reunidos em coleções museológicas, que pretendemos verificar que memória eles vêm construindo sobre as comunidades imigrantes; que imigrantes vêm sendo retratados; que objetos vêm sendo (ou não) admitidos nas coleções; enfim, que história da imigração vem sendo contada a partir dos objetos expostos nos museus.

Sobre os objetos admitidos nas coleções, cabe aqui ressaltar sobre como se dá a sua musealização, lembrando que esta acontece em dois momentos. O contexto primeiro ocorre quando uma comunidade ou indivíduo conserva o objeto e o entende como algo a ser preservado, doando-o a uma instituição. O segundo momento se dá quando o museólogo e/ou os profissionais do museu entram em ação ao realizar a escolha dos objetos que serão expostos, bem como a forma de exibi-los – a museografia. Neste contexto, o museu se torna ainda portador de um discurso relacionado não apenas às concepções de seus organizadores, mas de um grupo ou de uma identidade.

Em nossa análise, a cultura material exposta nos museus não é somente fonte para reconstituição da história dos imigrantes, pois atua também nos interstícios do campo simbólico e do imaginário social. Ao mesmo tempo, os objetos expostos nos museus têm a proposta de representar o passado vivido, todavia não têm a capacidade de reconstituir este passado como um todo nem de substituí-lo, já que o constrói somente a partir da cultura material enquanto manifestação das pessoas que viveram. Acreditamos tal qual afirma Pesavento (2003) ³, que as representações dizem mais do que aquilo que mostram, carregam sentidos ocultos e, portanto, são também portadoras do simbólico.

² Bittencourt, José. **Cultura Material, Museus e História: algumas considerações sobre um debate que não é tão intenso quanto deveria ser...** Extraído de: <http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0029.htm>. Acessado em 05/11/2007.

³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 41.

O arqueólogo entende a cultura material como testemunho de uma sociedade que já viveu, tentando reconstituí-la. O museólogo olha para a cultura material imaginando-a junto de outros objetos, contextualizando-a dentro da exposição e de acordo com a memória que ela traz consigo. O historiador, entretanto, compreende que a cultura material é testemunho de uma sociedade, sabe que ela faz parte da memória coletiva de um lugar – e que por isso constitui-se como um patrimônio –, mas entende que há mais do que o tempo cristalizado pelo objeto. Além de servir como atestado de uma cultura, os objetos que formam a exposição museológica constroem um sentido para a sociedade que representam, compõem identidades e exclusões sociais. Neste sentido, para o historiador “as representações se inserem em regime de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade”⁴. É nesse âmbito que buscamos desenvolver nossa pesquisa, compreendendo os objetos dos museus como fontes passíveis de interpretações.

Os museus-casa e seus artefatos enquanto objetos de conhecimento: interpretações possíveis

Num primeiro momento, nos é dado a pensar como podem os objetos serem suportes de informação, ou como propõe Bezerra de Menezes⁵ “Que tipo de informação intrínseca podem os artefatos conter, especialmente de conteúdo histórico?” Nestas circunstâncias, queremos assinalar que não pretendemos trabalhar com os atributos de natureza física do objeto (forma, peso, cor, etc.), mas com os valores e sentidos a eles atribuídos, construídos no bojo das relações sociais. Se historicamente é a sociedade quem delega atribuições de sentidos aos artefatos, é em “vão buscar nos objetos o sentido dos objetos”⁶. Assim, buscando compreender o objeto como suporte de informação, assumimo-o como portador de trajetórias e de historicidade, sendo imprescindível, portanto, analisá-lo na “interação social”⁷.

Na análise dos objetos dos museus de imigração do Rio Grande do Sul, optamos por estabelecer comparações, entre o Museu Ambiência Casa de Pedra e o Museu-casa da

⁴ Ibidem.

⁵ BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Retirado: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf>

⁶ Ibidem, p. 03

⁷ Ibidem, p. 05.

Feitoria, uma vez que estes são os únicos que se inserem nesta tipologia de museu dentre os demais analisados pelo projeto. Estão presentes nestes museus objetos domésticos, como o fogão, as panelas feitas de barro ou ferro, ferros de passar, máquinas para cardar a lã, rocas e teares manuais entre outros objetos que remetem ao estilo de vida desses primeiros imigrantes.

Ambos, na especificidade de museus-casas, acabam por oferecer ao objeto museal o mesmo sentido que o objeto teve quando foi criado. O objeto exposto não deixa de receber os valores de “antiguidade”, “estética” e de “raridade”, por exemplo; no entanto, por estar adequado ao ambiente da casa permite uma imediata associação com a sua função original, não se deslocando inteiramente de seu conceito. É de nosso domínio que haja uma seleção dentre os artefatos doados para as exposições, contudo, nos museus-casa não nos parece que a seleção seja feita por agrupamentos sem critérios que descontextualizem o objeto de seu meio (a casa), mas estabelecidos em um ambiente que revele “os vínculos que existem entre os objetos e as pessoas, de modo que se entenda o seu significado⁸”.

Para Nascimento⁹, a questão do objeto museal como objeto de conhecimento, não é só uma questão de documentalidade e veracidade, mas de estabelecimento de relações que evidenciem a historicidade do objeto. Conforme a autora:

“se, o objeto museal é a produção prática da relação homem-natureza, na medida em que na relação homem-homem vão temporalizando os espaços e fazendo história pela sua capacidade de criar e recriar, este objeto museal não pode ser entendido na sua relação em si, mas na sua relação com os homens”.
(NASCIMENTO, 1993, p. 14).

Desta maneira, acreditamos que nos museus-casas analisados o objeto museal não se encontra totalmente fragmentado, não está separado do homem. Por se tratarem de museus ambiência possibilitam a relação do objeto museal com o colono – aquele que o

⁸ CANCLINI, Nestor (1983) apud NASCIMENTO, Rosana. **O objeto museal como objeto de conhecimento**. Cadernos de Sociomuseologia, UHTL, 1993, p. 7-32

⁹ NASCIMENTO, Rosana. **O objeto museal como objeto de conhecimento**. Cadernos de Sociomuseologia. UHTL, 1993, p. 7-32.

produziu – e os demais agentes deste processo. A representação da “venda” na Casa do Imigrante, por exemplo, contextualiza os objetos expostos com o período que se busca dar a conhecer. Além disso, em nosso entender, esta representação não poderia vir a eliminar a participação dos outros grupos sociais, seja dos primeiros moradores da região antes da colonização, seja dos atuais moradores, também público que visita a instituição hoje. Pois uma venda, ainda que tenha se estabelecido devido à presença dos imigrantes alemães na região de São Leopoldo, não extingue a inferência de que outros grupos e/ou etnias tenham dela usufruído ou contribuído. Comerciantes, compradores, clientes em geral fizeram da venda, possivelmente, um ponto de encontro, um espaço de sociabilidade, local de acesso para todos da região.

No entanto, sabemos que esta não é uma leitura visível a todos que visitam quaisquer destas instituições. Enquanto museu de imigração, a instituição homenageia somente a história dos imigrantes e não a história dos demais grupos sociais que trabalharam e conviveram junto deles. Não podemos deixar de observar que a imigração, ao representar-se no museu, abaliza um processo de exclusão identitária. Por outro lado, neste aspecto, Sola (1986)¹⁰ nos diz que: “não temos museus em função dos objetos que eles contêm, mas em virtude dos conceitos ou idéias que esses objetos ajudam transmitir”, o que nos força a aceitar que os museus estudados são museus de imigração e, com efeito, empreendem um discurso que prioriza dar a conhecer a história da imigração na sua localidade.

De um modo geral, pudemos perceber que ocorre uma ênfase na questão do trabalho imigrante. Através dos objetos a austeridade do trabalho é mostrada como característica dos colonos – modelo não só a ser seguido pelos descendentes, mas a ser associado como valor formador da identidade na região. O colono, assim, aparece heroicizado ao ser mostrado como responsável pelo desenvolvimento do local. Os objetos em ambos os museus propõem que o progresso alcançado na região deu-se especialmente através da ação destes imigrantes. Nesse sentido, encontramos em Chartier¹¹ que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais

¹⁰ SOLA, Tomislav, apud Nascimento, Rosana. **O objeto museal como objeto de conhecimento**. Cadernos de sociomuseologia. ULHT, 1993, p. 7-32.

¹¹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. A afirmação da identidade imigrante através do trabalho se passa então como expressão de alteridade. É esta uma questão latente nos museus de imigração, uma vez que, como bem pontuou Menezes¹² “a imigração se representa enaltecendo-se”, isto é, buscando mostrar que eles se constituem diferentes dos outros; que não possuem os mesmos valores, que são trabalhadores e que, por consequência, vieram para cá para por serem capazes de trazer o desenvolvimento.

Quando o objeto entra para o contexto museológico ele passa a representar o modo de vida dos imigrantes. Ainda que os objetos expostos representem na exposição o mesmo papel que tinham na sua função de uso, eles recebem igualmente uma nova atribuição: o valor de patrimônio. Uma panela de ferro ao ser musealizada, por exemplo, deixa de ser entendida como utensílio da cozinha para fazer parte de uma coleção que visa reconstituir um passado, servindo como objeto simbólico do período em que a região estava sendo colonizada. Assim, além do discurso imediato imposto pela cultura material, as coleções museológicas influenciam no imaginário social da comunidade a que o museu pertence. O objeto museológico, assim, passa a exercer um papel de destaque na formação da memória social local.

Atentando para a questão do poder nos museus, Chagas aponta que “os museus podem ser espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar com o poder da memória”¹³. O primeiro caso, entendemos como aquele museu que atende aos interesses de determinado grupo ou indivíduo e sua vontade política. Celebra o passado através de acervos valiosos e etnocêntricos, em espaços pouco democráticos que, muitas vezes, atribuem prestígio social à memória que representam. No segundo caso, os museus que buscam trabalhar com o poder da memória diferem do primeiro no sentido em que colocam as “instituições de memória ao serviço do desenvolvimento social”¹⁴; não visando à acumulação de acervos, mas o incentivo de seu conhecimento e suas possibilidades de múltiplas leituras pela comunidade.

¹² MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Notas de comunicação proferida no IX Encontro de Regional de História - ANPUH-RS.

¹³ CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e poder: dois movimentos**. In Museu e Políticas de Memória. Cadernos de Sociomuseologia n°. 19. ULHT, 2002, p. 52.

¹⁴ Ibidem, p. 55.

A partir destas premissas, acreditamos que os museus-casas em questão não podem ser incluídos na primeira definição proposta por Chagas. As instituições estudadas não priorizam a guarda de acervos ricos ou gloriosos. São, antes de tudo, expoentes de um período de dificuldades do início da colonização. Observamos aqui, entretanto, que este “discurso” sobre o enfrentamento do período de dificuldades não deixa de ser uma forma de poder – o poder da memória, da modificação do lugar e da sociedade. É no sentido de marcar esta rusticidade das casas, que fazem parte dos acervos ferramentas para abrir a mata, construir as moradias e auxiliar na lavoura; objetos que, muitas vezes, confeccionados em madeira, conotam certa habilidade dos imigrantes para adaptar as suas necessidades de acordo com a matéria-prima que aqui tinham em abundância. O trabalho feminino é outro indicativo de certa “democracia” por parte destas exposições. Podemos verificar com nitidez o predomínio de artefatos utilizados pela mulher nos museus-casa: a grande maioria do acervo é composta por objetos de uso doméstico, além de berços infantis nos quartos de casal e trabalhos outros que fazem parte do universo feminino. A mulher imigrante é mostrada então como mãe e dona da casa, condição recorrente na época, embora ela seja também aquela que ajuda no trabalho da lavoura e em outras atividades que antes eram consideradas apenas masculinas. O que queremos destacar, neste caso, é que o museu da imigração, seja qual for o seu objetivo, dá destaque, poder e representação para a mulher, o que em geral não ocorre nos museus históricos tradicionais.

Os museus em foco, igualmente, não estão instalados em prédios que foram públicos ou que pertenceram a pessoas ilustres, mas que representam modelos primitivos de moradias de imigrantes. Neste sentido, nos museus-casas pesquisados (se comparados a outras tipologias de museus) observamos haver uma maior aproximação com o público por representarem uma memória mais acessível, já que a rusticidade das casas se faz evidente. Tal pressuposto não retira dos museus estudados a sua condição de instituição de poder que legitimam a memória imigrante como aquela culturalmente mais enriquecida e mais trabalhadora, uma vez que sabemos que as relações de poder estão em todos os lugares. É preciso ter presente que se há uma instituição de memória é porque houve vontade por parte de determinados indivíduos na preservação da mesma, entretanto, a existência da imigração e de seus objetos traz em seu bojo inúmeras possibilidades de compreensão deste acervo. Assim, quando uma exposição é dada ao público são inúmeras as probabilidades de leitura

da mesma, pois o museu na sua função de produzir conhecimento permite que a verdade por ele proposta seja sempre entendida como uma de suas possíveis interpretações.

Referências bibliográficas

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **Nós e Eles**; relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BITTENCOURT, José. Cultura Material, Museus e História: algumas considerações sobre um debate que não é tão intenso quanto deveria ser... Extraído de: <http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/fale.htm>. Acessado em 05/11/2007.
- BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. O Museu e o problema do conhecimento. In: **Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.
- BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. Retirado: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf>
- CHARTIER, Roger. **A história Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: dois movimentos. In: **Museu e Políticas de Memória. Cadernos de Sociomuseologia**. Nº 19. ULHT, 2002, p. 35-67.
- NASCIMENTO, Rosana. O objeto museal como objeto de conhecimento. **Cadernos de Sociomuseologia**. UHTL, 1993, p. 7-32
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

“Mitos” e “verdades” sobre a formação da Colônia alemã das Torres: o caso de um naufrágio

Marcos Antônio Witt*

*Desde quando a
verdade tem pátria?*

Raul Pilla¹

História de naufrágio sempre encanta. Mesmo que o final seja trágico, os componentes de aventura, coragem e mistério despertam interesse e curiosidade. O naufrágio do bergantim² “Flor de Porto Alegre”, em dezembro de 1824, real e suficientemente documentado, reúne todas essas características. Trazendo imigrantes alemães do Rio de Janeiro para Porto Alegre, afundou junto a Mostardas, já em território rio-grandense. Contudo, o objeto de estudo deste texto extrapola a história do afundamento. O que se pretende investigar é uma determinada interpretação a respeito dos sobreviventes e como isso se *cristalizou* e foi alçado à categoria de “verdade”.

O que diz essa versão? Segundo ela, após ter se salvado do naufrágio, um grupo de imigrantes alemães teria caminhado em direção norte até chegar à Colônia alemã de Três Forquilhas, próxima a Torres. O primeiro senão dessa história remete à cronologia dos fatos: o acidente marítimo ocorreu em dezembro de 1824, enquanto que a Colônia alemã das Torres foi fundada somente em novembro de 1826. Portanto, como poderia haver um núcleo colonial alemão no Vale do rio Três Forquilhas nos finais de 1824 se os primeiros imigrantes chegaram a Torres em novembro de 1826?

De acordo com a documentação pesquisada, havia sim o projeto de instalação de uma única Colônia alemã na Ponta das Torres. Em nenhum documento pesquisado há menção sobre a criação de Colônias em São Pedro de Alcântara ou em Três Forquilhas. Ao contrário, os colonos deveriam ficar próximos da Vila de Torres, junto ao rio Mampituba, com o propósito de produzir alimentos, ocupar e defender a região e suprir

* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; historiador no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL); associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL).

¹ PILLA, Raul Apud GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.136.

² Segundo o dicionário *Aurélio*, bergantim é uma “antiga embarcação à vela e remo, esguia e veloz, com um ou dois mastros de galé e oito a dez bancos para os remadores, usada no Oriente pelos portugueses”. Ver: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 250.

as tropas com soldados. A divisão em dois núcleos se deu por motivos administrativos: o Mampituba inundou as terras destinadas ao assentamento dos colonos, as quais também eram insuficientes para a instalação de todas as famílias. Somente depois da chegada dos imigrantes a Torres e da enchente é que se pensou em dividir o grupo em dois, levando em conta que os protestantes estavam acompanhados de médico e pastor e os católicos dependiam da atuação desses dois profissionais.³

Ora, se havia o projeto de criação de uma única Colônia alemã em Torres, como os sobreviventes do naufrágio caminharam em direção a Três Forquilhas que ainda não existia? Ao que tudo indica, a explicação equivocada sobre os naufragos de Mostardas está relacionada ao pouco conhecimento que se tinha sobre a formação da Colônia alemã das Torres, menos estudada pela historiografia clássica da imigração alemã. A questão que se coloca é: alguém afirmou que parte dos sobreviventes caminhou pelo litoral, rumo ao norte, em direção à Colônia alemã de Três Forquilhas. Talvez sua autoridade em assuntos históricos ou geográficos tenha dado a essa versão *ares* de “verdade”.

Para tentar elucidar a história do afundamento, inúmeras obras foram consultadas. Parte da bibliografia referente à história da imigração e colonização alemã cita o acontecimento de Mostardas; porém, nem todos afirmam que um grupo de sobreviventes dirigiu-se a Três Forquilhas. Na *contramão* destes autores estão aqueles que veicularam a idéia de que colonos realizaram o percurso Mostardas – Três Forquilhas. Um dos primeiros a divulgá-la foi Balduino Rambo. De acordo com o autor:

Do total de 908 aportados em 1825, **uma parte, tendo sofrido naufrágio, nos bancos de areia perto de Mostardas, seguiu por terra o litoral norte,** onde os católicos fundaram a Colônia de São Pedro de Alcântara, perto de Torres, e os protestantes, a de Três Forquilhas, no vale do rio do mesmo nome.⁴

É possível que a autoridade intelectual de Balduino Rambo tenha permitido que outros historiadores deixassem de questionar sua interpretação, citada, inclusive, sem as respectivas fontes. Carlos Hunsche, por exemplo, a repetiu em seu primeiro livro, reforçando a idéia de que Três Forquilhas já existia em dezembro de 1824. Na obra *O*

³ Sobre a divisão da Colônia alemã das Torres em dois núcleos, ver: RUSCHEL, Ruy Ruben. Por que foram os colonos separados por motivos religiosos? In: ELY, Nilza Huyer (Org.). *Terra de Areia: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 2000, p. 38-41.

⁴ RAMBO, Balduino. *Enciclopédia Rio-Grandense*. vol. I, p. 80/81. [grifo nosso].

biênio 1824/25, o autor refere-se ao pastor Carlos Leopoldo Voges: “parece ter seguido, depois do naufrágio, **ao norte pelo litoral até Três Forquilhas, onde mais tarde se estabeleceria**, mas, primeiramente, estabeleceu-se em S. Leopoldo”.⁵ Sobre o fundamento, Hunsche afirmou que:

[o] Bergantim Flor de Porto Alegre... sofreu um naufrágio diante da localidade rio-grandense de Mostardas, nos últimos dias do ano de 1824. **“Alguns dos passageiros não esperaram o seguimento da viagem pela Lagoa dos Patos, mas se independizaram, seguindo o litoral norte, onde se juntaram aos colonos já estabelecidos ao redor de Torres”**.⁶

Hunsche parece se equivocar, também, quanto à data do naufrágio. Em outra citação, o autor afirma que o acidente ocorreu nos primeiros dias de janeiro: “nem os que, havendo naufragado com o bergantim de Porto Alegre, **em princípios de janeiro de 1825**, nas proximidades de Mostardas, **seguiram por terra, para o litoral norte**”.⁷ Essa mesma data reaparece em outra página do livro de Hunsche:

O bergantim Flor de Porto Alegre não pode chegar ao seu destino. **Naufragou, em princípios de janeiro de 1825...** Estimam-se em 10 a 15 pessoas as que, por terra, seguiram viagem ao litoral norte, onde se juntaram, em Torres ou Três Forquilhas, aos colonos, lá estabelecidos”.⁸

A leitura do *1824/25*, de Hunsche, permitiu que se localizassem duas grandes questões: o autor *bebeu* em Balduino Rambo para afirmar que imigrantes alemães náufragos teriam ido diretamente a Três Forquilhas. O autor cita o texto de Rambo publicado na *Enciclopédia Rio-Grandense* como fonte⁹, não acrescentando nenhuma outra indicação que ratifique sua hipótese; a segunda questão diz respeito à data do naufrágio: dezembro de 1824 ou janeiro de 1825? Hunsche transcreveu a resposta do secretário de estado dos negócios estrangeiros, Luiz José de Carvalho e Melo, ao ofício do presidente da província enviado em 7 de janeiro de 1825. O documento informa que os colonos foram ressarcidos das roupas que perderam durante o naufrágio. Talvez a

⁵ HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização no Rio Grande do Sul* (Província de São Pedro). Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 286. [grifo nosso].

⁶ HUNSCHE, op. cit., 1975; p. 89. [grifo nosso].

⁷ HUNSCHE, op. cit., 1975; p. 128. [grifo nosso].

⁸ HUNSCHE, op. cit., 1975; p. 148. [grifo nosso].

⁹ HUNSCHE, op. cit., 1975; p. 148-149.

data desse documento possa ter causado o equívoco quanto ao mês e ao ano do acidente.¹⁰

O próximo livro de Hunsche, *O ano 1826*, publicado em 1977, traz capítulo minucioso sobre a formação da Colônia alemã das Torres. As datas apresentadas pelo autor nessa obra *batem de frente* com as mencionadas no 1824/25. Conforme Hunsche, “Gordilho de Barbuda, em **junho de 1826**, havia recebido a ordem do Rio de Janeiro... de formar a nova Colônia em Torres com toda a urgência”.¹¹ Ora, se em junho de 1826 as autoridades sulinas haviam recebido ordem para providenciar a instalação da Colônia alemã em Torres, como ela poderia existir em dezembro de 1824?

Hunsche transcreveu a carta do Tenente Coronel Francisco de Paula Soares, comandante do Presídio das Torres, na qual ele informa que recebeu a ordem para providenciar a criação de uma Colônia alemã junto à povoação torrense. A carta é de 14 de agosto de 1826 e não há nenhuma menção a imigrantes alemães já instalados em Torres ou em Três Forquilhas.¹² Do mesmo modo, Paula Soares, ao comunicar às autoridades que dividiu os colonos de acordo com a religião, enviando os protestantes para Três Forquilhas e os católicos para São Pedro de Alcântara, não faz nenhuma referência à existência de alemães naquela região.¹³ Ao contrário, Hunsche repete várias vezes ao longo do 1826 que os colonos alemães chegaram a Torres em 17 de novembro de 1826, inclusive, mencionando a carta de Paula Soares na qual ele fornece esse dado.¹⁴ Em outra passagem, o autor sentenciou:

foram 422 imigrantes os fundadores de Torres que, nos **primeiros dias de novembro de 1826**, partiram de Porto Alegre sob o comando do Tte.-Cel. Francisco de Paula Soares Gusmão, chegando os últimos ao seu destino, em Torres, no dia **17 de novembro de 1826**.¹⁵

Especificamente sobre o núcleo protestante, Paula Soares registrou: “**em Três Forquilhas, as terras foram entregues aos colonos só em julho de 1827**, depois de quase um ano de espera”.¹⁶ De acordo com Hunsche, o agrimensor chegou a Torres a

¹⁰ HUNSCHE, op. cit., 1975; p. 148.

¹¹ HUNSCHE, Carlos Henrique. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p. 119. [grifo nosso].

¹² HUNSCHE, op. cit., 1977; p. 120.

¹³ HUNSCHE, op. cit., 1977; p. 139.

¹⁴ HUNSCHE, op. cit., 1977; 137-138.

¹⁵ HUNSCHE, op. cit., 1977; p. 298. [grifo nosso].

¹⁶ HUNSCHE, op. cit., 1977; p. 142. [grifo nosso].

princípios de 1827, “a dar princípio à povoação protestante para nela recolher os colonos enquanto o Piloto divide as terras e o pastor nela exercer suas funções”.¹⁷ Cabe ressaltar que a descrição sobre a Colônia das Torres realizada por Hunsche no livro 1826 confere com a documentação original transcrita na obra comemorativa aos 170 anos da imigração alemã para o Vale do rio Três Forquilhas. Nos documentos ali apresentados, não há nenhuma menção a alemães no litoral antes de novembro de 1826.¹⁸

Os dois livros de Hunsche foram publicados com apenas dois anos de diferença: 1975 e 1977. No primeiro, o autor afirma que colonos alemães naufragados seguiram em direção a Três Forquilhas em dezembro de 1824 ou em janeiro de 1825. Já no segundo, Hunsche analisou a formação da Colônia alemã das Torres, repetindo em várias passagens do seu livro que os imigrantes chegaram ao seu destino somente em 17 de novembro de 1826. Mesmo trabalhando com datas tão díspares, Hunsche deixou de perceber o equívoco concretizado na sua primeira publicação, perdendo a oportunidade de corrigi-lo na obra lançada em 1977.

Doris Bobsin Muller¹⁹ contestou as afirmações de Hunsche presentes no 1824/25, estudando a trajetória do pastor Carlos Leopoldo Voges, um dos naufragos do “bergantim Flor de Porto Alegre”. Para elucidar o acidente, a autora pesquisou a *Revista do Arquivo Público*, de 1924, citando um ofício de **31 de dezembro de 1824**, no qual se lê que as despesas decorrentes do salvamento dos naufragos seriam ressarcidas e que um iate foi enviado para resgatá-los e trazê-los a Porto Alegre.²⁰ Segundo Muller, o “bergantim Flor de Porto Alegre” tinha como comandante o Capitão Manoel José Teixeira (Hunsche corrigiu o sobrenome para Ferreira).²¹ A embarcação saiu do Rio de Janeiro “após” o dia 7 de dezembro de 1824. Como o ofício é de 31 de dezembro do mesmo ano, o naufrágio aconteceu entre, mais ou menos, 8 e 25 do corrente, com duas vítimas fatais: João Henrique Meyer e Samuel Bilske.

É lícito pensar que o ofício de 12 de fevereiro de 1825, citado por Müller, tenha colaborado para a versão de que já existiriam imigrantes alemães no litoral, antes de 1826. O ofício foi enviado por José Feliciano Fernandes Pinheiro ao Marechal Bento

¹⁷ HUNSCHE, op. cit., 1977; p. 143.

¹⁸ ELY, Nilza Huyer e BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). *Imigração alemã: 170 anos. Vale do Três Forquilhas*. Porto Alegre: EST, 1996.

¹⁹ MÜLLER, Doris Bobsin et al. *O naufrágio de Mostardas: pastor Carl Leopold Voges*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 1977. [manuscrito].

²⁰ MÜLLER, op. cit., p. 7.

²¹ HUNSCHE, op. cit., 1975; p. 89.

Correa da Câmara, de Mostardas, avisando que um alemão náufrago iria casar-se em Mostardas. Esse alemão deveria ser enviado a São Leopoldo para tornar-se agricultor, cumprindo, assim, o contrato assumido com o império brasileiro.²² Por sua vez, Gilson Justino da Rosa traz as seguintes informações sobre um colono alemão que teria se fixado em Mostardas:

Heinrich Wilhelm Hagemeyer, seu nome aparece na lista de passageiros do Bergantim Flor de Porto Alegre, que saiu do Rio de Janeiro com destino a Porto Alegre em 3.12.1824 e que naufragou em Mostardas. Ferreiro que renunciou as vantagens de colono e mudou-se para Mostardas.²³

Os documentos apresentados por Muller e Rosa são complementados por um dado genealógico encontrado em Moacyr Domingues: “Ana Maria Vieira, que se casou com Guilherme Frederico, nat. da Alemanha, e falecido em Mostardas a 7-5-1832 com cerca de 32 anos”.²⁴ Mesmo que apareçam pequenas distorções quanto a alguns dados, as três referências são relevantes para o estudo em questão. Ao que tudo indica, um dos sobreviventes do “Flor de Porto Alegre” optou por viver em Mostardas, quiçá contribuindo para o entendimento de que alemães náufragos teriam se dirigido a Três Forquilhas, em dezembro de 1824.

Martin Dreher, por sua vez, foi influenciado pelas conclusões de Hunsche quando se refere ao episódio de Mostardas. De acordo com Dreher, “alguns deles [imigrantes alemães] naufragaram com o ‘Flor de Porto Alegre’, junto a Mostardas. Alguns chegaram a Porto Alegre, outros foram acolhidos em Três Forquilhas”.²⁵ Da mesma forma, Egídio Weissheimer repetiu esse equívoco ao apresentá-lo no culto comemorativo aos 175 anos da imigração alemã ao Brasil, na Igreja Evangélica Martin Luther, de Porto Alegre, no dia 25 de julho de 1999. Versões semelhantes do seu texto estão publicadas em, pelo menos, três sites. Segundo o autor:

A relação de acidentes com embarcações, no 1º período da imigração que vai de 1824 a 1830, encerra-se com o naufrágio do Bergantim Flor de Porto

²² MÜLLER, op. cit., p. 14.

²³ ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes alemães: 1824-1853*. Porto Alegre: EST, 2005, p. 53.

²⁴ DOMINGUES, Moacyr. Antigas famílias patrulhenses – presença açoriana. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. 2ª. ed. Porto Alegre: EST, 1997, p. 89-216, p. 186.

²⁵ DREHER, Martin Norberto. A lenda dos imigrantes de Mecklenburg e a colonização alemã no Litoral Norte/RS. In: ELY, Nilza Huyer (Org.). *Arroio do Sal: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 135-144, p. 143.

Alegre. Saiu do Rio de Janeiro em fins de 1824 com destino a Porto Alegre. No início de Janeiro de 1825 naufragou na costa gaúcha, encalhado nos bancos de areia em frente a Mostardas. Dos 61 passageiros, 2 morreram afogados. Os demais salvaram-se nadando até a praia onde foram acolhidos pelos moradores do lugar. **Cerca de 15 colonos instalaram-se em Torres.** Os demais náufragos, entre eles o pastor Leopold Voges, chegaram no dia 11.2.1825 em São Leopoldo.²⁶

Em pesquisa rápida na Internet, foi possível localizar a divulgação de alguns documentos que se reportam ao naufrágio de Mostardas. No site <http://br.groups.yahoo.com/group/imigracaoalema/message/4489> há discussão e cópia de alguns documentos que estão sob os cuidados do Arquivo Nacional/RJ (Código IA6 159). Neles, não há menção sobre a ida de náufragos diretamente para o Vale do Três Forquilhas. No mesmo site, os pesquisadores divulgaram resumo dos documentos:

“1) Entre vários outros documentos, há um onde um ilegível Luiz S(?) de Passos(?) e Melo (Seria Luiz José de Carvalho e Mello???) envia, em 10/3/1825 ao Inspetor de Colonização Estrangeira "nesta Província" os "ofícios inclusos" sobre o naufrágio que sofreram os colonos transportados no bergantin Flor de Porto Alegre e "diferenças que encontrará no número deles, a vista das relações que lhe foram remetidas." Assinado "Paço, 10/3/1825".

2) Outra cópia de documentos de Porto Alegre, datado de 3/2/1825, de Luis Moutinho (?) Lima Alvares e Silva (da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros) para Luiz José de Carvalho e Mello e para José Feliciano Fernandes Pinheiro. Menciona a morte por afogamento de **João Henrique Meyer e Samuel Bilske**. Menciona que a relação das pessoas que acompanha as Portarias de 3 e de 7 de Dezembro do ano passado: de 61 indivíduos numerados na primeira, se acham só 47 e dos 5 mencionados na segunda Portaria (7/12) só veio 1 colono (não diz qual, mas deveria aparecer nos outros documentos - que não estão neste lote!!) (NOTA: Trata-se ainda do naufrágio do **Flor de Porto Alegre**)

Outro doc datado de Porto Alegre 7/1/1825, De Luiz Moutinho Lima Alvares Silva para Luis José de Carvalho e Mello e José Feliciano Fernandes Pinheiro, comunica que o bergantim **Flor de Porto Alegre**, de quem era

²⁶Os sites nos quais se pode encontrar o texto de Weissheimer são: <http://heuser.pro.br/histories/razoes.htm>, http://www.mluther.org.br/Imigracao/imigracao_ii.htm, http://www.marquardt.com.br/hist_imigr3.htm. [grifo nosso].

Mestre Manoel José Teixeira, "no qual vinham 50 colonos alemães", naufragou na Costa ao norte da Barra, defronte da povoação de Mostardas. "Deu ordem para que fossem pela Lagoa dos Patos em um Hiate para Porto Alegre, que fossem ressarcidos da roupa que perderam e que lhes prestassem os socorros necessários."

A pesquisa referente ao naufrágio do bergantim "Flor de Porto Alegre" não tem data para terminar. Poderá ter continuidade no momento em que nova fonte surgir. Não obstante ser de máxima importância tentar reconstituir o acidente de dezembro de 1824, no qual dois imigrantes faleceram e tantos outros perderam o pouco que possuíam, este texto tem como objetivo maior chamar a atenção para as "verdades" que se cristalizam ao longo dos anos e para o modo como são repetidas por diversos pesquisadores, muitos deles tidos como autoridades na área em que pesquisam e escrevem, o que justificaria a ausência da indicação de fontes em seus trabalhos. A suposta ida de alemães náufragos diretamente a Três Forquilhas, ou a Torres, em dezembro de 1824, é mais um dos equívocos presentes na história da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Mesmo sendo praticamente impossível que isto tenha acontecido, a história de um naufrágio no início do século XIX nas costas brasileiras continua encantando o autor. Acredito que o mesmo aconteça com os leitores, convidados, desde já, a resolver este mistério.

Imigrações no norte do RS: desenvolvimento agrícola em Passo Fundo (1930-1945)

Maria Eloisa Cavalheiro¹

Introdução

A questão da colonização no Rio Grande do Sul foi caracterizada por sofrimentos, desgastes físicos, dificuldades de adaptação, conflitos pela ocupação de terras nas colônias, pelos quais passaram os colonos, desde que migraram de sua terra de origem como, por exemplo, Alemanha, Itália, Polônia entre outras, até a formação do capital produtivo que se iniciou com a agricultura.

Assim, a formação econômica de uma região está ligada diretamente aos seus elementos históricos, haja vista que Passo Fundo, de um modo geral, faz parte da última região a ser colonizada no estado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, as características culturais e sociais da região do Planalto Médio, Passo Fundo, foram influenciadas por um processo de ocupação e colonização. Esse processo de conquista foi permeado por diversas disputas que se iniciaram ainda no século XVII, entre os indígenas e os jesuítas, vindos em busca da concretização do seu projeto de reduções, e, posteriormente, entre os nativos e os bandeirantes, tropeiros e imigrantes. Nesse sentido, é pertinente a colocação de Paiva² ao expressar que “uma região não é uma entidade física, mas uma construção social”.

Passo Fundo, no século XVII, fazia parte da redução jesuítica de São João Batista que era então o núcleo mais oriental das Missões Jesuíticas sob o domínio espanhol. Os ervaais nativos e a pecuária traziam à redução notável prosperidade, porém não tardou para que tal desenvolvimento fosse interrompido pelos repetidos ataques dos bandeirantes paulistas em busca de índios para o trabalho escravo. Contudo, o local permaneceu sendo passagem obrigatória de tropeiros que, procedentes da Fronteira Sul, dirigiam-se para São Paulo, então o maior centro comercial de gado muar. No início do século XIX, intensificou-se a ação dos tropeiros que chegaram a Passo Fundo para apreiar o gado *vacum* e muar que se criara nos campos da região, levando-o para as prósperas regiões mineradoras. Devido a isso, teve início a efetiva ocupação do território pelo elemento branco civilizado.

O norte do estado, até o final do século XIX, era uma das regiões mais atrasadas da

¹ Especialista em Mercosul e Desenvolvimento Regional: Mestra em História Regional – Universidade de Passo Fundo – UPF. Doutora em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Docente da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Universidade de Passo Fundo- FEAC-UPF Endereço Eletrônico: mecavalheiro@yahoo.com.br

província em termos econômicos, pois se caracterizava por grandes florestas virgens, pinhais, ervais, uma incipiente pecuária e agricultura de baixo volume de produção. Com a imigração e conseqüente colonização européia, passou a ser um espaço mais dinâmico em termos econômicos.

Na beira do caminho dos tropeiros surgiram as primeiras casas e armazéns. O primeiro morador branco de Passo Fundo foi o militar Manoel José das Neves, conhecido como Cabo Neves (cabo de milícia). Em 1827, Cabo Neves ganhou do Governo Imperial terras para formar uma estância e morar com sua família, protegendo, assim, o território. De acordo com alguns historiadores, a casa deste primeiro povoador branco ficava próxima à atual Praça Tamandaré, no município de Passo Fundo. A fundação das primeiras fazendas possibilitou o surgimento de povoados, visto que, próximo da casa do fazendeiro, os agregados e escravos construíam seus ranchos de acordo com suas possibilidades³.

Outros aventureiros que se agradaram da localização, da paisagem e do solo fértil desta região foram construindo suas casas e se estabelecendo com suas famílias. Esses pioneiros dedicavam-se às profissões de fazendeiro, tropeiro, agricultor, advogado, comerciante ou militar. Muitas vezes, era a mesma pessoa que ocupava várias funções, pois um fazendeiro podia também ser militar, comerciante e tropeiro. Mais tarde, chegaram as famílias dos imigrantes alemães, italianos, poloneses, judeus, etc⁴.

Com a fazenda de Manoel José das Neves iniciou-se o povoamento, logo aumentado por pessoas que provinham de São Paulo e Paraná. A povoação, consagrada a Nossa Senhora Conceição Aparecida, em 1847 foi elevada à categoria de freguesia. Em 28 de janeiro de 1857 criou-se (emancipou-se) o Município de Passo Fundo, desmembrando-se do território de Cruz Alta, ao qual pertencera até essa data, e seu território original hoje abriga 107 municípios do Rio Grande do Sul. A origem do nome deu-se a um rio de mesmo nome utilizado pelos tropeiros desde o século XVIII⁵.

Planalto Médio Gaúcho: Passo Fundo - construção histórica do local

² PAIVA, Carlos Águedo Nagel. O que é uma região de planejamento com vistas ao desenvolvimento endógeno e sustentável. In: *Anais das primeiras jornadas de economia regional comparada*. Porto Alegre, 2005. CD – ROM FEE/PUC – RS.

³ PIMENTEL, Rodrigo (Org.). Páginas da nossa história: comentários sobre a História política de Passo Fundo, galeria de administradores e legisladores. *Jornal Tropeiro dos Pampas*. Caderno especial. [s.d.]. p. 02.

⁴ TEDESCO, João Carlos. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

⁵ PIMENTEL, Rodrigo (Org.). Páginas da nossa história: comentários sobre a História política de Passo Fundo, galeria de administradores e legisladores. *Jornal Tropeiro dos Pampas*. Caderno especial. [s.d.]. p. 03.

A região de Passo Fundo possuía como característica a ocupação privada e econômica da terra, em razão da mistura de relações produtivas entre a tradição da lavoura e da pecuária; da não pacificidade das convivências de relações capitalistas com modelos de produção não capitalistas; pela renda da terra com as formas avançadas de apropriação capitalista e produtiva da terra; pelo trabalho em família do pequeno produtor com trabalho escravo e semi-escravo de peões nas estâncias pecuaristas; pela ânsia demonstrada pelos imigrantes na busca de terra para plantio. Ainda, para a pecuária que relutava em substituir sua atividade tradicional pelo cultivo de cereais, como o trigo e o milho, especificamente. A destruição das matas pela indústria da madeira abriu caminho para a produção do trigo, o aparecimento de moinhos e de uma estrutura cooperativista de interesse dos granjeiros, com aumento da suinocultura e a industrialização de sua cadeia produtiva⁶.

Inicialmente baseada na agropecuária, a região desenvolveu, nas últimas décadas, um significativo parque industrial, no qual predominam indústrias de transformação agroalimentar. Além disso, na produção agropecuária destacam-se a suinocultura e avicultura.

Com o contexto exposto e no caso de Passo Fundo, pode-se observar com nitidez que “o local oferece uma resposta que privilegia a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades”⁷. Demonstra, também, ser passível de uma construção histórica singular, que, ao interagir e se inserir num contexto mais amplo, como parte diferenciada, combina-se com o todo, com o global.

Em 1934, o jornal “O Nacional” chamava a atenção a uma manchete sobre a Região Serrana e salientava que esta nunca recebeu dos poderes públicos as atenções a que tinha direito, pela sua situação estratégica, pelo seu esplendor colonial e pelo que ela representa na vida econômica de seus habitantes. Também reconheciam que a região serrana se encontrava afastada dos interesses do litoral e da capital do Estado devido à deficiência das vias de comunicação. Referindo-se diretamente a Passo Fundo, reconhecidamente um dos maiores centros da atividade industrial e agrícola, superando os demais municípios da região, o mesmo estava sofrendo com esse isolamento do governo.

Nesse sentido, vale lembrar que a economia da região do planalto Médio esteve, no início de sua colonização, baseada na agricultura familiar em pequenas propriedades. Porém, mais tarde desenvolveu indústrias de capital local nos fins do século XIX e inícios do século XX. A partir da produção agrícola, que tinha como unidade produtiva a pequena propriedade,

⁶ TEDESCO, João Carlos. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 16-17.

⁷ BOURDIN, Alain. *A questão local*. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DPEA, 2001. p. 29.

se acumulou capital. Os colonos destinaram seus excedentes para o comércio e participaram de empreendimentos na zona urbana ou constituíram pequenas fábricas que atendiam à sua zona de produção.

Parece oportuno destacar, nessa descrição do processo de ocupação do espaço e da organização da sociedade passofundense, que o ingresso de elementos europeus corroborou para a expansão agrícola, já que os imigrantes eram destinados para trabalhar na agricultura. Segundo Medeiros⁸, esses imigrantes europeus deram, sem sombra de dúvidas, uma relevante contribuição para o aumento da produção agrícola, pois eram homens que traziam a esperança de uma vida mais digna e melhor, portanto possuíam grande disposição para o trabalho e assim, para conseguir um resultado econômico para a sua propriedade também. Importante se faz salientar que os imigrantes italianos traziam uma maior experiência no ramo agrícola do que os alemães, mas ambos contribuíram para o desenvolvimento agrícola na região de Passo Fundo.

Os imigrantes eram colocados em colônias (áreas previamente escolhidas pelo governo), onde a qualidade da terra e a acessibilidade ao mercado de produtos agrícolas eram levadas em consideração. Segundo Tedesco⁹, o processo de migração se deu também internamente, pois a busca por novas terras constituiu ponto considerado importante pelos descendentes de imigrantes, já que o norte, em meados do século XX, estava praticamente ocupado.

Nessa concepção, a região de imigração e migração interna se caracterizou pela pequena propriedade, intercalada a uma agricultura diversificada, onde, em alguns períodos obtinha maior expressão e, em outros, menor representação. As colônias que iam surgindo se localizavam próximas às ferrovias e eram as que mais se destacavam, pois em seu entorno logo surgiam a bodega, a igreja, as casas, a escola, etc.

Passo Fundo é parte integrante do estado do Rio Grande do Sul, onde o desenvolvimento da economia industrial era dependente, em parte, do mercado instituído por produtos provenientes dos municípios e colônias. Assim, surgiu uma economia de subsistência que no início era deficiente, porém, mais tarde, tornou-se capaz de proporcionar excedentes comerciáveis e um desenvolvimento na agricultura comercial que tinha na produção de gêneros alimentícios sua especialização, o que tornou possível sua inserção no mercado nacional. O desenvolvimento desse modelo de agricultura comercial possibilitou aos

⁸ MEDEIROS, Laudelino Teixeira de. Formação da sociedade rio-grandense. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1975.

⁹ TEDESCO, João Carlos. *Colonos, carreteiros e comerciantes – a região do Alto Taquari no início do século XX*. Porto Alegre: EST, 2000.

proprietários produtores das colônias terem uma capacidade maior na aquisição externa, ou seja, na forma de recursos monetários. A indústria gaúcha participou embora em escassa quantidade, da formação da indústria de base no Brasil¹⁰.

Entretanto, salientamos que o desenho geográfico do município de Passo Fundo, em 1930, era privilegiado pela extensão de terras, uma vez que abrangia as zonas que hoje formam os municípios de Soledade, Guaporé, Carazinho, Getúlio Vargas, Sarandi, Marau, Casca, Sertão, Tapejara, dentre outros, perfazendo uma área total de 11.000 km²¹¹. Nessa época, além da sede, Passo Fundo era cortado de norte a sul pela estrada de ferro, com povoados nas estações de Sertão, Coxilha, São Bento, Pulador, Pinheiro Marcado, Carazinho e nas colônias do Alto Jacuí, Erechim, Sarandi e outras.

Passo Fundo: imigração, fator preponderante para o crescimento e desenvolvimento econômico

Em Passo Fundo, no pós-1930, a banha, carne verde, couros suínos, vinho, batatas, mel, madeira, farinha de mandioca, milho, trigo e outros cereais foram os produtos alavancadores do seu desenvolvimento e crescimento. O norte do Rio Grande do Sul, pelo seu valor econômico, tornou-se um fator de crescimento, tanto econômico quanto populacional, não apenas regional, mas com capacidade de ter expressiva força na economia do Estado devido ao esforço dos imigrantes somado à população local, que contribuíram de forma eloqüente para a aceleração desse processo de desenvolvimento como forças centrípetas.

Importante destacarmos os pontos de horizontalidade e verticalidade, onde o primeiro é a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente, gerando forças centrípetas e forças centrífugas que atravessam o território, como tendências ao mesmo tempo contrastantes e confluentes, agindo em diversos níveis e escalas¹².

Na década de 1930 foi dado início ao incremento à produção do trigo. A partir disso, foram surgindo cooperativas e granjeiros, arrendatários e novos proprietários de terra, bem

¹⁰ SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 167-168.

¹¹ Intendência Municipal de Passo Fundo. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, Armando Araújo Annes, em 1º de novembro de 1928. p. 9.

¹² SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

como houve a redefinição, em parte, da estrutura pecuarista da região, acompanhando o novo modelo econômico proposto por Vargas. Data de 1938 o surgimento da Estação Experimental Engenheiro Luiz Englert (Estação Experimental Passo Fundo, posterior Embrapa), cuja finalidade era desenvolver a cultura do trigo com a participação pública na pesquisa agropecuária brasileira e o incentivo à produção de trigo. “Foi a instalação dessa estação de trigo que fez com que proliferassem na cidade e região moinhos de todo o calibre, destacando-se os moinhos São Luiz e Rio-Grandense, que depois passou a chamar-se Passo-Fundense, e o Moinho da Viúva Della Mea”¹³.

Nesse sentido, *O Nacional* divulgou a instalação de uma indústria de farinha em Passo Fundo, que seria um sinônimo de crescimento econômico, alavancando o desenvolvimento do município e efetuando mudanças no que se referia ao fator inovação, atendendo aos anseios da elite econômica. A matéria divulgada pelo jornal continha:

[...] fomos agora informados de que a S.A. Moinhos Rio-grandenses, registrou na Junta Comercial de Porto Alegre a sua nova filial a instalar-se nesta praça sob a denominação de Moinho Passo-fundense. Podemos desde já regozijamo-nos com este fato, por vermos mui breve intensificado não só o desenvolvimento de nossa indústria, como também do comércio, pois, dando consumo, o novo moinho, a 30 toneladas de trigo, diariamente, convergirá por certo, para este centro toda a produção dessa gramínea, cultivada neste município e nos circunvizinhos, e daí a maior circulação de dinheiro e a conseqüente animação da vida comercial desta cidade. Deve chegar a esta cidade hoje o engenheiro Soares Auzorena, que vem dar começo as instalações da S. ^a Moinhos Rio-grandenses¹⁴.

Analisando a notícia com base em Douglas North¹⁵, vemos que a organização econômica existente opera melhor dentro ou perto do centro de uma determinada matriz de desenvolvimento econômico, e também naquelas partes agrícolas favoravelmente situadas em relação a tal centro. Contudo, opera menos satisfatoriamente nas partes de agricultura que estão situadas na periferia da matriz. Por causa do crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das outras indústrias extrativas, a região é forçada a se industrializar. Os primeiros estágios de industrialização baseiam-se, tipicamente, em

¹³ TEDESCO, João Carlos, SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed.. Passo Fundo: UPF, 2005.

¹⁴ O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1238, ano VII, 03 jun. 1932. p. 02.

¹⁵ NORTH, Douglass C. Location theory and regional economic growth. *Journal of Farm Economics*, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v. 4, n. 5, p. 333 dec., 1959. p. 291-313.

produtos agrícolas e florestais e incluem atividades como processamento de alimentos, artefatos de madeira e preparação de fibras têxteis.

Passo Fundo destacava-se no cenário regional também pela sua importância agrícola. Esse atributo ficou evidenciado por ocasião da Primeira Exposição Agropecuária Industrial e Feira, que salientou a excelência das terras do município, bem como a imensa área apropriada para o cultivo agrícola. Assim, assegurou ao município uma posição privilegiada dentre os demais do estado do Rio Grande do Sul, figurando no certame agrícola rio-grandense como o município líder na cultura do trigo. Além do trigo, Passo Fundo colocava-se em destacada posição na cultura de outros cereais, o que era um indicativo seguro de um futuro promissor. Assim, eram cultivados em grande quantidade, em todos os lugares do município, o milho, arroz, batata-inglesa, mandioca, soja, girassol, alfafa, amendoim e feijão. A produção de cereais para o ano de 1938, foi, em sacos: trigo, 350.000; milho, 850.000; feijão, 150.000; arroz, 20.000; cevada, 100.000; linho, 3.000 e batata, 10.000.

Além da grande produção na cerealicultura, a pecuária também era bastante desenvolvida, principalmente em dois distritos de Passo Fundo, Sarandi e Campo do Meio, nos quais existiam importantes estabelecimentos pastoris e onde os fazendeiros pecuaristas buscavam cruzar seus rebanhos, importando raças de touros e efetuando melhorias nas pastagens de seus campos.

Com referência à indústria e comércio, Passo Fundo exercia preponderância entre os demais municípios do estado, visto que existiam inúmeros estabelecimentos industriais e também era centro de trabalho e de empreendimentos, destacando-se os agrupamentos fabris. Como exemplo, podemos citar Marau, onde se encontravam instalados um moderno frigorífico, uma fábrica de camas e fogões de ferro, fábricas de móveis, oficinas mecânicas, fábricas de queijo, manteiga, etc.; em Sarandi, um frigorífico para matança de suínos e um moinho para a fabricação de farinha de trigo; em Vila Teixeira existiam duas oficinas mecânicas e fábricas de trilhadeiras; Coxilha contava com um elevado número de serrarias. Também os demais distritos de Passo Fundo eram contemplados com muitas indústrias.

O guia ilustrado comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo, datado de 1939, assim descreve o cenário a que nos referimos:

Enfim o número de estabelecimentos industriais do interior do município, e a importância dos mesmos é o atestado eloqüente da operosidade deste grande povo, que dele não se sabe o que se deve admirar: se a sua capacidade de trabalho, ou se a

sua orientação tenaz e inteligente na luta pelo progresso, quer se relacione com a economia pública, quer com a economia particular. Na cidade, na bela cidade de Passo Fundo, são inúmeros os estabelecimentos industriais que seria, fastidioso enumerá-los todos, ressaltamos apenas os dois grandes moinhos, que pela sua importância e majestade de suas instalações, sintetizam na arquitetura moderna de seus edifícios o emblema do trabalho pelo progresso. Nesses estabelecimentos são moídos centenas de sacos de trigo em cada 12 horas de trabalho, e, em diversos meses, principalmente após a safra, que aqui é estimada, segundo a última estatística, em 250.000 sacos de trigo, as máquinas dos dois grandes moinhos trabalham incessantemente dia e noite. Ainda é digno de uma referência especial, o moinho construído especialmente para o beneficiamento da farinha de mandioca, a tornando panificável de propriedade da firma Viúva Florêncio Della Méa e F^{os}. o único no Brasil que oferece um tipo especial de farinha de mandioca que se confunde com a farinha de trigo. Na parte mecânica entre as casas especializadas, destaca-se a firma Biasuz & irmãos, com grandes fundições, carpintarias, tornearias e etc. Nesse estabelecimento são fabricadas máquinas trilhadeiras, introduzidas em todos os centros agrícolas da Região Serrana, e mesmo em diversos centros de trabalho agrário do país. Uma grande fábrica de cerveja da firma Bade, Barbieux e Cia. Pregos de ponta de Paris da firma Gerdau, duas fábricas de massas alimentícias e várias de torrefação e moagem de café. E como se as atividades industriais do município fossem poucas, acha-se em construção uma importante fábrica de fósforos e uma de madeira compensada¹⁶.

Ainda com base no guia ilustrativo de 1939, a produção industrial, em 1938, foi bastante satisfatória: banha, 3.500.000 kg; farinha de trigo, 8.000.000 kg; erva-mate, 1.800.000 kg; vinho, 1.050.000 l; cerveja, 300.000 l; salames e presuntos, 160.000 kg; cera bruta, 28.000 kg; mel de abelhas, 19.000 kg; fumo em folha, 45.000 kg e madeiras, 68.000.000 kg¹⁷.

O comércio, tanto em Passo Fundo quanto nos seus distritos, ocupava lugar de destaque, já que se compunha de diversos ramos de atividades que operavam com um avultado capital, outorgando créditos aos colonos, os quais podiam esperar pelo resultado das diversas colheitas para saldar suas dívidas, contraídas durante os meses em que se dedicavam à colheita dos campos e à exploração de outras indústrias.

O município de Passo Fundo era atravessado pela via férrea São Paulo-Rio Grande, que mantinha as seguintes estações ferroviárias: Passo Fundo, Pulador, Coxilha, Engenho

¹⁶ PASSO FUNDO Guia ilustrativo. Comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo em 1939 comemorativo à 1ª Exposição Agropecuária, Industrial e Feira.

¹⁷ Ibid.

Luiz Englert e Sertão. Vale lembrar que todas eram grandes centros de atividades comerciais e industriais. Por essas estações, os produtores exportavam considerável volume de cargas, compostas por diversas qualidades e tipos de produtos, tais como o trigo, feijão, arroz, banha, erva-mate dentre outros.

O relatório enviado ao interventor Cordeiro de Farias fazia menção à situação econômica, assim relatava Arthur Ferreira Filho:

O município de Passo Fundo, situado sobre a Coxilha Grande, com uma altitude média de 600 metros, dispõe de terras admiravelmente apropriadas para a agricultura em geral. Grande produtor de trigo é também, produtor em larga escala, de madeira, banha, alfafa, arroz, trigo, erva-mate, amendoim, batata-inglesa, feijão e milho e etc. Seus campos, embora não disponham de pastagens muito finas, criam, no entanto, bovinos de diversas raças, eqüinos, ovinos e asininos. A criação de raças leiteiras vem tendo, neste município, um notável desenvolvimento, principalmente a de gado holandês. A exposição agropecuária e industrial, realizada em fevereiro de 1939, veio demonstrar, surpreendendo os próprios passo-fundenses, as imensas possibilidades deste município, no que se refere, a agricultura, a pecuária e o seu desenvolvimento industrial. Os campos de Passo Fundo prestam-se admiravelmente para a cultura da mandioca, sendo sua produção média de 10.000 quilos por hectare cultivado, ou seja, depois de industrializada, 3.000 quilos de farinha aproximadamente¹⁸.

Nesse contexto, a partir da década de 1930 e entrando na década de 1940, o Brasil passou a se organizar na construção do capitalismo industrial, entrando na fase desenvolvimentista, na medida em que as intervenções estatais ocorriam para impulsionar a industrialização de um país que se encontrava em desvantagem em relação aos que já haviam aderido ao capitalismo. O reflexo dessas idéias concretizou-se no reconhecimento da necessidade de que deveria existir um elo entre o progresso e crescimento do estado e das regiões, de modo que Passo Fundo, considerado pólo de desenvolvimento, salientava-se na região Norte como próspero e impulsionalizador do desenvolvimento e crescimento econômico do estado do Rio Grande do Sul.

O grande incremento dado à produção de trigo, na época, em Passo Fundo (1930-1950), bem como o surgimento de cooperativas e de granjas, oportunizou o aumento de novos

¹⁸ PASSO FUNDO. Relatório apresentado ao cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prefeito de Passo Fundo, Arthur Ferreira Filho, n. 0118, em 1939. p. 07-08.

proprietários de terra e de arrendatários, redefinindo, em parte, a estrutura pecuarista da região, além da utilização mercantil de parte do latifúndio pecuarista de trigo¹⁹. Para tanto, no setor da pecuária, parte dos criadores passou a formar cooperativas para beneficiar seus rebanhos, eliminando a figura dos charqueadores tradicionais. Por outro lado, outros pecuaristas lançavam as bases para a formação de frigoríficos próprios, idéia que contava com o apoio do governo gaúcho, que amparou e incentivou tanto um como outro grupo de pecuaristas.

À análise, ou identificação de impactos, ou mesmo efeitos econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais, decorrentes dos processos de transformação desencadeados pela criação de projetos de crescimento com base no fator agropastoril, foi o marco principal para o desenvolvimento de Passo Fundo.

Conclusão

Com base nesse estudo podemos inferir que o projeto de imigração olhado como força propulsora para o desenvolvimento da agricultura no pós-1930 até 1945, foi considerado como um fator relevante para o crescimento econômico na região de Passo Fundo e, certamente, possuiu características positivas, já que contribuiu para o surgimento e ampliação de indústrias e, também, para a expansão da agricultura comercial. Então a agricultura de subsistência foi aos poucos sendo substituída por uma agricultura de base comercial, processo que já se configurava em algumas colônias e que aos poucos foi tomando corpo ao ponto de aprofundar as relações entre os colonos e ramos do capital comercial e industrial, desenvolvendo assim o comércio na região.

Nesse sentido, se fez necessário a adoção de práticas inovadoras e criativas de desenvolvimento interno das condições de sustentação dessas pessoas, imigrantes, na terra. Mas, principalmente, do gerenciamento da produção e da garantia de mecanismos que possibilitaram a geração de renda interna e manutenção do processo produtivo, ou seja, direcionamentos por parte do governo com referência a incentivos, planos de financiamento e crédito agrícola, sobretudo, apoio técnico para o cultivo dos produtos da região. O imigrante em Passo Fundo dedicou-se à agricultura em pequenas propriedades, numa atividade paralela à pecuária tradicional. Os colonos imigrantes que se estabeleceram como agricultores nessas pequenas propriedades se constituíram em um novo modelo de classe social na região.

¹⁹ TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 90.

Salientamos que, além das atividades ligadas à agropecuária, os imigrantes europeus que se instalaram na região de Passo Fundo trouxeram técnicas para explorar a madeira que havia em abundância nessa região. Para tanto, se utilizaram dessas técnicas no preparo de tábuas, barrotes e demais tipos de madeiras, assim como na indústria de móveis e de transformação da madeira introduzidas pelos imigrantes; foram fatores que contribuiu para a expansão comercial de Passo Fundo.

Passo Fundo acompanhou o curso de desenvolvimento, já que o envolvimento nas grandes economias de mercado, apesar das vicissitudes decorrentes, tem sido o caminho clássico pelo qual as economias regionais se expandiram, o que resultou em especialização, economias externas, desenvolvimento das indústrias locais e o aumento da “desintegração” vertical como resultado da expansão do mercado. Apenas um comércio de exportação agrícola bem-sucedido pode e realmente tem induzido à urbanização dos aperfeiçoamentos do mercado de fatores e a uma alocação mais eficiente dos recursos para investimento.

O que se chamou de “modelo histórico” de acumulação de riqueza e de capital e de dominação política evidencia, nesta fase, o esplendor de sua estruturação orgânica, nos sentidos econômico, político e ideológico. A esse respeito, vemos que a forma como as forças de produção se desenvolveram em Passo Fundo, guardam semelhanças formais com esse modelo, com o orgânico referindo-se à integração e ao crescimento pelo desdobramento das atividades agropecuárias em industriais, comerciais e outras espécies de serviços ligadas à agroindústria, mas não podemos esquecer que a contribuição dos imigrantes para que esse plano de desenvolvimento tomasse corpo foi primordial.

Como sabemos, os seres humanos passaram por várias etapas de evolução, ou seja, passaram por vários tipos de revoluções tecnológicas acontecidas logo após a sua sedentarização em comunidades agrícolas e de sua ligação em sociedades estratificadas. Aí, é claro, foram observadas diversas transformações técnicas e sociais, que surgiram no período das aldeias agrícolas indiferenciadas para os estados artesanais coletivistas, que suscitaram a Revolução do Regadio, a Revolução Urbana, a Revolução Metalúrgica e a Revolução Pastoril, que veio dar enfim na Revolução Mercantil, com a qual, através do capitalismo mercantil, foi possível efetivar o acúmulo do capital para aplicá-lo na indústria, gerando assim, a tão falada Revolução Industrial, onde o empresariado pode dedicar-se a novos setores que virão assegurar-lhes taxas de lucro muito maiores em curto prazo, sem os riscos do capitalismo da fase mercantil. É a fase das revoluções produtivas, onde a comercialização perde a sua característica local e assume feição transnacional, mas para que esse processo evolutivo

acontecesse, pessoas estiveram envolvidas e, para o nosso estudo, essas pessoas foram os imigrantes.

Referências bibliográficas

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DPEA, 2001.

MEDEIROS, Laudelino Teixeira de. *Formação da sociedade rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1975.

NORTH, Douglass C. Location theory and regional economic growth. *Journal of Farm Economics*, Lancaster, Pa., US: American Farm Economic Association, v. 4, n. 5, p. 333 dec., 1959.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. O que é uma região de planejamento com vistas ao desenvolvimento endógeno e sustentável. In: *Anais das primeiras jornadas de economia regional comparada*. Porto Alegre, 2005. CD – ROM FEE/PUC – RS.

PIMENTEL, Rodrigo (Org.). Páginas da nossa história: comentários sobre a História política de Passo Fundo, galeria de administradores e legisladores. *Jornal Tropeiro dos Pampas*. Caderno especial. [s.d.].

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

TEDESCO, João Carlos, SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed.. Passo Fundo: UPF, 2005.

TEDESCO, João Carlos. *Colonos, carreteiros e comerciantes – a região do Alto Taquari no início do século XX*. Porto Alegre: EST, 2000.

Outras Referências

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Relatório apresentado ao Conselho

Municipal pelo Intendente, Armando Araújo Annes, em 1º de novembro de 1928.

O NACIONAL. Passo Fundo, n. 1238, ano VII, 03 jun. 1932.

PASSO FUNDO Guia ilustrativo. Comercial, industrial e profissional do município de Passo Fundo em 1939 comemorativo à 1ª Exposição Agropecuária, Industrial e Feira.

PASSO FUNDO. Relatório apresentado ao cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prefeito de Passo Fundo, Arthur Ferreira Filho, n. 0118, em 1939.

A questão da recente vilegiatura marítima através da imigração alemã

Maximiliano Meyer

Introdução

No primeiro quartel do séc. XX, a ida à praia passa a se tornar um hábito que aos poucos se tornava mais acessível e decorrente entre os habitantes das colônias de imigrantes alemães. Com as freqüentes excursões para o litoral, começam a surgir em jornais de língua portuguesa e alemã pacotes de viagens com transporte, hotéis e estadias. Nas praias do litoral norte gaúcho, nota-se o predomínio de hotéis de proprietários alemães ou teuto-brasileiros, como hotel Sperb. Com base em publicações das décadas de 1940 e 1950, oriundos de arquivos públicos e privados, o estudo analisa uma série de anúncios sobre a vilegiatura marítima em áreas de colonização e imigração alemãs. Entre outros resultados preliminares desta pesquisa, podemos citar o pioneirismo de alguns empresários imigrantes na emergente exploração turística do litoral gaúcho e seu papel transformador destes espaços urbanos.

A questão da recente vilegiatura marítima através da imigração alemã ¹

O litoral gaúcho sempre fora mais esquecido do que as demais partes da província, desde seu descobrimento não era bem quisto por navegadores que por aqui passavam, e nunca ousavam aportar nestas terras devido às suas águas bravias e às recorrentes notícias de naufrágios e acidentes. Posteriormente com a incorporação da província de São Pedro do Rio Grande do Sul à colônia portuguesa no novo mundo, seguiu-se a imagem de que era atribuída ao local, principalmente o litoral que aqui é o alvo de nosso estudo.

Durante todo o século XIX, imigrantes açorianos, italianos e alemães se estabeleceram por todo o estado, inclusive no litoral com as colônias de Torres e Três Forquilhas, vivendo basicamente de pesca. Porém, sabe-se que o que de fato construiu cidades como Tramandaí e outras praias do litoral norte, principalmente, foi o empreendedorismo dos imigrantes que haviam se situado em Porto Alegre e outros locais.

Com a vinda das famílias alemãs para o Brasil, vieram também seus costumes e o hábito de visitar balneários que já era fato conhecido dos imigrantes e acontecia há algum tempo na Europa. No princípio, a ida à praia se dava com a elite porto-alegrense que se dirigia

¹ Maximiliano Meyer é acadêmico do curso de História da Unisc e bolsista PIBIC/CNPQ/RS

à praia de Cidreira. No entanto, a classe pobre que começou a ir ao litoral também optara por esta praia – sendo esta a mais barata e, portanto, a mais acessível, fazendo com que os poderosos de Porto Alegre se afastassem de Cidreira e começassem a freqüentar e transformar o viver da cidade de Torres, cuja distância encarecia demais a viagem e tornava-a uma barreira intransponível aos menos abastados, praticamente impossível às classes urbanas “comuns” que ficavam somente nos destinos mais curtos como Cidreira, onde passavam o final de semana, algo ainda bastante longe da idéia de veraneio.

Segundo a lista de imigração alemã que se encontra no Rio de Janeiro (e em versão adaptada no endereço http://www.rootsweb.ancestry.com/~brawgw/alemanha/nav_kranich2a.htm), a família Sperb chega ao Brasil a bordo do navio Kranich, sob o comando do capitão Klaus Frederico Becker, em 18 de janeiro de 1826, com um total de 40 famílias e 216 pessoas destinadas à colônia de São Leopoldo. A família tinha oito membros: Luis Sperb, 31 anos, ferreiro e serralheiro, casado com Elisabeta Sperb, 32 anos, pais de quatro filhos, Valentim Sperb, 8 anos, Felipe Jacob, 6 anos, Adão Sperb, 4 anos e Mateus Sperb, 1 ano, ainda trouxeram consigo 2 criados, Carlos Becker e Henrique Sperb, com 18 e 11 anos respectivamente, todos os seis solteiros; a família inteira era evangélica e provinha da região de Hessen/Darmstadt.

Provavelmente foi na primeira ou segunda geração de Sperb em solo brasileiro que veio a idéia de investir neste ramo de turismo até então virgem e criar o hotel homônimo em Tramandaí.. Turismo pode ser definido segundo Andrade (1998, p.14) como um conjunto de serviços que objetiva planejar, promover e executar viagens, assim como serviços de recepções, hospedagem e atendimento, seja de um único indivíduo ou um grupo de pessoas que estão fora de suas residências. Observando sob esta ótica é possível ver que quando mencionado o termo “turismo” no primeiro momento desta obra é na sua concepção mais crua.

Tramandaí nascera devido à aglomeração de pescadores que se estabeleciam em volta do rio de mesmo nome devido à sua alta piscosidade. Já em 1906, segundo a Prefeitura Municipal (2008, http://www.brasiladentro.com.br/br/hoteis-pousadas/rio_grande_do_sul/tramandai_rs/detalhes), contava com cerca de 80 casas e passou a ter sua principal economia no veraneio junto à pesca e nesta época já era vista como balneário, tendo dois hotéis como atração.

O primeiro, o hotel Saúde, propriedade de Leonel Pereira de Souza que, segundo Correa (2008, pág. 2), existia desde 1888, sugeria as práticas terapêuticas hidroterápicas que aqui encontrariam uma grande aceitação e que eram muito comuns na época e também foram

trazidas por alemães², além disso, constituíam o principal motivo de deslocamento às praias e banhos naquele final de séc. XIX e início de séc. XX. Já o hotel Sperb, nome que remete claramente a uma família também imigrante, existia desde 1898 e em um anúncio na revista A Gaivota (1943. V.17) proclamava-se “o mais antigo da praia”.

Com base em uma tabela feita a partir da obra “Presença Teuta em Porto Alegre no séc. XIX (1850-1889)” (GANZ, 2004), nota-se que na capital, os alemães já detinham significativa parte do comércio, principalmente como importadores, ferreiros e mestres de ofícios em geral, donos de armazéns de secos e molhados e, sobretudo, muitos donos de hotéis na capital, o que mostra que o fato de eles terem pioneirizado no litoral não foi mero acaso e sim que já havia uma experiência hoteleira bem sucedida. Segue a tabela:

Sobrenome	Nome	Ano em que aparece o primeiro registro e o tipo/nome do estabelecimento
Bahlcke	August	1882 - Hotel du Brésil
Becker	Louis	1872 a 1879 – Hoteleiro e restaurateur
Böttger	August	1884 – Restaurateur ³ , hoteleiro, armazém de secos e molhados
Breintenbach	Johann	1869 – Restaurante Germânia
Hüttel	José	1889 – Hoteleiro
Kinder	Júlio	1864 – Hotel Alemão
Lorenz		1884 – Hotel, restaurante e bilhar
Nagel	Louis	1869 – Hoteleiro (Nagels Hotel), proprietário de restaurante e bilhar

² Para saber mais a respeito ver CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Os primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul e os cuidados com o corpo in Anais do IX encontro estadual da Anpuh/RS 2008.

³ Termo usado para designar restaurantes.

Reich	Theodor	1886 – Hotel da Estação
Schorn	Rudolf	1885 – Restaurateur, Hotel Central. Cozinha alemã e brasileira
Schultz	C.	1881 - Restaurateur, hoteleiro
Schwarz	Adão	1880 – Hoteleiro
Weddington	Herrmann	1886 – Hotel Germânia em frente à estação

Além de desenvolver a cidade com o hotel, pode-se dizer que os imigrantes em geral fizeram mais por estas cidades como Tramandaí e outras em que investiram, pois com suas temporadas de veraneio era necessário contratar cozinheiras, guias turísticos, comprar mariscos e peixes em geral dos pescadores e ainda contratá-los para ser salva-vidas, contratar marceneiros para fazer os bangalôs, pintores, encanadores e trabalhadores para conserto de avarias em geral, etc. Aproveitando-se da afirmação de Trigo (2005), pode-se afirmar outro ponto de pioneirismo, visto que era relativamente nova essa profissão de guia turístico e somente com o decreto nº 946 de 1º de outubro de 1993 é que vai se regulamentar a lei nº 8.623/1993 que disporia sobre a profissão de guia turístico. No entanto, hotel começou a gerar um crescimento econômico muito forte e que mantinha a renda na comunidade. Agora observemos esta tabela:

Sperb	C. Sperb Filho	1889 – Fabricante de carroças
Sperb	Jacob	1884 – Fabricante de carroças
Sperb	K.	1881 – Fabricante de carroças

Desde 1881, a família Sperb fabricava carroças na cidade de Porto Alegre; sabe-se que estas carroças serviam tanto para transporte de pessoas como transporte de cargas. Sabe-se também que nesta época, a viagem para as distantes praias se dava através das mesmas carroças, portanto, através destas evidências, pode-se levantar a hipótese de que a iniciativa de

criar o hotel Sperb em Tramandaí, em 1898, deveu-se em parte ao sucesso de tais carroças levarem tanta gente ao litoral. Talvez vendo isto, o fundador do hotel possa ter pensado que as pessoas precisariam de estadia e investiu corretamente em um, onde era mais necessitado. Segundo Correa (2008), destacava-se entre os fabricantes de carroça a família Sperb, a demanda por víveres por parte dos veranistas motivou, provavelmente, Jorge Eneas Sperb a fundar o hotel Sperb em Tramandaí.

Em uma edição do jornal Kolonie, da colônia de Santa Cruz, é anunciado ainda em tipos góticos – com data incerta, infelizmente, mas que se sabe ser posterior a 1919, pois segundo o site Exprinter Brasil (www.exprinter.com), foi nesse ano que a agência Exprinter Turismo, anunciante da vez, foi fundada – um anunciado contendo o preço de transporte e hospedagem para várias praias com a opção de diversos hotéis com planos para 7, 14 e 21 dias. Tramandaí vai ter quatro hotéis com descendentes de imigrantes alemães neste anúncio, além do já mencionado Sperb, aparecera também Kunz e Strassburguer, todos na cidade de Tramandaí.

A partir da década de 1930, os anúncios dos mais variados tipos de serviços começam a pulular devido à cada vez maior difusão do veraneio e à necessidade de novos serviços que suprissem as carências que, por ventura pudessem existir, pois, como fala Coriolano (1998) “[...] O turismo [...] É uma modalidade de entretenimento que exige viagem, deslocamento de pessoas, consumo do tempo livre e o uso de um equipamento por mínimo que seja como transportes e hotéis”. Podemos ver diversos destes novos serviços na revista A Gaivota (1943, v. 17), nesta edição Ary Gelbeckc informa que há na bifurcação da estrada Osório-Tramandaí o “Baar de Primeira Ordem” com um completo serviço de restaurante e bebidas geladas, parada de todos que se dirigem às praias. No setor de transportes, a empresa Jaeger e irmão tinham no seu roteiro diário Tramandaí, Cidreira, Capão da Canoa e Torres. No setor imobiliário, terrenos eram vendidos na praia de Capão da Canoa, interessados deveriam comparecer nos escritórios do hotel Atlântico, onde estavam sendo vendidos “os mais lindos terrenos, na área urbanizada da mais novel praia do atlântico”. Com a difusão cada vez maior do veraneio, há um aumento de excursões ao litoral, e a empresa Piedade anuncia saídas de Porto Alegre 4 vezes por semana para Tramandaí, Cidreira e Capão da Canoa. Revistas como Kodak e a própria A Gaivota começam a exibir em suas páginas fotos da praia criando nas pessoas a imagem do descanso e diversão assim como a vontade de conhecer esse paraíso terrestre e agora tão mais acessível. O comércio em geral, como de chapéus, roupas e outros artigos também recorre a esse artifício para dizer o quão na moda e atual era usar tal produto fazendo a alusão à moda do veraneio. Tais publicações ainda colocavam em suas páginas os

nomes das pessoas que freqüentavam respectivos hotéis e balneários, criando de certa forma uma competição social.

Nas décadas de 1940 e 1950, já tinha sido popularizado a e democratizado um pouco mais a vilegiatura marítima e tornado acessível a “todos”, as praias longínquas do litoral norte como Tramandaí que, definitivamente, se consolidará como principal praia para vilegiatura e para investimento teuto-brasileiros. Com esta democratização vieram as melhorias, – ou talvez a democratização viesse com as melhorias – melhoramentos nas estradas ligando aos balneários, advento da eletricidade no litoral, assim como a difusão da água quente e potável, melhorias sanitárias, melhorias na segurança começam a atrair as pessoas. Tudo isso pode ser percebido com os anúncios dos hotéis e balneários, como, por exemplo, o Grande Hotel Atlântico em Cidreira, de Arnaldo J. Berger, que anunciava “ [...] chuveiro para banho de água doce [...] bebidas geladas, instalação de luz elétrica própria e um possante aparelho de som [...], servido de instalações sanitárias de acordo com as exigências do departamento de saúde pública.” (Op. Cit.)

Podemos dizer que houve um “boom” nesse turismo a partir deste período, creditado ao surgimento das leis trabalhistas em 1941 e conseqüentemente às férias remuneradas, que no artigo 129 da nova constituição diz que “Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração” e segue no artigo 130 “Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção [...]” (PINTO, 2007, P. 23). As férias remuneradas eram novidade no Brasil, mas já tinham sido criadas há algum tempo, segundo Siqueira (2005, p. 60-61), na Inglaterra já em 1920 havia 58 acordos que garantiam férias remuneradas, assinados pelos sindicatos e 16 a 17 % dos operários gozavam deste privilégio. Em 1946, o Brasil passa por uma reforma política e o turismo passa a ser reivindicado como empresa e, em 1950 é criado o SETUR – Serviço Estadual do Turismo – trazendo novos impostos e incentivos para a criação de hotéis, mudanças posteriores trazem a isenção de tais impostos para essa classe, o que dinamiza ainda mais a criação de serviços de hospedagem que passa a não ser mais quase que exclusividade dos imigrantes alemães. O próprio presidente do SETUR na época diz que serão criadas condições para a implantação de hotéis de gabarito em locais potencialmente turísticos, entre eles a praia do Pinhal, além da inclusão do litoral nos roteiros turísticos do estado (Revista do Globo, 1963, p. 6-9). É necessário lembrar que nesta época, após a segunda guerra mundial, muitos hotéis e estabelecimentos de proprietários germânicos em geral mudaram seus nomes em alemão para português por causa da campanha de nacionalização.

Mas é necessário salientar que os teutos não se concentraram apenas em Tramandaí, podemos citar também o hotel Bela Vista, em Capão da Canoa, propriedade de Leopoldo Menger. Devido ao recorte da pesquisa ser focado nos imigrantes alemães, é preciso lembrar que os italianos também contribuíram para tudo isso, entre seus estabelecimentos podemos citar aqui o hotel cassino Picoral na praia de Imbé e o hotel Bassani em Capão da Canoa, propriedade de Luiz Bassani.

Conclusão

Em resultados parciais deste trabalho, podemos afirmar que há de fato um pioneirismo dos imigrantes teuto-brasileiros no ramo de exploração do litoral e seus balneários e em tudo aquilo que o envolvia, como estadias, transporte, bares e restaurantes, ramo imobiliário, ramo da construção, entre outros, além disso, pode-se dizer que tiveram grande participação no desenvolvimento destas cidades balneárias e nas atividades econômicas que as cercam.

Referências bibliográficas

- A GAIVOTA. Porto Alegre: ano XVI, 2º semestre. 1943. V. 17
- ANDRADE, J. V. Turismo – Fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1998, 112p.
- BRASIL ADENTRO. Goiás. Disponível em http://www.brasiladentro.com.br/br/hoteis-pousadas/rio_grande_do_sul/tramandai_rs/detalhes. Acesso em: 29 maio 2008.
- CLT acadêmica e constituição federal. 5. ed., atual. e aum. São Paulo: Saraiva, 2007. 548 p.
- CORIOLOANO, L.N.M.T. “lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável”. In: ____ (org.) Turismo com ética. Fortaleza: UECE, 1998, 418p
- CORREA, Sílvia Marcus de Souza. Os primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul e os cuidados com o corpo in Anais do IX encontro estadual da Anpuh/RS 2008.
- CORREA, Sílvia Marcus de Souza. Imigrantes Alemães e os Primórdios dos Balneários no Rio Grande do Sul. Seminário Internacional Saúde: Corporeidade - Educação e XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização. 2008.
- EXPRINTER BRASIL. <http://www.exprinter.com>. Acesso em: 12 maio 2008
- GANS, Magda Roswita. Presença Teuta em Porto Alegre no séc. XIX (1850-1889). Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

PROJETO IMIGRAÇÃO ALEMÃ. Disponível em http://www.rootsweb.ancestry.com/~brawgw/alemanha/nav_kranich2a.htm. Acesso em: 30 maio 2008

REVISTA DO GLOBO. Porto Alegre: ano XXXIV, 13-04 a 26-04 1963, V. 844

SIQUEIRA, Deis E. História social do turismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 163 p.

SOARES, Leda Saraiva. A Saga das Praias Gaúchas: de Quintão a Torres. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Viagem na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: SENAC-SP, 2002. 260 p.

“Empresas disparatadas no Brasil”: Wilhelm Rotermund e algumas facetas do envolvimento político-social de imigrantes alemães e de seus descendentes nos pleitos eleitorais do período imperial brasileiro*

*Miguel Ângelo Silva da Costa***

Palavras iniciais

Wilhelm Rotermund (1843 – 1925) era natural de Stemmen, cidade alemã próxima a Hannover. Com formação em teologia e doutorado em filosofia pela Universidade de Jena, Rotermund foi convidado por Friedrich Fabri, inspetor da Sociedade Missionária na Renânia, para ser seu secretário; incumbido de atuar no sul do Brasil como organizador das comunidades protestantes luteranas, o pastor evangélico chegou a São Leopoldo em 1874, onde assumiu a função de professor particular, inspetor e secretário do Comitê para os alemães protestantes nesta região.¹ Além de líder eclesiástico, também teve uma importante atuação política e intelectual, principalmente na defesa da manutenção da cultura e dos princípios éticos do protestantismo entre as comunidades teuto-brasileiras que se formaram na esteira do processo migratório (GERTZ, 2002: 28-29).

Entretanto, os imigrantes alemães que em terras brasileiras se estabeleceram ao longo do século XIX não compunham um grupo social homogêneo e, em um contexto caracterizado entre outros aspectos, pela recepção e pela emergência de novos ideários políticos e científicos, como o de transição do Império à República, as *cosmovisões* existentes entre os intelectuais de origem alemã também eram heterogêneas. Posicionamentos distintos em relação à religião e à política marcaram visões de mundo também distintas. Pastores luteranos, padres católicos e livres pensadores compunham um fórum de debates, de forma que a comunidade teuta na província era interpelada e disputada por diferentes discursos. (GANZ, 2002:120)²

* O presente texto condensa algumas reflexões realizadas no trabalho final apresentado, no segundo semestre de 2007, como requisito final para aprovação na Disciplina de Imigração e Colonização na América Latina II, do PPG História da UNISINOS.

** Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS – Bolsista CAPES.

¹ Em 1886, na condição de pastor evangélico e de líder eclesiástico, deu início à organização eclesial protestante na localidade, período no qual fundou o Sínodo Rio-Grandense, do qual foi presidente entre os interregnos de 1886 a 1894 e de 1909 a 1919. (GERTZ, 2002)

² Ver, também: (SILVA, 2005).

Em um cenário de intensos debates, os jornais e a literatura não apenas se tornaram importantes suportes de interlocução entre os líderes comunitários e o grupo teuto mais amplo, como também elementos *significantes* e de *significação* de *cosmovisões* distintas que circulavam e eram apropriadas de variadas formas no âmbito dessas comunidades. Nestes suportes de interlocução, sujeitos como Rotermond manifestavam suas idéias frente aos mais variados temas e questões referentes ao convívio social dos imigrantes e de seus descendentes.

No conto *Empresas Disparatadas no Brasil*,³ o pastor evangélico Wilhelm Rotermond conduz os seus leitores à experiência de dois imigrantes europeus que chegaram a terras sul-rio-grandenses durante a segunda metade do século XIX. As trajetórias individuais dos personagens representados por Michel Knorb e por Sepp, um “camarada” da Alta Baviera que Michel havia conhecido na cozinha do navio que os transportou à Província do Rio Grande de São Pedro, nos convida a refletir a respeito de uma temática pouco explorada pela historiografia sul-rio-grandese da imigração: o envolvimento político-social de imigrantes alemães e de seus descendentes nos pleitos eleitorais do período imperial brasileiro.⁴

Assim, o que buscaremos neste trabalho será realizar algumas considerações de caráter introdutório acerca das alianças e das negociações firmadas no bojo do processo eleitoral das paróquias do Império, em outras palavras, facetas de práticas sociais que envolviam e objetivavam interesses de indivíduos legalmente impedidos de participarem das instâncias superiores da cidadania política, como foi o caso dos colonos alemães e de seus descendentes até o advento da República, em 1889.

Empresas Disparatadas no Brasil

Ainda que Rotermond tivesse buscado trazer à tona os primeiros tempos da chegada de Michel e de Sepp descrevendo os laços de parentesco, a busca por um pedaço de chão e os diversos espaços de sociabilidade em que colonos e a população já estabelecida compartilhavam suas vivências, o que nos chamou a atenção foi o “olhar” de Rotermond para as disputas de poder e os acordos político-sociais que mobilizavam diferentes sujeitos nas áreas de imigração alemã.

³ O conto *Empresas Disparatadas no Brasil* foi originalmente publicado no *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, no ano de 1891, e faz parte da coletânea de contos traduzidos e publicados em ROTERMUND, Wilhelm. *Os dois vizinhos e outros textos*. Trad. Martin N. Dreher. São Leopoldo: Edições EST, 1997.

⁴ Ver, por exemplo, (PICCOLO, 1978), (PICCOLO, 1979), (WITT, 2001), (WITT, 2008) e (GERTZ, 2006).

A narrativa que desenvolveu, focada nas tensões decorrentes dessas relações, recompõe um quadro que se aproxima das possíveis realidades verificadas por diferentes pesquisadores sobre a temática das eleições e da cultura política que permeou os meandros do processo de construção da representatividade política no Brasil do século XIX.⁵ Todavia, para melhor conhecermos personagens como Michel, Sepp, o doutor Schneider, o bodegueiro Pichel, entre outros que compunham a trama dessa história, devemos transitar pela narrativa desenvolvida no conto.

Começamos pelos colonos Michel e o bávaro Sepp, personagens que com a ajuda do cunhado de Michel, após percorrer diferentes áreas de um espaço social compartilhado por colonos europeus e segmentos sociais de origens étnicas distintas, encontraram em “Hammelsberg”, área da região de “Santa Nula”,⁶ um pedaço de chão: “duas colônias contíguas e adequadas ao custo de 400 mil-réis cada”.

De posse de seus lotes de terra, os colonos dedicaram-se ao desmatamento da área e ao cultivo da cana. Sepp, devido ao seu gosto pelas bebidas espirituosas, costume tão bem descrito e condenado pelo pastor Rotermund, dedicou-se ao implemento de um alambique nas suas terras. No primeiro ano do empreendimento, o bávaro produziu dez pipas de cachaça. Entretanto, como havia adquirido algumas peças para o seu empreendimento mediante crédito e acordo estabelecido com um comerciante local, acabou vendendo sua aguardente a um custo bem menor do que o de mercado. Mas o bávaro desejava obter lucros maiores com sua produção e, demonstrando-se incomodado como o acordo prévio de vender sua cachaça a um custo menor, procurou seu vizinho Michel e lhe propôs uma sociedade.

Ainda que nos primeiros momentos da conversa Michel tenha se demonstrado pouco interessado em ganhar dinheiro com a “bebida do pecado”, acabou convencido e decidiu ajudar Sepp no alambique. No mesmo dia, Michel cortou parte de sua plantação de cana e transportou dez carregamentos da mesma até a prensa do alambique de Sepp. Em troca, recebeu 50 mil-réis em dinheiro e, quando os enfiou na algibeira, “quase lhe pareceu que também poderia haver benção se fazendo cachaça”. Esse foi o motivo pelo qual, na manhã seguinte, Michel foi à casa de Sepp para ajudá-lo a moer cana. De forma descuidada, o colono introduzia cana após cana na prensa e o que não esperava, era ter o dissabor de seu braço ter sido quase arrancado pelo moedor

⁵ (HOLANDA, 1979 e 1997); (CARVALHO, 1996a, 1996b, 1997, 2004); (GRAHAM, 1997).

⁶ Santa Nula é o nome fictício que Rotermund utiliza para se referir à São Leopoldo, colônia alemã fundada nas proximidades de Porto Alegre, em 1824.

de cana. Mesmo que Sepp tenha tentado estancar o sangue com um pedaço de camisa velha embebido em cachaça, o braço de Michel estava “esmigalhado até o cotovelo e os ossos estavam expostos”. (ROTERMUND, 1997: 224)

Michel necessitava de ajuda e entre os vizinhos que foram dar assistência ao colono encontrava-se à senhora Knolchen e “uma mulherzinha velha e suja que trouxe consigo gordura de lagarto e um potezinho quebrado, além de um punhado de ervas frescas”. Mesmo com o apelo as ervas medicinais e a tradição das benzedadeiras, o braço de Michel não cicatrizava. Foi então que entrou em cena o Doutor Schneider.

Conforme descrição de Rotermund, o Doutor Schneider tinha o aspecto de um colono comum, falava o dialeto do *Hunsrückisch* e aprendera seu português com negros e mulatos que por aquelas terras transitavam. Tratava-se de homem prático e maroto que, certa vez, havia amputado a mão de uma mulher muito velha, algo que nas palavras do nosso contista qualquer outro teria realizado. A mulher morreu e um desafeto seu o denunciou à Junta de Higiene que, de imediato, o multou em 200 mil-réis.

Apesar de a Câmara Municipal ter ficado encarregada de efetuar a cobrança da multa, o Dr. Schneider era “eleitor” e ainda tinha alguns pacientes gratos do seu lado que também eram eleitores e, por isso, a Câmara não teve a coragem de cobrar a multa, pois o influente doutor poderia proporcionar toda a espécie de dissabores quando da próxima eleição. (ROTERMUND, 1997: 227).

Embora Schneider não fosse médico de formação, segundo vozes locais, havia estudado na “Cavalaria”, na Alemanha, e entendia alguma coisa de medicina. Mesmo incorrendo em delito pelo exercício ilegal do ofício de médico, a sentença fora arquivada e, de acordo com a história narrada, no fundo, esse favor dos senhores vereadores ainda tinha outra causa.

Para elucidar as práticas de troca de favores entre estes atores sociais representados no conto e que caracterizavam as relações dos micro-processos políticos que se desenvolviam na época e no espaço que se propôs a representar, Rotermund traz à cena dois senhores vereadores que eram comerciantes e adeptos de “toda a espécie de especulação fundiária.” Segundo suas palavras, “só conheciam a diferença entre ladrões e gente honesta de ouvir dizer”. Ainda que fossem homens com algumas posses materiais, não admitiam novos concorrentes em seu ramo de negócios e, considerando o fato de que um novo concorrente havia comprado “um pedacinho de terra” por onde passaria uma nova estrada e que talvez lhes tirassem alguns fregueses, buscaram a ajuda do “médico de cavalos” (ROTERMUND, 1997: 227).

No contexto narrado, o projeto da estrada estava sendo discutido pela Câmara. Os comerciantes precisavam de um voto para derrubar o projeto e, esse voto, seria de um vereador que estava sendo atendido pelo doutor Schneider. Na ocasião, os dois vereadores foram até o “famigerado” Schneider e lhe solicitaram um pequeno favor que, certamente, lhe renderia bons frutos. Na realidade, desejavam que o “doutor” se valesse de seu “saber especializado” para que o vereador opositor não comparecesse à sessão em que ocorreria a votação do projeto. Conforme palavras de Rotermund,

Schneider esclareceu que “uma mão lava a outra”, e pôs tal medo em seu paciente que esse de bom grado ficou oito dias de cama até que o dito dia houvesse passado. A estrada não foi construída e Schneider conquistara dois amigos na Câmara que providenciaram para que a multa decretada “por exercício ilegal da medicina” não fosse cobrada. (ROTERMUND,1997:228).

Na medida em que a história avança, nos deparamos com outros fragmentos de experiências sociais que nos remetem ao jogo de arregimentação política praticado por sujeitos que almejavam se aproximar das instâncias do poder local. Valendo-nos das considerações de Richard Graham (1997), podemos dizer que em tempos que a medida de um homem, ou dito de outra forma, seu poder era expresso mediante o tamanho de sua clientela, o processo de arregimentação eleitoral encontrava-se intimamente vinculado aos interesses pessoais dos mandões locais, ou daqueles que buscavam tal condição.

Revelando-se atento aos comportamentos políticos de seus contemporâneos e dispostos a representá-los em seu conto, Rotermund buscou descrever práticas que se aproximam do clientelismo como um instrumento fundamental da luta política. Assim sendo, do encontro do doutor Schneider com o comerciante Peter Pichel, parece-nos possível apreender elementos de um complexo e dinâmico jogo social sustentado por tramas habilidosamente arquitetadas com vistas às práticas de cooptação política desenvolvidas no cenário social que buscou pincelar, pois, como não deixa de observar, o doutor Schneider e o senhor Peter Pichel, “homem de fortes ligações políticas com os liberais da região”, certamente representavam condutas sociais familiares a Rotermund.

Conforme a cena narrada, no estabelecimento de Pichel, Schneider o encontrou junto ao balcão, misturando cerveja, cachaça e vinho; xingava blasfemando contra seus empregados e tinha a face fechada: “seu velho tirano, tava na hora de chegar”, saudou o Doutor, “mas fica longe de mim com tuas pílulas venenosas, trata-se da próxima eleição”.

O tom do diálogo estabelecido entre Schneider e Pichel dizia essencialmente respeito ao pleito eleitoral daquele ano e a necessidade de qualificar votantes para as eleições, pois segundo o bodegueiro Pichel, “os conservadores andam por toda parte e se não qualificarmos logo novos eleitores nosso partido vai perder.” Pichel demonstrava-se preocupado e argumentou com seu comparsa, “que se o partido perder, a ponte não será construída e tu não poderás meter os contos no bolso”. Com o intuito de angariar clientes, Pichel perguntou a Schneider se este não conhecia “algumas pessoas que se poderia qualificar; com isso, poderias prestar-me um grande favor”. O doutor lhe respondeu: “Hum, conheço dois, o Michel Knorb, do Snokerloch, e o bávaro cachaceiro Sepp”. De forma irônica Pichel lhe disse: “quando ele estiver qualificado haveremos de encontrar o gancho necessário com o qual se puxa ele para a eleição!” – Schneider provocou novamente: “É, se os colonos virem tuas contas salgadas, sentir-se-ão liberais. Mas não vais convencer o Michel Knorb; ele não é tão burro quanto parece. “Meu caro”, respondeu Pichel, com uma entonação e postura que tinha o peso de 15 contos, “quem quer obter alguma coisa em política tem que ter boca grande e consciência pequena, e não foi em vão que nós conseguimos juntos cem contos”. Ao dizê-lo, estufou o peito e fez gesto de profunda dignidade com a mão, mas o Schneider não se incomodou e respondeu, rindo: “Certamente só deves teus cem contos à boca grande e à pequena consciência!”. Depois, esvaziou seu copo e estendeu a mão a seu amigo Pichel que não levava tais piadas a mal, pois eram verdadeiras. E foi para casa. (ROTERMUND,1997:228).

Para Pichel, os dois colonos tinham que ser qualificados a qualquer custo, pois, se o partido não vencesse, ele não conseguiria a construção da ponte. De outra parte, desejava se inserir nas instâncias sociais de maior prestígio local e, para tanto, buscava se tornar tenente da Guarda Nacional, pois já “fazia tempo que se incomodava com o fato de o comerciante vizinho, ser tenente e andar de uniforme nas festas locais.” (ROTERMUND,1997:228-29).

A narrativa empreendida por Rotermund e a trama que buscou construir são representativas do envolvimento político-social de imigrantes alemães e de seus descendentes nas práticas políticas cotidianas que se desenvolviam no bojo do processo eleitoral das paróquias do Império e que, como já dissemos, também envolviam e objetivavam interesses de indivíduos legalmente impedidos de participarem das instâncias superiores da cidadania política, como foi o caso dos colonos alemães e de seus descendentes até o advento da República, em 1889.

Como sabemos, no período em que se desenrola a história narrada no conto de Wilhelm Rotermund, a forma de governo do Brasil era representativa, baseada no voto dos cidadãos e

mediante pleitos eleitorais indiretos. No âmbito das paróquias, os votantes escolhiam de forma direta os vereadores, juiz de paz⁷ e os eleitores da paróquia que, por sua vez, votavam nos postulantes aos cargos das Assembléias Províncias e Geral.

Nestes pleitos, a população masculina livre e maior de 21 anos era dividida entre votantes e eleitores.⁸ Como também já se sabe, o exercício do voto exigia uma renda mínima. Inicialmente, era necessário provar uma renda de 100 mil réis anuais para os votantes e 200 mil réis para os eleitores. Mesmo que nesta divisão básica das funções se possa verificar uma estratificação sócio-econômica que buscava definir o lugar de cada cidadão dentro da vida política nos municípios, os pleitos eleitorais imiscuíam-se a um processo mais amplo que não se resumia apenas ao direito dos indivíduos votarem, de serem votados e de participarem das esferas da administração pública. Ser votante também significava emergir da massa dos anônimos, um dos fatores de distinção social no âmbito de uma sociedade fortemente hierarquizada, onde o princípio da hierarquia e da desigualdade (tanto jurídica como social) se apresentava profundamente consolidado. Na sociedade imperial, qualificativos de liberdade, de propriedade e de nacionalidade condicionavam o direito daqueles que almejavam gozar o *status* de cidadão do Império. Fronteiras entre a sociedade política e a sociedade civil distinguiam os cidadãos ativos dos cidadãos passivos.

No caso dos imigrantes alemães, apenas os naturalizados e que atendessem as exigências legais impostas aos demais postulantes ao direito de voto teriam direito de participar das eleições municipais, sendo que até 1881 ficaram vetados de participarem das eleições gerais e de concorrerem aos cargos das Assembléias Provincial e Geral. Para ser deputado, ou senador do Império, a legislação especificava que “todos os que podem ser eleitores de segundo grau são hábeis para serem deputados”, exceto os estrangeiros naturalizados, aqueles que não professassem a religião católica e os que não tivessem 400\$000 de renda anual líquida.⁹ Para o cargo de senador, cujo mandato era vitalício, além do valor de renda dobrar em relação ao exigido para o cargo de deputado e da idade mínima ser de 40 anos, o cidadão deveria, ainda, “ser

⁷ A eleição dos vereadores das câmaras municipais e dos juizes de paz foi regulamentada pela Lei de 1º de outubro de 1828. De acordo com a respectiva lei, de quatro em quatro anos os votantes deveriam eleger, em todas as paróquias do Império, aqueles que iriam compor os referidos cargos. As condições de elegibilidade eram as mesmas previstas pela Constituição aos votantes de segundo grau. Havia, no entanto, a exigência de que cada postulante tivesse, no mínimo, dois anos de domicílio no termo (vila ou cidade). Brasil – Lei de 01/11/ 1828, Título I e respectivos artigos.

⁸ De acordo com Richard Graham, 50,6% de todos os homens livres maiores de 21 anos votaram nas eleições do início da década de 1870 (GRAHAM, 1997: 147).

⁹ Brasil - Decreto de 26 de março de 1824. Cap. VI, art 2, § 2º e 3º.

pessoa de saber, capacidade e virtudes, com preferência [aos] que tiverem feito serviços à Pátria”.¹⁰

Em meio a um longo processo que culminava com a ida dos cidadãos às urnas, havia a etapa de qualificação dos votantes, momento do processo eleitoral instituído pela Lei 387, de 1º de agosto de 1846. A qualificação dos votantes deveria ser organizada por paróquia, onde seriam formadas as juntas qualificadoras, órgãos presididos pelo juiz de paz mais votado na eleição municipal precedente. Além de presidirem as juntas, essas autoridades locais, assim como os inspetores de quarteirão – sempre atentos aos movimentos da população, emitiam notas esclarecedoras aos trabalhos da mesa qualificadora. Por meio de suas *fés* e de listas nominativas referentes à população residente nos distrito de sua jurisdição, o juiz de paz, com auxílio dos inspetores de quarteirão, contribuía com suas informações no momento em que os mesários decidiam por uma inclusão ou exclusão dos postulantes ao voto.¹¹

As formas de comprovação da renda mínima para participação eleitoral eram precárias. Poucas provas documentais eram apresentadas nos protestos à Mesa Qualificadora, o que tornava importante outros caminhos de legitimação dos papéis e *status* sociais defendidos pelas partes envolvidas nas disputas qualificatórias. Podemos considerar, que não raras vezes, as alianças e os acordos tecidos no âmbito das experiências cotidianas colocava em evidência todo um intrincado sistema de controle social e de disputas de poder que faziam parte de um complexo jogo de legitimações, baseado mais nos tratos corriqueiros do que em documentos oficiais.

O intrincado jogo de qualificação e desqualificação de votantes e eleitores, assim como os inúmeros requerimentos protestando pela exclusão do jogo eleitoral por parte de indivíduos de diferentes estratos sociais e profissionais, demonstram que não apenas grupos hegemônicos economicamente participavam. A participação popular no processo eleitoral era evidente para homens de política como Zacarias de Góis e Vasconcelos, que chegava a questionar em meados da década de 1870:

Qual é o inválido, esse infeliz que tem uma perna de menos, e agita uma bandeira para guiar bondes, que não ganhe 300\$000 ou 400\$000 por ano? O mais humilde na ordem da indústria, um servente que carrega pedras, tijolos e barro para uma obra, ganha pelo menos mil tantos réis por dia: logo tem mais de 400\$000 por ano (*apud* NICOLAU, 2004).

¹⁰ Brasil – Decreto de 26/03/ 1824. art 5, § 2º, 3º e 4º.

¹¹ Segundo Maria Odila (2003: 68), os coletores, párocos e juizes de paz vigiavam as mudanças de domicílio, tratavam de conhecer a gente nova que chegava das vizinhanças, relatar os desentendimentos e os termos de bem viver, saber de multas e fiscalizar os deveres dos cidadãos pobres. Essa vigilância, na maioria das vezes, se torna importante meio para aqueles que buscavam reunir seus nichos eleitorais.

A temática abordada pelo imigrante alemão Wilhelm Rotermund e que ora procuramos analisar, se insere em um campo de estudos inaugurado em solo rio-grandense pela historiadora Helga Piccolo que, na década de 1970, em uma publicação de caráter introdutório acerca do sistema político imperial brasileiro e a colonização alemã no Rio Grande do Sul, considerou que devido às exigências legais estipuladas pela legislação eleitoral que vigorou até 1881, “seria o governo municipal a possibilidade de participação política dos colonos”.

Além de chamar a atenção para os aspectos legais de exclusão política, a historiadora também considerou que o acesso limitado à participação política dos imigrantes ao longo do período imperial derivava, entre outros aspectos, dos interesses próprios ao grupo social dominante – entenda-se segmentos da elite política e econômica rio-grandense de origem luso-brasileira –, que em meio à política centralizadora levada a efeito pelo governo imperial, buscava ampliar o reduzido espaço de participação que detinha nas instâncias do poder provincial e na própria Corte (PICCOLO, 1978: 143-145).

Assim, segundo Helga Piccolo,

é fácil entender que, se o grupo dominante está preocupado em defender seus interesses em uma maior participação política, limitada pela atuação do presidente da província identificado com a política do governo central, pouca atenção deu à participação de elementos não pertencentes ao mesmo grupo. E mesmo em municípios surgidos de núcleos coloniais, a participação estrangeira era limitada. Veja-se o caso de São Leopoldo, elevada à categoria de vila em 1846, instalando-se no mesmo ano a Câmara Municipal (PICCOLO, 1978: 147)

René Gertz (2006), também definindo como espaço de observação o município de São Leopoldo, considerou que a baixa presença do elemento de origem germânica nos cargos eletivos da Câmara Municipal daquela localidade pode ser atribuída aos dispositivos legais de exclusão vigentes até a reforma eleitoral de 1881. Assim como Piccolo (1978), avaliou que um dos entraves para inserção dos colonos na esfera de atuação política foi a resistência da elite de origem luso-brasileira em abrir “espaço político para os imigrantes no poder local, sob o argumento de que os colonos estavam resistindo em abraçar-se e, também, por isso não poderiam participar do governo municipal” (GERTZ, 2006: 58).

Apesar da reconhecida importância destes dois historiadores da imigração alemã, parece-nos interessante também interrogar alguns aspectos das práticas cotidianas que se desenvolviam entre aqueles que participavam dos pleitos locais. A baixa participação nas instâncias superiores da política como, por exemplo, a ocupação de cargos do legislativo ou em cargos do executivo do

período imperial, não invalida a busca pela inserção em espaços de participação política possíveis, como no caso das instâncias locais.

A observação do processo de delegação do direito de voto e da participação política, tomando como ponto de referência os resultados finais, pode nos conduzir a conclusões que, em regra, acabam obscurecendo as experiências sociais de indivíduos comuns que atuavam com estratégias próprias frente aos sistemas normativos socialmente estatuídos. Apesar de, em muitos casos, indivíduos ou grupos de indivíduos como os colonos alemães e seus descendentes terem esbarrado no princípio jurídico e legal que normatizou o sistema eleitoral brasileiro até o advento republicano, o conteúdo do conto de Rotermund nos convida a refletir sobre estratégias acionadas por personagens reais que, se em alguns casos, talvez não fossem suficientemente capazes de mudar a realidade na qual estavam inseridos, poderiam acionar em benefício próprio recursos disponíveis do mundo social no qual viviam.¹²

Retornando à história e a trama do conto desenvolvida por Rotermund, o colono Michel não se demonstrava “tão verde como nos primeiros tempos”. Michel já estava estabelecido há seis anos no novo país e, certamente, não seria tão facilmente cooptado pelo comerciante Pichel, como este pensava. Mesmo com pouca instrução formal, Michel havia assinado um jornal que em suas páginas trazia comentários contra a religião e textos com conteúdos que divulgavam o ideário cientificista da época. Em um diálogo estabelecido entre Michel e seu vizinho Sepp, Rotermund traz à cena possíveis idéias que circulavam entre os colonos do seu período:

[...] certo dia estava encostado na cerca do potreiro do vizinho Sepp e um tio guariba gordo e ruivo berrou do alto da árvore, aí disse ao Sepp: “Ta vendo, Sepp, o jornalista disse que tais macacos se transformaram em seres humanos; ele acha que nós colonos somos mais burros que o gado, quando pensa que acreditamos em tais mentiras”. “Podes ter razão”, respondeu Sepp, “até hoje burro não se transformou em cavalo, mas muita raposa se tornou deputado”. (ROTtermund, 1997: 29)

A piada de Sepp dizia respeito à visita que o bodegueiro Pichel havia feito ao colono Michel no dia anterior, cuja finalidade era cooptá-lo como votante. Conforme relatou Michel,

ontem o João grandão, o Pichel, esteve aqui e disse: “Senhor Knorp, você também é pessoa estudada e lê jornais; não quer tornar-se eleitor? Veja você, quando o partido for grande construiremos aqui uma ferrovia e também uma ponte sobre o rio, com isso

¹² Jonas M. Vargas (2007), em sua dissertação de mestrado, demonstrou algumas facetas de uma complexa teia de interesses recíprocos estabelecidas entre sujeitos diversos no âmbito de paróquias como, por exemplo, a de São Leopoldo. Ver, sobretudo, o capítulo dois, onde a partir de um acaso de 1855, envolvendo Antônio Lourenço da Silva Castro e um açougueiro da localidade, busca ilustrar algumas das questões que nos propusemos indagar neste trabalho e que são representadas por Wilhelm Rotermund.

poderemos lucrar. Eu arranjo toda a qualificação para você, só lhe vai custar uns 20 ou 30 mil-réis. “Vê, Sepp, aí perguntei ao Pichel, se o partido realmente ainda vale 20 mil-réis, pois lera no jornal que antes da eleição sempre se fala em construir ferrovias e se menciona os senhores colonos na frente e os senhores agricultores atrás, mas depois tudo fica quieto de novo e nós, colonos, uma vez mais, só fomos curral eleitoral”. (ROTERMUND, 1997: 29)

Na oportunidade, Sepp também relatou a Michel que Pichel havia lhe visitado demonstrando-se interessado em comprar a cachaça que produzia. Segundo Rotermund, os dois haviam dito francamente sua opinião ao Pichel, mas este só ria em silêncio e ameaçava: “Ainda vou pegar vocês, colonos burros”. Conforme a história, de fato, mal haviam passado algumas semanas, e o bávaro Sepp levou uma pipa de cachaça à venda de Pichel e, na oportunidade, o bodegueiro com o objetivo de cooptá-lo para suas fileiras de votantes observou:

Senhor Sepp, isso eu não iria aceitar da parte do Michel Knorb; ele colocou sua cerca duas braças além da divisa, pode acreditar, conheço a divisa desde de tempos antigos muito bem. Bem, rosou Sepp, se isso é verdade, aí o prussiano tem que arrancar sua cerca. Por bem certamente não o há de fazer, riu Pichel, debochando. (ROTERMUND, 1997: 29-30)

Após algumas garrafas de cerveja e de Pichel o ter provocado bastante com a intriga, Sepp foi até a residência de Michel “para cair em cima dele e exigir de volta suas duas braças de terra”: No calor da discussão, Michel afirmou que havia pagado sua terra da mesma forma que Sepp e lhe sugeriu que fizessem a medição das terras. Mesmo com a medição, ambos não concordavam, pois quando o Michel media, Sepp não ficava satisfeito e vice-versa. Com isso se fez a inimizade e, na semana seguinte, após desavenças, deu-se início a um processo judicial.

Mas o Pichel precisava qualificar votantes e, como não poderia ser diferente, utilizou-se das práticas costumeiras do período para finalmente cooptar os colonos. Conforme Rotermund, Pichel

aconselhou os dois a se qualificarem como “eleitores”, pois por aqui ninguém ganhava processo sem o apoio do partido. Os dois morderam a isca e, por isso, tornaram-se cidadãos e eleitores do Império. O “senhor Miguel Knorb” emoldurou seu diploma de cidadão e pendurou-o na sala. Depois de conseguir seu intento dessa maneira, Pichel aconselhou os dois a que primeiro mandassem medir a terra por um agrimensor e este pôs fim a discussão, tirando só uma braça de terra do Michel, com que os dois estavam satisfeitos e, o que era mais importante, continuaram membros do mesmo partido; pois se o Sepp não tivesse ganho, certamente teria ido para o outro partido, de raiva. (ROTERMUND, 1997:30)

Era o dia da eleição e, conforme nosso contista, Sepp se encontrava “em situação desagradável, pois no último domingo fora à Igreja e o padre pregara a respeito da política,

dizendo que os liberais iriam arruinar o país porque desprezavam a religião e queriam expulsar do país os piedosos jesuítas” sendo que, em virtude disso, “[...] todo o católico deveria votar nos conservadores [...]”. Rotermund conta-nos ainda, que “depois de ouvir essa pregação, Sepp sentiu despertar sua consciência sequiosa de aguardente e pareceu-lhe que o maior pecado de sua vida fora o de se haver envolvido com os hereges liberais”. (ROTERMUND, 1997: 30).

Mesmo que Seep estivesse em meio a um “impasse eleitoral”, havia firmado um pacto de lealdade com Pichel e o bodegueiro certamente lhe cobraria os votos de lealdade quando este fosse à urna deixar seu voto. Segundo Rotermund,

[Seep] ouviu lá fora a voz do Pichel: “Sua marmota, tá com remorsos dos conservadores? Anda depressa, monta no cavalo e não esquece teu título!” Foi o que Sepp fez e Pichel lhe deu uma chapa fechada com a orientação: Quando chegarmos à votação e teu nome for chamado, vais lá e entregas essa chapa. Michel Knorb também recebera uma idêntica e ela também já estava fechada. No local de votação, Sepp naturalmente também encontrou seus amigos conservadores. Um disse a ele: “Já tens uma chapa?” “Sim”, disse Sepp, “aqui está ela!” “Mas essa não é a certa, não podes entregá-la, pois não sabes o que há dentro dela! Me dá esse negócio, dou-te outra em troca, essa é a que tens que entregar. Mas não podes mostrá-la a ninguém, senão vão tirá-la de ti!” Aí foi chamado: “Michel Knorb!” Ele tirou seu chapéu respeitosamente, pegou a chapa e deitou-a com gravidade na urna. “Sepp Kruglhuber!” Aí também Sepp foi e depositou sua chapa inocentemente. Quando voltou, Pichel recepcionou-o com expressão furiosa e disse: “É esse o agradecimento por eu te haver qualificado? Se não fosse eu, não teria ganho o processo! Espera, essa eu vou te devolver”. E lhe devolveu, pois quatro semanas mais tarde o Senhor Seppo Kruglhuber foi convocado para ser jurado e seria multado, caso não comparecesse. Esse era o resultado da política. – A eleição deu certo e a ponte foi construída, mas ninguém teve vantagem, a não ser o Pichel. Quando seus amigos o lembraram que ele prometera que também haveriam de ter algum dividendo, ria debochado e dizia: “Da próxima vez, quando a ferrovia for construída!” Os amigos cavalgaram para casa e diziam um ao outro: “um partido é tão ruim quanto o outro, da próxima vez, vamos votar nos republicanos” (ROTERMUND, 1997: 230-231).

Palavras Finais

A temática abordada no conto *Empresas Disparatadas no Brasil* se insere em um contexto em que o direito de ir às urnas se encontrava ligado a um processo mais amplo, onde se renovavam alianças e compromissos do cotidiano (GRAHAM, 1997: 140-164). Certamente, não podemos reduzir um campo de pesquisa complexo a um conto. Porém, pensamos que estudos específicos sobre o tema poderiam trazer à tona trajetórias de imigrantes e de seus descendentes que se aproximavam das categorias populares de seu período e que participavam ativamente no âmbito das paróquias do Império, do jogo político e das práticas políticas convencionadas pela historiografia como de clientela paternalista.

Nesse sentido e sem a pretensão de chegar a respostas definitivas, o que buscamos com este trabalho foi chamar a atenção para aspectos poucos interrogados pela historiografia sul-riograndese da imigração. Sobretudo, no que diz respeito às alianças e às negociações cotidianamente firmadas no bojo dos processos eleitorais e que também envolviam os colonos alemães e de seus descendentes.

Ainda que as abordagens realizadas na esteira de conceitos como o da clientela paternalista devam atentar para o equívoco das generalizações, um estudo específico sobre o recrutamento político no âmbito das localidades que foram destino de muitos colonos europeus talvez possa demonstrar com mais precisão as plurais práticas cotidianas que se estabeleciam nesses espaços sociais e que foram interessantemente representadas por Wilhelm Rotermund.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de (1997). *Os bestializados : o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras .

CARVALHO, José Murilo de (1996a). Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos* [on line], Rio de Janeiro, n. 18.

CARVALHO, José Murilo de (1996b). *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ Relume-Dumará.

CARVALHO, José Murilo de (2004). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 6^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DIAS, Maria Odila da Silva (2003). Sociabilidades sem História: Votantes pobres no Império, 1824 – 1881. In: FREITAS (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto.

GANZ, Magda (2004). *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH-RS.

GERTZ, René (2002). *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul do anos de 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

GERTZ, René (2006). A Câmara Municipal de São Leopoldo de 1846 a 1937. In: Silva, Haike Roselane Kleber da; HARRES, Marluza Marques (Orgs.). *A História da Câmara e a Câmara na História: 160 anos da Câmara Municipal de São Leopoldo*. São Leopoldo: Oikos.

GRAHAM, Richard (1997). *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1979). *Raízes do Brasil*. 13^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1997). História Geral da Civilização Brasileira - Tomo II - O Brasil Monárquico - 5º Volume - *Do Império à República*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

NICOLAU, Jairo (2004). A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. In: *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Portugal: Coimbra. Disp.: <<http://www.ces.uc.pt/LAB2004/programa/sessao2.html>> Acessado em 3 jun. 2005.

PICCOLO, Helga L (1978). O Sistema Político Imperial e a Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. In: *Anais do III Simpósio de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: EST.

PICCOLO, Helga L (1979). *A política rio-grandense no II Império 1868-1882*. Porto Alegre: GPHRGS.

ROTERMUND, Wilhelm (1891/1997). *Os dois vizinhos e outros textos*. Trad. Martin N. Dreher. São Leopoldo: Edições EST.

SILVA, Haike Roselane Kleber da (2005). A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, [295-330] jan./dez.

VARGAS, Jonas Moreira (2007). *Entre a paróquia e a Corte: Uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado.

WITT, Marcos Antônio (2001). *Política no litoral norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães*. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. (Dissertação de Mestrado)

WITT, Marcos Antônio (2008). *Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - Século XIX)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. (Tese de Doutorado).

Os significados culturais do trabalho, da propriedade e da língua nos imigrantes italianos do sul do Brasil

Moacir Bolzan¹

Introdução

Estudar a imigração italiana na Região Sul do Brasil se constitui uma tarefa gratificante, pois entra em cena a busca pelo conhecimento das raízes históricas estabelecidas entre os descendentes dos italianos que deixaram a sua terra de origem e os que lá permaneceram.

Trata-se, portanto, de um momento de reflexão e de crescimento.

A diversidade cultural numa sociedade que procura desenvolver-se pode ser o ponto de partida para o seu crescimento sócio-econômico. Assim, tem-se o desejo de que todas as buscas históricas sejam abertas e conhecidas onde existam descendentes.

O entendimento dos significados da cultura é fundamental para que não se reduza a compreensão da imigração italiana a meras relações comerciais, políticas ou econômicas.

Neste trabalho propõe-se esta compreensão no que se refere à propriedade, ao trabalho e à língua.

O significado cultural do trabalho

O imigrante italiano que veio ao Brasil era portador de um sentimento de trabalho vinculado às suas convicções religiosas cristãs. Acreditava no trabalho de seus braços.

Há na liturgia uma identificação muito profunda entre a ação ritual e o trabalho do agricultor. O sacrifício central da liturgia dá-se em torno da eucaristia, ou seja, em torno do pão e do vinho, dois componentes altamente significativos para o imigrante que vivia do cultivo da terra (SANTIN; ISAIA, 1990, p. 18).

Não se cogitava conceituar trabalho como construtor da história ou opositor aos meios de produção. Ele era a síntese dos dois extremos. O imigrante era patrão e empregado. Representava, ao mesmo tempo, o capital e o trabalho. “Trabalhar era obrigação de todo homem por imposição do mandamento de Deus, da Bíblia: comerás o pão com o suor do teu

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS – Disciplina: História da Imigração na América Latina I, ministrada pelo Prof. Martin Norberto Dreher – 2008.

rosto” (SANTIN, 1990, p. 457). Sobre isso se expressa Dotto (1987, p.20): “A religião sempre foi a força que guiou o espírito do imigrante nas várias tristezas e dificuldades, tornando-a fator importante na vida familiar, social e econômica”.

Este era o princípio que justificava tanta aceitação e dedicação ao trabalho.

Retornando-se às transformações sociais medievais observa-se que ficou possível a posse da terra a todo cidadão, mesmo não sendo nobre. O trabalho passa então a ser o caminho que dava acesso à propriedade. Trabalhando sempre com muita economia, todos acreditavam que um dia poderiam adquirir terras. Nem todos os donos de terra eram tradicionalmente nobres, mas indivíduos que pelas mais diferentes maneiras haviam conseguido o acesso às terras. E, numa versão cristã, o único caminho legítimo acessível a todos era o trabalho sério e honesto.

Nas colônias italianas do RS, a religião, longe de ser “um ópio do povo”, foi um fator de integração e uma força de dinamismo econômico. Permitiu ao colono italiano fugir de uma desintegração social ou de cair numa caboclicização oferecendo-lhe um quadro sócio-cultural no qual ele se reconhecia e se expandia (SANTIN, 1986, p. 63).

Por isso, as famílias que assim haviam conseguido tornaram-se exemplos para outras que estavam na mesma luta. Alimentavam esperanças de adquirir propriedades e o estímulo para o trabalho. E isso fazia a imigração ao sul do Brasil ser tão desejada, pois a viagem para cá acalentava dois sonhos: trabalho e propriedade.

As dificuldades emergentes são aos poucos superadas e consolidam-se vínculos com a terra adotada, a qual passa a ser a esperança de vida nova. As novas comunidades se organizam, alicerçadas no trabalho árduo e cooperativo (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 16).

Assim sendo, torna-se necessário observar que o trabalho para o imigrante italiano não era apenas uma ação produtiva ou individual, nem mesmo um valor exclusivamente econômico, mas acima de tudo assume uma dimensão cultural.

Ser trabalhador era ser portador das maiores qualidades humanas e estar imunizado de qualquer suspeita de vícios. Bastava ser trabalhador para merecer a confiança de seus semelhantes.

O trabalho era a mola construtora de fortunas, da ascensão social e econômica. Era o caminho viável para adquirir bens e bem-estar para si e familiares.

É fundamental também vincular à questão do trabalho o apego à família. Ela se constituiu na instituição básica na mentalidade do imigrante italiano. Tornou-se a razão primeira e última de todo o trabalho e de qualquer privação. A necessidade de se observar o significado da propriedade, do trabalho e da casa própria compõem os alicerces e as razões de se constituir família.

Para Santin e Isaia (1990, p. 15 e 16) este tão vigoroso vínculo familiar vem de um legado à italiana com duas explicações:

A primeira vincula-se aos ensinamentos doutrinários do cristianismo católico, baseados na indissolubilidade do matrimônio ou no culto à Sagrada Família de Nazaré. A segunda vertente pode ser creditada à visão da família da nobreza ou dos “signori”. Desde a Idade Média o poder girava em torno das famílias nobres. Pertencer a uma família nobre era fundamental para ter identidade social. Os escravos não eram ninguém. Os camponeses, na medida em que conseguiam formar família, davam um passo para sua própria identificação e reconhecimento social.

Diante deste olhar histórico, o que mais deve ser destacado é a organização interna da família. Enfatiza-se a distribuição de tarefas, as atribuições de cada membro que, silenciosamente, iam sendo assumidas, na maioria das vezes dentro de um grande conformismo. Dentro desta ordenação, o pai, em geral, era apresentado como o personagem principal, um verdadeiro patriarca e não raramente despótico, nas dimensões da sua casa.

Mas há também a figura da mãe, peça fundamental no cotidiano familiar por desempenhar a função de duas pessoas: a de ser esposa e mãe e marcar presença nas práticas religiosas. Ele intermediava as relações de poder absoluto do pai e a rebeldia dos filhos.

O grande número de filhos é visto como uma bênção de Deus (concepção religiosa) ou como submissão da mulher em relação ao marido e aos princípios alienantes da religião (concepção ideológica) ou como força de trabalho e; a presença dos avós na vida familiar, com uma profunda afetividade e também conflitos na relação com os netos, transformaram a família numa pequena sociedade responsável pela definição do projeto pessoal e social dos imigrantes, e está na base de todos os seus empreendimentos econômicos.

O significado cultural da propriedade

A propriedade pode ser entendida sob diferentes aspectos e colocada em contextos muito diferenciados. Segundo Santin (1986, p. 16), ela era

a fonte de coragem que forneceu as forças para o imigrante italiano pronunciar a sua decisão, não deve talvez ser buscada na antevisão do que será o amanhã, mas na ambição que cada qual alimentava em si mesmo, no mais profundo sigilo de sua consciência. A ambição era comum, individual, era a intensidade do desejo. Todos e cada um queriam ser proprietários. Ser proprietário era a grande ambição. A fonte que fez brotar as águas da coragem e as forças de decidir e partir. Na mente de cada um, a idéia de propriedade desfilava com todas as letras maiúsculas. Ele seria dono de suas terras, de sua produção, de seus negócios.

Cada cultura cria um sistema de significados, através do qual ela se define a si mesma, dando-se uma fisionomia própria e sendo, assim, reconhecida pelos outros.

Coloca-se a seguir os sentidos da pequena propriedade que produziram significações para o imigrante italiano do sul do Brasil: social, político e econômico.

Sentido social: para o imigrante, a propriedade não representava somente valor econômico, mas um significado social. O seu trabalho, enquanto proprietário, não era um oposto da propriedade. Estava reunida em si a figura de patrão e empregado. Por isso, propriedade e trabalho, para o imigrante, formavam uma só base, considerada ponto de partida indispensável para pensar todo e qualquer projeto de vida e de investimento. Toda a possibilidade de sucesso, tanto familiar quanto pessoal, estava vinculada ao alcance da terra, da casa e do trabalho.

Per la prima volta il contadino che non possedeva nulla, che non aveva mai posseduto nulla, scopriva di poter cambiare. Capiva di avere anche lui una dignità, un potere, una speranza. Il fatto che nemmeno il padrone onnipotente potesse fermarlo era per lui una scoperta sconvolgente. Era una vittoria, una rivoluzione² (DELISO, 1993, p. 55).

A propriedade era a garantia do ingresso na ordem econômico-social da época. Na sua concepção, não se tratava de um preenchimento do espaço vazio no sistema de produção agrícola imposto pelo latifúndio, nem de uma acomodação ou adequação ao Capitalismo

² Pela primeira vez, o colono que não possuía nada, que não tinha nunca possuído nada, descobria de poder mudar. Compreendia de ter também ele uma dignidade, um poder, uma esperança. O fato de que nem mesmo o patrão onipotente pudesse pará-lo, era para ele uma descoberta arrasadora. Era uma vitória, uma revolução.

industrial que estava se instalando. Da mesma forma, o imigrante não se sentia uma camada social intermediária entre escravos e senhores.

Diante disso, observa-se que o imigrante italiano, primeiramente via na propriedade de terras o começo de sua redenção social e de sua libertação econômica. Esses ideais de ascensão social e a afirmação econômica solidificaram a função da propriedade rural e determinaram, posteriormente, os rumos do processo de desenvolvimento, na medida em que os limites da propriedade foram se ampliando e assumindo outras configurações no setor empresarial do comércio e da indústria.

Outro sentido produzido pela propriedade no imigrante italiano é o sentimento de senhor absoluto. Ser proprietário significava assumir o papel de um grande senhor italiano.

Esta forma exacerbada de portar-se levou o imigrante a assumir, na medida do possível, os mesmos comportamentos autoritários dos grandes proprietários da Itália. Não eram apenas atitudes e vestes que eram imitadas, mas também esboçou-se assumir atitudes de exploração, especialmente em relação aos negros e brasileiros.

Este perseguido ideal, uma vez alcançado, transformou-se em profundo apego à propriedade. Ela era considerada um bem intocável e o maior bem a ser legado aos filhos. Essa tradição incorporou-se à cultura dos descendentes a ponto de considerar-se que o casamento só deveria iniciar se o casal tivesse propriedades, espécie de segurança familiar.

Sentido político: é oportuno lembrar que o Governo Imperial estava empenhado em ocupar o território do Sul do Brasil como forma de defendê-lo de possíveis invasões. Diante do vazio demográfico presente na Serra Geral, convenceu-se D. Pedro II que havia necessidade urgente de povoar essas terras devolutas como garantia contra futuras invasões. Surge, daí, o projeto de implantação de colônias no RS, e a conseqüente busca de imigrantes europeus que já fossem adaptados à agricultura de minifúndio e ao relevo montanhoso.

Há que se considerar também os aspectos políticos ligados aos ideais patrióticos dos italianos presos às lutas da unificação italiana. Esses ideais patrióticos inspiraram idéias de construção de uma Itália fora da Europa. Uma vez em posse de uma significativa área, os italianos poderiam constituir um governo autônomo ou uma extensão do governo italiano. Essa possibilidade era remota, porque a maioria dos imigrantes não havia assimilado a idéia de cidadania italiana. Havia grande identificação apenas com as suas cidades de origem. A Itália, unificada em 1870, não fazia parte de seus parâmetros políticos e sociais.

Eles eram italianos, mas de uma Itália que possuía as dimensões regionais, cuja capital era o “paeselo” de origem. Roma era apenas a capital religiosa, não a capital

política. Não a cidade do Rei, mas a cidade eterna dos papas (SANTIN, 1990, p. 740).

Fica difícil provar se os imigrantes italianos tinham conhecimento de algum projeto econômico ou político fora de seus desejos pessoais e familiares. A Itália construída aqui reproduziu com detalhes o seu local de origem, com o intuito de garantir sua sobrevivência e identidade culturais, sem preocupações com um projeto político-econômico mais amplo.

Sentido econômico: a imigração italiana no Sul do Brasil tornou-se o símbolo de uma economia alicerçada sobre a pequena propriedade rural. O desejo de trabalhar a terra fez com que o imigrante italiano não se conformasse com a forma do seu uso preestabelecida pelas estruturas vigentes. Nesta concepção em vigor, cabia à pequena propriedade criar uma camada intermediária entre escravos e senhores e formas econômicas alternativas. Estaria, assim, preestabelecido o sentido da pequena propriedade, fixando as funções a desempenhar a partir de uma compreensão intelectual sob o ponto de vista meramente econômico da propriedade, sem levar em consideração a maneira de pensar do imigrante. As mudanças que poderiam surgir estavam previstas, vinculadas e comandadas segundo os interesses do poder econômico da época. A própria presença da Corte Portuguesa no Brasil seria um fator de estímulo no sentido de se darem condições para a implantação da pequena propriedade ao lado da grande propriedade, sendo subsidiária desta e sem haver concorrência de ambas.

O estímulo oficial à pequena propriedade é visto à luz do sistema econômico como um esforço de sua adaptação ao regime fundiário já implantado, garantindo a continuidade da monocultura. Nota-se que o minifúndio ocuparia os espaços deixados por ela. A pequena propriedade garantiria uma produção de subsistência que assegurasse a continuidade da monocultura para as grandes propriedades.

O imigrante não tinha esta visão sobre a pequena propriedade. Ele a considerava altamente produtiva e assim a tratava. Fato concreto desta prática, foi a elevada produção de café obtida no Estado do Espírito Santo no início do seu cultivo. A historiografia oficial raramente lembra dessa realidade, afirmando que o cafezal só é produtivo em latifúndios.

Valendo-se desse raciocínio, é possível afirmar que o interesse pelo trabalho na terra, presente no imigrante italiano como indivíduo ou proprietário, foi capaz de orientar sua vontade em detrimento do preestabelecido por planos governamentais.

O significado cultural da língua

Da massa de imigrantes de origem italiana que veio para o Brasil, foi muito elevada a participação de contingentes originários das áreas rurais, caracterizadas por altas taxas de analfabetismo e muita miséria.

Esses traços contribuem para que se compreenda o baixo nível de valorização da Escola por parte desses imigrantes, que ingressavam num país onde a maioria da população também era predominantemente analfabeta.

Compreende-se que a Escola tenha merecido pouca atenção por parte dos imigrantes. Quer por motivos ligados a sua cultura, inerente à sua origem, quer em consequência da natural valorização da expectativa de alcançar condições econômicas para viver bem. A realidade é que no conjunto não se deu à ela a atenção que seria de esperar.

Era necessário trabalhar muito para que o sonho da propriedade se tornasse realidade, e com isso, freqüentar a Escola poderia representar perda de tempo.

Outro aspecto de fundamental importância para a compreensão do comportamento do imigrante italiano sob o ponto de vista cultural, refere-se ao significado que o idioma italiano tinha por ocasião da grande imigração.

Todos sabiam falar a língua do seu local de origem e poucos se expressavam no idioma italiano.

Para 98% da população, o italiano era uma língua estrangeira. Dos que conheciam a língua italiana 400.000 viviam na Toscana e 70.000 em Roma. Nas demais partes do país, tão somente uma pessoa em mil sabia empregar o italiano (PETRONE, 1990, p. 604).

Ainda, de um modo geral, o emprego do idioma italiano era mais freqüente nas cidades maiores que nos pequenos lugares, mais no meio urbano que no rural. O uso do dialeto era característica própria de categorias sócio-econômicas mais pobres, enquanto o emprego do italiano identificava-se com as categorias sociais mais cultas e economicamente em melhor situação.

A grande diversidade que caracterizou os imigrantes italianos quanto à língua falada no lar (dialeto) teve significativas consequências nas mudanças culturais que se verificaram nas coletividades que formaram ou que contribuíram para formar o País.

O imigrante vindo de uma determinada região da Itália nem sempre compreendia o dialeto daqueles vindos de outras regiões. Daí recorria a outro instrumento de comunicação, podendo ser o italiano ou português. Com maior frequência prevaleceu o uso do português, tendo em vista que tal procedimento geralmente trazia a possibilidade de comunicação com pessoas de fora da convivência dos imigrantes e afirmaria um vínculo cultural acentuado com a nova Pátria. Lembra-se ainda que a Itália, após a unificação política, considerava os dialetos como expressões mais populares e mais autênticas que o italiano.

Tornou-se dominante, entre as elites culturais, a idéia de que o uso do dialeto seria traço próprio de identificação dos pobres, rústicos, incultos e dependentes. O italiano passou a identificar-se como idioma próprio das elites culturais ou daqueles que assim se consideravam.

Essa idéia de associar o dialeto às categorias subalternas e italiano às elites, talvez tenha sido uma das razões mais significativas para o processo de perda da identidade lingüística que se verificou dentre os imigrantes no Brasil.

Nas condições particulares em que os imigrantes viviam, deixar o dialeto freqüentemente foi alguma coisa associado à idéia de ascensão social. Esta, por sua vez, acabou implicando na valorização do português (PETRONE, 1990, p. 386).

Convém lembrar o fato de que a maioria dos imigrantes que vieram ao Brasil aqui chegaram num período pouco posterior à unificação política da Itália.

A indiferença dos colonos à causa da Italianidade foi clara e manifesta. Eles não conheciam a língua italiana (só línguas dialetais) e nem mostravam interesse em aprendê-la. Ou: “o povo das colônias não participou desse debate ideológico e político e até poder-se-ia afirmar que o desconheceu” (SANTIN, 1986, p. 55).

Tal acontecimento foi significativo, especialmente dentre os mais pobres, onde o dialeto se constituía importante elemento de sua identidade cultural e justamente a desvalorização do dialeto acabou permitindo a aceleração do processo de despersonalização cultural.

Acalentando o sonho de construir rapidamente uma grande América e tornar a vida aprazível, os imigrantes inicialmente valorizavam sobremaneira o trabalho e de forma modesta a Escola. Adotaram uma postura prática e imediatista: “Mais vale a prática do que a

gramática” (PETRONE, 1990, p. 300) para superar a situação de miséria e realizar os sonhos perseguidos.

Era freqüente o abandono escolar devido às dificuldades naturais de aprendizagem, e além do mais ver-se obrigado a aprender a expressão numa nova língua.

Outro aspecto a destacar no que diz respeito às escolas italianas entre os imigrantes no sul do Brasil, foi a modesta participação do governo italiano tanto na sua implantação como na manutenção. Ela esteve a cargo da iniciativa coletiva das próprias comunidades (em volta da Capela), de Associações, iniciativas dos próprios professores, personalidades e religiosos (salesianos, jesuítas, capuchinhos, marcelinos, franciscanos etc.).

A criação de Seminários na região Sul do Brasil está diretamente ligada à tentativa de soluções satisfatórias para o futuro de pessoas pertencentes a famílias muito numerosas.

Uma prole numerosa poderia significar muitos braços para o trabalho na lavoura, mas com o passar do tempo, à medida que cresciam os filhos, passava a representar um problema sério de sobrevivência. Quando a família não resolvia a questão do trabalho para todos os seus membros, mas era portadora de intensa religiosidade, propiciava o surgimento de vocações e a busca da formação em seminários ou conventos.

A partir da década de 1920 é que se verificou uma presença maior de autoridades diplomáticas italianas na difusão dos sentimentos de Italianidade. Passava-se de um extremo a outro e os textos didáticos ressaltavam a grandeza do passado italiano e a grandeza da Itália moderna, poderosa e orgulhosa. Valoriza-se o italiano e combate-se o dialeto.

Procurava-se valorizar o imigrante, portador, para todas as partes do mundo para onde se dirigiu, das virtudes da estirpe itálica.

Agora impunha-se o abandono do dialeto e naturalmente o emprego do italiano como instrumento de uma Italianidade robustecida, sinônimo de força, cultura e unidade (PETRONE, 1990, p. 319).

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, particularmente a partir de 1937, com o Estado Novo, começa a haver uma intervenção enérgica no sentido de abrasileirar ou nacionalizar os imigrantes e descendentes, combatendo a formação de grupos étnicos fechados, nos estados do cone sul.

As medidas de nacionalização implicaram na obrigatoriedade do uso da língua portuguesa. Tais medidas atingiram o ápice a partir do momento em que o governo brasileiro decidiu pela participação do País no conflito mundial ao lado dos aliados e contra o eixo, ou

seja, Alemanha, Japão e Itália, países donde haviam se originado importantes comunidades situadas no Brasil. Os jornais editados em italiano foram obrigados a usar o português. As associações culturais ou esportivas ou encerraram suas atividades ou abrigaram-se mudando de nome.

Além do mais se observava que

a língua portuguesa ia se impondo por si mesma, tanto por força do ambiente como por falta de palavras na língua dos imigrantes para exprimirem nomes de objetos ou ofícios agrícolas. Nestes casos freqüentes, como também em contato com pessoas estranhas o imigrante era obrigado a usar a língua de Camões (BUSANELLO, 1999, p. 109).

O ressurgimento forte da cultura italiana vai se dar especialmente a partir da década de 70 com o estímulo ao ensino da língua italiana e a revalorização da Italianidade inserida no grupo étnico cultural a que sentia pertencer o homem italiano.

Ocorre distinguersi almeno per una certa conoscenza della lingua italiana, senza la quale non è possibile capire l'Italia e la sua cultura. La cultura è uno degli elementi più qualificanti per chi, come noi, è nato e vive all'estero. Senza questa cultura e senza l'adesione alle tradizioni e ai tanti valori che ci vengono dai nostri padri, non possiamo sentirci italiani. Nemmeno un po'³ (SEGAFREDO, 1996, p. 75).

Sobre a questão ainda, acrescenta-se:

É como se o significado da Italianidade tivesse sofrido uma substancial mudança na medida em que as comunidades de origem italiana integravam-se sempre mais no conjunto da sociedade nacional brasileira sem perder, entretanto, a consciência de participação de um segmento diferenciado em decorrência de sua origem (PETRONE, 1990, p. 323).

Nos últimos anos, os descendentes passaram a encontrar sempre mais motivos para orgulharem-se de sua origem. O orgulho está ligado à imagem atual de uma população de imigrantes em geral gozando de um bom padrão de vida, mas ainda distante de ver que as

³ É necessário distinguir-se ao menos por um certo conhecimento da língua italiana, sem a qual não é possível compreender a Itália e a sua cultura. A cultura é um dos elementos mais qualificantes para quem, como nós, nasceu e vive no exterior. Sem esta cultura e sem adesão às tradições e aos tantos valores que nos vêm dos nossos pais, não podemos sentir-nos italianos. Nem um pouco.

atenções dadas para o aprendizado da língua italiana são proporcionais à importância numérica dos imigrantes e de seus descendentes. O que foi feito até aqui foi pouco se comparado ao remanescente desta cultura, uma vez que o descuido gerou a perda de bens culturais já antes existentes.

Considerações finais

Tornou-se afirmação de ampla literatura colocar a miséria da população camponesa do norte da Itália e as guerras constantes como razões principais da intensa migração para o Brasil.

Há, no entanto, que se considerar as questões colocadas nesta exposição.

A miséria e a fome não estavam presentes somente no norte da Itália e a guerra não era temida somente pelas famílias lá localizadas. Esses problemas estavam presentes em todo o país. Ainda, a visão do Brasil gerava muitas dúvidas dentre os italianos. Havia opiniões diversas: uns pensavam construir aqui muita fortuna, outros achavam que era apenas uma saída para sua miséria. E outros ainda pensavam serem muito hostilizados e mortos por um povo selvagem e animais ferozes que aqui existiam.

Diante desse quadro não é aceitável apenas a miséria e a guerra como causas únicas de tanta movimentação para sair do território italiano. É imperioso considerar que durante as campanhas de convencimento voluntário, estas questões não eram tão salientes, tal como os anúncios das vantagens oferecidas no Brasil. Dentre elas, o destaque era a propriedade de terras e a possibilidade de nela trabalhar.

Este despertar deu aos imigrantes a força que faltava para tomarem a decisão de sair. Era o fascínio irresistível lançado sobre si e descendentes.

Com isso não se trata apenas de considerar os aspectos políticos e econômicos da época que geraram a necessidade de desenvolver a pequena propriedade, mas acima de tudo compreender o significado que esta propriedade tinha para o imigrante.

No sentido social, a propriedade fazia parte: primeiro do seu projeto de vida, inculcando-lhe grande apego e, em decorrência, o comportamento de desprezo em relação aos negros e brasileiros; e segundo, parte de um projeto político.

No sentido político, a propriedade representava a idéia patriótica de construir uma Itália fora da Europa, ligada à sua identidade cultural regional, não ainda numa concepção político-econômica maior que permitisse projetar noções de unidade (pois a Itália também

havia recém conseguido sua unificação e o povo mantinha viva a cultura do pequeno lugar); além de considerar o projeto político de povoar colônias do sul do Brasil.

O sentido econômico da propriedade colabora na justificativa dos anteriores no aspecto de mostrar que embora havendo um projeto político amplo para as migrações, o imigrante não pactuava com ele. Basta ver que a base da estrutura da propriedade no Brasil era o latifúndio e no pensamento do migrante estava a intenção de desenvolver o minifúndio. Na concepção governamental os minifúndios seriam complementares aos latifúndios instalados e reforçariam a estrutura vigente.

Na visão dos imigrantes, os minifúndios fariam concorrência aos improdutivos latifúndios, contrariando a possibilidade de um planejamento oposto ao seu pensamento.

Acentua-se a idéia de que a propriedade não se completava em si mesma. O seu grande aliado era o trabalho. Havia o sonho da propriedade, mas acreditavam na força de seu trabalho.

Ainda para ser mais autêntico na defesa da idéia que prevaleceu a vontade individual para imigrar, em detrimento de um projeto político, vê-se que as iniciativas governamentais que estimulam a difusão da língua italiana dentre os imigrantes não ocorreram. Coube a cada grupo regional fazer a defesa de sua identidade lingüística. Faltava-lhes ainda consciência de unidade política. Ela só se consolida a partir da década de 1920 com a onda de modelos nacionalistas (na Itália, o fascismo reforçara o ensino da língua italiana; no Brasil, Vargas reforçara o ensino da língua portuguesa e o abandono de outras).

Somente a partir da década de 1970 as concepções políticas mundiais se alteraram e os povos mais livres apressaram-se no resgate de suas idênticas culturas, embora muitas de suas individualidades culturais já tivessem desaparecido.

A propriedade, o trabalho e a língua são componentes culturais norteadores da imigração e merecem análise ainda mais profunda para compreender ainda mais o processo de desenvolvimento das colônias italianas do sul do Brasil.

Referências bibliográficas

- BUSANELLO, José. **A história de nossa gente**. Santa Maria: Editora Pallotti, 1999.
- DOTTO, Concórdio Genuino. **Silveira Martins**: tutti buona gente. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1987.
- PETRONE, Pasquale. Italianos e descendentes de italianos no Brasil. In: DE BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990, vol. 2.

RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

SANTIN, Silvino. **A imigração esquecida**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1986.

SANTIN, Silvino. Dimensão social do trabalho e da propriedade do imigrante italiano na ex-Colônia de Silveira Martins. In: DE BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990, vol. 2.

SANTIN, Silvino; ISAIA, Antonio. **Silveira Martins**: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990.

SEGAFFREDDO, Luciano. **Giovani italiani nel mondo**: una indagine svolta nei cinque continenti. Padova: Edizioni del Noce, 1996.

VILLA, Delisio. **Storia dimenticata**. Porto Alegre: Sagra, 1993.

Construção e formação da identidade étnica do teuto-brasileiro na região sul (RS - São Lourenço do Sul - e SC - Pomerode -) na atualidade (final do século XX até os dias atuais)

Paulo César Maltzahn

O fenômeno étnico está sendo muito discutido nas últimas décadas e várias teorias sobre esse fenômeno nos são apresentadas. Na obra *Teorias da Etnicidade*, de 1998, de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart informam-nos sobre as discussões teóricas entre os pesquisadores a respeito do conceito de etnicidade na atualidade a partir da obra de Fredrik Barth. Segundo os autores, o ponto fraco do texto de Barth é que “os conceitos muito gerais de organização e de interação sociais são aplicáveis à análise de todo tipo de identidade coletiva [...], isto é, toda vez que está em causa um limite entre ‘eles’ e ‘nós.’” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 12). Nesse sentido, os grupos sociais (étnicos) identificam-se e são identificados pelos outros como pertencentes a dois mundos diferentes, construindo, então, suas identidades num jogo dialético de confrontos e contrastes. Apesar de Barth reconhecer “‘traços culturais diferenciadores’ “ como marcadores de pertença étnica, não leva em conta quais, uma vez que são mutáveis no tempo e no contato com outros grupos. Assim, para Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.12) “[...] continua sem resposta a questão de saber o que é especificamente ‘étnico’ na oposição entre ‘eles’ e ‘nós’ e nos critérios de pertença que fundam essa oposição.”

Segundo Hobsbawm (1996, p. 274, grifo do autor),

a etnia, seja qual for sua base é um modo prontamente definível de expressar um sentimento *real* de identidade grupal que liga os membros de ‘nós’, por enfatizar suas diferenças em relação a ‘eles’. O que eles de fato têm em comum, além de não serem ‘eles’, não é muito claro [...].

A pluralidade de teorias e modelos de descrição e explicação do fenômeno étnico encontrada na obra *Teorias da Etnicidade* questiona, mais do que responde, as problemáticas sobre etnicidade. Algumas teorias, por exemplo, não apresentam uma definição explícita ou são vagas, dificultando-nos assim a compreensão de um fenômeno que talvez, se investigado utilizando-se de instrumentos mais apropriados e tratado por diferentes disciplinas, tanto das

ciências sociais como humanas que permitissem sua validação, pudesse ser definido e explicado com mais propriedade.

Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 85),

na maioria dos casos, o termo etnicidade é utilizado mais como uma categoria descritiva que permite tratar um problema de outra natureza (integração nacional, assimilação dos imigrantes, racismo, etc.) do que como um conceito sociológico que permite definir um objeto científico.

Hobsbawm (1992 apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 54) também vê uma aproximação entre a noção de nacionalismo e etnicidade, mas para ele “a nação moderna como Estado ou como conjunto de pessoas que aspiram a formação de um determinado Estado difere em número, em extensão e em natureza, das comunidades às quais as pessoas se identificam no decorrer do tempo histórico.”

Nesse contexto, parece-nos interessante ressaltar que Berschin (1979) diferencia o conceito de Estado (nação) do de país (pátria). Segundo ele, o primeiro caso está associado à organização política de uma sociedade e a todos os elementos atrelados a essa organização, como registros e documentos oficiais e a noção de cidadania. Já ao segundo caso, associam-se elementos mais emotivos, tais como língua e cultura. Assim, Berschin afirma que ao Estado (nação) as pessoas estão ligadas por motivos racionais, enquanto que ao país (pátria) estão ligadas por laços emocionais.

Segundo Gillis (1994, p. 3), “[...] identidades não são coisas fixas, mas representações ou construções da realidade, fenômenos subjetivos [...].”

De acordo com Thomson (1997 apud FUNES, 2003, p.228)

nossa identidade (ou ‘identidades’, termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossas próprias vivências. Construímos nossa identidade no processo de contar história, para nós mesmos – como histórias secretas e fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social.

Conforme Woodward (2000), construímos nossa identidade na dependência de outra identidade através de reivindicações que podem se fundamentar, por exemplo, em critérios étnicos, em histórias do passado, em marcações simbólicas e/ou marcações reais, empiricamente observadas, tais como linguagem, hábitos e rituais. Nesse sentido, podemos dizer que os sujeitos constroem suas identidades a partir das diferenças entre “nós” e os “outros”. Por isso, não podemos considerar a identidade como uma coisa homogênea, pois nas vivências do cotidiano podem surgir conflitos e, por conseguinte, negociações entre os sujeitos.

Pollak (1992, p. 206) enfatiza que “quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, [...], os problemas colocados pelos outros não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, [...]”. Entretanto, em momentos difíceis ou de mudança, como no caso da imigração, onde o imigrante é confrontado com uma nova cultura, “[...] a crise da memória e do sentimento de identidade coletiva que freqüentemente precede, acompanha ou sucede esses momentos.” (POLLAK, 1992, p. 206). O indivíduo, sentindo-se desamparado e desorientado, pode então desenvolver um sentimento forte de coletividade, solidariedade e pertencimento ao grupo no sentido em que esse possa proporcionar-lhe segurança e estabilidade.

Conforme Volkan (2004, p. 11), a identidade étnica é

[...] uma coisa abstrata, subjetiva, fabricada. [...] Quando somos crianças gostamos de uma música, de uma sopa, de uma peça de roupa que pertence a nossa cultura. Estas coisas se tornam muito cedo uma parte de nós. Por isso, sentimos no âmago quando a etnicidade é abalada. Sob pressão nós nos refugiamos nos nossos antigos sentimentos.

Podemos observar até aqui que o conceito de etnicidade é complexo e que a discussão sobre o fenômeno étnico perdurará por muito mais tempo. Embora essa discussão muitas vezes pareça confusa, imprecisa e divergente, não nos trará dificuldades à análise do fenômeno étnico, pois segundo Cohen (1974 apud SEYFERTH,), “ao explicitar sua definição de grupo étnico e etnicidade, adverte que se deve prevalecer aquela que o pesquisador julgar mais útil para a análise de certos problemas teóricos.”

Na obra *Identidade Cultural na Pós-modernidade*, Stuart Hall (1999) chama a atenção para o fato de que as nações modernas são compostas de várias etnias. Isso está modificando ou

fragmentando muitos aspectos que caracterizam o pertencimento de um indivíduo a um grupo e conseqüentemente transformando sua identidade pessoal.

Conforme Conzen (1992), “grupos étnicos em cenários modernos estão constantemente se recriando e a etnicidade está sendo reinventada continuamente como resposta às realidades inconstantes tanto dentro do grupo como na sociedade anfitriã.”

Assim, podemos dizer que o conceito de identidade étnica também está se modificando ou se tornando um conceito relativo, que deve ser interpretado dentro de um contexto específico. As considerações a seguir procuram então contribuir para a reflexão da questão da etnicidade dentro desse contexto.

A partir do século IV (época das grandes migrações), os povos germânicos estabelecidos nos atuais domínios da República Federal da Alemanha, Bélgica, Holanda, Áustria e parte da Suíça, organizaram-se aos poucos em tribos ou povos independentes dentro das regiões ocupadas até sua unificação, no século VIII, por Carlos Magno, que cultivou os usos e costumes destes povos, assim como a língua alemã. O povo alemão surgiu então de uma fusão de diversos grupos étnicos, como por exemplo, os saxões, francônios, turíngios, hesos, bávaros, suábios, e essa é uma divisão geral, pois cada etnia subdividia-se ainda em unidades menores. E antes que se formasse a língua alemã, havia inicialmente os diversos dialetos desses povos.

O sentido de Estado como sociedade politicamente organizada veio em 1871 com a proclamação do Império Alemão, embora a palavra Alemanha como “Estado Alemão” apareça somente em 1949 com a criação da República Federal da Alemanha, pois as antigas organizações nacionais alemãs (das Heilige Römische Reich Deutscher Nation (768), der Deutsche Bund (1815), das Deutsche Reich (1871)) tinham no nome oficial o nome do povo: Deutsch (Alemã(o)). Segundo a Constituição Federal Alemã, a República Federal da Alemanha corresponde juridicamente aos estados que outrora compunham o Império Alemão. A tendência hoje, portanto, é de que o povo alemão se identifique como sendo o habitante e cidadão da República Federal da Alemanha.

O povo germânico, desse modo, esteve sempre dividido em pequenas e maiores unidades e por conseqüente, uma definição precisa do conceito de etnia alemã hoje não é uma tarefa fácil. Cada etnia se desenvolveu historicamente, diferenciando-se uma da outra com uma vida própria bastante intensa. De um lado, essas diversas etnias não se identificam com a população dos diversos estados alemães hoje, pois um estado alemão pode absorver mais de uma etnia

germânica. De outro lado, a expulsão de milhões de alemães das regiões do leste europeu, após 1945, levou alguns grupos étnicos, como por exemplo os selesianos, prussianos orientais e pomeranos a viver hoje em meio a outras etnias.

Ainda que as diversas etnias germânicas não mais existam na sua concepção original, pode-se ainda hoje perceber pelo povo alemão a composição dessas etnias através de características bem marcantes. Se considerarmos que etnia é “[...] o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de ‘lugar’ – que são partilhados por um povo” (HALL, 1992, p. 62) – apesar de Hall afirmar que no mundo moderno essa crença é apenas um mito – podemos deduzir que essa identidade “múltipla” ou esse sentimento “rasgado” do povo alemão o leva e traz de um “lugar” para o “outro”.

Os primeiros imigrantes alemães no Rio Grande do Sul foram assentados numa feitoria do estado, situada no vale do Rio dos Sinos, em 1824. Segundo Fausel (1959 apud TORNQUIST, 1997), os imigrantes alemães vieram de todas as regiões da Alemanha falando seus respectivos dialetos. Os dois maiores grupos eram procedentes do Hunsrück e de Pommern, respectivamente. A grande maioria não falava o “Hochdeutsch”, a língua alemã padrão (oficial), isto é, a língua da comunicação formal, ensinada nas escolas, usada na imprensa, em cerimônias religiosas e em repartições públicas. A política de colonização do Império, através do sistema de colonização, como também o abandono por parte das autoridades brasileiras, contribuíram decididamente para o relativo isolamento dos imigrantes e para a formação e organização de uma sociedade própria, primordialmente escolar e religiosa.

Para Tramontini (1999, p. 1163), “os colonos organizaram-se, num processo conflituoso, interno e externo, para conquistar espaços na nova sociedade e não se isolar.”

Assim, formaram-se no Rio Grande do Sul, pelo menos numa primeira fase, colônias alemãs homogêneas, nas quais os grupos étnicos estão ancorados na especificidade cultural e na origem comum, o que talvez possa ter contribuído para que o imigrante alemão fosse considerado o mais irredutível ao caldeamento e à assimilação.

Conforme Lesser (2001, p. 22)

a assimilação (na qual a cultura pré-migratória da pessoa desaparece por completo) foi um fenômeno raro [entre os imigrantes], enquanto que a aculturação (a modificação de uma cultura em resultado do contato com outra) foi

comum, mesmo entre aqueles que, de forma ostensiva, rejeitavam a sociedade majoritária, permanecendo em comunidades fechadas.

Como já exposto acima, os imigrantes alemães vieram de várias regiões da Alemanha, portanto, eram grupos étnicos distintos, mas que perante a nova realidade, isto é, assentados em solo brasileiro e confrontados com uma cultura estranha, comparada com a de seus vizinhos de origem germânica, desenvolveram entre eles um sentimento comum de pertencimento étnico. Isso pode ser observado entre a grande maioria, exceto, segundo Kolling (2000), no grupo dos pomeranos, que não se sente pertencente ao grupo alemão.

Segundo Seyferth (1994, p. 95), as identidades étnicas dos diversos grupos de imigrantes, localizados dentro e fora das colônias, foram então se formalizando,

criaram instituições comunitárias recreativas, culturais, assistenciais, de ajuda mútua, escolares e outras voltadas para os membros das respectivas ‘colônias’ e operando com critérios étnicos bem definidos. A elaboração das etnicidades obedece a códigos culturais relacionados à origem nacional – sistemas simbólicos assinalando pertencimentos primordiais e incluindo a experiência comum da imigração.

Apesar disso, não podemos afirmar que se trata de uma etnia alemã no Brasil, pois no decorrer do tempo foi se construindo e formando uma nova identidade étnica, uma vez que se sabe que grupos étnicos em contato se transformam, perdendo alguns e incorporando outros elementos culturais, por meio dos quais os imigrantes deixam de ser “estrangeiros” e, ao mesmo tempo, não se deixam tornar “nacionais”.

Para Seyferth (1994, p. 96)

os alemães ou teuto-brasileiros, [...] construíram sua identidade étnica no Brasil vinculando-a a uma origem comum nacional/racial, mas foram bem mais longe nas reivindicações de pluralismo e possuíam uma imprensa e uma literatura alemã, produzidas no contexto da comunidade étnica, que serviam como veículos para divulgação do Deutschtum (germanismo ou germanidade). A categoria de identificação hifenizada é uma elaboração de empreendedores étnicos familiarizados com as ideologias demarcadas do nacionalismo alemão desde o

romantismo, que também atuavam nos jornais, revistas, escolas, associações culturais, etc.

De acordo com Tornquist (1997), os Deutschbrasilianer (teuto-brasileiros) se sentem de um lado, pertencendo ao povo alemão (origem), conservando a língua e a cultura alemã; de outro lado, pertencentes ao país, pátria e Estado brasileiros, isto é, como habitantes e cidadãos do Brasil.

O contexto acima expressa a premissa básica da ideologia étnico-nacional alemã formulada no início do séc. XIX, segundo a qual os alemães seriam sempre alemães, não importando o país em que vivessem, assim como a ideologia do solo e sangue, em vigor no início do séc. XX na Alemanha, que propunha a vinculação do descendente de alemães a duas concepções de pátria (ARENDT, 2005). Assim, os teuto-brasileiros pertenceriam ao estado brasileiro, mas manteriam seu vínculo ao povo alemão, cultivando os seus costumes, os seus valores e falando a língua alemã.

Conforme Meyer (2000 apud Arendt 2005, p. 122-123), essa questão se explica na relação entre nacionalidade alemã e cidadania brasileira que, vista pela ótica dos germanistas, “deveria ser a ‘relação desejável, produtiva e harmônica de dois entes distintos e complementares’: a terra natal e a pátria para gerar ‘o sujeito e a cultura teuto-brasileira’.”

Segundo Rambo (2003, p. 81),

[...] o teuto-brasileiro é o cidadão brasileiro assumido em toda a sua plenitude quanto às responsabilidades e aos deveres inerentes a essa condição, e ao mesmo tempo continua falando alemão ou algum dialeto e continua, principalmente, agarrado às suas tradições.

Num trabalho realizado em 2005 para a disciplina *Migrações e Construções Sócio-Culturais*, no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, interessou-nos investigar sobre o processo de construção e formação da identidade étnica do teuto-brasileiro. Para obter dados que dizem respeito a como o teuto-brasileiro se sente em relação à sua origem étnica, foi aplicado um questionário com perguntas fechadas, apoiado em Nascimento-Schulze (1996). Doze indivíduos, de origem alemã (pomerana), moradores do município de São Lourenço do Sul, do sexo masculino e feminino de diferentes faixas etárias,

variando dos 23 aos 87 anos, responderam ao questionário. Tratou-se aqui de uma pesquisa exploratória com o objetivo de investigar de forma bruta a identidade étnica do teuto-brasileiro. Os dados em questão apresentam limitações tanto metodológicas quanto de análise. Por isso, os resultados aqui apresentados foram interpretados e validados dentro dessas limitações. Os dados analisados evidenciam que um número significativo de teuto-brasileiros, por um lado, demonstra um sentimento de pertencimento ao povo alemão, mantém os costumes alemães, permanece fiel à cultura alemã e parece assumir uma atitude superior em relação ao “outro”; porém, por outro lado, o fato de não participarem de eventos e discussões no que diz respeito à cultura alemã, poderia ser um indício de que os teuto-brasileiros não estariam mais resistindo a mudanças e perdendo sua integridade enquanto grupo étnico.

Assim, pelo resultado apresentado acima, não podemos verificar nessa pesquisa a presença de elementos de diferenciação étnica, que um grupo étnico emprega para diferenciar-se frente ao outro, isto é, marcadores que atrelam os teuto-brasileiros ao povo alemão, a saber: usos e costumes, música e dança, festa e cotidiano, roupas típicas, utensílios, construção de casas, forma de conduzir o trabalho, assim como marcadores que podem ser encontrados nos menores detalhes, em expressões do dia-a-dia, em palavras e gestos, na maneira de pensar, ser e organizar a vida, enfim, em coisas que conferem à vida um estilo étnico peculiar.

No entanto, acreditamos que, através de uma seleção de traços culturais, fundados empírica e teoricamente, poderemos estabelecer, com maior precisão, critérios de identificação étnica. Mas essa é uma observação que demanda uma pesquisa representativa e que se verificada, pode nos levar a resultados conclusivos sobre o processo de construção e formação da identidade étnica do teuto-brasileiro na região Sul (RS - São Lourenço do Sul - e SC - Pomerode -), uma vez que esse ainda esteja convencido do seu pertencimento ou não mais ao povo alemão.

Diante do exposto até aqui, podemos observar que uma identificação nacional única ou estática parece não ser uma característica do povo alemão, ou teuto-brasileiro; ou ainda, se quisermos continuar com uma etnicidade hifenizada, teríamos teuto-pomerano-brasileiro ou até teuto-pomenano-brasileiro-gaúcho. Essa nova identidade étnica ou identidade “múltipla”, que nasceu no imigrante alemão e em seus descendentes pode ser observada, com toda certeza, em uma faixa etária mais velha, em maior ou menor grau, até os dias de hoje, na região Sul.

Por outro lado, a etnicidade teuto-brasileira certamente mudou no curso da história, isto é, atualizou seu conjunto de identificadores étnicos, o que ainda não significa a inexistência de uma etnicidade teuto-brasileira.

De acordo com Smolicz (1992 apud TORNQUIST, 1997) há, dentre os muitos marcadores de pertença étnica, como a língua, práticas de culinária e moradia, estrutura familiar e de trabalho, música, dança, alguns que são mais importantes do que outros para a sobrevivência do grupo, especialmente em tempos de perseguições e ameaças.

Para Tornquist (1997), a língua é, sem dúvida, um desses importantes marcadores de pertença e identidade étnica. Essa autora vê uma relação de dependência recíproca entre a língua e o grupo, pois, segundo Hasselmo (1974 apud TORNQUIST, 1997), é necessário que haja, de um lado, o grupo para que a língua se conserve, e, de outro, a língua possui uma importância decisiva para a sobrevivência do grupo, não só como veículo de comunicação, mas também como meio de transmissão de valores do grupo e entre o grupo étnico. Tornquist verificou, em um estudo realizado com famílias de ascendência alemã no interior do Rio Grande do Sul, que valores étnicos trazidos pelos imigrantes são transmitidos de geração para geração através da língua alemã.

Segundo Koch (2003, p. 198),

a língua, na qual se encontra cristalizada a experiência de gerações, com seus métodos de conhecimento e critérios de julgamento, representa o resultado da história cultural, social e política da respectiva comunidade lingüística; também serve de instrumento de transmissão desta mesma cultura e ordem social.

Os estudos de Meyer (2000 apud ARENDT 2005, p. 124) e Grützmann (1999 apud ARENDT, 2005, p. 124) mostram que a língua foi “o elemento central acionado pelo ideário germanista no processo de construção da diferenciação e identificação dos imigrantes.” Assim, considerou-se o conhecimento perfeito da língua alemã (Hochdeutsch) um dever para o descendente de alemão, que devia ser preservado e transmitido de geração para geração. Conservar a língua alemã no Brasil, portanto, era manter o vínculo com a cultura alemã. Conforme Mayer (2000 apud ARENDT, 2005, p. 135) a língua alemã “era a ‘língua da mãe’, que transmitia/construía os valores culturais e a crença religiosa, modulava os sentimentos mais íntimos e os afetos familiares.”

Balibar (1995 apud MEYER) e Bahia (2001) também chamam a atenção para a centralidade da língua no processo de construção da identidade cultural (étnica), salientando que “a defesa de uma cultura cuja identidade, integridade ou criatividade está ameaçada, se dá sobretudo através da defesa da língua.” (BALIBAR, 1995, p. 185 apud MEYER).

Conforme Seyferth (1994 apud TORNQUIST, 1997), a língua não é mais um marcador incondicional de etnicidade, já que hoje nem todos os descendentes de alemães falam a língua alemã. A autora considera como marcadores de pertença étnica hoje o estilo de vida próprio dos descendentes de alemães, que pode ser expresso, por exemplo, através da moradia, jardim na frente da casa e cortinas na janela. O fato de que hoje a maioria dos descendentes alemães não fala mais a língua alemã pode estar ligado à

[...] homogeneidade nacional que a xenofobia e o nacionalismo, acirrados no contexto do regime autoritário do Estado Novo, produziram [...] para impor o ‘abrasileiramento’, usando inclusive, efeitos militares. A assimilação forçada começou, formalmente em 1937, com a proibição do ensino de língua estrangeira e prosseguiu em 1939, com o fechamento de todas as instituições comunitárias que pudessem remeter a sentimentos de pertencimento primordial às nações de origem. Logo depois houve a proibição do uso de línguas maternas em público e o cerceamento geral das liberdades individuais de todos os que não fossem considerados suficientemente brasileiros. (SEYFERTH, 1994, p. 94).

Por outro lado, Kolling (2000) verificou que a própria campanha de nacionalização na Era Vargas criou no imigrante alemão uma extrema expectativa e busca por uma identidade germânica. Nesse contexto, o autor salienta que durante esse período, por exemplo, foram registrados muitos prenomes, assim como também apareceram muitas lápides nos cemitérios em língua alemã, que além de conterem manifestações de carinho e consolo em relação à família enlutada, possuíam também um valor poético como forma de manifestação cultural germânica.

Segundo Tornquist (1997), a língua como cerne da identidade étnica alemã continua desempenhando um papel importante para a sua conservação, embora a partir das expressões “drüben” (no outro lado) e “Deutschländer” (palavra criada pelo descendente alemão) referindo-se à Alemanha e ao indivíduo que nasce e mora nesse país respectivamente, a autora interprete

um distanciamento entre o Brasil e a Alemanha, assim como entre o descendente alemão e o cidadão e habitante desse país.

Além da família, a escola e a igreja tinham papéis importantes na transmissão desses valores. Conforme Nodari e Vieira (2001, p. 38) “era em torno dessa tríade que girava, em princípio, a vida sócio-cultural e mesmo econômica e política” de uma comunidade étnica alemã. Segundo esses autores, a função da família era tanto social quanto econômica, pois essa produzia bens para o próprio consumo e para o comércio, assim como integrava as crianças num objetivo comum de cultura. (NODARI; VIEIRA, 2001).

Arendt (2005, p. 146-147), em um estudo veiculado pelo jornal *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul*, verificou que a escola tinha como uma das funções essenciais a tarefa de fomentar a germanidade entre a população de imigrantes alemães e descendentes, considerando-a pertencente ao povo alemão. Os jovens “[...] deveriam ser formados no sentido alemão, mantendo e desenvolvendo suas boas características e/ou qualidades.”

De acordo com Nodari e Vieira (2001), a igreja como organização religiosa atuava na formação das comunidades com enorme poder de controle sobre a vida de seus membros. Conforme Kreutz (2003, p. 167), “[...] os valores religiosos e sua expressão normativa tendem a tornar-se valores sociais, ou melhor, estes se legitimam através dos valores e normas sagradas.”

Willems (1946 apud TORNQUIST, 1997) observou que famílias protestantes deram mais valor à conservação da língua alemã do que famílias católicas, pois para aquelas a língua de Martin Luther era considerada um símbolo religioso, e nelas, segundo Kreutz (2003), enfatizava-se a alfabetização, visando à leitura da Bíblia. Para Paiva (2003, p. 113) o ensino da língua alemã tendia a ser encarado como uma forma indireta de incentivar o protestantismo. Segundo esse autor, a igreja católica é organizada em paróquias que podem conter membros de várias etnias, enquanto que “a Igreja Evangélica Alemã atuava exclusivamente no interior da comunidade lingüística.” Conforme Fausel (1936 apud KOCH, 2003), Rotermund constatou que as comunidades evangélicas dedicaram-se, desde o início, fielmente ao cultivo da língua, dos costumes e do pensamento alemães.

As considerações e reflexões aqui apresentadas nos mostraram que conceitos gerais não definem etnicidade e que alguns traços culturais marcadores de pertença étnica são mutáveis no tempo e no espaço quando em contato com outros grupos étnicos, enquanto que outros são mais resistentes à mudança.

Os teuto-brasileiros constituíram-se, pelo menos até o período do Estado Novo, em um grupo étnico relativamente homogêneo, mantendo a língua alemã, assim como elementos culturais e sociais do povo germânico, enfim, o modo de vida transmitido de geração para geração pelo imigrante alemão ao longo do tempo.

Segundo Klug (2003),

o teuto-brasileiro, portanto, é aquele que nasceu no Brasil, mas é de “origem”, isto é; tem sangue alemão, fala alemão e cultiva uma forma de ser, considerada alemã e que se expressa de várias formas, como a língua, características fenóticas, hábitos alimentares, organização da moradia, espaços de sociabilidade, todos, invocando este pertencimento a uma identidade hifenizada. [...] Segundo a auto-compreensão de seus membros, tratava-se de um jeito de ser alemão diferente ou de um “modo de vida alemão” desenvolvido no Brasil, portanto, recriação de uma identidade.

Considerando o contexto histórico e as transformações sócio-culturais do final do séc. XX até os dias de hoje, a etnicidade teuto-brasileira certamente se atualizou, mantendo alguns identificadores étnicos, perdendo ou até transformando outros. Nesse sentido, interessa-nos investigar na pesquisa para o doutorado quais critérios de pertencimento étnico ainda marcam e são importantes para a sobrevivência desse grupo étnico. É importante salientar que aqui não trataremos de responder à problemática sobre etnicidade, isto é, explicar sua natureza mais profunda, pois seria pretensioso acreditar que teríamos para ela uma resposta conclusiva, mas sim compreender o fenômeno étnico a partir de um contexto específico.

Assim, interessa-nos investigar como o grupo étnico teuto-brasileiro (re)constrói suas identidades sociais e culturais ao longo do tempo, particularmente a partir de suas memórias, isto é, mostrar através do contexto pessoal e social (expectativas, frustrações, conflitos, dificuldades) como o teuto-brasileiro (re)elaborou sua identidade cultural (étnica)? Como diferenciam-se diante dos outros? Quais critérios de pertencimento étnico marcam e são importantes para sua sobrevivência? Qual o papel da língua alemã e da religião Luterana na construção de sua identidade? Quais diferenças podemos estabelecer entre os grupos rurais e urbanos?

Finalmente, a forma de atualização mais recente da identidade teuto-brasileira, pelo menos em uma faixa etária mais jovem, deve nos remeter a critérios de pertencimento étnico que talvez

não estejam mais associados ao aspecto básico da etnicidade teuto-brasileira (à origem alemã), ou seja, à idéia de ascendência comum.

Nesse sentido, é possível questionar se os jovens teuto-brasileiros ainda se definem ou são definidos pelos outros como tais nos dias atuais, isto é, se a identidade étnica teuto-brasileira ainda pode ser observada entre os jovens teuto-brasileiros ou o grupo étnico teuto-brasileiro já não existe mais?

Assim, o que se propõe nesta pesquisa é estudar a história recente (final do século XX até os dias atuais) do grupo étnico teuto-brasileiro na região Sul (RS - São Lourenço do Sul - e SC - Pomerode -), com a finalidade de proporcionar-lhe o direito de sua contribuição pessoal e social nesta história.

Desse modo, acreditamos existir um fio condutor na pesquisa para o doutorado sobre a construção e formação da identidade étnica do teuto-brasileiro no sul do Brasil (RS - São Lourenço do Sul - e SC - Pomerode -) na atualidade.

Referências bibliográficas

- ARENDT, Isabel Cristina. **Representações de germanidade, escola e professor na Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul [Jornal geral para o professor no Rio Grande do Sul]**. 2005. 264 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.
- BAHIA, Joana. A “lei da vida”: confirmação, evasão escolar e reinvenção da identidade entre os pomeranos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-970220011000100005&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 09 out. 2006.
- BERSCHIN, Helmut. **Deutschland – ein Name im Wandel**: Die deutsche Frage im Spiegel der Sprache. München: Günter Olzog, 1979. Band 1.
- CONZEN, Katheleen Nehls et al. Forum - the invention of ethnicity: a perspective from the USA. **Journal of American History**, Bloomington, Fall 1992.
- FUNES, Eurípedes A. Mocambos dos Trombetas: memória e etnicidade: séculos XIX e XX. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio. **Os senhores dos rios**: Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 227-257.

GILLIS, John. Introduction: memory and identity: the history of a relationship. In: GILLIS, John R. (Ed.). **Comemmorations: the politics of national identity**. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 3-24.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOBBSBAWM, Eric J. **Etnia e nacionalismo na Europa**. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). Um mapa da questão nacional. **Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.**

KLUG, João. **A imigração alemã e a construção de uma identidade teuto-brasileira no sul do Brasil**. Trabalho apresentado na ADLAF – Jahrestagung/2003. Institut un dem Seminar für Wissenschaftliche Politik der Albert-Ludwigs Universität, Freiburg, DE, 13-15 nov. 2003.

KOCH, Walter. A escola evangélica teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida. **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. 258 p.

KOLLING, Nilo Bidone. **Educação e escolas em contextos de imigração pomerana no sul do Rio Grande do Sul – Brasil**. 2000. 235 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2000.

KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial católico teuto-brasileiro: função religiosa, sociocultural e política. In: FIORI, Neide Almeida. **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. 258 p.

LESSER, Jeff. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

MEYER, Dagmar E. Estermann. **“Alemão”, “estrangeiro” ou “teuto-brasileiro”?: representações de docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul**.

Disponível em: <<http://www.anped.org.br/23/textos/0219t.PDF>>. Acesso em: 06 out. 2006.

NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia. Representações da germanidade, identidade étnica e vitalidade etnolingüística. **Coletâneas da ANPEPP**, Florianópolis, v. 1, n. 10, p 109-122, set. 1996.

NODARI, Eunice S., VIEIRA, Alexandre S. . O Oeste de Santa Catarina: a renegociação das fronteiras étnicas. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n. 9, p. 29-50, 2001.

PAIVA, César. Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul: o nazismo e a política de nacionalização. In: FIORI, Neide Almeida. **Etnia e educação**: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. 258 p.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

RAMBO, Athur Blasio. O teuto-brasileiro e sua identidade. In: FIORI, Neide Almeida. **Etnia e educação**: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. 258 p.

SEYFERTH, Giralda. **Etnicidade e cultura**: a constituição da identidade teuto-brasileira.

Disponível em : <http://iacd.oas.org/Interamer/Interamerhtml/Zarur45html/Zar45_Seyf.htm>.

Acesso em: 06 out. 2006.

_____. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. **Região e nação na América Latina**. Brasília: Editora da UnB, 1994. p. 81-109.

TORNQUIST, Ingrid Margareta. **“Das hon ich von meiner Mama”**: zu Sprache und ethischen Konzepten unter Deutschstämmigen in Rio Grande do Sul. Uppsala: Swedish Science Press, 1997.

TRAMONTINI, Marcos Justo. Etnicidade e política. In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20., 1999, Florianópolis. **Anais...** São Paulo: Humanitas: ANPUH, 1999. p. 1159-1168.

VOLKAN, Vamik. Politik und Psyche. **Deutschland**, Frankfurt am Main, Nr. 5, Okt./Nov. 2004, p. 11.

WODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Obras consultadas

FREUND, Michael. **Deutsche Geschichte – von den Anfängen bis zur Gegenwart**. München: C. Bertelsmann Verlag, 1985. 1693 p.

MÜLLER, Helmut; KRIEGER, Karl Friedrich; VOLLRATH, Hanna. **Deutsche Geschichte in Schlaglichtern**. Mannheim: Wien: Zürich: Meyers Lexikonverlag, 1990. 480 p.

TATSACHEN über Deutschland. Frankfurt am Main: Societäts, 1996. 544 p.

Colonização particular: do ideal ao real possível

Rosane Marcia Neumann*

Panambi, *Novo Xingu* e *Erval Seco*, são três municípios localizados na região Noroeste do Rio Grande do Sul: o primeiro, no território do outrora município de Cruz Alta, do qual se desmembrou em 1954, e os outros dois, no grande município de Palmeira das Missões, emancipados, respectivamente, em 1996 e 1963. No aspecto demográfico e econômico, apresentam diferenças sensíveis. *Panambi*, com área de 490,7 km², conta com uma população de 36.360 habitantes, dos quais 90% encontram-se no meio urbano, e têm como base econômica a indústria metal-mecânica e agricultura. Já *Novo Xingu*, possui uma área de apenas 80,59km², uma população de 1.858 habitantes, na sua quase totalidade no meio rural, e a agricultura como sua principal fonte de renda. Por sua vez, *Erval Seco*, com área de 345 km², conta com uma população de 8.212 habitantes, também na maioria no meio rural, e como base econômica a agricultura.¹

Como pontos em comum, os três municípios se definem como sendo de colonização alemã, e evoluíram a partir de uma estrutura de colônia particular, todas elas pertencentes a uma mesma colonizadora: a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*.² Tratava-se de uma colonizadora alemã, fundada em 1898, propriedade do capitalista Herrmann Meyer, de Leipzig, cuja família era proprietária do *Instituto Bibliográfico* de Leipzig, fonte de sua fortuna. No Rio Grande do Sul, Meyer investiu em um projeto de colonização étnica com o objetivo de formar um espaço onde os emigrantes alemães e descendentes pudessem permanecer alemães, ou seja, conservar a sua cultura de origem. Tinha como prioridade também oferecer em suas colônias uma escola e assistência religiosa – nesse ínterim, se definiu como um projeto a-confessional, embora suas colônias fossem predominantemente protestantes.

O avanço da fronteira agrícola em direção ao planalto rio-grandense, nas últimas décadas do século XIX, atendia à demanda dos colonos por novas terras, permitindo assim a reprodução do campesinato, bem como solucionava o problema do excedente populacional somado ao esgotamento do solo das antigas zonas de colonização dos rios dos Sinos, Caí e Taquari. As imensas áreas de terras devolutas permitiram ao estado instalar algumas colônias públicas nessa região. Paralelo, franquearam a atuação de colonizadoras particulares movidas por interesses diversos, fossem estrangeiras, nacionais, de caráter étnico, confessional ou político.³ Entende-se por colônia particular aquela cujo capital e propriedade são privados, pertencentes a um ou mais indivíduos ou a uma empresa. Sobre o caráter dessas empresas,

notam-se duas tendências: a) o colonizador recebia, mediante requerimento, uma gleba de terras devolutas com o compromisso de colonizá-la em um prazo pré-estabelecido, implicando o descumprimento em rescisão de contrato; b) o colonizador comprava as terras de particulares ou do próprio governo arcando com todas as despesas, contando com a imigração espontânea, tipo de colonização adotado a partir da República.⁴

As colônias particulares, de modo geral, não tinham uma grande extensão territorial, quando comparadas às colônias públicas, e o seu proprietário encerrava o empreendimento assim que terminava a venda dos lotes coloniais. Como empreendimentos localizados no tempo e espaço, desvinculados entre si, cada qual apresentava traços característicos específicos, com a adoção de uma política de arregimentação de colonos ou imigrantes, profissionais de ofício, compra e venda de terras, infra-estrutura própria. Ainda, definia as suas regras internas de funcionamento, preços de terras, serviços a serem prestados. Enfim, todo projeto de colonização privada era singular e complexo, seguindo seus próprios preceitos, dentro dos limites permitidos pela legislação brasileira. Como não recebiam subsídios do governo, precisavam se auto-sustentar por meio da comercialização de terras, oferecendo preços competitivos para vencer a concorrência e apostar em propaganda.

As colônias particulares, então, se alimentavam das *sobras* dos imigrantes entrados no estado, disputados no porto e nas estações de trem. Mas os compradores em potencial mesmo, eram os colonos da antiga zona de colonização, já adaptados ao meio. Em todo caso, rumaram para as colônias privadas aqueles que tinham capital suficiente para comprar um lote colonial, enquanto os imigrantes e colonos descapitalizados foram para as colônias públicas, onde, sob a tutela do estado, conseguiam se estabelecer.

Essas características gerais são perceptíveis no projeto de colonização da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, chamando atenção, principalmente, as próprias variações e adaptações internas de um mesmo projeto de colonização, quando aplicado a cada núcleo colonial, obtendo também resultados diferenciados. Na composição de seu complexo colonial, a empresa adquiriu várias posses de terras descontínuas de particulares e, em alguns casos específicos, do Estado. A primeira gleba, adquirida já em 1897, denominada colônia *Xingu* (*Novo Xingu*), localizava-se na margem do rio da Várzea, e as dificuldades de acesso, bem como a instabilidade política da região, tornaram a sua colonização mais lenta, mesmo mantendo os preços dos lotes mais acessíveis. O complexo de Fortaleza ou Erval Seco (*Erval Seco*), pois os dois nomes eram utilizados, adquirido em 1899, só começou a ser colonizado no início da década de 1920, pois até então foi utilizado para fins de especulação. Como colônia sede da empresa ou colônia-modelo, a *Colonizadora Meyer* escolheu Neu-

Württemberg (*Panamby*), fundada em 1898, bem localizada, com vias de fácil acesso e relativamente próxima à ferrovia e da sede de Cruz Alta, ou seja, vias de comunicação e mercado consumidor. Inicialmente, todos os investimentos materiais e culturais concentraram-se na colônia Neu-Württemberg, com a sucessiva ampliação da área original e a delimitação de uma área urbana, já em 1901.

Segundo os planos de Herrmann Meyer, o desenvolvimento exemplar e a fama de Neu-Württemberg arrastariam os colonos para as colônias Xingu e Erval Seco porque pertencia à mesma empresa e com a expectativa de reproduzir ali o mesmo modelo de colônia. Contudo, por questões de ordem interna e externa, tal plano não se concretizou dessa forma. A colônia Xingu permaneceu economicamente estagnada até o final da década de 1920 e na colônia Fortaleza/Erval Seco, quando a *Colonizadora Meyer* já se encontrava em fase de liquidação, a colonização restringiu-se à venda de terras aos colonos, sem a obrigação de estabelecerem domicílio e cultivá-las; resultando então em uma baixa densidade demográfica e o próprio despovoamento da pequena sede urbana. Todo o *trabalho cultural*⁵ realizado na colônia Neu-Württemberg e, em menor escala, em Xingu, e que era a *marca registrada* da *Colonizadora Meyer*, não foi repetido em Erval Seco, nem mesmo houve a preocupação em formar ali uma colônia étnica. Em termos gerais, a colônia Neu-Württemberg representou o modelo mais próximo da *colônia ideal* de Herrmann Meyer, enquanto que a colônia Erval Seco representou a *colônia real possível*, em um contexto de pós-I Guerra Mundial, e um período de crise econômica e instabilidade política no estado.

Portanto, o projeto de colonização da *Colonizadora Meyer* não era um projeto pronto, muito menos coerente ao longo de sua atuação, mas em vários momentos sofreu ajustes e readaptações, decorrentes de diversos fatores internos e externos. Dessa forma, antes de tentar traçar as características gerais das colônias fundadas pela iniciativa privada, talvez seja mais interessante atentar para as especificidades dessa modalidade de colonização e, a partir daí, tentar entender as suas interconexões, seus interesses e resultados.⁶

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹ Fonte: IBGE, contagem populacional de 2007. Disponível on line em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em 10/6/2008.

² Entende-se por “colônia” a terra a ser ocupada e cultivada, destinada à atividade agrícola. Já por “colono”, o indivíduo que cultiva a “colônia”, ou seja, o espaço destinado à agricultura. Salienta-se que nem todo colono era imigrante, mas a maioria dos imigrantes eram colonos. No contexto analisado, trata-se de um colono deslocado de sua terra de origem para outra, o Brasil. A colonização, portanto, é o ato ou efeito de ocupar a terra e torná-la

produtiva. No caso brasileiro, a intervenção governamental foi imprescindível. Gradualmente os imigrantes passaram a se identificar e se reconhecer como colonos, e a seus espaços como colônias. Na atualidade há uma nítida diferenciação: “colono” refere-se ao homem do meio rural, e em muitos casos, de forma depreciativa, como sinônimo de ignorante, “atrasado” (GIRON, Loraine Slomp. *Das colônias e dos colonos no Brasil. Ágora*. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, v.2, n. 1, p. 91-107, jan/jun. 1997; SEYFERTH, Giralda. *A imigração alemã no Rio de Janeiro*. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 11-43; WEBER, Regina. *Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí: UNIJUÍ, 2002).

³ Dentre as empresas de colonização, destacaram-se na região do Planalto: Schmitt e Opitz (Não-Me-Toque); Colonizadora (Barra do Colorado, General Osório); Kreiser & Cia, (Sarandi); associações: *Bauernverein* (Serro Azul), etc. Como colônias particulares, destacam-se: em Cruz Alta: Santa Clara, Rio Branco, Emílio Calo (por Emilio Calo), 15 de Novembro (por Albert Schmitt); em Palmeira: Tesoura (por Matte, Vargas, Meira); Augusta (por Achilles Couto), Chapada (por Sudbrack).

⁴ Em termos de modelos de colônias, é possível classificá-las quanto à razão social em *colônias públicas*, implantadas pelo/com recursos do governo; e *colônias particulares*, implantadas pela/com recursos da iniciativa privada. Desdobrando ainda mais essa classificação, Theodor Amstad, na obra *Cem anos de Germanidade* (1999: 49-56), subdivide as *colônias públicas* em Imperiais/Governo Federal – colônias São Leopoldo (1824), Jaguari (1889), Ijuí (1890), Guarani (1891) –; Provinciais/Governo Estadual – Santa Cruz (1849), Nova Petrópolis (1858), Santa Rosa (1915), Guarita (1917) –; e Municipais – Pelotas (1882), Santo Ângelo (1902) e São Luis (1918). Já as colônias de iniciativa privada, subdividiu em *colônias de empresas*, *colônias de associações* e as *colônias particulares*, sendo as primeiras implantadas por empresas de capital, as segundas por entidades associativas como a *Bauernverein*, e as terceiras, por pessoas físicas. Internamente, ainda poderiam ser étnicas ou mistas, e confessionais. Ainda no arrolamento das colônias fundadas no estado até 1924, independente da nacionalidade dos colonos, somou 50 colônias do governo, 27 colônias de empresas e 186 colônias particulares, totalizando então 263 colônias (*Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999).

⁵ Conforme o projeto de colonização de Meyer, pretendia oferecer em suas colônias uma escola alemã de qualidade e assistência religiosa, pagando por sua conta o professor e pastor, além de subsidiar a formação de entidades sociais e associativas, e uma biblioteca. Assim, pretendia oportunizar aos emigrantes alemães a possibilidade de manterem a sua cultura e espaços para a sua reatualização, bem como permitir aos colonos novamente o contato com a cultura da velha *Heimat*.

⁶ Recentemente, os estudos sobre as colônias e colonizadores/colonizadoras particulares instaladas no Rio Grande do Sul vêm merecendo mais atenção por parte dos historiadores, mas ainda de forma tímida. Sobre a região do planalto, há os trabalhos de GRITTI, Isabel Rosa. *A imigração judaica para o Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: PUCRS, 1992. Dissertação (Mestrado em História); e STREIT, Isléia Rossler. *Coronéis e imigrantes: das lutas pelo poder à conquista do espaço. Saldanha Marinho. 1899 a 1930*. Passo Fundo: UPF, 2003. Dissertação (Mestrado em História). Para Santa Catarina, o número de estudos se multiplica, o mesmo ocorrendo para o Paraná.

**Esta terra tinha dono: as Frentes de Expansão e a espoliação territorial dos
Kaingang do Rio Grande do Sul no século XIX**

*Sandor Fernando Bringmann**

Durante praticamente todo o século XVIII, os *Kaingang* habitantes das regiões que compreendem o oeste dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná viveram sem grandes problemas relacionados às entradas de luso-brasileiros nos seus territórios. O interior destes estados continuava sendo, até o início do século XIX, “terra de índios”, onde poucos eram os homens que se aventuravam a fixar moradia naquelas áreas.

Porém, com a chegada da Corte Portuguesa em 1808, a situação tende a se modificar, haja vista as Cartas Régias expedidas pelo imperador D. João VI autorizando a “guerra aos bugres”. As Cartas Régias, combinadas com a Lei de Terras de 1850, polarizaram ainda mais a concepção eurocêntrica das elites imperiais, isto é, o indígena concebido como um “obstáculo” ao progresso do Império.

No Rio Grande do Sul, o contato dos grupos *Kaingang* com os luso-brasileiros, até então intermitente, passa a se intensificar a partir de 1728, quando é iniciada a abertura da “*Estrada de Tropas*”, caminho utilizado por tropeiros para o transporte de mulas e gado. Esta rota ligou Sorocaba, no atual Estado de São Paulo, à região das Missões, no Rio Grande do Sul. O trânsito dos tropeiros pela região representou o início da expropriação territorial e da decadência da hegemonia dos grupos indígenas no planalto Sul-rio-grandense.

Os *Kaingang* que habitavam a margem esquerda do Rio Uruguai imprimiram uma longa trajetória de lutas contra a invasão de seus territórios. Quando os lusos-brasileiros começaram a ocupar estas áreas e derrubar os pinheirais para a instalação de fazendas de criação, os *Kaingang* descobrem imediatamente uma nova ameaça para sua preeminência territorial. Mesmo assim, ainda restaram pequenos espaços de matas intocadas, com vegetação densa, onde se recolheram os índios. Destarte, até o advento da colonização alemã, estas áreas possibilitaram um refúgio seguro aos *Kaingang*, os quais só mantinham contato com os não indígenas quando se aproximavam das fazendas ou das vias recém abertas para o escoamento do gado.

Ao longo do século XIX, portanto, o contato foi aos poucos se tornando inevitável e os estranhamentos sucederam-se ao longo do processo de ocupação. Os indígenas, que durante séculos contaram com um amplo espaço de mata nativa, em cujo meio mantinham suas características sócio-culturais, vêem-se então presos a bolsões de

matas recortados por estradas e campos, onde os antigos territórios de caça e coleta davam agora lugar ao gado. Além disso, tornaram-se cada vez mais freqüentes os encontros no interior das florestas, onde os novos habitantes entravam para extrair a erva-mate, produto altamente rentável e com mercado certo na Argentina, Uruguai e Paraguai.

Para Noelli e Motta, a relação entre brancos e índios, desde o período inicial do contato, foi uma relação de guerra e conquista, onde, na maioria das vezes, o indígena é subjugado e expropriado, tanto de seus bens materiais, representados pelas terras e pela força de trabalho, quanto dos bens imateriais, que constituem na sua cosmologia e sua autonomia sócio-cultural. Segundo estes autores:

Desde a chegada dos brancos europeus no novo continente, iniciou-se a guerra de conquista contra as populações indígenas que aqui viviam. **Guerra** no sentido dado por Antônio Carlos de Souza Lima: um processo que requer uma organização militar conquistadora que age em nome de um Deus, uma Nação, um Rei, Império, etc; um povo de onde se origina o conquistador e que lhe dá uma identidade social e uma direção comum; e o botim, composto pelo povo conquistado com seus territórios e riquezas que são mercantilizadas. E **conquista**, quando parte do povo conquistador fixa nos territórios conquistados; fazem a exploração sistematizada do butim e passam a veicular os elementos básicos da cultura invasora através de instituições concebidas para tanto. (NOELLI e MOTTA, 1999. p. 2)

Esta relação esteve presente entre os *Kaingang* e as frentes de expansão desde o princípio da conquista do território pelos últimos. Os “*desbravadores do sertão*” empregavam grandes contingentes de homens para combater os grupos de índios nas matas e, aproveitando-se das divergências entre estes, levavam a cabo sua superioridade bélica para pôr fim à resistência dos grupos fragmentados. As atitudes dos exploradores eram, muitas vezes, acobertadas pelo governo provincial, o qual buscava legitimar a violência contra os indígenas através de manifestos na imprensa ou em diários oficiais. Nestes relatos, a agressividade e a selvageria dos *Kaingang* serviam para legitimar a violenta repressão aos mesmos.

O Rio Grande do Sul, às vésperas da colonização alemã, vivia a denominada “*idade do couro*”. As estâncias e vacarias espalhavam-se por toda a região sul da Província e na região das Missões. A pecuária extensiva, extremamente lucrativa por

não necessitar de mão de obra qualificada para a função, tornou-se ainda mais rentável após a instalação das charqueadas escravistas, a partir de 1780.

A criação de gado nas estâncias assegurava um retorno financeiro muito superior à agricultura praticada nas regiões litorâneas e na Depressão Central pelos colonos açorianos. Para se ter uma noção da valorização da pecuária na Província, costumava-se dizer nesta época que havia, no Rio Grande do Sul, dois grandes sistemas para enriquecer: “o primeiro consiste em possuir uma estância e administrá-la bem; o segundo em possuir uma estância e administrá-la mal”. (ROCHE, 1969, p.29)

Em 1824, dois anos após a Independência do Brasil, o Imperador D. Pedro I expõe no Parlamento a necessidade de ocupar e proteger as fronteiras platinas, aproveitando para criar uma nova classe média livre, branca e pequeno-proprietária, desenvolvendo a policultura, o artesanato e formando uma “nova psicologia em relação ao trabalho manual”. (SPERB, 1974, p. 7 In: TRAMONTINNI, 1999, p. 27)

Uma das saídas encontradas foi a inserção de imigrantes europeus, com o condicionante de não serem ingleses nem espanhóis, que viriam para o Brasil como mão de obra livre, branca e “especializada” para ocupar as áreas isoladas, com uma população que atendesse aos interesses do Império Brasileiro.

Um dos fatores que corroboraram para o êxito na realização da empreitada imperial foi a situação política dos países europeus no início do século XIX, agitada por uma série de processos revolucionários. Neste contexto, cabe refletir sobre a preferência do governo brasileiro pela imigração alemã para estas terras, sendo, dessa maneira, necessário elucidar a situação em que se encontrava a Alemanha à época do processo imigratório.

Até o início do século XIX, a Alemanha manteve-se essencialmente rural. A revolução agrícola e demográfica que ocorre neste século serviu de fator propulsor ao desenvolvimento do processo de industrialização. Conforme Lando e Barros:

O fato principal desta revolução agrícola foi a abolição da estrutura feudal. O camponês, que como servo ocupava uma terra que podia transmitir aos descendentes, torna-se proprietário dela, com a condição de ceder 1/3 ao senhor. Esta reforma tem como efeito a libertação do camponês médio, que, tendo cedido 1/3 ou metade de suas terras, poderá garantir a propriedade que lhe resta e constituir uma exploração contínua, suficiente para sustentar sua família. O pequeno camponês, pelo contrário, vê-se reduzido a uma pequena exploração, que não representará mais que um recurso econômico; para viver,

terá que empregar-se como trabalhador agrícola ao serviço do senhor, ou arrendar terras suplementares. Por outro lado, seus filhos, cujas propriedades atingem a condição de minifúndio (que herdadas, diminuem a cada partilha), não encontram outra alternativa senão a de buscar melhores condições emigrando para outros países. (LANDO e BARROS, In: DACANAL, 1996, p. 13)

A assinatura de acordos entre o governo brasileiro e os estados alemães, teoricamente garantia a instalação dos imigrantes em lotes já demarcados na região nordeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, mais precisamente na Encosta Superior da Serra do Nordeste, entre as bacias dos rios Taquari, Sinos e Caí. Esta região compreende atualmente os municípios de São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Montenegro, Taquara e São Francisco de Paula, pólos iniciais da colonização alemã no Rio Grande do Sul.

O programa inicial de colonização, chamado de *Walkerfield*, consistiu na distribuição de um lote de terras, ferramentas, animais e sementes aos agricultores, além do pagamento de módicos subsídios para a alimentação no primeiro ano de estabelecimento. Entretanto, a orientação geral foi alterada a partir de 1854, com a Lei nº 504, pela qual a colonização se faria à base de venda da terra e da indenização das despesas nos cinco anos subseqüentes ao estabelecimento nas colônias, cabendo à Repartição Geral das Terras Públicas a delimitação das mesmas. Essa Lei Providencial constituiu-se na Carta de Colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a qual estabelecia os princípios básicos da colonização. (PELLANDA, p. 44 apud HERÉDIA, 2001, p. 2)

No projeto de colonização estavam inseridos vários objetivos que, interligados, revelavam a proposta do próprio movimento. Entre eles, a formação de um grande exército que auxiliaria na defesa do território, onde eram cada vez mais visíveis as dificuldades de controle das fronteiras e conseqüentemente da própria hegemonia do Império.

A colonização objetivava também a ocupação das terras “*virgens*” ou “*devolutas*”, propiciando o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, criando classes sociais intermediárias entre o senhor de terras e o escravo; a substituição da mão-de-obra escrava pela mão de obra livre assalariada, reivindicação que se disseminava por todo o país. Além disso, havia a clara intenção de branquear a raça,

uma política assumida pela elite intelectual brasileira e pelos legisladores do Império, garantindo que os imigrantes que viessem colonizar o Brasil fossem brancos. (op cit. 2001, p. 4).

O governo imperial foi quem inicialmente traçou de maneira geral o planejamento para a instalação dos colonos alemães no Rio Grande do Sul. Quem tratava do recrutamento na Europa eram agentes contratados pelo Império Brasileiro. Eram os funcionários do Império quem escolhiam as zonas de colonização e regulamentavam a situação dos colonos que nelas se instalavam. A administração das colônias ficava sob a tutela do Império, que deveria manter os estabelecimentos coloniais durante algum tempo, até a estruturação dos colonos.

Com a criação da colônia de São Leopoldo, inicia-se um modelo fundamentado na pequena propriedade, que vai ser a tônica de toda a colonização alemã no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e no Espírito Santo.

Enquanto era debatido entre as elites políticas brasileiras o que fazer com a questão da imigração e qual o destino dos imigrantes que chegavam ao Brasil, nas colônias os problemas dos colonos recém instalados cresciam a cada dia.

Haviam poucos lotes demarcados para muitos imigrantes que chegaram. As “*picadas*”, ou seja, os caminhos abertos para o acesso às áreas ainda não ocupadas da Província estavam paralisados desde a promulgação da Lei de Orçamento de 1830. Mesmo com a proibição da imigração, os estrangeiros continuavam a chegar ao Brasil procurando logo os núcleos de colonização. Este fator colaborou para o acúmulo de colonos nos arredores de São Leopoldo.

Tão logo foram chegando, muitos imigrantes acabaram tendo que partir por sua conta e risco para os lotes ainda não alcançados pelas “*picadas*”. Diferentemente do que aconteceu aos criadores luso-brasileiros da região nordeste da Província, que contavam com as “*estradas de tropas*” para o escoamento do gado, os colonos precisavam derrubar a mata antes mesmo de chegar aos seus lotes, passando então, por áreas de intensa ocupação indígena.

Pode-se dizer que o contato foi tão freqüente porque o modelo de assentamento dos *Kaingang* tem como característica o semi-nomadismo, ou seja, havia uma rotatividade de ocupação das áreas originais. Antes mesmo dos primeiros contatos com o colonizador, cada grupo local *Kaingang* possuía um subterritório próprio, com direito à exploração do mesmo segundo regras determinadas culturalmente. (TOMMASINO, In: MOTTA et. all. 2000, p. 195).

Conforme vão adentrando o território, muitos colonos decidem pela instalação próxima uns dos outros, evitando o isolamento e a sujeição aos ataques dos “*bugres*”. Por este motivo, Becker reflete sobre o impacto das duas ocupações para os grupos *Kaingang* do Rio Grande do Sul. Conforme a autora:

A colonização luso-espanhola efetiva não trouxe para os Kaingang as mesmas dificuldades que a alemã. Com os espanhóis, de modo particular, a área Kaingang periférica sofre a ação indireta da política missioneira que se instalara, desde início do século XVII, com os Guarani, com ótimos resultados. [...] Ao se instalar definitivamente no estado, em fins do século XVIII, a colonização lusa alcança alguns espaços na área Kaingang, ou seja, os Campos do Planalto, a Encosta superior e inferior do Nordeste e partes do Planalto Médio. No começo do século XIX apenas os municípios de Vacaria e Santo Antônio são explorados para a criação de gado. Essa modalidade de colonização lusa permitiu a sobrevivência independente do índio e do português de forma que o Kaingang, coletor de pinhão, ficou nas áreas de mato e o criador luso na de campos. [...] A colonização alemã, por sua vez, agiu mais direta, intensa e drasticamente sobre a área Kaingang desde 1824 até 1846 e de 1848 a 1874. No primeiro momento, surgem as chamadas antigas colônias de São Leopoldo, São José do Hortêncio, Feliz, Mundo Novo, Bom Princípio e Pinhal, quando a área inicial de colonização se estende da Antiga Feitoria (São Leopoldo) até a borda do Planalto. Nessa época, antes mesmo de os colonos chegarem aos lotes destinados, tinham de passar às vezes por terras dos índios, que se defendiam à sua maneira. Desde 1829 até 1832 se repetem os encontros com colonos alemães estabelecidos em Dois Irmãos e de 1845 a 1847 com colonos de São Francisco de Paula e Nova Petrópolis. (BECKER In: KERN, 1997, p. 334-33)

Os conflitos se sucediam a cada nova penetração. Cada vez mais, o pânico se apossava dos colonos e, muitos deles abandonaram sua terra e dirigiram-se para São Leopoldo ou Porto Alegre, onde imaginavam poder trabalhar em segurança, ainda que, como assalariados. Muitos, até mesmo, já esperavam juntar recursos para poder voltar à Europa.

O etnólogo Darcy Ribeiro dedica um capítulo do seu clássico livro “*Os índios e a Civilização*” aos conflitos entre os imigrantes europeus e os indígenas *Xokleng* em

Santa Catarina. O autor fala das medidas adotadas pelo governo provincial para impedir a derrocada da colonização dirigida, por causa dos ataques indígenas.

Os métodos adotados na Província de Santa Catarina foram praticamente os mesmos utilizados no Rio Grande do Sul. Contou com o destacamento de guarnições da Guarda Nacional, utilização das “*Tropas de Bugreiros*”¹, além da persuasão civil e religiosa. De acordo com Ribeiro, apesar dos esforços do governo provincial, “foi à força das armas dos próprios colonos e, sobretudo, enchendo as matas com bugreiros profissionalizados que a colonização prosseguiu, [...] levando as lutas sempre adiante.” (RIBEIRO, 1986, p. 108. Grifo nosso.).

Para compreender este processo, devemos realçar a tônica do processo de colonização, ou seja, os reais objetivos da empresa colonizatória. Para começar, é preciso ter claro o ideal presente na lógica dos Governos Imperial e Provincial. Nesta, o colono é entendido como o elemento civilizador, que vem trazer o desenvolvimento e garantir o sucesso de um sistema capitalista insurgente. Ao mesmo tempo, do outro lado existe o índio, selvagem e arredio, o grande empecilho para o progresso, que além de representar o atraso econômico, passa a ser o agressor que atemoriza os colonos.

Dessa maneira, não restando outra alternativa, “cabe ao poder público intervir no sentido de aldear o índio e defender o colono que é o gerador de riquezas” enquanto o “bugre”, “preguiçoso” e “rebelde” por natureza² deve ser combatido e aldeado para que não ameace os lotes coloniais. (NONNENMACHER, 2000, p.15)

Dessa forma se deu o avanço da colonização; mais e mais as caravanas adentravam os sertões e, a cada penetração, os relatos de confrontos com indígenas se multiplicavam. Para os colonos, somente a imagem do índio causava espanto e temor profundo. Ao índio, movido inicialmente talvez mais pela curiosidade do que pelo ímpeto de agressão ao invasor, restaram os *discursos* criados para definir sua personalidade e índole: a besta, a fera. E por isso, como uma fera, foi perseguido, aprisionado ou exterminado.

Com este texto, exploramos apenas um fragmento de uma trajetória de colapso com precedentes durante todo o período colonial e imperial, não somente no Brasil, mas respeitadas as distinções, em toda área de colonização européia das Américas.

Nos últimos anos, antropólogos e historiadores vêm unindo esforços para estudar a história dos contatos interétnicos, buscando em suas especificidades acabar com as antigas narrativas que ignoram o índio como sujeito de sua própria história.

A redução das áreas cobertas pelas matas obrigou muitos grupos indígenas a buscar o alimento fora das mesmas, ou seja, nas áreas ocupadas pelos imigrantes. Os conflitos, ocorridos ante o contato, aconteceram, em muitos casos, mais pelo estranhamento ao outro do que pelo ódio alimentado pelas ações de ambos. Este estranhamento, que depois passou para uma admiração e desejo pelas “coisas do branco”, culminou em uma sangrenta página da história da ocupação das regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul.

Destarte, concordamos que as relações advindas do contato, assumem um caráter sistêmico a partir de certo momento. Assim, os interesses recíprocos acabam atrelando os grupos étnicos em contato. O que acaba se sobressaindo é a dependência do índio aos recursos materiais postos ao seu alcance pela sociedade nacional envolvente.

Este paradigma é o que Roberto Cardoso de Oliveira chama de “fricção interétnica”, ou seja, o índio oferecendo matéria-prima – onde se inclui a terra e/ou a mão de obra – e o ‘civilizado’ oferecendo bens manufaturados. (OLIVEIRA, 1972, p. 3). Ainda, segundo o autor, “satisfeitas estas necessidades, o grupo indígena fica acorrentado à sociedade tecnicamente mais poderosa; esta, por sua vez, tendo investido seus recursos nos territórios indígenas, deles também não pode abrir mão.” (loc. Cit, 1972).

O maior desafio para o pesquisador que tem como objeto da pesquisa histórica personagens que não produziram a sua versão do processo, é a falta de dados que permitiriam o confronto dos “dois lados da moeda”. Temos consciência de que os *Kaingang*, ao longo de sua história de lutas e resistência, refletiram sobre o processo pelo qual passavam. Prova disso são as inúmeras pesquisas de cunho oral, feitas por pesquisadores interessados em reescrever esta história do extermínio e aculturação dos povos indígenas. Porém, como as fontes que nos restam para pesquisa são somente as fontes documentais, cabe-nos a tarefa de investigar seu conteúdo o mais criticamente possível, na tentativa de buscar uma maior percepção dos seus reais objetivos e seus resultados práticos na história do povo *Kaingang* do Rio Grande do Sul.

Notas:

* Graduado em História pela UFSM e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, sob orientação da Prof^a. Dr^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold. Bolsista CAPES/REUNI

¹ Grupos de homens armados, criados para inibir toda e qualquer atitude agressiva dos índios aos lotes coloniais. Eram formados por batedores de mato experientes, muitas vezes caboclos e mesmo índios, vindos de outras partes do Brasil, onde já participaram de tarefa semelhante.

² Expressões como estas eram fartamente utilizadas pelas autoridades nas cartas e relatórios oficiais para referir-se à índole dos nativos, em uma clara tentativa de justificar a perseguição aos mesmos.

Referências bibliográficas

BECKER, Ítala Irene B. **O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. Pesquisas. São Leopoldo: Anchieta, 1976.

DACANAL, José Hidelbrando. (org) **RS: imigração e colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

HERÉDIA, Vânia. A imigração européia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. In: **Scripta Nova** Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Universidad de Barcelona. N° 94. 1º de agosto de 2001. Disponible em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-10.htm>. acessado em 12 de junho de 2006.

KERN, Arno A. **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1997

NOELLI, F. S. & MOTA, L. T. **Índios, Jesuitas, Bandeirantes e Espanhóis no Guairá: Séculos XVI e XVII**. In: Revista Geonotas, vol.3. n°3, Maringá: UEM, 1999.

MOTTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. **Uri e Waxi: Estudos interdisciplinares Kaingang**. Londrina: Editora UEL. 2000.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: Século XIX**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A Sociologia do Brasil Indígena**. São Paulo: EDUSP, 1972.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROCHE, Jean - **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 2 vols. 1969.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

Fios da História: estudo acerca das relações entre o distrito industrial de Schio e a vila operária de Galópolis

*Vania Herédia*¹

Introdução

Os imigrantes italianos que se instalaram na localidade de Galópolis, no Nordeste do Rio Grande do Sul, faziam parte do programa oficial de imigração financiado pelo governo brasileiro para ocupar e colonizar aquelas terras. O local era cercado de morros e não era propício à agricultura extensiva e à criação de gado, o que fez com que os imigrantes ali instalados se dedicassem a culturas de subsistência.

Os colonos freqüentaram a Capela da Maternidade, na Quinta Léguas, onde alguns anos mais tarde construíram um barracão para abrigar a Cooperativa Têxtil, chamada Società Tevere e Novità. Foram eles que fundaram a vila, alguns de origem camponesa e outros de formação artesã, provenientes das comunidades de Schio e Valle dos Signori.²

As famílias que formavam essa Capela eram na maior parte antigos operários da comunidade de Schio, Vicenza, operários que haviam imigrado devido a conflitos salariais no final do século XIX. Com objetivo de desenvolver atividades produtivas, já que o local não era adequado à agricultura, fundaram um pequeno lanifício, sob a forma de cooperativa, que garantisse com a união de seus recursos a compra de alguns teares. Dessa iniciativa, participaram ainda alguns colonos que já habitavam no povoado.

A posse da pequena propriedade, o trabalho na cooperativa, o emprego aos filhos e o investimento de seus trabalhos agrícolas foram fatores determinantes na construção de Galópolis e permitiram a mudança de condição econômica e de estrato social desses imigrantes. Com muito trabalho, esforço e dedicação começaram a construir, na nova terra, uma paisagem com características européias, a partir das condições encontradas no local.

¹ Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Caxias do Sul. Doutora em História pela Università degli Studi di Genova, Itália.

² Livro-Tombo da Paróquia de Galópolis, 1936, p.1.

Galópolis: futura vila operária

A formação do povoado inicia-se a partir dos colonos imigrantes italianos ainda no século XIX, porém, a vila operária começa a ser construída a partir de 1912, com a fusão da Companhia de Tecidos e a empresa de Chaves & Almeida.

As primeiras casas da vila operária foram construídas para abrigar mão-de-obra estrangeira, contratada pela fábrica, a fim de mover os teares mecânicos comprados na Europa. Com a formação da Sociedade Chaves Irmãos, os proprietários decidiram implantar um plano habitacional que garantisse a fixação da mão-de-obra em torno da fábrica. Era um momento em que as empresas industriais se preocupavam com a manutenção da mão-de-obra, principalmente por que não era fácil encontrar tecelões e tintureiros, ou seja, mão-de-obra especializada. Dessa maneira, a criação da vila operária solucionava a questão da força de trabalho à medida que garantia a fixação e imobilização de operários especializados.

O modelo de indústria com vila operária³ não era um projeto novo em termos de indústria têxtil no Rio Grande do Sul, visto que a Companhia União Fabril de Rio Grande, fundada em 1873, sob o nome de Rheingantz e Vater, funcionando a partir de 1874 como a primeira empresa brasileira a fabricar tecidos de lã⁴, havia desenvolvido uma experiência de vila operária, com habitações para operários, escola, armazém, cooperativa, associação beneficente, mutualidade.

Entretanto, para o quinto distrito de Caxias era uma proposta inovadora, atingia o objetivo de manutenção da mão-de-obra familiar e ao mesmo tempo de reprodução da força de trabalho. Além desse objetivo, os habitantes de Galópolis traziam consigo uma experiência de bairro operário do local onde haviam partido e tinham dimensão do que

³ A primeira vila operária no Brasil se localizou em Salvador, na Bahia, denominada Conjunto Empório Industrial do Norte, pertencente a Luís Tarquínio. Essa vila era composta de 258 casas, com escola, jardim de infância e outros benefícios. "Nessa mesma época, a Companhia América Fabril, no Rio de Janeiro iniciava a construção de uma vila operária" In: TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.70.

⁴FAGUNDES, Ligia Ketzer et al. *Memória da indústria gaúcha, das origens a 1930*. Porto Alegre, Universidade /UFRGS, FEE, 1987, p.195.

representava a construção de um bairro operário onde tivessem à disposição serviços necessários para desenvolver com tranquilidade seus trabalhos.

Essa experiência de bairro operário, relacionada à indústria têxtil apresentava algumas semelhanças que os imigrantes tomavam como condição de adaptação ao projeto de comunidade operária estabelecida na Colônia de Caxias. A experiência de trabalho fabril em Schio, na Província de Vicenza, na região do Vêneto, lhes abria a possibilidade de valorizar a construção de uma vila operária para quem já havia vivido em uma e sabia das vantagens e dos limites que representava essa condição.

A vila foi sendo construída à medida que a própria fábrica se expandia. O modelo utilizado para a construção das casas era o modelo inglês. Isso indicava que Hercules Galló e a família Chaves tinham conhecimento das necessidades operárias e da estrutura de vilas operárias. Sabe-se ainda que dispunham de dados sobre organização das vilas operárias estrangeiras, uma vez que tinham conhecimento de várias delas, principalmente Hercules Galló, que vinha de uma zona lanífera italiana.

As casas de Galópolis assemelhavam-se às da Inglaterra⁵. As primeiras casas eram de madeira e as dimensões variavam. Construíram casas de dois cômodos e de três cômodos, usando sempre o mesmo projeto residencial. As casas possuíam jardim e uma horta. Hercules Galló se preocupava com a instalação dos operários, visto que conhecia as dificuldades dos imigrantes por ter sido também um imigrante. A situação ocupacional de Galló era diferente daquela dos italianos que haviam se radicado na Quarta Léguas, pois provinha de uma região da Itália que tinha tradição no trabalho com a lã, e era um imigrante que havia optado em migrar para construir, fora da sua pátria, um grande empreendimento. Além dessa diferença, havia migrado no período posterior a primeira grande leva de imigrantes e já tinha tido experiência de trabalho em um cotonifício no Rio de Janeiro.

Hercules Galló e seus sócios, Chaves & Almeida, sabiam da importância dos imigrantes europeus para o andamento da fábrica e providenciaram que nada faltasse para os mestres estrangeiros. Esses operários possuíam uma situação privilegiada o que lhes

⁵ Ver *Mill life at Styal*. Willow Publishing, England, 1986. SEARBY, Peter. *Weavers and outworkers in Victorian Times*. London: Longman, 1980. GREEN, Herbert. *Village Life in the Eighteenth Century. Then and There*. London; Longman Group, 1976.

garantiu a reprodução social diferente dos trabalhadores urbanos típicos. Traziam consigo uma bagagem técnica e um valor ao trabalho distinto dos demais. Isso não significa que tenham tido melhores condições de trabalho dentro da fábrica, mas certamente influenciou as condições da qualidade de vida na vila operária.

Enquanto a Companhia de Tecidos de Lã era propriedade dos operários imigrantes, cada qual tinha a sua casa. A partir da expansão do Lanifício, com a entrada do Grupo Chaves & Almeida, as casas para os operários eram de propriedade da fábrica e haviam sido construídas pela mesma, com o intuito de abrigar o número suficiente de operários de que necessitava. No momento da formação da Companhia Lanifício São Pedro S.A., quando a família Galló vende de forma definitiva as ações para o Grupo Chaves Barcellos, a fábrica possuía uma área de 484.243 m², tendo sob seu controle 43 casas utilizadas para a moradia de operários.⁶ Alguns anos após a formação da Sociedade Anônima, a fábrica criou uma turma de operários para melhorar a qualidade das casas feitas, ainda da época de Hercules Galló. Logo, pode-se afirmar que a manutenção e a conservação das casas da vila operária eram realizadas pelos operários da fábrica.

Quem estabelecia o direito dos operários sobre as casas era, no primeiro momento, a direção ou os seus representantes. Existia uma lista para a ocupação das casas, e as indicações dos mestres eram levadas em consideração. Segundo estudo feito para a Revista Paulista de Indústria, os moradores pagavam um aluguel simbólico, variável, conforme a área construída da casa e o cargo na fábrica. As despesas de água e luz eram controladas pela fábrica⁷.

Dessa maneira, as casas eram preferentemente alugadas e inclusive a casa do gerente era de propriedade da fábrica. A casa era oferecida pela empresa, dependendo da situação ocupacional do operário no processo fabril. Representava um elemento de interiorização do operário frente à fábrica. A uniformização das casas, o controle direto da fábrica sobre o conjunto das condições materiais de sua vida social extrafabril, como

⁶ Livro de Atas da Assembléia de Constituição da Companhia Lanifício São Pedro S.A., L.I., Porto Alegre, p.14.

⁷ Lanifício São Pedro, Economia do Rio Grande do Sul, *Revista Paulista de Indústria*, N.41, anno V, dezembro 1955, São Paulo, p.2.

água, luz, auxílio material, remédios, médicos, etc., eram elementos componentes dessa interiorização.

As casas operárias foram construídas uma ao lado da outra, casas iguais, geminadas, ocupando quarteirão inteiro, aproveitando os terrenos da fábrica. Prédios de mais de dois andares não existiam na vila. O estilo arquitetônico era semelhante às construções de origem italiana, apesar da substituição do elemento pedra pela madeira, comum no início da imigração. A semelhança com as vilas européias não é pura coincidência. A experiência, o estilo e a cultura comum foram traços legados por esses imigrantes e mantidos pelas gerações sucessivas.

Segundo Sérgio Lopes,⁸ a variedade de estilos de vilas operárias não altera o objetivo principal de sua existência que é o da imobilização da mão-de-obra. Não obstante todas elas apresentarem vantagens para os proprietários, a forma escolhida pela maioria foi a do arruado, devido à vantagem da visibilidade imediata sobre o agrupamento de operários pelo observador hierárquico, que é aquele que representa a administração da fábrica. Ter o operário próximo garante a manutenção e continuidade do processo fabril.

A construção de vilas operárias pressupunha que os trabalhadores, juntamente com suas famílias, se instalariam no alojamento. As casas eram construídas para facilitar a vinda de operários ao local do trabalho, principalmente porque no início da fábrica a mão de obra era escassa e tê-la à disposição representava um investimento seguro pela estabilidade que esta oferecia à empresa.

Os 700 operários do Lanifício formam, com suas famílias, o grosso da população de Galópolis, vila que vive exclusivamente em função da fábrica. As edificações especialmente construídas para a moradia de operários constituem um conjunto de oitenta residências dotadas de todos os requisitos

⁸ LOPES, J.S. e SILVA, L. A. Machado da, Estratégias de Trabalho, Formas de Dominação na Produção e Subordinação Doméstica de Trabalhadores Urbanos in *Mudança Social no Nordeste: A reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.15. O caráter rural das fábricas, com vilas operárias, acentua a dependência dos operários entre o domínio do trabalho e o domínio da moradia. A industrialização brasileira, no início do século, parece ser particularmente privilegiada, em exemplos de fábricas com vilas operárias, estabelecidas em meio urbano, apesar da existência das indústrias fazendas.

de conforto, dispondo de espaço e condições excelentes de ventilação e iluminação.⁹

O oferecimento da moradia aos operários tinha o papel de atração da mão-de-obra de que a indústria necessitava. A continuidade das famílias na vila operária, através do emprego da parentela, assegurava a constituição e a permanência de uma força de trabalho fabril, permanentemente renovada através do crescimento da prole. A manutenção das relações pessoais estabelecidas com os gerentes garantia a amenização dos conflitos. Sinal dessas relações é a própria inexistência de conflitos organizados no decorrer de sua evolução.

Entretanto, o caso de fábrica com vila operária pressupõe que o domínio do capital “ultrapassa a esfera do trabalho e penetra na esfera doméstica dos trabalhadores”.¹⁰ A vila operária de Galópolis foi crescendo junto e a partir da fábrica. O isolamento acentuava a dependência entre o domínio do trabalho e o domínio da moradia. O fato de o patrão oferecer a moradia garantia o trabalho.

Segundo uma série de depoimentos dos antigos operários e membros de suas famílias, a fábrica havia criado uma série de espaços sociais em que o operário supria praticamente todas as suas necessidades dentro dos limites da vila. Conseqüentemente, desencadeava um processo de isolamento que, por si só, não permitia a comparação com outros estilos de vida, conquistas e lutas sociais. Por outro lado, produzia uma identidade de grupo que, por muitas décadas, foi o elo dos habitantes de Galópolis. A recordação do período de trabalho na fábrica era expressa com uma certa satisfação e orgulho de ter sido operário do Lanifício, mesmo aceitando problemas que, em geral, envolviam a classe operária.¹¹

Pode-se afirmar que a vila de Galópolis cresceu a partir das condições investidas pelo lanifício e que Hercules Galló foi responsável pelo crescimento daquele empreendimento, pois tinha visão de futuro.

⁹ Revista Paulista de Indústria. Op.cit. p. 2.

¹⁰ LOPES, José Sergio. Op.cit. p. 164.

¹¹ Depoimento de um ex-operário, Galópolis, 1989.

Lanificio Rossi: Schio

Galópolis, em 1891, acolheu vários imigrantes que haviam partido de Schio, devido a conflitos salariais decorrentes de uma grande greve no Lanificio Rossi. Carregavam uma história de lutas que alimentava a decisão forçada de imigrar para o Brasil como uma única saída para crise que enfrentavam no Vêneto.

Essa condição de imigrante forçado não lhes dava muitas alternativas de retorno à pátria e também lhes abria a possibilidade de enfrentar as oportunidades que o Brasil naquele momento oferecia aos imigrantes. Para entender a crise que o Lanificio Rossi passou, a ponto de expulsar grupos de operários para o Brasil, é necessário recuperar o processo de modernização que o Lanificio Rossi havia passado e as políticas sociais que criou para instruir a classe trabalhadora.

O Lanificio Rossi, nos primeiros anos após a unificação italiana, acompanhou a quase inexistente orientação da política econômica do país, que naqueles anos se estruturava, e que, de acordo com alguns estudiosos, refletia uma “modesta política financeira e quase nenhuma política econômica e industrial”¹².

A preocupação do Estado Italiano com a unificação concentrava-se nas preocupações da classe política em “consolidar a unificação contra cada perigo de renascer a autonomia local, desenvolver uma ambiciosa política externa que colocasse a Itália entre as grandes potências, criar e disciplinar um exército e uma frota proporcional ao poder real”¹³.

Nesse contexto que o Lanificio Rossi tornou-se uma Sociedade Anônima em 1873¹⁴, quando não era comum indústria com esse perfil, sendo restrito a bancos e ferrovias. A Sociedade Anônima Lanificio Rossi foi a primeira indústria italiana a aderir à sociedade de ações e esta decisão consolidou a tradição lanífera na região que

¹² PIOVENE, Guido. In: *LANEROSSE Ieri*, organizada pela Lanerossi S.p.A. por ocasião do 150. Aniversário da Fundação, Milano, 1967, V.I.

¹³ Idem.

¹⁴ O Estatuto da Sociedade Anônima por Ações foi assinado em 09 de janeiro de 1873. O Decreto foi aprovado em 11 de fevereiro de 1873. Nesse ato, o capital registrado era de 30 milhões de liras, dividido em N.120, 000 ações, a L.250 cada uma. FONTANA, G.L. Schio e Alessandri Rossi. *Imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sicuali del secondo Ottocento*. Roma, 1986. p.217.

representava. Ainda era forte a idéia de que a Itália era um país basicamente agrícola e poderia sobreviver dessa atividade.

A passagem de indústria familiar para sociedade de ações foi uma demonstração da visão que a empresa tinha de mercado. As etapas que o lanifício passou desde sua origem, em 1817, quando Francesco Rossi se associou a Eleonoro Pasini para fundar o Lanifício¹⁵, refletem as diversas conjunturas que o estabelecimento enfrentou para sobreviver na construção de um Reino e de uma Nação. Do período Napoleônico à restauração dos Asburgos, a Proclamação do Reino da Itália e com a anexação do Vêneto à Itália, o Lanifício enfrentou concorrência, mudou seu perfil, se modernizou e conquistou mercados, tornando-se uma das principais indústrias de lã da Itália.

O Lanifício Rossi, diferente de outros estabelecimentos do mesmo gênero, oferecia uma série de benefícios aos seus operários, até a data em que alguns desses foram absorvidos pelo Sistema Nacional de Previdência e de Assistência. É oportuno lembrar que o Lanifício contribuía para a Sociedade de Mútuo Socorro, segundo normas estabelecidas pela Sociedade Anônima, o que representava para os associados o acesso a uma série de benefícios que incluía desde a visita médica às famílias até curas climáticas para os doentes, creches, colônias de férias. “Pelos aspectos pioneiros, dará frutos benéficos a uma completa cidadania e inspirará uma série de providências legislativas de caráter social que o senador Rossi patrocinará ao Parlamento”.¹⁶

Alessandro Rossi promoveu uma série de avanços que caracterizava sua indústria como uma das mais avançadas para a época, incentivando o espírito cooperativo e se posicionando contra o liberalismo radical. Acreditava na instrução e pressionava que seus operários tivessem certo grau de escolaridade. Defendia o critério que, para ser operário do lanifício, não poderia ser analfabeto, mesmo aqueles que já trabalhavam no estabelecimento eram direcionados a freqüentar a escola noturna. De acordo com um aviso publicado em 1873, pelo Lanifício para os aprendizes, a mensagem era:

¹⁵ FONTANA, G.L. Schio e Alessandro Rossi. Imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sicuali del secondo Ottocento. Roma, 1986. p.169-170.

¹⁶ “ Tutto questo complesso di provvidenze, per molti aspetti pioneristiche, darà frutti benefici alla intera cittadinanza, ed ispirerà la serie di provvedimenti legislativi di carattere sociale che il sen. Rossi patrocinerà in Parlamento. ROSSI, Alessandro. *Rapporti della questione operaia colla questione sociale e loro origine*. Torino: Roux e Favale, 1897.

“para melhorar a sua condição material e moral, todos os jovens abaixo de 18 anos que pretendem manter o ofício de tecelão são obrigados a receber instrução de ler, escrever e fazer contas. Serão divididos em duas categorias: os analfabetos e aqueles que somente necessitam de aperfeiçoamento. Comum a todos, será a instrução moral e religiosa que será ministrada duas vezes por semana. Desta sala, o horário terminará cada dia uma hora antes do horário normal da fábrica. Os jovens que são obrigados a participar da escola entrarão na aula do Teatro Jacquard onde encontrarão à disposição os professores. Esses devem prover-se de papel e dos livros relativos, tinteiro e canetas que serão fornecidas gratuitamente...] A falta de disciplina e de progresso a escola será julgada como falta de disciplina e progresso a tecelagem e depois desse acontecimento deverá ser despedido da fábrica”. (Schio, Lanerossi, Regulamento do Lanifício, 26/03/1873)

É importante lembrar que a partir de 1874, os operários que trabalhavam no lanifício deviam comprovar que sabiam ler e escrever. O pensamento empreendedor de Alessandro Rossi valorizava a instrução e destacava o mérito do trabalho.

“Nem esmola, nem filantropia, nenhuma igualdade econômica, gratuitamente ampliada entre os seres humanos; mas recompensa aos méritos. Honrando e remunerando o trabalho, a poupança, a previdência, favorece a participação do operário aos benefícios excedentes e aos direitos do capital, estimulando a adquirir ações da indústria na qual trabalha para torná-lo mais participativo e facilitar assim a ascensão dos melhores”.¹⁷

Segundo alguns estudiosos, os benefícios oferecidos diluíam as tensões sociais na crise do movimento operário da época, e legitimava esses avanços como formas de estabelecer uma aproximação entre os interesses do capital e do trabalho. É oportuno lembrar que a data da formação da indústria lanífera italiana coincidia com o início do

¹⁷ LANEROSSE Ieri, organizada pela Lanerossi S.p.A. por ocasião do 150. Aniversário da Fundação, Milano, 1967.

Estado italiano e o Senador Rossi fazia parte do Parlamento que conhecia a realidade de seu país e da sua recente unificação. Sabia também, por estudos realizados pelo próprio parlamento italiano, das precárias condições em que viviam os camponeses e da oportunidade que tinham aqueles que trabalhavam nos centros urbanos e tinham emprego fixo.

Logo, desde a formação da Sociedade Anônima, em 1873, houve um interesse de minimizar conflitos por meio do controle social e da oferta de alguns benefícios que valorizavam inclusive o próprio capital, pelo processo de alfabetização. O pensamento da direção da fábrica acreditava que a educação conduzia à aceitação da disciplina fabril com mais facilidade e, simultaneamente, a aprendizagem de processos produtivos. Com isso, os operários de Schio puderam freqüentar uma escola que garantisse os interesses da fábrica, alfabetizando-os e ensinando a disciplina fabril. Seus filhos também tinham acesso às creches, o que representava cuidados com os dependentes e o reconhecimento do interesse da empresa na reprodução da força de trabalho.

Muitas iniciativas foram tomadas até o momento em que foi pensado um projeto de construção de um bairro operário que integrasse os interesses da fábrica às necessidades do grande número de operários. Essa estratégia garantiu controle no domínio interno e externo à fábrica, o que, para a época, era considerado uma demonstração de preocupação do patrão com seus operários e ao mesmo tempo a possibilidade de exercer o controle sobre a vida social. A construção do bairro operário trouxe para o lanifício uma série de vantagens quanto à diminuição dos conflitos laborais. Reforçou a idéia da reprodução da força de trabalho como garantia da produção e reprodução dos processos produtivos.

Lanaro (1977, p. 53) explica a expansão territorial do modelo desenvolvido pela Lanerossi por meio da “descontínua disponibilidade de fontes energéticas a necessária elasticidade da divisão do trabalho entre unidades produtivas e a subordinação de um mercado de mão-de-obra rural ao elevado *turn-over*.” Esse autor, em seus estudos sobre a formação da força de trabalho de Schio, mostra que o lanifício italiano era visto inserido na paisagem social como uma “instituição da mesma sociedade rural [...] síntese organizada e funcional, a forma mais alta de realização da vida coletiva da comunidade”.

Conflitos salariais como forma de expulsão de mão-de-obra

A greve de fevereiro de 1891 modificou a fisionomia da comunidade de Schio e afetou principalmente o bairro operário. Aqueles trabalhadores, que eram dados sempre como exemplo da classe operária, rompiam com o modelo estabelecido. Muitos trabalhadores sabiam do risco que significava a greve, cuja participação não ficaria impune. Entretanto, havia algo mais forte que o sentimento de pertença àquela fábrica. Era a consciência da dignidade que representava a possibilidade de liberdade, paralela à troca de benefícios.

O rebaixamento dos salários foi o motivo principal da parada dos teares. É lógico que juntamente com essa questão vinha à tona toda a questão da exploração do trabalho nas décadas anteriores e no resultado de toda a convivência fabril. A diminuição dos salários era justificada pela fábrica por diversos motivos, entre eles, que a classe operária de Schio percebia salários mais altos que os demais trabalhadores do setor têxtil; que havia ocorrido uma diminuição de produção, comparada à produção de anos anteriores, e que a indústria lanífera italiana enfrentava uma crise como a própria economia do país.

A greve de fevereiro de 1891 envolveu mais de três mil operários, o que deixaria marcas visíveis nas relações entre a empresa e os operários e promoveria o impulso para muitos deles emigrarem ao Brasil. Após esse movimento, ainda nesse ano, 1.534 habitantes de Schio foram obrigados a partir em busca de emprego e alternativa de vida. Para a comunidade, esse número era expressivo e representava uma mudança no processo industrial.

O Lanificio Rossi era uma empresa que vinha se modernizando e que enfrentava a concorrência de outras indústrias italianas pelo aparato tecnológico e pela capacidade industrial instalada, independente da crise operária. Acompanhou as transformações estruturais que a Itália sofrera com mudanças substanciais na economia e na política, seja com a modernização industrial quanto com a unificação italiana. Estava inserida no mercado nacional e se beneficiara do processo político do *'risorgimento'* por meio do abastecimento de várias instituições do Estado italiano como a do exército.

A indústria de Alessandro Rossi se transformou em Sociedade Anônima, logo após a Unificação Italiana, se fortalecendo com capital proveniente da Lombardia, o que permitiu incorporar em pouco tempo empresas que trabalhavam com a lã.

A greve de 1891 marcou uma ruptura na vida coletiva da comunidade de Schio. Representava uma série de contradições, difíceis de serem entendidas pelas famílias operárias envolvidas no conflito. A imagem do patrão que cuidava de seus filhos e de suas respectivas proles se esfacelava diante das contradições provocadas pela crise econômica, pela modernidade, pela necessidade de racionalização, pelos contínuos conflitos entre capital-trabalho, pela substituição dos líderes mais politizados pelos obedientes e submissos. Todos os benefícios que a comunidade usufruía devido ao lanifício foram postos em cheque, o que apontava para indícios de mudanças substanciais nas relações estabelecidas com o mundo do trabalho.

Considerações finais

Os imigrantes que trabalharam no Lanifício São Pedro provinham de uma região do Vêneto, que era especializada na indústria têxtil. Carregavam consigo uma história política distinta dos imigrantes de outras regiões da Itália, ou seja, tinham experiências de lutas como trabalhadores têxteis do lanifício italiano e conheciam as normas que eram usadas naquele estabelecimento onde haviam aprendido o ofício.

Em sua bagagem, carregavam o conhecimento das estratégias que seus patrões usavam no trabalho fabril e dos mecanismos que eram obrigados a aceitar em troca da permanência no emprego. O aprendizado da disciplina sempre fora uma condição para a permanência na fábrica e esta lhes era imposta como processo educativo. Parte das exigências dessas normas aplicadas sem consulta e com rigor, foram marcadas pela imposição e pela demonstração de poder.

Muitas semelhanças são identificadas na história do Lanifício São Pedro e do Lanifício Rossi, apesar da distância temporal e da distância geográfica. A história dessa aproximação começa bem antes do Senador Alessandro Rossi assumir a liderança da empresa de sua família e torná-la uma das maiores indústrias laníferas do país. Começa

com o modelo de industrialização adotado antes e depois da unificação italiana, o que dá a essa comparação um caráter histórico para explicar as relações que se estabeleceram entre esses dois processos de industrialização.

O estudo permitiu tecer as seguintes considerações:

1. A localização de ambas as indústrias são favoráveis à indústria, marcadas pelas dificuldades de exercícios de outras atividades econômicas e beneficiadas pelo caráter geográfico, no que diz respeito à provisão de energia.
2. A passagem da indústria doméstica para a manufatura e a instalação do sistema de fábrica foi facilitada pela presença do espírito cooperativo nas regiões estudadas. Seguiu a lógica de expansão do sistema capitalista italiano. Entretanto, alguns estudos mostram que a indústria doméstica foi muito forte e nela a figura do artesão e do camponês estavam intimamente ligadas. Para a formação de um mercado interno de tecidos e de fazendas foi necessário destruir a indústria doméstica. Por outro lado, conforme depoimento de Piero Brunello (1986, p. 287), “a grande indústria destrói a indústria doméstica para dar vida ao mercado interno, da outra parte sem indústria doméstica os camponeses não conseguem viver e perdem o poder de aquisição”.
3. A dinâmica da identidade étnica como elemento de integração cultural, baseada na rede de parentela ocorre nas duas estruturas industriais, ou seja, em Galópolis e em Schio.
4. A expansão dessas duas indústrias têxteis ocorre a partir da construção de vilas operárias, marcadas por práticas sociais próprias de comunidades rurais circunstantes. Identifica-se nas experiências analisadas, a constituição de um sistema de benefícios que se confunde com a oferta de serviços de uma comunidade e que favorecem o processo de permanência da força de trabalho nas

localidades. A representação da fábrica como “forma de propriedade aparentemente aberta aos trabalhadores” (MARANGON, p. 272) oferece a idéia de pertencimento e de valorização profissional.

5. O espírito de empreendedorismo, guiado pelos mentores dessas duas grandes indústrias, fez com que o modelo de vila operária fosse uma estratégia de retenção da mão-de-obra. A população dessas vilas reconhecia os benefícios presentes na sua vida coletiva e atribuía esses ganhos à figura dos mentores.

Referências bibliográficas

BARBIERI, Franco. Dal primo al secondo progetto della Nuova Schio. Verso Crespi d'Adda. In: FONTANA, G.L. (org). Schio e Alessandro Rossi. *Imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1985.

BRUNELLO, Piero. Interventi. In: FONTANA, G.L. (org). Schio e Alessandro Rossi. *Imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1985.

GREEN, Herbert. *Village Life in the Eighteenth Century*. Then and There. London: Longman Group, 1976.

HERÉDIA, Vania B. Merlotti. *Processo de industrialização na zona colonial italiana*. Caxias do Sul: Educs, 1997.

LANARO, Silvio. *Società e ideologie nel veneto rurale(1806-1898)*, Roma, 1976.

LANEROSI Ieri, organizada pela Lanerossi S.p.A. por ocasião do 150. Aniversário da Fundação, Milano, 1967, V.I.

LOPES, J.S.; e SILVA, L. A. Machado da. *Estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos*. Mudança Social no Nordeste: A reprodução da subordinação, Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1979.

LUZZATTO, Gino. *L'economia italiana dal 1861 al 1914*. Milano: Banca Commerciale Italiana, 1963.

Lanifício São Pedro. Revista Paulista de Indústria, n.41-dezembro de 1955. Ano V. Economia do Rio Grande do Sul.

MARANGON, Massimiliano. Il recupero mito-logico del modo di produzione germanico e le basi etnoculturali della modernizzazione russiana. In: FONTANA, G.L. (org). Schio e Alessandro Rossi. *Imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1985.

ROVERATO, Giorgio. A. Rossi tra mobilitazioni di capitale agrario e organizzazioni imprenditoriali. In: FONTANA, G.L. (org). Schio e Alessandro Rossi. *Imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1985.

SEARBY, Peter. *Weavers and outworkers in Victorian Times*. London: Longman, 1980.

SMITH, Denis Mack. *Storia d'Italia dal 1861 al 1997*. Roma: Laterza, 1997.

VERONA, Antonio Folquito. A indústria têxtil de Schio e a emigração operária. p. 132-195. In: SULIANI, Antônio (org.s) *Etnias & Carisma*. Porto Lanifício São Pedro. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

Imigração: morte, loucura e doença

*Aline Marques de Freitas
Loraine Slomp Giron*

Considerações iniciais

O tema é interessante e recorrente na historiografia regional. A imigração do final do século XIX ocorreu no período em que os princípios de higiene e de saúde começaram a ser divulgados e seguidos na Europa. As vacinas ganhavam espaço no combate às doenças, e a eugenia servia como a genealogia para a burguesia, ou espécie de atestado de boa saúde familiar. As doenças familiares nos pequenos povoados do interior no Norte da Itália eram do conhecimento geral, da mesma forma que os vícios e os defeitos físicos e mentais. O casamento entre jovens devia levar em conta tais questões e os pais de família procuravam impedir casamentos com doentes ou com desconfiança de doença.

O objetivo desta comunicação é apresentar as doenças verificadas no início da colonização da Região Italiana no Rio Grande do Sul, abrangendo desde a viagem de navio da Europa até a chegada na colônia Caxias, depois nos primórdios no barracão, e, por fim, nos primeiros tempos da ocupação.

As fontes foram: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami sobre o barracão, correspondência da Comissão de Terras, guias de internamento dos doentes em Porto Alegre, requerimentos das mulheres proprietárias e, por último, histórias de famílias e jornais. O método utilizado é histórico-estrutural, com técnicas de fichamento das fontes.

Morte a bordo

Nas histórias de família, muitos são os relatos sobre mortes de familiares, em geral de crianças a bordo. A longa viagem, que em média levava 40 dias, aportava em vários locais e trazia em média 1.500 passageiros de terceira classe. As lembranças apontam falta de espaço para movimentação e falta de higiene. Segundo lembranças de Domênico Mezzomo e Tereza Giasson, na viagem iniciada em 24 de fevereiro no navio Mafalda,

morreram nada menos que 37 imigrantes nos 58 dias de viagem.¹ As causas, na maioria das vezes, não são explicadas; nessa viagem morreu um dos filhos de Júlio Lorenzoni.

Giovanni Costamilan, com 28 anos, e Maria Michelli, com 29, chegaram ao Brasil em dezembro de 1876. Maria estava grávida de 5 meses e com ela vinham mais 5 filhos, sendo que a mais velha, Giovanna, tinha 11 anos na época e relatou os incidentes para seu sobrinho Ângelo Ricardo Costamilan.

Conforme Giovanna, o segundo de seus irmãos foi acometido de grave doença a bordo, pois as condições de higiene eram precárias, e o número de imigrantes era muito grande. Depois de vários dias de doença o menino morreu com 9 anos, sendo sepultado no mar. Outro de seus irmãos faleceu na viagem para a Colônia Caxias, quando a mula em que viajavam a mãe e o filho que trazia ao colo assustou-se com um animal selvagem que pulou na estrada, derrubando mãe e filho. Ela feriu-se pouco, mas Francesco morreu poucas horas depois de chegar ao Barracão, devido a uma fratura no crânio.²

Morte no barracão

Quando a família Costamilan chegou ao Barracão da Colônia Caxias, não encontrou médico, pois esse contraíra varíola, que, em 1875, grassava no Barracão. A epidemia, segundo consta, tinha sido breve. Enquanto o menino de dois anos era enterrado, o outro filho de 4 anos foi acometido de *croupe*, morrendo poucas horas depois no mesmo dia do enterro. Assim, a família ficou reduzida a duas filhas meninas: uma de 11 e outra de 6 anos, tendo perdido três filhos homens em menos de um mês.

Há vários casos de morte ocorridos no Barracão, relatados por imigrantes. A documentação existente do período reforça o testemunho sobre esses casos. Era comum os imigrantes chegarem enfraquecidos pela viagem; assim, foi recomendada a construção de enfermarias dentro do barracão pelo diretor da colônia ao inspetor da colonização. A construção de enfermarias ocorria sempre que um novo barracão era construído, ou seja, era grande a preocupação com a saúde. A construção de enfermarias dá a entender que

¹ MEZZOMO, Alvise Antonio. *Centenário de Imigração da Família Mezzomo*. Porto Alegre; Caxias do Sul: EST, 1986. p.18.

² COSTAMILAN Angelo Ricardo. *Mitos e homens na história de Caxias*. Porto Alegre: Posenato Cultura e Arte, 1969. P 23-25.

havia preocupação das autoridades brasileiras em prevenir possíveis epidemias e garantir a sobrevivência dos imigrantes, visando à ocupação da terra. O mesmo cuidado está presente nas grandes hospedarias dos imigrantes, como no Rio de Janeiro e em São Paulo; essas enfermarias não visavam apenas ao período de quarentena.

As enfermarias eram construídas dentro do barracão, por ser um lugar de acesso fácil aos imigrantes recém-chegados, e para evitar novos gastos com a construção de um prédio específico para tal fim. Observa-se, que a partir de 1879, os gastos com a colonização começaram a ser cortados.

Com o tempo, o barracão torna-se referência para os atendimentos médicos aos moradores da colônia. Em um ofício, o diretor da colônia pede para estabelecer, em um barracão abandonado, uma enfermaria para tratar e recolher os “colonos que residirem distantes da sede”.³ Ao mandar transportar um doente para o barracão, “a fim de facilitar-se-lhe todos os meios e recursos de medicação, exigidos pelo seu grave estado de saúde”,⁴ a diretoria da colônia reconhece que lá haveria os melhores recursos de medicação para os colonos.

Os agentes da imigração se preocupavam em manter as condições sanitárias da colônia e do barracão. Em documentos diferentes, o diretor da Colônia Caxias avisa que “para evitar a promiscuidade de doentes de moléstias contagiosas e outros”,⁵ contratou a construção de duas enfermarias e informa que paga dois colonos pela limpeza do mesmo e pagou outro colono pelo sepultamento de uma mulher que ali morreu.⁶ Também é cobrado do diretor da colônia que conservasse o barracão “em estado de aceio(sic)”.⁷

Mesmo assim, nem sempre havia médicos na colônia. Nos documentos, os responsáveis pela colonização reconhecem a necessidade de se ter um médico, mas, na falta deste, muitas vezes o encarregado da saúde era um farmacêutico prático designado para tais serviços no barracão. Em geral, havia um médico responsável pela colônia.

O serviço de atendimento à saúde prestado nas enfermarias do barracão era muito significativo, tanto para os imigrantes que chegavam quanto para os colonos já instalados.

³ Arquivo Histórico João Spadari Adami (AHMJSA), DIR 001 L.

⁴ Idem.

⁵ AHMJSA, DIR 009 L.

⁶ AHMJSA, DIR 398. O documento informa sobre a doença, mas está ilegível.

⁷ AHMJSA, DIR 1040.

Um caso ocorrido entre 1890 e 1891, dentro do barracão de imigrantes em Caxias, ilustra bem a situação vivenciada pelos imigrantes.

Contado pelos historiadores locais, em especial por João Spadari Adami, o episódio da morte mal explicada das crianças polonesas ocorrida no Barracão, mal-atendidas pelo farmacêutico prático designado pela Comissão de Terras e Colonização, gera até hoje muitas dúvidas sobre o que poderia ter acontecido. As dúvidas pairam sobre a causa da morte das crianças. Sobre a causa há duas versões: a primeira é de que teriam morrido devido à debilidade natural das crianças, pelas condições da viagem e da própria doença; a segunda seria de que o responsável pela saúde teria agido de má-fé ao tratar das crianças. Analisando os documentos sobre o ocorrido é possível afirmar que existem registros de morte de pelo menos 120 crianças num período de menos de 90 dias. É possível afirmar ainda que o responsável pelo tratamento dos imigrantes era um boticário prático italiano. Com certeza, o mais importante nesse caso é o desconhecimento sobre qual doença afetou tais crianças e vários adultos, aproximadamente 190. Levantaram-se várias hipóteses sobre a doença que poderia ter sido tifo, febre tifóide, peste bubônica, varíola ou escarlatina.⁸ Não há como provar, através dos documentos, o que realmente aconteceu. Mas esse caso abre algumas discussões acerca do tratamento médico no início da colonização.

Mesmo sem informações precisas sobre a natureza da doença, tudo indica que não se tratava de uma epidemia, já que ocorreu principalmente com os imigrantes de origem polonesa. Há apenas um registro dessa doença numa família de origem italiana, sendo inclusive o único caso ocorrido fora do Barracão.

Conta Adami⁹ que o pai e três filhos da família do imigrante Giuseppe Zambon contraíram a moléstia; por medo de serem forçados a tomar o remédio do serviço sanitário do barracão, esconderam-se dentro de sua casa. Tal fato evidencia que a população local sabia que algo estava ocorrendo e que ao remédio de Ronca eram creditadas às mortes, principalmente das crianças. Mesmo escondidos do serviço sanitário do barracão, os Zambons foram encontrados pelo farmacêutico, que os forçou a tomar o tal “óleo fumante”.¹⁰ Após ingerirem o “remédio”, a maior parte da família morre, salvando-se

⁸ DAL-RI, Fabiane. Uma tragédia esquecida. **Pioneiro**, Caxias do Sul, 14 mar. 2000. Edição Especial, p. 9.

⁹ ADAMI, João Spadari. As vítimas polonesas do barracão. **Pioneiro**, Caxias do Sul, 2 de out. 197, p. 11

¹⁰ AHMJSA, JSA 020 L.

apenas a mãe, que não estava doente e não tomou o remédio. Também merece destaque o fato de o serviço sanitário do barracão atuar fora do prédio designado para suas atividades.

Apesar das acusações feitas por Adami ao farmacêutico prático Hugo Luciano Ronca, de ter cometido um morticínio dos polacos, é provável que ele agisse de acordo com o pensamento das lideranças da época. Os poloneses eram malvistas na colônia, não tinham um Estado que os defendesse. Mesmo os cuidados higiênicos existentes no barracão, o fato de que um grupo novo de poloneses recém chegados, logo após o início da moléstia, não foi separado do grupo dos poloneses doentes. Além disso, havia um médico formado que cuidava dos doentes, mas esse foi substituído pelo Dr. Ronca que era membro do Partido Republicano então no poder.

Loucura e morte

Em pesquisa realizada sobre mulheres proprietárias, foram coletados dados reunidos em 593 fichas completas e 2.471 fichas incompletas. Os dados coletados nas fichas e trabalhados de forma estatística possibilitaram obter, com certa precisão, algumas informações importantes sobre as doenças na região.

ANO	SANTA CASA		HOSPÍCIO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
1908	8	0	7	2	17
1911	13	5	3	2	23
1912	9	4	1	1	15
1914	14	7	2	3	26
1915	12	7	1	0	20
1916	19	5	5	2	31
1917	12	3	2	2	19
1918	10	4	5	2	21

Total	97	35	26	14	172

Quadro 1: Doentes encaminhados para Porto Alegre (1908 – 1918)

Fonte: Guias de encaminhamento de doentes. AHMMCS

No quadro 1, que abrange período de tempo menor do que o dos requerimentos analisados, constata-se que o número de homens doentes mentais representa 72% e o das mulheres 28%, do total dos casos analisados. Os homens doentes e internados, em número de 123, não podiam atender aos trabalhos da propriedade, sendo estes provavelmente realizados pela mulher e pela família. Os dados coletados indicam que o número de mulheres responsáveis pelas propriedades era bem maior do que aquelas que pediram isenção de impostos, o que significa que muitas mulheres devem ter conseguido pagar as taxas, sem a necessidade de pedidos de clemência fiscal.

Apesar da precariedade dos dados sobre o óbito dos maridos das mulheres proprietárias, derivadas das lacunas no registro, e até do desconhecimento, em alguns casos, da necessidade de realizar registros por ocasião da morte,¹¹ foi possível levantar alguns dados sobre a idade em que as mulheres ficaram viúvas, em sua maioria entre 25 e 30 anos.

O número de mulheres responsáveis pela propriedade, por doença ou incapacidade do marido corresponde a 3,65% do total. Dessa forma, cerca de 6% das mulheres proprietárias não eram viúvas, já que seus maridos estavam vivos no momento em que fizeram os requerimentos.

As guias de transporte de alienados para o Hospício São Pedro em Porto Alegre revelam que há mais doentes do sexo masculino do que do feminino e que há um número elevado de doentes mentais na região. Os casos de loucura, por outro lado, são mais numerosos do que aqueles comprovados pelos requerimentos. Comparando o número de requerimentos com o número de Guias de Encaminhamento de doentes tanto para a Santa Casa quanto o para Hospício São Pedro, verifica-se que há mais doentes que requerimentos.

Mariana Mussoi Bascou encaminhou requerimentos à Intendência como proprietária real do lote nº 1, Travessão Vítor Emanuel, na VII^a Léguas. Pediu isenção de impostos visto que seu marido sofre de problemas mentais e vê-se na contingência de pedir licença para vender frutas na Praça Dante, no centro da vila. A história de Mariana Bascou diverge da de

¹¹ Caso que exemplifica o firmado é o de Agostinho Dal Cortivo cuja família afirma que ele faleceu há mais ou menos 18 anos, não tendo sido registrado seu óbito (ofício de 28 de novembro de 1904).

outras mulheres proprietárias, pois consegue a interdição do marido além de sua internação no Hospício São Pedro em Porto Alegre.¹²

Há mais homens do que mulheres “loucos” nos primeiros anos da ocupação colonial. Ao que tudo indica, o fato é devido aos contatos maiores dos homens com as autoridades e com outros brasileiros. Utilizando uma abordagem psicológica, pode-se afirmar que a cultura seria a mãe do homem, enquanto a língua, seu pai. Quando a cultura -Mãe e a língua- Pai se tornam escravizadas, ocorre um processo de neurose. Isso significa que a mudança de língua determina mudanças psicológicas graves. Os nativos que são obrigados a renunciar a sua língua primitiva, bem como os imigrantes forçados ou livres que deixam sua pátria adoecem psiquicamente ao introjetar a língua-mãe. Ao serem compelidos pela necessidade a usar a língua do senhor, sua língua materna torna-se a língua do escravo. Segundo Melmann:

A figura do estrangeiro – e mais a do imigrante – não surge como metáfora, análoga à histórica. As migrações parecem produzir uma espécie de histeria “experimental”[...] Se concordarmos em definir a histeria como certa paixão de ser outro, diferente, que leva o sujeito a se afastar da própria filiação, eis que o imigrante se torna histérico por razões históricas e sociais.¹³

Assim, tanto civilizados quanto selvagens são seres reprimidos, uns pela lei, outros pela língua. A cultura vista dessa forma, seria fruto de uma neurose coletiva gerada pelo conquistador – que deseja a liberdade do nativo – e a do colonizado, que deve seguir outras normas que não as deles, proferidas em língua que não é a sua. Assim, o confronto entre opressor e oprimido, portadores de duas culturas, seria também um confronto de neuroses.

Por meio dos requerimentos enviados à Comissão de Terras e mais tarde à Intendência Municipal de Caxias, no período compreendido entre 1875 e 1925, ficou constatado que muitos maridos eram incapaz física e/ou mentalmente.

Ao que tudo indica, tal fato parece ter uma explicação histórica e outra psicológica.

Considerações finais

¹² Encaminhou vários requerimentos de 1900 a 1918.

¹³ MELMANN, Charles. *Imigrante: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. Organização de Conrado Calligaris. São Paulo: Escuta, 1992. p.68.

Ainda não foi escrita a história das doenças na imigração. Mas há alguns indícios de que deve ser complexa tanto pela carência de dados quanto pelo desconhecimento das doenças que matavam os colonos.

A morte, durante a viagem, é uma constante nas histórias de famílias; em geral, a causa era o escorbuto e a diarreia. Nas viagens morriam mais crianças do que adultos. A morte dos adultos era mais sentida do que a das crianças, a morte de um pai de família era mais lamentada do que a da mãe.

Nos barracões fica evidenciado o cuidado que o Estado brasileiro tinha com a saúde, pois os médicos eram funcionários públicos, e as enfermarias eram de uso público. Os casos de erro médico, como o dos poloneses, não eram raros. Raro foi o número expressivo de mortos. Não deixa de ser curioso o fato de existir um sentimento popular na época, e que perpassa a historiografia, ou seja, o erro médico teria motivações políticas. Talvez, apenas testes médicos poderão no futuro resolver a questão.

Há relatos de muitas doenças como a pelagra, a *miliaria* entre outras, cujas causas e tratamentos são desconhecidos. Sabe-se, também, de seus sintomas, o que facilitaria seu estudo. Em documentos há referências a surtos de varíola, de febre tifóide, de escarlatina e de *grupe* (difteria). Observa-se que a mortalidade infantil era muito grande, atingindo 70% das crianças nascidas. Por outro lado, constata-se que as mulheres morriam em menor número que os homens, não por serem mais fortes, mas por viverem mais sozinhas em casa.

Ao que tudo indica, onde passavam tropas e tropeiros eram locais que se disseminavam doenças e epidemias. Observa-se que, em lugares mais distantes dos caminhos, como a 4ª e a 14ª Léguas, o número de viúvas era bem menor, onde as estradas provinciais não passavam por ali.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMI, João Spadari. As vítimas polonesas do barracão. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 2 out 1971, p.11.

ADAMI, João Spadari. As vítimas polonesas do barracão. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 25 set 1971, p.7.

ADAMI, João Spadari. As vítimas polonesas do barracão. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 18 out 1971, p.9 e 10

COSTAMILAN, Angelo Ricardo. *Homens e Mitos na História do Caxias*. Porto Alegre: Est, 1989.

DAL-RI, Fabiane. Uma Tragédia esquecida. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 13 mar 2000. Edição Especial. p. 8-9.

DAL-RI, Fabiane. Uma Tragédia esquecida. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 14 mar 2000. Edição Especial. p. 12 e 13

DAL-RI, Fabiane. Uma Tragédia esquecida. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 15 mar 2000. Edição Especial. p. 10 e 11

DAL-RI, Fabiane. Uma Tragédia esquecida. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 16 mar 2000. Edição Especial. p. 16 e 17

DAL-RI, Fabiane. Uma Tragédia esquecida. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 17 mar 2000. Edição Especial. p. 24 e 25

DAL-RI, Fabiane. Uma Tragédia esquecida. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 18 e 19 mar 2000. Edição Especial. p. 24 e 25

DAL-RI, Fabiane. Uma Tragédia esquecida. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 20 mar 2000. Edição Especial. p. 10 e 11

GARDELIN, Mário. A mortandade dos poloneses. *Pioneiro*, Caxias do Sul, 11 set 1971, p.18.

GUIAS DE ENCAMINHAMENTO DE DOENTES. AHMMCS

INVENTÁRIO DA DIRETORIA DA COLÔNIA CAXIAS. AHMJSA, DIR 009 L

INVENTÁRIO DA DIRETORIA DA COLÔNIA CAXIAS. AHMJSA, DIR 1040.

INVENTÁRIO DA DIRETORIA DA COLÔNIA CAXIAS. AHMJSA, DIR 398.

MELMANN, Charles. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. Organização de Conrado Calligaris. São Paulo: Escuta, 1992.

MEZZOMO, Alvise Antonio. *Centenário de Imigração da Família Mezzomo*. Porto Alegre; Caxias do Sul: EST, 1986.

REQUERIMENTO de 18//05/1903.

REQUERIMENTO de 27 de janeiro de 1898 e de 31 de maio de 1898

REQUERIMENTO de 31 de dezembro de 1898.

REQUERIMENTO de 6 de abril de 1898.

REQUERIMENTO de subintendente Joseph Falavigna de 3 de novembro de 1898.

“[...] afim de preservar-se a população deste município [...]”*: a saúde pública na pauta da municipalidade de São Sebastião do Caí no final do século XIX

*Carina Martiny**

Introdução

O presente artigo busca investigar as ações da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí – quando esta inicia sua estruturação enquanto órgão administrativo – no sentido de garantir a saúde pública do município. Nosso período de análise é, portanto, os anos finais do Império, uma vez que é a partir de 1875 que o povoado de São Sebastião do Caí tornou-se autônomo de São Leopoldo.¹

Ao acompanharmos os trabalhos da Câmara Municipal, através dos registros que esta nos deixou, como atas de suas sessões, correspondências e a legislação que elaborou, tomamos conhecimento de suas preocupações em relação à saúde pública, através de medidas que buscavam garantir a salubridade e asseio da vila, em particular, mas também dos demais distritos, ou seja, de um extenso território ocupado por luso-brasileiros, alemães, italianos e africanos.²

Assim, procuramos analisar o que determinava a legislação imperial a este respeito, bem como o que estava especificado no Código de Posturas, já que era delegada às Câmaras Municipais a tarefa de garantir a saúde pública. A partir do que previa a legislação, investigamos algumas das medidas tomadas na prática pela Câmara Municipal para garantir a observância das regras higiênicas no município, seja através da criação de um cemitério público, do auxílio dado a indigentes e necessitados, da regulamentação da medicina, da ação do médico de partido ou mesmo da fiscalização sobre o comportamento da população.

Saúde pública: um olhar sobre o século XIX

Beatriz Weber, em “As Artes de Curar” (1999) demonstra como a regulamentação da profissão médica no Rio Grande do Sul se tornou tema central durante a Primeira República, sobretudo diante da implantação da concepção de liberdade profissional que era mantida pelo

*Actas das sessões da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí 1886-1890, f.21. Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí.

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História - UNISINOS. Bolsista PROSUP/CAPES.

¹A Lei nº 995 de 1º de maio de 1875 elevou o povoado à categoria de vila.

²Em 1877, o município estaria contando com seis distritos de paz: 1º distrito: São Sebastião do Caí (termo da vila); 2º distrito: São José do Hortêncio; 3º distrito: Santo Inácio; 4º distrito: Sant’Ana do Rio dos Sinos; 5º distrito: Caxias; 6º distrito: Nova Petrópolis. (MASSON, 1940, p.88)

governo positivista do estado, diferentemente do que ocorria em outras regiões. Segundo esta autora, a República no Rio Grande do Sul correspondeu a um universo em que as práticas de empirismo próprias do período colonial, que conjugavam elementos indígenas, africanos e europeus, conviviam com práticas científicas (WEBER, 1999, p.179).

Apoiando-se me Beatriz Weber, Fleck e Korndörfer apontam que

Adotando uma perspectiva positivista, o governo do estado estabeleceu, na área da saúde, uma postura distinta do restante do país, instituindo a liberdade profissional e religiosa (abertura para práticas alternativas de cura) e posicionando-se como contrário ao que chamava de terrorismo e autoritarismo sanitários (intervenção do estado em assuntos que consideravam como sendo questões pessoais, como, por exemplo, a saúde). (FLECK; KORNDÖRFER, p.6).

Se a questão da regulamentação da profissão médica surge com força no período republicano, não foi relegada ao esquecimento durante o Império. Ao diminuirmos nossa escala de análise e observarmos a dinâmica da organização municipal, verificamos que existia já uma oposição entre os “práticos” da cura e os formados cientificamente. Assim, na sessão de 28 de março de 1888 a Câmara recebia um ofício do Inspetor da Higiene de Porto Alegre, datado de 14 de março, no qual este informava que multou a Alberto Grempe em 100 mil-réis.³ Aos investigarmos o motivo da multa, a ata da sessão da Câmara do dia 29 de fevereiro do mesmo ano esclarece: nela o subdelegado de polícia de Nova Petrópolis informava a Câmara Municipal a respeito de “um indivíduo conhecido por Alberto Grempe, que exerce a arte de curar como medico”.⁴ Um ano antes, em janeiro de 1887, a Câmara recebera uma portaria do vice-presidente da Província que pedia a esta para que não consentisse com o exercício da medicina de indivíduos que não estivessem habilitados com título legal.⁵ Tais casos bem demonstram que a discussão entre medicina científica e a prática de cura esteve presente antes mesmo da instalação da República.⁶

³Actas das sessões da Câmara Municipal de São Sebastião do Cahy 1886-1890, f.70. Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí.

⁴Actas das sessões da Câmara Municipal de São Sebastião do Cahy 1886-1890, f.66. Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí.

⁵Actas das sessões da Câmara Municipal de São Sebastião do Cahy 1886-1890, f.26v-27. Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí.

⁶Quanto ao universo espacial de São Sebastião do Caí a própria Câmara atestou a precariedade do serviço médico. No ano de 1887 afirmava: “A Câmara atesta que nem nesta Villa e nem no seu municipio existe Doutor algum em Medicina” (Actas das sessões da Câmara Municipal de São Sebastião do Cahy 1886-1890, f.57. Câmara de Vereadores de São Sebastião do Caí). Entretanto, a falta de médicos por si só não explica a procura por formas tradicionais de cura. Farias aponta que a população olhava com receio as práticas científicas da medicina, o que as levava a recorrer a práticas tradicionais. Aponta o autor que “A falta de bases sólidas e uniformidade na atuação dos médicos encorajavam a desconfiança que a população nutria em relação à medicina científica. Outro fator de distanciamento entre doutores e seus pacientes era o incômodo dos tratamentos

Quando analisamos as ações do governo municipal no período imperial de final do século XIX constatamos que as maiores preocupações com os problemas de saúde pública giravam em torno de ações relacionadas à salubridade pública e ao asseio de locais públicos. Assim bem o apontou Winter ao tomar por objeto de estudo a epidemia de cólera de 1855. Segundo a autora,

Estudar a epidemia de cólera de 1855 é antes de tudo estudar uma época singular, um momento sobre o qual convergem diversas questões - urbanismo, sanitismo, saúde pública, profissionalização das artes de curar - que, antes latentes, passam a figurar em primeiro plano e que serão o mote principal das ações de médicos, políticos e governantes ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX (WINTER, 2007, p.35).

Neste universo de preocupações com a saúde pública o Código de Posturas Municipais tornou-se um importante mecanismo à disposição da municipalidade para tratar destas questões nas mais diversas esferas da vida da população, como a seguir analisaremos.

Do que diz a legislação acerca da saúde pública: as leis imperiais e o Código de Posturas

A Lei de 1º de Outubro de 1828, que regulamentava o funcionamento da Câmara Municipal, evidenciava a importância que a Câmara Municipal possuía em relação à determinação das questões concernentes à saúde pública.⁷ Neste regulamento constavam as ações que a Câmara deveria tomar para garantir a salubridade das cidades, o que estava, então, determinado no Título III da referida lei, sob a denominação de “Posturas Policiais”⁸.

Segundo previa o regulamento de 1828 o Código de Posturas é que deliberava sobre as questões relativas à urbanização, regulamentação da ocupação do espaço público e também em relação ao comportamento da população. O Código de Posturas, portanto, tratava de questões concernentes à saúde pública, evidenciando a preocupação da municipalidade com este que se tornava um grande problema no período, sobretudo diante da ameaça de epidemias. Karina Jorge bem destacou que “Mediante essas posturas procurava-se modificar

empregados que nem sempre eram eficazes e que, a exemplo da sangria, podiam ser bastante dolorosos” (FARIAS, 2007, p.5).

⁷Antes, a Lei de 30 de agosto de 1828, baseada na proposta do deputado pela Província do Rio Grande do Sul, Xavier Ferreira, extinguiu os cargos de Físico-mor e Cirurgião-mor do Império, passando a atribuir às Câmaras Municipais as funções relativas à saúde pública (JORGE, 2006, p.84-85). Deste modo, as Câmaras passaram a elaborar seu Código de Posturas a partir do que recomendava esta lei e não mais de acordo com as prescrições das Ordenações Filipinas (JORGE, 2006, p.86).

⁸BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: <http://www.brasilimperial.org.br/c24a75.htm>. Acesso em: 24 de set. 2007.

tudo aquilo que era considerado, segundo as teorias de salubridade da época, pernicioso á (sic) saúde da população” (JORGE, 2006, p.11).

Ao analisarmos o Código de Posturas do Município de São Sebastião do Caí⁹ constatamos já no capítulo 1º, intitulado “Da villa, seu aformoseamento e das demais povoações do termo”, que, mesmo que muitas das determinações visassem o embelezamento dos locais públicos, estas buscavam também garantir a conservação higiênica da vila, como, por exemplo, quando prevê que os terrenos da vila e as frentes das casas deveriam ser cercadas e as cercas estar sempre aparadas. Mesmo que tais exigências estivessem ligadas à questão de dar à vila o aspecto digno de centro municipal, afinal este era o novo status recém-adquirido, tais medidas também auxiliariam no controle das doenças na cidade. Em outros artigos, porém, fica ainda mais evidente que a Câmara expressava nas suas posturas preocupação com a saúde da população municipal. Este é o caso do artigo 6º, que tratava do arejamento das casas edificadas na vila:

Por nos edificios portas que tenham menos de dois metros e cecenta quatro centímetro de altura, e janelas menos de dois metros e secenta e quatro digo um metro e setenta e ceis centímetros de larguras e devida simetria: - multa de 10\$000 rs ao mestre da obra e de ser esta demolida a custa do infrector.

No artigo 16º, que versa sobre os esgotos, esta questão fica ainda mais evidente. Assim determinava o artigo: “Os proprietarios de edificios são obrigados a terem limpos os esgotos e as testadas de suas casas:- multa de 5:000 rs.”

Entretanto, é no capítulo 2º, denominado “Policia” que o regramento de ações que incidissem diretamente sobre a salubridade local ficou ainda mais evidente. A preocupação com a limpeza de propriedades particulares na vila, que já aparecia no Capítulo 1 é confirmada pelo artigo 20, este já dentro do capítulo intitulado “Policia”: “Artigo 20. Não conservar limpos de Mattos ou ervas as testadas de suas casas ou terrenos das ruas :- multa de 2000 rs.” Neste capítulo o artigo 18 previa que era proibido “Lançar na rua ou praça, ou quintal alheio, annimal morto, carnes ou entranhas dos mesmos, vidros quebrados, lixo ou inmundices” incidindo sob a não-observância da postura uma multa de 5 mil-réis. O artigo 41,

⁹Para a análise do Código de Posturas de São Sebastião do Caí utilizamos o Código de 1892 já que o primeiro, que muito provavelmente data de 1883, não foi localizado. Apesar de ser este um Código do período republicano, e portanto referir-se a uma realidade em alguns aspectos distinta da anterior, acreditamos que este pode nos fornecer importantes informações acerca de questões relacionadas ao ordenamento, salubridade e manutenção da ordem pública que pouco diferem do período anterior. Para todas as referências que adiante faremos ao Código de Posturas de São Sebastião do Caí tratamos, portanto, do Código de 1892, sendo que a fonte consultada corresponde a: Código de Posturas de São Sebastião do Cahy. Actas das sessões do Conselho Municipal de São Sebastião do Cahy, f.27-34v. Museu Histórico Vale do Cahy.

por sua vez, previa multa a quem tivesse curtumes, fábricas, currais ou mangueiras sobre arroios, fontes ou águas.

Assim como exercia ingerência sobre o ordenamento e ocupação do espaço público e privado, as Posturas Municipais buscavam também controlar o próprio comportamento da população, como ficava expresso no artigo 50 que proibia “Andar tirando esmolas sem prévia licença da autoridade policial”, o que bem demonstra que a Câmara buscou controlar e então restringir quem circulava no espaço público. Assim, este artigo é particularmente interessante quando nos damos conta que o espaço da vila, centro municipal, era o espaço ocupado pelas famílias mais abastadas, que possuíam aí suas moradias e suas casas comerciais, o que nos permite inferir que o Código de Posturas, uma legislação elaborada pela elite política do município, visava atender aos interesses desta elite, a quem não interessava que esse espaço fosse ocupado por mendigos, já que poderia prejudicar seus negócios. Assim, como bem já observou Baddini (2005), muitas das medidas tomadas pela Câmara Municipal e então defendidas como sendo de necessidade pública, visavam, fundamentalmente, atender aos interesses da elite local.

Baddini levanta a possibilidade de que grande parte das medidas em favor da higiene e ordenamento do espaço público pela Câmara local, no caso de Sorocaba, se devesse muito mais pelos interesses do mercado local, “que deveria se apresentar livre de incômodos e riscos à afluência de pessoas à vila” do que propriamente por questões de salubridade. (BADDINI, p.37-38). Tal constatação do autor baseia-se na assertiva que logo em seguida apresenta:

A concepção de ‘público’ no XIX esbarra na participação política limitada da população e no entendimento das Câmaras Municipais como órgãos de domínio local. Cabia à municipalidade cuidar dos bens e interesses públicos como seus. Assim sendo, eram escolhas dos grupos privilegiados, muitas vezes assentadas em iniciativas particulares, que determinavam os benefícios públicos que a cidade deveria ter [...] (BADDINI, 2005, p.38-39).

E continua: “Assim, o que era defendido pelo governo central como questão pública, na localidade assumia o caráter de interesses assegurados do grupo dominante” (BADDINI, 2005, p.39). Apesar do poder local transformar-se em reduto dos interesses de uma elite local, não é possível ignorar, e é isto que queremos aqui chamar a atenção, o fato de que realmente existia uma preocupação do poder local com a questão da salubridade. Assim, a questão reaparece, no caso do Código de Posturas de São Sebastião do Caí, tanto no capítulo referente aos açougues (capítulo 6º), buscando zelar pela limpeza dos estabelecimentos e pela boa

conservação das carnes vendidas, quanto no capítulo referente ao comércio, quando o artigo 55 determinava a proibição de “Expôr a venda frutas verdes, ou damnificadas”.

Deste modo, o Código de Posturas Municipal buscou garantir a boa conservação tanto do espaço público quanto do espaço privado, assegurando a observação das normas higiênicas tanto em relação à construção de moradias quanto em relação aos produtos comercializados, tratando também do próprio comportamento da população. Mesmo que muitas das determinações visassem atender aos interesses de um determinado setor da sociedade local – a elite – tais medidas foram importantes para garantir um mínimo de regulamentação no campo da saúde pública. O Código de Posturas foi, porém, apenas um importante dispositivo da municipalidade para garantir a saúde pública. Outras medidas foram centrais nesse sentido como a regulamentação das práticas médicas, a nomeação de um médico de partido, a criação de um cemitério público e a própria fiscalização, feita tanto por agentes da municipalidade quanto pela própria população.

Para auxiliar nas questões de saúde no município: o médico de partido

Em ofício de junho de 1883, a Presidência da Província pedia à Câmara Municipal de São Sebastião do Caí no sentido desta providenciar um pedido à Assembléia Provincial para conseguir a verba necessária no orçamento para a contratação do médico de partido, conforme estava previsto no artigo 69 da Lei de 1º de Outubro de 1828. Determinava, pois, este artigo 69, no Título III que se referia às Posturas Policiais, o que era atribuição da Câmara Municipal a esse respeito: “Cuidarão no estabelecimento, e conservação das casas de caridade, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se vacinem todos os meninos do districto, e adultos que o não tiverem sido, tendo Medico, ou Cirurgião de partido”.¹⁰

Quanto às primeiras determinações do artigo 69, ou seja, a respeito da criação de casas de caridade para criar expostos e curar doentes necessitados, não temos qualquer informação que indique a existência de um estabelecimento de tal teor no município neste período, entretanto, o caso do exposto Pedro pode nos revelar qual a ação da Câmara Municipal no que dizia respeito à criação de expostos. No registro de despesas da Câmara Municipal de outubro de 1878 consta que a Câmara despendeu o valor de 16 mil-réis com a criação do exposto Pedro que estava em casa de Antônio Rodrigues da Silva. O valor era referente aos

¹⁰BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: <http://www.brasilimperial.org.br/c24a75.htm>>. Acesso em: 24 de set. 2007.

vencimentos de 1º de julho a 31 de outubro de 1878.¹¹ Muito provavelmente, sem ter a dita “casa de caridade” de que falava o artigo 69 da lei de 1º de outubro, o exposto era levado pela Câmara Municipal ao cuidado de alguma família que então recebia da Câmara um auxílio pra sua criação. Já no caso de cura de doentes necessitados, constatamos, pelos registros de despesa da Câmara Municipal, que esta destinou algumas quantias de suas rendas para adquirir remédios para doentes que não tivessem condições. Assim, por exemplo, em 1882, a Câmara gastaria de seu cofre a quantia de 24\$320 réis em medicamentos ao preso Pedro Hahn.¹²

Quanto à determinação, prevista no Artigo 69 da Lei de 1º de Outubro, de que a Câmara deveria ter um médico ou cirurgião de partido, esta não foi logo atendida pela Câmara, como revelou o ofício da Presidência da Província antes mencionado. De fato, passados quase oito anos de efetivo funcionamento da administração do município, nem todas as medidas previstas para o funcionamento da governabilidade municipal haviam sido tomadas, sendo este o caso do médico de partido. Seria somente em fevereiro de 1884 que a Câmara Municipal nomearia o seu primeiro médico de partido e vacinador, o Dr. Hermann Stemkof.¹³

A ação do Dr. Stemkof seria valiosa para a Câmara Municipal no seu intento de manutenção da salubridade do município. Este, por muitas vezes, atuou como um fiscal que oficiava à Câmara as irregularidades e a falta de cuidado quanto à higiene pública, para que esta então tomasse as medidas pertinentes. Assim, a 5 de abril de 1884 a Câmara trataria, em sua sessão, de ofícios que lhe foram enviados pelo Dr. Stemkof. Em um dos ofícios o médico pedia “laminas de puz vaccinico” para proceder à vacinação no município, evidenciando que esta era uma de suas tarefas centrais, prevista no mesmo artigo 69 do Regulamento de 1828: “e se vacinem todos os meninos do districto, e adultos que o não tiverem sido”.¹⁴ No outro ofício, o Dr. Stemkof pedia que a Câmara lhe fornecesse a relação das freguesias e colônias do município, assim como os nomes dos párocos, diretores e padres protestantes a fim de poder exigir destes as listas dos falecimentos de cada lugar, ofício este que revela que sua preocupação com questões de saúde não se restringiam ao termo da vila, sede municipal, mas

¹¹Livro para Lançamento da Receita e Despesas da Câmara Municipal da Villa de São Sebastião do Cahy, 1876-1885, f. 13. Museu Histórico Vale do Cahy.

¹²Já o registro da compra de medicamentos ao preso foi feito sobre o título de “Enfermos”. (Livro para Lançamento da Receita e Despesas da Câmara Municipal da Villa de São Sebastião do Cahy, 1876-1885, f. 39. Museu Histórico Vale do Cahy.)

¹³Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy, 1876-1886, nº 1, f.134. Museu Histórico Vale do Cahy

¹⁴BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: <http://www.brasilimperial.org.br/c24a75.htm>. Acesso em: 24 de set. 2007.

abrangiam todo o município, sendo que sua ação só poderia ter êxito, diante da grande extensão territorial do município, se pudesse contar com a colaboração de párocos, pastores e diretores de colônia. Por fim, outro ofício do médico à Câmara demonstra como este se envolvia com questões que poderiam ameaçar a saúde da população: o médico pedia para a Câmara Municipal tomar providências quanto ao fato de que no município estava sendo vendido leite misturado com água e polvilho, o que poderia acarretar problemas de saúde.¹⁵

Como fica evidente, a ação do médico de partido estava relacionada à prevenção de doenças e epidemias, seja como vacinador, seja como uma espécie de “fiscal” que garantia que as normas higiênicas estavam sendo observadas no município.

Se a Câmara Municipal e o médico de partido eram os órgãos municipais agentes dos cuidados relacionados à saúde pública, a população por diversas vezes também demonstrou preocupação em relação a questões de salubridade, cobrando da municipalidade as providências necessárias. Isto fica evidente quando Carlos Guilherme Schilling e Francisco Trein Filho enviam um requerimento à Câmara Municipal, em agosto de 1884, pedindo que esta vistoriasse e tomasse providências a respeito de esgoto e águas estagnadas nos quintais de suas casas e de seu vizinho, Carlos Trein, de modo que estes delegam à municipalidade a obrigação de garantir o asseamento dos locais públicos.¹⁶

O ofício de Schilling e Trein Filho foi lido na mesma sessão em que o médico de partido da Câmara enviava a esta uma solicitação para a remoção dos pântanos e águas estagnadas no centro das ruas da vila.¹⁷ O mau tempo, portanto, causava sérias ameaças à saúde da população, como revela a preocupação do médico, que cobrava da Câmara uma ação imediata.

A mesma preocupação com o asseamento por parte da comunidade fica evidenciado no ofício que João Pinto envia à Câmara pedindo que o fiscal seja mandado à casa de José Nagler e seus filhos onde estes carneiam e tem porcos em depósito, para que assim este seja intimado a manter o local em asseio e não incomodar os vizinhos.¹⁸ A Câmara prontamente atendeu à solicitação de João Pinto, uma vez que na sessão seguinte o fiscal oficiava à Câmara que intimou a Nagler para que este conservasse em asseio os seus chiqueiros, estando sujeito, do contrário, às penas previstas pelas posturas.¹⁹ Muito provavelmente João Pinto só

¹⁵ Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy, 1876-1886, nº 1, f.153v. Museu Histórico Vale do Cahy

¹⁶ A Câmara, entretanto, não pode atender de imediato a solicitação, como aponta, referindo-se ao fato de que as chuvas torrenciais e o mau tempo a impediam de realizar o serviço naquele dia.

¹⁷ Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy, 1876-1886, nº 1, f.162. Museu Histórico Vale do Cahy.

¹⁸ Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy, 1876-1886, nº 1, f.166. Museu Histórico Vale do Cahy.

¹⁹ Actas da Camara Municipal de São Sebastião do Cahy, 1876-1886, nº 1, f.166v. Museu Histórico Vale do Cahy.

chegou a reclamar à Câmara e se preocupar com as péssimas condições que Nagler mantinha em sua propriedade por se sentir incomodado. Entretanto, são ações como esta, que partiam da própria população, que ajudavam a Câmara Municipal a manter as boas condições do município, sobretudo em função da grande extensão do município que não possuía fiscais suficientes para garantir uma fiscalização eficiente.

O Cemitério Público

Segundo consta em Relatório da Câmara Municipal à Assembléia Legislativa Provincial, de 7 de março de 1878, uma das grandes necessidades da vila estava em ter um cemitério municipal pois, segundo a própria edilidade apontava, “o que existe é sito em outra freguesia a distancia de 3 legoas, mais ou menos, da mesma Villa”.²⁰

Assim, em 1882 a Câmara Municipal adquiria um terreno localizado no subúrbio da vila destinado ao cemitério municipal. No ano seguinte, em 1883, a Câmara elaborava o regulamento do cemitério público, o que indica um grande interesse desta em regulamentar seu uso.²¹ A análise do regulamento elaborado pela Câmara Municipal para o funcionamento deste cemitério revela algumas preocupações da municipalidade que estão diretamente ligadas às questões de conservação da higiene pública.

O Regulamento do Cemitério Público deixa, pois, bem claro que é a Câmara Municipal que assume a tarefa de zelar pela salubridade do município. Já no Artigo 1º o Regulamento determina que o cemitério público estabelecido em terrenos da Câmara Municipal “fica sob a immediata inspeção, direção e administração da mesma Câmara, que cumprirá e mandará cumprir em seu recinto todas as leis e ordens, que sobre a policia e salubridade publica emanarem dos poderes e autoridades competentes”.²²

O regulamento nos revela que um dos problemas que geraram a necessidade da construção de um cemitério público foi, além da distância em que se localizava o cemitério já existente, foi a necessidade de possuir um cemitério para sepultar cadáveres de pessoas não-católicas. O Regulamento do Cemitério público deixava bem claro, em seu Artigo 1º que “Neste cemiterio serão recebidos, depositados os cadáveres das pessoas que professarem a religião do Estado”, ou seja, os católicos, o que não significava que aos fiéis de outras

²⁰A Câmara se refere ao cemitério existente em Santana do Rio dos Sinos. (Livro registro Governo da Província 1878, f.4v. Câmara Municipal de Vereadores de São Sebastião do Caí).

²¹Fundo Correspondência expedida, Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, maço 268. Regulamento do Cemitério Público da Vila de São Sebastião do Caí. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

²²Fundo Correspondência expedida, Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, maço 268. Regulamento do Cemitério Público da Vila de São Sebastião do Caí. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

religiões seria negado o sepultamento, pois continua o mesmo artigo: “Para as diversas religiões haverão lugares separados, decentes onde interessados poderão erigir jazigos ou catacumbas sob as mesmas condições estabelecidas neste regulamento para os da religião catholica”. Esta preocupação em garantir que todos tenham um espaço de sepultamento é reafirmada no Artigo 2º, que determina que “O cemiterio terá um espaço reservado para os cadaveres a que a igreja catholica nega sepultura em sagrado”. Assim, apesar de privilegiar o sepultamento de católicos, afinal, esta era a religião oficial do Estado, o cemitério público proporcionava independência para as pessoas ante a Igreja católica, fato compreensível ante o grande número de protestantes existentes no município, alemães ou seus descendentes em especial.

Em caso de epidemias, o Regulamento do Cemitério Público possuía um artigo especial que mostrava bem a preocupação da municipalidade no controle da saúde pública. Assim determinava:

Artigo 15 No caso de grande epidemia os enterramentos serão praticados para todos os cadaveres, sem distincção de classes, jerarchias ou condições, em vallas de 6 metros e 64 centímetros (12 palmos) de profundidade, retirado do cemitério em lugar conveniente, sendo bento pelo parocho.²³

A Câmara se responsabilizava por prover o enterramento de pobres, indigentes e mendigos. No capítulo 3º, Artigo 23, §4º, era determinado que “Terão sempre sepultura rasa gratis os pobres, desvalidos, praças do exercito e armada e de policia”. Esta responsabilidade da Câmara em prover o sepultamento de pobres e indigentes aparece mesmo antes da criação do cemitério municipal. Consta no registro de despesas da Câmara Municipal de 1881 que esta utilizou a quantia de um 1\$200 réis no “Enterro do cadáver de um desvalido”²⁴. Já nas

²³Fundo Correspondência expedida, Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, maço 268. Regulamento do Cemitério Público da Vila de São Sebastião do Caí. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Nota-se que havia uma maior preocupação com o isolamento dos cadáveres resultantes da epidemia, pois como se refere o artigo, não poderiam ser enterrados no cemitério, apesar de não termos informação de onde então o seriam, e a profundidade é bastante distinta do que era a regra para as sepulturas comuns. No caso de epidemias, as sepulturas teriam 12 palmos de profundidade, enquanto no caso das sepulturas comuns a profundidades seria de 7 palmos de profundidade para os adultos (1 metro e 54 centímetros) e seis palmos (1 metro e 32 centímetros) para párvulos. O capítulo 2, Artigo 21, §2º do Regulamento do Cemitério público da vila determinava como competência do zelador do cemitério, funcionário nomeado pela Câmara Municipal, o exame da profundidade das sepulturas conforme o determinado no próprio regulamento, assim como se a terra do enterramento ficava devidamente socada (§3º) e se as catacumbas e mausoléos ficavam perfeitamente fechados (§4º).

²⁴Tal informação estava constante sob o título de “Soccorros a indigentes”. Livro para Lançamento da Receita e Despesas da Câmara Municipal da Villa de São Sebastião do Cahy, 1876-1885. f.32. Museu Histórico Vale do Cahy.

despesas de 1883 a Câmara Municipal registrou o pagamento de 3\$000 réis a Carlos Witzel pelo sepultamento do “cadaver de um desvalido”.²⁵

Assim como sobre os demais locais, o cemitério também era um local no qual regras de higiene deveriam ser observadas, tarefa esta que não era só de competência da municipalidade mas também dos proprietários dos túmulos. O Capítulo 5º, Artigo 30 do regulamento do Cemitério público, determinava que “Os proprietários de túmulos, jazigos, etc, são obrigados a conservalos em bom estado e asseio”.²⁶

Por fim, vale observar, o Regulamento determinava, em seu artigo 34, que as normas previstas seriam também aplicadas para o cemitério público da freguesia de Santana do Rio dos Sinos e “para qualquer outro do município, que estiver nas mesmas condições”, reforçando assim a intenção da Câmara em regulamentar tudo que dizia respeito ao município como um todo, para além do termo da vila.

Conclusão

Buscamos demonstrar, através desta breve análise da legislação municipal e da ação do poder local acerca da saúde pública que: a) os anos finais do Império corresponderam a um período em que questões de saúde pública se tornaram centrais; b) que a preocupação com questões relacionadas à salubridade acompanharam o processo de organização do aparelho burocrático de um município recém-instalado, no caso, São Sebastião do Caí.

Referências Bibliográficas

BADDINI, Cássia Maria. Saúde Pública e Poder local: Sorocaba no século XIX. *Mneme Revista de Humanidades*, Caicó, RN, v. 7, n. 17, p. 31-48, ago./set. 2005. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/ed17/161.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2007.

FARIAS, Rosilene Gomes. As artes de curar o mal do Ganges no Brasil imperial. *História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos: anais do XXIV Simpósio Nacional de História; ANPUH*. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. 1 disco óptico.

FLECK, Eliane D.; KORNDÖRFER, Ana Paula. *Infância, violência urbana e saúde pública – Porto Alegre (1880-1920)*. Disponível em

²⁵Livro para Lançamento da Receita e Despesas da Câmara Municipal da Villa de São Sebastião do Cahy, 1876-1885. f.46. Museu Histórico Vale do Cahy.

²⁶Fundo Correspondência expedida, Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, maço 268. Regulamento do Cemitério Público da Vila de São Sebastião do Caí. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<http://www.tj.rs.gov.br/institu/memorial/RevistaJH/vol3n5/08-Eliane_Fleck.pdf>. Acesso em 27 ago. 2008.

MARTINY, Carina. *Fazer-se vila: São Sebastião do Caí (1875-1892)*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007. Monografia de Conclusão de Curso, Licenciatura em História.

MASSON, Alceu. *Caí* (Monografia). São Sebastião do Caí: Tipografia Caiense; Kusminsky e Ely, 1940. (Edição da Prefeitura Municipal de Caí).

WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense*. Santa Maria: Ed. Da UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

WINTER, Acosta Nikelen. *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2007. Tese de Doutorado.

Colônias de Férias: A formação do estudante ideal no Rio Grande do Sul (1938-1943)

*Frederico Brittes Nordin Garcia**

O desejo de aperfeiçoar o homem é tão velho quanto o próprio homem. Pode-se perceber ao longo da história diversos momentos onde através de uma série de artifícios buscou-se operar essa evolução. Ao observarmos o livro bíblico de Levítico, por exemplo, notamos inúmeras regras que dizem respeito a questões da ordem higiênica e ou da ordem sexual, como pontos referentes a impurezas nos homens e mulheres, animais aptos a servirem de alimentação entre outras. São regras praticadas e percebidas como leis dentre os Hebreus, que expressam a preocupação com a manutenção e a evolução do referido povo.

Dentro desse contexto, podemos citar, também, a civilização helênica, que se notabilizou por expurgar de seu convívio elementos considerados mal formados. Licurgo, em Esparta, mandava atirar ao Eurotas todos os recém nascidos raquíticos e fracos. Algo semelhante acontecia na civilização Romana, como demonstra a seguinte afirmação de Sêneca: “É preciso separar o que é bom do que não pode servir para nada”. Gestos que, segundo Paul Veyne, não demonstrava raiva, e, sim, razão (VEYNE, 1999).

Enfim, é possível observarmos entre praticamente todos os povos antigos regras, princípios e práticas que visavam a garantir não só a ordem vigente, mas a preservação e a continuidade de suas raças. Como afirma Pietra Diwan (DIWAN, 2007, p. 24): “Todos os períodos históricos têm exemplos nesse sentido”.

Todas essas noções forneceram os elementos básicos para a formulação daquilo que é concebido como eugenia moderna, “essa que com status de disciplina científica, objetivou implantar um método de seleção humana baseada em premissas biológicas” (DIWAN, 2007, p. 10).

A ciência eugênica através da obra de Francis Galton veio a consolidar-se enquanto um saber, servindo de base para diversas discussões teóricas e epistemológicas que ocorreram entre o final do século XIX e início do século XX, momento marcado por diversas mudanças na realidade social do velho continente.

* Mestrando do PPGH da Pucrs e bolsista do Cnpq

Segundo Otávio Domingues, médico eugenista paulista, a Eugenia é “a ciência que se propõe a estabelecer princípios e regras para a formação de proles sadias de corpo e sadias de espírito” (DOMINGUES, 1933, p. 27).

A eugenia, assim como as demais teorias de cunho biológico, surge como uma solução imediata em um tempo de muitos questionamentos, logo se difunde pelo meio médico-científico e não tarda a chegar ao Brasil. Já no início dos anos 1900, podemos encontrar um grande número de intelectuais brasileiros que, em função dos debates em torno da identidade brasileira, trazem uma forte presença do discurso eugênico higienista. Como afirma Renato Ortiz, “o pensamento brasileiro da época vai encontrar tais argumentos em duas noções particulares: o meio e a raça” (ORTIZ, 1985, p. 13).

Meio e raça surgem como norteadores dos debates de grande parte da *intelligentsia* nacional, do início do século XX. Nomes como Nina Rodrigues, Silvio Romero, Oliveira Vianna, Belizário Pena, Euclides da Cunha, entre outros, se fazem presentes, defendendo de uma maneira ou de outra o discurso eugenista sanitaria.

A escola como núcleo de eugenia

A escola, sob a ótica dos eugenistas brasileiros, fora percebida como um centro irradiador das práticas homogeneizadoras e higienizadoras. Através da atuação educativa, pretendia-se a elevação física e moral dos escolares. Dessa maneira, a partir de uma série de dispositivos, a escola se constitui como cenário de diversas realizações de cunho eugenista higienista: “Práticas voltadas à higiene dos escolares eram a simbiose perfeita da educação moral com a educação higiênica” (MARQUES, 1994, p. 107). Para grande parcela da intelectualidade da época que acreditava na regeneração através da eugenia colocava-se a necessidade de sua divulgação e propagação para além do espaço familiar, num outro espaço também homogeneizador, a escola (SOARES, 2001).

Na medida em que a *intelligentsia* nacional via a eugenia e o higienismo como fator preponderante naquilo que tange à questão da unidade e da identidade nacional, diversas práticas foram introduzidas no seio da sociedade com esse intuito. Essas práticas se incorporaram ao cotidiano das escolas brasileiras, no desejo de despertar a tão almejada “consciência sanitária”. Segundo Vera Regina Beltrão Marques, “a organização sanitária escolar, segundo os médicos, deveria dispor de médicos,

enfermeiras, dispensários, classes ao ar livre, **colônias de férias** (grifo meu) e cantinas” (MARQUES, 1994, p. 115).

Dentre os intelectuais que possuíam essa visão, destacamos Fernando de Azevedo. Azevedo, como os seus pares, acreditava na necessidade e na eficiência de medidas eugênicas, revelando uma preocupação pedagógica em traduzi-la para a sociedade. Dono de uma vasta obra dedicada à educação, Azevedo sugere uma série de medidas, que, segundo seu entendimento, seriam fundamentais para educação brasileira, muitas delas com uma forte presença do discurso eugênico sanitarista, englobando aspectos ligados à saúde física e à saúde moral (AZEVEDO, 1958, p. 178):

A higiene escolar, obra de profilaxia, antes de tudo, mais do que conhecimento de princípios e de regras é de fato “disciplina prática” que exercita a atividade e, por conseguinte, provoca o interesse, para tornar efetivas na realidade às formulas e os princípios.

No ano de 1929, durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, Azevedo sugeriu a adoção no Brasil dos *Camp Fires* americanos. O *Camp Fire* era uma instituição muito similar às Colônias de Férias, e que, como essas, enfatizava a prática de exercícios físicos. Segundo Azevedo, o *Camp Fire* (AZEVEDO, apud SOARES, 2001, p. 123):

tem como um de seus intuitos primaciais desenvolver, por meio da higiene e trabalho de campo, corpos sadios e bem trabalhados, nervos postos à prova para a realização de propósitos do amor e do papel bio-educativo que lhes esta destinado.

A criança, na perspectiva de muitos desses eugenistas, seria o “primeiro estágio da prática educacional cuja finalidade última seria atingir os padrões familiares” (COSTA, apud STEPHANOU, 1996, p. 63). Logo podemos perceber a sistematização de medidas visando a este objetivo, como fichamentos médicos dos escolares, a ação de enfermeiras ou visitadoras sanitárias, pelotões de saúde, entre outras, tornando o ambiente escolar um cenário em que se pode perceber com clareza esta tentativa de se formar um cidadão ideal, devidamente enquadrado e integrado no espírito da República.¹

Estado Novo e a Saúde Infante Estudantil

¹ Inúmeros foram os trabalhos desenvolvidos com o objetivo de analisar o papel “eugenista/higienista” da escola. Como, por exemplo, os trabalhos desenvolvidos por Maria Stephanou [1996, 1999], Vera Regina Beltrão Marques [1994], entre outros.

A década de 30 vai marcar a expansão capitalista no Brasil, representando a ascensão da burguesia urbana brasileira, suplantando as oligarquias rurais. De acordo com José Nilo Tavares, o Estado Novo surge como expressão dessa ascensão burguesa, estabelecendo uma relação entre sociedade civil e Estado (TAVARES, 1991, p. 74). Com o advento desse regime, veio à tona um projeto que visava integrar a nacionalidade brasileira como um todo, a fim de deter um “quadro desolador, de regionalismos desenfreados”, que estavam comprometendo a integridade nacional (SCHWARTZMAN, 1982, p. 21). Assim, vêm à tona diversas práticas que davam ênfase à constituição de uma nacionalidade coesa, integrada e, por que não dizer, homogeneizada, substituindo “a desordem generalizada” pela “ordem integral” (SCHWARTZMAN, 1982, p. 43).

O discurso eugênico higienista procurava de alguma maneira a melhoria da raça através da normatização de hábitos e condutas. Com isso, os regimes políticos de caráter totalitário e/ou autoritário desenvolveram uma relação muito próxima a esse discurso. Como o Estado Novo tinha como um de seus objetivos mais claros um projeto de nacionalização e de homogeneização da população brasileira, estabeleceu-se um momento propício para a adoção e a sistematização de práticas que, de alguma maneira, condicionassem a população ao ideal Estado-novista. Como afirma René Gertz, “para viabilizar o controle sobre corpos e mentes nada melhor do que a abolição do estado democrático de direito” (GERTZ, 2005, p. 110, 111).

Nessa perspectiva, se fazia necessário, dentro da ótica de Vargas e dos intelectuais que o cercavam, a formação e a imputação de uma série de condutas e valores para essa população. Logo, é visível a extrema preocupação com medidas relacionadas ao campo da saúde, pois, além de valores morais, o Estado Novo via a necessidade da constituição de indivíduos dotados fisicamente e com condições de levar adiante a nação e seu plano modernizador.

Seguindo esse pensamento, é possível notar que a saúde infanto-estudantil foi, sem dúvida, um dos pontos mais importantes no processo de formação desse cidadão brasileiro considerado ideal. De acordo com o David Ferreira de Paula, o Estado Novo “projetava fins políticos à infância a fim de compatibilizá-la com o roteiro de formação nacional” (PAULA, 1997, p. 171). Neste ponto, como em outros aspectos da saúde pública, é possível identificar medidas que traziam em seu bojo traços do discurso eugênico sanitarista.

Dentro desse quadro, a escola, assim como no início do século XX, assume um papel de extrema importância, sendo mais uma vez percebida enquanto um núcleo de formação e homogeneização. Dentre as práticas sistematizadas com esse intuito podemos destacar, por exemplo, a obrigatoriedade da educação física de caráter civil no ambiente escolar.

Conforme já referido, a saúde infanto estudantil foi um dos pontos mais enfatizados nas práticas adotadas pelo regime do Estado Novo. Isso se deve também ao fato de que a saúde, tanto em caráter nacional quanto em caráter estadual, esteve até certo momento sob responsabilidade da pasta da educação (HOCHMAN, apud GERTZ, 2005, p. 108). Logo, o Estado do Rio Grande do Sul também foi palco de inúmeras práticas médico escolares, estas inseridas nas políticas do Estado Novo.

Disciplinar moral e fisicamente a parcela jovem da população brasileira, esta era uma grande preocupação do regime estado-novista. Dessa maneira, podemos afirmar que a introdução das Colônias de Férias está inserida nas diversas práticas formuladas e organizadas com esse intuito. Mais precisamente, as colônias possuíam duas finalidades claras. Em um primeiro momento, a recuperação física e mental dos escolares, “as colônias de férias são escolas de revezamento e saúde, proporcionam à criança organismo e personalidade sadios, isto é, saúde fisiológica, mental, emotiva, moral e social” (REVISTA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA vol. III, número 9, 1945, p. 44).

Em um segundo momento, a manutenção das práticas desenvolvidas em âmbito escolar, ou seja, um melhor aproveitamento do período de férias. Esse fato fica mais claro ao analisarmos o artigo escrito pelo doutor Oliveira Melo, então diretor do serviço médico pedagógico do Instituto de Educação da então capital federal.

No citado artigo, cujo título é “O problema das férias escolares dirigidas”, Oliveira Melo enfatiza que o período de férias escolares deve também servir para a finalidade acima descrita, segundo ele (REVISTA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA, v. III. n. 10, 1945, p. 95):

O melhor aproveitamento pelos escolares, dos períodos destinados às férias, é preocupação permanente de todos que se interessam pelos problemas educativos. De modo geral, todas as crianças devem passar as férias em clima conveniente e submetidos a regime que lhes permita recuperar as energias gastas durante o ano letivo, em que obedecem geralmente a diretrizes mal fixadas, que lhes determinam carências orgânicas, com reflexos prejudiciais até no campo intelectual.

Colônias de Férias: o caso gaúcho

A presente pesquisa tem como objetivo a análise e a descrição de uma das medidas implantadas no Rio Grande do Sul dentro das práticas que visavam à saúde física e mental dos escolares, e que possuíam características da ciência eugênica. Especificamente, aborda a realização de Colônias de Férias desenvolvidas no estado gaúcho entre os anos de 1938 e 1943, colônias essas que, segundo Maria Helena Câmara Bastos, foram promovidas com um duplo objetivo, "o aperfeiçoamento físico, moral e mental da clientela escolar, bem como uma demonstração da efetiva nacionalização das comunidades estrangeiras" (BASTOS, 2005, p. 226).

Para a realização da pretendida análise, foram definidos dois grupos de fontes. Em primeiro lugar, o objeto de estudo é o conjunto composto por uma gama de documentos oficiais, como Relatórios da Secretaria da Saúde, Relatórios de Coelho de Souza², minutas da Secretaria de Educação e Saúde Pública entre outros. Em um segundo momento, a análise de uma série de artigos, notas e reportagens inseridos em periódicos como *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Revista do Globo*³ e a *Revista do Ensino*⁴.

Importante ressaltar que muitos desses artigos, tanto os que enfatizam as colônias quanto os que trazem temas relacionados, têm em sua autoria nomes ligados à sistematização das Colônias de Férias, como, por exemplo, o doutor Poli Marcelino Espírito, então dirigente do Serviço de Higiene Escolar e um dos nomes ligados à implementação de tal medida.

Neste momento, a referida pesquisa encontra-se em sua fase final, quando estamos desenvolvendo a parte escrita de nossa dissertação, o que nos permite trazer alguns resultados sobre as referidas colônias.

Segundo dados obtidos nos citados relatórios de Coelho de Souza, as Colônias de Férias financiadas pelo estado⁵, ocorreram no Rio Grande do Sul entre os anos de 1938 e 1943. Nesses cinco anos de existência, ocorreram 12 colônias, das quais participaram 791 alunos entre meninos e meninas. Além dessas informações, o referido relatório também traz dados que dizem respeito aos gastos com o funcionamento das

² J. P. Coelho de Souza então responsável pela pasta da Educação.

³ Com relação à *Revista do Globo*, está sendo consultada a seção destinada à Educação Física. Isso se deve ao fato de que as Colônias de Férias, ao menos no estado do Rio Grande do Sul, além de darem muita ênfase às atividades físicas, estavam sob supervisão do Departamento Estadual de Educação Física.

⁴ Esta última já bastante enfatizada no trabalho de Maria Helena Câmara Bastos [2005].

⁵ Já existiam colônias semelhantes de escolas particulares.

instituições⁶, locais, datas, e resultados no que tange a ganho de peso dos colonianos, bem como o período de duração de cada uma das colônias.

A primeira referência por nós observada a respeito das Colônias de Férias encontra-se em artigo publicado no periódico porto-alegrense *Correio do Povo*, do dia 9 de dezembro de 1939. De autoria do acima citado Poli Marcelino Espírito, o artigo tem como objetivo apresentar tal medida à sociedade. Nele são enfatizados pontos como os benefícios alcançados com as colônias, a origem dessas instituições e a instalação das primeiras instituições. Segundo observamos, as instalações ocorreriam em um primeiro momento na capital gaúcha e posteriormente na cidade litorânea de Torres e no município de Farroupilha, localizado na serra.

Já no dia 25 do mesmo mês, encontramos uma pequena reportagem destacando a instalação da primeira Colônia de Férias, que ocorreria no dia seguinte, 26 de dezembro. Com o título “Para o preparo físico da infância rio-grandense”, a reportagem destaca a “medida de elevado alcance e que muito virá influir na formação física e moral da infância rio-grandense” (*Correio do Povo*, 25/12/38, p. 10), além disso, enfatiza o programa de atividades que incluía instruções sobre alimentação, comportamento, natação, jogos e navegação.

Assim como a matéria referida anteriormente, esta destaca mais uma vez a previsão do funcionamento de quatro colônias. Porém, em matéria veiculada no dia primeiro de março de 1939, vemos que após o funcionamento das primeiras colônias elas tiveram suas instalações pretendidas de maneira permanente: “Tendo em vista a importância e utilidade das Colônias de Férias, cujos resultados foram os mais satisfatórios, pensa o governo amparar a organização permanente dessas colônias” (*Correio do Povo*, 1/03/39, p. 5). Com relação a esse ponto, observamos através da documentação analisada que pelo menos até o ano de 1943 as Colônias de Férias tiveram a sua ocorrência de maneira sistemática.

Naquilo que diz respeito à presença das Colônias de Férias nas páginas do referido periódico foi possível constatar que entre os meses de dezembro de 1938 e março de 1943 as colônias estiveram presentes em pelo menos dez matérias, entre artigos, notas e reportagens, nos fornecendo informações de grande valia para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

⁶ Com relação ao seu desenvolvimento e à sua implementação, o gasto total (das 12 colônias) foi de Cr\$ 145.392,10, com que o custo médio de cada participante foi de Cr\$ 183,80. Como uma referência para este valor, o salário mínimo, em 1942, era de Cr\$ 240,00 (<http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf>)

Dentre os diversos pontos que estão relacionados com o funcionamento das Colônias de Férias no Rio Grande do Sul, um dos que apresentam a maior importância diz respeito à seleção dos escolares que iriam participar das mesmas. Já no primeiro artigo referido Marcelino Espírito afirma “que será dada acolhida gratuita aos alunos pobres”, porém destaca a existência de partidários da idéia da cobrança de uma pequena quantia em dinheiro, para assim atender um maior número de alunos. Essa questão pode ser elucidada através de dois artigos posteriores. O primeiro nas páginas do *Correio do Povo* do dia 4 de janeiro de 1940, quando Marcelino Espírito enfatiza a **preferência por crianças sem condições de custear uma estação de veraneio** (grifo meu), a exclusão de portadores de moléstias contagiosas, vendo-se aí uma clara tentativa de proteção à coletividade. Já o segundo artigo de autoria do mesmo Marcelino Espírito tem sua veiculação na *Revista do Ensino* do mês de dezembro de 1940. Segundo ele, naquilo que tange à seleção dos escolares aptos a participar das colônias levava-se em consideração o critério médico obtido através dos fichamentos escolares. Com essa primeira instrução, o Serviço de Higiene Escolar elaborou um quadro para a melhor seleção desses escolares. Nesse quadro, eram os seguintes itens levados em consideração: nome do aluno, residência, sexo, cor, idade, grau de necessidade, observações.⁷ Outros são os fatores que iriam influenciar na seleção dos alunos aptos a compor as colônias de férias, **dentre eles a exclusão de alunos que pudessem custear uma estação de veraneio** (grifo meu), ficando aí clara a intenção de se atingir escolares oriundos das camadas mais humildes. Ponto importante nesta seleção era a avaliação de professores e diretores dos grupos escolares, que através do convívio diário teriam a capacidade suficiente para perceber a necessidade de cada aluno.

Colônia de Férias: Farroupilha

Na tentativa de melhor ilustrar o funcionamento das Colônias de Férias implantadas no estado do Rio Grande do Sul, trago dados referentes à realização de uma dessas Colônias de Férias, dados contidos em outro artigo publicado na já referida *Revista do Ensino*.

⁷ Com relação a esse último item, é interessante notar que ele é dedicado a observações que se julgavam ser de suma importância, como, por exemplo, a indicação de possíveis hábitos imorais da criança, como trato inconveniente com meninas, palavras obscenas entre outros.

Segundo informações contidas na revista, esta colônia ocorreu no município de Farroupilha, entre 19 de janeiro e 1º de fevereiro de 1941. Com escolares escolhidos pelo próprio doutor Poli Espírito, a Colônia teve em sua direção o tenente Max H. Hanke, da Brigada Militar, e membro do Departamento de Educação Física (aparecendo aí à influência militar na educação física), e como dietista a professora Joaquina Muniz Reis, nome que constantemente aparece relacionado à alimentação infanto-estudantil no Rio Grande do Sul.

Com relação à participação militar na Educação Física, sabemos que foram os militares que introduziram de maneira sistemática a educação física no Brasil e, segundo Celso Castro, com o Estado Novo temos o ápice do domínio militar sobre essa área (CASTRO, 1997, p. 67).⁸

Assim, foram selecionados em 24 grupos escolares da capital cerca de 65 alunos, todos meninos e com idades que variavam entre os 7 e 13 anos. O programa traçado segundo o doutor Gaspar Ochoa, autor do referido artigo, tinha como objetivo a saúde, a educação moral cívica e física.

Segundo o artigo do doutor Ochoa, durante o período de duração da Colônia, os escolares apresentaram um ganho de peso na proporção de 306 gramas na primeira semana e 1.044 gramas na segunda. Dentre os escolares participantes, apenas 4 não apresentaram um ganho de peso. Com relação ao programa de atividades, realizaram-se 7 excursões, 2 competições desportivas e 13 conferências sobre higiene, dietética e educação cívica. Não houve assistência religiosa, mas os escolares estavam liberados para assistirem à missa aos domingos.

Ao final do seu artigo, Gaspar Ochoa afirma que as Colônias se apresentavam como uma instituição altamente promissora entre os que de alguma maneira exerciam o comando sobre a educação e a saúde no nosso estado. Afirmação essa encontrada constantemente nas matérias que se referiam às Colônias de Férias, como o primeiro artigo citado publicado no *Correio do Povo* em 9 de dezembro de 1938, que afirmava que “é uma iniciativa de grande alcance em favor desses escolares, a qual vem dar execução entre nós, à prática de uma instituição já sancionada por longa experiência e que tende a cada vez mais a se difundir” (CORREIO DO POVO, 9/12/38, p. 5). Já as palavras de Coelho de Souza em seu relatório entregue a Cordeiro de Farias, interventor

⁸ Já se nota uma grande influência militar na educação física **civil** desde 1930, quando o então ministro do MES, Francisco Campos, ao reformar o ensino secundário, adota as normas e diretrizes do Centro Militar de Educação Física. Porém, com o autoritarismo vigente no Estado Novo, essa participação militar na educação física civil torna-se muito mais presente.

federal no Rio Grande do Sul, também deixam claro a opinião com relação às Colônias de férias, “o alcance social dessa iniciativa é evidente” (SOUZA, 1943).

Antes de finalizarmos esta pequena contribuição, consideramos importante salientar que ao longo de nossa pesquisa nos deparamos com materiais a respeito de casos de colônias de férias ocorridos em âmbito nacional. Logo, concluímos que abordar esses casos, e principalmente realizar uma comparação/conexão com os casos gaúchos, traria uma boa contribuição para o nosso trabalho.

Segundo Inezil Pena Marinho (MARINHO, 1945), em 16 de janeiro de 1939 o governo Fluminense inaugurou nas cidades de Cabo Frio e Vassouras duas colônias de férias. O primeiro exemplo, uma colônia marítima e com a idéia de uma duração efêmera, já que no ano seguinte era prevista a sua substituição pela Colônia do Sol, no também litorâneo município de Icaraí, fato posteriormente confirmado na obra de Marinho.

Já a segunda colônia, desenvolvida no município de Vassouras, foi uma colônia montanhosa, fato que reafirma a preferência pelo clima serrano e litorâneo. Infelizmente, até esse momento, não possuímos maiores informações a respeito desses casos, por isso nos restringimos a essas poucas informações. No mês de dezembro do mesmo ano de 1939, foi inaugurada em Santos, no estado de São Paulo, a colônia marítima infantil Álvaro Guião. Segundo informa Marinho, a Colônia possuía o objetivo de atender a crianças oriundas do interior paulista, e possuía capacidade para atender a 300 crianças. Ainda temos informações referentes à instalação de uma colônia no estado da Bahia.

Com relação ao estado da Bahia, Inezil Pena Marinho faz referência a uma tese apresentada no Primeiro Congresso Brasileiro de Saúde Escolar, realizado em São Paulo, em abril de 1941, por Gilberto Ubaldo da Silva, superintendente de Educação Física do estado baiano, cujo título era “As colônias de Férias e a restauração biológica dos débeis físicos”. Neste mesmo congresso, foi apresentado também um plano para a instalação de colônias escolares de autoria de José Clozel.

Com esses exemplos é possível concluir que a instalação de instituições como as colônias de férias, ou similares, pretendiam ter um caráter nacional ou pelo menos em grande parte do país. Pois além dos casos gaúchos, temos exemplos em São Paulo, na Bahia, no Rio de Janeiro. Além disso, não podemos descartar a ocorrência em outros estados, mas até o momento não foi possível comprová-lo.

Esses foram alguns pontos que julgamos de suma importância na tentativa de demonstrar, resumidamente, a trajetória percorrida nesta pesquisa até o presente momento. Trajetória que apesar de ainda não estar concluída nos permite algumas considerações, que tentamos apresentar aqui.

Referências Bibliográficas

- BASTOS, Maria Helena Câmara. *A Revista do Ensino no Rio Grande do Sul (1939-1942)*. O Novo e o Nacional em Revista. Pelotas: Editora Seiva, 2005.
- BONEMY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
- CASTRO, Celso. In Corpore Sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Revista Antropolítica*, Rio de Janeiro, UFF, n. 2, 1997.
- DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- DOMINGUES, Octavio. *Eugenia, Seus Propósitos, Suas Bases e Seus Meios*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.
- MARINHO, Inezil Pena. *Contribuição para a história da Educação Física no Brasil*. Rio de Janeiro: s.e. 1943.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: UNICAMP, 1994.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- PAULA, David Ferreira de. O Treinamento Físico da Criança Pobre no Estado Novo: A Experiência do Parque Infantil na Cidade de São Paulo. *Revista Pós-História*. Assis: UNESP, vol. 5, 1997.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato: Arquivo Gustavo Capanema*. Brasília: UnB, 1982.
- SILVA, José Luiz Werneck da et al. *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- SILVEIRA, Eder. *A Cura da Raça*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

STEPHANOU, Maria. Formar o cidadão física e moralmente: médicos, mestres e crianças na escola elementar. *Educação, subjetividade e poder*. Porto Alegre, vol. 3, n. 3 (jan./jun. 1996).

VEYNE, Paul. *Do império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 (História da Vida Privada, v. 1).

O espaço urbano e a dimensão sanitária e fitoterápica

Luisa Dalla Rosa

A cidade de Passo Fundo foi escolhida para análise deste trabalho, focalizando a questão da constituição do espaço urbano como um todo e também no enfrentamento da situação apresentada neste contexto de início do século XX, bem como a dimensão sanitária e terapêutica no processo de saúde e doença.

O espaço urbano, agente regulador e mantenedor de uma série de pressupostos para a vida social, configura na cidade a localização das disputas políticas, dos jogos de poder, das definições sociais dos grupos divergentes. É o espaço urbano do início do século em Passo Fundo que relacionaremos com a prática social de seus agentes, os médicos, os administradores municipais, os políticos, a elite local, traçando rumos e projetos a serem defendidos e concretizados. A constituição dos agentes que produzem e consomem espaço é significativa para a compreensão do processo histórico, possibilitando entender como este espaço foi produzido, como foi elaborado, quais as circunstâncias que aconteceram para sua consagração enquanto cenário integrante da trama histórica.

Analisando a relação entre a organização do espaço urbano com o saneamento e a salubridade, percebemos que foram necessárias algumas medidas para definir um redimensionamento do espaço urbano, pensadas por diversos segmentos e entidades sociais. Os médicos, neste contexto salientavam-se como profissionais responsáveis por essa orientação, bem como os engenheiros, que tinham como função o planejamento dos projetos pensados e embargados, bem como, também tinham uma influência significativa, o conjunto dos representantes políticos e do estado. A situação do crescimento desordenado, sem condições básicas de infra-estrutura era algo que levava esse conjunto de profissionais a tomarem medidas de profilaxia.

Um exemplo disso em Passo Fundo foi a mudança do cemitério público da região central, ao lado da Igreja Matriz, que se tornou catedral, para o bairro Vera Cruz, o que ocorreu por volta de 1900-1902, na administração de Gervásio Lucas Annes. O início da construção do primeiro matadouro municipal, que se deu por volta de 1911, também mereceu atenção da administração local, sendo submetido à fiscalização para controle de seus serviços.¹

¹ GUEM, Op. cit., v.2, p. 119 e v.3. p. 62 e 78.

Os médicos viam os enterros nas igrejas por uma ótica radicalmente diferente da que vimos até aqui. Para eles a decomposição de cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e epidemias. Os mortos representavam um sério problema de saúde pública. Os velórios, os cortejos fúnebres e outros usos funerários seriam foco de doenças e epidemias só mantidos pela resistência de uma mentalidade atrasada e supersticiosa, que não combinava com os ideais civilizatórios da nação que se formava. Uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extra-muros.²

Esses espaços eram lugares que possibilitavam a emanção de fatores pútridos e que precisavam, por isso, estarem localizados nas zonas periféricas da cidade. É perceptível nas palavras de Gervásio Lucas Annes essa preocupação: “O serviço fúnebre está exigindo a aquisição de um carro para o transporte de cadáveres, não só devido a distância do cemitério e ao número de sepultamentos, que já se fazem, como também para melhor observância dos preceitos higiênicos.”³

O engenheiro Saturnino Rodrigues de Brito destacou-se no cenário brasileiro e no Rio Grande do Sul por seus estudos na área de engenharia sanitária e de saneamento. Realizando diversos estudos em cidades brasileiras, ele observou os problemas graves que elas apresentavam, como as águas servidas, que já tinham sido utilizadas e que corriam pelas sarjetas, a falta de luminosidade nas casas, os amontoamentos nas ruas estreitas. Ainda, enfatizou a forma e como deviam ser encarados esses problemas em um de seus discursos:⁴ “O fato é que já se cuida das cidades como se cuida dos indivíduos: os princípios fundamentais são os mesmos, - os higiênicos; a sua aplicação deve começar desde a aldeia, para o organismo “cidade”, como deve começar desde a infância para o organismo ‘homem’”.⁵ E segue o engenheiro:

Hoje, 1917, os administradores inteligentes e previdentes, como o são os das cidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, para só citar as principais, estão prudentemente impondo aos seus concidadãos os

² REIS, p. 247.

³ Mensagem apresentada ao Conselho Municipal, pelo intendente coronel Gervásio Lucas Annes, em reunião ordinária de 1º nov. 1910, p. 4-5. Oficinas Typográficas d’o Gaúcho.

⁴ SOUZA, Op. cit., p. 138-139. Saturnino de Brito elaborou um plano para o saneamento da cidade de Passo Fundo em 1919, que foi orçado em dois mil contos de réis.

⁵ Idem, p. 138.

programas de melhoramentos; mas quem conheça o caráter deste povo, mesmo sem conhecer o Estado, prevê que amanhã será o próprio povo a exigir que acelerem as obras públicas, que satisfaçam as suas aspirações de ordem e progresso porque não lhes faltará o justo apoio contemporâneo e o merecido reconhecimento do porvir.⁶

Entre as décadas de 1910 e 1920, aconteceram fatos significativos, como a construção de sobrados e palacetes na região central da cidade, de sarjetas nas ruas, com o embelezamento da cidade com a troca de postes de iluminação e melhoramento das praças, a construção de prédios para as casas de comércio, os hospitais, a instalação de linha de telefone.

Também se esboçava a preocupação com o sistema hidráulico e de esgotos uma vez que o crescimento da cidade provocava um desordenamento no espaço urbano. Em 1919, no governo do tenente-coronel Pedro Lopes de Oliveira, Saturnino de Brito elaborou um plano para o saneamento da cidade de Passo Fundo, cujo orçamento chegou a dois mil contos de réis, cifra essa entendida como um vultoso empreendimento; como consequência, houve o engavetamento do mesmo.⁷

A proximidade dos poços de água com os resíduos fecais colocava-se como um problema nocivo para o saneamento da cidade, perceptível e mencionado em diversos períodos e que, ainda na atualidade, aparece como um problema não resolvido em muitos pontos da cidade de Passo Fundo. Colhemos alguns fragmentos de relatos sobre esse assunto: “Já a esse respeito escrevíamos em 1922: “É sabido que um grande número de moléstias infecciosas, como por exemplo, a febre tifóide, a disenteria, fazem da água o seu melhor conduto de contágio”.⁸

O relatório municipal que trata sobre Higiene e Assistência Pública esboça um panorama das doenças que se apresentavam como o maior perigo para a população, fazendo uma comparação entre a tuberculose e as infecções intestinais, que se responsabilizavam pelo altos índices de morte entre a população passo-fundense: “Os

⁶ Idem.

⁷ Jornal *O Nacional*, em 2 jan. 1926, p.1. Publicação do Relatório da intendência, sob o título de “Administração municipal III – Higiene e Assistência Públicas”. Alguns dados biográficos do tenente-coronel Pedro Lopes de Oliveira: foi conselheiro municipal no período de 1891-1895 e 1896-1900; foi eleito intendente para o período de 1900-1904, renunciando em junho de 1904, quando o vice-intendente Afonso Caetano de Souza assumiu; foi reeleito em 1904-1908, tendo como vice-intendente o coronel Gervásio Lucas Annes; em 1912-1916, tendo como vice-intendente o coronel Gervásio Lucas Annes e sua última reeleição, no período de 1916-1920, tendo como vice-intendente, novamente, o coronel Gervásio Lucas Annes, que veio a falecer em 1917, sendo substituído por Eduardo Manoel de Araújo. Conforme OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. Op. cit., p.331.

⁸ Idem, Jornal *O Nacional*, 2 jan. 1926, p.1.

resíduos fecais, de todos os resíduos são os mais perigosos e nocivos, a facilidade do contágio úmido com os poços, constitui um perigo permanente à saúde pública, cujas conseqüências desastrosas já se fazem sentir e tender a aumentar. Esgotos e hidrantes: eis o remédio”.⁹ Esses melhoramentos, portanto, possibilitariam evitar a propagação e o crescimento de agentes transmissores, como os insetos, sobretudo os mosquitos.

No que concerne à utilização de poços e extração de águas subterrâneas, um dos únicos meios explorados para a obtenção de água, era essa uma preocupação dos profissionais atuantes na cidade de Passo Fundo não só da área médica, mas também daqueles que estavam planejando a cidade e o seu desenvolvimento. Isso se revela numa série de artigos que Ludovico Della Múa publicou no jornal local: “Os poços revestidos de paredes de tijolos são certamente os mais comuns e aos quais com maior freqüência, seja pela construção, seja pela localização, se devem atribuir os mais graves acidentes infectivos”.¹⁰ Segue o autor com algumas observações: “As epidemias, tanto a febre tifóide como cólera, originadas nas vizinhanças dos poços contaminados são numerosíssimas e por isso, no máximo interesse da salubridade pública, à localização dos poços deve presidir a mais rigorosa cautela, sendo de absoluta necessidade trazê-los sempre em completa limpeza”.¹¹

Ainda sobre as águas subterrâneas, Della Múa dizia que: “O subsolo da área ocupada pela cidade está em parte - e o restante o estará também contaminado pela sua aproximação das habitações, privadas, mictórios, estrebarias, águas servidas e pela pouca profundidade da camada hídrica, é de temer-se que a esta cheguem os líquidos impuros”.¹²

A necessidade da existência de água encanada e esgotos era algo presente e constante em Passo Fundo, revelada no artigo transcrito, onde encontramos uma observação detalhada sobre os materiais com que se construíam poços e sua localização, os hábitos de vida, a higiene, e o subsolo. É importante salientar que, para qualquer projeto público, faz-se necessário o envolvimento da administração municipal, com o estabelecimento de políticas administrativas. Nesse sentido a comparação com outros municípios se fazia presente: “Passo Fundo já se acha na altura de possuir água

⁹ Idem.

¹⁰ *Jornal O Nacional*, 31 out. 1925 p.1. Artigo sobre as águas subterrâneas – poços, de Ludovico Della Múa, advogado local, integrante-membro das diretorias do Hospital São Vicente de Paulo. Encontrado no AHR da UPF.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

encanada e esgotos. Não devemos ser pessimistas e julgar esta cidade inferior à de Cachoeira que já tem esse melhoramento e à de Caxias onde breve lhe vão dar início”.¹³

Constatamos a preocupação com a salubridade das construções das casas locais, também em outro artigo: “O viajante que chega a esta cidade e penetra no seu coração fica realmente muito bem impressionado com algumas boas edificações, que nela vê, mas, nota que a maioria é mal construída no arcaico sistema lusitano, sem ar e sem luz, contendo no seu seio a grande família, o que não está condizendo com a salubridade pública”.¹⁴

Eram esses os problemas que apresentavam as casas: “É de conhecimento banal a insalubridade dos domicílios úmidos, tão férteis em reumatismos, em bronquites e afecções seruphlosas, pois devem, eles isso ao solo em que repousam assim como a ausência ou à influência de materiais destinados a impedir que essa umidade passe gradualmente através da própria construção”.¹⁵

Em 1930, Osvaldo Aranha, então secretário de Estado dos Negócios Interiores e Exteriores do estado do Rio Grande do Sul, na gestão do governo de Getúlio Vargas, a cidade foi por ele elogiada pelas suas novas e modernas construções, contudo demonstrou preocupação com relação ao saneamento urbano.

As medidas preventivas e saneadoras da saúde eram preocupações que apareceram no contexto do século XIX no Brasil, como resultado da ação de médicos, intelectuais e, posteriormente, pela ação estatal. Foram então veiculadas importantes informações sobre as formas de transmissão de doenças, controle e tratamento de moléstias que existiam na época. Era necessário resolver problemas com doenças epidêmicas, que delineavam um quadro de mortalidade e morbidade e se dividiam em dois critérios: de caráter pestilencial, como é o caso da febre amarela, varíola, cólera e peste bubônica, e de caráter infeccioso e parasitário, envolvendo doenças como a tuberculose, a lepra e a febre tifóide, que requeriam uma atenção emergencial por parte do Estado brasileiro.

A medicina do século XIX esteve relacionada diretamente com a questão do planejamento urbano. Mesmo que, nesse período, esse tenha sido realizado de forma

¹³ Idem.

¹⁴ Artigo sobre a “Salubridade das Casas”, assinado por Oliveira Mesquita, no jornal *O Nacional*, 21 out. 1925, p. 1.

¹⁵ Idem.

rudimentar, não podemos ignorar a existência de uma pesquisa exaustiva sobre o meio urbano, utilizando noções de topografia, estatística, demografia, geografia etc.¹⁶

É interessante observar que, concomitantemente à regulamentação do exercício do saber médico institucionalizado, houve a preocupação com a modificação de hábitos de higiene e a moralização da população. Tornou-se, pois, comum na época circular entre os governantes alguns discursos imbuídos da idéia de que um país chegaria à civilização se estivesse saneado, higienizado: “Em primeiro lugar, está presente a idéia de que existe um “caminho da civilização”, isto é, um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” que teria validade para qualquer “povo”, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio”.¹⁷

A teoria miasmática influenciou o pensamento médico desde o século XVIII, quando se acreditava que os miasmas eram substâncias acrescidas ao ar, que exalavam odores pútridos e causavam doenças.¹⁸ Assim, se o espaço urbano estivesse limpo e higienizado, não ofereceria condições para que as doenças se propagassem. Os miasmas eram discutidos e divulgados em teses médicas como tendo suas origens de fontes vegetais e animais, sendo estas últimas as mais comuns e usuais.¹⁹

Nesse sentido, temos presente nos relatórios da Intendência uma preocupação com a situação da saúde local e, também, com a criação de órgãos competentes para a fiscalização e controle. Isso demonstrava um quadro de otimização e de normalidade, conforme identificamos: “Nenhum caso de epidemia alterou as condições de salubridade, positivamente boas de nosso município, que justamente deve continuar a gozar a crédito de lugar eminentemente sadio”.²⁰

¹⁶ TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. Op. cit., p. 92-93.

¹⁷ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril – cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 35.

¹⁸ ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994. p. 211. O autor registra a teoria dos miasmas, que seriam surtos epidêmicos de doenças infecciosas causados pelo estado da atmosfera, defendido com muita ênfase por Edwin Chadwich, considerado o pai da Saúde Pública, e Southwood Smith. As condições sanitárias criavam um estado atmosférico. Uma segunda teoria que se coloca é a teoria dos contágios, que seriam as únicas causas de infecções e de doenças epidêmicas, e, ainda uma terceira posição, que seria a conciliação das teorias miasmáticas com as contagiosas. Nessa, mesmo admitindo serem as doenças infecciosas os agentes contagiantes, esses agiriam em conjunção com outros elementos, como o estado da atmosfera, condições do solo e fatores sociais.

¹⁹ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 248-254.

²⁰ Mensagem do coronel Pedro Lopes de Oliveira, intendente do município no período de setembro de 1913. Consta nas atas dos relatórios anuais da Intendência que estão no AHR da UPF.

Esses aspectos relacionados à questão da salubridade no município nos levam ao entendimento da necessidade que havia na época de valorização do espaço, enaltecendo a região, seu clima, relevo, água. Inclusive, percebemos nesse relatório a preocupação em preservar as matas para que as águas se mantivessem em seu estado de pureza original. A água e o ar eram elementos que deveriam ser preservados, pois, seguindo a teoria miasmática, as doenças eram transmitidas por gases ou fatores pútridos oriundos de animais ou plantas em decomposição, os quais contaminariam e propagariam doenças.

A ideologia da higiene mostrou-se com um significativo poder sobre alguns setores da sociedade, interferindo até mesmo no pacto liberal da propriedade privada, quando, no Rio de Janeiro, do início do século, instruíram comissões sanitárias a fecharem os cortiços da região central dessa capital. Isso gerou uma contradição na manutenção da ordem capitalista uma vez que as pessoas que habitavam os cortiços tinham permissão e direito de posse e, sendo destituídas desses direitos, viam-se ameaçadas pelo próprio Estado, que era garantidor da propriedade privada:²¹ “Em suma, os higienistas imaginavam que sua ciência pairasse acima dos homens e para além da moral e da política; por enquanto, todavia, ainda não haviam conseguido transformar as instituições num emaranhado de casuísmos”.²²

Desde o século XVI, o conceito “polícia médica”, *polizey*, era utilizado por autores alemães para designar a prática de administração da saúde de um Estado. Na época, os Estados alemães adotaram-na como forma de ação governamental de saúde, que se preocupava com diversos fatores, tais como: a manutenção e supervisão de parteiras, o cuidado dispensado aos órfãos, a designação de médicos e cirurgiões, a proteção contra a peste e outras moléstias contagiosas, o uso excessivo de tabaco e de bebidas alcoólicas, a inspeção dos alimentos e da água, as medidas de limpeza e drenagem das ruas, a manutenção de hospitais e a assistência aos pobres.²³

Essa foi uma das primeiras iniciativas que se consubstanciou em uma nova maneira de fazer e pensar a saúde, a higiene, o saneamento básico, enfim, a medicina preventiva, trazendo consigo o Estado como agente regulador e não mais deixando a questão da saúde alheia às políticas públicas.

²¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril – cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p.45–46.

²² Idem.

²³ BRAGA, José Carlos de Souza; PAULA, Sérgio Góes de. Op. cit., p.6

A classe médica não conhecia a eficácia das medidas adotadas por Oswaldo Cruz, havendo, assim, uma oposição desse grupo frente a essas idéias, pois havia a crença no contágio direto, desconhecendo-se o papel do mosquito na transmissão do agente etiológico da doença.²⁴

Além disso, surgiu um movimento liderado por grupo de positivistas que acusava a “higiene oficial” de despótica, de arrancar os filhos `as mães para lança-los em horríveis hospitais, de devassar a propriedade alheia com interdições, desinfecções e outras medidas, da derrubada maciça das casas dos bairros pobres, de arrombamento de casas para nelas entrarem à força.²⁵

A questão da erradicação de moléstias, da organização e profilaxia do meio ambiente já fazia parte dos projetos de saúde pública, sendo enfatizado ao longo da consolidação do capitalismo e de todo o processo industrial originado deste sistema.

A qualidade de vida das populações que viviam na zona rural era péssima em virtude das enfermidades de caráter endêmico, como a doença de Chagas, a malária, a tuberculose, os parasitas intestinais, aliando-se a esse quadro a subnutrição e o alcoolismo.²⁶

A frase do médico Miguel Pereira, em 1916, "o Brasil é um imenso hospital" ficou célebre, repercutindo na forma de amplos debates públicos, pois esse grupo de intelectuais, médicos higienistas e sanitaristas, escritores, jornalistas entendiam que somente com a intervenção estatal poderiam ser colocadas em prática as políticas de saneamento e melhoria das condições de vida das populações.²⁷

Havia o entendimento de que as doenças eram a grande causa da pobreza no Brasil, o que é retratado no personagem *Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato, identifica um tipo brasileiro fraco e desanimado, incapaz de proporcionar o tão esperado progresso para a sociedade.²⁸ Monteiro Lobato entendia que, resolvendo os problemas da saúde

²⁴ SINGER, Paul. Op. cit., p.109 A transmissão do agente etiológico da doença refere-se ao caráter de origem da doença, pois etiologia é um ramo da medicina que trata da origem da doença.

²⁵ Idem.

²⁶ BERTOLLI FILHO, Claudio. *História da saúde pública no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 21

²⁷ SCLiar, Op. cit., p. 230-231. Essa frase foi pronunciada em homenagem a Carlos Chagas, em 1916, em decorrência dos trabalhos realizados em torno do saneamento, pela equipe comandada por Oswaldo Cruz, da qual o médico homenageado fazia parte. Nessa frase, Miguel Pereira previu involuntariamente aquilo em que o Brasil se transformaria: uma complexa rede de hospitais, centralizando todo o trabalho da área da saúde nessa instituição, deslocando, assim, para um segundo plano aquilo que ele se preocuparia como o de maior importância: a preocupação com as ações preventivas.

²⁸ Segundo o texto de FILHO, Aluizio Alves. A identidade do Jeca Tatu – Monteiro Lobato e a questão da saúde pública no Brasil. In: Saúde, Sexo e Educação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Medicina de

pública, resolver-se-iam todos os problemas do país, que sairia *vitalizado*. Mas era preciso, primeiramente, “convencer” o país de sua doença. Em uma de suas frases do panfleto do Biotônico Fontoura, Lobato dizia: “Um país não vale pelo tamanho, nem pela quantidade de habitantes. Vale pelo trabalho que realiza e pela qualidade de sua gente. Ter saúde é a grande qualidade de um povo”.²⁹

É perceptível um duplo entendimento da construção da identidade do *Jeca Tatu*: por um lado, há a caracterização de um sujeito indolente e preguiçoso, aproximando-se, dessa forma, do pensamento oligárquico conservador; de outro, é uma vítima negligenciada nas questões estatais, sendo lembrado somente em situações específicas, mas colocado à margem do processo. Dessa forma, Monteiro Lobato deixou sua contribuição ao apoiar o movimento pró-saneamento.

Os integrantes da campanha pelo saneamento entendiam que o principal obstáculo ao desenvolvimento nacional eram as doenças, tendo como um problema maior as endemias rurais, o que evidenciava um abandono das populações do interior.³⁰ O entendimento que se tinha era que *redimir o Brasil seria saneá-lo*.

Por outro lado, sob o ângulo de estudo de alguns intelectuais da época, que se baseavam nos princípios eugenistas, entendia-se que a composição racial era a origem dos males brasileiros; logo, a baixa produtividade e as doenças endêmicas eram decorrentes desse processo:³¹ “Acreditavam os eugenistas que pouco poderia ser feito pelos doentes e pela saúde pública nacional, a não ser esperar o desaparecimento dos “híbridos raciais” e dos grupos humanos considerados “biologicamente inferiores”, entre os quais se incluíam os negros e os indígenas.”³²

Reabilitação. ano VI, n 13, jan/jun, 1998. p. 42-48. Demonstra que Monteiro Lobato, ao criar o *Jeca Tatu*, tinha por idéia realizar uma crítica aos desocupados que tinham invadido suas terras e provocado queimadas, causando-lhe grandes prejuízos, mandando, então, uma carta à seção de Queixas e Reclamações, em 1914 do jornal *O Estado de São Paulo*. A carta foi publicada como matéria assinada como “Velha Praga” em 11/11/1914; mais tarde, seria incorporada ao livro *Urupês*, em 1914. *Jeca tatu* é descrito como um atávico caboclo de barba rala, seminômade, sempre na posição de cócoras, inadaptável à civilização e vivendo às suas margens, não possuindo nenhum conhecimento dos grandes acontecimentos nacionais, como a independência, a abolição, a República. Também em BERTOLLI FILHO, Op. cit., p. 22, em que se encontra um trecho do texto “Problema vital”, em que Monteiro Lobato menciona, didaticamente, a *Ressurreição do Jeca*. Esse foi editado durante anos como folheto de propaganda do Biotônico Fontoura, elixir de fortalecimento do Laboratório Cândido Fontoura.

²⁹ FILHO, Aluizio Alves. Op. cit., p.47.

³⁰ Segundo ROSEN, Op. cit., p. 37, conforme o tratado grego *Ares, águas e lugares*, a definição para doenças endêmicas seriam doenças que têm um caráter contínuo nas populações; epidêmicas, seriam as doenças, que não eram tão freqüentes, mas que, por vezes, aumentava seus coeficientes enormemente.

³¹ BERTOLLI FILHO, Op. cit. p.23.

³² Idem, BERTOLLI FILHO. p. 23.

As respostas e a solução aos problemas não eram apresentados, queria-se, sim, eliminá-los, o que pressupunha a exclusão de grupos julgados como inferiores, o que é perceptível com uma certa sutileza em discursos e práticas até a atualidade.

Em 1920, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública, órgão que, sob a direção de Carlos Chagas, reorganizou os serviços sanitários do país, ampliando a todo o território nacional a competência da União na promoção e regulação desses serviços e ofereceu um crédito especial à campanha de saneamento.

No tocante ao município em foco neste estudo percebemos, nos relatórios da Assistência Pública da Intendência Municipal apresentados anualmente algumas preocupações no que diz respeito à descrição das doenças e dos problemas que o afligiam e também as justificativas criadas para mostrar que a realidade dos números de morte não era tão grave se comparada a outras situações. As alterações climáticas seriam responsáveis pela propagação de doenças, sendo colocada nelas a responsabilidade. Contudo, se considerado que, mesmo em lugares que são considerados os de melhor clima do mundo, as doenças se manifestam, isso se configura como uma justificativa, não como uma responsabilização dos quadros de doenças apresentados e da qualidade de vida proporcionada aos habitantes daquela localidade. A referência de “lugar eminentemente sadio” é constantemente valorizada nos relatórios da Assistência Pública do município. Em outras situações também foi percebido essa valorização: “Passo Fundo desfrutou sempre do título de cidade salubérrima”.³³

Nos relatórios da Assistência Pública que datam de 1907, constatamos a necessidade que havia do registro das doenças e, também, de sua descrição, bem como a relação existente da Intendência com uma divisão, que ficava hierarquicamente acima que era a Divisão de Higiene do Estado. Havia entre essas trocas de informações a respeito de doenças que estavam *grassando* nos municípios da província, razão pela qual esta enviava instruções e medicamentos.³⁴

Entre essas providências, adquiriu na Diretoria da Higiene, em Porto Alegre, 150 tubos de lymphá vaccínica e os distribuiu a fim de serem utilizados pela população aos senhores drs. Nicolau de Araújo Vergueiro e Roberto da Cunha e Silva, Romão Lopes da Rosa, Gezerino Lucas Annes, Antônio Manoel Caminha, Arnaldo Luiz Hofmann e Oscar Pinto de

³³ Jornal *O Nacional*, 22 ago. 1928, p.1, sob o título Hospital São Vicente de Paulo, parte III, assinado pelas iniciais O . R.

³⁴ O vocábulo *grassando* está presente no título da dissertação por ser uma palavra utilizada nos relatórios da Assistência e Saúde Pública da Intendência, significando desenvolvimento, propagação, etc.

Moraes, os quais nesse serviço prestaram relevante concurso à municipalidade.³⁵

Essa medida profilática realizada pela Intendência em 1907 foi tomada para combater um surto de varicela que grassara na cidade e que exigia de profissionais habilitados a aplicar injeções na população local.

Nos momentos iniciais do século XX, na década de 1910, coincidindo com a criação dos hospitais em Passo Fundo, percebemos algumas situações específicas surgidas a partir do aparecimento de doenças como a tuberculose e gripe espanhola. Por volta de 1910-1915, houve uma incidência significativa da tuberculose, acompanhada de outras doenças, como a difteria, pneumonia, varicela, varíola, febre tifóide, entre outras.³⁶

A tuberculose, doença de caráter grave, transmitida pelo ar, altamente contagiosa, exigia a separação do doente do convívio social: eram roupas, talheres, camas, quartos específicos para cada doente.³⁷ O “mal do século”, como era chamada a doença, estava associado a uma morte precoce, cujo diagnóstico equivalia a uma condenação. Houve, até, uma íntima relação com a literatura, na medida em que poetas românticos acometidos pelo mal expressavam em seus poemas as conseqüências da doença.³⁸

Naquele período, estavam ligadas à tuberculose representações aparentemente opostas, tais como: a de uma visão romântica da doença – do amor transformado e da degeneração do indivíduo –, a doença do mal social; da fraqueza ou consunção, a tísica, a peste branca. Algumas destas

³⁵Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente coronel Pedro Lopes de Oliveira em reunião de 1º nov, 1908, p. 4-5, Oficinas Typográficas d’o Gaúcho.

³⁶Os dados das doenças e os relatórios de Saúde Pública da Intendência estão no Arquivo Histórico Regional (AHR) da Universidade de Passo Fundo (UPF), sendo mencionados os coeficientes e a descrição das doenças e mortes.

³⁷O microorganismo causador da tuberculose é o bacilo de Koch, cientificamente chamado *microbacterium tuberculosis*, que pode atingir todos os órgãos do corpo, em especial os pulmões. Com o passar do tempo e sem tratamento, o avanço da doença começa a provocar sintomas mais graves. A doença é descrita em todos os seus passos: primeiramente, são pequenas lesões; os bacilos cavam as chamadas cavernas tuberculosas, *grosso modo* são os buracos que estão localizados nos pulmões, que costumam inflamar com frequência e sangrar. A tosse, nesse caso, não é seca, mas com pus e sangue; é a chamada *hemoptise*, que seria a eliminação pela boca de sangue de origem pulmonar. Após um período de 15 dias, os bacilos passam a se multiplicar facilmente nos pulmões, pois ainda não há proteção natural do organismo contra a doença. Se o sistema de defesa não conseguir encurralar o bacilo, instala-se a tuberculose primária, caracterizada por pequenas lesões (nódulos) nos pulmões.

³⁸SCLIAR, Moacyr. Op. cit., p.236-237. Manuel Bandeira intitulou um poema tratando dessa temática, “Pneumotórax”, em que fala de sua experiência pessoal. Esse era um dos procedimentos que consistia em injetar ar na cavidade pleural com o que o pulmão murchava.

representações, no Brasil, decorriam da influência da chegada dos imigrantes. Em países europeus, a imagem de um “tuberculoso” estava associada à idéia de sensibilidade às artes, ao amor, ao refinamento dos sentimentos e passou a ser, no século XIX, uma forma valorizada de estética.³⁹

Outra idéia difundida seria associá-la ao mal social, à degeneração do indivíduo, uma vez que era sua culpa adoecer por consequência de seus “maus hábitos”, que eram as péssimas condições de moradia, higiene e trabalho, tidos como perigosos.⁴⁰ Em Passo Fundo, a tuberculose preocupava as autoridades, aparecendo em diversos relatórios durante vários anos, alguns consecutivos, outros espaçados, porém com um número de casos que continuou crescente de 1910 até 1930. Vejamos, ilustrativamente, essa passagem: “Como repetidas vezes vos tenho falado, continua progredindo muito e devastando sempre a temida tuberculose pulmonar; todos os recantos da cidade apresentam casos e mesmo alguns distritos foram já infestados”.⁴¹

Em vista do exposto, sugere-se no documento:

Tenho tratado através das colunas do “O Gaúcho”, apreciada folha local, de instruir o povo sobre os meios mais práticos de reagir contra a perigosa enfermidade, porém julgo indispensável para conseguir-se um resultado seguro, que a municipalidade ponha sobre seus ombros a nobre tarefa de auxiliá-lo intensamente. Somente assim poderemos colher proveitos porquanto a população só se lembra de agir quando atacado visivelmente pelo mal.⁴²

A situação real era esta, segundo a autoridade: “No quadro que vai junto, foram poucos os atestados passados por tuberculose, mas, vos garanto que nos óbitos sem assistência médica eles ocupam grande número, pois, várias pessoas de mim conhecidas que faleceram por tuberculose, fugiram ao conhecimento dos registros municipais”.⁴³

Em 1927, num artigo sobre a situação da tuberculose no Rio de Janeiro, foi noticiada a seguinte estatística: “A *Noite*, folha diária que se publica na Capital da

³⁹ GONÇALVES, Helen. A tuberculose ao longo dos tempos. *História, ciências e saúde*: Manguinhos. v.7, n.2 (jul-out 2000). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2000. p. 307

⁴⁰ Idem, p. 307-308 e 310.

⁴¹ Relatório remetido para o coronel Pedro Lopes de Oliveira, intendente municipal, em 20 de outubro de 1915, sendo o remetente Fernando de Carvalho, médico municipal no período.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

República, em campanha que vem fazendo em favor da saúde pública, declara em um dos seus últimos números que na capital da Republica morrem duas pessoas por hora, vitimadas pela tuberculose”.⁴⁴

A preocupação presente no cotidiano dessa época era com a profilaxia para o tratamento das doenças e, mesmo, com as possibilidades de cura. Com esse objetivo, remédios eram lançados e divulgados, sendo utilizados, para isso, os mais diferentes meios, como veiculação de notas em jornais, visitas de fiscais e médicos às moradias, distribuição de panfletos informativos, promoção de debates nas sociedades de medicina e também medidas de organização do espaço público urbano.

⁴⁴ Jornal *O Nacional*, 5 mar. 1927, p.2, sob o título “A tuberculose no Rio”.

Um interrogatório para saber notícias a respeito do destino dos presidiários emigrados de Mecklenburg: morte e doença no Rio de Janeiro (1824-1828)

Miquéias Henrique Mugge¹

Desde 1808, ano da chegada da Corte portuguesa na colônia americana, temos, de fato, uma política de estabelecimento de colônias agrícolas no território brasileiro. Já naquele ano, foram promulgados, por D. João, dois decretos que determinavam a vinda de açorianos para a Capitania do Rio Grande do Sul e que permitiam a concessão de sesmarias a estrangeiros. Em 1818, com o decreto de 16 de maio, foi aprovada a criação da colônia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, estabelecida em 1819, com cem famílias suíças.

Aprova as condições para o estabelecimento no Brasil de uma Colônia de suíços.

Fui servido aprovar as condições na data de 11 do corrente mês, aceitas pelo Agente do Cantão de Fribourg, Sebastião Nicolau Gachet, que acompanham este decreto, e com as quais concedi a permissão para o estabelecimento neste meu Reino do Brasil de uma colônia de suíços composta de 100 famílias... (IOTTI, 2001, p. 47-48).

Contudo, Nova Friburgo não correspondeu às expectativas do governo, não gerando grande excedente produtivo e não se desenvolvendo apropriadamente. Criaram-se, então, as colônias de São Leopoldo, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara das Torres, no Rio Grande do Sul.

Além das intenções de estabelecer uma classe média no território brasileiro, capaz de desenvolver a policultura, a primeira fase da colonização alemã para o Brasil foi marcada pela tentativa de supressão do tráfico negreiro. Procurou-se também formar batalhões de estrangeiros, soldados que defendessem a independência brasileira. Em 8 de janeiro de 1823 foi determinada a criação de um regimento de estrangeiros, composto por suíços (de Nova Friburgo) e, segundo Jorge Luiz da Cunha, “completado por ‘vagabundos’ de todas as nacionalidades, marujos desertores, desempregados, entre outros” (CUNHA, 1999, p. 209).

¹ Graduando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista de iniciação científica CNPq.

Convindo nas actuais circunstancias de augmentar a força do Exercito e havendo estrangeiros, que voluntariamente se offerecem ao serviço deste Império, Hei por bem mandar formar um Regimento, composto de um Estado-Maior e três Batalhões, o qual se denominará – Regimento de Estrangeiros – procedendo-se imediatamente à organização de um dos seus Batalhões, que terá a força de um Estado-Maior e seis Companhias... sendo formados os outros sucessivamente, e quando se apresentem voluntários (BRASIL, 1823, p. 2).

Ao primeiro dia do mês de setembro de 1822, ou seja, antes da independência brasileira, embarcou para a Europa e lá chegou 95 dias depois, o Major Jorge Antônio von Schäffer, com a responsabilidade de angariar mercenários para formarem batalhões com a finalidade de defender o território independente brasileiro.

É preciso também destacar a importância da emigração para o contexto europeu do século XIX. A Europa precisava adequar-se à industrialização, acarretando aumento de desemprego, principalmente nas áreas rurais – a maioria dos recrutados por Schäffer eram artesãos e operários.

(...) é impossível negar que essa imigração em vários sentidos purifica a Alemanha e que se não pode condenar um Estado que se livra de seus presidiários, cujo préstimo era para o bem geral não compensa as despesas com sua manutenção e vigilância, principalmente no caso dos grandes criminosos que não oferecem segurança absoluta e constituem sempre perigosa ameaça à sociedade. Se, como se dá no Grão-Ducado de Mecklemburgo, se deixa ao alvedrio desses homens cumprir a pena na terra natal ou seguir para o Brasil, em hipótese alguma eles se poderão queixar de sua sorte, seja ela qual for (SCHLICHTHORST, 2000, p. 16).

Schäffer atuou no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, sob permissão do conde von der Osten-Sacken. De lá foram deportados 345 reclusos e apenados de Casas de Trabalho, Casas de Correção e Penitenciárias da região. Destas 345 pessoas, algumas ficaram no Rio de Janeiro, na qualidade de soldados e, outras, foram encaminhadas ao Rio Grande do Sul como colonos. Temos em nosso poder os autos relativos às negociações do representante brasileiro junto ao governo de Mecklenburg-Schwerin, Major von Schäffer, para a liberação destes presidiários e seu envio ao Rio de Janeiro e à Colônia Alemã de São Leopoldo. O conjunto de documentos está escrito em língua alemã, em grafia gótica, exigindo transliteração total, pelo método Sütterlin.

Sabe-se, da obra *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul*, de 1924, que aqui teriam aportado “apenados de Mecklenburgo”, antes do início oficial da imigração, o que é um equívoco. Aurélio Porto, Emílio Willems, Ferdinand Schröder e Jorge Luiz da Cunha já trataram deste assunto em seus trabalhos.

Destacamos aqui parte da documentação em nosso poder: após estada no Rio de Janeiro por dois anos e três meses, dois dos presidiários alemães desertaram e retornaram à Alemanha, via Bélgica, sendo capturados pela polícia de Mecklenburg e submetidos a interrogatório, em 18 de setembro do ano de 1828.

Nos documentos daí resultantes, os senhores Johann Friedrich Sichtling e L. H. Günther são incumbidos, no interrogatório, de tornar conhecidos às autoridades os destinos dos emigrados de Bützow, Dömitz e Güstrow, nos anos de 1824 e 1825 no Brasil. Foram identificados 271 emigrantes, avulsos e famílias constituídas (nas listas postas), dos quais os depoentes nada sabiam acerca do destino de 131 deles. Identificamos que 57 permaneceram no Rio de Janeiro, para serem incorporados como soldados (número que diminuiria substancialmente: havia famílias constituídas, homem com mulher e filhos, e a incidência de patologias diversas que impediriam que a totalidade dos que ali ficaram se tornassem soldados), assim que possível, e 85 foram enviados para o Rio Grande do Sul. Pode-se criar uma rede de informações com essa documentação utilizando as obras de Carlos Henrique Hunsche (1975, 1977 e 2004), de Juvêncio Saldanha Lemos (1996) e Helmut Andrä (2000), mediante cruzamento de dados. É a partir desta documentação que centramos nossos estudos neste artigo.

Sichtling e Günther, após serem-lhes apresentadas as listas nominais dos emigrantes dos locais supracitados, e considerando-os ex-soldados do Exército Imperial Brasileiro, é fato que, relatam informações acerca do paradeiro e dos acontecimentos ocorridos com conhecidos seus no Rio de Janeiro, com mais detalhes, onde estavam locados os batalhões de mercenários estrangeiros, que foram contratados para defender a independência do país. No documento resultante do interrogatório, considerável parte dos emigrados sofre de alguma patologia. Podemos comparar tal depoimento a relatos publicados por viajantes alemães que, por diversos motivos e circunstâncias, estiveram no Rio de Janeiro de 1824 a 1828, como Schlichthorst, Bösche, Seidler, Kotzebue e outros.

Dentre as 57 pessoas que no Rio de Janeiro ficaram, estão incluídos os soldados (mercenários) e suas famílias – o que raramente acontecia, pois normalmente as famílias

eram enviadas ao Rio Grande do Sul para as colônias. As notícias informadas pelos interrogados nos dão dado importante: 31,6% dos que ali ficaram sofreram de males, de doenças ou vieram a morrer no Brasil. É a partir desta face da imigração alemã no Brasil que analisamos a saúde dos imigrantes alemães no Brasil. É preciso destacar não só as circunstâncias da viagem de Hamburgo ao Rio de Janeiro, mas também as condições de saúde pública no Rio de Janeiro à época.

Muitos foram os viajantes alemães que no Brasil e/ou na América Latina estiveram com o intuito de explorar e tornar conhecidas as características do país e do continente. Entre eles podemos destacar figuras já bastante estudadas pela historiografia, como Alexander von Humboldt, Maximilian zu Wied, Philipp von Martius, Johann Moritz Rugendas, Johann Jacob von Tschudi.² O estrangeiro no Rio de Janeiro é espectador de um cenário construído a partir de si. Dono de relativo distanciamento em relação ao que vive fora de sua pátria, mas integrado à realidade e ao cotidiano da capital do Império. O viajante relata a si mesmo, revelando prazeres do cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. Diante do fato de ser um diário e/ou relato, fonte de informações sobre um indivíduo, podemos utilizar Georges Duby e sua *História da Vida Privada* para estudos posteriores. Eram afeitos à sociabilidade, mas estavam, na maioria das vezes, sozinhos, pensando em voltar à sua pátria.

Foi desde a abertura dos portos, em 1808, que há, de fato, uma profusão de viajantes estrangeiros circulando pelo Brasil. A cidade do Rio de Janeiro era ponto de passagem fundamental para as explorações. São variados os estudos que utilizam os relatos de viagem, os relatórios e os escritos desses exploradores para estudar a cultura escrava da época. Segundo Reichel, os relatos dos viajantes são importantes fontes de pesquisa, pois oferecem descrições sobre a economia, a sociedade e a cultura da América Latina. “Os depoimentos dos viajantes, com explicações e aparato crítico adequados, contribuem para uma melhor e mais enriquecida compreensão do passado” (REICHEL, 2002, p. 3). Uma das preocupações dos viajantes do século XIX, ainda segundo Reichel, era a de conhecer e aceitar o diferente. Os viajantes buscavam conhecer e, principalmente, dar a conhecer os lugares estranhos.

² Obra que indexa alguns destes viajantes é WULSCHNER, Hans Joachim (org.). **Vom Rio Grande zum La Plata:** dt. Reiseberichte d. 19. Jh. aus d. südl. Amerika. Tübingen, Basel, Alemanha: Erdmann, 1977.

O século XIX foi marcado pela atividade exploradora na América, de caráter científico. Época do racionalismo e do cientificismo, os viajantes buscavam a realidade através da observação do empírico. Conforme Reichel, “nos seus relatos, é comum o culto da natureza, considerada, pelos românticos, como lugar de refúgio, puro, não contaminado pela sociedade, lugar de cura física e espiritual” (idem, 2002, p. 5).

Segundo Pratt, viajantes europeus acorreram à América do Sul “as dúzias” (PRATT, 1999, p. 251). Eram homens e mulheres, cientistas e soldados.

As condições de saneamento básico no Rio de Janeiro eram precárias. O tifo e a varíola atingiam parte considerável da população. Mesmo com a vinda da Corte, o quadro não se modificou estruturalmente. Com a Independência, pouco mudou até 1824. Luccock caracteriza o Rio de Janeiro como “a mais imunda associação humana vivendo sob a curva dos céus” (LUCCOCK, 1975, p. 89). Rugendas nos traz: “a limpeza das ruas deixa muito a desejar, a ponto de se verem (...) cães, gatos e mesmo outros animais mortos” (RUGENDAS, 1976, p. 137). Böschel reclama das ruas, que pareciam “depósito de lixo e de imundícies de toda a espécie sendo ellas verdadeiras cloacas em lugar de ornamentos da cidade” (BÖSCHE apud LEMOS, 1996, p. 221). Ainda conforme Böschel:

Por exemplo, nada é mais extraordinário que os negros encarregados de transportar das casas para a praia toda sorte de lixo, por sua vez se revelem demasiado comodistas para levarem o vaso transbordante em longa caminhada até o mar, e na primeira esquina despejam toda a porcaria e se vão embora (idem, ibidem).

Schlichthorst, por ser membro dos batalhões do exército, destaca a “grande mortalidade em consequência do abuso da cachaça, que reina entre alemães no Rio de Janeiro...” (SCHLICHTHORST, 2000, p. 275). Ainda, “a carne que lhes dão é da pior qualidade (...). A maioria o vende [o pão], para beber mais cachaça. (...) Serve-se o rancho sem o menor asseio” (idem, 2000, p. 281). E, “os hospitais enchem-se com esses desgraçados. Alguns passam ali a metade de sua vida. Outros a perdem com consequência das pancadas³ ou ficam completamente inválidos” (idem, 2000, p. 282).

Segundo Pohl,

³ Era praxe o castigo físico no Exército Imperial Brasileiro. Ver: LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os mercenários do imperador**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, p. 395-410.

O calor, embora seja abrandado aqui, pelos aguaceiros e pelos ventos, gera, entretanto, os mais variados estados mórbidos no corpo humano, como, por exemplo, inflamações no cérebro, nos ouvidos e no fígado, e insolação. Além disso, dominam as doenças seguintes: febre, reumatismo, gota, resfriados, cólicas, diarreia, disenteria, prisão-de-ventre, hemorróidas, antenas e, especialmente, os ataques de fígado... Um dos males mais espalhados é a sífilis (POHL, 1976, p. 81).

Podemos correlacionar os relatos dos viajantes com o encontrado nas fontes primárias selecionadas para este artigo. Segundo Sichtling e Günther,

13. Friederich Uhlenfeldt está empregado no 3º. Batalhão de Infantaria e já se tornou Sargento. (...) por causa de sua também no Brasil continuada tendência à bebida, encontra-se muitas vezes na cadeia ou, por causa de sua saúde debilitada, no hospital.

21. Chr. Hein. Gebert originalmente deveria ser soldado, mas ao ser examinado não foi considerado apropriado, principalmente por causa de sua grande hérnia e porque parecia ser débil mental.

22. Carl Johann Schroeder, primeiro foi empregado no 2º. Batalhão de Granadeiros, no qual só serviu ½ ano e foi desligado do mesmo por causa de sua saúde precária (...).

40 e 41. Joh. Guthoff esteve comigo, o Sichtling, na 6ª. Companhia do 2º. Batalhão de Granadeiros, e ainda se encontrava lá, quando deixamos o Brasil Por causa de sua freqüente bebedeira, obteve diversas vezes castigos no Regimento (...).

58. Bornhagen, mesmo que tenha tido pernas tortas, ainda assim foi empregado no exército; (...).

76 e 77. Joh. Peters e sua esposa. O primeiro foi incorporado na 1ª Companhia de Granadeiros, mas já faleceu no terceiro dia apos nossa chegada. (...).

101. Joh. Volkmann de Neu-Brandenburg (...) ouvi que ele é um festeiro e que ama a aguardente.⁴

⁴ Fonte obtida, transliterada e traduzida pela equipe do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, coordenada pelo Prof. Dr. Martin Norberto Dreher, da qual faço parte.

Alguns desses emigrantes pereceram devido às inúmeras dificuldades aqui encontradas e ao abandono. Os vícios tomaram conta destas pessoas. Algumas delas, por diversos motivos e circunstâncias, tornaram-se mendicantes, pedintes, prostitutas (caso de mulheres de soldados), não conseguindo ser o que haviam prometido pessoalmente ao conde von der Osten-Sacken: tornar-se pessoa trabalhadora e honrada nas novas condições de vida. De acordo com Emílio Willems “entre outros fatores patogênicos, o alcoolismo tem exercido, desde os começos da colonização alemã, influências seletivas de não pouca importância. ‘O abuso da aguardente é o rochedo em que grande número de europeus no Brasil, mormente alemães, naufragou. Verdade é que a sua maioria pertence às classes operárias, mas há também muitas vítimas do alcoolismo entre as classes mais educadas’ [citando von Tschudi]” (WILLEMS, 1980, p. 96).

Essa é a situação em que se encontraram alguns dos emigrados de Mecklenburg para o Brasil. Contudo, a situação piorou quando, após 1828, dissolveram-se os batalhões do Exército Imperial e os soldados foram largados à sua própria sorte. E, conforme Lemos, “morreram todos miseravelmente, ou então levaram uma vida triste e cheia de privações” (BÖSCHE apud LEMOS, 1996, p. 419).

O relatório resultante do interrogatório dos ex-presidiários alemães e ex-soldados do Exército Imperial do Brasil, logo que retornaram a Mecklenburg, é importante fonte documental, permitindo o estudo de relações e políticas internacionais, sobre a sorte e as patologias dos soldados imperiais mercenários, além do fato de trazer informações importantes para acompanhar a trajetória, ou o destino – como o próprio documento nos traz – de alguns emigrantes presentes no Rio de Janeiro e na Colônia Alemã de São Leopoldo.

Foi dura a realidade encontrada pelos imigrantes alemães que aqui aportaram, de acordo com o que nos mostra o relatório. São inúmeras as dificuldades encontradas, e devido a essas, muitos dos emigrantes se entregaram aos vícios e ao alcoolismo. Parte considerável deste contingente sofreu de algum mal, doença ou veio a morrer por estas bandas. O Rio de Janeiro da época, antes de Oswaldo Cruz, era terra de problemas de saúde pública. A vinda de imigrantes alemães ex-presidiários foi pouco estudada pelos historiadores, deixando um grupo de indivíduos à margem da história.

FONTES

- 1 Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB). Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin. MLHA Schwerin. Kabinett I. Vol 3º. Rückwert: Brasilien, 1824(2), 1825(2), 1826, [1828].
- 2 Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB). MLHA Schwerin. Kabinett I, Sig. 54: Acta, die Zweite Abführung von Stock – und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend.
- 3 Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB). MLHA Schwerin. Kabinett I. Vol 3º. Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend.
- 4 Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB). MLHA Schwerin. Kabinett I. Tradução de Martin Norberto Dreher.
- 5 Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB). MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflingen und Vagabunden aus Dömnitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend.
- 6 BRASIL. Collecção das Decisões do Governo do Império do Brazil de 1823.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÄ, Helmut. **Deutsche Söldner in Brasilien**. Band I: Ins Land gekommen während des I. Kaiserreiches in den Jahren 1824 bis 1829. São Paulo: KMK, 2000.
- CUNHA, Jorge Luiz da. O Rio Grande do Sul e a Colonização Alemã entre 1824 e 1830. In: QUEVEDO, Júlio (org.). **Rio Grande do Sul: quatro séculos de história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

HUNSCHE, Carlos H. **O biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. Província de São Pedro. Porto Alegre: A Nação, 1975.

_____. **O ano de 1826 da imigração alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)**. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

_____. **O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: G&W, 2004, Tomos I, II e III.

IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os Mercenários do Imperador: A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1930)**. Porto Alegre: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. 417 p.

REICHEL, Heloísa Jochims. **Os relatos dos viajantes como fontes para o estudo da história**. Comunicação apresentada no XIII Economic History Congress, Buenos Aires (Argentina), 2002. Disponível em <http://eh.net/XIIICongress/cd/papers/60JochimsReichel320.pdf>

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Martins, 1976.

SCHLICHTHORST, Carl. **O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2000. Tradução, apresentação, notas e comentários de Gustavo Barroso.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

WULSCHNER, Hans Joachim (org.). **Vom Rio Grande zum La Plata: dt. Reiseberichte d. 19. Jh. aus d. südl. Amerika**. Tübingen, Basel, Alemanha: Erdmann, 1977.

A representação da hanseníase por ex-hansenianos do antigo Leprosário do Bonfim em São Luís – Maranhão

Jackson Ronie Sá da Silva

Introdução

A realização desse estudo nasceu do interesse em conhecer as representações que moradores do antigo leprosário do Bonfim (ex-hansenianos), têm sobre a hanseníase, de modo a fornecer subsídios que possam, a partir de seus conceitos, ampliar o conhecimento sobre a doença e colaborar na discussão de estratégias em educação em saúde que levem em conta o olhar do hanseniano ou daqueles que passaram pela experiência da hanseníase.

A hanseníase, também denominada de doença de Hansen ou Morbus Hansen, é uma enfermidade infecciosa de caráter crônico cujo agente etiológico é um microrganismo chamado *Mycobacterium leprae*. É uma doença que atinge a pele e os nervos periféricos do homem, causando sérios problemas como perda de sensibilidade no corpo e paralisia de determinados músculos, levando a incapacidades físicas e deformidades. À luz dos dias atuais é tida como um grave problema de saúde pública, não somente por sua alta prevalência em determinados países, como o Brasil, mas por seu alto grau de produzir incapacidades físicas, podendo atingir um grande número de pessoas em fase produtiva. As deficiências e incapacidades físicas mencionadas são apenas a ponta do *iceberg* no fenômeno hanseníase. O estigma e preconceito sociais que a enfermidade produz são muito mais dolorosos que as lesões corporais. Essa marca impingida pela sociedade condiciona o hanseniano, ainda hoje, ao ostracismo, rejeição, exclusão e abandono.

Estudiosos da hanseníase percebendo a dimensão epidemiológica desse agravo reconheceram sua complexidade sendo unânimes afirmarem que estamos diante de um agravo que requer um olhar para além do discurso clínico-terapêutico e que no fenômeno hanseníase é fundamental a percepção de sua dimensão sociocultural e, talvez, seja esta a que mais influencia tem na determinação e manutenção do agravo na sociedade (BRASIL, 2008), (TRONCA, 2007), (ROTBERG, 1979); (BECHELLI, 1987); (OPROMOLLA, 2002); (CLARO, 1995); (QUEIROZ;PUNTEL,1997).

O Ministério da Saúde do Brasil percebendo a complexidade do problema criou em 1999 uma Força Tarefa com o objetivo de melhorar as estratégias de controle da

hanseníase. Essa Força Tarefa era representada por órgãos fundamentais como: Ministério da Saúde (MS) através do Programa Nacional de Hanseníase, a Organização Mundial de Saúde (OMS), o MORHAN (Organização de Mobilização Social para a Hanseníase), as Secretarias Municipais de Saúde e também por Técnicos Peritos em Hanseníase. A linha basal dessa Força Tarefa era detectar e curar todos os casos remanescentes de hanseníase e eliminar a enfermidade do País no máximo até o ano 2005. Dentre os elementos da estratégia, além do acesso ao medicamento, melhoria dos serviços de atendimento ao paciente e capacitação dos profissionais de saúde, está o seguinte: “gerar demanda para o tratamento através da melhoria da conscientização sobre a hanseníase e mudar a sua imagem negativa” (ANDRADE, 2000, p.178).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida a partir da perspectiva metodológica qualitativa e com técnica de apreensão das representações sociais, a partir das falas, utilizou-se a entrevista semi-estruturada. O estudo utilizou o referencial teórico das representações sociais como base de sustentação metodológica visando identificar conceitos, percepções e idéias sobre a enfermidade. Oito moradores do antigo leprosário do Bonfim, no município de São Luís-Ma, participaram da investigação. Sujeitos estes que viveram a experiência de terem sido acometidos pela hanseníase, de passarem por tratamento específico e obterem a cura.

Para análise e interpretação de trechos das entrevistas utilizou-se o método hermenêutico-dialético proposto por Minayo (2004), que discute, dando sentido e importância à linguagem. A análise das entrevistas se deu a partir de dois procedimentos: a análise do discurso e a análise do conteúdo. Utilizou-se a técnica interpretativa com a intenção de facilitar o surgimento do conteúdo latente por trás do discurso desenvolvido pelos moradores da Colônia do Bonfim. As categorias que surgiram na análise dos dados foram as seguintes: a hanseníase na visão do hanseniano; a reação após o diagnóstico da doença e as relações com a família; o preconceito de familiares e amigos; o preconceito social; formas de burlar o preconceito.

A hanseníase na visão do hanseniano

O entendimento da hanseníase como problema de saúde pública em nível

mundial, nacional e regional requer antes de tudo que se reconheça ser a enfermidade complexa. Tal característica se deve ao fato de que em sua expressão e desenvolvimento, enquanto fenômeno mórbido, estão presentes aspectos orgânicos, psicológicos, sociais e culturais. Ela é uma enfermidade que ultrapassa a necessidade de um olhar apenas biomédico. As consequências sociais e psicológicas às quais todo esse processo se remete a expõe à necessidade de uma atenção que possa abrangê-la de forma mais global. Uma postura centrada somente no discurso médico pode restringir muitas ações viáveis para seu controle ou eliminação: “não podemos mais entender a Hanseníase apenas como um bacilo, mesmo sabendo que os conhecimentos de microbiologia sejam de extrema importância, porém a compreensão do ser humano como um todo se faz necessária” (GARCIA *et al.*, 2003, p. 25).

Segundo Macário; Siqueira (1997), a hanseníase é uma doença como muitas outras, mas gera incapacidades físicas e sociais, sendo que o hanseniano tende a sentir mais que os outros suas incapacidades sociais. Dizem ainda:

[...] a hanseníase é uma das mais antigas doenças conhecidas pelo homem e trouxe consigo, através dos tempos uma carga de preconceitos acumulados, devidos principalmente à desinformação da população (MACÁRIO; SIQUEIRA, 1997, p.49).

A compreensão holística da hanseníase como fenômeno biopsicossocial requer contextualizá-la historicamente. Ela é “uma doença muito antiga, com uma terrível imagem na história e na memória da humanidade. Desde a antiguidade tem sido considerada uma doença contagiosa, mutilante e incurável, provocando uma atitude de rejeição e discriminação do doente e sua exclusão da sociedade” (BRASIL, 2008, p.15).

A hanseníase ainda é lembrada como lepra. Durante as entrevistas alguns moradores da Colônia do Bonfim usaram o referido termo para designar a doença. Esse fato, ou seja, o emprego desse nome assume especial importância já que a terminologia lepra envolve significados simbólicos muito arraigados em nossa sociedade e está intimamente vinculado ao estigma da doença. Almeida et al (2007), comentam que a associação da hanseníase com o termo lepra – por sua vez está associada à imagem de deformidade e reforçada por conceitos populares e religiosos de impureza e castigo – é um dos principais fatores psicossociais para a gênese do preconceito ainda hoje relacionado à doença. Pôde-se observar nas falas dos entrevistados, que há diferença de concepção entre lepra e hanseníase. A lepra está associada ao negativo, ao sofrimento e

o termo hanseníase a algo melhor, mais positivo:

“O que mais dói é ser chamado de leproso. Quando um sadio chama, a gente dói muito, quando taca esse nome é o mesmo que ser uma pancada! É destruição por dentro”.

“Hoje eu já entendo melhor, já tenho outra experiência, porque no convívio a gente vai aprendendo. Eu já enxergo a hanseníase do outro lado, sabe? Uma coisa bem diferente, porque eu num entendia nada. Antes era uma coisa desesperadora”.

A “lepra” bíblica produziu uma infinidade de representações, crenças e imagens negativas não só para o hanseniano como também para indivíduos que traziam uma variedade de afecções dermatológicas no corpo. A doença foi impregnada, durante seu percurso histórico, de adjetivos e pejorativos degradantes (SILVA, 2004). O hanseniano era visto como um pecador e seus males eram oriundos de um castigo divino pelos pecados cometidos. Partindo desse pensamento, os entrevistados atribuem seus pecados à doença:

“Mas eu num adoeci porque quis! Foi Deus que me deu essa doença, que é essa que eu merecia, eu fiz alguma coisa errada”.

“Eu acho que é uma provação, se Ele carregou uma cruz porque eu não posso carregar esses dois pés feridos? Deus adoece sim!” (E - 04).

Pecado, castigo, desobediência às leis divinas, impureza do espírito, entre tantos outros, são verbetes que se encontram com frequência no referencial bíblico relacionado à lepra. A doença seria a maneira pela qual Deus castiga os pecadores porque “se não guardares e não cumprires as palavras da Lei e se não tiveres temor ao nome glorioso e terrível do Senhor teu Deus, Ele te castigará, e a teus filhos, com a praga” - Deuteronômio, 28:58-9 (BÍBLIA, 2000, p.245).

Para Tronca (2007, p. 49): “o mal de Hansen é uma moléstia antiga cujas imagens e representações remontam à Bíblia e que ainda sobrevivem no imaginário do social”. Foi comum entre os entrevistados a referência da doença relacionada ao contexto bíblico.

A carga simbólica da hanseníase e suas representações sociais construídas ao longo da história são perceptíveis pela forma como tratavam os doentes. Richards (1993) comenta: “ainda mais simbólico que seu isolamento da sociedade era a cerimônia formal de confinamento, pela qual eles eram declarados mortos para o mundo”. Miranda (1999, p.27) ao analisar esse aspecto reforça que a simbologia em torno da hanseníase está muito presente no imaginário:

A compaixão do santo pelo leproso foi um tema recorrente na arte medieval. As pinturas italianas do século XV destacam a caridade de São Martinho, São Pedro e São João para com os leprosos, e os quadros alemães celebram o envolvimento de Santa Elizabete da Turíngia com os leprosos. Os pintores demonstraram completa familiaridade com os sintomas clássicos da lepra: a deformação e ulceração dos corpos, a perda de narizes, dedos e visão, e a aparência arredondada dos olhos.

A reação após o diagnóstico da doença e as relações com a família

Sobre se descobrirem com hanseníase, alguns entrevistados disseram que desenvolveram sentimentos como o medo de serem descobertos como portadores da doença, de serem apontados como transmissores, receio de serem discriminados pelos parentes, pavor das possíveis seqüelas físicas e incapacidades, do abandono e da solidão. Outros sentimentos como tristeza, inconformismo, vergonha, surgimento da depressão e idéias suicidas também estiveram presentes:

“Mas passei um bocado de tempo deprimido, com medo. Agora quando eu baixei aqui a primeira vez, aqui no hospital, aí eu vou lhe dizer, eu passei um bocado de dia aí dentro chorando, porque pra mim era uma coisa assim...”

“Eu tinha vergonha de me apresentar e dizer que eu era doente de hanseníase”.

O indivíduo, ao receber o diagnóstico da hanseníase, manifesta um desequilíbrio identitário traduzido em situação de crise. Ao se reconhecer nesta situação, busca, nos recursos do seu referencial de mundo, uma estratégia de identidade metamorfoseada, algo meio transicional, ao mesmo tempo negando-a, rejeitando-a sob certa medida, com o passar do tempo, com uma tendência à aceitação e finalmente uma adaptação a esta nova identidade, portanto, entendida como aceitação, como se transformasse a sua identidade. Dessa forma, esconde a sua real situação de saúde, devido ao preconceito e ao estigma muito arraigado na sociedade. (MIRANDA, 1999). Segundo Queiroz e Puntel (1997, p. 94): a representação mais comum para a hanseníase refere-se a uma situação de ambigüidade. Se por um lado, ela aparece como uma doença que tem cura, que, se tratada, não contamina, ainda assim ela é considerada como merecedora de preocupação.

As reações das pessoas ao preconceito da sociedade pode manifestar-se de forma a evitar contatos sociais por não conseguir lidar com a situação. Nesses casos, quando o paciente recebe o diagnóstico, tende a se afastar da família e de todos que o rodeiam,

com medo do estigma, o paciente fica sem alternativa a não ser abandonar sua família e seu meio social para se tornar mendigo. Outra situação é quando a família e o meio social o rejeitam, submetendo-o ao abandono. Uma característica grave da hanseníase, é que ela pode causar lesões de nervos e impedir a execução de muitas formas de trabalho, podendo levar os portadores às situações de extrema mudança de vida e muito sofrimento:

“E o que eu mais imaginava no tempo que eu trabalhava de sapateiro era em como que eu ia ficar velho, entende? Já tem oito anos que eu peguei essa doença, eu ia pedir esmola por aí, que eu num tinha outra solução!”.

“Na Bahia, quando eu tava lá, aí eu passei quinze dias pedindo esmola debaixo de uma árvore sem ter onde ficar e pedindo um prato de comida na feira pra comer”.

O apoio familiar é muito relevante para o portador de hanseníase, no momento que este vivencia a doença. Alguns entrevistados foram rejeitados e discriminados por seus familiares. Brasil (2008), reforçam a importância de medidas gerais voltadas para o controle da hanseníase, que se referem a campanhas para a promoção de conhecimentos sobre a hanseníase junto à família e a comunidade. Nos relatos a seguir, observamos como foi doloroso informar sobre o descobrimento da doença e como a família reagiu ao recebera fatídica notícia:

“Sou doente disso e disso, se vocês me aceitarem bem, se não aceitarem, eu estou de volta!”.

“Tiveram preconceito, eu tinha filtro, uma irmã quebrou, tinha copo, bule de passar café, e elajogou tudo fora!”.

O preconceito social

Sentimentos como complexo de inferioridade, levam à perda da auto-estima, fazendo com que o doente se auto-segregue, como se quisesse ficar escondido de tudo e de todos. Eidt (2004), afirma que a segregação e o isolamento aos quais os doentes de hanseníase se impuseram, surgiram em decorrência da atitude preconceituosa de pessoas de sua relação que os discriminam. Para Miranda (1999), as representações sociais evidenciadas por obras como filmes, romances e outros meios são marcantes porque retratam o portador de hanseníase excluído do modelo de “belo e bom, próximo ao feio, mau e desprezado ou que dá nojo”. Essas caracterizações reforçam o estigma, o preconceito, a imagem que as pessoas têm da doença. Além da mídia, têm-se outras

fontes disseminadoras da cultura vigente preconceituosa e desinformada, como igrejas, escolas e a própria família. O segmento da comunicação contribuiu e poderá continuar contribuindo para a perpetuação e reprodução de preconceitos sobre a hanseníase, de acordo com a ideologia vigente. Os depoimentos abaixo evidenciam o preconceito social pelos quais passam as pessoas que tiveram a experiência de hanseníase em suas vidas:

“Lá eu vivia numa fazenda, aí o dono me expulsou da casa dele quando soube que eu era doente. Eu roçava pasto, trabalhando, aí eu pegava medicamento no Posto, aí ele descobriu o que era, aí me expulsou!”.

“As lesões chamam muito a atenção, para a sociedade o fato de eu ter seqüelas, isso quer dizer que eu sou um leproso em potencial!”.

Formas de burlar o preconceito

As seqüelas e as deformidades físicas que surgiram com o progredir da doença, são dificuldades enfrentadas pelos entrevistados, exigindo várias adaptações pessoais, tanto físicas quanto emocionais. Eidt (2004) diz que a ocultação do corpo emergiu como tentativa de ocultar a doença. Os portadores de hanseníase procuram esconder suas lesões de pele e deformidades físicas para evitar explicações que pudessem revelar a doença. Claro (1995) relata que os pacientes podem ter diferentes reações psicológicas diante do diagnóstico da enfermidade. Negação da presença da doença, às vezes evitando o tratamento, outra reação pode ser de ocultação do diagnóstico dos familiares e amigos, outra é revelar ser portador da doença e arcar com o preconceito.

Nas falas dos ex-hansenianos percebemos estratégias de criar estórias para justificar as deformidades físicas ocasionadas pela hanseníase, ocultando das pessoas a doença e evitando o estigma. Alguns dos depoentes relataram que inventam situações quando são inquiridos acerca de suas mutilações ou deficiências motoras. Tais discursos são acionados quando alguém os questiona sobre os aspectos corporais que dão visibilidade ao que ficou do Mal de Hansen. Esta atitude evidencia o conflito vivenciado pelos hansenianos, em contar ou ocultar a hanseníase para seus familiares e amigos:

“Eu sou pai de família, tenho mulher e seis filhos, sou analfabeto, não sei ler nem escrever, então o caminho que tem pra mim é a pesca, eu não sei se você sabe, o caranguejo mora em loca, buraco, lama. Quando a gente vai metendo a mão, às vezes o caranguejo está de saída e ele tem uma garra tipo um alicate, aí ele corta o dedo. Ele perguntou se doía, eu disse que doía, mas comparando a dor com a satisfação que

tenho de chegar em casa e levar o alimento para minha família, não dá pra comparar, aí eu perdi os dedos tudo assim, um atrás do outro!”.

“Eu trabalho numa fábrica de celulose, aí eu fui numa máquina que tem uma lâmina de aço de aproximadamente um metro e meio de comprimento, como eu tenho muita experiência na empresa eu dispenso o material de proteção, ou seja, luva. Aí eu tinha que meter o bagulho pro rolo prensar e em uma dessas ocasiões a rampa muito lisa, meus dedos escapuliram, quando eu vi meus dedos estavam debaixo do rolo!”.

Considerações finais

O estigma e o preconceito ligados à simbologia da “lepra” ainda repercute na vida dos sujeitos da pesquisa. Os entrevistados relataram a rejeição, o desprezo e até mesmo o rompimento de vínculos afetivos que vieram a acontecer após a descoberta e aparecimento dos sinais característicos da hanseníase.

A análise das entrevistas evidenciou que a hanseníase continua sendo lembrada como uma doença antiga e relacionada ao universo religioso. No imaginário dos depoentes a patologia se manifestou em suas vidas como uma punição divina. Além disso, os depoimentos revelam representações que levam a crer que o auto-isolamento e a rejeição social que sofrem advêm das incapacidades e deformidades, fato este que conduziu alguns entrevistados a criarem mecanismos de burlar o preconceito –estórias inventadas para ocultar a enfermidade.

Ao final do estudo, refletindo-se sobre os significados que os moradores da Colônia do Bonfim dão para a hanseníase, tendo como base suas experiências com o meio em que vivem e conceitos do senso comum, assim como elementos do conhecimento científico apreendidos em seu cotidiano, considera-se que as representações e os temas levantados são importantes para se (re) pensar estratégias preventivas que levem em conta o olhar de quem passou pela experiência da hanseníase.

Referências bibliográficas

ALMEIDA et al. Aspectos históricos da hanseníase em Recife, Pernambuco. **Revista de Humanidades**. v.7, n.1, 2007. Disponível em [http:// www.seol.com.br/mneme](http://www.seol.com.br/mneme). Acesso em 26 de agosto de 2008.

- ANDRADE, V. A eliminação da hanseníase no Brasil. **Hansen. Int.**, v.2, n.25, p.177-179, 2000.
- BECHELLI, L. M. Alguns aspectos psicológicos, sociais e econômicos relacionados com a lepra. **J. Bras. Psiq.**, v.36, n.6, p.321-324, 1987.
- BÍBLIA. Novo Testamento. Marcos X, 17-22. Port. 2000. **Bíblia sagrada**. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia para o controle de hanseníase**. Brasília, 2008.
- CLARO, L. B. L. **Hanseníase: representações sobre a doença**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995. 107 p.
- EIDT, L. M. Ser hanseniano: sentimentos e vivências. **Hansen. Int.**, 29(1): 21-27, 2004.
- GARCIA, J. R. L. *et al.* Considerações psicossociais sobre a pessoa portadora de hanseníase. In: OPROMOLLA, D. V. BACARELLI, R. **Prevenção de incapacidades e reabilitação em hanseníase**. Bauru: Instituto Lauro de Souza Lima, 2003.
- MACÁRIO, D. P. P.; SIQUEIRA, L. M. S. Aspectos Psicossociais. In: DUERKSEN, F.; VIRMOND, M. **Cirurgia reparadora e reabilitação em hanseníase**. Bauru: Instituto Lauro de Souza Lima, 1997.
- MINAYO, M.C de S. **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 2004.
- MIRANDA, C. A. S. **Hanseníase: o impacto da representação social e a crise identitária**. João Pessoa: Ed. UFPB, 1999.
- OPROMOLLA, D. V. A. O estigma. **Hansen. Int.**, v.27, n.1, p.89-90, 2002.
- QUEIROZ, M. S.; PUNTEL, M. A. **A endemia hansênica: uma perspectiva multidisciplinar**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.
- RICHARDS, J. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.
- ROTBERG, A. Ajude a libertar seu próprio país do terror do leprostigma: apelo aos leitores. **Hansen. Int.**, v.4, n.1, p.1-2, 1979.
- SILVA, J. R. S. **Representações sociais de professores do ensino fundamental da rede pública municipal de São Luís sobre a hanseníase**. [Dissertação] Mestrado em Saúde e Ambiente. Universidade Federal do Maranhão, São Luís 2004. 102 f.
- TRONCA, I. A. **As máscaras do medo: lepra e aids**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

Lepra, estigma e confinamento em Santa Catarina (1940-1950)

*Rafael Araldi Vaz**

Este artigo é o resultado de algumas reflexões em torno de um objeto de pesquisa que venho desenvolvendo desde o final da graduação em história e estendendo até o presente momento no mestrado. Tenho estudado há cerca de três anos o passado de uma instituição clínica particularmente singular, em muito sentidos. Trata-se de um leprosário, leprocômio, colônia ou simplesmente um hospital de leprosos, mais conhecido como Colônia Santa Teresa.¹ Meu objetivo com a análise deste espaço clínico e de seus antigos moradores durante a década de 1940 é compreender os limites de sujeição, por assim dizer, o qual esta instituição conseguiu impor aos seus moradores, internos acometidos pela lepra² e confinados compulsoriamente neste lugar. Em contrapartida, como num jogo de espelhos, minha intenção maior é compreender, ao revés do sistema normativo, como os protagonistas finais desta história puderam articular formas e meios de reconfigurar formas de viver, de fazer e de estar, em circunstâncias onde as escolhas não se apresentavam como opções sempre viáveis e de fácil realização. De certa forma, esta proposta segue a intuição benjaminiana de uma “história a contrapelo”³: observar pelo revés do sistema normativo de uma instituição clínica as ações subreptícias de atores históricos que, acreditamos, mesmo nas condições de confinamento, produziram uma margem de liberdade significativa, o que provavelmente lhes garantiu certa autonomia sobre suas vidas ou, mais acertadamente, uma autonomia precarizada.

A estrutura de confinamento de uma “instituição total”.

Para Erving Goffman, uma “instituição total” pode ser definida como “(...) um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e

* Mestrando do Curso de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do CNPQ.

¹ Estes termos foram utilizados durante as décadas de 1930 e 1940, mas o nome oficial era Hospital/Colônia Santa Teresa. Atualmente, chama-se Hospital Santa Teresa de Dermatologia Sanitária.

² Procuramos utilizar ao longo do texto alguns dos termos correntes no período, tais como “lepra”, “leproso” e “leprosário” para designar o que atualmente conhecemos como hanseníase (a doença), hanseniano (o portador da doença) e sua respectiva instituição clínica (hospital de dermatologia sanitária).

³ Ver: BENJAMIN, W. *Sobre o conceito de história*. In: **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 222-232.

formalmente administrada”⁴. Neste sentido, como o próprio autor alude, podemos enquadrar uma série de instituições cujo perfil corresponda a este tipo de definição, tais como manicômios, prisões, conventos e leprosários. Contudo, a particularidade própria estabelecida para cada uma dessas estruturas de confinamento exige, de parte do historiador, um trabalho muito maior de escrutínio de cada uma delas, de forma que possamos compreender os elementos que tornam esta categoria de análise articulável em cada um dos casos. Neste, o interesse reside em compreender apenas um destes exemplos, o Leprosário Santa Teresa.

A estrutura de confinamento montada neste hospital/colônia, para abrigar os portadores da lepra, visava constituir um espaço onde boa parte das atividades e relações sociais encontradas na sociedade extra-muros pudessem se realizar no interior da instituição, de modo que os internos permancessem com o mínimo contato possível com os espaços de fora da colônia. Tal medida já vinha sendo preconizada desde o início do século XX em meio aos congressos internacionais de leprologia, como forma de viabilizar o isolamento destes sujeitos. Oswaldo Cruz, que esteve à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública desde 1903, era um dos partidários da construção de colônias agrícolas que tivessem por função não só abrigar os leprosos, mas possibilitar que sua mão-de-obra permanecesse empregada nos trabalhos e atividades desenvolvidas dentro das colônias, propiciando assim a realização de um modelo auto-gestor, influenciado pelas experiências das colônias para leprosos da Noruega.

Contudo, a realização deste modelo só aconteceria no Brasil a partir da década de 1920, com as primeiras experiências de algumas colônias em São Paulo. Em Santa Catarina, tornar-se-ia uma referência para a estrutura que seria montada no distrito de São Pedro de Alcântara, na cidade de São José, com a Colônia Santa Teresa. Com sua fundação, em 11 de março de 1940, formalizou-se a realização do projeto sanitário contra a lepra neste Estado.

A estrutura montada para abrigar os internos deste leprosário se assemelhava a uma pequena cidade, composta por prefeitura, cartório, igreja, escola, cadeia e espaços para atividades culturais como praças, teatro, campo de futebol, e outros. Como este espaço visava a auto-gestão dos internos, o que acarretaria menos ônus ao Estado e a Federação, os trabalhos de agricultura e comércio (se valendo até mesmo de uma “moeda interna”) vigentes neste espaço, eram realizados pelos próprios internos. Todos estes mecanismos de funcionamento eram, assim, regulados pela instituição, na figura do diretor e de sua equipe dirigente (formada inicialmente por freiras e

⁴ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 11.

médicos), compondo, mais uma vez, o que Goffman define como uma “instituição total”, ou seja, “o controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas”⁵.

Assim, a partir do ano de 1940 a Colônia Santa Teresa passou a abrigar um contingente considerável de pessoas, que já vinham sendo detectadas e fichadas desde 1937, por parte do Departamento de Saúde Pública, como portadoras da lepra. Como se pode imaginar, esta “migração compulsória” para a “cidade dos lázaros”⁶ não se deu sem um rompimento marcante na vida destes sujeitos.

De portas fechadas. Identidades deterioradas.

Ali entrando, as portas do mundo se fechavam. Por vezes, o próprio passado era consumido pelas chamas do fogo que era ateado em seus bens, e pela invasão a seus terrenos jamais recuperados, uma vez consideradas terras de ninguém. Com certeza, nem mesmo os prisioneiros da época, que cometiam crimes bárbaros, sofriam tanto quanto nossos irmãos de infortúnio. Os anos que ali passamos, só Deus e quem por lá precisou passar, é que podem entender o que digo quando falo em viver compulsoriamente isolado do convívio social. Sem nenhum exagero, era como se estivéssemos perdidos no tempo e no espaço, sem a mínima esperança de retorno. Como um soldado, que não sabe quando a guerra pode acabar.⁷

Adentrar na Colônia Santa Teresa e lá permanecer foi para cerca de 850 pessoas um destino comum durante a década de 1940. Para poucos dos que ainda hoje vivem para recordar esse passado, a menção a Segunda Guerra Mundial é uma analogia que não apenas remonta ao contexto dos eventos, no qual o mesmo período temporal de suas vidas se passou, mas é uma expressão do que a memória permite relacionar de mais próximo, de mais contíguo com as rupturas e desventuras vivenciadas durante o período em que ficaram confinadas. De outro modo, esta analogia permite compreender como as lutas travadas contra a doença passaram a ser vistas e representadas: como um embate de forças, no qual tanto o poder público quanto os próprios portadores protagonizaram uma guerra contra a lepra.

No ano de 1940, lá fora, o mundo começava a se preocupar. A guerra ameaçadora que tinha eclodido causava pânico e medo. Aqui no Brasil uma outra guerra tinha também iniciado, pois se o sinônimo de guerra é luta, aqui havia eclodido uma que, apesar de diferente, também trazia no seu bojo, muito medo e desolação. Era a guerra, que

⁵ Op. Cit. 2001, p. 18

⁶ Termo que designava a Colônia Santa Teresa. Ver: SANTA CATARINA. *Revista de propaganda do Estado e dos Municípios*. N.1, 1939. Edição Facsimilada. Florianópolis: Governo do Estado, 2002, p.33.

⁷ PEREIRA, Benício. *Um Novo Horizonte*. Florianópolis: 2000, p. 22.

procurava de todas as maneiras combater a hanseníase, doença conhecida até 1951 por lepra.⁸

As incertezas quanto ao tratamento de uma doença milenar e a permanência de um estigma⁹ secular sobre os portadores da lepra, aliada a um contexto em que as políticas de saúde pública, fortemente influenciadas pela medicina eugênica, alimentavam concepções sanitárias que visavam o afastamento de tudo aquilo que comprometesse os rumos de uma nação saudável e trabalhadora, compromisso “ideológico” do Estado Novo, foram elementos que sem dúvida contribuíram notavelmente para as medidas públicas realizadas. Como afirma Vivian Cunha:

Torna-se claro que essa medida de exclusão social foi escolhida por influência da “tradição de isolamento” dos séculos anteriores, vinculada à questão do estigma da doença. Mas essa escolha, durante o século XX, estava mais intimamente ligada à impossibilidade científica em definir medidas que impedissem a propagação da doença ou mesmo em se descobrir um medicamento que levasse o paciente à cura. A confirmação da contagiosidade da doença – com a descoberta do *Mycobacterium leprae* no final do século XIX – associada à inexistência de cura do indivíduo, a partir dos medicamentos oferecidos para o tratamento dos doentes no período, indicam uma grande probabilidade da lepra ter sido considerada como um problema de caráter nacional, principalmente quando associado ao número de doentes que se imaginava existir. A partir do conhecimento científico da época, esses dois fatores de ordem médica – a contagiosidade e a incurabilidade – determinavam que somente o isolamento dos doentes poderia proporcionar um controle mais efetivo da lepra.¹⁰

Contudo, a vida intra-muros não significou tão somente uma ruptura sem volta com os antigos laços sociais, ou apenas um rearranjo destes mesmos laços em um novo contexto, mas uma mudança de papéis, uma nova forma de estar no mundo, e tudo o que de novo e estranho isso poderia implicar. Mais ainda, significava estar enquadrado em um novo conjunto de regras, disposições de espaço, cumprimento de rotinas, disciplinamentos do corpo e ainda assim ser obrigatoriamente observado pelo saber médico. Mais do que estar cerceado pelos espaços claustrofóbicos das cercas e muros que dividiam os mundos de dentro e fora, era estar cercado por pessoas em um primeiro momento estranhas, em outro invasoras, e ter assim tomado os espaços mais reservados da integridade do seu próprio “eu”, ser reconfigurado sob uma nova identidade, sob novas formas de sentir-se e ter assim que se despir de antigas máscaras,

⁸ Op. Cit. 2000, p. 11.

⁹ Para Goffman, estigma pode ser definido como “um atributo que deprecia profundamente o indivíduo” onde o “portador daquele atributo, não é aceito e não é considerado por seus pares, alguém que é desqualificado frente à aceitação social, objeto de descrédito individual.” Ver: GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988, p. 13.

¹⁰ CUNHA, Vivian da Silva. *O Isolamento Compulsório em Questão: Políticas de Combate à Lepra no Brasil (1920-1941)*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, Dissertação de Mestrado, 2005, p. 32.

remodelando outras, que representassem melhor os papéis aos quais estavam designados a cumprir ante a tutela da instituição clínica.

Como se não bastasse tal condição de segregação, o confinamento certamente servia ainda de combustível para o já antigo estigma ao qual todo “leproso” era acometido por sua condição. A mentalidade partilhada em torno desta doença foi ao longo de milênios um fator elementar de reprovação do indivíduo acometido. O medo, nutrido pelas imagens de desfiguramento do corpo ao qual a lepra permaneceu vinculada durante séculos, somando-se ainda a uma concepção religiosa, que remonta as tradições cristãs do Antigo Testamento, onde o “leproso” é identificado como um ser moralmente desqualificado, contribuíram significativamente para a composição de uma imagem vil e degenerada de seu portador. Ainda no século XX esta imagem permaneceu como referência para o modo de encarar quem por este “mal” fosse acometido. E muito embora as políticas públicas admitissem a existência desta imagem deteriorada acerca da doença, suas ações seguiam em direção oposta, na medida em que excluía seus portadores do vínculo “sadio”, tornando-os figuras ausentes, invisibilizadas, distanciadas, como uma ameaça, um perigo que deveria ser contido e isolado.

Ações do cotidiano.

Muito embora não se possa negar a eficácia do sistema normativo e muito dos resultados advindos das políticas de confinamento, nem muito menos o estigma imputado aos portadores da lepra, de nossa parte acreditamos ser necessário reconhecer também as articulações e manobras destes protagonistas, como meios (nem sempre viáveis) de estenderem o raio de ação de suas vidas, afirmando mesmo que muito precariamente certa autonomia frente aos “desígnios” da instituição clínica. Pensamos, assim, tal como Giovanni Levi, que “Na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação e de interpretação de regras, de negociação.”¹¹

Considerando desta forma, podemos afirmar que as ações, não apenas de enfrentamento, mas de desvio e resignificação das regras, dos papéis e das práticas, as quais a instituição impunha, conseguiram produzir uma margem muito maior de liberdade e atuação do que em um primeiro momento se possa imaginar. Seguindo os passos de alguns destes atores, é possível

¹¹ LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.179-180.

identificar muitas das manobras e táticas que viabilizaram uma maior abertura no horizonte de possibilidades a que todos estavam submetidos. Algumas das relações, como os laços de solidariedade, as relações matrimoniais e a constituição de “novas” famílias (haja vista que muitos indivíduos se viram separados de suas famílias no momento em que foram internados), não foram meras concessões da instituição, mas alterações produzidas pelas práticas dos internos. Encontramos uma menção a estas práticas, novamente na autobiografia de Benício Pereira, onde é possível perceber as contribuições dos internos para algumas mudanças históricas significativas no interior da colônia.

Alguns corajosos, que foram flechados pelo cupido, pagaram muito mais alto por seu amor do que nossos conhecidos Romeu e Julieta. Foram vários os casos de namoro censurados e punidos com prisão.

(...) Tive um pouco mais de sorte. Na minha época [1947-1952] já havia licença para namorar e mesmo casar. No entanto, não esqueço que devemos estes benefícios àqueles arrojados amantes, com seus sentimentos e coragem que, como heróis sofreram em dose dupla: Uma pela doença e outra em nome do amor proibido.¹²

O reconhecimento deste protagonista para com os “amantes” que no afã de suas vontades acabavam aprisionados na cadeia da colônia, durante os primeiros anos de seu funcionamento, sugere que suas ações produziram algum efeito de mudança nos regulamentos internos. Para tanto, fora necessário uma soma de enfrentamentos, que na maioria das vezes resultava em uma perda por parte dos internos envolvidos nas contendas. Ainda assim, é plausível pensar que a soma destas ações tenha contribuído para um afrouxamento, em longo prazo, de algumas das regras que regulamentavam os tipos de relações sociais permitidas entre os internos, a exemplo da permissão para o namoro e o casamento.

Michel de Certeau destaca em sua obra “A invenção do cotidiano” o componente “tático”, como o meio por onde os “fracos” (entenda-se aqui os indivíduos e grupos que se encontram em desvantagem nas relações de poder) conseguem atuar de forma a minar vagarosamente as estruturas sólidas do sistema normativo. Muito embora, para Certeau, isso não implique em uma mudança rápida e estrutural, ela abre possibilidades para a criação de posturas anti-disciplinares, o que poderá ou não acarretar, dependendo dos efeitos advindos de cada ação, uma abertura das margens de liberdade dos sujeitos envolvidos. Evidentemente isso não é uma regra, apenas uma possibilidade plausível, que aparece como tal após uma análise criteriosa feita por Certeau das

¹² PEREIRA, Benício. *Um Novo Horizonte*. Florianópolis: 2000, p. 25.

práticas do cotidiano e suas possíveis regularidades, redundadas na forma de uma “teoria das práticas”, proposta no interior desta obra.¹³

Tendo isso em vista, um outro aspecto que pode ser salientado, a partir de outro testemunho, são as recorrentes fugas da colônia. Em muitos casos, tais fugas não objetivavam um afastamento definitivo da instituição. Serviam como uma forma de estender o universo de relações sociais para o exterior do espaço clínico. Neste sentido, podem expressar uma tática freqüente, com o intuito de flexibilizar os ordenamentos e limites do cotidiano asilar.

A gente saía de noite, ia fugido pra ir dançar baile lá fora. Nós era novo. Não tinha ordem! Se eles soubessem... Mas nunca pegaram. Nós ia numa canoinha, atravessava o rio. O dono da casa pegava a gaitinha, tocava a gaita e nós a noite toda bebendo cachaça e dançando. Nós era novo, alguma coisa nós tinha que fazer!¹⁴

Observando algumas destas ações subreptícias levadas a termo por muitos dos internos durante o período de confinamento compulsório, podemos avaliar melhor o papel destes protagonistas diante das obrigações impostas pela política do isolamento. Suas vidas, evidentemente, permaneceram durante mais de dez anos (para os que lá entraram em 1940) tuteladas por esta instituição total. Ordenada, assim, por regras e limites bastante claros. Muito embora isto tenha sido um fator determinante, as articulações formadas por novas redes de sociabilidades, as formas como os internos se utilizaram dos instrumentos oferecidos pela própria instituição, resignificando-os, e as ações cotidianas (a exemplo das fugas) revelam uma criatividade diante de uma constante “situação limite” digna de menção e que, mais do que ser lembrada, certamente contribuiu para mudanças históricas realizadas dentro da colônia.

A entrada dos primeiros medicamentos (sulfonas) no final da década de 1940 possibilitou uma paulatina abertura no sistema de confinamento. Primeiro, com as “ordens de licenças”¹⁵, que já vinham sendo praticadas esporadicamente desde 1946, mas que passaram a ser mais largamente empregadas quando os medicamentos puderam garantir um quadro clínico estável da enfermidade em alguns pacientes. Segundo, com a Lei Federal 1.045 de 1950 que dispunha sobre

¹³ Ver: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁴ G.B.: Depoimento [04 fev. 2006]. Entrevistador R. Vaz. Florianópolis: Acervo Pessoal, 2006. 1 fita K7 (60 min.). ¾ pps estéreo. Entrevista concedida a Rafael Araldi Vaz.

¹⁵ Licenças expedidas pelo diretor da colônia, autorizando a saída do interno com previsão de retorno rápido.

a concessão de alta, visando a reintegração dos antigos pacientes ao convívio social aberto. Contudo, somente mais tarde, a partir de 1952 começam a ser registradas as primeiras altas para os internos da Colônia Santa Teresa.¹⁶

Apesar das tentativas de reinserção dos hansenianos¹⁷ ao seio social, fomentadas a partir de algumas mudanças na estrutura das políticas de saúde pública da década de 1950, o estigma e a perda dos laços familiares dos internos impossibilitaram que muitos conseguissem se manter na “sociedade de fora”. Isso provocou um índice considerável de retornos à instituição, que apesar de já não ser mais um espaço compulsório, acabou se tornando um asilo para muitos hansenianos.

Ainda hoje este hospital mantém uma pequena parte de seus antigos habitantes. Diferente de outros tempos, como eles mesmos lembram, hoje “podem entrar e sair quando quiserem”. Apesar disso, a permanência deles neste espaço se dá na realidade pela falta de opções ou mais propriamente pela dependência social que têm do hospital. Certamente, como uma espécie de retratamento, o hospital mantém os antigos pacientes, muito embora para alguns não haja a necessidade de permanecerem internados para tratamento. Porém, a continuidade dos pacientes neste lugar é um indicativo do que, em longo prazo, o estigma e o confinamento produziram sobre os hansenianos: dificuldade de inserção social e dependência institucional.

¹⁶ HOSPITAL SANTA TERESA DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA. Serviço de Arquivamento Médico e Estatística. *Ficha social e de assentamento*. Nº []. São Pedro de Alcântara/SC.

¹⁷ O nome “hanseniano” começou a ser utilizado na década de 1950 em substituição a “leproso”, como forma de restabelecer a imagem de seus portadores, haja vista o estigma milenar vinculado a palavra lepra. Esta palavra deriva do nome de Armauer Hansen, descobridor do bacilo *mycobacterium leprae*, agente patogênico da doença.

Referências bibliográficas e Fontes:

BENJAMIN, W. *Sobre o conceito de história*. In: **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 222-232.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CUNHA, Vivian da Silva. *O Isolamento Compulsório em Questão: Políticas de Combate à Lepra no Brasil (1920-1941)*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, Dissertação de Mestrado, 2005.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: **FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 167-182.

G.B.: *Depoimento* [04 fev. 2006]. Entrevistador R. Vaz. Florianópolis: Acervo Pessoal, 2006. 1 fita K7 (60 min.). ¾ pps estéreo. Entrevista concedida a Rafael Araldi Vaz.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HOSPITAL SANTA TERESA DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA. SAME. *Ficha social e de assentamento*. Nº []. São Pedro de Alcântara.

PEREIRA, Benício. *Um Novo Horizonte*. Florianópolis: 2000.

SANTA CATARINA. *Revista de Propaganda do Estado e dos Municípios*. N.1, 1939. Edição Facsimilada. Florianópolis: Governo do Estado, 2002.

Pomeranos e suas práticas com ervas medicinais

José Carlos Heinemann

Diante das belas paisagens tropicais e das verdejantes matas virgens, os pomeranos recém chegados ao Brasil em 1857, começam a descobrir as plantas medicinais. O trabalho na mata e as grandes dificuldades do início da colonização absorveram todas as forças dessa gente e eles não tiveram a preocupação de escrever a sua história.

No ano de 1860, o Conselho da União Suíça designou o suíço, profundo conhecedor dos países sul-americanos, Johann Jacob Von Tschudi, para visitar o Brasil. Buscou informações sobre os assentamentos e esteve em novembro de 1860 em Santa Leopoldina/ES. Seus relatos foram de suma importância para a historiografia brasileira, mencionando a vida e trajetória dos pioneiros, principalmente dos que se fixaram na Província do Espírito Santo. Criticou a terra ruim, a falta de estradas, a acomodação das autoridades brasileiras e principalmente a falta de assistência médica aos pioneiros.

Conforme os relatos de Tschudi, a maior parte dos imigrantes fixou-se nas colônias, dedicando-se ao trabalho braçal devido a sua experiência na terra, já demonstrada por várias décadas de serviço em suas localidades de origem. No relato do viajante Dr. Franz Rudio (1864) os pomeranos são considerados a pérola da colônia por serem bons trabalhadores do campo, com larga experiência nos mais diversos cultivos. Além de cultivar pomares, são exímios fazedores de frutas secas, cristalizadas, compotas e geléias, como a família Ramlow vinda do povoado de Stralsund. No Brasil estão isolados entre vales e montanhas diante do desafio de tudo para construir.

Os viajantes aqui citados, apesar de suas boas instruções acadêmicas, sentiram-se impotentes diante inúmeros problemas dos primeiros imigrantes. Seus estudos científicos e obras acerca da flora, fauna e botânica, certamente nunca chegaram ao conhecimento dos pomeranos. Mas, através de relatórios e cartas às suas Instituições científicas e entidades governamentais alemãs, prussianas e suíças souberam de todos os acontecimentos locais e de certo modo as dificuldades de cada Província no Brasil.

A falta de recursos médicos durante muitos anos persistiu em regiões muito íngremes e de difícil acesso. Quando tinha que transportar algum doente à cidade vizinha era um suplício pela precariedade das estradas. Em dias de chuvas contínuas ninguém

transitava, nem mesmo em cima do lombo de animais, para levar um doente até a sede do povoado onde tinha algum tipo de assistência. Um quadro desanimador, pois as mortes de crianças e de pessoas fracas de saúde eram uma constância. Além das doenças tropicais os pioneiros foram acometidos por outros males, como: convulsões, gastroenterite, coqueluche, difteria e malária que causava grande mortalidade infantil. “...as doenças se multiplicavam em nossas famílias...precisávamos fazer alguma coisa...” (Carl Vésper). Gente trabalhadora, sem medo de desafios e plantando muitas vezes em encostas de difícil acesso e em terrenos cheios de pedras, onde até o uso de arado tornava-se complicado. E muitas vezes a colheita foi fraca. Um ano era a seca, outro ano muita chuva, outro ano eram os pássaros que comiam os grãos, além de outros acontecimentos, como acidentes nas matas e picadas das cobras venenosas que trouxeram muitas mortes de entes queridos. Por essa razão os pioneiros voltaram para um ditado alemão do século V que dizia:

“...Para primeira geração à morte.

Para a segunda a miséria

e para outras gerações?

quando viria a prosperidade?...”

Foi o que fez o religioso luterano Johannes Schaefer, primeiro sacerdote oficial da comunidade de Jequitibá, em 1879 que escreveu para sua Instituição religiosa da Basileia pedindo informações sobre as florestas tropicais, esses ensinamentos ele passou para a sua comunidade. Nos arquivos do Museu Pomerano de Lagoa Serra Pelada (fundado em 28.11.1980), nos deparamos com escritos e cartas que revelam esses acontecimentos e a vida diária nas antigas colônias da Província do Espírito Santo. Os imigrantes pomeranos, para vencer muitas barreiras e obstáculos, utilizaram-se de um costume dos africanos e indígenas (Botocudos), que chamaram de “juntamento” (mutirão), tanto para derrubada da mata quanto para a construção de casas. A experiência dos índios Botocudos e dos negros foi de grande valor no que se refere ao conhecimento das plantas medicinais encontradas na mata. Muitas vezes na sua infância Reinaldo Berger foi tratado por sua avó, quando a forte tosse o incomodava. Mulher experiente durante a sua vida procurou o conhecimento das ervas medicinais e quando pôde aplicou na melhora de seus pacientes que a ela recorriam. Reinaldo com mais de noventa anos, ainda lembrava da receita caseira que por um bom tempo amenizava seu sofrimento. Ingeria um copo com chá de coentro, anis e erva santa-

maria com mel de uruçú reanimando-o em pouco tempo. O próprio Franz Dettmann (*29.12.1908 em São Sebastião) conta que quando seu irmão mais velho visitava seu avô Wilhelm Carl Ferdinand Behling (*12.01.1860 +23.07.1911), na localidade de São Sebastião, depois de algum tempo de caminhada sentia fortes caimbras. Ao chegar no velho casarão, seu avô depressa o socorria. Da prateleira incrustada na parede grossa da sala, em cima do batente da porta, lançava mão de uma garrafa com um líquido aromático que imediatamente friccionava nos músculos doloridos da perna e depois enrolava um pedaço de pano embebido com a chamada santa cânfora (Laurus Camphora). Seu irmão sempre dizia que era um santo remédio que jamais esqueceu a lição. Ficava na casa de seu avô por um bom tempo, mas retornava no final da tarde sozinho, antes do anoitecer. Tinha pavor de encontrar no caminho de volta para casa a chamada cobra voadora, temida por todos na região. A lenda dizia que seus saltos eram precisos e ninguém escapava de seus ataques. Injetava em suas vítimas seu veneno que nem mesmo o óleo de copaíba (copaífera officianalis) seria eficaz no salvamento. Na realidade não é perigosa como todos pensavam. De fato sua aparência cinzenta é esquisita, causando certa temeridade. Os nativos da América do Sul a chamavam de jequitirana-bóia, que traduzindo significa cigarra cobra. Pertencente à família das cigarras, ela é inofensiva. Com o tempo até as crianças de pouca idade já distinguiam as cobras venenosas das outras denominadas de limpa-mato. O pequeno Knaack do Morro do Gelo sempre com dor de dente, mastigava folhas de malva. Buss balançando nos cipós entre os grandes jequitibás caiu de grande altura e machucou a boca. Vovó Roepke depressa fez compressas da fervura da raiz do assa-peixe (Cacalia óptica). Grinaldinho picado por uma aranha negra gritava sem parar no pátio até sua avó chegar e colocar o sumo do caule da bananeira em cima do ferimento. Reincke sempre triste e depressivo fazia chá de erva de São João. Os Henke faziam chá da casca da jaboticaba branca (myrciaria jaboticaba, Berg) para as inflamações da amigdalite. A Família Kannenberg usava a entrecasca do pequi para produzir tanino e tintura castanho escuro para o tingimento dos balaios. O pequeno Schroder não perdia nenhum casamento de três dias de festas e comida farta. Certo dia seu pai precisou trazê-lo de volta para casa e medicá-lo, pois passou mal de tanto comer. Deu-lhe água num copo de madeira. Schroder fez careta, pois a água ficou amarguíssima em segundos. Era quássia-amara, conhecida

popularmente como “pau amargo” excelente para digestão. Em 1872 pomeranos nas matas com fome e sede descobrem o palmito e planta colombi que contém água.

Esses ensinamentos sobre plantas medicinais não foram escritos, mas guardados na memória e passados pela tradição oral às gerações seguintes. Anos mais tarde a própria comunidade do lugar selecionou pessoas que espontaneamente dedicaram-se ao estudo de plantas tropicais e usaram seus conhecimentos entre as pessoas da comunidade que necessitassem de uma ajuda imediata. Visitando o “Caminho Pomerano” em São Lourenço do Sul/RS, vamos encontrar várias colônias que mantêm a tradição e costumes dos antepassados. Numa delas, vamos encontrar a simpática senhora Inês Blank eximia conhecedora das ervas medicinais no sul do País. Inês em sua propriedade possui uma vasta área, onde cultiva plantas medicinais e ensina como usa-las para visitantes e alunos das Escolas locais.

Referências bibliográficas

CANSTATT, Oscar. Repertório Crítico da Literatura Teuto-Brasileira. Editora Presença, Rio de Janeiro, 1967.

COARACY, Vivaldo. A Colônia de São Lourenço do Sul e seu Fundador Jacob Rheingantz. Oficinas Gráficas Saraiva, São Paulo, 1957.

GRANZOW, Klaus. Pommeranos unter dem Kreuz des Südens. Horst Erdmann Verlag, Tübingen, Alemanha, 1975.

HEINEMANN, José Carlos. Santa Leopoldina, o Eldorado dos Pomeranos, Monografia. Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo, 1984.

TSCHUDI, Johann Jakob von. Reisen durch Südamerika. F.A.Brockhaus, Leipzig, 1867.

Johann Heinrich Peters – Pastor e médico em Forromeco*Larine Lutz**

A necessidade de atendimento médico nas colônias de imigrantes no interior do Rio Grande do Sul fazia com que aqueles que tinham algum conhecimento em medicina se tornassem o único recurso disponível para os imigrantes praticamente isolados pelas distâncias, dificuldades de deslocamento e muitas vezes pelo próprio estado de saúde. Diante dos acertos destes “médicos”, aumentava-se a confiança e também o número de chamados a ser atendidos. Quando estes “médicos” eram também pastores, a confiança tendia a aumentar, pois a cura poderia provir tanto da habilidade médica quanto da fé e das orações. Porém, a dedicação destes “pastores-médicos” ficava dividida, sendo que a segunda poderia prejudicar a primeira.

Temos como exemplo a atuação de Johann Heinrich Peters, pastor e médico na colônia de Forromeco e arredores, que, tendo sido enviado da Alemanha para cuidar do espírito dos protestantes no interior do Rio Grande do Sul, recebeu grande reconhecimento como médico do corpo, tanto entre os membros de sua comunidade quanto entre católicos e ateus em toda a região.

Com a chegada dos imigrantes alemães ao Brasil, no ano de 1824 chega também uma nova expressão religiosa, o protestantismo, cujas origens remontam à Reforma Religiosa promovida por Martin Lutero, que dividiu o mundo ocidental cristão em 1517, quebrando a hegemonia da Igreja Católica no domínio do aspecto religioso na vida das sociedades.

Os imigrantes eram assentados em colônias, formadas através da abertura de picadas nas matas fechadas, com mínimas condições para se estabelecerem. As primeiras noites em seus lotes eram dormidas sob o relento em barracas improvisadas, e somente após muito tempo conseguiam construir suas casas simples e desenvolverem o cultivo de alimentos e o cuidado de animais.

Apesar disso, muitas colônias buscaram demarcar um lote e realizar a construção de uma casa para ser utilizada como Igreja, porque a Constituição de 1824, em seu artigo 5º, determinava que outras religiões, que não a católica, seriam toleradas, porém as edificações para a realização de seus ritos não poderiam ter forma exterior de templo, ou seja, não

* Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, em 2007. e-mail: larine@novohamburgo.rs.gov.br

poderiam dispor de torre e sino. Além do funcionamento da Igreja, esta casa também servia como escola para os filhos dos imigrantes.

As primeiras colônias no sul do Brasil localizaram-se nas margens do Rio dos Sinos. Ao passo que estas áreas iam sendo ocupadas, outras, mais para o interior da mata fechada, iam sendo colonizadas, seguindo, em geral, o curso dos rios Caí, Jacuí, Taquari, Rio Pardo.

As primeiras colônias foram empreendimentos do governo imperial, porém, posteriormente, estes empreendimentos coloniais foram “terceirizados” para o controle de particulares. Assim ocorreu com a região norte do arroio Forromeco, onde atualmente temos os municípios de São Vendelino, Barão, e parte de Carlos Barbosa, cujo processo de ocupação foi gerenciado por particulares.

Em 6 de fevereiro de 1855 o governo imperial concedeu ao vice-cônsul francês Conde Paulo Montravel a concessão para colonização desta área de 16 léguas no Forromeco Superior. Esta colônia foi denominada Santa Maria da Soledade. O Conde Montravel em sociedade com Dr. Israel Soares de Barcelos, Dr. Dionísio de Oliveira Silveiro e João Coelho Barreto instituiu uma empresa colonizadora. Cada um dos sócios recebeu uma parte da colônia, sendo que o Distrito Barcelos, o centro da colônia, formou São Vendelino. Assumiu este nome em 1877 quando a colônia já havia sido emancipada do regime colonial imperial.¹

Registros assinalam que, em 1859, havia 1240 pessoas, perfazendo um total de 263 famílias estabelecidas na Colônia Santa Maria da Soledade. Estes tinham as seguintes nacionalidades: 904 alemães, 81 brasileiros, 201 holandeses, 40 suíços, 13 belgas e 1 francês. Destes, 622 eram católicos e 618 protestantes.²

Temos o relato de Madame van Langendonck, publicado no livro “Uma Colônia no Brasil”³, que retrata a vivência desta dama belga na colônia de Santa Maria da Soledade. Ela vem em companhia de seus dois filhos adultos desbravar as matas selvagens. Seu relato de viagem apresenta sua experiência desde sua saída da Europa até seu retorno à pátria Bélgica.

Sua descrição não pode ser tomada como exemplo para apresentar o tratamento dado aos colonos imigrantes, pois, pela sua posição, sempre foi tratada com distinção, freqüentando as residências de condes, cônsul, mercadores e fazendeiros. Contudo, pode muito bem apresentar as dificuldades que os colonos enfrentavam em meio à mata, para se estabelecerem e iniciarem suas plantações e sua subsistência.

Apresenta com bastante franqueza a desilusão de muitos imigrantes quando encaram a realidade de sua nova vida, muito diferente daquela propagandeada em seus países de origem e que muitas vezes levava famílias ao desespero.

Madame van Langendonck enfrentou todo processo de estabelecimento dos colonos nas novas terras. Percorreu picadas e mata fechada, enfrentou animais selvagens, sua moradia foi por muito tempo uma simples cabana com telhado de folhas e chão de terra batida e alimentou-se de caça. Sua família teve de limpar o terreno para o plantio com queimadas e viu toda aquela preciosa madeira da floresta ser queimada ou apodrecer ao relento ao invés de se tornar dinheiro, pois não havia como transportá-la para as cidades, onde poderiam ser trabalhadas por marceneiros. Temeu ataques de índios e negros fugidos e sofreu imensamente com os bichos-de-pé.

Permaneceu em sua colônia de 1857 a 1860, fazendo muitos amigos. Por saudade, retornou ao Brasil em 1863. Antes de retornar à Europa em 1860, conseguiu uma audiência com o Imperador Dom Pedro II, a quem tinha grande admiração.

Como se viu, a chegada dos protestantes alemães quebra, no Brasil, a hegemonia da Igreja Católica, porém de forma muito mais lenta e com menor significado do que a Reforma Protestante o fez na Europa em 1517, visto que, as regiões onde estes colonos foram instalados eram isoladas e distantes dos pontos centrais de ocupação portuguesa. Os primeiros imigrantes chegados na colônia de São Leopoldo estavam acompanhados do Pastor Johann Georg Ehlers (1779-1850). O Pastor Ehlers foi contratado pelo Major Georg Anton von Schaeffer, o grande agenciador de imigrantes alemães, para acompanhar estes imigrantes que iriam ocupar a colônia no sul do Brasil.⁴

Antes do Pastor Ehlers, o Major Schaeffer já havia contratado o Pastor Friedrich Oswald Sauerbronn (1784-1964) para instalar-se na colônia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, em 1824, acompanhando 300 imigrantes alemães, sendo o primeiro eclesiástico protestante no Brasil, sob a promessa do Major Schaeffer de receber os mesmos proventos dos demais vigários no Brasil, além de ter construída a igreja e a escola.⁵

Assim, os primeiros pastores alemães chegados ao Brasil junto com os imigrantes alemães protestantes foram contratados e pagos pelo Império Brasileiro. Além de Sauerbronn e Ehlers também o Pastor Carl Leopold Voges (1801-1893) e o Pastor Friedrich Christian Klingelhoef (1784-1838) foram mantidos através dos pagamentos efetuados pelo Império. O Pastor Voges atendeu, inicialmente, a colônia de São Leopoldo em conjunto com o Pastor Ehlers, porém foi posteriormente encaminhado a acompanhar os imigrantes alemães que se dirigiam à colônia de Três Forquilhas, no litoral do Rio Grande do Sul, próximo a Torres.

Sendo esta uma colônia pequena, temporariamente atendeu também, a despeito da distância, a colônia de Dois Irmãos, ao norte de São Leopoldo. Voges também desenvolveu atividades comerciais para auxiliar a sua subsistência.⁶

Já o Pastor Klingelhofer é conhecido como o pastor farrapo, visto que morreu em combate na Revolução Farroupilha em 6 de novembro de 1838. Antes de unir-se às forças rebeldes, era pastor na colônia de Campo Bom, construindo ali a primeira igreja evangélica do sul do Brasil, que funcionava durante a semana como escola, cujas aulas eram ministradas também por Klingelhofer.

Não há, até os anos de 1864/1865, uma preocupação por parte das instituições eclesiásticas protestantes das regiões de origem dos imigrantes com a situação e para o amparo das comunidades protestantes no Brasil.⁷ Os poucos pastores que emigraram da Europa para atender as colônias protestantes no Brasil vieram sem o apoio de qualquer instituição religiosa, alguns vieram contratados pelo próprio Império – agenciados por Schaeffer – e outros por iniciativa própria.⁸

O rápido alargamento das áreas ocupadas pelos imigrantes de origem alemã com a criação de novas colônias cada vez mais afastadas e isoladas, devido tanto à chegada de novos imigrantes alemães quanto da própria migração interna, não foi acompanhada por um acréscimo no número de pastores imigrantes, o que acarretou um grande número de comunidades sem atendimento pastoral, deixando muitos colonos angustiados. É neste contexto que surgem os chamados “pseudo-pastores” ou “pastores colonos” que eram colonos que assumiam as funções pastorais em colônias não atingidas pela ação de pastores regulares. Eram homens sem formação teológica⁹, muitos não tiveram sucesso em seus negócios e para seu sustento tornaram-se pastores, em sua maioria, contudo, eram pessoas íntegras. Alguns também assumiam a função de mestre-escola nas escolas comunitárias das colônias.¹⁰

Os primeiros quarenta anos de imigração alemã ao Brasil foram marcados, no aspecto religioso, pelo individualismo das comunidades protestantes. Cada colônia organizou sua comunidade, primeiramente com cultos domésticos, depois construindo sua igreja e também escola (muitas vezes as duas atividades eram realizadas no mesmo prédio). Dessa forma, não se pode falar em uma instituição protestante que representaria a religião desses imigrantes nas primeiras décadas de colonização.¹¹

É com as atividades do Pastor Dr. Hermann Borchard (1823-1891) que uma nova fase do protestantismo no Brasil será iniciada. No Brasil, Borchard desenvolveu seu pastorado em São Leopoldo/Lomba Grande no RS e em Petrópolis/RJ entre os anos de 1864 a 1870, sem conseguir, no entanto, permanecer por muito tempo nestes locais, buscando sempre conhecer

novas comunidades, percorrendo os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná e ainda o Uruguai e a Argentina. Com essa experiência, como viajante pelas comunidades de imigrantes na América (já havia exercido o pastorado anteriormente nos Estados Unidos da América), Borchard passou a buscar auxílio nos estados protestantes europeus para o envio de pastores missionários e de recursos, realizando diversas conferências em Organizações Eclesiásticas e em Sociedades Missionárias, explicitando a realidade das comunidades protestantes da diáspora de língua alemã.¹²

Borchard, em sua permanência no Brasil, buscou a unificação das comunidades protestantes dispersas, fundando o primeiro Sínodo em 1868, denominado “Sínodo Evangélico Alemão da Província do Rio Grande do Sul”¹³, com o auxílio de outros pastores enviados neste mesmo período. Os pastores enviados ao sul do Brasil a partir do período de Borchard pelas organizações alemãs e suíças estabeleceram um pastorado mais intensivo, em substituição ao período em que as comunidades não dispunham de um atendimento pastoral regular.¹⁴

Neste contexto, destaca-se a ação do Pastor Johann Heinrich Peters, cuja biografia foi escrita por Wilhelm Rotermund e publicada no *Kalender für die Deutschen in Brasilien* em 1887 com o objetivo de “fixar aqui a memória de Peters e de erigir-lhe memorial de honra”¹⁵. A tradução deste texto efetuada pelo Profº Dr. Martin Norberto Dreher está publicada no livro *Os dois vizinhos e outros textos*, fonte desta pesquisa.

O Pastor Peters nasceu na Renânia em 26 de abril de 1842, ficando órfão aos 12 anos, tendo sido carpinteiro e ingressado no Seminário da Sociedade Missionária de Barmen em 1867. Seus estudos foram financiados pela Sociedade Missionária da Renânia. Primeiramente, pretendiam enviá-lo para o trabalho entre os não cristãos, depois, para o oeste norte-americano ou o Texas, visto que, devido aos seus problemas de saúde, outro clima seria melhor.¹⁶

Por fim, foi enviado ao Rio Grande do Sul, por falta de habilidade com outras línguas, no ano de 1871, após ter sido curado de uma grave úlcera no pescoço, o que fortaleceu ainda mais sua fé. Foi alocado para as colônias de Forromeco, Franceza, Feliz e Porto Guimarães (São Sebastião). Depois, pelas dificuldades de deslocamento, deixou de atender Porto Guimarães e a comunidade de Feliz dividiu-se em Alta Feliz e Baixa Feliz.

Pastor Peters teve grande surpresa com a realidade das comunidades que encontrou, especialmente com a pobreza, simplicidade e má fama pela indisciplina, já anunciada pelo pastor Borchard, como afirmado anteriormente, grande responsável pelo envio de pastores da Alemanha para as regiões de imigração alemã protestante no Brasil, inclusive a de Peters.

Porém, com a ação do pastor Peters, muito da realidade das colônias começou a melhorar. Havia ainda espírito cristão nos corações dos colonos, o professor da comunidade havia se esforçado para tal. A partir da pregação constante e sincera nas comunidades e com muito trabalho, tanto a situação material dos colonos quanto espiritual evoluiu, o que se comprovava através do surgimento de casas confortáveis em lugar dos velhos casebres e também de certo reavivamento espiritual, com os colonos evitando freqüentarem bares, bailes, carteados, buscando ocuparem-se com coisas úteis. Até por um momento, devido à situação na Província, surgiram suspeitas de uma *nova* seita Mucker estar se formando nas comunidades de Peters. Tudo, porém, foi esclarecido junto ao diretor da colônia.

Com uma personalidade descrita como exigente, pastor Peters não se contentou com um quarto pequeno sem janelas na casa do professor, oferecida pela Comunidade para sua moradia, e exigiu a construção de uma casa de pedra, pois aguardava a vinda de sua noiva da Alemanha. Exigiu também de suas comunidades a construção de templos de tijolos, como a igreja da Comunidade Evangélica Luterana de Feliz, construída sob sua orientação, e até hoje utilizada pela comunidade. Também a casa em Forromeco (São Vendelino) hoje é utilizada como casa para retiros.

Sua atuação foi marcada não só como pastor dedicado e exigente, mas também como médico eficiente, em uma região que carecia de atenção em diversas áreas, e na área da saúde não seria diferente. Conforme Rotermond, quando do falecimento do pastor Peters, sua partida foi sentida mais como médico do que como pastor, pois atendia indiscriminadamente a qualquer pessoa que solicitava independente da fé que professasse.

Rotermond o descreve como:

“... médico para o corpo, pastor para a alma, mediador em conflitos, líder em deputações relacionadas com a colônia, supervisor quando de melhoria de estradas, auxiliar preocupado em questões relativas à escola; era o ‘pai da colônia’, como era chamado. A melhoria da situação eclesial e escolar era-lhe o mais importante.”¹⁷

Os pastores formados em Barmen recebiam, junto aos estudos seminarísticos, ensinamentos básicos de medicina. Borchard, quando solicitou o envio de pastores para as colônias do Rio Grande do Sul enfatizou a necessidade de que estes estivessem preparados para o exercício da atividade médica em suas colônias e que trouxessem consigo uma

farmácia homeopática.¹⁸ Não só Peters como muitos outros pastores enviados utilizaram seus conhecimentos em medicina em suas comunidades, “rompendo barreiras entre protestantes e católicos, alemães e brasileiros, negros e brancos”¹⁹, conquistando a confiança de seus membros e atacando descrenças e superstições.

Na biografia, Rotermund apresenta diversos exemplos da atuação de Peters como médico. Afirmava que o dom natural e a prática cada vez mais ampliada permitiam ao pastor Peters grandes atuações, desde a prescrição de medicamentos até operações. A fama de bom médico se alastrou, sendo cada vez mais procurado com este objetivo, o que o desgastava, tendo em vista a sua saúde frágil. Contudo, sempre cobrou o mínimo necessário pelos serviços de médico, apesar de que se tivesse cobrado o quádruplo, ter-lhe-iam pago. Acreditava que “... não era médico, mas pastor, e por não ter profissão médica também não queria receber honorários médicos. Apenas queria receber o suficiente para não precisar empatar dinheiro nesse serviço.”²⁰

Rotermund afirma que o pastor Peters era muito sensível em relação às crianças e aos animais. Peters sofreu muito quando do falecimento do seu filho mais velho Karl, e de sua filha mais nova, Lydia, quando eram muito pequenos. Também se compadecia de seus animais e de suas montarias, tanto que não conseguia se alimentar de seus animais domésticos. Em certa ocasião, seu cachorro havia sido maltratado e só restava sacrificá-lo. Chamou então um vizinho bom atirador e exigiu que matasse o animal no primeiro tiro, pois não queria vê-lo sofrer mais.

Em contrapartida, com os adultos era, muitas vezes, duro e impassivo. Ao realizar operações, suportava todo tipo de ferimentos, lamentos, choros de dor e sofrimento, cortando e costurando com mão firme e sangue frio. Foi assim com um senhor que havia recebido um tiro de chumbo e necessitava de curativo. Peters não se apressou e ainda afirmou que se ele perdesse mais um pouco de sangue não lhe faria mal.

Em outro caso, teve que amputar a mão de um homem, estourada por uma banana de dinamite:

“Como não tivesse clorofórmio e o médico mais próximo por inveja profissional não lho quisesse ceder, a operação teve que ser feita assim mesmo. O paciente gemia a valer durante a operação, gritava e xingava. Peters permaneceu completamente calmo e realizou seu trabalho sem atropelos, com um certo vagar como sempre acontecia nas operações e disse: ‘Tá certo, Sr., xingue a valer; assim agüentará melhor as dores.’”²¹

Conforme Rotermund, o pastor Peters começou seus atendimentos médicos ocasionalmente, ajudando os doentes com alguns remédios de sua farmácia homeopática

caseira. Porém, como havia carência de atendimento médico na região, logo muitos vieram a sua procura, e o que havia dado para um não poderia negar para outro.

Não desejando assumir um papel de “charlatão”, retomou seus estudos de medicina, iniciados em Barmen, adquirindo bons livros e instrumentos diversificados. Era cuidadoso ao adquirir seus medicamentos, os quais ministrava em grandes doses, do ponto-de-vista homeopático. Não se dizia homeopata nem alopata, afirmava apenas que os medicamentos eram os mesmos e que o médico deveria saber quanto prescrever.

O pastor Peters preferia sua vocação de pastor a de médico e, muitas vezes, lamentava não poder se dedicar plenamente à primeira, devido às grandes exigências da segunda. Havia certa preocupação quanto à atuação médica sobrepujar a pastoral: “Em 1874, Wegel, avaliando a intensa atividade médica de Peters, mencionou que temia que o ‘médico Peters’ tornasse o ‘pastor Peters’ incapaz.”²²

O pastor Peters também teve insucessos em suas operações, conforme uma carta do pastor Kunert em 1886, na qual afirma que Peters teria cegado várias pessoas em cirurgias de olhos.²³

Com relação à sua saúde, sempre frágil, ainda na Alemanha havia tido varíola e grave úlcera na garganta, era tísico e apresentava escarros com sangue. No Brasil, primeiro apresentou tumores nos dentes, tendo que ser operado duas vezes por conta destes problemas, deixando cicatrizes em seu rosto. Depois apresentou um sofrimento no peito. Em 1882, após sofrer alguns meses, foi acometido de hemoptise*²⁴, crises que se repetiram várias vezes. Para se recuperar, foi descansar por dois meses na casa do colega pastor Wegel, na Picada Quarenta e Oito, retornando depois ao seu pastorado.

Em 7 de dezembro de 1884, segundo domingo de Advento, presidiu o último culto em Forromeco. Após essa data, a doença não permitiu mais que exercesse sua abençoada atividade. Passou a sofrer novas crises de hemoptise e em fevereiro de 1885 passou a ter muitas dores e faltas de ar que restringiam sua locomoção da cama para o sofá. Mesmo sentado, ainda conseguia realizar pequenas operações.

Seu estado de saúde foi piorando. Seus colegas recomendaram que ele desistisse do serviço pastoral e buscasse se recuperar, porém seria muito difícil para ele, mesmo se tivesse melhorado, abandonar suas estimadas comunidades. Já não conseguia dormir, por causa das faltas de ar, nem se alimentar, por conta de dores na garganta e os pés estavam inchados, pela posição sentada em que permanecia.

Sua comunidade o apoiou até o fim, seja com visitas, orações, homenagens. Não podendo acompanhar a inauguração dos sinos da comunidade de Franceza, sinos estes que

havia sido encomendados do além-mar, com o objetivo de trazer grande satisfação ao pastor Peters, percorreu-se um percurso maior e levaram os sinos até o quarto do pastor, batendo neles, trazendo grande emoção para todos os presentes. Até mesmo pessoas que não eram membros da comunidade auxiliaram e não aceitaram pagamento em troca, fazendo isso por amor ao pastor Peters.

Peters tinha um grande desejo de partir, porém sabia que somente Deus poderia decidir sobre a hora exata. E esta chegou à noite de quarta-feira, dia 27 de maio de 1885. Ao anoitecer, Rotermund havia ministrado a santa ceia, a pedido de Peters. Rotermund compartilha: “Não sabemos quando o último suspiro saiu do peito apertado. Em silêncio e em paz, o irmão em Cristo adormeceu para o além; seu fiel Salvador não o deixou experimentar o amargor da morte.”²⁵

A notícia de sua morte se fez conhecer ainda durante a noite chuvosa. Na manhã seguinte, as lágrimas se encontravam nos rostos de todos. Seu sepultamento ocorreu na sexta-feira, com a presença de vários colegas pastores. Todos, protestantes, católicos e ateus lamentavam a partida do querido pastor e médico. Até mesmo Von Koseritz dedicou um necrológio em homenagem ao pastor Peters tanto na imprensa alemã quanto na portuguesa.

Após a partida de Peters, sua esposa, Alwine, permaneceu em São Vendelino até a chegada de seu substituto. Entendeu ela que seria melhor para a unidade da comunidade que ela permanecesse ali, bem como poderia efetuar alguns atendimentos a enfermos, pois havia aprendido com Peters um pouco da prática da medicina.²⁶

O substituto de Peters, pastor Heinrich Ernst August Kunert chegou a São Vendelino em dezembro de 1885. Suas comunidades não ficaram sem atendimento médico, pois também ele atuou como médico, tornando-se um dos mais renomados pastores-médicos no Rio Grande do Sul.²⁷ Permaneceu em São Vendelino até 1909.

As dificuldades enfrentadas pelos imigrantes para instalarem-se em suas colônias eram muito grandes. Aos poucos, conseguiam construir suas cabanas, produzir sua subsistência e ir progredindo. Também o abandono espiritual foi, aos poucos, sendo suprimido pela chegada de pastores enviados da Alemanha para o atendimento religioso dos colonos. Porém, os cuidados com a saúde dos imigrantes sempre foram um problema para os colonos, pois não havia médicos nas colônias, especialmente naquelas mais afastadas, ou que ainda estavam se organizando.

Para suprir um pouco as necessidades de atendimento médico dos colonos, alguns pastores como Peters dedicaram parte do seu tempo cuidando da saúde de seus vizinhos, através dos conhecimentos de medicina adquiridos durante seus estudos na Alemanha. Peters, com isso, conquistou a confiança e simpatia dos membros das comunidades que atendia e também de vizinhos da região, que necessitavam de seus serviços médicos. Vencido pela sua própria saúde fragilizada, sua partida foi grandemente sentida, pois, pela sua atuação comprometida com a comunidade, que lhe conferiu o apelido de “pai da colônia”, tornou-se mais que um pastor protestante perdido no meio da mata, ou um “médico” em uma colônia distante, mas um líder e amigo para todos aqueles que o procuravam.

¹ Informações extraídas em 14/08/2008 do site oficial do município de São Vendelino:

<http://www.saovendelino.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=100143389>

² Informações extraídas em 14/08/2008 do site oficial do município de São Vendelino:

<http://www.saovendelino.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=100143389>

³ LANGENDONCK, Madame van. *Uma colônia no Brasil*. Florianópolis: Ed. Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

⁴ HUNSCHE, Carlos H. *Protestantismo no Sul do Brasil - nos 500 anos de nascimento de Lutero (1483-1983)*. Porto Alegre, EST/São Leopoldo, Ed. Sinodal 1983. (p. 11)

⁵ HUNSCHE. Op. Cit., 1983, p. 11.

⁶ HUNSCHE. Op. Cit., 1983, p. 17ss.

⁷ DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade: Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Ed. Sinodal/EST/EDUCS, 1984. (p. 76)

⁸ FISCHER, Joachim. Comunidades, Sínodos, Igreja Nacional: o povo evangélico de 1824 a 1986. In: FISCHER, Joachim (org.). *Simpósio de História da Igreja*. São Leopoldo: Ed. Sinodal, 1986. (p. 14)

⁹ DREHER. Op. Cit., 1984, p. 54.

¹⁰ DREHER. Op. Cit., 1984, p. 60.

¹¹ FISCHER. Op. Cit., 1986, p. 13s.

¹² DREHER, Martin N. Hermann Borchard em São Leopoldo. In: FISCHER, Joachim (org.). *Simpósio de História da Igreja*. São Leopoldo: Ed. Sinodal, 1986. (p. 24)

¹³ DREHER. Op. Cit., 1984, p. 74.

¹⁴ DREHER. Op. Cit., 1984, p. 63 e 73

¹⁵ ROTERMUND, Wilhelm. Pastor Peters. Biografia de um Pastor Evangélico no Brasil. In: ROTERMUND, Wilhelm. *Os dois vizinhos e outros textos*. Tradução de Martin Norberto Dreher. São Leopoldo: Sinodal: Porto Alegre: Edições EST, 1997. (p.184-213).

¹⁶ WACHHOLZ, Wilhelm. *Atravessem e ajudem-nos*. São Leopoldo: Sinodal, 2003. (p. 258)

¹⁷ ROTERMUND. Op. Cit., 1997, p. 193. Também era chamado de “o samaritano do Caí”, cfe. WACHHOLZ. Op. Cit., 2003, p. 259.

¹⁸ WACHHOLZ. Op. Cit., 2003, p. 534.

¹⁹ WACHHOLZ. Op. Cit., 2003, p. 536.

²⁰ ROTERMUND. Op. Cit., 1997, p. 195.

²¹ ROTERMUND. Op. Cit., 1997, p. 198.

²² WACHHOLZ. Op. Cit., 2003, p. 537.

²³ WACHHOLZ. Op. Cit., 2003, p. 535.

²⁴ hemoptise: expectoração sanguínea ou sanguinolenta através da tosse, a qual pode ser sintoma de diversas doenças do sistema respiratório, como a tuberculose.

²⁵ ROTERMUND. Op. Cit., 1997, p. 212.

²⁶ WACHHOLZ. Op. Cit., 2003, p. 562.

²⁷ WACHHOLZ. Op. Cit., 2003, p. 538.

**O Sínodo de Missouri e a revista “Pequeno Luterano” no contexto pomerano:
educação doutrinária, higienismo e rede de leitores (1932-1952).**

Patrícia Weiduschadt¹

Introdução

Pretendo apresentar nesta comunicação a importância e as representações da revista do “Pequeno Luterano” em escolas paroquiais e na educação familiar no contexto pomerano na região meridional do estado do RS. Esta revista era direcionada a crianças e produzida pelo Sínodo de Missouri, uma instituição religiosa luterana originária dos Estados Unidos, que se instalou no Brasil em 1900. Atualmente é denominada Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

A educação e as relações do Sínodo de Missouri no contexto pomerano, nos primórdios da sua fundação, foram discutidas na minha dissertação de mestrado². Agora, na continuidade da minha pesquisa (no doutorado), pretendo aprofundar tais estudos. Por isso, neste artigo faço um recorte de um dos meios educativos utilizados pelo Sínodo, que é a revista do “Pequeno Luterano”. As discussões também estiveram circunscritas pela importância de fazer os participantes da igreja do Sínodo de Missouri conhecer a doutrina, absorvendo os ritos e os modos de conduta adequados a esta orientação doutrinária.

Assim, o Sínodo demarcou um campo religioso, colocando-se como central e buscando instaurar um *habitus* e fortalecer um campo religioso (Bourdieu, 2002) no qual pudesse interiorizar essas práticas. Era necessário consolidar um campo religioso e fortalecê-lo, investindo na escola, e, ainda, influenciando o campo familiar dos seus possíveis fiéis. A consolidação desses campos não se constituiu de forma neutra e aleatória, pois estavam inseridos num determinado contexto e espaço social, sendo determinados com os agentes sociais envolvidos neste processo: a organização do Sínodo de Missouri e os descendentes de imigrantes alemães. Por isso é preciso perceber que:

Nos diferentes campos, existe uma correspondência entre as divisões
objetivas do mundo social notadamente entre dominantes e

¹ Doutoranda em Educação, UNISINOS, sob orientação de Beatriz T. Daudt Fischer.

² Dissertação defendida em maio de 2007, na Universidade Federal de Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, com o título *O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX I- identidade e cultura escolar*.

dominados- e os princípios de visão e de divisão que os agentes lhe aplicam. [...] A exposição repetida às condições sociais definidas imprime nos indivíduos um conjunto de disposições duráveis e transferíveis, que são a interiorização da realidade externa, das pressões de seu meio social inscritas no organismo.[...] (BOURDIEU, 2002 p.68).

Qualquer campo apresenta um espaço de lutas e conflitos, mantendo ou modificando interesses que lhe são constituídos. A partir da constituição de um campo acontece uma interiorização dos indivíduos, uma disposição em aceitar determinadas práticas. Isso não acontece de forma individualizada, mas relacionada às condições sociais vividas. Essas disposições são denominadas pelo referido autor (1983, p.94) como *habitus*.

O *habitus*, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim (Op cit, 1983 p.94).

No estudo, o conceito de *habitus* procura auxiliar o entendimento das práticas religiosas e escolares influenciadas pelo Sínodo, que os grupos vão interiorizando a partir da escola.

Para a legitimação como “verdadeira igreja luterana” não bastava o Sínodo se enxergar como tal. Precisava convencer as comunidades. Uma das formas encontradas era a preocupação que o Sínodo tinha em relação à educação. Uma educação doutrinária foi expandida através da organização escolar. Apesar dessas comunidades já possuírem uma organização escolar anterior à instalação do Sínodo, a instituição oferece uma educação dita por eles como diferente.

O objetivo aqui intenta analisar os discursos presentes no “Pequeno Luterano”, relacionando as orientações morais e doutrinárias com o discurso higienista³. Para tanto, busca-se apoio teórico-metodológico em referenciais da história cultural⁴, que nos

³ O higienismo foi uma preocupação dos médicos no final do século XIX e início da XX. Surge com a necessidade da medicalização institucional. O movimento é reforçado nas primeiras décadas de 1920 com o surgimento das constantes epidemias no Brasil. Mas o movimento possui uma instância moral e reguladora, legitimando o saber médico em várias esferas: na escola, na igreja, etc. Para aprofundar ver em SOARES (2002; 1994)

⁴ Os principais autores que referendam a nossa análise são Pesavento (2004); Veyne (1995); Burke (1992); entre outros.

permite compreender determinados processos sem a preocupação da busca da verdade absoluta. Para o entendimento dos discursos não estamos buscando somente o contexto destas orientações, mas as representações destas práticas discursivas na apropriação dos leitores e as condições em que estes discursos foram produzidos.

Neste sentido, buscamos na discussão os conceitos de Darnton (1992) sobre a história da leitura e a produção dos leitores através dos tempos. Segundo ele, a leitura dependia do ambiente, do meio social em que se vivia. Assim,

A leitura tem uma história. Não foi sempre e em toda a parte a mesma. Podemos pensar nela como um processo direto de se extrair informação de uma página; mas se a considerássemos um pouco mais, concordaríamos que a informação deve ser esquadrinhada, retirada e interpretada. Os esquemas interpretativos pertencem a configurações culturais, que têm variado enormemente através dos tempos. (DARNTON, 1992, p 233)

A interpretação dos textos deve estar contextualizada e ser analisada como se deu a articulação do leitor e a apropriação da sua leitura. Assim, precisamos perceber como a revista do “Pequeno Luterano” esteve presente e se articulou com a educação dos integrantes do Sínodo de Missouri, em especial, com as crianças que freqüentavam as escolas paroquiais.

O “Pequeno Luterano” era uma revista destinada a crianças, começou a ser editado em novembro de 1931 na língua alemã gótica com o nome de “Kinderblatt”, e circulou bimestralmente até junho/julho de 1939, na língua alemã. Provavelmente devido a nacionalização do ensino, em agosto/setembro de 1939 começa a circular o mesmo formato da revista mas em português e denominada “Pequeno Luterano”.

Assim, esta revista era usada nas escolas paroquiais como veículo informativo, educativo e doutrinário, sem falar que funcionava como entretenimento para o público infantil. A partir da análise é possível perceber que a preocupação do Sínodo de Missouri era com as escolas e a formação educacional das crianças inserida na doutrina ortodoxa luterana. O periódico continha leituras sobre o ensino da Bíblia, do catecismo, da vida de Lutero. Além disso, há textos em formas de histórias que tratam de assuntos sobre noções de higiene e de comportamento moral, ao mesmo tempo, que apresentam brincadeiras como charadas e palavras cruzadas sobre os textos e conhecimentos bíblicos. Uma outra característica marcante desta literatura era a interlocução que o

Pequeno mantinha com os seus leitores infantis e com as escolas. Estes aspectos passam a ser analisados no decorrer deste artigo.

Educação doutrinária e moral

O Sínodo de Missouri caracteriza-se por difundir uma doutrina luterana fundamentada na ortodoxia, ou seja, apoiar-se nos fundamentos bíblicos e nos catecismos de Martinho Lutero⁵.

No material didático produzido por estas instituições como cartilhas, livros religiosos e nos periódicos direcionados para o público infantil e adulto, é reforçada esta característica.

Desde o início da circulação ainda em alemão com o nome de “Kinderblatt”, as histórias sobre a vida de Lutero são freqüentes. A ênfase em colocar Lutero como uma criança obediente aos seus pais e como um aluno dedicado que esteve na escola aprendendo os preceitos religiosos, é evidente, especialmente, porque Lutero aprendeu a Bíblia e a ler e escrever através da educação formal religiosa. Em contrapartida, Lutero é valorizado como pai, quando é retratada uma carta que ele envia admoestações ao seu filho Joãozinho. Um pai que orienta o filho em manter sempre ligado a sua fé antes dos prazeres (KINDERBLATT, Ano 3, nº 9 e 10, setembro e outubro de 1933).

É relevante perceber que na educação das crianças é fundamental aparecer a imagem e vida do fundador do luteranismo relacionado a uma vida regrada na infância e na educação de seus próprios filhos. Através do periódico, busca-se formar e estabelecer práticas que as crianças precisavam seguir na doutrina.

Praticamente em todos os periódicos do “Pequeno Luterano” a importância da doutrina e da conduta moral é reforçada através de histórias da vida de Lutero ou relacionando com histórias bíblicas transmitidas em linguagem infantil.

Nos textos direcionados a escolas é mencionada a comemoração do Dia da Reforma, apresentada num dos excertos da revista, com o título “A Primeira escola de Lutero”.

O mês de outubro, cada vez que volta, aviva em nós a lembrança do Dr. Martinho Lutero, o homem a quem Deus usou para purificar a

⁵ Na minha dissertação de mestrado discuto e aponto a organização das escolas no contexto pomerano estarem organizada de acordo com os princípios doutrinários ortodoxos. Estes princípios são visíveis nos periódicos da igreja e nas cartilhas usadas nas escolas.

Igreja. Nas nossas escolas paroquiais a sua vida e a sua obra são estudadas, e no dia 31 de outubro, o dia da Reforma, realizam-se em nossas igrejas cultos de agradecimento e louvor a Deus, por nos ter devolvido a doutrina reta e pura. (PEQUENO LUTERANO, Ano IX, nº 10-11, outubro e novembro de 1949, p 38-39).

Visivelmente podemos encontrar a preocupação da revista em reforçar o vínculo entre ser luterano e o conhecimento da doutrina através da educação escolar. Ainda relaciona a dedicação de Lutero em fomentar escolas para poderem usufruir da doutrina que é pura, ou seja, quem tinha esta doutrina eram os praticantes da igreja do Sínodo de Missouri, mas para praticar era preciso conhecer e estudar.

Logo em seguida o texto apresenta Lutero como um homem preocupado com a situação escolar de seu tempo. Na época a escola era direcionada a uma pequena elite, mas o reformador queria expandir e massificar o ensino, não se preocupando somente com a leitura, escrita, canto e latim. Mas voltando-se para os conhecimentos seculares, como a história (PEQUENO LUTERANO, Ano IX, nº 10-11, outubro e novembro de 1949).

Obviamente que nos textos do “Pequeno Luterano” são reproduzidas as histórias de acordo com a perspectiva que é conveniente inculcar. Faz-se uma comparação rasa com as escolas paroquiais existentes na época e os princípios das escolas surgidas logo em seguida depois da Reforma. Sabe-se que este processo das escolas após da Reforma não foram tão populares⁶. Mas é possível avaliar que, segundo o texto, a vinculação entre o ideal de escola luterana também previa conhecimentos seculares, assim podemos perceber muitos textos sobre higiene e saúde com orientação moral e cristã.

Mas na revista é a escola paroquial que é valorizada. Um dos artigos relata:

O grande valor de vossa Escola Paroquial

(...) Ali, tende um professor piedoso, luterano, para vos ensinar, ou talvez uma professora temente a deus, luterana para vos instruir. Pessoas que têm real interesse em vós, que vos amam, que vos querem salvar. Já refletistes que imenso valor esta escola representa para vós? (..) Agora também sêdes agradecidos a Jesus Cristo. Escutai bem quando o professor ou a professora vos ministra o ensino religioso, com zelo, decorai as passagens e os hinos,

⁶ Muitos estudos apontam que as escolas fundadas logo após a reforma não eram tão populares. Ainda mantinham um vínculo elitista e medieval. Para saber mais ver em Defreyne (2005).

obedecei com gôsto aos vossos pais e professôres e sêde carinhosos para com vossos colegas de aula.(...) (PEQUENO LUTERANO, Ano XVII,,nº 1 e 2, janeiro e fevereiro de 1956, p. 9-10).

As indicações do texto sugerem os modos de conduta e práticas que os alunos deveriam seguir. A ênfase em legitimar o professor como um luterano, e até mesmo neste período uma professora, reforça a relação da escola paroquial do Sínodo de Missouri com a doutrina luterana e com as práticas que este pertencimento implicava.

Além da formação doutrinária, outras práticas eram reveladas no conteúdo da revista como textos de cunho nacionalista e higienista.

Movimento higienista

O movimento higienista possui fortes relações com o nacionalismo do Estado Novo porque o higienismo possui uma relação de ordem e moral. Há uma necessidade de controlar e moldar o espírito com ideais de nacionalismo e obrigações cíveis agregado ao controle corporal através das práticas higienistas. A análise do período contempla uma época em que o nacionalismo também estava presente nas orientações do Estado Novo através das idéias higienistas do início do século XX.

Não desejamos aprofundar a temática dos conceitos do higienismo e nacionalismo, queremos apenas relacioná-los com os artigos que circulavam no “Pequeno Luterano”, ainda entrelaçados com a orientação doutrinária.

Podemos considerar que artigos relacionados com a higiene, saúde e patriotismo são cada vez mais recorrentes na revista, especialmente entre as décadas de 1930-1955. Consideramos que o Sínodo de Missouri não estava alinhado ao movimento germanista promovido por outras instituições luteranas⁷, mas era um Sínodo que tinha descendentes germânicos entre a maioria de seus fiéis. Assim, inferimos que era preciso reforçar os valores patrióticos e higienistas para evitar perseguições do Estado Novo.

Ainda na publicação alemã, a preocupação com os hábitos higiênicos é destacada e relacionada com os princípios doutrinários cristãos.

Não esquecer a limpeza dos dentes

⁷ O Sínodo Riograndense, atual IELB, esteve fortemente alinhada com os ideais germanistas. Para saber mais sobre o movimento germanista ver em GERTZ (1998) e SEYFERTH (1994).

Volto mais uma vez sobre a atenção a esta necessidade. Vocês não devem esquecer este dever. Muitos são perturbados com as queixas dos dentes e com as dores. Mas está em vocês mesmos que estas queixas possam ser evitadas ou diminuídas. Para isto é necessário apenas um trato com os dentes. Cada um, com um pouco de dinheiro pode comprar uma escova de dente. Há também que comprar pasta de dentes para uma minuciosa limpeza. Certamente é necessário que de tempos em tempos procurem o dentista.

Quando eu recomendo a vocês um trato com os dentes é para não sofrerem mais tarde. O Apóstolo Paulo adverte aos cristãos, que vossos corpos devem ser tratados ordeiramente. Com o tratamento do corpo pertence também a limpeza dos dentes. Em torno disso ainda digo:

Não esquecer a limpeza dos dentes! (KINDERBLATT, Ano VII, nº 10, outubro de 1937, p. 38-39).

O conselho sobre a limpeza do corpo é relacionada com a ordem moral e religiosa e na revista tal comportamento precisa ser ressaltado aos leitores. Evidenciamos que há um controle minucioso e esquadrinhado das práticas higiênicas concomitante com as práticas religiosas, uma verdadeira disciplina. Tal controle e disciplinamento, lembra Foucault (1989):

A disciplina é uma anatomia da política do detalhe. [...] A era clássica não a inaugurou, mudou a sua escala...[...] Nessa grande tradição da eminência do detalhe viriam a se localizar sem dificuldade as meticulosidades da educação cristã, da pedagogia escolar ou militar, de todas as formas, finalmente, de treinamento [...]” (FOUCAULT, 1989, p.120).

Seguindo esta perspectiva, podemos pensar que no caso das escolas comunitárias e das orientações da revista do “Pequeno Luterano” havia a necessidade destas relações disciplinares exigirem controle e sanções através do discurso higienista e religioso. Então o discurso mescla o cuidado com os dentes a uma vida cristã e ordeira. Um verdadeiro cristão precisa se preocupar com a limpeza de seu corpo para estar de acordo com os ensinamentos bíblicos.

De fato, o discurso de se ter bons hábitos mantém uma relação direta com o comportamento moral e religioso. Uma das histórias contadas no “Pequeno Luterano” ilustra bem esta proposição.

Pedro- um menino de bons hábitos

Pedro, ao clarear o dia, salta de cama bem disposto. Veste-se e vai lavar o seu rosto. Sauda os pais e em sua companhia toma café. Antes de ir à escola dá uma última olhada nas lições e verifica se nada falta. Despede-se do papai e

da mamãe e dirige-se logo após diretamente á escola. (...) Chega pontualmente. Na aula, Pedro é atencioso e comportado. (...) Os seus exercícios mostram capricho e asseio. No recreio é bom companheiro. (...) Finda a aula, sem demorar, volta ao lar paterno. Evita as más companhias. Na rua não grita, nem briga. (...) (PEQUENO LUTERANO, Ano VII, nº 8, junho de 1947, p. 23).

O texto mais parece tópicos de orientações em forma de história. É pontuado tanto o comportamento corporal como moral do menino como um exemplo a ser seguido. O controle do tempo e do espaço e, especialmente a utilização deste espaço, é destacado. Podemos inferir que o modelo escolar não previa somente o que se aprendia na escola ou o que se aprendia dos fundamentos higienistas, mas como se realizavam estas práticas: a pontualidade, a cordialidade e a dedicação meticulosa aos estudos e à vida familiar.

A forma lúdica e direcionada às crianças é presente nos textos que conformam uma orientação higiênica. A história intitulada “A escova descontente” revela a forma de apresentar as orientações às crianças em como cuidar da saúde dos dentes. A história que uma escova vivia triste porque pertencia a um menino, mas ele a tinha esquecido, até que seu dente começou a doer, então sua mãe o levou ao dentista e teve a recomendação de usar a escova sempre após as refeições, então a escova pôde ficar novamente feliz (PEQUENO LUTERANO, Ano X, nº 1 e 2, janeiro e fevereiro de 1949, p. 7).

Este discurso divulgado na revista, próprio para o público infantil, demonstrando a preocupação em cuidar dos dentes, evidencia a dimensão de saúde e higiene tão presente no conjunto das edições de determinado período. Ainda muitas leituras levavam em conta o cuidado com os dentes, unhas e calçados.

Vida Higiênica

I-Carlos tem muito cuidados com os seus dentes, pois sabe que a boca pode tornar-se um foco de micróbios.(...)

II- Unhas grande e sujas indicam hábitos de pouco asseio (...) Não é preciso dizer que não deves roer as unhas! Isso é nojento!

III- Não uses calçado apertado. (...) Procure pisar direito, sem bater com os pés (...) (PEQUENO LUTERANO, Ano I, nº 10, outubro, 1940, p 39).

Estes cuidados apontam para um controle metucioso e minucioso do corpo, não apenas no aspecto da higiene corporal, mas em relação ao comportamento moral e

disciplinado. A maneira de andar e o não roer as unhas mostram que os pequenos gestos e hábitos detinham atenção.

Até mesmo em relação aos modos de leitura as orientações estão presentes na revista. A preocupação se dá com a higiene dos olhos e também as maneiras de ler. Colocamos um pequeno excerto que ilustra bem esta afirmação. São apontados alguns tópicos de deveres e não deveres em relação aos olhos.

Higiene dos olhos

Devemos

-No fim de cada 15 minutos de leitura, erguer os olhos do livro e olhar um pouco para a distância. (...)

Não devemos

- Ler num trem ou automóvel em movimento . (...)

-Levar aos olhos toalhas, lenços ou qualquer outro objeto sujo. (...) Extraído de AVENTURAS NO MUNDO DA HIGIENE de *Érico Veríssimo*) (PEQUENO LUTERANO, Ano IX, nº 1-2, janeiro-fevereiro de 1948, p. 6-7).

Algumas leituras e histórias eram extraídas de materiais da literatura da época em que a preocupação de muitos literatos para o público infantil era com as noções de higiene. A preocupação era voltada para os modos de leitura e como o leitor deveria preservar a saúde de sua visão.

Outros excertos sobre o ABC de Saúde são apresentados na revista, retirados do Serviço Nacional de Educação Sanitária, um órgão do governo que direcionava os assuntos sobre higiene.

B- Banho

O BANHO é indispensável ao asseio e saúde individuais. Quando frio, ativa a circulação do sangue e, tomado diariamente, põe a pele em condições de resistir melhor às mudanças de temperatura.

Tome banho diariamente. Prefira, porém, o banho frio pela manhã, ao levantar-se.

S. N. Educação Sanitária (PEQUENO LUTERANO, Ano VII, nº 9, setembro de 1951, p 41, disposição e grifos da revista)

Este texto apresenta indicações de higiene ao lado das comemorações de 7 de setembro, ligando o higienismo ao civismo presente neste contexto. As indicações fazem parte de um discurso que era oficial no período político que o país vivia: preservar e limpar a população através de hábitos de higiene e de conduta moral.

Contato com as escolas e leitores

Desde o início da circulação desta revista era evidente o contato do editor apresentado como “Tio do Kinderblatt”, depois, em português, o “Tio do Pequeno Luterano”. Era assim que os editores mantinham correspondências com crianças ou escolas que escreviam para o periódico. Um dos contatos foi com a escola de Três Vendas, em Pelotas. As crianças enviaram uma mensagem com uma foto da escola. A mensagem era simples e provavelmente o professor da escola orientou a escrita.

A seguinte carta chegou:

Três Vendas (Pelotas), 17 de maio de 1932.

Ao Evangelish Luteranisches Kinderblatt!

Nós estamos freqüentando a escola quase um ano e meio. Nossa escola é uma escola de uma Comunidade Evangélica Luterana. Aqui aprendemos também bonitas histórias bíblicas e versos de canções. Nós aprendemos a ler em duas línguas. Daí precisamos ser muito dedicados. Nosso Salvador quer nos ter. Todos os meses o nosso professor nos traz o “Kinderblatt”. Nós podemos lê-lo bem. Nós nos alegamos sempre com as maravilhosas histórias, porque nós devemos ser agradecidos, por isso enviamos a nossa foto da escola.

Abraços dos alunos de Três Vendas (Kinderblatt, junho /julho de 1932, p. 23).

Logo em seguida o editor responde aos seus leitores:

Muito obrigado, amadas crianças, por esta carta, também pela foto da escola. Nós trazemos e colocamos uma cópia. Nós nos alegamos também, que vocês se agradam do “Kinderblatt”. Nós respondemos com felicitações a vocês e abraços cordiais para o vosso amável senhor professor.

Seu Tio do “Kinderblatt” (Kinderblatt, junho /julho de 1932, p. 23).

A interlocução entre a redação do jornal e as escolas era evidente. A escola seguia as orientações do periódico. Os professores enviavam estas pequenas mensagens para divulgar o trabalho, usavam a revista como suplemento pedagógico.

Podemos perceber a ênfase no conteúdo doutrinário aprendido nas escolas, com as histórias bíblicas e as músicas religiosas, um recurso pedagógico difundido nas escolas paroquiais.

É recorrente a interlocução entre os leitores infantis e a revista; em outros momentos, outras escolas, como de Novo Hamburgo e São Leopoldo, enviam cartas nos mesmos moldes.

Em décadas posteriores, quando a revista era apresentada em língua portuguesa há uma comunicação mais individualizada dos leitores. Há um espaço denominado “Janelinha Aberta” em que os leitores enviam cartas e redações ao editorial. Queremos destacar o envio de uma carta de um leitor, Armindo Wienke, de Canguçu.

E queremos registrar ainda a colaboração de dois amiguinhos que reproduziram ambos uma história que haviam lido e ouvido. São eles **Paul Gert Jung**, de Arroio do Meio e **Armindo Wienke**, de Canguçu. Pretendemos publicar estas histórias, bem como as melhores redações, nos próximos números do “Pequeno Luterano” (PEQUENO LUTERANO, Ano XII, nº 12, dezembro de 1951, p 58, grifos da revista).

Podemos notar que esta forma de contato entre o leitor infantil e a revista proporcionava uma legitimidade em ser uma criança ordeira e religiosa, também dedicada nas tarefas, porque seu nome aparecia como um leitor assíduo e mencionado com relevância.

Para melhor compreender tais contatos, entramos em contato com o Sr. Armindo Wienke e o entrevistamos. Ele relata que quando escreveu a redação ao “Pequeno Luterano” foi incentivado por sua irmã mais velha. Leu uma fábula sobre o sapo e reproduziu a história. Na época tinha 12 anos e era aluno de uma escola paroquial em Herval, interior de Canguçu. Seu professor era o pastor Reinaldo Albrecht, que era formado em teologia e pedagogia pelo seminário. Na escola não se usava tanto o “Pequeno Luterano” porque tinha alunos que eram de outras denominações religiosas. Então o pastor e professor ensinava a religião a partir das Histórias Bíblicas, sem aprofundar muito a questão doutrinária.

O entrevistado ainda menciona que era um leitor assíduo da revista. Na sua casa havia assinaturas de outras revistas religiosas, como Nostra Vita, Lar Cristão, que era um almanaque anual, e também revistas de circulação laicas, como O Cruzeiro.

Percebemos que este leitor vivia num mundo letrado em que a leitura tinha relevância social e também a apropriação de leituras se davam fora do ambiente escolar.

Considerações finais

Percebemos que o periódico “Pequeno Luterano” teve a sua relevância na formação de uma educação doutrinária entre os pomeranos pertencentes ao Sínodo de Missouri, e, buscou ainda em seus preceitos orientar os leitores a valores higienistas e nacionalistas vigentes na época. Por isso, podemos inferir que a produção/circulação de um periódico está contextualizada na realidade em que atua. Em especial, vemos que os leitores podiam ter um contato grande com os editores, numa forma de ser reconhecidos e assim, legitimar certas práticas higiênicas e doutrinárias.

Através dos textos do periódico analisado, é possível identificar as diferentes tentativas em educar, de forma meticulosa, para a formação de determinadas condutas e práticas, buscando a interiorização de preceitos doutrinários, fortalecendo um campo religioso neste grupo.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro, UERJ, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo, UNESP, 1992.
- DARNTON, Robert. História da Leitura. IN: BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo, UNESP, 1992, p 197-235.
- DEFREYN, Vanderlei. Sobre a Tradição Escolar Luterana. **Protestantismo em Revista**. Ano 04, nº 1, jan-abr. 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 1989.
- GERTZ, René. **O Perigo Alemão**. 2ª ed. Porto Alegre, Universidade/ UFRGS; 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre, UFRGS, 2001.
- SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. IN: MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira. (org.). **Os Alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e cultura**. Canoas, ULBRA, 1994, p. 11-27.
- SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física: raízes européias e Brasil**. Campinas:

Autores Associados, 1994.

Imagens da educação no corpo; estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEYNE. Paulo. **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história.** Trad de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª Ed. Brasília, UNB, 1982, 1992, 1995.

WEIDUSCHADT, Patrícia. O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX I- identidade e cultura escolar. Programa de Pós-Graduação em Educação. FAE/UFPEL, 2007. Dissertação de Mestrado.

Periódicos

Evangelisch- Lutherisches Kinderblatt Sued-Amerika, Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, 193s-1939. Revista Oficial da Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

O Pequeno Luterano, Casa Publicadora Concórdia, Porto Alegre, 1940- 1952. Revista Oficial da Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

Corpo enfermo, corpo morto: doenças e moléstias nas colônias alemãs

*Sandro Blume**

Ao longo da história da civilização ocidental é possível destacar o sexo e a morte como as temáticas que foram objeto dos maiores interditos. Aquilo que os humanos possuem de mais biológico, a possibilidade de procriação e a morte, são assuntos alvo de censura, e que procuramos evitar, num dado momento da história transformaram-se em tabu.

O ser humano, nas sociedades ditas arcaicas, ao tomar consciência de sua individualidade e da morte, praticou ritos em honra aos defuntos e acreditou na realidade da vida além túmulo.

O historiador Philipp Ariès em *Sobre a História da Morte no Ocidente*¹, também de Ariès, analisa as atitudes perante a morte em constante modificação ao longo da História. Nessa obra, o autor procura analisar as transformações ocorridas buscando o seu sentido, o seu significado, partindo da atitude mais simples, a tradicional, da aceitação, onde eram seguidos, praticados todos os rituais ditados por um costume, uma tradição, até ela se tornar inominável, impronunciável, num momento em que as pessoas se comportam como se fossem imortais, quando o morrer deve se manter escondido, nos hospitais, nas estatísticas, em algum lugar do qual não se pode e nem se deve ter acesso ou conhecimento. Esse comportamento frente à morte a ao morrer está permeado também pelo desaparecimento de todas as manifestações de luto, da exposição do sentir e “do viver a perda”.

O espaço sócio-cultural e temporal para o presente estudo contempla a região denominada de Antigas Colônias Alemãs do Rio Grande do Sul, junto aos vales dos rios dos Sinos, Caí e Taquarí e seus afluentes, no período de 1870 a 1930. Nessas regiões, a partir de Julho de 1824, imigrantes oriundos da então Confederação Germânica começaram a chegar à região de São Leopoldo, atraídos por supostas vantagens essencialmente econômicas. A maioria eram agricultores sem terra e pequenos artesãos, além de alguns aventureiros e também presos extraditados.²

*Professor de História e mestrando em História pela UNISINOS

¹ ARIÈS, Philippe. (1989). *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média*. 2ª ed. Lisboa: Teorema, 1989.

² HUNSCHKE, Carlos H., *O Biênio 1824/25 da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*, Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1975, oferece detalhes genealógicos e biográficos dos primeiros grupos imigrantes.

Doença e morte muito cedo se inscreveram no cotidiano desses imigrantes, além de desempenhar um papel fundamental nas ordens sociais por eles desenvolvidas. Defrontaram-se com a morte ainda em alto mar, a bordo de navios e veleiros que se deslocavam para a América. Durante a travessia do Oceano Atlântico, doenças e epidemias eram constantes num cenário em que os cuidados com a higiene, bem como a conservação dos alimentos se notabilizavam pela precariedade. O imigrante Johann Martin Thön relata uma dessas viagens:

“Tudo parecia correr sem problemas; já estavam há uma semana em alto mar rumo ao Brasil. Foi quando no dia 10 de Maio [de 1878] eclodiu uma disenteria a bordo, atacando principalmente as crianças(...)Não havia condições de trazer os cadáveres para terra, pois faltava mais de um mês de viagem até Porto Alegre. Foram enrolados separadamente, num lençol, e amarrados numa tábua, prendendo-se junto aos pés um bloco de carvão de uns quatro quilos. (...) Após a cerimônia do Pastor, os marinheiros colocaram uma tábua comprida com um sarrafo em cada lado, fazendo uma canaleta para servir de guia até o espelho d’água(...) na qual deixavam deslizar os cadáveres, um de cada vez, para as profundezas do oceano”.³

Através dos registros de óbitos constantes nos livros eclesiásticos de comunidades católicas e evangélicas, é possível estabelecer as curvas temporais da mortalidade e assim, analisar a cronologia das epidemias e reações frente a mortes constantes e não esperadas pela comunidade, visto que provocaram atitudes diferenciadas nas coletividades se comparadas a épocas de normalidade. As epidemias também revelam o valor dado à saúde pública pelo Estado, bem como estratégias locais de controle.

Devido à sua concentração populacional, o núcleo urbano da colônia de São Leopoldo (elevada à categoria de cidade em 1864) estava mais propenso à proliferação de epidemias em relação às picadas isoladas. Relatos contidos em documentação da segunda metade do século XIX, apontam para uma ruptura em termos de tradições fúnebres até então existentes. As epidemias, além de abreviarem as cerimônias fúnebres, também modificaram o convívio cotidiano da população com as sepulturas de seus mortos. Consideremos a epidemia do cólera no ano de 1867: Conforme o despacho de 15.04.1967,⁴ a Câmara de Vereadores de São Leopoldo comunicou à Presidência da

³ THÖN, Arlindo. O imigrante Johann Martin Thön. Canoas: La Salle, 1985 p.24

⁴ A.H.R.G.S., autoridades municipais, correspondências da câmara municipal de São Leopoldo, anos 1867-70, Maço 262, 92 vertical. No mesmo despacho “agradece pelos serviços prestados pelo Dr. Hillebrandt, que além de consolar as famílias aflitas, permanecia dia e noite ao lado do leito de 60 pessoas. Também agradece ao médico Manoel Miz dos Santos Penna, que não mediu esforços para ajudar

Província que, estando doentes o presidente da Câmara e outros vereadores, assumia a frente dos trabalhos o vereador João Henrique Fischer. Este tomou algumas providências para conter o cólera no município, inclusive deslocando o local do cemitério, afastando-o da Vila. Igualmente assumiu as despesas com o carregamento dos corpos das pessoas que morreram até o cemitério e informou que o secretário e outros vereadores realizaram várias despesas com os doentes pobres do município.

Em outra correspondência, datada de 06.05.1867, destinada à presidência da Província, a Câmara municipal informa que:

“sobre as medidas tomadas porquanto o flagelo da cólera morbus: Nomeou como responsável pelo cemitério João Frederico Kriger, o qual contratou trabalhadores para abrir sepulturas para enterrar os mortos; Pagamento das dietas necessárias para o hospital, pela Câmara; Divisão do cemitério em duas partes, uma para os católicos e outra para os protestantes; Mandou desinfetar a casa do coletor da cidade, visto já terem morrido três escravos seus de cólera.”

Percebem-se diferenças entre o núcleo da colônia alemã e as picadas no que tange às atitudes e às formas de lidar com a morte, não somente em relação às mortes em massa devido à aglomeração urbana, mas também no que diz respeito à propriedade e administração do cemitério, que em São Leopoldo já não pertencia a nenhum dos dois principais segmentos religiosos. Tratava-se de um cemitério público, administrado pelo município, apesar de haver uma divisão do espaço físico interno entre católicos e evangélicos.

Sob a administração pública, também corpos indigentes tinham seu espaço no cemitério. Ademais, serviços fúnebres de pessoas desprovidas de recursos passaram a ser custeados pelo município, conforme recibos encontrados na contabilidade da Intendência. Em um deles, datado de 03.01.1898, Carlos Brusius recebeu 50\$000 réis de Trajano de Paula Fogaça, tesoureiro da intendência municipal, “proveniente de dois caixões fúnebres que fiz para os enterros dos corpos indigentes de João Carlos Witter e do preto Vidalino falecidos nesta cidade, cujos caixões fiz por ordem do intendente”.⁵

Nos núcleos urbanos, defensores das teorias da higiene - médicos e autoridades governamentais - tinham como meta simplificar os ritos fúnebres em épocas de

os enfermos. Informa, ainda, que várias pessoas se voluntariaram para ajudar a combater a epidemia, na qual adoeceram 113 pessoas e morreram 47 pessoas.”

⁵ M.H.V.S.L. , caixa de recibos do exercício do ano de 1898, ou seja, pagamentos diversos feitos pela Intendência Municipal, na época do Intendente Epifânio Orlando de Paula Fogaça, recibo n.º 1.

mortalidade maciça, para que os corpos fossem rapidamente afastados do público, evitando possíveis formas de contágio. Eles consideravam que o ato de morrer não deveria ser um evento a ser compartilhado com toda a comunidade, o que, de certa forma, alterava, momentaneamente, as simbologias fúnebres. Cabiam também à administração municipal as medidas preventivas no controle epidemiológico. A idéia de "higiene pública" precisava ser introduzida nas cidades e, conseqüentemente, no cotidiano e nos hábitos das pessoas.

Altos índices de mortalidade em épocas de epidemias, também ocasionavam novos laços sociais e conjugais. Exemplos conduzem-nos ao ano de 1874, quando a varíola se fez presente nas redondezas de Lomba Grande,⁶ dizimando famílias como os Schiel, onde faleceu o pai, Nicolaus Michael, e os filhos, Nicolaus Otto e Emilie Elisabetha. A viúva, Pauline, casou-se com Manuel Timm, também viúvo, que teve a esposa, Johanna Carolina F. Seidler, igualmente vitimada pela varíola.

Nessas ocasiões de epidemias, nas picadas afastadas não havia médicos para assumir os doentes, nem sanitaristas que pudessem prescrever regras de higiene capazes de frear a epidemia. Percebe-se, então, que tanto a assistência terapêutica quanto a espiritual entram em colapso, ou seja, as referências do cotidiano acabam sendo corroídas pela incerteza. O isolamento tornava-se a única saída diante de um mal que parecia incontrolável. Os rituais fúnebres são desenvolvidos de forma bastante sumária, visto que os óbitos se tornam bastante freqüentes num determinado espaço de tempo, além de generalizar-se uma verdadeira fobia diante da possibilidade de contaminação, conforme percebemos no registro do Pastor Haesbert, relatando caso ocorrido em Santa Maria do Mundo Novo:

“Georg Michael Schaefer, filho legítimo do casal Conrad Schaefer e de sua esposa Maria Philippine nasc. Schwingel, nascido em Santa Maria a 24/7/1850. Casou-se em 1874 com Maria Margaretha nasc. Kötz, (...) Schäfer era um homem sossegado e trabalhador. O acompanhamento fúnebre foi muito fraco, pois não poderia ser de outra forma, pois nos casos de varíola cada homem se preocupa com sua família.”⁷

⁶ Comunidade Evangélica de São Leopoldo, livro de registros eclesiásticos vol.3, óbitos do ano de 1874. Registros números 10, 13 e 15.

⁷ Primeiro Livro de Registros de óbitos da Comunidade Evangélica de Igrejinha (Média Santa Maria), p.25, registro nº 2.

Igualmente, através de relato do Padre Eugen Steinhart, podemos perceber a situação caótica, resultante da epidemia da varíola no ano de 1874, na Paróquia do Bom Jardim.⁸

No mesmo cenário, num outro ato, Padre Steinhart se mostrou comovido com a situação da família do colono Karl Sängner, visto que toda família estava prostrada em função da varíola. Com a finalidade de auxiliar no cuidado com os doentes, ficou de vigília durante uma noite na casa do mesmo, contando com a ajuda do Professor Mathias Schütz e do próprio Karl Sängner. Entretanto...

“Enquanto Sängner se deitara para descansar, o padre notou que seu jovem genro estava morrendo. Rezou com ele e ministrou-lhe a absolvição. Nesse meio tempo escutou que também a jovem mulher, filha de Sängner, começou a agonizar. Apressou-se em ir até ela para também a ela dar a absolvição. Logo em seguida expirou. Voltando até o jovem homem, também este acabara de falecer. Dessa maneira o jovem casal terminara na mesma hora a sua jornada terrestre (...). O pai e o vigário puseram os cadáveres em caixões, colocaram-nos por algum tempo sobre o muro do cemitério. Depois abriram as sepulturas e os enterraram”.⁹

Nesse contexto, Pe. Carl Schlitz, S.J., escreveria artigo no jornal “Deutsches Volksblatt”:

“Como qualquer outra provação a epidemia da varíola teve o efeito de chamar a atenção dos fiéis sobre Deus e a eternidade. As mortes não esperadas e as incertezas da vida, constituem-se num poderoso alerta para afastar-se do caminho do pecado e praticar o bem. Para a prática do bem são exatamente os tempos de perigo para a vida corporal que oferecem as mais belas ocasiões. Esta prova foi também de grande utilidade para Bom Jardim e, por isso mesmo, é preciso reconhecer com gratidão neste flagelo a mão da providência divina visando em primeiro lugar a salvação da alma”.¹⁰

O costume de queimar vestes e roupas de cama usadas pelo moribundo, independente do grau ou possibilidade de contágio de sua moléstia, persistiu por muito tempo. Vejamos o relato de Ruben Kirschner,¹¹ antigo morador da Picada Café,

⁸ Ambros Schupp.SJ - A Missão dos Jesuítas Alemães no Rio Grande do Sul..Textos recuperados do manuscrito original em alemão pelo Pe. Arthur Rabuske, SJ, tradução de Arthur Blásio Rambo.São Leopoldo:Editora Unisinos, 2004. Conforme Schupp “Depois dos primeiros casos da doença, o próprio Pe. Steinhart foi obrigado a deslocar-se à Porto Alegre buscar ajuda médica, visto que na época não havia nenhum médico em São Leopoldo. “O médico, um alemão (Heinzlemann), prescreveu-lhe regras de conduta e insistiu na vacina, entregando-lhe linfa e dando-lhe recomendações. As primeiras vacinações foram ministradas pelo próprio padre, depois ele treinou terceiros”.

⁹ Idem, p.207

¹⁰ Deutsches Volksblatt de 13.04.1897

¹¹ Depoimentos de Ruben Kirschner, que documentamos em fita de vídeo por ocasião de “um passeio pelas antigas colônias alemãs”, visitando cemitérios e antigos casarões comerciais de secos e molhados, realizado em 27.12.1999. Vide livro de minha co-autoria (com Joao Biehl e Rejane Rupenthal, “Entre as Montanhas: O Sonho de Ruben Kirschner”, Porto Alegre: Literalis, 2004).

articulando as lembranças do menino que acompanhou o enterro da avó. O caixão sendo levado pela carroça ao cemitério e, no dia seguinte, família e vizinhos queimando toda roupa de cama e o colchão.

“Meu tio queimou toda roupa de cama e outras roupas(...) ela estava cheia de câncer (...)na barriga dela tudo era câncer. Queimaram tudo. Naquela época era normal fazer uma grande fogueira (...), e hoje em dia o pessoal ainda faz assim (...). E isso estava certo, era algo contagioso”.

Ruben igualmente lembrou da morte do “...irmão mais velho do meu pai, Theobaldo Kirschner, foi devido a tifo. Sabe como é a tifo? Essas doenças vêm todas da água!”

Nos núcleos coloniais, o tifo foi uma doença que atacou endemicamente a comunidade. Altamente infecciosa, o tifo se propagava também pela ingestão de água contaminada. A precariedade das condições básicas de higiene nas colônias certamente se constituía num campo profícuo para a proliferação de doenças como o tifo, além da disenteria e do cólera.

Em casos fatais, a prostração era progressiva, seguida de delírio e coma. O colapso cardíaco costumava ser a causa imediata de morte. A disenteria ocasionada pelo tifo era acompanhada da desidratação, levando sobretudo crianças à morte. Diante da falta de médicos, somente a infusões de ervas e o repouso eram terapias insuficientes para combater a doença.

Nesse contexto, a observação do Sr. Ruben Kirschner não deixa de ter alguma fundamentação quando se refere à tifo, pois a propagação dessa moléstia pela ingestão de água contaminada era mencionada correntemente.¹²

No ano de 1910, encontramos vários registros de óbitos mencionando o tifo como causador dos infortúnios nas localidades além da Picada de São Miguel dos Dois Irmãos.¹³ Igualmente a Influenza espanhola, também conhecida como gripe espanhola, assolou as colônias alemãs.

¹² Diário de Notícias. Porto Alegre, 03 de março de 1925. Thomaz Mariante, médico colunista do referido jornal, assinala: “É sem dúvida, pela água que mais habitualmente eles chegam até nós; portanto é com esta que devemos ter o maior cuidado, [...] são as de fonte, porque, traiçoeiras, com seu aspecto límpido e transparente, dão a ilusão de pureza, quando na realidade, são verdadeiros caldos de cultura, da flora microbiana abundantíssima.”

¹³ Arquivo da Comunidade Católica de São Miguel, Dois Irmãos-RS. Registro de óbitos vol. II, 1908-52, registros números 8, 9, 10, 12, 13 e 20 do ano de 1910. Jacob Marschall, 30 anos, faleceu em 02.03.1910 na Picada São Paulo; Christiano Marschall, 39 anos, em 19.03 no Bugarberg; Maria Knorst, 24 anos, em 31.03 no Jammerthal; Cornélio Arnold, 43 anos, e seu filho, Felipe, 18 anos, faleceram no Bugarberg em 10.04 e 17.06, respectivamente; e Felipe Schnor, 42 anos, faleceu em 17.06 no Jammerthal.

A primeira onda mundial epidêmica de gripe espanhola, sem gravidade e de pouca duração, ocorreu no Brasil entre março e julho de 1918, provavelmente sendo confundida com a gripe de todos os anos. O segundo e, terrível ciclo mundial da gripe espanhola começou em agosto daquele mesmo ano e, só terminaria em janeiro de 1919. Uma terceira vaga mundial da epidemia, menos letal que a anterior, iniciou-se em finais de fevereiro e durou até maio de 1919.¹⁴

No mês de janeiro de 1919, encontramos vários colonos vitimados pela “influenza espanhola” na região, afinal, dos 23 óbitos ocorridos entre a população católica de Dois Irmãos no ano de 1919, 10 deles foram resultantes da “influenza espanhola”.¹⁵

Igualmente a grande incidência de complicações pós-parto, nas localidades isoladas das colônias alemãs, esteve entre as causas principais das mortes nesse período. Vários autores que têm tratado do tema da mortalidade materna, mostram que há um aumento das complicações pós-parto, quando o evento ocorre em mulheres com idade mais elevada, muitas vezes ocasionando o óbito. Essa realidade, atrelando idade da parturiente a complicações pós-parto, resultando na morte da mãe ou do filho, ou de ambos, pode ser constatada na Picada de São Miguel dos Dois Irmãos:¹⁶

“30/4/1858- Eva Christina Grassmann, nascida Strassburger, [*11/1815] em Oberdiebach bei Bacharach am Rhein, em segundas núpcias c.c. o colono Ludwig Daniel Grassmann, de Picada Verão, +29/4/1858 às 1:00 de um parto complicado com 42 anos e 5 meses, foi sepultada lá dia 30/4/1858.”

“12/1/1863 - Catharina Margaretha Brusius, nascida Henn, [*25/1/1826] em Oberhausen bei Kirn, Prússia Renana, filha mais velha do colono Friedrich Karl Henn e da senhora Katharina

¹⁴ BERTUCCI, Liane Maria. “Conselhos ao Povo”: Educação contra a Influenza de 1918. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 103-117, abril 2003

¹⁵ Comunidade Católica São Miguel, Dois Irmãos, Livro de registros de óbito, vol. II, ano de 1919. Igualmente no Livro de registros de óbitos n.º 1 da Comunidade Evangélica da Picada Hartz, encontramos os óbitos de seis filhos do casal Peter Haag e Wilhemine Hartz, vitimados pela influenza espanhola em menos de um mês: Peter Haag, nascido em 29.12.1918, falecido em 29.12.1918, Luise Else Haag, nascida a 17.08.1894 e falecida em 29.12.1918, Elma Haag, nascida 09.07.1905 e falecida em 01.01.1919. Alma Haag, nascida a 07 de Novembro de 1896 e falecida a 01 de Janeiro de 1919, Amelie Haag, nascida a 28 de Janeiro de 1900 e falecida no dia 03 de Janeiro de 1919, Alfred Haag, nascido a 17 de Setembro de 1902 e falecido a 14 de Janeiro de 1919. Todos sepultados no cemitério Evangélico da Picada Hartz, onde compartilharam três sepulturas.

¹⁶ Vide SCHUPP. Tânia Regina. Gravidez após os quarenta anos de idade: análise dos fatores prognósticos para resultados maternos e perinatais adversos. São Paulo, 2006, p.5-6 Tese (doutorado) – Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo. Para a autora, na atualidade, a idade ideal para procriação, conforme a literatura tem sido entre 20 e 29 anos, pois nessa fase são observados os melhores resultados maternos e perinatais. A gestação em mulheres de 35 anos ou mais está associada a risco aumentado para complicações maternas, tais como ganho de peso, obesidade, diabetes *mellitus*, hipertensão arterial crônica, pré-eclâmpsia e miomas.

Elisabetha Jung, de Picada Verão, aqui em 28/1/1849 c.c. o colono Johann Friedrich Brusius, do Wallachei, Dois Irmãos, +10/1/1863 às 18:00 com 36 anos, 11 meses e 16 dias de um parto difícil, de sua 7ª criança, uma menina, que foi ao céu 1 dia antes dela, assim deixando um viúvo e 5 crianças menores, foi sepultada 12/1”.¹⁷

Da mesma forma que a falta de assistência eclesiástica sistemática propiciou o advento dos assim chamados “pseudo-pastores”, pastores colonos sem formação teológica que ministravam rituais, também a falta de assistência médica forçou os colonos a buscarem na natureza, através de raízes e plantas, os remédios que lhe eram necessários. Diz Koseritz:

“Naquela época não existiam quase médicos em toda a zona rural do Estado e a medicina costumava ser exercida por curandeiros ou benzedeiros, Não raras vezes tais médicos improvisados conseguiam renome nas zonas em que exerciam suas atividades, sendo algumas vezes realizaram curas importantes, ao passo que outros eram tidos como ótimos operadores, principalmente para encanar membros fraturados.”¹⁸

Mesmo que os centros urbanos das colônias alemãs já fossem contemplados com alguns especialistas da saúde, nas colônias, o poder da cura ainda permanecia nas mãos de alguns curandeiros e benzedeiros. O conflito envolvendo médicos e curandeiros, com ambos buscando a primazia pela cura, se intensifica ao longo da segunda metade do século XIX. Nesse período, no mundo ocidental, a medicina hospitalar em consonância com diversas disciplinas laboratoriais, fixaria um padrão de formação acadêmica, obtendo dessa forma o monopólio legal da prática de diagnóstico, cura e profilaxia. O controle desse conhecimento e de suas formas de aplicação implicou o domínio daqueles que a ele se opuseram. Na implantação desse monopólio, legitimando profissionalmente doutores diplomados, se fez necessário acionar o poder de polícia do Estado para constranger e erradicar a concorrência de outros curadores.

Na época do evento Mucker, além de lidar com doenças físicas, pessoas como João Jorge Maurer e Jacobina Maurer tratavam também da espiritualidade e das doenças que afligiam a alma, por assim dizer. Lidar com doenças era trabalhar com a proximidade da morte, o que por sua vez era também lidar com o desconhecido: poucos dela entendiam, poucos a curavam. Quem conseguia fazê-lo o fazia

¹⁷ Registro do pastor Otto Heinrich Theodor Recke, constantes no Livro I da Comunidade Evangélica de Dois Irmãos, página 162.

¹⁸ PETRY, Leopoldo. **O Episódio do Ferrabraz**. São Leopoldo: Rotermond, 1957, p.166. Koseritz refere-se às práticas de João Jorge Maurer no Ferrabraz, onde “lhe era fácil captar as boas graças de seus cliente menos instruídos...”

representativamente, tornando-se símbolo para os colonos que buscavam a cura. Nesse sentido, a falta de médicos deu margem ao surgimento de curandeiros como João Jorge Maurer.

Igualmente na segunda metade do século XIX, nos centros urbanos como Porto Alegre e São Leopoldo, os barbeiros ou cirurgiões-barbeiros praticavam pequenas cirurgias, além de cortar cabelo e fazer a barba; ao mesmo tempo, boticários comerciavam drogas e concorriam com esses cirurgiões-barbeiros no tratamento das doenças. Havia, ainda, pessoas sem habilitação formal que receitavam e faziam curativos, de acordo com horizontes culturais diversos. Até que os médicos passassem a ter algum poder, tiveram que realizar uma luta feroz contra os demais práticos.

Entre esses práticos, encontramos as parteiras, que possuíam grande aproximação com a população, pois atendiam às "moléstias de senhoras" em geral e realizavam o nascimento das crianças. Elas participavam cotidianamente do convívio com as mulheres, numa relação muito próxima. Igualmente compartilhavam uma intimidade com as dificuldades femininas, sendo companheiras e confidentes e, por isso, mais aceitas que os médicos no atendimento de seus problemas.

Também na área colonial alemã do século XIX, devia estar inserida nas práticas médicas, a aplicação de sangrias em certas terapias. Pelo menos no restante do Brasil era uma prática corrente. Tal recurso fica nítido à luz da crônica de costumes produzida por Machado de Assis,¹⁹ onde vomitórios e sangrias constituíam a terapia habitual dos médicos em meados do século passado, assim como suadouros sendo os sangradores chamados até mesmo em casos de acidentes.

Porém parece-nos que essa prática, mesmo depois de comprovada sua ineficácia e, repudiada posteriormente pela própria medicina, permaneceu inserida no imaginário colono:

“A 23 de Janeiro de 1937, em seu próprio domicílio no Walachei, nesta paróquia, com 72 anos, de manhã pelas 7:30 horas, faleceu Nicolau Dapper, viúvo(...). O falecido sofria desde há meses de um mal que o deixava sem descanso, emagrecera enormemente e quase não se alimentava e não dormia. Nas últimas semanas já se mostrava um tanto perturbado nas suas funções

¹⁹ Vide Machado de Assis, *Relíquias de Casa Velha*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson eds. 1944, p. 43, idem, Machado de Assis, *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson ed. 1944, p. 236), idem Machado de Assis, *Memorial de Ayres*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson eds. 1944, p. 17).

mentais. Uma idéia fixa o perseguiu(...), não lhe valendo nenhum recurso médico, poderia lhe trazer algum alívio se tirasse uma parte do seu sangue, uma idéia de medicina antiquada. Instigava sua família para que procurassem uma pessoa entendida na matéria, para lhe tirar parte do sangue. Como porém hoje em dia é bem difícil encontrar tal pessoa, (...). Na manhã do dia 23.01.1937, talvez num momento de desvario, Nicolau fez em si mesmo a tal operação, abrindo com um canivete, no braço, um pequeno orifício. Mas parece que acertou a artéria, e quando os filhos o encontraram já estava quase sem sangue, porém ainda vivo. Pediu que o levassem ao leito e chamassem logo o padre. E foi rezando e beijando com empenho o crucifixo, (...), até estar morto. E como a casa do Nicolau dista umas três horas da canônica, e a morte lhe viesse bem depressa, o coitado teve que morrer sem os sacramentos dos moribundos...²⁰

Nesse registro, em função da sua riqueza de detalhes, existe a possibilidade do padre ter tentado descaracterizar o suicídio do referido Nicolau, protegendo a família e a honra do finado, e justificando também o ritual fúnebre cristão, com missa de corpo presente, que ocorreu no dia seguinte.

Nas pesquisas nas paróquias encontramos registros de óbitos de padres e pastores fazendo referência à mortes ocorridas em Porto Alegre, no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Pessoas que eram encaminhadas para lá, e em muitos casos ficando abandonadas e esquecidas pelas suas famílias e pela comunidade. Consideradas socialmente mortas mesmo antes do óbito ocorrer de fato:

“05/07/1920 - Wilhelmine Hollmann, nascida Ahlert, de Picada Schmidt, *12/7/1876 na Picada Schmidt, filha de Rudolf Ahlert e Friederike Brönstrup, c.c. Ernst Hollmann, +28/6/1916 no Sanatório São Pedro de Porto Alegre, trasladada em 5/7/1920 para o Cemitério de Picada Ano Bom. Esta senhora era doente mental, internada durante vários anos naquele Sanatório; sendo seus restos mortais trasladados para cá, quando foi celebrada uma cerimônia religiosa em sua memória”.²¹

Percebe-se que tais instituições adquiriram as feições de ‘um cemitério de vivos’, um lugar de desterro. Michel Foucault, ao analisar a história da loucura e da

²⁰ Comunidade Católica de Dois Irmãos, Livro de registros eclesiásticos n.º 2, fl.63, registro n.º 30 do ano de 1937. Anotação do padre vigário José Maria Kroetz.

²¹ Comunidade Evangélica de Teutônia, Livro de Registros de óbitos n.º 1, p.71, registro efetuado pelo Pastor Emil Bartsch.

genealogia do poder em instituições como hospitais, hospícios e prisões, dissecou o histórico das perversidades realizadas nestes locais em nome da ciência, revelando que a função do asilo psiquiátrico do século XIX, além do isolamento social, consistia na configuração de um espaço fechado para um confronto, lugar de uma disputa, campo institucional onde se trata de vitória e de submissão. Eis uma das mais completas descrições do tratamento da loucura neste tempo, uma época em que se tratou de refugá-los, os loucos, tirando-os do convívio da dita sociedade normal.²²

De fato, inclusive no Rio Grande do Sul, os manicômios ou hospícios se afirmaram não como espaço de terapia, mas como instrumentos de pura exclusão física que deu concretude à exclusão simbólica do universo da cidadania.

O discurso do saber médico — no papel principal ou como mero coadjuvante — alavancou a efetivação do hospício, pelo reconhecimento social desse espaço como fundamental, num primeiro momento, para a guarda dos loucos e, depois de ocupado e transformado pelas práticas médicas, para o tratamento e a cura dos alienados. Trata-se de uma conquista lenta da corporação médica, que, através de práticas discursivas diversas²³ precisou construir alianças de nível político, nomear os inimigos de seu saber, desconstruindo outros discursos que ocupavam um mesmo espaço social e, além disso, demonstrar cotidianamente a eficácia da psiquiatria.

Já nas colônias alemãs, ainda nos primeiros anos da segunda metade do século XX, apesar dos avanços de uma medicina acadêmica terem se tornado mais acessíveis aos colonos, indivíduos percorriam o fundo das “Picadas” atrás de benzedeiras, curandeiros e feiticeiras. Constrangidos, silenciosamente procuravam cura para as doenças do corpo e conforto para as mazelas da alma.

Referências bibliográficas

ARIÉS, Philippe. (1989). Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média. 2^a ed. Lisboa: Teorema, 1989.

²² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 122

²³ O diagnóstico da loucura, bem como da suposição de que o desajuste mental é um discurso socialmente construído foram estudadas por Michael Foucault em *História da Loucura*, em *Microfísica do Poder* e em *Vigiar e Punir*. Nessas obras são constantes as afirmações e sugestões do autor de que o isolamento dos loucos é um mecanismo de proteção da sociedade da razão.

SCHUPP, AmbrosSJ - A Missão dos Jesuítas Alemães no Rio Grande do Sul..Textos recuperados do manuscrito original em alemão pelo Pe. Arthur Rabuske, SJ, tradução de Arthur Blásio Rambo.São leopoldo:Editora Unisinos, 2004.

BERTUCCI, Liane Maria. “Conselhos ao Povo”: Educação contra a Influenza de 1918. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 103-117, abril 2003

BIEHL, João Guilherme, RUPENTHAL, Rejane, BLUME, Sandro. Entre as Montanhas: O Sonho de Ruben Kirschner, Porto Alegre: Literalis, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Machado de Assis, *Relíquias de Casa Velha*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson eds. 1944.

_____, Dom Casmurro. Rio de Janeiro, W. M. Jackson ed. 1944.

_____, Memorial de Ayres. Rio de Janeiro, W. M. Jackson eds. 1944.

HUNSCHE, Carlos H., O Biênio 1824/25 da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro), Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1975, oferece detalhes genealógicos e biográficos dos primeiros grupos imigrantes.

PETRY, Leopoldo. O Episódio do Ferrabraz. São Leopoldo: Rotermond, 1957

SCHUPP. Tânia Regina. Gravidez após os quarenta anos de idade: análise dos fatores prognósticos para resultados maternos e perinatais adversos. São Paulo, 2006, Tese (doutorado) – Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo.

THÖN, Arlindo. O mimigrante Johann Martin Thön. Canoas: La Salle, 1985.

Documentos

Primeiro Livro de Registros de óbitos da Comunidade Evangélica de Igrejinha (Média Santa Maria).

Comunidade Evangélica de São Leopoldo, livro de registros eclesiásticos vol.3, óbitos do ano de 1874.

Comunidade Evangélica de Teutônia, Livro de Registros de óbitos n.º 1.

Comunidade Católica de Dois Irmãos, Livro de registros eclesiásticos n.º 1 e 2.

Diário de Notícias. Porto Alegre, 03 de março de 1925. Coluna do médico Thomaz Mariante.

Deutches Volksplatt de 13.04.1897.

M.H.V.S.L. , caixa de recibos do exercício do ano de 1898, ou seja, pagamentos diversos feitos pela Intendência Municipal, na época do Intendente Epifânio Orlando de Paula Fogaça, recibo n.º 1.

A.H.R.G.S., autoridades municipais, correspondências da câmara municipal de São Leopoldo, anos 1867-70, Maço 262, 92 vertical.

Reflexão sobre a mortalidade em Porto Alegre (1773-1797) *

Ana Silvia Volpi Scott^I

Denize Terezinha Leal Freitas^{II}

Jonathan Fachini da Silva^{III}

José Carlos da Silva Cardozo^{IV}

Marcelo Silveira Valadas^V

Introdução

Os estudos que estão sendo desenvolvidos no projeto *População e Família no Brasil meridional dos meados do século XVIII às primeiras décadas do século XIX* abrangem tanto o levantamento quanto a análise da documentação disponível na Cúria Metropolitana de Porto Alegre relativa às freguesias do continente do Rio Grande de São Pedro.

O projeto em andamento fundamenta-se, do ponto de vista teórico-metodológico, nos procedimentos tanto da demografia histórica quanto da história da população, história social e está direcionado para o desenvolvimento de um banco de dados que permitirá fazer análises sobre o comportamento da população de Porto Alegre, no período entre 1772 e 1845. Cabe destacar ainda que esta pesquisa integra-se a um projeto maior “ALÉM DO CENTRO-SUL: POR UMA HISTÓRIA DA POPULAÇÃO COLONIAL NOS EXTREMOS DOS DOMÍNIOS PORTUGUESES NA AMÉRICA”, que lançou as bases de um projeto interinstitucional e de abrangência nacional, que padronize procedimentos metodológicos para a coleta e o tratamento das fontes documentais. Desta maneira possibilitando análises comparadas no tempo e no espaço e expandindo os estudos de história demográfica, articulado em torno do Grupo de Pesquisa CNPq *Demografia & História*. Um dos objetivos principais do referido projeto é dar início a uma discussão a respeito dos regimes demográficos diferenciados do passado brasileiro por meio da exploração sumária e amostral das fontes paroquiais (assentos de batizado, casamento e óbito) selecionadas.

Para esta comunicação privilegiamos a exploração das informações já disponíveis no banco de dados da pesquisa, apresentando uma descrição das mesmas, relativas aos assentos de óbito registrados a partir de 1773 (ano da criação da paróquia) até os finais do século XVIII, na freguesia

* Trabalho apresentado no seminário internacional “Saúde: Corporeidade-Educação”; XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização, realizado na UNISINOS/RS, de 17 a 19 de setembro de 2008.

^I Profª Drª do PPG/História-UNISINOS.

^{II} Mestranda em História/UNISINOS,

^{III} Acadêmico de História/UNISINOS, bolsista FAPERGS.

^{IV} Mestrando em História/UNISINOS e Acadêmico em Ciências Sociais/UFRGS.

^V Acadêmico de História/UNISINOS, bolsista UNIBIC.

Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. A partir daí, temos condições de fazer uma análise preliminar da mortalidade, com base nos dados quantitativos coletados, representados através de alguns quadros e gráficos que são a base desta comunicação.

No período selecionado para esta amostra coletamos as informações contidas em 915 assentos de óbitos. Com isso podemos apresentar, inicialmente, a curva relativa à evolução de mortalidade no período escolhido. Além disso, os dados permitem uma análise da mortalidade por sexo, idade de falecimento dos indivíduos e naturalidade dos mesmos. O primeiro e importante resultado ressaltado por essa abordagem é a intensa mobilidade geográfica da população que vinha a falecer na freguesia de Nossa Senhora Madre de Porto Alegre no período colonial. Aliás, a variável demográfica da mobilidade é um tema que vem sendo discutido entre os estudiosos da população colonial e se constitui num dos grandes desafios a serem enfrentados pelos pesquisadores, como bem demonstrou Sergio Nadalin em artigo publicado há alguns anos².

Entretanto, antes de avançar na discussão sobre o panorama da mortalidade na freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre no final do século XVIII, gostaríamos de fazer algumas considerações sobre o estudo da morte, analisando alguns textos produzidos sobre o tema e que analisam o período colonial.

Morrer na Colônia

O que era morrer no período colonial? Essa é a questão de fundo que pautará nossas reflexões.

A temática da morte passou a fazer parte do universo de interesse dos historiadores principalmente após as obras pioneiras de Philippe Ariès, *Essais sur l'histoire de la mort en Occident: du Moyen Âge à nos jours* (1975) e Michel Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIII^e siècle. Les attitudes devant la mort d'après les clauses de testaments*, (1978). Com os estudos clássicos desses autores percebeu-se que a concepção de morte ou as *atitudes perante a morte* eram construções históricas e culturalmente determinadas e, como tais foram tomando novas formas e novos sentidos no decorrer do tempo e conforme os diferentes espaços.

Muito diferente de nosso presente em que a morte está oculta, ou seja, é cuidadosamente evitada e afastada de nossos pensamentos, fruto de sua banalização no século XX (guerras mundiais, campos de extermínio). Além disso, neste mesmo século a medicina avança e se

² NADALIN, S. O. (2003). A população no passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. *Topoi*, 4(7), jul-dez., p. 222-243.

qualifica aumentando a expectativa de vida, tirando a morte de nosso cotidiano e a individualizando. Como bem argumenta o teólogo Martin Dreher:

Além de tabu, camuflada por inúmeros artifícios, a morte em nossos tempos (...) foi privatizada, dobrando-se as leis da economia de mercado. A morte não é mais questão de família, mas de uma indústria que se encarrega dela.³

Se a morte atualmente é privada no passado era algo público, tornava-se um evento que envolvia todos os segmentos sociais tanto ricos quanto pobres. Dentro de um imaginário cristão a morte nos séculos passados era tida como uma das maiores preocupações, tanto de homens quanto de mulheres, os quais organizavam seus próprios funerais e preocupavam-se em fazer todos os preparativos necessários para ter uma *boa morte*.

As concepções sobre o mundo dos mortos e dos espíritos, a maneira como se esperava a morte, o momento ideal de sua chegada, os ritos que a procediam e sucediam, o local da sepultura, o destino da alma, a relação entre vivos e mortos – eram todas questões sobre as quais muito se pensava, falava, escrevia e em torno das quais se realizavam ritos, criavam-se símbolos, movimentavam-se devoções e negócios.⁴

Para entendê-la a partir do imaginário da época devemos analisá-la como uma espécie de negociação entre vivos e mortos, pois a morte não era vista como um fim e sim como uma passagem para a vida eterna. A imortalidade da alma era, e é, uma crença fundamental para o cristianismo. Após a morte o fiel passava direto para o julgamento celestial, dessa forma a morte definitiva da alma acontecia quando esta era condenada para o *Inferno*, neste caso a morte definitiva.⁵

No entanto por mais pecador que o sujeito tenha sido, havia um lugar para espiar suas culpas, era o *Purgatório* um local para mediar essa negociação, o *inferno temporário* como o denomina Jacques Le Goff. Era onde o agonizante precisaria ter, além do arrependimento de seus pecados, o apoio dos vivos na forma de missas, orações e promessas a santos que o ajudariam a encurtar sua estadia no *Purgatório*, para o mais breve possível e ao ser absolvido de seus “erros”, ter a possibilidade de desfrutar do *Paraíso*. Todo o apoio dos vivos desde as orações até suas relações com os rituais funerários configuravam a *boa morte*.⁶

³ Em entrevista para a Revista IHU (Instituto Humanitas Unisinos), 27/10/2008, pág.10-12.

⁴ REIS, 1997, pág.96.

⁵ Ver: REIS, João José, *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: CIA das Letras, 1991. Especialmente os capítulos 3 (Atitudes diante da morte) e 4 (A hora da morte: formas do bem morrer).

⁶ Ibidem.

Esse panorama geral sobre morte era válido para toda a Europa católica, no período do Antigo Regime e, portanto, semelhantes comportamentos que estabelecem esses vínculos entre vivos e mortos, podem ser encontrados tanto em Portugal como nas suas colônias do Novo Mundo.

Um ditado português datado do século XVIII ilustra bem este *pensamento contratual*: “*duas mortes sofre, quem por mão alheia morre*”.⁷ As atitudes diante da morte estavam presentes no imaginário através de uma série de crenças populares. Algumas delas demonstram inclusive a importância fundamental da administração dos sacramentos para os moribundos, pois admitiam que não se era preciso mais ter levado uma vida demasiadamente “virtuosa”, bastava receber todos os sacramentos em seu funeral e deixar legados pios em formas de missas pagas. Estas eram maneiras suficientemente aceitas para suprir uma vida de pecados. Com isso, podemos ter uma noção clara da importância não só dos rituais que envolviam a passagem para a vida eterna, como a correta administração dos sacramentos e o registro dos assentos, onde figuravam informações sobre a morte dos indivíduos.

Na colônia a preocupação com a *boa morte* também era constante. Não era só era um acontecimento público presente no dia-a-dia das pessoas, como era pleno de rituais que permitiam a construção de importantes relações sociais. Como na Europa, era também uma maneira de preparar os indivíduos para a morte, como representava uma preocupação coletiva dos católicos que visavam atingir o *paraíso*.

Características dos assentos de óbito da Madre de Deus de Porto Alegre

Os registros paroquiais representam o instrumento utilizado pela Igreja para controlar a vida dos fiéis católicos. No caso da América Portuguesa as disposições para produção destes registros estavam descritas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que eram as diretrizes administrativas da Igreja Católica, adaptada para realidade colonial do Brasil - seguindo o que foi determinado no Concílio de Trento.

A primeira questão que nos preocupou foi analisar o conteúdo das informações encontradas nos registros de óbitos, produzidos para a freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre e compará-lo com as Constituições Primeiras. O quadro abaixo faz uma síntese do que encontramos. Observamos que algumas informações arroladas nos registros de óbitos da Madre de Deus de Porto Alegre que não estavam no rol das determinações fixadas pelas Constituições Primeiras. Como se verifica no destaque no quadro acima, tais dados dizem respeito à causa morte

⁷ REIS, 1997, pág. 99.

e às ocupações dos indivíduos. Ainda é necessário frisar que esta última informação aparece relativamente em poucos casos, e quando é indicada, normalmente fazia referência a funções militares e religiosas exercidas pelos indivíduos.

<i>Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia</i>	<i>Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre</i>
▶ Data da Ocorrência	▶ Data da Ocorrência
▶ Nome do Falecido	▶ Nome do Falecido Prenome para Inocentes
▶ Naturalidade do Falecido	▶ Ocupação (em poucos casos)
▶ Idade do Falecido (se Comodamente puder saber)	▶ Idade do Falecido
▶ Estado Civil ou nome dos pais	▶ Com ou sem Sacramentos
▶ Com ou sem os Sacramentos (os quais que haver)	▶ Estado Civil, Cônjuges, Nome dos Pais (condição de filho) ou Proprietário
▶ Local do Sepultamento	▶ Causa Morte (1799)
▶ Deixou Testamento ou não	▶ Naturalidade
▶ Número de Missas por sua Alma	▶ Deixou Testamento ou não (notoriamente Pobre)
▶ Número de ofícios	-Nome dos Testamenteiros
▶ Situação Social (notoriamente Pobre)	-Nome dos Herdeiros
	▶ Local do Sepultamento
	▶ Assinatura do Vigário

Quadro 1 – Análise comparada das informações

Sabemos da importância desta informação para os estudos sobre mortalidade, pois certamente devemos pensar a morte não afetava toda a população da mesma maneira, e com certeza ela estava diretamente vinculada às condições de vida e de saúde dos indivíduos, que variavam, de acordo com os grupos sociais e profissionais. Assim, o estudo da mortalidade deve levar em consideração outros diversos fatores, que ajudariam a explicar os diferenciais de mortalidade, não só por conta do sexo, idade, estatuto jurídico, mas o clima e também os hábitos e costumes das populações, como, por exemplo, os hábitos de alimentação, de higiene, de vestuário etc.

A causa da morte aparece freqüentemente registrada a partir do ano de 1799. Mas observa-se que nesta informação, na maioria das vezes, registrou-se o *sintoma* da enfermidade dado como causa da morte: “morreu de febre”, “do ar”, “disenteria”, “câmaras de sangue”, entre outras. Apesar desse problema, são indicadores importantes que contribuem para análise da condição da saúde da população de Porto Alegre no passado.

Além disso, não podemos esquecer que Porto Alegre, já nesta época, recebia diversas embarcações, o que pode ser um indicativo de “porta de entrada” de muitas doenças. Contudo,

encontrar um caminho em meio a estas informações lacunares e que dê pistas sobre as condições sanitárias de Porto Alegre nesta época não é fácil.

No entanto não poderemos avançar muito mais nesta empreitada utilizando apenas os dados coligidos nos assentos de óbitos, uma vez que as informações disponíveis não deixaram pistas suficientes para encontrar as causas reais das mortes nesta população, pois são superficiais devido aos diagnósticos visuais que eram realizados.

As limitações encontradas nos registros de óbitos analisados, contudo não é uma exclusividade das fontes exploradas nesta comunicação. Realizamos uma comparação entre os registros de óbitos da Madre de Deus de Porto Alegre com os resultados de outras pesquisas que exploraram as mesmas fontes. Destacamos aqui dois trabalhos selecionados para esta comparação, que analisam as regiões de Minas Gerais e São Paulo. Iraci del Nero da Costa, realizou um estudo sobre a paróquia de Nossa Senhora de Antonio Dias em Minas Gerais e Maria Luiza Marcílio analisou o comportamento da população da cidade de São Paulo a partir dos registros de óbitos da Paróquia da Sé. A comparação revela aspectos de interesse, apresentados no quadro abaixo:

<i>Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre</i>	<i>Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias</i>	<i>Paróquia da Sé, São Paulo</i>
▶ Data da Ocorrência ▶ Nome do Falecido Prenome para Inocentes ▶ Ocupação (em poucos casos) ▶ Idade do Falecido ▶ Com ou sem Sacramentos ▶ Estado Civil, Cônjuges, Nome dos Pais (condição de filho) ou Proprietário	▶ Data da Ocorrência ▶ Nome ou prenome para inocentes ▶ Últimos Sacramentos dispensados ▶ Local de Moradia e da Sepultura ▶ Assinatura do Clérigo ▶ Causa Morte (1799 – 1801)	▶ Data da Ocorrência ▶ Nome do Falecido ou Prenome para Inocentes ▶ A origem e Residência do Falecido
▶ Causa Morte (1799)	▶ Estado Civil, Cônjuges, Nome dos Pais (condição de filho) ou Proprietário	▶ Causa Morte (1799)
▶ Naturalidade ▶ Deixou Testamento ou não (notoriamente Pobre) -Nome dos Testamenteiros -Nome dos Herdeiros ▶ Local do Sepultamento ▶ Assinatura do Vigário	▶ Tratando-se de solteiro, indicava-se sua filiação ▶ Tratando-se de Casados, indicava-se o nome dos cônjuges ▶ Tratando-se de Viúvo, o nome do Cônjuge	

Quadro 2 - Comparação das informações entre Paróquias

Percebemos que há uma concordância no surgimento da informação sobre a causa da morte nos registros de óbitos produzidos para as regiões que aqui se apresentam. Levantar uma hipótese que explique o porquê desta semelhança ainda não é possível, pois será preciso explorar outros documentos referentes à administração eclesiástica do período.

Outras especificidades são observadas nesta comparação, como por exemplo, os hábitos no velório que apareceram nos registros na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Esta informação raramente aparece nos registros da madre de Deus de Porto Alegre no período estudado.

Mas os registros de óbito permitem analisar não só as questões que envolvem o aspecto demográfico da mortalidade. Encontramos nestes 915 registros diversas informações que podem fornecer ao historiador importantes pistas sobre as condições sociais das pessoas que faleciam, como seu estatuto jurídico, seu o estado conjugal, a existência de testamento, além de um dado fundamental que diz respeito ao grupo sócio-econômico, através das referências ao estado de “pobreza” dos falecidos, entre outros. Obviamente apenas a exploração dos registros paroquiais não poderá dar elementos para um aprofundamento dessas questões, mas com o cruzamento com outras fontes, será possível enriquecer sobremaneira a análise.

O quadro abaixo apresenta as informações encontradas:

<i>Condição Social</i>	<i>Testamentos</i>	<i>Estado Matrimonial</i>
Dona = 24	Com Testamento = 38	Casados = 305
Doutor = 1	Sem Testamento = 8	Masculinos = 183
Escrava = 5		Feminino = 122
Escravo = 8	Testamentos por Sexo	Solteiros = 221
Forra = 50	Masculino = 21	Masculinos = 201
Forro = 39	Feminino = 17	Feminino = 20
Pobre = 34		Viúvos = 81
Sumamente Pobre = 53		Masculinos = 36
		Feminino = 41
		Indefinidos = 307

Quadro 3 - Informação sobre a Condição Jurídica e Social

Todas as informações reunidas nos assentos de óbito permitem entender e visualizar, além da questão da mortalidade, o perfil desta população da freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.

Apresentamos na sequência uma exploração preliminar dos dados seriados, que são apresentados a partir do conjunto de gráficos selecionados para esta comunicação, que foram

produzidos a partir dos dados coletados nos anos analisados. A primeira variável permitiu visualizarmos a incidência anual dos óbitos.

No primeiro gráfico, podemos perceber diversas as variações quanto ao número de óbitos ao longo do período. Devemos ressaltar que a população de Porto Alegre em 1780 era de 1512 habitantes, sendo que em 1798 chegou há 3268 o número de almas, segundo os censos realizados neste período⁸.

A elevação no número de óbitos mais evidente é relativa ao ano de 1776. O que podemos inferir que o motivo do grande aumento do número de mortes é o fato de que neste ano ocorreu batalha de retomada da Vila de Rio Grande por parte dos portugueses. Esta, ficou sob domínio espanhol desde 1763. É possível destacar tal hipótese devido ao número de soldados registrados no livro de óbitos da Madre de Deus, sendo parte dos 95 registros do total de 915 analisados.

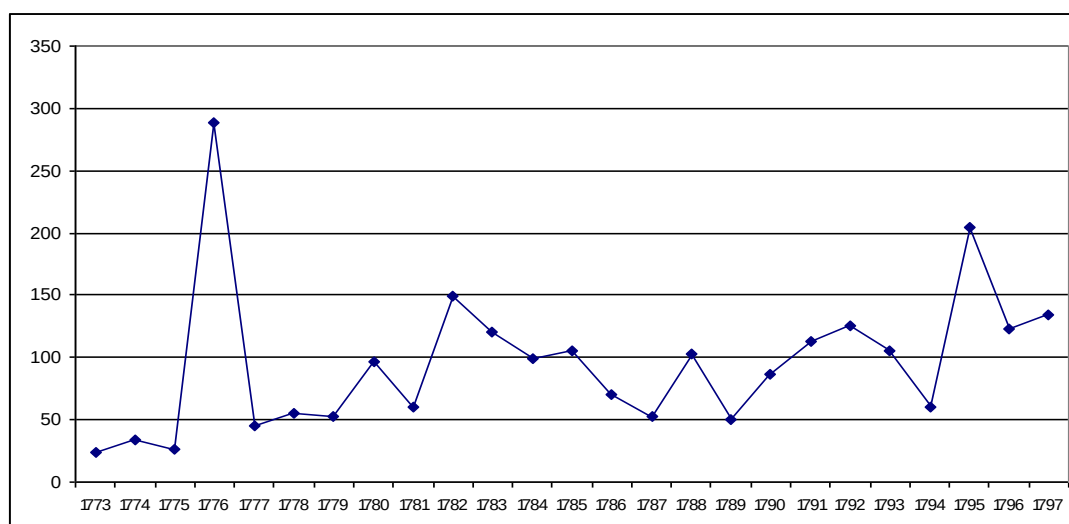


Gráfico 1 - Evolução dos Óbitos por Ano (1773-1797)

Pouco mais pode ser dito sobre a curva do gráfico por conta da falta de informações que fundamentem a variação, até porque não é intenção deste trabalho aprofundar essa análise porque estamos nos primeiros estágios de coleta dos dados e realizando a leitura da bibliografia pertinente à demografia histórica e à historiografia gaúcha relativa ao período colonial. Estamos apresentando apenas as informações contidas nos registros paroquiais estudados sobre a mortalidade a partir deste primeiro gráfico. Teremos que buscar outras fontes que forneçam as informações necessárias para contextualizar os mesmos.

Isto porque, neste gráfico, existem outros picos nos óbitos, como em 1795, que encontramos o nível de mortalidade muito acima da média. O gráfico representa no índice 100 o

⁸ Dados que são informados em: SANTOS, Corcino Medeiros. **Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p.33 e p.35.

número médio de mortes que é de 38 óbitos por ano. Segundo Carlota Fernandes dos Santos, estamos diante de uma pequena crise quando o número de mortes, num determinado ano, supera em pelo menos 50% a respectiva média e uma grande crise quando esse número a quadruplica⁹. Conforme os estudos avançarem, respostas e questões para crises de mortalidades como estas em Porto Alegre poderão ser buscadas.

O gráfico seguinte analisa a questão da sazonalidade dos óbitos, ao longo de todo o período estudado. Neste podemos observar que há um aumento dos falecimentos nos meses que correspondem ao inverno e ao verão. Mas salienta-se que entre fevereiro e março existe um número maior de óbitos justamente por serem os meses em que ocorreram os conflitos que levaram a retomada de Rio Grande pelos portugueses.

No geral, percebe-se que nos meses de temperaturas mais extremas, sejam baixas ou elevadas, são os que mais apresentam ocorrências de óbitos.

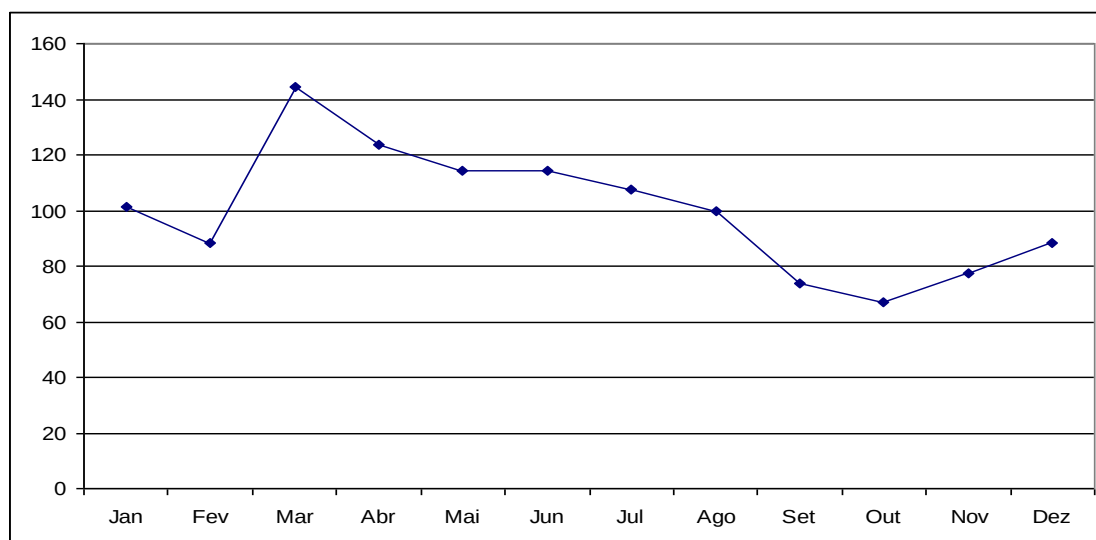


Gráfico 2 - Sazonalidade dos Óbitos em Porto Alegre (1773-1797)

Para compararmos com as informações que estamos estudando, organizamos um gráfico semelhante ao que estamos utilizando com as informações encontradas por Carlos Bacellar no seu estudo sobre a vila de Sorocaba, conforme está exposto a seguir.

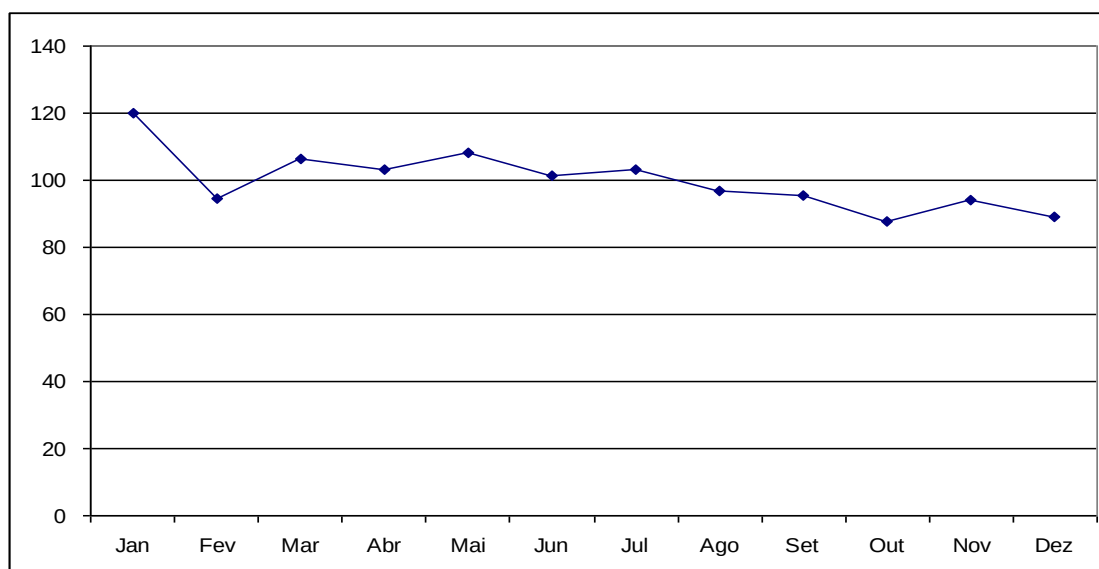
Segundo Bacellar,

Os meses de janeiro a julho eram momentos de altas mortalidades, sempre acima do índice de 100, enquanto os meses de agosto a dezembro pairavam abaixo deste número. Em termos de clima, é possível relacionar a alta da sazonalidade com quentes meses do verão e do outono, ao passo que durante o inverno e a primavera

⁹ SANTOS, 2008, p. 132.

a frequência cai. A mortalidade elevada nos meses quentes está ligada à maior ocorrência de febres, desidratação e outras doenças típicas de clima quente.¹⁰

Observando esta conclusão e comparando-a com as informações encontradas nos assentos de óbitos da Madre de Deus de Porto Alegre, percebemos uma realidade diferente, pois as ocorrências de mortalidade mais elevadas são no inverno e no verão, sendo que no primeiro caso estão concentrados os maiores números de falecimentos. Possivelmente o clima é um fator importante para analisarmos a condições vida e de saúde de uma população, mas sabemos que muitos outros fatores podem influenciar esta variável e que precisam de atenção para entender como era viver nas paróquias e vilas do Brasil no período colonial. Seguramente as condições variavam muito não só em termos da região, mas também em relação aos tipos de atividades econômicas desenvolvidas, os grupos sociais, e assim por diante.



Fonte: BACELAR, 2001, Tabela XXVIII, p.104.

Gráfico 3 - Sazonalidade dos Óbitos em Sorocaba (1681-1810)

A falta de trabalhos no âmbito da demografia histórica brasileira, relativos ao estudo da mortalidade talvez justifique a superficialidade com que esta temática tem sido tratada. O principal problema para o pesquisador. Os poucos trabalhos que tratam o assunto apenas apresentam análises extraídas de registros paroquiais, sendo esta, como pudemos perceber uma fonte que apresenta informações importantes para análise quantitativas, porém, trazem dados lacunares sobre as causas das mortes.

Contudo, esta era uma informação não exigida pelas Constituições Primeiras, e que passou a ser arrolada com regularidade apenas a partir de 1799 nos assentos produzidos para Madre Deus de Porto Alegre. Contudo, como vimos, mesmo quando existe este tipo de informação disponível,

¹⁰ BACELLAR, 2001, p. 196.

as conclusões sobre as causas das mortes ficam comprometidas, pois em grande parte apenas são descritos os sintomas que levaram ao óbito dos indivíduos. Em alguns casos os sintomas indicados permitem que possamos relacionar com o clima, por exemplo, a “disenteria”, que aparece com mais frequência nos registros produzidos em 1799 e no início do século XIX em diante, principalmente no verão.

Mas pensar nesta questão do clima leva-nos a refletir sobre a adaptação de pessoas de outras freguesias com o clima de Porto Alegre. Todavia, é uma questão que merece muita atenção ainda dos que se aventuram a estudar a saúde pública no passado. Encontrar estas pistas sobre isso no conjunto de fontes, que certamente os assentos de óbitos da Madre de Deus não trazem, requer que se considere uma série de fatores.

Mas os registros estudados para esta comunicação, também apresentam informações sobre a naturalidade dos indivíduos, na maioria dos casos. Separamos por sexo a naturalidade dos indivíduos para apresentar o que muitos historiadores já haviam constatado e até hoje isto é visível: a maior mobilidade geográfica da população masculina.

A primeira questão que podemos inferir é a quantidade elevada de indivíduo que falecem e para os quais não temos informação sobre a sua naturalidade. E isso é válido tanto para o sexo masculino, quanto para o feminino. A intensa mobilidade é um dado respaldado pela importância dos indivíduos naturais de outras capitâneas, assim como os reinóis (sejam naturais do continente ou das ilhas).

Também a referir que os indivíduos, homens e mulheres naturais dos domínios espanhóis, apesar dos conflitos constantes, circulavam entre os territórios das coroas ibéricas, e até mesmo tiveram suas mortes assentadas na paróquia da Madre de Deus.

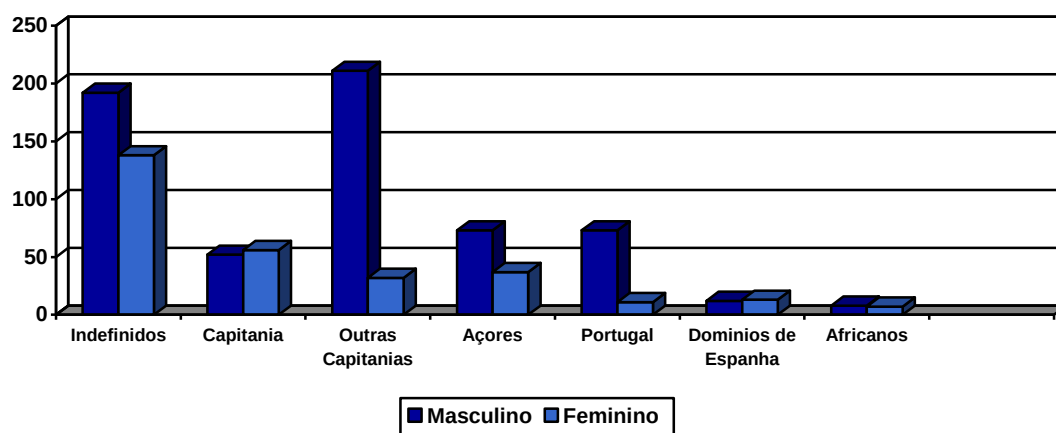


Gráfico 4 - Naturalidade dos falecidos em Porto Alegre

Além disso, como podemos perceber, a evolução da mortalidade masculina é maior que a feminina em quase todos os anos trabalhados, embora a curva apresente uma inflexão semelhante. Com exceção do ano de 1775, as altas e baixas na curva de óbitos por sexo é semelhante, entre ambos os sexos.

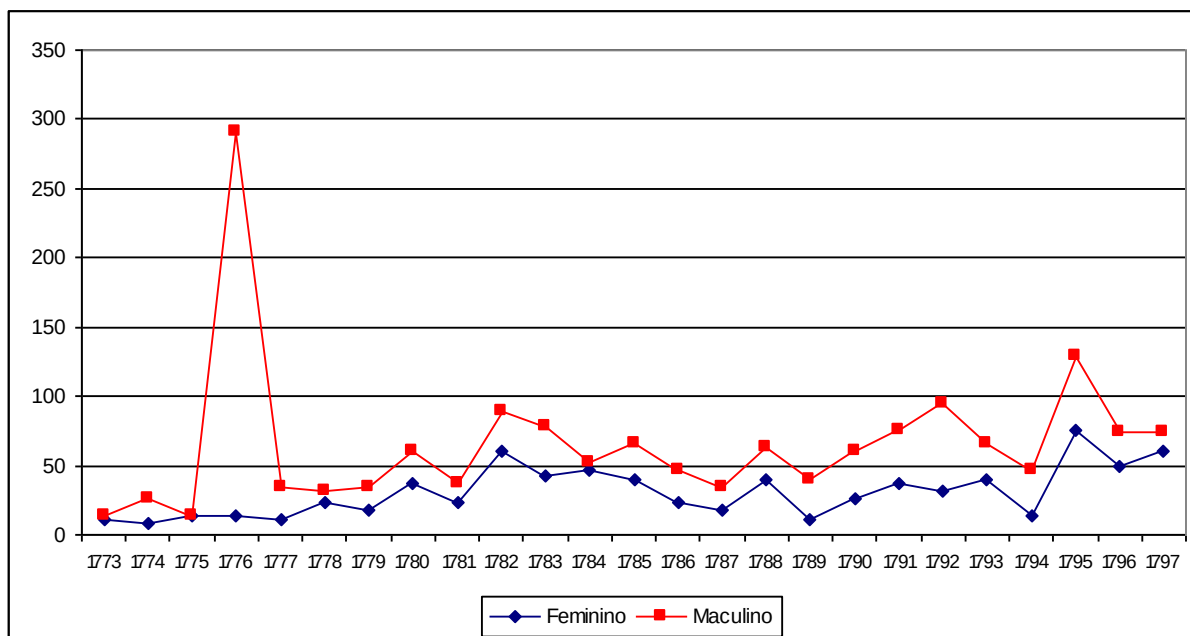


Gráfico 4 - Evolução dos Óbitos por Sexo (1773-1797)

Enfim essas são algumas análises preliminares, que indicam as possibilidades apresentadas pelas fontes e que serão aprofundados ao longo da pesquisa.

Referências Bibliográficas:

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2º edição. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- _____. **Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1989.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.
- GRAEBIN, Cleusa Maria. Vida Cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: Boeira, Nelson. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Colônia Volume 1. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850**. São Paulo: Pioneira/ EDUSP, 1973.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **História e Demografia: Elementos para um Diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.
- OSORIO, Helen. **O Império Português no Sul da América: Estancieiros, Lavradores e Comerciantes**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

REIS, João José. O quotidiano na morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) **História da Privada no Brasil, 2**. São Paulo: Cia da Letras, 1997.

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos. **Biodemografia do Conselho de Madalena: Estrutura demográfica e genética de uma população açoriana na Ilha do Pico**. Município de Madalena do Pico, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e quotidiana no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**. Lisboa: Estampa, 1993.

*Ao raiar do sol...***Saúde ou morte entre imigrantes alemães em São Leopoldo no século XIX***Caroline von Mühlen****Introdução: a Colônia Alemã de São Leopoldo**

A imigração e colonização alemã no Brasil, de um modo geral, podem ser observadas como a história de múltiplas experiências e tentativas, algumas positivas e outras negativas. Assim, a primeira tentativa de colonização na região sulina, ocorreu em 1824, com a criação da colônia alemã de São Leopoldo. Conforme relato de Carl Seidler, esta colônia alemã localizava-se há sete léguas de distância de Porto Alegre, sendo a localização estrategicamente importante para o escoamento dos excedentes, quer dizer, o navegável rio dos Sinos facilitava o transporte dos produtos até Porto Alegre. Além de São Leopoldo, entre 1824 e início de 1825, fundou-se a Colônia Alemã de São João das Missões, com algumas famílias e “avulsos”, sendo alguns destes provenientes de Mecklenburg-Schwerin. Devido a inúmeras vicissitudes, a colônia de São João não obteve o êxito esperado. Com a necessidade de expandir a colonização, em 1826, foi fundada a colônia das Torres. As colônias de São Leopoldo, São João das Missões e Torres, integravam o projeto oficial do Império.

O espaço de análise desse artigo é a Colônia Alemã de São Leopoldo. No que tange a sua localização, Seidler relata que “quando se pisa a colônia de São Leopoldo, acredita-se antes estar numa província do sul da Alemanha do que neste país”¹. Contrapondo tal concepção, Carlos H. Hunsche, refere-se à “tão infeliz” localização da colônia, pelo fato de estar “praticamente dentro do leito do rio dos sinos”. João Daniel Hillebrand, ex-diretor das colônias, no relatório apresentado ao Governo da Província, relata por sua vez que o “terreno é de um polygono irregular”². Além disso,

A colônia de São Leopoldo é dividida em duas partes distintas, meridional e septentrional, relativamente ao aspecto do terreno. A parte

* Mestranda em História junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS (São Leopoldo, RS) Bolsista Prosup/Capes. Orientador: Martin Norberto Dreher.

¹ SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 176.

² Relatório apresentado ao Governo da Província pelo Dr. João Daniel Hillebrand, ex-diretor das colônias, 1854. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. nº 15 – 16, setembro – dezembro, 1924, p.339.

meridional, regulando hua terça parte da superficie total, é composta de faxinais, campos naturaes e banhados allagadiços, entre elles alguns intransitaveis. a parte septentrional que regula as duas terças partes da mesma superficie total é composta de terrenos montanhosos, cobertos de mattos virgens. He esta a parte da Colonia mais rica em terras agricultadas, e onde os terrenos são os melhores e os mais proprios para todo e qualquer genero a cultura Européa [...] *[sic]*³.

Apesar das dificuldades iniciais, no quadro abaixo, podemos observar a complexa estrutura organizacional dessa colônia - balizavam entre atividades mais simples até mais complexas e especializadas, como médico, professor, farmacêutico, dentista, comerciante. Majoritariamente, os emigrados eram "servos agrícolas, camponeses falidos" na Europa. Dito de outra forma, com o início da industrialização, as atividades profissionais ditas "manuais" ocupadas pela maioria dos emigrados, deixaram de ser importantes lá. No Brasil, entretanto, tais profissões “serão vistas com bons olhos”, isto é, muitos imigrantes continuarão exercendo o mesmo ofício nas picadas - já outros não -, como sapateiros, alfaiates, seleiro, ferreiro, metalúrgico e etc. Daniel Hillebrand, em relatório, ressalta a importância desses imigrantes, bem como de seus ofícios para o desenvolvimento da colônia. Apesar do Pastor Ehlers não registrar a ocupação profissional de todos os imigrantes, consta a seguir, um quadro com 64 ocupações profissionais desenvolvidas pelos imigrantes na colônia. A análise das profissões dá-nos uma idéia do tipo de imigrantes e das relações estabelecidas.

Quadro 1 : Ocupação profissional dos imigrantes alemães de São Leopoldo

Sapateiro	5
Colono	12
Soldado	3
Carpinteiro	3
Fabricante de tabaco	1
Mestre-alfaiate	1
Sargento	4
Pastor	2
Comerciante	6
Balconista	1
Seleiro	1

³ Relatório apresentado ao Governo da Província pelo Dr. João Daniel Hillebrand, ex-diretor das colônias, 1854. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. nº 15 – 16, setembro – dezembro, 1924, p. 340

Cortador de tábuas	1
Moleiro	2
Dentista e farmacêutico	1
Médico	1
Empregado doméstico	1
Formado em Teologia	1
Estofador e auxiliar judicial	1
Professor	1
Açougueiro	1
Ferreiro	1
Curandeiro	1
Tecelão	2
Marinheiro	2
Agricultor	5
Carreteiro	1
Metalúrgico	1
Operário	1
Não consta	179

Fonte: Quadro elaborado pela autora do trabalho a partir dos dados pesquisados no Livro de Registros de Óbitos (1824 – 1844). In: *Livros de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX)*. Traduzido e editado por Martin Norberto Dreher, São Leopoldo: Unisinos, 2000 (CD-Rom)

Livro de registro de óbitos: a fonte

Nossa fonte de estudo é o Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo - casamento, batismo, confirmação e óbito -, iniciado no dia 1º de junho de 1824 - quando o navio ainda se encontrava no porto de Hamburgo - pelo primeiro Pastor Protestante de São Leopoldo, João Jorge Ehlers. Como passageiro do navio Germânia, chegou à Armação da Praia Grande – RJ – em setembro de 1824. A travessia foi longa e dramática, pois no navio em que viajava ocorreu um motim, no qual oito imigrantes revoltosos foram condenados a fuzilamento, sendo executados em 5 de julho. Em relação a esse incidente, o autor Carlos Hunsche, pondera que

Durante a travessia, houve muita discussão e, até mesmo, insultos e injúrias, sob o efeito de grandes doses de aguardente. Os soldados queixavam-se da comida, do tratamento demasiado severo e queriam ser livres como os colonos que, tendo eles mesmos pago suas passagens, eram melhor tratados.

Numa noite tempestuosa de sexta-feira, encontrando-se o barco no Golfo de Biscaia – era o dia 2 de julho de 1824 – o descontentamento dos

soldados tornou-se tão grande que acabou em revolta. A intenção do chefe dos revoltosos, o ex-guarda Rasch, era a de liquidar os dirigentes do barco, jogando-os ao mar para apoderar-se do navio e dirigir-se a um porto espanhol. Mas, graças à vigilância do caçador Bischoff, o motim foi descoberto. Ao verem o seu plano fracassado e os canos de espingardas dirigidas contra eles, os rebeldes começaram a prometer que futuramente se manteriam submissos. Os demais soldados tiraram-lhes os cacetes, e toda classe de facas e armas, e levaram os insurretos para um camarote, onde permaneceram amarrados durante a noite e o dia seguinte⁴.

O excerto acima leva-nos a refletir quão difícil foi à travessia do Atlântico. Os revoltosos foram executados. “Seu corpo foi jogado ao mar, experiência que fizeram várias vezes durante a travessia”.⁵ Muitas pessoas – pai, mãe, filhos – não suportaram as condições insalubres, a miséria, a falta de alimentos e epidemias que proliferavam entre os imigrantes. Os exemplos citados a seguir também dão indicativo das vicissitudes e intempéries enfrentadas diariamente pelos imigrantes, que produziram óbitos, principalmente de crianças.

-Faleceu PAULINE DOROTHEA GERMANIA JERCKE, filha de Johann Friederich Jercke e Maria Elisabeth Doede, nascida em 29 de junho de 1824, evangélica, falecida a 4 de agosto de 1824, às 5 horas da manhã, e foi **sepultada na água**, em 4 de agosto de 1824, às 2 horas da tarde, à 10° 33' de Latitude e 22° 27' de Longitude.

-Faleceu JOHANN SPRINGER, de Salmin, na França, sapateiro, ultimamente residente em Hamburg, católico, filho de Leonhard Springer. Faleceu a 29 de agosto de 1824 e foi **sepultado no mar**, a 4° 20' de Latitude e 18° 45' de Longitude.

-Faleceu JOHANNA HENRIETTE WEINMANN, filha de Johann Wilhelm Weinmann e Maria Christina, nasc. Meier, nasc. em 4 de setembro, evangélica. Faleceu na Armação, a 18 de setembro de 1824 e foi **sepultada na Praya Grande** em 5 de setembro de 1824.

-Faleceu em 1829, a 14 de abril, às 10 horas da manhã, CHRISTIAN

⁴ HUNSCHÉ, Carlos H. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Paulo)*. 2ª edição rev. e ampliada. Tomo I. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 27-28. É interessante observar que o Pastor Ehlers não registrou o óbito dos oito imigrantes executados. Tal atitude suscitou alguns questionamentos, que permanecerão lacunas, pois ainda não encontramos as devidas respostas. Por que Ehlers não registrou os óbitos? Qual sua intenção, adotando tal atitude? Objetivou ocultar e esquecer o fato lamentável, assim como ocorreu com os mecklenburgueses no Rio Grande do Sul? Infelizmente não dispomos de fontes capazes de preencher tais lacunas.

⁵ HUNSCHÉ, Carlos H. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Paulo)*. 2ª edição rev. e ampliada. Tomo I. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 158.

GESELCHENN, natural de Kell, depois morador em Wassenach, junto a Coblenz, 43 anos de idade, da Religião Católica, carreteiro de profissão, marido de Catharina, nascida Schneider. **Faleceu na viagem do Rio de Janeiro para o Rio Grande, sendo sepultado no mar no mesmo dia.**⁶

Não obstante, após permanecer alguns meses no Rio de Janeiro, o Pastor Ehlers, finalmente embarcou na sumaca Ligeira, chegando em 6.11.1824, à Colônia Alemã de São Leopoldo. No que tange a sua personalidade, Hunsche é enfático ao afirmar que “o pastor foi uma pessoa de muitos amigos, mas também de muitos inimigos”⁷. Afirma isso, porque bastaram alguns meses de atuação na colônia para que “34 colonos apresentassem ao presidente da província uma queixa coletiva [...] recomendando a sua renúncia, não aceita pelo Monsenhor Miranda no Rio [...]”⁸.

É importante destacar que o livro de registro de óbitos oferece ao historiador a multiplicidade de informações sobre epidemias e doenças do passado, origem, idade, gênero e ocupação profissional do defunto, quer dizer, é um *corpus* documental que permite reconstruir as condições, conflitos e dificuldades de uma comunidade – neste caso, especificamente São Leopoldo. De acordo com Miridan Britto K. Falci, os livros de óbitos deveriam seguir o modelo estabelecido pelo Concílio Tridentino.

1. ad data do sepultamento, o nome do morto, (de onde se deduzia o sexo), 3 a filiação legítima ou ilegítima se criança, ou o nome do conjugue se adulto, 4 a condição social (escravo, barão, etc.), 5 a naturalidade (brasileiro, africano, português, italiano, etc), 6 a idade, 7 a *causa-mortis*, 8 as condições espirituais em que morreu (se recebeu os sacramentos da penitência e extrema-unção, se morreu por captura resultante da fuga, suicídio) 9 a descrição da mortalha, 10 o ritual que acompanhou o enterramento, 11 o local onde foi enterrado (interior da igreja matriz, capelas ou o, cemitério público ou privado de uma fazenda portas de fora da Igreja, etc) e o nome de familiares⁹.

⁶ Livro de Registros de Óbitos (1824 – 1844). In: *Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX)*. Traduzido e editado por Martin Norberto Dreher, São Leopoldo: Unisinos, 2000 (CD-Rom).

⁷ HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Paulo)*. 2ª edição rev. e ampliada. Tomo I. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 221.

⁸ HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Paulo)*. 2ª edição rev. e ampliada. Tomo I. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 222.

⁹ FALCI, Miridan Britto K. Comparando a saúde e morte de mulheres escravas no século XIX no Brasil. Site <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Miridan%20Britto%20K%20Falci.doc>, acessado dia 06/09/08, às 00:38.

No entanto, nem todos os pastores e padres seguiam a risca o modelo estabelecido. Ehlers, sendo protestante, não se orientou por Trento, mas pela prática vigente em sua Igreja de origem: a Igreja Luterana de Hamburgo. Analisando o livro de registros de óbitos de São Leopoldo, podemos observar que o Pastor João Jorge Ehlers raramente citou a causa e horário dos falecimentos, ocupação profissional, dificultando o trabalho do historiador, que objetiva fazer uma análise específica da composição social da comunidade e que trabalha somente com esse tipo de fonte. Comparando-o com o livro de óbitos de Hamburgo Velho, podemos observar a carência de informações, principalmente no que se refere à *causa mortis* dos imigrantes.

Na tabela abaixo, conseguimos fazer uma relação das *causae mortis* que aparecem nos registros de óbitos pelo Pastor Ehlers.

Quadro 2: *Causae mortis* dos imigrantes alemães (1824 – 1843)

Esgotamento / enfraquecimento	2
Tiro	5
Picada de cobra	1
Morte pelos bugres	3
Doença no peito	1
Durante o serviço	2
Afogamento	3
Febre reumática	1
Inflamação nas fibras musculares	1
Brigas	2
Morto em assalto	5
Morreu no parto	2
Velhice	1
Desgosto na prisão	1
Desinteria	1

Fonte: Quadro elaborado pela autora do trabalho a partir dos dados pesquisados no Livro de Registros de Óbitos (1824 – 1844). In: *Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX)*. Traduzido e editado por Martin Norberto Dreher, São Leopoldo: Unisinos, 2000 (CD-Rom)

Como demonstra o quadro acima, algumas *causae mortis* estão diretamente ligadas ao desentendimento e conflito presente na colônia desde o início da imigração - principalmente devido à falta ou má distribuição dos subsídios, demora na demarcação dos

lotes¹⁰. Por exemplo, Johann Etzel, "faleceu a 2 de outubro, em Sapucaya, de uma facada deferida por Johannes Stoltemberg"; Mathias Wetter, "morto por ladrões e assassinos que arrombaram sua casa, levaram-no embora e, após, o evisceraram nas macegas"; Philipp Dick, "assassinado por ocasião de assalto à sua casa por ladrões"; Mathias Geyer, "faleceu assassinado em sua colônia". Além desses exemplos, não podemos esquecer que em 1835 iniciou a revolução Farroupilha. Ehlers também registrou alguns óbitos de imigrantes que morreram "por um tiro de canhão no ataque a Porto Alegre".¹¹

Nas colônias alemãs, a expectativa de vida era muito baixa, uma vez que a taxa de mortalidade era muito alta. Vários imigrantes nem conseguiram chegar ao local de destino (cf. exposto acima), porque morreram ainda em alto mar. E os que conseguiram chegar, tiveram que conviver com doenças e com a morte. Nesse contexto, o que significava a morte para esses imigrantes? Quem morria mais, homens ou mulheres? Qual a faixa etária predominante ao óbito? Por que um número considerável de óbitos na primeira infância? Qual a principal *causa mortis* dos imigrantes? Estas e outras questões tentaremos discutir a seguir.

Entre a certeza e o inaceitável: a morte

Condição sanitária inadequada, falta de alimento, falta de médicos e miséria, figuram como indicativos do abrandamento da vida. Na maioria dos casos, a inexistência de saúde de qualidade, levou à morte. A morte, por sua vez, significa o fim da vida, uma ruptura e destruição. É considerada, por muitos, como uma transgressão, porque o homem é arrancado de sua vida cotidiana, de sua família, de sua sociedade para ser enviado para um mundo irracional. Por mais que a morte seja a única certeza do ser humano, é muito difícil lidar com ela e aceitá-la.

Concordamos com Vovelle, quando diz que “nós todos temos em nossas atitudes com relação à morte todo um conjunto de estratificações que remetem a diferentes

¹⁰ Para obter mais informações acerca desse assunto, ver TRAMONTINI, Marcos Justo. *A colônia de São Leopoldo: A organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824 – 1850)*. Porto Alegre: PUCRS, 1997. (Tese de Doutorado).

¹¹ Livro de Registros de Óbitos (1824 – 1844). In: *Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX)*. Traduzido e editado por Martin Norberto Dreher, São Leopoldo: Unisinos, 2000 (CD-Rom).

modelos”¹². Nesse sentido, as concepções e atitudes perante a morte podem variar de um grupo para outro, e de região, ou seja, o grande problema não é a morte em si, mas a idéia que cada ser humano constrói em torno da morte¹³. Conviver com a morte era muito difícil, mas no contexto da imigração ela foi uma variável constante.

Como demonstra o gráfico 1, o número de óbitos de imigrantes do gênero masculino é superior em todos os anos que compreende a pesquisa (1824 e 1843), levando-nos a supor que o organismo feminino era mais resistente - se comparado ao masculino – frente às adversidades da nova vida. Além disso, desde o início da pesquisa, outra dúvida nos perseguia. Porque no ano 1826 o número de óbitos é superior aos demais anos? O que de fato ocorreu neste ano? Seria uma epidemia? À medida que fomos organizando as informações, a segunda hipótese foi descartada. Partimos do pressuposto de que a longa viagem e a inadequada alimentação tenham contribuído para os óbitos. Não bastasse essa dificuldade, Hunsche registra em sua obra, que os imigrantes, passageiros do costeiro Carolina, chegados ao Rio Grande do Sul no início de janeiro de 1826, conviveram com "a fome e a morte". Esse costeiro, pois, foi caracterizado por Hunsche como o navio "verdadeiramente negreiro", pelo fato do capitão ter negado alimentos aos imigrantes.

Não vamos referir à fome que essa pobre gente passou ("De manhã cedo, nossas crianças, as que ainda estão em vida, choram gritando de fome..."); vamos diretamente aos casos de óbitos: nos 30 dias de viagem, de 15 de dezembro de 1825 a 15 de janeiro de 1826, pereceram 20 pessoas, geralmente crianças, três delas já no Rio de Janeiro.¹⁴

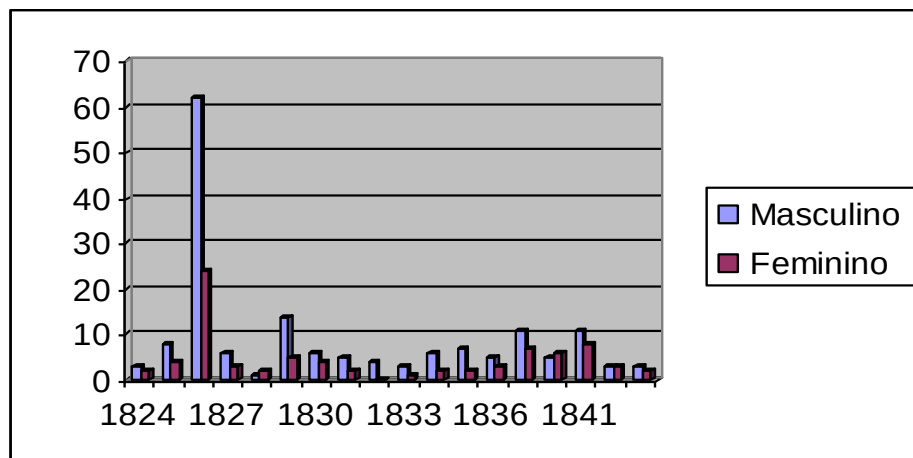
As causas de desnutrição e fraqueza foram recorrentes nos anos anteriores e posteriores a 1826, porém, o fato relatado por Hunsche anteriormente, possivelmente seja a explicação dos óbitos em 1826.

Gráfico 1: Número de óbitos de imigrantes entre 1824 - 1843 (gênero)

¹² VOVELLE, Michel. A História dos homens no espelho da morte. In: BRAET e VERBEKE. *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 16.

¹³ Ver ELIAS, Norbert. *A solidão dos Moribundos seguido de Envelhecer e Morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

¹⁴ HUNSCHÉ, Carlos H. *O ano de 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p. 278.



Fonte: Quadro elaborado pela autora do trabalho a partir dos dados pesquisados no Livro de Registros de Óbitos (1824 – 1844). In: *Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX)*. Traduzido e editado por Martin Norberto Dreher, São Leopoldo: Unisinos, 2000 (CD-Rom)

No que tange ao número de óbitos em São Leopoldo, os fatores citados anteriormente se agravaram com o calor excessivo nos meses de dezembro a maio, conforme o quadro abaixo – quadro 3. "Os alemães não estavam preparados para enfrentar o perigo da desintéria e da desidratação, doenças que hoje matam crianças nos trópicos"¹⁵. Ehlers não informa a *causa mortis* de todos os imigrantes, mas são diversos os casos de óbitos causados por "esgotamento/enfraquecimento"; doenças ligadas ao trabalho, como picada de cobra, durante o serviço, inflamação nas fibras musculares - ver quadro 2. Outra informação interessante é o registro do horário do falecimento de cada indivíduo. Do total de óbitos da nossa amostra, 30% dos óbitos ocorreram pela manhã, enquanto que à tarde foram 14% e a noite 16%. Não sabemos de fato o que motivou a maioria dos óbitos ocorrerem pela manhã. Arriscamos um palpite: uma noite de sono talvez o moribundo conseguisse agüentar, porém, no dia seguinte, com o raiar do sol, infelizmente mais um óbito. Dito de outra forma, dos 243 óbitos registrados, 97 eram de jovens e, estes na sua maioria faleceram de manhã, isto é, com o raiar do sol.

¹⁵ HUNSCHKE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Paulo)*. 2ª edição rev. e ampliada. Tomo I. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 166.

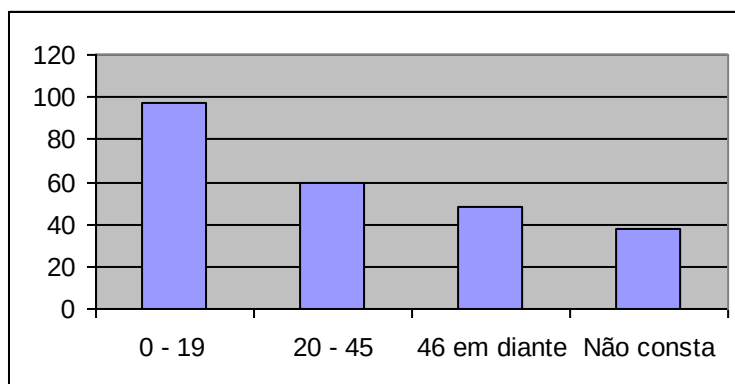
Quadro 3: Número de óbitos em São Leopoldo (frequência mensal)

	1824	1825	1826	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	1836	1839	1840	1841	1842	1843	Total
Jan	0	0	17	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	1	2	0	0	2	25
Fev	0	0	17	3	1	1	0	0	0	0	0	1	1	2	0	1	0	0	27
Mar	0	0	21	3	0	3	1	0	1	2	0	0	0	0	0	1	0	0	32
Abril	0	1	14	1	0	1	2	2	0	0	2	4	1	4	0	4	0	0	36
Mai	0	1	5	0	2	2	1	1	0	0	1	1	0	2	0	3	0	0	19
Jun	0	3	5	0	0	5	1	2	1	0	1	0	2	1	1	3	0	0	25
Jul	0	0	2	0	0	3	1	0	0	0	2	0	1	1	1	2	1	1	15
Ago	2	0	1	0	0	4	0	1	1	0	0	0	2	0	3	0	1	0	15
Set	1	5	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	3	1	2	0	17
Out	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2	1	0	0	1	2	2	0	10
Nov	1	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	9
Dez	1	1	2	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	3	0	1	0	2	13

Fonte: Quadro elaborado pela autora do trabalho a partir dos dados pesquisados no Livro de Registros de Óbitos (1824 – 1844). In: *Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX)*. Traduzido e editado por Martin Norberto Dreher, São Leopoldo: Unisinos, 2000 (CD-Rom)

Em relação à faixa etária dos óbitos, fica evidente no gráfico abaixo, significativa frequência do falecimento de crianças e jovens, balizando de 0 a 19 anos – faixa etária estabelecida pela autora, para facilitar a organização das informações. Crianças com um, dois, dez dias, dois meses e alguns anos, foram as que mais sofreram com a emigração e o clima da nova terra. *Causae mortis*, como fraqueza, desinteria, falta de alimentação adequada para crianças, são alguns dos exemplos que podem ser citados. O início da colonização em São Leopoldo, não foi somente difícil para as crianças, mas também para seus pais e avós, conforme destacamos ao longo deste artigo. Independentemente do horário, dia, mês, verificamos que a morte foi uma variável constante entre os imigrantes alemães, especialmente para aqueles da fase pioneira (1824-1850).

Gráfico 2: Número de óbitos em São Leopoldo (faixa etária)



Fonte: Quadro elaborado pela autora do trabalho a partir dos dados pesquisados no Livro de Registros de Óbitos (1824 – 1844). In: *Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX)*. Traduzido e editado por Martin Norberto Dreher, São Leopoldo: Unisinos, 2000 (CD-Rom)

Fontes consultadas:

Relatório apresentado ao Governo da Província pelo Dr. João Daniel Hillebrand, ex-diretor das colônias, 1854. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. nº 15 – 16, setembro – dezembro, 1924.

Livro de Registros de Óbitos (1824 – 1844). In: *Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX)*. Traduzido e editado por Martin Norberto Dreher, São Leopoldo: Unisinos, 2000 (CD-Rom).

Referências bibliográficas:

ELIAS, Norbert. *A solidão dos Moribundos seguido de Envelhecer e Morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Paulo)*. 2ª edição rev. e ampliada. Tomo I. Porto Alegre: A Nação, 1975.

HUNSCHE, Carlos H. *O ano de 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p. 278.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 176.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A colônia de São Leopoldo: A organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824 – 1850)*. Porto Alegre: PUCRS, 1997. (Tese de Doutorado).

VOVELLE, Michel. A História dos homens no espelho da morte. In: BRAET e VERBEKE. *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 16.

Site da Internet

FALCI, Miridan Britto K. Comparando a saúde e morte de mulheres escravas no século XIX no Brasil. Site <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Miridan%20Britto%20K%20Falci.doc>, acessado dia 06/09/08, às 00:38.

O caso de Maria Olga Duncker, detida no presídio de Bützow/Mecklenburg (1825)*Martin N. Dreher*

Nos anos de 1824 e 1825, cerca de 400 delinqüentes e familiares seus, originários de três casas de correção e presídio do Grão-Ducado de Mecklenburg, após consulta e declaração de concordância, foram enviados ao Brasil, onde seriam incorporados ao exército imperial ou instalados como colonos em três colônias imperiais no Rio Grande do Sul: São Leopoldo, Três Forquilhas e São João das Missões. A historiografia sobre a imigração alemã tem desqualificado esses imigrantes devido a sua condição de ex-presidiários ou relegado os mesmos ao esquecimento. O estudo da documentação relativa a sua emigração, contudo, revela que os mesmos são representantes das profundas transformações sociais pelas quais estavam passando os territórios alemães, os quais geravam multidões de excluídos. O caso de Maria Olga Duncker, presa sob a acusação de infanticídio, pode ser apresentado como exemplar para a situação dos excluídos.

Na documentação relativa aos presidiários das Casas de Correção de Dömitz, Güstrow e Bützow do Grão Ducado de Mecklenburg, enviados ao Brasil, encontrei, entre muitos outros documentos, um relato a respeito de Maria Olga Carolina Duncker:

Sereníssimo Grão-Duque
Magnânimo Grão-Duque e Senhor!

A jovem Maria Olga Carolina Duncker, deste presídio, 22 anos de idade e filha de pais pobres de Malchow, manifestou hoje seu desejo de poder juntar-se aos emigrantes para o Brasil. Dependendo da Altíssima concessão, ela está decidida a se unir em matrimônio ao prisioneiro Waack, que já se encontra na relação dos emigrantes.

O crime do qual se fez suspeita é o assassinato de sua criança recém-nascida. Ela a deu à luz, às escondidas, no campo; ao se recompor e olhar a criança, esta estava morta, segundo sua declaração, e ela a levou até o lago, jogando-a na água, para que nada viesse à tona de sua gravidez e de seu decorrer. Os médicos realmente constataram que a criança morreu em consequência da falta de auxílio por ocasião do nascimento e não por assassinato pelas mãos da mãe. Em consequência, ela não deve ser condenada como

assassina, mas pelo alto grau de negligência pelo qual se tornou culpada da morte da criança. A pena consistiria em diversos anos de manutenção na casa de correção.

Queira Vossa Alteza Real, magnanimamente, fazer-nos comunicado da Altíssima decisão acerca da petição de emigração dessa delinqüente com a finalidade de encaminhamento ao Senhor Conde von der Osten Sacken.

É em profunda devoção que almejamos ser de

Vossa Alteza Real
mais submissos, fiéis, obedientes
v. Santen

Bützow, 29 de julho de 1825

Pobres e vagantes

Desde o final da Idade Média, as autoridades européias reagiram com restrições a mendigos e vagantes¹. A pobreza era fenômeno que atingia toda a Europa, o que modificou foi a percepção do fenômeno. Se no início procurou-se por cuidado em relação a mendigos e vagantes, progressivamente o que foi acontecendo foi marginalização e perseguição. Em 1825, Maria Olga Carolina foi qualificada de “filha de pais pobres”.

A definição de pobreza se altera ao longo dos tempos. No entanto, ela sempre esteve relacionada ao bem-estar das elites. Sempre que a nobreza e as elites agrárias ou urbanas melhoravam sua situação econômico-financeira, aumentava a distância em relação às camadas inferiores. Nos dias de Maria Olga Carolina, pobres ainda tomavam suas refeições em gamelas comuns, os melhor situados tinham pratos individuais. Caso seus pais tenham tido uma vivenda – não me foi possível constatar se eram possuidores de moradia própria – nela havia, no máximo bancos, nas casas melhor situadas havia cadeiras. Em casas com pratos individuais e cadeiras podia-se viver sem o auxílio de outrem. Talvez, se possa afirmar que a condição de pobreza dos pais de Maria Olga Carolina fosse melhor que a condição de pobreza por volta de 1500, mas o rápido crescimento do bem-estar das elites tornou comum a percepção de que a pobreza crescia. Nos dias de Maria Olga, o prefeito da cidade de Simmern, no Palatinado,

¹ Para a escrita do texto que segue, recebemos importantes impulsos da obra de RHEINHEIMER, Martin. *Arme, Bettler und Vaganten. Überleben in der Not 1450-1850*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000.

caracterizava a situação de seus concidadãos como sendo formada de 1/3 de pobres, 1/3 de pobres com casa, *Hausarme*, e 1/3 de pessoas bem situadas². De fato, o aumento do bem-estar de alguns trazia consigo o aumento de preços e este significava aumento da miséria para outros. Mesmo assim, minhas observações quanto à pobreza podem ser relativizadas. Os pobres dos presídios de Mecklenburg, ao se tornarem proprietários em São Leopoldo e em Três Forquilhas, não eram mais pobres, mesmo que tivessem menos que a família Guimarães na região de São Sebastião do Caí³. Pobre é quem por força própria não consegue mais se alimentar, vestir ou conseguir moradia. Pobre também podia ser quem não conseguia mais viver de acordo com o estamento, no qual ingressara ao se profissionalizar. Mais pobre ainda era quem fosse excluído de todas as formas de auxílio. Assim, nos dias de nossa estudada havia vários tipos de pobres e todos eles podem ser encontrados na Casa de Correção para a qual ela havia sido enviada e com os quais convivia. Nesse presídio havia profissionais que não conseguiam mais sobreviver às custas de seu ofício⁴, havia pessoas que mendigavam, fazendo uso de seu pátrio direito e havia aqueles que, sem serem nascidos em Mecklenburg haviam vindo de outros estados alemães, mendigavam e, por isso, foram presos: não tinham direito à mendicância em terra estranha. Entre estes últimos estavam os ciganos. Os limites entre os diversos grupos de pobres não eram muito fixos: havia semi-sedentários, gente que vivia „de favor“, pedintes ocasionais que se integraram. Nem todos passavam toda a vida como mendigos. Via-de-regra, crianças e idosos eram os que mais sofriam. Pobres eram também diaristas, jornaleiros ou os servos.

Difíceis eram as condições de moradia. Havia pessoas dormindo ao relento. Quem tinha algum dinheiro alugava uma cama, quem tinha um pouco mais um quarto, ou um quarto da casa. Não poucos congelavam, literalmente, no inverno.

Por trás de toda essa pobreza havia condições estruturais. Fator central para se entender a pobreza é o crescimento populacional. Sabe-se que entre 1500 e 1800 a Europa, sem a Rússia, dobrou sua população. De 75 milhões passou para 150 milhões. Esses números nos deixam pasmar tanto mais, se levarmos em conta que durante a Guerra dos Trinta Anos, o que hoje é a Alemanha perdeu 80% de sua população! No

² DREHER, Martin N. A Alemanha da década de 1820 e a emigração à Ponta das Torres. In: ELY, Nilza Huyer. Três Cachoeiras, marcas do tempo: III Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS. Porto Alegre: EST, 2004, p. 33-43

³ LANGENDONCK, Marie Barbe Antoinette Rutgeerts van. Uma colônia no Brasil. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

⁴ Cf. DREHER, Martin N. Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os Primórdios da Imigração Alemã no Brasil. São Leopoldo 2009 (no prelo)

entanto, outras regiões nada sentiram dessas perdas. Em 1800, estima-se, 17,5% da população vivia em cidades com mais de dois mil habitantes. O restante vivia no campo.

A pobreza que encontramos nas cidades tinha sua razão de ser no meio rural. Ali aumentou o número de pequenos proprietários e de diaristas sem terra. Foi somente em meados do século XIX, com a industrialização mais acelerada que diminuiu a relação entre aumento da população e mendicância. Nos dias de Maria Olga, contudo, a situação foi outra. Houve uma série de colheitas mal sucedidas, com a conseqüente especulação no preço dos grãos. Os diaristas tiveram que trabalhar mais e comer menos, tal a diferença entre o ganho e o preço dos alimentos. Aumentaram as mortes e, conseqüentemente, reduziu-se as taxas de natalidade.

Houve regiões em que se proibiu o casamento em idade precoce. O fato pode ser constatado em São Leopoldo. Nos primeiros anos da imigração, muitas das jovens mães tinham 26, 27 anos ao darem à luz sua primeira criança. Maria Olga ficou grávida aos 21 anos; isso não correspondia aos padrões.

Furto e revoltas

O empobrecimento podia levar entre os atingidos a uma quebra das normas sociais. Quem apesar de todos os esforços não conseguia mais se alimentar nem alimentar os seus por meios próprios buscava junto aos que tinham o que lhe faltava. Em épocas de fome sempre aumentou, na história da humanidade, a criminalidade em relação à propriedade. Furtos aconteciam em decorrência de miséria e de desespero. Furtados eram, em geral, bens de pessoas melhor situadas. Por vezes, podiam ser furtados bens de pessoas do mesmo nível social, o que tinha como consequência maior miséria. Agricultores bens situados ao pegarem o ladrão, em geral, não o denunciavam, mas aplicavam-lhe valente surra por meio de seus subordinados. Os diaristas sem terra tendiam menos para o furto do que os andarilhos. Os diaristas, em geral, viviam nas terra „por favor“. Furto podia levar a que tivessem a moradia tomada e aí a miséria seria maior. Como se encontrassem sob controle social maior, tendiam a cometer menos furtos. Nos dias de Maria Olga Carolina Duncker a situação se deteriorara ainda mais. Os diaristas sem terra estavam começando a ser expulsos da terra e passaram a engrossar as fileiras dos ainda mais miseráveis. A máquina a vapor se fazia presente também no campo e substituía o braço humano. Ela era „filha de pais pobres“.

Entre os pobres estavam difundidos alguns tipos de criminalidade: furto de lenha, pequenos furtos de gêneros alimentícios, peças de vestuário, furto na lavoura ou na horta. Estes pequenos furtos levavam a aprisionamento em Casas de Correção. Alguns desses crimes, até o século XVIII, não eram considerados, de fato, ações ilegais. Até ali, em diversas regiões, coletar lenha nos bosques e florestas não era crime; era direito do membro da comunidade. Também não era crime vasculhar os campos após a colheita e recolher o que ficara deitado. No século XIX tudo estava privatizado, também a floresta, e aí o recolher gravetos se transformou em crime. Privatizados foram também os poteiros comunitários e os sem-terra não tiveram mais pasto nem mesmo para a cabra que ainda fornecia o leite das crianças. Por isso, desde a perspectiva dos pobres, seu furto não podia ser qualificado como furto; era „antigo direito“.

Pode-se levantar a suspeita de que pobres tenham sido mais duramente castigados do que não pobres. Pessoas socialmente integradas podiam recorrer; miseráveis não. Por isso, miseráveis eram recolhidos a Casas de Correção, das quais se esperava que viessem a produzir sua ressocialização. Esses miseráveis também não produziram revoltas. Quando aconteciam protestos por causa da majoração ou da queda de preços, esses partiam de setores melhor situados da população. O temor existente era o de que esses melhor situados pudessem se valer dos miseráveis como massa de manobra. Por isso, os miseráveis tinham que ser tirados de circulação. Isso ocorria através da detenção em Casas de Correção ou, quando estas estavam cheias, através da exportação dessas pessoas. Foi o que aconteceu de parte do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin nos anos de 1824 e 1825, quando foram esvaziadas suas Casas de Correção, sendo seus detentos convidados a emigrar „livremente“ para o Brasil.

Uma cultura da penúria

A cultura das camadas inferiores da população estava marcada por uma economia de poucos bens. Havia pouca roupa para ser trocada; quase nunca havia uma segunda muda de roupa. Roupas usadas eram remendadas, remodeladas, reencaminhadas. As roupas infantis passavam dos mais velhos para os mais jovens. O objetivo era sempre ter casa própria, equipada com o mínimo necessário e na qual houvesse a vestimenta básica. A falta de vestimentas básicas já fazia de crianças seres marginais e levava-as a internalizar desde a mais tenra idade o fato de que os outros eram „melhores“.

Se ainda hoje, na área da pequena propriedade rural do Rio Grande do Sul, observamos agricultores com a roupa mais vezes remendada, a prática vem dessa cultura da penúria. No roupeiro há roupas melhores, mas ainda se fala das pessoas „melhores“. A falta de roupa para os mecklenburgueses emigrados ao Brasil se evidencia no fato de o Major von Schaeffer haver preparado para os homens (!) um enxoval, quando de seu embarque rumo ao Brasil. No contrato celebrado entre von Schaeffer e o Conde von der Osten-Sacken, representante legal do governo de Mecklenburg-Schwerin, ficou estabelecido no § 10 que “Todo colono de sexo masculino adulto receberá quando de sua partida um enxoval prescrito pelo Senhor Major von Schäfer, constando de

Um casaco de linho

Duas camisas

Duas calças

Um par de coturnos

Um boné

os quais o Senhor Major von Schaeffer promete fornecer.” Antes do embarque, o enxoval realmente lhes foi concedido.

É conhecido que Robert Malthus, em 1798, afirmou que a pobreza se devia ao crescimento da população. Com isso, contribuiu para uma mudança nas mentalidades no tocante à percepção da pobreza. Como consequência de seu livro *An Essay on the Principle of Population*, a pobreza passou a ser percebida, passando a se usar a expressão *pauperismo*. O conceito tornou-se sinônimo de uma época. Toda uma série de publicações começou a se preocupar com as causas da pobreza e a apresentar remédios para ela. Pastores, padres, médicos sentiram-se chamados a melhorar as condições dos pobres. Todos eles, porém, apresentavam as mesmas razões para o aumento da pobreza: alcoolismo, jogos de azar, loterias, bailes, o casamento precoce, diminuição da religiosidade ou, simplesmente, a preguiça. “Filha de pais pobres”. Era necessário reeducar os pobres para que não fizessem despesas desnecessárias. O caminho eram as Casas de Correção. Não raro pastores criticavam, em seus sermões, os pobres que tomavam café, vício moderno que minava a economia doméstica. Crítica violenta era feita também aos que casavam sem ter “nada debaixo de seus pés”. Os contemporâneos são incapazes de explicar a pobreza a partir de causas estruturais, como o faria um historiador social. Casamento precoce, loteria, jogos de azar, preguiça são argumentos de ordem *moral*. Com esses argumentos, os pobres são desacreditados e criminalizados

e a sociedade é liberada de sua responsabilidade. O acento é: os pobres são eles próprios os responsáveis por sua pobreza; ela é consequência de seus atos. Desenvolvimento econômico insustentável, explosão populacional, distribuição desigual da terra não aparecem como argumentos. No fundo, para o argumento moral, não há pobres, só *falsos* pobres. Quanto mais o antigo regime entrava em crise, tanto mais encontrava ressonância a argumentação de que os pobres eram pobres porque não queriam trabalhar.

Entre os pobres parece ter se desenvolvido uma “sub-cultura da pobreza”. Dela participavam os diaristas, os jornaleiros, os servos, todos os que estavam ameaçados pela pobreza. Vivendo continuamente abaixo do mínimo necessário para existir, desenvolveu-se outro tipo de moral. Aí, tomar café, casar, tentar a sorte com bilhete de loteria era algo distinto dos valores que valiam para os críticos dos pobres. O bem situado que desistisse de tomar café (produto importado e sujeito a pesados impostos) para poder poupar por um tempo e poder comprar bem almejado, podia fazê-lo. Para o pobre, desistir do café significava: jamais tomar café! O bem situado que postergasse seu casamento até ter adquirido determinados bens estava realizando algo lógico. Para o pobre, ter que postergar casamento até ter adquirido o que era julgado indispensável para um casal teria significado jamais casar. Para o pobre, café e casamento, mesmo significando maior miséria, eram protesto e, no fundo, sonho de melhor qualidade de vida, que também não se concretizava. Olga Duncker, filha de pais pobres, sem condições, experimentou relação sexual, engravidou e foi para a Casa de Correção. A “sub-cultura dos pobres” é imagem distorcida da cultura dos dominantes, que procuram imitar, sem alcançá-la e nem a poderiam alcançar, pois isso significaria subverter a ordem.

As mulheres eram especialmente atingidas pela pobreza. Mesmo que os fatores sociais e econômicos fossem responsáveis por sua pobreza, nos dias de Olga Duncker seu corpo, sua sexualidade era fator de pobreza.

Sobreviver como mulher

Sobreviver como mulher nos primórdios do século XIX era complicado. Mulheres não eram admitidas nas organizações profissionais. Mulheres das classes superiores podiam, em caso de falecimento do marido, continuar com o empreendimento do marido comerciante, artesão ou agricultor. Mulheres pobres podiam

ser empregadas, diaristas, costureiras, tecelãs, lavadeiras ou regateiras. Entre as mulheres das casas de correção encontramos tais profissões. Ser mulher pobre podia levar a psicoses. Homens se suicidavam, mulheres entravam em depressão. Foi esse o caso de uma das internas da Casa de Correção de Mecklenburg. Era pobre, não tinha cometido crime nem infração, mas por ser encontrada em depressão foi encaminhada à Casa de Correção “para tratamento”. Mulheres idosas pobres, não raro, eram responsabilizadas por bruxaria, principalmente quando cavalos de nobres adoeciam ou a vaca deixava de produzir leite, secava.

Dificuldades enfrentavam mulheres pedintes, quer batiam de porta em porta. Por vezes, podiam realizar pequenas tarefas, como tricotar meias. Em troca ganhavam pouso e alimento, por alguns dias. A rua, contudo, estava bastante próxima da prostituição. As causas da prostituição eram muitas. A pobreza podia ser uma delas. Para entender um círculo vicioso que se formava, podemos tomar como exemplo a Casa de Trabalho Rural de Güstrow. Güstrow fora, originalmente, palácio-residencial, nos dias de Olga Duncker destinava-se a receber 1) mendigos e vagantes, além de seus familiares, de ambos os sexos, que não podiam ser extraditados por não existir Estado por eles responsável. Em resumo: não tinham condição de súditos. 2) Além disso, pessoas súditas do Grão-Ducado de Mecklenburg, em relação às quais nenhuma comuna tinha compromisso. 3) Mendigos e vagantes do território que, após tentativas de autoridades locais não haviam se afastado da mendicância, da vagância e da ociosidade e que, em sua opinião, careciam de medidas mais drásticas para “corrigirem” seu modo de vida. As pessoas classificadas nos grupos 1 e 2 eram designadas de *Heimatlose*⁵, sem pátria, mas o conceito também pode ser traduzido por vadio ou vagabundo. O terceiro grupo abrangia os *Korrektionäre*, correccionários. Vagabundos eram consideradas as pessoas que exercessem atividade inadmissível ou insuficiente: condutor de urso, apresentador de marionetes, funâmbulos, músicos. As crianças que fossem encontradas com os pais quando de seu aprisionamento não eram admitidas na instituição, pois se entendia que a convivência iria depravá-las. Por isso, eram confiadas a famílias “bem constituídas”, em áreas rurais, que recebiam uma pensão alimentícia. Crianças de peito ou subnutridas permaneciam na instituição aos cuidados de uma *Kinderfrau*, ama seca, até que pudessem ser encaminhadas a famílias. Quando as crianças atingiam o décimo quarto

⁵ O poeta mecklenburguês Fritz Reuter, contemporâneo à saída dos presidiários de Mecklenburg para o Brasil, descreve a situação de um *Heimatloser* no texto *Ein Heimatloser*. Cf. GRUBE, Hans B. (ed.). *Reuters Werke ZWölfter Teil: Schnurr-Murr – Kleinere Schriften*. Berlin – Leipzig – Wien – Stuttgart: Deutsches Verlagshaus Bong & Co, s.d., p. 425-430.

ano de vida e haviam participado do ensino confirmatório e sido confirmadas, os diretores da Casa de Trabalho encaminhavam-nas a patrões, *Dienstherren*, em área rural, que lhes ensinariam as lidas domésticas e os empregariam como mão-de-obra barata. A documentação das casas de correção de Mecklenburg está a apontar para meninas adolescentes que foram violentadas por seus patrões, engravidaram, praticaram aborto e foram condenadas por esse crime. Outras, exploradas, vingaram-se colocando fogo na propriedade do patrão. As contingências levaram-nas de volta às casas de correção onde haviam ingressado com seus pais. Há a possibilidade de Olga Duncker ter enfrentado essa situação. E ela tentou a possibilidade que se lhe abria: emigrar para o Brasil. Numa sociedade patriarcal e ante a possibilidade de emigrar, buscou submeter-se ao casamento com outro detento, pois como mulher não poderia ser proprietária. Não há documentação comprovando que Olga tenha vindo ao Brasil. O por ela mencionado Waack veio ao Brasil e consta da relação dos soldados incorporados aos batalhões de estrangeiros⁶. Ali ele consta como solteiro. Aparentemente, o pretendido matrimônio com Waack não se concretizou. Olga Duncker deve ter permanecido na Alemanha. Seu destino posterior nos é desconhecido. Outro soldado, Duncker⁷, também veio: seria seu irmão? No Brasil, algumas das mulheres que acompanharam os emigrantes foram vendidas por seus maridos, outras venderam seus corpos, outras se estabeleceram como comerciantes. Majoritariamente, porém, fizeram parte do grupo de agricultoras inseridas no regime da pequena propriedade rural, inaugurada com a imigração alemã.

Ter filhos ilegítimos

Se a situação da mulher solteira ou viúva era difícil, o casamento para ambas proporcionava saída reconhecida pela sociedade e segurança financeira. As constantes guerras, porém, resultaram em excedente de mulheres e em falta de homens. Para manter o status social, os parceiros tinham que trazer para o matrimônio patrimônio condizente com a camada social a que pertenciam, o que diminuía a escolha do parceiro. Para complicar ainda mais a situação, o casamento só era lícito, quando se havia montado casa. As mulheres só podiam casar a partir dos 25 anos. Quando as crises

⁶ Carlos Henrique Waack foi incorporado no 28º Batalhão de Caçadores. Cf. LEMOS, Juvêncio Saldanha. Os Mercenários do Imperador. A primeira corrente imigratória alemã no Brasil. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.

⁷ Johann Duncker foi incorporado no 28º Batalhão de Caçadores. Cf. LEMOS, Juvêncio Saldanha. Os Mercenários do Imperador. A primeira corrente imigratória alemã no Brasil. Porto Alegre: Palmarinca, 1993

financeiras aumentavam, a idade do casamento também tendia a aumentar. Com isso tudo diminuía o período fértil e o número dos filhos gerados no matrimônio. É evidente, também, que aquelas pessoas que pertenciam à camada mais baixa da população ficavam total ou parcialmente impossibilitados de casar regularmente. Soldados, servos e empregados só podiam casar com autorização especial. O artesão só podia casar ao se tornar mestre ou ao assumir a oficina. Com isso, o longo período entre o amadurecimento sexual e o casamento foi causa de muito filho ilegítimo. Às vésperas do início da emigração para o Brasil, havia em certas regiões um nascimento ilegítimo para cada 13 legítimos. As autoridades haviam reduzido a questão dos ilegítimos a um problema moral. Procurava-se descobrir quem era o pai da criança e a sexualidade extra-matrimonial foi criminalizada, sendo o ato sexual fora do matrimônio penalizado com desonra e penas pecuniárias. Ainda no final do século XVII, as mulheres que não podiam pagar a pena em dinheiro eram presas ao pelourinho e açoitadas, tendo a pena depois sido abrandada com prisão. Também os impedimentos matrimônias foram estendidos a um número crescente de situações.

No território de Mecklenburg estava em vigor determinação que vinha desde 1654 e que constava do Código Territorial em sua segunda parte, sob o título: “Dos camponeses e de sua servidão e administração”.

Nós estabelecemos e ordenamos, pois a experiência diuturna o confirma que os camponeses e súditos, homens e mulheres, nesses tempos muitas vezes se atrevem, sem o prévio conhecimento e consentimento de seus senhores e maiores, a se ajuntar, noivar e cortejar, no entanto pertencem a seu senhorio, segundo o costume desse nosso território e principado, com servidão e servidão-da-gleba com suas mulheres e suas crianças, e que por isso não são senhores de si mesmos, nem podem sem o consentimento de seus senhores furtar-se a eles ou noivar, Queremos que seja proibido e eliminado tal noivado de camponeses feito às ocultas. Determinamos, por isso, que todas os compromissos e noivados acontecidos sem o conhecimento dos senhores e maiores desde nossa Constituição anteriormente publicada no ano de 1646, sejam cassados e declarados nulos e declaramos que tais sejam considerados e tidos por não acontecidos e que cada um seja considerado obrigado a permanecer com seu senhor e que, além disso, sejam castigados com séria pena por causa da injuriosa transgressão e desrespeito a essa Nossa Ordem.⁸

⁸ Cf. FRANZ, Günther. Quellen zur Geschichte des deutschen Bauernstandes in der Neuzeit. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1963, p. 141-142.

Aos pastores e padres ficaram proibidos de celebrar tais matrimônios, sob pena de serem expulsos do território.

A maioria das mães solteiras buscava por caminhos para enfrentar a situação. Por vezes, os pais auxiliavam as filhas e havia também a possibilidade de atuarem como amas, costureiras, fiandeiras, ou como trabalhadoras sazonais na agricultura. Havia mulheres que se especializaram em alojar mães parturientes em suas casas. No entanto, a mortalidade de crianças filhas de mães solteiras era alta. Os motivos iam desde o pouco ganho da mãe, passando pelos maus cuidados a que ficavam entregues os bebês confiados a amas secas. Por isso, não é de admirar que muitas mulheres ao descobrirem que estavam grávidas, optassem por aborto, exposição do recém-nascido ou infanticídio. Este último é o crime atribuído a Olga Duncker. O que levava mulheres a essas três ações era menos a pobreza do que a impossibilidade de casar, de ascender socialmente e de só lhe restar a miséria. Quase todas as mulheres levadas a tribunal por causa de aborto eram solteiras e atuavam como empregadas domésticas. Plantas abortivas eram conhecidas. Em geral, ocultava-se a gravidez enquanto isso fosse possível. Feito o aborto e tendo este sido descoberto, seguia-se processo. A *Carolina*, proclamada por Carlos V, em 1532, considerava o infanticídio um dos piores crimes e previa para ele a pena de morte. Mesmo assim, o número de abortos e de infanticídios foi expressivo, mas nem todos foram levados ante os tribunais. Na maioria das vezes, as mães solteiras que abortavam ou cometiam o infanticídio estavam sozinhas na hora do ato. Ignorância e negação da existência da criança se confundiam, as dores e confusão mental se acrescentavam. A maneira como o feto era ocultado e seu rápido descobrimento estão a indicar que a consciência de culpa da mãe pretendia que a criança morta logo viesse a ser descoberta e ela castigada.: “Ela a deu à luz, às escondidas, no campo; ao se recompor e olhar a criança, esta estava morta, segundo sua declaração, e ela a levou até o lago, jogando-a na água, para que nada viesse à tona de sua gravidez e de seu decorrer.”

Pauper e Potens, Pobre e Poderoso

O termo latino *pauper* caracteriza quem é subalterno. Diz respeito a quem é ou está carente de proteção e não tem direitos. Em termos de posição social é ninguém e carece da esmola, do favor. Seu oposto é o potente, aquele que pode, o poderoso. Ele dita as normas e regras, através da Dieta, das Comissões Dirigentes, dos Grãos-Duques.

Dessa sociedade são provenientes os primeiros imigrantes alemães chegados ao Brasil nos anos de 1824 e 1825. Os *Potentes* não conseguiam mais manter uma sociedade formada em número expressivo de *Pauperi*. Urgia exportá-los. A necessidade levou a Cidade-estado de Hamburgo e o Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin a confiar seus pobres, instalados em casas de correção e em prisões ao Major Jorge Antônio von Schaeffer, encarregado de negócios do recém independente Império do Brasil. O mesmo fez o Duque de Oldenburg, ao permitir ao Major que recrutasse pobres em seu território de Birkenfeld. Outros territórios alemães seguiriam seus exemplos.

Na historiografia sobre a imigração alemã, esses primeiros imigrantes foram estigmatizados e considerados *outsiders*. O povoamento do Rio Grande do Sul, no entanto, se fez com expressiva representação dessas pessoas.

Maria Olga Carolina Duncker é representante de um corpo social sem saúde, doente. Nela se descobre o quanto vale o corpo de mulher “de 22 anos de idade e filha de pais pobres de Malchow“, em 1824. O sobrenome Duncker ainda existe em Malchow, as pegadas de Maria Olga Caroline se perdem no tempo.

Em 18 de janeiro de 1820, a servidão da gleba havia sido eliminada em Mecklenburg, passando a vigorar sua eliminação a partir da páscoa de 1821. A tecitura do corpo social só veio a se deteriorar mais ainda. As prisões lotaram. São Leopoldo, Três Forquilhas, São João das Missões podiam ser opções.

John Brinckmann, nascido em 1814 na cidade de Rostock e falecido em 1870, em Güstrow, é ao lado de Fritz Reuter um dos mais conhecidos poetas do Plattdeutsch de Mecklenburg. Ele compôs sua „Fastelabendspredigt för Johann, de nah Amerika furt will"⁹, dizendo:

Dor ist keen Minsch, de nah di fragt,
 Üm di den lütten Finger rögt.
 Dor rackt een jeder för sich sülst,
 Un dor heet klauk, wer düchtig lüggt
 Un wer sick hoegt, wenn up dat düllst
 He di beschummelt und bedrüggt.
 Dort heet dat: Help di sülst und süh,
 Wur dörch du kümmt un wur di't glückt!
 Wat schert und deit dat uns, wur di

⁹ Sermão da noite de quaresma para Johann que pretende viajar à América.

Din Stäwel knipt, din Schoh di drückt!¹⁰

¹⁰ Lá não há pessoa que pergunte por ti,
Que mova por ti o dedo mindinho;
Lá cada um vive por si mesmo,
E lá se crê em quem mente a valer,
E quem protestar quando muito for
Enganado e oprimido
Tem que ouvir: Ajuda-te a ti mesmo e vê
Como hás de vencer e o que consegues!
Que nos interessa e importa, onde
Tua bota te machuca e teu sapato te aperta!

História da Homeopatia e o SUS: estratégias de atuação em Florianópolis

Gabriela Grudka Pohlmann

Nádia Míkola¹

A busca do homem pela cura de suas moléstias existe desde os primórdios da História. Sendo assim fica fácil entender que o conceito de medicina vem sofrendo modificações consideráveis ao longo dos séculos. O mesmo ocorre, naturalmente, com a prática médica que, em diferentes momentos, teve de se adaptar às exigências de novas doenças e novas formas de interpretá-las. No desenrolar do século XIX o saber sobre a cura cada vez mais foi se concentrando nas mãos dos médicos, tornando-os figuras indispensáveis na vida das pessoas.

O presente artigo visa tratar sobre como era classificado esse poder nas mãos de especialistas. Tratando sobre formas de cura ditas alternativas, especificamente sobre a homeopatia, tenta-se dar inteligibilidade aos diferentes passos dados na trajetória da homeopatia no Brasil até sua inserção no Sistema Único de Saúde. A partir daí, faz-se uma análise de como esta prática médica é tratada na rotina diária dos postos de saúde de Florianópolis. Para tanto é necessário uma análise sobre o início da homeopatia e sua implantação no nosso país.

As interpretações sobre a cura, a metodologia e tecnologia das práticas médicas estão inseridas nos contextos de suas épocas. E no momento em que a influência religiosa perdeu terreno para o cientificismo surgiu a medicina oficial, semelhante a que encontramos hoje, que via o organismo humano de uma forma materialista e mecanicista. É sobre essa medicina oficial que a homeopatia se contrapunha, tratando o organismo de forma vitalícia, ou seja, acreditava que a doença era provocada por uma desordem na energia vital das pessoas². Elaborada pelo médico alemão Cristian Friedrich Samuel Hahnemann no século XIX, a homeopatia acredita que essa desordem se manifesta de forma diferente em cada doente, portanto deve ser tratada de forma individualizada.

A medicina de Hahnemann estrutura sua terapêutica no enunciado *Similia Similibus Curantur* proposto por Hipócrates, este enunciado explica que os semelhantes são curados através dos semelhantes. Portanto as substâncias curam os mesmos sintomas que produziram ao serem experimentadas em um homem são. Seguindo esta lógica, Hahnemann desenvolveu

¹ Acadêmicas da graduação do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

² GARCIA, Gisella Demaria. A busca da cura através da homeopatia em Florianópolis. (1968-1980). Florianópolis, Monografia de conclusão de curso de graduação – UFSC, 1999. 34pg. p.4.

o princípio da experimentação no homem sadio, analisando todas as reações e sintomas que a substância causava nele, para depois aplicar o medicamento nas pessoas doentes. Em suma podemos dizer que, ao contrário da medicina alopática,

A homeopatia é uma terapêutica médica muito particular e sutil. Concebe o ser humano em sua totalidade, integrando corpo e mente aos aspectos sociais, econômicos, políticos, emocionais e ambientais traduzindo o seu modo de vida os quais são levados em consideração³.

A homeopatia foi trazida para o Brasil nos anos de 1840 por alguns discípulos de Hahnemann, o mais conhecido foi o médico Benoit Müre. Mas a propagação da homeopatia no Brasil não foi fácil e sua trajetória foi e continua sendo marcada por constantes tentativas de legitimação⁴. No momento de sua inserção no cenário brasileiro a homeopatia sofreu inúmeras críticas da medicina oficial que, por medo de perder seu poderio, marginalizava a homeopatia pela autoridade já estabelecida de suas práticas comprovadas através de seu racionalismo científico⁵. Enfatizando um caráter obscuro e místico na homeopatia.

A homeopatia atingiu primeiramente o público rural, principalmente fazendeiros católicos, que tinham dificuldades em seu acesso aos médicos oficiais. Difundida principalmente por farmacêuticos, alguns médicos e simpatizantes (como padres e fazendeiros), as práticas homeopáticas, ou pelo menos medicamentos homeopáticos, foram se difundindo por todo o Brasil, chegando inclusive à Santa Catarina. Quando o Dr. Benoit Müre chegou em Santa Catarina, encarregado de fundar uma colônia socialista, baseada em princípios empregados por François Charles Marie Fourier⁶ e que acabou não conseguindo se sustentar⁷, fez com que pessoas simpatizassem e aceitassem sua prática de cura através da homeopatia. Inclusive o Dr. Müre foi quem realizou as primeiras conversões de médicos oficiais à homeopatia⁸. Até 1889 os homeopatas que sucederam Müre buscavam seus medicamentos na Alemanha, pois somente após esta data o comércio de medicamentos homeopáticos teve início em Santa Catarina⁹.

³ Ibidem, p. 8.

⁴ SIGOLO, Renata Palandri. *Em Busca da “Sciencia medica”*: a medicina homeopática no início do século XX. Curitiba: Dissertação de mestrado – UFPN, 1999, 188 pg. p.19.

⁵ LUZ, Madel T. *A arte de curar versus a ciência das doenças*: história social da homeopatia no Brasil. São Paulo: Dynamis Editorial, 1996. p.143.

⁶ GÜTTLER, Antonio Carlos. *A Colonização do Saí (1842-1844)*: esperança de falansterianos, expectativa de um governo. Florianópolis: Dissertação de Mestrado – UFSC, 1994, p. 59-60.

⁷ Ibidem, 161-163.

⁸ GARCIA, Op. Cit. p. 13.

⁹ Ibidem p. 15.

No final do século XIX há uma parceria bastante importante entre a homeopatia e espíritas no Brasil. Mas com o início da República e a perseguição mais intensa aos chamados “charlatães” esta parceria é desfeita. Neste momento, tentando escapar do rótulo de “metafísicos”, os praticantes da medicina de Hahnemann perceberam que explicar conceitos como a força vital à luz do positivismo seria uma boa saída. Nilo Cairo, um dos principais homeopatas positivistas do início do século XX, é quem faz a ponte entre os conceitos da homeopatia e a filosofia de Comte¹⁰.

Após aliar-se ao positivismo a medicina de Hahnemann voltou a ter maior visibilidade com o crescimento das medicinas alternativas nas décadas de 1970 e 1980, com o chamado movimento *New Age*. Nesta época as idéias naturistas estavam em ascensão entre as classes média e alta da sociedade brasileira, portanto as práticas de cura que ofereciam um tratamento holístico¹¹ ganhavam prestígio, entre eles estava a homeopatia. O bem-estar do doente era também muito importante para os adeptos destas idéias, sendo assim o fato de o tratamento homeopático não possuir efeito colateral muito influenciou em sua aceitação. Todo esse contexto contribuiu para que algumas destas medicinas alternativas, inclusive a homeopatia, que estavam sendo propagadas entre a população conquistassem finalmente o status de especialidade médica. O que ganhou mais visibilidade na saúde pública com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) na década de 1980.

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”¹². Este dizer está expresso no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, que logo daria bases para a criação legal do Sistema Único de Saúde (SUS), através da regulamentação das Leis Orgânicas de Saúde 8080/90 e Lei 8142/90.

É interessante perceber que tanto o artigo da Constituição quanto as Leis Orgânicas citadas não foram promulgadas por simples boa vontade de nossos governantes ou membros do Legislativo. Mas sim, expressaram-se a partir de muitas lutas e insatisfações tanto por parte de agentes da saúde, tais quais médicos (as), enfermeiros (as), estudiosos (as), quanto por parte da população.

¹⁰ SIGOLO, Op. Cit. p. 44.

¹¹ Holístico é um termo que vem do grego “*holos*” (todo), mas sua colocação aqui se inspira também na palavra inglesa “*wholy*” (sagrado, santo). É considerado, portanto, um termo que ao mesmo tempo indica uma tendência ao ver o todo além das partes e considera esse todo como sagrado.

¹² Artigo 196 da Constituição Federal do Brasil de 1988.

Na década de 1970, passou a ocorrer paulatinamente uma rearticulação dos movimentos sociais, denúncias surgiram relacionadas à precária situação da saúde pública e dos serviços previdenciários voltados à atenção médica. Sindicatos principalmente das categorias profissionais de saúde debatiam em seminários e congressos todas essas questões. A década de 80 também se caracterizou por um movimento cada vez mais forte de contestação ao sistema de saúde governamental. Apelava-se à democratização do sistema, com participação popular e universalização dos serviços, dando ênfase ao caráter público e descentralizado da saúde.¹³

Atuando sob forte pressão do regime autoritário, imposto pela Ditadura Militar, o movimento sanitário caracterizou-se pela articulação de propostas contestatórias ao regime vigente. Para viabilizar suas propostas, criou-se o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), em julho de 1976. Esse organismo teve em sua revista “Saúde em Debate”¹⁴, um veículo divulgador de sua plataforma de lutas e um canal de debates do movimento sanitário.

“O CEBES era composto por antigos militantes da UNE (União Nacional dos Estudantes) que haviam se tornado profissionais e professores universitários (...)”.¹⁵

Em 1979, foi fundada a Associação Médica Homeopática Brasileira (AMHB), e em 1980 a homeopatia é reconhecida como especialidade médica pelo Conselho Federal de Medicina (Resolução nº 1000). Em 1985 ocorre a celebração de convênio entre o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), a Fiocruz, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto Hahnemaniano do Brasil, com o intuito de institucionalizar a assistência homeopática na rede pública de saúde¹⁶.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), ocorreu entre os dias 17 e 21 de março de 1986, em Brasília, e é considerada um marco para a saúde, pois foi nesta que se lançaram os princípios da Reforma Sanitária. Esta conferência consagrou uma concepção ampla de saúde coletiva, entendida como resultante da viabilização de condições adequadas de alimentação, habitação, educação, trabalho, meio ambiente, entre outras¹⁷. Foi também através desta CNS que se optou pela criação de um Sistema Único de Saúde, separando totalmente saúde em

¹³ Informações retiradas de: LIMA, Nísia Trindade et al. (orgs). Saúde e Democracia: história e Perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p.62.

¹⁴ De acordo com RODRIGUEZ NETO, (2003), apud Lima, (2005, p.67), “Saúde em Debate” empenhou-se em denunciar as iniquidades da organização econômico-social e a perversidade do sistema de saúde privatizado e anti-social.

¹⁵ MACHADO, Marilane. Do Institucional ao Comunitário: A Pastoral da Saúde em Florianópolis (1970-1990). Florianópolis, 2007, p.71. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁶ Informação retirada do Diário Oficial da União. Edição número 84 de 04/05/2006. Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro.

¹⁷ Muller Neto, apud GRISOTTI, Márcia. Saúde Coletiva entre discursos e práticas: A participação de usuários, trabalhadores e conselheiros de saúde. Florianópolis: EDUFSC. 2006, p.33-34.

relação à previdência. Além do mais, foi também na 8ª CNS, que ficou deliberado, em seu relatório final a “introdução de práticas alternativas de assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde, possibilitando ao usuário o acesso democrático de escolher a terapêutica preferida.”¹⁸

Em 1988 é promulgada a oitava Constituição do Brasil, a chamada “Constituição Cidadã”, que em seu artigo 196 descreve a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Também nesta data, de acordo com o Diário Oficial da União, é que se tem a fixação de normas e diretrizes para o atendimento em homeopatia, assim como demais práticas médicas alternativas.

Em janeiro de 1990, toma posse Fernando Collor de Mello, após quase trinta anos sem eleições diretas. Porém, tal candidato reuniu as forças conservadoras, e procurando reverter a criação do SUS, por não desejar uma descentralização, usou seus poderes constitucionais para vetar 25 artigos da Lei nº 8080/90.

Na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8080/90), observa-se que a descentralização político-administrativa é enfatizada na forma da municipalização dos serviços e ações de saúde, que significa redistribuição de poder, competências e recursos em direção aos municípios. Já a lei nº 8142/90, dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS, além de condicionar o recebimento de recursos financeiros à existência de Conselhos Municipais de Saúde¹⁹.

A Lei Orgânica do Município de Florianópolis, promulgada em 05 de abril de 1990, em seu capítulo II, intitulado “Da Saúde”, traz dois artigos, o 117 e o 118 abordando o Sistema Único de Saúde. No artigo 117 diz que o município deve garantir acesso à saúde a todos os seus habitantes, sem qualquer discriminação, e o artigo 118 estabelece que as ações e serviços municipais da saúde terão direção única e visarão ao atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, além de serem planejados, executados e controlados por equipes multiprofissionais²⁰.

Em 1996 ocorre a 10ª CNS, que em seu relatório final aprovou a incorporação ao SUS, em todo o país, as práticas alternativas de saúde.

Com a criação do SUS e a descentralização da gestão, foi ampliada a oferta de atendimento homeopático. Esse avanço pode ser observado no número de consultas

¹⁸ Informação retirada do Diário Oficial da União. Edição número 84 de 04/05/2006. Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro.

¹⁹ Os Conselhos de Saúde são os órgãos de controle do SUS pela sociedade nos níveis municipal, estadual e federal. Eles foram criados para permitir que a população possa interferir na gestão da saúde.

²⁰ Informações obtidas da Lei Orgânica do Município de Florianópolis . Promulgada em 05 abril de 1990.

em homeopatia que, desde sua inserção como procedimento na tabela SIA/SUS, vem apresentando crescimento anual em torno de 10%. No ano de 2003, o sistema de informação do SUS e os dados do diagnóstico realizado pelo Ministério da Saúde em 2004 revelam que a homeopatia está presente na rede pública de saúde em 20 unidades da Federação, 16 capitais, 158 municípios, contando com registro de 457 profissionais médicos homeopatas²¹.

Sendo assim, através da Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006, o Ministério da Saúde aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Esta política, de caráter nacional, recomenda a adoção pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a implantação e implementação das ações e serviços relativos às Práticas Integrativas Complementares, que contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos tradicionais e complementares/alternativos.

Como foi colocado anteriormente, desde a década de 80, que alguns Estados e municípios brasileiros oferecem o atendimento homeopático como especialidade médica aos usuários da rede pública de saúde, posteriormente transformada no SUS. No município de Florianópolis não foi diferente, o atendimento homeopático existe no sistema público de saúde, tanto em hospitais quanto em postos de saúde, mas de uma forma complementar, ou seja, que normalmente vai aliada ao tratamento alopático, e não como uma especialidade médica.

É bastante interessante perceber as divergências que existem dentro do que é colocado em um ofício governamental, e no que foi percebido na prática através de uma pesquisa, vinculada a um Projeto de Iniciação Científica e a Universidade Federal de Santa Catarina, projeto este intitulado: “A HISTÓRIA DA HOMEOPATIA E O SUS: Estratégias de atuação em Florianópolis”, orientado pela Professora Doutora Renata Palandri Sigolo e realizado no período 2007/2008.

Dos 47 postos de saúde que existem em Florianópolis, durante a pesquisa conseguiu-se levantar atendimento homeopático somente em cinco destes, além de um hospital. O mais interessante foi perceber que em nenhum destes a homeopatia era apontada como especialidade médica, mas sim que ali havia médicos com especialidade em homeopatia e que em consultas a seus pacientes, verificando o interesse destes, ofereciam o tratamento homeopático. Apenas em um destes havia um dia da semana destinado a consultas homeopáticas, mesmo assim, o posto de saúde não informava ter tal especialidade médica.

²¹ Diário Oficial da União. Edição número 84 de 04/05/2006. Ministério da Saúde – Gabinete do Ministro.

Levando-se isto em conta, é no mínimo curiosa tal situação, afinal foi colocado anteriormente que desde 1978 já existem leis e implementações que relacionam o tratamento homeopático ao sistema público de saúde, tanto que em 1999 ocorre a inclusão das consultas médicas em homeopatia na tabela de procedimentos do SIA/SUS (Portaria nº 1230/GM de outubro de 1999), porém, em pleno 2008, época em que ocorreram as visitas aos postos de saúde para a pesquisa, a homeopatia ainda parecia uma estranha a muitos usuários do SUS, nem mesmo sendo apontada na listagem de procedimentos médicos oferecidos pelos postos de saúde.

Quando questionada tal situação aos médicos homeopatas que trabalham na rede pública de saúde, a resposta mais comum era o fato de ser totalmente inviável uma inclusão como especialidade nos postos de saúde, afinal a demanda de pacientes é muito grande, e o atendimento deve ser rápido. Como se sabe, a homeopatia prega princípios bastante diferentes da alopatia, buscando a “individualização do paciente”, o que faz necessário uma consulta mais demorada, cerca de uma hora. Como ficar uma hora com cada paciente em um posto de saúde, onde muitas vezes mais 30 outros pacientes aguardam, e por tantas vezes um único médico está atendendo? Esta é realmente uma situação no mínimo complicada. Ou seja, a homeopatia foi institucionalizada para o SUS, mas não foram dados meios suficientes para sua real aplicação.

A alternativa encontrada pelos médicos com os quais tivemos contato foi durante suas consultas, utilizarem-se da sensibilidade e ao perceberem que naquele caso específico o tratamento homeopático seria mais interessante, oferecê-lo ao paciente. Alguns poucos são os pacientes que já chegam à consulta buscando tratamento homeopático, apenas quem já sabe que o médico daquele posto possui tal formação.

Outra alternativa encontrada para de certa forma divulgar a homeopatia no sistema público de saúde, é a aplicação desta no Hospital Universitário (HU), hospital ligado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Neste local, a cada terceira sexta-feira do mês, uma equipe médica composta por alunos da especialização em homeopatia, e sua professora, atendem os pacientes que desejam especificamente serem tratados com homeopatia. Assim, aqueles que buscam tal tratamento médico, e que não moram nas proximidades dos postos de saúde que possuem médicos homeopatas (portanto, que não podem ser aí atendidos, afinal cada posto de saúde somente pode atender determinada área), podem buscar o Hospital Universitário e agendar sua consulta, e aí sim, como existe um limite de pacientes a serem atendidos naquele dia, receber o tratamento homeopático mais corretamente, com mais tempo e menos agitação.

Através da pesquisa pudemos perceber que mesmo existindo uma tentativa de legitimação da homeopatia como especialidade médica proposta pelos órgãos públicos federais, na prática diária da medicina em um posto de saúde de Florianópolis ela se torna inviável, principalmente devido ao fator tempo. Embora o número de estudantes de medicina que procuram a especialização em homeopatia ainda seja pequeno, há profissionais capacitados, existe uma lei que regulamenta a prática homeopática na rede pública de saúde, porém não existe uma logística capaz de abranger o número de usuários que poderiam ter um tratamento homeopático.

Outro fator que contribui para esta falta de empenho dos conselhos de saúde em reivindicarem uma especialização da homeopatia é o fato de poucos pacientes conhecerem efetivamente no que se constitui um tratamento homeopático. Ainda existe a mentalidade de que o medicamento homeopático não funciona, devido a grande diluição que se faz de seu princípio ativo. É comum o pensamento de que o máximo que a homeopatia pode causar é um efeito placebo. Concluímos então que muito se fez, mas ainda há muito a ser feito, como uma divulgação mais aprofundada do seu princípio de cura, para que a homeopatia conquiste maior prestígio entre médicos e principalmente usuários

Referências Bibliográficas

- LIMA, Nísia Trindade et al. (orgs). Saúde e Democracia: história e Perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- LUZ, Madel T. A arte de curar versus a ciência das doenças: história social da homeopatia no Brasil. São Paulo: Dynamis Editorial, 1996.
- GARCIA, Gisella Demaria. A busca da cura através da homeopatia em Florianópolis. (1968-1980). Florianópolis, Monografia de conclusão de curso de graduação – UFSC, 1999.
- GRISOTTI, Márcia. Saúde Coletiva entre discursos e práticas: A participação de usuários, trabalhadores e conselheiros de saúde. Florianópolis: EDUFSC. 2006.
- GÜTTLER, Antonio Carlos. A Colonização do Saí (1842-1844): esperança de falansterianos, expectativa de um governo. Florianópolis: Dissertação de Mestrado – UFSC, 1994.
- MACHADO, Marilane. Do Institucional ao Comunitário: A Pastoral da Saúde em Florianópolis (1970-1990). Florianópolis, 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- SIGOLO, Renata Palandri. Em Busca da “Sciencia medica”: a medicina homeopática no início do século XX. Curitiba: Dissertação de mestrado – UFPN, 1999.

Fontes

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diário Oficial da União: Edição número 84 de 04/05/2006. Gabinete do Ministro. 2006.

FLORIANÓPOLIS. Lei Orgânica Municipal. Promulgada em 05 abril de 1990.

**Breve observação sobre a busca pela saúde nas Colônias Alemãs do Litoral Norte/RS:
parteiras, benzedores, curandeiros, médicos e hospitais**

*Nilza Huyer Ely**

Num universo de tantas profissões dos imigrantes alemães que ingressam entre os anos de 1824 e 1853, constantes do código C333 do AHRS, transcrito por Gilson Justino da Rosa¹, poucos, os profissionais da saúde.

Em 06.11.1824 chegam os médicos, Carl Gottfried von Ende e Johann Daniel Hillebrand, que se estabelecem em São Leopoldo².

Em 17.04.1826 chega Georg Elias Zinckgraff, médico e cirurgião que, no final daquele ano, acompanha os pioneiros que formariam a Colônia Alemã da Ponta das Torres.³ Bem mais tarde, em 20.07.1845, chega o quarto profissional médico, Johann Friedrich Meister⁴.

Da leitura que se pode fazer sobre a instalação de uma colônia alemã na Ponta das Torres em 1826, subentende-se o interesse e a preocupação da Presidência da Província, reiterados pelo Diretor da Colônia Tenente-Coronel Francisco de Paula Soares de Gusmão, quando surge o primeiro impasse e tem de decidir, por uma nova área, para assentar parte dos imigrantes. A separação religiosa, oportuna e sem discriminação, foi acatada pela Presidência da Província. Como os protestantes tinham, em seu grupo, um pastor, Carlos Leopoldo Voges, não foi difícil convencê-los a estabelecerem-se no Vale do Três Forquilhas⁵, acompanhados, também, pelo médico cirurgião, Georg Elias Zinkgraff. Tudo isto nos leva à convicção de que receberam das autoridades toda a atenção e tiveram, asseguradas, assistência espiritual e física.

O único registro sobre o doutor Zinckgraff, na Colônia Alemã das Torres, efetuado por Voges, consta no livro nº 1 “a”, da Paróquia de São Pedro de Alcântara de Três Forquilhas, (como freqüentemente, Voges identificava, também, a Colônia Protestante), e encontra-se à página 21, quando, juntamente com o próprio Voges, apadrinhou em 28.11.1826, a apenas

* Historiadora três-forquilhense. Do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL); do Circulo de Pesquisas Literárias (CIPEL)

¹ ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes alemães 1824-1853*. Porto Alegre, EST Edições. 2005.

² idem, p. 16 nºs 69 e 70.

³ 1826, ano de fundação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

⁴ ibidem, p. 157, nº 1.

⁵ ELY, Nilza Huyer e BARROSO, Véra Lucia Maciel, *Vale do Três Forquilhas – 170 anos*. Porto Alegre, EST. 1996, p. 124: [...] mandando que os colonos protestantes fossem estabelecidos ao longo da estrada do rio das Forquilhas [...] Cuidei logo em arranjar os protestantes, em agosto (1827) já o piloto os deixou na sua nova colônia muito satisfeitos, como fizeram ver a V.Ex^a e a Sua Majestade Imperial.

nove dias da chegada a Torres, o batismo do menino Carl Georg, nascido em 3.9.1826, filho de Wilhelm Friederich Eigenbrodt e de Christina, nascida Vollbracht,.

Não se tem notícia de quanto tempo Zinckgraff permaneceu em Três Forquilhas. O seu falecimento ocorreu, poucos anos mais tarde, em Porto Alegre, a 17 de abril de 1835 e o sepultamento no cemitério de São Leopoldo⁶.

Transcorreu o século XIX sem que se tenha registro ou informação de outro terapeuta nas Colônias alemãs do Litoral Norte/RS.

Tanto a Colônia protestante de Três Forquilhas, quanto a católica de São Pedro de Alcântara, demandavam longas e difíceis viagens até as vilas mais próximas, Nossa Senhora da Conceição do Arroio (Osório) e São Domingos das Torres (Torres), respectivamente, onde também não havia profissional habilitado⁷.

Pelo desconhecimento e precariedade de informações sobre os males que faziam suas vítimas, na maioria das vezes, os pastores registravam como *Krankheit* (doença). Tanto a população, quanto os curandeiros, pela semelhança entre os sintomas de diversos enfermos, costumavam identificá-los, apenas, como “andaço”.

Doenças: O Litoral Norte/RS teve diversas doenças endêmicas, já desde antes da colonização alemã, como nos informa RUSCHEL:

“[...] Tendo sido o ano de 1824 muito chuvoso, em dezembro eclodiu uma epidemia de *disenterias* que logo se estendeu a todo o distrito (Torres). O livro de óbitos da paróquia de Conceição do Arroio noticia a principal “causa mortis” da região das Torres: Câmaras” ou câmaras de sangue como eram definidas as diarreias sanguinolentas. Tratava-se de moléstia endêmica na época; mas que naquele verão tomou o vulto de uma epidemia devastadora. [...] Em menos de três meses, de 10.12.1824 a 1º.3.1825, faleceram quinze pessoas dessa doença...”⁸

Contextualizando, conclui-se que, foi um número elevado em relação à população da Vila de Torres, de então.

⁶ DREHER Martin N., CD-ROM (Livros de Registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX). Livro II – Óbitos (1824-1844) – ano 1835 – nº 3: Faleceu Georg Elias Kinckgraff, de Biedesheim, junto a Gronstadt, no distrito Renano da Baviera, 60 anos e uns meses de idade, de confissão evangélica, Doutor em Medicina e Cirurgião em Porto Alegre, filho legítimo de Jacob Zinckgraff e Helena, nascida Neomer. Faleceu a 17 de abril, às 4 h da manhã, de inflamação nas fibras musculares e foi sepultado em 19 de abril no Cemitério de São Leopoldo.

⁷ A primeira Faculdade de Medicina do Estado foi fundada, em Porto Alegre, em 25 de julho de 1898).

⁸ RUSCHEL, Ruy Ruben. *Torres Tem História*. ELY, Nilza Huyer. (org.). Porto Alegre, EST Edições, 2004. P. 168/69.

Depois de novo surto de disenteria (*Rohte Ruhr*), no final do século XIX, que dizimou dezenas de famílias, foi a população acometida de outras endemias como o mal-da-terra ou anquilostomíase, seguida alguns anos mais tarde pela malária.

Na década de 1940, quando foi projetada a Br 59, que mais tarde seria a BR 101, entre Osório e Torres, engenheiros responsáveis pelo projeto expressaram a sua preocupação com a doença, como consta na Revista nº 19 (DAER), de abril de 1943, páginas 156 e 165:

“[...] Não podemos deixar aqui de tocar num assunto que, apesar de pertencer à ciência tão diferente, à medicina, não deixa de, neste caso, se achar intimamente ligado à técnica: na malária. Em toda a zona, logo 2 a 3 km adiante da vila de Osório, até a altura da colônia São Pedro (km 85), [...] a malária é endêmica. [...] já se acha em andamento o combate sistemático à malária nos municípios de Osório e Torres...”

A erradicação só ocorreria no final dos anos 40, através do Serviço Nacional da Malária.

Além das já mencionadas, os litorâneos do norte/RS foram vítimas de outras, não menos temidas:

- a tísica (tuberculose) que levava o indivíduo ao definhamento e, fatalmente, ao óbito;
- o nó-na-tripa (apendicite), cujo apêndice inflamado do enfermo se rompia causando septicemia generalizada e morte incontinenti;
- a temida erisipela que, com início em uma pequena erupção da pele, acompanharia o paciente durante toda a sua vida, provocando periódicas crises febris e dolorosa afecção cutânea;
- o bócio ou papeira, gerador do aumento da glândula tireóide, com incômoda e desagradável deformação do pescoço;
- a gagueira, incurável e causadora de tantos traumas.

As doenças infantis foram responsáveis pelo elevado número de óbitos de crianças, que, pela fragilidade, estavam mais expostas a contrair enfermidades. O recém-nascido era presa fácil ao tétano umbilical ou, mal-de-sete-dias.

Parteiras:

As parteiras, pessoas abnegadas e dispostas a interromper seus afazeres para auxiliar uma parturiente que, enfrentando, a pé ou a cavalo, toda a sorte de intempéries, enchentes ou estradas lamacentas, dedicaram grande parte de suas vidas a ajudar no nascimento de crianças.

Côncias da responsabilidade que lhes cabia, não mediam esforços para chegar a bom termo. Apelavam por tudo o que estivesse ao seu alcance: chás, promessas, orações, simpatias

das mais variadas, entre elas aquela, um tanto folclórica, em que a parturiente devia passar, de cócoras, sob uma mesa. Conta-se que, em algumas regiões, o exercício devia ser efetuado por baixo de uma vaca, de preferência preta.

Apesar do esforço nem sempre tiveram a felicidade de entregar, uma criança saudável, aos braços da mãe. Muitos foram os trabalhos de parto mal sucedidos, quando o feto não estava bem posicionado e a parteira, pelo desconhecimento da anatomia humana, procedia dentro da prática que recebera de uma parteira mais antiga. A parturiente, de igual modo, por falta de orientação não sabia ajudar a expelir o feto, retardando o nascimento. Muitos foram os natimortos cuja mãe, vitimada por septicemia. O corte do cordão umbilical, feito sem a desinfecção da tesoura; o primeiro banho, após o nascimento, em gamela de madeira ou bacia de folha de flandres, sem desinfecção, levavam ao tétano ou “mal-de-sete-dias”, que era fatal.

Dentre tantas que se dedicaram à realização de partos, geralmente, na residência da parturiente, sem o mínimo de conforto, destacam-se algumas que já mereceram pequena pesquisa.

No Vale do Três Forquilhas, tornou-se conhecida, Maria Kockanowski, a “Maria Polaca”, que, pela sua habilidade e prática, foi a parteira mais procurada durante muitos anos.

Maria Ferreira, nascida em Alto Rio do Terra em 20.07.1917 “[...] só até os treze anos estudou, mas sempre procurou saber, com atenção e curiosidade, de todos os procedimentos de seu pai, o “Dr. Inácio Ferreira” e de sua mãe que ajudava-o nos partos. Suas viagens eram sempre a cavalo e sua fiel cachorra “Cruzeira” a acompanhava e conhecia todos os caminhos”.⁹

Maria Benck Scheffer – nascida em 24 de junho de 1906, na localidade de Perdida, no interior do município de Torres. Aos 22 anos realizou o primeiro parto e durante os 46 anos seguintes foi a parteira mais conhecida e solicitada da região.¹⁰

Ana Augusta Maia nascida em 1908, na localidade de Jacaré, no atual município de Dom Pedro de Alcântara. Por ser muito pobre não pôde freqüentar a escola e não havia escola nas proximidades. Pela prática adquirida, durante muitos anos de serviço, foi requisitada pelo médico, Dr. Pozzo, para auxiliá-lo a efetuar os partos, no Hospital de Dom Pedro de Alcântara.¹¹

Benzedores:

⁹OLIVEIRA, Gisele Valim. A parteira Maria Ferreira. In *Três Cachoeiras-marcas do tempo* ELY, Nilza Huyer.(org.) EST Edições, 2004. p. 241..

¹⁰ BORGES, Clarice Scheffer, SEBASTIÃO, Claudia S., LUMERTZ, Daiane C. Maria Benck Scheffer:mulher forte e solidária. In: *Dom Pedro de Alcântara-marcas do tempo*. ELY, Nilza Huyer (org.). No prelo.

¹¹ CUNHA, Maria Magnus da. A trajetória de vida da parteira Ana Maria. In: *Dom Pedro de Alcântara-marcas do tempo*. ELY, Nilza Huyer (org.). No prelo.

Numa região em que os primeiros socorros, não iam além da infusão na cachaça, de ervas, cascas e raízes de árvores, para aliviar as dores reumáticas ou os resfriados, o passo seguinte seria recorrer às antigas e tradicionais benzeduras. Sempre havia uma benzedeira ou um benzedor que se especializara na cura de um determinado mal.

Benzia-se para curar tudo:

membro destroncado, osso quebrado, ferida aberta, *Magen Fieber* (febre estomacal), erisipela, mau olhado, inveja, ar (espasmo), impingem, cobreiro, *Ringelwurm* (vermes e lombrigas ou bichas que alcançavam em torno de um palmo) além da temida *taenia solium* ou solitária que pode alcançar diversos metros de comprimento, bicheiras nos animais e tantos outros. Eram recursos que deveriam ser tentados, sempre há esperança e como o dito popular “...se não curar, mal também não fará”.

As benzeduras eram em forma responsória ou curtos diálogos. O benzedor, na maioria dos casos, usava um recipiente com água e um pequeno ramo de folhas verdes para a aspersão. Numa demonstração de religiosidade e fé eram invocados, no final, os nomes do Deus trino e da Virgem Maria.

Para ilustrar transcreve-se algumas das benzeduras mais conhecidas e ainda hoje efetuadas:

Erisipela: “Pedro e Paulo vieram de Roma. Pedro e Paulo, o que há por lá?

Muita esipra e zipela, com que se curará?

Aspergindo a água, sobre a região afetada, com o ramo verde, diz o benzedor:

- **eu te curo**, com água da fonte e o ramo do monte (numa simbologia do rio Jordão e do Monte das Oliveiras), em nome de Deus e da Virgem Maria.”

Inveja ou mau olhado: “se com dois olhos do mal te botaram, com dois olhos do bem **eu tiro** em nome de Deus e da Virgem Maria”.

Acidente ou ferida aberta: o benzedor costura, com uma agulha com linha vai costurando um pano branco e diz: “o que é que eu coso? É osso quebrado, é membro destroncado, é ferida aberta...**eu te curo** em nome de Deus da Virgem Maria”.

Indigestão ou *Magen Fieber* em que o benzedor, com um fio de linha preta, dá diversas voltas em um ovo de galinha, de preferência preta, e, depois de bem enrolado coloca-o sobre brasas. A cura fica condicionada ao estouro do ovo.

Impingem: benzedura feita ao amanhecer, com a cinza do dia anterior, quando o benzedor, num ato simbólico, retira o vírus ou micróbio da pele e joga sobre a cinza, pisoteando e amassando-a com o calçado.

Ar/espasmo: resultante da mudança brusca da temperatura quente para a fria, provocada por corrente de ar.¹²

Na firme expressão “**eu te curo**” junto com a invocação divina, estão implícitos a fé e a prática do bem ao próximo.

Curandeiros

No insucesso das tentativas mencionadas, o passo seguinte seria a busca de solução através de um curandeiro ou prático, de preferência que morasse em outra localidade, conhecido ou indicado por alguém, que se tornara famoso, principalmente, pela distância em que exercia o seu mister.

Abnegados, todavia, tinham sempre à mão o clássico Pequeno Manual do Laboratório Homeopático e Bio-químico de LUIZ KÖHLER, sucessor do Dr. Van der Laan & cia, fundado em 1898, que era o *vade mecum* ou bíblia dos curandeiros. No Almanaque encontravam orientação de como proceder ao exame do enfermo, identificação do mal e indicação do tratamento adequado.

Precavidos, carregavam, numa grande e surrada sacola, as homeopantias preparadas por Köhler, para os males mais freqüentes

Segundo Köhler

“[...] Na crise atual, quando a massa da população mal ganha para a subsistência, pouco lhe fica para a compra de drogas caríssimas.

Neste transe, o povo morreria à mingua, sem remédios para os males do corpo se não existisse **a homeopatia** com sua terapêutica tão simples e ao alcance de todas as bolsas.

Apresentando à venda os meus preparados, achei também necessário um pequeno **manual homeopático** para uso caseiro, pelo qual, na falta de um médico [...] os meus fregueses e amigos pudessem tratar-se a si e aos seus.”¹³

¹² As janelas das cozinhas, onde era torrado, manualmente, o café, sobre fogão a lenha, constantemente expunham as pessoas a correntes de vento frio, o que ocasionava o espasmo. A benzedura era a certeza de cura imediata.

¹³ KÖHLER, Luiz. Pequeno Manual Homeopático do Laboratório de Luiz Köhler. Livraria Americana. Porto Alegre, 1902 p.2: Para obviar estas dificuldades, e especialmente, para fornecer os medicamentos homeopáticos conscienciosamente preparados, foi que resolvi, em 1898, fundar com o meu ex-sócio Dr. Van der Laan, o primeiro e único “Laboratório Homeopático” nesta capital, onde, com pessoal habilitado em muitos anos de prática em outros Laboratórios e recorrendo, quando necessário, à competência de médicos homeopatas que trabalham no consultório do Laboratório, somente preparo os medicamentos homeopáticos rigorosa e exatamente conforme as prescrições do fundador da homeopatia, o Dr. Samuel Hahnemann,[...]

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre acolhia a todos, mesmo assim, poucos eram os litorâneos do norte que tinham condições de valer-se do atendimento clínico/cirúrgico do extraordinário estabelecimento. De grande valia, principalmente, para o Vale do Três Forquilhas, foi o trabalho voluntário da abnegada Otilia Erling Becker (Fiola), que, mesmo não tendo maiores recursos, acompanhava os enfermos até a internação para tratamento na Santa Casa.

Situação de extrema dificuldade também foi registrada na região de colonização italiana, como nos conta o doutor Oswaldo Hampe em suas reminiscências:

“[...] havíamos ouvido da boca de progenitores de família com prole numerosa, ser mais racional, mais humano, deixar uma criança sucumbir de doença ou traumatismo, do que ver perecerem três ou quatro irmãozinhos seus, por insuficiência alimentar. Não deixa de haver alguma verdade nesta maneira de proceder”.¹⁴

Foi através da leitura do **Manual Homeopático** e do Formulário e Guia Médico do Dr. **Chernoviz** que se “formaram” diversos práticos, (receitando e manipulando medicamentos) que se tornaram famosos pelos bons serviços à população do Litoral Norte.

Em Três Cachoeiras teve o “Dr. Inácio Ferreira” genitor e orientador da parteira Maria Benck Scheffer; em Colônia de São Pedro de Alcântara, Cyro Krás Borges, o seu Pitoza; em Três Forquilhas, Bernardino Navarro, sucedido por Isalábio de Oliveira e tantos outros, menos capacitados, mas que jamais se negaram no auxílio à população; em Torres, Pedro Anflor e o seu Cidade¹⁵; em Santo Antônio da Patrulha o Nenê Anflor.

Médicos

Na década de 30, estabeleceu-se em Três Forquilhas, nas proximidades da casa mais antiga do VTF, referida em nota de rodapé, o doutor Weissshann (doutor Galo Branco), que atendia e hospedava em sua própria residência os pacientes que a ele recorriam, viajando horas a cavalo ou transportados em padiolas. Weissshann teria clinicado, anteriormente, em Maquine. Veio a TF a chamado de uma família, cujo filho tinha se envolvido numa briga violenta e estava prestes a morrer. Weissshann salvou-o e ele faleceu há pouco tempo aos 95 anos de

¹⁴ ELY, Nilza Huyer. *História e memória do cirurgião Doutor Oswaldo Hampe* In.: BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lucia Maciel e GUZZO, Dirce Brambatti (orgs). Porto Alegre, EST. 2008, p. 246

¹⁵ Devo esclarecer que sou natural de Três Forquilhas, onde mantenho a casa construída em 1828 pelo imigrante Peter Philipp Gross, na qual nasci, passei minha infância e adolescência. Eu estava com 3 anos de idade quando sofri uma congestão alimentar. Meus pais mandaram buscar, em Torres, o “famoso doutor Cidade”. Como a situação exigia tratamento rápido, o “doutor Cidade”, ao aplicar uma injeção na minha nádega direita, teve a agulha quebrada. Sem condições de extirpação, o objeto estranho permaneceu durante alguns meses até que, através de dolorosa inflamação, depois de muitos emplastros e ungüentos, o organismo conseguiu expulsá-lo.

idade. (Waldomiro Gross, cuja esposa Ema Eberhardt faleceu em decorrência da enchente de 1974)¹⁶.

Apesar da falta de energia elétrica, a partir dos anos 40 as colônias alemãs do Litoral Norte passaram a contar com abnegados facultativos, que exerceram suas atividades nas mais precárias condições.

Já no final dos anos 40, o alegretense neurocirurgião doutor Rubens Paim Cruz, formado pela Universidade Federal do RGS em 1942, depois de ter sido médico-chefe do Posto de Higiene na cidade de Torres, mudou-se para o interior do município e organizou a primeira Casa de Saúde do Vale do TF, próximo à igreja de São Sebastião, onde atualmente há uma pecuária.

Após o afastamento do Dr. Paim chegou o Dr. Jauquin, realizando inclusive cirurgias variadas, muitas delas à luz de “aladim”¹⁷, cujos pacientes eram acomodados na hospedaria de Nestor Bobsin, em Itati, atual propriedade da família Tanaka.

O Dr. Ruy Rabelo, também clínico geral, na mesma época e por breve período, prestou atendimento ambulatorial, na hospedaria de Alcina Oliveira Thomas, próximo ao então cemitério Luterano Missouri.

No início da década de 1950, por iniciativa do Pastor Augusto Ernesto Kunert, da comunidade evangélica do VTF, veio para a localidade o taquarense, recém-formado, doutor Sady Nestor Kichler. Como não havia hospital, Kichler estabeleceu-se num prédio de uma antiga venda, ao lado da igreja evangélica (IECLB), adaptado para a atividade clínica/cirúrgica e internação de pacientes. O improvisado hospital recebia energia elétrica, apenas à noite, de gerador, movido por roda d’água, instalado junto a um moinho de cereais.

Kichler recrutou para auxiliá-lo, como “enfermeira”, a esforçada e dedicada senhora Dalmira Torres Voges.

Hospitais. Depois de clinicar durante 2 anos no VTF, o Dr. Paim foi convidado para instalar-se na localidade de Três Cachoeiras onde já estava em construção a BR 101 e, obviamente, a expectativa de progresso era bem maior do que no VTF. Segundo Maurens Carneiro Cruz, filha de Paim: “[...] no início de 1948, fundou na Vila de Três Cachoeiras,

¹⁶ ELY, Nilza Huyer. *Vale do Tres Forquilhas: veredas, vidas e costumes*. Porto Alegre, EST. 1999, p. 30.

¹⁷ A rede de energia elétrica só foi instalada no final da década de 1960.

aquele que seria o **primeiro hospital do município de Torres**, que passou a chamar-se N.S. das Graças, ele tornar-se-ia um pólo de atendimento médico e cirúrgico para toda a região”.¹⁸

O hospital da Colônia de São Pedro de Alcântara, também construído nos anos 40, teve como seu primeiro médico o conceituado Dr. Pozzo.

O Dr. Jauquin, depois de clinicar no VTF manteve um pequeno hospital em Terra de Areia.

Com a chegada de Kichler e também por iniciativa de Kunert foi dado início à campanha para construção de um hospital no Vale do Três Forquilhas, cuja conclusão e inauguração, já sob a orientação do pastor Ernesto Fischer, ocorreu em 1963, tendo como clínico e cirurgião o doutor José Carlos Pereira de Souza. Além da Auxiliar de Enfermagem, Lori Bobsin, cedida, temporariamente, pelo Hospital Moinhos de Vento, foram recrutadas jovens da própria comunidade para auxiliar o cirurgião.

Com o funcionamento do hospital, as parteiras só passaram a ser procuradas pelas famílias muito pobres.

Construído dentro das exigências da época prestou excelente serviço às comunidades das redondezas. Partos e cirurgias podiam ser feitos a qualquer momento. Só em casos de extrema gravidade o paciente teria de buscar recurso em hospital especializado. No final dos anos 60 era atendido pelo experiente médico doutor Antônio Waldruff. Na década de 70 assumiu o Dr. Saint Clair Baldwin. Mais tarde diversos jovens médicos foram os responsáveis pelo atendimento da população, como o doutor Clóvis Sampaio; o doutor Vitor Hugo Kaml e por último, no período de 1996 até o final de 1999, o doutor Robin Reinisch.

Em Torres, nos anos 1950, foi construído o hospital Nossa Senhora dos Navegantes, que ainda se encontra em pleno funcionamento.

Destino dos hospitais:

- do pequeno hospital de Terra de Areia, resta apenas a pequena fachada em alvenaria. A Prefeitura Municipal construiu e mantém um Posto de Pronto Atendimento;
- o hospital construído pelo saudoso Dr. Paim, em Três Cachoeiras, de propriedade de sua família, apesar de desativado, teve um destino nobre e abriga um grande número de idosos desassistidos da região;
- o do VTF tornou-se insustentável. Segundo o Dr. Robin, as dificuldades econômicas do hospital poderiam ter sido vencidas se, as Prefeituras de Três Forquilhas e Terra de Areia, tivessem acordado maior contribuição financeira.

¹⁸ CRUZ, Maurens Carneiro. *Dr. Rubens Paim Cruz: o médico, sua vida – sua obra*. In.: ELY, Nilza Huyer (Org.). *Três Cachoeiras – marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 2004. (p.244).

O prédio foi repassado à Prefeitura Municipal de Itati que mantém, apenas um posto de saúde, com atendimento restrito ao horário comercial. Abriga, além da Junta de Serviço Militar, outros serviços administrativos municipais .

- o da Colônia de São Pedro foi desativado e, atualmente, abriga em suas instalações a administração Pública Municipal e a Câmara de Vereadores.

Por ironia o salvamento de vidas, que poderia ser feito, de imediato, nos pequenos hospitais construídos, com tanto esforço, pelas comunidades, quando os colonos sequer contavam com aposentadoria no final da vida, agora depende da habilidade ou da ousadia do motorista da ambulância em alcançar, no menor tempo possível, os hospitais da Capital do Estado, a chamada “ambulância-terapia”.

Médicos alemães e saúde pública no Rio Grande do Sul*

René E. Gertz**

A influência de médicos alemães na medicina gaúcha é significativa e relativamente conhecida, mas são pouco conhecidos momentos em que esses médicos tiveram interferência – sobretudo conflitiva – na crítica e na administração da saúde pública, no estado. Nesse sentido, apresenta-se aqui um caso acontecido no final da década de 1920, que mostra o envolvimento de um médico alemão na discussão sobre os destinos da saúde pública, e os desdobramentos que um envolvimento desses poderia ter.

Desde longa data havia forte pressão contra a liberdade profissional estabelecida no Art. 71 da Constituição gaúcha. Segundo esse preceito constitucional, “não são admitidos também no serviço do Estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no seu território o exercício de todas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial” (§ 5º), por isso, “nenhuma espécie de trabalho, indústria ou comércio poderá ser proibida pelas autoridades do Estado, não sendo permitido estabelecer leis que regulamentem qualquer profissão ou que obriguem a qualquer trabalho ou indústria” (§ 17º). Certamente a área profissional que exercia maior pressão contra essa liberdade era a dos médicos. Tanto os médicos regionais quanto associações médicas de outros estados não perdiam oportunidade para exigir do governo gaúcho a regulamentação da profissão.¹

Esse tema muito provavelmente viria à baila no 1º Congresso Médico do Rio Grande do Sul, que foi planejado para iniciar em 21 de julho de 1926, em Porto Alegre. Mas, recuou-se desse empreendimento, e, em compensação, a capital gaúcha acabou sediando, a partir de 21 de outubro do mesmo ano, o 9º Congresso Médico Brasileiro. O nível da polêmica em torno da liberdade profissional pode ser avaliado a partir daquilo que

* Este texto foi, originalmente, publicado no livro *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002), p. 132-145. Esta reedição – com alterações mínimas – se justifica pelo fato de que o livro é pouco conhecido, e o tema se adapta, perfeitamente, à sessão e ao congresso em que foi reapresentado.

** Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS.

¹ Weber, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria/Bauru: Ed. da UFSM/EDUSC, 1999; Weber, B. T. “Medicina, terapêutica e política: uma história de profissionalização no Sul do Brasil”. In: Carbonetti, Adrián; Garcés,

aconteceu nesse congresso. O Dr. Franco Simões, de Pelotas, apresentou uma tese exatamente sobre esse tema, condenando a prática estabelecida na Constituição gaúcha, e propondo o estabelecimento da obrigatoriedade de um exame de competência através de órgãos do governo estadual. O Dr. Fernando Magalhães, do Rio de Janeiro, que presidiu a sessão em que a tese de Franco Simões foi apresentada, propôs, em contrapartida, uma tese mais genérica, pela qual se remeteria “às associações médicas do Brasil o estudo e a solução do problema da regulamentação do exercício da medicina”, e, ainda, não permitiu que a tese de Simões fosse debatida na sessão em que foi apresentada. Mais tarde, Magalhães justificou seu ato: “Deveis ter o espírito de equidade em relação ao chefe de Estado [Borges de Medeiros], que, justiça lhe seja feita, é um homem que garante as liberdades públicas”. Depois do congresso, começou a tornar-se público aquilo que havia sido combinado nos bastidores: um acordo com o governo estadual para que a questão da liberdade profissional não fosse discutida, de forma pública, no congresso. Assim, Magalhães teria salvo a classe médica do Rio Grande do Sul de um incidente que “esteve na iminência de se transformar num caso de polícia”.² Mas, a partir desse momento, começou um movimento para a criação do Sindicato Médico, com o objetivo declarado de lutar contra a liberdade profissional que aqui vigorava.³

Em vez do 1º Congresso Médico do Rio Grande do Sul, em 1926, acabou sendo planejado para abril de 1928, já sob o governo mais conciliador de Getúlio Vargas, e para a cidade de Rio Grande, o 1º Congresso Municipal de Saúde Pública. Pelas normas estabelecidas, só poderiam tomar parte médicos formados pelas faculdades oficiais ou equiparadas do país, e quanto aos médicos estrangeiros só poderiam tomar parte aqueles que fossem especialmente convidados pela comissão organizadora. A liberdade profissional poderia ser abordada, “mas sob o ponto de vista prático, e não doutrinário”.⁴ Compareceram médicos de vários municípios do estado, e muitos deles inscreveram teses para serem apresentadas no evento. No total, foram registradas seis teses “oficiais” e 47 “extra-oficiais”. Entre aqueles que inscreveram teses “extra-oficiais”, estava o barão Dr.

Carlos; Blanco, Fernando (orgs.). *De Sujetos, definiciones y fronteras. Ensayos sobre disciplinamiento, marginación y exclusión en América*. San Salvador de Jujuy: Ferreyra Editor, 2002, v. 1, p. 181-208.

² *Archivos Rio Grandenses de Medicina*, Porto Alegre, ano V, n. 1, 1926 até ano VI, n. 8-9, 1927, *passim*.

³ Weber, “Medicina, terapia...”, p. 8.

⁴ *Archivos Rio Grandenses de Medicina*, ano VII, n. 1, 1928, p. 1-2.

Ernst Wolfgang von Bassewitz, médico em Porto Alegre, mas nascido e formado na Alemanha. Uma delas chamava-se “O carbúnculo hemático como problema sanitário a resolver no Rio Grande do Sul” e a outra levava o título “Cogitações sobre a necessidade da reorganização dos serviços de higiene e saúde pública do Estado do Rio Grande do Sul”.⁵

Cada uma das teses era avaliada por um parecerista, e o parecer submetido ao plenário do congresso. O parecerista da primeira tese do Dr. Bassewitz foi o Dr. Ulisses Nonohay, que lamentou que o trabalho não apresentasse conclusões a serem discutidas, e, por isso, pediu seu arquivamento. Esse parecer foi aprovado pelo plenário.⁶ O parecer sobre a segunda tese, apresentada no dia 11 de abril, foi elaborado pelo Dr. Vicente Cardoso Espíndola. O conteúdo da tese havia sido considerado polêmico pelo próprio autor, que escreveu: “Prevejo que com [o trabalho] provocarei polêmicas, o que estimo, pois a discussão ampla pode ser proveitosa”. Mais adiante, o texto de Bassewitz dizia que “a organização oficial que possuímos sob a designação euforística de Diretoria de Higiene não corresponde já às mais restritas exigências que se pode fazer a uma instituição dessa natureza”; criticou a imprensa que não cumpre seu papel de sair em defesa da saúde pública e que, na verdade, só produz “artigos laudatórios”, motivo pelo qual seria “venal”.⁷ A reação aos termos da tese levou o *Correio do Povo* a manchetear no dia 13, em primeira página, que essa foi “a nota mais sensacional do dia [11 de abril]”, no referido congresso.

O parecerista rebateu, dizendo que todo mundo conhecia os valiosos serviços da Diretoria chefiada pelo Dr. José Flores Soares, “ornamento da classe médica de Porto Alegre”, e que poucos dias antes teria posto magnanimamente à disposição dos médicos a vacina Calmette-Guérin, profilática da tuberculose de recém-nascidos. Esse fato demonstraria o “grande interesse e a clarividência” da repartição criticada por Bassewitz. Segundo o Dr. Espíndola, o texto ainda entraria em “considerações descorteses e injustas de ordem política e social, manifestando-se sempre apreensivo e pessimista”. O parecerista declarou-se “admirado de que um estrangeiro aqui acolhido e que vive debaixo do nosso sol tenha a coragem de falar naqueles termos”, “bastante injuriosos ao nosso brio nacionalista”. Em função de tudo isso, concluiu que o trabalho era “portador de idéias

⁵ O título aparece com algumas variantes na imprensa da época, mas a essência não muda.

⁶ *Diário de Notícias*, 15 de abril de 1928.

⁷ *Ibid.*

altamente demolidoras e alheias, portanto, à finalidade superiormente construtora do nosso colendo congresso”. Por isso, a recomendação pela rejeição.⁸

Além do parecerista, manifestaram-se ainda, de imediato, outros médicos. O Dr. Raul Bittencourt declarou que Bassewitz deve ter sofrido "eclipse de sua mente" e esquecido seu "dever de hospedagem". O Dr. Vitor Russomano destacou ser psiquiatra, e que o Dr. Bassewitz certamente constituiria um "interessantíssimo fenômeno mental" para estudos. Só o Dr. Castro Carvalho pediu tempo para ler o trabalho, pois desconfiava que as citações do parecer poderiam ter sido apresentadas fora de seu contexto. Esse posicionamento acirrou o debate, mas o parecer para que o congresso não tomasse conhecimento da tese acabou sendo aprovado.⁹ O debate, porém, se deslocou, de imediato, para a imprensa de Porto Alegre, pois no dia 13 de abril o *Correio do Povo* já publicou uma carta, datada do dia 12, do Dr. Fernando Freitas de Castro, lente da Faculdade de Medicina, afirmando que a tese de Bassewitz foi descortês em relação aos médicos da Diretoria de Higiene; admitiu que havia deficiências, o que, porém, não justificaria os ataques pessoais feitos por Bassewitz.

Mas quando os médicos começaram a regressar do congresso de Rio Grande, o espaço dedicado pela imprensa às notícias sobre a polêmica tese aumentou consideravelmente, em especial na forma de entrevistas. O próprio Bassewitz entrou na discussão pública, respondendo em 14 de abril, pelo mesmo *Correio do Povo*, à carta de Freitas de Castro. Negou, enfaticamente, que tivesse sido descortês para com os médicos da Diretoria de Higiene. Destacou que se referiu apenas uma única vez a essa repartição, e citou seu texto: "Esse juízo desfavorável não atinge em absoluto aos funcionários dessa repartição, que ao que consta, cumprem religiosamente os seus deveres, aliás mal definidos. O mal está na raiz, nas próprias disposições em vigor". Quanto à referência que Freitas fez à supostamente criticada liberdade profissional – da qual ele, Bassewitz, no entanto, se estaria beneficiando – rebateu, dizendo que quando chegou ao Rio Grande do Sul não havia aqui Faculdade de Medicina na qual pudesse revalidar seu diploma, nem a lei o exigia. Exigia-se, sim, o registro do diploma, e isso foi feito.

⁸ *Correio do Povo*, 13 de abril de 1928; *Diário de Notícias*, 15 de abril de 1928.

⁹ *Correio do Povo*, 13 de abril de 1928.

Nos primeiros dias, o noticiário da imprensa ficou praticamente sem nenhuma reação favorável a Bassewitz, a não ser a reticência do Dr. Castro Carvalho, que, em Rio Grande, pedira tempo para ler o texto antes de se pronunciar a respeito. No entanto, no dia 14, o Dr. Raul Pilla, ligado ao Partido Libertador (tradicional partido de oposição ao situacionismo gaúcho), professor da Faculdade de Medicina, saiu em defesa do acusado, em sua coluna "Microscópio", do *Correio do Povo*: "É uma crítica severa, mas justa, pelo menos em suas linhas gerais". Nenhum médico poderia deixar de ter plena consciência das verdades ditas por Bassewitz. Rebateu a acusação de que a tese tinha caráter exclusivamente destrutivo, pois, além de apontar erros, "esboçou um plano construtivo". Quanto à crítica ao "estrangeiro", Pilla perguntou: "Desde quando a verdade tem pátria?". A essa defesa se juntou, no dia 15, o Dr. Raymundo Gonçalves Vianna, também professor da Faculdade de Medicina e integrante do Instituto Católico de Ciências e Letras: atribuiu "mérito intrínseco" à "clara e vibrante exposição, à probidade científica [de Bassewitz], que lhe omitem", defendendo "as idéias, e a lealdade e [o] patriotismo que o inspiram". Estranhou, como Pilla, a investida contra o "estrangeiro", e historiou a trajetória profissional de Bassewitz: 37 trabalhos "de indiscutível merecimento científico" publicados.

O *Diário de Notícias* descobriu que o assunto apaixonou a classe médica, e prometia ter ainda "ruidosa repercussão". Por isso, resolveu publicar a íntegra do texto em discussão.¹⁰ Com isso, um público mais amplo ficaria conhecendo aquilo que Bassewitz efetivamente havia escrito. Pelo texto, se ficou sabendo que o autor se encontrava havia 34 anos no Brasil, tendo chegado, portanto, durante a Revolução Federalista, entrando direto na defesa do "princípio da autoridade e [d]as instituições republicanas", ao participar da revolução. Constituiu família no Rio Grande do Sul, e se tornou brasileiro através da naturalização.¹¹ Ponderou que talvez tivesse feito mais pelo estado do que "aqueles que querem negar-me o direito de criticar as falhas e os defeitos das nossas instituições sociais e políticas, invocando a razão fútil de eu não ser brasileiro nato". São palavras ditas no preâmbulo da tese. E Bassewitz as justificou: poucos meses antes apresentara à Sociedade

¹⁰ *Diário de Notícias*, 18 e 19 de abril de 1928.

¹¹ Bassewitz nasceu em 15 de agosto de 1868, em Mecklenburgo, era diplomado em Medicina pela Universidade de Rostock, tendo casado em 20 de abril de 1903 com Maria da Glória Pavão, também médica (Carvalho, M. T. de. *Nobiliário sul-riograndense*. Porto Alegre: Globo, 1937, p. 36).

de Medicina de Porto Alegre, a pedido de sua diretoria, um relatório sobre a questão da lepra no Rio Grande do Sul, onde abordou o “lado político-social do assunto”, criticando os poderes públicos pela imprevidência nesse campo. Ouviu, pelas costas, críticas pelo “descabido intrometimento de um estrangeiro”. Tratava-se de um “confrade” contaminado pelo vírus do “ultranativismo”. Como sua tese tecia “severas críticas à nossa atual ‘desorganização’ sanitária”, o próprio Bassewitz se antecipou, verbalizando a expectativa de que ela desencadearia reações.¹² No mais, o texto apontava para as mazelas da política de saúde no Rio Grande do Sul.

A corporação médica do Rio Grande do Sul entrou em ebulição. Médicos do interior do estado se manifestaram: os Drs. Afrânio Souza e Manoel Ávila, de São Vicente, hipotecaram solidariedade a Bassewitz, destacando que a medicina não tem pátria.¹³ O professor Sarmento Barata pediu demissão de sua cadeira de Parasitologia na Faculdade de Medicina, inconformado com as declarações de Raimundo Vianna a favor de Bassewitz¹⁴, só reconsiderando seu pedido após insistentes pedidos de Sarmento Leite, o próprio Gonçalves Vianna e outros colegas.¹⁵ Bassewitz, por sua vez, invocou sua condição de membro da Sociedade de Medicina, há 16 anos, e seu direito de defender sua tese perante a mesma, considerando tratar-se de entidade representativa dos médicos gaúchos e promotora do congresso de Rio Grande.¹⁶ Em correspondência enviada, a 17 de abril, à diretoria da Sociedade de Medicina propôs defender sua tese perante a mesma, no dia 20 de abril, sexta-feira, dia no qual, rotineiramente, acontecia a reunião semanal ordinária. A carta de Bassewitz foi respondida com data de 19 de abril pelo médico Dr. Jacinto Gomes, presidente da Sociedade de Medicina, informando que a diretoria já resolvera “aprovar todos os atos deliberativos” do congresso de Rio Grande.¹⁷ Paralela à negativa transmitida a Bassewitz por essa carta, a imprensa publicou a informação de que a reunião ordinária de todas as sextas-feiras, prevista para o dia 20 de abril, fora suspensa.¹⁸ Diante desse fato, Bassewitz resolveu dar publicidade à defesa que preparara. Nesse novo texto, relatou que a

¹² *Diário de Notícias* 15 de abril de 1928.

¹³ *Correio do Povo*, 19 de abril de 1928.

¹⁴ *Diário de Notícias*, 20 de abril de 1928.

¹⁵ *Correio do Povo*, 19 e 20 de abril de 1928.

¹⁶ *Correio do Povo*, 19 de abril de 1928.

¹⁷ *Diário de Notícias*, 21 de abril de 1928.

¹⁸ *Correio do Povo*, 20 de abril de 1928.

tese não fora apresentada por ele próprio, pois estivera impossibilitado de comparecer a Rio Grande, e que o Dr. Renato Barboza a lera por ele. Disse que os dados apresentados sobre a Diretoria de Higiene lhe haviam sido fornecidos pelo próprio Dr. Freitas e Castro, catedrático de Higiene na Faculdade de Medicina, e que este e outros funcionários da instituição o agrediram depois de tornar-se público aquilo que escrevera. Resumiu a reação contrária que ocorreu no congresso por parte do Dr. Espíndola, secundado pelos Drs. Russomano e Raul Bittencourt, este último partidário do “agrupamento político” criticado por Bassewitz. Por fim, declarou sua saída da Sociedade de Medicina, informando que estava havia muito tempo com passagem marcada para a Europa – para onde embarcaria de imediato – e que considerava o caso encerrado.¹⁹

No dia 22 de abril, o *Correio do Povo* publicou uma carta do Dr. Fernando de Freitas e Castro, admitindo que passara informações sobre a Diretoria de Higiene para Bassewitz, mas não sabia o que seria feito com esses dados. No mesmo dia, o *Diário de Notícias* publicou a informação de que o Centro de Estudantes Libertadores aprovara uma “moção de solidariedade e aplausos ao Dr. Ernst von Bassewitz”, apresentada pelo acadêmico Salgado Martins. A assembléia de estudantes considerou que nem o congresso de Rio Grande nem a Sociedade de Medicina “agiram patrioticamente”. Para a redação da carta de solidariedade foram escolhidos os estudantes Francisco A. Maciel, J. Salgado Martins, Cyro Martins, Homero Jobim e Gustavo Noremberg. No mesmo dia, o *Correio do Povo* publicou uma entrevista com o Dr. Heitor Annes Dias, na qual este teceu comentários sobre a liberdade profissional que existia no Rio Grande do Sul. Afirmou que o charlatanismo estava aumentando assustadoramente, e que os charlatães, em geral, vinham de fora. E não seriam poucos, “eles vêm aos bandos, tendo ultimamente apontado aqui uma verdadeira ‘troupe’ húngara”.

Os acontecimentos tiveram novos desdobramentos no dia 24. Nesse dia, o *Diário de Notícias* publicou uma carta do Dr. Raul Bittencourt “ao Dr. Bassewitz e a quem mais interessar”. Disse que o propósito era rebater “as injúrias do truculento barão”, “retrógrado prussiano” e “ruivo julgador”. Recordou os primeiros tempos da estada de Bassewitz no Rio Grande do Sul: “E, a propósito, o baronete ainda se lembra da sua arrogância entre os humildes soldados quando era médico no Caty, sob as ordens de João Francisco?”

¹⁹ *Diário de Notícias e Correio do Povo*, 21 de abril de 1928.

Bassewitz o teria acusado de militante político, mas o próprio, em muitas oportunidades teria propugnado uma “atividade política ativa”. Por isso, seria necessário “desmascarar os histriões... que exploram a baixa política da invectiva e injuriam o Brasil, que os acolheu com fidalguia, depois de terem renegado a pátria”. No dia da publicação dessa carta, comunicavam sua saída da Sociedade de Medicina os Drs. Gonçalves Vianna, Raul Pilla, Arthur Candal Jr., Carlos Geyer, Feliciano Falcão, Ney Cabral, Djalma Jobim, Ivo Barbedo, Argemiro Dornelles, Lannes Domingues Brunet, Oscar Dias Gomes e Antenor de Almeida Nunes. Alegaram como motivo de seu ato o fato de a Sociedade de Medicina não ter cumprido, na presente conjuntura, seu objetivo estabelecido no Art. 1º dos estatutos: “prestar assistência e apoio moral aos sócios quando estes se virem de qualquer modo prejudicados”.²⁰

No dia 25 de abril, as notícias dos jornais sobre o caso foram relativamente poucas. Noticiou-se que no dia anterior os estudantes do Centro dos Estudantes Libertadores haviam entregue a moção de solidariedade a Bassewitz, que estava assinada por Pedro Palma, Mem de Sá, José Salgado Martins, e a comissão que fez a entrega formal do documento estava composta, além dos signatários, por Aparício Cora Almeida, Homero Jobim, Heitor Galant. O agradecimento de Bassewitz foi relativamente longo, e, entre outras coisas, ele disse: “Assistimos, de 1923 para cá, a um ressurgimento evidente do caráter viril e altivo que distingue os sul-riograndenses, aniquilados pela influência nefasta dum governo que, para conservar-se no poder, não hesitou de lançar mão de processos condenáveis e corruptores da moral social e política, envenenando assim, sorrateiramente, a alma gaúcha”.²¹ Raul Pilla apresentou, no mesmo dia, em sua coluna “Microscópio”, do *Correio do Povo*, uma explicação mais ampla do episódio em torno de Bassewitz. Segundo ele, o governo estava estudando uma forma de regulamentar a profissão de médico no Rio Grande do Sul. E como o governo estava em vias de fazer esse favor à classe, “o dever dos médicos é calar a verdade e esquecer os mais elementares deveres de camaradagem. E como para o sacrifício propiciatório, que haveria de fazer perdoar antigas culpas, era necessário pelo menos uma vítima, imolaram o Dr. Bassewitz”. O próprio Bassewitz

²⁰ *Correio do Povo*, 24 de abril de 1928.

²¹ *Diário de Notícias*, 25 de abril de 1928.

embarcou no dia seguinte, 26 de abril, para a Europa, despedindo-se em carta pública, e agradecendo em especial aos três professores da Faculdade de Medicina que o apoiaram.²²

Ao contrário daquilo que acontecera na sexta-feira, 20 de abril, a sessão usual da Sociedade de Medicina prevista para o dia 27 não foi suspensa. Depois de alguns assuntos menores, passou-se à apresentação e ao debate do caso Bassewitz, começando pela leitura do ofício dos 12 sócios que haviam pedido seu desligamento. A seguir, o presidente da Sociedade, Dr. Jacinto Gomes, deu a palavra ao Dr. Renato Barbosa, para ler uma explanação sobre as razões que haviam levado a diretoria a agir da forma que agiu. A imprensa não transcreveu detalhes desse parecer, mas ele terminava com a seguinte observação: “Aqui [na Sociedade de Medicina] não entram jagunços, aqui não há fanáticos!”²³ A seguir, pediu a palavra o Dr. Raul Bittencourt, propondo um voto de louvor à diretoria. Depois, falou o Dr. Florêncio Ygartua, para dizer que tivera, inicialmente, a impressão de que não se havia dado oportunidade de defesa a Bassewitz, mas que no momento estava vendo que não era bem assim. Bassewitz poderia ter comparecido à reunião para defender-se, e não o fizera. Carlos Hoffmeister propôs um voto de louvor à comissão que representou a Sociedade de Medicina no congresso de Rio Grande. O professor Dr. Paula Esteves perguntou pela situação dos 12 sócios demissionários. O professor Dr. Heitor Annes Dias sugeriu que não se tomasse nenhuma decisão a respeito, e se esperasse que os demissionários tomassem conhecimento do transcurso da presente reunião. Jacinto Gomes informou que dois dias antes fora procurado pelo Dr. Gabino Fonseca, e que, na oportunidade, solicitara a este que o pedido de demissão fosse retirado. Fonseca, porém, não havia tido tempo para contactar com os demais colegas; como, dessa forma, não havia fatos novos, a demissão estava aceita.²⁴

No dia 1º de maio, os demissionários publicaram uma nota veemente contra o Dr. Jacinto Gomes.²⁵ Um dia depois, este respondeu através do *Diário de Notícias* e de *A Federação*, insistindo que seus atos tiveram um julgamento favorável, por unanimidade, na reunião do dia 27 de abril, e como essa instância seria o mais alto tribunal para julgar questões de ética médica não teria por que responder aos demissionários.

²² *Diário de Notícias*, 26 de abril de 1928.

²³ *Diário de Notícias*, 29 de abril de 1928.

²⁴ *A Federação*, 28 de abril de 1928; *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, 29 de abril de 1928.

²⁵ *Correio do Povo*, 1º de maio de 1928.

No dia 5 de maio, realizou-se reunião da congregação da Faculdade de Medicina, convocada pelo diretor, professor Dr. Sarmento Leite, para deliberar sobre a situação criada depois da reunião da Sociedade de Medicina, em 27 de abril. Na reunião da Sociedade de Medicina haviam estado presentes 12 dos 32 professores da Faculdade e, em função daquilo que Jacinto Gomes havia dito na oportunidade, os três médicos demissionários que também eram professores da Faculdade de Medicina – Ney Cabral, Raimundo Vianna e Raul Pilla – comunicaram à direção da escola que só voltariam a lecionar se fossem desagravados pela congregação. A reunião foi secreta, com ata lacrada. Ficou decidido que cada um dos três receberia um ofício, que confirmaria aquilo que Leite já havia informado aos três, quando destacou que a Faculdade nada tinha a ver com incidentes acontecidos na Sociedade de Medicina; que as sessões da Sociedade se realizavam na Faculdade, mas que ela recebia aluguel pela seção do espaço, etc. Os professores presentes à reunião da Sociedade teriam estado como médicos e não como professores. Leite, em sua carta anterior, já havia apelado para que os três reconsiderassem sua decisão. A congregação decidiu endossar a posição do diretor da Faculdade, já comunicada aos interessados.²⁶

Ao receberem o resultado da reunião da congregação da Faculdade de Medicina, os três médicos resolveram dirigir-se ao público através dos jornais: disseram que se haviam enganado quando pensavam que seria possível desalojar de sua torre de marfim o presidente da Sociedade de Medicina, na reunião do dia 27 de abril. Como lá acontecera aquilo que entrementes era público, e como os três signatários eram professores da Faculdade de Medicina, haviam considerado que deveriam recorrer a ela como tribunal mais elevado. Recorreram para serem desagravados das acusações contra eles levantadas. Mas na congregação não teria havido julgamento, não teria havido condenação nem absolvição. Por isso apelavam agora ao público, para que este os julgasse.²⁷

Com isso, se criou um impasse, e os alunos da Faculdade começaram a colher assinaturas para uma manifestação de simpatia e desagravo aos seus três professores.²⁸ No dia 10 de maio, os mesmos três professores voltaram a divulgar uma longa carta ao público, sob o título "Ponto final". Historiaram que a Sociedade de Medicina não convocou reunião

²⁶ *Diário de Notícias*, 6 de maio de 1928.

²⁷ *Diário de Notícias e Correio do Povo*, 8 de maio de 1928.

²⁸ *Correio do Povo*, 9 de maio de 1928.

para o dia 20 de abril, data usual de reunião, para a qual o Dr. Bassewitz havia solicitado fazer a defesa de sua tese. Quando Bassewitz tinha se ausentado para a Europa numa viagem marcada havia muito tempo, a Sociedade veio afirmar que lhe proporcionara a oportunidade de defesa, mas que ele não comparecera. E pior, a Sociedade teria passado a injuriar os 12 médicos que haviam declarado seu afastamento em solidariedade ao agredido. Os médicos haviam pedido provas das acusações contra eles formuladas na reunião do dia 27 de abril, mas o presidente Jacinto Gomes dissera que não apresentaria provas em público, porque aquilo que fora dito fora aprovado por 34 médicos presentes. Segundo os demissionários, não competiria à Sociedade pronunciar-se sobre as acusações formuladas por Gomes, pois os estatutos não previam isso. Além disso, o Dr. Annes Dias havia proposto adiar qualquer votação sobre esse assunto, para aguardar mais esclarecimentos. Em função do exposto, os três médicos reafirmavam sua saída da Sociedade e sua recusa em voltar a dar aulas na Faculdade. Com isso davam o caso como definitivamente encerrado.²⁹

Simultaneamente, prosperava o abaixo-assinado dos alunos no sentido de declarar simpatia aos três professores, pedindo-lhes que reconsiderassem e voltassem a dar aulas. O documento dos alunos teve originalmente 95 signatários, mas 29 acabaram retirando suas assinaturas, quando correu um boato de que Sarmento Leite os puniria, ficando o documento definitivo com 66 assinaturas, entre as quais as de Homero Só Jobim, Ramiro Frota Barcellos e Cyro Martins. Sarmento Leite se apressou em afixar pelos corredores da Faculdade uma declaração negando a intenção de punir. Simultaneamente, correu um abaixo-assinado em favor de Gomes, com 41 assinaturas, entre as quais as de Protásio Alves, Aurélio da Silva Py, José Sarmento Barata, Sarmento Leite, Heitor Annes Dias, Humberto Wallau, Pereira Filho e Oscar Pereira.³⁰

A situação ficou perigosa, quando, em meio a essa mobilização, a imprensa publicou a notícia de que o Dr. Jacinto Gomes havia desafiado o Dr. Raymundo Vianna para um duelo.³¹ Diante desse novo dado, os diretores dos principais jornais de língua portuguesa de Porto Alegre (a relativamente numerosa imprensa de língua alemã assumira

²⁹ *Correio do Povo*, 10 de maio de 1928.

³⁰ *Correio do Povo*, 10 e 11 de maio de 1928.

³¹ *Diário de Notícias*, 10 de maio de 1928.

uma postura discreta no debate), Leonardo Truda – pelo *Diário de Notícias*, representando ao mesmo tempo Aníbal de Barros Cassal, de *A Tarde* –, Othelo Rosa – por *A Federação* – e Fernando Caldas – pelo *Correio do Povo* –, se reuniram, no dia 11 de maio, e decidiram que nada mais publicariam sobre o "dissídio na classe médica", pois o assunto extrapolara a vida dos médicos e atingira a sociedade.³²

Com isso, as notícias desapareceram da imprensa, e o desdobramento do caso só poderia ser estudado através de eventuais outras fontes. Tudo indica que a Sociedade de Medicina teve interesse em encerrar o debate, pois o editor dos *Archivos Rio Grandenses de Medicina* escreveu em editorial que recebeu um apelo do Dr. Jacinto Gomes para que o assunto não mais fosse ventilado em suas páginas. Isso, certamente, tinha a ver com as negociações com Getúlio Vargas para o estabelecimento de um acordo sobre a liberdade profissional, pois na mesma edição dos *Archivos* foi publicado um comentário sobre as homenagens realizadas a 15 de junho ao médico Belizário Penna, onde se lê o seguinte: “No dia 15 de junho vimos e sentimos bem de perto o conceito de nossa classe junto ao alto poder; apreciamos o clarear da aurora da medicina social no Rio Grande do Sul”.³³ Na imprensa, só em agosto encontramos novas referências ao caso, com a informação de que, por insistência dos estudantes e após um acerto com Sarmento Leite, diretor da Faculdade de Medicina, os professores Raymundo Vianna, Raul Pilla e Ney Cabral haviam voltado a lecionar.³⁴ Interessante é que essas informações foram publicadas na imprensa de língua alemã. Isso sugere que a “colônia alemã” havia acompanhado com interesse o debate que um médico alemão havia desencadeado em torno do tema da saúde pública no Rio Grande do Sul.

³² *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, 12 de maio de 1928.

³³ *Archivos Rio Grandenses de Medicina*, ano VII, n. 3, 1928, p. 1 e 14, respectivamente.

³⁴ *Deutsche Post*, 30 de julho de 1928; *Neue Deutsche Zeitung*, 6 de agosto de 1928.

E a criança acordou ... no meio da cirurgia ...

Wilhelm Wachholz¹

1.0 – Panorama da “Saúde” no Brasil

1.1 – No Período do Brasil Colonial

No século XVIII, as noções de higiene pública e privada no Brasil eram muito precárias. Isso acarretou na existência de doenças e epidemias. O problema somente foi amenizado no final do século XVIII com o descobrimento da vacina contra a varíola².

No início da colonização costumava-se distinguir as doenças do litoral, vindas da Europa – como o sarampo, a varíola e a sífilis –, e as doenças do sertão, genericamente chamadas “febres malignas”, também fatais. As expedições ao interior durante os séculos XVII e XVIII acabaram por disseminar umas e outras, de forma que as condições de saúde no período final da Colônia eram muito precárias.³

A sífilis, que desde o século XVI estava difundida, fora introduzida no país pelos portugueses e pelos franceses. Outras doenças e epidemias presentes em todas as regiões do Brasil foram a verminose, malária, varíola e febre amarela. Além das epidemias, outro fator preocupante no país eram as pragas, entre elas, os mosquitos, o bicho-do-pé, gafanhotos que destruíam plantações, grilos, ratos, baratas, carrapatos⁴.

Durante todo o período colonial, a falta de médicos e cirurgiões era notória tanto no interior como também nas vilas e cidades do litoral. Muitas pessoas morriam pela falta de medicamentos e assistência médica. Era comum que pessoas fizessem testamentos às presas por temerem a morte causada por picadas de cobras ou por algum ferimento de flecha. Algumas mulheres, apoiadas no conhecimento de um curandeiro ou de uma mucama mais experiente, administravam remédios caseiros. Algumas receitas

¹ É professor de disciplinas de História da Igreja na Faculdades EST, São Leopoldo/RS e conta com apoio financeiro para desenvolvimento do projeto de pesquisa “*Inserção, Estabelecimento e Formação da Identidade do “Protestantismo de Imigração” no Brasil*” pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil. Leciona disciplinas em nível de Graduação e Pós-Graduação em Teologia. Suas áreas de pesquisa e ensino são História do Cristianismo (História e Teologia - Lutero, Zwinglio, Calvino - da Reforma do século XVI e da Igreja na América Latina – catolicismo e protestantismo), História Medieval e Moderna, História e Historiografia, Cultura, Representações, Identidade e Etnicidade.

² Cf. WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 258s.

³ WEHLING; WEHLING, 1994, p. 259.

⁴ Cf. WEHLING; WEHLING, 1994, p. 259-261.

caseiras foram preservadas e usadas até o dia de hoje. “Fica evidente pelos breves registros que a medicina caseira era uma prática muito difundida diante dos poucos conhecimentos médicos da época e à falta de profissionais para ministrá-los.”⁵

Uma grande variedade de práticas de cura foi comum em todo o período colonial, no Brasil, conjugando elementos indígenas, africanos e europeus, associando magia e empirismo, componentes da própria sociedade arraigados na vida cotidiana da população colonial.⁶

Havia poucas unidades hospitalares no período colonial. As existentes eram, em sua maioria, hospitais militares ou ligados às Santas Casas de Misericórdia. Assim, se médicos e hospitais eram raros, os missionários jesuítas e os pajés acabavam por exercer a função médica. Estes se valiam de saberes locais, a tal ponto que, até o final do século XVIII, a farmacopéia era basicamente constituída por remédios preparados a partir da fauna e flora regionais⁷.

1.2 – No Século XIX

Em 1894 o Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz escreveu um artigo apresentando as condições higiênicas e sanitárias do Bairro da Gávea, no **Rio de Janeiro**. Segundo ele, o bairro se encontrava em condições sanitárias insatisfatórias. Isso se devia ao fato de ter havido um aumento rápido e crescente da população e os recursos higiênicos não terem aumentado na mesma proporção⁸. Segundo Oswaldo Cruz, para haver a melhoria do estado sanitário do bairro seria preciso: 1) Limpeza dos rios e valas; 2) Limpeza e concerto das ruas; 3) Fiscalização das ruas para que os transeuntes e moradores não depositem lixo e outras imundícias; 4) Fiscalização dos capinzais; 5) Aterro e desvio de valas; 6) Adoção de medidas para o saneamento do bairro⁹.

⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil**: Cotidiano e vida privada na América portuguesa. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 129.

⁶ WEBER, Beatriz Teixeira. Fragmentos de um mundo oculto: práticas de cura no sul do Brasil. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 159.

⁷ Cf. WEHLING; WEHLING, 1994, p. 262s.

⁸ Cf. [<http://www2.prossiga.br/Ocruz/textocompleto/gavea-1.htm>] 20 de maio de 2008.

⁹ Cf. [<http://www2.prossiga.br/Ocruz/textocompleto/gavea-4.htm>] 20 de maio de 2008.

No Rio Grande do Sul, a situação da “saúde” não era melhor. Em sua viagem na década de 1850, Avé-Lallemant observou que a província sofria de pequenas doenças endêmicas. A cólera pandêmica, que assolou o país em 1855, também esteve presente na província. A febre amarela, entretanto, nunca teria chegado a Porto Alegre. Também a varíola apesar da vacina, às vezes ainda assolava a província. A disenteria ainda matara mais de vinte pessoas em 1857. Avé-Lallemant também constatou que, até mesmo nas regiões mais salubres, se podiam encontrar habituais doenças infantis e afecções agudas de reumatismo, além de vestígios de sífilis, o que tornava inconveniente tomar o chimarrão em comum¹⁰.

Segundo Weber, por volta de 1806, havia somente 16 médicos e cirurgiões inscritos em toda a região da província de Porto Alegre. O atendimento médico era realizado nas residências dos pacientes por esses poucos médicos. A maior parte da população não tinha acesso a nenhuma forma de assistência médica oficializada. Dada a falta de atendimento, a legislação permitia curandeiros em lugares onde não havia presença de clínicos diplomados. Para o exercício da prática de cura eram necessários somente a inscrição na Diretoria de Higiene e o pagamento das taxas exigidas. Não era exigida nenhuma formação específica de medicina. Assim, a prática do curandeirismo era vista como uma complementação e alternativa¹¹.

Em jornais e em registros de polícia encontram-se descrições de diversas formas rituais afro-brasileiros no Rio Grande do Sul. Nesses rituais eram tratados não somente problemas de doença física, mas também relacionados ao “amor”, casamento, dinheiro e felicidade. A ampla presença desses rituais mostra que saúde era não somente a inexistência de doenças, mas também incluía a dimensão psicológica e espiritual¹².

O “episódio Mucker”, no Ferrabraz, Sapiranga, no Rio Grande do Sul, ocorrido no final da década de 1860 e primeiros anos da década seguinte, ilustra bem a situação da “saúde” no Rio Grande do Sul. Os mucker eram imigrantes alemães que praticamente não podiam contar com assistência médica, religiosa ou social. João Jorge, líder no grupo, se tornou conhecido como curandeiro. Sua esposa, Jacobina, lia e explicava os textos bíblicos aos doentes para lhes oferecer consolo. Com o passar do tempo, as crises epiléticas de Jacobina foram sendo interpretadas como poderes

¹⁰ Cf. AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela provincial do Rio Grande do Sul 1812-1884**. Belo Horizonte: Avé-Lallemant, 1980. p. 235.

¹¹ Cf. WEBER, 2004, p. 163.

¹² Cf. WEBER, 2004, p. 163ss.

extraordinários e ela passou a ser considerada a líder por excelência pelos colonos¹³. A liderança de Jacobina se explica, em boa medida, pela ausência do Estado em questões básicas da vida.

A busca por consolo, tratamento e solução de dificuldades do cotidiano orientaram a população carente do Estado em práticas que ofereciam essas possibilidades. De forma autônoma, organizavam-se em variadas atividades, a partir do universo que conheciam, oriundo indiferentemente de tradições indígenas, africanas ou européias e, muitas vezes, aglutinando componentes de todas elas. Os rituais religiosos significaram sobrevivência objetiva dos seus corpos, quando realizavam curas, e sobrevivência dos conhecimentos que traziam, quando mantinham as tradições e alimentavam identidades.¹⁴

Os curandeiros em geral utilizavam plantas e ervas medicinais para o tratamento das doenças. Alguns curandeiros após efetuar curas e ganhar a confiança das pessoas, chegavam a ser denominados respeitosamente de “médicos”. Outra prática comum eram as benzeduras e as simpatias que eram realizadas por membros da família ou amigos. A prática da benzedura oferecia a cura para certas doenças e a cura de “mal olhado”, por exemplo¹⁵.

Também ministros religiosos atuaram como “médicos” no Brasil. Merecem destaque os pastores teuto-evangélicos que foram enviados pela Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América (Sociedade Evangélica de Barmen). A maioria destes pastores se formara na “Casa de Missão em Barmen” (atual bairro da cidade de Wuppertal, na Renânia, Alemanha), onde adquiria noções básicas em medicina, uma vez que, em princípio, deveriam ser enviados como missionários para continente africano ou asiático, cujas condições de “saúde” eram consideradas ainda mais precárias. Aliando a atividade pastoral à médica, conquistaram influência e confiança em suas comunidades. Alguns, como, por exemplo, o pastor Heinrich Ernst August Kunert, de São Vendelino, Rio Grande do Sul, se tornariam conhecidos pela atividade médica¹⁶.

¹³ Cf. WEBER, 2004, p. 166s.

¹⁴ WEBER, 2004, p. 167.

¹⁵ Cf. WEBER, 2004, p. 169-172.

¹⁶ Cf. WACHHOZ, Wilhelm. “**Atravessem e Ajudem-nos**”; a atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899). São Leopoldo:

Contudo, paulatinamente se pode perceber a tensão entre “verdadeiros” e “falsos” médicos. O Jornal *Gazeta do Commercio*, de 11 de agosto de 1905, por exemplo, realizou uma campanha pelo “saneamento moral”, tecendo críticas aos curandeiros. Incitava-se as pessoas a não procurar esse tipo de ajuda e insistia-se para que elas procurassem profissionais formadas na área¹⁷.

O charlatão recruta clientela entre os doentes de imaginação, gente de bons haveres, desocupada, de jeito um pouco melancólico e que, por não terem em que pensar, cuida em estar doente. O médico, consciencioso examina, se não tem nada, declara, o enfermo julga-o ignorante. O charlatão escuta com atenção, finge achá-la muito seria e explica largamente como há de curá-lo, ganha-lhe amizade e consideração. O que o cura é a auto-sugestão, a persuasão de que vai ficar bom.

A existência de práticas diversas de cura pode ser observada com grande intensidade no atendimento a mulheres grávidas. Os médicos, segundo Weber, não tinham boa informação técnica sobre obstetrícia e nem como “funciona” o corpo feminino. As parteiras, pelo contrário, adquiriram sabedoria através da prática e do conhecimento de parteiras mais velhas. O jornal “*O exemplo*” comenta uma cirurgia feita por três médicos e um farmacêutico na cidade de Não-me-Toque, no interior do Rio Grande do Sul. Para retirar a criança, eles tiveram que serrar a bacia da mulher. A criança nasceu com vida, mas a mulher, 24 horas após o parto, morrera devido a fortes dores e hemorragia. Este trecho indica que os médicos usavam meios dolorosos e violentos e “havia desconhecimento sobre onde e como cortar, sobre a questão da dor, problemas com hemorragias e como suturar, infecções etc.”¹⁸ Segundo Weber, o pudor e a imperícia fizeram com as mulheres tivessem, por um longo tempo, um espaço próprio para tratar os seus problemas de ordem feminina ou para dar à luz. Nesse

EST/Sinodal, 2003. p. 284-287, 534-539; WACHHOLZ, Wilhelm. Atuação médica dos pastores e o papel das esposas dos pastores: Duas expressões da atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899). In: DREHER, Martin N. **500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST-Edições/CEHILA, 2002. p. 346-357.

¹⁷ Cf. WEBER, 2004, p. 173s.

¹⁸ WEBER, 2004, p. 178.

espaço, os médicos custaram a se envolver¹⁹. Situações semelhantes não foram raras no Brasil do século XIX. A seguir, apresentamos a trama proposta.

2.0 – Lembranças de um Colono Alemão no Brasil²⁰

O autor do texto se identifica como “V. H. in St.”. Com sua esposa e seus filhos (a indicação de que se tratam de três filhos e uma filha, sendo o filho mais velho nascido na Alemanha e outros dois e a filha no Brasil) emigrou para o Brasil, estabelecendo-se numa província não identificada e, posteriormente, migrando para outra. Em toda a narrativa, fica possível perceber que a história de desenrolou em duas das três províncias, a saber, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Apesar de ter se estabelecido naquele lugar, o autor menciona que sempre lhe passava pela cabeça a idéia de buscar outro lugar, onde pudesse ter mais “sorte”. Então ouviu falar que na província vizinha seriam construídas grandes estradas, apresentando-se a possibilidade de ganhar dinheiro nesta atividade. Motivado, dirigiu-se à esposa e lhe disse: “*Vou para lá e tentar minha sorte*” Junto com outros que tiveram a mesma idéia, se colocou a caminho. Caminharam durante seis dias. Após alguns dias entre a mata virgem, chegaram a terras planas com vegetação rasteira, denominadas de “campos”.

Após três meses como empregado da construtora da estrada, cuja maioria de proprietários era alemã, conseguiu economizar boa soma de dinheiro. Tanto dinheiro ele nunca tivera no bolso. Além disso, o clima daquela região lhe agradou. No inverno, os campos ficavam brancos de geada. Havia poucos mosquitos o que possibilitava bom sono. Os alemães que viviam na redondeza vendiam lenha, manteiga, leite, ovos, milho e produtos semelhantes na cidade pelo que ganhavam “bom dinheiro”. O nosso colono observa que na região ainda se podia adquirir terras a preços baixos o que o levou a decidir: “*Aqui tu vais te estabelecer*”. De volta, compartilhou sua experiência com a esposa. O casal decidiu vender casa e terras. Naquele lugar, haviam nascido dois dos filhos do casal, sendo que o mais velho, de 10 anos de idade nascido na Alemanha.

Relatando a diferença do clima, o colono menciona que o mesmo pode ser percebido primeiramente nas crianças. O calor típico da colônia onde viviam não lhes fazia bem. Os filhos pareciam pálidos e cansados, faltando-lhes robustez. Segundo o

¹⁹ WEBER, 2004, p. 177s.

²⁰ A narrativa segue: *Erinnerungen eines deutschen Ansiedlers in Brasilien. Sonntagsblatt für die evangelischen Gemeinden in Brasilien*, São Leopoldo, ano 12, n. 37, p. 146-147, 12 mar. 1899.

pai, os filhos haviam sido acometidos pela “doença brasileira” (sic!), um mal que atingia muitas crianças que nasceram no Brasil, segundo o nosso colono. Mas isso teria mudado subitamente. Na nova colônia as crianças cresciam bem, teriam ficado robustas e ganhado cor saudável. Desta forma, uma preocupação se lhes havia tirado. No que diz respeito à vida econômica, esta deveria iniciar do zero, mas tudo corria mais fácil que antes. Assim, já teriam conseguido construir uma casa de madeira. Também teriam adquirido uma carroça de forma que, após o término da construção da estrada, esta pôde ser utilizada para buscar produtos da cidade portuária para os comerciantes da colônia.

Entrementes, o filho mais novo fizera 5 anos de idade. Segundo o pai, todos os filhos recebem amor igual, mas quando eles ainda são menores, trazem alegrias especiais. De seu filho mais novo, o pai lembrava que, “o *nosso Fritz florescia como uma rosa, era saudável e forte.*” Por causa do seu jeito inteligente e infantil de falar e alegre de ser, era o orgulho especial do casal. Quando retornava cansado do trabalho ou de uma viagem, esquecia o cansaço quando o pequeno filho corria ao seu encontro. Mas a alegria do casal teria um fim. Paulatinamente, a criança foi mudando o seu jeito, deixando de ser aquela criança alegre. Sua aparência já não mais era tão saudável. Inicialmente isso não causou maiores preocupações ao casal, que imaginava ser uma fase passageira.

Certo dia, ao retornar com sua carroça de viagem, enquanto dava de comer aos cavalos, a esposa teria se dirigido ao nosso colono e lhe dito: “*Eu preciso te mostrar o pé esquerdo de nosso Fritz; o mesmo parece estranho.*” O pai olhou o pé e constatou que o mesmo tinha aparência singular: estava meio atrofiado. Mesmo sem saber do que se tratava, o casal ainda não se preocupou muito com a situação.

Pouco depois, contudo, o mal se agravou e o menino começou a mancar. O pai busca a opinião de um vizinho, perguntando-lhe se deveria consultar um “médico brasileiro” (sic) na cidade. Segundo o pai, o vizinho lhe teria dito: “*Os médicos, sem exceção, não entendem nada; eles não colocarão a criança novamente sobre as pernas e o belo dinheiro terá sido jogado fora. No Brasil cada qual se ajuda mesmo.*” Quando o caso se tornou conhecido de forma mais ampla na colônia, diversas pessoas propuseram alternativas, seguidas pelos pais: “*Nós tentamos de tudo: tratamento hidroterápico, **Lebenswecker** (????), homeopatia, remédios caseiros, e tudo mais que se sugeria. Mas nada fazia efeito. Também uma mulher veio e ‘benzeu’ o pé.*” Segundo o pai, “o nosso pastor não podia ficar sabendo disso, pois ele considerava a

benzedura com superstição pecadora. Mas minha esposa o quis assim, pois na dificuldade a gente faz de tudo.”

O sofrimento continuava. O pé começou a atrofiar e, aos poucos, foi encolhendo. Finalmente, sugeriu-se aos pais que fossem consultar um médico mais velho que residia na cidade, cuja fama era conhecida. Dizia-se que existiam casos semelhantes, cuja causa estaria no calor brasileiro, por isso, um médico natural do país saberia algo sobre o caso. O pai encilhou os cavalos e, junto com a mãe, foi em busca do médico na cidade. Dominava a língua portuguesa o suficiente para poder comunicar-se com o médico. O médico teria examinado o pé e deixado transparecer ceticismo em seu rosto. Ele teria receitado algo para esfregar no pé e recomendou que trouxessem a criança para nova consulta em 14 dias. Na segunda consulta o médico teria manifestado ceticismo ainda maior e, finalmente, diagnosticado: *“Não existe mais outro meio possível, a não ser amputar o pé.”* Segundo o pai, a mãe, ao ouvir isso do médico, começou a chorar de forma desconsolada e dizia: *“Não, isso eu não posso suportar! Isso não será necessário!”* O médico, contudo, enquanto consolava a mãe, teria perseverado no diagnóstico. Não haveria outra possibilidade caso o pai e a mãe quisessem preservar a vida de seu filho. Caso contrário, a atrofia iria se expandir cada vez mais e a criança acabaria tendo que experimentar um processo de morte desgraçada. Agora ainda seria tempo, segundo o médico. Os pais deveriam pensar sobre o assunto e comunicar a decisão ao médico. Caso os pais assim o desejassem, ele iria até a casa da criança para realizar a cirurgia.

Durante 14 dias o casal refletiu sobre o assunto. Segundo o pai, a mãe chorava toda vez que discutiam o assunto e reclamava: *“Minha criança, um mutilado! Infeliz para toda a vida.”* Segundo o pai, *“eu a procurei convencer, que outros também fizeram isso e, assim, finalmente, ela consentiu”*. O médico foi avisado. Ele mesmo deveria definir o dia para a operação. Dois vizinhos se dispuseram acompanhá-los naquela hora tão difícil.

O difícil dia se aproximava. Na noite anterior, com corações palpitantes, o casal orou, pedindo que Deus conduzisse a mão do médico e levasse tudo ao bom termo. O médico, acompanhado por uma auxiliar, chegou de manhã cedo. Assim, o terrível serviço podia ser iniciado. Assim, o pai relata o que sucedeu com a cirurgia de amputação:

Havia uma grande mesa na sala. Sobre ela a criança foi deitada e anestesiada. Minha esposa queria estar presente. Quando o médico pegou a faca na mão, fui tomado de temor. Estávamos consolados que a cirurgia não demoraria demais. Mas tudo aconteceu diferente. Uma hora havia se passado desde o início do trabalho sangrento. E que longa havia se tornado aquela hora para nós! Apesar disso, o fim não parecia chegar. A gente percebia pelos movimentos e no rosto do médico que a coisa não estava indo bem e que ele não estava seguro daquilo que fazia. Então, enquanto o médico estava no meio do trabalho, a criança começou a se mexer. Ela abriu os olhos e acordou de sua anestesia. Ela gritou de forma que nos comoveu por inteiro. Minha esposa chorou desesperada e clamou: *“Ah, amado Deus no céu, tem piedade! Meu filho! Meu pobre filho!”* Também eu não pude conter minhas lágrimas. O que fazer agora? O médico deixa transparecer seu embaraço em seu semblante. Então ele disse de forma seca e curta: *“Nós não podemos anestesiá-la pela segunda vez, pois ela poderia não resistir. Nós temos que continuar o trabalho sem anestesia. Segurem a criança de forma firme. Eu logo vou terminar [a operação].”* Eu me contive e disse aos homens: *“Segurem firme! Deus queira auxiliar.”*

A triste obra continuou. A mesa está cheia de sangue que corre ao chão. Lágrimas me correm pelo rosto e caem no chão, misturando-se com o sangue de meu filho. Minha esposa está sentada num canto e ora e chora. Nosso pobre filho se contorcia de dores. Meia hora se passa. O membro é amputado, mas a hemorragia não cessa. *“A criança vai nos morrer nas mãos”*, disse eu, *“se a hemorragia não for contida”*. O médico não pode mais fazer nada. Ele passa a falar bastante coisas que a gente não entende. *“Ele lamenta muito, mas ele não poderia mais fazer nada. A criança não tem mais chances.”* Nós também não podemos pensar diferente. Nosso pobre filho está deitado sobre a mesa, pálido como cal na parede. A última gota de sangue parece ter corrido. Ela perdeu a consciência, mas a gente ainda percebe um pouco de vida.

Então alguém diz: *“Não queremos buscar o inglês? Talvez ele ainda pode ajudar.”* Em K., localizada a uma distância de quatro horas, na época morava um médico inglês, um homem já idoso. Se nós tivéssemos ido logo a ele. Esta pessoa não desiste tão cedo. Por isso eu disse sim. Um encilhou o meu melhor cavalo e eu gritei enquanto ia saindo: *“Faça o cavalo correr, dar tudo dele, mesmo que tu o cavalgues até a morte.”* Por volta das 12 horas o vizinho saiu a galope. Se tudo corresse bem, o médico poderia estar conosco

por volta da noite. Foram horas terríveis que tivemos que esperar. Nossa criança estava deitada como morta. Nós a cobrimos e, de tempos e tempos, ouvíamos se ainda se podia perceber vida nela. Se o médico pelo menos vier a tempo! Mais cedo do que imaginávamos, o inglês chegou. Ele examinou a ferida e disse: “*Existe pouca esperança; Deus terá que fazer um milagre.*” Então ele se colocou à obra. Depois de uma hora ele estava pronto. Ele ainda permaneceu uma hora [por lá] e deu várias instruções. Então ele cavalgou até a cidade, para pernoitar lá. Na manhã seguinte, ele apareceu cedo novamente e examinou de novo o ferimento. “*A criança de vocês está salva,*” disse ele; mas eu jamais teria imaginado isso. Então ele cavalgou para casa, e nós tínhamos que enviar recados sobre o estado de saúde [de nosso filho] para ele regularmente. Ele próprio apareceu ainda duas vezes durante as semanas seguintes.

“*A criança de vocês está salva*” – Eu não consigo expressar como esta palavra nos encheu de alegria e gratidão diante de Deus. Aconteceu um milagre. Quem tivesse visto a criança deitada ali como morta, não conseguiria esperar um final feliz! Sempre de novo nós tínhamos que dizer: “*Deus realizou um milagre na nossa criança.*” A ferida curou. Nosso filho naturalmente ganhou uma perna de pau, mas ele novamente ficou saudável e forte e vigoroso como nunca antes. Ele cresceu de forma saudável e feliz e aprendeu a trabalhar com destreza. Ele produz mais do que muitos que têm pernas saudáveis. Com a perna de pau ele foi para frente do altar no dia de sua confirmação para ser abençoado. Nosso coração batia agradecido! Apesar de sua perna de pau, ele encontrou uma menina, que se tornou uma boa e fiel esposa. Agora ele já tem dois filhos. Como o tempo passa! Aquele dia que nos preservou algo tão terrível tornou-se para nós um dia santo, um dia de séria recordação. À tarde, não se trabalha. [Em nossa casa] se reúnem os vizinhos que estiveram conosco naquele dia [terrível]. Nós sentamos juntos e conversamos sobre aquele tempo. E toda vez eu busco a Bíblia e leio o Salmo 118 e todos agradecem e oram juntos.

De forma breve, merecem destaque na narrativa alguns pontos. 1) a Espiritualidade acompanha os pais durante todo episódio: no início recorrem até mesmo a benzedura; ao final, reconhecem este recurso como engano e refugiam-se nos princípios da fé cristã e na Bíblia. 2) A ausência de uma unidade hospitalar, de forma que a cirurgia é realizada na casa do paciente. 3) O descrédito em relação aos “médicos

brasileiros” (só querem o dinheiro). A narrativa, finalmente, aponta para a estigmatização do “médico brasileiro” como “ineficiente” em oposição à eficiência e a espiritualidade do “inglês”. 4) Em decorrência desta estigmatização, percebe-se claramente a construção discursiva de fronteiras étnicas em que, “brasileiro” é “ruim” e o “inglês” (e o alemão!) são bons. Logo, a narrativa precisa ser compreendida no contexto do século XIX, do Brasil Colônia, em que os imigrantes alemães, especialmente teuto-evangélicos, precisam lutar num ambiente desfavorável, católico e luso, em favor da conquista de sua cidadania. Seguindo Norbert Elias, se pode afirmar que na narrativa fica explicitada a luta dos *outsiders* contra os estabelecidos²¹.

Referências bibliográficas

- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 84-154.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pela provincial do Rio Grande do Sul 1812-1884. Belo Horizonte: Avé-Lallemant, 1980.
- ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- Erinnerungen eines deutschen Ansiedlers in Brasilien. **Sonntagsblatt für die evangelischen Gemeinden in Brasilien**, São Leopoldo, ano 12, n. 37, p. 146-147, 12 mar. 1899.
- WACHHOLZ, Wilhelm. “**Atravessem e Ajudem-nos**”; a atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899). São Leopoldo: EST/Sinodal, 2003. 657 p.
- WEBER, Beatriz Teixeira. Fragmentos de um mundo oculto: práticas de cura no sul do Brasil. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

²¹ Cf. ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 20ss.

[<http://www2.prossiga.br/Ocruz/textocompleto/gavea-1.htm>] 20 de maio de 2008.

Capital social: uma prática associativa com reflexos na saúde

Eloir Vial

Lucilda Selli

Introdução

A Conferência Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários já expressava, na época, a necessidade urgente da atenção à saúde do indivíduo/pessoa e das populações humanas. Assim, naquilo que se refere às ações amplas em saúde, na Declaração de Alma Ata encontramos a proposta de cuidados de atenção básica de saúde, vislumbrados como a grande saída para os problemas do setor (BRASIL, 2008). No Brasil, especialmente através do Movimento Sanitário, chega-se à XIII Conferência Nacional da Saúde em 1986, contribuindo decisivamente para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), pela Constituição Federal de 1988. Estes cuidados básicos compreendem uma gama de aspectos, que vão desde os individuais até os coletivos. Nesta trama, um dos determinantes do adoecer humano é o ambiente social. Neste, as relações transitam entre a segurança e a insegurança e são refletidas na saúde, muitas vezes, através das violências. Neste enfoque da violência, a presente pesquisa pretende relacionar a sociedade organizada coletivamente, através do que chamaremos de capital social e, a violência, especificamente, a violência urbana.

Nos primórdios da imigração as comunidades constituíam um forte valor cultural e social em relação às práticas associativas. Com o passar dos anos, os comportamentos foram oferecendo espaços para outras configurações de convivência, voltando-se mais para o individual do que para o coletivo e para o isolamento do que para as inter-relações, especialmente nos centros urbanos, porém, preservando de forma mais branda em localidades interioranas um associativismo nas comunidades, especialmente voltados para os meios de produção. A carência deste associativismo proporcionou distanciamentos coletivos e propiciou o aparecimento de violências, especialmente a violência urbana. A violência constitui um conjunto de agravos complexos e estão entre as principais causas de morte nas sociedades do mundo moderno e do nosso meio. Os investimentos em qualidade de vida exigem a construção de uma cultura de não violência, onde haja a promoção, prevenção e recuperação da saúde através de práticas coletivas/associativas. Para tanto, é relevante que existam debates que apontem para novas estratégias a serem implementadas, tomando-se como prioritárias nas políticas públicas.

O resgate do associativismo

O desenvolvimento desses debates em saúde coletiva, fornecendo espaços para abordagens não-individualizadas, que rompem barreiras disciplinares (WOOLCOCK, 1998), é caminho indispensável na construção das políticas públicas tendo como meio o coletivo/associativo. Uma comunidade organizada, com vistas à redução dos índices de violência, contribui diretamente para que os indivíduos/grupos tenham possibilidade e oportunidade de gastar sua vida, tendo garantido seus direitos e potencializando as qualidades de vida. É instrumento de qualificação dos modos de se viver e se gastar a saúde em sociedade (FRANCO & MERHY, 2003).

O Estado é diretamente responsável nesta construção de políticas públicas para e com a comunidade, uma vez que as relações de construção de uma sociedade se dão a partir da soma das forças civis e do próprio Estado (FRANCO & MERHY, 2003). Nos países onde as forças do capital social estão operantes, onde as formas de associativismo são fomentadas, é percebido e confirmado menores índices de violência, o que contribui para uma melhor qualidade de vida e saúde das populações (ARAÚJO, 2003).

O surgimento de novos são elementos, como o fomento de capital social é importante para a instrumentalização democrática dos Conselhos de Direitos e das Conferências de Políticas Públicas, autorizando o controle social sobre o Estado, interferindo na gestão pública e no (re)direcionamento das Políticas Públicas, para que as ações sejam reflexos das demandas coletivas.

Neste sentido, debater assuntos que outrora não faziam parte de cotidiano, como é o caso da relação entre capital social e violência, oportunizarão problematizações também na comunidade, sendo esta um espaço de trama que possui sistema de valores e códigos que legitimam e dão identidade aos sujeitos (GOHN, 2005). A capacidade de transformar resultados de estudos em construção de políticas públicas permite perceber que as redes e conexões estabelecidas entre indivíduos e comunidades geram condutas de reciprocidade e lealdades potencializadoras de situações de não violência, tornando-se propriedade dos indivíduos e um capital social do coletivo, como outrora veio trazido pelos nossos imigrantes através das comunidades marcadas pelas práticas associativas. É prioridade proporcionar debates desta natureza, os quais apontam caminhos capazes de informar e formar sujeitos e comunidades, na articulação e efetivação de ações de alta prioridade que fortaleçam e produzam capital social e oportunizem soluções para situações de violências vividas pela sociedade.

Dessa forma, resgatar o associativismo como fora no início da imigração é oportunizar a socialização dos espaços de debates e possibilitar que os sujeitos do lugar de onde se olha,

se fala e se produz reflexão, apropriem-se do conhecimento produzido, gerando qualidade e redimensionamento do seu papel como sociedade civil em contínua transformação coletiva (GOHN, 2005).

O objeto do associativismo em saúde: o capital social

O primeiro trabalho importante relacionando capital social com saúde foi conduzido por Durkheim em 1897, no qual apresentava que as pessoas se completam através da participação em grupo (DURKHEIM, 1984). Desta participação, deriva uma reserva de coletividade, portanto, de capital social. Para Simmel (1964), a vida social é constituída de uma série de trocas interpessoais, de favores e informações que são partilhadas em uma rede de obrigações mútuas, onde se institui o capital social. Marx (1967) apresenta o capital social como um produto que se origina na coesão interna dos grupos, numa resposta à exploração e discriminação do capitalismo.

Os conceitos de capital social construído por Bordieu (1986) e Coleman (1988), embora de maneiras distintas, inicialmente, ambos apontam para características que ressaltam sentimentos de reciprocidade nas relações de interação social. Bordieu, (1986), define o capital social como “... a soma dos recursos reais ou virtuais que indivíduos ou grupo de indivíduos adquirem devido ao fato de possuírem redes duráveis de relacionamentos sociais, mais ou menos institucionalizados, de reconhecimento e conhecimento mútuo.” (p.249). Deixa explícito que capital social se refere a indivíduos ou grupos com relacionamentos estáveis. Coleman (1990) popularizou o conceito de capital social pelas suas funções, constituindo-o nos aspectos da estrutura social e, dentro desta estrutura, como facilitador das ações dos indivíduos. O autor define o capital social como os recursos produzidos pela interação social entre os indivíduos ou grupos, que resultam, por exemplo, em confiança e credibilidade. Estes recursos, quando disponíveis, facilitam a ação social, seja dos indivíduos seja de grupos ou comunidades. E quanto maior a produção destes recursos, maior a possibilidade de desenvolvimento destes indivíduos, grupos e comunidades. Coleman destaca que o conceito de capital social não é uma entidade única, ele possui uma variada gama de manifestações que se encontram na estrutura social e que facilitam a ação dos indivíduos, dentro desta estrutura. “Diferentemente de outras formas de capital, o capital social situa-se na estrutura das relações entre as pessoas de uma comunidade. Ele não se encontra nem nos indivíduos nem nos implementos físicos da produção” (p.302). Nessa medida, capital social

diria respeito a características da organização social, como confiança e regras de participação cívica, que contribuiriam para aumentar a efetividade das ações coordenadas na sociedade.

Na avaliação de projetos de desenvolvimentos fomentados pelo Banco Mundial, a partir de 1990, distinguem-se quatro formas de capital: capital natural, ou seja, os recursos naturais do país; capital humano, definido pelos graus de educação, saúde e nutrição das populações; capital financeiro, expressado na produção de bens de capital, infra estrutura, imobiliário, entre outros; capital social, que expressa a capacidade da sociedade estabelecer laços de confiança interpessoal e articular redes de cooperação e associação, em vista do bem comum (ARAÚJO, 2003).

O capital social, segundo Putnam (1996), presente nas comunidades cívicas, atingiu sua maior expressão em sociedades que acumularam certo estoque do mesmo, por meio da socialização de práticas baseadas em regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica que estimularam o estabelecimento da confiança generalizada entre os cidadãos. Robert Putnam (1993/96), em seu estudo sobre a comunidade e democracia na Itália moderna, ressalta a intensa relação entre capital social e cultura cívica, sendo para ele a única forma de capital social. Isto nos impede de detectar outras formas de capital social, principalmente nas esferas da credibilidade e confiança mútua, aspectos que podem estar presentes em comunidades com uma estrutura social sem que deva ter uma tradição cívica mais forte. Baquero (2003) define capital social pelo exercício de empoderamento das populações, no que se relaciona à cidadania, pluralismo e democratização, sendo esta perspectiva um recurso complexo, capaz de explicar e superar os dilemas das ações coletivas. Pattussi et al. (2006), definem capital social como instrumento que favorece o desenvolvimento e a redução de custos nas relações econômicas, relativos à saúde pública, norteados por normas de cooperação e ajuda mútua. Além disso, fortalece a cidadania e a participação política e o associativismo, implicando diretamente a prevenção do crime e posturas de comportamentos saudáveis.

Os elementos ou construtos do capital são apresentados por vários autores que os abordam de forma entrelaçada, descrevendo-os como: confiança, solidariedade, reciprocidade, suporte social, apoio social, controle social informal, eficácia política, bem comum, engajamento cívico, segurança, ação e participação. No conjunto, são todas as bases da composição que levaria ao associativismo (Bordieu, 1986; Coleman, 1988/90; Putnam, 1993/96; Canadá, 2003; Szreter e Woolcock, 2004; Pattussi et al, 2006).

Violência urbana

Violência é um comportamento que causa dano à outra pessoa, ser vivo ou objeto. Nega-se autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo a vida de outro. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado. O termo deriva do latim *violentia* (que, por sua vez, é qualquer comportamento ou conjunto que deriva de vis, força, vigor); aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa ou ente. Michaudt (1998) considera que frente à violência, se deve levar em conta as normas que nos fazem ver quão violentas ou não, certas ações e situações são. Essas normas, ou ao menos certo número dentre elas, variam no tempo - historicamente - e de cultura. A violência é entendida como uma transgressão de direitos humanos. Fenômeno complexo ou fato social total, polissêmico, onde, só pode ser entendido e abordado em rede ou de modo interdisciplinar (MINAYO, 2000).

Assim, a violência diferencia-se de força, mas são palavras que se costuma aproximá-las na língua e pensamento cotidiano. Enquanto que força designa, em sua acepção filosófica, a energia ou "firmeza" de algo, a violência caracteriza-se pela ação corrupta, impaciente e baseada na ira, que não convence ou busca convencer o outro, simplesmente o agride. Existe violência explícita, quando há ruptura de normas ou moral social estabelecida a esse respeito, varia entre sociedades, ou seja, não é um conceito absoluto. Tomamos como exemplo os rituais de iniciação. Estes podem ser encaradas como violentos por umas sociedades, mas não por aquelas que o praticam.

Mas para entender violência em suas raízes, é necessário perceber a sua complexidade, compreendendo a sua historicidade e as múltiplas terminações, pois é um fenômeno que se produz e se reproduz num espaço e ordem social. Investigar as relações que se estabelecem entre violência e desigualdades sociais revela quanto o tecido social está sensível às tensões e confrontos que, no passado, não convergiam tão brutalmente para um desfecho fatal. Portanto, a pobreza e a desigualdade sociais não são as únicas explicações capazes de dar conta do fenômeno da violência (ADORNO, 1994/95; ZALUAR, 1998; SILVA, 2007), pois elas temperam as múltiplas formas de violência na sociedade contemporânea e remetem diretamente a uma violência estrutural (SILVA, 2007).

Michaudt (1989) apresenta que ocorre violência: *“... quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.”*

A Organização Mundial da Saúde - OMS (2002) conceitua violência como o uso deliberado da força física ou do poder, sejam eles efetivos ou na forma de ameaças. É aplicado tanto para si próprio como para outra pessoa, um grupo ou comunidade, que cause ou tenha a probabilidade de causar lesões, morte, danos psicológicos, transtornos ao desenvolvimento pessoal e social ou privações do atendimento às necessidades. Os atos violentos podem ser de natureza física, sexual, psicológica, econômica e institucional (incluídas também a negligência, carência ou abandono).

As características sociais e organizacionais das vizinhanças demonstram variações nas taxas dos crimes. As habilidades em concretizar valores comuns e manter controles sociais efetivos são fontes de variações da violência na vizinhança. A disponibilidade dos residentes locais de intervir para que o bem comum seja uma preocupação do coletivo, tem a ver com graus de confiança e solidariedade exercidos e aprofundados entre os vizinhos (SAMPSON, RAUDENBUSH, EARLS, 1997).

Portanto, ter uma eficácia coletiva imprime aos residentes decisivas atitudes de inibir as ocorrências de violência pessoal e intersubjetivas nas vizinhanças urbanas. O que acontece na vizinhança são, em suma, questões que se moldam pelos fatores socioeconômicos e habitacionais. A implicação das comunidades na mobilidade à não violência são estratégias de controle social informal, que oportunizam mudanças e reconhecem na eficácia coletiva, importante construto para elevar os níveis de confiança e reciprocidade (SAMPSON, RAUDENBUSH, EARLS, 1997). No período de imigração e pós-imigração, as vizinhanças conservavam tradições associativas que se refletiam na comunidade através daquilo que hoje estamos chamando de capital social.

Entretanto, a urbanização acelerada não propiciou que práticas sociais de tolerância e civilidade fossem difundidas em maior grau e intensidade nos espaços urbanos das cidades. A ausência da socialização e de negociações torna a violência uma caracterização do mundo urbano cosmopolita (ZALUAR, 2007). Após 1968, a pedido do presidente americano Lyndon Baines Johnson, foi formada uma comissão chamada Kerner, onde o sociólogo afro-americano Kenneth Clark declarou ao ler o relatório de motins em Chicago de 1919, que era como se ele estivesse lendo o relatório da Comissão de investigação das desordens no Harlem de 1935, o relatório de investigação daquelas de 1943, o relatório da Comissão McCone sobre os motins em Watts. Ainda acrescentou, de forma perplexa aos membros da Comissão, que seria como se acreditaria em 'Alice no País das Maravilhas', com o mesmo filme que nos é eternamente passado: mesma análise, mesmas recomendações, mesma inação (BODY-

GENDROT, 1998). Neste pronunciamento chamou atenção para três grandes características do que se chama ‘violência urbana’:

1. Sua antiguidade relativa, como nos Estados Unidos da América;
2. Sua irrupção esporádica em períodos e em cidades diferentes;
3. A incapacidade aparente das autoridades para compreendê-las, e assim combatê-las.

Se a primeira característica deve ajudar os historiadores a defini-la, ela parece imperceptível no exame das duas outras. Seu caráter eminentemente eruptivo e os supostos erros das autoridades públicas em procurar delimitá-la e circunscrevê-la impedem finalmente de definir com precisão o problema. Para contornar a dificuldade de delimitação do objeto e evitar o longo prazo de análise, autores do assunto usam uma definição limitada do fenômeno que corresponde somente à sua forma mais recente, aquela que examina as últimas décadas, menos, os últimos anos. Assim, Sophie Body-Gendrot (1998) afirma que o termo ‘violência urbana’ tem a ver com atitudes organizadas de jovens que agem coletivamente contra os bens e as pessoas, geralmente ligadas a instituições. Entretanto, esse conceito é muito preconceituoso, desqualifica os jovens e os criminaliza. O que se vem experimentando na sociedade brasileira com a abertura do regime militar, são quatro tendências relativas à violência: o crescimento da delinquência urbana e homicídios dolosos; a emergência da criminalidade organizada; as violações aos direitos humanos e os conflitos nas relações intersubjetivas (ADORNO, 2002).

Considerações finais

Seria válido fomentar o capital social (formas de associativismo) com vistas à redução da violência urbana?

Em 1897, Durkheim já argumentava que altas taxas de suicídio tendiam a ocorrer em grupos mais isolados socialmente. Desde então, uma grande variedade de estudos tem demonstrado que estes indivíduos socialmente isolados possuem um maior risco de mortalidade, doenças cardiovasculares, doenças do trato urinário, câncer, estresse, problemas mentais, acidentes e suicídios (BERKMAN; GLASS, 2000). Similarmente, capital social tem sido associado a vários desfechos de forma positiva, incluindo: saúde oral (PATUSSI, et al. 2001; PATUSSI, 2004), mortalidade, expectativa de vida, problemas comportamentais, problemas mentais, uso dos serviços de saúde, atividade física, tuberculose, baixo peso ao nascer, alcoolismo, uso de medicamentos, uso de serviços de saúde, gravidez na adolescência,

autopercepção de saúde e violência (MACINKO e STARFIELD, 2001; HAWE e SHIELL, 2000; KAWACHI e BERKMAN, 2000; KAWACHI, et al. 2004).

Diversas pesquisas sobre capital social indicam que o mesmo constitui-se como importante determinante de saúde. É observado que em sociedades com altos níveis de capital social, as mesmas parecem ser mais igualitárias, as pessoas serem mais envolvidas na vida pública comunitária, mais solidárias, maior expectativa de vida e menos violentas (usam mecanismos sociais para fazer frente às violências), ocorrem menores taxas de mortalidade e morbidade e, avaliam melhor a sua própria saúde (WILKINSON, 1996).

"Parece que quanto mais cívica for uma comunidade, mais abertos e democráticos tenderão a ser os processos de decisão pública e de controle social", afirma Putnam (1996:133). Nessas comunidades, os cidadãos apresentariam maiores interesses pelas questões públicas, se manteriam unidos por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e a cidadania política implicaria direitos e deveres iguais para todos. A literatura aponta sobre relações fundamentais na construção social das populações, a partir das relações entre Capital Social e Violência Urbana. Estas relações voltadas para a prosperidade econômica e para o desenvolvimento sustentável se apresentam como diferencial na melhoria das esferas da saúde, educação, meio-ambiente e, segurança pública, dentre outras (PATTUSSI et al, 2006).

Referências bibliográficas

- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**. n.8. Porto Alegre, jul/dez. 2002. Disponível em:
<[HTTP://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200005&ln...](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200005&ln...)> Acessado em: 06 jun. 2008.
- _____. Crime, justiça penal e igualdade jurídica: os crimes que se contam no tribunal do júri. **Revista USP**, São Paulo, mar/mai. 1994. 21:133-51.
- _____. Discriminação racial e justiça criminal. **Novos estudos**: Cebrap. São Paulo: Cebrap, nov. 1995. 43:45-63.
- ARAÚJO, M. C.S.D'. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.
- BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, 2003. 21:83-108.
- BERKMAN, L.F.; GLASS, T.A. **Social integration, social networks, social support, and health**. In: BERKMAN, L.F.; KAWACHI, I., editors. *Social epidemiology*. New York: Oxford University Press, 2000. p.137-73.

- BODY-GENDROT, S. L'insécurité. Un enjeu majeur pour les villes. **Sciences Humaines**. n.89, dez. 1998.
- BORDIEU, P. The formas of capital. In: Richardson J, editor. **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press; 1986. p.241-58.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/pesquisa>> Acesso em: 10 jul. 2008.
- _____. Direitos Humanos. **Carta de Alma Ata**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/saude/almaata.htm>> Acesso em: 25 jul. 2008.
- CANADA. Social capital workshop 2003. **Concepts, measurement and policy implications**. Policy Research Initiative. Social capital as a public tool, 2003.
- COLEMAN, J.S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, 1988. 94:95-121.
- _____. Social capital in: Coleman J.S., editor. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990. p.300-21.
- DURKHEIN, E. [1897] **Suicide**: a study in sociology. London: Routledge & Kegan Paul, 1970.
- _____. **The division of labour in society**. New York: Free Press, 1984.
- FRANCO, T B.; MERHY, E.E. Programa de saúde da família (PSF): contradições de um programa destinado à mudança do modelo tecnoassistencial. In: MERHY, Emerson Elias (org.). **O trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano**. São Paulo: Hucitec, 2003. p.55-124.
- GOHN, M.G. **O protagonismo da sociedade civil**. Movimentos sociais, ONGS e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época, v.123).
- Hawe, P; SHIELL, A. **Social capital and health promotion**: a review. *Social Science & Medicine* 2000. 51:871-85.
- KAWACHI, I; BERCKMAN, LF. Social cohesion, social capital and health. In Berkman LF, Kawachi I, eds. **Social epidemiology**. New York: Oxford University Press, 2000. p 174-90.
- _____; KIM, D; COUTTS, A. Subramanian SV. Commentary: Reconciling the three accounts of social capital. **Int. Journal of Epidemiologia**. 2004. 33:682-90.
- MACINKO, J.; STARFIELD, B. **The utility of social capital in research on health determinants**. *The Milbank Quarterly*, 2001. 79:387-427.
- MARX, K. **O Capital**. New York: International Publishers, 1967.
- MICHAUD, Y. **A Violência**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. La violence. Une question de normes. **Sciences Humaines**. n.89, dez. 1998.

MINAYO, M.C.S. (Org). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). **Informe mundial sobre La violencia y la salud: resumen**. Washington, DC: OMS, 2002.

PATUSSI, M.P.; MARCENENS, W.; CROUCHER, R.; SHEIHAM, A. Social deprivation, income inequality, social cohesion and dental caries in Brazilian school children. **Social Science & Medicine**, 2001. 53:915-25.

_____. **Neighbourhood social capital and oral health in adolescents**. 2004.

Department of Epidemiology and Public Health. University College London. PhD Thesis.

_____. MOYSÉS, S.J.; JUNGES, J.R.; SHEIHAM, A. Capital social e a agenda de pesquisa em epidemiologia. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, ago. 2006. 22(8):1525-46.

PUTNAM, R.D. **The prosperous community: social capital and public life**. The American Prospect, 1993. 13:35-42.

_____. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SAMPSON, R.J.; RAUDENBUSH, S.W.; EARLS, F. Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. **Science**, 1997. 277:918-24.

SILVA, J.F.S. O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez Editora, mar./mai., 2007. 89:130-54.

SIMMEL, G. The metropolis and mental life. In: Wolff KH, editor. **The sociology of Georg Simmel**. New York: Free Press, 1964. p.409-24.

SZRETER, S.; WOOLCOCK, M. Heath by association? Social capital, social theory, and the political economy of public health. **Int. Journal of Epidemiologia**. 2004. v.33, n.4:650-67,700-4.

WILKINSON, R.G. **Unhealthy societies**. The afflictions of inequality. London and New York: Routledge, 1996.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, 1998. 27:151-208.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba. Os enigmas da violência no Brasil. In: **História da vida privada no Brasil**. (Schwarcz, L., Org). São Paulo: Cia das letras, 1998. v.4.

Recuperação do acervo da Sociedade de Beneficência Portuguesa de Porto Alegre
- Subsídios para a história da saúde e do associativismo no Rio Grande do Sul -

*Paulo Roberto Staudt Moreira**

*Cristiano Enrique de Brum***

*Daniel Oliveira***

*Lenon Diero Rocha Faleiro***

*Natália Müller Bona***

Histórico da Sociedade e Hospital Beneficência Portuguesa de Porto Alegre

No intuito de manter unida a comunidade portuguesa no Brasil pós-independência, os portugueses residentes deste país tomaram a iniciativa de criar hospitais em qualquer local onde houvesse uma comunidade de seus patrícios, amigos ou descendentes. As origens da idéia de se fundar em Porto Alegre uma entidade filantrópica portuguesa, nos remete a 1845. No entanto, apesar da idéia ter sido bem recebida pelo Vice-Presidente em exercício da Província, o projeto foi temporariamente abandonado, pois devido à recém terminada Revolução Farroupilha (que por sua vez havia hostilizado o Partido Restaurador, composto em grande parte por portugueses), fez com que o mesmo fosse envolvido por uma série de suspeitas e hesitações políticas.

Já em 1854, com a morte da Rainha de Portugal D. Maria II, irmã de D. Pedro II, a cidade de Porto Alegre (ou pelo menos a comunidade portuguesa) foi tomada por grande comoção, sendo organizadas diversas homenagens à falecida soberana. Neste clima favorável à comunidade portuguesa, com o auxílio da imprensa, ressurgiu a idéia de se criar em Porto Alegre uma entidade assistencialista formada por portugueses, como assim já ocorria em outros locais do Brasil. Desta forma, em 26 de fevereiro de 1854, em uma sala da Santa Casa de Misericórdia, o vice-cônsul honorário de Portugal juntamente com outros membros da elite portuguesa da época, residentes no Rio Grande do Sul, fundam a Sociedade de Beneficência Portuguesa, colocada sob a proteção do El-Rei D. Fernando de Portugal.

No fim do primeiro ano de existência já estavam associadas 557 pessoas. De início, a Sociedade não dispunha de sede própria, e estabeleceu-se um contrato com a Santa Casa para atendimento de seus doentes. Com o crescimento do fundo dos associados, em 1858 foi comprada uma casa na antiga Rua da Figueira, onde foi montado um pequeno hospital. Com o surto de cólera

* Professor e pesquisador do Programa de Pós Graduação-História/UNISINOS; integra o corpo de funcionários do Arquivo Histórico do RS e coordena o projeto de higienização e organização do acervo da Sociedade de Beneficência Portuguesa de Porto Alegre/MUHM.

na cidade em 1867, verificou-se a necessidade de construção de um espaço maior, que suportasse a demanda de atendimentos. Desta forma, foi obtido, através de doação, um terreno no antigo Caminho da Aldeia, a atual Avenida Independência. A pedra fundamental do novo edifício, que até hoje é um dos marcos arquitetônicos da capital, foi lançada em 29 de junho de 1867, e teve sua inauguração em 29 de junho de 1870. No início de 1871 ficou pronta a primeira capela, no interior do prédio, e em 1872 foi entronizado o Padroeiro, São Pedro.

Após a mudança para a nova sede, a Beneficência Portuguesa não cessou de ampliar sua presença na sociedade gaúcha. Em 1884, participou do movimento local de emancipação de escravos, doando muitas cartas de alforria. Cresceu o número de atendimentos, de associados e o volume de seu patrimônio, aumentado com doações em forma de imóveis, heranças, loterias especiais e outras fontes. Em 1892, foram feitas melhorias nas instalações, sendo criadas salas para consultórios e uma farmácia. Em 1900, a Sociedade estava em ótimas condições, com um considerável patrimônio, muito bem avaliado e sem ter nenhuma dívida. Em 1907, foi adquirido um terreno para criação de um cemitério destinado aos associados, junto ao Cemitério São Miguel e Almas, consagrado em 1909. Neste mesmo ano foram reformadas as salas de cirurgia, os encanamentos de água e gás, e instalada a lavanderia. Em 1911 foi criada a enfermaria feminina e instalada a luz elétrica.

Em 1923, a administração interna do Hospital foi entregue às irmãs da Divina Providência, dando início a uma nova fase no funcionamento da entidade. Em 1928, foi inaugurada uma nova ala, com os Gabinetes de Radiologia e Diatermia, um consultório e duas novas salas de operação. Em 1936, foi aberta outra dependência, onde se estabeleceu a maternidade. Em 1937, foi adquirida uma extensa área de terra em Gravataí, onde foi construída uma granja e também instalado o Retiro da Velhice. Em 1950, foi criado um novo bloco, uma maternidade moderna, consultórios, novas salas de cirurgia e uma grande cozinha.

Em 1951, a Beneficência Portuguesa teve os seus serviços na área neurológica reconhecidos como exemplo de excelência no Brasil e no exterior. Em 1952, foram adquiridos novos terrenos e inaugurado o Instituto de Radioterapia. Desde então, o complexo tornou-se um dos hospitais mais importantes da cidade, tendo sido na década de 50 a maternidade mais procurada de Porto Alegre. Passou também a receber pacientes encaminhados dos hospitais Conceição e Clínicas, desafogando estes centros de saúde.

Ao iniciar o século XXI, sua situação de penúria chegou ao extremo, mas, apesar das dificuldades imensas, em 2003, o Hospital foi destacado com o segundo lugar em bom atendimento no Rio Grande do Sul. Porém, em 2007, teve sua execução decretada pelo INSS, devendo ser

** Graduandos em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

leiloado, mas o processo foi revertido judicialmente. Sua condição é delicada, com uma dívida de cerca de 18 milhões de reais. A Sociedade é uma instituição filantrópica e se organiza através de uma assembléia geral, que é soberana, um conselho deliberativo, um conselho fiscal e uma diretoria, além de um corpo de associados de aproximadamente três mil contribuintes.

Localização e condições do acervo da Sociedade: o estabelecimento do Convênio

Durante o processo de instalação do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM/SIMMERS) no prédio histórico do Hospital da Beneficência Portuguesa de Porto Alegre, foi localizada no porão desta instituição, em péssimo estado de conservação, a documentação que constitui o acervo da Sociedade e Hospital Beneficência Portuguesa. Documentação que remonta a história da instituição desde a metade do século XIX até o final do século XX.

Neste contexto, no dia 25 de outubro de 2007, o Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM) assinou um convênio com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), juntamente com o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), tendo como finalidade a recuperação da documentação histórica da Sociedade e Hospital Beneficência Portuguesa. Este convênio conta com a participação voluntária de alunos de graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, que realizarão a higienização, transcrição paleográfica e a organização do acervo, visando o acesso desta documentação aos pesquisadores.

No mês de novembro de 2007, com o trabalho do grupo de alunos voluntários, sob a orientação do Professor e Historiador Paulo Roberto Staudt Moreira, foram iniciados os trabalhos de higienização e organização do acervo da Sociedade e Hospital Beneficência Portuguesa, que estão sendo realizados no interior deste hospital. Até maio do ano de 2008, o local em que se realizavam os trabalhos era a histórica Capela São Pedro, de 1871. Porém, devido aos interesses da administração do Hospital em reativar a Capela para cerimônias religiosas, o projeto de higienização e organização do acervo foi fisicamente alocado, desde o mês de junho, em algumas salas de um corredor abandonado, na ala sul do prédio, próximo ao antigo e também histórico Salão Nobre da Sociedade.

Este convênio firmado entre a UNISINOS, MUHM e o AHRS também possibilitou aos alunos da graduação em História um importante contato com fontes primárias, com as técnicas de preservação de documentos e o importante aprendizado de algumas noções de arquivística e museologia. Não são raras as vezes que observamos alunos de graduação em história concluir seus cursos sem ao menos visitar um arquivo histórico, sem ter contato prático com alguma documentação histórica. Muito mais raras são as chances de estudantes de graduação participarem

do processo de higienização e organização de um acervo (acompanhando-o desde seu início até o seu final), constituído de documentação primária inédita para pesquisa. Desta forma, este convênio, além de possibilitar a experiência prática de se trabalhar com documentação histórica, adquirida através do contato e da higienização dos documentos e da identificação das diversas possibilidades de pesquisa que este enorme acervo pode dar acesso, também possibilitou o despertar dos estudantes para a importância da preservação do patrimônio documental.

Preservação dos documentos: etapas do trabalho de recuperação do acervo

A preservação e a vida útil de documentos dependem de uma série de fatores, tais como armazenamento adequado e o reparo de possíveis danos. Mas antes de qualquer ação, é necessária a realização da higienização destes documentos. A higienização deve ser realizada periodicamente e de acordo com a necessidade de cada documento, levando em consideração a composição do material que é constituído, e também, o estado de preservação em que se encontram. No trabalho que está sendo realizado com a documentação da Sociedade e Hospital Beneficência Portuguesa, o tipo de higienização que está sendo desenvolvida é a mecânica a seco, com a utilização de trinchas, panos macios, e eventualmente, estiletes e bisturis, para a retirada de sujidades que não saem tão facilmente. Os corpos estranhos ao documento, como grampos metálicos, insetos, entre outros, também são removidos nesta etapa. Felizmente, apesar do mau acondicionamento em que se encontrava o acervo, foi constatado que o estado de preservação dos documentos é favorável para que, após o processo de higienização e organização, sejam disponibilizados para futuras pesquisas. Os aspectos teóricos e metodológicos deste projeto estão sendo buscados junto à Arquivística, Museologia e História, disciplinas responsáveis pela preservação do patrimônio cultural em seus diversos suportes.

Visando uma maior vida útil e a organização do acervo da Sociedade e Hospital Beneficência Portuguesa, serão cumpridas algumas etapas, previstas no convênio:

- Limpeza: é realizada a avaliação do estado em que se encontram cada um dos documentos. De acordo com o estado de preservação em que se encontra o documento e o tipo do material de que ele é constituído, é realizado o trabalho de higienização, de acordo com as necessidades e possibilidades verificadas;
- Transcrição paleográfica: no decorrer do processo de higienização, está sendo realizada a transcrição paleográfica de alguns códices, escolhidos por ordem de sua importância na história da instituição;
- Arranjo: trata-se da organização do acervo na qual, após a sua finalização, estará

disponível para pesquisa ao público interessado, nas instalações do MUHM.

Possibilidades de Pesquisa

O acervo que está sendo recuperado e organizado é constituído por uma grande quantidade de códices, livretos de balanços anuais, diplomas de sócios, correspondências, além de uma série de documentos avulsos das mais variadas espécies. Esta vasta documentação poderá, através de suas informações, remontar minuciosamente a história da Sociedade Beneficência Portuguesa: sua criação, administração, seu quadro social, participação dos sócios etc. Isto tudo, desde a sua fundação, ocorrida no ano de 1854, até as últimas décadas do século XX.

Eis alguns exemplos de códices encontrados:

- Livros Ata: nestes livros ficaram registradas as reuniões realizadas entre os principais membros do quadro administrativo do Hospital e da Sociedade. Através destes livros é possível colher as mais diversas informações relativas ao funcionamento do Hospital, suas aquisições materiais, situação financeira, processos internos investigativos referentes a acontecimentos (das mais diversas naturezas) ocorridos no interior do Hospital, posição dos altos membros da Sociedade e a administração da mesma, frente às mudanças na sociedade brasileira e porto-alegrense no decorrer dos anos etc.;
- Livros caixa: nestes códices é possível encontrar informações referentes às movimentações financeiras da Sociedade e Hospital;
- Livros dos Sócios: contém a listagem das pessoas que integravam a Sociedade Beneficência Portuguesa, bem como dados de suas respectivas funções junto à Sociedade, local de residência, idade, nacionalidade, entre outras informações;
- Tratamento aos doentes: medicamentos utilizados, alimentação e higiene;
- Relação dos entrados na enfermaria: nele encontramos as doenças dos pacientes, bem como a evolução do seu quadro clínico;
- Livros das Sepulturas/Cemitério: constam as listagens das sepulturas e dos arredamentos (lotes do cemitério da Sociedade Beneficência Portuguesa).

Em todos estes documentos temos incluídos em suas informações diversos aspectos da vida social Rio-Grandense. Essas informações nos trazem a organização administrativa da instituição, a sua finalidade, aspectos da relação estabelecida entre Brasil e Portugal após a independência e é claro, o associativismo da comunidade portuguesa em Porto Alegre e também, no Rio Grande do Sul. Observando alguns documentos do acervo, constatamos que no início de sua história, em seu primeiro livro de sócios, a Sociedade de Beneficência de Porto Alegre contava com uma grande

quantidade de sócios residentes em Pelotas e Rio Grande, cidades estas que, posteriormente, por iniciativa dos portugueses lá residentes, criaram suas próprias sociedades de beneficência.

É possível também, a partir deste acervo, colher informações sobre quais eram as doenças mais comuns que atingiam a população Rio-Grandense; quem eram os internados (sua nacionalidade [nos registros são encontrados imigrantes de vários países do mundo, tais como franceses, alemães, italianos, entre outras nacionalidades], sexo, idade, entre outros dados); qual o tratamento e alimentação oferecidos aos doentes; qual era o tempo de reabilitação dos internados, e também, sendo possível analisar a própria evolução da medicina e de suas técnicas, entre outras informações referentes à história da medicina.

Encontrar-se-ão, também neste acervo, dados sobre a história social do trabalho livre e escravo (funcionários do Hospital, serviços de terceiros, e também, escravos que eram utilizados para prestar serviços à Sociedade/Hospital); dos salários; dos custos com alimentação, remédios, roupas; das práticas funerárias; da organização das elites, entre outros. Dessa forma o presente trabalho possibilitará aos interessados, o acesso a uma série de temáticas potenciais de pesquisa, que poderão ser contempladas pela análise deste acervo.

Referências bibliográficas

- BECK, I. *Manual de preservação de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.
- BECKER, Howard S. *Falando sobre a sociedade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida & BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- CANADÁ. Arquivo Público. Departamento de Administração de Arquivos Correntes. *Arquivos correntes: organização e funcionamento*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975 (1ª ed. original 1969) (Publicações técnicas, 35).
- COSTA, M. F. *Noções básicas de conservação preventiva de documentos*. Disponível em: <http://www.bibmanguinhos.cict.fiocruz.br/normasconservacao.pdf> Acesso em: 25 de abril de 2008.
- CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). *Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1994.

CPDOC. *Metodologia de Organização de Arquivos s adotados para a organização de arquivos privados*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1994. *Pessoais - A Experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1998.

GOMES, S. C.; MOTTA, R. T. *Técnicas alternativas de conservação: recuperação de livros, revistas, folhetos e mapas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

PALETTA, F. A. C.; YAMASHITA, M. M. *Manual de higienização de livros e documentos encadernados*. São Paulo: Hucitec, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica Editora, 2005..

SCHELLENBERG, T.R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. 2a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

Parteiras em Caxias – 1900 a 1930

*Caren Daiane da Silva**

*Lucas Caregnato**

Este ensaio trata da profissão de parteira em Caxias, usando como fontes memórias e documentos do Arquivo Histórico João Spadari Adami.

A formação econômico-regional da antiga Região Colonial Italiana tem início em 1875 com a organização e o povoamento das Colônias Caxias, Conde D’Eu e Dona Isabel. A região foi povoada por imigrantes europeus, italianos em sua maioria, de acordo com a política de terras, Lei 601, de 1850. O sistema de terras instalado foi o de glebas contínuas cujo módulo médio tinha de 25 a 35 hectares. Cerca de cinco mil famílias de colonos foram estabelecidas nas 32 léguas em quadro das colônias. Na Colônia Caxias, havia 2.700 lotes e nas de Dona Isabel e Conde d’Eu 5 mil lotes. Os lotes foram rapidamente vendidos, e a ocupação foi realizada em menos de uma década. As terras ocupadas passaram a produzir e, em pouco tempo, ocorreram a colheitas de culturas temporárias e em pouco mais de três primeiros anos foram feitas às colheitas das culturas permanentes.

A produção das colônias organizadas a partir do trabalho familiar possibilitou não só a sobrevivência do grupo como o excedente da produção para o mercado. As colônias atraem comerciantes de outras regiões do Rio Grande do Sul, pois a vinda de milhares de imigrantes temporários e, em pouco mais de três primeiros anos, foram feitas colheitas de culturas permanentes.

A produção das colônias, organizadas a partir do trabalho familiar, possibilitou não só a sobrevivência do grupo como registrar excedente da produção para o mercado. As colônias atraem comerciantes de outras regiões do Rio Grande do Sul, pois a vinda de milhares de imigrantes garantia o consumo. Contratos firmados entre o governo e os comerciantes previam a troca dos vales, fornecidos pelo governo e recebidos pelos colonos, por gêneros alimentícios. Os comerciantes habilitados deveriam fornecer os produtos necessários para a alimentação dos colonos. O comércio começou, assim, com a chegada dos primeiros imigrantes em 1875; foi incrementado com os produtos coloniais que passaram a abastecer o mercado provincial.

*Graduada em História, pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista BIC/UCS.

*Pós-Graduando no curso de Especialização em História Regional da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

O sucesso da ocupação das terras, postas à venda nas colônias, fez com que o governo abrisse novas frentes, ultrapassando a barreira do rio das Antas. A primeira a ser formada na margem esquerda do rio foi a de Antônio Prado e, a seguir, a de Alfredo Chaves; nas duas colônias, mais de 5.000 lotes foram vendidos e o mercado das terras foi a primeira forma de acumulação de capital na região. O comércio das terras devolutas e das sesmarias, postas à venda, movimentou grande capital, o que levou mais tarde os colonos a organizarem uma centena de companhias de colonização. O capital proveniente do comércio das terras, na maior parte, foi reaplicado na terra.

Com a emancipação das colônias, a organização da economia e das relações sociais na região se tornou complexa. Em 1884, a Colônia Caxias é emancipada, tornando-se o 5º Distrito de São Sebastião do Caí, e, em 1890, torna-se município autônomo. Fruto do excedente da produção agrícola, aos poucos, há um desenvolvimento do comércio, que vai gerar lucro aos colonos e servir como catalisador para um segundo processo de industrialização, *iniciado na última década do séc. XIX*.¹ Em 1899, é possível perceber um significativo número de empresas na região, com um total de 223,² em áreas diversas, como serrarias, curtumes, moinhos, entre outros.

Porém, apesar do visível desenvolvimento econômico no qual o município de Caxias do Sul estava inserido, são perceptíveis as incipientes condições de infra-estrutura, para que essa população fosse assistida em diversas áreas vitais, como é o caso da saúde. Até a década de 30, havia dois pequenos hospitais que prestavam serviços ao município e à região: o Hospital Pompéia e o Hospital Carbone. Essas duas unidades de saúde deveriam atender às necessidades em saúde, nas mais diversas áreas, demanda que crescia com o aumento populacional, como é possível perceber na tabela 1 abaixo:

Anos	População total	População urbana
1900	24.997	2.500
1910	23.965	3.742
1920	33.773	7.500(*)

¹ GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: UCS/ EST, 1977. p. 75.

² Ibidem, p. 74.

1930	32.622	9.975
1940	39.500	20.123

Fontes: Censos Demográficos do IBGE. SA Men de. Aspectos econômicos da colonização italiana no RS. *Álbum comemorativo ao 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950. p. 79; DALLA VECCHIA, Marisa Formolo, et. al. *Retratos de um saber*. Porto Alegre: EST, 1998. p. 31.³

O aumento da população no município, somado ao pequeno número de hospitais e profissionais da área de saúde, obrigou aos colonos e seus descendentes a criar maneiras alternativas para sanar essa carência. Dentre essas, uma das principais era a *substituição* de médicos por parteiras. Estas estiveram presentes no cotidiano dos colonos, devido ao grande número de filhos que nasciam nas famílias. O grande número de filhos que as famílias buscavam visava a aumentar a renda por meio do aumento da mão-de-obra familiar.

Embora houvessem pessoas se dedicando a de práticas de cura, como os *giusta ossi*, e as benzedadeiras, as parteiras eram mais importantes para as mulheres, pois, além de se dedicarem aos partos, conheciam remédios para as “moléstias de senhoras”.⁴

As parteiras conviviam com as mulheres no período da gestação e amamentação, numa relação muito próxima. Como as mulheres não tinham conhecimento sobre questões relacionadas ao próprio corpo, cabia às parteiras explicar e ensinar sobre as dificuldades e os desconfortos, de tal modo que elas pudessem compreender. Os “incômodos do útero”, tratados pelas parteiras, podiam significar diversas doenças, desde as venéreas até simples inflamações, sem apresentar diagnóstico preciso. Mas o maior “incômodo” era a gravidez não desejada e, em geral, as parteiras faziam abortos; exemplos dessa prática existem na imprensa.

“[...] foi decretada a pronúncia da Ré Florentina Pretto. Acusada de haver provocado aborto em Rosalina, que faleceu, a 18 de julho deste ano, nesta cidade, em consequência de uma peritonite das manobras abortivas feitas por essa parteira.

³ MACHADO, Abel M. Trabalho e excedente na origem de uma cidade. *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. VI, nº 119 (50), 2002.

⁴ Segundo a pesquisadora Loraine Slomp Giron, esse termo era popularmente utilizado para designar gravidez indesejada.

Florentina acha-se presa na cadeia local e, possivelmente, será julgada na próxima reunião do júri.⁵

Com as mulheres, mães, as parteiras compartilhavam, com uma intimidade, as dificuldades femininas, sendo companheiras e confidentes e, por isso, mais aceitas que os médicos no atendimento de seus problemas. As jovens que tivessem dado o “mau passo” e engravidassem fora do casamento era à parteira que a mãe recorria para solucionar o problema.

Primeiros dados sobre parteiras de Caxias aparecem no *Jornal Cosmopolita* de 1902, em que há um anúncio de serviços de parteira prestados pela senhora Filomena Lerner Spinato, que residia na Rua Sinumbu e que havia se formado no Curso de Parteiras, pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre. É possível constatar a importância que seus serviços tinham para a comunidade, na análise de um anúncio de serviços, já no início do século XX.

Outro fator que cabe ser salientado é a constatação de que Filomena teria se formado em Porto Alegre. No Arquivo Municipal João Spadari Adami, há o diploma de parteira, que lhe conferia o título de parteira pela Faculdade de Medicina.

O diploma foi requerido a treze mulheres, como é possível constatar em levantamento realizado pelo Departamento Estadual de Higiene e Saúde Pública de Caxias do Sul, na década de 30; e algumas mulheres da sociedade caxiense inseriram-se no curso de parteiras realizado em Porto Alegre. O Estatuto da Faculdade Livre de Medicina de Porto Alegre informa sobre as exigências para o ingresso no curso de parteiras:

Curso de Obstetrícia

Art. 15º - São exigidos para este curso os seguintes preparatórios: Português (leitura e interpretação), Arithmetica elementar até a regra de três;

Art. 16º - O curso de obstetrícia, exclusivamente feito para pessoas maiores do sexo feminino...

O curso recebia o nome de Curso de Obstetrícia, por ocasião da criação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Seu objetivo era formar mulheres parteiras, o que foi uma forma de normatizar de uma prática comum, que ocorria na região colonial, desde os primeiros anos do povoamento. Quem realizava os partos das *colonas* eram parteiras práticas, como é o caso de Ana Rech:

⁵ “Ré pronunciada”. *Jornal O Momento*, nº 193, 1936.

Aprendera da velha Kina o mister de parteira. Não media tempo para atender as senhoras que precisassem, sem se assustar com as péssimas estradas vicinais. Cobrava cinco-mil réis por parto, de quem podia, mas, em certos casos, além de não cobrar, ainda levava uma galinha e alimentos para a parturiente.⁶

Não havia restrições rigorosas em relação à escolaridade para admissão no curso de parteiras; isso possibilitou que mulheres, com alguns recursos financeiros, pudessem se diplomar no curso realizado na capital. Dentre as disciplinas do Curso de Obstetrícia da Faculdade Livre de Medicina de Porto Alegre, do primeiro ano, estavam: Anatomia, Obstetrícia, Psicologia, e, no segundo ano, o curso era pratico voltado para a clínica obstetrícia e curso com “manequim”, ou seja, com modelos não vivos. A disciplina era dada juntamente com os alunos que cursavam o 6º ano de Medicina.⁷

Para ingressar no curso, não era necessário nenhum tipo de conhecimento específico em obstetrícia, logo, ao que tudo indica, o curso pretendia, mais do que “aprimorar a prática obstétrica das mulheres”, “regulamentar” e “fiscalizar” o ofício das parteiras, porque não havia regulamentação da profissão, e as parteiras continuavam a exercer sua função, sem formação legal e sem controle estatal.

A criação de Escolas de Parto no Brasil encontra-se intimamente ligada à criação das Escolas de Medicina e à disputa dos médicos por um espaço junto às parturientes, visto serem eles "recusados" pelas mesmas, que preferiam a companhia de parteiras no momento do parto

Segundo Jardim:

Antes do final do século XVIII e no início do século XIX, os homens de saber pouco lidavam com a anatomia humana, tal como passou a ser manipulada pela medicina moderna que passou a vê-la como uma maquinaria complexa que necessitava ser estudada. As lides do corpo eram para pessoas pouco ilustradas, de poucas luzes, tais como as parteiras, as curandeiras, as feiticeiras, as bruxas, as mulheres mezinheiras, enfim pessoas de mente pouco desenvolvida. Esse pensamento dualista e hierarquizado relegou o corpo a uma segunda categoria e, portanto, pessoas de segunda categoria eram as mais indicadas para

⁶ DALL'ALBA, João Leonir. *História do povo de Ana Rech*. Caxias do Sul: Educ, 1987. p. 54. 2 v.

⁷ Estatutos da Faculdade Livre de Medicina de Porto Alegre, 1911, seccção IV artigo, 16, part.16.

lidar com seus mistérios. Os saberes sobre o parto, por exemplo, foram durante muito tempo um privilégio feminino.⁸

O espaço que até há pouco tempo era destinado às mulheres- parteiras práticas- passou a ser ocupado também por mulheres diplomadas, que tiveram tendo um destaque na área médica, devido ao número de crianças que nasciam e ao fato de terem especialização para cumprir essas funções. Outra questão recorrente em vários documentos da época é a da “desqualificação” do trabalho das parteiras práticas, sempre acusadas de “inaptas”, “ignorantes”, e “charlatãs”.

A medicina determinava quem sabia e o que sabia. Por outro lado, as mulheres principiavam a entrar no templo do moderno conhecimento médico, enquanto sujeito e objeto de investigação científica. A criação do Curso de Partos, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, bem o demonstra. Se, por um lado, a medicina realizou a captura dos saberes femininos sobre o corpo das mulheres, por outro, elas se apropriaram dos novos conhecimentos, tornando-se parte integrante das novas estruturas da ciência moderna. No hospital e na faculdade, ambos lugares de produção e difusão de conhecimento, é encontrada a presença feminina, tanto no curso para formação de parteiras, quanto no Curso de Medicina.⁹

Essa mulher, que tinha lar como seu lugar natural na sociedade da época, devido à responsabilidade de criar os filhos e cuidar da casa, deixa a agulha, o ferro de engomar, a panela, a frigideira e outros utensílios da vida doméstica, para se dedicar, durante 2 anos a estudo de partos, aprendendo termos desconhecidos, como cartilagens, tendões, sinóvia, membrana serosa, mucosa, parênquima, articulação úmero-cubital, fontanela bregmática, circulação útero-placentária, descrição de embriologia, entre outros. O fato de o curso ser em Porto Alegre fez com que apenas mulheres com melhores condições financeiras pudessem ser diplomadas no curso de parteiras, tendo em vista os altos custos de deslocamento entre Caxias do Sul e Porto Alegre.

⁸ JARDIM, Rejane Barreto. Gênero e positivismo: as parteiras e o Curso de Medicina em Porto Alegre. *Métis : História & Cultura, Caxias do Sul*, v.1, n.1, p. 239-244, jan. 2002. p.240

⁹ JARDIM, op. cit., p.242

O ofício adquirido pelas mulheres, ao longo da História, passou por períodos de transformação, de acordo com as novas necessidades que a cidade apresentava; diante disso, foi criado, na Faculdade de Medicina, o Curso de Obstetrícia em Porto Alegre, o que dificultava ainda o acesso para as mulheres caxienses. Durante o período de estudo, eram oferecidas matérias de anatomia da bacia da mulher, “noções” de microbiologia, embriologia, fisiologia e patologia, além de aulas de clínica obstétrica. As alunas também deveriam ser semanalmente levadas a hospitais da cidade para as aulas *exclusivamente práticas*.

Como é constatado por Jardim:

Assim, pode-se dizer que o mesmo movimento que fez a Medicina realizar a captura dos saberes ancestrais que as mulheres possuíam sobre a sua fisiologia, trouxe-as para dentro dos domínios da Medicina moderna. O mesmo gesto que criou o Curso de Partos, atestando os saberes da parteira, que significou, muitas vezes, no universo simbólico feminino, uma pessoa confiável, amiga, relacionada à figura da mãe que apara e ampara o surgimento de uma nova vida. É como se a medicina moderna buscasse tomar emprestado, dessas mulheres, todas as qualidades que lhes são tradicionalmente atribuídas.¹⁰

De acordo com a obra *Em presença de tempo*, que relata a trajetória histórica do Hospital Pompéia, em depoimento o Dr. José Brugger conta que o hospital não tinha, antes da década de 50, especialidades médicas para atender ao crescente número populacional da cidade: “*Os médicos, antigamente, atendiam tudo.. .as especialidades vieram devagar... No início de 1957, havia em Caxias o clínico, o pediatra, o radiologista, os cirurgiões... não havia obstetrícia... o primeiro foi o Dr. Darci Pezzi.*”¹¹

De acordo com o Dr. Renato Metsavaht- primeiro anestesiologista da cidade de Caxias do Sul-, as enfermeiras que atendiam na cidade não tinham formação, ou seja, elas aprendiam através da prática, vendo o trabalho dos médicos.

As enfermeiras eram todas práticas... Não existiam cursos de enfermagem... O primeiro que houve foram as Irmãs de São José que o promoveram, no período de 1959 e 1960... Antes

¹⁰ JARDIM, op. cit., p. 243.

¹¹ BRUGGER, José. *Depoimento*. In TONET, Tânia; TONET, Charles. *Em presença do tempo: Hospital Pompéia / história oral de vida*. Caxias do Sul: Educs, 1998. p. 66.

não existiam enfermeiras com conhecimento acadêmico... eram práticas.... a Irmã Leonor, com toda a precariedade de material, era uma excelente anestesista e ainda acumulava a função de parteira... ¹²

No período analisado, em Caxias e nos municípios de Flores da Cunha e Farroupilha, que dele faziam a parte, havia as parteiras seguintes:

NOME	PERÍODO EM QUE TRABLHOU	LOCAL
Adami, Regina	35 a 39	cidade
Adami, Regina Toscana P.	57 a 64	...
Andrade, Joana Cardoso	60 A 65	...
Baldessar, Noemia	52 a 64	...
Basso, Maria	28 a 32	Ana Rech
Biasiori, Helena Santarosa	52 a 54	...
Biazus, Scapina Casara	61	...
Birch, Adelina	57 a 64	...
Bragagnollo, Felicidade	54 a 65	...
Brando, Ernestina Pereira	65	...
Brandt, Basílica	25	...
Broetto, Mafalda Belmira Dal Pian	62 a 65	
Capelini, Zulmira Raymundo	51 a 59	
Centenaro, Maria	28 a 52	Cidade
Coelho, Aracy	28	

¹² METSAVAHT, Renato. *Depoimento*. op. cit., p. 78.

NOME	PERÍODO EM QUE TRABLHOU	LOCAL
Coelho, Emma	28	Cidade
Demarqui, Luiza	27	Galópolis
Emer, Orphelia	29	Cidade
Generosi, Leonor	64 a 65	Cidade
Meris, Madame	32	
Paroboni, Bambina	32	Nova Vicenza
Pereira, Guilhermina Borges	64	
Pereira, Marieta	60	
Pinto, Catarina	52 a 57	
Pretto, Alzira Alves de Oliveira	57 a 65	
Pretto, Florentina	27 a 35	
Rochetti, Ana	57 a 65	
Rosa, Marieta	52 a 65	
Segalla, Maria	33 a 51	
Silva, Beloni Andrade da	63	
Soares, Lucia preira	63	
Sperandio, Anastacia	27 a 28	
Stumpf, Ida Maria Corso	55 a 65	
Timmers, Ceci Lacava	51 a 65	
Toniello, Cecília	28 a 32	Ana Rech
Torun, Catharina	32	Nova Vicenza
Vanini, Corina	32 a 35	Diamantino
Zart, Elly	52 a 59	

NOME	PERÍODO EM QUE TRABALHO	LOCAL
Zimmermann, Olga Kasper	51 a 61	

Quadro 1: Número de parteiras por região. Fonte: GIRON, Loraine Slomp. *Dominação e Subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: Est, 2008.

Por último, cabe constatar que, no período analisado, a profissão de parteira passou por um processo de regulamentação com exigências bem maiores aquelas dos primeiros tempos. Assim, as parteiras, ainda que competentes e práticas, tiveram mais dificuldades para exercer seu ofício. Passaram-se muitos anos antes que as parteiras deixem de existir. Isso ocorreu apenas na década de 60 do século XX, quando na cidade é criado o Curso de Medicina.

Referências bibliográficas

- ADAMI, João Spadari. *Caxias: a pérola das colônias*. 2. ed. Caxias do Sul: Tipografia do O Momento, 1952.
- BRUGGER, José. Depoimento. In. TONET, Tânia; TONET, Charles. *Em presença do tempo: Hospital Pompéia / história oral de vida*. Caxias do Sul: Educs, 1998.
- DALL'ALBA, João Leonir. *História do povo de Ana Rech*. Caxias do Sul: Educs, 1987. 2 v.
- DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. *Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul*. Porto Alegre: EST, 1998.
- ESTATUTO DA FACULDADE LIVRE DE MEDICINA DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre: L. P. Barcellos & C, 1911. Porto Alegre.
- GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Caxias do Sul: Edições EST, 1993.
- GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: UCS, 1977.
- GIRON, Loraine Slomp. *Dominação e subordinação*. Porto Alegre: EST, 2008.
- JARDIM, Rejane Barreto. *Gênero e positivismo: as parteiras e o Curso de Medicina em Porto Alegre*. Métis : História & Cultura, Caxias do Sul, v.1, n.1, p. 239-244, jan. 2002.
- JORNAL COSMOPOLITA. 1902. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

JORNAL O MOMENTO. nº 193, 1936. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

MACHADO, Abel M. Trabalho e excedente na origem de uma cidade. *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. VI, nº 119 (50), 2002.

METSAVAHT, Renato. *Depoimento*. In. TONET, Tânia; TONET, Charles. *Em presença do tempo: Hospital Pompéia / história oral de vida*. Caxias do Sul: Educs, 1998.

TONET, Tânia; TONET, Charles. *Em presença do tempo: Hospital Pompéia / história oral de vida*. Caxias do Sul: Educs, 1998.

Da casa ao hospital: apontamentos sobre o processo de medicalização do parto no oeste catarinense

Heloisa Regina Souza¹

Introdução

Até o advento da medicina moderna, as mulheres gestaram e pariram seus filhos em casa, sem sair do âmbito de suas relações vicinais. Os eventos que envolviam a gravidez, o parto e o cuidado com os filhos eram interpretados por gestos e práticas de uma cultura fundamentalmente feminina que ainda caminhava paralela ao olhar da medicina. Vários estudos históricos e antropológicos como os de Ehrenreich & Engels (1984), Del Priore (1993), Mott (1999), Tornquist (1998), Réchia (2001) e Fleischer (2007) entre outros, têm se dedicado a dar visibilidade a estas práticas que foram recrudescendo ao longo do tempo, principalmente a partir de meados do século XIX, ao serem proibidas e desqualificadas em função do estabelecimento da medicina científica. Inserindo-se neste campo de estudos que visa desvelar e historicizar estas práticas, o presente estudo busca identificar, a partir da perspectiva da história oral e da antropologia, antigas práticas femininas relativas aos processos de gestação, parto e nascimento no oeste catarinense, mais especificamente no município de Xanxerê.

A transição dos nascimentos dos domicílios para o hospital - que nos estudos acadêmicos vem sendo chamada de *processo de medicalização do parto* - é, sem dúvida, um dos momentos cruciais na história da parturição no ocidente. Esse processo se deu inicialmente na Europa, esboçando-se aí já nos séculos XVII e XVIII, estendendo-se ao Brasil em meados do século XIX, impulsionado pela chegada da família real em 1808 e pela inauguração das escolas de medicina e cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro em 1832 (Brennes, 1991; Mott, 1999 e 2002).

Os estudos que enfocam a medicalização do parto em Santa Catarina, como os de Réchia (1998), Gallo (2000) e Tornquist (1998, 2003), apontam que esse processo, embora semelhante ao ocorrido na Europa e em outras regiões do Brasil, se consolidou mais tardiamente nesse estado. Contudo, com relação à produção acadêmica sobre o oeste

¹ Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS da Universidade Federal de Santa Catarina, prof^a. da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc / Campus de Xanxerê. E-mail: helosouza@hotmail.com.

de Santa Catarina, tanto as historiografias quanto as etnografias sobre a região não contemplam esta temática. Pouco se sabe sobre o processo de medicalização do parto, sobre as práticas das parteiras e sobre os processos sociais que se produziram na região durante o estabelecimento da medicina científica. Grande parte dos trabalhos existentes versa, sobretudo, a respeito do processo de colonização italiana e alemã enfocando seus aspectos políticos, sociais e econômicos. Merecem destaque, contudo, os estudos recentes de Renk (2001 e 2004) e Vojniak (2004) que enfocam as relações de gênero no oeste catarinense. Há também alguns trabalhos no campo da memória, mas nenhum que enfatize a experiência feminina no que diz respeito à maternidade e à parturição.

Nesse sentido, o interesse em abordar as memórias de parteiras nessa região surgiu a partir da percepção de uma invisibilidade das mulheres oestinas nas etnografias e na historiografia regional. Busca-se então, através da presente pesquisa, contribuir para o alargamento dos olhares e das temáticas de estudo sobre a região, dando visibilidade e voz à parte feminina de sua população. Para isso, o estudo enfoca as experiências de vida de parteiras e de mulheres oestinas, entre as décadas de 1940 e 1970, problematizando as tensões, conflitos e negociações entre saberes (e poderes) oficiais e não-oficiais que constituíram as práticas sociais relativas ao parto e ao nascimento durante o processo de transição da parturição dos domicílios para o hospital.

Em termos metodológicos, o estudo se desenvolve a partir de entrevistas com parteiras e com mulheres que vivenciaram partos domiciliares com a ajuda destas, buscando identificar e descrever as práticas femininas relativas à gravidez, parto, puerpério e corpo, bem como as táticas que essas mulheres desenvolveram para lidar com as normatizações da maternidade que se impuseram a partir da ascensão da medicina científica na região, principalmente no município de Xanxerê.²

Da casa ao hospital: o processo de medicalização do parto

² O estudo pode estender-se a outros municípios da região, de acordo com o andamento da pesquisa. O recorte temporal adotado justifica-se por ser o período de implantação dos primeiros hospitais no município, além de ser o momento no qual, segundo Vojniak (2004), podem ser percebidos em jornais e periódicos oestinos, os primeiros indícios da presença dos discursos médicos na região.

De um modo geral, as características do ofício de parteira encontram ressonâncias nas descrições da literatura mundial: eram mulheres de reconhecido prestígio em suas comunidades em função da experiência e do conhecimento que possuíam, sendo muitas vezes solicitadas para atenderem mulheres em trabalho de parto nas localidades vizinhas (Ehrenreich & Engels, 1984; Tornquist, 1998; Mott, 1999; Réchia, 2001). Como mostra Del Priore (1993), ao debruçar-se sobre o universo luso-colonial da mulher brasileira, através de uma intensa pesquisa arquivística, os reclamos aflitivos advindos de um parto difícil reverberavam na participação comunitária acionando os laços de comadrio e amizade.

Estudos como os de Brenes (1991), Costa (1983) e Rodhen (2001) ajudam a compreender a construção da autoridade médica, através das relações que se estabeleceram, no Brasil, a partir do século XIX, entre o processo de urbanização e higienização das cidades e a instalação de um saber médico científico e social. Segundo estes autores, nesse período, a insalubridade passou a ser considerada como sinônimo de “atraso”, e modernizar a cidade significava não apenas fazer reformas urbanas, mas também modificar hábitos e costumes considerados pouco civilizados e pouco higiênicos. Delineia-se, então, o nascimento de uma medicina do espaço social, na qual a consciência explícita da doença se sobressai como um problema para o médico, cuja autoridade administrativa fundava-se na “competência” do saber científico e especializado.

Como mostram os estudos de Foucault (1984), a transformação do hospital é reveladora deste processo. É a introdução de práticas disciplinares no espaço dos hospitais com a intenção de transformá-lo em um lugar de cura que vai possibilitar a sua medicalização. Antes disso, o hospital era essencialmente um lugar de assistência aos pobres, no qual a função médica não aparece. Chamavam-no “morredouro”, um lugar onde se misturavam doentes, loucos, devassos, marinheiros sem pátria e prostitutas à beira da morte; e seus funcionários eram fundamentalmente religiosos empenhados na salvação das almas. A disciplinarização deste espaço tornou-o adequado para o exercício de uma “medicina do meio” que estava se constituindo e que concebia a manipulação do espaço como instrumento terapêutico. A presença médica no hospital, que antes era esporádica, se intensifica, culminando com a produção e a localização do saber médico

no interior dos hospitais, bem como com a constituição da clínica como essencial na formação dos profissionais médicos.

Ao tomar para si a responsabilidade de converter a cidade em espaço higienizado, a medicina científica incorporou como objetos de investigação todas as situações e possibilidades, dentre elas a prática da parturição, intitulado-a Arte Obstétrica. Este novo campo de saber vai se aos poucos se transformar naquilo a antropóloga Brigitte Jordan (1993), uma das primeiras antropólogas a se empenhar em estudos transculturais sobre parto, chama de “saber autorizado”, ou seja, aquele que se torna hegemônico ao desvalorizar, deslegitimar e desautorizar outras formas de saber existentes. Assim, junto com outras práticas de cura populares, como os boticários e curandeiros em geral, o ofício de parteira foi proibido e passou a ser desqualificado.

A construção de uma imagem negativa das parteiras é encontrada na literatura médica de vários países (Mott, 1999). Consideradas supersticiosas, charlatães, ignorantes, sem moral e sem qualificação, as parteiras aparecem no discurso médico como símbolo de costumes pouco civilizados, os quais era preciso deixar pra trás em nome do progresso e da modernização dos costumes. Contudo, como ressaltam os estudos de Brenes (1991) e Mott (1999), a despeito de todas as críticas que eram infligidas às parteiras, essa arte obstétrica dos primeiros tempos processou-se num sincretismo em termos de terapêuticas, incorporando técnicas das parteiras - chamadas então de “curiosas” ou “leigas”.

Mott registra que muitas parteiras eram consultadas por médicos, sendo chamadas a opinarem em casos polêmicos. Isto porque, segundo Mott, em meados do século XIX, embora portando diplomas de medicina, grande parte dos médicos se formava sem nunca ter assistido a um parto, já que as aulas práticas de obstetrícia eram raras e o aprendizado se dava, sobretudo, através de lições orais. Assim, embora as parteiras fossem alvo explícito de críticas e sofressem uma intensa campanha de descrédito por parte dos médicos, elas, suas experiências práticas e saberes acumulados ao longo dos anos, eram convocados em circunstâncias específicas, para as quais os médicos não se sentiam competentes.

Além disso, o discurso médico introduziu novas definições para a maternidade e para o gênero feminino, a partir de descrições anatômicas e fisiológicas, que tiveram repercussões morais, uma vez que a oficialização da obstetrícia científica ocorreu

concomitantemente à construção de um discurso anátomo-patológico sobre o corpo e o gênero feminino. Isto porque para conseguir atrair as mulheres para a clínica, foi necessário construir uma imagem do médico que inspirasse confiança na população, bem como forjar para a mulher uma nova subjetividade. A pesquisa de Brenes (1991), voltada para a história da parturição no Brasil, mostra que, com a “acurada” precisão dos moldes científicos da época, a mulher foi descrita nos discursos médicos como um ser frágil e inconstante, propensa ao descontrole emocional, a quem somente os médicos poderiam orientar por serem os únicos que a conheciam. Este jogo acabou por criar toda uma série de tipos femininos que ocupariam a literatura médica e o imaginário social do século XIX: a “mãe dedicada”, “boa esposa” e “rainha do lar”, as “histéricas”, as “mundanas”, e o propalado “mito do amor materno”.

Com a transferência dos partos dos domicílios para o hospital a mudança na posição de parir também é significativa: das posições verticais ou de cócoras à deitada na cama metálica com os pés amarrados em estribos, de modo a garantir uma posição confortável para a observação e intervenção médica. A regulamentação do ofício de parteira, através de exames e licenças concedidas pelo governo imperial, foi outro elemento que impulsionou a transferência dos nascimentos dos domicílios para o hospital (Brenes, 1991; Tornquist, 1998). Todo esse processo culminou na criação das “maternidades” situadas no interior dos espaços hospitalares – as quais passam a ser consideradas como os locais mais adequados para as mulheres darem à luz.

Além disso, é importante enfatizar que o recrudescimento das práticas tradicionais relativas ao parto não se deu numa ausência de conflitos com os discursos médicos e institucionais e envolveu disputas em vários níveis, inclusive entre as próprias parteiras. Aquelas que se submeteram aos cursos de formação nas maternidades passaram a concorrer em um contexto antes dominado pelas parteiras leigas. Contudo, as parteiras diplomadas, ao serem incorporadas ao âmbito das maternidades, são transformadas em auxiliares obstétricas, atuando aí sob uma rígida hierarquia: às mulheres os partos ditos “normais”, aos homens os partos “difíceis”, pois somente eles podiam manejar os instrumentos cirúrgicos (Tornquist, 1998 e 2000; Mott, 1999, grifos meus).

Nesta breve retomada da produção acadêmica sobre a parturição podemos entrever que, durante o processo de medicalização do parto e do nascimento, parteiras e

mulheres estiveram envolvidas em um campo de múltiplas forças e suas práticas imbricadas em relações de poder e desigualdade. No contexto da presente pesquisa, para que essas relações possam ser bem compreendidas, é mister esclarecer alguns conceitos através dos quais se pretende orientar o estudo.

Gênero, conhecimento autorizado e as táticas populares

Um dos conceitos centrais trata-se da categoria de análise “gênero”. A categoria gênero surge a partir da perspectiva de compreender, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera e interfere no conjunto das relações sociais. O conceito propõe uma desnaturalização das diferenças biológicas, colocando em foco que o processo de construção destas diferenças se dá no bojo de relações de poder em circulação pelo corpo social (Madureira, 2004). Desta forma, é importante entender o gênero como uma categoria relacional, isto é, compreender que o masculino e o feminino se constituem de relacionalmente, e que também o próprio gênero se constitui em relação a outras categorias como classe, etnia e geração (Scott, 1990).

Para a presente pesquisa, entender que as relações de gênero são eixos organizadores de relações de poderá iluminar a análise da constituição histórica das mulheres no oeste catarinense numa perspectiva de relação com a constituição histórica dos homens e poderá contribuir para a compreensão das relações que se estabeleceram entre parteiras, médicos e mulheres em um contexto permeado por representações normativas sobre o feminino e masculino. O trabalho Vojniak (2004), problematizando a (re)construção das relações de gênero na região oeste, entre as décadas de 1950 a 1970, oferece boas pistas neste sentido.

Segundo o autor, este período foi marcado por um intenso investimento social na transformação da imagem da cidade, para que esta se adequasse aos valores da modernidade. A idéia da “necessidade da conquista do progresso” a partir da Colonização vai ser fortalecida e transmitida pela imprensa local, principalmente a partir da década de 40. De acordo com Vojniak, nas primeiras décadas do século XX, a região estava associada a uma imagem de lugar “não civilizado”, violento, carente da presença do

poder público, “fora da lei” e de forte presença de “coronéis” e “caudilhos”. Neste momento, um conjunto de enunciados, temas e conceitos procuraram constituí-la sob uma outra imagem: uma região progressista, civilizada e com uma população trabalhadora e igualmente progressista e civilizada.

Dentro desse quadro de reorganização de condutas vinculado à modernização dos costumes, o autor procura mostrar que parece ter sido necessário definir um novo modelo de masculinidade para o homem oestino, que se adequasse ao ideal de civilização que se pretendia implantar e, ao mesmo tempo, que contribuísse para tal implantação. Assim, “o *homem macho*, corajoso, possuidor de uma moral da desforra e que respondia ao inimigo e às ‘intempéries’ da vida através da força, dará lugar, nestes discursos, ao ‘homem viril’, progressista, pragmático, objetivo, racional, *mais nobre*, possuidor de um *ethos* do trabalho e da ordem, e de uma polidez da civilização, sintonizado com a modernidade e com o progresso [...]” (Vojniak, 2004:70, grifos do autor).

Nesse estudo, pode-se entrever que as mulheres também foram convocadas a assumir um “lugar” no processo de modernização da região, e que esse lugar era o lar, os cuidados devotados à família e a educação zelosa dos filhos. Entretanto, se as mulheres aparecem no trabalho de Vojniak, é principalmente a partir do que delas falava a imprensa da época, ou seja, elas ocupam um espaço periférico na análise do autor.

Além do conceito de gênero, as dimensões de poder existentes no campo de atuação das parteiras durante o processo de medicalização dos nascimentos, podem ser pensadas através do conceito de *authoritative knowledge* - conhecimento autoritativo - cunhado pela antropóloga Brigitte Jordan (1993). A autora sustenta que em qualquer domínio da vida social existem vários sistemas de conhecimento, sendo que alguns deles, por consenso, acabam por carregar mais peso do que outros. Como coloca Fleisher (2007), seja porque eles explicam melhor o estado do mundo para os propósitos do momento (“eficácia”) ou porque são associados com uma base de poder mais forte (“superioridade estrutural”) e usualmente por ambos os motivos. E isso acaba por desvalorizar e, com frequência, desconsiderar totalmente outras formas de conhecimento.

Aqui é importante pensar “conhecimento” não como uma substância ou como um bem detido por alguém ou por um grupo, mas como “um estado” que é atingido colaborativamente dentro de uma comunidade de práticas. A constituição do

conhecimento autoritativo é, então, um processo social contínuo que tanto constrói como reflete relações de poder, sendo constantemente negociado (Fleisher, 2007).

A partir desta perspectiva, o crucial para esta pesquisa não é datar ou descrever o desaparecimento de uma cultura feminina de partejar na região oeste, mas mostrar como, em meados do século XX, se elaboraram relações complexas entre as normatizações científicas que exigiam uma mudança de hábitos culturais e as apropriações e interpretações destas normas e imposições pelos grupos populares.

A expressão “popular” é aqui utilizada na acepção de Michel de Certeau (1996), para quem o popular caracteriza muito mais um estilo de fazer do que um grupo específico ou um tipo particular de cultura, podendo ser encontrado tanto nas instituições, nas elites, e dentro do próprio estado. Chartier (1995:6) explicita que “[o popular] qualifica antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos e normas que circulam na sociedade, mas que são percebidos, compreendidos e manipulados de maneiras diversas”. As formas “populares” de cultura podem ser pensadas, então, como práticas cotidianas produtoras de sentido, um sentido muitas vezes estranho àquele visado pelos grupos dominantes.

Michel de Certeau (1996) estabelece uma distinção entre estratégias e táticas que é muito produtiva para pensar estas tensões. Enquanto as estratégias supõem a existência de lugares e instituições, produzem objetos, normas e modelos, acumulam e capitalizam; as táticas são desprovidas de lugar próprio e de domínio do tempo, são modos de fazer ou, melhor dito, “de fazer com”. Neste sentido, compreender as práticas de partejar e parir em Xanxerê a partir de uma historiografia e também de uma antropologia das práticas significa sustentar uma idéia não estanque de cultura e valorizar, sobretudo estes modos de “fazer com”, isto é, os usos que as pessoas fizeram das normas, produtos e discursos que lhes foram impostos.

Assim, as práticas que buscamos reconstruir compreendem não apenas “antigas” técnicas de parir e partejar, mas referem-se, principalmente, às formas através das quais mulheres e parteiras (re)inventaram, (re)formularam e (re)valorizaram práticas femininas de cuidar, negociando, resistindo e/ou burlando normas e discursos que as desqualificavam e inferiorizavam. Busca-se, então, compreender as “artes de fazer”

dessas mulheres e as táticas através das quais elas enfrentavam os saberes e poderes oficiais.

Notas preliminares acerca do trabalho de campo

Em virtude de a pesquisa encontrar-se na fase inicial de coleta de dados, não é possível, ainda, trazer para o debate análises conclusivas do estudo, contudo, é possível delinear algumas inquietações e questionamentos que estão surgindo a partir da imersão inicial no trabalho de campo³. Das falas “institucionais” que foram coletadas até o momento (referentes aos depoimentos de duas administradoras de hospitais do município), chama a atenção o discurso elogioso ao trabalho das parteiras. Uma delas diz, referindo-se às parteiras: *“elas eram doutoras no assunto!”*. *“Não erravam, eram um indicador seguro!”* E a outra anuncia: *“nunca se soube que morreu alguém na mão de parteira aqui!”* Além disso, uma espécie de “celebração da aliança” entre parteiras e médicos tem aparecido nesses depoimentos, como por exemplo a seguinte fala: *“O Dr. Celso apoiava muito as parteiras”*; *“o trabalho delas era imprescindível”*. A fala da parteira D. Líbera Bortolon, descendente de italianos e migrante gaúcha, parece ressoar com as falas das administradoras: *“Ah, o Dr. Celso sempre me apoiou, a gente conversava muito, ele vinha na minha casa às vezes”*.⁴

Se por um lado a idéia de conflito entre os saberes oficiais e não-oficiais parece estar ausente ou oculta nessas falas, por outro lado estas mesmas falas parecem revelar aspectos ainda não suficientemente problematizados no estudo. Logicamente, o conflito pode estar sendo simplesmente ocultado sob o manto da “aliança” e caberá ao desenrolar da pesquisa revelá-lo. Contudo podemos imaginar também que em algumas situações específicas as dimensões conflituosas ligadas ao “atrito” entre saberes (e práticas) médicos e populares estiveram englobadas por outros aspectos da cultura oestina.

³ Até o momento foram entrevistadas: uma parteira descendente de italianos, que migrou do Rio Grande do Sul para o oeste catarinense na década de 1940 e que atuou por quase 30 anos no município de Xanxerê; uma senhora que trabalhou por 17 anos como administradora do Hospital Nossa Sra. do Rosário, um dos primeiros hospitais do município que foi desativado na década de 1970 por não adequar-se às “normas” das Portarias Ministeriais que passaram a regulamentar os centros cirúrgicos; e uma senhora administradora de outro hospital municipal, o Bom Jesus, que existe desde a década de 1940 e que teve sua maternidade desativada apenas em 2007.

⁴ Estas falas elas referem-se ao Dr. Celso Rauem, um dos primeiros médicos que vieram para o município de Xanxerê, na década de 1950, proveniente de Curitiba e responsável pelo Hospital Nossa Sra. do Rosário.

Levando em conta que há uma sobreposição temporal entre o processo de colonização e o de medicalização na região, principalmente entre as décadas de 1940 e 1960, e que a colonização demarcou fortemente fronteiras étnicas e posições estruturais no espaço social da região, cabe perguntar: De que parteiras se fala quando se diz que elas eram “doutoras no assunto”? De que lugar se fala quando se fala dessas alianças? E principalmente: se houve aliança, quem se aliou a quem?

Esta idéia de “aliança”, que trabalhamos aqui em caráter de hipótese interpretativa, embora possa revelar-se como uma primeira e equivocada impressão que o andamento mesmo da pesquisa tratará de desfazer, parece sugerir a necessidade de um aprofundamento na investigação do processo de colonização da região, principalmente quando parecem ser as parteiras migrantes, ou seja, aquelas descendentes de italianos e alemães, vindas do Rio Grande do Sul durante o processo de colonização, as que estabelecem estes possíveis laços de cooperação com os médicos.

Talvez algumas metas do projeto civilizatório para o oeste de Santa Catarina fossem compartilhadas tanto pela “empresa colonizadora” quanto pela “empresa medicalizadora”, e nesse sentido possibilitassem ou até mesmo estimulassem uma maior aproximação e simpatia entre médicos e colonos, ambos “desbravadores”, “pioneiros”, dedicados a vencer o caos e impor a ordem e a construir o progresso e a civilização nos confins do oeste catarinense. Além disso, as novas possibilidades introduzidas pela medicalização dos nascimentos talvez tenham sido consideradas elementos positivos nas estratégias de reprodução social camponesa dos colonos migrantes. Nesse sentido, médicos e colonos podem ter se visto, em várias situações, como aliados.

Sabe-se que o projeto colonizador, na medida em que privilegiava e enaltecia o campesinato de origem, excluía os caboclos e também os índios localizados na área, pela falta de vocação agrícola, pela falsa consciência de posse, pela ausência de acumulação de capital econômico (Renk, 2004: 29). Além disso, a migração dos colonos gaúchos para o oeste de Santa Catarina ignorou as posses estabelecidas pelos luso-brasileiros (também chamados de caboclos) e isso resultou na expropriação e dispersão dessa população, desestruturando seu modo de vida. Para além do descompasso de *habitus* (Bourdieu, 1994) que se prolonga até hoje entre estes diferentes grupos étnicos, há a tendência entre os colonos gaúchos de considerarem a colonização como marco zero da

história oficial da região. E de fato, essa narrativa parece ter assumido o papel encompassador sobre outras narrativas e uma maior visibilidade foi dada ao discurso colonizador.

Nesse sentido, se a colonização resultou em diferentes itinerários a cada um dos grupos étnicos envolvidos no processo, o que podemos dizer a cerca do processo de medicalização que se dava concomitante a expansão do discurso colonizador? Quão diversos terão sido os caminhos percorridos por parteiras caboclas, indígenas e colonas? Seriam todas elas igualmente “doutoras no assunto”? Resta, então, à presente investigação prosseguir buscando compreender, no oeste de Santa Catarina, essas complexas relações que se estabeleceram entre as dimensões de gênero, classe e identidade étnica e sexualidade, durante o processo de instauração da medicina científica na região.

Espera-se que da análise dos materiais coletados possam emergir fragmentos de vivências compartilhadas pelas mulheres oestinas e, quiçá, estes fragmentos nos revelem a dinâmica das interações sociais, das relações de poder e de gênero nas quais estas mulheres estiveram envolvidas em um período marcado por profundas modificações nos costumes tradicionais.

Referências bibliográficas

BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 135-149, abr./ jun. 1991.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.

DEL PRIORE, M.. **Ao Sul do Corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

EHRENREICH, Barbara e ENGLISH, Deidre. Brujas, comadronas y enfermeras - história de las sanadoras. In: **Cuadernos inacabados**. Trad. Para o espanhol: Mireia Bofill e Paola Lingua. Barcelona: La Sal ediciones de les dones, 1984.

FLEISHER, Soraya Resende. **Parteiras, Buchudas e Aperreios: uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial na cidade de Melgaço – Pará**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio grande d o Sul, 2007.

FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: MACHADO, Roberto (ed). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. pp.99-111.

_____. O nascimento da medicina social. In: MACHADO, Roberto (ed.) **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. pp. 79-98,

JORDAN, Brigitte. **Birth in Four Cultures: crosscultural investigation of childbirth in Yuacatan, Holland, Sweden and United States**. Illinois: Waveland Press, 1993 (1983).

MADUREIRA, Valéria S, Fagnello. Gênero e poder. **Revista Grifos**, Chapecó, n.16, maio, 2004.

_____. A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico? **Revista de Estudos feministas**, v.07, n.01, 1999. pp.25-36.

RÉCHIA, Karen Cristine. Das senhoras dos ‘repolhos’ e das ‘roças’: ou de como nasciam os bebês. In: MORGA, A (org.) **História das Mulheres de Santa Catarina**. Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2000.

RENK, Arlene. Mulheres camponesas: experiência de geração. In: MORGA, Antonio. (org.) **História das Mulheres de Santa Catarina**. Florianópolis/ Chapecó: Letras Contemporânea/ Argos, 2000, v. 1, p. 218-248.

_____. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 2006.

_____. **Narrativas da diferença**. 1. ed. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2004. v. 1

RODHEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez. 1990.

TORNQUIST, Carmen Susana. **Mães em velhas mãos: partos e parteiras na Ilha de Santa Catarina**. Relatório final da pesquisa: Modernidade e maternidade entre os grupos populares ilhéus. FAED/UDESC, 1998.

_____. A Mão e a Luva: o processo de medicalização do parto e o corpo feminino em Florianópolis. In: MORGA, A (org.). **História das Mulheres de Santa Catarina**. Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2000.

VOJNIAK, Fernando. **Iluminar a inteligência e educar a afetividade:** uma história do gênero masculino no Oeste Catarinense (1950-1970). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH, 2004.

Experiências sociais e práticas de cura: um preto que se dizia doutor – últimos anos da escravidão, Rio Pardo/RS*

Melina Kleinert Perussatto**

O trem da manhã do dia seis de maio de 1885 trouxe para a cidade de Rio Pardo um *indivíduo de cor preta* muito bem trajado e com sotaque espanhol. Em menos de 24 horas o sujeito já estava preso. Antes de revelarmos o que o levou a cadeia municipal, gostaríamos de apresentar as identidades sociais acionadas por nosso personagem que, segundo os escrivães responsáveis pela redação dos autos do processo, dizia chamar-se Manoel Salgado Marinho.

No Hotel Brasil, onde se hospedou, disse ao proprietário Hilário Ribeiro (28 anos, casado, natural de Rio Pardo) que era doutor em engenharia e que havia trabalhado na estrada de ferro de Bagé. Ao outro proprietário, Gaspar Reis (28 anos, casado, natural da Alemanha) disse ter feito dois dias antes o parto de uma senhora em Porto Alegre que deu à luz a duas crianças. Assim, Gaspar concluiu que Marinho era doutor em medicina. Já o terceiro proprietário, o espanhol Pedro Lopes (32 anos, casado), apenas sabia “por ouvir dizer” que o hóspede se intitulava doutor para tirar dinheiro dos pretos.

Por sua vez, João Nascimento Santana (36 anos, casado, jornalista, natural de Porto Alegre) disse que o escravo Jacinto contou-lhe que estava hospedado no hotel com o dito doutor e que este prometeu forrá-lo mediante cinquenta mil réis (50\$000). Ao ser questionado pelas autoridades, Jacinto negou ter recebido tal proposta. Para Ricardo Alves de Azambuja (natural da Costa da África, maior de oitenta anos, solteiro e lavrador) disse ser natural da Bahia e filho de uma negra mina chamada Dadá com um português chamado Pedro Santos Marinho. Ao Juiz de Paz José Teixeira da Motta (49 anos, casado, negociante, natural de Rio Pardo) Marinho disse, no momento de sua prisão, que era natural de Buenos Aires, Engenheiro Prático e proprietário de uma barbearia na Rua da Igreja em Porto Alegre.

Nos interrogatórios feitos pelo Juiz Municipal, disse ter nascido na Corte e que aos dezesseis anos foi para Buenos Aires onde permaneceu por nove anos. No Rio de Janeiro, estava aprendendo a ler, no entanto, ao ser perguntado se sabia ler ou escrever respondeu que “apesar do tempo” não havia aprendido. Na Argentina, disse ter aprendido a “Prática Engenheiro e Barbeiro [sic]”, mas no último interrogatório disse ser somente oficial de

* Trabalho desenvolvido com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

** Mestranda do PPGH/UNISINOS. Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.

pedreiro. Perguntado por que razão usava o sotaque espanhol, posto ter aprendido o português em sua infância, apenas respondeu que “por costume”.

Marinho, como visto, valeu-se de diferentes identidades que foram por ele negadas, com exceção das declarações ao Juiz Municipal, tanto no inquérito ex-ofício do Delegado, como no interrogatório. Giovanni Levi alerta que “durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica de normas sociais”. Essas estratégias devem ser observadas dentro de uma racionalidade seletiva e limitada que “explica os comportamentos individuais como fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrição”. (LEVI, 2000, p.43-4). É nesse sentido que observamos as ações de nosso personagem. Vejamos, pois, a utilização estratégica das identidades citadas acima, especialmente daquela ligadas às práticas de cura.

Ainda na manhã do dia seis de maio, Marinho foi até a casa em que residia a escrava Maria (conhecida pela alcunha Dakau, natural da Costa da África, 50 anos, solteira, criada, cuja senhora era Domiciana Rodrigues) e perguntou-lhe se era cativa. Obtendo resposta positiva, tentou persuadi-la a entregar-lhe cinquenta mil réis (50\$000) para que conseguisse sua liberdade. Maria foi à barbearia de seu filho Amâncio Soares e pediu que fosse até sua casa para que se entendesse com o doutor. Ao fim, Maria e Amâncio disseram não possuir a referida quantia. Aproveitando o ensejo, o doutor interpelou outros dois escravos que residiam com Maria. O preto Joaquim “sofria de uma perna” enquanto a preta Alminda estava doente de um joelho. De pronto, ofereceu-se para curá-los, mas ambos recusaram a proposta.

Na parte da tarde, Ricardo Alves de Azambuja estava sentado à porta de sua casa quando foi interpelado pelo *doutor de cor preta*. Ao vê-lo com “aspecto de doente, perguntou-lhe se sofria de alguma coisa”. Ricardo respondeu que sofria há muitos anos de um joelho e que já havia sido medicado pelo Doutor Rocha, cuja doença considerava grave. Marinho ofereceu-se para curá-lo gratuitamente, precisando apenas de quatro mil e duzentos réis (4\$200) para comprar remédios que o deixaria curado em quatro dias. Mas Ricardo, assim como Alminda e Joaquim, não aceitou a proposta.

O que significava para um sujeito negro, nas vésperas da abolição, se intitular doutor e oferecer-se para curar escravos e libertos? Explorando os campos de possibilidades trazidos por essa fonte, vale consideramos algumas questões. Segundo Nikelen Witter “no dia-a-dia dos grupos humanos, os curadores possuíam bem mais que um título a lhes preceder; possuíam um nome, um rosto e um conceito sobre sua atuação, elementos que, em conjunto e em última análise, eram o que realmente os posicionava socialmente e garantia seu acesso à

clientela” (WITTER, 2007, p.194-5). Teria sido a ausência desse reconhecimento social o fator crucial da recusa de Alminda, Joaquim e Ricardo?

Nessa perspectiva, Witter salienta que o tratamento ao doente era feito na própria casa. Os *sofredores*¹ acionavam um curador de acordo com “a forma como a doença se apresentava”, conforme “o conceito que o curador possuía na comunidade” e segundo “a proximidade de concepções de cura, corpo e doença entre os curadores e os *sofredores*”. Nos interessa aqui, especialmente, o segundo aspecto. Witter aponta “que a inserção social era fundamental para determinar o local ocupado pelos curadores junto ao leito dos doentes e também a frequência com que eram chamados”, mas também devemos considerar que “a diversidade de formação percebida entre estes agentes de cura” respondia a “diferentes expectativas, visões de mundo e doenças proposta pela clientela”. Portanto, “a escolha e o chamado de um curador, ou de vários ao mesmo tempo, respondia a outras lógicas que não aquelas que tradicionalmente associam médico-pensamento racional-classes abastadas ou curandeiros-pensamento irracional classes-desprivilegiadas”. (WITTER, 2007, p. 195). Em outras palavras, “o tempo e a frequência com que esta categoria [medicina] ou outras, suas concorrentes eram chamadas dependia das lógicas e cálculos complexos de interação social entre quem buscava a cura e quem se dispunha a curar”. (WITTER, 2007, p. 212-3)

Xavier (2003) aponta para as ambigüidades e tensões entre médicos, curandeiros e homeopatas. Nas décadas de 1960-70, “a medicina científica acadêmica pretendia firmar-se hegemônica, mas enfrentava a precariedade de seus próprios diagnósticos e curas, além da concorrência de outros profissionais”. Além disso, “precisava também lidar com as diferentes percepções que a população tinha das doenças e com as próprias escolhas dos pacientes, o que representava obstáculos algumas vezes intransponíveis para que ela pudesse legitimar suas práticas de forma absoluta”. (XAVIER, 2003, p. 331-2).

Após essas considerações, é interessante percebermos que Marinho intitulou-se doutor em medicina, dizendo que havia feito o parto de gêmeos e, por outro lado, disse ser barbeiro. Como sabemos, essa profissão não se restringia a fazer a barba ou cortar o cabelo. Witter (2007) insere, juntamente com médicos, cirurgiões e boticários, os barbeiros como curadores por seus conhecimentos acerca das doenças e a procura da população por seus cuidados. Em uma nota de rodapé esclarece:

¹ Por *sofredores*, outro termo plural, compreende todos aqueles que estavam envolvidos com o doente – família ou grupo de relações – que são mobilizados nesse momento para os cuidados e que trazem consigo suas percepções acerca da saúde, doença e cura.

De acordo com o Dicionário Moraes e Silva, de 1813 (*apud* Figueiredo, 2002), era uma atividade comum aos barbeiros até princípios do século XX fazer sangrias e aplicar sanguessugas em quem lhes pagasse para isto. Alguns podiam ser cirurgiões-barbeiros, isto é, podiam também realizar cirurgias, embora, muitas vezes, não houvesse uma delimitação bem definida entre uma e outra atividade. (WITTER, 2005, p. 7).

Ao oferecer-se para curar os negros acima referidos Marinho apresentou-se como doutor em medicina. Essa escolha fica evidente se pensarmos como Xavier. O discurso médico contra a regulamentação dos saberes dos curandeiros evidenciava uma “hierarquia entre as diferentes práticas de cura”, associada às “diferenças sociais e econômicas. Controlar as diferentes práticas de medicina significava também preservar para si um lugar privilegiado”. (XAVIER, 2003, p. 346-7).

Nessa mesma perspectiva Witter (2005) alerta que até pouco tempo a historiografia sobre esse tema restringiu-se a reproduzir o discurso médico. “As práticas populares de saúde e cura acabaram aparecendo [...] como pertencentes a um conjunto de atitudes ‘pré-rationais’ e ilógicas, fruto de uma mistura de culturas (visto de forma pejorativa) e do ‘abandono’ em que viveram as povoações brasileiras, especialmente durante o período colonial”. As práticas populares teriam surgido principalmente, pela “falta’ de médicos” e por isso foram “admitidas pelas autoridades, por certo tempo, como um ‘mal necessário’ à sobrevivência da população”.

A historiadora evidencia que somente nos anos 1990 as percepções em torno de tais práticas populares, as artes de curar, são revistas com mais cuidado pela historiografia, a partir da leitura atenta das fontes documentais. Em linhas gerais, propõe um inventário desses estudos situando uma agenda de questões necessárias para esse campo de pesquisa em construção. Entre esses estudos, podemos citar tanto a sua própria tese defendida no ano de 2007, como o artigo de Regina Xavier (2003), assim como sua tese publicada no ano passado.

Sem arriscarmos cotejamentos dentro uma temática que temos poucas leituras, retomemos as duas autoras para melhor compreender as recusas de atendimento médico do nosso personagem. Se para Xavier, em Campinas, os curandeiros eram mais próximos dos populares, especialmente por não evidenciarem formas de controle e por compartilharem experiências sociais, para Witter, em Porto Alegre, essa diferença não se fazia tão perceptível. Citando a primeira, os médicos “não podiam, portanto, concorrer com os curandeiros, que tinham outras formas de entender as doenças, relacionando sua religiosidade com seus tratamentos e garantindo, por conseguinte, a conquista de espaço social e político”.

(XAVIER, 2003, p. 341). Witter, como já evidenciamos, observou a inserção social dos curadores e o “bom conceito” que deveriam ter com os sofrendores, mas também “era importante aos curadores saberem utilizar do seu poder de cura no universo das trocas sociais”. Assim, possivelmente o Doutor Rocha, que já havia medicado Ricardo Alves de Azambuja, desfrutava de maior prestígio em sua arte de curar. Portanto, o fato de Marinho ser de cor preta, assim como Ricardo, não foi o suficiente para persuadi-lo, mesmo que o Doutor Rocha não tivesse lhe dado boas expectativas quanto a sua doença.

Após compreendermos um pouco melhor os significados conferidos aos curadores e cotejando possibilidades acerca da utilização da identidade de médico por Marinho, retomemos a questão colocada anteriormente – o que significava para um sujeito negro, nas vésperas da abolição, se intitular doutor e oferecer-se para curar escravos ou libertos? – procurando situar outro debate que nos permite matizar mais fortemente a recusa de Alminda, Joaquim e Ricardo em relação aos cuidados do doutor de cor preta.

Xavier citou a identificação entre curandeiros, especialmente os escravos ou egressos do cativeiro, com a população negra por compartilharem experiências sociais. Seguindo esse raciocínio, Alminda, Joaquim e Ricardo deveriam ter aceito os cuidados de Marinho, afinal, eram negros. No entanto, a autora ressalta que é necessário “considerar a complexidade social e cultural que envolvia as relações entre médicos, homeopatas, curandeiros e pacientes”, considerando, pois, “o conjunto dessas condições históricas”. Essa consideração converge quando Witter (2007) aponta para o reconhecimento e inserção social do curador. É nessa perspectiva, pois, que podemos compreender a recusa dos tratamentos médicos oferecidos por nosso protagonista.

Witter situa o poder da cura como um dom utilizado como uma moeda de troca social. Assim, escravos curandeiros poderiam utilizar o seu dom como uma estratégia de libertação e depois de libertos utilizá-lo como uma estratégia de vida em liberdade. Além disso, demonstra as relações entre feitiço e cura. O conhecimento sobre ervas curativas, feitiços e rituais da população de descendência africana era amplamente respeitada não só por cativos como por livres. Moreira (2008) aponta que “senhores de escravos procurando auxílio para doenças junto aos seus escravos ou de outros proprietários não nos deve espantar. Abundam nos cartórios registros de cartas de alforria concedidas em agradecimento aos cuidados prestados pelos cativos nas enfermidades da família senhorial”.

Esse indício pode ser percebido na libertação do “crioulo cria da casa” Fidêncio, de 18 anos, na Fazenda de Boa Vista, no 1º Distrito de Cachoeira. Em 15 de agosto de 1875 o Sr. Domingos José Corrêa Pinto concedeu-lhe a liberdade por estar “bastante doente, e vivendo

em companhia de meus escravos, os quais me tem servido com toda a fidelidade e dedicação e sendo um deles o escravo Crioulo cria de casa Fidêncio [...] resolvi dar-lhe liberdade por minha morte, e só gozar de seus serviço enquanto eu vivo for”. A carta de Fidêncio só foi registrada em 03 de setembro de 1882, possivelmente pelo falecimento do senhor.²

Além dessas, Moreira e Xavier (2007) ressaltam para as relações entre práticas de cura e religiosidade. Moreira, citando Faria (1998), também chama atenção para a presença de uma circularidade cultural na formação social brasileira: “Pensamos que os escravos habitavam uma fronteira cultural que mesclava experiências africanas, européias e indígenas, sendo compreensível que eles dominassem um arsenal de práticas de cura que os habilitasse a atender seus parceiros e integrantes do mundo dos brancos” (MOREIRA, 2008, p. 12).

Essas possibilidades – a da inserção e reconhecimento do curador na sociedade, o partilhamento de experiência entre os curandeiros e a população pobre (escravos e ex-escravos) e o poder da cura com um dom, portanto, moeda de troca social, e das relações entre práticas de cura e religiosidade – não esgotam os campos de possibilidades para pensarmos a experiência de Marinho. Há outros indícios que nos permitem cotejamentos.

Ainda na parte da tarde do dia seis de maio de 1885, o escravo Torquato foi interpelado na rua pelo *doutor de cor preta*. Perguntou-lhe se sabia onde ficava a olaria e charqueada de Rafael Pinto Azambuja, pois lá queria falar com os pretos velhos Felizardo e Feliciano. Apresentou à Torquato um livro asseverando que era *doutor comissionado pelo governo para libertar negros* e que para tal feito estava agenciando pequenas quantias em dinheiro. Tentou persuadi-lo a recorrer a este estratagema legal para obter a liberdade, mas obteve resposta negativa. De todo modo, o escravo dispôs-se a levá-lo ao local que desejava ir, posto ser escravo do referido senhor.

Lá chegando, fez a mesma proposta a Marcelino, Leonardo e Felizardo, conseguindo convencer os dois últimos. Ao preto Felizardo perguntou se era *negro mina*, pois em Porto Alegre havia um doutor, assim como ele, que mediante pequenas quantias *forrava negros de nação*. Torquato, Felizardo e Leonardo eram pretos velhos com mais de oitenta anos, solteiros, lavradores, africanos (os dois primeiros eram da Costa e o terceiro era de Angola) e escravos de Rafael Pinto Azambuja. Leonardo e Felizardo, porém, eram libertos condicionais.

A liberdade sob contrato em que viviam Leonardo e Felizardo residia numa das formas de libertação regulamentadas pela Lei do Ventre Livre em 1871. Pelo artigo 4º, parágrafos terceiro, quarto e quinto, era permitido ao escravo, em troca de sua liberdade,

² APERS. Fundo Tabelaionato do Município de Rio Pardo. Subfundo: 1º Tabelaionato. Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 24, p. 84v

contratar seus serviços com o próprio senhor ou terceiros por no máximo sete anos. Essa forma de libertação ressalta, sobretudo, a situação de ambigüidade do manumisso. Nos autos do processo, por exemplo, Leonardo e Felizardo são chamados de pretos, escravos e libertos condicionais. Outro indicativo é a ausência de sobrenomes. A ambigüidade estava atrelada à necessidade de definir um “novo” tipo de trabalhador sem retirá-lo do domínio senhorial. A existência desses contratados era de fundamental importância na reorganização das relações de trabalho e dos meios de controle sob essa população. (cf. MOREIRA, 2003).

Além da questão dos contratados, o que teria levado o doutor que agenciava liberdades questionar se Felizardo era mina? Atualmente, temos um número considerável e qualificado de pesquisas que procuram diluir o termo “africano” em seus diferentes e heterogêneos grupos étnicos e, assim, os diferentes padrões de alforrias entre os africanos conforme os diferentes grupos de procedência e os crioulos nascidos no Brasil³. O trabalho de Scherer (2008, p. 124), evidencia a grande presença de *minas* em Rio Grande. Citando João Reis e Juliana Farias, aponta que mina era um “guarda-chuva étnico”⁴, uma designação étnica que agregaria todas as outras. Com o tempo, outras identidades afro-ocidentais iriam aos poucos sumindo e se transformando em mina”. Moreira, citando Reis (2003: p. 286), evidencia que Nagô significava “Negro iorubá sudanês. ‘Nação’ que se teria instalado em Ifê, desde o século XIII, de onde passou a Oiô”. E que Mina, conforme o mesmo autor, era um “termo geral para designar os escravos oriundos da África ocidental, em particular os embarcados em portos do golfo do Benin”.

Apesar de não ter identificado-se como mina, Marinho disse par Ricardo Alves de Azambuja que sua mãe era uma negra mina da Bahia. Localizamos o registro de uma alforria que possivelmente seja a de Ricardo, pois o sobrenome adotado em liberdade é o mesmo de seu do ex-senhor, a saber, Ricardo Alves de Azambuja (dono da charqueada e olaria visitada por nosso protagonista). Conforme Aladrén (2008, p. 121), “o fato de que alguns assumiram o sobrenome do ex-senhor sugere que essa mobilidade ocorria quando o liberto se inseria em redes hierárquicas de cunho clientelístico com seus patronos”. Talvez esse raciocínio nos faça entender a ausência da designação da cor de Ricardo durante o processo. Por outro lado, citando a dissertação de Rodrigo Weimer, Aladrén evidencia que a escolha do sobrenome poderia atrelar-se a tentativa de afastar-se do cativo e de seus signos.

As informações que constam no registro de liberdade feito em 18 de janeiro de 1881, um dia após a concessão, que pode ser o de Ricardo, é de que o manumisso era um preto

³ No Rio Grande do Sul: SCHERER, 2008 e ALADRÉN, 2008.

⁴ Juliana Farias utiliza este conceito atribuído a João José Reis.

mina/nagô, e que a carta foi concedida mediante pagamento de 400\$ pelo escravo. A carta foi feita por Francisco Alves de Azambuja, filho do senhor. Além disso, foi na casa de Ricardo que Marinho deixou alguns pertences seus, “um baú de folha, uma bolsa de viagem e um livro” que buscaria mais tarde, “que com ele deviam seguir para Cachoeira e de lá para Santa Maria, São Sepé, Alegrete, Pelotas e Rio Grande de onde devia embarcar para o Rio de Janeiro”.

Retornando às negociações do agenciador como os pretos velhos, como combinado Leonardo e Felizardo, acompanhados de Torquato, foram ao hotel às dezenove horas. Por sugestão do agenciador, dirigiram-se à esquina fronteira. Felizardo entregou a quantia de vinte mil réis (20\$000) e Leonardo, trinta mil réis (30\$000). Horas depois, aos saberem que o Delegado de Polícia havia levantado suspeita sobre Marinho decidiram então denunciá-lo. Imediatamente, a referida autoridade mandou buscá-lo no hotel, mas o acusado já não estava lá.

No dia seguinte, o delegado ordenou que o praça de Polícia Valdemar Iser procurasse e prendesse “o vagabundo que diz chamar-se Manoel Salgado Marinho, que pela voz pública, praticou crime de estelionato, e o conduza a minha presença”. A referida autoridade julgou conveniente mantê-lo preso durante o inquérito, por considerá-lo “vagabundo e sem domicílio certo por que além de aparecer com muitos títulos e dizer que era natural do Rio de Janeiro, havia já declarado [...] que era filho de Buenos Aires e barbeiro em Porto Alegre”.

Muito povo reuniu-se à porta da Delegacia de Polícia nos dois dias em que se procedeu o inquérito ex-ofício por parte do Delegado de Polícia Manoel Dadá Taborda. Ao fim, concluiu que o *indivíduo de cor preta* “procurava com esses títulos e artifícios iludir a boa fé dos escravos e mesmo libertos incautos”. Além de praticar o crime de estelionato, Marinho ameaçou “a autoridade em exercício de suas funções”. Tudo isso foi recomendado ao Juiz Municipal que, aliás, encontrava-se na delegacia acompanhando o inquérito.

Em sua conclusão acerca do libelo acusatório contra o réu preso Manoel Salgado Marinho, o promotor apontou como agravantes: a tentativa de estelionato contra Maria Dakau e Torquato, bem como o efetivo estelionato contra Leonardo e Felizardo, que “por ignorância própria” aceitaram a proposta do falso doutor; o uso da “falsa qualidade de doutor comissionado pelo governo para libertar negros” para enganar os pretos; e por fim, as ameaças públicas por contra o Delegado de Polícia do termo de Rio Pardo.

Façamos uma pausa no relato para evidenciar a suspeição gerada pelo Delegado, e provavelmente pela sociedade rio-pardense, em relação a Marinho *assim que chegou a cidade*. Para compreendermos essa situação e continuarmos em nossos campos de

possibilidades, cabe referenciarmos Sidney Chalhoub e seu estudo sobre os cortiços e epidemias no Rio de Janeiro. “Na verdade, o contexto histórico que se deu a adoção do conceito de ‘classes perigosas’ no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais.” (CHALHOUB, 1996, p. 24). Essa suspeição generalizada, conforme o autor, estava atrelada ao “problema do controle social” que “se agravava pelo fato de os próprios senhores freqüentemente autorizarem que seus cativos vivessem “sobre si”. Para além de uma concessão, “viver sobre si”, caso de Maria Dakau, Alminda e Joaquim, era vantajoso para ambos:

Para os senhores, este tipo de arranjo era muitas vezes vantajoso, pois permitia arrancar jornais mais elevados aos cativos, além de desobrigá-los das despesas com o sustento dos negros. Para os escravos, a maior autonomia de movimento tinha ainda a vantagem adicional de facilitar jornadas extras de trabalho com o objetivo de amealhar dinheiro suficiente para comprar sua liberdade aos senhores. (CHALHOUB, 1996, p. 27).

Além disso, podemos dizer que a partir da aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871 que promoveu um processo de emancipação, garantindo direitos aos escravos, as dificuldades no controle social agravaram-se. O libelo cível de Manoel Salgado Marinho se deu imediatamente antes da Lei dos Sexagenários, que libertou os escravos maiores de 60 anos o que nos faz questionar: será que os escravos persuadidos por Marinho não sabiam das discussões da lei que, em breve, os libertaria posto terem mais de 80 anos? O que teria levado Marinho a procurar justamente os escravos de idade avançada? Cabe salientarmos que no ano anterior houve um crescimento geométrico na concessão de alforrias condicionadas à prestação de serviços, enquanto que na Capital da Província se deu a redenção dos escravos. Sabemos, conforme Moreira (2003), que tal “redenção” não terminou definitivamente com a escravidão em Porto Alegre.

Os estudos acerca das designações de cor apontam para o caráter social das atribuições. Ou seja, a cor preta geralmente estava associada ao cativo, enquanto a cor parda, à liberdade. Obviamente essa não é uma regra ou fórmula simples, o processo de racialização e negatividade atribuída à cor preta é muito mais complexa e exigiria uma maior reflexão. Aladrén (2008, p. 112) alerta que as hierarquizações de cor observavam, além do fenótipo, a riqueza, o comportamento e a posição social do indivíduo. Sem aprofundarmos esse debate, gostaríamos de por em evidência outro indício pertinente no processo-crime aqui analisado.

Marinho possivelmente era livre ou liberto, já que apenas disse ser filho de uma negra mina, sem mencionar a condição materna. Ainda afirmou que seu pai era um português, logo, um branco, o que nos leva a concluir que Marinho era miscigenado. Talvez sua tez fosse mais próxima da mãe, uma negra africana, que de seu pai. De todo modo, esse mestiço estava na linha tênue entre as designações parda e preta. Considerando os critérios apontados por Aladrén fica compreensível o porquê das autoridades referirem-se a ele como “um indivíduo de cor preta que se diz doutor”. “Que se dizia doutor” indica o estado de suspeição em função da cor do sujeito que, possivelmente era parda se considerarmos somente a sua fenotipia. Além disso, deveriam pensar: como pode um sujeito de cor preta ser doutor? Nos chamou atenção também o fato de que os escravos envolvidos, todos africanos, serem designados como pretos. Ao liberto Ricardo Alves Azambuja, embora africano, não era atribuída nenhuma cor e aos contratados era associada predominantemente a cor preta e a a condição de escravos.

Para além da singularidade do nosso personagem e de sua criatividade ao criar/acionar diversas identidades sociais, esse caso traduz uma série de questões presentes na sociedade escravista às vésperas da Abolição, especialmente as hierarquizações sociais. Possivelmente, se dizer doutor em medicina e usar o sotaque espanhol, foram estratégias, embora dentro de uma racionalidade limitada, articuladas e construídas a partir da sua realidade social: afinal, por que se dizer doutor em medicina naquele cenário em que se pretendia afirmar o discurso médico em detrimento das práticas populares de cura? E por outro lado, por que as autoridades colocaram o sujeito de cor preta em suspeição assim que chegou a cidade?

Apenas para mostrar outras versões apresentadas, reproduzimos na íntegra duas notas publicadas no jornal Rio-Grandense, gentilmente cedidas pela Professora Doutora Beatriz Ana Loner. Nelas, consta o nome do livro apresentado aos pretos, o que poderia ser analisado dentro dos estudos sobre leitura num viés de análise próprio da histórica cultural. Também evidencia que Marinho intitulava doutor em Direito, além de Medicina e Engenharia. Como não trabalhamos com fonte-jornal, apenas cotejamos que o jornalista responsável poderia ter consultado outras pessoas ou estar reproduzindo as histórias que já povoavam o imaginário popular.

15/05/1885 p. 2 col. 1 – Rio Pardo: Recebemos a restauração de 10 do corrente, da qual transcrevemos, a seguinte notícia: Cavalheiro da Indústria: o trem de terça feira trouxe para esta cidade o indivíduo que diz respeito chamar-se Manoel Salgado Marinho, e que intitula-se *doutor em Medicina, Direito e Engenharia, e aos negros*

velhos que de preferência procurava, apresentava um livro (Amor de Perdição) e dizia que com aquilo provava que era doutor, comissionado pelo governo para forrar escravos, que só por todos sujeitavam-se ao cativoiro.

Dizia, porém, que precisava sempre algum dinheiro, mas que em 8 dias, trazia as cartas do que lho dessem.

Assim, conseguiu dos pretos, Felizardo e Leonardo, *contratados* com Rafael Pinto de Azambuja, a quantia de 50\$000 réis e mais conseguiria receber de outros negros com quem já havia falado, se não tivesse sido retido como foi, pelo delegado, que no mesmo dia conseguiu o inquérito policial, instaurado pelo crime de estelionato e ofensa, injúria a autoridade.

O doutor juiz municipal expediu mandato de prisão contra Marinho, que esta recolhendo na cadeia civil desta cidade.

Foi encontrado em poder do doutor a quantia de 51\$000 réis em 3 volumes, 1 de 30, 1 de 20, e outro de 1000 réis. O volume dos trinta era provavelmente recebido de Leonardo e o dos vinte, o de Felizardo.

Conclusão: o doutor só tinha um mil réis que lhe pertencia. [grifo meu]

28/08/1885 p.2 col.3 Rio Pardo: foi condenado de prisão o réu Salvador Martinho que se apoderará do pecúlio de alguns escravos sob pretexto de libertá-los e fora obrigado a restituir a quantia recebida.

Fontes Consultadas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – APERS:

Comarca de Rio Pardo. Vara Cível e Crime. Ação Judicial de Crime. Processo Judicial. Crime. Número 4821. Maço 97. Caixa 38. Ano 1885.

Cartas de Liberdade - Rio Pardo/RS (1850-1888). In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão*: catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul / – Porto Alegre: CORAG, 2006. Vol. 2.

Referências bibliográficas

ALADRÉN, Gabriel, *Liberdades negras nas paragens do sul*: Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Orientadora: Hebe Maria Mattos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da UFF, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Miguel Ângelo Silva da. *Entre a “flor da sociedade” e a “escória da população”*: a experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos/ Ciências Humanas/ Programa de Pós-Graduação em História, 2006.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: toca desigual no mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. [1979]

_____. Provas e possibilidades. In: *O fio e os rastros*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: história e morfologia*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Adivinhações, feitiçarias e curas: os poderes naturais e sobrenaturais dos negros e a fé dos senhores de escravos (Rio Grande do Sul/século XIX)*. (no prelo)

_____. *Etnicidade e Liberdade: As nações africanas e suas práticas de alforria*. (no prelo)

_____. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre, 1858-1888*. Porto Alegre: EST, 2003.

SCHERER, Jovani. *Experiências de busca de liberdade: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, século XIX*. Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, 2008.

WITTER, Nikelen. Curar como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 13-25, 2005.

_____. *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Orientador: André de Vieira Campos. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007. [Tese de Doutorado]

XAVIER, Regina. Dos males e suas curas: práticas médicas na Capinas oitocentista. In: CHALHOUB, Sidney et. al. *Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

Tradição e modernidade nas práticas de cura em Santa Cruz do Sul na República Velha

Ricardo Schmachtenberg*

No Brasil, os antagonismos entre as tradicionais práticas de cura e os médicos formados nas Faculdades de Medicina explicitam uma disputa fronteiriça pela cura de doenças que atingiam a população. As primeiras intervenções médicas foram herdadas muitas vezes da tradição indígena no cuidado de seus enfermos através de práticas de cura com a utilização de chás e ervas medicinais, praticadas especialmente por curandeiros, benzedeiros. Em contrapartida a estas práticas tradicionais de cura se desenvolveu ou entrou em ação uma nova visão de cura, pautada em uma medicina moderna se utilizando de práticas preventivas de cura como o saneamento das cidades, a distribuição de água potável à população e o controle de moléstias epidêmicas fruto dos benefícios da modernidade, do progresso, do desenvolvimento, dos melhoramentos, idéias estas que perpassam a *fin de siècle*.¹ Segundo Freyre,

Médicos de formação europeus e servidos por instrumentos e máquinas européias de tratar doentes ou de observar doenças em suas relações com os climas frios ou os meios europeus, tiveram que travar áspera batalha com curandeiros africanos ou da terra, íntimos conhecedores de ervas ou plantas tropicais.²

A partir do século XX estas tradicionais práticas de cura foram sendo substituídas, mas não desapareceram, por práticas preventivas. Pensava-se que muitas doenças eram transmitidas, se propagavam devido à falta de uma rede de esgotos sanitários e também devido à falta de água potável. E na cura de algumas doenças provocadas por falta de infraestrutura citadina, se utilizava chás, ervas medicinais ou também muitas vezes a população recorria a benzedeiras, curandeiras ou charlatões para curar suas enfermidades.

O charlatanismo e a homeopatia foram muito combatidas e criticadas, associadas às práticas curativas de caráter mágico. Os charlatões pregavam a cura através de métodos imaginários, não científicos e experiências não dirigidas pela razão. Segundo Bertolli Filho, “a homeopatia era um conhecimento capaz de medicar

* Doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e Professor da Escola Estadual de Ensino Médio Guilherme Fischer – Vale do Sol/RS.

¹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977, 2v, p. 506.

² Ibid., p. 508.

eficientemente qualquer enfermo, procedendo assim a ‘curas maravilhosas’”.³ Sendo assim, foram combatidos e denunciados pela classe médica, apontando que os charlatões estivessem impedindo os médicos de realizarem a cura e a prevenção de moléstias, proporcionando um aumento na mortandade da população.⁴ Em relação à homeopatia, Bertolli Filho afirma ainda que:

Se a campanha da medicina oficial buscava denegrir a doutrina rival, o povo via no homeopata uma espécie de mago, que através de remédios denominados de ‘ovas de aranha’ e ‘água benta’ comprova a eficiência da doutrina, realizando ‘curas milagrosas’ em pacientes desenganados pela alopatia.⁵

Os curandeiros eram indivíduos incultos e segundo Peixoto na sua obra *Superstição e crime no Brasil* “ministravam ou prescreviam ‘garrafadas’, ‘raízes do mato’, ‘banhos de folhas’, ‘mesas’, etc’”.⁶ Sendo assim, “o conflito traduzia o jogo de forças entre a ciência moderna e os conhecimentos empíricos que constituíam em grande parte o senso comum”.⁷

Os médicos encontraram grande dificuldade ou certo receio por parte da população em diagnosticar ou curar seus males uma vez que ela (população) já estava ambientada nas práticas tradicionais de cura e na medicina caseira e quando os médicos tentavam examinar os indivíduos, tocar em seus corpos, sofreram uma forte resistência, visto que estariam entrando na sua privacidade, estariam tendo contato com o corpo do paciente, o que segundo Correa contribuiu para “a dessacralização do corpo e interferindo diretamente no cotidiano das pessoas”.⁸ Outra questão importante a se ressaltar é que segundo Ribeiro, os poucos médicos que existiam cobravam fortunas por consulta e que restava a população recorrer aos curandeiros e feiticeiras como única assistência para a cura de doenças.⁹

³ BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Em torno do imaginário social: ciências médicas e religião*. – São José dos Campos: U.P.G.E., 1991. (textos avulsos, 1), p. 12.

⁴ MACHADO, Roberto et alli. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 198.

⁵ BERTOLLI FILHO. Op. cit., p. 15. Alopatia: métodos como purgativos e sangrias ou sanguessugas.

⁶ PEIXOTO, Isadora Durval. *Superstição e crime no Brasil*. – São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1980, p. 118.

⁷ CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Sexualidade e poder na Belle Époque de Porto Alegre*. – Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994, p. 52.

⁸ Ibid., p. 51.

⁹ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim. Inventário da saúde pública. São Paulo – 1880-1930*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 190.

Este embate e oposição entre os médicos e as práticas populares de cura se transformou em uma oposição entre o moderno e o tradicional, o senso comum, a ciência e a não ciência, o racional e o irracional. Conforme Machado,

O médico é desinteressado, moderado, racional, mas observador, honrado, avesso à glória. O charlatão é interessado, irracional (busca causas sobrenaturais) ou demasiado empírico (é enganado pelos sentidos), procura a glória. O médico e a medicina são discretos, detestam a publicidade, mas seu saber é público. O charlatão procura a publicidade, anuncia nos jornais, mas seu saber é secreto.¹⁰

O Código Penal de 1890 no seu capítulo III dos crimes contra a saúde pública proibia nos seus art. 156, 157 e 158 o exercício da medicina em qualquer de seus ramos sem estar devidamente habilitado seguindo as leis e regulamentos sob pena de prisão por um a seis meses e multa de 100\$000 a 500\$000. Também proibia a prática do espiritismo, da magia, inculcar cura de moléstias curáveis e incuráveis sob pena de um a seis meses de prisão e multa de 100\$000 a 500\$000. Ministras, ou prescrever como meio curativo para uso interno e externo, substâncias de qualquer dos reinos da natureza, exercendo o ofício denominado de curandeiro. Pena de um a seis meses de prisão e multa de 100\$000 a 500\$000.¹¹ No entanto, como no Rio Grande do Sul a Constituição Estadual assim como o Regulamento da Diretoria de Higiene previam a liberdade para o exercício profissional, este código e seus artigos, de certa forma, não poderiam ser aplicados ou teriam certas limitações quanto a sua execução no Estado.

No Rio Grande do Sul, era livre o exercício profissional e “não caberia ao Estado nenhuma ingerência sobre o exercício de quaisquer profissões, que seriam *reguladas* pelas decisões da população, esclarecidas pela *ciência*”,¹² e para exercer a Medicina bem como a Farmácia, “o Regulamento dos Serviços de Higiene do Rio Grande do Sul, de 1895, estabelecia que os interessados devessem inscrever-se em registro existente na Diretoria de Higiene”. O Regulamento da Diretoria de Higiene criado em 1907 consolidou esta perspectiva afirmando a “liberdade do exercício da Medicina, em qualquer dos seus ramos, e da Farmácia”, e ainda “entendia não ser atribuição do Estado regulamentar a Medicina, as casas de cura e as práticas de saúde e interferir nas habitações e nas decisões particulares sobre o uso ou não da vacina”. Ou

¹⁰ MACHADO. Op. cit., p. 200-201.

¹¹ PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. – Bauru, SP: Editora Jalovi, 1980, p. 286.

¹² WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, p. 43.

seja, caberia aos indivíduos tomarem suas decisões em relação a sua saúde e o Estado não poderia intervir nestas decisões, somente em casos de ocorrência de epidemias.¹³

Em Santa Cruz as medidas de ordem higiênicas tomadas pela Intendência tinham o intuito de prevenir a ocorrência e propagação de moléstias infecto-contagiosas na cidade. Quando ocorria algum caso de moléstia contagiosa, eram tomadas as devidas providências com o intuito de debelar a enfermidade como a vacinação da população e o fornecimento também de assistência médica, quando possível, aos doentes vitimados pelas moléstias.¹⁴

Além das medidas preventivas como a distribuição de água potável a população, esta também deveria cuidar de sua saúde, de sua higiene pessoal, ou seja, manter suas habitações em perfeitas condições higiênicas evitando aglomerações populacionais, bem como cuidar de sua alimentação. E para tanto, foram criados os códigos de posturas e regulamentos, assunto que veremos no próximo capítulo, como uma forma de regulamentar e disciplinar a população em relação aos seus hábitos e costumes, nas suas habitações e higiene sanitária. Cabe salientar, portanto, que “a educação sanitária, sem sombra de dúvida, é indispensável, visto que uma população informada sobre a doença tende a evitar os focos de contágio”.¹⁵

Em Santa Cruz do Sul, no período inicial da colonização a população se ressentia da falta de médicos, enfermeiras, da medicina, ausência de hospitais,

¹³ Ibid., pp. 49-53.

¹⁴ “As condições sanitárias da população foram as melhores e não sofreram com a epidemia da varíola irrompida no 7º distrito; para lá destacamos um médico Sr. Sankott que ao todo chegou a vacinar cerca de 1.500 pessoas no 7º e 2º distrito; assim também foram tomadas providências na cidade, vacinando o Dr. Hardegger cerca de 2.000 pessoas só deixando de atender quando deixavam de comparecer”. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General José Antonio Flores da Cunha D. D. Interventor Federal neste Estado pelo Prefeito Cel. José Wohlgemuth Koelzer pelo período de 23 de novembro de 1929 a 30 de setembro de 1930. Tip. Lamberts & Riedl.

¹⁵ ABRÃO, Janete Silveira. *Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre, 1918*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 76.

“A função da educação sanitária em um programa de saúde pública: No moderno conceito de saúde pública, o órgão de Saúde Pública de uma comunidade não se preocupa somente com a função médica, compreendendo os aspectos sanitários, preventivo e curativo da medicina, mas, também, deve desenvolver uma ação social visando realmente a promoção da saúde e do bem-estar do povo. Todo indivíduo, por exemplo, deve tornar-se familiarizado com as vantagens e benefícios da imunização contra certas doenças transmissíveis, como sejam, a varíola, a difteria, a febre tifóide, etc., pois que desse modo ele é capaz de assegurar a imunização dele próprio e de sua família. O conhecimento dos problemas produzidos pela água impura fará com que o indivíduo não somente empregue esforços para a conquista de maior quantidade d’água, como também ajudará no sentido de se interessar pela qualidade da água. Todos são, portanto, problemas de ordem individual e para a sua solução o indivíduo tem de assumir sua própria responsabilidade e esta somente é conseguida através de informação, conhecimentos e participação efetiva, de modo que ele, compreendendo os problemas de saúde, saiba utilizar as facilidades oferecidas pelos órgãos públicos ou aqueles que eles próprios conquistam com esforço e sacrifícios muitas vezes”. In: Anais do 2º Congresso Sul-Riograndense de Higiene realizado em Porto Alegre, de 20 a 26 de setembro de 1959 pela Sociedade de Higiene do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria Selbach.

ocasionando mortes prematuras e incidência de doenças. O atendimento a população no início da colonização até a chegada dos primeiros médicos na cidade eram realizadas por um padre que atendia e confortava religiosamente os doentes. Além do empecilho da falta de um médico, os doentes, muitas vezes, esperavam muito tempo pela chegada do padre em virtude das distâncias e a dificuldade de acesso – as estradas eram precárias – para chegar até as localidades onde residiam os enfermos. Segundo Giehl, “o atendimento e conforto médico, no século XIX, era praticamente impensável no Vale do Rio Pardo e no Vale do Taquari”.¹⁶

Além dos padres, os pastores, as parteiras, os curiosos e irmãs franciscanas também exerciam as atividades de cura de doenças. As pessoas que necessitavam de auxílio médico eram encaminhadas ao Dr. Antônio Ferreira de Andrade Neves, pertencente às forças militares sediadas na cidade de Rio Pardo.¹⁷ Além disto, antes da chegada dos primeiros médicos à colônia a única solução encontrada pelas famílias na cura de muitas doenças além do auxílio recebido pelos primeiros, era através da medicina caseira, com a fabricação e consumo de chás e remédios caseiros como o chá de camomila, o óleo de rícino para a cura de verminoses, a oline entre outros. Segundo Weber, “usos medicinais de plantas eram comuns em todo o Estado, como provavelmente em todo o País. A população utilizava ervas para os mais diversos males, havendo vendedores que as colhiam e vendiam nos povoados”.¹⁸

Ou seja, quando não se tinha o conforto e atendimento dos padres, curandeiros ou “curiosos” e até mesmo dos médicos, a utilização de chás e ervas medicinais como forma de medicação caseira era freqüentemente usada por famílias para curar um indivíduo de alguma enfermidade.¹⁹ Este tipo de prática era muito utilizado, e ainda é

¹⁶ GIEHL, João Walter. “A debilitação da saúde e o surgimento do primeiro hospital geral em Santa Cruz do Sul”. Palestra pronunciada no Terceiro Ciclo de Palestras sobre Santa Cruz do Sul, de 20 a 23 de outubro de 1986, promoção do Conselho Municipal de Cultura. Chanceler do Bispado de Santa Cruz do Sul, mimeo, p. 02.

¹⁷ PAULI, Liane Teresinha Schuh. *Uma história do binômio saúde/doença em Santa Cruz do Sul 1849-1908*. Santa Cruz do Sul: Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC, 1998, p. 98.

¹⁸ WEBER. Op. cit., p. 189.

Camomila é um estimulante e tônico, usado ordinariamente debaixo da forma de chá no fastio, cólicas, indigestão, clorose, histerismo, goza também de propriedades febrífugas, antelmínticas e emenagogas. O óleo de rícino é um dos purgantes mais usados, goza também de propriedades vermífugas. As evacuações alvinas principiam ordinariamente três ou quatro horas depois da administração do óleo de rícino, e continuam por cinco a seis horas. Esta mesma preparação serve vantajosamente contra a ténia. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Formulário e Guia Médico*. 15ª ed. Paris: Livraria de A. Roger & F. Chernoviz, 1892, pp. 280-281-566.

¹⁹ Contra a Tuberculose: Receita: folhas recentes de alecrim, folhas recentes de salva, rasuras de casca d’anta (*Drymis*) e vinho branco generoso. Mistura-se tudo com vinho quente ao banho Maria e filtra-se.

hoje, tomava-se chás para aliviar as dores estomacais e para curar algum tipo doença, o bálsamo alemão para combater a tosse, a ‘cafi aspirin’ ou cafeaspirina para combater a febre, um pedaço de ‘*krautplatt*’ – folha de couve – aquecida na chapa do fogão e depois aplicada sobre o local da ferida, etc...²⁰

No final do século XIX, Santa Cruz foi atacada horivelmente por uma epidemia de escarlatina²¹ e como não existia um médico na cidade, e sim apenas um “curioso”, sem conhecimento da medicina moderna para o tratamento dos enfermos, e tomando a epidemia maiores proporções, atingindo especialmente as crianças, as autoridades municipais expediram uma carta ao governo estadual para que este providenciasse a presença de um médico hábil para Santa Cruz, aliviando assim, a população desta moléstia.²²

Percebe-se, portanto, que muitos habitantes não tinham acesso a um médico, salvo quando estes eram requisitados pela Intendência para fazer algum tipo de atendimento aos enfermos, a população socorria-se de curiosos, curandeiros e benzedeiros bem como a utilização de chás e remédios caseiros para curar suas doenças. É possível verificar também em jornais da cidade como, o jornal *Kolonie* e a *Gazeta de Santa Cruz*, anúncios de receitas de remédios caseiros para a cura de doenças como o

Durante 8 a 10 dias, usa-se um cálice desse remédio, de 3 em 3 horas fazendo ceder a tuberculose mais adiantada.

Contra o Tifo: Receita: faz-se uma grande cataplasma de cebolas cruas cortadas e esmigalhadas conjuntamente com folhas de eucalipto e limão partido, colocando-se aos pés do doente, de modo que eles fiquem bem cobertos por cima e por baixo. Ao cabo de 7 ou 8 horas, retira-se a cataplasma e fica conjurada a febre. Dá-se sempre ao doente limonada cítrica. Essa aplicação é também muito útil na meningite das crianças. Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1910. Porto Alegre: Editores Krahf e Cia.

²⁰ MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã: imagens do passado*. – Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

²¹ “Moléstia contagiosa e muitas vezes epidêmica, caracterizada por uma erupção cutânea, cuja evolução é precedida de incomodo geral, arrepios, fastio, cefalalgia e febre. Do segundo ao quarto dia aparece a erupção, acompanhada de dor de garganta, que é um dos principais sintomas da escarlatina. Aparecem manchas e estas manchas alargam-se, reúnem-se e a vermelhidão torna-se uniforme. A erupção é acompanhada de ardor, de tumefação considerável, e às vezes de elevações populosas no rosto e nas extremidades. A escarlatina ataca quase exclusivamente as crianças, que a tem de ordinário uma só vez. Transmite-se facilmente aos indivíduos que não a tiveram. É rara, porém mais grave nos adultos do que nas crianças. Na escarlatina hemorrágica, a dispnéia é intensa, enfim hemorragias fazem-se pelos rins e pelas membranas mucosas. Tratamento: conserva-lo em temperatura moderada, preservá-lo do frio, sem que seja necessário abafá-lo com cobertores, também recorrer às poções com acetato de amoníaco, preparações de quina e como meio preservativo, contra a escarlatina epidêmica, empregar a belladona (narcótico empregado nas cólicas espasmódicas, tosses nervosas, coqueluche, tétano, escarlatina)”. Poção preservativa da escarlatina. CHERNOVIZ. Op. cit., p. 963.

²² Delegacia de Polícia de Santa Cruz, 15 de novembro de 1886. Maço 206, caixa 110, lata 151, nº 51, AHRS. (grifos meus).

Remédio Santa Cruz utilizado contra a difteria, Gotas de Santa Cruz específico contra o cólera.²³

O primeiro médico residente em Santa Cruz do Sul foi o Dr. Julius Laurent, encarregado do tratamento dos doentes na colônia em 1859.²⁴ Em 1883 chega a Santa Cruz o médico Dr. Carl Hermann Eduard Kämpf, naturalista e especialista em hidroterapia fundando em 1889 o Sanatório Vida Nova que serviu como instituto curativo para muitas espécies de moléstias e enfermidades, sendo que as múltiplas curas elevaram o conceito do estabelecimento para além das fronteiras do Estado.²⁵ Em 1891 foi nomeado médico e vacinador da municipalidade o Dr. Gustavo Porkins pela Intendência Municipal²⁶ e no ano de 1900 foi nomeado o cidadão Adolfo Evers como médico e clinicar na cidade.²⁷

Em Santa Cruz, por mais que a administração municipal tomasse providências para conter os problemas sanitários, o município carecia de um estabelecimento, de um hospital que intensificassem a cura dos doentes. Este assunto foi tratado por diversas autoridades municipais juntamente com as Irmãs Franciscanas que chegaram a um consenso de que Santa Cruz precisava de um hospital e este deveria ser construído.

Começaram-se as obras do hospital, tendo sua data de inauguração e início das atividades previstas para 1908. No entanto, como já foi abordado anteriormente, uma estiagem e principalmente a contaminação da água provocou uma epidemia de tifo que se proliferou pela cidade, provocando várias vítimas e obrigando a imediata abertura do hospital. O Dr. Heinz von Ortenberg, juntamente com as irmãs tiveram que emergencialmente abrir as portas do hospital e começaram a atender os enfermos que vinham de todas as partes, antecipando a abertura do hospital em 1907.²⁸

²³ Jornal Kolonie e Jornal Gazeta de Santa Cruz. Ver: PAULI. Op. cit., p. 166.

²⁴ Ibid., p. 98.

²⁵ “O médico tratava seus pacientes pelo sistema **Kneipp, Plater e Bilz**, adaptados, segundo seu elevado conhecimento ao clima sul-riograndense. Mais tarde assumiu os tratamentos hidroterápicos seu filho, o médico Walter Kämpf que junto ao irmão Arno, passou a administrar o estabelecimento. Nos anos 40, as antigas banheiras cederam lugar ao chuveiro de água quente e os banhos de vapor contra gripe forte. Os banhos de vapor eram feitos em caixas finlandesas. Já os banhos de lodo medicinal eram feitos em forma de compressas, com o barro vermelho extraído da mata nativa do próprio local”. Santa Cruz do Sul, Jornal Gazeta do Sul, 19 de março de 2003, p. 14. (grifos meus).

²⁶ “O Dr. Gustavo Porkins dirigiu um requerimento a Intendência, pedindo para ser nomeado medico de partido e vacinador da municipalidade. Amparando a pretensão em vários documentos abonatórios de sua competência profissional, alegava também ter servido como lente catedrática da Faculdade de Medicina de Buenos Ayres. A Intendência, julgando convenientemente comprada a pretensão, deferiu o requerimento, nomeando o Dr. Porkins para aquele cargo”. MENEZES, João Bittencourt. *Município de Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul: Typographia de Lamberts & Riedl, 1914, p. 205.

²⁷ Livro de registro dos Atos e Regulamentos da Intendência Municipal de Santa Cruz de 1892 a 1924. Ato nº 47 de 01 de março de 1900.

²⁸ GIEHL. *A debilitação da saúde e o surgimento do primeiro hospital*. Op. cit., p. 08.

Em 1908, o Hospital Santa Cruz entrou em pleno funcionamento.²⁹ Nos anos de 1914, 1926, 1929 e 1932 foram ampliadas a estrutura do hospital com a construção de um novo pavilhão para isolamento, ampliação do prédio e também a aquisição de aparelhos como Raio X, Ultra Violeta e microscópio.³⁰

Na cidade, muitas mulheres foram vítimas de doenças relacionadas com o parto ou pós-parto e crianças recém nascidas estavam sendo vítimas de tétano,³¹ tudo porque não existiam técnicas e pessoas especializadas para realizarem o parto. Esta doença (tétano) que atingiam as crianças recém nascidas também era conhecida como “mal de sete dias” ou “mal de embigo” (sic), que “consistia na inflamação do cordão umbilical, inflamação que pode ser produzida pelo desalinho (não sutura ou completo fechamento do cordão umbilical). Esta doença aparecia espontaneamente, mas, era ordinária e provocada pela falta dos cuidados higiênicos”.³² Assim, existia uma preocupação por parte da administração municipal e dos médicos em diminuir estes casos de mortalidade.

Foram realizados no início do século XX cursos ministrados pelos médicos da região de preparação e treinamento para as parteiras atuarem nas localidades, visando à melhoria do atendimento e diminuição do risco de morte. Segundo Pauli “o simples fato de lavar as mãos poderia diminuir o número de infecções puerperais. A preocupação com o treinamento das ‘mulheres parteiras’ em muito poderia diminuir os índices de morte durante o puerpério”.³³ Ainda, sobre as parteiras, Weber afirma que,

As parteiras aprendiam pela prática, provavelmente com o contato com outras parteiras mais velhas, que guardavam conhecimentos do

²⁹ Ibid., p. 08.

³⁰ PAULI. Op. cit., p. 148.

³¹ “Tétano é uma moléstia caracterizada pela rijeza e tensão convulsiva de um ou mais músculos, e às vezes de todos os músculos sujeitos ao império da vontade, estado de câimbra ou de convulsão que se mantém durante tempo indefinido, e produz imobilidade absoluta, que nem à vontade do doente nem os esforços de outra pessoa não poderiam vencer. Quatro vezes em cinco, o tétano começa pelo trismo, isto é, pela contração espasmódica dos músculos masseteres e temporais que endurecem, não se alongam e conservam o queixo inferior fortemente unido ao superior. A rijeza propaga-se aos músculos da face, do pescoço, do tronco, dos membros, e, no meio desta desordem de inervação, as faculdades intelectuais conservam-se intactas. O tétano sobrevém espontaneamente de ordinário, sem causa conhecida, ou desenvolve-se em consequência de alguma ferida. Tratamento: os medicamentos empregados contra o tétano são numerosos; indico os que produziram alguma cura: Ópio, ou extrato de ópio em grande dose; injeções de cloridrato de morfina e água destilada; uma poção de éter sulfúrico; dá-se de beber também aguardente de cana ou aguardente de França até produzir a embriaguez; aconselha-se também banhos quentes prolongados, limpar a ferida, extrair os corpos estranhos, curá-la convenientemente, próprio para prevenir o tétano”. CHERNOVIZ. *Formulário e Guia Médico*. Op. cit., pp. 1159-1160.

³² CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das Ciencias Accessarios para uso das Famílias*. 6ª ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890, p. 359, Vol. II.

³³ PAULI. Op. cit., pp. 113-114.

funcionamento do corpo feminino que não eram comuns. As parteiras compartilhavam das vidas das mulheres que tratavam, resolvendo seus ‘incômodos’, guardando seus segredos e mantendo suas amizades. Eram mulheres que exerciam os mesmos papéis cotidianos que as demais e, principalmente, ajudavam mulheres à ‘darem a luz’. Tinham uma profunda inserção no cotidiano do espaço doméstico, incluindo as crianças, os vizinhos, os parentes, num universo governado pelos valores femininos.³⁴

No período da década de 20, surgiu também em Santa Cruz uma clínica de tratamento hidroterápico para a cura de doenças como o tifo, a gripe, criado por um médico naturalista chamado Reinhold Woldemar Bräuer.

Os tratamentos feitos pelo naturalista consistiam em banhos calculadamente alternados, de água quente e fria, ajudando na cura do tifo. A **wasser kur**, ou cura pela água, compreendia vários métodos, como o *prostwicken* (enfaixar o peito) para aliviar o catarro. Para dores de garganta com inflamação, o tratamento era o mesmo – uma faixa molhada em água fria e depois torcida, mais um pano seco por cima.³⁵

Portanto, percebe-se que a medicina caseira e os outros tipos de medicina popular não desapareceram, foram convivendo e buscando espaços na sociedade como verificamos ainda hoje com a medicina oficial, científica e por práticas preventivas a partir do século XX, ou seja, com o crescimento dos centros urbanos e a crescente sociabilidade da vida, exigiu que a saúde pública fosse controlada por uma medicina científica, racional e que fossem tomadas medidas preventivas e profiláticas, o que não quer dizer que estas práticas foram abandonadas e segundo Weber, “as práticas populares de cura permaneceram vivas e intensas, compartilhando o prestígio do espaço terapêutico e medicalizado das clínicas e hospitais de médicos-doutores”.³⁶ Ainda, segundo Singer:

Esta oficialização proporciona à medicina universitária uma posição privilegiada face às demais medicinas de cunho religioso ou leigo, que tinham por clientela a grande massa da população pobre. A partir desta posição, a medicina universitária vai receber o apoio material necessário para os grandes avanços da bacteriologia, que lhe permitirá alcançar superioridade decisiva em relação às várias formas de medicina popular. Uma vez alcançada esta superioridade no campo das doenças infecciosas, estavam dadas as premissas para a instituição do monopólio efetivo, na área dos cuidados à saúde, da medicina universitária e a conseqüente decadência (**mas não desapareção**) dos demais tipos de medicina.³⁷

³⁴ WEBER. Op. cit., p. 196.

³⁵ Santa Cruz do Sul, Jornal Gazeta do Sul, 20 de março de 2003, p. 21. (grifos meus).

³⁶ WEBER. Op. cit., p. 195.

³⁷ SINGER, Paul, CAMPOS, Oswaldo & OLIVEIRA, Elizabeth Machado de (orgs.). *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988, p. 36. (grifos meus).

Junto a estas práticas preventivas e profiláticas típicas da medicina moderna do século XX, foi criada pela Intendência Municipal de Santa Cruz os dispositivos disciplinares – códigos de posturas e regulamentos – para normatizar a sociedade. Um mecanismo regulamentador que tinha como característica prevenir a incidência de moléstias e a desordem do espaço urbano, resultando em uma relação de poder que tem como efeito um saber. Neste sentido, com o crescimento urbano de Santa Cruz, criaram-se estes dispositivos de saber-poder, uma preocupação político-sanitária em corrigir problemas como a falta de higiene pública, a proliferação de miasmas, os cemitérios, com a circulação da água e do esgoto e, principalmente com a conduta, com os hábitos e comportamentos de suas habitantes.

Por estes pressupostos, o poder político criou regulamentos para normatizar as instituições, assim como a vida da população de Santa Cruz com o intuito de prevenir a ocorrência de doenças que a má conduta e a falta de disciplina poderia ocasionar. Os códigos de posturas e regulamentos da Intendência Municipal de Santa Cruz são explícitos quanto a estes dispositivos, criados com a finalidade de controlar as moléstias e ao mesmo tempo disciplinar os cidadãos que desobedeciam as normas e que ofereciam algum tipo de resistência ou perigo social.

Referências bibliográficas

ABRÃO, Janete Silveira. *Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre, 1918*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Em torno do imaginário social: ciências médicas e religião*. – São José dos Campos: U.P.G.E., 1991.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Formulário e Guia Médico*. 15ª ed. Paris: Livraria de A. Roger & F. Chernoviz, 1892.

_____. *Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessarios para uso das Famílias*. 6ª ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Sexualidade e poder na Belle Époque de Porto Alegre*. – Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977.

- MACHADO, Roberto et alli. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MENEZES, João Bittencourt. *Município de Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul: Typographia de Lamberts & Riedl, 1914.
- MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã: imagens do passado*. – Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.
- PAULI, Liane Teresinha Schuh. *Uma história do binômio saúde/doença em Santa Cruz do Sul 1849-1908*. Santa Cruz do Sul: Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC, 1998.
- PEIXOTO, Isadora Durval. *Superstição e crime no Brasil*. – São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1980.
- PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. – Bauru, SP: Editora Jalovi, 1980, p. 286.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim..Inventário da saúde pública. São Paulo – 1880-1930*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- SINGER, Paul, CAMPOS, Oswaldo & OLIVEIRA, Elizabeth Machado de (orgs.). *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, p. 43.

Como é abordada a questão da saúde nos atuais livros didáticos destinados ao Ensino de Alemão como Língua Estrangeira

Camila Gardini

Carla Kerkhoff

Em 1824, inúmeros grupos de alemães vieram para o Rio Grande do Sul e construíram uma pequena Alemanha, onde preservaram sua cultura e principalmente, sua língua, tanto o “Hochdeutsch” como também os diversos dialetos. Com o passar do tempo, estes germânicos construíram pequenas comunidades, privilegiando a construção de igrejas e escolas, com o objetivo de conservar sua cultura. No início, os imigrantes alemães enfrentaram inúmeras dificuldades, solidificaram raízes nesta terra e seguiram o caminho da educação.

Os imigrantes vieram para cá com a firme determinação de não mais retornarem à pátria de origem. O objetivo básico se resumia em fazerem a vida na terra distante e estranha, tornarem-se cidadãos da nova pátria, colaborarem na edificação da nacionalidade e, sobretudo, desbravarem os caminhos que possibilitassem aos filhos e descendentes oportunidades de uma existência condigna (RAMBO, 1994, p. 11).

Desde sua chegada, em 1824, muitos imigrantes alemães tomaram iniciativas comunitárias, no que tange o processo escolar. Ter uma escola¹ e poder oferecer um ensino a seus filhos eram algo imprescindível. Para tanto, os imigrantes alemães, principalmente no Rio Grande do Sul, investiram intensamente na imprensa de materiais escritos em língua alemã. Segundo Gertz (2004) “quando de trata do tema imprensa e imigração alemã no período anterior a 1941, deve-se atentar para, no mínimo, três tipos de publicação: almanaques, revistas e jornais” (p.100). Entretanto, o trabalho da imprensa na elaboração e na impressão de livros didáticos em língua alemã, foi um dos maiores marcos da imigração. Grande parte desta valiosa memória da imprensa do imigrante alemão se deve a casa publicadora Rotermund, fundada por Wilhelm Rotermund (1843-1925). A gráfica preocupou-se com a produção de livros didáticos para os estudantes descendentes de imigrantes alemães no Brasil, ou seja, a editora “produziu o mais significativo acervo pedagógico de expressão alemã na América Latina” (DREHER, 2004, p. 91). Todas estas publicações, principalmente,

¹ Segundo Kreutz (1991), durante o período de colonização, as escolas eram vinculadas à igreja, ou seja, a formação de uma comunidade religiosa sempre vinha acompanhada da instalação de uma escola. Desde os primórdios da colonização os imigrantes teutos zelavam por uma escola que se tornou característica das suas comunidades rurais, a escola paroquial ou comunitária (p.58). Outro ponto importante, é que, muitas vezes, o representante da igreja (padre ou pastor) assumia duas funções, ou seja, era professor e, ao mesmo tempo, pregador na comunidade.

os livros escolares e jornais objetivaram um apoio às quase 1.200 escolas étnicas que mantinham no estado.

Periódicos e livros escolares, considerados anteriormente resíduos etnográficos de pouca significação para o entendimento das instituições docentes, são tidos atualmente como fontes essenciais na configuração de uma nova historiografia da educação, pois estão em convergência com outras estratégias culturais para formar identidades e estruturas desejadas (BENITO, 2000).

Um dos mais importantes periódicos, intitulado *Das Schulbuch - Organ zum Ausbau der Schulbuchliteratur* (O Livro Escolar - Órgão para fomento da literatura escolar), trata diretamente dos manuais didáticos. Tendo sido editado por Rotermund de 1917 a 1938, consta nele uma relação significativa de materiais didáticos (livros escolares) especificamente para as escolas étnicas. Além de *Das Schulbuch*, mais dois jornais / revistas, publicados para professores, foram impressos neste mesmo período. Um destinado a associação dos professores católicos e outro a associação de professores evangélicos. Ambos tinham o mesmo propósito de *Das Schulbuch*, auxiliar os professores em aspectos metodológicos e didáticos.

Com esses princípios, a figura do professor adquiriu grande importância. Segundo Kreutz (2004) “(...) sua ação educativa na escola deveria ter vinculação com a ação educativa na comunidade, tornando-se localmente o agente principal dessa orquestração educativa, vinculando escola e comunidade (...)” (p.147). Durante o período da imigração, o professor foi visto como um elemento de unificação, pois se inseria ativamente tanto no campo sóciopolítico, quanto nos campos religioso e cultural, assumindo importantes compromissos e responsabilidades.

Considerado como um guardião da ordem e dos valores da comunidade, cabia ao professor assegurá-los não apenas pelo ensino, mas preferencialmente pelo exemplo de vida e por sua intermitente atuação no campo religioso e social. Daí a concepção do magistério e suas extensões do serviço religioso e social como uma vocação, uma missão, um sacerdócio (KREUTZ, 1994, p. 23).

Sendo o professor um educador com grandes responsabilidades, era necessário um constante aperfeiçoamento, ou seja, que ele visasse a sua formação pedagógica e sua atuação em sala de aula. Com este intuito, o trabalho realizado pelas duas associações de professores (katholische und evangelische Lehrvereine), as quais, de acordo com Kreutz (1994), trabalharam visando o mesmo objetivo: elaboração, impressão e difusão do material didático,

com o princípio pedagógico de que o trabalho escolar deveria estar de acordo com a realidade dos alunos, preparando-os para o seu engajamento ativo na comunidade, foi fundamental. Em função disso, a primeira iniciativa já se deu com a publicação da cartilha *Neuestes ABC-Buchstabier - und Lesebuch*, em 1832.

No *Lehrerzeitung*² católico, de 1902, há uma afirmação sobre os livros didáticos, que diz o seguinte: “Bons livros não significam somente um ganho de tempo, eles adiantam e promovem uma aula inteira”. Pela afirmação, entendemos o quanto o livro didático era considerado útil e necessário, conforme Kreutz (2004) acrescenta: “Dizia-se que sempre é útil ao professor, mesmo ao mais experiente, ter um manual e um roteiro de aula, ainda que não o siga integralmente” (p.236). Destacando esta idéia, a questão da elaboração de materiais didáticos começou a ter um incentivo maior por parte da coordenação das igrejas e associações, evangélica e católica, e junto aos teuto-brasileiros.

O processo escolar entre os imigrantes teve uma grande expansão, tanto que, entre o período de 1917 a 1938, foram impressos um total de 167³ livros didáticos, especificamente para a comunidade teuto-brasileira. Todos estes materiais didáticos foram produzidos sendo vinculados à realidade daquela época. Para tanto, temas como descobrimento, fauna e flora do Brasil, Gramática para o ensino da Língua Alemã e Portuguesa, História Geral, Matemática, Geografia, entre outros, eram os assuntos mais acentuados nestes materiais. Entretanto, houve também a impressão de livros de Leitura e de Religião, os quais traziam cantos, orações e histórias voltadas a uma educação cristã.

A missão da escola elementar (Volksschule) não se resume na instrução (Unterricht), mas na educação de novas gerações para a moralidade e a religião. Fora verdadeira a afirmação: quanto mais se sabe, tanto maior é a virtude! Nossa época deveria ser rica em virtudes e justiça. E apesar de tudo quantos perigos sociais oferece ao mundo uma formação escolar sem educação moral e religiosa (MITTEILUNGEN, n. 2, 1990, p.2 – apud RAMBO, 1994, p. 15).

Temas diretamente relacionados à “Saúde” não eram tão relevantes. A partir de uma breve análise nos livros didáticos utilizados nas escolas teuto-brasileiras, pode-se constatar que o tema “Saúde” era pouco ressaltado, com exceção de alguns exemplares, dentre eles os livros, *Lesebuch für Schule und Haus (Amtliches Lesebuch des Deutschen Evangelischen*

² *Lehrerzeitung* - Vereinsblatt des deutschbrasilianischen katholischen Lehrervereins in Rio Grande do Sul (Jornal dos professores católicos teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul).

³ Apesar de ser um número de exemplares relevante, é importante destacar que grande parte deste material fora perdido e destruído durante o processo de nacionalização.

Lehrervereins von Rio Grande do Sul) do autor Dr. Wilhem Rotermund, no ano de 1891, e *Quarto Livro de Leitura*, tendo como autores os Professores da Escola Gratuita São José (sob a Direção do Frei Bruno Heuser, O.F.M.), no ano de 1914. Contudo, a presença deste tema, a saber, Saúde, deveria ser fundamental, principalmente por dois motivos essenciais: o fato de o livro ser um importante meio de comunicação, principalmente, naquele período, e para informar os imigrantes sobre o uso das mais diversas plantas consideradas medicinais. Apesar de que grande parte dos livros escolares destaca a flora do Brasil, nenhum deles salientou a imensa variedade de plantas e ervas favoráveis a saúde.

Em virtude de o tema saúde ser pouco abordado, realizamos uma precisa pesquisa nos livros didáticos atuais, destinados ao Ensino de Língua Alemã como Língua Estrangeira, com o intuito de investigar, se e como este tema é apresentado e trabalhado. Para nossa surpresa, o tema saúde (*Körper und Gesundheit*) é uma temática pertinente, seja ela direta ou indiretamente. Aproximadamente, num total de 25 livros, tanto para crianças, quanto para adolescentes e adultos, 14 livros apresentam propostas de trabalho relacionadas a este assunto. Os livros que abordam tal temática constam na tabela a seguir:

Lista dos livros didáticos que abordam a questão da Saúde (DaF)	
Título	Informações gerais

Ausblick 1 B1	Autores: Anni-Fischer-Mitziviris; Sylvia Janke -Papanikolaou Ano: 2007, Max Hueber Verlag
Das Deutschmobil 1	Autores: Jutta Douvitsas-Gamst; Eleftherios Xanthos, Sigrid Xanthos- Kretzschmer Ano: 1993, Klett Edition Deutsch
Delfin	Autores: Hartmut Aufderstraße; Jutta Müller und Thomas Storz Ano: 2001, Max Hueber Verlag
Deutsch Aktiv Neu 1A	Autores: Gerd Neuner; Theo Scherling, Reiner Schmidt und Heins Wilms Ano: 1986, Langenscheidt
Eurolingua Deutsch 2	Autores: Herrmann Funk und Michael Koenig Ano: 1998, Cornelsen
Genial – Kursbuch A2	Autores: Herrmann Funk; Michael Koenig; Ute Koithan; Theo Scherling in Zusammenarbeit mit Susy Keller und Maruska Mariotta Ano: 2003, Langenscheidt
Klick-Klack 1	Autores: Erich Rabitsch; Helmut Wich-Fähndrich Ano: 1999, Max Hueber Verlag
Moment mal! 1	Autores: Martin Müller; Paul Rusch; Theo Scherling; Reiner Schmidt; Lukas Wertenschlag, Heinz Wilms; Christiane Lemcke Ano: 1996, Langenscheidt
Optimal A1	Autores: Martin Müller; Paul Rusch; Theo Scherling und Lukas Wertenschlag Ano: 2004, Langenscheidt
Ping Pong Neu 2	Autores: Gabriele Kopp und Konstanze Frölich Ano: 2001, Max Hueber Verlag

Schritte Deutsch 2	Autores: Monika Bovermann; Sylvette Penning-Hiemstra; Franz Sprech; Daniela Wagner Ano: 2004, Max Hueber Verlag
So geht's	Autores: Anne Fischer Mitziviris; Sylvia Janke Papanikolaou Ano: 2001, Ernst Klett International
Studio d A1	Autores: Herrmann Funk; Christina Kuhn; Silke Demme; Oliver Bayerlein Ano: 2005, Cornelsen
Studio d B1	Autores: Herrmann Funk; ChristinaKuhn; Silke Demme; Britta Winzer; Rita Niemann; Carla Christiany. Ano: 2007, Cornelsen

Ao analisarmos o tema “Saúde” nos livros destacados, observamos que o mesmo é subdividido, ou seja, apresenta questões relativas à saúde, como por exemplo: medicação, o corpo humano, consultas médicas, alguns sintomas, alimentação e a prática de esportes. A questão da medicação é trabalhada a partir da apresentação de alguns remédios, ou seja, os comprimidos, chás, xaropes e pomadas, que são utilizados freqüentemente para aliviar determinadas dores e mal-estares. Trata-se, apropriadamente, de uma espécie de automedicação, porém apresentando somente alguns tipos de chás de ervas, como por exemplo: camomila, erva-doce, menta, alecrim, hortelã, entre outros. Em relação ao corpo humano, este é o ponto mais trabalhado nas abordagens feitas. Todos os livros didáticos analisados preocupam-se em transmitir o vocabulário correspondente às partes do corpo, ou seja, cabeça, mão, perna, olho, nariz, e assim por diante, esquecendo-se de abordar a importância de cada parte, já que esta questão deveria ser trabalhada no capítulo, cujo tema se a “Saúde”.

As consultas ao médico estão vinculadas aos sintomas e aos acidentes diários, como também aos planos de saúde, aos atestados e as prescrições, que acabam englobando a alimentação e a prática de esportes. Todavia, esta última questão, a prática de esportes, também está interligada com o tema “Freizeit” (tempo livre), que é visto como um Hobby.

Todas as questões apresentadas e relacionadas ao tema “saúde” não enfocam, efetivamente, o tema de forma esperada, ou seja, o tema “saúde” é utilizado para uma mera inserção de questões lingüísticas em língua alemã. Neste tópico, o papel do professor é fundamental, pois ele guiará o ensino, de forma que os alunos possam utilizar o conteúdo de forma pragmática.

Verificamos que o real sentido do tema saúde, nos livros didáticos atuais, não é aprofundado, ou seja, o tema é trabalhado apenas com um objetivo lingüístico: ensinar uma língua. Embora haja grande presença de questões concernentes ao tema “Saúde”, não podemos esquecer de que os livros analisados referem-se ao ensino da língua estrangeira, neste caso, da língua alemã. Portanto, há uma preocupação maior em ensinar um extenso vocabulário, e não em educar para as questões relativas à saúde. Além disso, os livros escolares impressos em língua alemã pelos imigrantes eram utilizados para alfabetizar e promover a aprendizagem dos seus filhos, enquanto os atuais livros trazem o tema “Saúde”, entre outros, em língua alemã, visando o ensino da língua estrangeira.

Referências bibliográficas

- AUFDERSTRAßE, Hartmut; MÜLLER, Jutta; STORZ, Thomas. **Delfin**. Manchen: Max Hueber Verlag, 2001.
- BENITO, Augustín Escolano. **Los Comienzos de la Edición escolar Moderna em Espana**. In.: Libro y la Educación: Anele Asociación Nacional de Editores de Libros y Material de Enseñanza, Espanha, 2000, p. 15-57.
- BOVERMANN, Monika; PIENNING-HIEMSTRA, Sylvette; SPRECHT, Franz; WAGNER, Daniela. **Schritte Deutsch 2**. München: Max Hueber Verlag, 2004.
- DOUVITSAS, Jutta; XANTHOS, Eleftherios; XANTHOS-KRETZSCHMER, Sigrid. **Das Deutschmobil 1**. Stuttgart: Klett Edition Deutsch, 1993.
- DREHER, Martin N. **A participação do imigrante na imprensa brasileira**. In.: Imigração e Imprensa / org. Martin N. Dreher, Arthur Blásio Rambo e Marcos Tramontini. – Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.
- FUNK, Herrmann; KUHN, Christina; DEMME, Silke; BAYERLEIN, Oliver. **Studio D A1**. Berlin: Cornelsen, 2005.
- FUNK, Herrmann; KUHN, Christina; DEMME, Silke; WINZER, Britta; NIEMANN, Rita; CHRISTHIANY, Carla. **Studio D B1**. Berlin: Cornelsen, 2007.
- FUNK, Herrmann; KOENIG, Michael. **Eurolingua Deutsch 2**. Berlin: Cornelsen, 1998.
- GERTZ, René E. **Imprensa e Imigração Alemã**. In.: Imigração e Imprensa / org. Martin N. Dreher, Arthur Blásio Rambo e Marcos Tramontini. – Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.
- KOPP, Gabriele; FRÖLICH, Konstanze. **Ping Pong Neu 2**. München: Max Hueber Verlag, 2001.

KREUTZ, Lúcio. **Professor Paroquial: Magistério e Imigração Alemã**. Pelotas: Seiva, 2004.

_____. **Material didático e currículo na escola teuto-brasileira**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

LEHRERZEITUNG – Vereinsblatt des deutschen katholischen Lehrervereins in RS, 1902.

MITZIVIRIS, Anni Fischer; PAPANIKOLAU, Sylvia Janke. **Ausblick 1 B1**. München: 2007, Hueber Verlag.

_____. So geht's. Stuttgart: Ernst Klett International, 2001.

MÜLLER, Martin; RUSCH, Paul; SCHERLING, Theo; WETENSCHLAG, Lukas. **Optimal A1**. München: Langenscheidt, 2004.

MÜLLER, Martin; RUSCH, Paul; SCHERLING, Theo; WETENSCHLAG, Lukas; SCHMIDT, Reiner; WILMS, Heinz; LEMCKE, Christiane. **Moment mal! 1**. München: Langenscheidt, 1996.

NEUNER, Gerd; SCHERLING, Theo; SCHMIDT, Reiner; WILMS, Heinz. **Deutsch Aktiv Neu 1A**. München: Langenscheidt, 1986.

RABITSCH, Erich; WICH-FÄHNDRICH, Helmut. **Klick-Klack 1**. München: Max Hueber Verlag, 1999.

RAMBO, Arthur Blásio. **A escola comunitária teuto-brasileira católica**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

Os cuidados com a saúde na imprensa educacional dos imigrantes alemães

Lúcio Kreutz

Introdução

O objetivo da comunicação é apresentar resultados de pesquisa relativos à forma como a questão da saúde é tratada nos livros didáticos da imigração alemã no RS. O período histórico em questão vai de 1900, quando a imprensa educacional começou a ter importância especial entre imigrantes alemães, até 1939, com a proibição dessa imprensa pelos sucessivos decretos de nacionalização do ensino.

Aqui é oportuno lembrar que os imigrantes alemães no Brasil, provindo de regiões em que a questão escolar já era considerada relevante, deram muita importância à formação de escolar de seus filhos. Construíam escolas, contratavam e pagavam os professores, fazendo-o com muito esforço, mas dificilmente deixavam faltar escola para seus filhos. Trata-se de uma iniciativa bastante insólita num país em que mais de oitenta por cento da população não freqüentava a escola. No Rio Grande do Sul este grupo de imigrantes chegou a ter acima de 1200 escolas étnicas, erigindo toda uma estrutura de apoio ao processo escolar, com ampla produção de material didático (acima de 170 livros didáticos elaborados e impressos especificamente para uso nessas escolas), escola normal própria para a formação dos professores, instituto de pensão e aposentadoria para os mesmos, cursos de atualização, encontros e congressos.

A questão que me coloco como central neste texto é a de examinar como a questão da saúde e da higiene foi tratada nos livros didáticos desse grupo étnico. Trata-se de período histórico em que os governantes, nas primeiras décadas da República, começaram a dar maior incentivo ao processo escolar público, contexto em que a questão da higiene e saúde foi considerada um tema relevante, já que nas escolas havia aglomeração contínua de pessoas e, em consequência, facilmente se propagavam as doenças.

A questão da higiene escolar no Brasil, a partir do século XIX

A relação entre saúde e escola mereceu intensa atenção de alguns profissionais da saúde já no século XIX, como é o caso de Abílio César Borges, médico, professor e dono de escolas. A

partir do século vinte, a saúde coletiva foi objeto de especial interesse de governos republicanos em diversos estados da federação, sendo tratada na escola especialmente na perspectiva da higienização. Os conhecimentos médicos sinalizavam para a importância das medidas preventivas em relação aos cuidados com o corpo, e a questão da higiene e da ginástica nas escolas mereciam tratamento especial, sendo que a higiene englobava tanto a atenção para o corpo como para o prédio escolar. Além da boa ventilação e iluminação, as escolas também deveriam ter instalações sanitárias adequadas. A médica e educadora italiana, Maria Montessori, começou a influenciar a educação, alertando para a necessidade de se dispensar mais cuidado com os móveis escolares. Esses deveriam ser adequados à estatura corporal dos alunos.

A temática dos cuidados com a saúde na escola está sendo pesquisada mais profundamente, no Brasil, especialmente por José Gonçalves Gondra e por Maria Stephanou, em suas teses de doutorado e em pesquisas posteriores. Também merecem atenção os estudos de Bastos (sd), Carvalho (1989), Freitas (1997), Marques (1994) e Rocha (1995). Os autores citados trabalham as representações elaboradas pelos médicos a respeito desta questão.

Segundo Gondra (2003), o ramo da medicina que se dedicou à descrição dos cuidados que deveriam ser dispensados à saúde na escola foi designado como Higiene. Tratava-se de uma perspectiva de medicina social. Os médicos chamavam atenção para a prevenção da doença, antes que ela eclodisse, por isso, ficavam atentos para o modo de se viver nas cidades e nos espaços de concentração humana. Gondra afirma igualmente que esta perspectiva da Medicina institucionalizou-se no Brasil de forma mais acentuada ao longo do século XIX. Assim, o cuidado com a Higiene favoreceu a formação de um modelo de organização escolar calcado na razão médica. Para tanto, apelava aos argumentos científicos que envolviam amplo leque de questões relacionadas à escola, como o problema da localização dos edifícios escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para a escola, da questão do corpo nessa fase da vida, do tempo de ingresso dos alunos e dos saberes escolares tidos como importantes. Enfocava igualmente a questão da alimentação, do sono, do banho, das roupas, dos recreios, da ginástica, da inteligência e, inclusive, das necessidades físicas.

A higienização do espaço escolar estava diretamente vinculada com as condições físicas do lugar em que deveria funcionar a escola, considerando-se necessário atentar para as condições topográficas, de disponibilidade da água, de clima, sanitárias, de ventilação, de iluminação e de condições de salubridade em geral, inclusive, evitando-se a contigüidade com aglomerações

urbanas. Neste sentido o afamado jurista brasileiro Rui Barbosa publicou, em 1882, um extenso parecer sobre a instrução pública no Império. No capítulo XVIII, tratou especificamente da Higiene Escolar, salientando o grande atraso científico e administrativo do país em relação a esta questão e apresentou uma série de moléstias vinculadas com as más condições higiênicas nas escolas e, por vezes, agravadas pela mesma. Refere-se à miopia, à ambliopia (imprecisão da visão sem lesão orgânica), à astenopia (turvação da vista), aos desvios da coluna vertebral, cefalgias, epistaxis (sangramento pelo nariz) e raquitismo. Realça que os modos de construção dos prédios escolares não favoreciam as práticas de leitura, de escrita e de desenho. Assim sugeriu a necessidade de se pensar numa nova arquitetura escolar que permitisse boas condições de iluminação, de ventilação e de acomodação dos alunos. A médica italiana Maria Montessori começou a ter influência crescente em relação aos cuidados que se deveria ter com os móveis no espaço escolar. Estes deveriam ser adequados à idade dos alunos, favorecendo sua estatura. Tradicionalmente as carteiras e cadeiras ou bancos escolares haviam sido feitos para a estatura dos adultos. Montessori chamou atenção para esta questão e também para a necessidade de maior mobilidade dos alunos nas salas de aula. Bancos e carteiras fixas, grandes, não deveriam ser usados pelo fato de agredirem constantemente a necessidade de movimento corporal dos alunos.

Além do prédio escolar, o corpo dos alunos também merecia atenção dos higienistas. Na idade escolar os alunos precisam de bastante movimento corporal, o que precisa ser considerado tanto pela arquitetura escolar como pela estrutura curricular, e de horários e locais de atividade. Além disso, a atenção para uma adequada alimentação dos alunos também entrava em questão. Não menos importante para os higienistas era a questão da leitura, seja em relação ao que deveria ser objeto de leitura, como também a forma de leitura, com atenção para a correta postura corporal e de respiração. A distância mínima entre os olhos e o material de leitura deveria ser pelo menos de um palmo.

Abílio César Borges, médico baiano, exerceu função relevante sob a perspectiva da higiene escolar no século XIX. Médico e pedagogo, ocupou-se muito da questão escolar vinculada com a atenção para as condições de higiene. Abriu escolas-referência na Bahia, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Sua escola foi a única a ser visitada pelo Imperador, em sua passagem pela Bahia. D. Pedro II expressou sua admiração pelo excelente trabalho educacional realizado por Borges e, em reconhecimento, concedeu-lhe o título de Barão. O médico e educador baiano empreendeu diversas viagens a países europeus, buscando seu aperfeiçoamento

pedagógico. Apregoava o método intuitivo, o uso do livro didático, sugerindo ainda um método de aprendizagem de leitura. Também inventou aparelhos para auxiliar no ensino, realizou torneios literários, promoveu o culto ao civismo, aboliu peremptoriamente o uso de castigo físico na escola, como palmatória e fêrula. Distinguia-se por sua concepção pedagógica marcada pela racionalidade médico-higienista. Assim seu nome começou a ser referência em relação à higiene e saúde escolar no século XIX. Aqui interessa de forma especial que mesmo no século XX seus conselhos para o cuidado com a higiene escolar foram citados em diversos manuais de leitura da imigração alemã.

Vemos, então, que muitos aspectos da organização escolar tornaram-se objeto de atenção dos médicos. Entendiam os médicos que a escola era um espaço privilegiado para a formação de uma nova sociedade em termos de civilização e de saúde. Esse movimento, que foi se desenhando no século XIX, aprofundou-se mais nas primeiras décadas do século XX, sob os auspícios dos governos republicanos.

A partir desse contexto, pergunto-me sobre o tratamento desta questão nos livros escolares da imigração alemã, foco desta comunicação.

Os cuidados com a saúde e com a higiene nos livros didáticos da imigração alemã no RS

Não tenho conhecimento de estudos a respeito desse tema a partir da literatura educacional dos imigrantes alemães. Assim, apresento resultados de um estudo inicial a respeito do tema.

No conjunto dos 167 livros didáticos elaborados e impressos especificamente para uso nas escolas da imigração alemã são relativamente poucos os que tratam da saúde e higiene nas escolas. Alguns autores fazem referência rápida a alguns aspectos, como os de ventilação e alimentação adequadas para a idade dos alunos. São poucos os que aprofundam um pouco mais o tema.

O autor Friedrich Bieri, em *Deutsches Lehr- und Lesebuch für Brasilien*, de 1876, portanto um dos primeiros livros didáticos da imigração alemã, trata da importância da higiene, da ventilação dos quartos de dormir e de estudar, da adequada iluminação na casa e na escola e insiste na importância da correta alimentação e do espaçamento entre as refeições. Apresenta uma descrição da importância do pão, de sua composição e de sua utilidade na correta alimentação.

Também apresenta um texto sobre o amor à limpeza, sua importância para a saúde, e sobre a necessidade de moderação em todos os atos humanos, seja em relação à alimentação quanto à exposição ao sol, à chuva, ao frio e a qualquer outra situação física de risco e de agressão ao corpo.

Um segundo autor de livro didático a fazer rápida menção à questão da saúde é G. A. Büchler, em *Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen*, de 1914. Trata da utilidade das plantas e dos animais para o ser humano e de sua importância para fornecer adequada alimentação e para nos curarem em caso de enfermidade. No entanto, não entra em questões mais específicas relacionadas com saúde e higiene na escola.

Mathäus Grimm, em *Lehr- und Lesebuch für Schule und Haus*, de 1906, trata dos cuidados que precisam ser tomados com os doentes. Começa insistindo que os doentes precisam ir ao médico e não aos curandeiros e charlatões, e que deve seguir fielmente as recomendações do médico. Insiste também na importância da boa ventilação nas residências, especialmente nos quartos de dormir dos enfermos. Ainda trata da importância de ser carinhoso com os enfermos e de afastar dos mesmos tudo que possa perturbá-los no corpo ou no espírito. Realça que sempre se deve motivar maximamente os enfermos para a confiança em Deus e na possibilidade de cura.

R. Heuer, em *Cartilha Moderna*, de 1920, também trata da importância da correta alimentação. Realça a importância dos peixes e do gado para a alimentação humana, especialmente da vaca que fornece uma alimentação muito saudável com o leite.

Os Professores da Escola Gratuita São José, no *Quarto Livro de Leitura*, de 1914, apresentam várias considerações importantes relacionadas com nosso objeto de análise. Trata-se do manual didático usado pelos imigrantes alemães em que se dedica maior espaço aos cuidados com a saúde. Os autores salientam que se embasam nos escritos do médico Abílio César Borges, do qual já foram apresentadas informações acima. Os professores enfatizam a importância de diversos aspectos relacionados com a saúde. Sob o capítulo *Preceitos de Higiene para a Conservação da Saúde*, afirmam que a saúde é o melhor bem que o ser humano pode ter, que honras, riquezas e gozos de nada servem quando não se tem saúde. Afirmam também que só se dá importância para a saúde quando se está doente e que por isto é extremamente importante alertar-se para esta questão preventivamente, para não precisar arrepender-se depois. Salientam que os meninos são os mais imprudentes, os que menos cuidam da saúde. E alertam para a grande importância da alimentação feita de modo adequado, com moderação, como também do asseio,

do trabalho e do repouso, sendo que a primeira coisa a fazer é a moderação e regularidade em tudo, em todos os atos. Ensinam que a higiene é a ciência que ensina os meios de conservar a saúde. Quanto à alimentação, o essencial é comer nas horas certas, com intervalo de três a cinco horas, procurando alimentação sadia e não exagerando na quantidade. Informa que a alimentação inadequada enfraquece os meninos e os torna doentes e feios. Muito importante é não fazer nova refeição quando ainda não se fez a digestão completa da anterior.

Ainda, segundo os professores da Escola São José, o asseio do corpo e das vestes é uma necessidade social, além de ser essencial para conservar a saúde. Ensinam que, quando os poros da pele estão entupidos, favorecem a doença, sendo importante tomar banhos freqüentes, cuidar do asseio das unhas, dos dentes, lavar cuidadosamente os dentes, as orelhas e o cabelo. Em relação ao trabalho, esses professores ensinam que o trabalho moderado, do corpo e do espírito, favorece a saúde e que a ociosidade e o trabalho em excesso são prejudiciais. Em relação ao cuidado com o sono, afirmam que o sono revigora o espírito e o corpo, que os meninos e os idosos precisam dormir nove horas diárias, os moços oito e os adultos sete horas diárias. E que, para o adequado descanso, importa deitar cedo e levantar cedo.

Os mesmos professores apresentam algumas recomendações mais gerais em relação ao cuidado com a saúde. Entendem que é importante conservar os pés sempre quentes, não usar roupa molhada, não se expor muito ao sol ardente, ao vento, à chuva e ao sereno e não fazer trabalho corporal ou intelectual após as refeições. Salientam ainda que não convém deixar flores nem objetos de cheiro ativo nos quartos de dormir.

Outro autor de livro didático em que se trata do valor da saúde é o de Wilheml Rotermund, em *Lesebuch für Schule und Haus*, de 1891. No ítem intitulado *Saúde é um grande tesouro*, o autor trata da história de um pobre, com saúde, mas queixoso da vida, que se encontrou com um rico, adoentado e deficiente, traçando de forma viva a diferença entre os dois. Com os personagens da história conclui que sempre é preferível ter saúde, mesmo sendo pobre, pois a riqueza sem saúde não traz felicidade. No entanto, o pobre, com saúde, tem condições de ser feliz.

Também Rudi Schaeffer, em *Segundo Livro de Leitura*, de 1928, trata do tema da saúde. Percebe-se nitidamente no texto de Schaeffer, sob o ítem *Preceitos de Hygiene*, que o autor recorre aos manuais didáticos anteriores e apresenta praticamente um resumo das recomendações dos mesmos, inclusive e de forma explícita as de Abílio César Borges. No entanto, não cita

nenhum dos autores nos quais se embasa, porém, apresenta um leque bastante amplo de recomendações relativa aos cuidados com a saúde, fazendo-o didaticamente para crianças e adolescentes.

Considerações

Os livros escolares da imigração alemã, em número significativo para o período histórico e para o contexto, curiosamente tratam pouco da questão da saúde na escola. Efetivamente, eles também não são a única fonte a tratar desta questão, pois a imprensa educacional dos imigrantes alemães é bem mais ampla, contendo dois periódicos das Associações de Professores, um periódico sobre o livro escolar e muitas participações em jornais e anuários da imprensa geral. No entanto, em parte parece-me importante salientar que o material escolar mais diretamente em mãos dos alunos, sendo manejado diariamente, como os livros escolares, de fato não tratam muito desta questão. Certas práticas relativas à materialidade do processo escolar retratam a prática de conhecimentos relativos à higiene e saúde que se tinha na época. Por exemplo, é possível salientar que as escolas da imigração alemã eram prédios construídos especificamente para esta função, tratando de construções bastante amplas, com janelas amplas dos dois lados, de modo que houvesse boa luminosidade e ventilação. Normalmente foram erigidas do lado ou perto das igrejas e/ou capelas, em lugar seco, ventilado e tranquilo, tendo amplo pátio para as horas de recreio em que se praticava diversas formas de jogos e exercícios físicos. Por outra, quase todos os alunos iam e voltavam a pé da escola, o que também já significava um exercício.

Os professores também mantinham a vigilância em relação a diversos aspectos relativos à questão, como a correta postura corporal, evitando o encurvamento, e uma desejada distância entre o livro e os olhos. A distância mínima considerada viável era a que se obtinha entre os dois dedos opostos com a mão bem aberta, isto é, em torno de pelo menos vinte centímetros. Como a metodologia usada nas escolas da imigração alemã se aproximava bastante da *lições de coisas*, aprendendo a partir da realidade concreta, sabe-se que os professores também tratavam das questões da higiene e da saúde em sala de aula, conforme as circunstâncias e acontecimentos que estivessem a motivar este assunto. No entanto, em síntese, fica a conclusão que o tema da higiene e da saúde não recebeu muita atenção e espaço nos livros didáticos da imigração alemã.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Marta M. C. *Molde Nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, (Tese de Doutorado), 1989.

_____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar. *História social da infância no Brasil*. São Paulo, Cortez/USF, 1997.

GONDRA, José G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliana M. T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil, 3a.ed.* Belo horizonte: Autêntica, 2003, p. 519-550.

_____. A configuração do discurso pedagógico. – A contribuição da medicina. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

MARQUES, Vera. *A medicalização da raça. Médicos, educadores e eugenistas*. Campinas, Educação, UNICAMP, 1994.

MONCORVO FILHO. *História da proteção à infância no Brasil (1500-1922)*, 2a. Ed. Rio de Janeiro: Editora Paulo Pongetti, 1926.

ROCHA, Heloísa. Pedagogia da Boa Higiene; uma leitura do discurso médico-pedagógico nos anos 20. In: *19a. Reunião Anual da ANPED*, Caxambu, 1996 (disquete).

STEPHANOU, Maria. Práticas educativas da medicina social: os médicos se fazem educadores. *História da Educação*. Pelotas: UFPel/ASPHE, v. 1, n. 2, p. 145-168, 1997.

Fontes

BIERI, Friedrich. *Deutsches Lehr- und Lesebuch fuer Brasilien*. São Leopoldo: Selbstverlag des Verfassers, 1876.

BUECHLER, G. A. *Portugiesisches Sprachbuch fur Kolonieschulen*. Blumenau: G. Artur Koehler Editora, 1924.

GRIMM, Mathaeus; RUECKER, Ambros A. *Lehr- und Lesebuch fuer Schule und Haus*. Porto Alegre: Selbach e Fonseca, 1906.

HEUER, R. *Cartilha Moderna*. São Leopoldo: Rotermund, 1920.

PROFESSORES DA ESCOLA GRATUITA SÃO JOSÉ. *Quarto Livro de leitura*. Petrópolis: Editora Vozes, 1914.

ROTERMUND, Wilhelm. *Lesebuch fuer Schule und Haus*. São Leopoldo: Editora Rotermund, 1891.

SCHAEFFER, Rudi. *Segundo Livro de Leitura com vocabulário português-alemão para uso nas escolas teuto-brasileiras*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1933.

Saúdes abaladas nos corpos herdeiros (e vestígios) da Bomba atômica Ou Imigrantes japoneses em Santa Catarina, sobreviventes de 1945

*André Souza Martinello**
andresoumar@gmail.com

Fica o que significa. É o que já se disse a respeito da memória. Há sensações, lembranças e experiências que guardam-se no mais profundo silêncio individual. Sendo ou não algumas lembranças possíveis de compartilhamento por um mesmo grupo, ou ainda vivência incrustada na mente de um só ser que nem em diários, agendas, relatos e memórias são relatadas. *Traumas* podem ser carregados pelas pessoas, sem qualquer compartilhamento social. Dores e dificuldades ultrapassadas, podem ser escamoteadas (sublimadas?) de diferentes maneiras, ou simplesmente deixadas de lado no jogo do cotidiano. Algumas pessoas que estiverem presentes – próximas o suficiente para serem testemunhas e afastadas o suficiente para permanecerem vivas – das explosões de bombas no Japão em 1945, internalizaram durante longo tempo das suas vidas os acontecimentos daquele Japão em final de guerra. Ao longo do tempo, conseguiram compartilhar apenas também entres outras pessoas sobreviventes da triste experiência que, o historiador Jacques Le Goff denominou de: “[...] primeira encarnação histórica *objetiva* de um possível apocalipse [...]”¹.

Se na atualidade parece-nos normal e comum pais relatarem aos filhos parte das suas vivências na infância, juventude, maturidade... lembranças acompanhadas por seus temores passados, situações em que se ultrapassou as dificuldades, crises financeiras, adversidades familiares, essas mensagens de *experiências* de mães e pais aos filhos, filhas; ou mais ainda de avós aos netos, não vale como exemplo em se tratando de

* Pesquisa no âmbito do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental–LABIMHA da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Coordenador profº Dr João Klug. André Souza Martinello é mestrando bolsista Capes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Desenvolvimento Rural – PGDR, orientado pela Drª Renata Menasche. Graduado em História pela UFSC, sob orientação de Dr. João Klug. Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC, orientado pela Drª Vera Lúcia Nehls Dias.

¹ LE GOFF, Jacques. “**História e memória**”. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. 5ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p.14.

vitimas das bombas nucleares, caso de japoneses que migram para Frei Rogério, Santa Catarina. Relatos dos antepassados não parecem neutros acerca de suas histórias; os silêncios, temas e situações não descritas e “esquecidas” também não devem ser entendidas meramente como perdas cognitivas da capacidade natural ou biológica da memória, afinal, a memória é antes de tudo seletiva. Alguns silêncios falam mais do que muitas palavras. Como no caso da inexistência de falas por parte de casais japoneses aos seus filhos, ao não comentarem que eram eles próprios sobreviventes e testemunhas da Bomba atômica.

Durante certo período na Colônia Ramos (comunidade japonesa criada no município de Curitibanos, atualmente localizada em Frei Rogério), a Segunda-Guerra fora herança e lembrança *tabu*.² Após alguns anos da constatação de que na proximidade de outras pessoas, os sobreviventes não lhes transmitiriam doenças, nem cânceres ou deixariam marcas a terceiros (aqueles “outros” que não vivenciaram as explosões), o registro e a presença das pessoas e testemunhas da Guerra, fez-se visível na comunidade de maior número de imigrantes japoneses de Santa Catarina.

Kazumi não perdeu nenhum parente, mas chorou a morte de 240 dos 360 colegas de classe. Ao longo dos anos, muitos japoneses morreram em decorrência dos ataques atômicos e crianças nasceram com defeitos físicos. Kazumi segue saudável, trabalha, caminha, é lúcido. Aos 78 anos, não apresenta seqüelas.

Calcula-se que vivam no Brasil cem sobreviventes das bombas atômicas. Em Frei Rogério eram sete. Dois morreram de câncer, provavelmente pela radiação, dois estão no Japão para tratamento de saúde e três continuam na Colônia Celso Ramos.³

O que nos motiva é a busca por entender quando se rompe a lógica local de evitar o tema das “Bombas no Japão” e os por quês do silêncio dessa história. Haja vista que acabou sendo incorporado, após longos silêncios “daquela época” dos acontecimentos em Hiroshima e Nagasaki, um forte símbolo da Colônia: o *Monumento Parque Sino da Paz*. Os medos dos migrantes que haviam sofrido a experiência em agosto de 1945, parece ter calado alguns, mesmo depois de tanto tempo afastados e de milhares de quilômetros distante do Japão. Como entender as reações de muitos filhos, netos e gerações seguintes que receberam as informações de que seus pais, tios, tias... e demais parentes e ancestrais eram sobreviventes da Bomba Atômica? Muitas vezes

² Utiliza-se a expressão *tabu* para referir ao silêncio dos japoneses que vivenciaram o fim da Segunda Guerra Mundial.

³ Jornal **Diário Catarinense**, Florianópolis. 2ªfeira, 18 de junho de 2007. Ano 22, nº7.729 p.05.

essas informações do tempo passado acabaram, inclusive, por serem geralmente socializadas somente após longo tempo de convívio nas relações familiares, como nos foi apontado em entrevistas e pesquisas de campo nos municípios de Frei Rogério e Curitiba⁴.

A construção do Parque Sino da Paz esteve em torno de disputas e conflitos na colônia, inclusive por posições não favoráveis ao que se tornou símbolo da comunidade, remetendo-nos a questionar o que levou uma lembrança *tabu* a ser elemento de mais forte identidade (mas também de diferença) e que se destaca na paisagem da comunidade agrícola. Quais as trajetórias, experiências e temporalidades, na condição de migrantes, daqueles que motivados a edificar o Sino da Paz, e daqueles imigrantes japoneses contra⁵ a imposição dessa possível lembrança, presença de um monumento, “emblema” do núcleo colonial? Não apenas destacando-se na paisagem, o Parque Sino da Paz pode ser entendido como um espaço que permitiu novas sociabilidades, lembranças e relatos. Um *lugar de memória*⁶, na expressão consagrada de Pierre Nora. Afinal, ali, muitas vezes em conversas e visitas os migrantes revelam e apresentam aos seus filhos e outros jovens, parcelas das suas concepções de mundo, vivências e experiências. Quais as rupturas nesses *tempos de esquecer e tempos de lembrar* e qual o papel de sobreviventes nessas condições?

Na Colônia Ramos, ainda na época da construção do “imenso pássaro” de 28 metros de altura, dois irmãos migrantes japoneses idealizadores do monumento inspirado no animal *tsuru*⁷, fariam do silêncio uma maneira de homenagear e lembrar o passado. A edificação do pássaro *tsuru* não voaria, mas foi construída pelos nipônicos

⁴ Foram realizadas entrevistas com imigrantes e visitas de observações em campo na Colônia Ramos em 29 e 30 de abril de 2006 e 15 de fevereiro de 2007.

⁵ Paul E. Little lembra que os símbolos e memórias acerca da Paisagem também podem gerar conflitos: “[...] um dos possíveis resultados da superposição de memórias é a construção de formas de coexistência pluralista ou confederalista. O conflito surge quando um grupo tenta tornar hegemônica sua reivindicação do espaço ou acredita, que sua memória coletiva seja mais legítima que a dos outros, graças a afirmação de maior “veracidade” de sua memória ou de sua presença histórica mais prolongada”. LITTLE, Paul E. “Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização”. In: **Textos de História**. Brasília: editora da UNB, vol2, 1994. p.15.

⁶ “Os ‘lugares de memória’, expressão cunhada por Pierre Nora (1989), tem suas representações materiais os memoriais. São, assim, objetos cujos significados podem ser recriados e apropriados por instituições e grupos com motivações, práticas e interesses distintos e, por vezes, contraditórios”. CORRÊA, Roberto Lobato. “Monumentos, política e espaço” In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (organizadores). “**Geografia**: temas sobre cultura e espaço”. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2005. p.29.

⁷ “É o Sino da Paz, uma estrutura com 28 metros de altura em forma de *tsuru*, pássaro nativo do Japão que representa a paz e a esperança”. Jornal **Diário Catarinense**, Florianópolis. 2ªfeira, 18 de junho de 2007. Ano 22, nº7.729, p05.

com a intenção de permanecer ao longo do tempo às futuras gerações.⁸ Em agosto de 2002 junto ao *tsuru*, os irmãos Kazumi Ogawa e Wataru Ogawa tocariam, com martelos de madeira em um Sino, como forma de expressar as recordações das mortes e dos sobreviventes das Bombas de Hiroshima e Nagasaki. Por que lembrar de um momento tão duro e difícil? Era o que parecia questionar um jornal de circulação estadual⁹. Talvez fosse mesmo preciso para alguns migrantes japoneses não apenas recordar, mas erguer o Parque Sino da Paz, cuja forma remete ao pássaro símbolo do Japão. O Sino ali localizado de 400 anos e 40 quilos, fora doado pelo governo japonês (cidade de Hiroshima), através da UNESCO, órgão da Organização das Nações Unidas - ONU.

Os dois senhores japoneses poderiam rememorar a destruição e os malefícios das Bombas Nucleares sobre populações civis, porém, mais do que regular e registrar no tempo, resolveram marcar o espaço. Apontar em calendários¹⁰ a data desses eventos não bastava, os nipônicos, que atuam na agricultura das nectarinas e da pêra principalmente, buscaram apresentar à comunidade a qual pertencem mais do que seus cultivos e produção agrícola, fazendo destacar naquela paisagem rural o monumento considerado pela Paz. É na expressão “guerreiro da paz”, que um jornal¹¹ de 18 de junho de 2007 apresenta o idealizador do símbolo-monumento, o migrante Kazumi Ogawa.

Após a segunda metade do século XX, aproximadamente durante três décadas, moradores da Colônia Ramos (município de Frei Rogério – Região do Planalto Central catarinense) migrantes japoneses guardaram consigo lembranças de um final de Guerra. Não apenas registro presente nas memórias, pois alguns japoneses foram testemunhas e presenciaram a explosão das Bombas Atômicas no Japão. Contudo, desde a chegada desses imigrantes nipônicos ao Brasil, em fins da década de 1950 e início de 60, as vivências daquele tempo de final de guerra passaram a ser silenciadas. Não somente porque recordar as situações a que foram expostos parecia difícil, mas principalmente por se temer consequências dos contatos ou proximidades com a radiação nuclear que haviam vivido. O âmbito desse silêncio revela então uma preocupação com a saúde.

⁸ No dizer da placa e da pedra fundamental do monumento: “O Parque do Sino da Paz é dedicado à lembrar as futuras gerações a realidade da destruição causada pela bomba atômica e transmitir juntamente com a comunidade brasileira a importância de assegurar a paz mundial”.

⁹ Jornal **Diário Catarinense**. Florianópolis, 6ªfeira, 09 de agosto de 2002. Ano XVII, nº5964. (Pesquisa realizada na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – BPESC), no trecho do jornal p.22: “O ato, promovido pela comunidade japonesa de Frei Rogério, está marcado para as 11h02min, horário da explosão em Nagasaki. **O silêncio será rompido apenas pelo toque do sino da paz**, que foi doado pela cidade japonesa e tem quatro séculos. A cerimônia é triste, mas necessária” (negrito meu).

¹⁰ “Como instrumentos sociais, os calendários possuem uma função reguladora”. Ver em: ELIAS, Norbert. Op.Cit, p.46.

¹¹ Jornal **Diário Catarinense**, Florianópolis. 2ªfeira, 18 de junho de 2007. op.cit.p.05.

As lembranças e, mais particularmente a vivência e sobrevivência das explosões atômicas, configuravam-se para os próprios imigrantes, memórias que deveriam ser esquecidas?

A hipótese é que não. O aparente não comentário a respeito de serem sobreviventes das bombas, mesmo com seus filhos, deveu-se ao temor em relação ao futuro. À condição saudável da vida estava abalada pela proximidade da radioatividade; e as conseqüências daquele contato radioativo, mesmo algumas décadas pós-1945, ainda gerava incertezas e inseguranças de quais conseqüências poderiam acarretar e ocorrer devido as explosões do fim da Guerra. Foram os próprios destinos de muitas pessoas com saúdes debilitas e conjunto de pessoas que desenvolverem variadas doenças que nos levam a afirmar, que ser sobrevivente da bomba atômica até fins da década de 1970 era carregar consigo várias dúvidas em relação às suas próprias saúdes e das pessoas dos círculos e redes de contato social. Os possíveis traumas e sofrimentos da época das bombas lançadas pelos Estados Unidos sob o Japão, não significaram apenas sentimentos de um tempo que ia ao pouco ficando no passado; mas também o peso da angústia de ser sobrevivente que pode estar prestes a desenvolver conseqüências devido a proximidade daquela verdadeira Bomba. Alguns desse japoneses eram corpos que possivelmente imaginavam carregar consigo resquícios das explosões.

Observando o Livro *O Caminho dos 40 anos da Colônia Celso Ramos*, publicação organizada e escrita pelos migrantes da colônia japonesa de Frei Rogério, observa-se a periodicidade de visitas de médicos japoneses, como de profissionais brasileiros. Embora o livro não apresente *os por quês* dessa intensa presença dos profissionais da saúde, para realização de diferentes diagnósticos e exames, chama a atenção a constante e “itinerante” visita de médicos. Segundo a obra que relata a memória dos imigrantes, destaca-se em janeiro de 1966 (dois anos após a formação da Colônia japonesa), a “Visita do Dr.Hosoe de São Paulo, para consulta médica itinerante, fato que se repetiu todos os anos, até 1969”¹². Em 18 de novembro de 1966, novamente o livro registrava a presença de médicos que realizariam exame em todos moradores do Núcleo Celso Ramos: “Visita dos professores da Universidade de Medicina de

¹² OGAWA, Kazumi; KAYAMA, Haruhiko; YAMAMOTO, Kazunori (organizadores). “**O caminho dos 40 anos da Colônia Celso Ramos**”. Curitiba(SC): Associação Cultural - Brasil Japão de Núcleo Celso Ramos e Florianópolis(SC): Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina – IOESC, 2004. p.41.

Nagasaki, Prof.Yasuda (futuro Reitor), Prof.Watanabe, Prof.Iwasaki, Prof.Yamanaka, Prof.Miyahara, para pesquisar as condições de vida e saúde dos imigrantes”¹³.

Uma primeira possível interpretação da presença de médicos e realização de exames poderia levar em conta a aparente preocupação, do governo japonês, em relação ao bem-estar geral dos migrantes estabelecidos na Colônia Ramos, principalmente pela característica da ação tutelada¹⁴ que marcou a presença governamental do Japão, como os estudos acerca dessa etnia no Brasil vêm apontando, com destaque aos escritos de Célia Sakurai. Em outras palavras, mesmo com esses japoneses não mais residentes no Japão, o país acabava por auxiliar indiretamente e diretamente as constatações periódicas das saúdes dos indivíduos nipônicos, enviando médicos do Japão ou mesmo residentes no Brasil, como apresentou o livro comemorativo dos 40 anos da Colônia a respeito da consulta médica em 24 de julho de 1969, através da empresa colonizadora japonesa (JAMIC) que atuava no Brasil: “Consulta médica realizada através da JAMIC. Os médicos foram Dr.Moriguchi e Dr.Miura”¹⁵.

A presença de médicos e atendimentos nessa colônia possuía tal periodicidade que, no ano seguinte, novamente realizavam-se os exames gerais em: “31 de julho de 1970 – Consulta médica promovida pela JAMIC. Os resultados foram: 44 pessoas (30%) apresentaram problemas de amidalite, 2 pessoas apresentaram anemia e 3 pessoas estavam contaminadas por agrotóxicos”¹⁶.

Em trabalhos de campo na Colônia Ramos, entrevistas com diferentes gerações de moradores e acompanhando notícias de jornais sobre aquele núcleo colonial, é possível perceber a constatação dos sobreviventes das Bombas Nucleares de 1945 somente à partir do fim da década de 1990¹⁷. Um dos paralelos a serem mais profundamente investigados e possíveis de tecer relações e levantar hipóteses é a observação da visita constante dos médicos e a presença dos migrantes que vivenciaram

¹³ OGAWA, Kazumi; KAYAMA, Haruhiko; YAMAMOTO, Kazunori (organizadores). Op.cit, p.42.

¹⁴ “O governo japonês, por intermédio de seus diferentes ramos e agentes, participou explicitamente do processo de fixação desses imigrantes, para que ele ocorresse com sucesso” segundo apontou: SAKURAI, Célia. “Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941)”. In: FAUSTO, Boris (org). “**Fazer América**” 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. pp.201-238, p.202.

¹⁵ OGAWA, Kazumi; KAYAMA, Haruhiko; YAMAMOTO, Kazunori (organizadores). Op.Cit,p.46.

¹⁶ OGAWA, Kazumi; KAYAMA, Haruhiko; YAMAMOTO, Kazunori (organizadores). Op.Cit, p.47.

¹⁷ Entre investigações nos jornais das décadas de 1960 e 1970, em 1977 é feita uma primeira e rápida referência de um sobrevivente da Bomba Atômica residente na Colônia Ramos: “[...] japonês Kazumi Ogawa, sobrevivente da explosão atômica de Nagasaki e que hoje, aos 47 anos, é um de seus maiores líderes”. Jornal **O’Estado**. Florianópolis, 5ªfeira, 22 de setembro de 1977. nº18.826. p.06. (Pesquisa realizada na BPSC – Florianópolis).

o fim da guerra mundial no Japão, ou que, mais especificamente, entraram em contato com as Bombas Atômicas.

As visitas médicas pareciam vir carregadas de dúvidas, de como os destinos dos próprios migrantes japoneses, que haviam entrado em contato com bomba de 1945, eram incertos. Parece-nos que um dos principais motivos da elevada presença médica na Colônia, desde sua formação, deve-se à tentativa de entender e “mapear” as condições biológicas de todos os japoneses da localidade. Havia a possibilidade dos que entraram em contato com a radioatividade transmitirem aos demais japoneses e brasileiros algumas seqüelas? Ou “epidemias”? Talvez a resposta mais próxima da medicina da época fosse à não transmissão automática de qualquer vestígio das explosões de 1945. Contudo, a dúvida ainda permanecia, e controlar a saúde dessa população parecia objetivo fundamental das rotinas de exames. Será o temor de vestígios (que os “japoneses carregariam consigo”) de 1945, presente em imigrantes japoneses, a possível relação e afirmação das constantes visitas médicas? “Não se sabia se um japonês que tivesse vivido a experiência tão próxima da elevada radioatividade, poderia transmitir a outras pessoas algum problema, ou alguma consequência”¹⁸, informou Ademar Ogawa, um filho de migrante japonês sobrevivente de 1945.

Principalmente até a década de 1970 não havia indícios e respostas definitivas sobre o que uma pessoa sobrevivente da bomba atômica poderia “desenvolver” em si mesmo (no seu organismo biológico) ou em contatos com outras pessoas. Empiricamente observou-se pós-1945, no Japão, diversas consequências como a elevada presença de indivíduos com cânceres e crianças que nasciam com diversos problemas, como os jornais costumam lembrar ainda hoje. Mas ao longo prazo, alguma doença ou consequência poderia ser transmissível nos contatos sociais? Sem uma resposta totalmente clara, as realidades vividas e enfrentadas em 1945 no Japão foram silenciadas até as pesquisas e observações médicas, definitivamente demonstrarem que as consequências à saúde estavam mais delimitadas àqueles que eram sobreviventes e que no simples contatos com os Outros, ou não sobreviventes da Bomba, não iria ocorrer a transmissão de vestígios por serem sobreviventes.

Frei Rogério na atualidade, e em especial a colônia japonesa, fora considerada localidade com concentração de idosos de idades avançadas, maturidade cronológica acompanhada junto de qualidade de vida. A Revista *Época*, por exemplo, fez uma

¹⁸ Conversa informal com Ademar Ogawa, quando dos trabalhos de campo em Frei Rogério, em 15 de fevereiro de 2007.

reportagem com senhor Kazumi Ogawa e sua esposa Mariko Ogawa, apresentando-os como um casal exemplo da longevidade e qualidade de vida ali cultivada:



'Planto de tudo, menos batatas, porque em minha horta não entra agrotóxico'
Mariko Ogawa, de 72 anos, ao lado do marido, Kazumi, de 76, servindo várias receitas de shiitake com chá verde.¹⁹

Não é por acaso que a presença de seis ou sete japoneses²⁰ sobreviventes da Bomba Atômica fora um tema tabu durante certo tempo na Colônia Ramos ou mesmo na mídia. Observando as páginas dos jornais na década de 1960 e 1970, por exemplo, nenhuma referência a esses migrantes está presente até o ano de 1977. No livro *O Caminho dos 40 anos da Colônia Celso Ramos* também as referências quando aparecem são indiretas, como por exemplo: “dois moradores retornaram ao Japão para tratamento de câncer”²¹. Seriam esses também sobreviventes das bombas de 1945? O silêncio a respeito do tema não é identificado apenas nas publicações como jornais ou no livro da história da colônia, mas também nas próprias relações e convívio cotidiano. Alguns filhos de migrantes (portanto, primeira geração), somente ficaram sabendo parte do passado dos seus pais, avós e outros familiares e amigos após a década de 1990, quando a medicina ou as próprias experiências dos migrantes pareciam reconhecer a inexistência de perigo de transmissão de uma possível radioatividade ou qualquer outro “mal” ou doença. O que levou alguns pais e casais, guardarem em segredos ou não compartilharem com filhos e filhas suas trajetórias pré-migratórias, como aquelas de agosto de 1945 está envolta de *inseguranças e temores*.

É bom lembrar que contrariamente, o medo do passado e das possíveis consequências “das Bombas” poderiam também ser os mais individuais e inconfessos sentimentos, mas cabe aqui reforçar que se reverteu os silêncios de uma memória e de vivências, reconstruindo, re-significando e mesmo valorizando um outro tempo, que

¹⁹ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EDG73430-5990,00.html> acesso 22/09/2007, às 13:15. Título da reportagem: “Como passar dos 100. Já há quase 25 mil centenários no Brasil. Qual segredo deles?”.

²⁰ O jornal **Diário Catarinense** publicou que havia um grupo de japoneses sobreviventes das Bombas Atômicas composto por 142 pessoas, sendo que: “de 142 sobrevivente, do total de 200 que migraram para o Brasil em busca de uma nova vida”. Jornal **DC** Florianópolis, sábado 06 de agosto de 2005. Ano XX, nº7052. p.04. Os números de imigrantes em Frei Rogério que viveram a época da bomba atômica é contraditório, alguns jornais apontam sete e outros seis.

²¹ OGAWA, Kazumi; KAYAMA, Haruhiko; YAMAMOTO, Kazunori (organizadores). Op.Cit, p.48.

mesmo passado permanecia e significava. Nesse contexto de retomada de “uma nova memória” é que a paisagem do Núcleo Celso Ramos passa a ser “palco, mas também atriz” de outras sociabilidades. Assim, relacionado às trajetórias e ações dos imigrantes na Colônia Ramos nos tempos de esquecer e tempos de lembrar tem-se, “resumidamente, [que] toda mudança no *espaço* é uma mudança no *tempo*, e toda mudança no *tempo* é uma mudança no *espaço*”.²²

Quando da pesquisa sobre o histórico do Sino da Paz no município de Frei Rogério, o migrante Kazumi Ogawa comentou com sua fala japonesa, que ainda na época em que morava em Santa Maria (RS), quando sua esposa estava prestes a ter o primeiro filho, Ogawa dirigiu-se com ela ao hospital com certo transtorno, medo e agonia. Segundo o migrante japonês, sua principal consternação na gravidez da esposa e anterior ao momento do parto, era o temor do filho nascer sem membros, sem algum braço, sem pernas, ou acéfalo... situações que haviam sido comuns no Japão pós- agosto de 1945, e observadas e vividas pelo próprio Ogawa.²³ Além dos relatos do migrante naquele momento, pode-se observar também a emoção do filho Ademar, que após realizar a tradução para o português dos ditos de seu pai, teceu o seguinte comentário: “Isso que meu pai falou agora, do medo de como eu iria nascer é a primeira vez que ele comenta, eu não sabia desse temor dele. Por isso esse Sino é fabuloso, resgata a nossa trajetória e algumas experiências das nossas vidas”.²⁴ Como afirmou o filho de Kazumi Ogawa, aquele monumento construído pelo seu pai acabava por não apenas retratar a memória dos sobreviventes da guerra, mas também servir como um espaço para lembrar um tempo e possibilitar trocas de experiências pelas diferentes gerações.

A escolha do local para construção do Sino da Paz, em formato do *tsuru*, parece ter sido favorável no destaque da paisagem da comunidade, afinal fora edificado no morro de maior altitude da colônia, chamando a atenção no espaço agrário pela visibilidade de todos os locais e pontos daquela parte de Frei Rogério. Se a preocupação do também migrante japonês Takashi Chonan devia-se ao futuro da edificação, pois está

²² ELIAS, Norbert. “**Sobre o Tempo**”. Op.cit. p.81.

²³ Também segundo relatou o jornal o **Diário Catarinense**, “Às 11h22 min, ele ouviu uma forte explosão e viu um enorme clarão no céu. Ficou assustado e foi em direção ao fogo. À medida que corria, encontrava pessoas feridas, mortas e dilaceradas. O intenso calor levou muitas pessoas a um rio nas proximidades. Praticamente todas morreram por causa da poeira radioativa que contaminou a água.

Kazumi estava a oito quilômetros do local da explosão, e foi considerado uma vítima de primeira grau, devido à radiação. Mas escapou com vida. No entanto, 74 mil pessoas perderam a vida instantaneamente e outras 75 mil ficaram feridas. Apenas 50 mil saíram ilesas”.

²⁴ Conversa informal com Ademar Ogawa, quando dos trabalhos de campo em Frei Rogério, em 15 de fevereiro de 2007.

localizada em terreno particular da família Ogawa, e por isso dificultaria às futuras gerações da comunidade “administrarem” e “cuidarem” do Parque Sino da Paz, demonstra também a contrariedade de sua localização. O migrante Fumio Honda questionou a veracidade ou a *vitimização* dos próprios japoneses: “Por que aquele Sino do Ogawa? a Bomba foi preciso para os japoneses saberem que a Guerra tinha que acabar. Se não tivesse aquelas bombas, japonês iria teimar. Japonês é teimoso, por isso, aquelas bombas”.²⁵

Quando questionado se também era sobrevivente da Bomba assim como o migrante Ogawa, Fumio Honda afirma ter nascido uma década após a Guerra, já na década de 1950, por isso não teve a experiência direta das Bombas de 1945 e suas conseqüências. É nesse conflito de representações, apresentação, localizações do Parque Sino da Paz, que pode-se identificar disputas e diversidades de opiniões sobre o símbolo impregnado na paisagem.

Isso pode significar em última instância que ao mesmo tempo que a Paisagem pode refletir e ser resultado das relações das pessoas entre si e das interações dos indivíduos com seus meios, o espaço construído e marcado pela ação humana também permite novas sociabilidades. Se viver e sobreviver aos transtornos no Japão pós Bomba Atômica era além de desconfortável e doloroso, pareceu ser também particularmente penoso silenciar e carregar nas memórias uma lembrança que durante certo tempo não deveria ser silenciada. Para fazer falar de uma situação difícil, edificou-se em formato de um pássaro símbolo do Japão, uma construção que além do Sino da Paz, possibilita trocas entre gerações e facilita outras comunicações. Além de registrar e lembrar a todos que ali passam, que um dia alguém vivenciou conseqüências do fim da 2ª guerra mundial, e nela radiações e bombas que caíam em suas cabeças.

²⁵ Conversa informal com o imigrante japonês Fumio Honda, quando nos trabalhos de campo na colônia Ramos em Frei Rogério, em 30 de abril de 2006.

Anexo

Transcrição de trechos de entrevista presentes no Documentário *Semente Japonesa*, a respeito da migração e formação da comunidade nipônica em Frei Rogério – Curitiba.

Semente Japonesa

Parte 01 referência: <http://br.youtube.com/watch?v=wP23Ng8v-5U&NR=1>

Tempo do vídeo 0:15 até 0:32 inicia a fala Kasumi Ogawa:

“Primeiro eu vi o clarão ... depois ouvi o estrondo! Então eu entendi que tinha caído uma bomba.”

0:43 até 1:39

“Eu olhei ao redor. Não vi nenhuma sombra e observei uma nuvem de fumaça em forma de cogumelo. Então, eu presumi, que caiu atrás da montanha. Por isso eu fui até lá. Na direção onde a bomba caiu, eu vi pessoas desfiguradas, queimadas. Enfileiradas. Eu vi com meus próprios olhos. Eu vi pessoas desfiguradas, queimadas. Então, eu fui até onde a bomba caiu. Vi as casas todas destruídas. Eu fiquei com muito medo.”

1:50 até 3:04 inicia a fala de Mariko Ogawa

“Eu só vi aquele clarão nas nuvens porque eu estava a uns 30 quilômetros de distância... Na época, eu tinha 11 anos. Então, diante daquela situação eu fiquei sem entender o que acontecia. E como faltava alimentos na época, mesmo eu sendo uma estudante, eu precisava plantar minha própria comida. Mas a terra estava toda contaminada. Então as plantas ficavam esquisitas. Por exemplo, a berinjela vinha duplicada. A plantação era toda deformada.”

SEMENTE JAPONESA (parte 02): <http://br.youtube.com/watch?v=W03-iT3JfmE>

2:15 até 2:49 Elzami Miwa Onaka

“Antes de construir esse sino, praticamente poucas pessoas falavam sobre isso né, agente não tinha nenhum conhecimento, ninguém falava como foi, como era, e se o Ogawa começou falar. Pela primeira vez eu ouvi, como foi, as coisas que ele viu, as coisas que ele sentiu. Eu não sei outros jovens, né, eu fiquei bastante emocionada. E senti assim, nossa eu já estou com vinte e poucos anos e é a primeira vez que eu escuto né.”

A colonização não chegou na Campanha: a imigração no Rio Grande do Sul e as questões ambientais.

Cristiano Luís Christillino
Doutorando em História- UFF.
christillino@hotmail.com

A Província do Rio Grande do Sul recebeu o maior número de colônias de povoamento, ao longo do Segundo Reinado, processo que transformou consideravelmente a paisagem rural sul-rio-grandense e sua configuração política e econômica ao longo desse período. O tema recebeu a atenção da historiografia local, que analisou a imigração a partir da complexa conjuntura histórica do Império Brasileiro. Alguns trabalhos mostram que a imigração cumpriu um importante papel no Rio Grande do Sul, ao criar e expandir uma base de apoio político alternativo a elite regional. A maioria das despesas, com a introdução de imigrantes e seu estabelecimento nas colônias, era custeada pela Província, cujos recursos foram aprovados pelos representantes das forças locais, na Assembléia Provincial. Além disso, 87% das colônias criadas na Província, ao longo do Segundo Reinado, eram de iniciativa particular. Desta forma, o projeto político da Coroa foi incorporado e assumido por uma parcela da elite sul-rio-grandense, interessada na colonização.

O avanço da área colonial propiciou uma grande valorização das terras próximas aos primeiros núcleos. Logo, as Companhias de Colonização, os comerciantes e os fazendeiros iniciaram a comercialização de terras aos imigrantes. Um negócio lucrativo que incentivou a uma verdadeira corrida em busca de terras que propiciassem a venda e/ou compra de lotes. Neste contexto, grande parte das terras públicas, dos municípios nos quais foram criadas colônias de imigração, passou para as mãos dos colonizadores, sem qualquer tipo de intervenção dos órgãos públicos.

Um dos papéis atribuídos imigração na província do Rio Grande do Sul foi o povoamento de vazios demográficos visando a afirmação das fronteiras meridionais do Império. Mas a colonização não se estendeu a região da Campanha. Um fato que, além das questões políticas, também foi influenciado pela falta de recursos ambientais na região, especialmente a baixa fertilidade do solo, a falta de madeiras e a escassez de recursos hídricos.

A política imigratória e o Rio Grande do Sul

A entrada de imigrantes no Brasil, por iniciativa oficial, remonta a emancipação política em 1822. Dom Pedro I reforçou os seus batalhões através da introdução de mercenários europeus, especialmente alemães. A Colônia de São Leopoldo recebeu um grande número destes soldados, que recebiam lotes de terras como pagamento pelos serviços prestados. Na década de 1820, o Major Von Schaefer embarcou muitos soldados como colonos nos portos alemães. A Lei do Orçamento de 1831, quando foram suspensos os créditos para a imigração estrangeira, acabou, inclusive, com muitos dos incentivos destinados às colônias existentes. A Lei do Orçamento e as revoltas do período regencial impediram a continuação da colonização, na década de 1830. Em meados dos anos 40, quando foi retomado o processo imigratório, a conjuntura política, econômica e social brasileira havia se transformado, consideravelmente, em relação aos primeiros anos de existência do Estado brasileiro. Os objetivos em torno da imigração européia também mudaram. A criação da Guarda Nacional e a resolução das principais revoltas ocorridas em diversos pontos do país suprimiram, mesmo que parcialmente, a necessidade da introdução de um maior contingente de soldados, não sendo, assim, o fulcro da imigração.

O ponto central da política imigratória no Segundo Reinado era a transição ao trabalho livre nas lavouras agro-exportadoras. A chamada “crise de braços” foi intensificada com a Lei Eusébio de Queiroz. A proibição do tráfico negreiro não permitia mais as renovações periódicas dos plantéis escravistas. A alternativa encontrada foi a introdução de colonos europeus, e criar um novo sistema de trabalho: o de parceria. O seu precursor foi o Senador Vergueiro, que o introduziu em sua Fazenda Ibicaba, no interior paulista, em 1846. Os relatórios do Ministério da Agricultura, das sociedades agrícolas do período e dos discursos da Câmara dos Deputados eram constantes a defesa da introdução da mão-de-obra européia como forma de “salvar” a agricultura nacional. A Lei de Terras determinou que os recursos provenientes das vendas de terras públicas seriam investidos na imigração. O incentivo a imigração neste período, no entanto, não pode ser reduzido ao viés explicativo da “crise de braços” das lavouras agro-exportadoras. Houve uma conjuntura complexa na qual a imigração seria defendida como solução aos problemas do Império.

Predominava no discurso acadêmico a questão da eugenia. Termo criado por Francis Galton (1822-1911), que assim o definiu: “o estudo dos agentes sob o controle social que podem

melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”¹. Hipólito da Costa, Domingos Jaguaribe Filho, João Cardoso de Menezes e Souza, Oliveira Viana, Miguel Couto, entre outros, adeptos de Galton, defendiam a idéia da supremacia racial, para o melhoramento da “raça” brasileira através “cruzamentos étnicos”. Conseqüentemente, eram defensores à entrada de imigrantes europeus, conquanto, não aceitavam nem o negro, nem o índio, assim como, a introdução de imigrantes asiáticos, pois estes, também, eram considerados “raças” inferiores. A vinda do europeu era considerada como a única forma de “melhorar a sociedade brasileira”. Em 1846, o então Conde de Caxias, Presidente da Província do Rio Grande do Sul ao discutir o processo imigratório, dizia que: “não quereis sem dúvida povoar com negros”².

Ao longo do século XIX, a grande tensão em torno das revoltas escravas, e com o episódio do Haiti em 1840, alerta o continente americano para a possibilidade de rebeliões cada vez maiores e mais freqüentes, que viessem desestabilizar o poder da camada dirigente. No Brasil, durante o Período Regencial, pode-se citar revoltas, como a da Balaiada no Maranhão, entre 1838 e 1841; a Cabanagem no Pará, entre 1835 e 1840; a Revolta dos Malês na Bahia em 1835, uma grande rebelião de escravos muçulmanos que tinham por objetivo fundar uma monarquia muçulmana, mostrou que o episódio do Haiti poderia ser repetido. Da mesma forma, os estudos sobre a escravidão mostram que este sistema foi marcado pelos conflitos e insubordinações que levou muitos dirigentes políticos e intelectuais a aderirem à defesa de uma lenta e gradual abolição da escravatura. Os jornais da época também expressavam esta situação, revelando o pânico gerado nas camadas dirigentes em função dos crescentes atos de insubordinação escrava, o chamado *medo branco*.

Os trabalhos inspirados em Thompson revelaram outra face do escravismo, mostrando que a relação entre o senhor e o escravo era marcada pela tensão, o que vai levar o proprietário a buscar uma mão-de-obra alternativa. Nesta mesma direção teórica, os estudos sobre o campesinato mostram que a relação do homem livre e pobre com os grandes fazendeiros não

¹ Apud: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão. racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

² CAXIAS, Conde de. *Relatorio com que abriu a primeira sessão ordinaria da segunda legislatura da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul no 1.o de março de 1846, o exm.o sr. conde de Caxias, presidente da mesma provincia*. Porto Alegre, Typ. de I.J. Lopes, 1846, p. 14.

estava restrita à submissão³. A resistência deste grupo, frente à expropriação da terra e as condições de trabalho, também reforçam a busca pela imigração. Ao contrário dos que defendem que o imigrante foi preferido ao homem livre nacional, em função das suas aptidões no trabalho, percebe-se que, antes disso, a insubmissão deste último explica esta opção.

A maioria dos estrangeiros entrados no Brasil foi enviada às grandes lavouras paulistas e fluminenses. Uma pequena parcela foi destinada às lavouras canavieiras do nordeste. No entanto, uma fração significativa dos imigrantes foi estabelecida em colônias de povoamento. Essas colônias, num primeiro momento, tiveram a função de abrigar os soldados estrangeiros, contratados para reforçar os batalhões do Imperador. Ao longo do Segundo Reinado, além da conjuntura anteriormente descrita, essas colônias tiveram a função de reforçar o abastecimento de alimentos ao mercado interno. Neste sentido foram criadas as colônias Dom Pedro II no município mineiro de Juiz de Fora, em 1856 e a Colônia Santa Tereza em 1874, na Província do Espírito Santo. Em relação à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a questão do abastecimento não constituía um problema capaz de impulsionar o processo imigratório. A escassez de alimentos aparece nas correspondências das Câmaras Municipais e nos relatórios de presidentes de Província, resultante das estiagens, especialmente durante as secas de 1865 e de 1877. Por outro lado, os lucros obtidos pela produção sul-rio-grandense não possibilitavam a introdução de colônias de parceria.

As exportações gaúchas estavam pautadas, principalmente, no charque, nos rebanhos muares e cavalares e na erva-mate, comercializada nos países platinos. Em seu Relatório de 1854, o presidente da Província João Lins Cansanção de Sinimbu, chamava a atenção ao fato de que a produção gaúcha, cujos lucros eram reduzidos, em relação às atividades cafeeiras e açucareiras, não suportaria o sistema de parceria, propugnava por um sistema de pequenas propriedades⁴. Além do que, a extração de erva-mate e a pecuária já contavam com a mão-de-obra do homem livre e pobre nacional. O problema estava nas lavouras das áreas florestais, cujos produtos

³ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / Arquivo do Estado, 1998.

⁴ SINIMBU, João Lins Vieira Cansanção de. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854, p. 25.

também não viabilizariam o estabelecimento de colônias de parceria. A mão-de-obra livre nacional encontrava, nas terras devolutas, uma alternativa a este trabalho.

As instabilidades políticas do Rio Grande do Sul fizeram com que o processo imigratório assumisse outro. As conturbações da estremadura meridional do Império logo despertaram uma atenção especial por parte da Coroa. O território gaúcho foi palco de intensos conflitos pela afirmação da fronteira. A elite milicianista estabelecida na pampa brasileira era fundamental a manutenção das fronteiras. Sua ligação com o Prata, e seus restritos vínculos com o Império Brasileiro, fazia com que o centro dedicasse uma atenção especial a esta Província. A resolução da Revolta Farroupilha, originada pela insatisfação da elite da Campanha contra a Regência, foi a expressão política da Coroa no Segundo Reinado. A pacificação deste conflito foi tratada de uma maneira diferenciada em relação as demais revoltas. Além de se tratar de uma revolta comandada unilateralmente pela elite local, ao contrário de outras revoltas que acabaram nas mãos das camadas populares, as milícias gaúchas eram imprescindíveis à hegemonia brasileira no Prata⁵. Se por um lado era preciso estender um tratamento diferenciado a esta elite, por outro era necessário neutralizá-la politicamente. A imigração, neste contexto, representaria uma base de apoio alternativa aos estancieiros da Campanha.

Nos relatórios de presidentes de Província, foi expressa a preocupação com as posições políticas dos imigrantes, especialmente em torno da sua obediência ao regime monárquico:

O povo está pois educado em um systema de obediencia e direi, admittindo-se-me a expressão, de governabilidade, que o torna ainda mesmo nos paizes de instituições livres da América, um precioso elemento de ordem e de trabalho no meio de suas populações ruidosas e desabusadas das ficções governamentaes. Se as circunstancias peculiares do centro em que vivem as populações germânicas, imprimem-lhes esta educação social, o fundo do character da nação não a repelle, sujeita-se e amolda-se á ella... Se precisamos mais de braços do que idéias, devemos preferir os povos da raça germanica para a colonização⁶.

Neste trecho, o Presidente Francisco Xavier da Cunha mostra a preocupação do Governo provincial em colonizar o Rio Grande do Sul com imigrantes afeitos ao regime político existente. O objetivo seria constituir um grupo social que integrasse a base de apoio do Governo Central e,

⁵ FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos: A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873)*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2003.

⁶ CUNHA, Francisco Xavier da. *Relatório da inspetoria Geral das Colônias apresentado ao illustrissimo e excellentissimo senhor Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha Vice-Presidente da Província pelo Inspector Geral das Colônias Francisco Xavier da Cunha*. Porto Alegre: Tiphografia do Rio-Grandense, 1866, p. 16.

por extensão, ao Provincial, para evitar as conturbações políticas. Um grupo neutro às contendas sul-rio-grandenses, isolando, progressivamente, a elite gaúcha. A Colônia de São Leopoldo, durante a Guerra dos Farrapos, permaneceu, em sua maior parte, indiferente à causa dos revoltosos.

A elite política tradicional do Rio Grande do Sul não tardou a criar barreiras ao avanço da colonização. Os mais de cinco mil imigrantes que entraram na Província entre 1824 e 1829, mostraram que a continuação deste processo de colonização rapidamente deslocaria o eixo econômico e político da Província da Campanha à colônia, caso fosse dada continuidade àquele ritmo da imigração. Contemporâneos do período caracterizaram esta preocupação como o “perigo alemão”. Segundo Von Hering, “para os proprietários brasileiros que se consideravam donos da terra, um povoamento maciço com estrangeiros poderia por em perigo a supremacia política da população nativa (Perigo Alemão)”⁷. Pressionado, apesar de ser favorável a imigração, D. Pedro I, se vê levado a assinar a Lei de 15 de dezembro de 1830, na qual o governo se compromete em vedar gastos com a emigração e colonização estrangeira

A conjuntura política provincial do período posterior a Farroupilha mudou significativamente em relação ao Primeiro Reinado. A elite política tradicional saiu enfraquecida desta guerra civil. A longa duração do conflito reforçou a retomada do processo de colonização imigrante. Esta foi a saída encontrada ao restabelecimento do equilíbrio político na Província⁸. Mas este projeto não seguiu, necessariamente, um programa político partidário, mesmo que estivesse na base do ideal liberal, como nos mostra Fernando Henrique Cardoso⁹. No Rio Grande do Sul observamos que o Partido Conservador esteve mais próximo do projeto de colonização. A Região da Campanha era o reduto Liberal da Província. Seus líderes, especialmente o General Osório, tinham sérias restrições à imigração, conforme o que está expresso na sua documentação pessoal.

O Jornal “A Reforma”, órgão ligado ao Partido Liberal no Rio Grande do Sul criticou duramente o projeto de colonização ao longo das décadas de 1870 e 1880. A Reforma denunciou

⁷ Apud: AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul-1824-1924*. Tradução: Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1999, p. 80.

⁸ CUNHA, Jorge Luís. *Os colonos alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

os riscos que a germanização das regiões colonizadas poderiam trazer a Província, no contexto de afirmação do Império Alemão e de sua inserção no colonialismo. Esta posição do Partido liberal gerou um forte impacto sobre a imigração na Província, com a diminuição das verbas destinadas a colonização. O volume de recursos aprovados em 1880 era inferior a um terço daquele aprovado em 1870¹⁰. E este volume de recursos diminuiu drasticamente ao longo dos anos 80. Mas a presença de imigrantes na Província já era suficientemente forte para mudar a sua configuração política. Embora a elite política sul-rio-grandense tradicional tivesse maioria das cadeiras do Parlamento e na Assembléia Provincial, ela teve que negociar o apoio da base colonial para as suas eleições e atender algumas das suas reivindicações. A Lei Saraiva de 1881, ampliou consideravelmente o eleitorado das áreas coloniais, ao permitir o voto aos não católicos, ao mesmo tempo em que restringiu o número dos “eleitores da terra”, na medida em que vedava o voto aos analfabetos.

O projeto político em torno do processo imigratório do Governo Imperial, para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, permite entender o empenho do mesmo na fundação e desenvolvimento da Colônia de São Leopoldo e, mais tarde, das quatro colônias de imigração italiana (Caxias, Conde d’Eu, Princesa Isabel e Silveira Martins). Da mesma forma podemos compreender o esforço dos presidentes de província neste processo. Mas por outro lado, é preciso levar em conta os interesses da elite sul-rio-grandense, sem os quais, a colonização não teria a mesma expansão. Entre 1850 e 1889 foram criadas 250 colônias de imigração no Brasil¹¹, sendo que 28% delas, foram estabelecidas em solos gaúchos. Esta cifra mostra que o Rio Grande do Sul foi a Província na qual houve a maior expansão colonial do Brasil, no século XIX. Entre 1850 e 1880, foram criadas 69 colônias de imigração na Província, das quais 87% eram de iniciativa particular. A Coroa deu o primeiro passo, ao fundar a Colônia de São Leopoldo em 1824. A presidência da Província teve um papel importante na introdução dos 147.943 imigrantes ao longo do período imperial. Mas era a Assembléia Provincial quem aprovava os orçamentos, nos quais foi destinada uma importante parcela dos seus recursos a imigração. As câmaras de vereadores disputavam o estabelecimento de colônias de imigração nos seus municípios. No entanto, a colonização não se expandiu na região da Campanha.

¹⁰ ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, vol. 1.

¹¹ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 28.

Uma parcela da historiografia acredita que a questão da fronteira poderia estar no centro da política imigratória na Província do Rio Grande do Sul. Esta região foi palco de grandes conflitos pela demarcação dos limites brasileiros e uruguaios, e pelos choques de interesses entre a elite gaúcha e parte da sociedade política uruguaia. Mas a colonização, ao longo do Período Imperial, não foi direcionada a área fronteiriça. A frustração da fundação da Colônia São João, na fronteira missioneira mostrou a inviabilidade da colonização em locais distantes dos mercados e as terras da Campanha já estavam apropriadas pelos pecuaristas milicianos do Rio Grande do Sul. A fundação de uma colônia implicaria na desapropriação de alguns latifúndios. Esta prática seria politicamente inviável. As Câmaras Municipais desta região não apoiavam a introdução de colônias de imigração, isto se observa nas correspondências das Câmaras Municipais de Alegrete e Santana do Livramento. Mas é preciso levar em consideração a questão ambiental.

Os recursos naturais da Região da Campanha impunham três obstáculos à fundação de uma colônia no século XIX. Os campos desta região apresentavam uma baixa fertilidade, acentuadas pela acidez do solo, não possibilitavam a prática da coivara, a mais utilizada neste período. A agricultura nestes campos implicaria na adubação da terra, e o volume de esterco de gado necessário a esta fertilização, não seria obtido através dos pequenos rebanhos dos colonos. Estas planícies apresentavam sérios problemas quanto a as reservas de água. Os fazendeiros da Campanha amenizavam este problema deslocando seus rebanhos aos locais próximos dos cursos de água mais perenes. Esta solução não seria possível aos colonos que viessem aí se estabelecer. Se os que se fixaram na região serrana dispunham de uma rica hidrografia, essa sorte não era encontrada na Campanha Gaúcha, na qual uma parte dos colonos, que aí viessem se estabelecer estaria a quilômetros de distância do primeiro curso de água. Finalmente, a ausência de outro elemento fundamental ao desenvolvimento de uma colônia: a madeira, recurso essencial ao estabelecimento do colono à terra. Era a madeira que garantia a construção de casas, galpões e cercados. Da mesma forma era utilizada como combustível doméstico e na confecção dos mais variados utensílios empregados no cotidiano rural. Em 1876, o Presidente da Província José Antonio de Azevedo Castro, expôs o projeto de criação de uma colônia no Município de Triunfo. O Presidente aconselhava a sua localização nas margens do rio Taquari, e não nas proximidades da Vila de Triunfo. Segundo o Relatório de 1876, ficou registrado por este Presidente, que aquele local, além de ser mais fértil, era abundante em madeiras, algo que não seria encontrado nas cercanias desta Vila, e poderia comprometer o futuro da colônia proposta.

A própria atuação das companhias particulares de colonização mostra que a expansão das colônias nas áreas florestais dos afluentes do baixo Jacuí também esteve ligada a outros fatores. Estas empresas, ao adquirirem áreas de terras para lotear e comercializar, não dependiam da chancela das câmaras de vereadores e dos chefes locais. E o valor das terras nesta região era bem menor que o das áreas coloniais dos vales dos rios Sinos, Caí, Taquari e Pardo. Desta forma, além das questões políticas, as condições ambientais também não permitiram a introdução de uma colônia na Campanha, logo a questão da fronteira é secundária na compreensão do processo imigratório nesta Província.

Considerações finais

O processo imigratório transformou, consideravelmente, a estrutura econômica e política da Província do Rio Grande do Sul. A colonização esteve inserida numa conjuntura complexa da sociedade brasileira no Período Imperial. Esse processo fazia parte de um projeto político, cuja meta era a constituição de uma base de apoio alternativa aos estancieiros da Campanha Gaúcha, que mostraram ao Império os seus planos separatistas, não deixando de ser esta uma grande ameaça a União. No entanto, foi uma parcela da elite sul-rio-grandense que permitiu a expansão deste processo, ao assegurar recursos na Assembléia Provincial e nas Câmaras Municipais. Um grupo formado por burocratas, membros das Companhias de Colonização, comerciantes e, principalmente, fazendeiros das regiões florestais que enfrentavam a crise da erva-mate e a concorrência da produção dos pequenos posseiros e dos colonos imigrantes, cujas lavouras estavam baseadas na mão-de-obra familiar, que alavancou o processo de imigração, o que proporcionou a formação de grandes fortunas familiares. Sua ação foi fundamental ao próprio êxito do projeto de imigração do Governo Imperial. O sistema de contrato e a fundação de colônias particulares de imigração foram mais eficazes na expansão da colonização, demonstrando, com isso, que eram muito mais eficazes na expansão do complexo colonial do que a Diretoria de Terras Públicas e Colonização.

Por outro lado a colonização não chegou a Campanha. Um fato que vem sendo explicado a partir das questões políticas que envolviam a relação estabelecida entre os chefes milicianos da região e a presidência da província, extensão local do poder imperial. Mas, além deste contexto, a falta de recursos ambientais na Campanha, especialmente a baixa fertilidade do solo, a falda de madeiras e a escassez de recursos hídricos também impediram a fundação de colônias de imigração na região.

REFERÊNCIAS

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão. racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / Arquivo do Estado, 1998.
- FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos: A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873)*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2003.
- AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul-1824-1924*. Tradução: Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1999, p. 80.
- CUNHA, Jorge Luís. *Os colonos alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, vol. 01.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 28.

“Não são os rios que devem ir ao encontro das embarcações, mas as embarcações que devem vir ao encontro dos rios”. As obras de melhorias nas vias de navegação fluvial sob uma perspectiva ambiental (RS 1901-1919)

Dalva Reinheimer¹

Apresentação

Os rios do centro-norte e as lagoas do litoral norte do Rio Grande do Sul elementos fisiográficos daqueles espaços. Notadamente também se relacionam com os aspectos humanos, consolidando as características que nos permitem ver estas áreas como uma região. Rio e lagoas são elementos naturais, mas em um determinado período foram apropriados pelos habitantes e autoridades como parte funcional de uma estrutura econômica, especialmente como via de comunicação. No início do século XX a política estabelecida pelo governo do Estado visava melhorar a navegação nos rios interiores como parte de um projeto de desenvolvimento econômico que incluía a ligação das lagoas litorâneas.

Nesse processo os aspectos ambientais, que envolvem naturalmente os mananciais de água e seus entorno, não foram considerados nos programas da Secretaria de Obras. Porém, é certo que os procedimentos utilizados afetavam o meio ambiente. Por outro lado o próprio sistema de trabalho, quase todo desenvolvido pela força humana e com poucas técnicas de engenharia era insalubre aos operários e técnicos encarregados dos serviços.

O artigo pretende um estudo e análise sobre o tema no período de 1902, quando foram apresentados os últimos Relatórios das Comissões de Melhoramentos dos rios, até 1919, momento de estatização das vias férreas e do porto marítimo de Rio Grande. Foi neste período que a Secretaria de Obras criou os principais projetos para a navegabilidade dos rios. Apresentamos casos ocorridos nos rios Taquari, Jacuí, Sinos e nas lagoas do litoral norte. Pretendemos demonstrar como ocorriam tais serviços bem como verificar sua justificativa dentro do projeto do governo. Também buscamos evidenciar porque dentro do contexto histórico daquele período as condições de salubridade de trabalho e a agressão ao meio ambiente não eram consideradas no

¹ Doutora em História – Professora e coordenadora do Curso de História da FACCAT – Faculdades Integradas de Taquara – Sobre o título do artigo: Citação do Secretário de Estado das Obras Públicas, João José Pereira Parobé em 31 de julho de 1901, em seu Relatório ao Presidente do Estado Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros.

planejamento. A análise se baseará nos Relatórios da Secretaria de Obras do período.

Território, governo e economia: As condições no início do século XX no Rio Grande do Sul

Os rios apontados para a análise situam-se no espaço centro-norte do estado. No caso específico do Rio Grande do Sul, deve-se ter em mente as condições geoeconômicas de seu território. Há uma diversidade geográfica entre o norte e o sul. O primeiro se constitui por um relevo acidentado com alguma área de campos e a presença de matas. O segundo possui uma vegetação de campos na maior parte de sua superfície. Nesta, desenvolveu-se, ao lado de uma economia pastoril, uma sociedade latifundiária, desde o início do povoamento do Rio Grande do Sul. Quanto ao norte do território, esse passou por diferentes etapas de ocupação que se adequavam à economia e articulava-se de forma indireta com a região sul. Na metade do século XIX, a parte norte do Rio Grande do Sul encontrava-se em uma estagnação econômica e populacional, que foi modificando-se com o processo de implantação e expansão das colônias de imigração.

A formação do primeiro núcleo colonial alemão em São Leopoldo, em 1824, ocorreu na área do rio dos Sinos, continuando sua expansão nas áreas do rio Caí, do Taquari e do Jacuí. A colonização alemã, ao longo do século XIX tinha entre outros objetivos, dotar a capital de potencialidades para que viesse a integrar o centro-norte do Rio Grande do Sul. O desenvolvimento populacional e econômico dessa região motivou a articulação comercial com Porto Alegre.

Nas primeiras décadas do século XX a economia do Rio Grande do Sul atravessava um período de estabilidade. Para esse quadro muito contribuiu a exportação dos produtos oriundos da agricultura colonial. O transporte das mercadorias ocorria pela navegação fluvial das áreas citadas e era dirigida para a capital do estado. A este processo se integrou a área do rio Gravataí, pela sua proximidade com a capital e por estar servida de um meio de comunicação fluvial que, também se liga ao lago Guaíba².

² KOCH, Siziane. **Rio Grande do Sul: espaço e tempo**. Porto Alegre: Ática. 2003. Segundo a autora: “O lago Guaíba despeja suas águas na laguna dos Patos, que, por sua vez, desemboca no oceano Atlântico através do canal de Rio Grande. O lago é uma formação de água cercada de terra, cuja extensão e profundidades são variáveis. Em geral os lagos são alimentados por um ou mais rios afluentes. O Guaíba, que por muito tempo foi considerado um rio, é o principal lago do Rio Grande do Sul. Ainda hoje, porém, o Guaíba é chamado por muitos incorretamente de rio.” p. 52. Conforme os

Neste contexto ocorreu a necessidade de melhorar as vias internas de navegação.

O setor público, representado pelo Estado, era o detentor dos meios que possibilitavam a operacionalidade da navegação. A começar pelas próprias vias fluviais que, sendo um bem natural, pertenciam ao Estado e, como tal, se configura como um bem público. Ao governo é possibilitado o direito de dispor o seu uso, por concessão, a terceiros, de forma que esta resulte em um serviço para a coletividade. Também era de competência do Estado promover a infra-estrutura necessária, tais como obras de retificação e canalização e manutenção das condições, incluindo a limpeza e dragagem, para que os serviços de navegação ocorressem dentro de uma normalidade. Para isso o Estado deveria dispor dos meios técnicos e de profissionais especializados.

O melhoramento da navegação nos rios já era apontado como uma necessidade no Rio Grande do Sul desde 1889 e, segundo os postulados do PRR³, estes serviços deveriam ser executado pelo governo estadual. O PRR permaneceu no poder estadual por mais de trinta anos.

A organização da administração ocorreu paralelamente à instalação da instituição republicana no estado. Em 1889, o Rio Grande do Sul baseou sua estrutura administrativa, em Superintendências, sendo uma delas a Superintendência de Obras Públicas. Com o federalismo republicano, os estados obtiveram certa autonomia administrativa em relação ao poder federal e foram criadas secretarias para as diversas pastas. Essas ficavam ligadas diretamente ao Presidente do Estado e não mais ao Governo Federal. A partir de então a incumbência das obras ficou com a Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas.

Em relação à navegação fluvial, os trabalhos de estudos e melhoramentos dos rios Jacuí, Taquari e dos Sinos ficaram inicialmente a cargo da Comissão de Viação Colonial, como já ocorria no final do Império. Ao longo dessas vias, encontravam-se as antigas colônias de imigração. Nesse período a política de imigração e colonização se mantinha. Em 1895, a Secretaria dos Negócios das Obras Públicas foi reorganizada. Foi criada a Diretoria de Viação Fluvial.

autores, o lago Guaíba era tido como um rio. Sob este tipo de conhecimento se desenvolveram seus estudos no período de nossa análise. Assim optamos por não usar uma denominação geográfica, trataremos ao longo do trabalho apenas com a sua denominação; Guaíba.

³ PRR – Partido Republicano Riograndense – Foi o partido político que assumiu o poder no Rio Grande do Sul por ocasião da Proclamação da República. Tinha como doutrina os postulados comtianos e se orientava pela filosofia Positivista que previa que o Estado deveria promover o bem público para manter a ordem e o progresso.

Em 1897, foi tomada uma medida prática no sentido de abranger toda a rede fluvial; essa medida foi a organização das *Comissões para estudo dos rios Taquari, Jacuí, Sinos e Jaguarí*. Porém, as mesmas foram extintas em 1901. O governo julgava que, com os conhecimentos adquiridos até aquele período através das Comissões de Estudo dos rios, era possível dar continuidade às melhorias para a navegação e, assim, prestar as condições para o desenvolvimento das atividades da produção agrícola e escoamento da produção.

Nos Relatórios dos Negócios das Obras Públicas a partir de 1901, mantém-se a preocupação com a navegabilidade, especialmente, dos rios da área de colonização alemã e passou também, a ser estudado o projeto de ligação Torres-Porto Alegre.⁴

As tentativas de levar as vias fluviais ao encontro das embarcações

A navegabilidade do rio Jacuí, foi estudada pela Comissão até 1901, e segundo estes estudos, compreendia um trecho de 100 km desde a cidade de Cachoeira até a colônia Dona Francisca. Os engenheiros da diretoria de viação tratavam de completar os estudos no trecho entre Cachoeira e Porto Alegre, o mais extenso, perfazendo 400 km, a fim de projetarem as obras necessárias para tornar a navegação sempre desimpedida.⁵ Os serviços de melhoramentos da navegabilidade do rio Jacuí se estendiam em todo o seu curso, desde a confluência com o Taquari até a foz junto ao rio Vacacaí. Por ser um rio de longo curso, os estudos ainda não tinham sido totalmente completados em 1908, mas já se achavam bastante adiantados.

Por falta de verba, segundo a própria diretoria de viação, os trabalhos de estudos do rio Jacuí não tinham avançado muito em 1911, totalizando apenas 18 km além de Cachoeira em direção a Porto Alegre. Em março de 1914 continuaram os trabalhos no Jacuí, sendo designado para chefiar os serviços o engenheiro Jose da Costa Gama. Esse engenheiro assumiu posteriormente a chefia do projeto de ligação Porto Alegre-Torres. Os serviços no rio Jacuí se fixaram no reconhecimento e trabalhos de limpeza do leito. Mesmo esses poucos serviços, segundo o relatório, melhoraram a navegação e

⁴ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas de 1901, op. cit., p. 11.

⁵ As distâncias apontadas entre as cidades, através da fluvial foram citadas conforme consta nos Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1908.

satisfizeram os navegadores.⁶

A confluência do Jacuí com o Taquari era tida como o trecho de grandes dificuldades para estudos e melhoramentos da navegação. O regime de cada rio era diferente, sendo que as cheias ou estiagens não ocorriam simultaneamente. Nos meses de janeiro e fevereiro de 1914 foi realizada uma pesquisa por especialista na busca de soluções.⁷ Embora os estudos sobre o Jacuí não estivessem concluídos, o engenheiro responsável pelos trabalhos, se mostrou favorável à obra de regularização do rio.⁸

Ao longo do percurso do Jacuí, um dos problemas para as operações da navegação fluvial continuava a ser os portos, pois o único porto em melhores condições era o de Cachoeira. O porto de São Jerônimo estava localizado a poucos metros acima da confluência do Jacuí com o Taquari e era formado por canal entre uma ilha e a barra da vila de São Jerônimo. Ocupava também um canaleta entre a primeira ilha e a ilha das Flores. Um terceiro canal ficava entre a ilha das Flores e a margem do rio Jacuí. O porto surgiu aproveitando essas circunstâncias naturais e funcionava sem obras de melhorias. Para melhorar a entrada das embarcações o governo autorizou, em 1914, a dragagem da entrada do porto, contudo esse serviço dependia da finalização dos estudos do rio Jacuí. Os técnicos se encarregavam de estudar o regime do rio, declividade e fenômenos relativos aos afluentes, bem como a formação de ilhas temporárias.⁹

A navegação do rio Gravataí também se incluía nos serviços da Secretaria de obras. Essa navegação, que já ocorria desde o século XIX para o transporte dos produtos agrícolas e manufaturados de Santo Antonio da Patrulha, continuou sendo estudada e recebeu algumas melhorias após a extinção das comissões de estudos dos rios, tanto pela continuidade desse transporte, inicialmente feito por canoas, dadas às condições do rio, como pelo desenvolvimento da vila de Gravataí e adjacências.

A partir de 1908, o interesse pela navegação do rio Gravataí se inseriu no projeto “Canal de ligação Porto Alegre-Torres”¹⁰ Os estudos para integrar o rio Gravataí ao projeto determinaram alguns serviços que foram se desenvolvendo. O trecho

⁶ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1914.

⁷ O estudo refere-se à POTAMOGRAPHIA: Confluência do Jacuhy com o Taquary. Estudo anexo ao Relatório da S.N.O.P de 1914, p. 466 a 474. A título de informação: Potamografia; relativo à potamologia; parte da geografia que estuda os rios; potamologista ou potamológrafo, especialista em potamologia.

⁸ Relatório da S.N.O.P, 25 de agosto de 1914, p. 300.

⁹ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Porto São Jerônimo, 1914. p. 297-9

¹⁰ Este projeto se interligava a intenção de construir um porto em Torres e, assim, comunicar Porto Alegre com outros estados do Brasil.

considerado mais difícil era entre a ponte da Cachoeira e o banhado do Chicolomã, local onde se forma o rio Gravataí, no atual município de Glorinha, pelas próprias condições do terreno pantanoso, mas onde uma pequena navegação já era praticada. Ali deveria ser aberto um canal para a navegação. No trecho compreendido entre Gravataí e Porto Alegre era necessário capacitar o rio para a navegação de vapores e transporte de passageiros.

Os serviços para melhorar as condições de navegabilidade do Gravataí se intensificaram em 1915, quando ficou definido o percurso do canal Porto Alegre-Torres. Os primeiros trabalhos foram as dragagens para aprofundar o canal de navegação e limpeza das margens, isto é, retirada da vegetação flutuante.¹¹ Os trabalhos tiveram continuidade por intermédio dos serviços da diretoria de viação fluvial, encarregada dos trabalhos do canal Porto Alegre-Torres. Inicialmente, os técnicos fizeram o reconhecimento do rio desde o banhado do Chicolomã até o porto das Canoas. Esse reconhecimento tinha como objetivo facilitar a escolha do traçado do canal para Torres. As recomendações eram de “que examinasse com cuidado o terreno [...], entre os dois pontos extremos”. Após o estudo, o diretor concluiu: “os dados apanhados até aqui permitem prever que o canal será aberto pelo vale do Gravataí.”¹²

Iniciaram-se as obras hidráulicas no rio Gravataí com a desobstrução, com uso de explosivos, do curso inferior desde os baixios da Cachoeira e da Cachoeirinha até Porto Alegre. Seguiram como complemento desses serviços as dragagens nas areias nas “voltas” (curvas) do rio e a retificação das mesmas. Nesses serviços, tiveram ainda o cuidado de não interromper a navegação no local. Ao longo de 1919, foram também realizados serviços de medição dos afluentes do Gravataí, nivelamentos e sondagens regularmente até o porto das Canoas. Foi realizado inclusive um serviço de “limpeza radical” nas margens do leito do rio.¹³

A outra parte do projeto para efetivar a ligação da capital a Torres incluía obras de ligação entre as lagoas do litoral norte e destas com o rio Gravataí. A concretização da navegação lacustre entre Conceição do Arroio (Osório) e Torres, apesar de já existir

¹¹ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1908, 1910, 1914, e 1915.

¹² Relatório apresentado ao Dr. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de estado dos Negócios das Obras Públicas Dr. Protásio Alves em 14 de setembro de 1917.

¹³ Relatório dos Serviços de Melhoramentos do rio Gravataí, apresentado pelo Engenheiro Fernando Abbot Sobrinho, chefe dos serviços do Gravataí. Anexo ao Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1920.

uma navegação anterior, exigia um montante de trabalhos árduos que requeriam estudos, em função da natureza climática, hidrográfica e geológica da região.

A principal obra seria o aprofundamento dos canais, permitindo a navegação para embarcações de calado superior a 1,20m. Mesmo sendo os canais (chamados sangradouros, ou seja, canais naturais) interligados pelas lagoas no trecho citado, estes deveriam ser nivelados para terem todos a mesma vazão de água e permitir a navegação em todo o percurso na mesma embarcação. Além disso, eram feitos revestimentos de grama, plantio de salsos, construídas cercas de taquara, entre outros serviços. Os técnicos consideravam como trabalho principal e mais difícil, o aprofundamento constante dos canais, feitos a pá, exigindo a formação de turmas de trabalho. O governo chegou a abrir concorrência pública, em 1917, para a realização da canalização entre as lagoas Pinguela e Peixoto. Logo depois, o edital da concorrência foi anulado e foram empregados neste serviço, primeiramente, 40 praças da Brigada Militar e depois os presos vindos da casa de detenção de Porto Alegre.¹⁴ Os “trabalhos destes indivíduos” consistiam na escavação dos canais e desmatamento geral do entorno, além da retirada de areia. No local desmatado foi construído moradia para os trabalhadores e a madeira servia de estacas para a canalização e entroncamento para as eclusas nos desníveis de água.¹⁵

As condições de moradia e higiene para os operários e suas famílias não eram melhores do que as de trabalho. Em 1918 uma epidemia de gripe espanhola atingiu a localidade de Caconde. Os casos de doença aumentavam entre os trabalhadores nos canais agravando-se com casos de tifo registrados em 1919. Naquele ano foi registrado o óbito de quatro operários e três crianças. A epidemia foi controlada pela missão Rockefeller cujo médico assistiu a população e instalou serviços temporários de sanitário.¹⁶

¹⁴ Relatório apresentado ao Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros pelo secretário Protásio Alves da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas em de 14 set. 1917, p. 252-65. Relatório anual apresentado ao cidadão Dr. J.L. Faria Santos, M.D Diretor de Viação Fluvial do Estado, por Octavio Rodrigues da Silva, encarregado do serviço. Conceição do Arroio, 30 de junho de 1917. (Documentos avulsos). Pasta Canal de Porto Alegre a Torres. D.E.P.R.C - gabinete de planejamento Biblioteca da SPH.

¹⁵ Idem. Pág. 257-8.

¹⁶ Relatório apresentado ao Dr. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de estado dos Negócios das Obras Públicas engenheiro Ildefonso Soares Pinto, em 6 de agosto de 1920.

Em 1920, foi aberto um novo edital de concorrência para aquele trabalho, pois os soldados e os civis não o completaram a tempo das necessidades que a navegação exigia. Isso ocorreu em decorrência das cheias no rio Tramandaí que necessitou ser desobstruído. O serviço era moroso e penoso sendo executado dentro d'água pelos trabalhadores. As cheias anuais e o regime dos ventos causavam prejuízos aos trechos de canalização já efetuados. Para resolver esse problema os técnicos da Secretaria de Obras utilizavam a plantação de salsos. Porém, a mesma força natural atrapalhava este serviço.¹⁷

Ao mesmo tempo em que eram realizadas essas obras, continuavam os trabalhos no trecho entre Gravataí e Porto Alegre, havendo o inconveniente de transferência de técnicos entre um serviço e outro dificultando o andamento deste. Havia também o desfalque em cargos, desde engenheiro até auxiliares. O chefe de pessoal queixava-se: “estamos desfalcados de pessoal e se não preenchermos os claros o serviços será sacrificadíssimo”. As remunerações eram parcas e isso, segundo o relato, não era apenas prejudicial ao interesse particular de cada um, mas prejudicava, deveras, o interesse público, uma vez que levava à falta de funcionários de graduação superior e prática, sendo os serviços desenvolvidos pelos auxiliares.¹⁸

Apesar de todos os inconvenientes intrínsecos às condições naturais e técnicas de uma obra deste vulto as condições de navegação entre Conceição do Arroio e Torres obtiveram algumas melhorias e foi praticada de forma a satisfazer o comércio local e para a exportação. Esse comércio foi o responsável pelo desenvolvimento econômico da região. Conceição do Arroio já era, em 1920, um centro comercial para a região.¹⁹

Os serviços de melhoramentos também ocorreram no rio Taquari. Nessa via fluvial, um dos últimos trabalhos da Comissão de Estudos foi a organização do projeto para melhoramento das itaipavas das Flores e a de Capitão Miguel, além de

¹⁷ Relatório apresentado ao Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros pelo secretário Protásio Alves da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 06 agosto de 1920. Sobre os trabalhos propriamente com depoimentos de antigos moradores e funcionários ver: SILVA op. cit., p. 81-2. Constantino Gayesky foi o único concorrente à empreitada.

¹⁸ Canal de Porto Alegre a Torres – Estudos. Relatório da Secção “A” apresentado pelo engenheiro Eduardo Augusto de Mattos, Chefe da Secção, Relatório da Secção “B” apresentado pelo engenheiro Godolphim Torres Ramos, chefe da secção e Relatório da secção “C”, apresentado pelo engenheiro Ivo Pinto Ribeiro, chefe da secção de pessoal. Conceição do Arroio, junho de 1920. (Documentos avulsos). Pasta Canal de Porto Alegre a Torres. D.E.P.R.C- gabinete de planejamento Biblioteca da SPH.

¹⁹ SILVA, op. cit., p. 100 a 105.

melhoramentos de trechos que compreendiam a cachoeira Comprida e a do Ouro e os baixios da Secca e da Estrela. Os dois primeiros foram apresentados e submetidos à apreciação do Secretário das Obras Pereira Parobé, em 1901 e consistiam na construção de barragens emergentes ou submersas complementadas por outras obras secundárias.²⁰ O prazo da concessão seria de 40 anos a contar de 4 de outubro de 1905. Findo este prazo as obras reverteriam ao Estado. O Governo ficava com a faculdade de encampação das obras depois de decorrido o prazo de 20 anos de sua exploração pelo concessionário. A 4 de outubro, efetivou-se a assinatura de contrato com uma empresa, mas esse não estipulava quais as obras que o concessionário executaria para assegurar a profundidade mínima de 1 metro. O contrato rompeu-se em 1907 sem a conclusão dos serviços.²¹

Em 1908 continuava em estudos a implantação da barragem na Itaipava das Flores no rio Taquari. O projeto previa uma barragem móvel com eclusas seguindo a obra executada no rio Caí²². Todas essas melhorias estavam previstas no Esboço do Plano Geral de Viação.

Em relação ao rio dos Sinos, a situação para a navegabilidade não se apresentava melhor do que a dos outros rios. A Comissão de estudos de prolongamento da estrada de ferro Novo Hamburgo-Taquara que tratava dos melhoramentos daquela via fluvial manteve os serviços de limpeza do leito e das margens. Nenhuma obra foi desenvolvida ao longo do período em foco. Contudo, os serviços empreendidos continuavam permitindo a navegação durante todo o ano no trecho entre a capital e São Leopoldo e no inverno a navegação se estendia com normalidade até o porto da Paciência em Taquara, sendo precária na época das secas.

A partir de 1911, os serviços da via fluvial do rio dos Sinos voltaram a fazer parte da pauta da Comissão de Melhoramentos da Navegação, pois a *Comissão de estudos de prolongamento da estrada de ferro de Novo Hamburgo* fora extinta em função da conclusão dos trabalhos. A estrada de ferro já havia ultrapassado Taquara e chegado à serra no distrito de Canela.

²⁰ As obras consistiam em: “Construção de barragens para o fechamento de braços secundários, diques longitudinais, espigões emergentes e barragens ou espigões submersos, tudo feito de pedra jogada.” Relatório de 1901, op. cit., p. 115.

²¹ Relatório Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado Candido José de Godoy em 28 de agosto de 1908.

²² No rio Caí foi construída a Barragem Rio Branco, encampada em 1911. Foi a única obra concluída pelo Estado durante o período em análise.

Em 1918, a Intendência de São Leopoldo solicitou à diretoria de viação fluvial um trabalho específico para retificação do rio na chamada curva do Alfaiate e no baixio entre a ponte da viação férrea e a cidade de São Leopoldo. Nesse trecho estava estabelecido o porto da cidade e era a área de convergência de um grande número de embarcações, daí o interesse da Intendência na melhoria das condições de navegabilidade. A Comissão de Melhoramentos da Navegação atendeu ao pedido quanto aos estudos dos problemas e chegou a destacar uma equipe para tal. Ocorreu a dragagem do baixio, mas a obra de retificação do rio foi novamente adiada.²³

Concluindo: Homens e natureza a serviço da ordem e do progresso

Como já apontamos, no início do século XX o Rio Grande do Sul apresentava um quadro estável na economia. A mesma estabilidade se apresentava na política. Para manter esse quadro favorável o governo estabeleceu medidas econômicas e, ainda, apoiou a imigração, com a criação de colônias oficiais, voltada à colonização de áreas agricultáveis.²⁴ As colônias continuaram a se expandir pelas terras junto dos rios navegáveis que focalizamos. Outro aspecto de destaque refere-se à política fiscal. Concernente a esse aspecto foi posto em prática o artigo 46 da Constituição, instituindo, em 1902, a Reforma Tributária, que desonerava as exportações estaduais. Em contrapartida, em 1903, ocorreu a regulamentação do Imposto Territorial, iniciando, em 1904, a sua arrecadação.²⁵ Essas medidas de ordem fiscal apontavam para o desenvolvimento da região centro-norte.

Os incentivos à agricultura da região centro-norte eram, indiretamente, favoráveis para o crescimento da atividade de navegação fluvial que era praticada nos rios daquela região. No processo, ocorreria mais produtividade que, por sua vez, necessita de transporte para sua distribuição e comercialização. Por outro lado, haveria a necessidade de manutenção das vias.

²³ Ofício nº 893 de 9 de junho de 1919 do Diretor da Viação Fluvial Faria Santos ao chefe da Comissão de Melhoramentos da Navegação Fluvial e Lacustre Eng. Henrique Hausser. Anexo ao Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1919, p. 154.

²⁴ FONSECA, op. cit., 1983; ROCHE, op. cit., 1969, citam as colônias estabelecidas sob o governo republicano.

²⁵ CARVALHO, Maria Lucia Leitão, et. al. Incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: Mundialização, Estado e Políticas Públicas. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 254-301, 1998.

Outro projeto que mereceu a atenção do governo foi o *Porto Alegre porto de mar* bem como o projeto do *Canal de ligação de Porto Alegre a Torres*. O governo também objetivava ações que incentivassem o aumento das exportações, a solução para os problemas relativos aos transportes e a integração regional.

Nesse período ocorreu a I Guerra Mundial (1914-1919). O contexto mundial influenciou na economia do Rio Grande do Sul, principalmente no que se refere às exportações dos produtos da pecuária, que apresentou uma recuperação. Em vista disso, os produtores fizeram investimentos de longo prazo. No período pós-guerra, o crescimento das exportações dos produtos da pecuária gaúcha não teve continuidade, o que levou os produtores a reivindicarem medidas do governo para o setor.

Em meio à crise mundial gerada pela guerra, se intensificou as pressões para a encampação pelo Estado das obras do setor de transportes entregues às empresas particulares concessionárias, o que efetivamente ocorreu em 1919. As verbas destinadas ao setor de transportes evadiram em grande parte para a rede ferroviária e o porto e barra de Rio Grande que passaram a pertencer ao Estado. Em relação à infra-estrutura para o melhoramento do setor de transporte, ocorreu, em 1921, a inauguração do porto de Porto Alegre. Continuavam os trabalhos de melhoramento da navegabilidade dos rios interiores, mas os projetos hidráulicos foram aos poucos sendo abandonados, permanecendo apenas os serviços de limpeza das margens e dos leitos das vias fluviais.

As obras e serviços de interferência nas vias fluviais ocorreram para suprir a necessidade de transportar a produção agrícola das áreas de imigração para a capital. O mesmo objetivo, ou seja, interligar Porto Alegre ao litoral norte do estado motivou o projeto Canal de ligação Torres-Porto Alegre. Os estudos efetuados não observavam as condições naturais, mas a possibilidade de desenvolvimento econômico. Além disto, o progresso estava intrínseco na proposta de governo do partido que assumiu o governo do Rio Grande do Sul após a Proclamação da República, o PRR, bem como o pressuposto de proporcionar as condições de infra-estrutura para que a iniciativa privada se desenvolvesse. A *ordem*, derivada da doutrina comtiana difundida no século XIX, estabelecia também que a natureza estaria a serviço do homem. Também se deve levar em conta, neste período, que a iniciativa privada solicitava e incentivava as iniciativas do governo. Portanto, todo o contexto socioeconômico, político e ideológico sustentaram a interferência nos rios e lagoas do norte do Rio Grande do Sul. Estes elementos não eram vistos como naturais, mas como vias navegáveis.

O outro aspecto a considerar é que a Secretaria de Obras não dispunha de verbas

suficientes para aplicar na contratação de técnicos e na manutenção das máquinas, que, aliás, eram antiquadas e desqualificadas. Estes aspectos eram constantemente apontados nos Relatórios da Secretaria de Obras. A questão se agravou com a encampação da rede ferroviária que passou a receber maiores incentivos do Estado. Neste quadro a mão-de-obra operária era muito usada e em condições insalubres e inadequadas. Eram freqüentes as licenças para cuidados com a saúde, tanto de técnicos como de operários. Os diretores em seus Relatórios não poupavam reclamações nesse sentido, mas “reconheciam” que os serviços necessitavam de continuidade. Num relato encontramos:

A turma de limpeza dos rios muito nos tem auxiliado, quando procuramos pessoal para preencher as falhas das turmas de serviços topográficos. E nela que nos vamos suprir de um modo bastante vantajoso, pois levamos aquelas turmas de homens verdadeiramente trabalhadores e, sobretudo já experientados em um serviço rude como aquele.²⁶

Com o fim do período das atividades de navegação fluvial para o transporte, as áreas dos rios do centro-norte e das lagoas do litoral norte perderam essa função econômica, mas permaneceram com o prejuízo ambiental.

²⁶ Relato do chefe de serviço do rio Taquarí, Relatório apresentado ao Dr. Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de estado dos Negócios das Obras Públicas engenheiro Ildefonso Soares Pinto, em 6 de agosto de 1920.

Referências

AMADO, Janaína. História e região. Reconhecendo e construindo espaços. In: República em Migalhas. História Regional e Local. SILVA, Marcos A da (Coord.) São Paulo; Marco Zero, 1990.

CARRION Jr., Francisco M. RS: política econômica & alternativa. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

CARVALHO, Maria Lúcia Leitão. et al. Incentivos fiscais às exportações gaúchas durante a Primeira República. In:, HEUSER, Siegfried Emanuel. Mundialização, Estado e Políticas Públicas. Porto Alegre: Ensaio FEE - Fundação de Economia e Estatística, ano 19, n. 1, 1998.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. et. al. Terra de promessa: uma introdução a eco-história da colonização no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. RS: Economia e conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre; Mercado Aberto, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República velha gaúcha - Estado autoritário e economia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.). RS Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

REINHEIMER, Dalva Neraci. A navegação fluvial na República Velha Gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. Tese de Doutorado.

SILVA, Elmar Manique da. Ligações externas da economia gaúcha. (1736-1890). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org.) RS economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

A produção fumageira e os malefícios causados à saúde do agricultor

Elisangela dos Santos Faustino

Introdução

Em maio de 2003 foi finalmente assinado, depois de quatro anos de discussão, um tratado internacional que almeja diminuir gradativamente o consumo de tabaco. Organizações e instituições de saúde como a OMS (Organização Mundial da Saúde) e a AMS (Assembléia Mundial da Saúde), vêm alertando para o aumento no consumo de cigarro, principalmente, entre os jovens, e os crescentes gastos públicos decorrentes de tratamentos de doenças causadas consumo do tabaco. O Brasil, nas figuras do atual ministro de relações exteriores e o embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, assumiu as discussões sobre o documento que viria a ser o que chamamos hoje de Convenção-Quadro, o qual diz que:

Trata-se de um instrumento de saúde pública único e inovador, que visa a

proteger as gerações futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo do tabaco e da exposição à fumaça do tabaco.(Ministério da Saúde, 2004, pg.16).

Mesmo sendo o segundo maior exportador de folha de tabaco do mundo, o Brasil assinou a Convenção-Quadro e assumiu o compromisso de diminuir o consumo e a produção deste produto.

Campanhas, principalmente audiovisuais, têm seu foco direcionado para a prevenção e o combate às formas de distribuição, acesso e marketing que instigam o consumo. Nos últimos anos, principalmente após a assinatura da Convenção-Quadro em 13 de maio de 2004, a discussão se ampliou para o processo produtivo do fumo.

A partir deste novo prisma de discutir as raízes do problema, muitos foram os argumentos contrários e favoráveis às campanhas em relação à produção do tabaco. As empresas argumentam que seu negócio é propício e rentável a todos, inclusive elegem-se como as principais responsáveis pela subsistência de muitas famílias. Os próprios agricultores, envoltos às dificuldades do meio rural e as vantagens oferecidas por essas empresas, se posicionam contra a campanha.

Na região sul do Brasil, diversas são as iniciativas organizacionais que visam auxiliar os agricultores no abandono da produção fumageira, através da criação de cooperativas e a integrações dos diversos atores sociais para o desenvolvimento regional sem a presença do tabaco. (BOEIRA, 2002).

Estudiosos apontam que a história da produção do fumo no Brasil está relacionada a práticas indígenas e é registrada antes da colonização européia na América. O uso do tabaco pelos indígenas americanos, era associado a ritos religiosos. Posteriormente com a disseminação do consumo pela Europa, o tabaco era consumido pelas classes superiores da sociedade (NARDI, 1996). Também foi sinal de rebeldia e sinônimo de maioria no século XX. (FAUSTINO, 2006).

O século XX para a produção fumageira foi marcado pela busca de qualidade e pela formação e especialização de empresas direcionadas para essa cultura. Segundo, SEFRIN (1995), as exigências do mercado externo fizeram com que as empresas investissem na produção com qualidade levando a uma padronização da produção. Nos

anos 60, com o incentivo por parte do Estado para o uso de agrotóxicos e fertilizantes, as empresas ganharam mais ferramentas para alcançarem essa qualificação.

Este trabalho pretende analisar o preço pago por essa modernização, fazendo um balanço dos malefícios causados a saúde do agricultor que cultiva o fumo com o auxílio dos agrotóxicos. Para isso se faz necessário compreender as etapas que envolvem o cultivo desta planta até a sua efetiva comercialização.

Para a realização deste trabalho foram consultados os dados coletados através da pesquisa de campo, feita no município de São João do Sul - SC, no ano de 2006 e concomitantemente foram utilizadas bibliografias que apresentam a história do fumo no Brasil, seu crescimento econômico ao longo do tempo e também pesquisas recentes que apresentam discussões atuais sobre este produto.

A Cadeia produtiva do fumo

Usando como base a produção de fumo na cidade de São João do Sul, a qual está situada no extremo sul de Santa Catarina, perfaz uma área total de 183 km². Segundo a pesquisa do IBGE de 2007, São João do Sul possui 6.916 habitantes e sua economia está baseada na agricultura tendo como principais culturas: arroz, feijão, fumo, milho e mandioca.

O fumo chegou a esta cidade no final dos anos 70, por meio da empresa integradora Souza Cruz, e ocupou as terras que produziam, principalmente, a mandioca. O produtor de fumo desta cidade apresenta características semelhantes aos outros produtores da região. Em geral, trabalham em pequeno espaço, que engloba de 2 a 5 hectares de terra, a qual pode ser ou não arrendada e contam basicamente com a força de trabalho dos membros da família.

A questão do arrendamento de terras em São João do Sul, foi muito importante no início da história do fumo nesta cidade. Os proprietários que dispunham de grandes faixas de terras dividiam-nas e as arrendavam para os agricultores que não dispunham de nenhuma ou de pouca quantidade.

Decorridos 30 anos de história do fumo no município, são poucas as mudanças no processo de sua produção. As principais delas ocorreram com a implantação de máquinas e melhoramento das sementes.

A lavoura de fumo tem início em meados do mês de abril e maio com a preparação dos canteiros onde serão depositadas as sementes. Anteriormente a proibição do uso do Brometo de Metila¹ no ano de 2006 para a preparação destes canteiros, as sementes eram depositadas diretamente no solo após a aplicação deste gás. Hoje o sistema usado é conhecido por *float*, que é a abertura de valas rasas onde se forra com um plástico e logo após enche com água e se faz a diluição de defensivos. Dentro desta vala são imersas bandejas, as quais são divididas em pequenas cavidades e receberam terra e posteriormente as sementes.

Após o desenvolvimento desta semente, as mudas são transplantadas para a roça e lá recebem todos os cuidados até a sua colheita, a qual é realizada entre os meses de outubro e janeiro².

A colheita é feita a partir da retirada em camadas das folhas maduras, de baixo para cima. Estas folhas são tecidas e colocadas nas estufas para iniciar o processo de

secagem que é induzido a partir da incineração de lenha nas fornalhas.³ Após a secagem, elas folhas são classificadas, enfardadas e finalmente vendidas às empresas. Todos os membros da família auxiliam no processo de produção do fumo, o qual dura cerca de 9 meses. A safra se dá por encerrada quando é vendida a última folha de fumo.

Agrotóxicos e a saúde do agricultor

Quando se refere à saúde do trabalhador, em geral, remete-se aos trabalhadores de fábricas e não ao trabalhador agrícola. Isso acontece porque a imagem que se tem do ambiente de trabalho do agricultor é de total tranquilidade, envolto a natureza. Mas na realidade a saúde do trabalhador está condicionada às condições de trabalho e,

1 - O brometo de metila é um gás que age como inseticida e fumigante, utilizado para tratamento de solo, controle de formigas e fumigação de produtos de origem vegetal. www.mma.gov.br/port/sqa/ozonio/historico/brometo.html

2 – Essa variação dos meses depende muito do período que a safra foi iniciada. Hoje com a modificação genética das plantas, alguns agricultores fazem lavouras “do cedo” ou “do tarde” fazendo variar o tempo da colheita.

3- Nesses aspectos as empresas e os agricultores também sofrem duras críticas decorrentes do crescente índice de desmatamento devido à busca de madeira para a queima.

principalmente, as ferramentas que ele usa para desempenhar sua tarefa. A agricultura moderna apresenta para o agricultor muitas máquinas, novas tecnologias de produção, insumos, fertilizantes e agrotóxicos.

O chamado pacote tecnológico que resultaria na eliminação da ideia de agricultura atrasada ou tradicional e aumento da produtividade, foi implantado no Brasil por meados dos anos 50.

A modernização da agricultura de modo geral, deu-se no Brasil, a partir do final da Segunda Guerra Mundial. A intervenção do Estado com a liberação de créditos, incentivos à pesquisa para melhorias tanto na área tecnológica (maquinário, agrotóxicos e sementes) como também no estudo do solo, apontando quais as melhores culturas para determinada região. (FAUSTINO, 2006, pg. 27)

O projeto de modernização da agricultura foi difundido principalmente pelas empresas fornecedoras de insumos e máquinas, por secretarias criadas pelo Estado e também pelo sistema financeiro, que condicionava a liberação de financiamento à compra do pacote tecnológico que abrangia, principalmente, insumos, fertilizantes e agrotóxicos.

Com o passar dos anos ampliou-se o uso do pacote tecnológico, mas segundo Martine (1991), a realidade dos agricultores brasileiros, no momento da implantação deste programa, era muito aquém das condições dos agricultores de países desenvolvidos onde essas tecnologias tinham sido criadas:

O desenvolvimento tecnológico, nesses países, realizou-se progressivamente, em um período de quase 50 anos, como resultado da inovação e experimentação interna (e não da importação de pacotes fechados a serem adaptados). (...) A Revolução Química, que ocorreu no início da década de 60 (nos países desenvolvidos), apenas complementou a profunda

transformação já em curso para uma agricultura mais moderna e intensiva em capital. (MARTINI, 1991, pág. 29). grifo nosso

A partir dos anos 60 tornou-se comum o uso de agrotóxicos em diversas lavouras. A falta de conhecimento e o despreparo por parte dos agricultores no manuseio destes produtos, fizeram com que surgissem muitos casos de intoxicação.

A falta de instrução aliada às bruscas mudanças na forma de plantar e colher, explicam em parte esse problema que até hoje nos persegue: o mal uso de fertilizantes e agrotóxicos. O agricultor em muitos casos não tem noção da periculosidade destes produtos⁴. As pesquisas que acompanham o número de intoxicação causada por agrotóxicos são alarmantes. Segundo o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológica – SINITOX, no ano de 2003, foram registradas 14.064 intoxicações humanas por agrotóxico de uso agrícola, agrotóxicos de uso domésticos, produto veterinário e raticida.

A cultura do uso de agrotóxicos, já sofreu várias alterações, principalmente nos países tidos de Primeiro Mundo, onde, segundo DARÉLLA (2001), foram feitas restrições e proibições de diversos desses produtos, mas que continuaram a serem

exportados para países como o Brasil. Na década de 70 já se percebia a movimentação política para a regulamentação do uso de agrotóxicos. No ano de 1989 foi feita a Lei dos Agrotóxicos (Lei 7.802 de 11 de julho de 1989) e regulamentada pelo Decreto 98.816 em 11 de janeiro de 1980. *Esta Lei dispunha, segundo ANDRADE (1995, pág.39), apud em SOARES, FREIRE E COUTINHO (2005), sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, o destino final das embalagens e dos resíduos, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.*

A produção fumageira também se apropriou das benéficas dos agrotóxicos, a qual, por ser uma cultura sensível a diversas pragas, requer o uso de muitos tipos de agrotóxicos. No caso do fumo, os agrotóxicos e todos os outros componentes necessários para a sua produção, são fornecidos ou financiados pela própria empresa

4 – Neste ano foram notícias em jornais locais no Estado de Santa Catarina dois casos de intoxicação por agrotóxicos em crianças. Eram agrotóxicos usados na lavoura de cebola que as mães aplicaram no cabelo de seus filhos para matar piolho. Uma das crianças veio a óbito.

fumageira⁵. A quantidade e o manejo destes produtos, na maioria das vezes, são feitos sob a orientação do instrutor designado pela empresa, mas também há muitos casos em que tudo é feito com base na experiência do próprio agricultor.

Com a aprovação da Lei dos agrotóxicos, nos anos 90, as empresas fumageiras começaram a fiscalizar com maior rigor as formas de armazenamento dos agrotóxicos, devido ao crescente número de acidentes e também pelas cobranças sociais emergentes nesta década pela preservação do meio ambiente. Um bom exemplo destas mudanças foi a proibição do uso do BROMETO DE METILA, que era usado na preparação dos canteiros de fumo.

Como foi mencionado acima, hoje as sementes de fumo são plantadas direto em bandejas, que ficam imersas a uma solução química, onde permanecem durante o seu período de germinação. Após esse processo o fumo é transplantado para as roças, onde ficará neste espaço até a sua colheita. Quando o fumo atinge o estágio de reprodução, ou seja, quando inicia-se a floração, faz-se o chamado processo de capação, que consiste da retirada das flores e a posterior aplicação de agrotóxicos que impedem o retorno da

flores e o surgimento de brotos, proporcionando a planta uma maior concentração de nutrientes para aumentar a espessura foliar essas.

Segundo DARÉLLA (2001), as aplicações dos agrotóxicos, nesta fase da produção, são realizadas por pulverizadores costais e aplicadas em geral pelos filhos ou o próprio dono da lavoura. Em geral, as instruções contidas nas embalagens não são lidas, e quando as são, não recebem a merecida atenção. Os agricultores em geral, só as lêem para terem noção da dosagem. Mas um aspecto interessante desta pesquisa realizada por DARÉLLA, é que a maioria dos agricultores conhece os manejos recomendados para o uso dos agrotóxicos, mas poucos os usam. Eles sabem da necessidade de se usar roupas adequadas, luvas, máscaras e botas, mas se protegem somente dos agrotóxicos que apresentam alto grau de intoxicação⁶.

5 – Empresa fumageira é um ramo das agroindústrias, as quais usam o sistema de integração. Esse sistema compreende um compromisso firmado por contrato entre a empresa e o agricultor. A empresa viabiliza os instrumentos necessários para a produção, e em contrapartida o agricultor se compromete a seguir as orientações de produção e a venda exclusiva de toda a lavoura. Os principais ramos deste sistema são a suinocultura, a avicultura e o fumo.

6 – Os agricultores só se protegem desses agrotóxicos de alto grau de periculosidade porque já tiveram experiências ou souberam de casos de intoxicação.

Em geral, alegam que os acessórios são desconfortáveis e atrapalham na hora de aplicar o produto.

O manejo e o local onde são feitas as misturas ou a diluição destes agrotóxicos e a própria localização das lavouras são propícias à intoxicação. Em geral os canteiros são próximos à horta da família e as lavouras próximas à casa. O galpão onde ficam armazenados os agrotóxicos e o local onde são preparados também ficam, em geral, perto da residência da família.

Durante a colheita do fumo, entre os meses de outubro e janeiro, ocorrem com maior frequência casos de intoxicação, devido ao contado direto que os colhedores e tecedores têm com a folha de fumo, que neste período concentra alto grau de nicotina⁷ e apresentam resíduos dos agrotóxicos anteriormente aplicados. Durante esta fase da cultura do fumo é muito comum os agricultores reclamarem de náuseas e fortes dores de cabeça.

Após a secagem, o fumo é guardado nos galpões, classificado e enfardado para a efetiva venda a empresa. Neste último processo não se apresentam casos de intoxicação

sérias, somente irritação nas vias respiratórias devida a poeira e ao cheiro contido nas folhas.

A partir da análise que se faz sobre o processo de produção fumageira, vê-se que a utilização de agrotóxicos se dá desde a preparação das mudas até momentos antes de sua colheita. Isso significa que o processo de produção do fumo é prejudicial à saúde do produtor e de sua família, direta ou indiretamente, ou seja, diretamente, nos momentos de contato com os agrotóxicos e os produtos por ele contaminados e, indiretamente através da contaminação do solo e os lençóis freáticos.

Segundo CAVALTENTE E PINTO (2004, pg. 121):

65 produtos entre inseticidas, herbicidas e fungicidas estão liberados para uso e comercialização na cultura do tabaco. A maior parte desses produtos pertence às classes toxicológicas I e II e são considerados extremamente tóxicos e altamente tóxicos, respectivamente, podendo trazer sérios danos a saúde.

7 – A nicotina é composta por elementos também tóxicos. O extrato da folha de fumo verde é usado como herbicida natural em plantações orgânicas.

Entre os principais grupos químicos mais usados na lavoura de fumo estão os organofosforados, piretróides, óxido cuproso, nitroguanidinas, etilenobisditiocarbamato de manganês e zinco, isoxazolidinonas, organoclorados e ditiocarbamato (DARÉLLA, 2001). Já têm-se estudos que comprovam que esses agrotóxicos agem em geral no sistema nervoso causando insônia, paralisia em músculos até alterações neurocomportamentais e também apresentam malefícios no sistema gastrointestinal.

Um estudo apresentado num folheto do FERRO (1996), sobre questões dos agrotóxicos em 1996, mostra que o elevado número de suicídios no município de Venâncio Aires (RS), está diretamente ligado ao uso de organofosforados. Para CAVALCANTI E PINTO (2004, pág. 123):

Uma das observações mais marcantes desse estudo é que mais de 80% dos suicídios no município ocorrem em pessoas que lidam com a agricultura. O estudo também aponta o fato de que em 1995, o coeficiente de suicídio quase que duplicou em relação aos dois anos anteriores, paralelamente a

intensificação do uso de agrotóxicos na lavoura do fumo, que passou dos habituais de 50 a 60 kg por hectare para cerca de 100kg por hectare(...)

No decorrer dos anos, com a apresentação de pesquisas que comprovam a gravidade de determinados agrotóxicos, o governo vem proibindo a comercialização destes. Mas ainda está-se muito aquém da realidade desejada, mesmo porque em muitos casos os agricultores não respeitam a determinação do governo e adquirem esses produtos nos países limítrofes.

Considerações finais

A partir desta análise percebe-se a pouca importância dada às intoxicações causadas pelo uso de agrotóxicos, assim como a falta de fiscalização e campanhas educativas.

Não se pode criticar unicamente a produção fumageira por tantos malefícios causados pelo uso de agrotóxicos, mesmo porque isso seria tratar esta cultura de forma unilateral. E também porque os agrotóxicos não são usados somente na produção do

fumo, mas também na produção de outras culturas, como o arroz, a banana, a cebola e de tomate, por exemplo, que usam muitos agrotóxicos e também causam prejuízos à saúde do agricultor.

O que tentou se explicar neste artigo foi que a cadeia produtiva do fumo, é altamente prejudicial à saúde desde a sua produção até o seu consumo. Como a sociedade brasileira assumiu um compromisso de diminuir o consumo do tabaco, é evidente que seu posto entre os maiores produtores deste produto não poderá perpetuar.

Tendo em vista todos os malefícios que o fumo causa direta e indiretamente, pode-se concluir que o poder público não fez um bom negócio ao liberar financiamento e indiretamente incentivar a produção de fumo. E hoje o problema ampliou-se porque na outra extremidade estão as empresas e os agricultores. As empresas não contam com a possibilidade de extinção de um mercado tão promissor, mesmo porque são anos de investimentos e de conquista de mercado. Os agricultores com suas pequenas propriedades e descapitalizados não vejam outra forma de sobreviver sem produzir o maléfico produto.

Fica claro, então, que compromissos como estes assumidos pelo Estado Nacional, vão bem além de simples assinaturas. Precisa-se investir em pesquisas, planejamentos e trabalhar em projetos que gradativamente substituem a produção fumageira. Assim como fazer uma análise geral da dinâmica do mercado após a saída destas empresas que tanto rendem em impostos para o Estado Nacional. Mas acima de tudo, reavaliar todo o processo de distribuição e uso dos agrotóxicos, porque como já foi mencionado acima, não é só a cultura fumageira a usaria destes produtos. Precisa-se tomar uma posição condizente em relação aos agrotóxicos ou o principal causador de danos à saúde do agricultor permanecerá na ativa.

BIBLIOGRAFIA

BOEIRA, Sergio Luís. Atrás da cortina de fumaça: Tabaco, tabagismo e meio ambiente: Estratégias da Indústria e Dilemas da Crítica. Itajaí: Univali, 2002.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde. Tabaco e pobreza, um círculo vicioso – a convenção-quadro de controle do tabaco: uma resposta. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

COLEÇÃO BRASIL AGRÍCOLA. Impacto dos Agrotóxicos sobre o ambiente, a saúde e a sociedade. 2ª Edição. São Paulo: Ícone, 1986.

DARÉLLA, MARCELO SOARES. Os cultivos de arroz, fumo e banana na sub-bacia do Córrego Garuva, Sombrio – SC, a utilização dos agrotóxicos e sua implicação na saúde dos trabalhadores. Florianópolis: UFSC, 2001. 147p. (Dissertação(mestrado))-Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

FAUSTINO, Elisangela dos Santos. A relação do produtor, empresa e poder público na produção fumageira em São João do Sul-SC. UFSC, 2006. 54p. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

FERRO, Fernando Dantas. A questão dos agrotóxicos. Brasília[s.n], 1996.

MARTINE, G. A Trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, n.23. mar.1991.

NARDI, Jean Baptiste. O fumo brasileiro no tempo colonial. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SEFFRIN, Guido. O fumo no Brasil e no Mundo. Santa Cruz do Sul: Afubra, 1995.

SOARES, Wagner Lopes; FREITAS Elpídio Antônio Venturine; COUTINHO, José Aldo Gonçalves. Trabalho rural e saúde: intoxicações por agrotóxicos no município de Terezópolis – RJ. RER Rio de Janeiro, vol.43, n. 4, pág. 685-701, out/dez, 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf.resr/v43n4/27751.pdf

http://www.fiocruz.br/sinitox/agrotoxicos/tabelas_casos/serie_historicas.htm.
consultado em 11 de julho de 2008.

<http://www.ibge.gov.br>. Consultado em 16 de agosto de 2008.

AS AVES QUE AQUI GORJEIAM, NÃO GORJEIAM COMO LÁ: Uma análise comparativa do relato de dois imigrantes sobre salubridade e meio-ambiente em Santa Catarina

Juliana Brocca Presa¹

juliana_brocca@yahoo.com.br

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise do discurso de dois relatos de viajantes europeus, sobre a instalação de colônias imigrantes, em Santa Catarina no século XIX. No entanto, há uma particularidade que distingue totalmente estas fontes: uma colônia é estabelecida no norte do Estado por imigrantes alemães; enquanto a outra, é estabelecida no sul do Estado por imigrantes italianos.

Através de tal análise, se pretende perceber como tais imigrantes, de regiões distintas às que foram estabelecidos no Brasil, lidaram com o fator salubridade no meio na qual foram inseridos.

O período averiguado inicia-se em 1851, com a experiência na “Colônia Dona Francisca” e finaliza em 1902, com o relato sobre a “Colônia Urussanga”, fundada em 1878.

A metodologia de trabalho utilizada foi a comparação destes dois relatos como fontes de experiências e vivências em tais colônias, atentando para as observações feitas, a cerca da salubridade e meio ambiente dos locais estudados. Também foram utilizados Relatórios Anuais do Governo do Estado de Santa Catarina e revisão bibliográfica temática.

Em meados do século XIX o mundo, em especial a Europa, passava por crises como consequência da revolução tecnológica. As facilidades em assistência médica e social intensificaram o crescimento vegetativo da população, ocasionando uma grave crise econômica.

Nos países de língua alemã, se evidenciava, logo nas primeiras décadas do século XIX, uma forte crise impulsionada pelo alto índice demográfico. Nas últimas décadas deste século, a Alemanha como outras regiões da Europa se encaminhou para o “nacionalismo político²”.

¹ Acadêmica do curso de graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental, orientanda do professor Dr. João Klug.

² Processo iniciado em 1871 com o estabelecimento do Império Alemão que tem continuidade até 1918, com o estabelecimento da *República de Weimar*.

Nos locais de língua italiana também se verificava tal crise econômica e social. A unificação dos estados italianos³ contribuiu, pois, gerou uma instabilidade política. Impostos e taxas atingiam a península. A agricultura era descuidada ou concentrada nas mãos de uma minoria feudatária⁴, desta forma, as condições precárias de vida do lavrador era tanta que eram incapazes de prover o sustento de sua família.

O contexto brasileiro de meados do século XIX até a Proclamação da República, em 1889, é bastante delicado. Por um lado o país vivia o movimento imigratório e o surgimento da urbanização nas principais cidades; a ascensão da elite cafeeira; Por outro, o desmantelamento do sistema escravista, enquanto a economia do país continuava condicionada a ele. Desta forma, a política de imigração se tornava cada vez de maior necessidade para os grandes centros, enquanto para Santa Catarina se configurava uma conjuntura de povoação do território.

Desde 1820, Santa Catarina, já recebia imigrantes alemães que começaram a se instalar em São Pedro de Alcântara. Tratava-se de populações que começavam a chegar, em um processo de colonização estimulado, planejado e orientado pelo governo brasileiro⁵. Esta política tinha por objetivo que os imigrantes estabelecessem colônias de pequenas propriedades policultoras, afim de que houvesse a povoação do território e a miscigenação com os brasileiros.

Assim, os diferentes fatores de expulsão de europeus no século XIX, correlacionados a política brasileira de imigração, fizeram com que este grande contingente europeu, colocasse suas esperanças de melhorar de vida na emigração. Na maioria das vezes, calcados em propagandas tendenciosas.

Nestes moldes à década de 1870 foi marcante para a história da região do extremo sul do Estado de Santa Catarina, verificando a chegada da população imigrante. Em 1874, foi firmado entre o Governo Imperial Brasileiro e o comendador Caetano Pinto, um contrato que objetivava incrementar a política imigratória do Brasil⁶, incentivando a vinda de imigrantes para o sul de Santa Catarina, visto que esse local era, até então, fracamente povoado⁷.

³ A unificação dos Estados italianos foi iniciada por volta de 1814, no auge de sua crise econômica, consolidada em 1870, restando apenas integrar os territórios de Veneza e Roma que serão anexados somente em 1929.

⁴ Se refere aos feudos medievais.

⁵ FIORI, Neide Almeida (org). **Etnia e educação**: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Unisul, 2003. p13.

⁶ SANTOS, Roselys Isabel Correa dos. **A terra prometida**: emigração italiana: mito e realidade. 2 ed. Itajaí: Ed. Da Univalli, 1999. 145p.

⁷ BALDIN, Nelma. **Tão Fortes Quanto a Vontade**: História da imigração italiana no Brasil: os vênets em Santa Catarina. Florianópolis: Insular; Editora da UFSC, 1999. p.30-33.

Segundo Padre Luigi Marzano (1985), os anos de 1876, 1877 e 1878 foram decisivos para a colonização italiana no Brasil. Neste período, circulavam jornais, especialmente pela Itália, que desenhavam “em cores de ouro e apontavam como terra prometida a América e em modo particular o Brasil”.

O primeiro relato a ser analisado será o de Theodor Oswiecimsky-Rodowicz, que retrata os primeiros quinze meses da fundação da “Colônia Dona Francisca”, no norte do estado de Santa Catarina, colonizada por emigrados alemães. Esta colônia foi fundada em março de 1851, Theodor O-Rodowicz, chega à referida colônia sete meses após sua fundação, em setembro de 1851. Permanece nela até junho de 1852, quando volta à Alemanha e publica em Hamburgo, no ano de 1853, um relato sobre sua experiência como colono no Brasil.

Oswiecimsky-Rodowicz é um militar prussiano e como militar tem entendimento sobre algumas estratégias de como lidar com uma floresta, ou terreno hostil. É com esse objetivo que ele escreve seu relato, para esclarecer sobre como acontece a fundação de colônias no Brasil e em quais situações estes imigrantes se encontram até se estabelecerem ou aclimatarem-se com a região.

Segundo ele, a imigração no século XIX é como uma erva daninha que se alastra por toda a Europa. Diferente de Thomas Davatz, um suíço, que publica na Europa no ano de 1859 um livro intitulado “Memórias de um Colono no Brasil”, relatando à experiência que teve ao trabalhar nas fazendas de café em São Paulo, desde o ano de 1855. Davatz denunciava em seu livro a situação de miséria e substituição da escravidão africana pela européia.

Oswiecimsky-Rodowicz, ao contrário, não se refere a uma similaridade entre a instalação desta colônia com a decadência do sistema escravista, mas adverte sobre o que o colono poderá enfrentar se não estiver preparado para tal “aventura”. Assegura, que se o imigrante aplicar o dinheiro de tal viagem em sua própria terra natal, trabalhar com o mesmo afinho e economizar, certamente, conseguirá sem sair de sua pátria o mesmo que conseguirá a duras penas em outro país.

Em outro momento, adverte aos emigrados que é de extrema importância que já cheguem preparados com ânimo e saúde para o trabalho pesado. Pois, até o imigrante descobrir que tipo de cultura agrícola pode se adequar àquele solo, se acostumar a tal clima, adquirir experiência com o manejo da terra, levaria de cinco a dez anos. De acordo com ele, todas essas dificuldades são decorrentes aos colonos emigrados e se tornam mais graves quando estes não são colonos, e sim originários de regiões urbanas da Europa, ou seja, sem experiência alguma com trato com a terra.

Não apenas levando em consideração os motivos citados até então, dos quais o autor acredita que o emigrante devia refletir antes de embarcar. Mas também devido às dificuldades de se comprar boas terras no Brasil após 1850, com a promulgação da Lei de Terras, e também a de empregar escravos nela. Já que desde 1850 a Lei Eusébio de Queirós proibiu o tráfico negreiro fazendo assim, que o tráfico interno de escravos supervalorizasse o preço destes.

Por estes motivos, é que Oswiecimsky-Rodowicz recomenda e incentiva para que seus compatriotas não se submetam a tal viagem. Outro fator de extrema importância, que impediria a emigração descuidada de alguns europeus é o real conhecimento da agência colonizadora pela qual vêm consignados.

No ano de 1849 o príncipe de Joinville estabeleceu um contrato formando a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que previa a colonização para Santa Catarina, o responsável por tal Companhia colonizadora era o Senador de Hamburgo, M. Schroder. Em setembro de 1850, o Sr. Gunther, solicita à Companhia um local para dar início à fundação de uma colônia, a qual se tornaria a “Colônia Dona Francisca”.

No entanto, segundo Theodor Oswiecimsky-Rodowicz, ao invés de fundar a colônia em local de fácil acesso a estradas, ou, a cidades vizinhas como São Francisco, ou ainda, de boas condições de salubridade o Sr. Gunther “optou por uma situação na qual se teria que se andar até meia canela dentro d’água e lama, para alcançar terra firme”. Segundo o autor, este local, combinado a já frágil condição de saúde dos imigrantes era perfeito para a proliferação de doenças, sem contar a maior dificuldade ainda de aclimatação.

Padre Luigi Marzano, escreve seu livro no início do século XX, relativo à experiência que viveu no Brasil, na “Colônia Urussanga”, localizada no sul do Estado e fundada por imigrantes de etnia italiana. O referido padre chegou à colônia no ano de 1899 e voltou a Europa em 1902, seu livro “Colonos e Missionários nas Florestas do Brasil” foi publicado em 1904 na Itália. Segundo o autor, o livro trata (Marzano, 1985. p.13-14):

.....

“A história e o ambiente sociológico da região de Urussanga e do Sul do Estado de Santa Catarina. (...) história de um povo que se forma, que vive anos em isolamento em seu rancho de madeira em meio à floresta. (...) se comover ao lado de um doente moço ou de uma jovem parturiente que devem morrer porque não há médico. (...) é a história civil de um povo religioso”.

O autor começa seu relato narrando desde quando teve a vontade de partir ao Brasil para assistir espiritualmente a seus compatriotas emigrados, sua conversa com o bispo de

Curitiba e a autorização para a viagem. Também a chegada à nova terra, às primeiras impressões, traça um perfil da história política, social, econômica da colônia e suas dificuldades enquanto esteve por lá.

Diferente de Oswiecimsky-Rodowicz, o padre italiano teve a possibilidade de fazer um relato mais extenso e rico de detalhes. Devido à quantidade de tempo em que viveu na colônia e também porque quando chegou, ela já sobrevivia por vinte e um anos. O que se deve perceber é que as preocupações dos dois autores são distintas. Enquanto o autor alemão quer alertar sobre as dificuldades da imigração, o padre italiano narra os fatos apontando para as características da região, bem como para os conflitos sociais que surgiram.

Sobre as condições climáticas e do meio. De acordo com Oswiecimsky-Rodowicz, a região tem temperatura agradável ao europeu. Em média de 26 à 27°, chegando a 29° no verão e a 4° no inverno. A localização da colônia fica próxima a Serra Geral que corre paralela à costa marítima coberta por matas virgens, assim as terras da Dona Francisca são cortadas por rios que nascem na Serra.

Para a colônia tem a importância o rio Piraí-Piranga que desemboca no mar e o rio Cachoeira. O segundo rio, de acordo com Oswiecimsky-Rodowicz, tem um barro cor marrom-avermelhado constituído de areia e quartzo, já nas margens desaparece a areia e o quartzo, se tornando um barro claro próprio para a fabricação de louças. Já, segundo o tradutor da obra, Oswiecimsky-Rodowicz se precipita quando faz tal afirmação, pois o barro no qual fala, é constatado como argila preta utilizada na fabricação de telhas para as casas.

Luigi Marzano também descreve a região sul do Estado de Santa Catarina, mais especificamente a “Colônia Urussanga” como uma região ideal para um europeu viver. Descreve o clima, comparando-o com o de Nápoles, segundo ele, não há calores excepcionais ou frios rígidos. Urussanga tem a temperatura máxima de 32°C, e mínima de 0°C, isto entendido nas quatro estações.

Segundo o autor, diferente dos grandes centros brasileiros enfeitados de epidemias, no sul, o ar é bom e não existem doenças como a varíola, tifo, febre amarela. As mais freqüentes são anemia, alguns casos de febre intermitente, segundo ele, também há casos de inflamações no aparelho digestivo e fígado provocado pelo uso excessivo de produtos suínos.

A freqüente utilização de produtos suínos se dá devido ao alto custo de produtos a base de óleo. Segundo o missionário a maior parte dos colonos morria, devido à velhice ou acidentes. Neste momento, a dúvida se dá diante das informações de quais doenças

importunavam os colonos, visto que os dois relatos percebem a ausência de assistência médica, mas nenhum dos dois autores possuía maiores conhecimentos sobre tal ciência.

Ao relatar sobre a situação na qual se encontravam os primeiros imigrantes ao chegar à colônia fala sobre feridas que apareciam nas pernas, inflamações nos pés produzindo prurido. Fala também sobre pequenos parasitas, do tamanho dos que infestam as galinhas, chamados de “bicho-de-pé”, sem contar outras chagas, insetos. Também estavam sujeitos às intempéries climáticas devido à improvisação rudimentar das casas.

Neste ponto, pode parecer paradoxal o relato do Pe. Luigi Marzano e O-Rodowicz. Primeiro, a região é ideal ao imigrante europeu, depois, relatam a respeito de chagas e ataques de insetos. Como mesmo escreveu Theodor Oswiecimsky-Rodowicz: “Quem esperaria encontrar a perfeição, numa colônia que apenas começa a nascer?” Seria ingenuidade acreditar que ao emigrarem estes europeus não sofreriam nenhuma dificuldade de adaptação ao novo clima e solo.

Sobre os bichos-de-pé, quando o próprio padre se refere a eles, já os relaciona com os bichos de galinhas. No entanto, o que pode infestar as galinhas são pulgas ou a varíola, que pode chegar a causar feridas purulentas, mas estas não podem ser comparadas ao “bicho-de-pé”. Em outro momento de seu livro, quando já está mais adaptado a realidade da colônia e talvez, com os ânimos mais calmos chega a dizer que “a falta absoluta de higiene pública, combina a uma falta absoluta de higiene particular”.

Oswiecimsky-Rodowicz expõem que, nas condições em que a Colônia Dona Francisca foi instalada, os imigrantes demoraram algum tempo até perceber o potencial de fertilidade do local onde se encontravam. Segundo ele, esta fertilidade do solo não era mérito do Sr. Gunther, visto seu total desconhecimento de tal fato. De início, enquanto ainda mantinham-se desabrigados aprendiam com os caboclos como construir as casas de sapé e como limpar um terreno, estabelecendo uma relação de trocas culturais, período este de alta a mortalidade. Mazelas como bichos-de-pé, pulgas e feridas purulentas, normais numa situação de construção e adaptação da colônia, atormentavam crianças e adultos.

De acordo com o autor, até o ano de 1850 o Brasil desconhecia a febre amarela, mas no ano de 1851, mesmo ano da criação da colônia Dona Francisca, houveram 52 surtos da doença. Começando no Rio de Janeiro, partindo da direção norte-sul. O tal surto chegou até São Francisco, fazendo vítimas dois imigrantes alemães de Dona Francisca que haviam se mudado para lá. Alguns médicos já haviam descrito a situação climatológica brasileira, como o Dr. Lallemand e o Dr. Kreps, nos quais aconselhavam a construção de casas de banho nas cidades ou colônias, como medida preventiva de doenças.

.....

Assim, como já foi verificado no discurso do Pe. Luigi Marzano, Oswiecimsky-Rodowicz, afirma que “a limpeza poderá evitar calamidades maiores (...)”. Esta atenção a higiene dada pelos dois autores evidencia para a falta dela entre a população das duas colônias. Os motivos podem ser a falta de hábito dos emigrados, oriundos de regiões frias da Europa, mas também o despreparo do sistema de colonização brasileira referente à higiene pública.

.....

Sobre a agricultura Theodor Oswiecimsky-Rodowicz, ressalta para a demora do enriquecimento com a agricultura, pois primeiro o colono precisa prover o suficiente para seu sustento, após necessita melhorar suas instalações, sem esquecer que nisso já se faz passar muitos anos e financeiramente voltar a Europa já não seria viável. Segundo Oswiecimsky-Rodowicz e também Padre Luigi Marzano, vendendo-se tudo o que se conquistou no Brasil, em vinte anos, no máximo que se conseguirá é pagar a viagem de volta a Europa, chegando lá da mesma maneira que saiu, sem nada.

No entanto, mais uma vez, o autor alemão, valoriza a fertilidade dos pântanos que alimentam madeiras de lei como a canela, cedro e peroba, e também uma grande variedade de produtos agrícolas como o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar, o arroz, o feijão, o café, a batatinha, o algodão, o tabaco. Sem esquecer das árvores frutíferas como: as bananeiras, mangueiras, cajueiros, goiabeiras, etc. Não aconselha em tal localidade, a criação do gado europeu, visto que não existem pastos naturais devido à alta fertilidade da terra.

Ao falar sobre o meio ambiente no qual se deparou ao chegar à colônia, Pe. Luigi Marzano, se mostra maravilhado. Relata sobre as florestas virgens que “se elevam do mar até a altura da Serra”, se refere ao coaxar do sapo durante a noite e o canto dos pássaros durante as manhãs como a música do novo país.

Quanto à produção agrícola fala sobre a importância da produção especialmente do milho, depois do arroz e do feijão para a colônia. O autor cita a produção de outros como: a cevada, que devido ao baixo preço do café é pouco produzida; o linho, que dá boas colheitas, mas não é bem aceito pelo mercado brasileiro e, assim, poucos colonos o cultivam; também a cana-de-açúcar, o café e o fumo, muito conhecidos e produzidos pelos brasileiros e, portanto, a primeira tentativa de cultivo para venda fora da colônia.

Sobre as parreiras, diz que a uva não amadurece totalmente, assim o vinho se torna descolorido, fraco de álcool, carente de glicose e ácido. Já referente aos pomares, ele inicia dizendo que com exceção do pêssego todas as outras frutas provenientes da Itália não dão

frutos e aí as cita: a pêra, a cereja, a ameixa, a maçã, etc. Este é um fato que muito chama a atenção, já que sabemos que tais frutas são hoje cultivadas. Basta que sejam plantadas em terreno, período e de maneira adequada.

O autor também dedica espaço para falar sobre as hortaliças cultivadas pelos colonos, relata que as sementes são trazidas pelos imigrantes na viagem e que elas frutificam muito bem neste solo, mas conviria que todos os anos fossem enviados a eles sementes novas vinda da Itália. Ele fala sobre a *radíchi* ou chicória, sobre as couves, repolho, cenouras, espinafres, salsa, alcachofra, aipo, nabos, rabanetes, em especial, dos tomates e pimentões, também sobre abóboras, cebola e alho.

Fala sobre o bom cultivo da batata inglesa, que para Marzano tem nome errado já que é de qualidade italiana. Faz referência a batata doce brasileira, segundo ele, se exportada, nenhum país teria condições de competir com o Brasil.

Padre Marzano dá atenção especial aos animais que auxiliam a vida do colono, como: a vaca; o boi, útil para o trabalho no campo e para o transporte; a cabra; o cavalo; a mula, o cão; o gato; o porco; animal que traz mais lucro, pois era vendido como toucinho principalmente para o Rio de Janeiro; galinhas; gansos; patos; perus.

Questiona o porquê da resistência brasileira a seda que poderia ser produzida na colônia, com os bichos da seda trazidos da Itália, a ponto de preferirem continuar a importar tal produto da Argentina.

Torna-se evidente a preocupação de tal missionário com a conservação da natureza local, principalmente quando descreve a forma rudimentar de desmatamento utilizado pelos colonos. As trocas de experiência com o caboclo foram de real importância ao colono neste período, como já foi evidenciado no relato de Oswiecimsky-Rodowicz. Não só para aprender a construir as casas de sapé, mas a coivara foi um desses aprendizados, visto que esta prática não era utilizada por eles na Europa. Mesmo que fossem oriundos de regiões pobres, sem recursos tecnológicos à agricultura, a coivara era uma forma de desmatamento improvável, devido ao tamanho das terras destinadas ao cultivo na Europa.

Mesmo assim é notória a preocupação, no discurso de Marzano, quanto ao melhor aproveitamento do potencial destas terras, vendendo a madeira a serrarias, etc. Também, com um desenvolvimento econômico da colônia em torno da produção agrícola e a frustração, quando alguma nova tentativa não dava certa.

Um dos momentos auge na descrição feita pelo missionário da colônia é quando está relatando sobre animais, pássaros e papagaios e assim coloca: “Na mata há ainda outros, das mais variedades espécies e cores, apreciados por seu canto. Mas não há nenhum que supere o

rouxinol da Europa” (Marzano, 1985. p.162). Neste momento, é perceptível o porquê da descrição de frutas e hortaliças como inferiores qualitativamente as da Itália. Marzano sente falta de sua terra, como todo emigrado, da mesma forma que Gonçalves Dias sentiu do Brasil em 1846 quando escreveu a “canção do exílio”.⁸

Ao fim de seu livro Oswiecimsky-Rodowicz, mostra uma colônia com um pouco mais de um ano de vida, mas que já começa a andar com suas próprias pernas. Os colonos preocupavam-se com a ordem e a autoridade na colônia, pois não havia nenhuma medida coercitiva a esse respeito. Para finalizar, pede que mesmo a partir de experiências positivas contada por ele, os que desejam emigrar fiquem atentos a todas as mazelas e situações que possam passar.

Ao analisar fontes como relatos de imigrantes, deve-se sempre tentar entender o contexto no qual o autor escreve, com quais intenções, para que público. A reflexão crítica sobre a fonte é função do historiador, toda fonte deve ser lida e interpretada por entre as linhas. É por este motivo e tendo em vista este olhar, que, neste momento, algumas reflexões podem ser feitas a respeito de tais relatos.

Comparando o relato dos dois autores, fica perceptível a concordância sobre a salubridade das condições climáticas das duas regiões onde foram instaladas às colônias. A questão da insalubridade se torna presente no discurso de Theodor Oswiecimsky-Rodowicz quando relata sobre o local pantanoso da Colônia Dona Francisca. No entanto, após passadas as primeiras dificuldades de instalação ele próprio, reconhece o potencial de fertilidade da terra em questão.

Ainda referente à saúde, os dois autores concordam com a fragilidade na qual o imigrante se encontra ao terminar a travessia do Atlântico. Também sobre a dificuldade de adaptação numa nova terra em que não há casas, precisam-se derrubar matas e, além disso, são constantes os atormentos provocados por insetos, bichos-de-pé, etc. No contexto de instalações de colônias, em um local pouco povoado como era Santa Catarina, nada mais normal que durante o período de adaptação, houvesse situações adversas.

A questão da higiene, ou a falta dela está presente também nos dois relatos. Os dois viajantes afirmam que muitas doenças poderiam ser evitadas se maiores cuidados com a higiene fossem tomados.

Sobre a fertilidade da terra, como já foi dito a cima, Oswiecimsky-Rodowicz e Marzano, incentivam a agricultura. Porém, o militar alemão, apenas após fazer ressalvas

⁸ Poema escrito em 1846 por Gonçalves Dias, enquanto estava em Portugal. “Minha terra tem palmeiras onde cantam o sabiá; as aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá (...)”.

sobre os males que aquela terra pantanosa trouxera a saúde dos imigrantes. Já o padre italiano, sempre enfatizando que no Brasil, se plantando tudo dá, mas que as variedades de frutas e hortaliças produzidas na Itália são mais apetitosas. Sobre este aspecto não há como não observar a ressignificação de aromas e paladares da terra natal.

Observa-se também, a preocupação do missionário italiano em relatar sobre culturas agrícolas que poderiam se tornar um meio econômico seguro ao sustento dos colonos. Incentiva à criação de cooperativas e inclusive, relata com certo temor, sobre a falta de aproveitamento sustentável, do potencial do meio. Este discurso se evidencia principalmente quando ele faz referência à limpa dos terrenos.

Nota-se da parte de Marzano à vontade de que ao invés de queimadas, aquelas madeiras pudessem ser aproveitadas nas serrarias, na produção de casas e etc. Poder-se-ia cogitar a possibilidade de tal missionário possuir um tipo de preocupação com a sustentabilidade da região? Acredito que é mais provável, ter em vista, tal inquietação como resultado de um desejo de que qualitativamente a vida daqueles imigrantes melhorasse.

Já no texto de Theodor Oswiecimsky-Rodowicz, observa-se um relato pouco abordado pela historiografia. O contato cultural bem sucedido entre imigrantes e caboclos. Este aspecto, muitas vezes deixado de lado, é de extrema importância para entender como tais colonos sobreviveram aos primeiros meses da fundação das colônias, visto que na maioria dos casos ao chegar se deparavam com mata fechada. Como entrar nela? E os selvagens? Como lidar com a derrubada desta mata? Estas perguntas e muitas outras, com certeza permeavam o ideário do imigrante recém chegado.

O que chama bastante atenção é que ao fim dos dois relatos, apesar de toda preocupação que tiveram em descrever as condições climato-metereológicas da colônia, salubridade, fertilidade da terra, diversidade de plantas e animais. Os dois viajantes concluem atentando para a preocupação dos colonos em estabelecer regulamentos para as respectivas localidades. Enfatizando para uma apreensão com a vida político-administrativa das Colônias.

FONTES:

SANTA CATARINA. **Relatório dos Presidentes de Províncias: 1850-1900**. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/provopen.htm>>. Acesso em 22 jun. 2008.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. Trad. Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ed. USP, 1980. 299p.

MARZANO, Pe. Luigi. **Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil**. João Leonir Dall’Alba (Trad.). Florianópolis: Ed. da UFSC/ Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985. 200p.

RODOWICZ, Theodor Oswiecimsky. **A Colônia Dona Francisca no sul do Brasil**. Júlio Chell (trad.). Florianópolis: Ed. da UFSC/ FCC; Joinville: FCJ, 1992. 126P.

Bibliografias:

BALDIN, Nelma. **Tão Fortes Quanto a Vontade**: História da imigração italiana no Brasil: os vênetsos em Santa Catarina. Florianópolis: Insular; Editora da UFSC, 1999. p.272.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**: 1850-1888. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 394p.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala a colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 509p.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 431p.

FIORI. Neide Almeida (org). **Etnia e educação**: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Unisul, 2003. 258p.

KLUG, João. **Imigração e luteranismo em Santa Catarina**: a comunidade alemã de Desterro-Florianópolis. Florianópolis: Papa-Livro, 1994. 240p.

LINHARES, Maria Iedda Leite (org.). **Historia geral do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991. 303p.

SANTOS, Roselys Isabel Correa dos. **A terra prometida**: emigração italiana: mito e realidade. 2 ed. Itajaí: Ed. Da Univalli, 1999. 299p.

WITTER, José Sebastião. **A Revolta dos Parceiros**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 77p.

Imigração, História Ambiental e Saúde: Os perigos da floresta para os colonos alemães no Rio Grande do Sul do século XIX

*Juliana Bublitz**

Introdução

A floresta subtropical figurava como uma imensidão tão misteriosa quanto temida pelos primeiros colonos alemães chegados ao Rio Grande do Sul no século XIX. Segundo o relato do imigrante Josef Umann (1981, p.78), “poucos imigrantes sabem exatamente o que significa o termo selva”. Da mesma forma, para Rudolf e Anna Gressler (*apud* Martin, 1999, p.32), da Colônia alemã de Santa Cruz, a força da vegetação era tanta, que excedia “toda e qualquer imaginação”. Mesmo os conhecedores das obras de viajantes, de acordo com Umann (1981, p.61-62), consideravam “o início na mata muito mais difícil do que haviam imaginado”.

No lugar de campos tranquilos e bucólicos idealizados ainda na terra de origem, os forasteiros encontraram um cenário intimidador ao receber seus lotes na nova terra, onde imperava a chamada *Urwald* – palavra que se tornaria uma constante nas cartas e diários desses homens e mulheres. Era a “floresta virgem”, feita de imensos exemplares de cedros, cabriúvas, angicos e canafístulas, entre outras milhares de espécies, em meio a emaranhados de cipós e trepadeiras. Tratava-se de uma paisagem ambígua, que despertou medo e, ao mesmo tempo, fascínio.

No presente artigo, as relações estabelecidas entre os colonos alemães e a floresta – aqui definida em um sentido amplo, como o conjunto da vegetação, do relevo, da hidrografia e de seus habitantes nativos – ganham o centro das atenções, assim como seus reflexos na saúde dos pioneiros.

1. As dificuldades do recomeço na mata

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, jornalista e mestre em Desenvolvimento Regional.

Em seu relatório de 1850, o então diretor da Colônia de Santa Cruz, Martin Buff, registrou que “para a gente que vem da Europa he muito penozo acostumarem-se no matto nos primeiros tempos, por isso vivem sempre incomodados e doentes”. Como destaca Olgário Vogt (1997, p.62), os imigrantes “vinham completamente iludidos quanto ao tipo de vida que teriam no Sul do Brasil” e mostravam-se “despreparados para enfrentar as agruras da vida que os aguardava”. O relato de Carl Friedmund Niederhut (1924, p.40-41) dá conta disso:

“Vinham exhaustos por uma longuíssima e penosa viagem de mezes e mezes em barcos de vela, sem conforto, com alimentação deficiente, victimas do enjôo e da falta de recursos. Quando aqui chegavam viam-se numa terra inculta e bravia, coberta de densas e impenetráveis florestas (...)”

Para piorar a situação, muitos chegavam em terras sul-rio-grandenses sob os rigores do inverno na região. As baixas temperaturas, aliadas à umidade e às más condições de moradia, alimentação e vestuário, deixaram muitos enfermos. Além disso, como destacou Buff em um relatório manuscrito datado de 16 de julho de 1851, “chegão quase sempre os colonos em tempo impróprio, sem que possam 6 ou 8 mezes fazer maiores serviços, por ser tudo mato virgem, o que não aconteceria se chegassem no princípio do verão, tempo próprio para plantações”. Na longa espera pela passagem do inverno, as famílias muitas vezes eram obrigadas a permanecer nos chamados barracões, precárias habitações coletivas erguidas em meio à floresta.

De um lado a outro, segundo a descrição de Jean Roche (1969, p.52), “elevavam-se as árvores monstruosas, estreitavam-se os arbustos e as plantas do sub-bosque, enlaçavam-se os cipós”. A julgar pelo relato de viagem do médico alemão Robert Avé-Lallemant (1980, p.119), que em 1858 visitou as colônias alemãs, entre elas São Leopoldo, a vegetação à qual foram apresentados os colonos confundia os recém-chegados:

“Mal se adivinham, no labirinto, as grandes árvores. Os vigorosos troncos, cuja elevação longitudinal e contorsões dão a idéia de serem diferentes indivíduos que se ligaram durante o crescimento, são geralmente mirtáceas, pois esse grupo de plantas é que caracteriza a floresta. Em algumas figueiras essa contorsão e ligação de partes do tronco é ainda mais notável [...] Inextricável é o emaranhado das lianas. Descem geralmente em linha reta das copas das árvores para a terra.”

Havia diferenças flagrantes entre as florestas subtropicais e as européias, a começar pelas espécies predominantes em ambas as paisagens (A. Rambo, 2004, p.34). Os carvalhos, abetos, tílias, plátanos, castanheiras e bétulas, típicos do continente europeu, davam lugar, nas matas do Rio Grande do Sul, a louros, cedros, cabriúvas, angicos, canafístulas e araucárias. Para além destas últimas, que começavam a aparecer em altitudes superiores a 300 metros, não havia coníferas de maior destaque.

Além dessas árvores de maior porte, cujos troncos exibiam um emaranhado de cipós e trepadeiras, difundia-se uma densa vegetação rasteira e arbustiva, composta de milhares de espécies, quase impenetrável e às vezes repleta de espinhos. Para completar, tamanha biodiversidade espalhava-se ao longo de grandes vales, morros, boqueirões e de escarpas rochosas, marcas, enfim, de um relevo na sua maior parte acidentado. Tratava-se, em geral, de uma região de difícil acesso para quem, via de regra, não fosse nativo. Uma região, além de tudo, entrecortada por rios caudalosos e encachoeirados em sua maior parte.

Nesse cenário caótico aos olhos dos imigrantes, abriam-se as primeiras *Picadas* – consideradas a “forma básica de penetração na floresta subtropical” (Guttfreind *et al*, 2001, p.1). Com os instrumentos disponíveis, essas vias circundadas pela mata ganhavam forma perto dos rios e, ao longo delas, iam sendo instalados os imigrantes, em lotes que lhes eram designados. As distâncias entre as terras recém-demarcadas, inicialmente com 77 hectares em média, eram grandes o bastante para preocupar muitos recém-chegados, que em suas cartas relatavam noites de pavor vividas no interior da mata, onde ouviam sons desconhecidos e pressentiam ameaças concretas. A floresta era um obstáculo difícil a ser vencido, como mostra o relato abaixo, escrito pelo descendente de um colono alemão (Gressler, 1949, p.173-174):

“O maior dos desenganos sofridos pelos imigrantes foi o fato de que os sonhos criados pela imaginação fértil em sua terra natal, não foi possível realizá-los de pronto. Haviam-se tornado grandes proprietários de terra, mas estavam escravizados a ela. Cada qual era escravo da floresta virgem, que chamavam sua propriedade, e do duro trabalho a que estavam obrigados pela posse da mata, pois si eles não a vencessem, seriam vencidos por ela. Havia de lutar, para que com o tempo e a custa de muito esforço, fosse possível tornar-se senhor de suas rendas e homem livre [...] Muito suor se derramou e muito golpe de machado foi dado em vão, pois faltava-lhe o conhecimento e a habilidade para a execução de trabalhos a que não estava acostumado.”

No início, mais do que qualquer outro sentimento, a mata suscitava medo. Não apenas devido à força da vegetação, por si só intimidadora, mas também aos povos, aos animais e

aos insetos que a habitavam. Em uma carta de novembro de 1850, o sub-diretor da Colônia alemã de Santa Cruz, Evaristo Alves D'Oliveira, escrevia sobre um desses perigos ao então presidente provincial, José Antônio Pimenta Bueno. Oliveira (1850) registrava que “tigres incomodarão nas habitações, matando os cães, que se achavão presos em correntes” e que, diante do pavor experimentado pelos colonos, procurou “evitar que eles deixassem suas famílias expostas às feras”. Para isso, não poupou esforços “para os tranquilizar e afastar do perigo”. Embora o desfecho dessa história não tenha sido registrado na carta de Oliveira, supõe-se que muitos “tigres” e “feras” padeceram em caçadas ordenadas pelos inspetores coloniais para minimizar a aflição dos pioneiros.

Além disso, não se pode esquecer que a instalação na mata incluiu inevitáveis interações, em alguns casos violentas, com os povos indígenas que viviam na floresta, principalmente Coroados. Os chamados “*wilden Menschen*”, ou homens selvagens, como escreveu o alemão Mathias Franzen (1832), instalado em São Leopoldo, eram na maioria dos casos considerados um “grande mal” pelos colonos. Na sua carta à família, Franzen contou que os indígenas “há muito tempo vêm tornando inseguras as matas, já tendo tirado a vida de 21 de nossos co-irmãos alemães” – uma evidência de que a convivência entre esses grupos, em geral, não foi pacífica.

Sobre os confrontos entre ameríndios e colonos, também o viajante alemão Robert Avé-Lallemant (1980, p.131) teceu um relato, baseado no que diz ter ouvido dos colonos. Segundo ele,

“Quando São Leopoldo foi fundada, os bugres ou índios selvagens – pois a palavra bugre não indica nenhuma tribo, mas o estado de selvageria – viviam no campo, distante do Monte Hamburgo. Retiraram-se dali para a serra, mas desde então atacaram as picadas e as colônias. Deram-se encontros sangrentos. Num desses ataques foram mortas onze pessoas [...] Com tais acontecimentos, não podia haver relações entre os colonos e os bugres. Quando aparecia um selvagem nu – e todos andam completamente nus e assim tinham de andar entre eles os prisioneiros, mesmo as mulheres –, sem dizer água vai, atiravam-lhe uma bala na carne. E essa *ultima rerum ratio* surtiu efeito: há três anos não se fala de índios na colônia. O governo estabeleceu numa parte da colônia alguns chamados ‘índios mansos’, pois em algum lugar há que ficar essa gente infeliz. Conservam-se, porém, inteiramente à parte e acredita-se que podem um dia lançar fora a roupa e voltar para a sua vida na selva.”

Conforme o inspetor colonial Adalberto Jahn (1871, p.7), “a invasão dos indígenas selvagens nas proximidade das divisas dos prazos coloniais com os mattos virgens” contribuiu para “embaraçar seu desenvolvimento”, dificultando “o progresso de sua

laboriosa população”. Sobre o contato entre colonos e indígenas em São Leopoldo, Jahn (1871, p.8 e 9) registra uma história que mostra o papel dos imigrantes na expulsão dos antigos moradores da região:

“Quando em 1832 os habitantes da Picada Dous Irmãos forão extraordinariamente incommodados pelos indígenas selvagens, resolverão quatro moços robustos e corajosos estabelecer-se nos fundos dos primeiros dezesseis prazos coloniaes da ala de Leste da dita Picada, e ahi fundarão a Linha denominada: Quatro Colônias, constituindo-se assim uns baluartes contra aquelles indígenas [...] Passados os anos, não havia mais o que recear de taes selvagens”

Nem sempre, porém, os colonos saíram ganhando nos conflitos travados com os indígenas. Segundo um memorando manuscrito sobre a Colônia alemã de Mundo Novo (Taquara), assinado por Sebastião José de Monteiro em 7 de julho de 1854, “a flagrante e contínua invasão dos bugres e correrias de tigres trouxe constantemente todos os moradores da Mundo Novo em vigília e sobressalto”. Um desses episódios, talvez o mais dramático deles, foi registrado em minúcias por Monteiro, conforme demonstra o trecho abaixo transcrito:

“A localidade da colônia com a riqueza de suas mattas e terras prometia aos colonos um rico futuro – essa convicção os tornou firmes nos trabalhos e unidos na vigilância contra os inimigos selvagens. Entretanto, a 8 de janeiro de 1852, os bugres atacarão e saquearão a colônia do infeliz Watterpoall, a quem matarão, levando para as mattas sua desgraçada mulher, uma filha casada e cinco filhas menores: este triste acontecimento encheu de dor e horror, inquietação e irresolução aos colonos; momento quando o governo provincial de então, não rogou posição de força para amparar tantas vidas e interesses. Essa crise fatal motivou o descontentamento a tal ponto que quase os colonos se retirarão; porém o amor à propriedade e interesses do futuro nos obrigou a usar dos próprios recursos, os quais forão logo que se sentirão vestígios de bugres, armar gente própria para percorrer as mattas na vizinhança da colônia; esse serviço era pago por todos os colonos voluntariamente para o resgate da infeliz família Watterpoall fizemos uma subscrição e contratamos com Phillipi José de Souza – amigo dos bugres mansos para que esses se encarregassem do resgate mediante o pagamento de uma onça por cada pessoa resgatada do poder dos bugres bravos; esse resgate felizmente foi feito. Então ao Ex.Sr. Sinimbu houve por bem mandar pagar o prometido pelo resgate, como também as dilligencias. A quitação dos bugres presentemente restabeleceu o descanso dos colonos, os quais desde então vivem felizes, voltando ao trabalho.”

A aparente trégua, porém, não garantia segurança. Histórias desse tipo repetiram-se em outras colônias, e o medo sentido pelos imigrantes ficou registrado em cartas e diários. Ao referir-se ao “horror profundo da floresta”, o velho Umann, por exemplo, usou o termo “*Waldesgrauen*”, que significa, literalmente, *floresta que faz tremer*. É a floresta medonha,

a paisagem assustadora e sombria que, em princípio, ganha espaço no imaginário de muitos desses imigrantes – principalmente aqueles provenientes de regiões onde restavam poucas florestas ou estas já se encontravam domesticadas pela mão humana.

Paradoxalmente, uma análise cuidadosa dos relatos dos colonos demonstra que, se impunha medo, a floresta também exercia grande fascínio entre os alemães estabelecidos nas colônias. É importante lembrar que a posse daquela área, no limite do mundo civilizado e do selvagem, trazia aos colonos uma significativa mudança de status, que se fazia presente em quase todas as cartas enviadas aos parentes na terra natal: a partir daquele momento, apesar de todas as agruras e dificuldades, eles passavam a ser proprietários de terras. Sob as sombras da floresta ameaçadora, marcada pelos ataques de homens e animais selvagens, jazia, enfim, o *paraíso terreno* idealizado pelos europeus.

Desde o princípio da colonização, a vitória sobre o “caos” da floresta era celebrada pelos imigrantes. Quase sempre, quando um grupo de colonos iniciava a abertura de uma nova picada mata adentro, vencendo a “fronteira verde”, realizava-se uma missa ou um culto “à sombra dos gigantes da mata”, como conta Arthur Rambo. O que se celebrava, porém, não era exatamente a floresta, mas o início de sua derrubada.

2. Aprendendo a desmatar: os perigos das derrubadas

Quaisquer que fossem os sentimentos nutridos pelos recém-chegados em relação à mata, uma questão prática passava a ser fundamental e prioritária a partir do momento em que punham os pés na fronteira verde: eles precisavam aprender a derrubar a floresta e a lidar com a terra, por uma questão de sobrevivência. Além disso, uma outra ameaça impunha tal necessidade. Segundo um manuscrito de março de 1851, redigido pelo agente intérprete da colonização, Pedro Kleugden, “os colonos que dentro do prazo de dois anos não tiverem cultivado ao menos a oitava parte das terras concedidas, não residirem nelas e não edificarem, perderão o direito as mesmas”. A situação agravava-se, segundo Vogt (1997, p.63), porque lhes faltava ferramentas, alimentos, dinheiro e conhecimentos a respeito dos recursos que a natureza poderia lhes oferecer.

Em outras palavras, os alemães se viam obrigados a aprender, o mais rápido possível, a desbravar – e esse foi o primeiro passo (e talvez o mais difícil) do processo de

americanização. Assim que recebiam seus lotes, precisavam agir rápido para garantir o futuro – e o presente.

Em suas memórias, o imigrante Umann (1981, p.55) conta que “a escura floresta virgem com suas árvores colossais e a impenetrável vegetação rasteira que tínhamos de conquistar palmo a palmo [...] exigia de nós um serviço árduo e não habituado”. Segundo ele, “a maioria no início fica sem saber o que fazer”. Mesmo alguns instrumentos entregues pelos diretores coloniais para auxiliar no trabalho eram desconhecidos dos colonos. A posse de tais equipamentos não significava êxito – inclusive porque, em muitos casos, nem a metade do prometido foi, de fato, cumprido pelo governo. Em 1899, Henz (*apud* Rambo 1956, p. 101) registrou que “ninguém de nós sabia como aqui se deve trabalhar”, complementando:

“Derrubávamos um pequeno trecho de mato [...], cortávamos todos os galhos e os amontoávamos para queimar, pois não tínhamos coragem de pôr fogo nas derrubadas, temendo que o fogo invadissem o mato e destruísse tudo. Depois, nos metíamos a escavar os tocos, pois nós, alemães, não podíamos imaginar como entre as raízes poderia crescer qualquer coisa.”

Era necessário, inicialmente, cortar a vegetação de menor porte para poder entrar na mata. Depois, derrubavam-se as árvores maiores, o que muitas vezes exigia dias de trabalho pesado. Esse processo foi registrado no relato do alemão Carl Seidler (1976, p.110) quando de sua passagem por São Leopoldo em 1835. Segundo ele, tratava-se de “um trabalho gigantesco”, que exigia muito esforço dos colonos. As dificuldades eram tantas, que, conforme Umann (1981, p.62-63), “a maioria, apenas começando, quer desanimar quando as mãos estão feridas e cheias de bolhas. Mesmo assim, é preciso continuar o trabalho, por mais que aperte a dor”. Para ele, não havia outra alternativa para o colono.

Esse, no entanto, não foi um processo simples. Conforme Carl Friedmund Niederhut (1924, p.41), “tudo era novo e desconhecido, tudo era diferente do meio habitual”. Os colonos “não conheciam nem plantas nem os animais, não conheciam as sementes que lhes eram dadas para plantar nem os alimentos que lhes eram fornecidos para se sustentar”. Além disso, “viam-se isolados, perdidos na imensidade de suas colônias”. Todas essas novidades, como já ressaltou Roche (1969, p.53), bastavam para desorientar o imigrante entregue a si mesmo. Até aqueles que haviam sido agricultores na Europa tinham de tudo reaprender praticamente tudo.

Quando finalmente compreenderam os métodos mais eficazes para a realizar as derrubadas, os colonos também passaram a aplicar a técnica da queimada, ensinada pelos diretores e inspetores coloniais, repassada pelos pioneiros aos imigrantes recém-chegados e transmitida de geração em geração. Tratava-se do resultado da apropriação e da adaptação de uma tecnologia indígena, que a partir de então passava a ser utilizada em grande escala e de forma agressiva, implicando alterações ecológicas drásticas.

Segundo Umann (1997, p.62), tudo “tinha de ser aprendido”. O colono relatou que muitos “desconheciam a arte de serrar as tábuas, fazer cercas, lascar ripas de madeira para telhado, construir choupanas e galpões e muitas outras atividades, na maioria pesadas e fatigantes”. Inclusive porque sequer eram agricultores. Umann (1997, p.57) destacou ainda as dificuldades relacionadas à coivara.

Nessa luta para vencer a floresta, muitos colonos enfrentaram problemas ao iniciar as derrubadas, entre eles a imigrante Emilie Freundenberger, que por pouco não foi esmagada por um conjunto de árvores, enquanto auxiliava a desbravar um terreno. Segundo ela (Freundenberger, 1981, p.85):

“Em uma certa ocasião também passei por perigo mortal. Ajudava meu pai na derrubada da mata. Ele deixava cortar os troncos mais grossos e nós abatíamos os mais finos. Um canto da mata não queria cair de jeito nenhum, pois tudo estava entremeado de cipós. Já havíamos cortado a maioria das árvores e continuávamos trabalhando em meio aos troncos, sem que se pudesse saber para que lado penderia o todo. A qualquer momento poderíamos ser esmagados... Felizmente à noite uma ventania mais forte nos livrou do perigo, derrubando tudo.”

Outros imigrantes passaram por situações semelhantes, mas não tiveram a mesma sorte de Frau Freundenberger. Há relatos de colonos que se feriram gravemente na luta contra a floresta e de outros que de fato morreram esmagados por toras. Além disso, não eram incomuns os casos de abandono de lotes. Segundo Hardy Martin (1979, p.78), somente na Colônia de Santa Cruz, entre 1849 e 1854, 53 pessoas deixaram suas terras. A maioria seguia para os centros urbanos, especialmente Porto Alegre, onde passava a exercer funções variadas, em geral como artesãos. Não suportaram o trabalho na floresta.

Considerações Finais

A colonização européia no Rio Grande do Sul, baseada no regime de trabalho familiar e predominantemente livre do imigrante, na distribuição de pequenos lotes de terras e na opção pela policultura, quase sempre figurou na historiografia gaúcha como um dos principais fatores do desenvolvimento regional. Entretanto, esse processo de ocupação envolveu formas de apropriação da natureza que alteraram de forma decisiva o meio ambiente sulino.

Embora praticamente ausentes da historiografia regional da colonização – com algumas exceções (Bublitz e Correa, 2006; Wentz, 2004; Gerhardt, 2002) –, as questões ambientais vêm sendo cada vez mais incluídas não apenas no debate sobre desenvolvimento, mas também nas análises de cunho histórico. Como destaca José Augusto Drummond (1991, p.180), as disciplinas ligadas às ciências sociais foram desafiadas pelos movimentos ambientalistas e pelos cientistas naturais a superarem o seu paradigma exclusivista, incorporando variáveis naturais ao seu repertório. Passou a ser necessário, mais do que nunca, rejeitar a premissa convencional de que “a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais [...] e de que as conseqüências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas” (Worster, 1991, p.199).

No caso do Rio Grande do Sul, é mais do que oportuna uma revisão historiográfica do seu processo de colonização, na qual a dimensão ambiental se aproxime da dimensão sócio-econômica da história do desenvolvimento. De maneira introdutória, buscou-se aqui analisar os significados da floresta para os imigrantes estabelecidos nas antigas colônias alemãs e os reflexos dessa relação com o novo meio ambiente na saúde dos colonos. Novas pesquisas poderão ainda contribuir para uma compreensão mais efetiva desse processo. A importância de se atentar para esses aspectos do processo histórico, para usar a expressão de Enrique Leff (2005, p.21), reside na possibilidade de se estabelecer um “vínculo entre el pasado insustentable y un futuro sustentable”. Como afirma Certeau (2002, p.93), “a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de *dar lugar a um futuro*”.

Referências bibliográficas

- AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980.
- BUBLITZ, Juliana e CORREA, Silvio. Terra de Promissão: Uma introdução à Eco-história da colonização européia no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Passo Fundo: UPF, 2006.
- BUFF, João M. Relatório manuscrito do então diretor da colônia de Santa Cruz, João Martinho Buff. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, caixa 33, maço 62.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991.
- FRANZEN, M. Carta de 27 de agosto de 1832. São Leopoldo: Familien Freund, 1924.
- FREUDENBERGER, Emilie. Relato. In: UMANN, Josef. Memórias de um imigrante boêmio. Porto Alegre: EST, 1981.
- GERHARDT, Marcos. Estado, estancieiros, caboclos e colonos modificam o ambiente: a história da “Colônia de Ijuhy” (1850-1930). 2002. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina.
- GRESSLER, Paulo. Os velhos Gressler. Candelária: Tipografia Francisco Schmidt, 1949.
- GUTRFREIND, Ieda *et al* (Org). Imigrantes alemães e descendentes no Rio Grande do Sul: histórias de vida (catálogo). São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.
- HARRISON, Robert P. Forests – Shadow of Civilization. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- JAHN, Adalberto. As colônias de São Leopoldo na Província Brasileira do Rio Grande do Sul e reflexões gerais sobre a imigração espontânea e colonização no Brasil. Leipzig: 1871. Biblioteca Nacional, Obras Raras, código 103, 5, 3.
- KLEUGDEN, Pedro. Manuscrito do agente intérprete da colonização, Pedro Kleugden, datado de 1851. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, caixa 20, maço 37.
- LEFF, Enrique. Vetas y vertientes de la historia ambiental latinoamericana – Uma nota metofologica y epistemológica. Revista Varia História, Belo Horizonte, nº 33, 2005.
- MARTIN, Hardy. Recortes do passado de Santa Cruz. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.
- _____. Santa Cruz do Sul: de colônia a freguesia, 1849-1859. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979.

- MONTEIRO, Sebastião José. Memorando sobre a Colônia de Mundo Novo. Manuscrito datado de 7 de julho de 1854. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, caixa 31, maço 58.
- NIEDERHUT, Carl F. 100 Jahre Deutsches Leben in Brasilien. São Leopoldo: Rotermond, 1924.
- OLIVEIRA, Evaristo A. de. Carta de Evaristo Alves D'Oliveira, sub-diretor da Colônia de Santa Cruz, a Pedro Ferreira de Oliveira, presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 27 de novembro de 1850. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, caixa 33, maço 62.
- RAMBO, Arthur B. Às sombras do Carvalho. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.
- RAMBO, B. A imigração alemã. In: Enciclopédia Riograndense. O Rio Grande antigo. Canoas: Ed. Regional, 1956.
- ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil. São Paulo; Brasília: Martins, INL, 1976.
- SINIMBU, João L. V. Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1855.
- UMANN, Josef. Memórias de um imigrante boêmio. Porto Alegre: EST, 1981.
- VOGT, Olgário Paulo. A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.
- WENTZ, Liliana. Os caminhos da madeira. Região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950). Passo Fundo: UPF, 2004.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991.

**COLONIZAÇÃO E DESMATAMENTO DA FLORESTA DE ARAUCÁRIA: UM
ESTUDO SOBRE A DESAGREGAÇÃO DO USUFRUTO COMUM DA TERRA EM
FRAIBURGO-SC (1930 A 1960)**

Marlon Brandt

(Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC /bolsista CNPq. Endereço eletrônico: marlonbrandt@yahoo.com.br)

Eunice Sueli Nodari

(Prof^a. Dr^a. do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Endereço eletrônico: eunice@cfh.ufsc.br)

E. P. Thompson comenta em sua obra “Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra”, que a floresta, para um observador incauto (ou um sujeito com determinados interesses políticos e/ou econômicos), pode ser representada simplesmente como uma área inculta, “selvagem”, sem que nenhum uso ou ocupação nela se realizassem. Porém esta “tem a sua complexa economia própria”¹. Na região de Fraiburgo, as vastas formações de floresta de araucária que predominavam naquele espaço, longe de serem vazias, ermas, eram não apenas ocupadas, mas usufruídas por muitos moradores locais em atividades relacionadas ao uso da terra e dos recursos naturais em comum.

Práticas relacionadas ao usufruto em comum da terra e dos recursos naturais podem ser observadas em diversos espaços rurais e urbanos do país, podendo aparecer, como aponta Alfredo Wagner Berno de Almeida, combinadas “tanto com a propriedade quanto com a posse, de maneira perene ou temporária”, envolvendo diversas atividades produtivas, nas quais se incluem o extrativismo, a agricultura, a agropecuária e a pesca². Atividades onde observa-se um controle dos recursos básicos, desenvolvendo práticas sociais adequadas para estes espaços, além de conhecimentos sobre o funcionamento e utilização de forma sustentável³, efetivada através de um conjunto de normas e costumes, fundamentados na tradição e na memória⁴, onde a oralidade exerce uma grande importância. Conjunto que constitui-se, conforme E. P. Thompson, em “crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento”⁵.

Grande parte destes espaços de usufruto comum encontram, ou encontravam-se, como comenta Nazareno José de Campos ao relacionar o uso comum da terra e o quadro natural, em áreas de difícil acesso ou de pouco interesse econômico em um dado momento⁶. E para a economia pastoril existente no planalto catarinense desde a abertura dos primeiros caminhos

de tropas no século XVIII, a Floresta de Araucárias, ou Floresta Ombrófila Mista, localizada ao Oeste e Norte dos campos de Lages e Curitibanos era, nas palavras de Paulo Fernando Lago, “mais um obstáculo do que uma riqueza”. Sua existência impedia a maior extensão dos campos e, portanto, de pasto para o gado⁷.

Ou seja, a floresta representava um espaço marginal para aquela economia, o que possibilitou a interiorização do povoamento a partir do final da primeira metade do século XIX por pequenos e médios lavradores, na maioria posseiros, alguns com posses legitimadas, rumo a regiões como os vales dos rios Marombas, dos Patos, Taquaruçu, Correntes e do Peixe⁸. Como agentes desta expansão espacial, encontravam-se ex-escravos, negros libertos, foragidos da justiça, ex-agregados, peões e fazendeiros em buscas de novas terras, partindo principalmente das áreas situadas, ao leste, nos campos de Lages, Curitibanos e Campos Novos, enquanto do noroeste e oeste partiam dos campos de Guarapuava e de Palmas no Paraná⁹.

Instalando-se nestas terras, esta população, genericamente conhecida como “cabocla”¹⁰, possuía na agricultura de subsistência e na criação de animais a base do seu sustento. Criação que era realizada “em comum”, com os animais criados à solta, compartilhando o mesmo espaço com animais de criadores vizinhos, sejam elas ocupadas oficialmente ou sob o regime da posse. Este costume de criação, comum a toda região de Floresta de Araucárias do planalto catarinense e paranaense, como aponta Man Yu Chang, “era condizente com o ambiente natural. O meio farto provia de alimentos silvestres em abundância, o que poupava aos criadores os custos de trato da criação”¹¹. Se a criação era solta, a roça, formada sob o sistema da capoeira, era cercada para evitar a invasão dos animais, pois ocupava menos espaço, uma vez que esta era destinada principalmente à subsistência. Atividades possíveis em um espaço que apresentava vastas extensões de floresta e uma baixa ocupação demográfica, onde em algumas áreas, ao menos quando a colonização ainda se mostrava incipiente, a presença do homem era identificada apenas pela existência de um estreito carreiro, sua casa e as áreas de roça e capoeira dispersas.

Na região de Fraiburgo eram criados à solta suínos, bovinos e caprinos. Enquanto os suínos, principal criação da população cabocla, percorriam em manadas terras de diferentes posses ou fazendas em busca de alimento, sobretudo o pinhão, bovinos e caprinos percorriam principalmente as áreas de campos e faxinais, de modo semelhante ao descrito por José Lindolfo Cordeiro Leite, antigo morador da região de Fraiburgo:

[...] naquele tempo [...] não era agricultura, porque quase ninguém lidava, era tipo criador, naquele tempo criava, nem tinha cerca, era aberto, só fazia uma marca onde eram as divisas, marcavam uma madeira assim, não tinham cerca, nada que não existia arame. E daí ali era a divisa de terreno, mas a criação criava tudo junto, uns criavam porco outros criavam animal, criavam gado. E era tudo misturado. Era um espaço muito grande. Então a criação vivia solta, às vezes extraviava os animais, meu Deus do céu. Então da nossa fazenda nós vínhamos, para pegar animal, [...] ali na Liberata, e às vezes noutras partes [...]. Naquele tempo por causa dos baguás que avançavam nos cavalos e os cavalos se assustava se desnorreava que nem sabia por onde andava. Às vezes levava mês para a gente achar. Naquele tempo tinha tudo que era criação¹².

A comercialização destes animais ocorria em municípios próximos, como Curitiba, no caso do gado bovino¹³. Já os porcos criados na floresta, após alguns meses ou até anos criados soltos, “gordos de tanto comer pinhão”, eram capturados no meio do mato, sendo então conduzidos a uma encerra de milharal para continuarem a engorda, ou a um mangueirão, de onde as varas de porcos partiam, conduzidas a pé, rumo aos centros consumidores, como a região do Vale do Itajaí e, após a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, aos nascentes quadros urbanos surgidos com a colonização das terras marginais à ferrovia, de onde os animais poderiam ser despachados, vivos, a outros centros consumidores ou comprados por pequenos produtores de banha e derivados de carne suína cuja produção era destinada tanto ao consumo local quanto à venda em cidades como Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro.

Se o processo de colonização foi o responsável pelo aumento da atividade de criação de porcos à solta, também foi um dos principais fatores que levaram a desagregação dos espaços percorridos pelos animais, com o avanço de novos condicionantes sócio-espaciais, promovidos pela apropriação privada das terras, com a possibilidade de colonização e a exploração madeireira a partir da abertura da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

No ano de 1929 uma área de terras devolutas, totalizando 278.303.520 m²¹⁴, situada entre 15 e 60 quilômetros ao leste da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, foi concedida a Demosthenes Bornhausen pelo Estado de Santa Catarina, originando a “Fazenda Butiá Verde”. O nome Butiá Verde, uma possível alusão à abundância destas palmáceas na região, também dava nome a outras fazendas, mais antigas, existentes na localidade, como a de propriedade do Coronel Zacharias de Paula Xavier, residente em Curitiba, e a de João Baptista de Deus, dentre outras¹⁵.

Concessão esta que passou a ter parte de suas terras colonizadas, formando no início da década de 1930 a colônia Marechal Hindemburgo. Para sua ocupação, foram trazidos imigrantes da Alemanha e colonos teuto-brasileiros dos antigos núcleos coloniais do Rio

Grande do Sul¹⁶. Terras que, embora devolutas e oficialmente “desocupadas”, constituíam um espaço de usufruto comum para a criação de animais e a coleta de recursos naturais como nó-de-pinho, mel, cipós para coloração de lã, onde também viviam algumas famílias sob o regime da posse¹⁷.

Além das alteridades existentes neste convívio interétnico entre o “nós” e o “eles” e a expropriação de famílias posseiras, os colonos, na sua maioria, ao se instalarem em seus terrenos coloniais, devastaram as áreas de florestas para a formação de roças, principalmente de trigo e milho, reduzindo os espaços onde era possível o trânsito de animais em busca de alimento. Até a colonização e a posterior exploração madeireira das terras da região, existia mais espaço para a criação. No caso dos porcos soltos, cada animal necessitava, conforme Roberto Lobato Corrêa, de cerca de cinco hectares de floresta, sendo esta “uma atividade de áreas de muito baixa densidade demográfica”¹⁸. As posses ou propriedades próximas constituídas até então possuíam uma grande extensão, muitas vezes chegando à casa do “milhão de terras” (1.000.000 m²), se comparados aos os lotes coloniais de Marechal Hindemburgo, que mediam em média, 10 alqueires, ou 24,2 hectares¹⁹. Isto possibilitava à população cabocla dispor de amplos espaços de florestas para a criação de animais e formação de capoeiras.

Os colonos não cercavam as roças como era o costume local, ocorrendo assim a invasão de animais em busca de alimento, como relembra Sebastião Pires: “era só o tempo de ponhar a semente na terra e os porcos [...] iam lá, fuçavam e tiravam a sementeira”, o que resultava em reclamações por parte dos colonos: “É... teu porco ta na minha roça arrancou toda a sementeira né, então quer dizer que daí o dono do porco tinha que ir lá e dar a sementeira novamente”²⁰.

Para a formação das roças pelos colonos, uma grande quantidade de árvores foi derrubada, sendo que a grande maioria não foi aproveitada, pelo fato da colônia não dispor de estradas em boas condições para o escoamento da madeira. É o que relata Carlos Hepp, sobre os primeiros anos de sua família nas terras na colônia de Marechal Hindemburgo:

o pai estragou muito pinheiro. Ele quando começava a plantar milho e caía grimpava. Daí ele juntava nó-de-pinho o dia todo com a mãe e rodeava o pinheiro. Daí colocava fogo e aqueles nós queimavam metade do pinheiro com o calor, ia queimando. Daí eles pegavam aquelas serra de dente e serravam. Ali subindo o morro tinha um pinhal [...] daí tacou fogo nos pinheiros. Naquele tempo não tinha estrada para tirar os pinheiros [...]²¹.

O que também ocorreu em Taquaruçu, localidade que pode ser considerada o epicentro do movimento do Contestado, cuja parte das terras também faziam parte do imóvel Butiá

Verde. Sua colonização ocorreu apenas no final da década de 1940 e início de 1950, por diversas famílias de origem italiana, adquirindo terras pertencentes a Wenceslao Breves²². De forma semelhante a Marechal Hindemburgo, as araucárias eram derrubadas para a formação de lavouras, sem que fossem comercialmente aproveitadas, conforme o depoimento de Pedro Felisbino:

quando a minha família chegou, no início dos anos 50, não tinha onde fazer roça. Então nós derrubávamos aqueles pinheirão véio. Meu pai queimou cento e poucos pinheiros para fazer uma roça, aquele taquaral embaixo. O meu pai veio morar no núcleo e não como tinha que fazer aquelas reservas e meu pai queimava. As primeiras comunidades aqui, Taquaruçu, São José e Passa Três, eram na várzea, porque o pinheiro ninguém tinha coragem de fazer rancho embaixo dos pinheiros, porque caía galho e grimpava²³.

É possível observar este processo de devastação das florestas para a formação de lavouras a partir de fotografias produzidas pelas famílias de colonos que se instalaram em Marechal Hindemburgo na década de 1930. Na imagem a seguir, provavelmente do final da década de 1930, início de 1940, Matheus Hepp e seu filho Carlos Hepp (no canto direito), alimentam porcos que percorriam as terras da família durante a abertura de uma roça. Observem a derrubada da floresta no fundo.



Figura 1 – Devastação da floresta nativa (ao fundo) para a abertura de roças

Fonte: Acervo particular de Carlos Hepp. Fraiburgo-SC.

A transformação da paisagem local, de florestas usufruídas em comum pela população que antecedia a colonização, para lavouras, pode ser observada também na imagem a seguir, onde a terra é arada para a produção de trigo.



Figura 2 –Formação de lavoura de trigo em Marechal Hindemburgo

Fonte: Acervo particular da família Steiner. Fraiburgo-SC.

Nos anos seguintes, acompanhando o processo de colonização das terras, diversas indústrias madeireiras passaram a atuar na região. Exploração que seria cada vez mais intensa, fazendo com que existissem, somente na região de Fraiburgo, mais de 36 serrarias destinadas à exploração madeireira entre as décadas de 1950 e 1960²⁴. Muitas delas em terras localizadas no imóvel Butiá Verde, como é possível observar em diversos acordos de compra e venda de pinheiros e terras firmados no cartório de Curitibanos, município ao qual Fraiburgo pertencia até sua emancipação em 1961.

No ano de 1952, para citar um exemplo, foram vendidos 35.000 pinheiros com bitola superior a 40 cm, à Indústria e Comércio de Madeiras Formighieri Ltda²⁵, por Wenceslao de Souza Breves, que adquiriu no ano de 1939 parte do imóvel Butiá Verde que ainda não havia sido colonizado, totalizando uma área de 184.920.506m²²⁶.

A respeito desta serraria, é possível se valer de algumas informações levantadas em um livro lançado em 1957 destinado à divulgação das empresas de alguns municípios de Santa Catarina, sendo que um volume desta série se referia aos municípios de Curitibanos e Campos Novos. Encontram-se neste volume algumas informações a respeito de diversas empresas destes municípios, dentre elas indústrias madeireiras, o que demonstra que a maior renda econômica da região encontrava-se no setor madeireiro²⁷. Em relação às atividades da Indústria e Comércio de Madeiras Formighieri Ltda., o livro comenta o seguinte:

A sua produção de madeira serrada é de 30 mil dúzias de madeira serrada; outrossim, a sua reserva florestal é constituída de 45 mil pinheiros [...] a

firma dispõe, ainda, das seguintes organizações industriais que serram o seu pinhal: Indústria Mapile Ltda., Serraria Frey Rogério Ltda., Pinho Cruzeiros Ltda., A. Tozo & Filhos e Bernardi & Cia. Frize-se, finalmente, que toda a grande produção desta Indústria encontra a melhor aceitação nos mercados de Itajaí e Joinville (Estado de Santa Catarina)²⁸.

A exploração madeireira foi intensa nestas terras até a década de 60, quando as árvores economicamente viáveis começam a escassear. A devastação e o esgotamento das florestas em Taquaruçu e arredores é comentada da seguinte maneira por Pedro Felisbino:

As serrarias aqui começaram em 1949 [...] Só aqui tinham quatro que destruíram com os pinheiros do Taquaruçu. O núcleo Tritícola [localizado no município de Frei Rogério] tinha nove serrarias. Então em cada região eles montavam uma serraria. [...] De 64 pra cá as serrarias foram para frente, para o Paraná, acabaram os pinheiros. Se mudaram tudo de uma hora para outra [...], conforme terminou o pinheiro terminou o porco e a caça²⁹.

A colonização e a atuação das indústrias madeireiras contribuíram decisivamente para o declínio da prática do uso em comum da terra não apenas nas terras que compunham o imóvel Butiá Verde, mas na região do planalto como um todo. A partir de então cada vez mais era imposta aos criadores a impossibilidade da costumeira criação à solta, onde a devastação e as novas atividades econômicas impediam o livre trânsito dos animais, fazendo com que estes passassem a ser criados confinados, em encerras, mangueiras ou chiqueiros, do modo praticado pelos colonos. Possivelmente muitos dos posseiros que conseguiram legalizar ao menos uma parte de suas posses, ficaram isolados em áreas menos valorizadas e de reduzida dimensão se comparadas às antigas posses, tendo como confrontantes os colonos, cujo uso da terra era incompatível com o tradicional sistema. A população posseira, por sua vez, despojada de suas terras e dos espaços onde era possível o uso da terra em comum, acabou sendo forçada a optar por dois caminhos: a inserção na nova lógica econômica ou a busca de novas terras, cada vez mais distantes, onde pudessem se apossar de uma porção de terras e permanecer com o costume da criação à solta. Nas palavras de Miguel Lara Sobrinho, cuja família usufruía em comum com outros moradores a terra do imóvel Butiá Verde,

uma parte ficou por aqui mesmo, outros saíram. Com a derrubada acabou, quem criava porco aqui era nativo, se criava aqui, depois que eles derrubaram tudo, [...] uma parte daí ficou nas lavouras, trabalhavam pra fazer alguma coisinha por aí [...]³⁰.

O declínio e mesmo término das formas de uso comum da terra não devem servir como motivo para que abordagens sobre estas práticas, muitas vezes qualificadas como primitivas ou atrasadas sejam deixadas de lado. Pelo contrário, como salienta Alfredo Wagner Berno de

Almeida, romper com “a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum”³¹, implica também em dar voz a esta população, cujas memórias espaciais eram, e ainda são, juntamente com suas práticas sociais, desqualificadas³² por uma política excludente que buscava “civilizar” aqueles sertões com o elemento europeu.

¹ THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 31,32.

² ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004, p.12.

³ FURLAN, Sueli Ângelo. **Florestas Culturais**: Manejo Sociocultural, Territorialidades e Sustentabilidade. AGRÁRIA, São Paulo, nº3, pp. 3-15, 2006, p. 4-5.

⁴ CAMPOS, Nazareno José de. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, n.34, p. 113-135, jul/dez. 2002, p. 128.

⁵ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 120.

⁶ CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ufsc/Fcc, 1991, p. 109.

⁷ LAGO, Paulo Fernando. **Gente da terra catarinense – desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: Ufsc/FCC/Lunardelli/Udesc, 1988, p. 264.

⁸ MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, Ana AREND, Silvia M.F. (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis, Ufsc, 2001, p. 12, 19-20.

⁹ MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). Op. Cit., p. 72-73.

¹⁰ O termo “caboclo” aqui utilizado é baseado no emprego dado por Paulo Pinheiro Machado em sua obra intitulada “Lideranças do Contestado”. Nesta, o autor utiliza a palavra como possuindo o mesmo sentido dado “pelos habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural”. Embora, conforme o autor “não haja uma conotação étnica nesta palavra, freqüentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a principal característica desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões”. MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004, p. 48.

¹¹ CHANG, Man Yu. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina, IAPAR, 1988. 123p. (IAPAR, Boletim técnico, 22), p. 37.

¹² LEITE, José Lindolfo Cordeiro. 64 anos. Depoimento, 2 de outubro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

¹³ ROCHA, Aristiliano de Oliveira. 66 anos; ROCHA, Maria Moreira. 63 anos. Depoimento concedido em 06 de abril de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

¹⁴ Registro número 120, livro 3a, de 28 de junho de 1929. Registro de Imóveis do município de Curitibanos, Santa Catarina. O título de legitimação da concessão encontra-se no Livro 786, folha 14 de Títulos de Concessões de Terras no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁵ Registro número 138, livro 3, de 11 de janeiro de 1917. Registro de Imóveis do município de Curitibanos, Santa Catarina; Registro número 214, livro 3, de 24 de setembro de 1918. Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina. Os livros 3 e 3A apresentam várias transações de imóveis em Butiá Verde a partir de 1916. Os documentos referentes aos anos anteriores foram destruídos durante a Guerra do Contestado na invasão a Curitibanos. Deve ficar bem claro, como alerta Paulo Pinheiro Machado, que no planalto catarinense em geral, nem sempre os nomes conhecidos como “pioneiros” nas histórias oficiais se constituíram nos primeiros habitantes, sendo possível que antes destes já se encontrassem, além da população indígena, outros que precederam a chegada do “mundo oficial”. MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano. In: BRANCHER, Ana AREND, Silvia M.F. (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis, Ufsc, 2001, p. 17.

¹⁶ SANTA CATARINA. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1935, fl. 122

¹⁷ BRANDT, Marlon: **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo – SC**: do Contestado à colonização. 2007, 310 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, p. 216-237.

- ¹⁸ CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan/mar. 1970, p. 93.
- ¹⁹ SANTA CATARINA. *Op. Cit.*, fl. 122.
- ²⁰ PIRES, Sebastião. 73 anos. Depoimentos concedidos em 13 de agosto e 2 de outubro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.
- ²¹ HEPP, Carlos. 72 anos. Depoimento, 23 de julho de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.
- ²² Conforme aponta Pedro Felisbino, diversas famílias de origem italiana mudaram-se para Taquaruçu no final da década de 1940. FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. **Voz de caboclo: a saga do Contestado revivida nas lembranças dos sobreviventes do Reduto do Taquaruçu**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002, p. 90, 91. Muitos destes colonos adquiriram terras pertencentes ao imóvel Butiá Verde, de propriedade de Wenceslao de Souza Breves, conforme é possível constatar em diversas transações que constam nos Livros 3H, 3K e 3L, no Cartório de Registro de Imóveis do Município de Curitibanos, Santa Catarina.
- ²³ FELISBINO, Pedro Aleixo. 61 anos. Depoimento, 07 de janeiro de 2006. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.
- ²⁴ FREY, Willy. **Reflorestar é a solução**. Curitiba: Sépia Editora, 2003, p. 17.
- ²⁵ Escritura pública de compra e venda de pinheiros entre Indústria e Comércio de Madeiras Formighieri Ltda. E Wenceslao de Souza Breves em 30 de dezembro de 1952. Livro de notas n. 101. Cartório Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos Ortigari, Curitibanos, Santa Catarina fl. 31-32.
- ²⁶ Registro número 1718, fl.206 de dois de janeiro de 1939. Registro de Imóveis do município de Curitibanos, Santa Catarina. Wenceslao Breves atuou na década de 1920 na demarcação de terras no Oeste de Santa Catarina. Mais tarde foi também deputado estadual. Deixou uma obra intitulada “O Chapecó que conheci”, sobre os anos que atuou no Oeste do estado. BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que eu conheci. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, n. 6, 1985, p. 7-73.
- ²⁷ OLIVEIRA, S.C; CAMPOS, M. **Focalizando Curitibanos e Campos Novos**. São Paulo: [s. n.], 1957.
- ²⁸ *Ibidem*, p. 44-45.
- ²⁹ FELISBINO, Pedro Aleixo. Entrevista citada.
- ³⁰ LARA SOBRINHO, Miguel de. 77 anos. Depoimento, 27 de setembro de 2004, Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.
- ³¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2004). *Op. Cit.*, p. 10.
- ³² LITTLE, Paul. Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização. In: **Revista de Pós-graduação em História da UnB**. V 2, n. 4, 1999, p. 13. *Apud* RADIN, José Carlos. Italianos e comunidades rurais no Oeste catarinense. In: RADIN, José Carlos; BENEDET, José Higinio; MILANI, Maria Luíza (orgs). **Facetas da colonização italiana: Planalto e Oeste catarinense**. Joaçaba: Unoesc, 2003, p. 34.

**Saúde e doenças:
Enfermidades no Vale do Itajaí, início do século XX.**

*Samira Peruchi Moretto¹
Eunice Sueli Nodari²*

Os imigrantes e a exaltação da raça

A colônia de Blumenau tem como data oficial de criação o ano de 1850³, povoada em sua maioria por colonos alemães. A região do vale do Itajaí era inicialmente habitada por comunidades indígenas e grupos sociais advindos de outros Estados, de etnias distintas, mesmo assim eram chamadas de “índio” pelo imigrante europeu. A pluralidade étnica foi observada pelo Dr. Gofferjé, em seu artigo e quando conveniente as etnias não européias, tinham sua cultura inferiorizada, havendo ainda a exaltação dos costumes do Velho Mundo. Na Europa na década de 1850, surgia a proposta de Darwin de que a seleção natural era um processo de sobrevivência seletivo entre a maioria do seres vivos. Tais idéias foram destiladas a pensadores da época que elaboraram uma teoria de superioridade de raças sobre outras, surgindo assim o conceito de Darwinismo social.⁴

Durante a escrita do livro comemorativa é comum observar a presença da exaltação da raça alemã. Um exemplo presente no relato, mostrando a maneira pejorativa que os imigrantes tratavam as demais raças, pode ser visto quando o autor narra o aumento populacional da Colônia de Blumenau, o médico diz que os colonos europeus casavam em sua maioria cedo e eram ricos no número de filhos. Assim também acontece com o “índio”⁵ no número de filhos, entretanto entre eles há uma grande mortalidade justificada pelo médico, pela falta de leite materno na alimentação dos recém nascidos. A agravante do parágrafo é a frase a seguir: “Adultos colonos conseguem cuidar dos filhos as dúzias, mas adultos assim, não são encontrados entre os

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina.

² Orientadora e Professora do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina

³ TEIXEIRA, Manoel Pereira Rego. **Um novo ambiente:** A relação entre o imigrante e o meio natural nas colônias de Blumenau e Dona Francisca. 2002, 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

⁴ GUERRA, Andréa Trevas Maciel. Do holocausto nazista à nova eugenia no século XXI. *Cienc. Cult.* [online]. 2006, v. 58, n. 1 [cited 2008-08-20], pp. 4-5.

⁵ O termo indígena, como foi explicado no texto, não se refere apenas a esta raça, mas a todos que aqui habitavam e não eram descendentes diretos de europeus.

indígenas”⁶. Não pode deixar de lado nesse parágrafo, que além da amostra da inferiorização das raças, já naquela época havia a consciência da importância da amamentação, os benefícios que ele traz ao bebê e que a ausência do leite materno é prejudicial ao crescimento da criança.

Eric Hobsbawm, no seu livro “A Era dos Impérios”⁷, mostra a visão do cidadão europeu, principalmente do centro-norte, de superioridade a outras raças, achando-se no dever de levar a civilização aos outros povos. Essa foi uma das causas do neo-colonialismo, no século XIX, que afetaram as diversas camadas da sociedade. Até os mais pobres, por serem de uma “raça civilizada” consideravam-se superiores. A maioria dos imigrantes que vieram para o Brasil, o fez em busca de melhores condições de vida. Não eram ricos, mas estavam contaminados com o sentimento de maioria de sua raça. Havia a idéia que não existiam outras culturas, mas sim povos ainda não civilizados.

São diversos os relatos que demonstram o olhar europeu, como exemplo pode-se citar o naturalista Buffon, que em meados do século XIX, mesmo depois de três séculos de contato dos europeus com a América, ainda tinha uma visão distorcida dos cidadãos que aqui viviam: “O pequeno porte dos animais, o escasso povoamento, a ausência de pelos nos homens, a proliferação de espécies pequenas, de répteis e de insetos, tudo parecia corroborar a tese de debilidade e imaturidade dessa terra”⁸.

Mesmo o viajante escrevendo no século anterior ao relato do Dr. Goffert, o imigrante ouvia ainda no seu país de origem, narrativas como a anterior, chegando a ser este o discurso do governo brasileiro, para exaltar a necessidade dos povos “civilizados” em nosso País.

A emergência do termo raça e sua importância só vinham se solidificando, e com o passar dos anos, influenciando o imigrante de maneira certa.

Otto Blumenau, atualmente conhecido como o criador da colônia, hoje cidade de Blumenau, ainda doutorando em química, veio para o Brasil para realizar estudos sobre a condição do colono e as novas possibilidades de colonização no sul, e nesta viagem

⁶ ENTRES, Goffried. **Gedenkdurch zur Fahrhundert-Feier deutscher Ein VAnderrung in Santa Catarina**. Florianópolis: Livraria Central – Alberto Entres & Irmãos, 1929.

⁷ HOBBSAWM, E.J. (Eric J.). **A era dos Impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

⁸ SCWARCZ, Liliam Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições, e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia da Letras, 1993. p.46.

acabou se tornando o procurador da “sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil”⁹.

A partir de sua pesquisa, escreveu um livro de título: “Sul do Brasil e suas referências à imigração alemã”, publicado na Alemanha em 1850, e divulgado principalmente para aqueles que estavam interessados em vir para o Brasil. Em várias passagens do seu texto, faz explicações calcadas no determinismo racial, e tem uma idéia universal de hierarquizarão das raças:

“O brasileiro, por ser uma mistura de raças, demonstra em seu caráter uma grande indolência, preguiça, sensualidade sofre impetuosa paixão e inrascibilidade, característica dos povos tropicais, como também gosta de enganar no comercio, tanto como o norte-americano, possuindo talento pra essa arte”.¹⁰

Não se sabe o contato que Gofferjé teve com Otto Blumenau, já que Dr. Blumenau regressou a Alemã em 1884 e faleceu em 1899¹¹ e Dr. Gofferjé nascera na década de 1890. Entretanto suas narrativas eram semelhantes pois apresentavam elementos hierárquicos e de superioridade racial.

O papel do médico e suas influências, no início do século XX no Brasil

Havia um interesse do governo por trás de algumas profissões, pois se acreditava que o povo precisava ser disciplinado e da ajuda de alguns estudiosos para isto. O médico e o engenheiro eram vistos como aliados do governo, ajudavam na educação no campo intelectual:

“Esses intelectuais, portadores de um saber técnico e especializado, reivindicavam a responsabilidade pela organização social e seus discursos foram se construindo nas diretrizes básicas da sociedade brasileira. Proclamando a necessidade de um ensino prático, eles argumentavam que esse era o único caminho para a superação das deficiências e anacronismos, que só assim seria possível à integração do país à ”marcha” da civilização ocidental”.¹²

⁹ BARBOSA, Márcia Fagundes. Hermann Otto Blumenau. In: **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, nº. 11/12. Tomo XLV, novembro/dezembro de 2004, p.33 a 41.

¹⁰ BLUMENAU, Heramann. O Brasil do Sul, e suas referências a imigração e colonização alemã. In: **Um alemão nos trópicos: Br. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil**. Organizadores: Cristina Ferreira, Sueli M. V. Petry,; Tradução: Curt Willy Hennings, Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura e movimento, Instituto Blumenau 150 anos, 1999.

¹¹ **Hermann Bruno Otto Blumenau**. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermann_Bruno_Otto_Blumenau

¹² HERSCHMANN, M. ; PEREIRA, C. A. M. (org). **A invenção do Brasil Moderno**; Medicina, educação e engenharia nos anos: 20 e 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 15

O médico e o engenheiro eram responsáveis pela organização sanitária das cidades. O governo legitimava a importância desses profissionais perante a população, que via os resultados depois das aclamadas obras de saneamentos, sinônimo de “civilização”, apontado por outros estudiosos:

“Essa medicina política, que elabora a nossa proposta de organização social, se coloca ao lado da democracia, da liberdade e da civilização, propondo-se a assessoria indispensável a qualquer governo esclarecido, expressa através do projeto de política médica - que assinala o próprio nascimento da medicina social – a essência do tipo de poder que a caracteriza.”¹³

A necessidade de civilizar era só uma das doutrinas do Positivismo¹⁴, que influenciou cientistas do mundo todo, pois lhes proporcionou um método, transformando a ciência em caminho único para atingir a saúde plena do “corpo social”, sendo que os cientistas eram os sacerdotes do conhecimento, segundo os intelectuais (médicos e engenheiros) da época: “trata-se portanto de uma medicina voltada para o “social”, de caráter preventivo, que promoveu em certa medida a normalização da vida social no Brasil”.

Cada vez mais a medicina positivista estava preocupada com a higiene, saúde e educação. São marcantes tais influências em Santa Catarina, vistas nos relatos de Dr. Gofferjé, não só pela preocupação que ele tem com a prevenção das doenças, mas também, por trazer consigo a idéia de civilização mediante uma boa saúde social. Ele apontava as dificuldades da raça alemã em viver num clima tão quente, como no Brasil, mas deixa claro que esse é apenas uma das várias causas de enfermidades nos colonos.

Como o próprio médico narrou: “os costumes de vida” (alimentação, moradias), poderiam prevenir uma série de doenças. Destaca ser de suma importância à intervenção pública para manutenção da saúde.

A saúde pública estava voltada para a necessidade de prevenir, era notável que não bastava acabar com os surtos das doenças, era preciso evitar a disseminação. O governo estava acreditando cada vez mais que era seu dever combater as enfermidades, por isso criou diversos projetos de saneamento, em conjunto com escolas, Igrejas, etc. Os costumes deveriam ser orientados pelos médicos.

¹³ MACHADO, Roberto. **Danação da Norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

¹⁴ Processo histórico iniciado por Augusto Comte, no Brasil teve seu apogeu no início do século XX.

Fazer com que a população de imigrantes do Estado, em sua maioria agrícola, andasse calçada era um desafio proposto pelo médico, descrita no artigo, o sapato preveniria doenças de transmissão cutânea, mas não era bem aceito pela população.

Saúde Pública no meio rural e as doenças

Há uma grande diferença entre saúde pública no meio urbano e rural, nos grandes centros as preocupações se dão em torno dos aglomerados humanos. No Rio de Janeiro, a grande problemática circulava em torno dos cortiços, lá: “As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio.”¹⁵

Já no campo era perceptível a visão de que a doença era o inimigo e não o cidadão. A saúde do imigrante era aspirada, mesmo eles sendo pobres. No texto¹⁶, falava-se em uma inenarrável dor, nas famílias alemãs, quando perdiam entes jovens para as enfermidades.

Em 1909 em Blumenau, a pedido de um médico inominado, as irmãs passaram a abrigar enfermos no Convento, por não haver hospitais na cidade. O número de pacientes só ia crescendo, e por isso foi necessário dispor a parte anexa do convento para um hospital. Mesmo assim o espaço era pequeno, e em 1916 foi concluída a obra de um moderno hospital com 70 leitos¹⁷. Quanto aos pacientes foi constatado que: “No tratamento dos doentes não há distinção de nacionalidade ou credo. A maioria dos pacientes eram alemães e descendentes. Conforme os dados estatísticos 30% desses pacientes são brasileiros, italianos, poloneses, russos e montanhese.”¹⁸

Além do tratamento hospitalar, havia o intuito profilático. Pensava-se em ensinar para as pessoas a importância da limpeza, presente no discurso a seguir:

“(...) o germe do tifo entra pela boca, na sua maioria pela água ou por alimentos não cozidos, por muitas vezes são trazidos por nossas mãos, ou por outra mão que leva o germe ao alimento, ou aos talheres. *Através do próprio cozimento o germe morre. Saborear somente alimentos e água fervida é deixar que a limpeza*

¹⁵ CHAULHOU, SIDNEY. **A Cidade Febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 29.

¹⁶ O texto referido é a fonte primária analisada neste trabalho: “A saúde do povo no Estado e as suas particularidades, para o povo alemão”.

¹⁷ HOELTGEBAUM, Curt. Hospital Santa Isabel. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, nº. 9/10, setembro/outubro 2003, p. 41 a 51.

¹⁸ Idem.

cumpra o seu dever, e então nós venceremos a tifo. (...) lamento que até hoje não tenha um remédio eficaz, que esteja a disposição para curá-lo”.¹⁹ (grifos meus)

Naquela época o tratamento da doença, como se nota, não era preciso, já que a ciência ainda não havia feito certas descobertas. O antibiótico só foi descoberto em 1928, pelo escocês Alexander Fleming²⁰, chegando ao Brasil alguns anos mais tarde.

A cura para muitas doenças não era conhecida, mas se tinha a idéia que a higienização preveniria doenças. Dr. Gofferjé tinha uma apresentação no artigo a necessidade de tratamento e cuidado com a água pra esta ser potável. Alertava que uma pessoa doente poderia contaminar a água que abastece não só a sua casa, mas as casas da região. Por isso também, mostrava a importância de isolamento do doente, para não haver contaminação de maneira direta e indireta.

Outra doença que a prevenção era indicada através da limpeza era o tétano. O médico foi categórico ao afirmar que “o mal” poderia atingir feridas que entrassem em contato com as fezes de cavalo, sendo imprescindível o uso de calçado.

A Fundação Rockefeller contribuía para a cura de doenças no meio rural, distribuindo gratuitamente, remédios, principalmente vermífugos. Entretanto ainda afirmava que a profilaxia era a melhor maneira de acabar com a verminose: “a verminose só acabará por completo com as sólidas mudanças nos costumes do campo”.²¹

Além dos fatores climáticos, a localização geográfica poderia favorecer algumas doenças como a desintéria abebiana favorecida em locais quentes, em planície e principalmente no verão. Juntamente com a má alimentação que agrava e dificulta a cura da doença.²²

As doenças sexualmente transmissíveis foram consideradas praticamente desconhecidas dentro da colônia de Blumenau, eram consideradas freqüentes em cidades portuárias. Essas enfermidades ligadas ao sexo tinham uma importância social

¹⁹ ENTRES, Goffbried. **Gedenkduch zur Fahrhundert-Feier deutscher Ein VAnderson in Santa Catarina**. Florianópolis: Livraria Central – Alberto Entres & Irmãos, 1929.

²⁰ Site pesquisado em 15/06/2005: http://pt.wikipedia.org/wiki/Alexander_Fleming

²¹ ENTRES, Goffbried. **Gedenkduch zur Fahrhundert-Feier deutscher Ein VAnderson in Santa Catarina**. Florianópolis: Livraria Central – Alberto Entres & Irmãos, 1929.

²² Tudo isso está escrito no relato do Dr. Gofferjé.

considerável, pois afetava valores morais, pela forma de contágio, que sugestionava a promiscuidade.

Já a tuberculose era a causadora de 70% das mortes no Estado, sendo os casos mais freqüentes eram no planalto, nas regiões frias. A doença entre os colonos de Blumenau era diminuta, segundo o cientista, pelo fato das pessoas viverem isoladas e não aos montes como nos grandes centros. Mas a pobreza, ou distinção racial não são diferenciais na aquisição da tuberculose. Dr. Gofferjé alerta para a importância da boa condição de moradia. Os habitantes deveriam ver a casa como um “eu expandido”:

“A tuberculose é sempre imaginada como uma doença da pobreza, da privação – falta de roupas, corpos magros, quarto sem aquecimento, higiene deficiente, alimentação inadequada. (...) Havia a noção de que a tuberculose era uma doença molhada, das cidades úmidas.”²³

Era essa a imagem que o médico passa da tuberculose, e a casa era o local de prevenção maior da doença. Segundo Dr. Gofferjé, os nativos não tinham a noção de que a casa deveria proteger do vento, que era necessário ter uma boa cama, ter janelas de vidro, para entrar a luz e o ambiente ser bem arejado. O médico, adepto da medicina microbiana, afirmava que os germes eram destruídos pela limpeza da casa. No século XX, já havia se estabelecido uma nova concepção de limpeza, totalmente ligada à civilização: “A sujeira não fazia mais parte da sociabilidade. Criou-se a necessidade de limpeza para os corpos, a partir do momento em que a ciência descobriu a sujeira como foco de doenças, os microorganismos, as formas de contágio, etc.”²⁴ As cabanas dos nativos não podiam ser comparadas senão às primeiras casas dos imigrantes:

“O tipo primitivo da casa do colono deixa muito a desejar. As palmeiras forneciam quase toda a matéria prima necessária para a confecção da casa primitiva: os troncos partidos e ligados por cipó formavam as paredes; as folhas entrelaçadas e amarradas formavam as ripas; serviam de teto”.²⁵

A alimentação do nativo também era vista como precária comparada aos costumes europeus, já que não tomavam o leite e nem faziam pão, e essa era outra

²³ SONTAG, Susan. **A Doença como Metáfora**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984, p. 21 e 22.

²⁴ RODRIGUES, Marília M. **A prevenção da decadência**. Curitiba: Aos quatro Ventos, 1997.

²⁵ FICKER, Carlos. Transformação étnica e social do emigrante da língua alemã em Santa Catarina. **Blumenau em Cadernos**. Novembro de 1970, vol. 11, p. 215.

preocupação do médico. Enquanto na Europa o pão de trigo era a base da alimentação, aqui no Brasil, há muito tempo, a mandioca era usada como fonte principal de amido.²⁶

Uma boa alimentação e uma boa moradia eram as principais dicas, presentes no texto, para afastar as doenças. A prevenção era uma arma forte, que se tornava comum dentro da vida dos moradores do Estado. Todos estavam empenhados para combater as doenças: os cidadãos limpando as suas casas e os cientistas buscando em seus laboratórios, a cura para os males. A vacina foi considerada “uma glória da medicina” por Gofferjé, que falava em estar livre da varíola. No final da década de 1920 a vacinação já havia deixado de ser um grande tabu, que preconizou a revolta da Vacina.

Em 1904, no Rio de Janeiro²⁷, após a divulgação do projeto de regulamentação da lei que tornava obrigatória a vacinação antivariólica, estourou uma guerra pública com mescla política. Aqui no Estado, a partir da visão do autor do relato analisado, havia a conscientização, quase 30 anos depois, de que a doença só desapareceria com a vacinação:

“A varíola possuía vacina e deve-se ver que nesse ponto o serviço público tem ajudado e se esforçado. Por um lado, perante a impossibilidade política, por causa do decreto que vai contra a vacinação obrigatória, por outro mesmo assim existe a tentativa de promover a vacinação por todos os caminhos possíveis, por outro lado, a população mesma, pelo conhecimento trazido pela empiria, está comparecendo a tudo lugar que existe a vacinação gratuita no Estado”²⁸

Alertar sobre a vacinação passou a se vital já que muitos imigrantes morreram de varíola e febre amarela, doenças que já possuíam vacinas.

Muitas outras enfermidades são ressaltadas no livro, como o surto de desintéria, que atacou os trabalhadores da estrada de ferro, no Estado, em 1912. Combatentes da Guerra do Paraguai voltaram com lepra²⁹, e contaminaram muitas famílias alemãs. Existiram outras diversas epidemias que assim como a lepra foram resolvida com o isolamento do doente. Apareceram também, casos de sarampo, resfriados, reumatismo e pneumonias, essa última sempre ligada ao clima frio e ao planalto.

²⁶ BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁷ CHAULHOUB, SIDNEY. **A Cidade Febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁸ ENTRES, Goffbried. **Gedenkduch zur Fahrhudent-Feier dutscher Ein VAnderson in Santa Catarina**. Florianópolis: Livraria Central – Alberto Entres & Irmãos, 1929.

²⁹ A lepra é o nome vulgar da hanseníase estudada em Organização Mundial da Saúde. **Comitê de expertos de la OMS en lepra: séptimo informe**. Genebra: OMS, 1998.

Foram diversos os surtos de amebas e eram chamadas de “câimbras no sangue”, elas aparecia em maior número no vale e tinha como principal alvo as crianças, podendo aparecer em adultos, mal alimentados e expostos ao sol por um grande número de horas. No final da década de vinte do século passado, os médicos já tinham remédios bastante eficientes contra as amebíases.

Conclusão

O livro comemorativo destinado a imigrantes alemães no Estado de Santa Catarina, abordou uma variada temática. A questão da saúde e doença apareceu em destaque como forma de prevenção e como amostra das condições sanitária na região do Vale do Itajaí.

A fala do médico Dr. Gofferjé se mostrou dentro do contexto positivista brasileiro, que atuou de forma decisiva junto da política, já que agora uma das metas de melhoria era a saúde pública. As medidas foram tomadas para conscientizar a população, para prevenir e inserir os meios de cura. O papel do médico era o de educador e ajudante na tarefa de civilizar, já que civilização tinha intuito, em seus conceitos, saúde e limpeza.

O texto em alemão é rico em informações e nos mostra um pouco de como caminhava a saúde no Estado. Dr. Gofferjé se mostrou um microbianista muito preocupado com as maneiras de combater os “germes”, e preocupou-se com a saúde dos moradores da região.

Referências Bibliográficas:

Fonte Primária: ENTRES, Goffbried. **Gedenkduch zur Fahrhundert-Feier deutscher Ein VAnderung in Santa Catarina.** Florianópolis: Livraria Central – Alberto Entres & Irmãos, 1929.

BLUMENAU, Hermann. Sul do Brasil e suas referencias à imigração alemã. In: **Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil**. Organização: Cristina Ferreira, Sueli Maria Vanzuita Petry; tradução: Curt Willy Hennings. Blumenau: Cultura em Movimento – Instituto Blumenau 150 anos, 1999.

BARBOSA, Márcia Fagundes. Hermann Otto Blumenau. In: **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, nº. 11/12. Tomo XLV, novembro/dezembro de 2004.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAULHOU, SIDNEY. **A Cidade Febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FICKER, Carlos. Transformação étnica e social do emigrante da língua alemã em Santa Catarina. **Blumenau em Cadernos**. Novembro de 1970.

HERSCHMANN, M. ; PEREIRA, C. A. M. (org). **A invenção do Brasil Moderno; Medicina, educação e engenharia nos anos: 20 e 30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOELTGEBAUM, Curt. Hospital Santa Isabel. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, nº. 9/10, setembro/outubro 2003

HOBBSAWM, E.J. (Eric J.). **A era dos Impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MACHADO, Roberto. **Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

SCWARCZ, Liliam Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições, e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

SONTAG, Susan. **A Doença como Metáfora**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984.

TEIXEIRA, Manoel Pereira Rego. **Um novo ambiente: A relação entre o imigrante e o meio natural nas colônias de Blumenau e Dona Francisca**. 2002, 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

Site pesquisado em 20/08/2008:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Alexander_Fleming

http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermann_Bruno_Otto_Blumenau

A linguagem da saúde no almanaque *Kalender für die Deutschen in Brasilien*

Gerson Roberto Neumann

Karen Pupp Spinassé

Introdução

Quando lemos, nos dias de hoje, relatos históricos de imigrantes, somos levados quase que obrigatoriamente a refletir sobre como devem ter vivido os primeiros imigrantes alemães que aqui chegaram para colonizar as terras colocadas à disposição. Se pensarmos, por exemplo, no inverno no sul do Brasil, ou mesmo no calor intenso do verão gaúcho de janeiro, quando atualmente se foge para o litoral, nos perguntamos como os imigrantes lidavam com essas e outras situações que tanto influenciavam seu dia-a-dia, uma vez que mexia com seus hábitos, suas crenças, seus costumes e sua saúde.

Felizmente, existem muitos relatos de como se deu o início dessa difícil empreitada por parte desses imigrantes. No que diz respeito ao clima, por exemplo, obviamente seremos lembrados de que os tempos eram outros e de que o clima atual é muito mais severo conosco (porque nós mesmos o transformamos). Entretanto, ousamos afirmar que isso seria diminuir o grau de dificuldade pelo qual passaram os primeiros colonos que aqui se fixaram, pois eles, naquela época, com certeza tiveram que enfrentar diversas outras dificuldades que a natureza lhes oferecia – dificuldades essas que nós hoje já não temos. Citemos aqui, como ilustração, que praticamente inexistiam pontes e a travessia dava-se necessariamente pelo rio; com isso, os colonos buscavam sempre regiões próximas a rios para a sua fixação – o que se constata, observando a localização de muitas cidades referenciais no contexto da imigração alemã no sul do Brasil. Assim, não são poucos os relatos de grandes enchentes em muitas dessas cidades, as quais geralmente ocorriam justamente nos meses de inverno. Um outro exemplo de dificuldades naturais são os diversos casos de febres decorrentes das mais diversas formas de infecções oriundas de algum tipo de lesão causada em um contexto deveras inóspito.

Não se pretende florear as conquistas e as vitórias dessas importantes personagens, muitas delas anônimas, da nossa história. Com certeza merecem glórias, mas é importante que se faça uma leitura apropriada do contexto sócio-histórico desde a origem dessas

peessoas, tentando-se entender as causas de suas buscas em um contexto totalmente novo e, pelo que se constata de muitas leituras, guardadas as devidas proporções, claramente mais complexo que o deixado para trás. O desconhecimento e as falsas informações, porém, além da tentativa de melhorar as suas condições de vida que realmente eram muito difíceis na Alemanha da primeira metade do século XIX, estenderam-se também durante a segunda metade desse século.

Nesta reflexão sobre o contexto da imigração alemã no Brasil, pretende-se aprofundar um aspecto que muitas vezes passou despercebido dos estudiosos e dos pesquisadores – o que se comprova através do pouco material que se apresenta sobre o tema – a saber, a saúde. Apesar de ela estar inserida em muitos outros âmbitos da contextualização histórica, poucos estudos tratam da saúde como foco primordial de sua análise. Por exemplo, quando se estuda as sociedades ginásticas (*Turnverein*) que tinham por finalidade a prática esportiva para a manutenção da saúde corporal, o tema aparece indiretamente. Também havia a prática de jogos e de atividades nas escolas, onde também os professores já deveriam informar as crianças sobre a saúde. Pode se questionar, por sua vez, se de fato ocorria tal formação nas escolas, pois basta conversar com pessoas desses contextos e facilmente se tem relatos de crianças bastante mal cuidadas higienicamente. Um exemplo típico de descuido e desinformação nas comunidades alemãs era a higiene bucal. Sabe-se que era comum as pessoas das comunidades interioranas o uso de uma dentadura completa já na meia idade e isso quando já não ocorria na juventude.

Além da prática esportiva e da educação nas escolas, deve-se observar as muitas edificações de hospitais que buscavam atender às necessidades das pessoas da realidade de língua alemã no Brasil; assim como a preocupação com a medicina caseira e cultivo de ervas medicinais, sempre disponíveis em caso de necessidade.

Estes são apenas alguns exemplos para que se possa introduzir a nossa reflexão sobre a saúde, mas detendo-nos especificamente nas formas de linguagem usadas em um dos mais importantes almanaques que circulavam nas comunidades de imigração alemã: o *Kalender für die Deutschen in Brasilien* (KDB).

O objetivo da presente reflexão é mostrar como se dá a apresentação de remédios, de recomendações, de receitas para a elaboração de medicina caseira ou então de métodos preventivos no referido almanaque. Além disso, pretende-se observar também com que

intensidade e a partir de que momento isso acontece, visto que a circulação de jornais e almanaques se dá apenas a partir de 1850. Além da apresentação de remédios, observaremos também as muitas dicas de tratamentos para lesões ou doenças de modo geral, interessando do mesmo modo observar que tipos de doenças entram em questão.

Neste sentido, analisar-se-ão os números iniciais do KDB para se apresentar como se deu a inserção da linguagem da saúde no referido almanaque.

Os almanaques

Ao contrário do jornal, que tinha vida breve, o anuário era usado durante todo o ano. Conforme Bonow, o anuário trazia

todo tipo de informações comerciais, agrícolas, jurídicas, **higiênicas**, culturais e literárias, além de endereços úteis e notícias, possuía um caráter mais duradouro visto que podia ser consultado inúmeras vezes. O anuário substituíra o livro, que o colono raramente comprava, e, constituía, ao lado do hinário e da Bíblia, o elemento cultural e espiritual nas longínguas picadas.¹

O primeiro anuário foi editado em Porto Alegre em 1855, com o nome *Deutscher Kalender* (Anuário alemão). Como ocorreu com os jornais, os primeiros anuários tiveram vida breve. O *Deutscher Kalender* já deixou de circular no ano seguinte à sua primeira edição. Outros cinco também tiveram existência efêmera até que Karl von Koseritz mudasse essa realidade: *Der hinkende Teufel* (O Diabo Coxo), que teve como subtítulo: *Deutscher Volkskalender für das Schaltjahr 1856* (Anuário popular alemão para o ano bissexto de 1856), que circulou somente nesse ano; o *Deutscher Volkskalender für die Provinz São Pedro do Rio Grande do Sul* (Anuário Popular Alemão para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul), editado em Porto Alegre em 1861; o *Deutsche Colonie Kalender* (Anuário da Colônia Alemã), de 1868; o *Volkskalender für Rio Grande do Sul* (Anuário popular para o Rio Grande do Sul) e o *Deutscher Volkskalender* (Anuário Popular Alemão), ambos da década de setenta. Conforme Kuder (1963), é possível que os três últimos tenham sido publicados na Alemanha.

Como se afirmou acima, é somente com Koseritz que os anuários adquirem resistência para manterem uma regularidade. O referido editor tinha claros os objetivos que

pretendia alcançar com a publicação do seu anuário, alegando que anuários idênticos aos existentes ou até publicados na Alemanha em praticamente nada representariam a realidade do imigrante alemão no Brasil. No primeiro número do seu *Koseritz' Volkskalender für die Provinz Rio Grande do Sul* (Anuário Popular Alemão de Koseritz para a Província do Rio Grande do Sul), fundado em 1874 e que circulou pelas mais remotas comunidades teuto-brasileiras até 1938, Koseritz afirma o seguinte:

A convicção de que os anuários provenientes da Europa, escritos e programados para as condições de vida de lá, não alcançam seus objetivos entre os leitores alemães daqui, me levou a publicar um anuário composto para os alemães desta província. O anuário é entre todos os livros dedicados à família, aquele que exerce maior influência, deve, portanto, corresponder à realidade em que vivem as pessoas a que se dirige, e moldar suas vidas.(...) [Também deve conter] trabalhos sobre história do patrimônio cultural teuto daqui, biografias de homens que se destacaram na formação dessa história, **ensaios instrutivos e informativos, artigos bem fundamentados sobre agricultura, indústria rural, etc., assim como anedotas e assuntos úteis para a comunidade.**²

Por meio do seu anuário, Koseritz pretendia interligar os imigrantes alemães e seus descendentes, incluindo em sua publicação endereços importantes, estatísticas, informações climáticas etc. Koseritz desenvolveu em seu anuário uma espécie de “banco de dados” para melhor orientar os teuto-brasileiros em suas comunidades. Inicialmente, o próprio redator escrevia contos no anuário, que depois passaram a ser escritos por outros escritores.

O *Koseritz Deutscher Volkskalender* permaneceu por longos anos o único anuário de prestígio em circulação, o que fez com que Koseritz praticamente não tivesse opositores, pelo menos através de outros anuários, que combatessem a sua ideologia. Até 1881 perdurou a hegemonia koseritziana, só sendo posto em xeque quando o pastor e teólogo Dr. Wilhelm Rotermund fundou o *Kalender für die Deutschen in Brasilien* (Almanaque para os Alemães no Brasil – KDB), ou como era chamado popularmente: *Rotermundkalender*³.

De tendência religiosa e doutrinária acentuada, o objetivo do anuário era, conforme Kuder (1937):

reestruturar o Sínodo, ou seja, a associação dos pastores e das comunidades alemãs protestantes, para (re)fundar uma Igreja protestante alemã no Brasil

(objetivo alcançado em 1886). Na luta pela reorganização do patrimônio cultural protestante alemão, assim como, uma vez no combate frente a Karl Koseritz e, depois, contra os jesuítas, ele fundou uma editora em 1887.⁴

O anuário de Rotermund obteve logo grande aceitação, tanto que a necessidade de aumentar a tiragem crescia a cada ano, como podemos ver através de alguns números: 1911 - 6.000; 1913 - 10.000; 1918 - 25.000; 1923 - 30.000. Em comparação com Koseritz, Rotermund aparece como o homem das belas-letras, o literato e o religioso, enquanto aquele, apenas como o realista e o futuro jurista.

Quanto ao aspecto literário, nos anos iniciais, o próprio Rotermund assumiu a redação de contos e muitas outras funções editoriais, da mesma forma como acontecera com Koseritz; mas já no princípio o *Rotermundkalender* trazia mais autores alemães, principalmente de poesias. A partir de 1884, já apareceram os primeiros teuto-brasileiros como autores no anuário, assim como traduções de autores brasileiros.

A linguagem da saúde no *Kalender für die Deutschen in Brasilien*

Obsrevando agora mais detalhadamente o número 1 do KDB, pretendemos dar especial atenção à importância dada à saúde, tendo como referencial a linguagem usada para se chegar ao leitor.

Das 128 páginas do primeiro número que circulou, usa-se da página 97 à 106 para dar uma especial atenção a questões que podemos classificar como sendo ligadas à saúde dos leitores – estes, na sua grande maioria, leitores agricultores. Depois de ter lido algumas poesias (Der glückliche Ehemann), ditos de Goethe, algumas orações ou cantos, o leitor se depara com essa leitura que lhe é muito importante. A seguir enumeraremos as questões abordadas neste primeiro número:

1. "Mittel gegen Vergiftung durch Schlangenbiss" (meios contra o envenenamento por mordida de cobra). Trata-se de um texto de uma página e meia (97-98), no qual o leitor é informado sobre como proceder em caso de mordida de cobra. Diz-se que há muitos meios de se lidar com o caso, sendo que tudo depende de quão profunda foi a mordida e por consequência quanto veneno foi depositado na ferida. Descreve-se o estado de uma pessoa mordida e diz-se que é preciso fazer uma amarra para que menos veneno possível entre no

sangue, pois este poderia transportar o veneno para o coração, o que seria muito preigoso. Para a extração do sangue, existem diversas formas, sendo dada como a mais eficiente a sucção por meio da boca. Também se pode lavar a mordida com água pura, mas para tal aconselha-se que se aumente os buracos da mordida com uma faca para que se possa chegar mais próximo do veneno. Depois disso, pode-se ainda queimar o local com um charuto ou então com um ferro em brasa. Além disso, pode-se aconselhar (e percebe-se um tom de brincadeira nesse momento, ou seja, uma comunicação direta com leitor) que se use a cachaça para tomar um verdadeiro fogo. Ao final, o autor brinca, afirmando que o ideal é não se deixar morder por uma cobra. Essa seria a melhor maneira. Além disso, lê-se que é preciso temer por cobras enquanto não se matou uma. A última frase diz que se deve matar todas as cobras que possuem dentes venenosos na boca (*Nur fest auf jede Schlange losgehauen, welche Giftzähne in ihrem Rachen birgt!*) (KDB, 1881, 98).

Trata-se de um texto direcionado a um público leitor brasileiro, habitante de localidades do interior e certamente menos dos centros urbanos, apesar do fato de em 1881 certos centros urbanos certamente ainda poderem se confrontar com a presença de animais peçonhentos como as cobras – o que hoje é praticamente inimaginável. O texto é em alemão, mas já traz alguns termos em português, como cachaça, charuto (sic).

2. "Das Gift in der Mandioca-Wurzel" (o veneno na raiz da mandioca). Trata-se aqui de um texto de maior extensão (pg. 98-101), pois o autor busca referências científicas na monografia do Dr. Theodor Peckolt (*do Milho e da Mandioca*. Rio de Janeiro. E. & H. Lämmert. 1878). O texto traz todos os tipos de mandioca venenosa existentes no Brasil e indica maneiras para tentar salvar um animal que tenha ingerido o leite venenoso originário da mandioca. Há algumas formas usadas na Antilhas, mas todas distantes do nosso contexto e inacessíveis a nós. Assim, uma das poucas possibilidades que restam, é recorrer novamente à cachaça (101), o contra-veneno para qualquer veneno no Brasil. Também se fala do uso do enxofre, citando o Dr. Peckolt. Segundo o autor, os colonos alemães costumam dar muita água aos animais, sendo nesta dissolvido muito açúcar.

3. "Die Verwendung einiger Pflanzen und Kräuter als Hausmittel" (Uso de algumas plantas e ervas como elemento caseiro).

Como aqui são apresentadas receitas, colocar-se-á a seguir diretamente o que se é proposto nos quatro aconselhamentos de medicina caseira.

a. A raiz de mandioca raspada serve como cataplasma em feridas crônicas e inflamações cutâneas. Já os indígenas a usavam dessa forma. Os médicos aconselham, sob o nome "cataplasma americana" um unguento de farinha de mandioca, mel e vinho branco (102).

b. O suco da mandioca, usado em pequenas proporções, é um bom meio contra vermes e também contra mordidas de animais venenosos. (Acrescenta-se o comentário *Wir würden das nicht empfehlen* - Nós não aconselharíamos isso) (102).

c. As folhas da mandioca servem para alimentação animal, especialmente para animais que terão uma longa jornada pela frente, pois diz-se que eles agüentarão melhor as aventuras de uma longa caminhada.

d. As folhas frescas da abóbora amassadas são usadas para queimaduras. As flores amassadas dão um suco que é bom contra infecção auricular. Com açúcar ele pode ser tomado em caso de dores de barriga, especialmente em cólicas de crianças. As sementes, amassadas com açúcar, expulsa os (Bandwürme) e o suco das sementes é usado contra (Harnverstossung). A carne crua da abóbora é colocada sobre feridas para curá-las.

Na página seguinte (103), aborda-se um ponto diretamente ligado à saúde, "Zwei mal drei Haupt-Gesundheits-Regeln" (duas vezes três regras principais de saúde). Trata-se de aconselhamentos medicinais: o primeiro trio é "*Kopf: kalt; Füße: warm; Leib: offen*" (Cabeça: fria; pés: quentes; intestino: aberto) e diz respeito aos três fatores que se deve observar quando se está doente. O segundo é "*Ruhe, hohe Lage und Eis*", que seriam os três princípios básicos para ferimentos.

Já na página 104, encontramos algumas dicas "secretas" de saúde ("Einige Geheimmittel), entre as quais estão dicais de remédios eficazes conhecidos, mas também misturas com ervas que resultam em remédios eficazes, terminando com dicas gerais para o lar "*Allerlei zum Haushalt*".

Nos primeiros números não se pode observar a presença de propaganda de patrocinadores da revista, o que se constata de modo muito tímido a partir de 1884. A partir de 1891 constata-se um aumento considerável em patrocinadores que fazem a propaganda de seus produtos nas últimas páginas da revista. Em 1887 estas páginas contavam duas, 166 e 167, com dois anúncios. Já em 1898 esse número é de 45, com mais de 50 anúncios. Destes, 3 são ligados a questões de saúde. Para exemplificar, veja-se o texto abaixo,

publicado no KDB de 1898, na página 178:

Rauliveria - Peitoral Catharinense (Brsutsyrup aus Santa Catharina), fabriert aus Angico, Tolú und Guaco von Rauliveria. Aprobirt und genehmigt von der General-Gesundheits-Inspection Brasiliens und prämiert mit Madaillen erster Klasse auf verschiedenen Ausstellungen. Empfohlen auf der medicinischen Klinik ausgezeichneter Aerzte als Hauptmittel zur Bekämpfung von **Husten, Bronchitis, Asthma, Schwindsucht, Stickschusten, Rauheit des Halses** u. aler Krankheiten der Athmungswerkzeuge. **Mehr als Tausend Menschen** der verschiedenen Staaten Brasiliens bezeugen die Wirksamkeit dieses wahrhaft großartigen Präparates. Es ist beim Gebrauch desselben keine besondere Diät zu beobachten. Raulino Horn & Oliveira. Einzige Fabrikanten in Santa Catharina - Niederlage in Porto Alegre **Drogaria Americana**, Rua do Commercio 23-25.

Conclusões

A partir da análise dos números iniciais do KDB, pode-se constatar a presença de uma preocupação em relação a questões de saúde, inicialmente em forma de textos (receitas, dicas, aconselhamentos, etc.), o que se mantém até os números finais, até por ser um elemento imprescindível na estrutura de um almanaque. Depois de passados alguns anos, pode-se perceber também a presença de propagandas visuais. Isso se dá ainda nos números da última década do século XIX, como se viu acima. Há, portanto, uma preocupação dos editores para com a leitura sobre questões de saúde dos seus leitores que na sua grande maioria é de pessoas do campo. É claro que essas pessoas preferem recorrer a produtos que lhes são conhecidos e de fácil acesso. Assim, o almanaque traz elementos do contexto dessas pessoas, usando uma linguagem que lhes seja acessível, com textos não muitos extensos, destacando-se o que é relevante em cada notícia. Também as propagandas o fazem desta forma, realçando os aspectos importantes em cada produto que se põe à disposição dos leitores.

Referências Bibliográficas:

¹ BONOW, Irmgart G. *Onde o sabiá canta e a palmeira farfalha: a poesia em língua alemã publicada nos anuários (1874-1941) sul-rio-grandenses*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica - PUC-RS, 1991, Dissertação (Mestrado em Letras). PUC-RS, 1991, p. 23. Ver também KUDER, Manfred. Die deutsch-brasilianische Literatur. *Institut für Auslandsbeziehungen*. Stuttgart. Jahr. 13, 1963, Heft 4, S. 295-299; NEUMANN, Gerson R. A *Muttersprache* (língua materna) na obra de Wilhelm Rotermund e de Balduino Rambo e a construção de uma identidade cultural híbrida no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2000. 150 fls. mimeo. Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada; NEUMANN, Gerson R. „Die Muttersprache und die kulturelle und nationale Identität der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien in der Geschichte ‚Die beiden Nachbarn‘, von Wilhelm Rotermund“ In: SEVILLA, Rafael; COSTA, Sérgio; COY, Martin: *Brasilien in der postkolonialen Konstellation*, Bd. 1, Tübingen, 2003, S. 50 - 57 (Brasilianisten-Gruppe in der ADLAF: Beiträge zur Brasilien-Forschung). O destaque é nosso.

² Koseritz' *Deutscher Volkskalender*, 1874, p. 100. As seguintes citações deste almanaque serão abreviadas da seguinte forma: KDV.

Die Überzeugung, dass die von Europa kommenden Kalender, die für dortige Verhältnisse geschrieben und berechnet sind, ihren Zweck beim hiesigen deutschen Publicum nicht vollständig erfüllen, hat mich veranlasst, wieder einen hier verfassten Kalender für die Deutschen dieser Provinz herauszugeben. Der Kalender ist das erste und einflussreichste aller Familienbücher; er muss also den jeweiligen Verhältnissen entsprechen und tief eingreifen in das Leben der Menschen, für die er bestimmt ist. (...) Beiträge zur Geschichte des Deutschtums in dieser Provinz, Bibliographien von Männern, die sich um dasselbe verdient gemacht haben, belehrende und aufklärende Abhandlungen, gediegene Artikel über Ackerbau, Ruralindustrie, usw., sowie Humoristisches und Gemeinnütziges. Os destaques são nossos.

³ *Kalender für die Deutschen in Brasilien*. 1881-1941, especialmente os números de 181 a 1900. São Leopoldo: W. Rotermund Buchhandlung.

⁴ KUDER, M. 1937, p. 17.

“Da raça ninguém cuida”: os efeitos da imigração nos caracteres físicos e morais e na saúde da população brasileira

Alcidesio de Oliveira Júnior¹

Introdução

Este texto é um resumo de parte de uma pesquisa de doutorado, meu objetivo com ele é demonstrar as continuidades das idéias que nós, posteriormente, enquadraremos como biodeterministas. Indicando que essas idéias responderam a necessidades específicas de um determinado contexto sócio-cultural e, embora tenha um núcleo argumentativo comum, que nós interpretamos como sujeição do indivíduo a seu biológico, estas idéias dialogaram e foram reinterpretadas criativamente, com a produção científica do período. E ainda, sugerir a continuidade destas idéias biodeterministas para muito além dos marcos propostos pela historiografia, de 1870 a 1930.

No interior da cadeia de produção (codificação), circulação, recepção, consumo (decodificação) e resignificação de informações, os agentes divulgadores (circulação) dos conhecimentos científicos são também agentes ativos neste processo. Mesclam teorias, autores e informações para compor um discurso. Este “elo” de ligação entre produtor e consumidor, ativo e contextualizado, que é meu objeto de observação neste trabalho.

Primeira parte

“Cruzar, recruzar, é um imperativo biológico, uma necessidade étnica e social, uma medida de defesa para um país mal crescido, vasto e cobiçado. Urge, porém, que esse novo sangue seja melhor selecionado, melhor nacionalizado, para proveito integral e revigoramento da soberania brasileira” (CUNHA, Euclides da. *apud* FERRAZ, 1938.folha de rosto).

Utilizo como epígrafe, desta primeira parte, o mesmo trecho da obra que tomo como fonte central para este trabalho. Isto se dá por dois motivos. O primeiro, por ela sintetizar o pensamento do autor na obra em questão. O segundo, para, de início, relacionar este autor, desconhecido do público em geral, na trama de um debate maior, este sim bem conhecido, travado no período.

¹ Doutorando em História da Cultura na UFSC, com bolsa CAPES. Gostaria de agradecer pelos auxílios recebidos, aos bibliotecários e arquivistas da Casa de Oliveira Vianna, Centro de Memória Fluminense (BCG/UFF), Centro de Memória – UNICAMP, Biblioteca Pública do Estado de SC e da Biblioteca Nacional.

Minha principal fonte é o livro “*Cruzar e nacionalizar*”, de 194 páginas, publicado pela editora “*Edições e Publicações Brasil*”. Esta editora era sediada no estado de São Paulo, e publicou este livro no ano de 1938. Em edição única, o livro contém, em sua primeira parte, artigos que haviam sido publicados no jornal paulistano “*Folha da Noite*”, entre os anos de 1924 e 1937. Além de enxertos posteriores, em formas de notas e observações destacadas na primeira parte, o autor, já em 1937, escreveu a segunda parte. Esta outra metade da obra foi escrita especialmente para sua publicação e contém comentários diretamente voltados a política do período.

O autor da obra em questão é o jornalista, escritor, historiador e sociólogo paulista Mario de Sampaio Ferraz (1880-1972?). Campineiro (Campinas – SP), escreveu em alguns jornais da capital paulista e, junto com Amadeu Amaral e Simões Pinto, fundou e dirigiu a revista “*A Farpa*”. Foi também autor de diversos livros, alguns chegando a quarta edição.

Nesta obra, o autor participa de um debate sobre temas que no período inquietavam a intelectualidade. São estes temas que procurarei reconstruir, junto as suas preocupações e projetos para o Brasil e para o brasileiro.

O período compreendido entre os anos de 1920 e 1940 foi marcado por muita tensão na história mundial. O rescaldo das conseqüências funestas (materiais, humanas e psicológicas) do término da Primeira Grande Guerra (1914-1918) e da Revolução Russa de 1917; e ainda, as crises econômicas do período, em diversos países, mas, sobretudo a de 1929 nos Estados Unidos; o surgimento e fortalecimento das doutrinas de cunho totalitário de contestação ao liberalismo (por exemplo: fascismo, nazismo e stalinismo); o revanchismo nacionalista, as reivindicações de regiões e territórios perdidos na Primeira Grande Guerra, o expansionismo, o armamentismo que levaram a Segunda Grande Guerra (1939-1945); somados a especificidades das situações que atravessavam os países europeus e americanos, garantiram, entre outras coisas, um fluxo migratório acentuado para a América (HOBBSAWM, 1996).

Dentro da América, mais especificamente no Brasil, a situação política, econômica e social ficou conturbada com as repercussões destes fatos. A Primeira República (1889-1930) foi encerrada com um golpe que instaurou um período marcado pela política nacional-desenvolvimentista varguista. Em nome da “moralização política do país”, com argumentos contra o “coronelismo”, “clientelismo”, a “corrupção eleitoral” e “monopólio político mineiro-paulistano” (conhecido como “política do café-com-leite”), o novo governo se instaurou e, aproveitando conjunturas e fatos específicos dos períodos, se perpetuou até 1945. Mas não sem contestações. Os cafeicultores do oeste paulista, região mais próspera

economicamente do país, com apoio de partes das classes médias, da imprensa e dos políticos do estado, iniciaram uma série de movimentos de protesto contra o sistema político implantado. Movimento este que teve seu momento mais dramático no ano de 1932, aonde os “exércitos” chegaram às *vias de fato*. É neste clima e contexto conturbado que o autor lança parte sua produção (LOVE, 1997; FAUSTO, 1997; GOMES, 1997; DINIZ, 1997).

A idéia da existência da “obra” ou “livro” do autor encerra em si uma abordagem totalizante. Supõem a existência de materializações uniformes do pensamento. Opto pela alternativa de um enfoque relacional. Que resgate o campo discursivo em que o texto concreto se inseriu. Cada texto é parte de um diálogo, estruturado em torno de temas, problemas e abordagens comuns a conjuntos de interlocutores. É portador de uma complexidade. A estrutura textual é enunciativa de uma série de elementos advindos do autor, relativos à sua posição social, formação, debates aos quais responde e nos quais intervém através de seu texto. A partir da trama que está na origem do texto, tentarei uma leitura crítica, recuperando o conjunto de formulações que articulam discurso científico e idéias de determinação biológica de tipo racial, veiculadas e vinculadas a nomes já consagrados das ciências sociais do país.²

Nessa análise tomo como pressuposto metodológico, o que Foucault chama de nova postura da História em relação aos documentos, de

“não [simplesmente] interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a História, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que apenas deixa rastros: ela procura definir no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações” (FOUCAULT, 1995, p.7-8)

Segunda parte

Em 1937, sob o pretexto de uma tentativa de golpe, Plano Cohen, Vargas capitaneia um “contra-golpe” criando o Estado Novo, período radicalmente antidemocrático e de profundas transformações na estrutura do país, com agenda industrializante prioritária. É neste contexto que devemos entender o pensamento de Mário de Sampaio Ferraz. Desde a década

² Utilizei para esta abordagem as reflexões de: FOUCAULT, 1971 e RAMOS, 2003.

de 1920, ele se dedicou na busca de solução do problema étnico e imigratório brasileiro. Em sua visão:

“Os nossos constituintes, sem estudar devidamente o importante assunto, decretaram, em 1934, o celebre parágrafo 6º do artigo 121, da Constituição, que fixou a quota anual de 2% sobre o número de estrangeiros fixados, no Brasil, durante o período de 50 anos, inovação que virá diminuir consideravelmente não só a entrada dos elementos necessários ao regular prosseguimento do problema étnico, como a solução da crise de ‘braços’, principalmente em São Paulo” (FERRAZ, *op. cit.* p.113).

O dispositivo constitucional restringindo a imigração estrangeira, que, para o autor, “constitui um contra-senso”, além de levar “nacionais” para São Paulo, teria acarretado diversos outros problemas: como a falta de mão-de-obra em seus estados de origem; inclusão em lei federal de assunto particular aos estados, desconsiderando suas condições e necessidades; uma não contribuição para a melhoria ou equilíbrio da composição racial; não teria se baseado em recenseamento ou estatísticas científicas.

Segundo o autor, o Brasil estaria na contra mão, restringindo a imigração. Os outros Estados Nacionais estariam realizando “tratados especiais”, temporários ou não, para imigração de seus nacionais: “como impor semelhante restrição a um país ainda tão necessitado de bons elementos arianos, homogêneos, para normalizar e ultimar a sua evolução étnica?”. E atribui a medida a “nosso gênio simiesco”, macaqueando as leis restritivas dos EUA sem “atentarmos para diversidade de situações”. Citando Julio Revoredo, em “Imigração”, diz que “não precisamos de política de restrição, mas de política de seleção. Restringir qualitativamente não quantitativamente”.

O autor, se pondo contra os interesses de cafeicultores e de seus representantes políticos, escreve em seus artigos que o sério e grave “problema nacional” seria o de sua formação, o futuro da raça brasileira, e não uma simples questão de braços para os cafezais. As preocupações realmente nacionalistas seriam os problemas da raça, do físico, da moral e da instrução. Para isto ele constrói uma hierarquização e modelo teórico de miscigenação. Que poderia ser assim resumido:

“Pureza da raça” seria sinônimo de “evolução normal”, já “mestiçagem entre desiguais” seria de “degeneração”. Se um “branco puro”, ser dominante, melhor e superior nas relações, miscigenasse com um “índio puro” nasceria o “caboclo puro”, situação não tão ruim, mas que já seria um atraso no “curso normal”. Mas, se cruzasse com “negro puro”, seria uma situação muito ruim, por ser ele supostamente inferior. Se o cruzamento se desse entre índio e negro “puros”, também seria uma situação muito ruim.

O autor localiza na mistura das “três raças” a formação do brasileiro, e dá como características do mestiçoso fecundo, fulgurante às vezes, inferior, desequilibrado, decaído, efêmero, insustentável, híbrido moral, fraco, burro, frágil, inquieto, inconstante e deslumbrado, um degenerado, tarado, desequilibrado em seu soma e psique. Estes indivíduos seriam “esmagados pela fatalidade das leis biológicas, chumbados ao plano inferior da raça menos favorecida. A tendência a regressão as raças matrizes caracteriza a sua instabilidade” (FERRAZ, *op. cit.* p.47). Ele tenderia, pelas leis biológicas da natureza, a regressão as fontes geradoras, ou seja, para o branco. Na regressão haveria instabilidade. As leis naturais, de regressão a pureza, somadas aos “fenômenos de ordem física e moral obstando a rápida regressão a fonte superior”, levaria a um ser imaturo, que teria de se desenvolver até chegar ao ser superior. De onde o autor tira duas conclusões: que o mestiço é um fenômeno de regressão étnica; e que seria um absurdo a “fixidez de um tipo circunstancialmente desviado do seu curso normal” (FERRAZ, *op. cit.* p.57).

Segundo o autor, seus escritos não formariam um livro, nem um estudo “no sentido técnico da expressão”, mas um “tosco e ligeiro folheto”, reunindo artigos escritos, “quase de chofre”, por quem só dispôs de uma fonte única de inspiração, “a do seu entranhado amor á Pátria”, que sonhava por um Brasil melhor. Teria sido escrito, sem forma concatenada e erudita, que caracterizam as obras “inteiriças e metodicamente delineadas”. Este assunto pediria “títulos e cabedais”, que ele não possuiria.

Mesmo assim, não se proibiu de criticar aos que seriam portadores de tais títulos e cabedais, por exemplo, os etnólogos Silvio Romero, Manoel Bonfim e Baptista Pereira, por eles considerarem bom o mestiço, embora, segundo o autor, eles soubessem que o mestiço se tornaria branco. Argumento que ele concordava, mas considerava que este processo deveria ser apressado. Por isso, elogiava os projetos e emendas, como as de Miguel Couto e Arthur Neiva, no Parlamento Nacional, proibindo a imigração africana e incentivando a ariana.

Em sua leitura do evolucionismo, inspirado em Euclides da Cunha, a mistura de raças “mui diversas” seria prejudicial. Por mais que a superior prevalecesse, “despontam vivíssimos estigmas da inferior”. A mestiçagem “extremada” seria um retrocesso. O ‘indo-europeu’, o ‘negro’, o ‘brazilio-guarany’, estariam em estádios evolutivos diferentes, e o cruzamento poderia “obliterar as qualidades proeminentes do primeiro, [e] é um estimulante a revivescência dos atributos primitivos dos últimos”. As três raças seriam antagônicas, com seculares divergências extremas, a convergência combinaria constituições materiais divergentes: “como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se justapõem, não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em

presença” (FERRAZ, *op. cit.* p.6). Daí resultaria o mestiço, que seria quase sempre um desequilibrado, citando Foville, compara-os aos histéricos.

Em sua visão, o “nativismo sentimental” seria um erro, “velharia contraposta ao espírito liberal da política contemporânea” e, ao invés de evitar ao estrangeiro “que nos estende a sua mão experimentada”, teríamos que nos harmonizar, com os máximos resguardos, pela conservação dos “atributos essenciais da nossa raça e dos traços definidores da *gens* complexa, tão vacilantes, ou rarescentes na instabilidade de uma formação etnológica não ultimada e longa” (FERRAZ, *op. cit.* p.6).

Por estes motivos, os críticos ao imigrantismo deveriam parar com o “jacobinismo aéreo, estrábico e patrioteiro, que entende de decretar já, como padrão étnico ideal e definitivo, o conglomerado anormal, antagônico e fatalmente transitório de que se compõe a maioria da população” (FERRAZ, *op. cit.* p.29). Dever-se-ia povoar o Brasil com imigrantes, após seleção, e com uma “educação nacionalista inteligentemente orientada, sem tolas jacobinadas” (FERRAZ, *op. cit.* p.126). Atraindo imigrantes “espontâneos”, fixando-os de forma subvencionada pelo governo, não aceitando aqueles que viriam “por especulação”.

O motivo que teria o levado a escrever os artigos, seria a “indiferença” no tratamento do problemaracial e imigratório, que estariam submetidos

“sempre e exclusivamente aos interesses puramente econômicos. Em São Paulo, pelo menos, ela se resume numa questão de colonos para os cafezais. Da raça ninguém cuida. ‘Braços e mais braços’ é o que se reclama. Quer se a máquina e não o homem. Com uma formação étnica, assim descuidada, anormal, exclusivista, já golpeada, em suas origens, pela fatalidade de uma mescla antagônica, cujos frutos se denunciam em vários fenômenos da vida brasileira (...)” (FERRAZ, *op. cit.* p.7-8).

Em sua perspectiva o interesse econômico difere do nacional, que envolveria raça, saúde e educação. Nacionalidade é concebida como constituição orgânica da população (física) e formação moral, por isso a preocupação com a formação étnica da raça. Pergunta o autor, qual dos dois problemas seria o principal: o da visão “utilitarista precipitada” que requer o trabalhador rural, mais precisamente seus braços para apanhar grãos de café, problema este, que segundo o autor só “afeta as estatísticas de exportação”; ou da formação da nossa nacionalidade, que seria um problema “elevado e patriótico”, pois afetaria o sangue que seria introduzido no “organismo nacional” (reificando e biologizando a pátria): “devemos, sem preconceitos políticos e raciais, atrair os melhores e mais vigorosos elementos da família européia” adotando o “rigor e a justa seleção” (FERRAZ, *op. cit.* p.15).

Nos “sonhos de um Brasil melhor”, um teria se tornado, segundo o autor, convicção profunda:

“a necessidade premente de se cruzar e recruzar a raça (...) um simples processo biológico, milenário e eficiente, de seleção natural. Graças a ele, caldearam-se, cresceram e prosperaram as grandes raças humanas. Fugir á regra geral, desprezar tal fenômeno biológico e histórico, criador e renovador de energias, seria preferir a fraqueza á força, a vassalagem á soberania. O nosso caldeamento, mal encaminhado, falho e desordenado, reclama um novo impulso. Selecionar, cruzar, recruzar; e seguida – assimilar, absorver, nacionalizar”(FERRAZ, *op. cit.* p.9).

Sua receita para o desenvolvimento do Brasil seria: cruzar com “raças heterogêneas, mas não antagônicas”, para se ter rebentos vigorosos e dominadores. O caldeamento seria a seleção, o cruzamento e assimilação destes. O curso até o momento estaria arrastado, “falho, artificial, desordenado, simiesco e prejudicial” (FERRAZ, *op. cit.* p.68). Para acelerar este processo, deveria se recorrer ao largo cruzamento com várias nacionalidades, mesmo de outras raças, desde que não fossem antagônicas, “cuja fusão, dissolvendo progressivamente a feição típica de cada uma, mais facilmente amoldará os respectivos rebentos ao tipo nacional” (FERRAZ, *op. cit.* p.68).

Do ponto de vista étnico e social, “as contingências imprevistas e ponderáveis” (FERRAZ, *op. cit.* p.36) que sofreram os portugueses, “conspirou contra nosso futuro”, teria desviado a nacionalidade da “rota normal, que as origens históricas determinaram” (FERRAZ, *op. cit.* p.36-37). O brasileiro seria infeliz por sua constituição, mas “caminhamos irresistivelmente, fatalmente, para a arianização” (FERRAZ, *op. cit.* p.37). O retrocesso não teria sido só por motivo de mestiçagem somática, a questão, segundo ele, não seria de pigmento, “mas de seu aspecto moral e espiritual”, de “herança cultural” (FERRAZ, *op. cit.* p.34). Impondo a tarefa “formidanda de branquear e civilizar toda essa mestiçagem” (FERRAZ, *op. cit.* p.35). A mestiçagem teria sido agravada pela mescla com negros, para ele a escravidão foi absurda, sobretudo pelo que deixou para o Brasil de herança. Os primeiros colonizadores assim agindo “implantaram um sociedade velha num país novo” (FERRAZ, *op. cit.* p.38), e reclamava que a descoberta não significou, aqui, organização.

O autor só conhecia o interior do Brasil pelos relatos lidos dos “comoventes e fidedignos documentos oficiais de Carlos Chagas, Oswaldo Cruz, Neiva, Gaspar Vianna, Belizário Penna, Lutz e (...) Miguel Pereira” (FERRAZ, *op. cit.* p.23), onde “se desdobram cenas empolgantes de miséria fisiológica, em doloroso contraste com a natureza prodiga e radiante. (...) para a gente ver, em centenas de fisionomias, a expressão iniludível de

organismos esfacelados. Nos elementos genuinamente nacionais, o físico foi seriamente atingido” (FERRAZ, *op. cit.* p.23). Por esta “depressão moral” e “apatia assustadora”, conclui pela “degenerescência de sangue e de nervos” (FERRAZ, *op. cit.* p.24).

Em texto repleto de metáforas biológicas, cruzar para o autor é lei e fatalidade biológica que rege a “família humana”. O Brasil, em sua visão, um “país novo” com povo, mencionando Finot, “jovem, com elementos formadores normais reduzidíssimos, falhos e instáveis, por mais vigoroso que pareça, sob certos aspectos, não pode nem deve ficar entregue a si próprio, prescindindo de novos elementos complementares e revigorantes” (FERRAZ, *op. cit.* p.18). Cruzamento, também seria um “imperativo do espírito liberal contemporâneo”. O “tipo brasileiro”, ou “raça brasileira”, deveria se modificar para melhor sem “perder o espírito pátrio, o apego instintivo as tradições nacionais”, referindo-se a Euclides da Cunha, diz que: “cruzamos para revigorar, para perpetuar a nacionalidade. A transfusão do sangue retemperará o físico da raça, em benefício do nome, da alma, da soberania que, praza aos céus, há de ser sempre brasileira” (FERRAZ, *op. cit.* p.19).

Em sua concepção de hereditariedade, o sangue transmite os caracteres físico-orgânico, psicológico-mental e temperamental. O sangue do brasileiro seria sangue europeu. Sangue também é utilizado como metáfora de esforço, de raça, de características, que conteria a essência física, psicológica e moral do ser.

Segundo o autor, o mendelismo (ou leis de hereditariedade) deveria ser visto como probabilidade e não como “fatalidade rigorosa de suas fórmulas matemáticas”. Esta sua visão é inspira em Oliveira Vianna (“Raça e assimilação”), Herbert Spencer Jennings (em seus estudos sobre evolução e hereditariedade) e Joseph Grasset (“La biologie humaine”). Baseado nesta concepção, restringir e selecionar seriam critérios estatísticos e não puramente biológico. Em sua leitura, os argumentos de Jennings

“são argumentos de biologista e, do ponto de vista da biologia, são irrespondíveis. Realmente, para cada indivíduo isolado é impossível prever todas as possibilidades hereditárias. Ninguém pode afirmar, acrescenta o eminente publicista [Oliveira Vianna], que as gerações oriundas de um indivíduo eugênico sejam sempre compostas de indivíduos eugênicos; que de criminosos ou imbecis só resultem imbecis ou criminosos” (FERRAZ, *op. cit.* p.135).

Um homem “superior” poderia provir de um “homem inferior”, não seria possível nunca em nossa espécie a previsão para cada caso individual. Mas tem que se ter claro que, para ele, de cada mil “superiores” a chance (possibilidade ou eventualidades hereditárias) de vir um “inferior” é bem menor, do que de mil “inferiores”: “não é o estrito rigorismo das

fórmulas mendelianas que os inspira, mas o cálculo das probabilidades” (FERRAZ, *op. cit.* p.136).

Para o Brasil, seria necessário o Sanitarismo, a profilaxia, educação, alimentação, educação física e moral, mas seus resultados seriam “parciais e morosos”. Dever-se-ia fundir o “sangue humano de boa procedência” que não fosse de “origem antagônica”. Para o autor, eugenia seria seleção interna puramente, confiando só nas próprias forças, o que traria resultado “moroso e problemático” por isso ele critica:

“a eugenia ‘literária’, patrioteira e inócua, que por aí se declama, com mais proveito para os seus oradores do que mesmo para o povo brasileiro. Onde está a nossa própria origem, de brasileiros, senão na imigração? Todos nós fomos imigrantes, uns chegaram mais cedo e outros mais tarde... Todo povo ou raça que se isola está condenado á estagnação” (FERRAZ, *op. cit.* p.20).

Com exceção de uma “reduzida elite racial que se educa, que se trata, que se alimenta bem, que joga pólo e foot-ball” e dos nossos primeiros mestiços, que sua “energia e boa fibra” fizeram um “glorioso passado”, o cabloco e o mameluco das bandeiras (“desempenado e audaz”), que não teriam recebido novos e revigorantes caldeamentos, foram “degenerando”, para mestiços “inferiores enfraquecidos e abúlicos” (FERRAZ, *op. cit.* p.22).

“Imaginem-se centenas de gerações taradas, vivendo ao léu do seu destino patológico, sem jamais cogitarem de uma reação ou receberem uma simples profilaxia defensiva para seus rebentos. O resultado foi que uma tal apatia tornou o mal, em muitos casos, crônico, consolidando-se, em muitas gerações, sem mesclas reformadoras, uma série sombria de estigmas degenerativos” (FERRAZ, *op. cit.* p.24).

O elemento nacional, que seria geralmente pobre e de “físico estropiado”, com “capacidade produtiva insignificante”, apático, já bastante cruzado, sofreria de um mal que “não provém da falta de ABC”, mas de uma “profunda depressão psico-física” (FERRAZ, *op. cit.* p.25-26). Este ser seria o responsável pelas “anomalias estranhas da nossa vida social e política”, mas também pela “própria situação precária da população nacional” (FERRAZ, *op. cit.* p.25). Ele seria causa e ao mesmo tempo consequência!

O norte, referindo-se ao atual nordeste, estaria em decadência econômica, étnica, moral e climática. Citando Paulo de Moraes Barros (“que por lá andou”), disse que no nordeste seria mais “patente a sua degeneração”, tanto física quanto intelectual:

“O homem é geralmente pequeno e descarnado, com tendência a fixação do esqueleto defeituoso, sobretudo na ossatura torácica, cervical e craniana. A mulher, raramente atraente, envelheceu precocemente. Não é de se estranhar, pois, a conseqüente elevada porcentagem de homúnculos, cretinos, surdos-mudos, cegos e atrofiados, como produtos de tais fatores, visíveis por toda parte” (FERRAZ, *op. cit.* p.24-25),

sendo a causa, o cruzamento entre indivíduos de “raças extremes e a sub-mestiçagem” (FERRAZ, *op. cit.* p.25). Deve-se nesse caso fazer naquela população “depauperada injeção consentânea de sangue restaurador europeu” (FERRAZ, *op. cit.* p.24). O centro de seu argumento é que os índios e os portugueses fizeram mestiços e estes se misturaram com negros, e este seria o ponto vulnerável. Citando Bonain, afirma que “os mestiços de raças antagônicas, principalmente os cruzados com africanos, oferecem fraca resistência as moléstias” (FERRAZ, *op. cit.* p.27). Em relação ao Brasil, afirma que:

“(...) estamos em franco período de formação de ‘arianização’ (...) devemos, sem preconceitos, selecionar os melhores elementos étnicos latinos ou não, contanto que subsista e predomine o espírito, o sentimento nacional (...), se percam alguns defeitos característicos, verdadeiros entraves do progresso moral do país, em troca de algumas novas e melhores tendências” (FERRAZ, *op. cit.* p.81).

Neste processo, as correntes imigratórias desejáveis seriam a portuguesa, italiana, alemã, austríaca, polonesa, pelo grau de educação, espírito empreendedor e qualidades de caráter, mas que exigiriam conforto e higiene. O autor é contrário a introdução do “exótico”, ao “plágio”, a “cópia”, a “macaquear as extravagâncias nocivas e destruidoras”. “Queremos ‘imigração’, queremos ‘amalgama’, cruzamento’, mas não influência estrangeira de nenhuma espécie” (FERRAZ, *op. cit.* p.101), daí o problema para ele do caso japonês. São Paulo estaria vivendo uma “invasão japonesa”, “nossos homens não se preocupam com a sorte e o destino étnico da nossa gente” (FERRAZ, *op. cit.* p.138).

“Com relação aos povos emigrados que menos se prestam a evolução normal da raça ariana, aponta-se o japonês, admirável nacionalidade, inteligente, intrépida e progressista. Eu não sou pela proibição radical desse elemento, mas pela restrição e suspensões periódicas (...). Além do que, se dentro da nossa própria raça européia, ariana, podemos encontrar fartos elementos homogêneos para a nossa evolução normal, por que havemos de, renegando, mais uma vez [adiar a evolução normal](...), superior sem dúvida, mas também exótica e antagônica, nas origens,

nos sentimentos, na religião e na mentalidade? Maior restrição, maior controle, interrupções periódicas (...)” (FERRAZ, *op. cit.* p.142).

Deveríamos buscar entre “iguais” da “nossa própria raça ariana”, a evolução normal. Os japoneses caminhariam em direção oposta, sob o ponto de vista econômico, social, político, físico e moral. Não poderiam ser “cidadão” por causa “do seu característico racial, da sua hereditariedade e da sua religião” (FERRAZ, *op. cit.* p.145). Haveria uma “diferenciação étnica congênita”, um antagonismo de sentimentos, mentalidade e religião: “E francamente, já não chega a trabalhadeira que nos impõe e nos imporá ainda por largo tempo a nossa vasta mestiçagem antagônica com os elementos índio e africano?” (FERRAZ, *op. cit.* p.145). “Ou bem se procura branquear, ‘arianizar’ o país com elementos homogêneos da nossa raça que na opinião (...) de toda gente sensata, deve ser a branca e não a amarela, a africana, a cafusa, ou então declare-se ser isto (...) casa da Mãe Joana!” (FERRAZ, *op. cit.* p.146).

Conclusão

O texto dele é montado em “espiral”. Há sempre retorno a argumentos já utilizados a fim de enfatizar seu discurso. Se sua inserção, citando os autores renomados, não era, por si só, garantia de sua consagração, afirmava, ao menos, sua visibilidade no cenário intelectual. Em seu texto, com dedicatórias e citações, ele selecionou tão somente aqueles que construiriam a imagem de uma autoridade científica em antropologia.

Para o estudo do “problema das raças”, a posse da palavra autorizada sobre o tema estaria na mão de um especialista, com discurso autorizado. Ele reivindicava esta autoridade a partir de dois aspectos: de um lado, da erudição científica que demonstrava através das inúmeras citações contemporâneas que permeavam seu texto; e, de outro, do interesse nacional que continuava a exigir explicações do Brasil que só a ciência das raças estava capacitada a oferecer.

Este cientificismo não escapou de imprecisões. Os significados dos termos por ele utilizados são ambíguos, de difícil conceitualização, pois dependem do contexto em que estão inseridos. Jacobinismo, por exemplo, apareceu com dois sentidos: aversão inconseqüente aos imigrantes ou aversão ao excesso que estes podem trazer. Onde começa um e termina outro dependerá do ‘juízo’ do observador. Nesta brecha entram a moral, tradição, preconceitos e ciência, para avaliar o ‘certo’ e o ‘errado’. Em sua visão, nosso meio geográfico também é ambíguo. Quando o autor necessita dele como elemento que poderia fazer surgir um grande

povo, ele serve; quando ao contrário, quer mostrar a situação negativa do presente elemento nacional, ele também serviria, como danificador.

O texto dele é um exemplo do cruzamento entre o discurso racista e a abordagem científica. Onde ele tenta evidenciar que por ser um discurso da ciência, seria neutro, sem preconceitos, isento de juízo de valor. É repleto de influências de uma leitura particular do darwinismo e do lamarckismo onde, por exemplo, a cultura também se transmitiria pelo biológico. Daí a presença das idéias de retrocesso, decrescimento e degeneração das raças.

Há uma crença em teorias raciais, como teorias capazes de explicar os problemas do Brasil. Buscando bases “verdadeiramente científicas”, conclusões de ordem geral. Os pressupostos do determinismo biológico e da inferioridade racial das raças não-branca eram tão poderosos, que lhe permitiam organizar quaisquer evidências sem que estas colocassem em questão seu ponto de vista inicial. Bastaria olhar o presente, onde a inferioridade do negro lhe parecia um dado indiscutível para, então, projetar esta suposta inferioridade no passado.

Há em seus escritos o pressuposto de que a diferença física se manifestaria também como diferença mental e a crença no método do cálculo das médias, que reconstruía a homogeneidade, desta feita como abstração matemática: altura média, morbidade média. Extrair os caracteres biométricos, depois os transformar em curvas a partir das quais definiria o “tipo”, seriam os mecanismos pelos quais se construíria um discurso de autoridade frente a seus oponentes, se dispondo a falar como especialista, ou em nome de um conjunto de especialistas para desautorizar outras teses. Estava, assim, inteiramente em dia com as conclusões mais recentes da investigação científica neste domínio. Este texto cristalizou, assim, uma face dos debates nos quais o autor estava envolvido e, juntamente com a atualização das referências bibliográficas, revelam o desejo do autor de se posicionar no interior do conjunto do que concebia serem as disciplinas relativas aos estudos raciais.

Bibliografia:

- AMARAL, Amadeu; LOBATO, Monteiro; PEIXOTO, Afrânio; TAUNAY, Affonso de; FERRAZ, Mário de Sampaio. “Súmula biográfica: um vigoroso paulista na história do Brasil: Sampaio Ferraz”. **in**: FERRAZ, Sampaio. “Do delito, Código Penal e organização policial na Inglaterra”. Revista do Arquivo Municipal (separata), nº CXXVI, São Paulo, 1919.
- BRASIL, Constituição (1934) Constituição dos Estados Unidos do Brasil - 16 de julho de 1934. Brasília, DF: Fundação Projeto Rondon - Minter, 1986.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. SP: Ed. Unesp, 2005.

- CASCARDO, Francisco Pereira. “A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens”. in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições*. (vol.1) RJ: Civ. Brasileira, 2007. pp. 453-491.
- DINIZ, Eli. “O Estado Novo: estrutura de poder relações de classes”. in: GOMES, A. M.C. [et al.]. *O Brasil republicano, tomo III: sociedade e política (1930-1964)*. RJ: Bertrand, 1997. pp. 77-120.
- FAUSTO, Boris. “A crise dos anos vinte e a revolução de 1930”. in: PINHEIRO, P. S. [et al.]. *O Brasil republicano, tomo III: sociedade e instituições (1889-1930)*. RJ: Bertrand Brasil, 1997. p.401-426.
- FOUCAULT, Michel. “Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo epistemológico”. in: FOUCAULT, Michel [et all]. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: E. Vozes, 1971. p. 9-55.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. RJ: Forense Universitária, 1995. p.7-8.
- FERRAZ, Mario de Sampaio. “*Cruzar e nacionalizar*”. SP: Edições e Publicações Brasil, 1938.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)” in: GOMES, Ângela Maria de Castro. [et al.]. *O Brasil republicano, tomo III: sociedade e política (1930-1964)*. RJ: Bertrand Brasil, 1997. pp. 7-76.
- HOBBSBAWM, Eric J. “Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 - 1991”. SP: Cia das Letras, 1996.
- SILVA, Jardim. “Memórias de um propagandista”. Lisboa: Typ. Da Cia. Nacional, 1891.
- LAMOUNIER, Bolivar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. in: PINHEIRO, Paulo Sérgio. [et al.]. *O Brasil republicano, tomo III: sociedade e instituições (1889-1930)*. RJ: Bertrand Brasil, 1997. p. 343-374.
- LOVE, Joseph. “Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937”. in: CARDOSO, Fernando Henrique [et al.]. *O Brasil republicano, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. RJ: Bertrand Brasil, 1997. p.53-76.
- MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. RJ: CCBB e Ed. FIOCRUZ, 1996.
- MOTA, C. G. e CAPELATO, M. H. *História da Folha de SP (1921-1981)*. São Paulo: IMPRES, 1981.
- NOGUEIRA, Andréa de Araújo. “As Folhas de Nabantino Ramos (1945-1962)”. Tese (Doutorado), São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, USP, 2000.

NOGUEIRA, A. A. *Um Juca na cidade*: representatividade do personagem de Belmonte, na imprensa paulistana (*Folha da Manhã*, 1925-1927). Dissertação (Mestrado), São Paulo, I.A., UNESP, 1999.

PIAUI, Francelino S. “Campinas bibliográfica (12)”. *Correio Popular*. Campinas, 11 mar., 1973. (Retirado de: Biblioteca Centro de Memória – UNICAMP, CMUHE 034062)

RAMOS, Jair de Souza. “Ciência e racismo: uma leitura crítica de raça e assimilação em Oliveira Viana”. in: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.10 (2): 573-601, maio-ago., 2003.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na A. Latina*. RJ: Ed. Fiocruz, 2005.

TASCHNER, G. *Folhas ao vento*: análise de um conglomerado jornalístico. RJ: Paz e Terra, 1992.

Imigrantes alemães e o chimarrão como problema higiênico

Frederik Schulze¹

Die Akkulturation² der deutschen Einwanderer in Brasilien war ein langer und stellenweise konfliktreicher Prozess. Im vorliegenden Aufsatz sollen einige Betrachtungen zur Adaption eines typischen südbrasilianischen Brauchs durch die Einwanderer angestellt werden, nämlich zur Adaption des *chimarrão*. Ich will versuchen, das ambivalente Verhältnis der Einwanderer zu diesem Brauch zu zeigen. Dieses schwankte zwischen der Übernahme des Brauches mit der Anerkennung der gesundheitlichen Vorzüge des Mate-Tees und hygienischen und gesundheitlichen Bedenken aufgrund der gemeinsamen Nutzung der *bomba*. Als Quellen ziehe ich verschiedene Artikel aus der riograndenser Presselandschaft um 1900 heran, darunter Artikel aus der „Deutschen Zeitung“, dem „Deutschen Volksblatt“, der „Deutschen Post“, dem „Riograndenser Sonntagsblatt“, dem „Koseritz’ Deutschen Volkskalender“ und dem „Serra-Post-Kalender“. Dabei kann ich jedoch keinen Anspruch auf Vollständigkeit oder systematische Auswertung von Texten zum Thema Mate stellen – doch scheinen es mir die gefundenen Texte wert zu sein, einen durchaus interessanten Aspekt der Akkulturationsgeschichte zu beleuchten.

Wenn man sich mit der Akkulturation der deutschen Einwanderer in Brasilien beschäftigt, wird man schnell auf Diskurse stoßen, die sich für den Erhalt des Deutschtums einsetzen. Schon in der Mitte und verstärkt in der zweiten Hälfte des 19. Jahrhunderts vertraten Teile der deutschsprachigen Presse in Brasilien und die aus dem Deutschen Reich stammenden Konsuln und Pfarrer die Auffassung, dass das Deutschtum unter den Einwanderern erhalten werden müsse, damit das Deutsche Reich wirtschaftlich und auch politisch an Einfluss in der Welt gewinne. Unter Deutschtum subsumierte man sprachliche, kulturelle, sittliche, religiöse und in der Extreme auch rassische Gemeinsamkeiten, die die sogenannten Auslandsdeutschen verbinden würden. Dabei wurden regionale Unterschiede zwischen den Ausgewanderten ignoriert und durch ein homogenisiertes Konzept ersetzt. Wichtig für diese Vorstellung, welche für die Diskurse der damaligen Zeit fundamental war, waren Selbstbilder und Gegenbilder.³

Das deutsche Selbstbild rekurrierte auf die sogenannten deutschen Stammestugenden: Arbeitsamkeit, Aufrichtigkeit, Sittlichkeit, Sparsamkeit, Religiosität, Treue, Ordnung und Sauberkeit. Für die vorliegende Studie sind vor allem diese letzten beiden Tugenden von Relevanz, da sie einen wesentlichen Bestandteil des deutschen Selbstverständnisses ausmachten. Das diskursive Gegenbild dazu stellte der Brasilianer dar, der u.a. mit Attributen wie Faulheit, Falschheit, Unsittlichkeit, Degenerierung, religiöser Indifferentismus und

Mangel an Sauberkeit belegt wurde. Die diskursiv konstruierte Antonymie zwischen Brasilianern und Deutschen findet sich oft in der zeitgenössischen Presse, bsp. in der Zeitschrift „Der deutsche Ansiedler“, die durch die „Evangelische Gesellschaft für die protestantischen Deutschen in Brasilien“ veröffentlicht wurde: *“Am Äußern der Häuser erkennt man auf den ersten Blick, ob sie von Brasilianern oder Deutschen bewohnt werden. Während die ersteren in der Regel schmutzig und zerfallen aussehen, zeichnen sich die letzteren durch Schmuckheit und Sauberkeit aus.”*⁴ Die Vorstellung von Ordnung und Sauberkeit war also diskursiv für die Abgrenzung zum brasilianischen Umfeld wichtig und verdeutlicht die deutsche Sichtweise.

Wenn Einwanderer sich in ihrer neuen Heimat akkulturieren, finden Prozesse der Aneignung und Übernahme von Kultur, Sprache und Gebräuchen statt. Der *chimarrão* oder Mate-Tee spielt im La-Plata-Raum und Südbrasilien eine wichtige Rolle als Nahrungsmittel und hat eine wesentliche soziale Funktion. *Chimarrão* wird aus dem Mate-Strauch oder *Ilex paraguariensis*, einer in Südbrasilien heimischen Pflanze gewonnen, die von Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) beschrieben und klassifiziert worden ist und deren Blätter und Stiele getrocknet und zu einem Pulver verarbeitet werden. Der Mate-Tee wird in einer *cuia* zubereitet, einem meist aus Kürbissenden hergestellten Trinkgefäß, in das das Pulver gegeben wird, welches mit erhitztem, aber nicht siedendem Wasser aufgegossen wird. Das Getränk wird über eine *bomba* getrunken, über einen Strohhalm aus Metall, der am unteren Ende einen Filter besitzt, um das Pulver nicht in den Mund des Trinkenden gelangen zu lassen. Mate-Tee wird in der Regel zur Geselligkeit getrunken, zur Gastfreundschaft gereicht und inkorporiert den Geladenen in die Runde und damit die Gesellschaft, oder, wie 1858 der deutsche Reisende Robert Avé-Lallemant schrieb: *“É o mate a saudação da chegada, o símbolo da hospitalidade, o sinal da reconciliação. Tudo o que em nossa civilização se compreende como amor, amizade, estima e sacrifício.”*⁵ Ähnlich äußerte sich 1907 der aus Deutschland stammende, in Rio Grande do Sul sich niedergelassen habende Jesuit Carlos Teschauer (1851-1930): *“Elle deve cumprimentar a visita e quasi entretel-a, dar um ar de cordialidade à conversa, excitar um hóspede phlegmatico, ser conselheiro nos monumentos mais críticos da vida.”*⁶ Der Tee wird immer wieder neu aufgegossen und vom Zubereiter, dem *cevador*, reihum herumgereicht. Jeder an einer Materunde Teilnehmende benutzt dieselbe *cuia* und dieselbe *bomba*.

Die Geschichte des Mate-Tees⁷ lässt sich bis in die vorkoloniale Zeit Südamerikas zurückverfolgen, das Wort „mati“ stammt aus dem Quechua. Der spanische Konquistador Pedro de Mendonza berichtete bereits im 16. Jahrhundert über ein belebendes Getränk bei den Indigenen am La Plata. Im 17. und 18. Jahrhundert wurde Mate in den Jesuitenmissionen im

heutigen Paraguay, der argentinischen Provinz Misiones und in Rio Grande do Sul kultiviert. „No princípio”, so die Historikerin Maria Emília Barcellos da Silva, „só os índios e a classe menos favorecida da sociedade branca consumiam a erva.”⁸ Im 19. Jahrhundert war der Mate dann endgültig mit dem Gaúcho verbunden; während der Farroupilha-Revolution 1835-1845 wurde Mate das Symbol für Rio Grande do Sul.⁹

Wie stark der Mate mit dem Gaúcho, also mit der typischen Figur des Viehzüchters im Landesinneren von Rio Grande do Sul verbunden ist, zeigen Äußerungen aus Forschungsarbeiten über den Mate: Luiz Carlos Barbosa Lessa, der die erste *História do chimarrão* in den 1950er Jahren schrieb, stellte fest: “para o resto da existência, o gaúcho terá por complemento inseparável a erva-mate”¹⁰ Temístocles Linhares schrieb in seiner *História econômica do mate* von 1969 über den *chimarrão*: “Ele está ligado a todas as horas do gaúcho.”¹¹ Und die bereits erwähnte Maria Emília Barcellos da Silva schreibt: “gaúcho ‘de boa raça’ toma mate; gaúcho ‘só por fora’ dispensa-o”¹². Diese starke Identifizierung des Gaúcho mit dem *chimarrão* schlägt sich auch im Selbstbild des Gaúcho nieder, das umschrieben werden kann mit “corajoso, hospitaleiro, honesto, sacrifica-se pelos amigos, luta contra o mal e não teme a morte”.¹³ Diese Eigenschaften drücken sich wiederum in der einladenden Materunde aus. Für die Einwanderer stellte daher die Tradition des Mate-Teetrinkens eine Möglichkeit dar, sich schnell an lokale Gebräuche anzupassen und somit nicht nur selber im übertragenen Sinne die Gastfreundschaft der Gaúchos in Anspruch zu nehmen, sondern auch ihr eigenes Selbstbild mit Aspekten aus dem Selbstbild des Gaúchos anzureichern. Es handelt sich also um ein doppeltes Akkulturationsphänomen. Dass dieser Akkulturationsvorgang jedoch nicht ganz reibungslos verlief, versuche ich im Folgenden aufzuzeigen.

Die Annäherung des deutschen Einwanderers an den Mate-Tee ist als ambivalent zu bezeichnen. Zum einen ist der Mate-Tee aufgrund seiner Inhaltsstoffe gut für die Gesundheit, zum anderen verbanden sich mit der Form des kollektiven Trinkens durch einen Halm hygienische Bedenken. Dem Mate-Tee werden allerlei positive Auswirkungen auf das körperliche und seelische Wohlbefinden zugeschrieben. Die letzte mir bekannte chemische Untersuchung nahm 1995 Alfredo Gul Ferreira vor, der als Inhaltsstoffe u.a. Koffein, Vitamin A, Vitamin C und Vitamin Komplex B nennt und meint, dass der Mate “aumenta a força muscular, estimula o sistema nervoso central e as funções do coração e da respiração, facilita a digestão”.¹⁴ Ähnlich äußerte sich der Historiker Barbosa Lessa:

“O mate desperta as funções da inteligência, diminui a sensação da fome e da fadiga e tonifica o coração, fazendo a tensão arterial baixar e entrar logo um ritmo normal;

diminui a produção de uréia, auxiliando a função renal; evita a dispepsia e tomado sem açúcar, facilita o trabalho intestinal; é salutar tônico contra o cansaço intelectual, hipocondria e neurastemia; e, graças à sua riqueza em vitaminas B1, B2 e C, e sais de cálcio, ferro, sódio e magnésio, é de grande utilidade em todos os casos de fraqueza orgânica.”¹⁵

Dieselben von der Forschung referierten Ergebnisse waren bereits um 1900 weithin im Einwanderermilieu bekannt. Der Jesuit Carlos Teschauer veröffentlichte 1907 eine chemische Analyse des Matetees, nannte seine fördernde Wirkung auf die Gesundheit und erwähnte vor allem seine hungerstillende und antialkoholische Wirkung.¹⁶ Die „Deutsche Post“ aus São Leopoldo veröffentlichte 1909 einen Bericht über die Ergebnisse des vor Ort ansässigen Militärarztes Ernst von Bassewitz, der dem Matetee ebenfalls eine allgemein kräftigende und entschlackende Wirkung sowie Linderung bei Verdauungsproblemen, Durchfall, Nieren- und Blasensteinen zuschrieb. Ferner sei Mate für Zuckerkrankte gut verträglich und helfe gegen Typhus.¹⁷ 1911 lobte die „Deutsche Zeitung“ seine „hygienischen [...] Eigenschaften“.¹⁸ 1931 bekräftigte der Arzt Franz Richter im „Deutschen Volksblatt“: „die gesundheitlichen Vorzüge dieses Genußmittels sind unübertrefflich“.¹⁹ Mate sei basisch und gleiche säurehaltige Nahrung aus, sein Magnesiumgehalt hebe die Leistung und Energie, Bitterstoffe regten die Verdauung an, Chlorophyll unterstütze das Herz, Vitamine seien der allgemeinen Gesundheit zuträglich, Koffein rege an. Dazu sei Mate-Tee besser verträglich als Kaffee. Alles in allem leiste der Mate „Gesundheitsdienst am Volke“.²⁰ Auch der Arzt Ulrich Kuhlmann, der im „Boten für die evangelische Frauenwelt in Brasilien“, eine Beilage des „Riograndenser Sonntagsblatts“, 1934 das Matetrinken mit dem schädlichen Alkoholkonsum verglich, konstatierte: „Wie harmlos ist dagegen das Matetrinken! Wenn Mate nicht zu heiß und in zu großen Mengen genommen wird, ist gesundheitlich nichts gegen ihn einzuwenden.“²¹

Anbetracht der positiven Schilderungen nimmt es nicht Wunder, dass die Einwanderer rasch zu Matetrinkern wurden, wie auch Teschauer bestätigt: „os immigrantes no sul do Brasil, na Republica Argentina e no Paraguay se tornam em pouco tempo decididos matistas.“²² Auch Franz Richter schrieb: „Aber auch die deutschbrasilianischen Kolonisten haben ihn schätzen und lieben gelernt.“²³ Nicht nur für die Gesundheit förderlich, sondern auch „como fator de aculturação, o chimarrão foi o hábito que o imigrante adotou antes mesmo de aprender a língua da nova pátria.“²⁴ Wie stark die Einwanderer die Tradition des Mate-Teetrinkens verinnerlichten, kann an einem Foto exemplifiziert werden, das den 1. Preis des Fotowettbewerbs des „Serra-Post-Kalenders“ von 1932 gewann (s. Abbildung 1). Es zeigt ein deutschstämmiges Siedlerkind, dass bereits Mate trinkt. An der Bildunterschrift „Der kleine Mate-Lutscher“ wird zudem deutlich, wie das Matetrinken auch die deutsche Sprache

der Siedler verändert und zu neuen Wortschöpfungen bzw. zur Aufnahme portugiesischer Wörter geführt hat. Neben dem desöfteren erscheinenden “Matelutscher”²⁵ findet sich auch die “Bombe”²⁶ (statt *bomba*) für den Strohalm.

Die enge Verbindung der Einwanderer mit dem Mate-Tee kommt besonders deutlich auf dem Gebiet der Matekultivierung zum Vorschein. Im Bundesstaat Paraná waren bereits in den 1890er Jahren Deutschstämmige an der Mateproduktion beteiligt, Firmennamen wie “Brockmann, Celestino & Cia.”²⁷, “Jordão Mäder & Cia.”²⁸ und “Emílio von Linsingen & Cia.”²⁹ belegen dies. José Humberto Boguszewski, der Abbildungen auf Mateverpackungen analysiert hat, zeigt an einigen Beispielen der 1894 in Rio Negro gegründeten Firma von Emílio von Linsingen, dass die Werbemotive absichtlich keinen Einwanderungsbezug haben, sondern völlig auf den brasilianischen Markt zugeschnitten sind.³⁰ Abbildung 2, die eine Mateszene zwischen zwei Gaúchos zeigt, verdeutlicht dies.

In Rio Grande do Sul schritt um 1890 die Kolonisierung der ehemaligen Missionen fort, so dass der Mateanbau auch ins Blickfeld der Siedler rückte. 1891 veröffentlichte die „Deutsche Zeitung“ aus Porto Alegre einen Abdruck eines Artikels aus Paraná und forderte damit zum Mateanbau auf. Ferdinand Iucksch, der Autor des ursprünglich für Paraná bestimmten Artikels, befand es „für eine patriotische Pflicht der deutschen Presse, unsern Landsleuten, die sich in diesem Staate ansässig gemacht, über die Gewinnung und Verwerthung der Herva Mate aufzuklären und zur Production anzuregen.“³¹ Iucksch regte an, dass sich jede Kolonistenfamilien „einige hundert Bäumchen“³² anpflanzen solle, um so zu Wohlstand zu kommen und die Fabriken produktiver zu machen. Iucksch rühmte im selben Artikel seine eigenen Leistungen bei der Mateherstellung – obwohl die Herstellung traditionell in brasilianischen Händen sei – und macht auf von ihm entwickelte Geräte zur Mateverarbeitung aufmerksam.

Ebenso rief Carl Voigt, wenngleich zwanzig Jahre später, im „Koseritz’ Deutschen Volkskalender für Brasilien“ für 1910 zum Mateanbau auf. Diese „wertvolle Nutzpflanze“ werde leider „noch fast gar nicht cultiviert“.³³ Voigt gab Hinweise zu Anbaumethoden und zur Verbesserung der Baumqualität. Ein ähnlicher Artikel, der Aufzucht- und Anbautipps vorstellte, wurde 1911 in der „Deutschen Zeitung“ veröffentlicht. Auch hier wurde der wirtschaftliche Aspekt des Interesses an der Pflanze hervorgehoben: „Warten wir nicht, bis die aus unserer Mitte hervorgegangene Kenntniss der Teebaum-Aufzucht in jenen Nachbarländern uns als Konkurrenz über den Kopf gewachsen ist, sondern suchen wir diese Kultur hier mit allen Mitteln zu fördern.“³⁴ Zwei Jahre später meldete schließlich die „Deutsche Zeitung“, dass die Mate-Produktion im „steten Aufschwunge“³⁵ begriffen sei, und regte zu weiterem Engagement an.

Deutsche Einwanderer übernahmen den Matekonsum und die Mateherstellung aus Gesundheits-, Akkulturations- und Wirtschaftsgründen. Der Begriff “Unser Mate”³⁶, der sich in den von mir untersuchten Artikeln findet, deutet auf eine Identifikation mit dem Getränk hin. Dementsprechend urteilte der Historiker Temístocles Linhares: “Os imigrantes, sim, ajudaram o mate a desenvolver-se e, em compensação, na maioria dos casos, o mate os ajudou a atingir mais depressa o ideal que os fizera atravessar o oceano [...]: o de encontrar uma nova pátria.”³⁷

Allerdings erfüllte sich eine Hoffnung nicht, nämlich den Mate auch in Europa populär zu machen und dadurch die Absatzzahlen noch weiter zu steigern. 1911 berichtete die “Deutsche Zeitung”, dass ein gewisser Bonifácio da Cunha in Europa Propaganda für den Mate-Tee betrieben hätte, allerdings hätten hohe Zölle seine Aktivitäten zunichte gemacht und würden dem Tee in Europa noch keinen Erfolg bescheiden. Hoffnungen auf die Schaffung eines Absatzmarktes für Mate in Europa bestünden aber.³⁸ Selbst 1931 orakelte Franz Richter im “Deutschen Volksblatt”, dass der Mate, “wenn er erst in seinen Vorzügen erkannt ist, den Produktionsländern einen Platz auf dem Weltmarkte sichern”³⁹ werde. Allerdings gab es neben den Zöllen, der Kunst des Zubereitens und der Gewöhnung an den bitteren Geschmack auch noch einen anderen Grund, der die Verbreitung des Mate in Europa erschwerte. 1891 schrieb wiederum die “Deutsche Zeitung” von “Europa, wo man die größten Vorurtheile gegen den Mate hegt”⁴⁰, und der Jesuit Teschauer kommentierte 1907 die Hoffnungen, den Mate in Europa verbreiten zu können, mit dem Hinweis, dass ein wichtiger Faktor vergessen werde zu bedenken: “Para tomar gosto ao mate e ainda mais para experimentar-lhe a indispensabilidade, precisa-se viver neste nosso clima subtropico; e para peder a repugnancia que inspira a muita gente – seria preciso proscrever-se o uso da bomba que passa de bocca em bocca em cada sessão de tomadores de mate.”⁴¹ Hier wird schon deutlicher, was mit den “Vorurtheilen” gemeint ist, nämlich hygienische Bedenken.

Nachdem Belege für die positive Rezeption des Matetees bei den Einwanderern vorgestellt werden konnten, soll es nun um eben jene hygienischen Vorbehalte gehen. Stimmen, die sich skeptisch zum Mate-Tee äußerten, stammten interessanterweise meist von höhergestellten Personen oder Ärzten. Bereits 1858 kam der deutsche Reisende Robert Avé-Lallemant mit dem Mate-Tee in Berührung und äußerte sich ambivalent. Die ungewohnte Trinkmethode kommentierte er in seinem Reisebericht in Hinblick auf die europäische Leserschaft und deren Erwartungshaltung wie folgt: “Não se creia todavia que cada um tivesse sua *bomba* e sua *cuia* próprias; nada disso! Assim perderia o mate tôda sua mística significação. Acontece com a cuia de mate como à tabaqueira. Esta anda de nariz em nariz e aquela de bôca em bôca.”⁴² Einerseits imponierte ihm durchaus der Brauch, andererseits

machte er sich in ironischer Weise über ihn lustig und beschrieb ihn als “uma piedosa obra cristã, um comunismo moral, uma fraternização verdadeiramente nobre, espiritualizada! Todos os homens se tornam irmãos, tomam mate em comum!”⁴³ Der Mate sei “a centelha divina de Prometeu” und habe “seus divinos mistérios”.⁴⁴ Sein Geschmack sei “amargo e aromático, é *sui generis*!”⁴⁵ Avé-Lallemant sah in dem Getränk eher einen ulkigen Brauch und wußte nicht um dessen gesundheitsfördernde Wirkung: “nada de importante posso dizer sobre os seus efeitos benéficos”.⁴⁶ Auch wenn die Skepsis bei Avé-Lallemant zu überwiegen scheint, interpretiert doch der Historiker Temístocles Linhares zu einseitig, wenn er meint, das Mate-Teetrinken sei für Avé-Lallemant eine “indignidade”⁴⁷ gewesen.

Dieses Befremden verstärkte sich um 1900 in hygienische Bedenken, die deutschstämmige Ärzte äußerten. Der bereits erwähnte Arzt Ernst von Bassewitz aus São Leopoldo erwähnte 1909 neben den gesundheitsfördernden Eigenschaften des Mate auch eine Reihe von Gefahren und Gesundheitsrisiken, die vom Matetee ausgehen würden.⁴⁸ Bei verschimmeltem, verdorbenem oder gefälschtem Mate-Tee drohten schwere gesundheitliche Beeinträchtigungen. Bei Übergenuss würden Vergiftungen mit den folgenden Symptomen auftreten: “Herabsetzung des Geruchs- und Geschmackssinnes, Trockenheit in Mund und Schlund, Appetitmangel, Sodbrennen, Durstgefühl, Magenschmerzen, Erbrechen, starke Kopfschmerzen, nervöse Depression”⁴⁹, ferner Magenprobleme. Bei der Entwöhnung trete Schlaffheit auf. Außerdem dürfe der Tee nicht zu heiß getrunken werden, da sich ansonsten das Magenkrebsrisiko erhöhe und die Mundschleimhaut Schaden nehme. Auch der Arzt Ulrich Kuhlmann machte 1934 in einer Beilage des “Rio-grandenser Sonntagsblatts” indirekt auf die Problematik zu heißen Tees aufmerksam: “Wenn Mate nicht zu heiß und in zu großen Mengen genommen wird, ist gesundheitlich nichts gegen ihn einzuwenden.”⁵⁰ Kritik am heißen Tee hatte bereits der Reisende Avé-Lallemant geäußert: “Mas como o legítimo bebedor de mate o toma quantíssimo, assim tem êle, certamente, conseqüências desvanatajosas. Quando sorvia mate, sempre se me desprendia a pele do céu da bôca e atravessando o Rio Grande sempre andei com o palato queimado. E penso que se podem atribuir ao uso do mate muitas gastralgias e formas crônicas de gastrite, embora não possa dizer com certeza que provenha do mate uma conseqüência desvantajosa visível.”⁵¹

Das Hauptargument gegen den Matetee ist jedoch die kollektive Benutzung der *bomba*. Bassewitz’ Auffassung fasst die “Deutsche Post” wie folgt zusammen:

“Bassewitz ist ein großer Feind der Bomba und Bombilha, mit der bekanntlich der Tee geschlürft wird; denn sie vermittelt Krankheiten. In die Röhre dringt Speichel des Matelutschers, und am Mundstück haftet ihr ohne alle Frage gleichfalls Speichel an, der beim Herumgeben der Cuia von einem Genossen zum anderen übertragen wird. Nun ist der

Speichel infolge des heißen Teewassers krankhaft verändert, – man braucht gar nicht so weit zu gehen: wie bereits gesagt, sind die Zähne des Mateiro meist schlecht und faul und kommen mit einer Zahnbürste, die die eingedrungenen und in Fäulnis übergehenden Speisereste entfernen könnte, wohl nie in Berührung, und nun lutscht der eine am Mundstück der Bomba die Krankheitskeime des andern ab. Es wurde der Einwand gemacht, daß das heiße Teewasser (70-80°) die Krankheitskeime abtötete, daß eine silberne Bomba Schutz gegen sie gewähre. Bassewitz antwortet auf diese Vorstellung: Der Mateiro trinkt seinen Tee, der niemals die Temperatur von 80° übersteigt. Und diese Hitze läßt den größten Teil der Krankheitskeime eine Zeitlang ungeschoren; diese Temperatur schädigt die Mundschleimhaut und macht sie für die Keime sogar eher empfänglich.

An unzähligen Beispielen kann von Bassewitz nachweisen, daß die Bomba Syphilis, Mundfäule und andere Entzündungen des Mundes übertragen hat. Auch kann der Mateiro durch den Gebrauch der Bomba sich tuberkulöse Geschwüre in der Mundhöhle ‘anlutschen’, doch ist diese Erkrankung immerhin selten.”⁵²

Ulrich Kuhlmann äußerte sich ähnlich: “Sehr unschön ist die Sitte, daß alle Teilnehmer an einer Materunde aus einer Bombe trinken. Geschieht das innerhalb einer und derselben Familie, mag es noch hingehen. In größerer und zusammengewürfelter Gesellschaft ist es ganz zu verwerfen. Mir sind mehrere Fälle bekannt, in denen Lues dadurch übertragen wurde.”⁵³ Die Praktik des kollektiven Matetrinkens stieß demnach besonders bei Ärzten auf Kritik. Inwieweit die Vorwürfe der Wahrheit entsprochen haben, lässt sich schwer nachvollziehen, doch verweisen die Bedenken wiederum auf das deutsche Selbstbild der Sauberkeit und Hygiene. Zumindest der Hinweis auf mangelnde Zahnhygiene kann auf gesundheitliche Missstände der damaligen Zeit hindeuten.

Stein des Anstoßes war also die *bomba* und deren gemeinschaftliche Nutzung. War die *bomba* der Guaranis noch “feita de taquarinha de bambu”⁵⁴ und wurde “tacuapi”⁵⁵ genannt, werden heute die *bombas* aus Metall und oft Silber hergestellt. Dass nicht nur Ärzte vor der gemeinschaftlichen Benutzung ein und derselben *bomba* warnten, sondern dass die hygienischen Vorbehalte offenbar tiefer verwurzelt waren, zeigt eine Erfindung deutscher Einwanderer, welche für das Problem eine Lösung gefunden hatte: In den 1930er Jahren wurde eine *bomba* mit abnehmbarer Spitze vertrieben. Beim Herumreichen der *cuia* konnte jeder Matetrinker sein eigenes Mundstück benutzen und somit den Kontakt mit der Spucke der Mittrinker vermeiden. Werbung für diese *bomba* erschien in den 1930er Jahren in verschiedenen Blättern, darunter dem “St. Paulus-Blatt” (s. Abbildung 3). Da diese Form des Matetrinkens jedoch umständlich ist und wenig der Sache entspricht, hat sich diese Konstruktion nicht durchzusetzen vermocht.

Der Brauch des Mate-Teetrinkens wurde von den deutschen Einwanderern übernommen, er war somit ein Akkulturationsfaktor. Dass die Einwanderer rasch den Mate-Tee für sich entdeckten, lag sicherlich vorrangig an der besonderen Trinktradition und den damit verbundenen Charaktereigenschaften des Gaúcho, die die Einwanderer übernahmen. Früh waren aber auch die gesundheitlichen Vorzüge des Mate bekannt und wurden in der Presse gelobt. Ebenso waren wirtschaftliche Gründe und das Partizipieren am Mategeschäft, welches in der Presse angeregt wurde, ausschlaggebend, um den Mate-Tee unter den Einwanderern zu etablieren. Die Akkulturation an den Mate-Tee wurde allerdings durch hygienische Bedenken gestört, die sich aus deutschen Sauberkeits- und Hygienevorstellungen herleiten lassen, welche konsitutierend für das zeitgenössische deutsche Selbstverständnis waren. Ordnung und Sauberkeit waren Teile des deutschen Tugendkatalogs, so dass das kollektive Matetrinken aus ein und derselben *bomba* für Reisende unangenehm wirkte, wie das Beispiel von Robert Avé-Lallemant zeigt. Ärzte hatten sogar noch weiterreichende Bedenken und warnten vor Krankheitsübertragungen durch die *bomba*. Diese Bedenken gipfelten in einer *bomba*-Adaption mit austauschbarem Mundstück, welche von deutscher Seite erfunden wurde, um den Matekonsum "hygienisch einwandfrei"⁵⁶ zu machen. Solche Akkulturationswiderstände bzw. hybride Erscheinungen wie die umgebaute *bomba* tauchten jedoch nur vorübergehend auf und gehören der Vergangenheit an. Auch heutzutage ist der Matetee, wie ihn Franz Richter 1931 nannte, das "Nationalgetränk der Gauchos"⁵⁷, zu denen nun auch die Nachfahren der deutschen Einwanderer gehören.

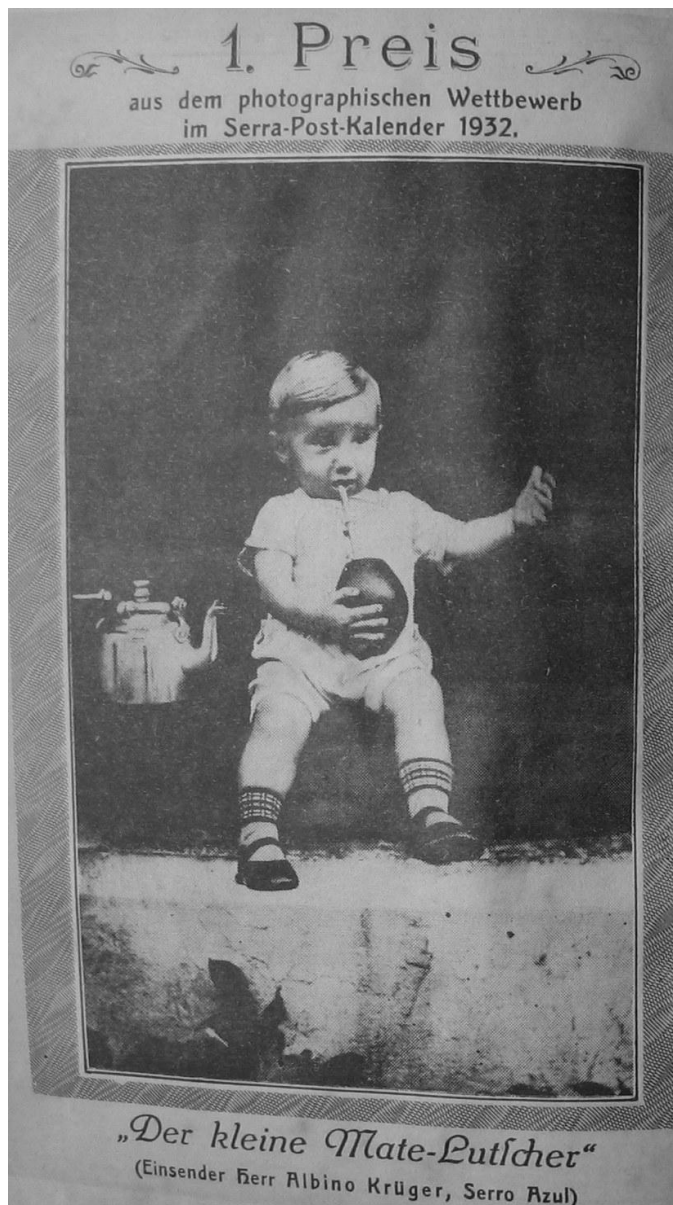


Abbildung 1: 1. Preis aus dem photographischen Wettbewerb im Serra-Post-Kalender 1932: „Der kleine Mate-Lutscher“, eingereicht von Albino Krüger, Serro Azul. Aus: *Kalender der Serra-Post* 1933, Umschlaginnenseite.



Abbildung 2: Werbung für Matetee der Firma Emílio von Linsingen, Rio Negro, Paraná. Das Motiv zeigt zwei Gaúchos beim Matetrinken. Aus: José Humberto Boguszewski: *Uma história cultural da erva-mate. O alimento e suas representações*, Curitiba: UFPR 2007, S. 103.



Abbildung 3: Werbung für Bomba Patente: “Endlich! – Chimarrão hygienisch einwandfrei genießbar!”. Aus: *St. Paulus-Blatt. Organ des Volksvereins für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul*, 28, 9, Porto Alegre (September 1939), S. 8.

¹ Wissenschaftlicher Mitarbeiter für lateinamerikanische Geschichte an der Freien Universität Berlin. Email: frederik.schulze@gmx.de.

² Zur Begriffsklärung und aktueller Forschungsansätze zur Akkulturation deutscher Einwanderer in Brasilien siehe: Roland SPLIESGART: »Verbrasilianerung« und Akkulturation. *Deutsche Protestanten im brasilianischen Kaiserreich am Beispiel der Gemeinden in Rio de Janeiro und Minas Gerais (1822-1889)*. Wiesbaden: Harrassowitz 2006.

³ Vide Dietrich BUSSE: Das Eigene und das Fremde. Annotationen zu Funktion und Wirkung einer diskurssemantischen Grundfigur. In: Matthias JUNG et al.: *Die Sprache des Migrationsdiskurses. Das Reden über "Ausländer" in Medien, Politik und Alltag*. Opladen: Westdeutscher Verlag, p. 19-23.

⁴ "Am Äußern der Häuser erkennt man auf den ersten Blick, ob sie von Brasilianern oder Deutschen bewohnt werden. Während die ersteren in der Regel schmutzig und zerfallen aussehen, zeichnen sich die letzteren durch Schmuckheit und Sauberkeit aus." In: *Der deutsche Ansiedler* 24, 4, Barmen (1886). p. 26.

⁵ Robert AVÉ-LALLEMANT: *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858. Parte 2*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro 1953, p. 251.

⁶ P. Carlos TESCHAUER: A Herva-Mate na história e na actualidade, in: *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul* (1907), p. 241.

⁷ Vide TESCHAUER 1907, op. cit.; Luiz Carlos Barbosa LESSA: *História do chimarrão*, Porto Alegre: Livraria Sulina 1953; Temístocles LINHARES: *História econômica do mate*, Rio de Janeiro: José Olympio 1969.

⁸ Maria Emília BARCELLOS DA SILVA: *O chimarrão. Uma vivência gaúcha*, Rio de Janeiro: UFRJ 1989, S. 68.

⁹ LESSA, op. cit., p. 37.

¹⁰ LESSA, op. cit., p. 70.

¹¹ LINHARES, op. cit., p. 421.

¹² BARCELLOS DA SILVA, op. cit., p. 110.

¹³ Vide José Humberto BOGUSZEWSKI: *Uma história cultural da erva-mate. O alimento e suas representações*, Curitiba: UFPR 2007, S. 60.

¹⁴ Alfredo Gul FERREIRA: Erva-mate & chimarrão. Seleção genética aprimora tradição secular, in: *Ciência hoje* 19, 111 (1995), S. 47-50.

¹⁵ LESSA, op. cit., p. 34.

¹⁶ TESCHAUER 1907, op. cit., p. 296-297.

¹⁷ Unser Mate, in: *Deutsche Post* 3467, São Leopoldo (16.8.1909), p. 1.

¹⁸ Unser Mate in Europa, in: *Deutsche Zeitung* 51, 175, Porto Alegre (10.8.1911), S. 1.

¹⁹ Franz RICHTER: Herva-Mate und Volksgesundheit, in: *Deutsches Volksblatt* 61, 146, São Leopoldo (7.7.1931), S. 2.

²⁰ Ibidem.

²¹ Ulrich KUHLMANN: Hygiene auf der Kolonie. 3. Vortrag gehalten auf dem 3. Frauenhilfstag in Ijuhy, in: *Der Bote für die evangelische Frauenwelt in Brasilien* 5, 1, São Leopoldo (Januar 1934), p. 8.

²² P. Carlos TESCHAUER: A Herva-Mate na história e na actualidade, in: *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul* (1908), p. 305.

²³ RICHTER, op. cit., p. 2.

²⁴ BARCELLOS DA SILVA, op. cit., p. 110.

²⁵ Unser Mate, in: *Deutsche Post* 3467, São Leopoldo (16.8.1909), S. 1.

²⁶ KUHLMANN, op. cit., p. 8.

²⁷ BOGUSZEWSKI, op. cit., p. 89.

²⁸ BOGUSZEWSKI, op. cit., p. 33.

²⁹ BOGUSZEWSKI, op. cit., p. 32.

³⁰ BOGUSZEWSKI, op. cit., p. 109.

³¹ Technische Fortschritte in der Mate-Production, in: *Deutsche Zeitung* 31, 63, Porto Alegre (7.8.1891), S. 1.

³² Ibidem.

³³ Carl VOIGT: Beitrag zur Maté-Kultur, in: *Koseritz' Deutscher Volkskalender für Brasilien* (1900), S. 146.

³⁴ Herva-Mate-Kultur, in: *Deutsche Zeitung* 51, 222, Porto Alegre (7.10.1911), S. 1.

³⁵ Mate-Kultur, in: *Deutsche Zeitung* 53, 285, Porto Alegre (16.12.1913), S. 1.

³⁶ Unser Mate, in: *Deutsche Post* 3467, São Leopoldo (16.8.1909), S. 1; Unser Mate in Europa, in: *Deutsche Zeitung* 51, 175, Porto Alegre (10.8.1911), S. 1.

³⁷ LINHARES, op. cit., p. 244.

³⁸ Unser Mate in Europa, in: *Deutsche Zeitung* 51, 175, Porto Alegre (10.8.1911), S. 1.

³⁹ RICHTER, op. cit., p. 2.

⁴⁰ Technische Fortschritte in der Mate-Production, in: *Deutsche Zeitung* 31, 63, Porto Alegre (7.8.1891), S. 1.

⁴¹ TESCHAUER 1908, op. cit., p. 305.

-
- ⁴² Robert AVÉ-LALLEMANT: *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858. Parte 1*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro 1953, p. 191.
- ⁴³ Ibidem.
- ⁴⁴ AVÉ-LALLEMANT, op. cit., parte 1, p. 152.
- ⁴⁵ AVÉ-LALLEMANT, op. cit., parte 2, p. 252.
- ⁴⁶ Ibidem.
- ⁴⁷ LINHARES, op. cit., p. 135.
- ⁴⁸ Unser Mate, in: *Deutsche Post* 3467, São Leopoldo (16.8.1909), S. 1.
- ⁴⁹ Ibidem.
- ⁵⁰ Ulrich KUHLMANN: Hygiene auf der Kolonie. 3. Vortrag gehalten auf dem 3. Frauenhilfstag in Ijuhy, in: *Der Bote für die evangelische Frauenwelt in Brasilien* 5, 1, São Leopoldo (Januar 1934), p. 8.
- ⁵¹ AVÉ-LALLEMANT: op. cit., parte 2, p. 254.
- ⁵² Unser Mate, in: *Deutsche Post* 3467, São Leopoldo (16.8.1909), S. 1.
- ⁵³ KUHLMANN, op. cit., p. 8.
- ⁵⁴ BARCELLOS DA SILVA, op. cit., p. 101.
- ⁵⁵ Glênio FAGUNDES: *Cevando mate. No rumo de uma cultura própria*, Porto Alegre: Martins Livreiro ⁹1986, p. 76.
- ⁵⁶ Werbung für Bomba Patente, in: *St. Paulus-Blatt. Organ des Volksvereins für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul*, 28, 9, Porto Alegre (September 1939), S. 8.
- ⁵⁷ RICHTER, op. cit., p. 2.

**Martin N. Dreher
Isabel C. Arendt
Miquéias H. Mügge
Karen P. Spinassé
Marcos A. Witt
(Organizadores)**

170 anos de imigração alemã

XI Simpósio de História da Imigração e Colonização

São Leopoldo, 2009



© Instituto Histórico de São Leopoldo
Av. Dom João Becker, 491
93010-010 São Leopoldo/RS

Apresentação

O ano de 1994 foi marcante nos fatos culturais leopoldenses. Um vez porque foi o ano em que se festejaram os 170 anos da imigração alemã. Outra vez porque se realizou o XI Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul.

De um lado, estavam todos olhando para o longo caminho percorrido desde 1824, a 25 de julho, quando os primeiros imigrantes contratados pelo Governo Imperial chegaram no Rio dos Sinos, onde se localizaria, em consequência, a cidade de São Leopoldo. O que representou aquele ato do governo brasileiro em termos econômicos, culturais, sociais e religiosos, já foi lembrado tantas vezes. E nunca fica demais. E nunca será demais.

De outro lado, um grupo dedicado à pesquisa histórica no Instituto Histórico de São Leopoldo e outro grupo preocupado com a guarda de documentos, livros e objetos no Museu Histórico “Visconde de São Leopoldo”, realizavam o XI Simpósio já nominado, como meio de preconizarem nos textos toda epopéia que representou a história da imigração no Rio Grande do Sul.

Da parte da coordenação do Simpósio estes Anais representam meses de esforços ao lado da gratificante sensação de que a cultura herdada dos antepassados fez por merecê-lo. E que o Rio Grande se enriquece.

O conteúdo dos textos é da responsabilidade dos autores, e a ordem alfabética do sobrenome tem, apenas, o objetivo de facilitar a consulta.

Telmo Lauro Müller
Coordenador

Sumário

Comunicações

Conferência de abertura do Simpósio: Prof. Dr. Achim Schrader, Universidade de Münster, República Federal da Alemanha: <i>Imigração e integração. Reflexões sociológicas sobre os imigrantes alemães e seus descendentes</i>	5
FLORES, Hilda Agnes Hübner. <i>Duas pioneiras renanas</i>	15
KOCH, Eva Wysk. <i>Sociologia das relações interétnicas</i>	19
KOTHE, Flávio R. <i>A hermenêutica teuto-brasileira</i>	25
KOTHE, Mercedes Gassen. <i>Os alemães no Brasil: questão da adaptação e identidade</i> ...	45
MENEZES, Albene Miriam F. <i>O Brasil e Alemanha: A questão da complementaridade econômica nos anos trinta</i>	55
MOEHLECKE, Germano Oscar. <i>Aos vinte e cinco anos da imigração: os números falam pela história</i>	61
PIAZZA, Walter F. <i>As pré-condições do estabelecimento dos colonos alemães no Brasil-Meridional: povoamento açoriano</i>	65
PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. <i>A imigração e a questão do trabalho no Brasil</i>	71
RAMOS, Eloisa H. C. L. <i>Segredos e revelações de um arquivo</i>	81

Imigração e integração. Reflexões sociológicas sobre os imigrantes alemães e seus descendentes

Achim Schrader

*Mein liebes, liebes Mädchen, was hast denn Du gemacht?
Man sieht's an Deine Augen, daß Du geweinet hast.
Du brauchst nicht traurig sein, Du brauchst nicht traurig sein,
mein liebes, liebes Mädchen, Du bist mein.
Farinha de mandioca misturada com feijão,
as mocinhas brasileiras gostam do alemão.
Du brauchst nicht traurig sein, Du brauchst nicht traurig sein,
mein liebes, liebes Mädchen, Du bist mein.
(Banda musical num Kerb em Dois Irmãos, RS, abril de 1967)*

Num caso exemplar de participação por uma empresa comercial à cultura (*culture sponsoring*) foi publicada, no Rio Grande do Sul, uma reconstrução da contribuição dos imigrantes ao Sul do Brasil. Depois dos livros sobre os portugueses, judeus e italianos, em 1992, um tomo aos alemães. Nele se acham, além dos nove artigos sobre a história e os desempenhos culturais daqueles de ascendência alemã, duas contribuições amplamente ilustradas sobre a cultura na própria Alemanha com poucas, e sobre a história da Alemanha com nenhuma referência para como o Brasil.

É interessante notar que nos livros anteriores dificilmente se encontram referências a Portugal, a Israel ou à Itália da atualidade, respectivamente. É que os descendentes de alemães precisam das referências à Alemanha atual e do recém passado para elaborar a sua identidade brasileira? Veremos como um dos intérpretes mais destacados da cultura brasileira qualificou os alemães e os seus descendentes e qual é o seu conceito de “alemão”. Em seu livro “Nós e a Europa Germânica”¹ o escritor e sociólogo, Gilberto Freyre, em 1971, primeiro se identificou como descendente quase exclusivamente de homens e mulheres ibéricas que há muito tempo vivem no país, para depois falar dos indivíduos e grupos que ele considera louváveis:

- aqueles alemães que vieram a Pernambuco, por ordem da Companhia Índia do Leste, território brasileiro então ocupado pelos holandeses, o general Sigismund Schkoppe e o duque Moritz von Nassau; o último chama Freyre de “primeiro estadista brasileiro”;

- os viajantes e cientistas alemães que pesquisaram o Brasil: Staden, Martius, Brandt;

- o marceneiro alemão Spieler, que no século 19 introduziu nos móveis fabricados por ele os ornamentos autóctones brasileiros e que rejeitava importar madeiras européias;

- os descendentes de alemães no Estado de Santa Catarina que enriqueceram a música brasileira com elementos da música alemã;

- alguns escritores e jornalistas, descendentes de alemães que publicaram tanto na língua portuguesa como na alemã (Koseritz, Barroso, Moog e outros);

¹ FREYRE, Gilberto. **Nós e a Europa Germânica**. Rio de Janeiro: 1971

- cientistas de ascendência alemã como Carvalho que reformou a historiografia brasileira, e Wucherer que revolucionou a medicina brasileira, aproximando-se da ecologia tropical, como também Varnhagen, o autor de uma primeira “História Geral do Brasil”.

Em seguida, Freyre apresentou um extenso elogio a Thomas Mann, quem qualifica como filho de “uma mestiça brasileira”. É de notar que Gilberto Freyre mencionou somente uma personagem política, o Ministro das Relações Exteriores entre 1912 e 1917, Lauro Müller, e apenas dois administradores públicos, Varnhagen e Hornholtz, que colocaram, à disposição do governo de Dom Pedro II, os seus talentos científicos, e que foram notabilizados Como Visconde de Porto Seguro e Barão de Tefé, respectivamente.

Falando daqueles que acabamos de enumerar, Gilberto Freyre, nunca deixou de fazer uma referência a sua lealdade para com o Brasil e o seu uso soberano da língua portuguesa. O porta-voz, muito respeitado pela maioria dos brasileiros, reuniu, em seu retrato, os recém-chegados da Alemanha com os descendentes daqueles que imigraram em épocas anteriores. Assim seguiu o mesmo padrão daquele livro comemorativo da imigração alemã no sul do Brasil, do qual falamos inicialmente. Por outro lado Freyre, através de seus elogios, esclarece os critérios pelos quais avaliara as personagens e os grupos enumerados. Considerou de altíssima importância:

- a contribuição à cultura brasileira;
- a lealdade para com o Brasil;
- o domínio da língua nacional.

Em sua história, os descendentes de imigrantes alemães nem sempre corresponderam a essas expectativas dos brasileiros de ascendência ibérica. Outros aspectos da perspectiva brasileira foram subestimados:

1. A imigração alemã, do ponto de vista brasileiro, era apenas uma entre muitas outras e numericamente pequena.²

2. Todos os estados nacionais exigem a lealdade do indivíduo, de modo que, a partir de 1871, na Alemanha, se distinguia entre autóctones, imigrantes e emigrantes, e, mais tardar - a partir de 1937, no Brasil, se diferenciava entre alemães e descendentes de alemães e entre nacionais, naturalizados e estrangeiros.

3. Deve-se distinguir entre diversos tipos de imigração alemã ao Brasil, as quais conduziram a diversos tipos de aculturação. A integração bastante existosa na cultura e na sociedade das cidades brasileiras, e a colonização rural, até hoje freqüentemente isolada, são dois fenômenos sociais bastante distintos, que merecem uma diferenciação sociológica correspondente.

Imigração Rural

Os colonizadores convidados deveriam estabelecer, no Rio Grande do Sul, um sistema de propriedades rurais e de vias de comunicação para poder criar uma infra-estrutura, inclusive para o uso militar. Os convidados, em sua maioria não eram soldados nem agricultores. Vieram, antes de mais nada, de uma economia de subsistência e optaram pela emigração para evitar a militarização e a burocratização prussianas. Trouxeram consigo um sentido de liberdade um tanto ingênuo. Essa

² Entre 1819 e 1959, 30% dos imigrantes vieram da Itália e de Portugal, respectivamente, 13% da Espanha e somente 5% da Alemanha. Cf. DIÉGUES Júnior, Manuel. **Imigração, urbanização, industrialização; estudos sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil**. Rio de Janeiro 1964, p. 26 ss.

ingenuidade traduziu o lema da Revolução Francesa por “busca de terras livres”, ao contrário do conceito liberal dos ingleses que emigraram para a América do Norte, onde lutaram para uma sociedade baseada em direitos humanos. Lá as correntes colonizadoras para o *Far West* normalmente pararam quando as famílias dos imigrantes tinham encontrado uma base econômica, enquanto as migrações dos descendentes de imigrantes da Alemanha para o Brasil, durante 170 anos, estão sendo continuadas, hoje em sentido Sul-Norte, chegando já nas fronteiras do Brasil com a Venezuela.

À colonização alemã foi atribuída pelo eminente pesquisador francês Jean Roche uma “instabilidade paradoxal”³. Outros autores imputaram esse paradoxo à altíssima taxa de reprodução das primeiras gerações de colonizadores. Ora, ela não ficou fora do normal encontrado entre outros imigrantes em situações comparáveis. Também era e continua sendo comum entre as populações migrantes evitar-se, nas primeiras gerações, a miscigenação com os autóctones. Especial, no caso dos alemães, era a insistência em conservar a tradição de dividir as terras entre os filhos (*Realteilung*), sem que se mantivessem as restrições casamenteiras para aqueles que não dispuseram de uma base econômica suficiente para sustentar uma família. Eles mantiveram a preferência pelas unidades familiares da produção agrícola artesanal e a sua ideologia a respeito da qualidade das terras: que cansaram depois de poucas safras, ideologia essa que não tem fundamento racional.

Exatamente pela ausência da jurisdição brasileira nas remotas picadas e colônias, às vezes criticada⁴, os colonizadores poderiam ter desenvolvido novas normas legais próprias para manterem as parcelas em tamanho correspondente a uma produtividade suficiente. Resolveram não fazer. Os numerosos pastores, padres e professores, enviados da Alemanha, poderiam ter ensinado aos colonizadores o uso do adubo, assim que essa tecnologia agrícola surgira na Alemanha. Desistiram, como também deixaram de transferir outras tecnologias. Eram essas idiosincrasias que contribuíram para a “instabilidade” das colônias que ao geógrafo francês parecia “paradoxal”. Além disso, outros fatores também tiveram sua influência:

- o Governo Imperial convidara os alemães a colonizar terras gaúchas: tanto nas guerras de secessão e contra a Argentina, como na revolução dos Mucker os colonos sofreram bastante, fatos que já conheceram no país de origem e que lá já motivaram a migração;

- a infra-estrutura administrativa deixava muito a desejar. Faltavam cadastros de imóveis e uma justiça acessível e justa. Fala-se de um “etnocentrismo duro” por parte da sociedade brasileira: não se reconheceu a confissão luterana, mal entendia-se o que era uma “sociedade de tiro”, etc.⁵

- de passagem, já mencionamos os clérigos e professores escolares enviados pela Alemanha quase ininterruptamente entre a formação do Império em 1871 até os anos 60. Conforme a ideologia vigente na Alemanha a missão dos enviados era, mais formalmente ou mais informalmente a de manter o *Deutschtum*, a lealdade para com a Alemanha, e evitar a brasileirização” dos descendentes.

Várias tentativas de intermediação entre as culturas brasileira e alemã pelos representantes da imigração urbana frustraram a resistência tanto dos colonos como dos enviados. É típico o que Érico Veríssimo deixava o Dr. Winter escrever a Koseritz em seu romance “O Tempo e o Vento” sobre a “opinião que tenho dos meus compatriotas: individualmente são excelentes, pessoas

³ ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Espírito Santo**. São Paulo: 1968. Embora esse livro se refira a outra região brasileira, o conceito também se aplica ao Rio Grande do Sul.

⁴ BRUNN, Gerhard. **Deutschland und Brasilien**. Köln: 1971.

⁵ BRUNN, op. cit., p. 168

sensatas, mas quando reunidos em grupos acabam fazendo alguma asneira brutal”⁶. Até agora a tendência de fugir da civilização, a “instabilidade” podem ser observadas. Na busca de terras novas, depois de ter passado pelo Oeste do Paraná, por Mato Grosso e Rondônia, a corrente já tem atravessado a bacia do Amazonas chegando a Boa Vista, levando colônias despovoadas além do limite do excesso de reprodução. Houve provas que outros, aplicando o adubo químico mais simples, o nitrogênio, conseguiram safras enormes em terras deixadas pelos migrantes⁷.

Tanto a colonização alemã como a italiana trouxeram para o Brasil uma forma de organização sócio-econômica inédita, o *Dorf*, termo esse para o qual não existe tradução adequada para o português. Trata-se de um agrupamento de agricultores com propriedades de um tamanho em que uma família pode trabalhar sem necessitar de empregados. Há também artesãos, que satisfazem as necessidades cotidianas, tais como seleiros, marceneiros, carpinteiros, pedreiros, sapateiros etc., e de comerciantes que vendem os produtos não produzidos no local, tais como sal, condimentos, fazenda etc. Esta formação sócio-econômica, no contexto brasileiro, pode-se verificar em outro trecho de Érico Veríssimo: “Um dia um gaúcho, andarengo e pobre, passou a pé por São Leopoldo. Olhou a colônia que já tomava jeito de vila, viu homens trabalhando nas roças, ferreiros batendo bigorna, seleiros fazendo lombilhos, moleiros moendo trigo, padeiros fazendo pão, e como passasse por sua frente um filho de Willy, grandalhão, corado, feliz, bem montado num lindo alazão, o caboclo teve um súbito ímpeto de revolta e gritou ‘Alemão batata!’”⁸

É de notar que a palavra “vila”, usada por Veríssimo, na semântica brasileira tem outro sentido e está sendo aplicado a formações distintas daquela que acabamos de descrever. O conhecido sociólogo norte-americano e conceituado *brazilianist*, Donald Pierson, querendo contar “a vida numa vila brasileira” acabou escolhendo um local, considerado típico no Brasil, que exatamente não mostrou aqueles traços do *Dorf* ou do *villaggio* no sul do Brasil, na Alemanha ou no norte da Itália, respectivamente. A vila “Cruz das Almas” de Donald Pierson vive na dependência total de uma “fazenda *which lies at the edge of the village*”⁹, fato esse que o autor ignora em sua importância sócio-econômica. O padrão social do *Dorf* e do *villaggio* não foi aceito pelos autóctones, fazendo com que ele nunca saísse do pitoresco, exótico e - conforme a conjuntura política¹⁰ - fosse rejeitado.

Imigração Urbana

A imigração de alemães às cidades brasileiras nunca era dirigida, nem por um *pull* brasileiro, nem por um *push* alemão. Tentando construir um “tipo ideal” no sentido de Max Weber, pode-se pensar em um representante de uma empresa alemã de comércio exterior ou de navegação ultramar que tornara a sua estada planejada para um tempo limitado em uma de estada vitalícia, independente do fato de que os motivos das companhias por ele representadas eram honestos ou malandros. Devemos juntar a esse tipo de imigrante os ex-mercenários e os profissionais que, nas

⁶ VERÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento; continente**. Porto Alegre. V. 1. p. 620.

⁷ HACK, H. **Dutch Group Settlement in Brazil**. Amsterdam: 1959; ROCHE, op. cit., p. 163.

⁸ VERÍSSIMO, op. cit., p. 152.

⁹ PIERSON, Donald: Life in a Brazilian Village. In: BECHER, Hans (Ed.) **Beiträge zur Völkerkunde Südamerikas; Festgabe für Herbert Baldus zum 65. Geburtstag**. Hannover: 1964, p. 253. (Völkerkundliche Abhandlungen, v. I).

¹⁰ Neste contexto recomenda-se ler a autobiografia do pastor que serviu à comunidade luterana de Dois Irmãos, RS, nos anos 50 e 60: DRESSEL, Heinz F. **Brasilien. Von Getúlio bis Itamar**. Berlin: 1995.

cidades brasileiras conseguiram manter-se como professores, jornalistas, comerciantes, artesãos, músicos, funcionários públicos, agrimensores, etc., bem como expulsos e refugiados que chegaram no Brasil por motivos políticos. Os egressos das colônias do interior, inconformados com a vida nos locais da colonização, que - livrando-se do alto controle social - foram para as cidades maiores, não questionaram esse “tipo ideal”. Com exceção dos primeiros ex-mercenários, a imigração urbana não conduziu a um agrupamento visível. Não se chegou a formar um *ghetto* - no sentido não pejorativo do termo - como era o caso do bairro Bom Fim em Porto Alegre, onde se reuniram imigrantes judeus. É verdade que os bem sucedidos procuraram morar em lugares mais seletivos, e que perto do porto e das fábricas houve certa concentração de operários, mas a seletividade étnica desses bairros jamais chegou àquela das picadas e colônias rurais. A assimilação dos imigrantes urbanos à sociedade brasileira, deu-se através de processos individuais: o casamento exógamo era de tal forma normal, como o uso do português, considerado um veículo indispensável para a sobrevivência.

Contrariando a opinião de alguns autores, insisto em distinguir entre esse “tipo ideal” de imigrantes urbanos e o desenvolvimento bastante intenso tanto do artesanato como do comércio rurais nas pequenas cidades do interior do Rio Grande do Sul. Diégues Júnior defende a idéia de que se pode reconhecer o fundamento da industrialização gaúcha no artesanato das colônias¹¹. É verdade que o artesanato nas pequenas cidades era uma novidade para o Brasil, pois as pequenas “indústrias” não somente produziam o que os colonos precisavam, mas também “exportavam” para os mercados fora da área de colonização. Tratava-se quase que exclusivamente da industrialização de produtos agro-pecuários, tais como feijão, fumo, banha, erva-mate, peles e couros, industrialização essa que consistia basicamente em prolongar a validade do produto natural para transportá-lo por certa distância. A produção artesanal de bens duráveis dirigia-se quase exclusivamente à necessidade das colônias, tais como cervejarias, alambiques, moinhos, ferrarias, etc.¹². Uma exceção que confirma a regra era a produção de selas e outros produtos hípicas para as áreas mais distantes de pecuária extensiva

A partir dessas cidades pequenas era quase impossível desenvolver um mercado à distância, já que os consumidores na Capital e noutras cidades portuárias preferiram os produtos importados antes daqueles similares das colônias. Era técnica e comercialmente possível trazer manteiga e nata da Holanda, mas impossível fazer o mesmo por alguns quilômetros no Rio dos Sinos. A indústria alemã chegou a combater o desenvolvimento da produção artesanal, exportando seus produtos da Alemanha por preços *dumping* para combater a indústria britânica.

A mediação entre oferta e procura é uma predisposição básica de qualquer industrialização; ela não foi conseguida pelos donos das pequenas indústrias nas colônias, mas por integrantes do grupo urbano de imigração alemã, os famosos *Musterreiter*. Estes representantes comerciais, andando a cavalo, trouxeram consigo as amostras de mercadorias importadas e assim mediarão o comércio entre as companhias de importação e exportação radicadas no litoral e os consumidores nas colônias. Trazendo produtos importados, eventualmente contribuíram para a estagnação do artesanato, mas, ao mesmo tempo, conheceram cada vez mais a demanda rural, e, com isso, não somente conseguiram diferenciar a importação como também forneceram informações muito úteis para a industrialização das grandes cidades, industrialização essa, que mais tarde se chamava “substitutiva da importação”. Lá surgiram os empresários de tipo Schumpeter que conseguiram

¹¹ DIÉGUES Júnior, op. cit.; veja o capítulo *Do artesanato à industrialização*. Numerosas indicações bibliográficas em: DELHAES-GUENTHER, Dietrich von. **Industrialisierung in Südbrasilien; die deutsche Einwanderung und die Anfänge der Industrialisierung in Rio Grande do Sul**. Köln: 1973.

¹² Veja para Rio Grande do Sul: DELHAES-GUENTHER, op. cit., p. 117ss.; para Santa Catarina: KOHLHEPP, Gerd. **Industriegeographie des nordöstlichen Santa Catarina (Südbrasilien)**. Heidelberg: 1968.

implantar novas combinações de fatores produtivos. Em 1897, a *Deutsche Post* de São Leopoldo publicou: “Nossos líderes mais importantes, na indústria e no comércio, são alemães (no original: *Deutschländer*) que tiveram o seu berço, sua educação e formação na própria Alemanha. São, em geral, mais seguros de si mesmos e mais ajeitados que os teuto-brasileiros (*Deutschbrasilianer*) nascidos aqui. Não têm problemas de se adaptar ao mundo comercial¹³. Também conforme Kohlhepp¹⁴, isto ocorreu: Outros elementos da imigração urbana tentaram mediar entre a cultura autóctone e a subcultura da imigração rural, editando livros-texto para as escolas até de língua portuguesa e publicando artigos nas revistas de vernáculo tanto em português como em alemão.

A fase de uma integração relativamente pacífica com a cultura e sociedade brasileiras terminou quando a Alemanha, depois da vitória sobre a França (1871), não somente ganhou sua identidade nacional, mas também entrou num crescimento da conjuntura econômica. Terminou quase completamente a emigração para o Brasil, e, ao mesmo tempo, diversas organizações políticas, pedagógicas e clericais tentaram ganhar influência sobre os descendentes da imigração alemã no Brasil. Na igreja luterana, essa tendência manifestou-se no fato que as comunidades eclesiais brasileiras foram incorporadas à Igreja Estadual Prussiana¹⁵ e subordinadas ao Conselho Superior da Igreja de Berlim¹⁶. Esta subordinação significava a integração de cidadãos brasileiros num organismo quase estatal de uma outra nação, algo que necessariamente era para provocar o nacionalismo brasileiro. Outro exemplo das influências diretas do Governo Imperial era o envio de cônsules em quantidades, até que se encontravam em território brasileiro, no ano de 1897, mais diplomatas alemães de carreira que em todos os outros países latino-americanos juntos¹⁷.

A política alemã referente ao Brasil

A política alemã referente à emigração, até a Primeira Guerra Mundial, era inconsistente e cheia de paradoxos - nisso bastante similar à política da República Federal no que diz respeito à imigração dos decênios atuais. O “rescrito de Heydt”, edital emitido pelo Governo da Prússia em 3 de novembro de 1859 proibia a emigração da Prússia¹⁸, enquanto a Associação Hamburguesa de Colonização estava ajudando na emigração desde 1849. Os estados alemães, reunidos no *Reich* somente em 1871, até então seguiram os seus interesses particulares. A Prússia precisara daqueles jovens que eventualmente iriam emigrar para recrutá-los as suas tropas, enquanto Hamburgo tomara a colonização de alemães noutros países como um suporte ao comércio no exterior.

A Prússia e o Império alemão apoiaram a monarquia brasileira até que o Brasil se tornou república de forma definitiva. A partir de então, Bismarck subordinou as relações com o Brasil àquelas com os Estados Unidos, criando assim desvantagens tanto para as associações de apoio à emigração como também para os descendentes de alemães no Brasil; navios de guerra alemães freqüentemente passavam pelos portos brasileiros para “mostrar a bandeira alemã aos

¹³ DEUTSCHE POST (São Leopoldo), 2 de fevereiro de 1897, cit por Delhaes, Günther, op. cit., p. 154.

¹⁴ Op. cit., p. 77ss.

¹⁵ “*Preussische Landeskirche*”. O adjetivo “estadual” nisso poderia significar nada mais que uma divisão regional de uma organização eclesial, tal como a Igreja Católica está sendo subdividida em dioceses. Poderia também indicar - é esse o fato na Prússia - que a igreja era oficial. O Rei da Prússia, nessa Igreja, teve uma função religiosa parecida com a da Rainha Elisabeth na Igreja da Inglaterra (*Church of England*).

¹⁶ Prien, Hans-Jürgen: *Evangelische Kirchwerdung in Brasilien*. Gütersloh 1989, p. 133ss.

¹⁷ Brunn, op. cit., p. 176.

¹⁸ Brunn, op. cit., p. 8.

colonizadores”, como escreve Brunn¹⁹. Essas visitas ofereceram aos descendentes de alemães a oportunidade de apresentar-se ao público brasileiro aproveitando-se da imagem do Império Alemão, imagem essa que se baseava em grande parte na rejeição do *Welsch*²⁰, no qual se inclui não somente a França vencida como também todas as culturas românicas, incluindo assim a portuguesa e a brasileira. Não é de surpreender-se que muitos intelectuais brasileiros, francófilos como eram, entre Sílvio Romero, Barbosa Lima, Campos Sales, Rui Barbosa, Érico Veríssimo, Graça Aranha e outros, por volta do século desdobraram uma campanha anti-alemã²¹, cuja vítima era o Ministro das Relações Exteriores, o descendente de alemães, Lauro Müller, embora ele sempre defendesse a independência da política exterior brasileira²².

Outro auge dos antagonismos verificou-se na época do nacional-socialismo na Alemanha e do Estado Novo no Brasil nos anos 30. Existe uma série de documentos que não deixam dúvidas, mostrando que

- houve passeatas de nacional-socialistas uniformizados nas ruas brasileiras;
- existiu, no Brasil, uma organização do partido nacional-socialista (NSDAP);
- os consulados alemães no Brasil aproveitavam-se de suas relações com os descendentes de imigrantes alemães para atraí-los para o NSDAP;
- houve até processos contra cidadãos brasileiros no tribunal daquele partido²³;
- três quartos dos clérigos luteranos do Sínodo Riograndense pertencem à associação nacional-socialista de pastores²⁴.

Embora que o nacional-socialismo de Hitler e o populismo de Vargas tivessem, ideologicamente, muitas semelhanças, os dois nacionalismos, o brasileiro e o alemão, não eram de consolidar, já que os dois lados queriam se aproveitar da mesma clientela, do proletariado incipiente que, em termos europeus ainda era precoce, mas que em termos brasileiros já representava uma base de poder político. Nesse contexto não se deve esquecer que a imigração européia introduzia à estrutura social brasileira “uma nova camada social independente dos engenhos e pecuaristas, podendo assim atuar revolucionariamente no sentido social, sem que houvesse tal intenção”, escreveu Gilberto Freyre baseando-se em Jean Roche²⁵. Os nacionalistas tiveram tal intenção exatamente naquele momento em que Getúlio pediu os votos do proletariado urbano.

O Estado Novo que Vargas governava através da ditadura aproveitava-se de seus meios de poder para, por exemplo, excluir os estrangeiros do exercício de sua profissão e para proibir o uso de línguas estrangeiras em público. Essas medidas eram aplicadas não somente aos estrangeiros *stricto sensu*, mas também àqueles imigrantes da primeira geração, que ainda não se naturalizaram brasileiros. Nas regiões onde os diretores das escolas e - às vezes - os próprios professores não puderam ser substituídos por cidadãos brasileiros, entre eles os que nasceram no Brasil, as escolas, de fato, ficaram fechadas por vários anos. Desde então a língua alemã quase exclusivamente se

¹⁹ BRUNN, op. cit., p. 88.

²⁰ Significa “francês, italiano, exótico”.

²¹ BRUNN, op. cit., p. 203

²² OBERACKER, Karl Heinrich. **Der deutsche Beitrag zum Aufbau der brasilianischen Nation**. São Paulo 1955.

²³ PY, Aurélio da Silva. **A Quinta Coluna**. Porto Alegre: 1942; PY, Aurélio da Silva. **O nazismo no Rio Grande do Sul**. Sem lugar (Porto Alegre), sem ano.

²⁴ PRIEN, Hans-Jürgen. **Die Geschichte des Christentums in Lateinamerika**. Göttingen: 1978.

²⁵ FREYRE, op. cit., p. 47.

transmite em forma oral de uma geração à outra, processo que conduziu a um empobrecimento do vocabulário, da gramática e da sintaxe. Outras instituições também foram fechadas, as como mais jeito foram “nacionalizadas”. As empresas de capital alemão foram confiscadas assim que o Brasil entrou na guerra contra os “poderes do eixo”. Fala-se de uma reemigração de jovens brasileiros descendentes de imigrantes alemães que se integram ao exército alemão e que em grande número faleceram na Rússia, fato ainda não estudado suficientemente pela historiografia.

O antropólogo Egon Schaden, de ascendência alemã, resumia as conseqüências dos acontecimentos dos anos 30 dizendo: “As fortes medidas nacionalizantes provocaram nos teuto-brasileiros um sentido exagerado de pertencer ao mundo alemão, enquanto a propaganda do Reich fez com que se tornassem mais brasileiros. Das duas formas, conseguiu-se o contrário daquilo que se queria conseguir.”²⁶

Em torno da situação atual

A maioria dos brasileiros descendentes de alemães hoje em dia não desenvolve uma identidade coletiva na base de sua ascendência étnica. Isto se vê observando as formas e o conteúdo daquelas formações sociais onde se agrupam os elementos das minorias. No sul do Brasil, ainda existem algumas associações aparentemente “alemãs”, na maioria de caráter recreativo, que hoje raramente se limitam aos sócios de ascendência alemã. Por outro lado, não são raras as associações ou clubes que, embora sejam freqüentadas por descendentes de imigrantes alemães, não necessariamente praticam os costumes que poderiam ser identificados como “alemães” - pelo contrário – dedicam-se às tradições gaúchas.

Não é possível chegar a uma conclusão sociológica ponderada a respeito da integração dos descendentes de imigrantes alemães na sociedade brasileira, baseando-se apenas nessas observações superficiais. Por outro lado, não existem estudos sociológicos ou antropológicos em número e qualidade suficientes. Embora ultimamente esteja crescendo o interesse de cientistas sociais brasileiros, nos grandes centros de pesquisa social, prevalece uma certa ignorância das subculturas baseadas na imigração européia. Aliás, essa constatação poderia ser feita referente a todas as minorias em todos os países onde houver um certo nível de desenvolvimento da pesquisa científica; o Brasil, nisso não foge do padrão internacional. Registra-se, no entanto, certa desigualdade entre a atividade pesquisadora e publicitária entre as subculturas européias no sul do Brasil, onde a minoria de origem italiana conta com bem mais estudos do que a de ascendência alemã.

Terminando as reflexões sociológicas, é preciso, frente à ausência de estudos empíricos, levantar perguntas antes de chegar a conclusões. É verdade que

- as filiais de empresas alemãs preferem empregar as pessoas de ascendência alemã?

- as instituições alemãs que promovem a cultura alemã no Brasil de fato enfrentam a alternativa de apresentar ou a cultura moderna da Alemanha (e com isso chocar os teuto-brasileiros nostálgicos) ou a cultura popular da Alemanha (e com isso despedir os jovens intelectuais brasileiros)?

- os projetos de assistência técnica financiados por entidades alemãs de fato têm mais êxito se forem feitos com a participação de descendentes de imigrantes alemães, até nos projetos junto aos sem-terra?

²⁶ SCHADEN, Egon: Der Deutsch-Brasilianer - ein Problem. In: **Staden-Jahrbuch**, São Paulo, n. 2, 1954, p. 181-194.

- a participação de descendentes alemães ajuda na transferência de tecnologia nas empresas e universidades?

- entre os cientistas exatos e engenheiros, a participação de descendentes de imigrantes alemães é mais expressiva que a dos descendentes de outros imigrantes e dos autóctones, e vale essa observação também para as forças armadas e para os outros grupos profissionais?

- continua a endogamia étnica nas colonizações mais recentes?

- há muitas diferenças entre os descendentes de alemães que emigraram para o sul do Chile daqueles no sul do Brasil, e porque a sua participação nos altos postos políticos é mais expressiva no Chile?

Egon Schaden, em 1954, ainda publicou um artigo intitulado “O teuto-brasileiro - um problema”.²⁷ Hoje, não é problema, nem para ele, nem para o Brasil, nem para a Alemanha. Essa proposição baseia-se em três motivos:

1. A imigração da Alemanha, nos últimos decênios, limitou-se a poucas pessoas. A vasta maioria dos descendentes de imigrantes alemães já se liberara do “papel nacional” alemão ou nunca o aprendeu; esse tipo de papel social é o que perde ou troca com mais dificuldades.

2. Os câmbios sociais e étnicos também efetuaram as relações dos países. As importações e exportações há muito tempo se estabelecem e se mantêm sem ou com pouquíssima intermediação de empresas especializadas. Até as embaixadas diplomáticas estão perdendo seu valor para o cultivo das relações entre os governos. Em todos os aspectos das relações exteriores, cada vez precisa-se menos dos *gatekeepers* (porteiros), função para qual se usava os descendentes de imigrantes.

3. Para a Alemanha do pós-guerra é muito típica a autonomia das entidades intermediárias na cultura, nas ciências, no comércio e as fundações vinculadas aos partidos políticos. Essa autonomia faz com que cada uma dessas entidades mantenha as suas próprias relações exteriores. A Alemanha, com isso, apresenta-se no exterior com muitas facetas; algo que corresponde bem ao consenso interno entre os alemães da atualidade. Se as diversas entidades autônomas, no cultivo de suas relações com o Brasil, se servem de determinados setores dos descendentes de imigrantes alemães, elas eventualmente contribuirão para caracterizar a imagem dessa minoria no contexto brasileiro.

²⁷ SCHADEN, op. cit.

Duas pioneiras renanas

Hilda Agnes Hübner Flores

Trazemos a este Simpósio dois nomes femininos que, além de trabalharem com perseverança para progredir na nova pátria, como tantas outras imigrantes, têm o mérito de haverem deixado escrito suas memórias, que enriquecem a documentação para o estudo da imigração alemã entre nós, por retratarem aspectos da cultura e do viver do povo germânico. São elas as renanas *Josefine Wiersch e Maria Rohde*, mãe e filha.

Josefine Wiersch nasceu em Trier, 1857, filha de um ferroviário e de uma professora industrial. Como seus dois irmãos e duas irmãs, teve acesso, via estudo, à classe média. Por três anos frequentou o Conservatório Musical de Luxemburgo. Foi governanta na Inglaterra em industrialização, com estes contrastes de riqueza e miséria, onde conheceu o embrião do que é hoje a Bolsa de Valores; na França, serviu a uma família abastada e a acompanhou em férias, até o Mediterrâneo; na Polônia, conheceu o regime servil, as mazelas dos pobres e a reação dos ex-servos que não sabiam usar a liberdade, acabando escravizados pelo wodka e por judeus donos de cabarés.

As devastações das guerras napoleônicas motivaram grande emigração. Tias e irmãs de Josefine emigraram, radicando-se em Arroio Seca, município de Arroio do Meio, e escreveram aos parentes que *moravam na selva onde havia papagaios e macacos, e tanta laranja que com elas tratavam os porcos* - realidade que impressionou profundamente Josefine, influenciando para que mais tarde tomasse o mesmo rumo.

Em 1908, período da *paz armada*, Josefine imigrou, com a família, para Cincinnati, cidade industrial dos EUA. Durante a I Guerra Mundial, engajou-se na Cruz Vermelha, em prol dos flagelados europeus. Enquanto ameaças e restrições pairavam sobre os estrangeiros, a sua volta crescia uma sociedade consumista, presa a comodidades e confortos provenientes da riqueza fácil do crédito da guerra, que valorizava o quadro na parede pelo montante de dólares pagos e não por seu valor artístico.

Enjoada dessa inversão de valores, a família Wiersch emigrou em 1920, radicando-se em Arroio Seca, perto dos parentes. Segundo o Prof. Lothar Hessel, natural daquela região, do sobrado dos Wiersch, no alto da colina, se divisava o próspero vale cultivado pelos colonos, e estes viam com espanto a lareira do soberbo casarão, estranha a seu cotidiano. O vale recordava a Josefine sua origem campesina, legado dos avós. Dimensionando o servo europeu com colono do minifúndio brasileiro, escreveu: *“O colono é livre em sua terra/ não precisa se curvar para ninguém senão perante Deus,/ E quando Ele lhe dá sua bênção,/ dispensa o favor dos homens”*.

Em Arroio Seca, Josefine aprendeu a andar a cavalo. Como professora, reavivou a cultura germânica, estimulando o aprendizado e o cultivo de tradições e valores dos ancestrais. Literatura e teatro serviam como meios pedagógicos.

Registrou sua vivência na obra *Durch drei Welten, Lebenslauf einer deutschen Frau* (*Por três mundos, memórias de uma mulher alemã*) - editada em 1927. Nela traça um paralelo entre a Europa industrializada de grandes desigualdades sociais, os EUA credor da guerra e consumista, e o Rio Grande do Sul em processo de colonização - onde o *vestuário não era descartado como nos EUA, mas remendado nos joelhos e cotovelos e usado até o fim*. Foi aí que achou espaço para construir um lar mais autêntico e desenvolver a cultura dentro de valores germânicos, que conhecia.

Além dessas memórias, Josefina publicou no *Deutsches Volksblatt* narrativas como: *Verbannt nach Sibieren* (*Desterrado para a Sibéria*), *Die graue Mauer* (*O muro cinzento*), *Das Hexengretel* (*A bruxa Gretel*) e *Mylords Brautwerbung* (*Mylord procura uma noiva*). No álbum do centenário da imigração alemã, 1924, consta poesia de sua lavra, *Retratos da Polônia*, colaborou também para o jornal popular de Köln. É obra que precisa ser resgatada pelo que contém de subsídio ao estudo da imigração alemã desde suas origens européias.

As filhas do casal Wiersch concluíram estudos nos EUA, antes de vir ao Brasil. Duas exerceram o magistério em Arroio Seca. Maria casou-se com Carlos Rohde, seu primo, e que constou entre as lideranças que criaram a colônia de Porto Novo, para receber o excedente demográfico das chamadas colônias velhas. Era colônia católica, confrontando com outra, evangélica, nascida cinco anos antes, ambas às margens do rio Uruguai, no extremo oeste catarinense.

Carlos Rohde foi um dos diretores do empreendimento, e Maria, recém casada, emprestou-lhe incansável apoio moral, convicta de que as amplas e férteis terras seriam futuro promissor para os filhos. A casa dos Rohde, inicialmente, serviu de albergue aos colonos que chegavam e de venda sortida de necessidades. Maria aconselhava, lutava pelo desenvolvimento religioso e cultural e prestava socorros médicos aprendidos com Dr. Neff, o cunhado otorrinolaringologista.

Aos poucos, os familiares seguiram as pegadas para a selva: Antônia e o marido suíço Dr. Neff, ela a primeira professora pública de Itapiranga; a irmã Margot, que em Itapiranga veio a casar com Carlos Schickling; e, em 1931, Josefina e o pai, pintor-sacro e de painéis. Apesar de septuagenária, Josefina agilizou o aspecto cultural: animava festas, produzia versos e teatro, encenado por crianças em dias festivos, para os quais escrevia também os discursos das autoridades. O pai faleceu em 1932, do coração, e Josefina, em 1945, após uma fratura de bacia que por um ano a manteve em cadeira de rodas.

A canção, um dos elementos mais incisivos da cultura alemã e mais eficientes para sua divulgação, acompanhou o imigrante para pátrias distantes e aí foi cultivada por gerações (veja-se a respeito os trabalhos de Leonido Krey, *Cancioneiro teuto-brasileiro*, e da autora, *Canção dos imigrantes*). Josefina não podia se furtar a esse rico recurso. Entre suas criações consta a letra abaixo, uma expressão de saudade e adaptação à nova pátria, inserida também no pensamento pan-germanista que vingou no período entre-guerras, em especial no advento da II Guerra Mundial, que por sinal foi o marco divisor, restringindo o germanismo no Brasil.

Tu, canto alemão:

Onde na terra reside gente alemã / Quer no sul, norte, leste ou oeste, / Aonde o alemão se aclimata, / Tu viajas junto, canção alemã. /

Onde corações alemães fiéis recordam / A pátria distante, além-mar, / Para onde o destino os conduz / Mesmo que seja para nunca retornar, / Tu viajas junto, canção alemã. /

Terra brasileira, terra de palmeias, / No teu fluir fica meu lar, / Ai soa, no sossegado anoitecer / A melodia pelo vale afora / Como uma oração - tu, canção alemã. /

A ti, canção das canções, legado alemão/, / Nós saudamos, fiéis na alegria e na dor. / Que jamais morra este pensamento, / Que nós te consideramos muito, até a morte, / Nós te juramos - canção alemã.

Maria Rohde residiu em Itapiranga por dezenove anos, criou quatro filhos, viu crescer sua população, o progresso calcado sobre o comércio da maneira que a Argentina e Uruguai, origem de algumas grandes fortunas do Estado. Durante a II Guerra Mundial o cunhado agrimensor, que fora buscar tratamento médico na Europa, morreu como aviador no front russo. Maria procurava animar os mais perseguidos que ela; atuou em conexão com o marido que em Porto Alegre, via Soc. União Popular, contactava com autoridades para atenuar as circunstâncias. Após dois anos de afastamento do marido, em 1945 mudou-se para Porto Alegre. Segundo o pesquisador Klaus Becker, aí chegou a trabalhar como secretária da Biblioteca Benno Mentz. Faleceu em 29 ou 30.9.1971.

Mãe e filha têm o mérito de colaborar em calendários de língua alemã. Maria utilizou essas memórias na obra *Pioniergeist, der Väter Erbe (Pioneirismo, herança dos ancestrais)*, editada em 1951, em comemoração às bodas de prata de Itapiranga. Nela consta temática como o primeiro natal na selva; contato com o caboclo indígena; flora e fauna; visita de autoridades; comércio da madeira e ação dos balseiros; a nacionalização, prenúncio de dias difíceis para os colonos, em especial os da Linha Becker, habitada por europeus e colônia de grande prosperidade, pelo que caiu na mira dos pesquisadores.

O décimo sexto Congresso Católico, 1932, visando o cultivo da fé (Deus, trabalho e família) e do *Deutschtum*, contou com a inserção material e cultural do elemento feminino (Josefine e Maria foram conferencistas com os temas: *Como é bela a juventude e a fidelidade aos costumes e crenças dos antepassados*). A quebra da rotina acabou por desvendar um novo caminho às mulheres, que passaram a se reunir mensalmente programando cantos, declamações e palestras de realimento para seu espírito.

Rohde afirma que basicamente elas reivindicavam, não a melhoria das pesadas condições de trabalho, mas apenas o reconhecimento do importante papel que desempenharam como co-autoras da construção e do progresso de Itapiranga, confirmando assim o histórico papel de submissão feminina, ficando omissa a sua real contribuição. Afirma Rohde:

(...) em tudo quanto se escreveu sobre o pioneirismo colonizador em Itapiranga, nenhum reporte à mulher, apesar de ela também ter sido pioneira. Desde o início ela trabalhou em igualdade de condições físicas com o homem: derrubou árvores, cortou capoeiras, arou, ajudou a serrar tábuas e barrotes e a erguer a moradia...

E à noite, quando a família toda repousava ela desprezava o cansaço e remendava as roupas dos entes queridos à luz bruxulenta de pavio. Ao amanhecer, era a primeira a levantar, para prover a casa e o Hof, antes que a família sentasse à mesa para o café da manhã, quando então seguia com seus para o pesado trabalho da roça...

Em 1936, as mulheres de Itapiranga receberam a homenagem das famílias na primeira comemoração do Dia das Mães. Em maio de 1944, proibida a língua estrangeira, realizaram passeio até a localidade de Chapéu, onde cantaram e rezaram na língua que entendiam, suplicando pela paz. As reuniões mensais tiveram prosseguimento no pós-guerra, buscadas avidamente, qual facho de

luz para a monotonia diária. Mulheres acorriam de longe, trazendo filhos pequenos, o menor ao colo. Antônia e Margot Wiersch cuidavam dessas crianças enquanto as mães acompanhavam a programação voltada para os seus interesses de esposa-mãe, retornando ao lar com higiene mental renovada até a reunião seguinte.

O depoimento de Josefine e Maria são, como se vê, excelente material de estudo das várias facetas da cultura teuta. Aguardam tradução, já que os originais são raros.

Sociologia das relações interétnicas

Resumo parcial de capítulo do livro mais recente de Friedrich Heckmann

Eva Wysk Koch

Sabe-se que universidades norte-americanas oferecem a disciplina “Sociologia das Relações Interétnicas”; no Brasil, salvo melhor juízo, ela não faz parte do currículo, nem na Alemanha, onde o professor da Faculdade de Comércio e Política da Universidade de Hamburgo, Friedrich Heckmann se viu obrigado a escrever um livro-texto de cerca de 300 páginas sobre o assunto, já que estudos na área (e não são poucos) ainda são chamados de “Pesquisa sobre Estrangeiros”(Ausländerforschung) ou “Política de Estrangeiros”(Ausländerpolitik). Heckmann faz um levantamento criterioso da bibliografia, especialmente em língua inglesa e alemã, mostra a gênese de conceitos em seu contexto histórico, suas evoluções, vantagens e desvantagens e - nunca fugindo de contradições e ambigüidades - dá seu toque de processualidade aos instrumentos com os quais seu país procura compreender as relações conturbadas da maioria com as minorias étnicas imigradas nas últimas décadas.

Embora a realidade brasileira seja tão distinta das citadas, que alguns colegas negam a validade de uma leitura atenta de *Minorias Étnicas. Sociologia das Relações Interétnicas* (Stuttgart, Ed. Ferdinand Enke, 1992), a curiosidade por hipóteses sobre relações pluriculturais seduz para um espelhamento no vastíssimo panorama desfraldado em Hamburgo. Abordo, pois especialmente o capítulo oito no ponto em que Heckmann chama atenção para a continuada coexistência dos três modelos de M. M. Gordon¹, a saber:

1. o da assimilação (americanização ou Anglo-conformity nos Estados Unidos), quando a minoria desiste de sua identidade de origem.
2. o do melting-pot, i.é., a mistura biológica da maioria com as minorias, com a finalidade de forjar uma nova cultura (norte-americana).
3. o do pluralismo cultural que implica na integração política e econômica das minorias, enquanto mantêm a cultura original.

Friedrich Heckmann cita um amontoado de termos em voga para mostrar o alcance desses modelos: “assimilação, aculturação, acomodação, absorção, adaptação, integração, amalgamento” e dá a entender que a questão terminológica está longe de um amadurecimento. Suas observações servem, então, para definir situações, não como etiquetagem, mas de dentro para fora.

I.1.a - Dada a desigualdade ou assimetria de poder e recursos com que imigrantes e seus descendentes se defrontam necessariamente, já que emigração sempre implica em perda de status,

¹ **Assimilation in American Life. The Role of Race, Religion and National Origin.** New York, 1964.

prestígio e segurança, - dada a desigualdade de poder e recursos, - “a minoria” se vê obrigada a aprender da maioria. Ela precisa comunicar-se, i. é., precisa saber usar o telefone², pagar as contas, chamar um médico, precisa conhecer as regras do trânsito, as instituições oficiais, os sistemas confessionais, etc. Esses processos de aprendizagem e de adaptação, em consequência da mudança de cultura, Friedrich Heckmann chama de “Acomodação”. Quem muda de país, de cultura deve estar disposto a se acomodar, a fim de tornar-se apto a trabalhar, a comunicar-se, enfim, a sobreviver. Um acomodado ainda não se identifica com o novo país, mas lhe é leal.

I.1.b - Tanto A. Richardson³ quanto Ch. Price⁴ chamaram atenção para o fato de que deve resultar uma nítida e sensível satisfação com os esforços acomodativos para que surja uma identificação, mesmo parcial, com a cultura dominante, que propiciaria uma futura aculturação numa seqüência *Satisfação - Identificação - Aculturação*.

I.2 - Heckmann é um pouco crítico em relação a essa expectativa e percebe uma certa motivação capitalista para as recompensas esperadas. Ainda mais, vê o passo da identificação como algo muito mais complexo do que um mero antecedente da aculturação, chamando atenção que não existe só uma adaptação funcional como no caso da acomodação, mas também toda uma modificação da estrutura da personalidade dentro dos vários processos de socialização numa nova cultura. *Aculturação* implica em novos valores, novas formas de procedimento, novas perspectivas. O imigrante adquire uma nova língua, qualificações e conhecimentos que modificam sua atuação e seu estilo de vida. Seu morar, trabalhar, consumir, seu lazer, as formas de comunicação - até o casamento é afetado pelo contato com a nova cultura, ao ponto de ocorrer uma mudança de identidade. (Falarei na segunda parte sobre questões de identidade que Friedrich Heckmann levanta). Uma cosia fica clara: aculturação é sempre precedida da acomodação.

Dois apartes: Deve-se distinguir entre aculturação de pessoas e aculturação de grupos. Esta última implica na modificação de valores e normas coletivas e pode influenciar toda a identidade do grupo minoritário que assim é levado à assimilação. E a outra observação: A direção em que ocorrem essas mudanças culturais, geralmente, é ao encontro da maioria que, afinal, mantém o poder. Mas, além da determinação “total” da maioria sobre a minoria, existem também trocas mútuas que inclusive podem originar mudanças dentro do próprio grupo majoritário. Aculturação é, então, para Heckmann um processo de aproximação que mantém separadas as pessoas ou grupos dentro de sua existência cultural. Imigrantes ou seus descendentes modificam-se, mas continuam etnicamente distintos.

I.3 - Quando as fronteiras étnicas caem, quando há um “igualar-se total”, fala-se de *assimilação*. Toda existência em separado do grupo étnico se desfaz. Tanto a nível do indivíduo quanto ao do grupo há uma aceitação “total” da cultura majoritária. Tudo relacionado à etnicidade torna-se, assim, irrelevante. Friedrich Heckmann apressa-se em confessar que é difícil determinar quando a aculturação se transforma em assimilação, quando o “Gleichwerden” vira “Gleichsein”.

Ao mesmo tempo, chama atenção para uma peculiaridade do idioma alemão que designa o estado resultante da assimilação de “Assimilation”, enquanto a processualidade da assimilação é expressa por “Assimilierung”, termo que deve ser preferido devido à dinâmica que implica.

² P. ex. o telefone de manivela de São Leopoldo no início dos anos 50

³ A Theory and Method for Psychological Study of Assimilation. In: **Internotional Migration Review**, 1967: 3-30.

⁴ Jackson, J. A. ed. **Migration**, Cambridge, 1969: 181-237.

Decorre daí que Friedrich Heckmann também insiste na ficcionalidade do atributo “total” ou da “unidade” de uma cultura. É extremamente complexo querer determinar os marcadores que delimitariam essa “unidade”. Assim, não existe um *American way of life*, mas vários de acordo com os diferentes estilos de vida.

Também o termo “comunidade étnica” é nada preciso. Populações imigratórias são socialmente estratificadas e divididas por dialetos diferentes, convicções políticas e/ou religiosas distintas. Walter Koch e René Gertz chamaram atenção para este fato aqui no sul. Quando esses aglomerados diversificados finalmente se organizam em associações, muitas vezes fazem-no como resposta a experiências discriminatórias⁵, pois “imigrantes” necessitam de alguma base de poder para salvaguardar seus interesses. Aí então teríamos um exemplo de “nova identidade”.

I.4 Imaginemos então que, sob certas condições adversas, grupos se mobilizam para reforçar as diferenças étnicas. Esta forma de mudança cultural convencionou-se chamar de *dissimilação étnica*. Grupos acentuam perante outros grupos as suas diferenças e fortificam, desta maneira, a consciência e a identidade da existência separada (vejam a Rússia pós-perestroika). Friedrich Heckmann que é especialista em questões de aculturação, não dedica muito espaço à dissimilação; mas, em nosso momento atual, é um conceito válido se lembrarmos, por exemplo, as reivindicações dos descendentes de africanos escravizados.

II. Nós havíamos visto que já os processos de aculturação têm influência marcante sobre a identidade das pessoas. Na assimilação como aculturação “total”, observa-se inclusive uma transformação da identidade étnica como tal. Psicologicamente falando, identidade significa “ser igual a si mesmo” ou “permanecer igual a si mesmo”. Artistas, intelectuais e outsiders⁶ imaginavam no passado que a identidade se encontraria no isolamento, em Campos do Jordão, Worpswede, no deserto, como eremita, hippie ou monge. Mas G. H. Mead⁷ e mais tarde H. Joas⁸ alertaram para o fato da identidade necessitar de um “outro” para fins de espelhamento. Assim, identidade seriam minhas suposições sobre a imagem que os outros fazem de mim. Também E. Goffmann⁹ diz que a identidade social é a construção da imagem de uma pessoa, criada por outros, a partir de determinados marcadores visíveis, a partir de símbolos e de sua participação em organizações. Identidade social permitiria assim a construção de expectativas quanto ao papel que uma pessoa exerce.

Também a *identidade pessoal* tem a ver com a percepção pelos outros, mas, desta vez, a partir dos dados biográficos e dos marcadores biográficos da pessoa. Se a identidade social depende da percepção de posições e papéis em determinados grupos, a identidade pessoal se forja a partir da percepção e interpretação da biografia e dos marcadores biográficos que são colocados à vista (o anel de grau). Nenhuma dessas imagens é consistente ou clara, especialmente quando - psico-socialmente falando - a percepção de outros cria a idéia que se faz de si mesmo. Essa reflexão sobre si mesmo, com a ajuda dos outros, produz informações contraditórias que darão origem a inúmeras inseguranças. Uma definição mais complexa da identidade seria então a capacidade de lidar com dúvidas e as perguntas que existem quanto à pessoa e a capacidade de coordenar e integrar os papéis que lhe são atribuídos (sem auto-anulação), mais a capacidade de dar consistência e continuidade a sua biografia (sem auto-isolamento).

⁵ Heckmann trata a questão dos preconceitos de maneira magnífica em outro capítulo.

⁶ Martin Dreher sugeriu nesse contexto “Randseiter” (pessoa à margem).

⁷ **Philosophie der Sozialität. Aufsätze zur Erkenntnisanthropologie.** Frankfurt, 1969.

⁸ **Praktische Intersubjektivität. Die Entwicklung des Werkes von George Herbert Mead.** Frankfurt, 1980

⁹ **Stigma. Notes on the Management of Spoiled Identity.** Harmondsworth, 1968.

A grande contribuição de Heckmann reside, no meu entender, exatamente na introdução do jogo de equilíbrio (“balance” diz ele) que se faz necessário quando a identidade “eu” produz a inteligência social específica exigida no dia-a-dia pluricultural, quando elaboro um grau cada vez mais apurado de tolerância a situações ambíguas, a todas aquelas ambigüidades oriundas do contato de culturas diferentes. Isto inclui a capacidade de eu mesmo produzir papéis que me condizem e de afastar-me dos que não me condizem. São metas a nível de identidade pessoal.

Pertencer a uma etnia é, a rigor, assunto da área da identidade social, da vivência em grupo. Nas sociedades modernas, sempre encontramos tensões e stress entre diferentes identidades sociais que confrontam o indivíduo com expectativas contraditórias e lhe fornecem informações inconsistentes para seu espelhamento. Se esse olhar-me, perceber-me com a ajuda do outro já é complicado em contatos etnicamente homogêneos, tanto mais difícil se torna quando distâncias culturais, divergências ou até conflitos entre grupos étnicos complicam os atos de equilibrar-se e de integrar-se. A tolerância individual a conflitos exigida em tais situações é bastante grande, podendo inclusive levar à dissimilação ou existência em separado.

Mas também existe um potencial positivo nesse confronto, quando a cultura da maioria é suficientemente aberta para perceber esforços de adaptação e facilita processos de aculturação. De qualquer maneira, não existem estudos que se tivessem ocupado com o enorme potencial de crise existente entre identidades étnicas em conflito: ninguém dedicou-se ainda àquelas situações que se tornam insuportáveis para alguém que quer manter sua biografia consistente numa nova cultura (*Überforderungssituationen*). Sem prevermos quando tais solicitações se tornam excessivas, somos incapazes de contorná-las muito menos saná-las.

A *teoria da marginalidade* ajuda a abordar o problema da morbidez do homem separado, partindo de Georg Simmel e seu ensaio sobre “o estranho/o estrangeiro” de 1908¹⁰. Heckmann introduz nesse ponto o conceito de “posição marginal” para aqueles cuja identificação com um grupo não é segura ou clara. Quando - por migração, educação ou casamento - as delimitações do pertencer caem por terra, sem que se processe uma ligação válida a um novo grupo, quando só existe uma assimilação parcial com exclusão pela sociedade majoritária, temos uma posição marginal.

Mas também a posição bi-cultural, determinada pela cultura majoritária e a minoritária, é marginal. Heckmann lembra aqui as socializações conflitantes na casa dos pais e na escola (não comunitária), lembra os mundos culturais divergentes “família” e “trabalho” ou a infância vivida numa cultura, seguida pela vida madura em outra. Para o indivíduo, tal posição bi-cultural pode implicar num sério perigo para a sua auto-estima, enquanto uma solução se ofereceria no momento em que o marginalizado se conscientiza da determinação estrutural e não pessoal de sua insegurança.

Para Heckmann existem seis maneiras de resolver estes conflitos:

1. A assimilação à sociedade majoritária.
2. A hiper-adaptação e “identificação com o mais forte”, renegando qualquer ligação com o grupo de origem.
3. A priorização da cultura de origem, a “in-group-reaction” de Child¹¹.

¹⁰ **Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung.** München-Leipzig, 1908.

¹¹ **Italian or American. The Second Generation in Conflict.** New Haven, 1943.

4. Quando o “marginal man” se assume como tal, com seus complexos de inferioridade, o medo do futuro, a insegurança e a apatia que advêm da posição bi-cultural, do viver em duas culturas¹².

5. Se, porém, o marginalizado possui um ego forte (Ich-Stärke), ele pode assumir a posição marginal de *dupla orientação*¹³, rejeitando qualquer assimilação e desenvolvendo uma estrutura de personalidade bi-cultural sem neuroses.

6. Para o bi-cultural conscientizado existe a possibilidade de melhorar ativamente a posição da minoria, via politização. Essa solução prevê o papel de mediador entre as culturas, aquele que se empenha em reduzir tensões e conflitos, que conhece o etnocentrismo de ambos os lados e consegue a cooperação de forças tolerantes entre o grupo hegemônico.

Como vimos no início, Friedrich Heckmann, ao publicar *Ethnische Minderheiten, Volk und Nation*, não pensou na América Latina¹⁴ ao refletir sobre minorias étnicas. Talvez seja esta a razão que torna seu espelho tão límpido, ao ponto de podermos considerá-lo um presente especial por ocasião dos festejos dos 170 anos de imigração alemã no sul do Brasil.

¹² R. E. Park, em **Race and Culture**, Glencoe 1964, fala até em sociedades distintas.

¹³ A. Antonovsky, Toward a Refinement of the “Marginal Man” Concept. In: **Social Forces**, 1956: 57-62.

¹⁴ Salvo melhor juízo, o Brasil está presente com M. Woehlcke, **Analyse der Afro-Brasilianischen Kulte unter dem Aspekt interethnischer Marginalität**. Dissertation Universität Erlangen-Nürnberg, 1969.

Hermenêutica Teuto-Brasileira

Flávio R. Kothe

Pertence à dinâmica histórica que apareçam novas propostas de leituras alternativas do passado, conforme aflorem agrupamentos sociais com algum grau de participação no poder. Sem poder, não há palavras; sem um mínimo de poder, não há nenhum afloramento de alternativas. O passado não é um conjunto definitivo e acabado, mas se altera, muda a sua mudez, de modo não arbitrário, em função do deslocamento das forças dominantes no presente. Tais releituras tendem, inicialmente, apenas reforçar determinado cânone e sua interpretação canonizada, não só pela força do hábito ou pela coação do poder estabelecido, mas até mesmo pelo gesto de encará-lo e fazê-lo mover-se na arena da história presente. Aos poucos podem surgir, eventualmente, pequenos deslocamentos, que acabam levando a uma eventual revisão do conjunto, como se, através disso, fosse possível provocar o surgimento de respiradouros, em que possam manifestar-se outros caminhos sociais ou constelações de conhecimentos.

Ainda que seja duvidoso que, dentro de um Estado, cada grupo étnico possa ter a sua própria historiografia literária, cada um tem a sua história, perspectiva e sensibilidade: a historiografia literária brasileira não tem produzido, no entanto, abordagens a partir do horizonte das minorias não-lusas, ainda que historiografias tenham sido escritas por pessoas originárias delas. E ainda que se tenha tornado cada vez mais problemático apresentar, como se pretendia por volta de 1920-30, uma perspectiva das classes dominantes, há fatores da subjetividade coletiva que participam na constituição do objeto de uma ciência do espírito. Uma história da literatura brasileira, como a de Nelson Werneck Sodré¹, volta-se prioritariamente para os fundamentos econômicos da vida literária no passado, sem concentrar-se na análise dos textos literários. Também não propõem um cânone alternativo. Só desconstruindo o gesto semântico da estrutura profunda do cânone dominante é que se percebe o sentido da manipulação ideológica articulada pelas obras, e por trechos antológicos de obras, que funcionam como signos de uma sentença jamais claramente formulada pela historiografia vigente, canonizada porque canoniza o cânone.

Através do estudo micro-estilístico de textos sintomáticos, pode-se chegar à revelação de macro-estruturas sociais, de forças determinantes da história. Se a literatura permite desvelar o inconsciente da história, as pequenas veias da vida cotidiana, aquilo que escapa à leitura generalizante da história e da sociologia, ela também serve, ao ser canonizada, para escamotear o que não interessa à ideologia dominante. O escamoteamento pode dar-se tanto no processo de seleção dos textos transformados em discursos canonizados quanto pela interpretação canonizadora, cuja reiteração em diversos veículos torna-se, mediante o esforço mútuo, uma barreira à efetiva leitura. A metamorfose do texto em obra de arte e discurso canônico serve para inibir o desvelamento crítico dos textos e da história social. Categorias como “arte”, “belo”, “literatura nacional”, fazem com que, pela auratização, fique ofuscado o senso crítico e a percepção do que passa nas obras. O cânone é uma ficcional reconstrução a posteriori da história, na qual e pela qual

¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. 4. ed. Rio: Ed. Civilização Brasileira, 1964.

se acaba encontrando no passado exatamente aquilo que nele se quis projetar, mas que se apresenta como se fosse a mais objetiva captação do processo histórico de formação literária, sem a menor participação volitiva do interpretador.

Mais que o caráter documental que um texto possa ter, o que a crítica e a historiografia dizem que nele pretendem buscar é, porém, a qualidade artística que lhe garanta uma perenidade capaz de torná-lo um parceiro do presente, mas como uma projeção de forças dominantes do presente, a buscarem, em sua seleção a interpretação de textos do passado, uma legitimação para as estruturas ideológicas, sociais, políticas e econômicas atuais que as favorecem, a fim de se manterem basicamente inatas no futuro. O que se tem é uma luta pelo poder. A verdade da poética é a política; confere-se autoridade a certos autores, introduzindo-os e cultivando-os no cânone, para que legitimem as políticas vigentes e as autoridades que as exercem.

A demonstração alegórica, ao decifrar o texto alternativo, o conteúdo latente do discurso instituído nas obras consagradas e o gesto semântico da estrutura do cânone, não trata apenas de - embora assim pareça a todos os que foram domesticados pelo sistema educacional e imbuídos de temor reverencial pela mídia - solar elefantes dentro de uma loja de porcelanas, ainda que, na loja “Cânone Literário”, os objetos em exibição sejam em geral frágeis como porcelana, incapazes de resistir ao martelo da crítica: a pretexto de serem “arte” ou serem “nossas”, suspende-se a crítica irreverente e radical, quando justamente o que faltava é que são grandes obras de arte. Há muita banalidade, bobagem e kitsch, posta em altas prateleiras. Do cânone é preciso fazer um reexame, para diferenciar aquilo que ingressou nele devido à necessidade de ocupar um espaço estratégico, e aquilo que, eventualmente, ainda é capaz de se manter após uma leitura crítica: embora esse estudo se faça de obras, não se chega a ele sem ver nelas basicamente signos de um sentido inconsciente, um conteúdo latente anterior às obras, do qual apenas são o veículo de articulação, de uma sentença formada pelos signos constituídos pelas obras e que, paradoxalmente, não é bem formulada nem deve ser decifrada com clareza. O conteúdo latente dessa sentença é formado em cada um através de cada um dos seus signos, mas, ao mesmo tempo, por nenhum e em nenhum deles. Tal deciframento tem poucas chances de consagração, pois o sistema não tem interesse em ver exposta a sua estrutura interna.

Ainda que no ensino da literatura brasileira no exterior se tendam a repetir, sem maiores questionamentos, os problemáticos lugares-comuns das avaliações internas, há diferenças de perspectivas e avaliação, que não costumam ser levadas em conta em qualquer lado. Se, na esfera interna, pode surgir uma ruptura da quintalização pelo eixo Rio-São Paulo, passando outros centros a desenvolverem também a sua própria perspectiva, a diferença entre a leitura externa e interna ainda não se articula no sentido de uma influência da interpretação africana sobre os afro-brasileiros, da alemã sobre os teuto-brasileiros, da italiana sobre os ítalo-brasileiros, da japonesa sobre os nipo-brasileiros e assim por diante. Mesmo que se evite tanto a tendência interna à rejeição a priori, quanto à tendência histórica ao neocolonialismo cultural, o possível diálogo internacional não resolve a questão heurística de se mergulhar tão fundo na estrutura do cânone que se possa, do outro lado, encará-lo como que de fora para dentro. Não são estrangeiros que têm a chave para o cânone literário nacional, mas também não os nativos: estes estão normalmente dominados por ele, enquanto aqueles não estão em geral tão mergulhados nele que possam perceber a diferença entre o que o cânone acena e o que poderia/deveria ter sido dito.

O arrolamento dos textos olvidados é uma impossibilidade documental, pois nem os mortos escapam ao gesto dos vencedores, de selecionarem, manipularem e interpretarem os fatos conforme as conveniências de sua autolegitimação. O processo de seleção histórica é cruel e restritivo: faz com que os mortos sejam jogados sob a pirâmide do tempo, sem resguardá-los dentro dela; seus

ossos raramente afloram; os raros pergaminhos resguardados dentro do tempo são apenas o afloramento do topo de um *iceberg* destinado a ornamentar a paisagem e acompanhar a elite dominante, consagrando perenemente sua política. O cinismo indeclarado é a verdade dessa auratização legitimadora. O discurso da história existe para que não se ouçam os gemidos dos vencidos. Se algum gemido se ouve na história literária, é para anunciar a vingança e a vitória próxima e já advinda de quem se apresenta como justiceiro a resgatar dívidas acumuladas. Há uma hipocrisia fundamental e inconfessa em todo o sublime consagrado no cânone.

Era inerente à consciência teuto-brasileira uma visão diferenciada e crítica da cultura e sociedade brasileira oriunda da colonização lusitana, mas essa diferença crítica nunca pôde articular-se no espaço público: quando tentou, como no caso dos Muckers, foi aniquilada a ferro e fogo. O sistema luso-brasileiro nunca aceitou que se articulasse um discurso diferenciado. O imigrante e seu descendente consideram-se hóspedes do país: assim interiorizam a marginalização do seu grupo social. Ser cidadão não era falar em pé de igualdade, mas assimilar-se, tentar assumir como própria a identidade que a oligarquia lhe impunha. Essa repressão e esse empobrecimento são perniciosos para a evolução cultural e econômica. Torna-se difícil o diálogo. Cria-se uma hostilidade camuflada, que sequer é propriamente percebida, especialmente não por quem domina.

O outro está, porém, presente. É uma tendência da identidade não aceitar o outro como alternativa em si, como alternativa constitutiva de si própria: a identidade só é, no entanto, identidade enquanto diferença. Não dando espaço à diferença enquanto diferença dentro de si, ela pretende ser totalidade, mas tende a tornar-se totalizante, sem que ela própria se encare como totalitária. Diz que o outro é totalitário para melhor exercer o seu próprio totalitarismo. Consegue tornar-se danação do alter, encarando-o como “demoníaco”. Diante da força do inevitável, tende a haver a submissão à vontade dominante. Esta não reconhece como prepotente, nem a vítima pensa que é vítima. Há um princípio não só de autoridade, mas de autoritarismo, que precisa ser decifrado. A literatura brasileira foi e continua a ser usada por uma política de assimilação, exercida sobre todos os “imigrantes” e “minorias”, impondo-lhes uma fictícia “identidade brasileira”, às custas de suas diferenças específicas. Com esse genocídio espiritual, acarretou-se um enorme prejuízo à diversidade cultural do país, mas tal prejuízo é camuflado sob o argumento da “unidade nacional”.

Todo gesto que procura desvendar e desvelar isso tende a parecer “arrogante, desafiador, impatriótico, sacrílego” - ou seja, nele se projetam exatamente os traços daquilo que ele pretende superar: ele é tratado assim, seja em nome do nacional e do popular, seja em nome democrático e liberal, para ser condenado, para ser-lhe negado apoio e voz. No fundo, tem razão esses que acusam, mas o que se rejeita é também sua “razão”, a sua “moral”, a sua “arte”. Pascal achou que a verdade pode ajudar a quem a ouve, mas não ajuda a quem a diz. O que não pode se pode mais, porém, é encher a boca com essa palavra “Verdade”, como se houvesse apenas um caminho e uma luz, justamente aquele que se tem imposto a ferro e fogo. Um discurso alternativo precisa articular-se no ouvido e na sombra, à beira da sua impossibilidade na certeza de ser natimorto. Ele é, porém, exatamente o contrário do que parece: não desafia nada, e pode ver de antemão perdida a sua contribuição pois não quer mais salvar nada, a não ser a sua própria herança e pele.

A diferença é que ele estabelece a possibilidade e até a necessidade de um diálogo, que não é, de fato, reconhecido pela dominante do sistema, pois esta quer continuar falando sozinha, em nome do todo, como se fosse a totalidade. O Brasil, enquanto país ainda relativamente atrasado, tem dificuldades em articular algo que seja reconhecido como ciência no plano internacional - e isso não só por certa arrogância ou falta de boa vontade em países industrializados no sentido de reconhecer a qualidade da produção da periferia ou por sua tendência de somente aceitarem dela aquilo que esteja de acordo com as expectativas, mas também por uma freqüente falta de densidade dos

estudos oriundos de meios intelectualmente menos densos. Por isso, não só o esforço precisa ser dobrado e redobrado, como também é preciso perceber que, em países “democráticos” como a Alemanha e os Estados Unidos, também foram perseguidos e difamados diversos intelectuais que propuseram a revisão dos pressupostos considerados fundamentais à cultura vigente.

Numa situação ideal, o lado silenciado precisaria, primeiro, desenvolver e expor os seus argumentos, enquanto o outro se disporia a ouvi-lo. Assim, poderia haver um início de diálogo. Não se pode esperar, no entanto, que um discurso dominante aceite de modo imediato a existência de um outro lado, mesmo que este se assuma como dominante. A reação primeira, tradicional no Brasil, é excludente, empobrecedora. Num segundo momento, uma variante liberal poderia perceber que é possível ampliar e reforçar o sistema, levando em conta a contribuição esdrúxula. Esta pode ser reduzida então àquilo que ela não é, como único espaço possível de sua existência pública. Sua eventual verdade estará, então, deturpada ou perdida: o gesto do seu afloramento poderia reconhecer assim a sua inutilidade, aniquilar de antemão a sua publicidade, mas, com isso não estaria dita a última palavra. Espantoso seria que ele chegasse a existir, ainda que à sombra, no olvido.

A carência de disponibilidade do dominante em ouvir o outro em sua alteridade impede que essa diferença se torne parte da contradição inerente a toda a identidade: essa negação determinada significa exclusão, mas pode acarretar um auto-enfraquecimento do sistema pelo temor de enfraquecimento de uma dominante demasiado restritiva. Ilusão da proposta alternativa seria, no entanto, querer ela postular-se como redenção, como parceira, como alternativa: ao postular um assento à mesa, coloca-se como igual àquilo a que nega: assim, negaria a si mesma. Ilusão também seria propor-se como dona da verdade, dentro de um conjunto de regras ditadas por quem ela questiona (por exemplo, restringindo o seu horizonte de conhecimento às obras do cânone). Ao questionar a verdade do cânone e a verdade da interpretação canonizada, ela não deve apenas propor outra verdade, mas questionar o próprio conceito vigente de verdade.

Existe uma internacionalização da economia e da cultura: é contrário à tendência histórica, portanto, restringir o ensino da literatura no país à produção local. Não se pode mais no Brasil confundir o “estrangeiro” como o “espoliador” nem os descendentes dos imigrantes como o “estranho”, o “exótico”, o “inconfiável”. Esse anacrônico nacionalista não pode, porém, ditar o horizonte da questão como se a sua alternativa fosse apenas propor o ensino da literatura universal. Hoje, quando a televisão, o videogame e outros meios assumiram já diversas funções antes desempenhadas pela literatura, a questão se coloca - na prática, e não apenas na teoria - em termos de saber se a própria literatura já não se tornou uma forma arqueológica, uma reminiscência de tempos pretéritos, a sobrevivência de uma espécie em processo de extinção antes mesmo de ter atingido o apogeu.

Como um exemplo possível de minoria étnica, os teuto-brasileiros - ainda que se inclinem hoje a uma hiper-identificação com a cultura luso-brasileira, o que os leva, com a ilusão de realmente terem uma chance igualitária, a assumirem a língua portuguesa como via de acesso à sociedade brasileira e a desconhecem a língua alemã enquanto língua de tecnologia, ciência e arte - são considerados brasileiros pelos alemães e alemães pelos brasileiros. Embora nos meios intelectualizados do país continuem - como herança da antiga francofilia da elite tupiniquim e disfarçado sob o pseudo-argumento do nazismo inerente a todo alemão - a existir preconceitos anti-germânicos, que não atingem tanto os alemães quanto os teuto-brasileiros. Os alemães gozam hoje do prestígio da indústria alemã, o que não privilegia, porém, os teuto-brasileiros. Estes não contam com apoio da Alemanha (pelo contrário são encarados em geral com um misto de menosprezo, rancor e suspeita), mas sofrem discriminações pelo Brasil, tanto maiores quanto mais se sai da zona

colonial alemã do sul e se entra nas metrópoles. Regiões mais pobres e atrasadas do país, como o Nordeste e Amazônia, podem estar menos atingidos pelo preconceito devido à menor presença de elementos de origem alemã, mas ele se mostra tanto mais forte quanto mais o poder está em jogo. A oligarquia luso-brasileira aceitou imigrantes para a lavoura e como mão-de-obra para a indústria, não, porém, para pensar o país a partir de outra perspectiva²

Não é de se admirar que essa minoria não tenha conseguido formular publicamente um ponto de vista mais congênito, tendendo a assumir como peculiarmente sua identidade e mentalidade proposta e imposta pela oligarquia luso-brasileira: esse ponto de vista diferenciado já foi, porém, formulado muitas vezes no Brasil, geralmente em língua alemã, sem que lhe fosse permitido converter-se, exceto como caricatura (nazismo, separatismo, alemão batata como queijo com barata, etc.), em parte da *res publica*, assim como não foi admitida, nem do lado teuto nem do lado brasileiro, participação na literatura brasileira de toda a literatura em língua alemã, italiana ou japonesa produzida no Brasil. Continua imperando o esquema colonial, em que, nos autos jesuíticos, o diabo falava tupi-guarani. Ha apenas um “discurso” oficialmente permitido, consagrado nas escolas, na mídia, nas mentes “sábias”, e muitas falas suprimidas, reprimidas, massacradas. O que importa é a vontade de poder da oligarquia.

Todos, porém, mesmo os vencedores, acabam sendo vítimas da mentalidade tacanha da - política de “assimilação”, isto é, de imposição da identidade às custas da diferença, de uma identidade grupal que se pretende superior a qualquer outra (e que é “superior” por ter mais força e poder). Considera-se o problema “historicamente resolvido”: intelectuais de esquerda têm, neste ponto, a mesma posição e postura que os fascistas tupiniquins. Impera uma *pax romana*, faz-se um profundo silêncio, e este é encarado como aceitação da melhor alternativa, enquanto dentro dele se esconde a possibilidade de um ângulo diferenciado de visão. Acaba havendo a negação de uma identidade, cuja natureza não é conscientizada, fato que não impede, no entanto, a ação do preconceito, tanto maior quanto maior a pobreza geral. Essa reação é tanto maior quanto mais houver a consciência da diferença. Não há consciência sem crítica. Essa crítica é que se torna como que “insuportável”, pois poderia exibir as limitações do dogmatizado.

A tradição de atraso econômico e científico brasileiro, o não favorecimento do pensar diferenciado das minorias étnicas, o sistemático estrangulamento do pensamento crítico, certa pobreza material e filosófica do país e outros fatores fazem com que haja um emperramento, uma falta de atualização do cânone literário e de sua interpretação: a modificação destes faz parte da superação daqueles. Não se trata de adotar alguma teoria em moda, preferencialmente de Paris, para aplicá-la em autores brasileiros. Poderia tratar-se de estabelecer um diálogo interno, já que toda a produção conceitual em língua portuguesa tende a ser ignorada no plano científico mundial. Seria ilusão, porém, esperar que o discurso vigente esteja disposto a aplaudir a fala divergente, ainda que o conteúdo latente desta seja provocado pela unilateralidade do estatuído e instituído. Por absurdo que pareça ao pensamento conservador, somente a crítica é que permite o avanço da ciência, mas, sozinha, enquanto questionamento da opinião institucionalizada, não basta: precisa dizer a que veio, para alcançar novo nível de positividade. Não se pode esperar que alcance rápida preponderância num território que há pouco ainda estava na Idade da Pedra Lascada e em que até a escravidão foi um progresso.

A tese da necessidade de substituir o complexo de inferioridade do subdesenvolvimento por uma postura de superioridade - com a suposição de que o pensamento latino-americano é superior

² GONZAGA, Antonio Gavião. Fatores de assimilação nacionalista. In: **Revista de Imigração e Colonização**, órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, v. I, n. 4, out. 1940, p. 3-4.

ao europeu porque, além de contar com herança européia, contaria também com contribuição das culturas nativas e o desenvolvimento autóctone da mestiçagem cultural - não consegue sustentar-se na prática, pois, como se sabe, nem sempre houve uma herança integral da cultura européia e as culturas nativas do Brasil não tinham um desenvolvimento capaz de fazerem delas uma efetiva antítese. As condições materiais e espirituais de produção científica nos países industrializados nem sempre são superiores: na América Latina, há espaços, embora nas condições de periferia, para a produção de ciência, que em geral não são bem aproveitadas, por causa das restrições impostas pelo sistema. O que hoje se tem com o império da mídia eletrônica, em que a fala dominante cada vez mais sufoca as falas alternativas, é a ampliação interna do que na colônia era imposto pela metrópole. Quanto maior o sufoco, menos ele aparece publicamente.

Supor que os portugueses tenham sido mais tolerantes com as culturas autóctones do que o colonialismo espanhol, francês ou inglês, não só escamoteia massacres e barbáries: faz parte da metamorfose da história em “conto de fadas” inerente à perspectiva dos vencedores, em que a crueldade (dos outros) aparece para melhor ser superada, para ser vencida pelos “melhores” (“melhores” porque vencedores). Ainda que, durante o período colonial, Portugal fosse atrasado em relação à Inglaterra e França, representou basicamente o horizonte do “progresso” para o Brasil, não tanto, porém, por sua ação administrativa, e sim porque a colônia tornou-se um refúgio de portugueses perseguidos, discriminados e insatisfeitos, assim como se tornou o refúgio de outros povos depois da independência. A verdadeira história do Brasil não está na administração colonial portuguesa, e sim na migração e na evolução social constituída contra e à margem da política oficial. Além disso, os escritores brasileiros nunca restringiram o seu horizonte de referência à literatura portuguesa: pelo contrário, quanto mais preocupados com a brasilidade, tanto mais trataram de usar outras fontes.

Ainda que na Europa prepondere hoje uma visão romântica do índio, manter as culturas tribais é perenizar o atraso. Desde o modernismo, existe uma tendência de auratizar a antropofagia: coroa-se, assim, o capitalismo selvagem. Na era da antropofagia, a escravidão foi um progresso, que logo se tornou regressão: essas estruturas sociais fazem parte do inconsciente coletivo brasileiro, e continuam existindo sob novas formas. O progresso acumula ruínas e cadáveres, alegando que são um preço a ser pago. A pretensão latino-americana de uma síntese superior da cultura nativa com a européia parte de uma ingênua crença da dialética: pode até ter alguma validade para o México e o Peru, apesar do seu trabalho, o elemento indígena e africano acumula o atraso da civilização no continente. É mais objetivo superar tais pretensões de superioridade, reconhecendo as limitações objetivas, não só pela falta de condições materiais e de pensadores qualificados, mas pela reiterada experiência de aniquilamento dos impulsos criadores através das perseguições do autoritarismo. É constitutivo, porém, da vontade de poder o gesto de reescrever de tal modo todo o lance pretérito que, afinal, se auratize o *status quo* como a melhor sociedade possível ou o melhor caminho para ela.

Certa inclinação à auto-suficiência dos “centros de excelência” nos países industrializados - com a conseqüente redução do pensamento dos países menos desenvolvidos ao olvido ou, no máximo, ao exótico ocasional, sem serem considerados parceiros de um diálogo em um contato internacional igualitário contém, no entanto, uma falácia, à medida que tende a fazer de sua visão parcial a única dimensão científica da realidade, e, de sua perspectiva, a única que conduz ao conhecimento. Sem levar em conta o que fica do outro lado e o que pode ter sido pensado da perspectiva do outro, inclusive desse “mestiço do terceiro mundo”, não é possível indiciar a totalidade. Embora esta seja uma ficção epistemológica, talvez inclusive uma categoria desnecessária e enganosa, o seu aceno é um norte para chegar à ciência.

Mesmo não se considerando imprescindível a categoria da totalidade para o conceito de verdade, já se tornou evidente, para os não-provincianos, a limitação do pensamento eurocêntrico (que não abrange a totalidade da Europa nem se reduz à Europa) ao supor que a história e a cultura de uma determinada região do planeta é a história e a cultura de toda a humanidade, como se as suas leis fossem as únicas que contassem. A freqüente arrogância de intelectuais das metrópoles, ao considerarem o seu horizonte como absoluto, só perdurará enquanto a “periferia” permanecer periferia, local de eco, não fonte geradora de ciência e de arte de ponta. Rediscutir isso, sem a auto-suficiência nativista nem a arrogância metropolitana, como o diálogo internacional já existe, o aprendizado da diferença e da contradição e a tolerância do diversificado, pode criar espaço para a formulação de um pensamento que, se não beira a “totalidade”, “logra” a verdade escamoteada. Esta, um anãozinho pequeno e feio, escondido sob a maquinaria do cânone, procura, com pequenos gestos, dentro dos lances e contra-lances de um jogo infindo, indiciar as paredes da prisão do pensamento, grades que permitem ver além do espaço vigente.

Se, com o desenvolvimento brasileiro, filhos de operários, camponeses e imigrantes têm tido possibilidade de formação superior, isso não tem levado, no entanto, a um “pensamento científico das classes ou minorias oprimidas”: é duvidoso que algo assim seja possível, pois seria pretender - como se fez, tanto sob os governos aristocratas e teocratas quanto comunistas - que um estamento ou uma classe tem toda a verdade, e outros não, o que reduz a verdade à subjetividade, ainda que de um agente coletivo. Se nas ciências naturais é fácil entender que a verdade seja uma só, nas ciências humanas e na avaliação das produções artísticas as deformações subjetivas participam na constituição do objeto: abdicar do conceito de verdade não é solução. A história demonstrou a insuficiência da tentativa de elevar o conceito de classe a uma categoria absoluta, sendo isso substituído por uma visão do fenômeno cultural a partir da perspectiva de minorias étnicas. Não seria cair, porém, no mesmo tipo de erro anterior?

A verdade, como o bom e o belo, deve superar, assim se crê, os limites imediatos de uma classe ou de um grupo étnico, mas também não se pode menosprezar simplesmente a contribuição oriunda da sensibilidade histórica e da perspectiva desses afloramentos sociais: só consegue ser mais verdadeira à medida que se aproxima de uma sempre fugidia e fictícia “totalidade”, antes uma hipótese do que uma unidade fixa e redutível a uma fórmula. Nesse sentido, a busca da “totalidade” contrapõe-se à cadeia de signos canônicos, através da qual é feita. A almejada “kalokagacia” passa pelos pequenos espaços de minorias mais ou menos olvidadas, mas precisa assumir a herança da cultura dominante, sem reduzir-se a ela. A historiografia literária não pode, porém, reduzir-se à busca da verdade como saber estatuído, pois a literatura é o espaço do avesso, assim como ela é capaz de questionar a moralidade da moral. Há uma contradição entre o cânone e a literatura, à medida que esta tende a romper os parâmetros daquele, que não se resolve pela limitação institucional de reconhecer como literatura apenas aquilo que se enquadre na estrutura profunda estatuída.

Ao ingressar-se em uma possível re-visão da história literária brasileira, é preciso rever os parâmetros de sua historiografia, abordar a sua própria abordagem. Centrais se tornam os critérios de canonização, os “gestos semânticos” consagrados. A historiografia se apresenta com a própria história. Nas condições laboratoriais da presente reflexão, essa pretensão precisa ser suspensa, assumida como intenção, ainda que na prática social brasileira ela esteja institucionalizada, seja certo poder no âmbito do sistema literário. O experimento laboratorial não altera a prática dominante, não pretende ser um novo poder, pois seria crer que o homem seja bom e poder ser melhorado pela educação. A impotência é a dimensão mesma da liberdade de refletir. Dentro do laboratório textual, reflete-se o poderio do sistema literário vigente, mas sem um poder prático de contraposição. É ilusão supor que isso permite maior liberdade para a reflexão teórica: toda

liberdade é conquista. Esta sofre a corrosão constante da pergunta “a quoi bon?” e, sem resposta nem eco, pode recair no conformismo do silêncio, no suicídio de sua própria formulação. Tal gesto não se mostra, porém, sequer necessário, pois são demasiado precárias as condições para a reflexão ser levada até o fim. Uma iluminação poderia, no entanto, provir de seu peculiar ângulo de visão.

Embora atinja o cerne de toda a cultura do país, tal reflexão tende a ser - pelo temor provocado por seu questionamento - ignorada ou reduzida a “coisa de especialista”: quanto mais substancial a sua questão, mais escamoteada a resposta. Ela pode tornar-se um reexame da identidade nacional, de alternativas heróicas, uma reflexão sobre a formação do país e de sua mentalidade, do seu relacionamento com outras culturas. O perigo mais premente que ela sofre enquanto ciência é, contudo, de ordem interna: coerência e veracidade. Ao invés de ser um passo além na historiografia e do cânone institucionalizados, ela pode constituir-se em um passo aquém: o seu problema não reside em “parecer veraz”, mas em ser verdadeira, ainda que não se predestine a ser um conjunto fechado e definitivo. Ao invés de acrescentar algo, poderia ser apenas uma regressão; ao invés de ser uma ciência, poderia não passar de um palpite apressado, sem consistência e, já por suas condições solitárias (“di-vergentes”) de formulação, incapaz de acrescentar algo ao diálogo científico. Essas acusações potenciais deveriam ser um agulhão para o esforço rigoroso.

A historiografia literária deveria diferenciar-se da história oficial, à medida que a literatura trata do não oficial, daquilo que ainda não se tornou política nem lei, da capilaridade subjacente aos fatos, da crônica e da história possível: a fantasia da história está nela presente e concreta, ela é sua “presentificação”. No entanto, a historiografia literária existente trai tais impulsos básicos subjacentes ao seu objeto e, à medida que apenas tece variações legitimadoras em torno do cânone institucionalizado, acaba fazendo realmente a auratização do percurso havido e dos vencedores da história, tentando sufocar a tensão suscitada pela força das disponibilidades em aberto. Não há história imparcial. Toda seleção de fatos sociais, elevando-os à categoria de fatos históricos, passa por um processo judicativo, que implica a opção por valores. A literatura julga esses valores com que a historiografia a julga. A historiografia literária não julga esse julgamento, ao transformá-lo em cânone. Submete-se ao ditame e aos interesses da oligarquia. Ela é, portanto, apenas um subcapítulo da história geral, mas o seu objeto poderia levá-la a ser uma instância acima dela. A historiografia literária abdica em geral de ser a consciência da historiografia geral, o espaço das alternativas abstratas da história concreta. Ao re-fletir a história, não a reflete suficientemente. Se as obras literárias contêm implícita uma filosofia da história, a Filosofia da História não encontra na historiografia literária uma parceira suficiente. Não há um sentido na história, mas a historiografia literária procura demonstrar a sua existência, mostrando-o em textos selecionados e interpretados de modo a se encontrar neles os signos do sentido que através deles e neles se constitui.

As historiografias literárias brasileiras formulam um discurso que, sacralizando a história passada, acaba legitimando as estruturas vigentes de poder e seus detentores, especialmente à medida que vê o país como utopia concreta (na Carta de Caminha, na obra dos românticos, no Hino Nacional) ou aponta problemas já solucionados. Fácil é uma literatura abolicionista, se não há, oficialmente, mais escravos, ainda que os pretos continuem sem resolver muitos dos seus problemas; fácil é a crítica ao seminário religioso, se há o ensino público, embora deficiente. O perfil dos oligarcas parece, então, adequado ao exercício do mando. A estrutura profunda do cânone, embora seja uma ficção montada a posteriori, contém uma “verdade”, que não coincide com os fatos, mas aparece como que “comprovada” pelos textos que ela mesma seleciona para, assim, provar que está correta: ela é “adequada” aos interesses dominantes. Além das histórias e das versões não contadas da historiografia oficial, a ficção apresenta, ainda, histórias possíveis, não apenas a história havida. Nesse sentido, é preciso pentear a história a contrapelo, para descobrir

suas estruturas subjacentes: isso não como simples desafio ao poder, mas como maneira de superar limitações do discurso partidário. Se não, corre-se o risco de apenas repetir parcialidades, racionalizações de interesses, como se fossem a realidade. Isto a dois níveis: da seleção e da interpretação dos textos. Escrita da perspectiva da oligarquia luso-brasileira, a historiografia literária vigente serve para inibir a evolução da própria literatura brasileira, que ainda não desenvolveu o potencial da diversidade de perspectivas oriunda do choque entre culturas e formações das diferentes etnias.

O que se pode fazer hoje é o esboço de um novo percurso, os prolegômenos de uma perspectiva que, embora pareça unilateral e sacrílega, é uma sacudidela necessária ao emperramento do canonizado, prenunciando o surgimento de uma literatura que reflita o encontro e desencontro de culturas no país. Todo texto contém em si outro texto, que o nega, mas não existe sem ele. É a sua alternativa interiorizada. Esta sobra, que o acompanha às costas e não vista pelo que marcha em frente, é a verdade secreta do sistema, tendendo inclusive a ser o avesso do seu discurso manifesto. É como o conteúdo latente do sonho ou do ato falho, uma fala segunda aflorando, pela falha, um fiapo de luz em meio às trevas (trevas que se apresentam como certeza e luz). Esse outro texto está presente no texto, mas somente se chega a ele através da interpretação. É um anti-sistema do sistema, que a dominante do texto e de sua interpretação não quer que se perceba, pois o nega e sugere caminhos de superação. Todo sistema gera seu anti-sistema, ainda que não o queira.

Não se trata de inventar um texto arbitrário que o escritor deveria - segundo o hermeneuta - ter escrito, mas não escreveu por causa das cadeias impostas pelo sistema. Esse outro texto, esse texto alternativo está inscrito no texto manifesto, e é, mais que o seu outro lado, uma possibilidade em aberto, que ele não ousou percorrer: é o horizonte do seu questionamento, de onde o seu percurso se mostra como limitação e errância. A história inscreve esse outro texto no próprio texto, sem que o autor saiba que o fez. É como se o autor desse outro texto não fosse um autor, mas a evolução das contradições sociais. Trata-se de tornar produtiva a contradição entre o conteúdo manifesto e o conteúdo latente do texto, como se fossem dois textos disfarçados em um só. O novo texto, gerado a partir da auscultação do texto latente - seja em forma de crítica, seja em forma de novo texto literário -, pode tornar-se mais que a explicitação do reprimido: pode escutá-lo em sua liberdade, como um novo ente, um outro ser.

No continente sul-americano, não há razão para os descendentes europeus continuarem desconsiderando a sua herança cultural, mas eles também não têm razão para assumirem a “razão” européia como sendo a sua. Todos os emigrantes saíram da Europa porque não havia espaço para eles em sua pátria: transmitem a seus descendentes um legado de repulsa e desidentificação, que lhes dá força para superarem a repulsa que sofrem na nova “pátria” e os impulsiona para assumirem como sua a identidade que lhes é ditada pela oligarquia local. Emigrantes eram pessoas que não deviam ter existido, e que procuraram na América reencontrar uma razão de existência. Procuraram fugir à contradição, de uma economia que cada vez consegue sustentar mais gente, precisando de menos gente para sustentar-se, mas acabam por condenar seus descendentes a essa lei geral. Sul-americanos estão condenados a assumirem como seu destino o gesto implícito nos calcanhares dos seus antepassados, voltando as costas à Europa e tratando de construir outro mundo. A mestiçagem intelectual, que tende hoje a impor o “nacional popular”, pseudo-nativo, como alternativa à milenar prepotência européia, pode levar também à liberdade da desidentificação com cada desses dois mundos, tão semelhantes sob sua aparência de diferença.

Será que uma minoria étnica, religiosa, filosófica ou política, situada no ponto de convergência e de divergência entre os hemisférios, pode desenvolver uma sensibilidade especial, uma visão peculiar de um conglomerado cultural como a literatura brasileira? Por que não foi

tornado fecundo o problema do preço pago pelo abandono de uma identidade cultural para assumir outra? - Ainda que nenhuma perspectiva se constitua em uma unidade sem contradições, a perspectiva luso-brasileira não é a teuto-brasileira, e esta não é a alemã. Pelo contrário, a perspectiva alemã tende, hoje, a aproximar-se mais da primeira que da segunda, e, invertendo uma experiência secular, a segunda assume cada vez mais a primeira como sua, afastando-se da terceira. Uma postura considerada tipicamente alemã - a do nazista arrogante e prepotente - e que, no Brasil, tem sido há dezenas de anos voltada contra os teuto-brasileiros para melhor intimidá-los, foi muitas vezes adotada também pelos próprios teuto-brasileiros em relação aos alemães, especialmente no contato entre imigrantes recentes e descendentes de imigrantes.

Tendo o Brasil se formado - na perspectiva dos senhores da metrópole - como “lata de lixo da história” onde foram jogados “a escória da sociedade”, “aqueles que não deviam ter nascido”, “o restolho dos diversos continentes”, essa reprimida e escamoteada experiência de rejeição dos antepassados está subjacente em todos, sem que a literatura tenha sabido até hoje elaborar propriamente esse tema, embora ele esteja contido em toda a exaltação nacionalista. Nesse sentido, o problema de uma imigração como a alemã é o mesmo de todas as outras minorias étnicas, e não só a dos imigrantes, mas também dos negros, que vieram como forçados; dos índios, que perderam o domínio da terra; e até mesmo dos portugueses, que em geral não vieram como enviados da corte, e sim como condenados, discriminados, pessoas sem boas chances de desenvolvimento na terra de origem. Contra a própria vontade, todos viram-se obrigados a buscar no território brasileiro o espaço de sua esperança. O problema das minorias é o problema da maioria, é o problema de quase todos. Só que a literatura brasileira, o cânone literário, sua historiografia e seu sistema de ensino ainda não entenderam isso até hoje.

Ainda que o brasileiro conheça melhor a situação interna de país e o modo de sobreviver nele, a diferença entre o valor do trabalho do brasileiro e do trabalhador da metrópole reproduz e mantém a superioridade desta em relação à colônia. Se emigrar da Alemanha ou do Japão no século XIX é compreensível, a imigração para o Brasil, e não para o Canadá, a Austrália ou os Estados Unidos demonstra-se como tendo sido um trágico engano histórico, tanto pelo preconceito e o atraso encontrados dentro do país quanto pelo menosprezo e pela repulsa de seus descendentes na terra de seus antepassados. Como o teuto-brasileiro tradicional não via contradição entre ser bom brasileiro e manter uma ligação afetiva com a Alemanha, ele tendia a ajudar o imigrante, o empresário ou o visitante alemão que aparecia no Brasil. Este processo, porém, quase já se encerrou. O fato de a Alemanha não ter feito maiores investimentos industriais, tecnológicos ou educacionais no sul do Brasil é apenas uma expressão da mesma síndrome.

Isso tem sido fonte não só de ressentimentos, mas - especialmente com a ascensão do nazismo e a imigração de nazistas depois da guerra - de um afastamento. Muito teuto-brasileiro com o direito de pedir a cidadania alemã, podendo obter vantagens com isso, tem-se recusado a fazer isso. Este talvez seja um dos segredos da relativamente pequena “Rückwanderung” (reimigração) de teuto-brasileiros para a Alemanha, apesar de todos os problemas existentes no Brasil. Ainda que a historiografia brasileira insista num plano alemão de incorporação do sul do país, os emigrantes alemães foram basicamente encarados como traidores da pátria. Com a recuperação alemã após a Segunda Guerra, cresce um secreto temor teuto ante hordas de descendentes de alemães oriundos do terceiro mundo, a devorarem suas economias. A evolução dos alemães na Alemanha e a dos teuto-brasileiros no Brasil criou duas mentalidades antitéticas, onde encontros têm acarretado graves desencontros. Os teuto-brasileiros sentem-se com frequência menosprezados pelos alemães. Os Wolga-Deutsche, perseguidos na União Soviética, decidiram reimigrar em massa para a Alemanha. Algo similar pode ainda ocorrer com descendentes de alemães em outras regiões, se eles forem discriminados e não avistarem alternativas para os filhos. Perseguições a minorias podem voltar a

ocorrer. No caso do Brasil, caso a sua cultura permita a contribuição das várias minorias, tanto mais facilmente elas podem ser absorvidas no todo, e tanto mais forte e diversificada pode ser a cultura resultante.

Sabe-se que, à época de Bismarck, os emigrantes alemães foram abandonados pelo governo alemão no exterior, tendo sido inclusive considerados traidores. O teuto-brasileiro acaba sendo duplamente condenado pelo gesto dos seus antepassados: um vez na Alemanha, outra vez no Brasil. Ainda que a base da emigração alemã para o Brasil no século XIX tenha se dado como rejeição implícita àquilo que levou ao militarismo e ao nazismo, dentro do Brasil ele tem sido e continua sendo secretamente identificado com o estereótipo do nazista. Dentro da Alemanha, se não é menosprezado como subdesenvolvido, ao mesmo tempo não encontra espaço para a volta: é tratado como estrangeiro. Como o nazismo volta a crescer na Europa Ocidental, preocupada em manter seu padrão de vida, o teuto-brasileiro sofre na Alemanha sutis formas de discriminação, assim como as sofreu e sofre no Brasil. Podendo ser um mediador entre culturas, ele é duas vezes excluído. Não há lugar certo para ele. As colônias em que se refugia são um abrigo provisório, sem certeza histórica.

Há uma parcela de alemães e teuto-brasileiros que têm conseguido restabelecer o diálogo e o contato entre si, seja porque o teuto-brasileiro assume a sua herança alemã, seja porque o alemão se mostra aberto a compreender e colaborar. Até hoje, temendo críticas e represálias, o governo alemão quase não tem desenvolvido programas de assistência e colaboração especificamente para as zonas de colonização alemã no sul do Brasil, mesmo que os investimentos tivessem maior efeito multiplicativo, beneficiando o resto do país. Durante mais de um século, os teuto-brasileiros conseguiram, com grandes esforços, desafios e sacrifícios, manter a língua e a cultura alemã no Brasil, até que as guerras mundiais deram pretexto ao fascismo brasileiro para que quase tudo fosse destruído e aniquilado.

Se há uma herança de discriminações dentro do Brasil em relação aos teuto-brasileiros, portanto uma dívida não reconhecida e não paga da sociedade brasileira, há também uma dívida alemã para com os teutos que se viram forçados a emigrar. A política externa de um país tende a ajudar só à medida que a ajuda é uma auto-ajuda, não apenas no sentido de possibilitar ao ajudado ajudar a si próprio, como especialmente no sentido de essa ajuda proporcionar retorno a quem a presta. O teuto-brasileiro não é considerado propriamente um brasileiro no Brasil nem alemão na Alemanha. Como intermediador de cultura e, ao contrário das teorias correntes de mestiçagem, ele em geral não ganha dos dois lados, mas perde em ambos. Isso pode dar-se concretamente por diversas formas de discriminação mais ou menos sutis, que vão desde camuflados bloqueios na carreira profissional até agressões na rua. Quem não é teuto-brasileiro, provavelmente também não é capaz de perceber isso. Aos representantes alemães no Brasil interessa, sobretudo, associar-se aqueles que, no país, representam o poder. Neste sentido, o teuto-brasileiro está fora do interesse. Nos subterrâneos das duas sociedades ele vem atuando, embora sem apoio oficial há mais de um século e meio como intermediador cultural. De flores e hortaliças, máquinas e serviços especializados, orquestras e corais, ele tem servido de ponte no “diálogo norte-sul”.

O que parece ser apenas a problemática diferença de uma minoria, é a instância privilegiada do relacionamento entre dois mundos. Para seus agentes, no entanto, ao invés de ser uma vantagem, torna-se um duplo *handicap*. No momento em que se insere este tipo de questão no exame literário, em que não se faz mais de conta que a literatura brasileira é uma literatura de perfil único e que cresceu e se desenvolveu de modo autóctone, nem que ela é um ramo derivado apenas do tronco da literatura portuguesa, mas derivada, segundo as necessidades internas e as dependências culturais externas, de modelos oriundos de diversos países, então essa perspectiva “mestiça” (que, no caso,

não é apenas mulata nem cabocla) acaba sendo uma instância estratégica para superar a cegueira inerente à perspectiva hoje dominante.

Que isso não seja ainda reconhecido nem apoiado por nenhum lado, apenas demonstra mais uma vez o problema. Quanto maior ele é, menos se fala dele. Não há apenas um “diálogo norte-sul”, mas um “conflito norte-sul”, em que o sul tem estado predestinado a perder, e, no Brasil, o contato entre ocidente e oriente pode mostrar mais potencial de diálogo entre japoneses e alemães do que entre negros e índios. No Brasil, há um conflito interno entre a tendência à europeização e a tendência à africanização. A primeira também tem sido chamada de “modernização”, e a segunda é aquela que pretende ser autóctone defesa da mestiçagem, da cultura caipira, do nacional e do popular. A pretexto de seguir a esta em suas estruturas de superfície, o cânone tem-se definido basicamente por aquela. Não se trata de afirmar rapidamente que se trata de alternativas falsas, portanto de não-alternativas, e que é preciso seguir um caminho próprio. Não há maneira de escapar a essa polarização, quer seja ela citada nesses termos ou em outros.

Na literatura brasileira a imagem do alemão é basicamente negativa. Ele é identificado com o que se tornou o estereótipo do nazista: prepotente, arrogante, brutal, traiçoeiro e perigoso. Mesmo quando a imagem parece positiva - como homem das ciências em Taunay ou Guimarães Rosa -, ele é mostrado como ridículo, estranho, incompreensível, maluco. O alemão passou a aparecer na literatura brasileira à medida que houve imigração alemã no Brasil. Em suma, a questão básica era interna, não externa: expressava a postura da elite luso-brasileira diante da minoria de origem teuta. Enquanto as Alemanhas estiveram separadas, foi fácil identificar a Oriental com a imagem negativa e a Ocidental com a imagem positiva. A imagem da França no Brasil é basicamente positiva, como país da cultura e da civilização. Isso decorre provavelmente da francofilia da elite luso-brasileira, que foi assimilada pela linha do nacional-popular: sendo a língua francesa mais próxima do português que as línguas das culturas um tanto próximas e representativas como a inglesa e a holandesa, os portugueses preferiam identificar-se culturalmente com a França para não se sentirem devorados pela Espanha. A reatualização e reavaliação do cânone literário brasileiro participa da reavaliação da história geral e da tradição metafísica.

Não é por acaso que se encontra, num jornal alemão de 1/08/1906, o seguinte registro sobre Sílvia Romero, o pai da historiografia literária brasileira e de todo o ensino da literatura brasileira:

“Há pouco, o Brasil deixou-se arrastar a uma animosidade, para a qual simplesmente não há fundamento, pois, ao refletir com calma, todo aquele que pensa racionalmente há de reconhecer que a Alemanha jamais há de se meter numa empreitada tão aventureira e temerária quanto seria a anexação dos Estados sulinos brasileiros. Um conhecido intelectual brasileiro, o Dr. Sylvio Romero, chegou a ir nos últimos tempos tão longe, a ponto de solicitar leis de exceção contra o elemento germânico: a proibição da compra de grandes extensões de terras por empresas alemãs; medidas que impeçam contatos entre as colônias alemãs; localização de navios de guerra nos portos do Sul e fundação de fortes colônias militares nesses Estados, a fim de impedir neles a expansão dos alemães”.³

³ *Südamerikanische Rundschau*, Berlin, 1/8/1906, p. 19. Staatliches Hauptarchiv Potsdam, Akte 30 315. “Kurz man hat sich in Brasilien in eine Animosität hineintreiben lassen, zu der schlechterdings gar kein Grund vorliegt, denn bei ruhigem Überlegen wird sich jeder vernünftig Denkende sagen müssen, daß es Deutschland niemals einfallen wird, sich in ein so abenteuerliches und waghalsiges Unternehmen, wie es die Annexion der brasilianischen Südstaaten ist, einzulassen. Ein bekannter brasilianischer Gelehrter, Dr. Sylvio Romero, ist letzthin so weit gegangen, Ausnahmegesetze gegen das Deutschtum zu verlangen: das Verbot des Ankaufs großer Landkomplexe durch deutsche

A postura de opressão contra a minoria teuto-brasileira é anterior à Primeira e à Segunda Guerra Mundiais, é anterior ao nazismo e a Auschwitz. Não se pode dizer que essa história posterior serve para confirmar a clarividência de um “Sylvio” Romero, que teria reconhecido “o perigo alemão” bem antes de acontecer o pior na Europa. A “criminalização da vítima” continua até hoje. A declaração de que a Alemanha não pretendia anexar o sul brasileiro é historicamente verdadeira, como o é também o projeto norte-americano de tomá-lo em 1942. Subordinado aos americanos, o governo luso-brasileiro tomou medidas contra os teuto-brasileiros como se a anexação estivesse a caminho. Não foi uma ação contra a Alemanha, mas contra uma parte da população brasileira, contra uma minoria étnica. O que Romero propôs, foi basicamente feito, e foi feito até além do proposto. Há muitos intelectuais brasileiros, que, de um modo menos claro e talvez menos consciente, têm a mesma postura anti-germânica. Aos teuto-brasileiros impuseram assumir como sua a identidade hegemônica lusa, “assimilando-se”, isto é, assumindo como sua a identidade do outro, do inimigo. A reavaliação dos antepassados oscila entre o folclore e o ridículo, sem perspectiva de evoluir.

Romero é apenas um dos representantes do preconceito anti-germânico, que têm acarretado discriminações contra teuto-brasileiros. Esse processo continua, sem ser reconhecido. Quanto pior a situação do país, tanto mais aumenta a discriminação. Não sendo preconceito reconhecido como tal nem pela maioria das vítimas, ele se multiplica impune. A vítima acaba fazendo o que o seu algoz quer que ela faça: interioriza a repressão e passa a assumi-la como tratamento justo, sequer como castigo. Esse preconceito contra o teuto-brasileiro é apenas um exemplo para algo que tem ocorrido contra outras minorias. Quanto maior a miséria, tanto pior a situação das minorias. Autoritária, aventureira e antidemocrática é a tradição histórica brasileira, e não há fundadas razões para acreditar que o futuro vá mostrar-se diferente. O cânone da literatura brasileira serve tanto para auratizar essa tradição quanto para aniquilar a cultura peculiar a cada uma das minorias.

O processo de destruição dessas culturas minoritárias dentro do Brasil em nome de uma cultura também minoritária e que não é necessariamente superior às destruídas já se completou e não tem mais volta. Museus, corais, arquivos e grupos folclóricos são apenas formas de velório: quanto maior o cultivo, mais morto o defunto. Não se trata, portanto, de lutar - mesmo uma luta sem qualquer perspectiva de vitória - para que uma minoria tenha mais poder, ou seja menos discriminada. Não há mais nada a falar. A destruição está feita, não tem mais volta. O genocídio espiritual pertence à história, ainda que não seja reconhecido. Um mínimo a fazer é depositar flores em monumentos inexistentes, pois inadequados à dominante. Também não pode haver intenção de vingança, pois, além de ela não ser concretizável, qualquer gesto negativo atribuível à minoria serve de pretexto à repressão. Não há mais quase nada em nome do qual se podem concretizar alternativas. Os primeiros agentes da repressão seriam hoje as próprias vítimas.

A discriminação existente contra o “boche” na literatura brasileira não se reduz àqueles que procuram atacar “o alemão nazista”: embora haja uma tradição autoritária entre alemães, o preconceito confunde todo alemão com um nazista, o que é uma forma de fascismo, a pretexto de combatê-lo. Ainda que boa parte da imigração alemã no Brasil seja derivada das correntes democráticas liberais, de pessoas forçadas a saírem da Alemanha em função do fracasso da Revolução de 1848, seus descendentes têm sido, no Brasil, vítimas do preconceito anti-germânico

Unternehmungen; Maßregeln, die eine Fühlungnahme der deutschen Kolonien untereinander verhindern; zwangsweise Erlernung der portugiesischen Sprache; Stationierung von Kriegsschiffen in den Südhäfen und Gründung starker Militärkolonien in diesen Staaten, um die Ausbreitung der Deutschen dort zu verhindern”.

da elite brasileira, oriundo da formação francófila da oligarquia lusa. Esse ódio cita as atrocidades do nazismo alemão, mas é historicamente anterior. Para franceses e brasileiros, um Luis XIV foi o Rei Sol, enquanto os alemães lembram a quantidade de castelos, bens culturais e vidas humanas que os seus exércitos destruíram na região do Reno e do Mosela, gesto repetido por Napoleão e que levou tantas pessoas dessa região a emigrarem, o que seus descendentes sequer lembram, pois a história que lhes é ensinada omite fatos determinantes.

O filósofo francês Bernard-Henry Lévy tocou no nervo dessa problemática européia:

“Nós temos na França duas antigas tradições: o anti-americanismo, cujas raízes ideológicas são profundas, sobretudo na direita, e cujos temas foram assumidos pelos gaulistas e, depois pelos extremistas de esquerda. E, ainda mais antiga, a germanofobia. Aí falo dos intelectuais, não do povo. (...) Eu falo de ódio, de verdadeiro ódio. (...) Será que há uma explicação para a xenofobia e chauvinismo? A única que eu tenho é uma espécie de patologia narcisista, um espasmo do sentimento de valor pessoal. Se existe algo assim também na Alemanha - em relação aos franceses -, não o posso afirmar: em todo o caso, isso existe entre nós na França. (...) Eu não acredito de fato em amizade teuto-francesa, no eixo Alemanha-França como base para a Europa. Sobre isso falam os jornalistas (...) Aos antigos preconceitos e mal-entendidos, que são parte da nossa cultura - eu já aventei a germanofobia -, acrescentaram-se a Segunda Guerra Mundial e o horror de Auschwitz. (...) O crime de Auschwitz há de ficar inolvidado até o fim dos tempos. O hitlerismo não é para mim apenas um acidente da história alemã. No entanto, penso que nesse âmbito a França não tem necessariamente o direito de ministrar lições. Tampouco acredito que a inteligência francesa tenha conduzido melhor (que a alemã) a sua conscientização do passado. (...) Pelo contrário. Onde está o Günther Grass francês? Onde o Heinrich Böll francês? Na Alemanha, ao menos entre os intelectuais, havia uma disposição, que precisa ser bem reconhecida, de se confrontar com o crime e pagar por ele. Não observei algo semelhante na França, embora os crimes não sejam comparáveis. (...) Sim, todos sabem que o colaboracionismo foi desejado pela França e foi ao encontro das determinações dos ocupadores alemães”.⁴

Essa questão franco-alemã é, não só entre a inteligência, um problema também brasileiro, como o é a tendência intelectual de só valorizar um trabalho intelectual à medida que espelha correntes e autores publicados em Paris. Há uma diferença entre a oligarquia brasileira, que aderiu artificialmente a uma cultura afrancesada e a uma postura francófila como se esta se confundisse com espírito democrático, e a herança cultural levada no interior de uma imigração como a alemã. O teuto-brasileiro foi desligado à força de sua herança lingüística e cultural: foi-lhe imposto, de modo abrupto e sem anestesia, um corte com sua língua, identidade e cultura. Ampliou-se a tragédia inerente ao gesto emigratório. A emigração, ditada pela necessidade, sublinhou-se como busca de utopia. Ela não pode ser idealizada nem continuar silenciada. Para a idealização, sobram defeitos e carências; para o silêncio, compensação suficiente à perda imposta. Hoje, de país de imigração, o Brasil já se tornou, a partir da ditadura militar, país de emigração.

Não se pode fazer também de conta que o corpus é compacto e unitário, capaz de abranger todos os aspectos básicos da experiência nacional. Há experiências fundamentais perdidas sem

⁴ *Der Spiegel*, n. 14/1991, Hamburg. 1/4/1991, p. 211-216.

registro, irrecuperavelmente: sua lacuna, no entanto, existe. E deveria ser levada em conta no sistema. Novas obras afloram novas leituras de obras antigas, sensibilidades criadas por tensões do presente podem levar a uma percepção de dimensões ocultas às leituras vigentes de textos tradicionais. O passado é o que há de menos definitivo. Ele muda a cada época, se reescreve a cada mudança maior do presente. E, no entanto, tudo continua basicamente igual.

O silêncio dos oprimidos faz-se através da fala dos consagrados no cânone: não só se auratizam textos que não têm densidade nem qualidade poética: a injustiça é a lei permanente do poder. Consagra-se a crítica e a historiografia que consagra aqueles que convém ao sistema dominante que sejam consagrados. Os outros, independente de talento ou coerência, são expulsos, desacreditados, silenciados. Na melhor das hipóteses, a seleção do cânone é um pacto provisório de forças contraditórias, que precisam ser decifradas pela análise de pontos sintomáticos da tecitura textual. Não se podem reparar as “injustiças” cometidas, há prejuízos irreparáveis. A justiça, tardando, falha sempre. Não se pode aí efetivar um Juízo Final: esta ilusão não é dada a ninguém, especialmente não àqueles que mais dela precisam. O que se pode é propor algumas perspectivas de reexame, passos de um percurso que se perde no ignoto, como se houvesse alguma razão no revelar os enganos da razão. Encontrar a razão das estruturas não significa aceitá-las ou vê-las como racionalidade última.

Cinco séculos de dependência e periferia tornaram tão intrínseca a dominação externa no Brasil que ela se tornou sua natureza, não sendo mais propriamente percebida como um comando e um discurso externo, a corresponder antes ao modo de o outro perceber as determinações do objeto interno que ao modo de este realmente ser ou poder ser. A isso se acrescenta o problema de que as minorias - e no todo elas são maioria - sofreram a imposição de uma identidade que não a sua. Acaba sendo assim duplamente “natural” assumir a visão do outro como a própria, não se percebendo mais como se está dominando enquanto se pretende estar emancipado: o único modo de ser é ser outro, ser como o outro quer que se seja.

O “primeiro”, o “autêntico”, não é uma cultura indígena antiga, mas uma imagem ideal dos antepassados, uma espécie de “falsificação” da “cultura” e da “tecnologia” da idade da pedra lascada e, no caso dos descendentes de imigrantes, uma imagem ideal da figura e da pátria dos antepassados. Em ambos os casos, o “primeiro” não é primeiro, mas uma construção a posteriori; não é um “autêntico”, algo que realmente tenha existido, mas um produto da fantasia, em que as necessidades e desejos do presente se conjugam a dados do passado para constituírem uma projeção de um modo de ser e sobreviver no futuro. Se esse “primeiro” não é inicial, o que vem depois não vem depois, mas de fato o depois vem antes daquilo que se supõe que tenha existido antes. O autêntico é imitação e, portanto, não pode ser jogado contra o imitativo como uma instância mais legítima. As duas alternativas são falsas, e não se chega à verdade pela soma de ambas.

Para a identidade brasileira, mais fundamental que a imagem ideal dos antepassados indígenas ou dos tataravós dos imigrantes, é a imagem lusa. O seu grande monumento ideológico encontra-se em *Os Lusíadas*. Camões auratiza a Reconquista, a separação da Espanha, a Expansão Ultramarina: cria um herói lusitano em Vasco da Gama, que não tem a força e o espírito interior do homem da Renascença. Nada disso impediu que fosse divulgado no Brasil como parte fundante da brasilidade, como se todos os brasileiros, ainda que descendentes de índios, alemães, italianos ou japoneses, tivessem de assumir isso como se fosse o seu próprio passado. A massa dos portugueses não veio por causa de uma política oficial de colonização, mas justamente contra o sistema vigente em Portugal: queriam para si e seus filhos algo melhor que ele permitia.

Tem-se aí o mesmo processo de inventar uma imagem ideal, um protótipo da raça: a imagem idealizada do índio, o casal caboclo adâmico, o zumbi entre os afro-brasileiros, uma Alemanha ideal

entre os teuto-brasileiros, uma Itália de pizza e tarantela entre os ítalo-brasileiros, etc. Todos os grupos são forçados ou convencidos a reprimirem e suprimirem a sua imagem ideal, enquanto a lusitana da Reconquista é imposta a todos como se fosse de todos. Tais alternativas são “falsas” idealizações, imagens sublimadas da dura necessidade que ditou os passos dos antepassados de todos. Não há, no fundo, senso crítico quanto ao que realmente constituiu o processo histórico. Em geral, não há sequer consciência quanto ao que significa impor uma imagem às outras, até mesmo através de recursos didáticos como utilizar estrofes da epopéia camoniana para fazer análise sintática.

Peruanos e mexicanos podem orgulhar-se de muitos aspectos de sua colonização pré-colombiana; os brasileiros, como argentinos, uruguaios e outros, aparentemente não. Isso pode ser fruto de uma dupla ignorância: a do próprio passado e a do passado alheio. De nada adianta um passado grandioso, se ele não garante um presente farto e um porvir com progresso. Quanto maior a grandeza passada, maior a desgraça que a miséria atual presentifica. A imagem do passado pouco tem a ver com o que realmente ele foi, mas com a imagem que cada sujeito e cada povo procura fazer de si próprio: uma imagem idealizada, em que se projeta o futuro no passado conforme desejos dominantes no presente. Nesse sentido, uma disputa sobre o melhor passado tende a não perceber o ponto central, nem a ver quais os aspectos a serem preservados e quais as heranças negativas que prejudicam a vida presente.

A interiorização da dependência e da identidade do outro como se fosse a identidade própria torna-se como natureza primária. Esta, no entanto, não existe. A dominação continua, inclusive, na postura nativista, aparentemente antitética à dependência, de idealizar o índio ou/e achar que o escritor pode fazer tudo por si, desprezando a colaboração de fora. Ela continua também em categorias como o do “real maravilhoso” ou do “realismo mágico”, em que o nativo assume como sua a visão fantasmagórica que o europeu tem dele. Excluindo o confronto com os parâmetros das culturas mais desenvolvidas, não se exclui a concorrência, o afloramento de informações que ela não detenha e possua. A cultura que se declara dominante não tem papel predominante na arte, na ciência ou na tecnologia contemporânea, embora o domínio interno pareça garantir-lhe esse papel.

Há uma tendência a auratizar o que articula o sistema e a rejeitar o que formula os limites da dominante. Eles tendem a não ser delimitados com clareza, para não serem reconhecidos como tais. Pensa-se dentro desses limites, e o resto não se enxerga mais: passa ser inexistente. Institucionaliza-se a cegueira no próprio gesto de ler, mostrar e ver. O “cânone” conota sempre o dogmatismo religioso, a repetição institucional e reiterada dos mesmos textos, em todas as antologias, livros escolares e historiografias, a serem sacramentados pelos intérpretes consagrados. Do que se produz intelectualmente no país, pouco tem sido levado a sério na comunidade internacional, que não deve ser confundida com alguns aliados da mesma linha: se, por um lado, essa produção tende a carecer de densidade bibliográfica, informacional e conceitual, por outro há, no primeiro mundo, uma tendência à arrogância, geralmente proporcional à sua ignorância quanto à produção científica em línguas que domina ou territórios que não ocupa e ao temor à concorrência de “colegas” de fora. Sem articular os limites do sistema, não é possível transcender a sua limitação. Ao transcender, rompem-se tabus, garantias da ordem constituída. Onde isso pode ser feito, não interessa; e onde interessa, não tem podido ser feito: no exterior, há uma tendência no sentido de não considerar como parte do discurso teórico o que articula a especificidade brasileira, pois não parece possível fazer ciência do que é considerado irrelevante.

Se há mais de duas literaturas dentro da produção literária no Brasil, mais de duas historiografias deveriam existir: as exegeses canônicas - de Sílvio Romero, José Veríssimo, Antônio Cândido, Afrânio Coutinho, Alfredo Bósi e similares - são, apesar de suas diferenças, antes

continuações, complementações e variantes de um mesmo esquema fundamental e de um único cânone do que aberturas para outras “literaturas” além dessa “primeira”. As outras “literaturas” existem, ainda que olvidadas ou suprimidas. Há uma literatura brasileira em língua alemã, publicada em milhares de jornais, revistas, anuários e livros; existiu uma literatura oral da senzala entre os negros ou da casa dos homens entre os índios. É uma ilusão e um engodo supor que a literatura brasileira expressa o povo brasileiro: ilusão de quem crê nisso; engodo de quem propõe, pois atende à ideologia da oligarquia como única perspectiva válida.

Sílvio Romero, pai da historiografia literária brasileira, inimigo da imigração alemã, queria destruir a língua e a cultura do imigrante alemã, propôs o estacionamento de navios de guerra nos portos do sul, a criação de quartéis nas zonas de colonização alemã para vigiar e perseguir os teuto-brasileiros: propôs o aniquilamento espiritual, e, se necessário, o aniquilamento físico do elemento de origem teuta. Se o primeiro gesto não foi executado em maior escala, restringindo-se a casos isolados, embora não ocasionais, o segundo é um fato histórico, executado com astúcia e força, de modo sistemático. A historiografia literária brasileira não está isenta do segundo gesto: é um dos seus instrumentos. Se não imperasse a hiperidentificação do imigrante e seu descendente com a perspectiva da oligarquia luso-brasileira, a historiografia literária seria encarada com desconfiança: não apenas como a cultura do outro, cultura do inimigo, cultura inimiga, mas como cultura do carrasco, daquele que decepcionou a cabeça dos avós. Seria natural, então, a atitude defensiva. Mas não. O que se fez, por exemplo na zona de colonização alemã do Rio Grande do Sul foi traduzir Alencar e Machado para o alemão. É um sintoma de comportamentos similares: a identificação da vítima com o agressor. Como contrapartida não basta uma identidade idealizada dos antepassados, que não sabe a razão de sua fantasmagoria.

Parecendo um inocente jogo de palavras entrecruzadas, e geralmente não sendo enquanto cânone mais que uma legitimação do *status quo* e uma auratização do desenvolvimento político de país, a literatura oferece a possibilidade de encenar embates radicais do destino, de sistemas sociais e ideológicos. O que ela pode fazer não é, porém, o que o cânone gosta de impor às crianças do país. Ela pode garantir um espaço mínimo de sobrevivência, no fundo da gaveta, para não cair na alienação de assumir a identidade do outro como própria, ainda que esse outro tenha todo o poder e, aparentemente, todo o saber. Não se pode esperar que a pátria dos antepassados dos descendentes de imigrantes garanta espaço para um discurso diferenciado, sustentando uma visão diversa: pelo contrário, lá se oscila entre a absoluta indiferença e a repetição do que a exegese canônica e canonizante dizem sobre a evolução brasileira. Sequer há maior compreensão para um passo nesse sentido, pois as “pátrias de origem” renegam os descendentes no Brasil, temem inclusive que reapareçam como bandos de mendigos: jamais os encaram como dignos representantes ou continuadores de sua própria cultura. Ao invés de facilitar a aproximação, a origem comum revela-se impedimento. A tendência vai antes no sentido de, com raras exceções, encarar a cultura mista como decadência e degeneração.

Por sua identificação com o dominador, não se pode esperar que as minorias dominadas assumam como sua uma visão que não é idêntica a do sistema historiográfico dominante: pelo contrário, descendendo de antepassados tidos por gente de menor valor (selvagens, escravos, imigrantes famintos, refugiados, perseguidos políticos), vêm-se levados a assumir com gratidão e medo a alternativa que lhes é imposta pelo sistema escolar e editorial: supõem estar aí a sua chance de chegarem a alguma cultura e subirem na vida. Vendem a alma ao diabo como se a estivessem entregando a Deus. Não se articula uma consciência diversa. Não há propriamente espaço alternativo. Nem por isso o problema deixa de ser real, e alguma verdade outra esconde sob a solução aparente. Tende-se no entanto, a encarar como ciência o que é a ideologia, e como ideologia o que poderia ser um passo na direção de uma nova ciência, de uma diversificação do

cânone literário brasileiro. Não se pode confiar, porém, que vá ocorrer uma abertura no sistema nem se pode apostar na razão e crer na libertação pela palavra, na libertação da palavra.

Do hipotético ponto de vista dos excluídos da luso-brasilidade (inclusive a maior parte dos imigrantes portugueses e seus descendentes), o cânone tem coerção, tabu e tirania, não tem a menor sacralidade nem expressa o que seus antepassados vivenciaram nem o que eles próprios sentem e sofrem. A literatura que a eles interessa não é considerada literatura pelo cânone nem tem espaço nas escolas, livros e jornais para transformar-se de texto em discurso. Como eles não existem para o cânone, a literatura do cânone também não existe propriamente para eles. Vertentes sufocadas podem tornar-se fontes de inspiração para obras a serem incorporadas a um novo cânone. Faz-se de conta que o cânone expressa a população brasileira, como se faz de conta que, com a Semana de Arte Moderna, o Brasil chegou à autonomia e independência cultural. Essa crença espalhou-se pelo sistema universitário, excluindo a consciência da condição periférica, subdesenvolvida e dependente. O conflito Norte-Sul é, no entanto, fundamental. Um Machado de Assis não teria sido possível sem independência política e a organização de um sistema editorial e jornalístico próprio: o problema literário básico não é poético, mas político: superação da mentalidade colonial, espaço para os excluídos, metamorfose do seu texto em discurso institucional.

A revisão do cânone literário brasileiro implica uma prévia revisão do relacionamento entre o cânone literário português e o brasileiro, já que este é montado como se fosse um ramo daquele, o que não corresponde à verdade histórica, pois os escritores brasileiros, como os portugueses, sempre estiveram voltados para a produção de outras metrópoles culturais: Itália, França, Inglaterra, Alemanha, etc. A questão também não é simplesmente de substituição de nomes “consagrados” de Portugal, mas de releitura de textos e posturas. Camões e Fernando Pessoa foram ambos totalitários de direita. A orientação agressivamente católica e imperialista de *Os Lusíadas* ou a simpatia de Pessoa pela integralismo têm seqüelas literárias. A sua obra permite essa leitura, embora sempre de novo escamoteada pela exegese canônica e canonizante, embora o leitor não precise assumir a perspectiva do autor como sua. Em comparação com a literatura espanhola, francesa ou inglesa, a literatura portuguesa não é maior que o próprio território de Portugal. Ridículo seria o Brasil se tivesse dela medida e compasso.

É o que ocorre, no entanto, com a metamorfose da literatura portuguesa na colônia brasileira em literatura brasileira. A este cabe, então, receber os raios fecundos da lusa luz e, no máximo, a diferenciação enquanto alteração externa da cor local. Permanece o mesmo cerne, autarizando o processo colonial e a camada social que o carrega, determinando a identidade das demais camadas populacionais. Não se trata apenas de reconhecer a relevância de outras fontes que não as lusitanas para a literatura brasileira, mas de verificar que o modelo inicial transmite diretrizes genéticas permanentes: impõem limites e valorações, um sistema a legitimar certo tipo de poder, dentro e fora do âmbito literário. Não é de se esperar que a comparatística conservadora encaminhe esse des(en)cobrimento.

A literatura portuguesa não é uma das grandes literaturas mundiais: ela própria foi grandemente uma literatura de imitação de outras literaturas. É natural e positivo que uma literatura nacional dialogue com outras: o problema é apresentar-se, no Brasil, como original o que é reprodução, em Portugal, de modelos externos, que continuam esquecidos, para se mostrar como mais original e criativa a literatura-mãe, assim como se deixam no esquecimento textos de outras literaturas nacionais utilizados pelos autores brasileiros. Quanto mais forte uma literatura, tanto maior o seu intercâmbio com outras. Para isso não basta anotar que houve uma influência de um autor em outro, de um movimento literário em outro. A literatura brasileira não surgiu por geração espontânea. É preciso examinar concretamente os textos, confrontar linha com linha, personagem

com personagem, enredo com enredo, redescobrir a inteligência de alguns autores brasileiros, a ao recriarem as sugestões desses modelos em função de aspectos prementes da realidade social e de sua experiência existencial.

A fórmula corrente de que, no sistema da literatura brasileira, o século XVI sugeriu temas enquanto o século XVII sugeriu formas, exclui do sistema literário a vivência dos imigrantes e seus descendentes, a ruptura radical decorrente da independência, da abolição da escravatura, da industrialização, e desconhece a relativa pobreza formal e de conteúdo do período colonial, que parece não ter elaborado formas como o conto, a novela e o romance. Apresenta-se como universal e determinante para todo o sistema a constelação colonial luso-brasileira, como se fosse o fundamento de uma casa, reduzindo a evolução do país e de sua cultura a essa predeterminação, excluindo as surpresas da história. Tende a não validar a diferenciação e especificidade da experiência posterior, tanto regional quanto de agrupamentos étnicos e camadas sociais.

Cada imigração poderia recuperar a produção inicial dos seus antepassados e reelaborá-la na língua oficial do país: esse patrimônio poderia ser incluído na cultura brasileira. Não só se torna, no entanto, quase impossível apresentar em outra língua uma experiência que não tem fala legitimada e própria, como também não há interesse do sistema em se abrir para essa contribuição. Uma suposta fala das etnias primitivas, a dos índios e dos negros, foi “recuperada” pelos movimentos indianista e abolicionista, sempre, porém, na perspectiva de membros da oligarquia luso-brasileira, jamais na perspectiva dos próprios “objetos literários”. Nenhum movimento literário do país adotou e protegeu em 170 anos de história, a fala das imigrações: também estas tiveram de suportar o que os brancos de origem lusa queriam que sobre ele se dissesse: no máximo deu-se voz ao descendente que entoasse a perspectiva dos senhores.

A herança da mentalidade colonial se mostra só no caráter obrigatório da literatura portuguesa nos Cursos de graduação e pós-graduação em Letras e no ensino do segundo grau. Uma coisa é estudar a influência portuguesa, outra é a imposição sub-reptícia de uma identidade estranha. É uma forma de racismo, sob a aparência de identidade nacional. O que se exclui, com isso, não é apenas a contribuição das literaturas nacionais de outros povos que constituem a sociedade brasileira: exclui-se também o diálogo internacional praticado pela própria literatura brasileira. Não há igualdade de direitos, não se respeitam direitos de minorias. Há regiões do país em que a etnia portuguesa sequer é preponderante: mesmo aí a sua cultura é imposta, com exclusão da cultura original das etnias existentes. Se a igualdade é um dos erros da modernidade, não o é a defesa da própria identidade ante a voracidade alheia.

Porque os brasileiros de origem não-lusitana são obrigados a admirar a grandeza, mais ou menos problemática, dos Sás, Vieiras e Castilhos, para serem impedidos de conhecerem Dante, Cervantes, Confúcio ou Goethe? Mais que a exclusão dos antepassados não-lusitanos, fator por si negativo para a formação cultural, ocorre a não-inclusão dos clássicos da literatura universal. Não permitindo às minorias o acesso à língua e à cultura de seus antepassados, corta-se o acesso a uma identidade, que é reprimida e transformada em inconsciente dor: o modelo substitutivo é então sempre uma imposição repressiva, sem que no fundo desapareça aquilo que foi apagado. Há um genocídio espiritual, executado pelo sistema escolar. Liquidam-se culturas sob a aparência de ensinar. Debaixo da fala há silêncio; debaixo dele, o rancor contra o outro. O sangue derramado pode clamar vingança, gerando zumbis.

Nessa organização do ensino e formação de mentalidade, ainda se fica preso ao esquema colonial, como se as outras imigrações tivessem se dirigido não para um país independente, mas para um colônia portuguesa. É como se o ideal do Brasil, seu projeto histórico, fosse ser um imenso Portugal. A luta popular foi, porém, no sentido de superar a negatividade dessa herança. É

compreensível que os luso-brasileiros e seus conversos tendam a considerar o sistema praticado como o único natural e válido: assustador é que as outras etnias se sintam tão intimidadas ou horrorizadas com seus antepassados que não ousem postular a defesa de sua cultura ou a abertura para um modelo mais amplo que o vigente. A razão para continuar menosprezando a cultura das imigrações e absolutizar o modelo português reside na manutenção de uma fantasiosa “ordem tradicional”, uma razão irracional para a maioria, pois não é vantagem manter e cultivar uma mentalidade colonizada.

A linha “nativista” parece supor que, com a introdução dos clássicos da literatura universal e da cultura das diversas etnias nas escolas, haveria uma perda de “nacionalidade”, como se a ignorância fosse a sua melhor defesa. A literatura não impede a dominância dos níveis triviais da narrativa enlatada. Pelo contrário, é a introdução de níveis qualitativos mais altos, dados por obras da literatura nacional e estrangeira, pelo cultivo da diversidade cultural, que se pode ter maior consciência crítica. A internacionalização da literatura ensinada no Brasil corresponderia não apenas à origem diversificada do seu povo, mas também à tendência histórica da internacionalização da economia e dos meios de comunicação.

Cada opção quanto ao passado representa uma proposição para o futuro, uma disputa de espaço e hegemonia dentro do quadro cultural do país. A postura luso-brasileira tem imposto a sua hegemonia como, no século XVIII, conseguiu impor a sua língua como língua geral, forçando uma formação lusitana da literatura no Brasil em seus momentos ditos decisivos. Quando alguém acredita que, por ser “brasileiro”, é anti-racista, ignora que a sua definição íntima de “nacionalidade” decorre do racismo luso, que era imposto no período colonial através da Inquisição. É um “racismo” que não se reconhece como tal, mas supõe que, por estar do lado do poder, constitui uma necessidade e uma norma geral. “Racismo” é geralmente um nome dado por inimigos. É mais fácil acusar a outros de racismo, para impor o seu próprio como se fosse nacionalidade, progresso, cultura ou outra fórmula qualquer de mentira fingindo ser redenção histórica.

Com isso não se elimina, no entanto, a contribuição cultural das diversas etnias. A fórmula, de que o brasileiro tem o preconceito de não ter preconceito, não enfrenta o problema, que é real, mas não existe apenas como preconceito contra negro. Faz-se de conta que quem toca no problema é quem o inventou: ao invés de encará-lo como um aliado, parte-se para o ataque e a difamação. Em nome de uma “identidade nacional”, tem-se evitado reconhecer a contribuição e recusado a participação dos imigrantes enquanto tais. Se preponderasse um espírito liberal, capaz de aceitar a contribuição das minorias, dar-se-ia um passo no sentido de superar também o autoritarismo, o desequilíbrio social, a pobreza. A “nação” é uma ficção jurídica e uma necessidade política, não uma geração natural da sociedade. É uma imposição através da Igreja, do sistema escolar, do poder público. É uma invenção literária, uma ficção que se transformou em realidade. A intelectualidade teuto-brasileira deveria refletir se não é a sua melhor contribuição ao país em que se encontra defender a herança cultural dos seus antepassados, a diferença crítica que lhe é inerente.

Alemães no Brasil: a questão da adaptação e identidade

Mercedes G. Kothe

Introdução

Quando se emigra, uma série de fatores podem facilitar ou dificultar a aculturação, e a conseqüente assimilação, dependendo do grau em que aparecem no imigrante ou na sociedade de adoção, encontrando-se entre eles:

1. o isolamento em que vivem os nativos;
2. a dificuldade de obterem a cidadania no país de imigração;
3. o fato de praticarem outra religião;
4. a inexistência de escolas públicas nas colônias;
5. a crença de serem portadores de uma cultura superior;
6. a atitude adotada pela classe dominante do país, menosprezando as culturas dos imigrantes;
7. o grau maior ou menor de diferença entre o aspecto físico, a língua, os usos e costumes dos imigrantes em relação aos do grupo dominante no país. Esses fatores ocorreram em maior ou menor escala não só com os imigrantes alemães que se dirigiam para o Brasil, mas ainda com os japoneses, poloneses e italianos.

O primeiro fator - o isolamento - ocorreu, principalmente na região sul do Brasil, devido às distâncias das colônias em relação aos grandes centros comerciais, fazendo com que, durante décadas, quase não existisse contato com os nativos, ficando o contato social restrito ao próprio grupo étnico.

Quanto ao segundo fator - a cidadania - , no Brasil, durante o período da monarquia, não foram dadas maiores facilidades para a aquisição da cidadania. Desejava-se os imigrantes para o trabalho na agricultura e pequeno comércio mas não que ele viesse a participar como cidadão da vida política. O processo de naturalização era lento e caro. O que não deve ser entendido como um desejo em se manterem fiéis cidadãos dispostos a servirem aos interesses da Alemanha.

Quanto ao terceiro fator - o religioso -, convém destacar que o catolicismo, foi a religião oficial brasileira durante a monarquia. Com isso, os imigrantes não católicos, acabaram não tendo condições de participar das atividades políticas, segundo a Constituição monárquica. O fator religioso foi decisivo para a indiferença mostrada em participar da política nacional, mesmo durante os anos iniciais da República.

Quanto ao quarto item - a educação escolar -, deve ser aventado que a maioria da população brasileira era analfabeta. O contrário ocorria com os imigrantes, os quais possuíam razoável índice de escolaridade. Chegados ao seu destino, eles tratavam de erigir escolas com os seus próprios recursos não somente nas colônias como também nas cidades, a educação era feita na língua do país

de origem, o que permitiu continuidade de contatos com a Alemanha. Segundo Schrader, “utilizou-se o sistema escolar como um dos principais instrumentos de proteção da identidade do grupo”.¹

Quanto ao quinto item - a auto-avaliação de sua cultura -, a maioria dos alemães que se dirigiram ao Brasil, considerava-se étnica e culturalmente superior à população nativa, não medindo, portanto, esforços em transmitir aos seus descendentes a cultura da antiga pátria. Durante decênios, não foram praticamente realizados casamentos inter-étnicos.

Quanto ao sexto item - a atitude da classe dominante -, o menosprezo e a indiferença por parte dos nativos, faz surgir nos recém-chegados o desejo de se isolarem. Essa atitude pode ser ainda favorecida pelo isolamento e pela distância das colônias. No momento da chegada, o distanciamento pode ser entendido com o dificuldade de comunicação e medo de confronto com uma outra cultura, fazendo surgir em ambos os grupos o desejo de se isolarem entre os seus, para evitar a perda de sua identidade e não se exporem.

Quanto ao sétimo item - o da distância entre a cultura da minoria étnica e a cultura dominante no país -, é de fundamental relevância para entender as diferenças de “adaptação” entre, por exemplo, católicos e luteranos nos grupos de origem alemã, e entre alemães e italianos nos diversos grupos de imigrantes. Em um país oficialmente católico e de formação predominantemente latina, os imigrantes italianos “assimilaram-se” em média mais rapidamente à “cultura brasileira” do que os alemães e, entre estes, os católicos mais rapidamente que os luteranos. O que quer, no entanto, dizer isso? - Quanto mais rápido se adaptaram, geralmente mais rápido perderam a cultura de origem.

A tendência é considerar a “adaptação”, incluindo-se aí a aculturação e a assimilação como um processo positivo, uma necessária metamorfose que, quanto mais rápida e completa, menos traumática, tanto melhor. Tende-se a assumir, neste processo, como verdade última a perspectiva da cultura do grupo dominante. Essa perspectiva não só exclui a validade de outras alternativas, mas esquece o valor inerente à cultura eliminada ou substituída, bem como a própria limitação da cultura dominante, assim como a possibilidade e necessidade de mudanças nela. Em suma, trata-se da opção histórica entre dois modelos antitéticos, em que se costuma afirmar que, no Brasil, o modelo dominante foi o de inclusão, quando de fato foi o de exclusão.

Os componentes da adaptação: aculturação e assimilação

A concepção e a abrangência dos conceitos de aculturação e assimilação variam muito de um autor para outro, sendo eles mais abrangentes para uns do que para outros, tendo se destacado especialmente pesquisadores norte-americanos no estudo desses processos. Uma das definições mais claras é a de David Claerbaut: “Aculturação é o processo pelo qual minorias se desfazem de seus valores, estilos, padrões acumulados, práticas diferenciais, assumindo os da cultura dominante. Assimilação é o processo pelo qual minorias são absorvidas estruturalmente dentro da grande sociedade, de maneira a eventualmente desaparecerem padrões, etnicamente derivados, de associação em termos de trabalho, residência, amizade, diversão, política e casamento”.²

¹ SCHRADER, Achim. Êxitos da aculturação urbana e rural de imigrantes de origem alemã e dos seus descendentes no sul do Brasil. In: **II Colóquio de Estudos Teuto Brasileiros**. Recife, 1974, p. 20.

² CLAERBUT, David (Ed.). **New directions in ethnic studies: minorities in America**. California, 1981. p. 40. Veja ainda: BERNSDORF, Wilhelm. (Org.) W. E. Mühlmann. **Wörterbuch der Soziologie**. Frankfurt a. M. 1972. ZANDEN, James W. Vander. **American minority relation**. 2nd ed. N. York. 1966. ISAAC, Julius. **Economics of immigration**. London, 1947.

Tomando esta conceituação como ponto de partida, podem utilizar-se tais termos, o que não significa que a tentativa de apreender a especificidade da problemática teuto-brasileira não crie novas diferenciações e tonalidades. O que se discute é um modo de ser, é uma identidade, é um “espírito nacional”, um confronto entre sistemas de valores. Assumindo uma definição é preciso verificar que ela contém pressupostos de avaliação. O juízo pode estar de antemão prejudicado, de um modo ou de outro, se por exemplo, se considera, na sociedade de adoção, positiva a aculturação e a assimilação, sem pesar suficientemente a perda nelas envolvidas.

Sobre o processo de transformação que os indivíduos, quando emigram, atravessam antes de se integrarem na sociedade adotiva, e as dificuldades daí decorrentes, mereceram de Robert Park uma observação que tende a ser esquecida, embora fundamental, enquanto se discutem problemas que parecem ser apenas espirituais: “O processo de aculturação e assimilação, não transcorre com a mesma facilidade em todos os casos. Especialmente onde as pessoas que estão juntas pertencem a culturas divergentes e a características raciais muito diferentes, assimilação não ocorre tão rapidamente quanto em outros casos. (...) O principal obstáculo à assimilação cultural de raças não são os traços mentais diferentes, mas sobretudo seus traços físicos divergentes”.³

Que as pessoas de origem japonesa ou africana fossem mais “diferentes” na América e que isso pudesse aumentar o grau de dificuldade de uma assimilação, que os traços físicos sejam inclusive fundamento para preconceitos, parece compreensível. Menos compreensível parece, porém, no caso dos teuto-brasileiros, por causa de sua aparentemente menor diferenciação física, que eles puderam despertar distanciamentos e discriminações. Tais “pré-conceitos” podem inclusive ser de natureza “positiva”, no sentido de uma admiração por uma determinada raça, por um determinado tipo físico, atribuindo-lhe virtudes que nem sempre têm fundamento. Há, no Brasil, o conceito de que não se tem preconceitos, de que existe uma “democracia racial” e, nesse sentido, a pesquisa científica é prejudicada pela ideologia.

Subjacente a termos fundamentais como aculturação, assimilação, integração, alemã, luso, nativo ou imigrante, há uma série de valorizações e preconceitos. Antes de usar tais termos como conceitos, é preciso examinar rapidamente preconceitos neles existentes. Assim, demasiado apressadamente se costuma tomar “aculturação”, “assimilação” e “integração” como processos por si positivos, sendo negativa, “reacionária”, a não-aculturação, a não-assimilação, a não-integração. Não se trata de dizer simplesmente, em contraposição, que tais processos seriam em si negativos, já que a sua contrapartida aparenta ser tão só a marginalização, e a falta de identificação com a sociedade adotiva.

No conceito de “integração”, deve ser diferenciado entre o conceito existente até pelo menos a Segunda Guerra Mundial, quando se considerava, de um modo geral, que os imigrantes, para terem os mesmos direitos na sociedade de adoção, tinham de abdicar de sua cultura de origem, daquele conceito predominante na atualidade entre os sociólogos - ainda que nem sempre na prática política -, onde se é mais favorável à tese de que os imigrantes poderiam ser integrados sem que tivessem de perder a sua especificidade cultural, o que seria um enriquecimento para a sociedade de adoção.

Segundo a definição do sociólogo James Zanden:

“A integração impõe alterações no relacionamento entre as pessoas, naqueles padrões de interação que caracterizam a vida cotidiana dos povos. (...) Ela envolve a

³ PARK, Robert E. Migration and the marginal man. In: **On Social Control and Collective Behavior**. Selected Papers, Chicago and London. 1967. p. 203.

fusão de grupos no sentido de que a interação social não é mais predicada somente a determinada identidade étnica ou racial. Os descendentes do antigo grupo minoritário e do antigo grupo dominante não continuam mais fazendo distinções em termos de “dominante/minoria”.⁴

No Brasil, com a língua e a cultura alemã aconteceu, na prática, exatamente o contrário do que pretendiam os sociólogos americanos: enquanto estes consideravam melhor a assimilação, predominou no Brasil a não-assimilação do elemento teuto, a manutenção da diferença específica; e quando a sociologia descobriu o valor da “não-assimilação”, da identidade como diferença específica, os políticos e educadores brasileiros impunham a “assimilação” dos imigrantes, tratando de aniquilar a diferença.

A assimilação não pode ser confundida com a aculturação. Entre os teuto-brasileiros, foi freqüente a posição da aprovar a aculturação e rejeitar a assimilação, enquanto as novas gerações, desde a Segunda Guerra Mundial, tenderam a assumir também a assimilação como condição de integração. No caso, no entanto, as colônias de imigrantes alemães eram constituídas tradicionalmente por pessoas “integradas” ao seu meio específico - e este meio operava e cooperava com o resto do país, ainda que muito se diferenciasse dele -, pessoas produtivas e solidárias, tendo em alguns decênios conseguido extraordinário grau de desenvolvimento.

A postura dos colonos alemães foi pacífica, ordeira e construtiva no novo país, embora conservassem durante mais de um século, a sua língua, os seus usos e costumes, não sendo - nesse caso - assimilados. O que quer dizer, afinal, assumir a identidade do outro como própria, “assimilar-se”, tornar-se igual? Será que o preconceito pode ser reduzido a “pré-conceito”, ou contém ele mais conceitos implícitos do que a razão pretensamente esclarecida pode admitir no primeiro momento?

No Brasil, a lógica do sistema escravocrata acabava sendo que o senhor branco tratava de fazer os outros trabalharem para ele, enquanto ele se distinguia por não ser um elemento produtivo, era “diferente”. O negro, por sua vez tinha de se esforçar ao máximo. Um instrumento de produtividade e de ordem social era o castigo corporal. Isso estava longe da “ética protestante do trabalho”, que imperava entre os colonos alemães e que os levava a um imenso esforço cotidiano, para conseguir alcançar o progresso individual e coletivo.

Por isso é a falta de integração que lhe permitiu a integridade, assumir o trabalho braçal e a produtividade como valores positivos. A “ética protestante do trabalho”, que foi seguida pelos católicos alemães no Brasil e que preponderava em todas as camadas sociais das colônias teuto-brasileiras, pode ser considerada como a principal causa do desenvolvimento das áreas onde os imigrantes se localizavam no sul do Brasil.

Como contrapartida, também ocorreu a experiência da região de “Santo Amaro” em São Paulo, onde um grupo reduzido de alemães criou uma pequena “colônia”, que, por sua localização e suas reduzidas dimensões, rapidamente se assimilou ao meio caboclo e caipira. Em poucos anos, não só os “alemães” tinham aí desaparecido como tais, mas tinham se metamorfoseado em decadentes caboclos, de cabelos loiros e olhos azuis.

Especificamente nos estados do sul do Brasil, os alemães e seus descendentes não se “assimilaram” logo à cultura dominante. E isso mesmo após a instauração da República e da criação de escolas que ensinavam português. Poucos solicitaram a cidadania brasileira, e bastante reduzida foi a sua participação na vida política, provavelmente porque não tinham a menor chance de romper

⁴ ZANDEN, op. cit. p. 300

com o modelo oligárquico que dominava o país. O fato de se manterem distantes da política pode ser explicado, para os grupos que entraram no Brasil após a revolução de 1848, não só pela necessidade de os imigrantes terem de lutar para sobreviverem, mas pelo próprio fracasso de sua política na Europa. Deve ter influído também uma certa inferiorização do fato de que muitos eram evangélicos e, já por isso, não poderem assumir cargos administrativos no governo imperial.

“Assimilação”, do ponto de vista sociológico, pode ser considerado como um pré-requisito da naturalização. A assimilação é um processo mais demorado, que não é realizado por indivíduos, mas por gerações: implica a perda de uma identidade cultural para assumir uma outra. No caso do imigrante alemão no Brasil, foi um processo de substituir uma cultura européia, de um país desenvolvido, luterano na maioria de suas regiões, por uma miscigenação de culturas com preponderância lusa num país predominantemente católico e baseado no sistema escravocrata.

No processo de assimilação, considera-se como premissa básica a adoção da cultura predominante no lugar de imigração, o que significa a imposição dos valores vigentes, não restando, na nova sociedade, propriamente espaço para a contribuição da cultura que os imigrantes traziam do país de origem. Esse fato se comprova, se analisarmos a cultura brasileira nas áreas da música, da literatura ou das festas populares, no Brasil de hoje, onde os milhões de imigrantes - entre eles basicamente os italianos, os alemães e japoneses, bem como seus descendentes - não tiveram praticamente espaço de contribuição.

Ainda que muitos grupos de imigrantes fossem pobres e, possuísem pouca formação, vinham com uma tecnologia e uma cultura que eram mais ricas, complexas e produtivas que as dos indígenas, dos africanos e inclusive da maioria dos portugueses. Ocorre que também os imigrantes - e seus descendentes, embora estes já fossem oficialmente brasileiros -, possuíam recursos e inclusive uma boa formação profissional, não tiveram a correspondente oportunidade de contribuir para a formação da cultura brasileira, tendo sido sempre encarados como elementos estranhos ao meio. Oficialmente, não existe discriminação no Brasil. Inclusive ela não tem apoio direto e claro na legislação brasileira, mas nem por isso ela deixa necessariamente de existir dentro da prática social.

Sobre as possibilidades de contribuição dos alemães na construção da sociedade brasileira, um estudo feito pelo diretor da Sociedade Evangélica, após a Primeira Guerra, considerava:

“(...) a nação brasileira está ainda hoje em fase de formação. As mais diversas influências atuam na formação da futura população brasileira. Será que não poderão influenciar nesse desenvolvimento também os alemães que, hoje, vivem no Brasil como cidadãos brasileiros, através de seus dotes físicos e culturais que lhes foram transmitidos pelo povo alemão? Os setores governantes no Brasil não desejam tal influência e procuram desligá-la à medida que privam logo todos os imigrantes de suas especificidades, tratando de assimilá-los”.⁵

A oportunidade de os alemães manterem suas tradições no Brasil ou de poderem participar na política provavelmente não lhes foi dada, devido o temor de muitos políticos de uma possível dominação alemã no sul do Brasil. Com a República, surgiu no entender de vários historiadores e sociólogos, um forte “nacionalismo”, para o qual, segundo um estudo de Egon Schaden:

“(...) bom cidadão é aquele que compartilha de maneira plena dos padrões culturais da população majoritária. Considerando-se descabida a pretensão de um descendente

⁵ DEDEKIND, op. cit. p. 7.

de estrangeiros querer ser reconhecido como cidadão brasileiro em pleno sentido da palavra e ao mesmo tempo reclamar para si o direito de viver segundo o estilo cultural de seus antepassados”.⁶

Isso significava, na realidade, para os imigrantes, a perda de sua identidade cultural, recebendo em troca a brasileira, mas sem conseguir competir em pé de igualdade com os nativos em cargos universitários, administrativos, políticos, etc. Na medida em que fossem aceitos na cultura alta do país, que aceitava e respeitava a influência francesa, isso podia significar concretamente que eles teriam condições de competir com os nativos e assumir postos públicos de destaque. Mas, para os milhares que formavam a população do campo e os pequenos artesãos, restava a assimilação caipira.

Pode-se ressaltar que, nos estados brasileiros, onde os imigrantes alemães foram colocados em colônias oficiais ou em fazendas de café ao lado de imigrantes de outras nacionalidades ou de caboclos nativos, o processo de aculturação e posterior assimilação ocorreu mais rapidamente, já na primeira ou segunda geração. Nesse caso, a rápida assimilação da cultura nativa, por parte dos alemães, e inclusive de imigrantes de outros países, deve-se ao fato de pertencerem a camadas mais pobres, tendo imigrado com subsídios do governo brasileiro ou dos cafeicultores, e ao fato de terem vindo com menor formação do país de origem. No Brasil, lutaram para sobreviver com um pequeno salário, não lhes sendo possível arrecadar recursos para a construção de escolas comunitárias, nas quais pudessem continuar os estudos na língua materna.

Como nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro havia diversas empresas alemãs e bancos, cujos proprietários e funcionários possuíam boa formação escolar, surgiram nessas duas capitais e em prósperas cidades do interior paulista, escolas e clubes alemães, organizados por essas pessoas, que cultivavam a “germanidade”, vivendo em estreito contato entre si, conforme mostra um relatório sobre os alemães no Rio de Janeiro e São Paulo:

“No Rio, (...) à medida que os interesses dela estão ligados de modo permanente com o Brasil, encontra-se não raramente nessa camada um esforço para alcançar influência e brilho na sociedade junto aos círculos do governo federal, os quais festejam com ela as festas nacionais alemãs. No caminho da ascensão social, o alemão carioca vê, apenas as vantagens sociais e materiais do abasileiramento. Em São Paulo, ao contrário, existe, como camada superior da germanidade, um grupo, em parte já antigo, de famílias de grandes comerciantes que não entraram em nenhum parentesco com famílias luso-brasileiras: e encara a camada alta paulista como sua igual, porém, não como superior”.⁷

Existem estudos antes da Primeira Guerra Mundial avaliando a situação de modo diverso, sem que haja uma especificação da região brasileira considerada:

“A resistência à assimilação (...) deu-se em menor escala com aqueles emigrantes e seus descendentes que se estabeleceram em cidades brasileiras como trabalhadores manuais, industriais ou comerciantes. Esses últimos tiveram, no

⁶ SCHADEN, Egon. O estudo sócio-antropológico da aculturação dos alemães no Brasil. In: **II Colóquio de Estudos Teuto Brasileiros**. Recife, 1974, p. 159.

⁷ Politisches Archiv des AA, Bonn, R. 16532. Relatórios ao Reichskanzler. 14.01.1913

entanto, mais contato com as regiões européias de origem, integrando-se simultaneamente, no entanto, passo a passo na sociedade luso-brasileira”.⁸

Para os imigrantes europeus de diversas nacionalidades, foi essa a tendência ocorrida, assim como para os alemães que se estabeleceram no Rio de Janeiro, pois a própria vida urbana tende a favorecer o contato com outros grupos étnicos e com a cultura dominante. Esse fato não ocorreu, no entanto, com a classe alta e parte da classe média em São Paulo, e aos que se estabeleceram nos estados sulinos pertencentes à classe média.

Por esse motivo, no estudo do processo de aculturação e de assimilação dos alemães no Brasil, deve-se distinguir claramente o ocorrido entre os teuto-brasileiros em São Paulo, Rio de Janeiro e nos outros estados mais centrais do Brasil, onde as pessoas de poucas posses se assimilaram mais rapidamente por se encontrarem diretamente em contato com imigrantes de outras nacionalidades e com nativos, e aquilo que ocorreu no Sul do país, onde mantiveram a língua, os usos e costumes durante várias gerações, tanto no campo quanto nas cidades, em municípios como Joinville, Blumenau, Brusque, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Santa Cruz do Sul, Estrela e Lajeado.

Ali, embora houvesse o impulso à aculturação, não existiu o desejo de assimilação, e isso não só devido ao isolamento em que os colonos haviam permanecido durante décadas. Eles conseguiram inclusive produzir, nos vários setores do conhecimento e das artes, uma cultura teuto-brasileira específica, que não era mais exatamente a alemã original, mas também não era idêntica à nativa.

Nessa região, ao contrário da emigração alemã para a Argentina, a grande maioria era composta por pessoas de posses médias, as quais, com o correr dos anos, conseguiram prosperar economicamente, mantendo suas tradições, devendo ser considerado, portanto, no estudo do processo de aculturação e assimilação, o fato de que nem sempre e nem de um modo generalizado as pessoas de menor poder aquisitivo e com menor formação cultural se integram mais rapidamente.

Outra particularidade a ser ainda considerada é que as várias tentativas feitas pelo governo brasileiro em evitar que se formassem quistos tiveram pouco efeito para que os imigrantes e seus descendentes aceitassem e assumissem a cultura nativa. O processo de assimilação ocorreu mais rapidamente após a Segunda Guerra Mundial, mais entre os católicos do que entre os protestantes e com mais sucesso entre os mais jovens do que entre os mais velhos.

A identidade

Num país como o Brasil, em meados do século XIX, a que poderiam “assimilar-se” os imigrantes, a quem podiam tornar-se “iguais”, que outra identidade poderiam assumir como sua? O país era ainda preponderantemente escravocrata e oficialmente católico, portanto um país atrasado em seu modo de produção e em suas liberdades: “assimilar-se” a isso era assumir a regressão. Era uma situação muito diferente do modelo dominante nos Estados Unidos, com o qual os imigrantes alemães e seus descendentes tiveram maior facilidade de adaptação. Por mais que se possa criticar o colonialismo, a Inglaterra gerou países como os Estados Unidos, Canadá e Austrália, enquanto Portugal gerou países como Angola, Moçambique e Brasil, marcados pelo analfabetismo, pobreza e inflação.

⁸ DELHAES-GUENTHER, Dietrich von. Einwanderung, Akkulturation und ethnische Rivalität zu Beginn des 20. Jahrhunderts in Brasilien. In: **Lateinamerika Studien**. V. 4. München, 1979, p. 44.

Pode-se dizer que, durante mais de cem anos, os alemães do sul, especialmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estiveram integrados ao seu meio, sem estarem aculturados ou assimilados. Isso não quer dizer que, estando integrados em seu meio - um meio bastante diferenciado do resto da sociedade brasileira -, eles tenham estado “integrados” à sociedade brasileira como um todo. Isso não quer dizer que a integração dos colonos como cidadãos tivesse sido proporcional e *pari passu* com a sua integração econômica.

Houve um período de confronto com uma dupla identidade (“alemã” e “lusa”), em que o descendente do imigrante não conseguiam diferenciar a que ambiente realmente pertencia. Em geral, fazia-se, na colônia alemã, a distinção entre “ser de origem alemã” e “ser cidadão brasileiro”. Isso queria dizer que o sujeito, ainda que trabalhando no país e cumprindo todos os seus deveres de cidadão, não se sentia como bem pertencente à “nacionalidade brasileira”, pois para ele se tratava de uma ficção da qual ele se sentia excluído: era como se, apesar de pertencer à terceira, quarta ou quinta geração nascida no Brasil, fosse apenas um “hóspede” do país. Com gerações posteriores, devido ao processo de socialização, especialmente através do sistema educacional, aconteceu mais que os teuto-brasileiros passaram a acreditar que eram realmente “brasileiros”, sem que isso, no entanto, tenha impedido que fossem encarados como “alemães” por outros grupos étnicos no Brasil.

A sensação, mais ou menos vaga, de “exclusão” não era apenas a consciência do teuto-brasileiro de que ele não pertencia à oligarquia dominante no país ou de que ele estava longe dos centros de decisão política e econômica. Havia diferenças físicas; havia a antiga distância entre o mundo germânico e o latino; havia toda a questão do relacionamento entre a cultura européia e a cultura americana; havia diferenças de mentalidade e havia um mundo de intransponíveis preconceitos. Para uma parcela, o processo foi inconsciente e paulatino, acabando por se adaptarem à nova sociedade sem maiores conflitos externos aparentes, especialmente à medida que essas pessoas aceitavam desempenhar papéis mais humildes na sociedade.

O processo migratório acarreta uma série de conflitos para as pessoas nele envolvidas. Destacando, dentre eles, as diferenças culturais, que no século XIX eram tanto maiores quanto menor o conhecimento que tinha do lugar para onde se imigrava. Para Souza Martins, o processo migratório compreende três fases:

1. a motivação para migrar;
2. a transição física da sociedade original para a nova;
3. a assimilação dos imigrantes na nova sociedade.

Durante essas fases, o sujeito primeiramente se dessocializa, para aos poucos se ressocializar, em virtude dos papéis que se passa a desempenhar na sociedade. A última fase culmina com a sua assimilação.⁹

Nesse contexto, o imigrante assume os valores vigentes na nova sociedade, abandonando ou reelaborando os anteriores, como meio para ser aceito na comunidade. Isso significa que, à medida que tenta preservar parte de seus antigos costumes e tradições, fica restrita sua participação na sociedade adotiva. Willems afirma que

“no imigrante, as combinações de atitudes e valores que o prendem emocionalmente à sua cultura originária só aos poucos podem ser substituídas por combinações novas resultantes da aquisição de elementos culturais estranhos. O ritmo da substituição varia em função da intensidade e frequência dos contatos estabelecidos com a

⁹ MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo, 1973.

sociedade nativa. Em caso algum a perda da cultura originária pode ser total e simultânea nas diversas esferas, pois do contrário a personalidade do imigrante desintegrar-se-ia por completo.”¹⁰

No Brasil, costuma-se, no sistema escolar, considerar natural que haja uma “identidade brasileira”. Examinando-se o caso de grupos europeus e asiáticos no Brasil, sente-se a força destrutiva e coercitiva, existente nesse conceito. Isso não é reconhecido pela versão oficial da história. Por isso, os depoimentos de jornais das minorias, de relatórios de chancelarias estrangeiras, de cartas familiares e experiências pessoais, são muitas vezes mais esclarecedores do que os livros didáticos ou as assertivas dos políticos.

A “identidade alemã” - como a brasileira - acaba sendo um repositório de preconceitos, em que as qualidades positivas nunca podem ser completamente dissociadas das negativas, e vice-versa. Quando se pertence a uma determinada identidade, tende-se a defendê-la, como toda vida procura defender-se e sobreviver. Existem, no entanto, marcas diferenciais entre povos, marcas físicas, marcas de mentalidade, de comportamento, e sistemas diferenciados de valor.

O conceito de “identidade” é, de certo modo, exatamente o contrário do que seria de se esperar: nele impera a diferença, a não-identidade. O indivíduo humano, como corporificação da identidade, é visto tradicionalmente como, e mostra-se, dividido não só em corpo, alma e espírito, razão e afetividade, mas a sua psique se divide em consciente, pré-consciente e inconsciente, sendo possível fazer todo um rastreamento de motivações verdadeiras diversas das alegadas para o seu comportamento. Mesmo após diferenciar-se diante dos não-alemães e dos demais grupos de imigrantes, o grupo étnico aqui estudado divide-se, por sua vez, entre alemães e teuto-brasileiros, entre assimilados e não-assimilados, entre monarquistas e republicanos, entre católicos e luteranos, entre mulheres e homens, entre jovens e velhos, etc.

Em suma, a identidade acaba sendo aquilo que parece restar como denominador comum depois de eliminadas as diferenças. Estas são concretas e, muitas vezes, especialmente quando o denominador comum não está sendo questionado ou é assumido como natural, assumem o caráter de absoluto, levando à dinâmica e à história do grupo. Ou seja, a diferença cria a historicidade, mas a história de um grupo enquanto tal só é possível por causa da não-diferença em determinados marcos específicos unitários.

Nesse sentido, a identidade também é concreta enquanto marco existente em diversos indivíduos, em agrupamentos diversificados, mesmo que não esteja na consciência dos atingidos. Essa identidade não é, no entanto, necessariamente idêntica à concepção que o grupo tem de si mesmo ou que outros grupos sociais tenham dele. O grupo tende a encarar-se de modo positivo, apenas em suas qualidades, enquanto outros grupos podem ter, no preconceito, uma visão negativa dessas, ou inclusive exagerá-las. De certo modo, as qualidades positivas são inseparáveis das negativas, tendendo a ser apenas o avesso da medalha.

¹⁰ WILLEMS, Emílio. **A Aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo, 1980. p. 119. (Brasiliiana, n. 250)

Brasil e Alemanha:

A questão da complementaridade econômica nos anos trinta

Albene Miriam F. Menezes*

A linha norteadora da presente abordagem sobre as relações bilaterais entre o Brasil e a Alemanha se resume nas seguintes questões: como se configuravam essas relações no contexto da ordem internacional? E qual o papel desempenhado por cada um dos lados envolvidos? As argumentações apresentadas fundamentam-se principalmente em informações de fontes primárias de arquivos brasileiros e alemães.

A concepção da complementaridade econômica

Nos anos vinte era muito difundida em círculos alemães a opinião de que o Brasil poderia fornecer para a Alemanha tudo que ela precisava, e a Alemanha, por sua vez, poderia suprir todas as necessidades de importação daquele país. Esta avaliação desenvolveu-se nos anos trinta para a concepção da complementaridade econômica.

Os representantes desta concepção viam as relações comerciais teuto-brasileiras sob uma perspectiva bipolarizada; onde, de um lado, estava reservado para o Brasil o papel de fornecer matérias-primas e produtos agrícolas, e, de outro lado, estava assegurado para a Alemanha o papel de fornecedor de produtos industrializados. Nesse quadro, o Brasil teria a chance de diversificar sua produção econômica (matérias-primas), já que não sofreria nenhum tipo de concorrência alemã, ao contrário, encontraria possibilidades de escoamento no mercado alemão para quase todas as suas mercadorias. A Alemanha por seu turno assegurava, através do Brasil, o fornecimento de matérias-primas para as suas indústrias, cujos produtos, mesmo que em quantidades pequenas, poderiam ser exportados para o Brasil.¹

Aspectos da conjuntura internacional

A realidade no início dos anos trinta, não se coadunava com a concepção da complementaridade econômica em muitos pontos importantes, a saber:

* Profa. do Depto. de História da UnB.

¹ A concepção da complementaridade econômica não era válida somente para o Brasil, mas para toda a América Latina, por exemplo. Ao que diz respeito ao Brasil, essa opinião foi reiteradas vezes publicada na imprensa da época. Assim, por exemplo, segundo a “Berliner Börsenzeitung” de 27.07.1937, o Brasil e a Alemanha eram parceiros comerciais naturais. A revista brasileira “Observador Econômico”, publicada no Rio de Janeiro, em um artigo de 29.11.1938 esclarece que: “Ao contrário desses dois grupos (Estados Unidos e Grã-Bretanha, nota da autora) a economia industrializada da Alemanha e a economia agrícola do Brasil se complementavam”. Em um artigo do ministro da economia da Alemanha, senhor Funk, publicado no Südost-Echo de 16.06.1939, é esclarecido que: “O Brasil, rico em tesouros minerais e fontes de matérias primas, e a Alemanha, pobre em matérias primas, porém fortemente industrializada, encontraram-se e desenvolveram uma parceria útil para ambos”. (In: Bundesarchiv Koblenz, doravante BA Koblenz, Acta Rep. 317/901).

- os Estados Unidos eram os principais consumidores dos produtos brasileiros, principalmente de café e cacau;
- tanto o Brasil como a Alemanha padeciam sob aguda inflação e escassez de divisas;
- os Estados Unidos eram os principais fornecedores das importações brasileiras;

Disso resulta que a Alemanha se encontrava em concorrência com os Estados Unidos tanto na disputa por cotas do mercado interno brasileiro, como na competição no consumo das exportações brasileiras. Em todo o caso, a Alemanha encontrava-se em uma situação de desvantagem devido a sua grande escassez de divisas.

Contudo alguns fatores importantes endossavam favoravelmente a afirmação sobre a complementaridade econômica teuto-brasileira. A capacidade de absorção do mercado norte-americano para os produtos brasileiros era razoavelmente limitada, desde quando os Estados Unidos eram grandes produtores de matérias-primas e agrícolas e, por conseguinte, grandes exportadores de alguns dos principais produtos de exportação do Brasil, a exemplo do tabaco e do algodão. Isso significa que os interesses comerciais brasileiros e norte-americanos em parte se chocavam.

A conversão do conceito de complementaridade: o caso do algodão

Tabaco, algodão, cacau e café, entre outros produtos, delineavam a moldura na qual se inseria a concorrência alemã-norte-americana pelo mercado brasileiro nos anos trinta.² Para as relações entre o Brasil e os Estados Unidos seria interessante que o Brasil aumentasse sua capacidade de exportação através de produtos como o cacau, borracha e manganês, os quais as indústrias norte-americanas importavam. Do outro lado desse quadro, seria interessante para as relações teuto-brasileiras, que o Brasil produzisse mercadorias, que, por um lado, concorressem com a produção norte-americana no mercado internacional, ao mesmo tempo em que tivessem grande importância nas importações alemãs. Assim é que a produção brasileira de algodão despertava um interesse extraordinário entre os alemães depois da Primeira Guerra Mundial. Como ilustração desse interesse pode-se citar uma carta do comitê Econômico Colonial (Kolonial-Wirtschaftlichen Komitees) para o Ministério das Relações Exteriores, datada de 30 de janeiro de 1925, onde se pode ler:

“Nach wie vor sind wir der Überzeugung, daß eine laufende Beobachtung der brasilianischen Baumwolleproduktion und des dortigen Baumwollhandels im Interesse der deutschen Wirtschaft liegt. Wir halten es daher für dringend erwünscht, daß der Deutschen Gesandtschaft in Rio de Janeiro mindestens für einige Jahre ein

² Sobre a concorrência entre os Estados Unidos e a Alemanha no mercado brasileiro ver, entre outros, SCHRÖDER, Hans-Jürgen *Die Neue Deutsche Südamerikapolitik*. In: **Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas**, Bd. 6, Köln/Wien 1969, pp. 337-451; SCHRÖDER, Hans-Jürgen. *Die Vereinigten Staaten und die Nationalsozialistische Handelspolitik gegenüber Lateinamerika 1937/38*. In: **Jahrbuch....** Bd. 7, 1970, pp. 309-371; SCHRÖDER, Hans-Jürgen. *Hauptprobleme der Deutschen Lateinamerikapolitik 1933-1941*. In: **Jahrbuch....**, Bd. 12, 1975, p.p. 408-433; SCHRÖDER, Hans-Jürgen. *Grenzen der Goodneighbor Policy* In: **Jahrbuch....**, Bd. 14, 1977, pp. 378-395; MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência, a política exterior brasileira de 1935 a 1940**. Rio de Janeiro: 1980; GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: 1977; HILTON, Stanley E. **O Brasil e as grandes potências: 1930-1939**; os aspectos políticos da rivalidade comercial. Rio de Janeiro: 1977.

Sachverständiger beigegeben wird, der sich dieser Aufgabe mit Erfolg unterziehen kann”.³

Nessa época, quando os fios sintéticos ainda não tinham sido desenvolvidos, o algodão era a principal matéria-prima para a indústria têxtil. Sua importância aumentou sobremaneira nos anos trinta devido à conjuntura de crise, quando os fabricantes intencionavam aumentar sua capacidade de produção, fazendo uso da capacidade ociosa das máquinas, para diminuir os custos e, para tanto, tinham que aumentar as cotas de importações desse produto.

De há muito tempo que as importações alemãs de algodão dependiam da produção norte-americana em mais de dois terços. Sem dúvida seria interessante para a Alemanha, que o Brasil, um país agrícola, em vez de café, produzisse algodão em grande escala. Com isso, a Alemanha poderia emancipar-se consideravelmente da produção dos Estados Unidos, um concorrente industrializado, e o Brasil, por seu turno, colocar-se-ia como concorrente dos Estados Unidos concernente ao comércio internacional de algodão.⁴ Assim, a Alemanha estaria em condições de concorrer com os Estados Unidos pela primazia no mercado brasileiro.

De fato, a Alemanha comprou a maior parte das exportações de algodão nos anos trinta. Com a introdução da política de comércio exterior em 1934, também denominada “Neuer Plan”, o algodão veio a ser o mais importante artigo de exportação do Brasil no seu comércio com a Alemanha. Para tanto, contribuiu a feliz conjugação de alguns fatores conjunturais:

- O florescer da produção de algodão no Brasil: por um lado, a vacilante situação da economia do café (a retração do consumo mundial de café levou ao aniquilamento de um terço da produção nacional); por outro lado, os preços estáveis para o algodão no mercado internacional possibilitaram ao Brasil produzir algodão em grande escala,⁵ nesse mesmo período a política econômica norte-americana restringiu sua produção agrícola consideravelmente, fato que contribuiu para gerar uma conjuntura favorável para o escoamento da produção brasileira de algodão.

- A subvenção do governo brasileiro para a exportação de algodão, a qual estabelecia que, em 1934, por exemplo, o exportador de algodão só precisava oferecer ao Banco do Brasil 30% do montante das divisas de suas exportações. Para todos os outros artigos valia outra regra: a soma

³ Ver Zentrales Staat Archiv Potsdam, doravante ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Handelspolitische Abteilung, Acta 68596 (Auswärtiges Amt, 1925, III WA 187)

⁴ Sobre isto ver WILSDORF, Heinz. **Das Kompensationsgeschäft im deutschen Außenhandel seit 1934**. Diss. Leipzig 1939, p. 123. Ver também carta da Kolonial-Wirtschaftliche Komitee und das deutsche Gesellschaft für Auslandskunde E. V. para a Auswärtige Amt (datada Berlim, 26.5.1924), in ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Handelspolitische Abteilung, Ata 68596 (Auswärtiges Amt, 1924, III WA 798).

⁵ Segundo FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: 1977, p. 197, os preços internacionais do algodão permaneceram estáveis para fornecer a produção norte-americana, e os produtores brasileiros de café aproveitaram essa circunstância e aplicaram capital na produção de algodão.

Essa opinião de Furtado é também defendida pela imprensa brasileira daquela época. Em um artigo do “Correio da Manhã” de 27.7.1937, é divulgado que o programa de contenção da produção agrícola dos Estados Unidos, desde 1934, contribuiu para o incremento da produção brasileira de algodão. De fato, o ano de 1934 marca uma mudança na pauta de exportação do Brasil: o valor das exportações desse artigo pula para o 2º lugar com o valor de 13,2% do total das exportações brasileiras. Face ao fato de que, no ano de 1933, esse percentual era de 1% e que, desde 1920, nenhum produto, que ocupou o 2º lugar na lista de exportação brasileira, ultrapassou a marca de 6,3%, fica evidente o enorme crescimento das remessas de algodão nas exportações brasileiras (dados estatísticos levantados pela autora, segundo informações do Repertório Estatístico do Brasil. Quadros retrospectivos, n. 1. In: **Anuário Estatístico do Brasil**, ano V (1939-1940), IBGE, Rio de Janeiro, 1941).

total das divisas tinha que ser remetida para o Banco do Brasil para ser trocada por um curso de 25% abaixo da cotação paralela;

- A política de comércio exterior alemã do “Novo Plano”: a Alemanha decidiu, em 1934, introduzir a prática do comércio de compensação, meio através do qual se tentaria equilibrar sua balança comercial, ou mesmo ativar, se possível, e assegurar o fornecimento de matérias-primas para sua indústria.⁶

- Os esforços alemães para conquistar o mercado brasileiro produtor de algodão: o qual foi tão grande que suas fiações nos anos que antecederam a 2ª Guerra Mundial se reorientaram para trabalhar com o algodão do nordeste brasileiro, que tinha um fio curto. Com isso, a Alemanha tornou-se o maior comprador desse artigo.⁷

Nos anos trinta, o Brasil, que, desde sua separação de Portugal começou a desviar-se comercialmente da Europa orientando-se para os Estados Unidos,⁸ iniciou um processo de distanciamento em relação a essa potência do Hemisfério Ocidental, em consequência do seu crescente comércio de compensação com a Alemanha e de sua concorrência com os Estados Unidos pelos mercados de algodão. Desta forma a Alemanha conseguiu aumentar sua esfera de influência na América do Sul.⁹ Pode-se até afirmar que, desde 1934, este comércio de compensação com algodão tornou-se o principal instrumento, através do qual a Alemanha, mais ou menos segundo o modelo das relações econômicas entre a Argentina e a Inglaterra, tentou angariar o status de principal parceiro comercial do Brasil. O que quer dizer isso? A questão em torno do algodão, no período do governo nazista, transformou-se num ponto crucial das relações bilaterais entre a Alemanha e o Brasil, sob os moldes de comércio de compensação, e um espinho no olho da política econômica norte-americana de acordos com cláusulas preferenciais no tocante a este país sul-americano.¹⁰

O conceito de comércio de compensação se auto-afirmou. Desde o fim de 1935, o Brasil tornou-se, em detrimento da Argentina, o segundo mais importante parceiro comercial da Alemanha na América do Sul e o décimo principal parceiro da Alemanha de um modo geral. A Alemanha, por seu turno, alternadamente com os Estados Unidos, veio a ser o mais importante mercado comprador e fornecedor do Brasil. De 1934 a 1939, a Alemanha ocupou o segundo lugar como consumidor dos produtos brasileiros e, entre 1936-1938, desfrutou a primazia como fornecedor deste mercado.

⁶ Ver WILSDORF, Heinz. **Kompensationsgeschäft**. p. 31; Também AHBE, Otto. **Die Praxis und die Mängel des Kompensationsgeschäfts**, Diss. Hamburg 1936, p. 12.

⁷ Ver o artigo “Brasilianische Ausfuhrfragen”. In: **Hamburger Fremdenblatt**, edição matutina, Suplemento para o n 200 A de 22.7.1939. (In: Bundesarchiv Koblenz, doravante BA Koblenz, Ata Rep. 317, Nr. 900) e “Kriegsausstrahlungen auf Brasilien” In: **Frankfurter Zeitung** de 19.1.1940.

⁸ Memorando sobre as relações econômicas teuto-brasileiras (Documento I U 1.403/19. O.D=), in: ZSTA Potsdam, 09.01. Auswärtiges Amt, Ata 44647; Cf. Também o memorando sobre a concorrência alemã-norte-americana pelo Brasil (Abschrift VI A. S. 1939, Berlim, 12.10.1920) in: Archiv des Auswärtiges Amt Bonn, doravante AAA Bonn, Abt. III, Acta Politische Beziehungen Brasiliens zu Deutschland, Akte K 406/K 122712 - K 122725, Bd. I, 1919/1922, Nr. Po2 - Brasilien, onde se pode ler: “In keinem Land Süd- und Mittelamerikas hat der von den Vereinigten Staaten in Amerika ausgegangene panamerikanische Gedanke die gründliche Wurzeln geschlagen wie in Brasilien”.

⁹ Ver Sonderdruck für Außenhandel (“Nordamerikas Kampf gegen das deutsche Vordringen am Brasilianischen Markt”) V. S. Nr 78v.13.7.1937 in: BA Koblenz, Acta R2/9968. Ver também o Relatório Confidencial do Relator da RfA (Reichsstelle für den Außenhandel) no Rio de Janeiro (Bericht der RfA: I Dr. Va/HW, 16.8.1937) para o Departamento do Comércio Exterior em Berlim: “Zur Lage der deutsch-brasilianischen Handelsbeziehungen” in: BA Koblenz, Acta Rep 317/901; como também o Relatório Nr. 1243/38 do Serviço Exterior (Blumenau, 15.04.1938) “Brasilien-Wirtschaftliches”, in: BA Koblenz, Acta Rep. 317/902.

¹⁰ Ver entre outros GAMBINI, Roberto. **Duplo Jogo**, p. 110; HILTON, Stanley E., **Brasil...**

De um modo geral, pode-se então dizer, que a Alemanha tinha uma extraordinária tendência para comprar algodão do Brasil, enquanto o Brasil interessava-se principalmente por máquinas e armas alemãs.

Aqui é interessante notar os contornos da estrutura dos negócios de compensação teuto-brasileiros: a Alemanha forneceria produtos industrializados para o Brasil, e este vendia matérias-primas (principalmente algodão) para a Alemanha. Neste sentido, a concepção da complementaridade econômica tornou-se realidade.

**Aos vinte e cinco anos de imigração:
os números falam pela história**

Germano Oscar Moehlecke

O primeiro Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul foi realizado pela Subcomissão de Assuntos Históricos e Culturais da Comissão Executiva dos Festejos do Sesquicentenário da Imigração Alemã e iniciado em 12 de setembro de 1974.

O grupo de trabalho que o idealizou, sentiu a necessidade de um elemento permanente que, como ponto de intersecção dos estudiosos, pudesse assumir a iniciativa da continuidade desses encontros culturais. Por entenderem que preenchia as condições imaginadas, foi indicado o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Em 25 de julho de 1975, foi fundado, nas dependências do Museu, e depois de várias sessões preparatórias, o Instituto Histórico de São Leopoldo. Assim, de 1976 para cá, de 2 em 2 anos, sob o patrocínio das duas instituições ligadas à história da imigração, estão se realizando, sem solução de continuidade, os Simpósios de História.

Ao resolver participar deste XI Simpósio, nos propomos a trazer uma contribuição prática e utilizável no dia-a-dia de uma das entidades que organizaram este conclave cultural: o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Como participante de sua diretoria, estamos sabendo que setenta por cento de suas atividades e consultas são referentes à ciência genealógica. Por isso, ao encontrarmos, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, uma estatística completa, realizada pelo Dr. João Daniel Hillebrand, em 1º de janeiro de 1849, achamos que seria de bastante utilidade para este tipo de pesquisa.

Este trabalho está registrado no Arquivo Histórico do Estado como Códice 332. Trata-se de um volume de 246 páginas manuscritas, onde o Dr. Hillebrand, na sua habitual meticulosidade e organização, registra o estado da Colônia Alemã de São Leopoldo, aos 25 anos da imigração.

O Códice 332 divide os registros por onze distritos: Vila de São Leopoldo, Feitoria, Sedente e Quarry, Padre Eterno, Mundo Novo, Picada Blauth, Campo Bom, Campo Ocidental, Picada Dois Irmãos, Travessão e Picada Feliz. Infelizmente não aparecem outros cinco distritos, já constantes em estatísticas anteriores realizadas por Hillebrand. Referimo-nos à Picada de Bom Jardim, Picada 48 e 14 Colônias, Picada do Café e Hortênsio e Picada Nova. Apesar dessa falha, para uma apreciação global da Colônia de São Leopoldo, constatamos, por intermédio de Relatórios da Presidência da Província, em anos imediatamente posteriores, que os números são fiéis para os onze distritos registrados.

O Códice 332 relaciona 6.371 nomes com as seguintes especificações: nome, idade, ofício, religião, lugar de origem, escravos, observações e, nalguns casos, como na Picada dos Dois Irmãos e Feliz, o número da colônia e de que lado da picada ela fica. E mais um detalhe interessante de grande utilidade: a idade dos filhos e a separação se nascidos na Alemanha ou no Brasil. Com isso, podemos avaliar a data de chegada da família do imigrante. Na Vila de São Leopoldo, por exemplo, o lugar mais antigo, são mais comuns filhos nascidos no Brasil com mais de 20 e até 24 anos. Isto demonstra que estas famílias pertencem às primeiras levas de imigrantes, entre 1824 e 1830. Já na

Picada Feliz, os mais velhos nascidos no Brasil têm 2 anos, a mostrar que são levas mais recentes. Como o nosso registro é de 1848/1849, é só fazer as contas.

Os onze distritos que compõem a estatística de Hillebrand estão assim distribuídos:

- A vila de São Leopoldo, que está subdividida no 1º, 2º e 3º Quarteirão, tem a população seguinte: 378 evangélicos e 271 católicos, somando 649 alemães que possuem 43 escravos. Os brasileiros na vila são representados por 217 pessoas com 28 escravos. Naquela época pois, eram 2,4 alemães para cada brasileiro. Em relação aos escravos, e mantendo as proporções da respectiva população, os brasileiros tinham o dobro dos alemães.
- No distrito da Feitoria temos 228 evangélicos e 142 católicos, somando 370 alemães, mais 20 brasileiros e 25 escravos.
- No Sedente e Quarry são 543 evangélicos e 231 católicos, no total de 774 alemães.
- No Padre Eterno são 346, sendo 236 evangélicos e 110 católicos.
- No Mundo Novo, são 209 evangélicos e 68 católicos, somando 277 alemães.
- Na Picada Blauth são 116, 95 evangélicos e 21 católicos.
- Em Campo Bom são 371 evangélicos para 84 católicos, num total de 455 pessoas, mais 1 escravo.
- No Campo Ocidental, existem, entre os alemães, 858 evangélicos e 298 católicos, que somam 1.156 pessoas com 30 escravos, mais 146 brasileiros com 60 escravos.
- Na Picada dos Dois Irmãos são 695 evangélicos e 734 católicos, somando 1.429 pessoas, mais 17 escravos.
- No Travessão, do total de 189, 101 são evangélicos e 88 católicos.
- Na Picada Feliz são 39 evangélicos para 188 católicos, totalizando 227 pessoas

Toda essa gente está nomeada, com idade, ofício, religião, local de origem, nome e idade dos escravos e origem e, às vezes, a profissão do escravo. No somatório dos onze distritos de São Leopoldo, que nos servem de exame, alcançamos 5.988 imigrantes alemães, dos quais 3.753 são evangélicos e 2.235 católicos. Existem ainda relacionados 383 brasileiros que completam o número de habitantes registrados no Códice e que mencionamos antes: 6.371. São nomeados, fora desse número, 208 escravos. Pelo número muito grande de nomes, não nos é possível fazer um exame de todos eles. Por essa razão vamos nos ater à Vila de São Leopoldo, procurando trazer algumas observações que uma análise mais demorada pode proporcionar.

Primeira constatação: na Vila de São Leopoldo, em 1849, depois de 25 anos de imigração, dos 649 habitantes alemães, quase a metade já havia nascido no Brasil. São 311 para 338 nascidos na Alemanha

Segunda constatação: na Vila, apesar de sempre se ouvir de famílias numerosas (e de realmente existem algumas com muitos filhos) a média por moradia, excluindo os escravos, atinge um número muito razoável: dividindo o número de habitantes que era de 649 pelos 149 fogos, encontramos a média de 4,35 pessoas por casa. Entre os brasileiros moradores da Vila a situação é semelhante: os 217 habitantes possuem 51 fogos, o que dá uma média de 4,25 por residência.

Terceira constatação: parece que havia uma tendência em aceitar o catolicismo. Dos 10 casamentos mistos onde o pai é católico, e a mãe evangélica, todos os filhos são declarados católicos. Dos 18 casamentos mistos onde o pai é evangélico, e a mãe católica, 12 declararam os

filhos como católicos e só 4 mantiveram a religião evangélica do pai. Inclusive, na relação de nomes, dois casais, onde ambos são evangélicos, declararam os filhos, nascidos no Brasil, como católicos.

Quarta constatação: O uso diferente dos escravos entre os imigrantes alemães e a população brasileira. Entre os alemães, o escravo era um ajudante direto do trabalho do proprietário, estando registrado muitas vezes com o mesmo ofício. Dá para imaginar que o escravo do imigrante, sendo marceneiro, curtidor, funileiro, ourives, carnicheiro, sapateiro, lombilheiro, cujo patrão tivesse o mesmo ofício, trabalhassem lado a lado. A mulher escrava, somente 9 para as 149 casas alemãs, também tinha uma função produtiva, estando até registrada uma escrava funileira que tinha como patrão o funileiro João Frederico Rieth.

As 149 casas de alemães na Villa de São Leopoldo tinham 34 escravos masculinos e 9 do sexo feminino. Já entre as 51 casas de brasileiros existiam 19 escravas e 9 escravos. A escrava mulher, na casa brasileira, era essencialmente para atividades domésticas o que não acontecia entre os alemães, onde a mulher da casa, com raríssimas exceções, fazia questão de cuidar ela mesma dos afazeres domésticos.

Na Vila de São Leopoldo, no ano de 1849, existem registrados 180 ofícios entre os alemães, o que dá mais de um profissional ou artesão por cada uma das 149 moradias ocupadas por eles. Não é, pois, sem razão que o Dr. Hillebrand, tanto como Presidente da Câmara de Vereadores ou como o Diretor da Colônia, insiste em dizer em seus Relatórios que São Leopoldo é uma terra de obreiros, merecendo uma atenção especial da Presidência da Província. Destes 180 ofícios mencionados, nada menos do que 57 são relacionados ao couro: 22 curtidores, 18 sapateiros, 12 lombilheiros, 3 seleiros, 1 envernizador e mais 1 tamanqueiro. Por isso, no livro de Joseph Hörmeyer, traduzido por Heinrich Bunse, “O Rio Grande do Sul em 1850”, o autor adverte os futuros imigrantes sobre as possibilidades dessa profissão, dizendo que “curtidores existem aqui em número infinito, pois quase toda a São Leopoldo e cada charqueada ocupa-se disto”.

Poderíamos citar dezenas de nomes que foram destaque na nossa história e tradição local, baseados no Códice 332. É o caso por exemplo, dos dois primeiros presidentes da nossa Câmara Municipal de Vereadores, Manoel Bento Alves que aparece como morador no Campo Ocidental e André Miguel dos Santos, registrado no 1º Quarteirão da Vila, em 1849.

Vamos nos limitar, porém, a dois nomes alemães, relacionados a negócios. Casualmente o primeiro nome registrado no Códice é de Jacob Freyschlag. Tinha 44 anos, era envernizador, católico de Oldenburg. Sua mulher Felippina, com 34 anos, também era de lá, assim como os filhos mais velhos Hermann, Christina, Juliana e Friderico. Seus filhos nascidos no Brasil tinham 4 e 1 anos. Como o filho mais velho nascido aqui tinha 4 anos, é de supor estar ele no país desde 1844.

Sobre ele, Joseph Hörmeyer, no livro já citado, na página 101, escreve o seguinte: “O Governo Provincial concedeu a Jacob Freyschlag, da Colônia de São Leopoldo, um empréstimo sem juros no valor de 4.000 contos de réis (4.200 fl CM), para fins de ampliação de sua pequena fábrica de envernizamento e douramento”.

E comenta ainda Hörmeyer que homens empreendedores e fabricantes seriam bem-vindos ao Brasil, sendo necessário pouco capital próprio para se estabelecerem.

Outro nome de destaque, na Vila de São Leopoldo, em 1849, era o negociante Nicolau Stumpf, com 50 anos e católico. Ele e a mulher Elisabeth eram da Alemanha, e os sete filhos nascidos no Brasil. Como o mais velho tinha 17 anos, dá para calcular sua vinda em 1831, ou antes.

Tinha sob o seu teto um caixeiro alemão e evangélico, que dois anos depois vamos encontrar com negócio próprio na Picada Feliz.

Stumpf tinha sete escravos naquela data. Por outros estudos sabemos que chegou a onze em 1867. Durante a Revolução Farroupilha aparece como remador de Mariana Diehl em 1841. Ainda naquele ano, aparece como proprietário de lanchão. Em nossa estatística de 1849 os proprietários de lanchão são classificados como “patrão”. Sabemos, também, que Nicolau Stumpf foi vereador em São Leopoldo de 1854-1858, 1858-1862, 1862-1866, 1866-1872.

No Relatório da Presidência da Província de 1851, há a seguinte referência sobre a colônia de São Leopoldo, mencionando o nosso personagem.

“Faz dois anos que se aplicam com sucesso os habitantes da Colônia ao cultivo do fumo e do algodão. O fumo iguala o da Virginia e o de Cuba, e as experiências feitas com o algodão provaram ser ele melhor que o de Pernambuco. O comerciante Nicolau Stumpf comprou neste ano de cada um um desses artigos 600 arrobas com intenção de mandá-los a Hamburgo. O bom sucesso dessa especulação terá e deve ter grande incremento sobre o cultivo e a evolução desses produtos”.

O próprio Hillebrand se inclui como morador do 3º Quarteirão da Vila de São Leopoldo. Se declara Diretor, evangélico e nascido em Hamburgo. Tem sob o seu teto um criado alemão, Guilherme Tillmann, com 25 anos, católico, da Prússia. O curioso é que Hillebrand se declara com 49 anos, quando se sabe que em 1849 deveria ter 54 anos, como Carlos H. Hunsche comprovou.

Estas rápidas considerações nos permitiram antever o quanto poderá ser aproveitado o Códice 332, quando devidamente analisado e estudado. Os seus 6.371 nomes são uma boa contribuição aos estudos genealógicos pelas ilações que se poderão extrair dos seus registros. Devido ao estado precário do original, a cópia feita por nossa iniciativa foi recopiada, com nossa autorização, pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que a usa para os seus consulentes.

Encerrando essa participação, tenho a satisfação de tornar efetivada a proposta inicialmente manifestada, entregando uma cópia do Códice 332 ao Arquivo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

As pré-condições do estabelecimento dos colonos alemães no Brasil Meridional: o povoamento açoriano

Walter F. Piazza

Preâmbulo

Não se pode falar da ocupação humana no sul do Brasil, sem dizer da importância do açoriano e do seu descendente na tarefa hercúlea de desbravar e preencher os vazios demográficos. E sobre essa importância, ressalta este depoimento de Beatriz Vasconcellos Franzen:

“A presença alemã no Vale do Rio dos Sinos foi tão significativa que, de certa maneira, ofuscou a presença portuguesa, inclusive açoriana, que ali se fez presente no século XVIII e inícios do século XIX.”

E, complementa: “Ainda hoje muitos desconhecem que as terras, situadas entre Gravataí e o Sinos, e entre o Sinos e o Caí, já eram povoadas antes de 1824”.

Entretanto, qual foi a presença portuguesa, inclusive açoriana, salientada por aquela estudiosa? Ressalte-se que já houvera, primeiramente, a ocupação dos “campos de Viamão” pelos lagunistas, com completo conhecimento das “vacarias del mar” e a formação das fazendas. Tal ação, porém, significa, também, o contato do lagunista com o indígena e a absorção por aquele de conhecimentos e de tecnologias primitivas. O indígena transmitira conhecimentos valiosos ao recém-chegado.

Ao lagunista português ou já mestiçado com a mulher indígena, transfere conhecimentos sobre a floresta tropical: ressalta o valor das madeiras, salienta as propriedades curativas das espécies vegetais e para a sobrevivência ensina as técnicas de cultivo da mandioca e da sua transformação em farinha, secular herança do homem americano. Neste substrato cultural se inserirá a cultura luso-açoriana. Por que e como tal se fez?

1. O Povoamento Açoriano

O povoamento açoriano deve ser visto não só como uma migração do Arquipélago dos Açores para o Brasil Meridional, mas, por uma ótica mais abrangente, pelas implicações que oferece ao analista, nas duas margens do Atlântico.

Não se pode omitir que a vontade de migrar dos açorianos - a sua diáspora - ocorreu desde muito cedo, em relação ao povoamento daquelas Ilhas.

Ao singrarem os mares, as naus e as caravelas portuguesas levavam em seus conveses e em suas câmaras homens e mulheres dos Açores, em direção à Índia, à África e ao Brasil, principalmente.

Estas migrações têm causas variadas, e sua tessitura tem grande amplitude.

Entre as causas apontadas estão os abalos sísmicos e as erupções vulcânicas, anotadas desde 1444, o que demonstra, afora o registro sistemático, a marca profunda que vincou nas populações ilhoas.

Assim, os habitantes do Arquipélago, a partir de 1720, clamam a “El-Rei” o transporte para o Brasil, e tanto assim é que na Ilha do Pico, à época, se alistam 1435 pessoas, para migrarem. Tal desejo também repercutiu nas demais ilhas, em maior ou menor intensidade.

A população, as conseqüentes crises alimentares e o empobrecimento da gente açoriana são outros tópicos que merecem registro e análise. As taxas de densidades demográficas eram altas, de modo que diziam os dirigentes locais que as Ilhas se achavam “opulenta de gente, sem bens, nem razão que possa dificultar seu embarque (para o Brasil)”.

Por outro lado, as fracas e irregulares colheitas de trigo e de milho, fazem com que os órgãos municipais analisem o flagelo da fome que rondava, periodicamente, as diferentes Ilhas.

Os clamores são bastante claros:

“cousa lastimoza e digna de toda comiseração he ver o estado desta Ilha (Terceira) por falta de víveres para o sustento da vida principalmente do milho que he o sustento dos pobres”.

Isto em 1746, quando se inicia o alistamento dos que desejavam migrar para o Brasil. E a pobreza era de tal monta que o Bispo de Angra e dos Açores, naquele momento, Dom Frei Valerio do Sacramento, se tornou um paladino em defesa dos menos favorecidos pela sorte. Estes eram os “mal-enroutados”, que por lhes faltar com que cobrir os seus corpos, deixavam de ir à missa dominical. Para eles, foram estabelecidas missas ao nascer do sol ou antes ainda: às quatro horas no verão e às cinco no inverno.

Há, ainda, que considerar, além destas causas, um fator psicológico, ou seja, a atração que o mar exerce sobre os ribeirinhos: a busca do desconhecido, o desejo de aventura! Estes são os fatores que impeliram os açorianos. Mas, não nos esqueçamos do interesse real, os planos da Coroa Portuguesa de firmar, de uma vez por todas, o “uti possidetis”.

Lá, em Lisboa, estava, como braço direito de Dom João V, o brasileiro Alexandre de Gusmão - santista de nascimento, irmão do Pe. Bartolomeu Lourenço de Gusmão e da Beata Joana de Gusmão, de grata recordação aos catarinenses -, que se dedicava a estudar e planejar uma ação diplomática de forma a, de uma vez por todas, estabelecer o direito de posse sobre terras meridionais do Brasil.

Ao lado de Gusmão estava, no Conselho Ultramarino, a figura ímpar de Rafael Pires Pardini, Ouvidor que fôra de São Paulo, que andara de 1719 a 1720, em correição até a Laguna e que, pela sua ação judicial, conhecia os problemas do Brasil.

Gusmão, com o seu descortínio, articulou a vinda ao Brasil dos “Padres Matemáticos” - Diogo Soares e Domingos Capacci, ambos da Companhia de Jesus - para estabelecerem com as suas técnicas astronômicas de então, a posição geográfica dos contornos do território brasileiro e o fazem, mapeando-o.

Para a efetivação do grande plano, necessário se fazia a presença de um homem-de-ação e de conhecimento múltiplos. Homem em que se fundiam o técnico, o político e o organizador e tal foi o Brigadeiro José da Silva Paes, enviado ao Brasil em 1735 e que, em 1742, proporá à Coroa Portuguesa a remessa de açorianos para o povoamento da Ilha de Santa Catarina e do litoral que lhe é fronteiro, até o serro de São Miguel.

Efetando o “alistamento” nos Açores, ele representa o engajamento de, aproximadamente, dez por cento da população então existente naquelas Ilhas.

Nas Ilhas, o Corregedor da sua Comarca estava na azáfama de preparar os transportes. Na Ilha de Santa Catarina, Silva Paes estudava a melhor forma de cumprir as determinações da Corte Lisboa. Em Lisboa, a Coroa efetivava os contratos para realizar os transportes, e, nas Ilhas, as Câmaras Municipais deviam escolher entre os alistados e os oficiais de ordenanças.

Os “transportes” foram então contratados. O primeiro com Feliciano Velho Oldenberg, um dos sócios do “Contrato do Tabaco”, para conduzir das Ilhas para o Brasil um milhar de pessoas. O contrato de Oldenberg foi efetuado de 21 de outubro de 1747 a 20 de dezembro de 1749, pelas galeras “Jesus, Maria, José” (três viagens), “Sant’Ana e Senhor do Bonfim” e “São Domingos e Almas”, comandadas pelos capitães ou mestres de navios Luis Lopes Godelho e Pedro Lopes Arraya. Seguiu-se o contrato de Francisco de Souza Fagundes, para transportar 4.000 pessoas, assinado a 1º de julho de 1749, iniciando a 4 de setembro de 1749 e concluindo em fevereiro de 1754, que utilizou três diferentes embarcações, em sucessivas viagens, com os mesmos mestres das primeiras viagens e outros novos. Ainda foi assinado, a 28 de setembro de 1751, um terceiro contrato com Francisco de Souza Fagundes, para conduzir mais de um milhar de pessoas dos Açores para Santa Catarina.

Destes três contratos, tem-se a garantia da sua plena efetivação, porquanto o Tesoureiro do Conselho Ultramarino, com os recursos do “Contrato do Tabaco”, os quitou. Tal quitação fez referências ao número de transportados e tem-se, assim, a contribuição de seis mil açorianos para o povoamento do Brasil-Sul, inicialmente em Santa Catarina, e, a partir de 1752, ingressando no “Continente de São Pedro” pelo litoral, ocupando os vazios demográficos e entranhando-se pelos vales e alcançando os extremos do “continente d’El-Rei”.

Abra-se, pois, aqui, um pequeno espaço, para tratar dos madeirenses, que, identicamente aos açorianos foram convidados pela Coroa Portuguesa a alistar-se e a povoar o Brasil-Meridional, “do rio São Francisco ao serro de São Miguel”.

A contribuição madeirense está restrita àquelas cinquenta e nove pessoas que, embarcadas na nau “N.S. das Maravilhas, Santo Antonio e Almas”, zarparam do Funchal a 8 de abril de 1749 e desembarcaram na praia da vila do Desterro a 7 de setembro daquele mesmo ano.

Outros 520, madeirenses, embarcaram no Funchal, a bordo da galera “N.S. da Conceição e Porto Seguro”, a 26 de abril de 1756, sob o comando do experimentado Mestre Custódio Francisco - que, anteriormente, fizera, pelo menos, duas viagens dos Açores à Ilha de Santa Catarina - não tiveram a dita de chegar ao destino previsto. A 20 de setembro naufragam na Costa da Bahia, na foz do rio Joanes, no lugar Buraquinhos, salvando-se onze mulheres e um certo número de homens “os que poderão salvar as vidas preocupadas do temor que os fizessem novamente embarcar, buscarão refúgio nas matas, tanto por este princípio, como por encobrirem a desnudes com que ficarão”.

Portanto, a massa humana mais expressiva que, nestes rincões meridionais se fixou, foi de gente açoriana. Na Ilha da Madeira, apesar dos mais de dois mil alistados, a problemática social e econômica local impediu uma maior migração. Mas, até chegarem aqui quantas peripécias, quantas angústias, quantos sofrimentos tiveram?

Pelo desenrolar dos fatos qualificamos como epopéia, porquanto ação heróica de anônimos construtores do nosso progresso material e, principalmente, espiritual. É ação heróica o deixar o chão natal, a ermida ou a igreja onde fora batizado ou se casara, deixar para trás o cemitério onde jaziam seus maiores, aquelas terras que se acostumaram a percorrer.

Das várias Ilhas, o Corregedor da Comarca das Ilhas fez convergir para a Ilha Terceira aqueles que estavam alistados. Há, então, vários problemas que afloram: a falta de alojamentos, a falta de alimentos para aquela gente, a demora do aprestamento dos transportes.

Enfim, fez-se o embarque. O Conselho Ultramarino, dentro das regras de convivência social de então, elaborou um “Regimento dos Transportes” - do punho do Desembargador Rafael Pires Pardinho - que estabelece no seu primeiro parágrafo que o Corregedor ou quem o representasse na hora do embarque escolheria “dous de maior graduação e capacidade com o Título de Mandante para governarem na viagem todas as demais pessoas e famílias que forem transportadas no Navio” e os homens “se repartirão por igual em duas companhias para haver de servir a gente de cada huma com hum dos Mandantes”. Assim se pretendia ter e manter a ordem a bordo!

E um dos mandantes teria as “chaves das portas e pórticos das Câmaras em que houveram de ir as mulheres” e as câmaras teriam sempre à sua porta dois homens como guarda, e seriam homens casados para examinar e levar as comidas do fogão às câmaras das mulheres e crianças e dentro das câmaras “não entrará homem algum salvo em caso de doença o Cirurgião ou o Capelão “quando for preciso administrar os sacramentos a alguma enferma”. “Só falarão as mulheres com seus maridos, as mães com seus filhos e os irmãos com suas irmãs” através de postigo com a presença de pessoa autorizada pelo Mestre do Navio ou pelo Mandante. E entre as mulheres serão designadas duas para mandar dentro das câmaras.

As mulheres só saíram das câmaras para ouvir Missa ou ficaram em alas cercadas por guardas, e no lugar mais próximo ao altar. E os melhores cômodos do navio seriam dos sacerdotes e outras pessoas mais distintas.

Iniciada a viagem - de acordo com os “assentos” - os navios “devendo somente servir para acomodar aos passageiros, e aos comestíveis e a guarda necessária para a gente do transporte e equipagem, e os seus trastes” e não conduziria qualquer mercadoria para o comércio. As embarcações deveriam ser novas “ou ao menos em bom uso” e com as câmaras e antecâmaras para as mulheres, com as respectivas portas e postigos com as suas chaves.

Enquanto a embarcação estivesse no porto de embarque cada pessoa que fosse levada para bordo teria direito a um aratel de carne fresca ou de peixe fresco, um aratel de pão e água, isto aos maiores de sete anos, porquanto os de três a sete anos tinham direito à meia ração.

As pessoas maiores de catorze anos poderiam levar para bordo uma cama e uma arca, bem como “todo o refresco, sementes e plantas” que quisessem.

O cardápio foi, também, convencionado como o “assentista” e está especificado na cláusula nona, quer para os dias da semana, quer para as ceias diárias, bem como sobre as dietas para os doentes a bordo.

Diga-se que tudo deveria ser fiscalizado pelo Corregedor das Ilhas, antes da partida, e caberia ao governador da Ilha de Santa Catarina realizar sindicância sobre o atendimento dos imigrantes nos transportes, e o Governador Manoel Escudeiro Ferreira de Souza o fez rigorosamente.

Estas viagens eram penosas e duravam cerca de três meses. A mortalidade a bordo foi bastante alta, e os dados constantes na documentação o comprovam: ali se registram o escorbuto e as diarreias como os seus maiores causadores.

A água estragava, os alimentos apodreciam. Para amenizar o sofrimento, foi estabelecido o transporte de galinhas, doces de ameixas, lentilhas e grãos, açúcar e biscoito branco, além de uma botica a cargo de um cirurgião capaz.

Desembarcados na Ilha de Santa Catarina, os açorianos tiveram que se refazer do desgaste da viagem e Silva Paes condeou-se do estado em que chegaram e solicitou a designação de Cirurgião para atender aquela gente, no que foi atendido. É o início da medicina pública em Santa Catarina!

Depois Silva Paes tem que cumprir o “Regimento” que recebera quanto à localização dos “casais”. Era a escolha do quarto-de-légua em quadra para cada “casal”. Era a localização e urbanização das novas comunidades, como preceituava a Coroa, com sessenta “casais”. Era o sustento durante o primeiro ano, com farinhas e pescado. Era o controle das sementes, das ferramentas, das alfaías agrícolas, dos animais de corte e de tração - extraído das “vacarias” reais de Bojur -, eram as vacas de leite para cada “casal”. Eram, enfim, mil e um problemas de organização, que foram levados a cabo, especialmente por Silva Paes e seus sucessor Manoel Escudeiro.

Estava, assim, formado o substrato humano e, portanto, cultural do Brasil Meridional.

2. A formação do substrato

A gente sofrida dos Açores foi, pouco a pouco, aclimatando-se em terras do Brasil Meridional. Em pouco mais de meio século já estavam fixados no solo brasileiro e tinham, em três gerações, se assenhoreado das ambiências, ajustando-se convenientemente e deram desenvolvimento à produção de trigo, cuja tecnologia de transformação trouxeram de suas Ilhas. Se tal cultura agrícola não correspondeu em Santa Catarina, medrou em terras do “Continente d’El-Rei”.

Assim, forjados na luta cotidiana, os descendentes de luso-açorianos receberam os falantes de língua alemã, a partir de 1824 no Vale do Rio dos Sinos e de 1829 no Vale do Maruí, em Santa Catarina.

3. A colonização germânica

A colonização germânica no Vale do Rio dos Sinos, como nos vales do litoral catarinense, em contato com o substrato luso-brasileiro, produziu um processo aculturativo que tem sido largamente explorado por sociólogos e antropólogos.

Entretanto, um dos aspectos mais dinâmicos desse processo aculturativo é o da comunicação verbal, ressaltada como aculturação lingüística, a partir do contato diário nas labutas da agricultura, quer na persistência de tradições, onde se tem, até na literatura teuto-brasileira, a adoção pura e simples de palavras do léxico português ou a sua transformação em formas germânicas.

4. Conclusão

A premissa inicial que nos serviu de mote levou-nos a mostrar o quanto foi prodigiosa a contribuição luso-açoriana na formação da identidade do Brasil-Meridional!

Se melhor não se disse, o foi por falta de “engenho e arte!”

Bibliografia básica

- BORGES-FORTES, João Gal. **Troncos Seculares**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1931.
- _____. **Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.
- _____. **O Brigadeiro Silva Paes e a Fundação do Rio Grande**. Porto Alegre, IHGRS, 13: 49, 3^o trim.1980.
- CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. Porto Alegre. Globo, col. "Província", 1970. (Cap. III: p. 125 ss.)
- FONTOURA, Edgar. *O Brigadeiro José da Silva Paes e a Incorporação do Rio Grande*. Porto Alegre. **Correio do Povo**, eds. 29/11/1967, 30/11/1967 e 01/12/1967.
- FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *A presença açoriana no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, **Estudos Leopoldenses**, v. 28, n. 128, jul-ago. 1992
- NEIS, Ruben. **Guarda Velha do Viamão**. Porto Alegre: co-ed. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes - Livr. Sulina, 1975.
- PIAZZA, Walter F. **A epopéia açórico-madeirense, 1748-1756**. Florianópolis: co-ed. Ed. UFSC-Ed. Lunardelli, 1992.
- _____. **O Brigadeiro José da Silva Paes, estruturador do Brasil Meridional**. Florianópolis: co-ed. Ed. UFSC, Ed. FURG e FCC, 1988
- SANTOS, Carlos Lopes dos. *Estância Real do Bojuru*. Porto Alegre. **Correio do Povo**, ed. 21-03-1971, p.49.
- SPALDING, Walter. **Gênese do Brasil-Sul**. Porto Alegre: Liv. Sulina, col. "Meridional", 1953.
- _____. **Construtores do Rio Grande**. Porto Alegre: Liv. Sulina, 1969. V.2.
- XAVIER, Paulo. *Povoadores ilhéus*. Porto Alegre. **Correio do Povo**, suplemento rural, ed. 22-08-1975, p. 5.
- _____. *Açorianos e a demarcação de limites*. Porto Alegre, **Correio do Povo**, suplemento rural, ed. 19-05-1978, p. 5.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: co-ed. Instituto Cultural Português - Escola Superior de Teologia, 1979.

A imigração e a questão do trabalho no Brasil

Helga Iracema Landgraf Piccolo *

A comunicação tem como marco cronológico a primeira metade do século XIX, e, para contextualizar a exposição, algumas considerações preliminares se tornam necessárias.

Nos princípios do século XIX, houve, por parte de setores da classe dirigente e/ou dominante no Brasil, uma preocupação com a organização do trabalho. Sabido é que o processo produtivo repousava fundamentalmente sobre o trabalho escravo.

Sentia-se uma pressão inglesa contra o sistema escravista (mais especialmente contra o tráfico de escravos). A assinatura dos tratados de 1810 e o Congresso de Viena corresponderam a conjunturas em que o governo português assumiu compromissos que o obrigam a pensar não só a abolição do tráfico negreiro, mas também equacionar a substituição da trabalho escravo. No Brasil, eram limitados os espaços para o trabalho livre numa ordem social escravocrata. E a escravidão desqualificava, aos olhos do homem livre, o trabalho braçal. Decorrente da preocupação com a organização do trabalho, era outra preocupação, já visível desde os finais do Século XVIII, com os chamados vadios¹.

Além da pressão inglesa, porém, havia o “medo branco da onda negra”. A mobilização de escravos assustava. Na Inconfidência Mineira, a indecisão das lideranças com respeito ao escravismo, mostrava o receio de uma possível ampliação da base social do movimento com escravos. As reivindicações feitas pelos escravos do Engenho Santana - Bahia (1789-1790) sinalizavam para uma tomada de consciência da sua parte. A presença de escravos e forros na Inconfidência Bahiana era indício de mobilização. E, conforme João José Reis no artigo “O levante dos males: uma interpretação política”², foram freqüentes as conjurações de escravos islamizados na Bahia na primeira metade do século XIX (sendo a mais importante a de 1835). E, acima de tudo, causaram impacto (e, por isso ficaram na memória da elite proprietária brasileira como um referencial sempre presente) as rebeliões negras ocorridas nas Antilhas, especialmente aquela articulada com a Independência do Haiti.

* Profa. da UFRGS e membro do Instituto Histórico de São Leopoldo.

¹ Leia-se de SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro**, Cap. 2 - Da utilidade dos vadios. Na parte dois deste capítulo, a autora analisa teoricamente o termo vadio com sua polissemia (“indivíduo que não se insere nos padrões de trabalho ditados pela obtenção do lucro imediato”; “indivíduo não inserido na estrutura da produção colonial, mas pode ser aproveitado por ela”; “indivíduos que resistem ao Estado”, podendo inclusive ser indivíduos bem situados socialmente, por exemplo, os que resistem ao pagamento de impostos; “indivíduos mandatários de potentados”). Enfim, são indivíduos rebeldes. O vadio é um trabalhador esporádico, homem desprovido de cabedais, criminoso, ladrão, sublevado e até um potentado local, interiorano, dissidente.

² Em “Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista” (coletânea de textos em que colaborou também Eduardo Silva). São Paulo: Companhia das Letras, 1989).

Não só nos inícios do século XIX, mas no decorrer de todo o século, o trabalho era visto como fonte geradora de riqueza, de progresso e, portanto, de desenvolvimento³. A pergunta que se fazia então era: alcançar isto com o trabalho escravo?

José Bonifácio na sua “Representação”⁴ que ele pretendia encaminhar à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, afirmava que o progresso e a civilização exigiam a abolição do tráfico de escravos. Só com o fim da escravidão (que deveria ser gradual) “seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes”. A escravidão, conforme o Patriarca, gerava a indolência. Era preciso introduzir os melhoramentos da cultura européia. Dizia ele: “de certo com poucos braços, a favor dos arados e outros instrumentos rústicos”, a “agricultura ganhará”. Preocupava-se também com os vadios contra os quais deveriam ser postas em execução as leis policiais para que não faltassem braços necessários à agricultura e indústria.

Mais ou menos na mesma época, isto é, em 1822 era editada a Terceira Memória de Antônio José Gonçalves Chaves (charqueador e empreendedor em Pelotas), escrita em 1817. Condenava a escravidão que inibia o trabalho do homem livre. Se ela acabasse “viriam da Europa famílias inteiras para o Brasil” que enriqueceriam com os produtos do seu próprio trabalho.

As discussões havidas no Senado, no ano de 1830, sobre o fim do tráfico de escravos (em face dos compromissos assumidos com a Inglaterra no tratado ratificado em 1827 também revelam posicionamentos. O Marquês de Caravelas (sessão de 10 de maio de 1830) via os colonos como mão de obra melhor que a dos escravos. Lembrava a Colônia de São Leopoldo e “a ordem que ali reina, o trabalho, o aumento da população” que “convencem do quanto o Brasil será feliz com um sistema regular de colonização”. Era um discurso em reposta à Fala do Trono na abertura da Assembléia Geral em 03 de maio, onde D. Pedro I dizia “(...) julgo de indispensável necessidade indicar-vos que é conveniente facilitar a entrada de braços úteis. Leis que autorizem a distribuição de terras incultas, e que afiancem a execução dos ajustes feitos com os colonos, seriam de manifesta utilidade e de grande vantagem para a nossa indústria em geral”.

Ainda no Senado, em sessão de 23 de maio de 1830, quando se discutia um projeto de lei para promover a colonização dos estrangeiros, o senador Vergueiro defendia a idéia de que o Brasil precisava de braços para os trabalhos ... porque é necessário suprir a falta de escravatura. Mas era contrário à doação de terras “a quem as quiser”. Enquanto isto, outros como o Marquês de Palma, o senador Gomide, o Marquês de Caravelas, defendiam a necessidade de estrangeiros e que era preciso dar a eles “alguns favores”. O Marquês de Caravelas que defendia a vinda de “rústicos” (agricultores) lembrava mais uma vez São Leopoldo como experiência da utilidade de uma colonização. “Veja-se o estado em que se acha a Colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul... e as cousas que lá se tem introduzido e o que os nossos já tem aprendido deles”.

Num despacho ao Ministro do Império, datado de 10 de abril de 1830, o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - Caetano Maria Lopes Gama - escrevera sobre sua visita à Colônia de São Leopoldo dizendo que os sacrifícios que o Brasil tem feito com a

³ Objetivando incentivar o progresso e o desenvolvimento brasileiros, foi criada em 1827 a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - SAIN. Ler de Edgard Carone - “O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1977)”, 1ª parte. Rio de Janeiro, CIRJ - Editora Cátedra, 1978.

⁴ Ler de Helga Landgraf Piccolo “A colonização alemã e o discurso abolicionista no Rio Grande do Sul”. Comunicação apresentada no VIII Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, IHSL, 1988.

colonização estavam sendo compensados pelos resultados do trabalho dos colonos, sensivelmente superiores se comparados com o de escravos.

Apesar de haver quem (é o caso do citado senador Marquês de Caravelas) concordasse com a Fala do Imperador, a lei orçamentária de 15 de dezembro de 1830 proibiu gastos com a colonização, o que mostrava a existência de dois discursos antagônicos - o Imperador (que havia associado “o engajamento de colonos na Alemanha e na Irlanda com o de soldados”, soldados que haviam provocado inúmeros distúrbios) e o dos representantes da nação, em geral ligados aos grandes proprietários escravistas.⁵

Após a abdicação de D. Pedro I, foram tomadas medidas para retificar o rumo indicado em diretrizes do seu governo e relacionadas com o trabalho livre. Conforme Renato Saul⁶, “seria através da revitalização dos instrumentos legais e políticos de defesa da propriedade absoluta que os setores dominantes, no Brasil, encaminhariam as soluções protelatórias da decadência definitiva do latifúndio escravista”.

Num país escravista o latifundiário, pensar a questão do trabalho livre estava associado ao direito à propriedade. E, após a Independência e a constitucionalização do país, isto estava imbricado na extensão da cidadania e dos direitos políticos. Neste sentido, são muito elucidativas as discussões ocorridas no Senado na sessão de 14 de junho de 1826 sobre a naturalização de estrangeiros.⁷ Estas discussões mostram que havia uma preocupação em dificultar a ampliação dos direitos como cidadão, ao trabalhador proprietário imigrante e, especialmente, não estender-lhe amplos direitos políticos. Entre os argumentos: se havia, pela Carta de 1824, restrições ao exercício do poder e dos direitos políticos da parte dos nacionais, não se podia privilegiar o imigrante estrangeiro.

O Brasil, nos inícios do século XIX, ainda não vivia experiências como as vividas em parte da Europa às voltas com a Revolução Industrial e a ascensão da burguesia (o que colocou, lá, em debate, a questão da liberdade - inclusive de contratar o trabalho -, da propriedade e dos direitos civis e políticos). Mas o Brasil não escapou dos seus desdobramentos, porque estava articulado ao mercado internacional. Estava inserido no “movimento universal de relações de troca impulsionado pelo desenvolvimento do sistema capitalista”.⁸

⁵ É interessante ler sobre os interesses em jogo, muitas vezes conflitantes, o que escreveu o historiador alemão Heinrich Handelmann na sua “História do Brasil”, publicada em 1860 em Berlim. A obra foi reeditada, em português, pela Companhia Melhoramentos, São Paulo, 1978, terceira edição. Das “Considerações finais: o Brasil e a Imigração” consta: “A população (brasileira) é de todo insuficiente para preencher as lacunas existentes e entreligar com os laços da civilização os grupos diversos; somente com o ininterrupto afluxo estrangeiro tornar-se-ia isso possível no correr dos séculos”. Associava, portanto, civilização à imigração. “O trabalhador livre pobre não quer trabalhar para outro, porque segundo Eschwege... a existente geração de homens livres nunca se sujeitara àqueles trabalhos esforçados que eram executados pelos escravos”.

Segundo Handelmann, após a abolição do tráfico de escravos em 1850, “sem o afluxo de imigrantes espontâneos, agricultores, pouco a pouco, sofrerá a produção”.

Sobre a importância, da imigração, escrevia ele: “A imigração não é para o Brasil simples necessidade para o futuro, para maior desenvolvimento da colonização e civilização, mas também uma exigência do presente, para a manutenção do estado atual econômico e político e do bem estar nacional”.

⁶ Em “A questão social do Brasil escravista”. Cadernos de Estudo, n. 5, dezembro de 1984, p. 7. UFRGS, Curso de Pós-Graduação em Sociologia.

⁷ Vide Renato Saul, ob. citada, p. 6.

⁸ Id. Ibidem, p. 4.

Assim, inspirado pelos conhecimentos sobre economia política produzidos na Europa, José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu) escrevia: “O trabalho e não a terra (quaisquer que sejam as vantagens de sua extensão, posição e fecundidade) é o que sustenta e torna opulenta a sociedade ... É o trabalho a origem e o fundamento de toda a propriedade e valor”. José da Silva Lisboa preocupava-se com a dinamização da economia brasileira, isto é, não só com o desenvolvimento da agricultura, mas também das manufaturas. E mais, para ele “as relações internacionais deveriam ser harmonicamente complementares” e, neste sentido, o “destino do Brasil estava comprometido com acolhimentos dos trabalhadores que a Europa esparramava pelo mundo. Essa era a forma decisiva para solucionar o embrutecimento do país provocado pela escravidão”.⁹

A necessidade de ampliar a entrada de trabalhadores estrangeiros não só colocou o problema da naturalização deles e a preocupação com a extensão a eles de direitos civis e políticos, mas também a questão da apropriação do solo. Se o governo imperial pensava em núcleos de pequenos proprietários, a classe dominante pensava em trabalhadores que somente com o fruto do seu trabalho poderiam tornar-se proprietários

A entrada de trabalhadores estrangeiros esteve na base dos Regulamentos dos Contratos de Locação de Serviços de 1830 e 1837.¹⁰ Estes regulamentos “deixam transparecer claramente o desejo de estabelecer uma disciplina de absorção do trabalhador livre nas relações dominantes na atividade produtiva principal”, isto é, “complementar a força de trabalho escravo e a expansão dos cultivos de exportação”. Este objetivo econômico era acompanhado do desejo manifesto de evitar que os colonos imigrados se dispersassem pelo território em busca de terrenos livres ou fossem engrossar as experiências de colonização através do sistema de pequenas propriedades promovidas pelo governo”.

Também fez parte da estratégia de setores da classe dominante, por exemplo, cafeicultores paulistas, de resolver o problema da mão-de-obra, não com a concessão de porções de terra, mas com contratos de trabalho - o sistema de parceria introduzido em 1847 pelo senador Vergueiro na sua fazenda de Ibicaba, onde fundou, para este fim, a Colônia que levou seu nome. A rebelião dos parceiros de 1857 mostrou como era tênue a distância entre a servidão e os termos dos contratos de trabalho.¹¹

Conforme Renato Saul,¹² articulando a Lei de Locação de Serviços Agrícolas de 1837 e o sistema de parceria “(...) a convocação unilateral, característica básica da prática que se estabeleceu a partir dos contratos feitos sob a Regulamentação da lei de serviços agrícolas de 1837, tornava impossível ao colono europeu introduzir-se no processo de trabalho na condição de trabalhador livre ou seja em condição de vender livremente sua força de trabalho no mercado. Isso e mais as obrigações que pesavam sobre ele derivadas das dívidas com o fazendeiro, terminaram por reduzi-lo às condições de trabalhador forçado. Estabelecido nas colônias de parceria, o imigrante foi envolvido num processo de endividamento progressivo que o levava à submissão completa aos interesses do terratenente”.

⁹ Ver Renato Saul - “A Modernidade Aldeã”. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1989, p. 23-24 e 26-27.

¹⁰ Id. *ibidem*, p. 28.

¹¹ Ler sobre o sistema da parceria como expediente para resolver o problema de mão-de-obra, o Prefácio à tradução feita por Sérgio Buarque de Holanda à obra de Thomas Davatz - “Memórias de um colono no Brasil”. São Paulo: Livraria Martins Ltda. EDUSP, 1972.

¹² Ver “A Modernidade Aldeã, p. 42-43.

Considerações sobre alguns projetos de imigração

Começamos lembrando que uma decisão de 25 de novembro de 1808, tomada pelo governo de D. João, há pouco transmigrado para o Brasil, abria o país aos estrangeiros como proprietários. Na segunda década do século XIX, algumas colônias, onde a presença alemã se fez sentir, foram estabelecidas no sul da Bahia (Leopoldina, São Jorge dos Ilhéus, Frankental) e no Rio de Janeiro (Nova Friburgo).

É de março de 1820 um decreto de D. João VI que objetivava atrair imigrantes¹³ com a concessão gratuita de uma área de uma légua quadrada mais ou menos para o estabelecimento de colonos estrangeiros (cada família receberia 160.000 braças quadradas). O decreto não era apenas para atrair agricultores (que também poderiam comprar terras já trabalhadas, caso em que teriam de pagar impostos como os nacionais). Prevvia-se, também, o caso de uma colônia a ser formada com trabalhadores que um empresário (através de contratos firmados que o governo real reconheceria como válidos), por sua conta, trouxesse para o Brasil. Neste caso, a área prevista seria dividida em duas partes, uma para o empresário e outra subdividida entre as famílias e/ou pessoas trazidas. Portanto, a terra era para o empresário um negócio, isto é, a colonização vista como um negócio para empresários que investissem na vinda de trabalhadores. Os imigrantes seriam desde logo súditos de Sua Majestade e, como tal, sujeitos às leis e costumes do país. Para desfrutar dos privilégios e vantagens como os súditos portugueses, tinham que ser católicos apostólicos romanos e pessoas de bons costumes e princípios. Cada distrito colonial será administrado por um Diretor nomeado por S. M. até que a população fosse suficientemente numerosa para nomear autoridades administrativas e judiciárias conforme as leis portuguesas. Foi um projeto de um Reino ainda absolutista, e, por isto, não se acenava com a cidadania. E preservar a condição de país essencialmente católico também estava presente.

São de 1823 “Apontamentos para o Plano de Colonização no Império do Brasil” emitidos por Hypólito José Pereira da Costa Furtado de Mendonça¹⁴ ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (que era, então, José Bonifácio). Os “Apontamentos” eram no sentido de atrair população através da constituição de Companhias de Acionistas “a quem se facilite a fazer especulações nas compras e vendas de terras”. Portanto, a imigração também era vista como um negócio a ser lucrativo.

O território (de preferência às margens e/ou cabeceiras de rios) a ser ocupado pela Companhia, seria dividido em sesmarias de uma légua de frente junto ao rio e três de fundo

¹³ Em alemão, consta dos anexos incluídos na obra “Hundert Jahre Deutschum in Rio Grande do Sul”. Porto Alegre: Typ. do Centro, 1824. Carlos H. Hunsche, em “História da Imigração Alemã no Brasil” traduziu o decreto da citada versão para o português. São Paulo: Ed. Cultura Brasileira, julho de 1978.

¹⁴ Conforme Carlos Rizzini, em “Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense” (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, Livro III, cap. IV), o jornalista era um ardoroso defensor da imigração de habitantes do Norte da Europa, por necessidade de povoar o Brasil e de aperfeiçoamento moral, uma vez que o Brasil estava privado por três séculos do benefício da civilização. Era preciso aumentar e melhorar a população do país. O colono, segundo ele, com seus métodos de trabalho influiria na rotina de trabalhar a terra no Brasil. Para atrair, porém, gente proveitosa era necessário dar expressas garantias quanto à liberdade e à propriedade. Condenava o que vigorava no Brasil: a preferência pela torpeza do labor dos africanos, em detrimento da formação étnica e social da comunidade e do seu engrandecimento econômico. Dizia Hipólito da Costa: “A escravidão dos negros continuada por toda a vida e passada a toda a descendência é tão contrária aos princípios do direito natural e da constituição moral do homem, que é impossível que prospere como deve, um país em que a escravidão se admite na extensão em que existe no brasil”. Advogava a abolição gradual “simultânea com a imigração de habitantes da Europa do Norte”.

(portanto, grandes propriedades). A parte do terreno que fosse cedido à Companhia, poderia ela “vender, alienar, arrendar e aforar”.

É interessante salientar o item 16: “Como os principais lucros desta Companhia devem resultar do aumento progressivo no valor das terras, e este aumento deve ser na proporção da população, deve-se entrar em ajuste com a Companhia, sobre o número de emigrados que ela deve mandar todos os anos para este território, seguindo-se o costume dos Estados Unidos da América do Norte na introdução de servos temporários. Terminado o tempo de servidão, o criado ficaria livre (item 20). Era preciso evitar, tanto na lei como nos regulamentos e condições, contratos a respeito, de todas as expressões que indicassem direta ou indiretamente a idéia de escravidão e que o tempo prescrito de servidão seja somente o necessário para o reembolso dos gastos da passagem, mantimentos, vestuário, etc.; de suas mulheres ou filhos que “sempre se facilitará o levarem consigo” (item 23). Devia-se também prometer a cada um dos emigrados que tivessem meios de estabelecer-se por si, logo que acabasse o tempo de servidão, uma pequena porção de terra.

Compara-se esta proposta com as condições oferecidas aos que vieram estabelecer-se na Colônia de São Leopoldo, para aferir-se as diferenças existentes no pensar a colonização.

Ainda no Primeiro Reinado, uma outra proposta para a assinatura de um Contrato de emigração entre os governos de Hessen-Darmstadt e do Brasil foi apresentada em 1828¹⁵ por um representante de Hessen. Os colonos seriam escolhidos preferentemente entre a classe indigente (os gastos com o seu transporte seriam por conta do governo brasileiro). Outros gastos que o Brasil teria, compreendiam os materiais necessários para a construção de habitações, vestuário, os artigos de que os colonos necessitariam tanto para as construções como para a cultura ou para suas profissões, alimentação enquanto não tivessem em condições de provê-la pelo seu trabalho; auxílio pecuniário para os primeiros anos. Receberiam terras férteis e desembaraçadas, proporcionais às suas necessidades, situadas de maneira que os colonos estivessem entre seus compatriotas. Isto apontava para formação de quistos étnicos, configurados também pela proposta de se dar a eles uma organização conforme suas necessidades e seus costumes e uma administração interior feita tanto quanto possível pelos colonos mesmos.

Garantia-se o livre exercício de culto aos protestantes. Haveria durante certo tempo, isenção de impostos. Os emigrados de Hessen que fossem engajados no serviço militar não o seriam por mais de 5 anos, tempo que não poderia ser prolongado sem seu consentimento. Receberiam, então, se quisessem, terras numa das colônias formadas pelos seus compatriotas. E Hessen favoreceria uma emigração regular.

Uma vista de olhos sobre os projetos, formulados fora do Brasil para o Brasil, mostra que não foram eles o “modelo” para a colonização encetada pelo Governo Brasileiro. A Resolução de 31 de março de 1824, da qual se originou São Leopoldo, o mostra.

Colônias ditas alemãs não foram apenas estabelecidas no sul do Brasil nos primeiros 30 anos do século XIX. Tomemos como exemplo o caso da Colônia de Santa Amélia, em Pernambuco (1828/29), para se ter uma idéia do que se pretendia com certos núcleos coloniais.

Em Pernambuco, após a Independência do Brasil, apareceu o quilombo de Catucá, cujo centro estava em lugar também conhecido como “Cova da Onça”. Sua compreensão tem que referir as lutas, conflitos políticos entre proprietários de escravos e que tiveram impacto sobre a escravatura. Tentando destruí-lo, as autoridades em Pernambuco experimentaram estabelecer uma

¹⁵ A proposta foi transcrita no “Staden Jahrbuch”, São Paulo, vol. 32.

colônia de imigrantes germânicos no sítio do quilombo, obtendo assim ajuda contra os quilombolas. A Colônia de Santa Amélia começou com 103 pessoas que chegaram a Pernambuco em 1829. O governo da Província ofereceu aos alemães terras na floresta de Catucá. Também 54 soldados alemães (mercenários), alguns dos quais estavam em Recife nesta época e outros que vieram do Rio de Janeiro, juntaram-se aos colonos. Mais tarde a outro corpo de 50 soldados foi também oferecida terra na Colônia, depois de ter sido dispensado do serviço militar em Recife. Junto com suas famílias, os “colonos” constituíam em 1831, 750 pessoas. Mas a colônia não deu certo e desapareceu em menos de 8 anos.¹⁶

De passagem lembramos que, também no Rio Grande do Sul, setores da classe dominante escravista pensaram em 1847/48 a fundação de uma Colônia com alemães na Serra dos Tapes, cercanias de Pelotas, refúgios preferenciais de escravos. O projeto foi vetado pelo presidente da Província porque não correspondia aos intentos do governo imperial brasileiro com o estabelecimento das colônias agrícolas no Rio Grande do Sul.

Voltando à Colônia de Santa Amélia, lemos no Boletim Municipal de São Leopoldo (Ano 1, n. 1, vol. 1, jan./jun. 1946) às páginas 121/122 uma transcrição da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco sobre “colonos alemães” desta colônia, ali denominada “Cova da Onça”, vindos do Recife para São Leopoldo. No texto é mostrado como se constituiu esta Colônia (os colonos não se destinavam a Pernambuco e sim a Santa Catarina); as peripécias por que passaram, abandonados pelo capitão do navio que os trazia, no Rio Grande do Norte de onde se dirigiram a Pernambuco; sua sobrevivência com a fabricação de carvão. As dificuldades crescentes levaram os remanescentes a Recife, onde buscaram trabalho, sendo que a maior parte veio para Porto Alegre de onde seguiu para São Leopoldo “levando a atividade alemã para o sul”. Se assim foi, ainda é preciso investigar a contribuição deste grupo à Colônia de São Leopoldo.

Mas além dos núcleos coloniais fundados com alemães (sempre, aqui, vistos em termos culturais, especialmente lingüísticos e não em termos nacionais), entraram no Brasil trabalhadores que não estavam pensados como colonos e sim empregando sua força de trabalho em obras públicas urbanas e rurais. Também é preciso nunca esquecer que nem todos os imigrantes encaminhados aos núcleos coloniais eram agricultores na sua terra de origem.

Pensando nestes trabalhadores estrangeiros (que teoricamente não eram trabalhadores compulsórios) é que foram promulgadas as já citadas leis sobre contratos de locação de serviços.

Exemplifiquemos mais uma vez com um projeto pensado em e para Pernambuco: “A Companhia de Operários”.¹⁷ A companhia foi outra estratégia pensada por integrantes da classe dirigente regional para atrair trabalhadores, no caso, alemães. Esta companhia contratada pelo Presidente da Província, Francisco de Rego Barros, devia compor-se de 200 homens: 16 pedreiros, 16 carpinteiros, 8 ferreiros e 160 piconeiros. O nome de 196 contratados consta da lista de passageiros do “Creolle” (a lista é de 04 de junho de 1839). Um deles, o de número 28 desertou antes da viagem e, por isso, chegaram a Recife 195 operários em 21 de julho de 1839. O contrato de

¹⁶ Ver, de Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, a tese de doutorado defendida em 1989 na University of Illinois at Urbana-Champaign, intitulada “Hegemony and Rebellion in Pernambuco (1821-1835)”.

¹⁷ Leia-se de Guilherme Auler, o trabalho realizado e publicado pelo Arquivo Público de Pernambuco, Imprensa Oficial, Recife, 1959.

Segundo Gilberto Freyre, no Prefácio do trabalho de Auler, estes operários realizaram, em Recife, verdadeira revolução técnica de repercussão em outras áreas do Império, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, que, pelo exemplo de Pernambuco, também importaram técnicos ou artífices norte-europeus.

trabalho assinado era bilíngüe e constava de 12 itens. No contrato, aparece o nome, a naturalidade, a filiação, a idade, a profissão, o estado civil, o posto que ocuparia e o salário (e ajudas de custo) que receberia (as ajudas de custo incluíam os membros de família que com ele viessem). O contrato duraria 5 anos, mas a província poderia rescindi-lo ao final do terceiro. Neste caso, se o operário quisesse voltar para a Europa, receberia passagem gratuita de volta. Se o artífice ou operário quisesse ficar no Brasil, lhe seria concedida a liberdade profissional. As horas de trabalho diário eram 10, folga só aos domingos e mais sete feriados por ano (6ª feira da paixão, 2ª feira de Páscoa, dois dias do Espírito Santo e dois dias de Natal).

Num ofício reservado do Presidente da Província de Pernambuco ao Ministro da Guerra datado em 17 de setembro de 1839 (Arquivo Nacional, código IG 166) escreve Francisco de Rego Barros:

“Tendo esta presidência mandado engajar na Europa 200 oficiais de trabalhadores para as obras públicas desta província, acontece que alguns não tem a necessária aptidão para o serviço a que devem ser aplicados e podem servir no Exército ou na Marinha com mais vantagem; e por isso julgo do meu dever levar o exposto à consideração de V. Exa. afim de que me autorize a engajar quando por ventura o entenda necessário e útil, aqueles dos ditos trabalhadores que livremente quiserem servir ao Império e declare no caso de afirmativa, qual o destino que lhes devo dar (...)”.

É preciso lembrar que uma portaria do Ministro da Guerra, de 05 de outubro de 1839, abria o voluntariado de estrangeiros para o Exército. Portanto, mais uma vez, trabalhadores livres estrangeiros contratados serviriam como soldados. Também é preciso ter em mente que, quando houve o alistamento entre os contratados da Companhia de Operários, o governo imperial estava às voltas com a guerra dos Farrapos e não podia ficar indiferente ao que se passava no Prata – o início da Guerra Grande entre os partidários de Rivera e a aliança Oribe/Rosas prenunciando uma próxima intervenção militar brasileira.

Conforme levantamento feito por Auler na documentação, 77 alemães da Companhia de Operários se alistaram no Exército. As condições de alistamento incluíam serviço militar por dois anos. Os que se engajassem por 5 anos, teriam direito a uma gleba de 400 braças quadradas na conformidade do que se concedera aos colonos de São Leopoldo.

Divulgada a portaria do Ministro da Guerra, já em 11 de novembro de 1839, 30 integrantes da Companhia solicitaram o alistamento nas fileiras militares.

Fixemo-nos em um dos contratos para acompanhar a possível circulação dos trabalhadores e a que se alista no primeiro grupo de 30 que embarca no Rio de Janeiro entre 18 e 21 de novembro de 1839. É o contratado de n. 81 da Companhia - Augusto Sintz e que consta na lista dos contratados como feitor ou mandador dos piconeiros ou trabalhadores. Ao viajar para o Rio de Janeiro, é um dos três alistados que possuem graduação militar: 1º sargento.

Sintz reaparece na documentação entre os alemães no Rio Grande do Sul, onde se tornou proprietário de terra (o que supõe que se tenha engajado por 5 anos). Sobre ele, temos informações nas obras de Schröder, Wolf e Hunsche.¹⁸ Exerceu, no Rio Grande do Sul, diversos ofícios entre os

¹⁸ Schröder Ferdinand - “Brasilien und Wittenberg”. Berlin und Leipzig, Verlag Walter De Gruyter, 1936.

Wolf, Wilhelm - “Deutsche Einwanderer in São Leopoldo”. Neustadt an der Aisch, Verlag Degener, 1964

Hunsche, Carlos Henrique - “Protestantismo no sul do Brasil”. Porto Alegre/São Leopoldo, EST/Ed. Sinodal, 1983

quais o de agrimensor, professor e pastor leigo. Como professor, foi nomeado em 1848 para a Picada 48, onde também serviu como pastor leigo, sendo responsável pela construção da Igreja protestante inaugurada em 1850. Como pastor leigo também atuou na Picada Café (a partir de 1851) e em Santa Cruz (de 1850/52). Conforme registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, ali casou em 1854 com Maria Moltz. Em 1857 (estava então com 53 anos), como morador da Picada 48 pediu a sua naturalização conforme o decreto 397 de 1846 (vide o citado Boletim Municipal de São Leopoldo). Teve dois filhos: Augusto, nascido em 1856 na Picada 48, e Carlos Frederico, nascido em 1858 na Picada Café. Morreu em 09 de setembro de 1859 em Porto Alegre (para onde saíra, doente, da Picada 48, em 15 de junho de 1859).

O que quisemos mostrar, numa comparação entre Pernambuco e Rio Grande do Sul, no que concerne à imigração alemã e à organização do trabalho, é que, se no Rio Grande do Sul, foi basicamente implantada, por decisão governamental, uma colonização de base agrícola que deu certo, aquilo foi pensado Para Pernambuco - uma colônia no meio de um quilombo e uma Companhia de Operários (extinta em 1843, quando os remanescentes eram 11 que foram incorporados à Repartição de Obras Públicas da Província) - não teve, nem a médio e muito menos a longo prazo, êxito.

Tentamos mostrar que o sul, especialmente São Leopoldo, foi sempre um referencial para os que no Brasil, na primeira metade século XIX, pensaram a questão do trabalho fora da escravidão. E acabou também sendo referência para aqueles que, vindos do Norte da Europa, contratados ou não, viram seu trabalho como uma forma de ganhar dinheiro ou até de sobrevivência.

Segredos e revelações de um arquivo*

Eloisa E. C. L. Ramos

Introdução

A proposta de elaboração de um trabalho com documentação primária apresenta pelo menos duas facetas - a da surpresa pelo que iremos encontrar e a de nossa quase impotência diante do volume documental que se nos apresenta.

Foi o que aconteceu quando nos propusemos a elaborar um projeto para “arranjar” a documentação do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

O projeto inicial foi assinado por mim como coordenadora e pela professora Angela Sperb, na época professora da Unisinos e, enviado para a própria Universidade e para a Fapergs, que nos concederam bolsistas de iniciação científica, “mão de obra” fundamental no desenvolvimento do projeto. Este desenvolve-se no próprio Museu Histórico e conta com a colaboração de seus integrantes, sem os quais seria inviável a execução do mesmo.

O que é o nosso trabalho

Embora soubéssemos que o Museu possuía um “Acervo Documental” e um Arquivo, foi dentro dos princípios da Arquivística que buscamos os subsídios para desenvolver nosso trabalho. Assim, partimos da idéia maior de que:

1. “Arquivo é um conjunto de documentos manuscritos impressos, fotográficos produzidos por órgãos governamentais, entidades particulares ou pessoas.
2. É um órgão receptor, porque recolhe a documentação produzida e retém em sua custódia esta produção.
3. É uma fonte direta onde os historiadores vão buscar os elementos básicos para o seu trabalho”. (AHRS - Manual de Orientação para Arquivos. 1985, p. 5).

Por outro lado, consideramos que para esta documentação chegar ao estudante, ao historiador, ao pesquisador era preciso que ela estivesse organizada e catalogada. Mister se fazia organizar e possibilitar o acesso ao público pesquisador destas fontes que têm valor probatório e informativo permanente para o conhecimento da história regional e/ou nacional. Organizar o arquivo era, ainda, preservar o patrimônio documental e cultural do Vale do Rio dos Sinos, especialmente de São Leopoldo, berço da colonização alemã no estado do Rio Grande do Sul.

* O trabalho contou com a colaboração da aluna Roswithia Weber, como bolsista UNIBIC e aluna do Curso de Licenciatura em História.

Ao ocuparem este espaço, os alemães produziram documentos: nas suas relações com as autoridades Provinciais e Nacionais, nas cartas e cartões enviados e recebidos da Alemanha, nos registros eclesiásticos quer católicos, quer evangélicos nos registros de nascimento, casamento e morte, nos relatos de pastores e padres que por aqui passaram e trabalharam. Enfim, uma gama imensa e preciosa de documentos que testemunham seus sucessos e fracassos, expectativas e frustrações, seu dia-a-dia na nova pátria.

A documentação pertencente ao Museu Histórico, reunida e bem cuidada, estava naquele momento (1989/90) à espera de uma catalogação adequada, de modo a facilitar não só o conhecimento total do acervo, como facilitar também o acesso dos pesquisadores à mesma.

Assim o nosso trabalho consistiu em *organizar a documentação*, isto é: “vencer várias etapas até que o conjunto de documentos esteja apto a ser encontrado para ser manuseado e pesquisado facilmente. Os documentos devem estar em boa ordem para que estejam disponíveis”. (idem. p. 19)

A *primeira etapa* consistiu em *arranjar* que significa agrupar os documentos em unidades significativas. Para tanto é preciso elaborar um instrumento de trabalho - o quadro de fundo - que permita *arranjar* os documentos de acordo com suas especificidades e a realidade que os cerca.

Arranjar os documentos é torná-los acessíveis ao uso, é permitir a visão do *conteúdo* e *natureza* dos acervos documentais. Para tanto, o princípio básico é a *proveniência* dos mesmos, i. é, quem os produziu.

Neste contexto três passos importantes são dados:

- a análise - que identifica o documento no contexto do órgão que o produziu, para apreender o sentido do mesmo;
- o ordenamento - que organiza a documentação em grupos e subgrupos - de acordo com a proveniência e a ordenação cronológica e alfabética;
- a armazenagem - que recipientes apropriados; com a devida identificação - grupo documental - documentos que compõem o maço - datas-limite - nº da caixa onde se encontram.

A segunda etapa é *descrever* - i. é, produzir os *meios de busca*. Nesta etapa estamos produzindo o Guia do Acervo, bem como um guia com os nomes próprios (onomástico), pela especificidade da procura no Museu.

Por que estamos fazendo este trabalho

A proposta que ora expomos partiu:

1. da necessidade de ampliar as fontes primárias de pesquisa sobre a História do Rio Grande do Sul e em especial a da imigração alemã;
- 2 do fato de a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, onde trabalhamos, estar plantada na região que é berço da colonização alemã no Estado, há mais de 120 anos, portanto, faz parte desta história de crescimento e integração de e com São Leopoldo;
3. da vontade de possibilitar aos alunos, especialmente do curso de História o contato direto com as fontes documentais despertando neles um maior interesse pela história de suas origens e região;

4. da possibilidade de contribuir para ampliação do acervo documental disponível aos professores e pesquisadores quer da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, quer de outras partes do Rio Grande do Sul e do Brasil;

5. da vontade de auxiliar a equipe do Museu Histórico organizando a documentação lá existente, colocando-a à disposição dos mesmos e da comunidade.

Segredos e revelações do arquivo

Como podemos “ver”, os segredos de um arquivo não estão só escondidos nos documentos, mas também no momento de se montar o arranjo dos mesmos, pois os documentos são produzidos dentro de um determinado quadro histórico que não pode simplesmente ser descaracterizado frente a uma ordenação qualquer dos papéis - sob pena de se “perder” para sempre.

Justificamos desta forma a necessidade do conhecimento da História para mais facilmente manusear com tais papéis mesmo que não se descarte a ajuda das outras ciências e/ou técnicas de guardar corretamente os mesmos.

Nosso trabalho baseou-se na Lei de 1828, que organiza os municípios - para o período do Império. Por quê? A documentação com que trabalhamos é *administrativa*. Trata-se da documentação da Câmara Municipal de São Leopoldo - e abarca o período de 1846 até mais ou menos 1950. Isto não significa a inexistência de outros documentos no Museu, mas o que trabalhamos por ora é esta documentação.

Os conjuntos documentais - as séries - revelam, pois, as relações político-administrativas locais. Como exemplo podemos citar as *representações populares* (os requerimentos), muito ricos nas preocupações no dia-a-dia do colono; ou, ainda, a série *eleições* - pequeno mas revelador; ou as *obras públicas*, subgrupo dentro das posturas policiais e que abarca plantas, estradas, banhos públicos, prédios públicos, relatórios dos fiscais, necessidades dos distritos, pareceres sobre obras, estradas...; fiscalização sobre iluminação, divisas, enchente no Rio dos Sinos, etc.

Como exemplos de documentos, temos uma *correspondência recebida* pela Câmara Municipal, do início de 1863, como segue:

“Ilmos. Srs.

Presidente e Vereadores da Câmara Municipal

A Sociedade Orpheus e mais sociedades philarmonicas alemãs reunidas, querendo festejar o aniversário de sua fundação, pretendem seguir em Procissão solene pelas ruas desta Vila passando pela casa da Câmara Municipal o que terá lugar amanhã pelas duas horas da tarde e muito desejam ter a honra de aí encontrar a V S^a e mais membros da Ilma. Câmara Municipal a fim de lhes dar uma demonstração pública de simpatia e adesão à Nação Brasileira e seu ilustrado Governo.

Deus guarde a V. Sas.

São Leopoldo, 31 de janeiro de 1863.

Guilherme Hofmann

Germano Gaskopf”

(Cor. Rec. - doc. 614)

Temos também um outro exemplo: correspondência, datada de 1859, indica tratamento que deve ser dado aos professores particulares com comportamento não adequado - “não continuar a lecionar sem exhibir provas de sua moralidade para poderem obter a necessária licença -”.

Finalizamos, lembrando que segredos e revelações estão juntos em todos os arquivos. O que não pode acontecer é deixá-los “trancados a sete chaves”, mas socializá-los a fim de que possam ser valorizados e preservados realmente.

**Martin N. Dreher
Isabel C. Arendt
Miquéias H. Mügge
Karen P. Spinassé
Marcos A. Witt
(Organizadores)**

Cotidiano e identidade

XII Simpósio de História da Imigração e Colonização

São Leopoldo, 2009



© Instituto Histórico de São Leopoldo
Av. Dom João Becker, 491
93010-010 São Leopoldo/RS

Abertura

Ao iniciarmos este XII Simpósio de História da Imigração e Colonização que antes trazia o adjetivo “Alemãs” que foi eliminado pela maior abrangência que o evento começou a ter, permitam-me fazer alguma divagação.

Faz 22 anos que realizamos o 1º Simpósio, foi em 1974, inesquecível ano do Sesquicentenário da Imigração Alemã. Só esse fato já merece consideração porque podemos perguntar quantos simpósios, seminários, congressos ou assemelhados atingem o número 22. Via de regra o entusiasmo do primeiro evento começa a fraquejar no quarto ou no quinto para depois calar-se. Na verdade não é fácil organizar tais encontros. No caso de nosso simpósio parece que somos uma exceção a confirmar a regra. Conta para tanto a sólida base formada pelo Instituto Histórico de São Leopoldo e pelo Museu Histórico “Visconde São Leopoldo” e a consideração de estudiosos e pesquisadores. Tudo isso anima e emociona. Neste ano temos a registrar que houve muitos interessados em apresentarem trabalhos e que não puderam ser arrolados por falta de espaços nos horários das apresentações. Isso também é muito significativo para um simpósio que é considerado “do interior”. Mais. Pela segunda vez a Universidade de Brasília está presente com três representantes. Pela primeira vez comparecem a UNICAMP e a Universidade Fluminense. Se a isso juntarmos que dos 11 simpósios realizados conseguimos publicar 8 Anais e dizer que os três restantes deveriam aparecer ainda neste ano, então temos sobradas razões para justificar nossa alegria.

Os anais por si justificam o investimento do grande tempo que o simpósio requer. Se tomarmos uma média aleatória de 18 trabalhos por exemplar, chegamos a 198. Pergunta-se: se não fosse o simpósio quantos desses trabalhos teriam sido elaborados e quantos teriam sido publicados? Logo, os anais formam uma fonte notável para quem busca elementos históricos na área de sua abrangência. Quem ganha, no geral, é a cultura rio-grandense da qual fazemos parte. E quem ganha, no particular, somos nós, os participantes pela emulação que acontece com pesquisadores de outras áreas geográficas. Já que o Brasil nos separa geograficamente o que dificulta contatos, pois, via de regra professores e pesquisadores não são os mais notórios em recursos financeiros, nosso Simpósio é uma boa oportunidade para uma confraternização histórico-cultural.

Pelo número de linhas que já escrevi, tenho a impressão de que a pequena divagação já pode terminar.

O simpósio deste ano tomou como temática geral COTIDIANO E IDENTIDADE. Parece que essa temática esperava por uma oportunidade, tal foi a receptividade, a ponto de os interessados ultrapassarem o número de espaços disponíveis.

Como é de praxe cada Simpósio conta com uma palestra básica, digamos que possa indicar uma direção geral e que induza a novas pesquisas. Na verdade, nenhum dos Simpósios esgotou o assunto a que se propunham. O que nós queremos saber é quem pesquisa o quê? como podemos ajudar e ser ajudados?

Para iniciar este XII Simpósio, tivemos a ventura de fazê-lo no mesmo dia em que o projeto musical da UNISINOS marcara, há mais tempo, seu concerto mensal conhecido como “Seis e Meia”. Ainda ressoam neste auditório os acordes do Quinteto de Metais de Porto Alegre. Essa junção do concerto com o Simpósio é de alta significação porque foram os imigrantes alemães que nos legaram uma herança musical notória através do canto coral e da música de câmara, naturalmente entre outras heranças.

Assim, começamos bem o XII Simpósio e vamos continuar bem porque convidamos para a palestra de abertura Silvia Regina Ferraz Petersen. Porque S. S. desenvolve atualmente um projeto de pesquisa intitulado “O Cotidiano: fundamentos teórico-metodológicos para seu estudo”. Justamente cotidiano e identidade é a temática deste Simpósio. Quem é a palestrante?

Silvia Regina Ferraz Petersen.

Silvia Regina Ferraz Petersen

- É licenciada em História pela UFRGS.
- É Mestre em História pela Universidade Nacional Autônoma do México.
- É Doutora em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Nacional Autônoma do México.
- É Pós-Doutora em Paris.
- É Professora de Teoria e Metodologia da História na UFRGS.
- É Ex-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História na UFRGS.

Algumas publicações:

- Guia para o Estudo da Imprensa Periódica dos Trabalhadores do RGS (1874-1940).
- Antologia do Movimento Operário gaúcho, 1870-1937.
- Artigos sobre o Movimento Operário no RGS.

Sumário

Comunicações

ARENDDT, Isabel Cristina. Escritos do Pe. Balduino Rambo: Representação de si através da Negação do Outro.	6
GANS, Magda Roswita, Identidade Étnica na Comunidade Teuta de Porto Alegre no Século XIX	13
GIRELLI, Maribel. A Mulher na Imigração Italiana	21
KARASTOJANOV, Andrea M. S. Alemães em Campinas no Século XIX - Identidade e Aculturação	27
KOCH, Eva W. Identidades Emprestadas	30
KOTHE, Flávio R. Cotidiano e Identidade	36
KOTHE, Mercedes G. O Brasil no Século XIX: restrições aos imigrantes não católicos	60
LIMA, Raquel Rodrigues. Arquitetos Alemães nas Escolas de Artes e Ofícios do Rio Grande do Sul - 1900 a 1930	68
MELLO, Sylvia Lenz. Luteranos e Calvinistas no Rio de Janeiro oitocentista	75
MENEZES, Albene Miriam. Colonos alemães na Bahia no século 19, problemas de adaptação ...	83
TESCHE, Leomar. A Prática do Turnen entre imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul: 1867-1942	91
SPERB, Angela Tereza. O Ensino do Canto e da Música na Escola Teuto-Brasileira: Contribuição do Professor Wilhelm Schlütter	98
TRAMONTINI, Marcos Justo. As transações com terras na Colônia Alemã de São Leopoldo	102
WEIMER, Günther. A Evolução da Arquitetura Gaúcha e os Arquitetos Alemães	115
KREUTZ, Lúcio. Implicações teóricas de uma leitura da prática escolar dos imigrantes alemães na perspectiva de identidade/etnia	120
RIETH, Ricardo Willy. Cotidiano e espiritualidade na colônia teuto-brasileira: uma abordagem a partir do “Tägliche Handbuch...” (1727/28) de Johann Friedrich Starck (1680-1756)	132

Escritos do Pe. Balduino Rambo: Representação de si através da Negação do Outro

*Isabel Cristina Arendt
Mestre em História*

Esta é uma proposta de pesquisa para a dissertação de mestrado, em que temos o objetivo de estudar o grupo teuto-brasileiro, no período entre 1945 e 1960, baseando-nos principalmente em um documento: escritos do Pe. Balduino Rambo, S.J., publicados em dialeto alemão (Hunsrückisch). Consideramos seu conteúdo pertinente para um estudo sobre identidade de uma coletividade, a dos colonos teuto-brasileiros, designada pelo seu imaginário, através de agentes sociais, no caso, o Pe. Rambo, construindo não somente a identidade de seu grupo, como também a do outro, o elemento urbano, cuja identidade é negada, por significar uma ameaça a esta coletividade ou grupo em questão.

Esta pesquisa é possível, considerando que a escrita da história permite, hoje, uma aproximação com outras áreas do conhecimento, como a antropologia, a lingüística, a psicologia e a literatura, possibilitando, assim, um amplo campo de estudos, com novos olhares, novos objetivos e novas metodologias.

Além disso, nossa proposta está balizada na contribuição da micro-história, que, segundo Peter Burke “é a narração de uma história sobre as pessoas comuns no local em que estão instaladas”¹, considerando também, conforme Vécio, que a “história do Rio Grande do Sul tem sido estudada a partir de prismas muito amplos”²

Estudar a história do Rio Grande do sul implica, entre outros, o estudo da questão étnica. Dentre os grupos étnicos que povoaram ou colonizaram nosso território rio-grandense, podemos citar os índios, negros, portugueses/açorianos, alemães, italianos, poloneses e teuto-russos. Pretendemos estudar, porém, apenas uma pequena parcela destes povoadores e colonizadores 3: os imigrantes alemães.

Estes imigrantes e, depois, seus descendentes deixaram várias fontes, principalmente até o início da década de 1940, que poderão auxiliar o historiador a reimaginar o passado. Considerar esta década como um marco de divisa tem sua relevância, pois o período que compreende 1937 e 1945 corresponde à II Guerra Mundial e, especificamente no Brasil, à campanha de nacionalização⁵

¹ BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (Org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo. UNESP, 1992. P. 341.

² VÉSCIO, Luiz Eugênio. História e literatura: a Porto Alegre dos anos 30 a partir de “Os Ratos”. Bauru: USC, 1995. P. 1.

³ Valemo-nos da diferenciação feita por Assis Brasil em seu texto “Folclore”, apresentado no V Congresso Nacional da FECAB, em Lajeado no dia 7 de setembro de 1995. Neste texto, este autor afirma que o “povoamento se dá em terras nacionais. Por isso se diz: os açorianos vieram para cá povoar o Rio Grande do sul, com pouca densidade demográfica”. As outras etnias vieram para terra estrangeira, “vieram, portanto, colonizar”. (Anais do Congresso, p. 9)

⁴ Conforme podemos verificar em RAMBO, Arthur Blasio. Relatório do projeto de pesquisa “Recuperação da imprensa teuto-brasileira”. São Leopoldo: UNISINOS, 1993. (Mimeo)

⁵ Sobre este assunto destacamos:

GERTZ, René. O perigo alemão. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1991.

MÜLLER, Telmo Lauro (Org). Nacionalização e imigração alemã. São Leopoldo: Ed. UNISINOS,

promovida pelo governo brasileiro de então. Após este período, reinou um silêncio significativo entre os teuto-brasileiros: o ensino e as publicações em língua alemã cessaram. Após um intervalo de alguns anos, apenas parte destas publicações foi retomada. Dentre elas, queremos destacar a revista “Sankt Paulusblatt”, de circulação mensal, publicada entre os anos de 1912 e 1941, quando sua publicação foi interrompida, sendo retomada em 1948 até os dias de hoje. Nesta revista, encontramos a fonte que suscitou o tema de pesquisa proposto.

Trata-se de escritos do Pe. Balduino Rambo, S.J., em dialeto alemão (Hunsrückisch), na forma de cartas, em que dez personagens (seis homens e quatro mulheres), pertencentes ao grupo teuto-brasileiro, de diferentes regiões, comunicam-se entre si. Estas cartas, como o próprio Pe. Rambo as designa, foram publicadas na Revista Sankt Paulusblatt entre 1948 e 1959, totalizando 126 cartas. Elas estão reunidas e traduzidas para o português.

Utilizar estes escritos como fonte histórica, pressupõe referenciais teóricos que nos forneçam o embasamento necessário. Apresentamos, portanto, alguns destes referenciais.

Devemos necessariamente fazer uma relação entre história e literatura, pelo caráter de nossa fonte para a investigação proposta. Literatura e história são, conforme Pesavento⁶, “modalidades de representação do real, por serem ambas ficção, no sentido de recriação do concreto vivido”. Está aí, “não apenas por este aspecto, um novo caráter de história, que não pretende mais ser a ciência da descoberta da verdade, balizada pela objetividade, opondo-se a tudo que escapa do domínio da razão, “enveredando pela fantasia, subjetividade e ficção”⁷. Esta aproximação é muito enfatizada por Hayden White. Vejamos a seguinte citação:

“Tem havido uma relutância em considerar as narrativas históricas como o que elas mais manifestamente são: ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados como descobertos, e cujas formas têm mais em comum com suas contrapartidas na literatura do que na ciência”⁸.

Chartier⁹ admite a aproximação da história com a literatura, porém com a ressalva de que o historiador seja, ainda, vigilante no exercício do seu ofício, tomando o cuidado de não trair o conhecimento, aceitando falsificações, o que fere a memória.

Encontramos uma coletividade representada nestas cartas: o grupo teuto-brasileiro. Segundo Baczkó, em seu texto “Imaginação social”¹⁰, qualquer coletividade produz um sistema simbólico que compreende imaginários sociais, sendo que através destes ela “se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos”. Desta forma, a coletividade

“designa sua identidade, elabora uma certa representação de si; estabelece a

1994.

⁶ PESAVENTO, Sandra Jathay. O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social. 1993. p. 1. (Mimeo)

⁷ PESAVENTO, op. cit., p. 1.

⁸ Hayden, White *apud* CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, FGV, v. 7, n. 13, p. 110, 1994.

⁹ CHARTIER, Roger. A história de hoje: dúvidas, desafios, propostas. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, FGV, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

¹⁰ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Trad. de Rui Pereira e Teresa Bento. Lisboa: Imprensa nacional/Casa da Moeda, 1985. (V. 5, Anthropos-Homem, p. 296-332).

distribuição dos papéis e das posições sociais (...) é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma ‘ordem’ em que cada elemento encontra o seu ‘lugar’, a sua identidade a sua razão de ser” 11 .

Entendemos representações, segundo Chartier, “como matrizes de discursos e de práticas diferenciadas (...) que têm por objetivo a construção do mundo social” e, desta forma, constroem também a “definição contraditória das identidades - tanto a dos outros como a sua”¹² em que atores sociais “descrevem a sociedade tal como pensam como ela é, ou como gostariam que fosse”¹³

Seguindo a linha de pensamento de Baczko e Chartier, formulamos nossa hipótese em relação às fontes em questão. A identidade de uma coletividade, a dos colonos teuto-brasileiros, é designada pelo seu imaginário, através de um agente social, no caso, Pe. Balduino Rambo, construindo não somente a identidade de seu grupo, como também a do outro, o elemento urbano. A identidade deste último, porém, é negada por significar uma ameaça à esta coletividade ou grupo em questão. Ameaça de assimilação total, gerada pelo processo de urbanização/modernização que se desenvolvia rapidamente no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Este momento histórico traz consigo, ainda, os efeitos da ação nacionalizadora, promovida pelo governo federal entre 1937 e 1945. O período posterior, que será enfocado nesta pesquisa, compreendendo 1945 a 1960, ao nosso entender, ainda é caracterizado como um momento de crise.

Devemos considerar também quem era Pe. Balduino Rambo: um jesuíta e um teuto-brasileiro. As cartas nos fornecem indícios para pensarmos que ele procura manter ou reforçar algumas características próprias em termos de grupo. Este é o agente e autor do discurso construído nestes escritos. Como afirma Bordieu ¹⁴ , este discurso, será tão eficaz quanto for reconhecida a autoridade daquele que o pratica e, além disso, dependo do “reconhecimento” e da “crença” que os membros de seu grupo depositam neste discurso. Pe. Rambo era um teuto-brasileiro, muito conhecido e respeitado ente o seu grupo, e, na condição de jesuíta e redator da Revista Skt. Paulusblatt, tinha acesso a este meio de comunicação, pelo qual difundia seu discurso.

Passamos agora a destacar alguns aspectos mais relevantes sobre Pe. Balduino Rambo, partindo da biografia mais completa que encontramos, escrita por Arthur Rabuske, S.J., intitulada “Balduino Rambo, S.J., sacerdote, naturalista, escritor e líder popular”¹⁵ , por ocasião de seu 25º aniversário de falecimento.

Rabuske conseguiu uma cópia do necrológio latino referente ao Pe. Balduino Rambo. Nele consta uma descrição sua como “sábio”, pelas suas atividades como professor no Colégio Anchieta e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre outras atividades que giravam em torno da História natural e Antropologia, somando inclusive 1.600 páginas de publicações científicas. Nesta área, ele era reconhecido internacionalmente. Uma segunda qualidade do Pe. Rambo é descrita neste necrológio: sacerdote, “sacerdote de corpo e alma”. E a terceira qualidade apontada, que nos interessa particularmente: apóstolo social¹⁶ . Reproduziremos, portanto, na íntegra, o único parágrafo em que é feita esta descrição:

¹¹ Baczko, op. cit., p. 3309

¹² Chaartier, op. cit., p. 18.

¹³ Idem, p. 19.

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989. (Coleção Memória e Sociedade.

¹⁵ In: Pesquisas, São Leopoldo, n. 26, 1987.

¹⁶ Rabuske, op. cit., p. 11-16.

“Com profunda visão Pe. Rambo compreendia a importância social, “religiosa e cultural dos lavradores. Ao lado das ciências, durante toda a sua vida se empenhou por eles e por tudo que lhe parecia ser de utilidade para eles. Durante muitos anos foi redator da revista ‘União Popular’¹⁷, associação dos lavradores, descendentes de alemães. Neste tempo a maior parte das contribuições originais desta revista eram redigidas por ele mesmo. Anualmente contribuía também para outras publicações, principalmente com contos humorísticos no dialeto alemão das nossas colônias. São verdadeiras jóias literárias na exposição da vida, costumes e folclore dos nossos lavradores, sempre visando algum fim apostólico e cultural ¹⁸.

Conforme Spalding¹⁹, Pe. Rambo não era desses “repetidores” e “eruditos” que não saíam do seu conforto, para ir aos arquivos ou direto às fontes. Ele é lembrado por Spalding, em primeiro lugar, como naturalista, tendo percorrido pessoalmente tudo que estivesse relacionado com a natureza e suas pesquisas. Ainda segundo ele, suas obras abrangem várias áreas: Geologia e Geografia, Botânica, Zoologia, Didática e prosa e verso.

“Além de cientista, sacerdote e professor, o padre Balduino Rambo foi um dos grandes incentivadores da agricultura, cientificamente trabalhada. Seu “habitat” predileto eram as colônias. Seu nome é, por isso, lembrado em todas as regiões coloniais do Rio Grande do sul, onde era tido como conselheiro, mestre e amigo que não se limitava à teoria, mas mostrava, praticamente, com pá e enxada em punho, ou montado num trator, como fazer, como melhor agricultar ²⁰.

O próprio Rabuske cita novamente, dentre as publicações do Pe. Rambo, os “contos dialetais”, que somariam ¹⁵ e segundo ele:

(..), por decênios, importou na literatura mais apreciada de colonos teutos do Rio Grande do sul até de alemães no ‘Hunsrück’ da Alemanha. Neles pode estudar-se hoje com proveito a psique, os costumes e a gente do interior colonial alemão no Rio Grande do Sul, sobretudo em sua parte católica”²¹.

Conforme conhecimento nosso, estes contos, a que se refere Rabuske, têm aspectos similares às cartas: apesar de não termos realizado uma comparação detalhada, podemos afirmar que, mesmo tratando-se de gêneros literários e histórias diferentes, os costumes e a vida de teuto-brasileiros representados em ambos são igualmente significativos. Para nossa surpresa, porém, as cartas, que são nosso documento de pesquisa, não são citadas por Rabuske quando se refere às publicações de Pe. Rambo. Tivemos conhecimento delas através de Arthur Bl. Rambo, seu irmão. A razão do desconhecimento das mesmas por parte de Rabuske, talvez possa ser explicada, por terem sido assinadas pelos personagens, que fazem o papel de emissores ou receptores.

Devemos, ainda, considerar o momento histórico em que Pe. Rambo atuou: se sua atuação terá

¹⁷ Conforme Rabuske, trata-se da revista Sankt Paulusblatt.

¹⁸ Rabuske, op. cit., p. 15.

¹⁹ SPALDING, Walter. Cosntrutores do Rio Grande. Porto Alegre: Sulina, 1969. 284 p. Vol. 1.

²⁰ Spalding, op. cit., p. 103.

²¹ Rabuske, op. cit., p. 103.

ligação direta e até que ponto como o movimento de Restauração Católica. Contextualizar este movimento será necessário para entendermos a construção desta representação do que este colono deveria ser e como deveria agir, procurando alertá-lo para os perigos da cidade, que poderiam descaracterizar a sua identidade. Não seria ele um dos últimos a lutar contra esta assimilação? E é, inclusive considerado por Felix²², e reafirmado por Haike da Silva²³, o último dos “patres colonorum”, ou seja, o último dos padres que lideravam os católicos da região colonial.

O período a ser abordado no estudo proposto, também foi contemplado pela Dissertação de Mestrado de Neli Schäfer²⁴, centrada na seguinte questão: após a Campanha de Nacionalização, o teuto-brasileiro foi forçado a questionar sua identidade (modo de ser). Através do estudo do cotidiano, pois, segundo ela, “é a vida quotidiana que se processa a adaptação do indivíduo ao meio físico e social em que vive”, Schäfer procurou, “verificar como se processava nesta existência, a formação e manutenção dos elementos que integravam a sua identidade” antes e após a Nacionalização promovida pelo governo federal ²⁵.

Schäfer conclui, através do estudo da vida quotidiana dos teuto-brasileiros, no período citado, que a identidade étnica destes é “passível de transformações, de reformulações”²⁶, geradas pela aceitação ou não, dos elementos que, segundo ela, formam esta identidade étnica: religiosidade, língua, trabalho. A Campanha de Nacionalização e suas conseqüências teria sido o conflito que, de um lado, provocou o “endurecimento dos limites étnicos que já existiam ao longo da imigração e colonização”²⁷, e, de outro lado, suscitou a necessidade destas reformulações. Também o contato do teuto-brasileiro colono com a cidade e seu processo de modernização teria provocado “reformulações em alguns elementos da (sua) identidade étnica teuto-brasileira”²⁸.

Entrevistas com pessoas, que viveram no período enfocado pelo seu estudo, e contos de Pe. Balduino Rambo são fontes primárias e principais utilizadas por Schäfer nesta dissertação. A autora questiona, em nenhum momento, a natureza dos contos, ou seja, quem produziu, no caso, Pe. Balduino Rambo, nem como e por que os teria produzido. Acreditamos que um aspecto original de nossa proposta reside justamente neste ponto: considerar que estas cartas são um discurso

²² In: MAAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (Org). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas. ED. ULBRA. p. 81.

²³ SILVA, Haike Kleber da. Representação do humor no imaginário teuto-brasileiro. São Leopoldo, 196. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos sinos (UNISINOS). p. 89.

²⁴ SCHÄEFER, Neli. Vida cotidiana e identidade étnica teuto-brasileira (1947-1961). São Leopoldo, 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos sinos (UNISINOS).

²⁵ Schäfer, op. cit., p. 5.

²⁶ Idem, p. 257.

²⁷ Idem, p. 256.

²⁸ Idem, p. 265.

transmitido por um jesuíta engajado num projeto maior de igreja. As características e inclusive o conteúdo das cartas são semelhantes a alguns contos. Nosso estudo poderá, de certa forma, complementar aquele, porém baseado em diferentes pressupostos teórico-metodológicos.

O presente estudo deverá, ainda, aproximar-se da dissertação de mestrado de Haike Kleber da Silva²⁹, em que a autora estudou o discurso humorístico no almanaque *Familienfreund*, entre 1920 e 1940. Analisando três blocos temáticos (mulher, vício, não-trabalho), conclui que, através deste discurso, os jesuítas constroem uma “identidade de colono, tão cara e idealizada pelo romantismo”³⁰

No que se refere ao recorte espacial, temos o objetivo de centralizar o estudo no Rio Grande do sul, porém, certamente seremos forçados a levar em conta as fronteiras de colonização que são abordadas na fonte de que dispomos. Conforme o conteúdo e os títulos (por exemplo: “Carta da Picada da Panela do Leite” ou “Carta da Picada dos Pioneiros”), pressupomos que os emitentes não sejam apenas de colônias ou localidades distintas, mas também de regiões diferentes, ou seja, a “Picada da Panela do Leite” representa alguma localidade da Colônia Velha (*Alte Kolonie*), e a Picada dos Pioneiros, a Colônia Nova (*Neue Kolonie*). A Colônia Velha abrange a região em que houve estabelecimentos de imigrantes alemães entre 1824 e 1890: Vale do sinos, do Caí, Taquari e do Jacuí. A Colônia Nova corresponde às regiões para onde migraram descendentes destes imigrantes, a partir de 1890: para a região do Alto Uruguai e das Missões, ainda no Rio Grande do Sul, bem como para o oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná.

Quanto à metodologia, procedemos com um mapeamento das imagens de identidade construídas por Pe. Rambo nestas cartas, visando verificar tanto os aspectos da identidade do colono teuto-brasileiro, como os aspectos do elemento urbano, negados por ele, no que se refere à religiosidade, ao trabalho e à reação diante das novidades.

A título de exemplo, leremos alguns trechos de cartas. A religiosidade proporcionará, provavelmente, uma análise aprofundada, pois o discurso de Pe. Rambo é farto de valores religiosos que, segundo ele, deveriam ser preservados pelo colono teuto-brasileiro. Procurando exemplificar como é construída a imagem de si e do outro nas cartas, vejamos um trecho retirado da carta de fevereiro de 1950:

“(...) Alberto, genro de meu irmão Nicolau, disse-me que, com toda aquela chuva no dia de Natal, veio uma criança boiando e deveria ser batizada. Perguntou-me se eu queria ser padrinho dela. ‘Certamente’, eu lhe disse. Já tenho tantos afilhados, entre os quais há também padres e irmãs, que poderíamos encher uma igreja. Muitas vezes me sinto orgulhoso por isso, (...)

Perguntei-lhes como seria então o nome desse menino. ‘Vilson’, disse Calina. Ó que? Vilson?’, eu disse. ‘Que santo é esse?. Ele não está escrito na minha legenda nem na minha folhinha. Também nunca ouvi o padre pregando algo sobre o santo Vilson’. ‘Mas o menino vai ser batizado com o nome de Vilson’, disse Calina, já um tanto zangada. parece que agora isso é moda na cidade, pois o filho do escrivão da Picada da Panela de Leite também se chama Vilson. ‘Bem, minha senhora’, disse eu, ‘nós não somos macacos, que precisamos imitar as pessoas da cidade como cacarejam,

²⁹ Silva, op. cit.

³⁰ Silva, op. cit., p. 34.

cospem e dão nomes estranhos às crianças. Por acaso não somos católicos, já que não te lembrás do que o padre certa vez pregou!?”. Hoje em dia, a maioria das pessoas dá aos filhos nomes como os dão os turcos e pagãos, que às vezes nem sabemos se é nome de criança ou de cachorro.”³¹

Nesta carta, destacamos a imagem da religiosidade do colono teuto-brasileiro católico. Nesta construção é negada a imagem do elemento urbano que dá “nomes estranhos” aos seus filhos. Estranhos por não serem aqueles correspondentes aos nomes de santos.

Em outra carta, parece-nos que Pe. Rambo constrói a imagem de uma cidade subversiva, pois não encontramos referências ao elemento urbano em si. Na cidade, os jovens perdem sua identidade de colonos teuto-brasileiros, sendo ela representada como uma influência bastante negativa. De lá são trazidos novos valores, não adequados aos jovens colonos e cristãos. A carta de agosto de 1950 serve de alerta para as transformações decorrentes deste contato com a cidade.

“Sabe, Matias, se continuar assim na colônia, então tudo estará perdido. Observa esse povo jovem! Vê-se rapazes que ainda não estão secos atrás da orelha, mexendo com o rosário nos bolsos quando estão perto do padre. Na igreja, porém, fazem caretas tão enjoadas como paspalhões, ou então, ficam olhando para as moças o tempo todo.

Outros ficam, durante toda a prédica e até depois da consagração, embaixo dos pés de cinamomo, fumando como gente que entende do assunto. (...).

Barbaridade! E as moças não são melhores (...) sobre o que acontece à noite nos bailes, pode-se falar baixinho, mas escrever não. Diz-se por aí que as saias curtas, os pescoços e braços nus são os culpados das moças não valerm mais nada, e de os casamentos terem que ser feitos tão rapidamente que mal se tem tempo para fazer as cucas. Matias, visto de outra forma, também é verdade que as moças não valem mais nada. Nos domingos, andam por aí pintadas de vermelho como os canibais e antropófagos e meio despidas como os hereges e hotentotes.

Deste jeito, o padre pode pregar até ficar azul e preto, que não ajuda nada. Os rapazes vão ao quartel e voltam para casa trazendo coceira, sífilis e todos os vícios do diabo; as moças vão para a cidade para se empregar e, quanto voltam para casa, os rapazes não as querem mais”³²

³¹ Sankt Paulusblatt. Revista da Sociedade União Popular do rio Grande do Sul. Porto Aelgdre, fev. 1950, p. 51.

³² Sankt Paulusblatt. Revista da Sociedade União Popular do Rio Gradne do Sul. Porto Aelgre, ag. 1950, p. 291.

Identidade étnica na comunidade teuta de Porto Alegre no século XIX

Magda Roswita Gans

A temática da identidade e da germanidade foi tratada, pela historiografia, principalmente com respeito ao século XX. Taçou-se um panorama de desenvolvimento do pangermanismo mais ostensivo, na Alemanha, a partir do final do século XIX e especialmente nas décadas de 1920 e 1930. Foi então que a promoção da termanidade cresceu e mais fortemente apareceu na imprensa teuto-brasileira, bem como entrou em confronto direto com a campanha nacionalizadora do governo brasileiro. (2) Busquei verificar se no período anterior a 1890 já existiam apelos neste sentido, quais as características dos discursos étnicos que foram licalizados e se havia indícios de como a população teuta de Porto Alegre reagia.

Contrariando a tese do “enquistamento cultural” pelo isolamento geográfico, a comunidade teuta da Porto Alegre, embora em contato estreito com a sociedade luso-brasileira, manteve-se bastante fechada e com um índice de exogamia bastante baixo. Criou diversas instituições de lazer e ensino próprias, bem como(2) comunidades religiosas(3), todas elas com um caráter étnico.

Internamente à comunidade teuta, discursos diversos e até antagônicos entre si acabaram por estimular a reafirmação de uma identidade diferenciada: pastores do sínodo luterano, jesuítas alemães e os chamadas “livre-pensadores” compunham este cenário. O viés laico ou “racionalista” de estímulo ao cultivo do *Deutschtum* ou gemanidade foi mais forte em Porto Alegre do que o do sínodo luterano, com o qual a comunidade protestante da capital teve uma relação bastante conflituosa naquele período. A influência do jornalista Koseritz foi marcante neste sentido.

Exposta a apelos étnicos procedentes de diferentes vertentes, parte da coletividade mostrava perceber-se como sendo diferente, e fazia questão de afirmar isto publicamente. Como propõe Frederik Barth, a permanente reconstrução das fronteiras em relação àqueles que são os “outros” é fundamental para a constituição e preservação da identidade étnica; esta sempre constitui-se, pois, como identidade *contrastiva*.

Darwinista e anticlerical, Koseritz cultivava uma relação paradoxal com a população teuto da província: por um lado, atacava as igrejas católica e luterana que passavam a ocupar um papel cada vez mais relevante em seu meio, após um longo período de fraca presença; por outro, era o maior defensor da cidadania dos teutos.

Certas manifestações públicas da comunidade teuta da capital constituem momentos simbolicamente significativos que dizem algo da sua identidade étnico-cultural, constituem uma brecha para se perceber como ela “significava suas condições de existência” (Pinto, 1989), são produção social de sentido. Procuro perceber, nestas manifestações, se os discursos intelectuais sobre a etnicidade conseguiram interpelar sujeitos. Celi Pinto entende que

quando um discurso busca adeptos - interpela novos sujeitos - se depara com uma pluralidade de sujeitos de outros discursos; os novos significados não se constroem sobre uma folha de papel em branco e sim devem disputar espaços na pluralidade de significações. (O texto da interpelação se revela na capacidade de um discurso ocupar espaços no mundo das significações que constituem os sujeitos aos quais se dirige) (Pinto, 1989: 41).

O discurso étnico laico de Koseritz, por exemplo, ao interpelar seus patrícios católicos ou luteranos, depara-se com sua identidade religiosa. Algumas iniciativas que seguem mostram que os teutos de Porto Alegre eram interpelados, também, já no início da década de 1860, por um discurso nacionalistas também laico, mas mais radical que o discurso de Koseritz.

No jornal *Deutsche Zeitung* de 14/8/1861 lia-se uma convocação para filiação a uma Associação Nacional Alemã, *Deutscher Nationalverein*; a agremiação recebia documentos e brochuras publicadas na Alemanha e pedia contribuições pelas quais fornecia recibos. Na convocação constava:

Agora os alemães no Brasil poderão comprovar que - mesmo distantes da pátria e sob palmeiras e laranjeiras - ainda não esqueceram os velhos carvalhos e faias, e que ainda querem bem ao belo país em que um dia tiveram seu berço (*Deutsche Zeitung* 14/8/1861). (4)

O que Marionilde Magalhães (1993) diz a respeito do apelo germanista do final do século XIX, que promovia a culpa pelo esquecimento, parece ser apropriado também para este episódio. Lembro que nos anos 60 ainda não se pode explicar este tipo de iniciativa pela presença dos *Reichsdeutsche*, que emigraram na década de 1870, trazendo a vivência do nacionalismo da Alemanha unificada.

Outra ação, em abril de 1860, buscava agregar também os teutos das colônias. Uma chamada na *Deutsche Zeitung* (28/04/1869) convidava para participação em um *Allgemeinses Deutsches Volksfest*, festa popular alemã, a ocorrer em Porto Alegre, por ocasião do hasteamento da bandeira do consulado alemão; eram solicitadas contribuições (para confecção) de 500 lanternas de papel colorido e na Sociedade Germanaia havia listas para doações.

Em 1872, o jornal *Deutsche Zeitung* anunciava as comemorações do aniversário do imperador alemão. O fato de teutos de Porto Alegre se reunirem para comemorar o aniversário do imperador Guilherme I indica uma relação bastante atualizada com a conjuntura alemã, onde, nesta época, predominava o entusiasmo nacionalista em função da unificação alemã e da vitória na guerra franco-prussiana. Dreher(1984:75) refere que, a partir de 1871, o aniversário do imperador alemão passava a ser celebrado em cultos festivos por pastores do sínodo. A vitória na guerra franco-prussiana, inclusive, fora comemorada desta maneira.

O local da comemoração, a chácara pertencente à Associação Beneficente, o *Hilfsverein* (área na atual Avenida Independência, da Rua João Teles até a Rua Ramiro Barcelos), chamava-se *Wilhelmshöhe*, que precariamente poderia ser traduzido como “Colina de Guilherme”. Paulo Moreira lembra que a toponímia tem importância simbólica e que os imaginários sociais se projetam também no espaço. A toponímia pode refletir tanto uma apropriação do simbólico pelas elites, demarcando ruas com nomes ligados a uma história oficial que enaltece “grandes feitos e ilustres patriotas”, Quanto expressar tradições e memórias comuns a uma certa população (Bazko apud Moreira, 1993:66).

Wilhelmshöhe é o nome de um castelo perto de Kassel, (5) que serviu de prisão para o imperador Napoleão III após a rendição do mesmo em Sedan no ano de 1870. Não há como saber se o nome da chácara, em Porto Alegre, é uma homenagem direta ao imperador ou se é uma referência ao dito castelo. Também não há como saber se o nome *Wilhelmshöhe* foi atribuído pela coletividade teuta ou se foi uma escolha restrita à diretoria do *Hilfsvereien*. De uma ou outra maneira, o nome dado à

No dia de sua chegada à capital, em 2/1/1885, os príncipes foram recepcionados por milhares de pessoas e “também as associações alemãs locais (...) enviaram (...) comissões festivas com suas respectivas bandeiras” (Deutsche Zeitung 06/01/1885). Mas os teuto-brasileiros de Porto Alegre não se restringiram à tal recepção popular. Em 5/1/1885 o jornal *Deutsche Zeitung* relatava:

(...) as agremiações teutas locais, com suas bandeiras, reuniram-se no salão do Senhor Roth, (...) a fim de realizarem uma homenagem a Suas Altezas. O cortejo (composto por cerca de 200 ou 210 lampiões e tochas) deslocou-se tendo à frente uma banda de música, seguida de mais dois corais, pela Rua dos Andradas, Silva Tavares (atual Marechal Floriano) e Duque de Caxias até o palácio do governo provincial, onde se aglomeravam muitos curiosos (Deutsche Zeitung, 5/1/1885)

Após a apresentação de um coral de 40 vozes,

a comissão escolhida especialmente para esta ocasião, composta pelos senhores Pois, Gundlach e Molz (à qual inexplicavelmente se agregou o senhor von Koseritz?!) (os

chácara da associação beneficente dos alemães incorporava, toponimicamente, uma simbologia nacionalista à vida dos teutos da capital.

Como não sabemos se as iniciativas mencionadas tiveram êxito ou não, não há como saber até que ponto preocupações nacionalistas eram generalizadas entre os teutos da capital. Contudo, elas indicam que a população teuta estava sujeita, já a partir da década de 1860, a apelos nacionalistas deste tipo, mesmo que partindo de grupos minoritários. Pelo tipo de atividades promovidas, aqueles grupos nitidamente buscavam conquistar um espaço nas significações coletivas.

Um certo episódio é privilegiado do ponto de vista analítico. Trata-se da homenagem realizada por teutos de Porto Alegre à princesa Isabel e seu esposo, Conde d’Eu, por ocasião de sua visita à cidade em janeiro de 1885 (na ocasião, o casal também esteve em São Leopoldo e Novo Hamburgo). O episódio constitui um momento simbolicamente marcante.

No dia de sua chegada à capital, e, 2/1/1885, os príncipes foram recepcionados por milhares de pessoas e “também as associações alemãs locais (...) enviaram (...) comissões festivas com suas respectivas bandeiras” (Deutsche Zeitung 06/1/1885). Mas os teuto-brasileiros de Porto Alegre não se restringiram à tal recepção popular. Em 5/1/1885 o jornal *Deutsche Zeitung* Relatava:

(...) as agremiações teutas locais, com suas bandeiras, reuniram-se no salão do Senhor Roth, (...) a fim de realizarem uma homenagem a Suas Altezas. O cortejo (composto por cerca de 200 ou 210 lampiões e tochas) deslocou-se tendo à frente uma banda de música, seguida de mais dois corais, pela Rua dos Andradas, Silva Tavares (atual Marechal Floriano) e Duque de Caxias até o palácio do governo provincial, onde se aglomeraram muitos curiosos (Deutsche Zeitung, 5/1/1885).

sinais de exclamação são do redator do *Deutsche Zeitung*) dirigiu-se ao palácio e cumprimentou as Altezas em uma fala mais demorada (*Deutsche Zeitung* 5/1/1885).

A seguir, a comissão voltou ao grande grupo, todos cantaram mais uma canção e o conde d'Eu agradeceu em alemão saudando os presentes com “três vivas ao elemento alemão local, ao povo brasileiro e ao Brasil” (“ein dreimaliger Hoch auf das hiesige deutsche Element, auf das brasilianische Volk und auf Brasilien”) (*Deutsche Zeitung* 5/1/1885). A massa retribuiu com um viva ao Kaiser, à princesa e ao conde; o cortejo retornou percorrendo o mesmo trajeto ao Salão Roth.

Naturalmente não estava ali toda a comunidade teuto-brasileira de Porto Alegre, mas certamente seus membros mais organizados em torno de uma preocupação comum com suas peculiaridades étnicas. Este grupo estava ali enquanto grupo “alemão”, diferenciado, ou melhor, auto diferenciando-se: a sua razão de estar ali enquanto grupo, era, por definição, a percepção de sua diferença: sua presença chama a atenção, envolve outros porto-alegrenses que são “o outro” enquanto espectadores; reforça uma diferença, reforça o traçado dos limites étnicos.

A relação à parte parece estabelecer-se, nesta manifestação, entre os teuto-brasileiros e os representantes da coroa: à parte dos demais presentes e, simbolicamente, dos porto-alegrenses de outras etnias. O fato de os príncipes serem os soberanos de uma nação majoritariamente luso-brasileira mais parece ser uma fatalidade ou detalhe. A monarquia brasileira não aparece como um elo entre súditos teutos e lusos; pelo contrário: a homenagem e o agradecimento proferido pelo príncipe, também em alemão - ele próprio saúda distintamente o elemento alemão local e o povo brasileiro (das hiesige deutsche Element und das brasilianische Volk) - parece reforçar esse vínculo à parte daqueles que não compartilhavam o mesmo código (lingüístico inclusive).

O episódio mostra algo da posição dos teuto-brasileiros em Porto Alegre, mostra a sua disponibilidade para este tipo de mobilização coletiva que, mesmo sem que esta fosse sua intenção consciente, acaba por reforçar a sua diferença em relação aos demais porto-alegrenses: afinal, já havia ocorrido uma manifestação popular em homenagem aos príncipes, da qual os teutos também participaram, mas eles sentiram o desejo ou a necessidade de realizar uma homenagem exclusivamente sua. Para além da homenagem aos monarcas, a manifestação resultava numa forma de reforço do reconhecimento da diferença e, neste sentido, de afirmação da identidade.

Cerca de 210 pessoas participaram da homenagem, o que talvez compreendesse 10% do total da população teuta da capital. A ausência dos aproximadamente 90% restantes também é significativa. Talvez para eles tudo isto fosse indiferente, não há como saber. Fato é que, para 200 teutos, muitos deles formadores de opinião enquanto lideranças de associações, estavam suficientemente mobilizados por estas preocupações étnicas, ao ponto de exibirem a si próprios na rua expressando a percepção que tinham de sua diferença. Se existia um grupo tão significativo com este tipo de preocupação, isto sugere que circulava, entre os teutos da capital, um discurso étnico que extrapolava as redações dos jornais e os gabinetes ou púlpitos dos clérigos. Se, como nas iniciativas nacionalistas citadas anteriormente, é difícil avaliar a resposta que este apelo étnico obteve na população teuta, também não há como ignorar a presença marcante de tal apelo étnico, literalmente “circulando” (com tochas, banda de música e tudo mais) pela cidade.

A referida visita dos príncipes à província levou Koseritz a dissertar, em seu jornal *Koseritz Deutsche Zeitung*, sobre o casal real, em um artigo que lança luz sobre outra variável das fronteiras étnicas entre teutos e luso-brasileiros: a francofobia dos teutos em um Brasil que se espelhava na cultura francesa.

Koseritz inicia expressando sua posição de apoio à instituição monárquica criticando, contudo, aspectos a serem nela reformados. Os dois principais jornais teutos da capital, a *Deutsche Zeitung* e a *Koseritz Deutsche Zeitung*, apoiavam, portanto, a monarquia. A julgar pela homenagem prestada aos príncipes pela “*Spitze des Deutschtums*” (pelos legítimos representantes do *Deutschtum*), nas palavras do redator da *Deutsche Zeitung*, as lideranças comunitárias teutas compartilhavam a mesma posição.

No artigo, Koseritz transmite à princesa, em meio a elogios, sua preocupação com a sua excessiva proximidade com os jesuítas, que sobre ela estariam exercendo muita influência. Em sua apreciação do conde d’Eu, aponta a seu favor o fato de seu avô, seus filhos e pessoas a ele ligadas serem liberais, mas também critica sua inclinação ao ultramontanismo. Outro problema apontado é a sua origem francesa. A este respeito Koseritz escreve:

Para os alemães teve importância, até o momento, a circunstância de o conde d’Eu ser francês de nascimento. Isto ele é e continuará sendo. (...) mas nem por isso ele é necessariamente contra os alemães (afinal, também em suas veias corre o sangue alemão de sua mãe), pelo contrário, ele reconhece plenamente a sua influência civilizadora e cultural. Nossa língua lhe é familiar, conhece toda essa literatura e, desta maneira, aproximou-se notavelmente do elemento alemão. Esta razão para desconfiança (as quais também nós cultivávamos até pouco tempo atrás), portanto, também fica excluída (Koseritz *Deutsche Zeitung*, 11/1/1885).

O pressuposto da análise de Koseritz sobre o Conde d’Eu é que sua condição de francês naturalmente era um defeito que, com razão, preocupava os alemães. Este defeito, contudo, poderia ser atenuado por sua dedicação à cultura alemã, por sua iniciativa de se aproximar da cultura, língua e literatura alemãs e também pelo fato de correr algum sangue alemão em suas veias. Através de malabarismos argumentativos Koseritz procura mediar receios francófilos com a defesa de uma monarquia liberal e laica, livre da influência dos jesuítas sobre o Estado.

A partir do pressuposto de que todo discurso está inserido em uma rede discursiva, uma rede de significados mais ampla, o fato de Koseritz procurar tornar aceitável ao seu público o príncipe “francês”, sugere que havia uma certa francofobia no senso comum de seus leitores: caso contrário, não faria sentido combater os argumentos supostamente contrários ao conde d’Eu, que não estão explicitados no discurso de Koseritz, mas que são a sua própria razão de ser.

O próprio Koseritz fora francófilo ao ponto de deixar abalar sua ligação com o líder liberal Gaspar Silveira Martins (Carneiro, 1955:36), seu companheiro no jornal *A Reforma* e, mais tarde, na assembléia legislativa: em 1870, por ocasião da guerra franco-prussiana, Koseritz viu-se obrigado a deixar o jornal porque seu germanofilismo exaltado não se coadunava com o francofilismo não menos exaltado de Silveira Martins. Também no semanário maçônico *A Acácia* Koseritz escreveu contra o domínio da cultura francesa no Rio Grande do sul.

A constatação da existência de uma certa francofobia como uma variável a mais na constituição da identidade da comunidade teuto-brasileira de Porto Alegre tem dois desdobramentos. O primeiro é que o fato de a sociedade luso-brasileira ser extremamente francófila, ter como padrão estético e de civilização o modelo francês, isto representa mais uma diferença a reforçar o traçado dos limites étnicos entre luso-brasileiros e teuto-brasileiros. Mostra também um forte grau de atualidade dos teuto-brasileiros em relação à Alemanha: em plena conjuntura pós guerras franco-prussianas, a França naturalmente era o grande inimigo, mesmo que vencido.

O biógrafo de Koseritz, Carneiro (1953) registra as afinidades de Koseritz com intelectuais

francófilos do cenário nacional, Sílvio Romero e Tobias Barreto. Este último, em 1870, entusiasma-se pela cultura germânica, e iniciara, em 1874, uma campanha [em prol da substituição da inspiração francesa no pensamento brasileiro pela inspiração alemã]. 6.

[...] Koseritz exultava com as campanhas de Tobias Barreto e Sílvio, aos quais estava ligado pelo mesmo monismo materialista, pelo mesmo agnosticismo evolucionista. A campanha contra a cultura francesa seria depois uma obsessão de muitos alemães no Rio Grande do sul, anticlericais ou não [...] (Carneiro, 1959:22,23).

Em 1883 e 1884 Koseritz apresentava ao seu público, respectivamente, Sílvio Romero e Tobias Barreto. Nestes artigos de seu almanaque anual Koseritz Deutscher Volkskalender, Koseritz explicita suas opiniões sobre a cultura francesa e sua influência no Brasil. Em 1884 escreve:

Meus amigos na Província deveriam conhecer este homem, que se engajou abertamente pela superioridade da cultura e pesquisa alemãs em relação à vazia retórica francesa. Ele é um pioneiro da germanidade e de sua influência civilizadora no Brasil. [...] Desde 1870 surgiu a convicção, em Sílvio Romero bem como no mais velho Tobias Barreto, que o espírito alemão é infinitamente superior ao francês, pois o pensador/intelectual perspicaz compreendeu que as derrotas da França não podiam ser apenas uma questão de superioridade material e da força bruta da Alemanha, mas sim que havia razões éticas mais profundas, apoiadas em aspectos da história cultural (Koseritz Deutscher Volkskalender 1884).

Com referência ao título zombeteiro de “escola teuto-sergipana” atribuído, no Rio de Janeiro, a Koseritz, Tobias Barreto e Sílvio Romero, Koseritz responde que

[é uma honra ser reconhecido como fundador de uma escola] [...]que ousa assumir a batalha contra a civilização galo-fluminense, que até hoje ditou as regras ao país e aplicou à ciência brasileira a estampa do galicismo (Koseritz Deutscher Volkskalender 1884).

Sobre Tobias Barreto afirma, entre elogios, ser odiado em meios brasileiros por sua “mania germânica”, por defender sua convicção de que “o Brasil só tem solução se aprender a pensar, aspirar e trabalhar de modo alemão” (“dass Brasilien nur Heil erwachsen kann, wenn es deutsch denken, streben und arbeiten lernt” (Koseritz Deutscher Volkskalender, 1883).

Koseritz relata a trajetória intelectual de Tobias Barreto, que fora afinado com a escola francesa, até “o vendaval de 1870”, quando

os “filósofos” transformaram-se em homens de ação e o vazio de todo o ser (Wesen) francês mostrou-se de Weissenburg a Sedan em toda a sua triste verdade. A miséria francesa e o sucesso alemão ocuparam o espírito crítico do literato brasileiro; ele reconheceu que tais sucessos não poderiam ser alcançados apenas por meio de superioridade material e força bruta, e que uma tal derrocada teria que ser consequência de algo mais que a corrupção do segundo império. Somou-se a isto o fato de seu antigo ídolo Victor Hugo ter desempenhado o papel ridículo de um retórico insensato, a respeito do qual o espírito crítico do sergipano não poderia se enganar. [...] O resultado de seus estudos foi a profunda admiração do saber (Wissen) alemão e a convicção de que à sua pátria só poderiam sobrevir benefícios, se abandonasse o falso ouro e se esforçasse em adquirir a cultura alemã, em pensar e agir de modo alemão. Tobias passou de corpo e alma para o Germanentum e sua

declaração de guerra à França foi o seu ensaio “Auerbach und Victor Hugo” [que foi publicado na *Deutsche Zeitung*]. [...] Ele é um messias no melhor sentido da palavra, um arauto de um novo saber, um emissário de regiões mais elevadas do saber para libertar o Brasil do jugo da pseudo-civilização francesa [...] Hoje o Brasil ainda o despreza [...] mas virá o tempo em que ele será reconhecido como profeta, pois o renascimento do Brasil ocorrerá sob a influência da cultura germânica (Koseritz *Deutscher Volkskalender* 1883).

Koseritz, ao divulgar amplamente sua preocupação em substituir a influência francesa na sociedade brasileira pela influência alemã, está bebendo da mesma fonte que alimentaria, mais tarde, os pangermanistas. É, no entanto necessário matizar bem sua posição: é verdade que ele rejeita qualquer ligação ou subordinação política dos teuto-brasileiros à Alemanha, o que por si só basta para distingui-lo dos pangermanistas.

Mas, em um nível mais sutil, de constituição de identidade, ele reforça a diferença dos teutos em relação aos luso-brasileiros (que é o que interessa na conjuntura da província) quando ataca a cultura francesa em que se inspiram. Embora advogue reiteradamente a independência política dos teuto-brasileiros em relação à antiga pátria, acaba reproduzindo e atualizando, à sua maneira, no extremo sul do Brasil, a problemática que se desenvolvia na Alemanha, da afirmação nacional em oposição a outra nação.

Bem de acordo com sua cosmovisão darwinista, Koseritz estimulava os teutos a preservarem suas peculiaridades culturais por considerar ser esta a melhor contribuição a ser dada para o aprimoramento da nação brasileira, que entendia estar, ainda, em vias de constituir-se. É neste sentido que lutava incisivamente contra a influência francesa no Brasil. Como encontrava-se em posição privilegiada de divulgar sua francofobia (tinha grande penetração através de suas publicações), Koseritz acabava por atualizar, no contexto rio-grandense, a problemática da própria constituição da identidade nacional alemã, em oposição à francesa.

Se esta não é a faceta mais importante de Koseritz (que sem dúvida é o seu empenho pela defesa dos direitos civis e políticos teutos), não se pode ignorar, no entanto, que o seu discurso francóforo constitui mais uma variável na afirmação e contínua reconstrução das fronteiras étnicas ocorridas entre luso e teuto-brasileiros.

Referências Bibliográficas

BARTH, Fredrick. “Introducción”. In: BARTH, F. (Org.) *Los grupos étnicos e sus fronteras*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BONOW, Imgart Gruetzmann. *Onde o sabiá canta e a palmeira farfalha*. Dissertação de mestrado em Letras. Porto Alegre: PUC, 1993.

CARNEIRO, José Fernando. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959.

DREHER, Martin. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Ed. Sinodal, 1984.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. *Alemanha, mãe-pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil*. Tese de doutorado. Universidade de Campinas, 1993.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Entre o deboche e a rapina. Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em História. UFRGS, 1993.

PINTO, Celi Regina. Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Hicite, 1989.

SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis: FCC Edições, 1981.

TELLES, Leandro. Do Hilfsverein ao Colégio Farroupilha. Porto Alegre: Associação Beneficente e Educacional de 1858, 1974.

A Mulher na Imigração Italiana

Maribel Girelli(1)

O presente trabalho tem como objetivo de estudar os costumes, o comportamento e o papel da mulher imigrante italiana, nos primeiros tempos e verificar o que restou deste comportamento nos dias de hoje. As informações foram retiradas da bibliografia sendo acrescentadas algumas baseadas em nossa experiência pessoal.

No século passado muitos fatores levaram um grande número de italianos a abandonarem sua pátria e dirigirem-se para as terras estranhas, sem nenhum conhecimento do que iriam encontrar. Se o fizeram foi porque viviam em condições difíceis de suportar, essas dificuldades podem ser explicadas pela guerra de unificação, pela falta de terras para a agricultura, baixo rendimento destas terras, baixos salários, epidemias, etc.

A guerra de unificação e suas conseqüências contribuíram bastante para promover a imigração, sendo esta uma das razões que levou meu bisavô paterno decidir pela viagem ao Brasil. Minha avó sempre referia-se a este fato, contando que havia o medo constante do recrutamento para a guerra. Quando os soldados se aproximavam, a família escondia-se no celeiro e diziam sentir muito frio à noite. Não podiam acender o fogo para não chamar a atenção, procurando aquecer-se junto aos animais. Mas meu bisavô acabou recrutado para a guerra, voltando para casa em pouco tempo por ter sido ferido e logo em seguida decidiram vir para o Brasil, movidos também pelo sonho de tornarem-se proprietários de um pedaço de terra.

A viagem por si só já era uma grande provação, pois a aventura começava antes mesmo da travessia do Atlântico. Vendiam o pouco que tinham para pagar a passagem até Gênova e depois para a América. Ainda em Gênova o imigrante era submetido a duras provas, onde muitos ficavam abandonados no porto mesmo, porque o agente tinha fugido com os passaportes e o dinheiro das passagens, além de serem explorados por todo o tipo de aproveitadores e especuladores, do agente ao dono da hospedaria e da cantina. Os sofrimentos eram tantos que muitas vezes só não desistiam porque não havia mais possibilidade de retorno, não havia para onde retornar, não possuíam mais nada.

As agências de viagens e demais propagandistas anunciavam barcos confortáveis, e o regulamento oficial previa um conforto mínimo de espaço, higiene, alimentação e a proibição do embarque de pessoas com doenças contagiosas. Mas o barco de conforto nada possuía. Eram superlotados, muitos passageiros viajavam na proa, ao relento, desprotegidos da chuva e do sol (Carvalho, 1986). Muitas pessoas morriam nos navios e estas tinham seus corpos atirados ao mar. Minha bisavó materna perdeu um filho bebê durante a viagem. Por muitos dias escondeu de todos o filho morto, na esperança de chegar em terra a tempo de enterrá-lo, mas seu segredo foi descoberto antes disso e a criança foi jogada ao mar. Minha bisavó jamais superou esse sofrimento.

A morte rondava os navios mas a vida também renovava-se. Meu avô materno nasceu durante a viagem para o Brasil em 1891.

Depois de atravessar o Atlântico, o sofrimento ainda não tinha acabado, pois o percurso até Porto Alegre oferecia o mesmo conforto da sobrecarga do navio, da falta de médico a bordo, das bagagens extraviadas. Chegando em Porto Alegre tudo se repete e assim que fosse possível dirigiam-se para os diversos núcleos coloniais. E o sofrimento continuava com mais sete horas de viagem de barco até São João de Montenegro, sem receber nenhum alimento.

Muitos homens morriam antes de chegar ao lote de terra ou logo em seguida em consequência de quedas de árvores, picadas de cobras ou simplesmente doenças. Nesses casos, que não eram raros, as coisas se complicavam para a família. A mulher, com os filhos pequenos, ficava desamparada e muitas vezes acabava dependendo da bondade alheia. Se tivesse filhos crescidos, esses assumiam a tarefa de chefe de família e faziam o trabalho do pai.

Minha bisavó relatava os primeiros tempos na colônia como uma época muito difícil. Havia o temor de que um membro da família sofresse um acidente ou ficasse doente. Se isso acontecesse não havia onde buscar ajuda. Uma das histórias desse tempo, repetida de geração em geração, referia-se à ameaça de animais selvagens. conta-se, na família, que durante muitas noites um tigre (onça? jaguatirica?) visitava o acampamento. Na panela usada para fazer polenta colocava-se água para que as crostas se soltassem e pudesse ser mais facilmente lavada no dia seguinte. Ouvia-se, da cabana, o barulho do “tigre” comendo os restos de polenta da panela que era deixada do lado de fora. Era praticamente impossível conciliar o sono nestas noites.

Costumes

Casamento.

Para o imigrante italiano a família é a coisa mais importante que existe. Profundamente religiosos, não admitiam de forma alguma a separação e não aceitavam um casal que vivesse em concubinato. Só era aceito o casamento sacramentado e este tinha que durar a vida toda.

Se a escolha do marido ou da esposa se revelasse errônea após o casamento, não importava, este era indissolúvel. Mesmo que o marido adquirisse o hábito da bebida, espancasse a esposa, o que não era raro, esta agüentava o sofrimento, pois não tinha outra alternativa. Se abandonasse o marido seria desprezada por todos, inclusive pelos próprios pais e irmãos. Os pais costumavam aconselhar os filhos antes destes se casarem aprovando ou desaprovando a escolha.

Os rapazes evitavam o casamento com uma mulher mais velha ou mais alta, porque isto significaria que poderiam ser mandados por ela. O homem era o chefe da família e esta autoridade não podia ser ameaçada de forma alguma.

Quando casava, a mulher perdia seu sobrenome e adotava o do marido. Este era responsável por todas as decisões. Ele vendia, comprava, determinava o que seria plantado. Ele administrava tudo. A mulher era responsável pela casa, criação dos filhos e auxiliava o marido nos trabalhos da lavoura.

Os filhos eram considerados um dom de Deus. Não se falava em controle da natalidade, o que seria um crime. Uma família com muitos filhos era uma família abençoada e estes eram necessários para auxiliar nos trabalhos domésticos e da lavoura. Com poucos filhos dificilmente a família progredia. Para a mãe o ideal era que o primeiro filho fosse menina, porque esta a ajudaria a criar os outros filhos que nascessem depois. Em uma família que não houvessem filhas mulheres, a dona-de-casa ficava sobrecarregada com os afazeres domésticos. O pai preferia filhos homens para auxiliá-lo na roça. Desde o nascimento as atribuições já estavam definidas: o homem para o trabalho na lavoura e a mulher para os trabalhos domésticos, embora esta auxiliasse também nos trabalhos agrícolas.

Além de auxiliar na lavoura, ser responsável por todos os trabalhos domésticos e cuidados com os filhos, a mulher cuidava da horta, do pomar, tratava das vacas, porcos e galinhas.

Os pais não faziam questão de mandar os filhos para a escola, eles eram mais úteis em casa. As

crianças, sem nenhum tipo de incentivo, também não faziam questão de estudar. Minha mãe, que estudou em escola rural na década de `940, falava que as crianças tinham muito medo da professora. Esta, sem preparo algum, lecionava com um livro em uma das mãos e uma vara na outra. O estudo era considerado um luxo, uma coisa inútil e improdutivo. Vigorava a opinião que l'instruzione non dà pane. A instrução não dá pão.

Manter a família bem alimentada era uma preocupação e cuidado que a mulher tinha, isto era a sua obrigação e ainda é assim hoje, em muitas famílias de descendentes de imigrantes italianos. Minha mãe sempre orgulhou-se de dizer que o meu pai nunca saiu de casa sem tomar café da manhã preparado por ela. Meu pai, por sua vez, nunca fritou um ovo.

As famílias italianas faziam questão de ter a mesa sempre farta, preferiva piú mangiare bene che vestirse bene. Prefere comer bem que vestir-se bem.

Quando o homem gastava muito, bebia e não tinha perseverança no trabalho, a esposa e os filhos eram vistos com muita pena pelos parentes e vizinhos. Quando a mulher não fosse muito dedicada ao trabalho o homem era visto como vítima, inclusive pelas outras mulheres que a desaprovavam.

Namoro e Educação sexual

Geralmente o namoro iniciava em bailes e festas da capela (sagas) ou indo e voltando da missa na cidade. Sempre havia a possibilidade de conhecer pessoas de outras localidades. Para sair era necessário o consentimento dos pais, que sempre queriam saber onde estavam os filhos.

Sexo era um assunto proibido, era pecado falar nesse tema em qualquer idade, era uma coisa feia. A educação sexual não existia. Muitas moças casavam sem saber absolutamente nada sobre sexo, ou de com as crianças nasciam. Se sabiam alguma coisa era porque tinham aprendido fora de casa, nunca com os pais.

Quando a curiosidade infantil questionava o aparecimento de mais um irmão, dizia-se que a parteira o trouxera ou que os pais haviam buscado o bebê no banhado. Se a criança fosse além com as perguntas mandava-se calar a boca e dizia-se que esse assunto era pecado. Desde cedo a criança percebia que havia um mistério em torno do nascimento e, geralmente, não insistia nas perguntas.

A gravidez não impedia que a mulher continuasse a trabalhar na lavoura, nem alterava seu ritmo em casa. Trabalhava até o dia do parto. Buscava-se a ajuda de uma parteira e os recursos médicos só em casos extremos. A criança sempre nascia em casa, com a presença das vizinhas que vinham oferecer os seus préstimos. Os outros filhos do casal eram afastados da casa. Em muitos casos as mães realizavam sozinhas e o seu parto.

Se uma moça engravidasse do namorado era severamente punida, a família toda ficava desonrada, esta era apontada por todos, ficava falada. Procurava-se evitar que um fato desse viesse a público, reparando-se o “erro” com um casamento apressado. Se o fato não viesse ao conhecimento público tudo ficava bem.

A preocupação da família não era direcionada só às filhas mas também aos filhos homens, principalmente se esses estivessem, namorando uma moça que os pais não aprovassem, porque se eles a engravidassem seriam obrigados a casar.

Lazer

O divertimento e o descanso aconteciam nos finais de semana. Aos sábados à noite as famílias costumavam se reunir para conversar. Tomavam vinho, chimarrão, comiam e cantavam muito. A essas reuniões chamava-se fazer filó.

Aos domingos participavam da missa, do terço na capela, reunindo-se depois com os amigos para jogar bocha, baralho, beber vinho e cantar.

As mulheres sentavam-se à sombra das árvores para conversar. Falavam de tudo: de seus problemas, das famílias, doenças, filhos e, principalmente, da vida dos outros, eram as fofocas, que muitas vezes acabavam em brigas, e nessas brigas dificilmente os maridos se intrometiam (Costa et al., 1974).

As Heranças

Ainda nos dias de hoje é possível presenciar o costume de comprar terras para os filhos homens à medida que estes vão crescendo, para que, ao casarem, possam começar a vida em sua propriedade.

As filhas mulheres, ao casarem-se, recebiam o enxoval, utensílios domésticos, alguns animais etc., nunca recebiam terra. Por isso sempre procuravam casar com um rapaz que já tivesse a sua terra.

O último a casar, geralmente o mais novo, ficava morando na casa dos pais e os amparava na velhice, além de se responsabilizar pelas irmãs solteiras. Quando os pais morriam, este ficava com tudo. Atualmente, para evitar problemas legais de inventário, a doação é feita em vida para o filho que ficará responsável pelos pais. Ao questionar este costume, de somente os filhos homens terem direito à herança, minhas primas o defendem, dizendo que assim é que está certo, por ser uma forma de garantir o amparo dos pais na velhice.

Provérbios italianos.

Costa e Batistel (1983, p. 913-957) apresentam uma longa lista de expressões, ditos e provérbios comuns entre os imigrantes e descendentes de italianos. Estes provérbios tratam dos mais diversos assuntos. Destacamos apenas alguns que se referem às mulheres.

1. É triste a casa onde a galinha (mulher) canta e o galo (homem) cala.
2. Com poucas palavras e muitas bastonadas manda-se em todas as mulheres.
3. Mulher e bacalhau nunca são suficientemente pisados.
4. Uma esposa mordaz tira a paz.
5. Se uma mulher erra a culpa é do marido.
6. Cuidai-vos da chuva e do vento, do frade fora do convento, do rico nascido pobre e da mulher que fala latim.
7. Das moças, vacas e terneiros é preciso conhecer as manias para não perder a cabeça.
8. Quem quiser condenar um homem em sua vida lhe dê uma mulher e um asno.
9. Mulheres e gansos, manter poucos.

10. Mulher bonita e vinho bom são os primeiros que te abandonam.
11. A primeira esposa é dada por Deus, a segunda pelo mundo e a terceira pelo diabo.
12. Após a morte do marido dedica seu amor a Deus.
13. O amor à esposa morta dura até a porta.
14. Levou vaca e terneiro. Casou com mulher que tinha filho.

Palavras finais

Desde jovem a vida da mulher imigrante resumia-se ao trabalho e, ao casar-se, as responsabilidades e a carga dos afazeres aumentavam devido, principalmente, ao nascimento dos filhos.

Quando o homem estava em idade de casar, procurava uma mulher forte, trabalhadora, caprichosa e honesta. Ser bonita não era importante. A mulher muito magra e frágil não atraía os homens, não dava boa esposa.

A mulher nunca tomava decisões, embora fosse consultada pelo marido em certas ocasiões. Esta não realizava transações comerciais, raramente adquiria alguma cultura, sendo, em sua maioria, analfabetas. Não havia necessidade dela saber ler e escrever, bastava saber de cor o catecismo e as orações para ensinar aos filhos.

As diversões aos domingos eram sempre maiores para os homens. Estes, muitas vezes, iam a festas sozinhos, bebiam, jogavam, controlavam o dinheiro e gastavam a seu critério.

A atitude das mulheres era de conformismo, não questionavam a sua posição e o seu papel dentro da família e da sociedade, além de reproduzirem esta situação através da educação que davam aos filhos.

As mulheres não costumavam queixar-se do excesso de trabalho, para elas isto era normal e necessário.

Apesar de ocupar uma posição inferior, a mulher imigrante italiana não estava em situação diferente da mulher de outros grupos, é preciso levar em consideração a época, quando não se falava em direitos iguais para homens e mulheres.

Mesmo nos dias atuais, o machismo e o preconceito continuam em todos os grupos, independente do nível social e cultural. Ditados como Mulher no volante, perigo constante. Mulher é como parafuso, só serve para ser apertada. Se me virem agarrado com mulher feia, separem que é briga, etc. não são vistos só em pára-choques de caminhão, escutamos freqüentemente em muitos lugares, repetidos, inclusive, por homens de cultura bastante razoável.

Bibliografia.

AZEVEDO, Thales. Italianos e Gaúchos. Os Anos Pioneiros da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

BATISTEL, Arlindo I. & COSTA, Rovílio. Assim vivem os Italianos. Porto Alegre, Editora da Universidade de Caxias, 1982, 3v.

BONI, Luis A. de & COSTA, Rovílio. Os Italianos do Rio Grande do sul. Porto Alegre, Editora da Universidade de Caxias, 1984.

COSTA, Rovílio et al. Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Sulina, 1974.

Alemães em Campinas no Século XIX Identidade e Aculturação

*Andrea Mara Souto Karastojanow
Unicamp*

Europa, época das grandes navegações. Portugal descobre o Brasil e já em 1547 temos um alemão, Hans Staden, nas costas da então recente colônia portuguesa.

Império do Brasil, segunda década do século XIX. Dom Pedro, imperador, escolhe por esposa uma herdeira da casa dos Habsburgo. Estreitam-se então os laços de País com a Alemanha. A Feitoria do Linho Cânhamo, atual São Leopoldo (RS), que havia sido abandonada devido ao fracasso da produção de fibra, renasce, nesta época, da bravura dos alemães. Campinas (SP) não passa, no momento, de uma simples vila com pouco mais de 400 fogos e um alemão boticário, o doutor Christiano Frederico Hasse, que escolheu a cidade para viver, abrir seu negócio e aqui morreu em 1839.

Alemanha, século XIX. A Revolução fracassada de 1848, os constantes problemas com safras mal sucedidas, a fome e mais tarde o início da industrialização, entre tantos outros fatores, empurraram os alemães para outras cidades da Europa e das Américas. O fluxo imigratório para o Brasil, apesar dos decretos de vários dos Estados alemães proibindo sua vinda, foi mais ou menos constante e, além de São Leopoldo, outras cidades puderam usufruir do que o “sal da terra” nos tinha a oferecer.

Com Campinas não foi diferente. Apenas aconteceu de maneira diversa daquela que ocorreu no sul do país. Afinal, a vila de Campinas do Mato Grosso já existia e o contingente teuto que para cá se dirigiu, veio, em grande parte, da zona rural das cercanias, mesclando-se à população nativa, diferente, portanto, das várias cidades sulinas que nasceram de antigas colônias alemãs. Aqui portugueses, espanhóis, poloneses, italianos, árabes, entre outros, além dos próprios alemães, dividiram os espaços das ruas, das lojas, dos negócios, da cultura, ajudando, cada um à sua maneira, a cidade a se desenvolver. Uma pesquisa rápida nos jornais nos mostra a intensa vida comercial e cultural da cidade. Os anúncios poderiam ser os de hoje em dia.. ferramentas Bosch, Krupp, carros Mercedes, Volkswagen, chapéus Cury, Cortume Contusio, se misturando com os do passado. Escola Alemã para ambos os sexos, casa Genoud de livros, Circulo Italiani Uniti, Fundação Viúva Faber & Filhos... entre outros tantos exemplos. Sim! Médicos, professores, farmacêuticos, músicos, comerciantes, chapeleiras e hoteleiros alemães faziam propaganda de seus serviços e produtos e disputavam clientela com os mesmos profissionais italianos, franceses, portugueses, espanhóis... já no século passado!

A primeira pergunta que nos surge então é o porque da escolha por Campinas. A resposta aparece na sua própria história. nascida de um pouso de tropeiros e tendo como uma de suas características o entroncamento de caminhos, a cidade aparecerá em meados do século XIX, praticamente logo após sua elevação à condição de município em 1842, como uma “metrópole”³³ urbana e rural, capital nacional do café e ficando atrás de poucas cidades no que se referia à cultura e educação. Por aqui, Sarah Bernard passou, aqui bandas musicais tocavam nos saraus dos casarões dos barões do café, aqui o número de pessoas alfabetizadas era menor apenas, segundo o almanaque de 1872, que o da capital do Império. Então, porque não se instalar num município próspero, de clima ameno, com uma pulsante atmosfera intelectual e econômica?

³³ O termo aparece entre aspas por nos parecer um tanto quanto anacrônico. XXX.

A presença dos alemães, estranhamente, não se dá às claras, mas é percebido nas entrelinhas... É preciso que se procure com olhos bem abertos. Poderíamos até dizer que o “mimetismo social”³⁴ foi quase perfeito. Procurando, iremos perceber que o final da década de 1850 os encontra num grupo, pequeno mas representativo, que pede à municipalidade o direito de terem um terreno próprio para enterrarem seus mortos. De fato, esta irá conceder um local ao lado dos outros cemitérios da cidade, onde hoje se localiza o pátio de manobras da FEPASA. O cemitério acatólico, como ficou conhecido, passou na década de 1860 para a administração da Sociedade Alemã de Instrução e Leitura e assim permaneceu até sua venda para a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, no final dos anos de 1880. Na década de 1860 seu estado de organização é tal que já constituem, em 1863, a Sociedade acima referida³⁵, antes mesmo da existência de um vice-consulado suíço e ou alemão na cidade³⁶.

Outra questão que se coloca é a da identidade cultural. Afinal, se a cidade, ao que tudo indica pelas pesquisas que estão sendo realizadas, apresentava razões suficientes para os alemães aqui se instalarem e viverem, porque houve fundação de associações puramente alemãs? Afinal, o que desejavam esses alemães ao se assimilarem com a comunidade local? Qual era a identidade desses saxões, badenses, berlinenses, suíços, entre outros que aqui se reuniram sob uma só bandeira, a do Império Alemão, numa época em que este existia mais teórica do que praticamente, numa época em que havia mais desunião do que união entre os vários Estados Alemães? Por que e como eles se viam aqui como alemães apenas, sendo as diferenças quase que colocadas de lado? Será que era realmente isso que ocorria? Será que a leitura de algum tipo de processo no Tribunal de Justiça de Campinas não irá mostrar justamente o oposto disto? Que talvez eles tivessem uma certa coerência externa, para poderem se relacionar com a sociedade civil, mas que, internamente, havia grandes diferenças entre eles? Qual seria o verdadeiro relacionamento entre suíços e alemães, entre luteranos e católicos, e entre luteranos e liberais? E entre todos esses e a sociedade local? Quais as implicações religiosas no plano legal, no que se referia à inventários, testamentos? Afinal, que sentimento era aquele que os fazia afirmar que para ser um bom brasileiro dever-se-ia ser primeiro um bom alemão? Por outro lado, qual a diferença entre nacionalidade e etnicidade para esses teutos que se misturaram à - e até auxiliaram a formar - “classe média”³⁷ de então?

Houve uma identidade. Uma identidade que não se importou com fronteiras, disputas entre pequenos reinos ou com dialetos, mas que ocorreu antes mesmo do surgimento da Alemanha enquanto Estado/Nação³⁸. Uma identidade que se baseou, até certo ponto, na língua e de maneira bem mais amena na religião. O fato da primeira Sociedade alemã ser uma escola parece significativo a este respeito, principalmente se levarmos em conta os problemas que o pastor J. J. Zink teve com a direção da Deutsche Schule und Leser Verein ao querer ministrar aulas de evangelização na escola. Uma identidade que os manteve unidos pelas primeiras gerações, desejando fazer de Campinas sua grande terra natal e, portanto, implantando melhorias na cidade para que a mesma pudesse ser mais prazerosa para se viver. Melhorias principalmente na área

³⁴ O termo, freqüentemente usado em biologia, designa aqui o processo de simbiose entre a comunidade alemã e a sociedade civil de Campinas como um todo, explicitando justamente, ao nosso ver, o processo de amalgamação desta comunidade na vida da cidade.

³⁵ A Deutsche Schule und Leser Verein, Sociedade Alemã de Instrução e Leitura, foi fundada aos 23 de fevereiro de 1863 com fins paramilitares. Como a referida Instituição teve seus estatutos rejeitados pelo governo provincial, decidiu-se, em reunião de abril do mesmo ano, transformá-la numa escola alemã do sexo masculino e do feminino - e mais tarde Escola Alemã para para ambos os sexos - mantida pela Sociedade Alemã de Instrução e Leitura, uma biblioteca de 700 volumes. Nas atas consta ainda a assinatura de diversos jornais alemães editados no Brasil e no exterior.

³⁶ Foi a Deutsche Schule und Leser Verein uma das principais responsáveis pela instalação de um vice-consulado alemão para a cidade de Campinas no ano de 1871.

³⁷ O termo aqui aparece entre aspas por nos parecer um tanto anacrônico.

³⁸ Conforme a conceitualização do século XI tão bem explicada por HOBBSAWM, Eric J. em seu livro Nações e Nacionalismo desde 1870 (Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1990)

educacional e cultural, além da econômica já acima citada.

Mas também houve uma aculturação e uma receptividade muito grande da sociedade civil. Uma aculturação diferente daquelas comumente encontradas em estudos a respeito da imigração para o sul do país. Já havia uma localidade e para ela os antigos meeiros das colônias nas fazendas de café da região vieram. Nem todos lavradores ou agricultores. Vieram assim que lhes foi possível, tentar fazer a América, quem sabe... Tentar restabelecer em suas antigas profissões ou, em alguns casos, vinham direto de suas cidade natal fugindo de condições políticas adversas. Estes com um certo capital, reabriam aqui seus negócios. A sociedade, por seu lado os recebeu bem, e como a mesma se europeizava à época, as inovações culturais, os inúmeros professores de piano, os predecessores, os maestros e os professores que difundiram novas pedagogias eram bem vistos e desejados pela elite liberal e positivista que já naquele momento tramava a proclamação da república.

A simbiose existiu. Senão, como explicar nomes de ruas, de praças, homenagens em jornais a professores, o bairro de Friburgo³⁹... Como explicar nomes como von Zuben, Krug, Müller e tantos outros ligados à história da cidade? Além de percebê-la apenas, cumpre agora continuar pesquisando-a, para que se possa perceber a influência alemã em outras regiões brasileiras, pois como já colocou Sérgio Buarque de Holanda no prefácio do livro *Memórias de um Colono no Brasil* de Thomaz Davatz, “a história da imigração em São Paulo está toda ela por fazer.

³⁹ Este bairro rural de campinas foi fundado em meados da década de 1870 por imigrantes alemães que trabalharam como meeiros nas colônias agrícolas da região mas que conseguiram saldar suas dívidas e comprar um lote de terra que foi distribuído pelo grupo, formando-se então sítios, onde os alemães plantavam café e depois batata. Os descendentes deste grupo procuraram a UNICAMP, mais especificamente o Centro de Memória, pedindo auxílio para que sua história pudesse ser contada. A professora Olga R. M. Simson elaborou e está coordenando o projeto *Reelaborando a Tradição em Busca das Raízes Perdidas: os Teuto-Brasileiros do Bairro Friburgo em Campinas, 1871-1993*.

Identities Emprestadas

Eva Wisk Koch

Quem acha doce a terra natal ainda é um tenro principiante; aquele para quem toda terra é natal já é forte; mas é perfeito aquele para quem o mundo inteiro é um lugar estrangeiro.

Hugo de Saint Victor, monge, séc. XII apud Edward W. Said

- e aqui (Jostein Gaard) apela para os seus heróis e deuses nórdicos, parecidíssimos com os de qualquer outra latitude, ou com os dos índios brasileiros de hoje.

Antônio Callado

Folha de São Paulo, 14.9.96, p. 4-9

Venho da área da literatura dentro da qual a metáfora corpus-texto, de cujo organismo vivo se pinça tecido sangrento para análises, reinava nos anos setenta como confissão de uma certa angústia teórica frente ao caráter escorregadio do fenómeno ficção. Sinto o mesmo desconforto trabalhando com o conceito “identidade”. De toda a dinâmica observável, detecto neste momento, antes de mais nada, o fato que identidades também possuem aspectos sujeitos à reconstrução objetiva, portanto mensuráveis. Estou consciente de que esta minha abordagem reflete, acima de tudo, uma grande perplexidade.

Consolo-me, pois, com a notícia que uma mega-manipulação de identidade cultural acaba de ser desvendada após quase 700 anos pelo medievalista HAIKO WANDHOFF (Berlim)⁴⁰ em seu estudo sobre a épica do Rei Artur. Observa ele que os livros I e II da Eneida de VIRGÍLIO (29 a. c. segs) relembram a fama e o status dos antepassados troianos do fundador de Roma, Enéias, criando desta maneira o mito fundador de toda a latinitas, senão de toda a história europeia. Mas, quando a epopéia (este livro mais importante, ao lado da Bíblia, durante toda a Idade Média) é reescrita sob a forma de romance por autores alemães do século XIII, o relato da história de Tróia é cortado e substituído por episódios arturianos. Interrompe-se a continuidade de um paradigma coletivamente aceito de um passado normativo em termos de valores e abrangência, passado este visto até então como

fundação segura sobre a qual o futuro poderá ser construído; um tempo glorioso e heróico que o presente reconstitui e passa adiante simultaneamente

Lee Patterson *Negotiating the Past* (...) Madison, Wisc. 1987 (apud H. Wandhoff).

Que houve? A aristocracia alemã distanciara-se da historiografia “imperial”⁴¹ do Sacro Império Romano de Nação Germânica, dominada pelo clero que por sua vez descartava os heróis arturianos. Num “ímpeto emancipatório” muda-se a perspectiva, faz-se o “novo alinhamento parcial, abolindo o passado de Roma, concentrando a atenção sobre o futuro

⁴⁰ Gemalte Erinnerung. Vergils *Aeneis* und die Troja-Bilddenkmäler in der deutschen Artusepik. Em Kaarlheinz Stierle Ed. *Poetica* München, Wilhelm Fink, 1996 28 (1-2) 66-96.

⁴¹ Said, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, companhia das Letras 1995, prefácio.

cristão do legado celta-herexe.

O processo de diminuir e desta maneira abolir um passado aparentemente demasiado poderoso é a estratégia central que governa todo o romance de Enéias, tanto na história que conta, quanto na maneira de contar. (...) Tróia não é mais a cidade que representa a primeira fundação romana -, mas simplesmente um acidente na biografia do protagonista (Enéias).

Lee Patterson, op. cit. p. 157-195.

A literatura laica da nobreza alemã em língua não-latina recém estava no seu início e tratava, antes de mais nada, de inserir seu próprio passado mitológico na historiografia cristã centrada em Roma. Reengenharia de sobrevivência de uma identidade étnica, num império imenso, pela recusa de um passado alienígena demasiadamente forte e distante. “Quem, afinal, podia competir com Hélena”. (H. Wandhoff)

Mas já um século antes, temos vários relatos de adoção e recusa de identidades. Não falarei de Ruediger von Bechlarn que com seus homens luta ao lado dos Hunos contra os Borgundos, após ter sido obrigado pelo rei Átila a jurar fidelidade a Kriemhilda, a rainha vingativa. Vocês reconhecem nele uma das figuras mais simpáticas da Canção dos Nibelungen que em si é um prato cheio para questões de identidade individual e/ou coletiva.

Escolhi um poema épico menor, fixado pela escrita durante os primeiros 25 anos do século XII, por exemplificar os efeitos da recusa de oferta de identidade via casamento, no ambiente do cotidiano feminino. Uma noiva de estirpe real, de país do norte da Alemanha, é seqüestrada pelo filho de um rei vizinho. O pai da nova morre pelas mãos do seqüestrador. A princesa resiste com altivez. A mãe do seqüestrador torna o castigo da teimosa especialmente degradante ao mandá-la trabalhar como auxiliar de cozinha, até que o irmão e o noivo dinamarquês a libertam e vingam.

A princesa chama-se Gudrun (ou Kriemhilda), a autoridade que impõe e exclui (e a sogra rejeitada Gerlinde; o noivo estrangeiro é o rei Herwig von Seeland (a maior ilha dinamarquesa), o seqüestrador chama-se Hartmut da Normandia. Está tudo aí: interesses territoriais, jovem mata velho, a obrigação de vingar a honra da família, o Fernweh (a busca de terras além-mar), a fidelidade, a resistência de uma identidade desrespeitada, o direito à opção, a crueldade das mulheres, o Happy end.

Pinço de memória um episódio da terceira parte do epos Gudrun, que se passa entre a personagem do título alemã e a rainha normanda. Gudrun vai ao rio para lavar sua roupa. Chega Gerlinde e reclama água limpa para seus panos: “Gudrun, vá rio abaixo! Não quero teus micróbios nos meus tecidos”. E a auto-excluída cede a contragosto: “Em nossa terra, minha opção social me assegura água limpa”. Como sói acontecer, a discriminação do elemento não assimilado é mascarada, pois pelo casamento teriam misturado pacificamente até seu sangue. Preceitos de higiene como desculpa para o afastamento de forasteiras são amplamente conhecidos: estrangeiro é “impuro”, ameaça o bem-estar do clã, cuja responsabilidade é da “dona” da casa.

Gênese e rebaixamento social automático de qualquer emigrado ou exilado estão aqui epicamente aumentados pela recusa de in-corporação via violência a outro povo, pois Gudrun seguirá voluntariamente ao seu escolhido de além-mar, já que costumava ser sina das mulheres, na cultura ocidental, terem que inserir-se no novo clã, num cotidiano já

estabelecido. Surgiu dessa ruptura a desproporcional necessidade feminina de “conservar”, sob pena de perderem sua identidade pessoal na nova família. Sua autodefesa torna-se tanto mais acentuada quanto mais se sentem ameaçadas.

Resumindo, procurei em tempos remotos um exemplo de empréstimo de identidade coletiva (e sua interrupção parcial) e outro de escolha de nova identidade individual, para preparar o terreno da apresentação “nômade” (Edwaard W. Said) de uma mera suspeita no campo da literatura brasileira, da qual sou simples observadora respeitosa. Dediquei parte de minha vida profissional à compreensão do Romantismo alemão, especificamente de Jena, num país que, salvo melhor juízo, recebeu ecos desse curto movimento (1798-1815)⁴² de maneira algo truncada e misturada com os anseios do segundo Romantismo alemão tipo Heidelberg (+/- até 1832, ano da morte de Goethe). Os primeiros românticos alemães formavam um grupo relativamente fechado, com aspirações científicas; os do segundo grupo eram menos especulativos, bastante dispersos e irracionais. Para os poetas de Jena, a “mitologia” era o centro de toda a literatura. Não tanto a “religião”, mas religar tudo e todos a caminho de um sentimento universal (eles diziam “poesia universal”) era a meta deste último degrau do Idealismo Alemão propriamente dito.

Uma obra posteriormente declarada falcaturia, a “tradução” inglesa dos cantos do bardo celta Ossian, de 1760⁴³, teve grande influência entre os leitores que gostavam de ver nomes da Mitologia Antiga substituídos por elementos nórdicos - postura paralela à substituição de Tróia por Avalon -, a começar pelos românticos ingleses e os pré-românticos alemães entre os quais se destacava Johann Gottfried von Herder (1744-1803)⁴⁴ que chamou a atenção de Goethe, Armin e Brentano para a universalidade do canto dos povos (Volslied), até o desmascaramento da suposta obra de Ossian por críticos e colegas ingleses que nem sequer conheciam a língua do original, o Gaélico. Os estudos da literatura oral, porém, jogam nova luz sobre o trabalho do transcritor James Macpherson que faleceu há duzentos anos. É justo que prestemos homenagem à sua paixão, talvez desmesurada.

Digo isso com constrangimento, pois meu desentendimento com o Professor Guilhermino César da Silva começou por causa deste teólogo e professor Macpherson. Nas aulas de Literatura Brasileira na UFRGS (1953), Guilhermino César era simplesmente sedutor. Sem saber muito português, eu adorava as aulas inspiradas e tinha a impressão que conseguia entendê-las perfeitamente. Quando via, porém, como ele embasava suas considerações sobre o Romantismo brasileiro e parte da literatura regional em Ossian, levantei o dedo e, movida por medo pelo admirado professor, formulei ingenuamente e sem muito conhecimento do decoro acadêmico, o que tinha aprendido na Alemanha: “Este livro é falso”. Nunca compreendi por que o intelectual tão versado não perdoou o faux pas de uma estudentezinha de visão limitada esperei em vão por um sinal de perdão.

Se acredito que chegou a hora de retomarmos a influência do(s) controvertido(s) livro(s)

⁴² Fundação a revista *Athenaeum* dos irmãos Schlegel; Friedrich Schlegel *Geschichte der aalten und neuen Literatur* (abordagem católica) 1815.

⁴³ Macpherson, James (1736-96) *Fragments of ancient poetry collected in the Highlands of Scotland from the Gallic or Erse language*. Edinburgh 1760. *Fingal* 1762. *Temora* 1763. *As obras de Ossian* 1765. (Primeira menção de Ossian em *Conversa dos Velhos* século coletânea de baladas século XVI).

⁴⁴ Auszug aus einem Briefwechsel “über Ossian und die Lieder alter Völker in: Von deutscher Art und Kunst, einige fliegende Blätter. 1773.

de James Macpherson entre nós, faço-o movida pela possibilidade de ler o cognome “Caldre e Fião” do médico-poeta abolicionista e patriota José Antônio do Vale com a ajuda de uma das técnicas de (re)ligar coisas as mais afastadas, comum entre os românticos de Jena: universalistas, como nenhum outro movimento literário de meu conhecimento.

Carlos Reverbél, biógrafo do primeiro romancista gaúcho, escreve:⁴⁵

José Antônio do Vale nasceu em Porto Alegre, a 15 de outubro de 1821. Bem mais tarde, em fins de 1849 (i. é. dois anos após a publicação de “A Divina Pastora”), ele acrescentaria ao nome da família os apelidos Caldre e Fião palavra de feição inusitada mas com raízes na toponímia lusitana. Ficara assim estabelecida marcada diferença entre o seu e os nomes do pai e avô (...) ambos de nacionalidade portuguesa.

O espírito universalista dos românticos de Jena se congratularia com uma possibilidade de ligar toponímia lusitana a bardos nórdicos! Mas

Não se conhece uma linha sequer sobre a formação intelectual de José Antônio do Vale. (op. cit. p. 240)

Como médico homeopata talvez se tenha interessado pela língua de Christian Friedrich Samuel Hahremann (1755-1843). Sua esposa, porém, era proprietária de um colégio no rio de janeiro, onde ele lecionava Francês, Italiano, Latim e Filosofia Comparativa, além de Filosofia Moral e Racional, bem como Ciências naturais para o último ano. São pouquíssimos subsídios, substanciados pelo artigo antológico de nosso garimpeiro mor Lothar Hessel, no Correio do Povo de 28.8.63. Mas deixem-me aplicar a vara mágica da filologia romântica e tentar uma “narrativa de integração” imaginando uma proposta de valores pré-democráticos para o Rio Grande do Sul e o Brasil do século passado. Ao escrever para três jornais do Rio de janeiro, o objetivo declarado de Caldre e Fião era “combater a escravidão” e os tiranos. Nos seus dois romances mostra preocupação explícita com a cobiça, quebra de palavra e falsidade na sociedade coeva. Décio Freitas destacou na Zero Hora de 13.6.1993: Caldre e Fião era contra a crueldade desmesurada na Revolução Farroupilha. Nosso confrade Lothar Hessel⁴⁶ referiu-se também a este aspecto. E humanitários e livres acima de tudo eram os heróis que seguiam Fionn (ou Finn), pai de Ossian, o bardo.

Efetivamente, a leitura anagramática do cognome CALDDRE E FIÃO resulta em FIANO RECAL(L)ED, FIANO CHAMADO A VOLTAR, FIANO ou FIÊNIO LEMBRADO. A grande variação de nomes escoceses e irlandeses dificulta a identificação. Atenho-me à irlandesa ao apresentar os seguidores de Fionn conforme os *Irish Fary Tales* (contos de fada irlandeses) de autoria de James Stephens (+ - 1880 - 1950, poeta ativo no movimento

⁴⁵ Caldddre e Fião, José Antônio do Vaale. *A Divina Pastora*. Romance. Rio de Janeiro 1847 / Porto Alegre, RBS 1992, p. 237.

⁴⁶ ver *O Partenen Literário e sua Obra* Porto Alegre, Edições Flama 1976. Gênes, Apogeu e Declínio do Tipo Gaúcho em *Caravelle*, Toulouse 1959(2)’. ver *Brava Gente* 2ª ed. Porto Alegdre, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha 1986.

nacionalista irlandês) cuja tradutora alemã⁴⁷ explica no prefácio de 1936:

Quem eram Fionn e sua Fiana, também chamados Fênios?
Quem eram Fionn e sua Fiana, também chamados Fênios?

Nos séculos da migração dos povos, no primeiro ao terceiro da era cristã, a Irlanda dividia-se em cinco reinados regionais unidos, por fim, sob um Grão-Rei que os governava a partir do castelo Tara. Ao lado dos reis ainda havia um outro poder amado e temido pelo povo e os próprios príncipes: Fianna, a organização dos Fênios. Constituíam eles uma casa de guerreiros livres, talvez surgida de bandos que resistiam à dominação romana. Diz a lenda que, mais tarde, um príncipe real se juntou a esses salteadores e guerreiros sem dono, assumindo sua liderança e assim, aos poucos, este bando perigos transformou-se numa casta orgulhosa, independente, com suas próprias leis, obediente a um chefe eleito. Os guerreiros da Fiana daquela era conturbada já se assemelhavam aos cavaleiros que mil anos depois surgiram como defensores do espírito cristão e ocidental. Eles viviam exclusivamente para a guerra, a caça e a aventura. Eram a espada do Grão-Rei que rechaçava os ataques dos Normandos, percorriam o país para castigar injustiças e socorrer os ameaçados. Severas são as condições de ingresso ao grupo desses eleitos. O candidato devia ser corajoso, hábil, ágil, rápido e submeter-se a duras provas. Ele jurava nunca ofender ou assediar uma mulher, nem receber dote da noiva, mas esposá-la somente por sua beleza, virtude e fino trato. Ele desistia da vendeta e liberava seu clã da vingança de sua morte. Era responsável apenas ao chefe e seus pares.

O líder inesquecível é Fionn ou Finn, um descendente da antiga e desprezada tribo dos Galuin, os habitantes primitivos da Irlanda, subjugados e escravizados pelos loiros invasores celtas. Apesar disso, tornou-se o herói nacional de seu povo, o preferido pelos trovadores até a longínqua Escócia. Era Fionn o belo, o guerreiro perfeito, o exemplar herói gaulês, o chefe generoso, o poeta, vidente e bardo. Segundo a lenda, ele viveu duzentos anos com toda a virilidade e mais trinta como frágil ancião, morrendo quando, para provar mais uma vez suas forças, tenta pular sobre um curso d'água e se afoga.

O filho de Fionn é Ossian⁴⁸, considerado o criador do infindável ciclo de canções sobre Fionn e a Fianna. Conta a lenda que ele sobreviveu seus heróis por cento e cinquenta anos e que, depois de morto, teria voltado à terra como faery para relatar ao missionário Saint Patrick, que conquistou a ilha verda para a cruz, os feitos dos antepassados.

Os monges irlandeses anotaram fielmente as sagas da Irlanda. Na “Ilha dos Santos”, como a Irlanda era conhecida na Idade Média, os homens da Fiana nunca morreram. “Se não se fala neles por vinte e quatro horas, eles se mostram para nos lembramos deles”, diz um provérbio e anciãos tiram o chapéu ainda hoje, ao ouvirem os nomes dos heróis.

Não é mais necessário acrescentar seu amor ao cachorro, para ficarmos com a impressão de que os fênios ou fenianos, em várias situações características, lembram os antigos gaúchos mitificados, idealizados, mistificados ⁴⁹. Antes de nos entusiasmarmos com uma possível proposta de espelhamento ou tentativa de empréstimo para a construção da

⁴⁷ Ida Frederike Goerres-Coudenhouve, Freiburg i. B., Herder 1936.

⁴⁸ Nome inventado por Macpherson para Oisín (irlandês), Oisean (escocês).

⁴⁹ ver “o gaúcho real” em e.o. Albeche, Daysi Lange. *Imagens do Gaúcho, História e Mitificação*. Porto Alegre. EDIPURS 1996.

identidade coletiva de homens fortes mas desorientados, na opinião de Caldre e Fião vale lembrar que não foi possível averiguar a recepção do controvertido Ossian entre nós. O tema do ladrão justo, do outlaw nobre em tempos de tensão política interna não é só dos Românticos, mas está presente como grande linha na literatura universal de perspectiva ocidental, desde o século XII, em Shakespeare, Tirso de Molina, Calderón. A partir do século XVIII surge o background da injustiça social propriamente dita no vasto campo pré e pós Revolução Francesa. O Goetz de Goethe (1774), Os Salteadores de Schiller (1781), veja o mote), Lord Byron⁵⁰ em *The Bride of Abydos* (1813) e *The Corsair* (1814)⁵¹, Walter Scott com *Rob Roy* (1817) e *Ivanhoe* (1820) surgiram em línguas que Caldre e Fião não lecionava. Quem garante que ele não conhecia textos em inglês e alemão ou traduzidos? *A Divina Pastora* (1847) e *O Corsário* (1849) são estudos de virtudes inseridos na vida quotidiana gaúcha coeva, e como tal possuem caráter didático. Com ou sem modelos estrangeiros, honra o professor Caldre e Fião o povo para o qual escreveu, mesmo tendo que esperar pela “justiça dos pósteros”(poema *Um lírio*⁵²). Seu nome ficou escrito em caracteres indelével⁵³ com ou sem minhas conjeturas, mesmo que tenha sido

⁵⁰ evocado no pseudônimo de Aquiles Porto Aaalegre (Manfredo) em *O Partenon Literário*, o. cit. p. 19.

⁵¹ lembrado por Guilhermino César no prefácio de *O Corsário*.

⁵² apud Maria Nadir de Freitas em *O Partenon Literário*, op. cit. p. 38

⁵³ “Caldre e Fião. *O Corsário*, Porto Aaaalegre, Ed. Movimento 1979, p. 78.

Cotidiano e Identidade

Flávio R. Kothe

Intróito

Quando falamos da imigração alemã, não falamos de algo distante ou fora de nós. Quando reconstituímos os passos de nossos antepassados, estamos interrogando a nossa própria experiência e o nosso modo de ser e de não ser, para evitar maiores prejuízos a nós e a nossos filhos, sem que, com isso, queiramos fazer nossa a “lei de Gérson”, de só tirar vantagem, que pôr tantos já foi considerada “tipicamente brasileira”. Quando saímos do Sul e andamos pelo Brasil, o tamanho de nosso corpo, a cor dos nossos olhos e cabelos, nosso modo de andar e pensar, tudo nos faz diferentes, nos torna estranhos, ou, como me formulou uma vez uma universitária mineira, “não bem brasileiros”.

O “ser bem brasileiro” tem uma definição institucionalizada no cânone literário, portanto imposta em todo o país através da escola: a partir das epopéias ditas nativistas do século XVIII, *O Caramuru e o Uruguai*, consagradas pôr Machado de Assis no ensaio “Instinto de nacionalidade”(escrito à época das grandes migrações, como reação também contra a progressista corrente literária que era o naturalismo francês), instituiu-se no romantismo o cruzamento do aventureiro português com a indígena como protótipo de brasilidade. Isso exclui o negro, o mulato, o imigrante e seu descendente. No Brasil, para passarmos de “não bem brasileiro a não “pessoa de bem”, basta atrapalhar os donos dos bens ou a pretensão de alguém na direção dos “bens”.

O cotidiano perdido: Hunsrück

Retornar ao Hunsrück era não só retornar à terra dos antepassados maternos, mas reencontrar a região de origem de grande parte dos habitantes do Vale do Rio Pardo e do Taquari. Num sábado, a 20 de maio de 1995, peguei um trem de Frankfurt a. M. na direção de Idar-Oberstein. St. Wendel, Saarbrücken. O retorno ao lar e o encontro do paraíso perdido havia se tornado menos impossível do que parecia. O que havia feito nossos antepassados abandonarem aquela região tão bela e tão fértil? Como podiam ter sonhado como paraíso um país onde sofreram tantas e tão variadas formas de discriminação e repressão? Podiam estas voltar a transformar em paraíso, para nós, teuto-brasileiros, a pátria que fora suficientemente ruim para fazer com que nossos antepassados a abandonassem para sempre? Na era da globalização, convém ainda ter a ilusão de uma pátria ou será melhor nos considerarmos apenas habitantes provisórios de uma região do planeta?

Enquanto o trem serpenteava o seu pesadume sucessivamente à beira dos rios Min, Reina e Nade, fiquei olhando as pessoas sentadas no vagão, percebendo aqui e ali tipos que lembravam pessoas existentes ou existidas na região do Vale do Rio Pardo. Os moradores da região não me viam como um estranho, quando uma senhora de idade, procurou obter de mim uma informação sobre conexões ferroviárias locais, senti-me, ainda que não soubesse a resposta, como alguém que tinha um abrigo no planeta, sensação que Porto

Alegre, São Paulo, Brasília ou Nova Iorque jamais me haviam repassado.

Para testar a reação, referi-me à tese do Prof. Achim Schrader, da Universidade de Münster, de que os alemães que haviam emigrado para o Brasil eram as pessoas mais atrasadas e primitivas, que não aceitavam a industrialização que havia ocorrido durante a segunda metade do século XIX, tendo optado por um país sem indústria (opinião, além de publicada, expressa no congresso do Instituto Histórico de São Leopoldo, em 1994). A opinião de Schrader causou espanto e mal-estar entre os alemães que me ouviam, pois - na opinião deles - não eram os piores elementos que tinham tido a coragem de largar tudo e ir para lugares distantes, mas membros selecionados da família, com o encargo de procurar recursos para ajudar aqueles que ficavam. Eram também os que queriam romper com a estagnação do meio e fazer alguma coisa da vida, lutando por um futuro melhor para si e os filhos. A região do Hunsrück havia sido, em meados do século XIX, atingida pela industrialização do Ruhr e muitas famílias, que viviam do artesanato, não podiam mais colocar os seus produtos no mercado. Ao se afirmar que haviam emigrado pôr serem pessoas atrasadas, eram tornadas culpadas daquilo de que eram vítimas. Criminalizar a vítima serve para os aproveitadores da situação continuarem parecendo acima de qualquer suspeita.

Um caszinho jovem meteu-se na conversa, quando perguntei como as pessoas da região encaravam o gesto daquelas que haviam ido embora para sempre. A resposta veio clara: a maioria havia saído por causa da repressão às propostas liberais de 1848, que hoje são admitidas como princípios básicos da moderna civilização democrática. Se os liberais tivessem vencido, a história mundial não teria sido tão trágica nem teria deixado os teutos marcados. E quanto à versão correndo à época de Bismarck, de que seriam “Landesverräter”, não, de maneira nenhuma podiam ser encarados como traidores, como aqueles que simplesmente abandonaram a pátria em época de perigo: em vista das dificuldades concretas e da impossibilidade de mudar as relações sociais e políticas vigentes, eles ao menos tinham tentado uma saída, ainda que difícil, mesmo indo para o lugar errado.

Em nosso vagão, viajava uma família de africanos, pretos retintos. Duas crianças negras estavam no colo de um casal de alemães, parecendo querer demonstra integração racial. Havia também um grupo de escravos, que viviam na região de onde os nossos antepassados tinham ido embora para sempre. Onde eles não tinham tido mais lugar, outros agora, de outros países, “iam para casa”. Tinham um lar no Hunsrück, onde nossos antepassados não tinham tido mais espaço, a ponto de se verem forçados a abandonar tudo: amigos, parentes, casas, lavouras, campos, árvores, rios, montanhas. Se as guerras de 1870, 1914 e 1939 haviam, sem querer, demonstrado, *a posteriori*, o acerto de sua escolha, não se garantia mais, agora, que tivessem garantido uma vida melhor, para seus descendentes, do que na terra contra a qual haviam voltado o calcanhar. O exilado pensa sempre em voltar; o emigrante queima os seus navios e não volta jamais. Ele é mais radical do que o exilado. A história se tornava enigma, não explicação. A sabedoria do calcanhar pode não se tornar sabedoria do dedão*.

Ditado pelas circunstâncias, anotei, então, o seguinte texto:

O emigrados

Nós somos aqueles que jamais
deveriam, dizem, ter existido
uns semi-cadáveres ambulantes
como que excessivos excessos
a procriar futuros cadáveres.

Enquanto os urubus pastam
nossas carnes, nossas vidas
os agora vitoriosos decretam
mais outra sutil decapitação
com a lâmina do acaso infiel
Nenhum rastro há de ficar
nessas lisas águas do rio
depois que a pedra afundar
na lama que cá as sustenta
e toda la nuestra academia.

Quem são esses, no entanto,
que com suas fundas e pedras
nos dizem que somos demais,
e somos excessivos excessos
se eles procriam fome e dor

Filhos do medo e da incúria,
navegamos por mares do nada
como se buscar coisa alguma
fosse todo Santo Graal nosso:
buscamos, plantamos, e somos.

Enquanto aqueles que nosso nada
festejam, decretam, inprocriam
fazendo resplandecer o seu sal
como se fosse a redenção final,
nós humildes plantamos batatas.

Plantamos ilusão, colhemos nada
e saímos assobiando pela estrada
como se fosse caminho e salvação”
ser apenas sombra é a nossa casa
sermos apenas papel, parco barco.

Da terra perdida

No dia 25 de julho de 1995, visitei Klopschen, Klobucz, a cerca de dez quilômetros de Glogau, na Silésia, de onde provinham os meus antepassados paternos. Há, no arquivo do porto de Hamburgo, uma declaração de embarque de algumas pessoas, datadas de 14 de maio de 1870: August e Johanna Kampe Kothe (com 44 e 43 anos de idade), duas filhas

(Hedwig e Louise, com 18 e 15) e dois filhos (Herrmann e August, com 17 e 13 anos de idade). Nele consta o lugar de origem da família: Klopschen. Um segundo documento foi encontrado no Arquivo Histórico do Colégio Mauá, graças à preservação, pelos maçons, durante os decênios e mais decênios em que os teuto-brasileiros foram perseguidos e discriminados, dos levantamentos feitos, há mais de 100 anos, por Carlos Trein Filho em toda a região de Santa Cruz: nele se confirma a data, o navio (Sal), o local de origem e a religião, localizando Hermann Kothe numa colônia de terras em Boa Vista, casado com a filha de Johann Beckenkamp, o “João da Ladeira”, oriundo de Berlim e que, segundo reza a tradição familiar, teria trabalhado na corte do Rio de Janeiro, como “Kutscher” (cocheiro) e como “Kammerdiener” (camareiro) do jovem Imperador Dom Pedro II, tornando-se inclusive pessoa de confiança, a ponto de acompanhá-lo quando ele saía em aventuras amorosas.

Quanto à saída da família Kothe de Schlesien para o Brasil, conta-se na tradição familiar que isso teria sido causado pela guerra de 1870. Para ser mais exato: por serem contra a guerra da Alemanha contra a França, eles teriam deixado o país antes que ela começasse. Foi esse o ponto de partida, para concentrar as buscas nos registros portuários em torno de 1870: se tivessem saído por Bremen, os registros estariam perdidos, aniquilados que foram durante a Segunda Guerra. O velho August Kothe não queria que seus filhos se tornassem bucha de canhão (Kanonenfutter). De fato, numa guerra a convocação podia ir dos 15 aos 50 anos, atingindo, portanto, 3 membros de uma família de 5 pessoas. Como podia, porém, saber que haveria guerra? - Além de essa ter sido uma guerra anunciada, o fato de Glogau ter sido o centro de casernas, destinadas a impedir o avanço do leste na direção de Berlim, foi iluminado.

Quando vi a lista dos moradores de Klopschen, de 1943, fiquei espantado ao ver que, numa aldeia de cerca de 800 habitantes, encontrei vários sobrenomes que estão bastante espalhados em Santa Cruz do sul: August, Beier, Fengler, Förster, Franz, Kliemann, Kothe, Fischer, Hilbig, Hoffmann, Jakob, Kampe, Krause, Meier, Müller, Schmidt, Scholz, Schulz, Sterz, Thomas, Wiedemann, Winkelmann, etc. Esses nomes existiram e existem, por certo, em outras partes da Alemanha, mas tantos nomes iguais em dois lugares tão pequenos não são acaso: indicam que, na segunda metade do século XIX, deve ter havido uma emigração sistemática da região de Glogau, na margem esquerda do rio Oder, para a região de Santa Cruz. As pessoas não emigraram geralmente para um lugar qualquer, conforme o acaso, mas para onde esperam encontrar amigos e parentes.

Na região de Glogau, os antigos nomes alemães foram, depois de 1945, todos mudados, para apagar a secular presença de teutos, passando a valer apenas os nomes poloneses. Os alemães foram todos expulsos de suas terras e casas pelos poloneses, assim como os russos os haviam expulsado de terras polonesas. Antigas fileiras de árvores dos dois lados da estrada talvez tivessem visto os passos dos nossos bisavós pelas leves ondulações de uma região basicamente plana. Era julho e havia flores esparsas na beira da estrada. Nos campos, viam-se plantados trigo, milho Raps (colça) e Zuckerrüben (beterrabas), tradicionais elementos da economia local.

O céu estava límpido, em azul profundo, sem nuvens, como se essa pacata paisagem quisesse tornar difícil imaginar quanto ódio e medo, ferimento e morte, destruição e tragédia teve aí o seu palco, sem ser apenas encenação e fingimento. Havia para nós uma tristeza pairando na placidez dos campos, nas árvores sem movimento. Respirava-se paz: a paz dos cemitérios, a placidez que o cidadão gosta de associar ao campo e que se desfaz

assim que se arranha a primeira superfície. Tentamos conversar com um camponês: ele não nos entendeu, como também nós não entendíamos uma palavra do que dizia. O tradutor explicou que a atual estação ferroviária havia sido a casa de uma rica família alemã, da qual também só existia ainda esse rastro de pedra, onde um dia namoraram casais, brincaram crianças, criados cumpriam suas tarefas.

Da estação seguimos para o “centro da cidade” por uma estreita rua asfaltada, sem calçadas dos lados: algumas casas antigas de material, com ar de solidez e segurança, sem luxo nem pobreza, altas a ponto de terem um segundo andar sob o telhado. Cercas feitas de ripas de madeira dividiam os terrenos, cercas que há 40 ou 50 anos ainda separavam os terrenos e galinheiros de Santa Cruz, para serem aos poucos substituídas por arame trançado e postes de cimento. Nos fundos das casas, via-se um gramado, alguns girassóis, um galpão. Galinhas ciscavam, olhando curiosas. Logo à beira do povoado começavam os campos cultivados. Aqui e ali trotava um trator; ao longe, um perfil de matos pouco densos. Aqui e ali, uma pessoa pela rua: não adiantava querermos conversar, pois só falavam polonês, ainda que muitos entendessem mais alemão do que gostariam que se soubesse.

No meio da vila, de repente, uma surpresa: no alto do tronco de uma árvore serrada, um ninho de cegonhas. O casal lá pousado: de suas asas, a metade era negra, mas brancas eram a cabeça, o pescoço e o dorso. Os pés pousando em cima de um círculo de pequenos galhos e ramos secos, pareciam cuidar de filhotes, mas esses eram um segredo incansável para nós. Pouco adiante, no alto de um duplo poste de eletricidade, em meio aos fios, um outro ninho. Imaginamos neles sinais de paz, tranquilidade, alimento, como não haviam tido aí nossos parentes de antepassados: após longas viagens e andanças, as cegonhas estavam lá, onde eles tinham vivido, provavelmente durante séculos, e onde nunca mais ninguém da família havia posto os pés. Tinham ido para onde havia garças, socós e biguás, mas não cegonhas: Störche haviam, no entanto, povoado as histórias de nossa infância.

Nem os túmulos com os nomes alemães restaram. Havia sido varridos como se jamais um alemão tivesse aí vivido. No alto da torre da igreja, encontramos atirada uma “Tafel”, com nomes de habitantes de Klopschen que haviam sido mortos pelas tropas napoleônicas. Da centena de pessoas que havia morrido em 1945, nenhuma notícia. Ao sairmos da igreja onde nossos antepassados tinham sido batizados, casados e encomendados, topamos com um grupo de alemães: era uma antiga habitante de Klopschen, que vinha mostrar o lugar à filha e ao genro. Nem os mortos escapam à sanha destrutiva dos vencedores. Tinham morrido como que duas vezes, havia-se feito *tabula rasa*, como se nunca nada germânico tivesse existido. Era preciso estar satisfeito - dizia a antiga moradora - por simplesmente se estar vivo. “Wir sind einfach die Überlebende” - eis o que ela dizia (“Somos simplesmente os sobreviventes”), para acrescentar a seguir: “hoje estamos satisfeitos por ao menos podermos voltar aqui onde uma vez vivemos, e mostrar aos nossos descendentes onde um dia foi o nosso lar e a nossa pátria. Este ano, em maio, inauguramos essa placa aí. Se bem me lembro, havia gente da família Kothe presente. No ano que vem, em maio, vamos ter outro encontro aqui”.

Nos arquivos da região, só encontramos alguns documentos do final do século passado, registrando casamentos entre famílias quem também existem em Santa Cruz, mas nada que fosse anterior a 1895. Dos nossos antepassados, por mais que procurássemos, nada mais encontramos, como se jamais tivessem existido. Com a sua duplicada ausência, nós nos tornávamos como que fantasmas de nós mesmos, de algum modo também atingidos pela

sanha destruidora da história. Restava saber para que ainda havíamos retornado.

Da guerra e do Destino

Foi fatal para Glogau o militarismo prussiano ter sediado nela algumas casernas ligadas subterraneamente entre si e capazes de abrigar até 70.000 soldados. Na Segunda Guerra, a cidade foi bombardeada por 6 semanas, dia e noite, pelo Exército Vermelho. Acabou sendo destruída 98%, portanto mais que qualquer outra cidade alemã. Nem toda a destruição ocorreu durante o bombardeio: boa parte foi feita após a tomada, por causa da resistência que ofereceu e dos muitos soldados russos que, além dos alemães, nela perderam a vida. No Tratado de Yalta, havia sido fixado que a fronteira ficaria no rio Oder. Só que esse rio aparece duas vezes. Conta-se que a fronteira alemã deveria ir até o Oder junto a Glogau, mas que Stálin, depois da guerra, para compensar as regiões da Polônia anexadas à União Soviética, resolveu impor que devia ser o rio Oder junto a Frankfurt am Oder. Como Churchill não foi reeleito na Inglaterra, perdeu-se a única chance - eventual e pouco provável - de que se mantivesse o que antes havia sido acertado. Assim, a região de Glogau passou a fazer parte da Polônia, e não mais da Alemanha.

Isso teve conseqüências sérias para as antigas famílias alemãs da região: por volta de 1947-48, como aconteceu também na Pomerânia, na Boêmia e nos Sudetos, milhões de pessoas foram todas expulsas, de um dia para o outro, pelos poloneses e pelos tchecos, tendo de deixar para trás as suas terras, casas, utensílios, gado, animais domésticos: tudo, exceto a roupa do corpo e o que cabia na mala. Nas casas onde construídas por alemães passaram a morar poloneses, trazidos de outras regiões, tomadas e anexadas pelos russos. Os remanescentes dos antigos habitantes de Klopschen vivem hoje espalhados, com seus descendentes, por lugares diversos: Dresden, Kamens, Priestitz, Crostwitz, Cottbus, Neustelle, Berlin, Elsterwerda, Köln, etc. Em suma, espalhados aos quatro ventos, como numa dispersão.

Há cerca de 5 anos, além de se estar reconstruindo parte da cidade nos antigos moldes, estão ocorrendo encontros entre os antigos e os novos habitantes de Klopschen. É espantoso que tenham procurado reunir-se novamente e que, a cada ano, antigos moradores estejam fazendo uma peregrinação ao lugar de onde todos se originam: os mais velhos - remanescente que estão desaparecendo - fazem questão de levar seus filhos, netos, noras e genros para conhecerem a região de onde foram “vertrieben”, exilados, mandados embora à força depois da guerra. Trata-se sobretudo de uma viagem sentimental, uma transmissão de consciência dos fatos aos mais jovens. Isso não quer dizer que acham a história boa: pelo contrário, a história toda foi o que não devia ter sido, a começar pela derrocada da Revolução Liberal de 1848 (que é determinante de toda a segunda onda de imigração teuta e constitui o núcleo utópico do modo de organizar as colônias), pelo avanço do militarismo prussiano e do nazismo, com seu expansionismo anexionista. Os novos habitantes de Klobuczin, os poloneses, encaram-se também como vítimas da história, não como algozes, pois haviam perdido as suas casas, terrenos e coisas em outras regiões, muitas vezes tomadas pelos russos: querem que se encare o que tomaram como uma espécie de compensação às perdas. O encontro entre esses dois grupos étnicos, lingüísticos e culturais - inclusive com graves dificuldades de se entenderem em termos de língua - chegou ao ponto de alguns antigos moradores de Klopschen terem se hospedado e dormido por uma noite na mesma casa em que eles e seus antepassados haviam vivido.

Embora os antigos emigrantes da região tenham condenado os seus descendentes a

sofrerem muitas formas de discriminação, destruição espiritual e aniquilamento de sua língua e cultura, no Brasil os descendentes dos povos alemães do leste não sofreram na carne processos tão violentos de destruição e aniquilamento quanto os seus parentes. Pode-se tanto supor que venderam a alma para salvar o corpo quanto que, por já serem diferentes do seu meio (especialmente do militarismo prussiano, tão presente naquela área), ao tratarem de ganhar nova alma, acabaram salvando a vida de boa parte de seus descendentes. Que eles tivessem saído da Alemanha por causa do militarismo autoritário alemão, em nada impediu que, no Brasil, tivessem sido perseguidos e discriminados (especialmente pelo fascismo brasileiro) por serem suspeitos de “nazistas”.

Os teuto-brasileiros descendem na maior parte de povos que viveram em territórios confiscados à Alemanha através da Primeira e Segunda Guerras: eles se originam basicamente do leste alemão (Pommern, Schlesien, Sudeten, Böhmen) e do sudoeste (o grande Hunsrück, abrangendo, além do atual Hunsrück, o Saarland, a Alsácia-Lorena). Quer aceitem isso ou não, quer festejem o Oktoberfest como se fossem bávaros ou não, de fato são sobreviventes de holocaustos, de genocídios, de aniquilamentos em massa. Podem não gostar disso, podem tentar calar a respeito, como o fizeram a maior parte dos velhos que deixaram de repassar tais informações a seus netos, mas o modo de encarar a história e a própria vida pode alterar-se com essa consciência, que deveria ser ministrada nas escolas, ao invés de se omitirem os fatos, como se deixassem de ter ocorrido por serem ignorados.

Da identidade diferenciada

A identidade nossa de cada dia é determinada historicamente e não corresponde nunca à visão que possamos ter de nós mesmos. Também não é o outro, mesmo quando dominante, que diz com exatidão o que somos ou deixamos de ser. Para quem flutua entre duas culturas, como os teuto-brasileiros a flutuarem entre a alemã e a luso-afro-índio-brasileira, a identidade, como confluência de diferenças e diversidades, se torna com mais clareza e vigor um processo de contradições, longe daquilo que a lógica analítica procura definir como um $A = A$, sem que seja dado um terceiro. A lógica escolástica, que a todos nós foi tentado impor como estratégia da tradição metafísica, escamoteia a observação hegeliana de que, se digo que A não pode ser $+A$ e $-A$ ao mesmo tempo, já se tem um *tertius* aí, sob a forma do primeiro A , que ainda não recebeu a determinação positiva ou negativa, e que tanto pode ser um como o outro, quanto pode ser os dois, positivo e negativo ao mesmo tempo, e talvez inclusive nenhum deles, tratando de abrir caminho para uma outra alternativa, não prevista *a priori* no esquema.

A nós teuto-brasileiros, foi tentado impor uma “identidade brasileira” que vai além da carteira de identidade e do passaporte, tornando-se imposição de um modo restrito de ser e pensar, de língua, costumes e tradição, inventado pelos românticos, imposto pelos fascistas e realizado às custas da morte da identidade e da cultura que trouxeram os antepassados. Quanto mais se vivência o país, mais se descobre, porém, que não somos “bem brasileiros”, que temos em nós uma diferença, a começar pela diferença física, que não cabe naquilo que se tem entendido como “tipicamente brasileiros”. Foi-nos ensinado, na escola, a nos envergonharmos dessa diferença, tratando de esquecê-la, assim como os nossos avós tentaram nos ensinar a ter orgulho dela, não deixando extingui-la. No Brasil, somos alemães; na Alemanha, brasileiros. Somos nada e coisa nenhuma; e, entre nada e coisa nenhuma, temos de definir a nossa identidade como diferença. Há, porém, espaço e sentido para ela?

A maioria dos teuto-brasileiros descende de povos que vem sendo inexoravelmente extintos na Europa - pomeranos, silésios, sudetos, boêmios, lorenos, alsacianos alemães - , mas não tem nem quer ter consciência disso. Assim que os últimos remanescentes morrerem, ter-se-á completado o ciclo histórico, do qual o Estado alemão procura não tomar conhecimento. No Brasil, essa consciência também tem sido sistematicamente reprimida, tanto pelo Estado quanto pela escola e a Igreja, e inclusive pelos próprios teuto-brasileiros. Eles são levados, então, a se identificarem com a cultura dominante mais próxima, o tipo gaúcho do sul do Jacuí, e ficam dançando fantasiados nos CTGs, usando bombacha e virando trovadores, ou se identificam com o estereótipo dominante do alemão, o bávaro, e daí celebram a *Oktoberfest*, usam calça curta de couro e erguem canecões de cerveja, embora não tenha quase havido imigração bávara no Brasil. Há o assumir como própria uma identidade e uma história alheia, sem ter consciência do seu próprio destino. É o que Heidegger, em *Sein und Zeit*, caracterizou como “alienação”. Isso leva a uma existência falsa, a uma falsificação de valores, a um desperdício da própria vida, a erros acumulados na errância inerente à existência humana. Assumir como própria uma identidade alheia leva a desperdiçar a própria vida e identidade, a acumular erros e enganos no cotidiano.

Ao contrário do que se diz em obras como *Canaã*, que, como outras do cânone, pretendem dizer o que somos para melhor nos falsificarem e difamarem, a geração dos nossos avós e bisavós decidiu calar sobre a nossa origem, sobre os fatores que determinaram os seus passos. Eles geralmente não falavam com os netos e bisnetos a respeito, como em geral não costumavam falar sobre nada, já que pertencia à sua cultura uma distância absoluta entre os mais velhos e as crianças, exigindo-se destas um temor reverencia que eles apelidavam de “respeito” e que em geral não era mais que “temor”. Os pais, ou já não sabiam quase nada, ou também tendiam a calar, como se o silêncio fosse a melhor solução. Em Santa Cruz do Sul, foi instalado um quartel por volta de 1940, não para defender o território nacional mas para vigiar e controlar a população local. Uma prima minha, com quatro anos de idade, foi então retirada de casa e internada no colégio das freiras porque só falava alemão. Um dia, caminhando com duas freiras pela praça central, ao perguntar algo em alemão e não atendendo às advertências das freiras para que calasse, viu-se perseguida por soldados com baioneta calada. As três correram e conseguiram se refugiar dentro do Colégio Sagrado Coração de Jesus. No mesmo quartel, em 1964, à época do golpe militar, foram interrogadas as lideranças estudantis da cidade.

Quase nunca, há cinqüenta anos, o nome “Glogau” se fazia ouvir, mas sempre envolto em segredo, terror e piedade, no prédio em que vivíamos como o meu avô: até hoje continua imperando, de um lado e de outro, a lei do silêncio. O Estado brasileiro jamais admitiu nem reconheceu as injustiças que praticou contra os descendentes de imigrantes, especialmente os alemães. Até hoje postula que apenas defendeu a integridade do território nacional, como se ela tivesse alguma vez sido posta a perigo por eles. Os descendentes de alemães procuram, por sua vez, esquecer o passado, fazendo de conta que são “bem brasileiros”, embora esteja “na cara” que não o são, pois impera um padrão - consagrado na literatura - de que “O brasileiro” precisa ter algum sangue negro ou/é índio, mais sobrenome português. Eles prometem hoje, em segredo, a si mesmos que “ainda vamos chegar lá”. O imperialismo da identidade e o sufoco da diferença, inerentes à política de assimilação, não permitem nem toleram outra alternativa. Os teuto-brasileiros entre si podem se enganar, acreditando no que lhes tem sido apregoado nas escolas, mas basta saírem do Sul do país para sentirem na carne a diferença.

Do preceito e do preconceito

No Brasil, além de se ter o preconceito de não ter preconceito, só se admite, eventualmente, a existência de alguma discriminação contra o negro, o que serve para reforçar o movimento afro. Há, no entanto, preconceitos contra todos: o português é burro; o alemão, nazista, arrogante, prepotente e perigoso; o judeu, sovina; o “turco”, isto é, o “árabe”, malandro e inconfiável; o italiano, fanfarrão e boca-grande; o polonês preguiçoso e cachaceiro; o japonês, tem pinto pequeno, e assim por diante. Só se salva “O brasileiro”, que sempre é mais esperto, inventivo, simpático. A inteligência se reduz à esperteza, o trabalho é para os trouxas, a malandragem se torna princípio ético.

Não por acaso os nossos antepassados não queriam ser “bem brasileiros” no sentido de assumirem como sua uma pseudo-identidade luso-afro-índia. Iludiam-se, porém, ao acharem que, em suas comunidades fechadas, não ficariam marcados como “alemães”: em geral até se orgulhavam disso, e quase todos, considerando-se “brasileiros”, tentavam passar ao largo do rótulo “alemão = nazista”, rótulo que é anterior ao nazismo e independente dele, significando algo como arrogante, prepotente, ameaçador, bárbaro, destruidor, genocida, tapado, autômato, etc. Este rótulo está profundamente inserido no inconsciente coletivo brasileiro. Sob a aparência de ser provocado pelas atrocidades cometidas pelos nazistas, dentro e fora da Alemanha, e pelos milhares de filmes americanos, ingleses, franceses sobre a guerra, repetindo e como que demonstrando o que a imprensa inglesa e francesa difundia sobre os alemães, temendo que a unificação alemã de 1870 colocasse em perigo o seu próprio imperialismo, o negativo que já se dizia sobre “os alemães” foi se reforçando dentro do Brasil à medida que as “colônias alemãs” iam progredindo e teuto-brasileiros passavam a disputar espaço nas universidades, na política, na vida cultural, na economia. Nietzsche foi um inimigo do anti-semitismo e do nacionalismo germânico: nem por isso tem deixado de ser visto como filósofo do nazismo.

Qualquer discriminação feita, em tal constelação, contra um teuto-brasileiro é como um gesto de redenção um gesto de justiça universal, à medida que põe “no seu devido lugar” quem, se tivesse mais poder, representaria uma ameaça “para toda a coletividade” (de fato, porém, apenas par a oligarquia tradicional). Isso foi institucionalizado e praticado abertamente em 1919 e 1938, mas continua sendo exercido. Sempre que um teuto-brasileiro passa a interferir nos interesses de grupos, surge o rótulo “nazista”, de um modo explícito ou implícito, seja em São Paulo, Brasília ou qualquer outro centro de poder. Basta ela se preocupar com a sua origem e os seus antepassados que já surge a desconfiança, recôndita ou explícita, de que se trata de um “movimento nazi”. Não há “fatos”, mas apenas “interpretações”: sempre um corte, uma tentativa de acabar com qualquer pretensão de grupos marginalizados no sentido de desenvolverem os seus potenciais.

Isso não significa que loiras não tenham êxito na televisão ou na publicidade. Elas corporificam dois mitos: o da princesa encantada e o mito da *femme fatale* de Hollywood. Por volta de 1980, as empresas de publicidade descobriram que o brasileiro prefere a loira à mulata: daí passaram a usá-la nos anúncios, atrizes e apresentadoras do tipo “nórdico” foram promovidas na televisão. Os machões latinos querem faturar loiras, assim como querem castrar os machos. Que os homens loiros, altos e de olhos azuis sejam atraentes para as mulheres brasileiras é mais um motivo para os machos latinos tratarem de acabar com eles, o que é facilitado pelo patriarcalismo e machismo tradicionais. Diante do

preconceito e da discriminação, não há muito que se possa fazer. Não adianta querer dar explicações; denunciar, não se consegue; processar, a nada leva. O nazismo impôs às pessoas de sangue alemão um estigma que há de perdurar pelo resto da história. Muitos - e não só judeus - se sentem no direito de vingar a injustiça histórica, colocando “as coisas no seu devido lugar”. Toda injustiça parece retificação de uma injustiça maior: e, quem rouba de ladrão, supõe ter cem anos de perdão. Não se reconhece qualquer discriminação. Quanto mais os oligarcas “fazem mal”, tanto mais fortes se mostram, tanto mais são respeitados.

Se não há, o que dizer diante do preconceito, é ilusório supor, por exemplo, que temos de, no plano profissional, nos esforçarmos para “sermos os melhores”, os mais sérios e competentes. O sujeito pode até mesmo ser “o melhor” em termos profissionais, mas isso não quer dizer que, nos concursos públicos em que bancas examinadoras decidem através de entrevistas pessoais e os candidatos não têm possibilidade de solicitar a revisão das provas a nível de conteúdo, eles acabem sendo de fato preteridos. São preteridos, a um pretexto qualquer. As universidades públicas brasileiras abundam em exemplos desse tipo de discriminação. A pior forma ocorre quando alemães e teuto-brasileiros passam a discriminar teuto-brasileiros porque temem a sua concorrência profissional: fazem a política da oligarquia luso-brasileira e acham que, com isso, são admitidos dentro dela. Traem o espírito de solidariedade que os nossos antepassados souberam cultivar e que vem sendo rapidamente perdido. Disso também há exemplos.

Se o grandioso da imigração alemã - embora jamais reconhecido pelo pensamento histórico e político luso-brasileiro, nem mesmo pela sua esquerda - foi o heróico esforço de, antes de haver condições reais para tanto no país, concretizar os princípios básicos da revolução americana, da revolução francesa e liberal, de igualdade, liberdade e fraternidade (o que determinou a organização das colônias, desde o fato de serem do mesmo tamanho, proibirem o trabalho escravo, organizarem uma rede de assistência educacional, esportiva, cultural, sanitária e uma prática objetiva de fraternidade), esses princípios têm sido paulatinamente violados, esquecidos e vilipendiados com o processo de assimilação. Os políticos que representam as regiões de colonização alemã têm sido em geral “conservadores”, não, porém, no sentido de tentarem “conservar” os princípios seguidos por seus antepassados, e sim no sentido de abrirem caminho a uma desigualdade social crescente, apoiarem governos ditatoriais e até usarem grupos e indivíduos marginais para atacarem a quem supusessem no seu caminho.

Claro é que essa “decadência crescente” dos “bons valores pretéritos” não nos deve espantar, se, por um lado, conhecemos a natureza humana e, por outro, não temos uma visão idealizada do passado. Desde o começo da colonização, alguns não eram tão “iguais” quanto os outros: os evangélicos, por exemplo, foram discriminados e submetidos a formas várias de humilhação pela ação da Igreja Católica. Desde o começo, os pais, não tendo escravos, trataram muitas vezes os próprios filhos como escravos: já bem pequenos eram obrigados a trabalhar acima de suas forças, não recebiam remuneração nem roupas adequadas, eram açoitados quase cada dia ao menor pretexto, a ponto de muitos terem ido embora do seu lugar de origem por causa da vergonha e da humilhação que haviam passado em sua comunidade. Desde o começo, o sistema educacional não permitia outra saída para o estudo mais avançado senão seminários da Igreja e, eventualmente, o exército. Desde o começo, todos tinham pavor de ficarem doentes, pois temiam a espoliação que sofreriam dos médicos, que, poucos anos após de formados, já eram contados sempre entre os membros mais ricos da comunidade, etc.

Dos ideais perdidos.

Ao contrário do que ocorre no cânone literário luso-brasileiro (de modo típico em Gonçalves Dias e José de Alencar, com a idealização do índio e do conquistador luso), não convém cultivarmos ilusões quanto aos nossos antepassados, ainda que admiremos o seu esforço, a sua capacidade de trabalho e até consideremos justos os princípios morais que nortearam a sua vida e a organização de suas comunidades. Os belos ideais se foram, estão quase mortos, enterrados numa crescente diferença social, submissão à tirania do discurso do Estado e da cultura de massas, na falta freqüente de uma luta solidária, de uma fraternidade efetiva. Nas empresas familiares, acumulam-se as histórias de um irmão passando a perna no outro, gerando ódios mortais. Cada um quer enriquecer às custas de outro. A igualdade não é mais um ideal, nem mesmo em termos abstratos: sequer se procura dar chances iguais a todos e, com o acúmulo de riquezas em poucas mãos, cada vez é menor a igualdade de oportunidades.

Nossa geração é testemunha do aniquilamento dos ideais que nortearam a fundação das colônias. A inserção crescente na história do Brasil foi um lento estrangulamento deles. Mesmo assim, as zonas de colonização alemã constituem uma sociedade melhor e mais desenvolvida e justa do que o resto do país, provando que a utopia original era viável e rentável, embora incapaz de modificar o país, como o rabo é incapaz de sacudir o cão. Seus melhores representantes não tiveram qualquer chance de transformarem tais princípios em sistema organizacional por todo o país, continuamente postos sob a suspeita de quererem ser dominadores, menosprezados pelos investimentos do capital alemão, que sempre deu preferência a regiões do país, como São Paulo ou Minas Gerais, onde quase não havia teuto-brasileiros. Nessa circunstância, essas colônias viram-se condenadas à traição e ao estrangulamento paulatino dos princípios que nortearam a sua organização inicial. O que teve vigência por cerca de um século e três gerações, ostenta a sua extinção diante dos nossos olhos, atônitos ou insensíveis.

A coragem do pensamento em ação que norteou os pioneiros alemães perdeu-se grandemente entre os seus descendentes, que não tiveram mais a coragem de se manterem fiéis aos mesmos princípios, têm até hoje medo de discutir essas questões e colocá-las diante do país. Sempre se consideraram “hóspedes” do Brasil, como se tivessem ganho qualquer coisa de graça, mas nunca pensaram, como qualquer hóspede, quando chegaria a hora de arrumarem as malas e procurarem montar a sua própria casa. Não havia mais casa para onde retornar. Eram judeus errantes, que não sabiam que estavam em errância e que teriam para sempre em si o estigma do “judeu”, ainda que aparecessem como o seu oposto.

O fato de sermos em grande parte descendentes de culturas extintas e povos em extinção na Europa como que nos deixa em situação de maior fraqueza, condenados à morte espiritual, além da morte natural de cada um. Ou seja, sem qualquer direito à existência, como se não houvesse mais um refúgio para onde, se nada mais desse certo, fosse possível voltar. Isso nos confere, no entanto, uma estranha forma de liberdade, predestinados a sermos cidadãos do mundo. Hardi Martin contava que, nas raras cartas antigas dos primeiros imigrantes que ainda conseguira salvar em Santa Cruz do Sul, havia mais de uma vez lido a expressão: “Wir können sowieso nicht mehr zurück”. Motivos para não mais poder voltar poderiam ser: perda da cidadania alemã, após dez anos de ausência; a emigração sem a devida licença das autoridades; a recusa ao serviço militar; a falta de

dinheiro, etc. Um refúgio para onde voltar, onde fossem esperados e benquistos, parece que nunca tiveram, nunca houve. Apenas alguns puderam voltar ao seu lugar de origem, aos seus familiares.

Não deve haver na Alemanha um único monumento ao emigrante. Os descendentes de alemães da antiga União soviética foram recebidos de volta - mesmo após 250 anos de separação - , com direito a casa, comida, roupa lavada, curso de língua e um ano de salário, mas esse direito não foi estendido à América Latina, ainda que esta também tenha tido ditaduras e perseguições. Assim que se assegurou a derrubada da hegemonia comunista, a Alemanha Federal tem passado, porém, a inibir a emigração de volta dos “Wolgadeutsche”, pois já tem milhões de desempregados: nunca se tratou, portanto, basicamente de uma solidariedade teuta, e sim de um combate ao comunismo, ou seja, de uma política de direita.

O período da ditadura militar, de 1964 a 1985, deu à Alemanha muitas oportunidades para defender os princípios democráticos e os direitos do cidadão. Milhares de descendentes de alemães foram, por toda a América Latina, ameaçados, perseguidos, torturados e mortos. Não houve uma política sistemática da RFA no sentido de proteger os descendentes teutos nem os perseguidos em geral. Os interesses econômicos sempre foram colocados acima dos princípios morais e políticos. Dentro da República Federal da Alemanha, não houve , mesmo à época do “milagre econômico”, quando abriram as portas do país a “Gastarbeiter” de todo o mundo, uma política no sentido de receber os descendentes de alemães espalhados pelo mundo, em especial os que estavam sofrendo as condições do terceiro mundo. Houve espaço para turcos, italianos, portugueses, gregos, iugoslavos e assim por diante: não se abriu, porém, espaço para aqueles que, pela origem, carga étnica e cultura tinham mais afinidades com o país. Talvez isso tenha sido feito inclusive por determinação dos Aliados.

Em Berlim Ocidental, por volta de 1970, havia talvez uns vinte ou trinta brasileiros na cidade; vinte anos depois, uns mil e quinhentos. São evadidos da estaglaflação decorrente em grande parte do regime militar, que impediu o país de procurar em tempo melhores alternativas. Raramente algum tem antepassados alemães. Hoje há milhares de brasileiros a viverem na Alemanha: é possível que a proporção de teuto-brasileiros não ultrapasse o seu percentual no Brasil. É mais fácil se acostumar a um país mais adiantado do que regredir a um país relativamente mais atrasado. O Brasil continua sendo um espaço privilegiado dos investimentos de capital alemão, mas isso não tem nada a ver com a imigração teuta. O capital alemão no Brasil, na forma de seus executivos, não gosta de ser lembrado que há preconceitos contra os alemães: prefere que se diga que os germanos são admirados por sua organização, capacidade de trabalho, correção. Há elementos objetivos nisso, junto a população, mesmo quando não se estendem à elite cultural do país. Não correspondem, no entanto, à experiência secular daqueles que, nascidos e criados dentro do país, precisam enfrentar as condições internas, sem serem considerados endinheirados visitantes, que é preciso cortejar para se obter alguma vantagem. Os alemães que fazem turismo sexual no Nordeste corporificam o estereótipo de quem pode levar tudo sem sofrer nada: para as miseráveis, corporificam, sem querer, uma hipotética porta de saída, sem vivenciarem o país como cemitério dos sonho dos antepassados.

O que surpreende em nossos antepassados é - descontada a ingenuidade de acreditar na exagerada propaganda dos agentes governamentais brasileiros que agiam na Alemanha, prometendo mundos e fundos para quem imigrasse - a sua ingenuidade, de acreditarem

que poderiam concretizar efetivamente a utopia da revolução liberal, fracassada na França e na Alemanha em 1848, num país dominado por latifundiários escravagistas, que os primeiros alemães, de 1824, haviam apoiado a ponto de ajudar a sustentar um Estado recém fundado e ameaçado pela reação portuguesa. Como puderam eles acreditar que era possível concretizar, a partir de 1849, o sonho liberal e social-democrata num país cujo modo dominante de produção não era nem ainda propriamente feudal e muito menos capitalista? Será que a precariedade das fronteiras serve para justificar um experimento tão revolucionário exatamente numa região relativamente próxima à fronteira? Ou os latifúndios ao sul do Jacuí formavam uma pinça que os prendia?

As pessoas querem, no entanto, saber de onde e por que vieram: elas têm o direito e o dever de sabê-lo. A verdade liberta, ainda que doa. Tanto mais liberta quanto mais dói. Por isso, seria preciso reformar o ensino e o funcionamento dos órgãos de cultura da região Sul. A dupla tragédia da emigração e da imigração é olvidada, reprimida, ou apresentada como um feito épico, num processo semelhante ao que o cânone literário brasileiro faz com os escolares de todo o país. Não por acaso prepondera hoje a pseudoliteratura de auto-ajuda, num público que foi acostumado a cultivar o narcisismo étnico com a literatura que lhe foi ensinada na escola. É inclusive para as novas gerações saberem se orientar no cotidianos, não assumindo como sua a história alheia e uma identidade alienada. Isso significa reler a história brasileira e reavaliar a cultura vigente. Um passo para nós necessário é reencontrar a origem, pôr os pés onde pisaram nos nossos antepassados.

Se não há mais razão coletiva em função da qual se possa viver - seja por causa da morte das coletividades, seja por causa da morte dos ideais -, não há mais razão também para tornar público qualquer pensamento, tornar coletiva qualquer ação. Cerra-se a boca, encerra-se a ação. Pode-se aceitar a morte e a auto-extinção como se fossem uma bênção: não há mais razão para viver. Como tantos teuto-brasileiros já têm feito, pode-se fazer de conta que se está vivendo, enquanto se vegeta diante da televisão. Nada mais se diz, porque nada mais faz sentido, mas o absurdo também não é então questionado, como se as perguntas fossem fogo. A limitação da fala torna-se um alívio; toda a palavra, apenas uma despedida.

Vários colegas da Faculdade de Filosofia da UFRGS, de 1965 a 1968, foram embora para sempre do Brasil, à época da ditadura militar: os politicamente mais ativos tiveram de sair do país para não serem torturados e mortos, mas a maioria desses acabou voltando. São apenas o sintoma de uma questão maior que um destino individual. Os emigrados deixaram a sua ausência e, ainda que floresçam as cidades gaúchas e as pessoas corram apressadas pelas ruas, acreditando na prosperidade e perseguindo o seu sonho de felicidade, é possível mirar as sombras daqueles que poderiam estar aí e não mais voltaram: recriam o abismo romântico entre o ideal e a o real. O “*fliegender Holländer*” de Wagner ainda esperava que um amor fiel viesse um dia salvá-lo da navegação infinita pelos mares do acaso, assim como Filocteto esperava que a pátria em perigo viesse procurá-lo para organizar a salvação. Ninguém vai chamar os teuto-brasileiros, para “salvarem a pátria”, enquanto supura a ferida que neles foi aberta pela flecha do fascismo de lá e de cá.

O “holandês voador” tornou-se um “navio fantasma” na língua dos lusos: uma presença que é pura ausência. Não há mais desencontro porque nunca houve encontro. Não há mais trágico desastre na inserção da cultura dos imigrantes alemães no Brasil porque nunca houve real probabilidade de inserção. Para salvar o corpo, a pretexto das duas guerras

mundiais e do papel de vilão na história desempenhado pelos teutos, a imigração alemã vendeu a sua alma; mesmo sem as guerras, teria sido obrigada a isso pela “política de assimilação”, de alinhamento da diferença e imposição de uma só identidade, cujas origens se encontram na Reconquista portuguesa e que foi celebrada por Camões.

Sempre parece um mau negócio vender a alma ao diabo. Tudo já estava, porém, perdido antes mesmo de começar. A esperança pousava na ilusão; a utopia era, sobretudo reação à negatividade da circunstância que a gerava. Acreditou-se porque se precisava acreditar, porque se queria acreditar, ainda que fosse absurdo. A emigração alemã para o Brasil foi um trágico engano histórico, que parece desmentido em cada sorriso num olhar verde-azulado que se encontre pelas ruas do Sul. É o sorriso ingênuo de quem não sabe que tinha uma alma a vender para o diabo. Não se sabe o que se perdeu se a herança não chega à pessoa. Pode até ser que, se ele a tomasse, não faria diferença nenhuma, substituível que é pela primeira prótese fornecida pela escola brasileira e reforçada pela cultura de massas.

Os brasileiros de origem alemã perderam a língua, as danças, a música, o teatro, os valores, a cultura e a identidade dos antepassados. Não trouxeram, não lhes foi permitido trazer, praticamente nenhuma palavra à língua falada no Brasil, nenhuma contribuição cultural relevante. No máximo, com a *pax romana* instituída ultimamente, foi-lhes permitido cultivar a sua “Oktoberfest”, onde, vestidos de *Lederhosen* e levantando os canecões de *Bier*, ostentam publicamente a caricatura de si mesmos, a vulgarização que os mostra e demonstra como bobos alegres. Os revolucionários de outrora se revolvem em suas tumbas, mordendo a grama pelas raízes para não gritarem o fracasso de suas esperanças, a inutilidade dos seus esforços. Como eles não têm mais cordas vocais, nada mais se ouve, tudo é apenas fantasia. O vento que sopra sobre suas sombras parece apenas aplaudir o ridículo e o fracasso a que fomos reduzidos, a que nos deixamos reduzir.

Anexo

*) Retorno ao Hunsrück: Idar-Oberstein

Na região do Idar-Oberstein, em meados do século XIX, o esgotamento das minas de pedras semi-preciosas da região, especialmente ágatas, havia levado à emigração e à busca de matéria-prima no Rio grande do Sul, para que as famílias pudessem continuar produzindo o seu artesanato. Muitas famílias haviam decidido, naquela época, mandar um membro para o Brasil, para que procurasse pedras preciosas e semi-preciosas. Estas, encontráveis no Rio Grande do sul, nas regiões de Lajeado, Soledade, Irai e assim por diante, passaram a ser mandadas para o Hunsrück para serem trabalhadas, o que permitiu a muita gente continuar se mantendo. A família não escolhia o menos apto para uma empreitada dessa ordem. Desmentia-se a versão de que emigrava apenas a escória da sociedade. Muitos deixaram de voltar. Os que emigravam eram pessoa inquietas, que queriam “fazer a América”. Alguns voltaram para o Hunsrück, trazendo de volta elementos da cultura gaúcha. O prato típico de Idar-Oberstein é o “Spies:”, um espeto de carne, entremeando pedaços de carne com cebola, tomate, bacon: o xixo gaúcho em miniatura.

Idar-Oberstein são duas cidades que se tornaram uma só, encravada entre morros. Nela há muitos turistas, que ainda hoje a visitam para comprar pedras preciosas e semi-preciosas, muitas de origem brasileira, como se estivesse em Cristalina de Goiás, na Praça da República de São Paulo, na Feira da Torre em Brasília. Há um museu, com amostras de pedras de diversas regiões gaúchas. Conta também a história dessa parte do Hunsrück,

especialmente a mineração e o trabalho com pedras preciosas e semi-preciosas. A “Schleiferei” (o corte e polimento) de ágatas, tradicional fonte da renda familiar, aproveitava as quedas d’água como fonte de energia, para mover as rodas com que se trabalhavam as pedras. A descoberta e o envio de pedras brutas do Rio Grande do Sul para Idar-Oberstein, no começo da década de 1860, permitiu que, trabalhando cristais de rocha, ametistas e ágatas, se chegasse a uma relativa recuperação econômica. As ametistas provinham de I e São Gabriel. No final do século XIX, por volta de 1898, entraram as turmalinas brasileiras como pedras muito procuradas. Os habitantes da região de Idar-Oberstein e arredores continuam até hoje a sua tradição de serem hábeis artesãos, na preparação de brincos, anéis, broches, pulseiras, colares, etc.

Olhando os sobrenomes mais freqüentes na lista telefônica de Idar-Oberstein, é possível encontrar uma enorme semelhança com nomes de famílias muito freqüentes na região de Santa Cruz do Sul: Arend, Blum, Becker, Bischoff, Brandt, Braun, Faller, Haas, Henn, Jungblut, Keller, Kessel, Kessler, Klein, Koch, Kohl, Köhler, Lehmann, Lind, Marx, Mayer, Meyer, Mohr, Molz, Müller, Nagel, Neumann, Petry, Pohl, Ritter, Schmidt, Schmitt, Schneider, Schröder, Schulz, Wild, Zimmer. Dado o desconto para sobrenomes bastante freqüentes, por indicarem profissões que havia por toda a parte - Becker, Kessler, Koch, Müller, Schneider -, a coincidência era grande demais para ser obra do acaso.

3. St. Wendel

St. Wendel deu origem ao nome de São Wendelino, perto de Caxias do Sul. De lá são oriundas muitas famílias gaúchas. Quando a estação de St. Wendel se aproximou, desci para verificar como poderia ir até Oberthal, de onde eu sabia que - quando ainda era a atual unidade formada a partir de Imweiler, Linden e Osenbach (o nome de Oberthal foi instituído apenas em 1798, quando se dividiu todo o Rheinland segundo o modelo francês). O nome de Imweiler é registrado no século III; o nome Linden aparece em 1243, como fortaleza de uma ordem de cavaleiros, enquanto o nome Osenbach aparece registrado pela primeira vez em 1263. Perto daí, em cemitérios à beira do rio Mosel, na região vinícola de Bernkastel, havíamos visto diversas lápides, com nomes de famílias como Ritter, Morsch, Hillesheim, Etges.

Sem conhecer ninguém e sem saber ao certo o que encontraria, procurei as linhas de ônibus e verifiquei que, no fim da semana, elas não circulavam: só durante a semana, de manhã cedo, ao meio-dia e à noite, para levar crianças à escola e adultos ao trabalho e às compras. Para quem estava sem carro, era difícil viajar para o meio do Hunsrück, uma região mais alta, um tanto montanhosa, entre os rios Nahe e Mosel. Como o nome dizia, era “as costas do cachorro”: daí o dialeto dominante na região de Santa Cruz e Estrela, o “Hunspuckel”, nome do dialeto da região. Quando me foi dado ouvir o dialeto da região, era possível entender o que diziam, pois a sua fala era parecida com a dos colonos do interior.

St. Wendel já pertencia, na atual divisão administrativa, ao norte do Saarland, região que tem a sua capital em Saarbrücken. Até o século XIX, quando não havia ainda a atual divisão, a designação Hunsrück era usada no sentido de um grande Hunsrück, que ia de Koblenz até a Alsácia-Lorena, compreendendo regiões que a Alemanha perdeu para a França devido às derrotas militares que sofreu. Há muito teuto-brasileiro oriundo de regiões que já não são mais parte da Alemanha. O grosso da imigração se originou do este e do Sudoeste da Alemanha, de regiões mais ou menos próximas à fronteira, onde a

população não se sentia segura.

Por ter chegado num sábado à tarde à pequena cidade de St. Wendel, encontrei na estação ferroviária o que só poderia esperar encontrar: quase nenhum movimento. Procurei um ponto de taxi, mas não encontrei. Ônibus, não havia. Como estava em país civilizado - apesar dos filmes de guerra -, havia na estação um local para informações. Quando expliquei que buscava um modo de ir até Oberthal, um senhor de meia-idade, que por acaso estava lá a conversar com um jovem atendente, prontificou-se a me levar até lá no seu carro, já que ia na mesma direção. Aceitei. No caminho, explicou-me que havia uma vez ganho uma viagem aos Estados Unidos, onde fora muito bem tratado: por isso, sentia-se na obrigação de fazer o mesmo. De repente, propôs alterar os planos, levando-me primeiro para um outro lugarejo, onde havia gente que pertencia a um Círculo de Amizade Teuto-Brasileiro. Concordei com a mudança.

Fui apresentado a um jovem engenheiro e à sua mãe. Foi-lhe explicado a que eu vinha, e logo ele pôs-se a telefonar. Depois de o meu “chofer” ter dito que, em uma hora, voltaria para levar-me a Oberthal, pois tinha de atender a um compromisso urgente com um time de futebol que estava treinando (daí também certo interesse especial pelo Brasil, como se todos fossem Pelé), disseram-me que o presidente do Círculo logo viria. Senti uma tensão no ar, pois a mãe do engenheiro oscilava entre a desconfiança e as boas vindas. Quando ela se afastou, o rapaz sondou-me sobre as possibilidades de conseguir trabalho no Brasil, pois, formado há mais de um ano, continuava sem conseguir emprego. A mãe, que havia perdido o marido poucos meses antes, não queria que o filho fosse embora para sempre. A morte do pai apenas postergara a questão, não resolvida entre eles. Senti, porém, que apesar de São Paulo ter mais capital alemão investido do que qualquer cidade da Alemanha, a época das grandes migrações teutas havia passado, embora o povo alemão tivesse sofrido uma diáspora proporcional à dos judeus. Eu disse que não havia praticamente capital investido nas regiões de colonização alemã. Não apenas nós, que havíamos sido impedidos de aprender a língua e a cultura de nossos antepassados nas escolas gaúchas, não éramos adequadamente qualificados para concorrer no mercado de trabalho alemão: também um jovem alemão, não formado em área aparentemente dispensável (ou inútil) como literatura ou filosofia, não encontrava emprego.

A mãe retornou e, ouvindo a conversa, disse que o filho podia contar com uma assistência social na Alemanha que ele não teria no Brasil. Concordei com ela. Resolvi contar então algumas dificuldades que os descendentes dos imigrantes alemães haviam passado no Brasil, não só perseguições durante a guerra, mas discriminações mais camufladas que afloravam aqui e ali, certo ódio fomentado por filmes seriados, certo preconceito que ninguém reconhecia como existente. relatei que a maior parte dos descendentes de alemães já não sabia mais nada da língua e da cultura alemã. Se, em certos períodos de incertezas houve a necessidade de abjurar o espírito para salvar o corpo, passara a preponderar a identificação com a cultura luso-brasileira.

Percebi um olhar de dúvida no filho e de gratidão na mãe. Ela insistiu que era preciso ter um pouco de paciência e que, junto a ela, o filho ao menos tinha um teto e o Estado garantiria a sua sobrevivência com dignidade. Lembrei que antigos colegas meus, da Universidade Livre de Berlim, haviam já por volta de 1970, em vista da crescente dificuldade em conseguir trabalho na área acadêmica, passado a sondar o mercado de trabalho no exterior: vários tinham emigrado para a América do Norte, mas, como no século XIX, raramente algum se encaminhava para a América dos latinos.

Subitamente, feito um apressado furacão, apareceu o Sr. Klaus Lauck, presidente do Deutsch-Brasilianischer Freudenkreis: Nordsaarland com o Rio Grande do Sul. No primeiro minuto, entre sorrisos, Herr Lauck confirmou, consultando um livro, que a família Morsch havia existido em Oberthal e emigrado para a América; no segundo, tratou de gastar meia dúzia de palavras que sabia da língua portuguesa, aprendidas quando, depois de olhar o mapa, havia decidido visitar São Vendelino, porque imaginara que a cidade devia ter alguma ligação com St. Wendel. A partir dessa visita, sem que houvessem procurado outras regiões do Sul com descendentes de imigrantes da região do Hunsrück e Saarland, havia criado a associação, cuja sede fica na:

Mommsstrasse 17

D-66606 St. Wendel - BRD - Alemanha

telefax 00496851/86728

Trata-se de um sinal de consciência da emigração que perdura entre as pessoas da região. É inútil procurar um monumento aos que se foram para sempre: não há, dificilmente haverá. Existe, porém, uma consciência de perda histórica que foi a emigração de grande parte da população, por não terem podido ser resolvidos os problemas políticos e sociais no momento certo. Houve vilas que perderam quase metade da população em poucos anos. A Universidade de Saarbrücken editou uma série de livros e documentos históricos sobre a emigração dessa região, mas é um tanto difícil conseguí-lo, pois alguns estão esgotados e são guardados como preciosidades. Um exemplo é o livro de Hans Alois, *Familienbuch der Pfarrei Oberthal (1803-1879)*, publicado pelo “Verein für Geschichte und Heimatkunde Oberthal” (Associação em prol da História e Documentação de Oberthal) numa série intitulada “Beiträge Zr Heimatgeschichte” (Contribuições para a História Pátria).

Fui insistentemente convidado a aparecer de novo no sábado seguinte, pois haveria a grande festa de St. Wendel, com muito chope e comidas típicas, inclusive com uma barraca do Círculo. Seria interessante verificar se uma semana permitiria preencher o vazio da distância de um século e meio e um oceano. Ouvimos uma buzina: conforme havia prometido, o meu improvisado e amável chofer reapareceu para me levar até o Sr. Thamalla, em Oberthal, que era músico e historiador. Chegando à sua casa, passamos a conversar sobre as razões da emigração, especialmente sobre o back-ground ideológico, que podia ter movido as pessoas a saírem da região. Como eu precisava tomar o trem, ele também me convidou a voltar no fim de semana, propondo mostrar-me a região.

Quando retornei, no sábado seguinte, para participar da festa, fui recebido pelo Sr. Hermann Scheid, de Oberthal, que durante muitos anos foi o administrador-geral de diversas comunidades da região. Assim que saímos da estação ferroviária de St. Wendel, um carro parou ao nosso lado, perguntando pela residência de Herr Lauck. Era um senhor de meia-idade, um gaúcho da região serrana, da família Caspary, que, com seu filho, estava viajando pela região para buscar traços do passado e de seus antepassados. Ele ainda sabia falar alemão, mas o filho já não conseguia formar uma frase, num processo de perda cultural bastante típico. Ele estava preocupado em restabelecer a ponte perdida após século e meio de afastamento: “Se eu, que ainda sei falar alemão, não fizer alguma coisa, nas próximas gerações provavelmente não se vai fazer mais nada, o que é ruim para todos”. Como eu, ele não sabia onde exatamente procurar, pois não se tinha mais noção, em sua família, de que cidade ou vila os antepassados haviam saído, o que acontece com a maioria dos teuto-brasileiros.

É difícil acreditar que os documentos alemães originais, que as pessoas precisavam para viajar, tivessem sido todos perdidos no Brasil simplesmente por desleixo, pois cuidavam muito bem de outros documentos, como fotografias das famílias. As perseguições movidas contra os teuto-brasileiros, especialmente em 1917-18 e 1938-45, devem ter levado à destruição de muitos documentos, para que não servissem de pretexto para discriminações e perseguições (como se estas dependessem basicamente daqueles). Se, no calcanhar de cada imigrante, havia um voto contra a sua terra de origem e se, no dedão de seu pé, havia o sonho de encontrar a terra da promessa, as dificuldades encontradas no Brasil haviam feito, mais tarde, com que muitos de seus descendentes imaginassem a Alemanha, que eles jamais haviam visto, como um terra maravilhosa, cheia de civilização, cultura e bem-estar, uma utopia moderna. Seria melhor que cada lado tivesse o contato direto com a realidade.

Em meados do século XIX, para emigrar se precisava fazer uma petição ao governo local, que podia ser atendida ou não. Daqueles que obtinham a licença oficial, ainda há em geral registros: indicam apenas que iam emigrar para a América, sem que fosse indicada a região, o navio, o porto. Os que foram para o sul do Brasil devem ter geralmente saído pelo porto de Amsterdam e não devem ter sido os mais pobres dos pobres, pois a viagem era longa e era preciso ter ainda dinheiro para comparar terras. Isso significa que, enquanto ainda estavam na Alemanha, fazendo seus planos, precisavam, durante meses, preocupar-se em vender tudo o que tinham e que não poderiam levar junto. Há ainda casos de pessoas que emigraram sem pedir licença às autoridades e até sem dizer a ninguém para onde iam. Segundo me contou o Sr. Mathalla, corria entre eles ainda a história de um sujeito que, tendo se metido numa briga, deixou o seu adversário desacordado e, achando que o havia matado, tinha ido embora para sempre, como que evaporando. Há também o caso do teuto-gaúcho que, tendo ido visitar os parentes do seu pai emigrado, havia se apaixonado por uma moça da localidade e nunca mais tinha voltado para o Brasil.

Há documentos da segunda metade do século XIX que mostram a preocupação das autoridades alemãs, no sentido de impedir que as pessoas fossem embora, pois houve aldeias da região de St. Wendel que, em poucos anos, perderam um terço da população. Com a emigração, muitos recursos financeiros, além, dos humanos, saíram da Alemanha. Não só o governo alemão tratava de impedir que agentes do governo imperial brasileiro andassem pela região, como os próprios alemães que queriam ir embora tratavam de manter tudo em segredo, pois as autoridades vigiavam quem quisesse emigrar, para que ele não arrastasse outros consigo.

Num documento de meados do século passado, havia a declaração de um prefeito local, sobre um Herr Morsch que emigrou para Buffalo, na fronteira entre os Estados Unidos e Canadá (região de Niagara Falls): como tinha mais recursos, primeiro ele foi, em segredo, para a América, verificar o que encontraria. Depois voltou, vendeu tudo e foi embora. Na declaração, o administrador local defendia-o da acusação de aliciamento para a emigração, dizendo que se tratava de pessoa idônea, que só havia conversado a respeito da pretendida viagem com poucos parentes, sem fazer proselitismo. Há também o registro de outro Morsch que saiu de Oberthal em 1849, na direção da América do Sul: nunca mais se tendo sabido nada dele: é possível que tenha passado a viver em Dona Josefa ou outro lugar qualquer. Nem no Brasil se sabe em geral de onde vieram a maioria das famílias, nem na Alemanha se sabe para onde foram ou o que aconteceu com elas. Depois de três guerras e 50 anos de relativa paz, talvez seja o momento de se restabelecerem algumas pontes: para

um lado e para o outro, é melhor ter consciência histórica do que suprimi-la. A Sociedade 25 de Julho, de Porto Alegre, tem organizado visitas periódicas à região do Hunsrück.

Tendo eu contado que, em Santa Cruz do Sul, dizia-se muitas vezes que a família provinha do “Hunsrück”. Segundo historiadores locais, quando no Brasil se falava em Hunsrück como terra dos antepassados, é provável que se entendesse com isso o grande “Hunsrück”, abrangendo a Alsácia-Lorena, o atual Saarland e o Hunsrück propriamente dito (em suma, a região ao sul da confluência do Mosela no Reno). Desde tempos antanhos havia aí uma população basicamente alemã. No período da mal denominada “Idade Média”(no meio, entre a Antiga e a Moderna, como se só tivessem esses três períodos), as alianças políticas e a religião eram decididas apenas pelas famílias aristocráticas que possuíam certos territórios. A região do grande Hunsrück se caracterizava, porém, pela pequena e média propriedade, não tendo imperado nela o sistema feudal típico.

O sudoeste da Alemanha foi cobiçado pela França, que a invadiu em vários momentos, como nas épocas de Luís XIV, da Revolução de 1789, de Napoleão, das duas guerras mundiais. Guerras tornaram-se experiências de sucessivas gerações de habitantes da região, e podem ter induzido muitos a decidirem ir embora, pois provocavam, antes cedo do que tarde, um caos econômico e social. A Alemanha somente conseguiu tornar-se Estado na época de Bismarck, enquanto a França conseguira forjar sua unidade séculos antes. Quando o rei Luís XIV mandou invadir a região do Mosela, e seus exércitos aterrorizaram a região, como se pode observar até hoje nos castelos destruídos, uma parte da população aproveitou a oportunidade para ajudar a derrubar as fortalezas dos ricos.

Relatei a Herr Mathalla a tese do Prof. Staub, um lingüista originário de Santa Cruz e já aposentado pela Universidade de Brasília, de que o nome de cachorro Scholli, freqüente entre os colonos teuto-brasileiros e centro de uma famosa piada corrente entre eles e que só era contada em alemão, seria uma corruptela de Jolly, nome de um general do Rei-Sol, que havia comandado a invasão dessas regiões de população teuta. Em 1793, as tropas da Revolução Francesa invadiram o sul da Alemanha, indo até à beira do Reno, tendo ficado vários anos por lá: espalharam o pensamento da Revolução, com os princípios de igualdade, fraternidade e liberdade, o aniquilamento dos privilégios da aristocracia, a concepção de que a lei deve estar acima do governante, a declaração universal dos direitos do homem e do cidadão, etc. O mesmo fizeram as tropas de Napoleão quando, pouco depois, a invadiram novamente.

Herr Mathalla contou-me que, já em 1293, haviam sido eliminados do Hunsrück os nobres. Karl Marx, que nasceu e cresceu lá por perto, oriundo que era de Trier, tem uma observação no sentido de que essa região, do Hunsrück-Saarland-Alsácia, havia sido diferente do resto da Europa, pois já durante a Idade Média, a economia ao invés de ser baseada na grande propriedade fundiária nas mãos de algumas poucas famílias de aristocratas, tinha por forma preponderante a pequena e média propriedade rural, nas mãos sempre de determinada família, o que criava também uma mentalidade completamente diversa do sistema aristocrático: tinha-se maior senso de igualdade, valorização do trabalho, um conceito concreto de liberdade e ajuda mútua, o que favoreceu a difusão das idéias da revolução francesa, que, na segunda metade do século XX, vêm-se tornando pontos básicos de todas as constituições. Em 1832, na manifestação conhecida com Ambacher Fest, onde se expressaram princípios da Revolução Liberal, houve a participação de pessoas dessa região.

Segundo Herr Mathalla, na região havia lugarejos que eram constituídos quase somente por católicos, como Oberthal, outros eram preponderantemente evangélicos, como Steinbergerat. Em St. Wendel, a comunidade evangélica era bem menor que a católica, mas havia a convivência entre diferentes religiões. Durante a invasão francesa, a introdução do Código Napoleônico fez com que se alterasse o direito de herança. Ao invés de a terra ser passada ao filho mais velho, como costumava ser, ou à filha mais nova (como aconteceu muito na região de Santa Cruz antes de haver aposentadoria, ficando ela e sua família com a obrigação de cuidar dos pais idosos), a terra passou a ser dividida igualmente entre todos os filhos.

Com a introdução da batata e a melhoria da medicina, as famílias conseguiam ter, numa superfície relativamente pequena, alimento suficiente para mais gente e a mortalidade infantil caiu muito. As famílias se tornaram numerosas. De uma geração para a outra já não havia mais terra suficiente para ser dividida, para que ainda se pudesse alimentar toda uma família. Na década de 1850, houve anos seguidos de más colheitas, o que acarretou fome e morte, levando muitos a optarem pela emigração. Em Tholey, um terço da população emigrou em poucos anos. Isso fez com que famílias inteiras desaparecessem (é o caso da família Morsch de Oberthal, onde existe a casa dos Morsch (Morshaus): embora a atual prefeita tenha esse sobrenome, é oriunda de outro lugar). Muitas vezes essas pessoas iam para o mesmo lugar na América, pois assim podiam enfrentar melhor as dificuldades. Segundo Staub, houve casos em que, em procissão, despediam-se, de sua aldeia de origem, para irer recriá-la a milhares de quilômetros. Nos Estados Unidos, há muitas cidades com o mesmo nome de aldeias alemãs, na Austrália as localidades com nomes alemães tiveram que mudar de nome durante a guerra mundial.

Na festa realizada em St. Wendel, havia barracas, com cerveja e comidas típicas, espalhadas por várias ruas em torno da igreja. Milhares de pessoas conversavam, caminhavam, bebiam. Indo até a barraca do Círculo da Amizade, fomos apresentados a várias pessoas que já haviam viajado para o Brasil. Os turistas alemães não costumam visitar o sul, as regiões de colonização alemã: querem o exótico, o estranho. Para eles, de teutos a Alemanha já está cheia demais. Mostravam-se, porém, contentes por nos receberem, por poderem estabelecer uma ponte de contato, ainda que pequena.

A região do grande Hunsrück é muito bonita, mas menos densamente povoada do que outras, como o Ruhr e Hessen, de onde menos pessoas emigraram para o sul do Brasil. Uma região bela, com uma história triste para nós. Conversando com pessoas idosas e ouvindo o que contavam sobre a guerra, pode-se entender algumas tragédias que os emigrantes evitaram para os seus descendentes, embora tivessem eles mesmos vivenciado a tragédia de terem de abandonar a sua terra e irer para o desconhecido. Ébrios de sonhos, não podiam prever as alegrias e tristezas que, com o calcanhar e o dedão do pé, decretavam para os seus netos e bisnetos.

Santa Cruz do Sul

Um rubi, com sua doida cor de sangue
brilhou no alto de um altar na floresta
enquanto fiapos dos sóis mais ausentes
trançavam linhas e pautas nas árvores

Entre as pautas das luzes da floresta

uma criança escreve as suas melodias
os pássaros a trinar sentados em linha
enquanto a tribo tenta ouvir os deuses.

No templo das altas abóbadas verdes
um gamo percebe assustado esse povo
mas os homens vestidos de couro e lã
não atentam à caça que se apresenta.

Parecem que procuram nessa floresta
restos de azul entre os ramos verdes
lampejos no além das plúmbeas nuvens
como se esperança houvesse, e porvir.

Mas se o porvir não é mais criança
nem o gamo que ora passa assustado
o que procuram entre as folhas esses
homens barbudos com suas mulheres?

Não há nenhum deus à vista, nenhum
no entanto eles todos, grandões olham
por entre as árvores como se houvesse
mais que fiapos de luz, sóis partidos.

Pássaros cantam em pautas da florestas
nas plantas luminosas entre os verdes
e fantasmas que brotam do solo úmido
dançam, movem seus braços, volejam.

Porque apenas olham para o altiplano
esses adultos tão repletos de planos?
porque não olham só o húmus da terra
o húmus dessa terra úmida e faceira?

Uma lagarta colorida e toda cabeluda
caminha suas patas sobre as folhagens
sobre paus poderes caídos em ataúde
como se cem patas à pobre bastassem.

Cem patas tem também a nossa tribo
cem patas tem, sem poder por si voar:
nesse verde e azul, nas pautas de luz
um bico leva a lagarta, não-borboleta.

Do livro Quarteto de Rostock, São Paulo, Scortecci, 1994

O navio fantasma

Sobes num navio que já partiu
e nele navegas por vinte anos:
há muito já te afogaste no cais
mas fazes de conta que viajas.

Difícil saber por que nós ainda
não enfiamos uma bala na pinha:
mais difícil era saber por que
nós olvidamos a hora da partida.

Nada mais há aqui a esperar
da vida já tão desperdiçada
nunca tiveste nada a esperar
tudo sempre já perdido estava.

À margem canhota da história
nada mais procures no agora:
não respondas o aceno alheio
não abraços sedosas mulheres.

Tu estás longe de tudo antes
estás num navio que já partiu
e navegas em mares distantes
num navio que sem ti partiu.

Nele navegas a pura ausência
e pura ausência navega em ti
ausência enche tua existência
conspurca o possível não feito.

Amigos raros, bem poucos terás
colegas são sobretudo ameaças
discípulos não te são confiados
de amadas podes até achar graça.

O navio-fantasma o nada abunda
por remotos mares, por brumas:
nele comanda o capitão nenhum
em sua busca de coisa nenhuma.

Nada abriga esse cais já decaída
esse porto onde ninguém atraca
onde todos os navios já partiram
onde ressoa uma estranha matraca.

Do livro: Quarteto de Rostock, São Paulo, Scortecci, 1994.

silenciado por quase 150 anos. Por quem. por que? Escravocratas, auto-censura? Ou porque “fianno recalled” intuiu a força desagregadora do FENIANISMO, fundado por descendentes de imigrantes irlandeses nos Estados Unidos (John O’Mahoney) nos anos 60 do século passado, extinguido em 1875, mas renascido em 1905 quando Arthur Griffith

fundou o partido nacionalista irlandês SINN FÉIN (trad. We ourselves; nós mesmos) do qual lemos esporadicamente nos jornais ainda hoje?

Então a preocupação com a vida cotidiana “dos contrabandistas” no sul de nosso país teria levado a periferia de volta ao centro europeu, valorizando o potencial construtivo da tradição, mas silenciando frente a sua força destruidora. Conjeturas, conjeturas.

O Brasil no século XIX: restrições aos imigrantes não católicos

Mercedes G. Kothe

Introdução

Para que se possam entender algumas das dificuldades que os imigrantes alemães não-católicos enfrentaram no Brasil durante o século XIX, torna-se necessário em primeiro lugar fazer referência a dois artigos da Constituição do Império do Brasil, datada de 1824, que tratam da participação do processo político e do casamento civil, onde constam as restrições, nas quais se enquadravam os que não professavam a religião oficial. O artigo 5º da Constituição rezava: “A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”. No seu artigo 95 - item III, dizia que: (...) não podem ser eleitos deputados e senadores os que não professem a religião católica”⁵⁴

Essas restrições foram fatores que se constituíram em sérios entraves à assimilação dos imigrantes adeptos de religião diferente da oficial. É de se admirar que tenham vindo a um país em que a discriminação e a restrição à liberdade de culto estava institucionalizada. Ao mesmo tempo em que a Carta outorgada instituiu um simulacro de liberdade religiosa, permitindo os cultos desde que não aparecessem como tais - liberdade esta que se tornou ainda mais limitada com as posteriores disposições do Código Civil, de decretos e de regulamentos - era concedida à religião católica, o privilégio de religião oficial, que deveria ser respeitada por todos. Não havia separação formal entre a Igreja e o Estado, o que não apenas trouxe durante o Império sérias dificuldades a ambos os poderes, tanto ao temporal quanto ao espiritual. A Igreja tentava interferir nos atos do governo, como por exemplo, através de padres e bispos com cargos no poder público, enquanto o governo queria às vezes, especialmente sob o comando maçônico, ter supremacia sobre assuntos da Igreja: ambos, porém, sobretudo se esforçavam mutuamente, induzindo ao respeito e temor.

Apesar da repressão do Estado, não houve unidade de crenças. Parte da diferença foi preservada. A religião católica, por ter sido o fundamento ideológico da organização política, servia para legitimar os senhores de origem portuguesa em detrimento dos brasileiros oriundos da África, descendentes de índios, de imigrantes não-católicos, etc. Neste sentido, o catolicismo por ser religião oficial do Estado nada tinha a ver com a crença, enquanto opção privada de cada ser humano: era a legitimação de uma dominação de classe. A existência de uma religião privilegiada em detrimento das demais prejudicava os fiéis de outras religiões, que eram automaticamente excluídos da efetiva e plena cidadania brasileira, embora tivessem de contribuir como os outros com as obrigações para o Estado.

Depois das religiões indígenas, africanas, dos judeus e dos “cristãos-novos”, as primeiras comunidades de não católicos representativas no Brasil foram os “protestantes”, a partir da chegada dos alemães em 1818 e 1824. Ainda que pudessem ser selecionados exclusivamente de regiões católicas, muitos imigrantes eram acatólicos, fato que não ocorria no caso dos imigrantes italianos e portugueses. Pode-se compreender que esses alemães não se interessassem pela integração na cultura brasileira, sendo obrigados a

⁵⁴ Constituição Política do Império do Brasil, in: Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824, Parte I, p. 7.

abandonar sua crença religiosa, que era parte de seu culto sagrado, de sua identidade, que conjuntamente com a língua delimitavam seu espaço na nova terra. Nesse sentido, entende-se que continuassem a falar alemão e que seus cultos também se realizassem na língua-pátria e que seus pastores também fossem procedentes da Alemanha.

Parte dos políticos da época, incluindo o próprio Imperador, viam com bastante simpatia a imigração alemã para o Brasil, achando-a mesmo necessária. Assim, através das Falas do Trono, nas aberturas da Assembléia Geral foi freqüente - a partir de 1850 ocorreu uma maior insistência -, por parte do Imperador referir-se sobre a importância da imigração estrangeira, para neutralizar os efeitos da falta de braços para a lavoura. Em 1857, incitava os membros da Assembléia a cooperarem, afirmando: “(...). Com os recursos de que pode dispor o meu governo e algumas medidas que serão solicitadas de vosso patriotismo tendente a assegurar o estado e direito civis das pessoas que professam religiões diferentes, espero que consigamos aquele importante fim, obtendo ao mesmo tempo o aumento da população industrial”.⁵⁵

A insistência na elaboração de uma legislação adequada, que permitisse a liberdade religiosa, aparece em vários outros anos na Fala do Trono e nos projetos de voto de graças apresentados regularmente em sessões da Assembléia. Em 1862, o Imperador, solicitava uma lei que regulasse com precisão os direitos dos imigrantes que não professavam a religião oficial.⁵⁶ Na realidade, medidas concretas que integrassem os colonos no convívio político e social não foram tomadas pelos políticos, o que significaria ter de partilhar o poder e atender às reivindicações que se chocavam com os interesses da classe dominante.

Anos mais tarde⁵⁷ discorrendo sobre a iminente extinção da escravidão e as conseqüências que o fato geraria nas lavouras, Campos Salles, clamava: “Para que haja maior imigração é necessário: - a igualdade de cultos; - a existência do casamento civil sem prejuízo das cerimônias religiosas; - execução definitiva da lei e regulamento referente ao registro civil, de nascimentos e óbitos” Um argumento lógico foi o fato de que o casamento civil não acabava com o casamento religioso. Os católicos, portanto, não saíam prejudicados.

Na nova sociedade de opção, onde o imigrantes não tinha direitos, somente deveres e isso num lugar que lhe era estranho, a tendência era o isolamento entre seu grupo étnico, onde tratava de preservar como uma questão de identidade vital, os valores que lhe haviam sido imbuídos na antiga pátria.

A questão do casamento civil

Sobre a validade dos casamentos realizados por pastores protestantes, assim como o anacronismo dos casamentos mistos, discutiu-se por anos a fio; decretos e regulamentos foram aprovados, contudo não tiveram resultados positivos, pois nem sempre chegaram a ser aplicados ou reconhecidos. O primeiro decreto referente a essa matéria foi o de nº 1.144, de 11 de setembro de 1861, logo seguido pelo Decreto nº 3.069 de 17 de abril de 1863, os quais, segundo as leis do Império seriam extensivos para as pessoas de outras

⁵⁵ Falas do Throno. O anno de 1823 até o anno de 1889. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1889, p. 514.

⁵⁶ Idem, Op. cit. p. 573.

⁵⁷ A Província de São Paulo. 7 de dezembro de 1880. O aspecto jurídico da liberdade religiosa neste período é amplamente estudado por Boanerges Ribeiro. In: Protestantismo no Brasil Monárquico. São Paulo, 1973.

religiões, com a ressalva de que não seriam válidos os casamentos realizados fora do país ou no país, se entre os contraentes ocorresse impedimento, conforme as leis em vigor no Império, obstando o matrimônio católico. Quando os casamentos eram mistos, poderiam ocorrer perdas para a comunidade evangélica, porque o nubente evangélico ficava obrigado a um juramento público de que seu lar seria gerido seguindo os procedimentos do catolicismo e de que seus filhos seriam batizados nesta crença.⁵⁸

Os matrimônios realizados por pastores, segundo esses Decretos, passavam a partir de então a ter valor legal, desde que não fossem mistos e desde que fossem registrados na Secretaria do Governo. Se fossem mistos e não ocorresse o juramento de educar os filhos no catolicismo, os pastores estavam sujeitos a penalidades, como prisão multas ou o cancelamento do registro. O conhecimento da nulidade de casamentos entre nacionais ou estrangeiros que professassem outra religião que não a do Estado, competia ao Juiz de Direito do domicílio de um dos cônjuges. Dependia, portanto, da boa vontade do juiz o casamento não católico ser reconhecido como legal.

Sobre as implicações do casamento civil o Germania se manifestou conforme segue: “O casamento civil tem um significado especial para a imigração, que em grande parte não é católica. Na Europa, as pessoas estão habituadas ao casamento sem coerção religiosa. Isso assume uma importância especial aqui no Brasil, no caso do casamento misto, nos quais a Igreja Católica torna os seus serviços dependentes da obrigação de educar os filhos na religião católica. Aqui o casamento misto está sujeito ao arbítrio do clero católico. Os pastores, não têm o direito de abençoar os casamentos mistos, mas ainda estão sujeitos a penas”.⁵⁹

Sobre a situação no final do século XIX, a imprensa alemã afirmava: “A finalidade contida nas obrigações inerentes ao casamento misto é o aniquilamento do protestantismo em favor do catolicismo, e isso será alcançado em poucas gerações”.⁶⁰ Como nos casamentos mistos os filhos passavam a ser educados no catolicismo, conclui-se que o número de protestantes foi diminuindo lentamente.

O Decreto que regulava o casamento civil tardou a entrar em vigor, fato que levou um pastor a reivindicar através da imprensa sua efetivação, argumentando: “Dirijo-me aos poderes competentes para solicitar a necessidade de efetivar a parte processual do regulamento anexo do Decreto nº 5.604 de 25 de abril de 1875, que regula o registro civil de casamentos, óbitos e nascimentos. Até hoje nada tem sido feito no sentido de melhorar a situação. Os não católicos estão sendo penalizados em seus direitos civis. Os escrivães negam-se a mandar selar os livros que lhes são fornecidos para tais assentamentos, alegando que as despesas não correspondem aos lucros. Não se ignora o que determina a lei quanto aos casamentos entre os não católicos, celebrados por pastores, para que possam ter efeitos civis. É indispensável que sejam registrados”.⁶¹ O que se pode visualizar no depoimento são as dificuldades enfrentadas por um pastor evangélico no cumprimento de seus deveres, quando empecilhos não eram removidos, prevalecendo a negligência ou a má vontade. A Lei existia mas não era tornada efetiva.

Em 1884, Alberto Salles, um dos grandes adeptos do positivismo e evolucionismo, afirmava: “Há reformas que devem merecer a atenção do Estado, pela influência que podem exercer no assunto da imigração. A permanência de uma religião de Estado é uma ameaça constante à liberdade de consciência do imigrante, e não pode deixar de ser

⁵⁸ Martin N. Dreher. Simpósio de História da Igreja. Edit. Rotermund e Sinodal, 1986.

⁵⁹ Jornal Germania. Artigo de 18 de agosto de 1882.

⁶⁰ Jornal Germania, 28 de março de 1883.

⁶¹ Artigo de Pedro Cerqueira Leite. In: A Província de São Paulo, 15 de agosto de 1883.

considerada como obstáculo à solução do problema que atualmente mais parece desafiar a atenção dos poderes públicos”.⁶²

À medida que a Igreja Católica era um instrumento de legitimação da classe dominante e engodo da classe dominada, o seu caráter de religião oficial era apenas mais uma manifestação de dominação de classe. Alguns pastores evangélicos, receberam auxílio do governo imperial ou provincial, mas eram exceções. Receberam ajuda os que se encontravam no interior das Províncias, onde a Igreja Católica deixava de dar assistência aos seus fiéis, possibilitando às vezes até o sincretismo religioso.

Sobre o casamento civil manifestou-se o visconde de Taunay: “A lei não deve querer estabelecer na vida civil brasileira duas classes de pessoas, umas bem casadas e outras mal casadas. Não podemos mais subordinar as disposições vigentes em termos de casamento ao ponto de vista meramente religioso exclusivista e ferrenho”.⁶³ Apesar de muitos políticos e o próprio Imperador, - especificamente porque estavam ligados pela maçonaria -, serem tolerantes com os não católicos, sendo neste âmbito considerados liberais, havia por outro lado destacadas figuras e parte do clero, com uma posição ultramontana e intransigente, acentuada pela posição e ação do papa Pio IX. Para não entrar em conflitos com esses segmentos da sociedade, as reivindicações dos protestantes e de algumas figuras políticas mais progressistas não foram atendidas.

No periódico carioca o assunto voltou a ser veiculado nos seguintes termos: “Com que direito pode a lei brasileira impor entre súditos estrangeiros outros requisitos e fórmulas que não os exigidos por aquelas leis e costumes. Se entre os povos mais civilizados o casamento civil é tido em conta de função essencial e a sua falta é considerada motivo de nulidade, embora tenha-se verificado o matrimônio rato, como é que o Brasil há de querer inverter as coisas, declarando nulos os contratos, que perante sociedades mais organizadas, devem ter mais força? Isso mostra a urgência de reformar a legislação, onde devem desaparecer as leis de 1861 e 1863, tão acanhadas quanto imprestáveis. Para mostrar o quanto a inércia domina nossas resoluções temos o exemplo do Decreto de 25 de abril de 1874. Ele foi aceito por todos, e representa um grande passo na secularização dos registros do estado civil, porém ainda não foi posto em execução”.⁶⁴ Podemos notar que setores adversos a reformas civis conseguem impor na prática suas opiniões, evitando com isso qualquer mudança que viesse trazer benefícios para grupos minoritários.

As alterações solicitadas por diversos segmentos mais progressistas da sociedade não foram atendidas, passaram anos discutindo reformas, melhorias para atender aos anseios de grupos de não católicos, sem que se chegasse ao ato concreto. Para demonstrar que já em meados do século XIX havia um projeto mais avançado, de que o de 1874, transcrevemos, quando ele teria proposto: “É fato constante que não só católicos, mas grande número de protestantes procuram na imigração para o Brasil melhorar sua posição: 1- Os casamentos entre pessoas que não professam a religião católica serão feitos por contrato civil, seguindo-se o ato religioso. 2 - O casamento civil também poderá ser contraído quando um dos contratantes for católico e o outro não”.⁶⁵

Esse era o projeto de 1858, e décadas depois o Decreto que havia sido exaustivamente discutido nem esses itens levava em consideração, ocorrendo, portanto um retrocesso. É um fato lamentável segundo a opinião de analistas mais progressistas da época, como Taunay, e isso colocava o Brasil, nessa época, entre os países mais rígidos na América,

⁶² A Província de São Paulo, 24 de dezembro de 1884.

⁶³ Gazeta de Notícias, 20 de janeiro de 1885.

⁶⁴ Gazeta de Notícias, 3 de fevereiro de 1885.

⁶⁵ Gazeta de Notícias, 7 de fevereiro de 1885.

em relação à população que professava outra religião que não a oficial.

Outro periódico paulista, interessado na entrada de elevado número de imigrantes principalmente na região paulista, volta ao assunto do casamento civil afirmando: “Por que considerar concubinato a união entre pessoas, que, não podendo gozar dos benefícios da religião oficial, julgam cumpridas certas normas, e em suas consciências estão unidas perante Deus e os homens. Que culpa tem seus filhos para serem chamados de ilegítimos?”⁶⁶

O ato de forçar os acatólicos a aceitar o casamento católico como sendo o único verdadeiro, sem opção de escolha, a não ser ferindo os seus princípios, foi um fato por muitos condenado, mesmo porque até boa parte do clero não dava sempre o exemplo de cumprir as normas de sua igreja, tendo mulher e filhos. Daí a importância em reconhecer o caráter progressista da junção entre a maçonaria e protestantismo, que conseguiu fazer avançar aos poucos a legislação nacional, além de ter criado em muitos lugares colégios, grupos artísticos, etc.

Como a situação praticamente não se alterou, apesar das constantes discussões, a imprensa volta ao assunto esclarecendo: “Há alguns anos foi proclamada a igualdade política dos não católicos, mas ainda falta a igualdade religiosa. Os casamentos mistos só podem ser regularizados por sacerdotes católicos. Casamento civil não existe. O concubinato é o remédio dos impedimentos matrimoniais e tem tomado dimensões inauditas para os que estão acostumados a condições análogas na Europa”.⁶⁷⁶⁸

Como se pode perceber vários artigos aparecem em jornais de língua portuguesa tanto paulistas quanto cariocas, clamando por mudanças para que o país se modernize frente a outros. Todos querem a imigração estrangeira, e conseqüentemente entram muitos que não professam a religião oficial, sendo portanto necessário que se alterem as leis draconianas que dizem respeito ao estado civil das pessoas. Também a imprensa alemã não deixou de informar seus leitores sobre o andamento das propostas referentes ao assunto que tramitavam em órgãos governamentais.

Como se pode verificar através da pesquisa na imprensa do final do século XIX, apesar do grande número de analfabetos no país, essa tinha a preocupação em informar os leitores sobre assuntos de seu interesse, que afetavam seu cotidiano, não hesitando em criticar determinadas posturas quando achava que poderiam ferir interesses de minorias. Possuía, portanto, um papel de destaque na formação da opinião pública.

Para fortalecer a posição de que numa sociedade, onde predominam várias crenças, a religião não pode ser o fundamento da organização política, o jornal teuto-brasileiro argumenta: “O artigo 5º da Constituição afirma que a religião católica é a religião do Estado! O que quer dizer isso? Que o Estado deve filiar-se a uma religião como se fosse uma pessoa física. Com isso exige-se dele algo impossível, já que por sua formação ele pode fazer ou ser muita coisa, mas não pode ser religioso. O clero e a Constituição ao afirmam que o Estado é católico, então ele necessita ser batizado: será que ele foi? Ele precisa ir à missa aos domingos: mas será que pode? O artigo é uma inconveniência criada pelo clero por razões materiais, mas de maneira alguma inocente, e foi capaz de deter por toda uma geração uma questão tão importante quanto a introdução do casamento civil”.⁶⁹

⁶⁶ Á Província de São Paulo, 14 de fevereiro de 1885.

⁶⁷ Artigo de Carlos Bolle. In: Gazeta de Notícias, 11 de agosto de 1886.

⁶⁸ Germania, 11 de junho de 1887.

⁶⁹

Pela primeira vez encontramos na imprensa um artigo irônico em relação ao Estado e a Igreja, o que certamente ocorreu devido a ausência de perspectivas mais concretas, e pela desilusão de permanecer à espera de resultados positivos que viessem solucionar os conflitos de muitos de seus leitores, já que durante décadas foi reivindicado de modo brando a solução do problema do casamento civil e religioso, vivenciado cotidianamente pelos imigrantes não católicos.

Ao lado da postura da imprensa também se colocaram políticos progressistas, que estavam interessados na imigração, reivindicando a liberdade religiosa como condição *sine qua non* para tornar o país atraente e foco de interesse da imigração estrangeira. Porém nada conseguiram, chegando ao final à conclusão de que a medida seria inviável sem a mudança da constituição.

Reconhecemos que entre as pessoas havia tolerância religiosa, vários segmentos religiosos viviam pacificamente entre si, porém não havia liberdade de crenças, sendo adotadas algumas medidas discriminatórias para os acatólicos. Dentre estas a inexistência do casamento civil foi o que mais perturbou a vida familiar do imigrante luterano alemão.

Apenas o casamento canônico tinha efeitos legais. Nas colônias alemãs, os não católicos, já por volta de 1830, casavam mediante contrato em cartório; mas diante da lei, essas pessoas não passavam de não-casadas e sua descendência por ilegítima. Essa situação segundo, análise de Beozzo,⁷⁰ contribuiu para o surgimento do Decreto van der Heydt em 1859. Decisivo, no entanto, foram as constantes queixas dos imigrantes da Província de São Paulo sobre as péssimas condições de trabalho e falta de liberdade em se locomover pela redondeza.

Outras medidas discriminatórias

Outro entrave que afetava os não católicos que imigravam para o Brasil se encontrava incrustado no artigo 95 da Constituição de 1824, tirando desse grupo a possibilidade de serem eleitos para os cargos de deputados e senadores. Essa restrição não preocupou a princípio, os imigrantes vindos da Alemanha nas primeiras décadas do século XIX, pois na sua grande maioria eram pobres, sem ambições políticas a cargos eletivos na Assembléia Geral do Brasil. Contudo, a partir de 1850, e principalmente depois de 1885, ao lado dos brasileiros proprietários de grandes fazendas, a estrutura social rural em São Paulo apresentava um crescente número de sítios pequenos e médios, adquiridos por imigrantes de primeira geração. Segundo Holloway, “alguns estrangeiros residentes, bem sucedidos no comércio ou na indústria, adquiriram propriedades rurais porém muitos dos imigrantes que se tornaram proprietários de fazendolas operadas pelo trabalho familiar, começaram como colonos de café”.⁷¹

Em São Paulo foram relativamente poucos imigrantes alemães que conseguiram ascender na primeira geração de colono do cafezal para lavrador independente. As pessoas que vieram para a Província tendiam a ser dos níveis econômicos mais baixos dos grupos que emigraram para a América. Muito mais numerosos foram os alemães que se fixaram e ascenderam na estrutura social nas regiões do sul do Brasil.

Ainda assim tiveram de esperar durante décadas para ter uma chance de conseguirem ser eleitos ou de votarem nos candidatos de suas regiões, muitos deles já naturalizados, embora evangélicos. Somente em 9 de janeiro de 1881, com a Lei Saraiva de reforma

⁷⁰ José Carlos Beozzo e outros. História da Igreja no Brasil. Segunda Época,. In: A Igreja no Brasil no século XIX. Edit. Vozes, 1980.

⁷¹ Thomas H. Holloway. Imigrantes para o café. Editora Paz e Terra, 1984. p. 212.

eleitoral, é que foi permitido a todo o cidadão naturalizado, independente de sua confissão religiosa, o direito de votar e ser votado.

A idéia iminentemente liberal de elegibilidade desse grupo já fora ventilada em discussões da Câmara em 1878, no governo Sinimbu. Tendo os debates se concentrado fundamentalmente na reforma dos artigos que impediam as eleições diretas, o limite censitário e o voto de analfabetos. As discussões se reportaram à constitucionalidade de reforma desse teor, por um legislativo ordinário. O Senado, em 1879, recusou na íntegra o projeto que tramitava há mais de um ano pelas câmaras.

Em 1880, como o novo ministério que se compôs em 28 de março, sob a liderança do Conselheiro Saraiva, um liberal, foi apresentado um novo projeto de reforma eleitoral, que trataria também da elegibilidade dos acatólicos.⁷² Na Câmara de Deputados a reforma foi aprovada, no Senado, contudo, a disputa foi mais renhida. Na sessão de 19 de setembro, o texto foi inteiramente rejeitado, por encontrar-se nele matéria constitucional.⁷³ No mês de outubro o projeto entrou novamente em debate no Senado. Na 2ª discussão em novembro, o artigo 8º foi aprovado no Senado com a diferença de 3 votos a favor. Para a 3ª discussão em dezembro, o grupo conservador apresentou um aluvião de emendas, com a intenção de dificultar a votação.

Temendo que os conservadores conseguissem se impor, a imprensa paulista refere-se ao assunto, comentando: “A elegibilidade dos acatólicos e naturalizados corre o risco de ser eliminado do projeto, por ter passado com poucos votos na 2ª discussão. Será um fato seriamente comprometedor do critério da câmara vitalícia e de conseqüências fatais para o progresso do país. (...) Sabe-se que o alargamento dos direitos dos acatólicos e naturalizados não tem influência imediata na política interna, mas é inconstável a sua influência política externa”.⁷⁴

O Senado aprovou no último dia do ano de 1880 da lei eleitoral, com 21 votos a favor e 17 contra. A Nova Lei entrou em vigor no dia 9 de janeiro de 1881. Sobre as mudanças se manifestou o periódico teuto-brasileiro, esclarecendo: “Pela nova Lei, todo o cidadão naturalizado, independente de sua confissão religiosa, tem o direito de votar e ser votado. Já existem alemães que se enquadram nesta categoria em número relativamente grande, e eles poderão dar ao país os melhores préstimos”.⁷⁵ O número de alemães naturalizados não era muito grande e bastante reduzido era o dos não católicos, pois durante décadas haviam feito reivindicações ao governo sem que fossem atendidos nas premissas básicas da cidadania. Conseguida a representação política para os naturalizados e protestantes, elementos alemães com destaque em diversas cidades do Sul do Brasil, conseguiram eleger-se nas Assembléias Legislativas das Províncias e no Parlamento, entre eles, Karl von Koseritz, que ainda na década de 80 se elegeria Senador pela Província do Rio Grande do Sul.

Dois anos após a aprovação da Lei Eleitoral, o *Germania*, destacava: “A possibilidade de exercer deveres de cidadão não depende somente da naturalização; o direito ao voto está ligado a um consenso. Apesar das melhorias, o pequeno proprietário ainda não está convencido das vantagens que, por exemplo, o direito civil brasileiro lhe poderia trazer”.⁷⁶ O censo ao qual estava ligado o direito de voto exigia uma certa quantia de bens

⁷² Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. 5º Volume. Edit. Difel, 1982.

⁷³ *A Província de São Paulo*, 20 de setembro de 1880.

⁷⁴ *A Província de São Paulo*, 23 de dezembro de 1880

⁷⁵ *Germania*, 23 de julho de 1881.

⁷⁶ *Germania*, 28 de março de 1883.

em forma de terra ou renda. Com isso, a grande maioria dos imigrantes que se encontrava na Província de São Paulo, não tinha condições de ser eleitor ou de candidatar-se a cargos políticos.

Além do fator renda, existiam outros elementos que relegavam os naturalizados na sociedade brasileira, como mostra um artigo polêmico, afirmando: “Os cidadãos naturalizados são vistos pelos nativos apenas como pagadores de impostos. O fato de terem agora o direito de votar é visto como uma concessão que foi longe demais. Quer-se que paguem e tolerem, mas que caem na política, e quando não fazem isto, são considerados anti-nacionais. Como é que o imigrado pode tornar-se um elemento nacional enquanto lhe negam a participação na política interna?”⁷⁷ Caso os imigrantes tivessem conseguido se eleger em número significativo, poderiam trabalhar em favor de seus conterrâneos, disputando espaços na hegemonia dos latifundiários. Daí um motivo de temor desse grupo, que colocava como defesa da nação o que era defesa de seus privilégios.

Concluindo podemos afirmar que as resoluções da Constituição de 1824, negando direitos aos não católicos, ainda que brasileiros natos, tiveram influência no cotidiano das pessoas, contribuindo para que houvesse pouco interesse pela assimilação na sociedade de adoção. Favorecendo assim, o que na prática, se costumou denominar de quistos dentro do Brasil, segundo a opinião de observadores estrangeiros, e de nativistas, que temiam uma possível competição política dos descendentes de estrangeiros.

⁷⁷ Germania. 9 de julho de 1886.

Arquitetos alemães na Escola de Artes e Ofícios Rio Grande do Sul - 1900 à 1930

Raquel Rodrigues Lima
Orientador: Günter Weimer

A Proclamação da República, a Abolição da Escravatura e a Industrialização do rio Grande do Sul foram fatores que provocaram transformações tanto na produção artesanal, como na arquitetura do Estado. A República instituiu a filosofia do castilhismo, originária das idéias do positivismo de Augusto Comte, essencial para a valorização da mão-de-obra recém libertada. Assim, os líderes do Estado empenharam-se em promover o operariado através do ensino técnico. Isto ocorreu através da instalação de uma forte rede de ensino, que divulgou as idéias políticas vigentes, mas que, principalmente, preparou os recursos humanos necessários para conduzir o processo industrial. Na busca do conhecimento deste ensino encontrou-se importantes Liceus de Artes e Ofícios, como o Instituto Parobé e a Gewerbeschule (Escola de Ofícios), em Porto Alegre, e as Escolas Industriais de Caxias, Rio Grande e Santa Maria, no interior do Estado. Estes tinham intenções pedagógicas muito semelhantes as dos Liceus europeus, integrantes do Movimento de Artes e Ofícios. Assim, esta pesquisa é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada “Liceus de Artes e Ofícios do Rio Grande do Sul - 1900 a 1930” e teve como principal objetivo a identificação de arquitetos e mestres alemães e suas contribuições para estas escolas.

As Escolas de Artes e ofícios surgiram como resposta a uma necessidade existente para a execução das obras arquitetônicas projetadas no período. Assim, a sociedade empenhou-se na criação de escolas ou cursos particulares para desenhistas com capacidade de desenvolver, inicialmente, pequenos projetos de arquitetura. Apesar dos poucos dados encontrados é possível relatar sobre as diversas iniciativas particulares conhecidas.

Ao que se saiba, as aulas de desenho foram introduzidas no Rio Grande do Sul por Maximiliano Emmerich, na Escola Militar, e por Gustav Adolph Normann na Escola Normal, quando as mesmas foram criadas, por volta de 1850. Muito embora fosse altamente significativo a introdução do desenho técnico e projetivo, é evidente que na falta de um estudo mais aprofundado, estas noções básicas tenham sido bastante superficiais e insuficientes para a prática profissional. Para suprir - pelo menos em parte - essas deficiências, foram surgindo cursos particulares que serão examinados a seguir.

O curso do engenheiro Henrique Bretan⁷⁸ parece que foi o primeiro. Em sua própria residência⁷⁹, propunha-se a lecionar o curso completo de desenho linear e topográfico. O engenheiro Bretan alegava possuir prática de cerca de vinte anos, tendo chefiado os estudos de desenho de algumas importantes fábricas de Paris. Em suas aulas era dedicada especial atenção a parte do desenho linear que tratava de arquitetura e mecânica e, segundo o anúncio, todos os seus alunos foram aprovados nos exames da escola de agrimensura da época (WEIMER: 1989, p.6). É provável que esta fosse a única escola de formação profissional, além da escola normal, do Rio Grande do Sul, que funcionava junto à Escola Militar.

⁷⁸ Conforme anúncio publicado no Jornal do Comércio, em 1881 (WEIMER): 1989, p. H-6).

⁷⁹ Situada na rua Misericórdia, nº (atual rua Professor Annes Dias).

Outra escola importante, surgida ainda no Império, foi a escola profissional noturna do engenheiro civil João Puender.⁸⁰ As aulas funcionavam à noite e aos domingos pela manhã e, além de transmitir os conhecimentos de desenho geométrico e cálculo, eram ministradas aulas de desenho arquitetônico. O engenheiro Puender tomou a iniciativa de fundar sua escola por perceber a necessidade de cursos para a formação adequada em seu campo de ação⁸¹ (Weimer, 1889, p. H-7).

Em sua escola teriam estudado os seguintes Mestres: Jacob Aloys Friedrichs, Adolf Fick, Roberto Schiebler, Augusto Müller, Adolpho Christ, Carlos Wild, Germano Steigleder, Gustavo Steigleder, Menna Becker, João Kappel sobrinho e outros (FRIEDRICH: 1949, s/p). Dos frequentadores acima citados, os dois primeiros são os mais importantes: Jacob Aloys Friedrichs⁸², por assumir uma importante oficina de cantaria da época, a chamada Casa Aloys, após o aprendizado na Escola de João Puender e na própria oficina de cantaria; e Frederick Ferdinand Adolf Fick⁸³, que aparece em alguns documentos com o título de Baumeister⁸⁴, era importante construtor por volta da mudança do século.

A respeito dos projetos de Adolf Fick deve-se comentar que estiveram presentes em grande número. Em levantamentos de dados, junto ao Arquivo Municipal de Porto Alegre, puderam ser selecionados projetos de qualidades arquitetônicas marcantes de sua autoria. No período de 1893 a 1916, Fick apresentou mais de vinte projetos⁸⁵. As decorações utilizadas nas fachadas eram aprimoradas com o passar do tempo. O projeto de sua própria residência é um bom exemplo do tipo de ornamentação que este Mestre usava: a decoração era simples e quase sempre equilibrada; nem sempre utilizava a simetria, mas os

⁸⁰ Encontrava-se localizada na rua Aurora (atual Barros Cassal) e, mais tarde, na rua Conceição esquina São Rafael (atual Alberto Bins).

⁸¹ O engenheiro João Puender estabeleceu-se em Porto Alegre em 1885. Mais tarde foi engenheiro da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, aprovando os projetos a ela encaminhados.

⁸² Era irmão do fundador da oficina de cantaria (criada em 1885 e, chamada de Casa Aloés), Miguel Friedrichs. Aloys nasceu na Alemanha, em 1868, e emigrou para o Brasil em 1884. Depois de passar pelo aprendizado, cerca de dois anos e meio, foi nomeado oficial de canteiro. Assumiu a oficina de cantaria em 1891 (FRIEDRICH: 1949, s/p).

⁸³ Nascido em Hamburgo, Alemanha, casou-se em Porto Alegre. Teve dois filhos que seguiram o ofício. O primeiro, Carl Friedrich, tinha formação específica na Alemanha, o que permitiu registrar-se no CREA como construtor licenciado para projetar e construir edifícios até três pisos e estruturas de concreto. O segundo filho, Wilhelm Hugo, esteve sempre ligado ao ramo da construção (WEIMER: 1989, p. Q-21-2).

⁸⁴ Esse título possuía um significado um pouco diferenciado do que era entendido no Brasil por mestre de obras ou construtor. O *Baumeister* era na Alemanha um profissional mais completo, abrangendo todas as etapas da construção, inclusive e principalmente, o projeto. Além de Adolf Fick, o qual não se tem a informação exata do curso que lhe deu este título, mais três mestres de obra emigraram para o Brasil durante o Império. São eles o mestre João Grünewald, que foi o responsável pelos projetos e construções de um grande número, senão todas, de igrejas da época, Josef Hruby e Julius Lohweg.

⁸⁵ A maioria eram residências, mas havia, também, trapiches, galpões, fábricas, casa para fins de negócios e até uma escola. Seus projetos eram bastante detalhados, principalmente as plantas baixas.

elementos de arquitetura eram dispostos nas fachadas de forma harmônica. Embora seus primeiros projetos não se apresentassem bastante desenvolvidos, pode-se dizer que foi um importante profissional de sua época. No momento de orientar a educação de seus filhos foi necessário indicar um curso fora do país. Isto demonstra que o Estado ainda apresentava-se carente na oferta de escolas que fornecessem profissionais para a construção civil.

Uma das associações criadas por esses imigrantes foi a Sociedade de Utilidade Pública, de cunho eminentemente filantrópico. Dentre as diversas organizações internas abrigava a Cooperação dos Mestres de Ofício de Porto Alegre. Por iniciativa da mesma, havia sido criada uma Escola de Aperfeiçoamento para aprendizes. Em 1911, o arquiteto Theo Wiederspahn recebeu o encargo de ampliar a dita escola. Foi quando passou a chamar-se Escola de Aperfeiçoamento e de Ofícios, com evidente inspiração nas Gewerbeschulen alemãs. E, como tal, o ensino do desenho era prioritário. As aulas de desenho técnico eram ministradas aos domingos pela manhã, e as aulas complementares, nas noites, durante a semana. Também eram promovidas visitas coletivas, excursões com Mestres, alunos e pais, relacionados com trabalhos práticos, levantamentos e medições.

As despesas da escola eram praticamente nulas, pois contava com a contribuição do corpo docente e o apoio voluntário de muitos Mestres de ofício. A aceitação da escola foi grande, tanto que, depois de poucos anos, o número de alunos chegou a tal ponto que não podiam mais ser abrigados na sociedade. Assim, por iniciativa de todos os Mestres e alguns alunos foi fundada a Sociedade da Escola de Ofícios e em 1914, foram transferidas para as instalações da Sociedade Beneficente Alemã.

O esforço despendido tanto pelos docentes como pelos alunos demonstram o empenho que a sociedade dos imigrantes fazia no sentido de sua afirmação sócio-econômica. Certamente a precariedade dos meios disponíveis não ensejou que fossem atingidos os níveis das escolas da Europa. Mas, sem dúvida, a escola era pioneira entre nós na idéia de estimular os trabalhos práticos e retomava a fomentação pela relação Mestre-Aprendiz.

Com o sucesso alcançado pela escola da Associação de Utilidade Pública surgiu a necessidade da criação de uma outra escola com estrutura suficiente para abrigar grande número de alunos. Assim, em 1914, foi fundada a Escola Profissional Dominical e Noturna ou a Gewerbeschule (Escola de Ofícios), e a Gewerbeschulverein (Associação da Escola de Ofícios)⁸⁶, para a manutenção da mesma. Ficou claro que a criação das duas entidades era do máximo interesse dos artesãos alemães residentes em Porto Alegre, das associações operárias alemãs, e, principalmente, do empresariado teuto.

A Sociedade Beneficente Alemã de Porto Alegre, mais tarde Colégio Farroupilha, cedeu as instalações em sua escola para meninos na rua São Rafael, atual rua Alberto Bins, para que pudessem ser iniciadas as aulas da Gewerbeschule. Com isso, foi anunciado nos jornais de língua alemã locais, a abertura da escola.

Desde o início do curso foi fornada uma comissão de obreiros (Mestres de marcenaria, carpintaria e pintura, escultores, fabricantes, pedreiros e vidraceiros), a cujo encargo ficavam as aulas técnicas. Como representante do corpo docente foi destacado o nome de

⁸⁶ Cabe salientar o nome do primeiro Presidente, o Sr. Alberto Bins, empresário de destaque naquele período e mais tarde, Intendente da cidade. Por sinal, a maioria dos nomes presentes na diretoria da Associação da Escola de Ofícios eram proeminentes no meio empresarial.

Theo Wiederspahn, para o cargo de diretor da escola. As aulas técnicas contavam ainda com a presença dos arquitetos Alexander Gundlach, Mariano Sieg e Otto Hayek; e dos engenheiros Alfred Haessler e Hans Schmidt.

Uma série de informações significativas estão contidas nos Relatórios da Associação e da Escola de Ofícios (WIEDERSPAHN, 1921, S/O). Tais documentos fazem parte de um relato elaborado para as comemorações relativas ao primeiro centenário dos primeiros imigrantes alemães (1926). Os relatórios dos anos de 1914 a 1917 indicavam precisão e detalhamento nas informações, sendo redigidos anualmente. Durante o período em que a escola esteve paralisada, em virtude da Primeira Guerra Mundial, os acontecimentos referentes a esta foram aglutinados em um só texto, sem a divisão anual.

A Gewerbeschule foi uma escola destinada ao proletariado imigrante alemão. Apesar de todas as dificuldades do período, demonstrou realizar um trabalho sério e competente a nível de ensino. Seus objetivos de ensino assemelhavam-se muito ao Instituto Parobé. A diferença básica é que o Parobé possuiu total apoio do governo local, inclusive e principalmente financeiro. Este foi o fator essencial para ter alcançado um nível de desenvolvimento tão grande. A Escola de Ofícios possuía somente o apoio dos associados e, no âmbito político, do consulado alemão. A intenção de ministrar o ensino técnico em oficinas, de uma forma prática, estava presente na escola. A justificativa desta idéia consta nos próprios relatórios, onde aponta a presença de Mestres de obras no corpo docente, a doação de materiais para experiências práticas e nas próprias visitas a canteiros de obra realizadas pelos Mestres e alunos.

Os trabalhos realizados pelos alunos da Gewerbeschule passavam por várias etapas até chegar a execução de projetos e detalhamentos para construção de edificações. Até o presente puderam ser levantados poucos dados sobre a eficácia da Escola. Porém, pode-se atestar a qualidade desta produção através de ilustrações contidas na mesma brochura assinada por Theo Wiederspahn (WIEDERSPAHN, 1921, s/o) que relata os primeiros anos desta entidade de ensino.

As aulas de desenho geométrico eram extensas. Basta dizer que realizavam projeções ortogonais e perspectivas aquareladas com projeção de sombras de sólidos geométricos muito complexos. A perspectiva também era bastante explorada nos exemplos citados por Wiederspahn. É importante ressaltar o aspecto especial dado às aulas de desenho. Cada aluno desenvolveu uma tarefa em função de sua capacidade e seu talento, além do aluno estimular-se com a tarefa, os resultados obtidos foram de excelente qualidade.

Foram levantados dados sobre o desenho de mobiliário: cadeiras, mesas, estantes, talheres e louças, entre outras. Eram projetadas em linhas arrojadas para a época, linhas simplificadas e sem muita ornamentação. Parece-nos que estes tinham duas utilidades: a primeira destinada ao uso diário ou funcional, e a segunda à decoração, como é o caso de vasos e jarras ornamentadas com certo requinte.

No que diz respeito aos desenhos dedicados à ornamentação, seguiam os padrões usados na época. Linhas simplificadas compunham formas que lembram motivos florais. Muitas vezes estes motivos eram estilizados, possivelmente para serem produzidos em série, que poderiam transformar-se, por exemplo, em papel de parede para decoração de interiores.

Especificamente referente à edificação, foram encontrados projetos de interiores, seções e fachadas residenciais e diversos detalhamentos, como o projeto de madeiramento para

telhado, com dimensionamento das peças e detalhe dos encaixes, alguns projetos de escadas e esquadrias.

Mas os mestres alemães não se limitaram apenas às escolas por eles criadas. Exemplo disso foi sua participação no Instituto Parobé. Para desenvolver um ensino profissionalizante de alto padrão, foi necessário um grande investimento por parte deste Instituto em maquinário e equipamentos, em prédios para instalação das oficinas e na contratação do corpo docente.

É importante ressaltar que o Instituto Parobé era uma escola de Artes e Ofícios de propriedade particular, pois estava ligada à Escola de Engenharia. Esta instituição mantinha a característica de entidade privada. Porém, segundo relatos dos próprios diretores, dependia das verbas oficiais para o seu funcionamento.

A atuação dos arquitetos e mestres alemães no Instituto Parobé foi efetiva. O primeiro aspecto a ser levantado é o número de professores e mestres alemães, que somava 40% dos docentes contratados fora do Brasil. O segundo aspecto reside na qualidade dos trabalhos desenvolvidos, principalmente nas oficinas de madeiras e metais.

O ensino prático profissional aconteceu no Curso Técnico do Instituto Parobé através dos chamados Cursos Especiais, nos quais os alunos aprendiam ofícios fazendo trabalhos práticos. Cada um destes cursos especiais foi desenvolvido em três partes: Tecnologia, Desenho Industrial e Aprendizagem. Os encontros de Tecnologia eram aulas teóricas que tratavam do vocabulário privativo da ciência ou ofício que estava sendo estudado, ou seja, da explicação dos termos mais usados nas artes e ofícios de cada um desses cursos. As aulas de Desenho Industrial eram as aulas que tinham o objetivo de familiarizar os alunos com o processo de criação dos objetos que seriam produzidos naquele curso. Desta forma, os alunos reproduziam graficamente os objetos existentes, copiando, inicialmente, os elementos de seus projetos, até serem capazes de criar novos objetos com funções e materiais semelhantes. Estas eram as aulas intermediárias no processo de aprendizagem dos cursos especiais, entre a teorização e a execução. Por fim, a chamada Aprendizagem consistia na produção e viabilização do projeto feito nas aulas de Desenho Industrial, ou seja, consistia na execução do projeto. Através deste percurso identifica-se claramente a intenção do Instituto Parobé em aplicar as normas dos antigos Mestres medievais. Configurava-se, assim, a idéia dos Liceus de Artes e Ofícios: um mesmo aprendiz passava pela teoria, projeto e execução de um determinado produto, com a orientação e exemplo prático dos Mestres,⁸⁷ buscando a qualidade estética.

Foi dentro destas oficinas que os mestres alemães colocaram a sua maior contribuição. A primeira destas é a Seção de madeiras, composta pelas oficinas de Vime e Estofamento, Marcenaria, Carpintaria, Torneado e Escultura. Nestas oficinas trabalharam os mestres alemães Otto Schulz e Otto Reclies. No período de sua atuação, de 1909 a 1915, tem-se a produção de artífices nos trabalhos de esquadrias para a Faculdade de Direito de Porto Alegre, para o Palácio do Governo e para o Café Colombo, para citar alguns exemplos. Na Seção de Metais o mestre Guido Busch teve uma participação efetiva, liderando as oficinas de Funilaria, Forja e Serralheria. Sua atuação iniciou em 1912, quando a produção de

⁸⁷ Porém, cabe salientar que, se o Instituto Parobé seguisse rigidamente as normas dos mestres medievais, não teria instrutores diferentes para as aulas teóricas, de projeto e prática. Estes deveriam ser um único profissional. Isto também ocorreu, em período anterior, no *Bauhaus*, onde era exigência do curso, profissionais distintos para a teoria e prática.

artífices foi direcionada para os diversos institutos da Escola de Engenharia, como grades, bancos para jardins, vigamentos de ferro e sacadas de ferro, porém, não deixando de lado as obras da Cervejaria Bopp e da Confeitaria Rocco.

Outros três mestres também contribuíram nas oficinas do Instituto Parobé. Dois deles permaneceram durante onze anos na coordenação dos trabalhos: George Barwinkel, na oficina de Litografia e Encadernação; e Wilhelm Regius, na oficina de Fototécnica. Carlos Oertel permaneceu apenas um ano na oficina de Galvanoplastia e Impressão.

A constatação da qualidade e distinção que as escolas de Artes e Ofícios atingiram no Rio Grande do Sul é inegável. Para tanto, contribuíram Governo, empresariado, a classe popular e o corpo docente. Através da experiência dos arquitetos e mestres de ofícios alemães, somados a outros recursos, foi possível alcançar um alto padrão cultural no conhecimento técnico. Com o investimento financeiro e a organização estrutural, a acessibilidade aos empregos em fábricas e indústrias e com a mão-de-obra, então qualificada, fez-se um ensino de nível médio, aos moldes do Movimento de Artes e Ofícios. Por estas escolas iniciarem seus alunos em curso básico elementar, foi possível alcançar um alto padrão cultural no conhecimento das artes e ofícios. O admirável esforço realizado pela sociedade rio-grandense, no sentido de construir tão grande número de escolas de Artes e Ofícios, com suas dispendiosas instalações, atesta o empenho para conseguir implantar o processo industrial no Estado. Não se entende o descaso com que estas escolas foram tratadas a partir da Segunda Guerra Mundial, o que provocou o seu esvaziamento. Enquanto os países centrais tratavam de adaptá-las às novas condições, transformando-as em Escolas de Desenho Industrial, em nosso país, as mesmas foram abandonadas.

BIBLIOGRAFIA

- COARACY, Vivaldo de Vivaldi. Encontros com a Vida. Rio de Janeiro, José Olympio, 1962
- CORONA, Fernando. 50 Anos de Artes Plásticas e seus Autores. in BECKER, Klaus. Enciclopédia Riograndense. Canoas, Editora Regional, 1957.
- FERREIRA FILHO, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora Globo, 1958.
- FONSECA, Celso Sukow. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro, Senai, 1986.
- FRIEDRICH, Jacob Aloys. Histórico da Casa Aloys Ltda. Porto Alegre, 1949.
- PESAVENTO, Sandra. Burguesia Gaúcha. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- PESAVENTO, Sandra. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1990.
- PEVSNER, Nikolaus. Os Pioneiros do Desenho Moderno. Rio de Janeiro, Editora Ulisséia, 1962.
- REICHEL, Heloisa Jochims. A Industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando. RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- RIBEIRO, Maria Luíza Santos. História da Educação Brasileira. São Paulo, Cortez e Moraes, 1978.
- WEIMER, Günter. A Arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

WEIMERE, Günter. A Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul. São Paulo, FAU/USP, 1989. (Tese de Doutorado).

WIEDERESPAHN, Theo. Gewerbeschule - Relatórios anuais. Porto Alegre, 1921.

RELATÓRIOS da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (1932-1938). Porto Alegre, Gundlach & Globo, 1932-1938.

RELATÓRIOS da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1898-1930) Porto Alegre: Escola de Engenharia e outras. 1898-1930.

ESTATUTOS da Escola de Engenharia, UFRGS, 1909.

REGULAMENTO do Instituto Técnico Profissional. Porto Alegre, UFRGS, 1913.

Luteranos e Calvinistas no Rio de Janeiro Oitocentista

Sylvia Lenz de Mello

Sinopse

Pretendemos demonstrar de que modo deu-se a formação de uma comunidade protestante, de confissão luterana e calvinista, no Rio de Janeiro, desde a abertura dos portos, em 1808, ao fim do período imperial, em 1889. Analisando atas, relatórios, registros e correspondências encontrados na igreja da Paróquia Martin Luther, procuramos reconstruir o processo de socialização de imigrantes cujas nacionalidades distintas - teutos, escandinavos, suíços de língua francesa - não foi empecilho para que se reunissem em torno de algo comum: a confissão evangélica.

Entendemos que o luteranismo e o calvinismo são, apesar de diferenças teológicas, os formadores dessa identidade, levando a que esses estrangeiros organizassem uma comunidade bilingüe consolidada na Igreja Evangélica Alemã - I.E.A.

Uma comunidade acatólica

A imigração teuta no Brasil tem sido objeto de estudo, principalmente no meio rural e na região sul do país (SEYFERTH, 1988). Desta forma, foi surpreendente constatar que a comunidade formada em torno da Igreja Evangélica Alemã, situada na corte imperial, século XIX, deixando como legado uma vasta documentação, ainda não tivesse sido pesquisada. Esses imigrantes formaram uma comunidade cuja identidade maior eram as diferentes confissões - luterana e calvinista - que os levaram a se autodenominarem “acatólicos”, conforme explicitado mais adiante.

Note-se que os pastores evangélicos luteranos que acompanharam os imigrantes no estrangeiro visavam dar assistência aos seus fiéis, diferenciando-se dos pastores protestantes americanos. Estes tinham como objetivo, além de assistir aos seus conterrâneos, converter os brasileiros, em sua grande maioria católicos, à religiosidade e moral protestante americana. É assim que, a partir de meados do século XIX, observa-se a instalação de congregações e igrejas protestantes cujo cunho teológico calvinista estava imbuído de uma ideologia moderna e progressista que acusava o catolicismo luso-brasileiro pelo atraso material e espiritual do Brasil (KIDDEER 7 FLETCHER, 1845-1867) (BARBOSA, 1988).

Os diversos documentos encontrados nos arquivos da antiga Igreja Evangélica Alemã, atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, encontram-se razoavelmente bem conservados. São as atas de assembleias, livros de registro - nascimento, casamento, batismo, confirmação, casamento e óbito - atestados consulares, boletins informativos e anuários contendo tanto artigos de pastores endereçados à comunidade como dos membros desta. Até o presente, alguns dados dos registros de estrangeiros, de casamento e de batismo foram coletados. As atas revelaram indícios de conflitos tais como discussões e pedidos dos presbíteros em torno da legislação do Império sobre casamentos acatólicos - conforme conceito empregado nas atas - e casamentos mistos - de católicos com protestantes. Os relatórios anuais revelam as dificuldades e conquistas dessa comunidade

acatólica no seu cotidiano. Os primeiros relatórios encontrados remontam aos anos 1845-1846, e o último de 1883. O conteúdo desses documentos será fichado no programa ControlBook para ter-se acesso a informações sem manusear demasiadamente os originais. Os registros de casamento, batismo, óbito e mesmo de confirmandos oferecem mais informações - tais como profissão, descendência, idade - do que o Registro de Entrada de Estrangeiros do Arquivo Nacional, além de refletirem elementos formais - manuscrito gótico ou latino, inclusão ou não de títulos impressos, linguagem, anotações extras.

Os registros de casamento também indicam a idade dos nubentes e o estado civil, revelando vários casos de viuvez e de casamentos tardios. A dificuldade maior de leitura dos manuscritos está na mudança da grafia latina para gótica, em meados do século XIX. Essa alteração formal na escrita pode ser um indicativo de uma germanidade crescente expressa não só no conteúdo, mas também na caligrafia das atas e dos registros paroquiais. Na impossibilidade da leitura destes documentos, pode-se recorrer à leitura dessas mesmas atas em francês. Isto porque, na condição de uma comunidade fundada pela iniciativa de alemães e escandinavos luteranos e de suíços, de língua francesa, calvinistas, a escrita dos documentos paroquiais foi grifada tanto em alemão como em francês.

Especificamente no que se refere aos registros de casamento, batismo e morte, a linguagem segue a nacionalidade de quem é registrado. No caso de um casamento entre suíços, temos o registro em francês; no nascimento de uma criança cujos pais são alemães e/ou escandinavos e/ou brasileiros, consta o registro em alemão. As reuniões da comunidade constam em ambas as línguas, o que facilitará a leitura destes documentos, quando a leitura do manuscrito gótico torna-se impraticável.

O primeiro documento encontrado - uma correspondência oficial do cônsul da Confederação Suíça, Monsieur Arthur Guigner, de 24 de agosto de 1849 - reflete uma vontade de união com a I.E.A. "... je vais convoquer les signataires de la list de souscription enxerte par les reformés parlant le français, a afin de prendre un décision définitive au sujet de leur cooperation a la réunion du tutte allemand y de tutte française".

Na correspondência seguinte, Monsieur Guigner anexa a lista e o valor de donativos, além de expressar que "La Congrégation française professant la religion reformée, désire d'agregger a l'Eglise Evangélique Allemand, en ce sens qu'elle profitera de la prédication en français un foi par mois, y de l'éducation a donner aux enfants. Elle offre en retour les sommes mentionnés dans la liste a jointe...⁸⁸

A partir dos relatórios anuais de 1854-1855, constam, separadamente, os donativos dos membros de fala alemã e francesa - "Deutsch redenden Gemeinde-Glieder" e "Französisch redenden Gemeinde-Glieder". Podemos observar, assim, o interesse dos reformados de língua francesa de se agregarem, conforme termo empregado no documento, a uma comunidade que os atenda não só espiritualmente em sua língua, como também atenda à educação religiosa de suas crianças. Esse tema será aprofundado na análise dos Confirmationsregister - livros de registro de confirmação, atas e relatórios anuais.

No entanto, nem sempre foi possível conseguir a contratação de um pastor que realizasse

⁸⁸ "A Congregação francesa da religião reformada, deseja agregar-se à Igreja Evangélica Alemã, recebendo dessa pregação em francês uma vez por mês, assim como a educação das crianças. Ela oferece, em retorno, as somas mencionadas na lista anexa....." (trad. da autora).

os cultos também em francês. Também resta a questão de saber se esses reformados de cunho teológico calvinista aceitavam de bom grado a decoração interna do templo, a liturgia, os hinos luteranos e a moral menos rígida dos luteranos.⁸⁹

De qualquer modo, esse não é o único caso de formação de uma comunidade protestante mista. Temos a paróquia presbiteriana de Rio Claro, província de São Paulo, na qual o pastor presbiterano convida o luterano, P. Zink, a realizar os ofícios religiosos junto com ele em sua paróquia; paralelamente, ao pastor luterano também é permitido oferecer assistência espiritual aos seus conterrâneos. Esse trabalho conjunto durou cinco anos, quando afinal, o P. Zink deixa a paróquia presbiteriana e passa a realizar os cultos e demais atividades religiosas em sua própria casa (KOELLE, s/d.).

Fontes e métodos

Na pesquisa de documentos paroquiais, a análise baseada na antropologia histórica é imprescindível para o estudo de documentos que podem nos dar indícios de costumes sociais, familiares, educacionais e culturais. Neste sentido, a história cultural leva-nos ao campo onde a História e a Antropologia se encontram, enriquecendo sobremodo a pesquisa. “..... antropologia oferece ao historiador algo que o estudo da mentalité não conseguiu apresentar: uma concepção coerente da cultura que foi definida por Clifford Geertz como um ‘modelo historicamente transmitido de significados encarnados em símbolos’”(DARTON, 1990:194-195).

A demografia histórica tem sido usada como método para posterior pesquisa dos registros paroquiais: após o levantamento de dos quantitativos faz-se uma análise dos seus resultados obtidos a partir dos dados numéricos (DUPAQUIER, 1981). Para tal método emprega-se, atualmente, o programa SYGAP - *Système de Gestion et D’Analyse de Population* -para computadores pessoais que, além de servir como banco de dados e para a reconstituição de famílias, também realiza automaticamente vários cálculos, cujos números podem traduzir até mesmo certas práticas religiosas (NADALIN, 1982). Além da leitura feita a partir da demografia histórica, pretende-se cotejar seus resultado com outros documentos, tais como relatórios anuais, atas e correspondências paroquiais.

Quanto aos primeiros resultados obtidos pelo programa SYGAP, chegou-se a alguns resultados no que se refere ao levantamento de dados feitos a partir do primeiro registro de casamentos, num período de dez anos - 1837/47.

a) A idade média dos nubentes é de 26,5 anos para os noivos e de 19,2 para as noivas, com uma diferença etária entre os cônjuges de 7,3 anos.

b) Ao contrário da tradição católica no Brasil coevo, constatou-se alguns casos de recasamento de viúvos, sendo que tanto viúvos como viúvas, inclusive, demoram menos de dois anos para contrair outro matrimônio.

c) Dentre 108 casamentos temos: 76,86% nubentes de origem alemã; 8,33% de casamentos entre teutos e escandinavos; 3,70% entre alemães e descendentes; 4,63% entre alemães e luso-brasileiras; 8,48% entre não alemães, ou seja, entre escandinavos/suíços. Ou seja, os casamentos são, na sua maioria, endogâmicos.⁹⁰

⁸⁹ Esta é, ainda, uma das muitas lacunas a serem periclitadas no decorrer da pesquisa. 1

⁹⁰ Devido à diversidade de origens, inclusive entre os alemães, fui orientada a analisar famílias e

Quanto a este último dado, várias questões serão rastreadas. Seria uma forma de preservação da identidade protestante através da afirmação de um acatolicismo? Uma maneira de manutenção de suas tradições culturais? Ou ainda, um dado que expressa a resistência ao catolicismo? Como saber quantos, afinal, converter-se-iam ao catolicismo e dessa forma, casariam com os luso-católicos obtendo vantagens tais como o reconhecimento legal da união e de seus descendentes?

Além do mais terei de simplificar o quadro acima, pois foram constatadas as seguintes especificações, a partir do relatório anual de 1857/58 (23/8 a 20/6): “Es wurden getauft 44 Kinder, davon aus gemischter Ehe 10. Es wurden confirmirt: 9, davon 4 männliche und 5 weibliche, von diesen 1 in französischer Sprache und 1 aus gemischter Ehe. Es wurden getraut 18 Paare, darunter 8 gemischte Ehen”.⁹¹

Ora, checando os dados no registro de casamento desse período, observa-se o cuidado do pastor em anotar os credos de cada nubente - evangélico, reformado, católico ou católico romano -, chegando-se à conclusão de que o casamento misto efetivamente significava o casamento entre protestantes e católicos, e não entre confissões evangélicas distintas - reformados com luteranos, ou diferentes nacionalidades. Esse também será o termo empregado nas discussões oficiais do governo imperial, conforme o documento impresso “Projeto de Regulamento Provisório para execução da Lei nr. 1144 de 11 de setembro de 1861”(HAGB - Impresso).

Mas além de cotejar os relatórios anuais aos registros paroquiais, os seguintes dados também serão arrolados a partir da análise quantitativa do programa SYGAP:

- a) os intervalos entre a data do casamento e a do primeiro nascimento para verificar se há ou não relações pré-maritais;
- b) os intervalos entre a viuvez e do recasamento indica se o casamento entre viúvos é uma prática comum e qual o tempo mínimo de luto.
- c) a taxa de fecundidade;
- d) uma estatística da causa mortis que oferece o quadro sanitário da população como forma de saber o grau de adaptação destes estrangeiros ao meio físico;
- e) a observação ou não à abstinência sexual durante o Advento e a Quaresma (embora não seja uma prática da religião luterana, é interessante observá-la no sentido de detectar a assimilação ou não aos costumes católicos dos luso-brasileiros);
- f) as práticas nominativas.

As várias formas encontradas pelos acatólicos na manutenção da sua cultura também são objeto de estudo uma vez que tal se dá:

questões afins, não em função da identidade nacional, um vez que tal poderia ser tornar demasiadamente complexo, mas delimitado às diferenças confessionais luterana e calvinista.

⁹¹ Foram batizadas: 44 crianças, das quais 10 de casamentos mistos. Foram confirmadas: 9, das quais 4 rapazes e 5 moças, dessas 1 em língua francesa e 1 de casamento misto. Foram casados: 18 pares, dos quais 8 casamentos mistos.

- a) a partir da formação de laços de parentesco entre os membros desta nova comunidade;
- b) de uma vida social tanto na comunidade religiosa como fora dela como, por exemplo a Sociedade Germania;
- c) na manutenção das confissões evangélicas ainda que mais pelo seu aspecto formal do que pela religiosidade em si mesma;
- d) os costumes dela decorrentes formando, assim, uma identidade cultural específica.

No levantamento dos registros de casamentos da Igreja Evangélica Alemã (1837-47) constatou-se como seus integrantes procuravam dar continuidade ao parentesco, visto que a maioria - do sexo masculino - chegava individualmente : não é consangüinidade mas sim o sentimento comum do acatolicismo que identifica e une os indivíduos de origens regionais e nacionais diversas. Essa identidade expressou-se através da opção por um dos credos - luterano ou calvinista, ainda que este seguido individualmente, pelos cultos em língua alemã e, eventualmente, francesa, pelas práticas religiosas e culturais comuns entre os credos - a não adoração dos santos, a leitura da bíblia, o cântico dos hinos, a confirmação dos filhos.

Ora tais práticas acatólicas, fossem elas de origem teuta, escandinava, ou suíça refletem a teoria de manutenção da paz e da unidade através das relações de parentesco (M. SAHLINS, 1972:22). No caso da comunidade estrangeira pertencente à Igreja Evangélica Alemã, o acatolicismo é a identidade comum a todos seus membros, ainda que de confissões diferentes, pois era objetivo de todos procurar resolver problemas que afetavam o cotidiano não só dos luteranos, dos calvinistas, mas de quaisquer indivíduos que professassem confissões protestantes. Segundo alguns documentos oficiais da época, acatólicos eram todos os cristãos considerados hereges, por não seguirem os dogmas da Igreja Católica Romana. Já infiéis, segundo os mesmos documentos, eram os seguidores das religiões judaica e islâmica (AN - “Casamentos Mistos”).

Quando os primeiros alemães, escandinavos e suíços chegaram à corte imperial, fundaram uma comunidade evangélica, de início leiga sem um pastor à frente⁹² e com celebrações de cultos periódicos em suas residências. Posteriormente, obtêm uma casa de cultos e conseguem contratar um pastor, por iniciativa do Cônsul Geral do Reino da Prússia; mas somente em 1842, a Igreja Evangélica Alemã vem a ser oficialmente fundada. Após levantar o quadro de nacionalidades - teutos, escandinavos, suíços - da comunidade através dos registros paroquiais, constatou-se que a maior parte de seus membros provinha da antiga Confederação Germânica.

Assim pretendemos analisar, dentre outros, a transmissão da germanidade através da família luterana que se reflete na preservação da língua, na educação laica, na religião luterana, nos costumes, enfim no seu cotidiano transmitido por gerações através de seu principal instrumento, a família (DREHER. 1984). Afinal é a família que vai orientar na educação laica e religiosa. Num primeiro momento, estudamos os modelos de família brasileira; presentemente, visamos os modelos de família na época moderna (ANDERSON, 1980; BURQUIERE, 1988); num terceiro, procuraremos traçar o modelo

⁹² Conforme o registro de óbitos, uma vez que o primeiro data de 1832-1852. Note-se que esse registro encontra-se escrito em francês e alemão, embora a I.E.A. só venha ser fundada em 1837.

da família urbana acatólica-brasileira; num quarto, traçaremos o perfil dos modelos de famílias luteranas e das famílias calvinistas na Europa oitocentista de modo a cotejá-los com os modelos formados no meio urbano, católico e luso-brasileiro da corte imperial.

Algumas considerações

De modo geral, a comunidade acatólica consolidada e preservada pela família, cultura, hábitos e costumes, apesar da resistência dos seus membros, foi passível de sofrer influências do meio externo. Seus membros reagem procurando fechar seu círculo social através do uso constante da língua materna, de suas culturas específicas e dos credos calvinista e luterano; em geral, resistindo à assimilação dos usos e costumes brasileiros. Deve-se levar em conta que também o governo brasileiro em muito pouco procurava amenizar as dificuldades dos protestantes no Brasil - excetuando-se os ingleses que dispunham, até mesmo, de uma jurisprudência própria.

Mas como o indivíduo é um ser social, as trocas sócio-culturais tendem a ocorrer no cotidiano dos homens, influenciando seus hábitos de origem, mesclando-se em seus credos, atravessando as suas diversas condições sociais; enfim, transforma-o a partir de múltiplas rupturas e permanências que se dão no decorrer de sua vida. Desta forma, pretende-se desenvolver uma análise sobre as decorrências culturais advindas da instalação desta comunidade acatólica na corte imperial. A introdução de novas confissões religiosas na sociedade luso-brasileira de então, pode ter acarretado mudanças de hábitos e costumes tanto naquela como entre os imigrantes luteranos e calvinistas residentes no Rio de Janeiro.

Os estudos dos documentos paroquiais devem definir como os padrões culturais se reproduziram no tempo através de práticas familiares, religiosas e culturais. Neste sentido, é preciso realizar uma análise num espaço temporal de três gerações, assumindo-se que, tecnicamente, uma geração equivale a vinte e cinco anos. Os estrangeiros, de uma forma geral, puderam começar a se estabelecer no Brasil a partir da abertura dos portos em 1808. No caso da Igreja Evangélica Alemã, alguns dados paroquiais estão disponíveis a partir de 1837. Mas por outro lado, temos a memória escrita pelo engenheiro Hinden (HINDEN, 1921) sobre a Sociedade Germânia que, esperamos, cobrir as lacunas destes quinze anos entre a fundação da Germânia e os primeiros documentos disponíveis sobre a comunidade luterana e calvinista no Rio de Janeiro.

Ao delimitar o estudo desses imigrantes até 1889, completando, assim, o período de oitenta e um anos, visamos relacionar o cotidiano de luteranos e calvinistas aos problemas decorrentes da legislação canônica vigente. Afinal, na ausência de uma tolerância religiosa, e muito menos de leis civis que regulamentassem os matrimônios e a situação de seus descendentes, da época colonial à imperial, os governos caracterizam-se pela intransigência a todos aqueles que não professassem o catolicismo apostólico romano.

Documentos e Referências Bibliográficas.

a) Manuscritos

I. E. A.

Registros paroquiais - 1837 - 1889
Relatórios anuais (1857/58).
Schweitzer-Agregation - documentos diversos

Arquivo nacional
Microfilme “Casamentos Mistos”. Fichário 76, gav. 4. letra C.

b) Documentos impressos

HINDEN, H. 1921

Deutsche und Deutscher Handel in Rio de Janeiro - Ein hundertjähriges Kulturbild zur Zentenar Feier der Gesellschaft “Germania”. Rio de Janeiro, s/e.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Projeto de Regulamento Provisório da Lei 1144.

KOELLE, P. Geschichte der Deutschen Evangelischen Gemeinde in Rio Claro. Mimeo, s/d.

c) Referências bibliográficas.

ANDERSON, Michael. 1980

Elementos para a História da Família ocidental, 1500-1914. Lisboa, Queco, 1984.

BARBOSA, José Carlos, 1988.

Protestantismo e escravidão no Brasil Império. Brasília, UnB.

BURGUIERE, Andre et al. 1988.

“Las mil y una familias de Europa”. In: Historia de la Familia. El impacto de la modernidad. Madrid, Alianza.

DARNTON, Robert. 1990.

O Beijo de Lamourette. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 109-304.

DREHER, Martin N. 1978.

Igreja e Germanidade. São Leopoldo, Sinodal, 1984.

GEERTZ, Clifford. 1973.

A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.

d) Periódicos

DUPAQUIER, Jacques. 1981.

“A contribuição da demografia à História In: História e Debates. Ano 2, nr. 3, dezembro, pp. 109-123.

NADLIN, Sergio O. 1982.

Dinâmica da população evangélica luterana em Curitiba de 1886: alguns aspectos sobre a fecundidade” In: História: Questões e Debates, Ano 3, nr. 5.

SEYFERTH, Giralda. 1988.

“Imigração e Colonização Alemã no Brasil: uma Revisão da Bibliografia”. In: Boletim

Informativo e Bibliográfico. Rio de Janeiro, n. 25, 3 -55.

Colonos alemães na Bahia no século 19, problemas de adaptação

*Albene Miriam F. Meneses
Doutora pela Univ. de Hamburgo
Prof. Adj. do Dep. de Hist. da UNB
Pesquisadora do CNPQ*

Introdução

Na Bahia, as tentativas de implantar colônias agrárias com imigrantes alemães foram todas feitas na atual região do cacau, sul do Estado. Essas iniciativas se deram principalmente na 1ª fase da imigração não portuguesa para o Brasil (1808-1830). A referida região, porém, nunca esteve no centro desse fluxo migratório, desde quando os imigrantes se dirigiram principalmente para as províncias do Sul do país. Contudo o estudo dessa imigração se reveste de certa relevância, pois trata-se de iniciativas pioneiras, marcos históricos e simbólicos de deslocamentos de contingentes de alemães para regiões tropicais do Brasil.

Todas essas tentativas foram condenadas, em maior ou menor grau ao fracasso. As motivações e as circunstâncias que envolveram as implantações dessas colônias, assim como as razões de seus fracassos e as dificuldades de adaptação dos colonos ao meio tropical, constituem o problema que esse estudo pretende desvendar.

Gênese da imigração

A origem da implantação de colônias alemãs no sul da Bahia remonta ao evento do traslado da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, no ano de 1808. Como é sabido, as guerras napoleônicas na Europa puseram a família real portuguesa em fuga para suas possessões sul-americanas. Esse fato deslanchou uma mudança radical na vida política e econômica da Colônia. Entre as reformas introduzidas pelo regente D. João, inclui-se o ato que liberou a até então proibida imigração de elementos não portugueses para a colônia; com isso abriu-se, oficialmente, as fronteiras para os imigrantes europeus.

Alguns alemães chegaram ao Brasil em consequência daquele ato. Primeiro vieram dos Estados e Império alemães comerciantes e artífices, depois colonos e soldados.⁹³ Esses não foram evidentemente os primeiros alemães a se estabelecerem nessas possessões portuguesas de ultramar, mas só a partir de então, pode-se falar de uma imigração alemã no Brasil.

Na Bahia foram feitas nessa época (1818-1830) algumas tentativas no sentido de fundar no

⁹³ Ver entre outros Fouquet, Carlos. *Der Deutsche Einwanderer und seine Nachkommen in Brasilien*. São Paulo/Porto Alegre: Instituto Hans Staden e Federação dos Centros Culturais 25 de julho, 1974, p. 95. Carneiro, José Fernando Domingues. *Imigração e Colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Univeriade do Brasil, 1950, publicação avulsa nº 2, p. 10. Edelweiss, Frederico. *A secular presença da Alemanha na Bahia*. In: *Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros (1968)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1974, p. 592. Sudhaus, Fritz. *Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert*. Hamburgo: Hans Cristian Verlag, 1939/1940, diss. PP. 01-191.

sul da província, futura região do cacau, algumas colônias. Esses empreendimentos eram, em alguns casos, uma iniciativa privada e, em outros, empreitadas subvencionadas oficialmente. Com exceção de São Jorge dos Ilhéus eles fracassaram nos problemas deparados.

Quais seriam as forças explicativas desses problemas? Qual o trajeto desses colonos no meio tropical? Qual a leitura que se pode fazer do conjunto dessas experiências? Essas são questões que pontuam esse trabalho.

Breve histórico dos assentamentos

A implantação dos assentamentos agrícolas com colonos alemães no sul da Bahia não foi resultado de bem elaborada política de imigração. Os principais motivos que levaram a concretização desse empreendimento se resumem, principalmente, nas intenções de políticos em aumentar a população economicamente ativa do Estado, com o intuito de aumentar a produção agrícola. Para alcançar esse objetivo foi escolhida uma das mais escassamente povoadas localidades - o sul do Estado, região rica em pântanos, coberta pela densa Mata Atlântica.

Com vistas a responder as questões colocadas no início desse texto, as linhas a seguir traçam um perfil dos principais assentamentos.

Colônia Leopoldina. A primeira colônia agrária com imigrantes alemães no Brasil, a Colônia Leopoldina, foi fundada no ano de 1818, no sudeste da Bahia, a beira do rio Peruípe, também denominado Caravelas. Esse empreendimento foi subvencionado, em parte, pelo governo do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Batizada foi com esse nome em homenagem a futura imperatriz, austríaca de nacionalidade, Dona Leopoldina.

Não obstante a subvenção oficial, aquela iniciativa pioneira se caracterizou, porém, como um empreendimento agrícola privado que, contava com 40 fazendas de café, com o mérito de ter exportado da Bahia as primeiras levadas desse produto.

Os principais fundadores dessa colônia foram o então cônsul de Hamburgo na Bahia, Pedro Peycke, e os naturalistas Georg Wilhelm Freyreiss e Mohrhardt (sic), ambos de Frankfurt am Main.

Além dos europeus, se ocupavam com o trabalho agrícola naquelas fazendas cerca de 2 000 escravos; dado esse muito significativo, que diferencia essa das outras colônias alemãs, posto constituir uma exceção entre as comunidades teutas no Brasil o emprego intensivo de mão-de-obra escrava.

O marco histórico do início da colonização alemã no Brasil entrou em decadência com o fim da escravidão (1888)⁹⁴

A Colônia Frankental. Acima de Leopoldina o médico e naturalista Georg Anton von Schäffer fundou sua “Colônia de Frankental”. Schäffer era, de 1822 até 1828, o encarregado do Governo Imperial Brasileiro da formação da força policial “Legião Estrangeira”. Outra função, também exercido por ele, era a de agente de imigração na

⁹⁴ Ver Fouquet, op. cit. P. 57. Edelweiss, op. cit. P. 595.

Europa.

Em 1828, soldados alemães da legião estrangeira, com praça no Rio de Janeiro, descontentes com as condições de sobrevivência, muito diferentes das prometidas na Europa, foram atores de um motim contra o comando da tropa. Frente aos desafios da rebelião e provavelmente por temer a reação do governo de seu país, que queria lhe processar por causa de suas polêmicas medidas como agente de imigração, Schäffer resolveu se desincumbir de suas funções oficiais e se recolheu em sua propriedade “Frankental”, ao que tudo indica lá permaneceu até o fim de seus dias.

Além de Schäffer tentaram sua sorte nesse assentamento um par de dúzias de alemães. Registro tem-se de umas 20 pessoas contabilizadas no ano de 1824. A maioria delas, porém, permaneceu anônima.

Em suas reminiscências sobre a colonização alemã na Bahia, Frederico Edelweiss registra os nomes dos comerciantes João Martinho Flach, Filipe Stennig e João Filipe Hennig, todos da região de Franken.⁹⁵

De 1825 até 1830, o assentamento recebeu novas levas de imigrantes alemães e de elementos não alemães. Elas eram provenientes de distintos pontos de recepção no Brasil, principalmente dos portos do Rio de Janeiro e de Salvador. Infelizmente a pesquisa não encontrou, no material consultado, nenhum dado estatístico sobre esse fluxo migratório. Também, no que diz respeito às fontes financiadoras daquele assentamento, nenhuma informação sobre subvenção estatal foi identificada. Como contribuição do Estado registrado ficou apenas o ato de doação das terras. Quanto ao desfecho de Frankental, as fontes pesquisadas são lacônicas, não fazendo nenhuma menção precisa.

Colônia Almada. Entre os anos de 1815 e 1817, portanto antes da fundação de “Leopoldina”, o arquiteto Pedro Weyll, de Frankfurt do Main, se estabeleceu no sudeste da Bahia como lavrador. Ele possuía perto de Ilhéus a Fazenda Almada, onde junto com outro alemão, de quem não se tem registro do nome, plantava café, algodão e um pouco de cacau.⁹⁶ Almada ilustra o exemplo de colonos alemães que, por conta própria migraram para o sul da Bahia e com seus esforços contribuíram para expandir a cultura do cacau naquela região.

Em sua monografia sobre o florescimento da lavoura de cacau na mencionada província Leo Zehnter faz saber:

“ a partir de cette époque (1836) la culture du cacaoyer augmente sensiblement et cela grâce aux efforts d'une colonie allemande qui n'avait pas réussi dans la sismaria du Rio d ' Almada et de quelques Espagnols é tablís de long du Rio Cachoeira (Ilhéos) qui, peu satisfaits de la culture du café, passérat à celle du cacao⁹⁷.

Colônia de São Jorge de Ilhéus ou São Jorge da Cachoeira. No ano de 1818, às margens do Rio Cachoeira, entre Ilhéus e Itabuna, se estabeleceram Weyll e seu companheiro Saueracker (Sandracher) (sic); quando lançaram a semente de sua colônia camponesa de

⁹⁵ IBIDEM.

⁹⁶ Ver Adonias Filho. Sul da Bahia: chão de cacau. Uma civilização regional. Rio de Janeiro: Civilização, 1978. Edelweiss, op. cit. P. 59. Fouquet. op. cit. P. 57.

⁹⁷ Cf. Zehnter, Leo. Le cacaoyer dans l'Etat de Bahia. Berlin, 1914, P. 35.

São Jorge dos Ilhéus, também denominada São Jorge da Cachoeira. No ano de 1822 a colônia recebeu reforços, um grupo de 28 famílias, num total de 161 pessoas. Eram colonos contatados pelos lavradores Weyll e Saueracker para plantar café.⁹⁸

A colônia São Jorge dos Ilhéus, ao contrário de “Leopoldina”, não ocupava mão-de-obra escrava. Aquele assentamento constitui também um marco no pioneirismo da colonização alemã. Ele foi a primeira “colônia camponesa” com imigrantes alemães no Brasil.⁹⁹

Sobre a fundação daquela colônia, Frederico Edelweiss, na sua obra “A secular presença alemã na Bahia”, opina que essa teria sido a mais bem conduzida tentativa de se estabelecer imigrantes como colonos na Bahia. Os motivos para esse êxito seriam, entre outros, os critérios de escolha dos colonos, dentre os quais contavam-se pedreiros, marceneiros, carpinteiros, ferreiros, padeiros e funileiros - artífices indispensáveis para a formação de uma comunidade isolada.¹⁰⁰

No ano de 1823, as condições na colônia se deterioraram muito depressa quando chegou uma nova leva de imigrantes. Tudo indica que as razões para tanto repousam nos desdobramentos das lutas pela independência da Bahia (1822/23), que teve como uma de suas conseqüências a supressão da prometida ajuda do governo provincial. Resultou desse fato o péssimo acolhimento aos novos imigrantes, os quais não encontraram teto, nem condições mínimas para se assentarem, foram deixados às suas próprias sortes.¹⁰¹ Agravava a já adversa situação, os problemas de saúde dos novos imigrantes, que tinham pouca resistência física. Lançados estavam assim as pré-condições para desordens, fome, doenças e epidemias, sob as quais perecerem muitos colonos.

No ano de 1827 a maior parte deles não se encontrava mais em São Jorge dos Ilhéus. Muitos estavam mortos, uns poucos se mudaram para Ilhéus e outros migraram para outras regiões.¹⁰² Alguns anos depois foram encontrados remanescentes daquele assentamento perto de Ilhéus, em um lugar chamado Banco da Vitória. Para que eles se reorganizassem, a Intendência de Ilhéus e seus habitantes recolheram R\$ 4.383.400 (quatro milhões, trezentos e oitenta e três mil e quatrocentos reis) e doaram para os imigrantes, que com esses recursos puderam se estabelecer à beira do Rio Cachoeira, onde introduziram a plantação de cacau em moldes comerciais com resultados muito proveitosos.¹⁰³ Desta forma, lançaram o germe da dinâmica zona produtora de cacau do Brasil, o complexo Ilhéus-Itabuna. Esses colonos deram início, assim, a sistematização, do comércio internacional de cacau oriundo da Bahia. Aqui se registra então mais um ato pioneiro dos imigrantes alemães.

Um retrato da trajetória da Colônia de São Jorge dos Ilhéus é, de certa forma, revelado por um documento histórico. Trata-se do “Relatório sobre as colônias ao sul da Província da Bahia”, do comissário do governo imperial brasileiro, Nascente de Azambuja, datado do

⁹⁸ Ver Edelweiss, Leo. op. cit. P. 599. Fouquet, op. cit. P. 57. Overbreck, Wilhelm. Fünfzig Jahre Deutscher Verein Germania und Deutschum in Bahia. Berlim, 1923, P. 3. Seligsohn, Otto E. Cacau da Bahia. História e Problemática. Salvador: Edição Ipesa/Livraria

⁹⁹ Fouquet. op. cit. P. 57 e 96.

¹⁰⁰ Cf. Edelweiss. Op. cit. P. 599.

¹⁰¹ Cf. Overbeck. Op. cit. P. 3.

¹⁰² Cf. Edelweiss. Op. cit. P. 599.

¹⁰³ Cf. Seligsohn. Op. cit. P.20

ano de 1873.¹⁰⁴ Esse documento dá conta da existência daquela colônia naquele ano, assim como, de sua prosperidade. Uma estatística do ano de 1875 registra o número de 400 colonos, imigrantes e seus descendentes, vivendo no assentamento à beira do Rio Cachoeira.

A importância da colônia de São Jorge dos Ilhéus, no quadro da história da imigração alemã para o Brasil, pode ser aferida das reflexões de alguns estudiosos do assunto e da contraposição de seus pontos de vista, quanto ao significado simbólico dos feitos de seus colonos.

Adonias Filho lembra que esses colonos não devem, sob hipótese nenhuma, ser comparados com os da Colônia Leopoldina. Em primeiro lugar, porque eles desempenharam um esforço pioneiro como lavradores para o plantio do cacau. Esses imigrantes, ao contrário dos estabelecidos no Rio de Janeiro e em São Paulo, não trabalhavam como assalariados ou meeiros; tão pouco ocupavam mão-de-obra escrava. Chegaram ao sul da Bahia, como os outros migrantes brasileiros, para lavrar a terra e se estabelecerem como colonos.¹⁰⁵

Carlos Fouquet observa, por seu lado, que “São Jorge dos Ilhéus” não se tornou um exemplo para outras colônias como São Leopoldo.¹⁰⁶

Otto Seligsohn afirma que aquela colônia atingiu seus objetivos, desde quando se constata que, muitas famílias, bem de vida na região do cacau, perpetuam os nomes desses pioneiros, e seus descendentes conseguiram se estabelecer com sucesso na sociedade local.¹⁰⁷

Colônia Muniz.. A última tentativa de estabelecer colonos alemães no sul da Bahia, no século 19, foi feita sob o patrocínio do Comendador Egas Moniz Barreto Aragão e seu amigo o Conselheiro Ministerial Policarpo Lopes de Leão; trata-se da colônia implantada na bacia do Rio Una.

Os fundadores Egas Moniz e Lopes Leão fecharam um contrato com o governo imperial brasileiro, em 05 de fevereiro de 1872, para a “importação” (sic) de até 10.000 colonos, ao longo de seis anos. Quer dizer: cerca de 1.666 colonos por ano.¹⁰⁸

Para efetivar seus planos, os idealizadores fundaram na Fazenda Comandatuba, localizada na bacia do Rio Una, um assentamento com o nome de Moniz. Em 1873, chegaram os primeiros colonos, eram 1.800 pessoas, entre as quais “cerca de 150 realmente com nomes alemães”.¹⁰⁹ A grande maioria era composta por poloneses católicos, provenientes da Prússia Ocidental. Os componentes explosivos para um desentendimento já estavam, assim, reunidos desde o início.

¹⁰⁴ Cf. Azambuja. “Relatório sobre as colônias ao sul da Província da Bahia”. Paulo Adonias Filho, Op. cit. P. 68.

¹⁰⁵ Cf. Adonias Filho. Op. cit. P. 68.

¹⁰⁶ Fouquet. Op. cit. P. 57.

¹⁰⁷ Cf. Seligsohn. Op. cit. P. 20.

¹⁰⁸ Cf. Edelweiss. Op. cit. P. 20.

¹⁰⁹ Cf. Overbeck. Op. cit. P. 31. Digno de registro é o fato, da tão malfadada “Comandatuba” dos assentamentos ser, hoje em dia, “um paraíso tropical” nos prospectos turísticos sobre a região sul da Bahia, onde se construiu um hotel de luxo para ricos.

Os poloneses católicos entraram em conflito com a minoria protestante de alemães e suíços. A animosidade tomou os contornos de uma verdadeira querela religiosa de caráter belicoso. Para apaziguar os ânimos, o organizador Lopes de Leão teve que empregar a força policial, vinda de Salvador.¹¹⁰ A solução encontrada para pôr termo ao conflito foi a de separar os imigrantes, segundo suas confissões religiosas. Para isso foi fundado, ainda no ano de 1873, um outro assentamento denominado de “Teodoro”, localizado 10 hectares ao leste de “Moniz”. Para lá foram transportados os poloneses católicos.

Dois outros assentamentos foram criados, ainda em setembro de 1873, em umas localidades conhecidas como “Poço” e “Carolina”, essa última ficava na região costeira do Rio Prado, na fazenda de Jorge Adolfo Stolze, um alemão que tentou prestar ajuda para amenizar o descontentamento com as condições de vida encontradas por parte de alguns colonos de “Moniz”.¹¹¹

O desfecho da Colônia Moniz foi trágico. Apesar das tentativas de “salvamento” e “ajuda”, os colonos, cerca de 738, foram dizimados em pouco tempo pela malária, tifo e outras doenças. Dos 1005 sobreviventes, a maioria regressou para sua pátria de origem, alguns se estabeleceram em Salvador e só uns poucos permaneceram na região do cacau.¹¹²

Problemas de adaptação

As condições enfrentadas pelos colonos alemães, na Bahia do século 19, emolduram um quadro esquemático, no qual, o colono tinha que passar por distintos processos de adaptação, principalmente no que diz respeito às condições climáticas; contatos com os “vizinhos” índios, salubridade dos solos; precárias ou inexistentes instalações de alojamento; inadequada diversificação de profissões, face ao desafio de ter que desempenhar a pioneira função de desbravador, com o fim de desenvolver comunidades agrícolas em um meio isolado. Considerando-se essas variáveis, a seguir tentar-se-á delinear um painel do transcorrer da vida nos assentamentos e das dificuldades enfrentadas pelos colonos.

Um dos primeiros problemas com o qual o colono se deparava diz respeito a nova terra escolhida para realizar seus sonhos de uma vida melhor e as instalações encontradas para passar os primeiros tempos, até poder se estabelecer por conta própria. Deplorável eram as medidas tomadas para a acolhida dos imigrantes. Ilustra esse juízo de valor, o fato de os primeiros imigrantes não encontrarem nenhum alojamento pronto na Fazenda Comandatuba. Após um árduo traslado dos portos de desembarque, eles tiveram que erguer as toscas cabanas que lhes serviriam de abrigo. Caracterizavam essas moradias a insalubridade, umidade e principalmente a quantidade insuficiente para alojar de foram satisfatória todas as famílias.¹¹³ Esses fatos falam a favor de um ambiente de promiscuidade, favorável inclusive à proliferação de doenças infecto-contagiosas.

A vida de um colono, no século 19, no Sul da Bahia era pobre. A produção dos

¹¹⁰ Ver Edelweiss. Op. cit. P. 601. Overbeck. Op. cit. P. 31.

¹¹¹ Edelweiss. IBIDEM.

¹¹² Ver Overbeck, Op. cit. P. 31.

¹¹³ Ver Edelweiss. Op. cit. P. 602. Overbeck. Op. cit. P. 30.

assentamentos, irrelevante e sem maior importância para a economia da província, se resumia em farinha de mandioca, sal, um pouco de açúcar de cana, café, alguma coisa de cacau e um pouco de madeira. Quase não havia contato com outras províncias ou mesmo com a capital, Salvador, eram elas em muitos aspectos auto-suficientes.¹¹⁴

Os dados registrados acima revelam que, entre outras mudanças, os colonos tiveram que adaptar seus hábitos e costumes alimentares aos produtos tropicais, possivelmente incorporaram a farinha de mandioca ao cardápio cotidiano. Uma outra interpretação dos mesmos diz respeito às adaptações das técnicas de lavrar a terra e cultivar as plantas. O colono encontrava-se agora diante de uma circunstância totalmente distinta das condições européias, às quais estava acostumado para produzir. Deduzido pode ser também que a mobilidade das pessoas era pouca, e escassa a circulação de mercadorias - o isolamento era uma contingência.

Se as desconhecidas terras tropicais eram um desafio natural para os colonos, as dificuldades de adaptação cresciam face às condições de sobrevivência oferecidas pelos locais selecionados para a implantação dos assentamentos. Sem maiores critérios, a escolha recaiu na região sudeste, onde o solo era inadequado para as sementes e implementos agrícolas trazidos pelos colonos. Agravava as circunstâncias adversas a localização dos lotes, perto de regiões pantanosas da floresta infestada de mosquitos, transmissores de doenças tropicais.

A adversidade advinha também dos embates com os índios. A população local era composta principalmente de índios, e secundariamente por um agrupamento de mestiços de europeus, mamelucos, cafuzos, mulatos e uns poucos escravos africanos. Raros não eram os ataques dos índios, sobretudo dos tupiniquins. Assim fazia parte da vida do colono o desafio de ter que atacar ou se defender das flechas dos nativos - os sobressaltos representados pelos índios era uma constante.

Naquelas paragens longínquas dos centros de poder econômico e político, constituíam as principais vias de transporte os rios e o mar. A navegação de cabotagem era o único laço de ligação entre as poucas vilas e entre a região e o resto do mundo. Destarte essa possibilidade, praticamente não existiam os contatos com Salvador ou com outras províncias.

Tendo como pano de fundo esse cenário, fracassaram de forma geral, todas as tentativas do século 19, de estabelecer imigrantes alemães com a incumbência de desempenhar papel de pioneiro no sul da Bahia.

Imagens do presente sobre os problemas de adaptação

As dificuldades apontadas e os desafios por elas colocados aos colonos alemães no sul da Bahia, no século passado, configuram apenas algumas das facetas da complexa questão de “adaptação”. As limitações da presente análise excluíram de seu campo de abordagem aspectos outros, como “mentalidade” e “aculturação”.

¹¹⁴ Ver Adonias Filho. Op. cit. P. 68. Garcez, Angelina Nobre Rolim e Freitas, Antônio F. Guerreiro. Diagnóstico Sócio-econômico da região cacauzeira: história econômica e social. Ilhéus, 1975, P. 12. Os mesmos Bahia cacauzeira. Um estudo de história recente. Salvador, 1979.

Para suplantar os riscos de uma visão unilateral do problema, ter-se-ia que aprofundar a caracterização das condições dadas pela terra que acolhia, assim como, do nível de preparo dos imigrantes, para enfrentar os desafios colocados pelo encontro de dois mundos tão distintos. O objetivo proposto é bem mais modesto: narrativa da síntese sobre a trajetória dos colonos, elaborada a partir das informações salpicadas em diversos textos bibliográficos, e desta forma, captar um pouco os traços que delineiam os capítulos da história dos deslocamentos de contingentes humanos.

Destarte os contrapontos acima colocados, retrospectivamente pode-se dizer que a mudança para um clima tropical, a desconhecida composição do solo, a luta contra os índios, o péssimo preparo das acomodações para o primeiro momento de acolhida e os novos tipos de doenças encontraram imigrantes despreparados. Em alguns casos se tentou transformar em lavrador, quem não tinha conhecimento do trato com a terra. Se aglomerou colonos em uma localidade isolada, sem a devida preocupação com a diversidade das profissões em uma comunidade em formação. Enfim, os colonos tinham que enfrentar dificuldades advindas da natureza da nova terra, de caráter político (ou falta do mesmo), econômico, social e cultural. Se adaptar a tal conjuntura sob as circunstâncias dadas foi um processo difícil, tendo às vezes como tributo maior a própria vida.

**A prática do Turnen entre imigrantes alemães e seus descendentes.
no Rio Grande do Sul: 1867 - 1942**

*Leomar Tesche*¹¹⁵

Na obra “As Ciências do Esporte no Brasil” (1995), no artigo sobre a história da educação física no Brasil, autoria de Pedro Agnelo Pagni, o autor avalia as obras publicadas e os pensamentos dos poucos autores que tratam da historiografia da educação física, como: Fernando de Azevedo, Inezil Penna Marinho e Lino Castellani Filho. Afirma o autor¹¹⁶ que a história da educação física está se consolidando nos últimos anos como uma disciplina e como um dos possíveis campos de pesquisa dos cursos de graduação e de pós-graduação em educação física. Com a criação do Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física vem sendo objeto de constantes debates. No mês de outubro estará se realizando o IV encontro em Belo Horizonte no qual estaremos apresentando nosso trabalho, procurando contribuir para melhorar o processo.

Cita¹¹⁷ ainda a concepção de história do mais ilustre dos autores de inúmeras obras relacionadas a história da educação física, Inezil Penna Marinho, quando afirma que a História é “o conhecimento do passado” que tem como objeto o “fato histórico” - compreendido como todo o fato humano que possa ser entendido numa relação de causa e efeito e repercute na sociedade -, cujo “método” consiste na sua ordenação e seriação de acordo com as leis estabelecidas a partir de uma cadeia causa. Considera ainda a História como uma “ciência natural” e, ao falar de suas relações com a educação física, afirma que.. “a história da educação física [analogamente a história da educação] traduzirá o estudo dos principais sucessos Relacionados aos exercícios físicos, considerados no tempo e no espaço”. E quanto a sua utilidade, atribui a ela o caráter de dar aos povos uma

... consciência de si mesmos, de sua força, de sua originalidade, e, por isso é uma verdadeira memória coletiva, nos ensina o respeito pelo passado e nos fornece um poderoso estimulante para o futuro, trazendo com isso uma intenção ou contribuição de caráter nitidamente moral.¹¹⁸

Por sua vez, Lino Castellani Filho, identifica três tendências: uma tendência a biologização, outra a psico-pedagogização e, por último, a vinculada à Pedagogia Histórico-Crítica (na qual nos inserimos).

Pagni deixa claro que existem diferenças entre autores. As fontes levantadas pelos autores para escrever a História não são suficientes para dar conta de tão longo período. Portanto, é importante que os estudos em História da Educação Física se constituam em monografias sobre períodos mais curtos e melhor delimitados, restritas a espaços geográficos também definidos, ou então, tratando determinados temas da educação física (como corpo, jogo,

¹¹⁵ Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, São Leopoldo, RS. Professor de Educação Física no Curso de Educação Física da UNIJUI, Campus de Santa Rosa, RS.

¹¹⁶ NETO, Amarílio Ferreira; GOELLNER, Silvana Vilodre; BRACHT, Valter (Org). As Ciências do Esporte no Brasil, Campinas. Autores Associados, 1995, Pedro Agnelo Pagni. p. 149.

¹¹⁷ Idem, p. 153-154.

¹¹⁸ Idem.

ginástica, esporte etc...), ou ainda, procurem resgatar a memória de alguns personagens importantes na sua história ou mesmo de alguns professores pouco conhecidos que representam a prática da educação física de uma determinada região.

Diante de tais fatos, justificamos a nossa pesquisa deixando claro a proposta de um movimento caracterizado por manifestações de um povo, o alemão, num momento de agitação político-sócio-econômico e o seu transplante para o Brasil. São, portanto, essas manifestações o estudo da prática do Turnen entre os imigrantes alemães e seus descendentes, no rio Grande do sul, a partir de 1867, como preservador da sua identidade étnica, até 1942.

O enfoque dado, ao longo deste trabalho, foi o de identificar, acompanhar e analisar o esforço de um povo de preservar sua identidade étnica, o germanismo, através do Turnen. Nesse sentido, estudamos uma Sociedade, uma Liga de Ginástica teuto-brasileira, denominada, hoje, de Sogipa. Esta Sociedade, em particular, é uma das mais antigas do Brasil em atividade e a mais antiga do Rio Grande do Sul. Ela procurou manter unidos os seus sócios através de intensas atividades e os manteve constantemente informados, publicando idéias, pensamentos e objetivos em relação ao Turnen.

Identidade étnica não pode ser conceituada com poucas palavras. Temos que vê-la numa visão um pouco mais ampla. Para Seyferth¹¹⁹, essa questão num grupo teuto-brasileiro está relacionada à idéia de germanidade apresentando todas as características de uma ideologia étnica. Os teuto-brasileiros formam um grupo cuja ideologia étnica se orienta a partir de representações tomadas de uma concepção nacionalista, ou seja, aquela que foi introduzida na comunidade através de determinadas instituições consideradas “alemãs” como a imprensa, a escola, as sociedades de tiro, a igreja evangélica, etc.

Os conceitos de etnia, grupos étnicos e etnicidade¹²⁰, incluem as populações nacionais ou mesmo minorias nacionais que integram com outras fora dos limites específicos do seu Estado nacional. A ideologia nacionalista passa a ser uma ideologia étnica e, como tal, deve ser assinalada, sempre envolvendo interação dos membros do grupo que funcionam como indicadores da identidade étnica. Portanto, afirma Seyferth, os símbolos de identificação variam, podendo ser raciais, lingüísticos, culturais, nacionais ou outros, mas sempre usados como critérios de classificação inclusive e ou exclusivo. Em nosso estudo, os símbolos de identificação da sociedade e seus componentes são os lingüísticos e culturais como o teatro, o coral e a biblioteca¹²¹.

Centramos nosso estudo no período que vai de 1867, ano em que é fundada a Sociedade e ano em que iniciou a prática do Turnen, no Rio Grande do Sul, até 1942, quando o Decreto Lei nº 3199 de 14 de abril de 1941 entra em vigor, regulamentando o desporto amador no Brasil, somado com as conseqüências causadas pela 2ª guerra mundial e a obrigatoriedade na mudança do nome, Sociedade de Ginástica Porto Alegre 1867, devido à política do Estado Novo.

Nesse sentido, temos a certeza de que a forma mais convincente de tratar o tema, sob o enfoque proposto, seja mediante o auxílio de alguns recursos conceituais históricos. Para tal, buscamos em Seyferth, no que Gertz concorda que para o Rio Grande do Sul também é

¹¹⁹ SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e Identidade Étnica. Florianópolis: FCC, 1982. P. 3-12.

¹²⁰ Ibid

¹²¹ Ibid

válido, quando afirma que os “teuto-brasileiros são todos aqueles alemães que ainda têm em conta a língua alemã como língua materna, tenham eles nascido suíços, russos, brasileiros, alemães (...) mas que têm sua pátria (Heimat) no Brasil”, ou “teuto-brasileiro é aquele que mantém sua língua e seus costumes alemães, sem constituir uma ameaça ao Estado e se interessa, como cidadão brasileiro, pela sua terra e não fica atrás dos brasileiros em patriotismo e disposição para o trabalho¹²². Assim os teuto-brasileiros puderam preservar a sua herança, a germanidade, também através das associações, e concordamos com as afirmações de Rambo que “legaram os imigrantes inúmeras associações e clubes que demonstraram uma atividade associativa intensa e variada destinada ao lazer, à arte, ao canto, ao teatro e a múltiplas outras atividades, (...)”¹²³. E, por germanismo, Gertz afirma que “é a tradução da palavra *Deutschtum*. De uma maneira geral, entende-se como ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã”.

As razões que justificam nosso objeto de estudo estão relacionados a vários fatores que envolvem esta problemática, os quais merecem ser melhor esclarecidos e reinterpretados. Percebemos que o tema é pouco explorado pelos pesquisadores e de escassa produção historiográfica, e, o que se tratou importa apenas o ano de 1848, na Alemanha. deixamos claro que, quando estaremos nos referindo à Alemanha é à que até aquele momento não está unificada, o que acontece somente em 18.01.1871; portanto estaremos nos referindo sempre à Alemanha, no sentido espaço cultural, alguns autores citam que existiam as Sociedades de Ginástica sem, no entanto, aprofundar seus estudos sobre o tema.

Lothar Wieser, por exemplo, faz um trabalho amplo sobre os imigrantes alemães e o desenvolvimento do Turnen até 1917. Trata de todas as sociedades que praticaram o Turnen no Brasil num sentido amplo até o final da 1ª guerra mundial¹²⁴. Outro estudioso no assunto é Paulo Gilberto de Oliveira que trata a imigração alemã e a introdução do Punhobol no Rio Grande do sul¹²⁵. Rambo trata da questão do associativismo de um modo geral, também no Rio Grande do Sul. Essas são as únicas obras que tratam especificamente sobre o tema que abordaremos.

Seyferth, no entanto, trata em sua obra a questão do nacionalismo e identidade étnica. Mesmo referindo-se ao Estado de Santa Catarina os conceitos utilizados também servirão para o alemão no Rio Grande do sul. Assim como duas obras de Gertz, *O Perigo Alemão* e *O Fascismo no Sul do Brasil*¹²⁶, que tratam das questões ideológicas nacionalistas e questões sobre o germanismo e nazismo.

Horst Ueberhorst, trata um capítulo sobre a revolução de 1848 e o Turnen na Alemanha em sua obra *Turner untern Sternenbanner*¹²⁷ e, em *Friedrich Ludwig Jahn 1778-11978*¹²⁸, faz uma análise das atividades físicas e ideológicas a partir da Grécia. As

¹²² “SEYFERTH. p. 74-75.

¹²³ “MÜLLER, Telmo (org). *Nacionalização e Imigração Alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994, p. 75.

¹²⁴ WIESER, Lothar. *Deutsches Turnen in Brasilien. Deutsche Auswanderung und die Entwicklung des Deutsch-Brasilianischen Turnwesen bis zum Jahre 1917*. Londres: Arena Publications, 1990.

¹²⁵ OLIVEIRA, Paulo Gilberto de. *A Imigração alemã e a introdução do Punhobol no RGS*. Santa Maria: 1987. Dissertação. Ciências do Movimento. Centro de Educação Física, UFSM.

¹²⁶ GERTZ, René E. *O Fascismo no sul do Brasil*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

¹²⁷ UEBERHORST, Horst. *Turner untern Sternenbanner*. München: Henz Moos, 1978.

¹²⁸ UEBERHORST, Horst; STUMP, Wolfgang. *Friedrich Ludwig Jahn 1778/1978*. München: Heinz

obras do próprio Jahn são documentos importantes em nosso trabalho, pois são a prova dos seus pensamentos e construção do Turnen, como *Deutsches Volkstum* (sic) e *Die Deutsche Turnkunst*, este último escrito por Jahn e Eiselen. Trabalhamos com os documentos procedentes do arquivo da Sogipa, o que supriu a deficiência bibliográfica.

A importância desta pesquisa abrange dois sentidos. O primeiro é o de resgatar a história do Turnen no Rio Grande do sul, pois aos poucos esta história e seus documentos estarão desaparecendo. O segundo é de que a própria história do Turnen abrange a história dos esportes do Rio Grande do Sul. Assim sendo, a problemática da investigação se baseia principalmente no questionamento sobre se o imigrante alemão e seus descendentes sabiam das origens do Turnen. Se eram sabedores das origens ideológico-políticas do Turnen. Se o imigrante e o descendente alemão praticavam o Turnen com o mesmo objetivo com que o Turnen se originou. Se o descendente alemão, o teuto-brasileiro, praticou o Turnen nos mesmos ideais dos imigrantes. Se o teuto-brasileiro, ao praticar o Turnen, sabia que com essas manifestações estava preservando a sua identidade étnica.

Para esclarecermos a problemática, abordamos, em primeiro lugar, a contextualização da Alemanha no início do séc. XIX. Discorremos sobre o processo político no surgimento do nacionalismo no período do Romantismo, a invasão de Napoleão e a intenção de ver uma Alemanha unificada e livre. Na figura de um pedagogo, Friedrich Ludwig Jahn, são introduzidas as atividades físicas e culturais na Alemanha. Ele é de suma importância pelo fato de usar essas atividades para fomentar o nacionalismo e o de ver sua pátria unificada¹²⁹. Com a expulsão do invasor (1813/14), do ponto de vista do Imperador, não havia mais justificativas para a prática dessas atividades. Portanto, foram proibidas em 13.07.1819, por um período de 20 anos, quando então voltaram a ser praticadas, mas infiltradas pelas proibidas agremiações políticas, pois ainda estava em vigor o decreto do Parlamento de 5.7.1832 que as proibia, o que deu um outro enfoque e fez com que se alastrassem por todas as terras para onde os alemães imigraram, principalmente Estados Unidos e Brasil.

Em continuidade, fizemos um estudo do mentor dessas atividades, Friedrich Ludwig Jahn, sobre sua vida que teve características bem marcantes as quais podemos constatar no processo de solidificação de sua obra.

É nesse momento que devemos lembrar as afirmações de Beti, quanto afirma que:

(...) a Educação Física experimental, durante o século XIX, um decisivo impulso no sentido de sua sistematização e institucionalização como forma de educação no mundo ocidental. De modo que o desenvolvimento ocorreu na Europa, onde no continente aconteceram os sistemas de ginástica, e na Inglaterra o movimento esportivo e a partir

Moos, 1978.

¹²⁹ Jahn e seus seguidores tinham 3 objetivos bem definidos:

- 1º) uma era o pensamento de libertação da Alemanha do jugo de Napoleão;
- 2º) a idéia da unificação de todos os estados alemães em um reino, tendo como liderança a Prússia;
- 3º) a participação de todos os cidadãos no bem-estar e na desgraça de todos o País através da elaboração de uma constituição que concedesse a todo o povo direitos civis.

dai espalhou-se por todo o mundo. Este processo aconteceu na Europa num momento histórico de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais.

Por fim, tratamos do transplante desse movimento para o Brasil, mais especificamente para o Rio Grande do sul, onde o movimento esteve presente, nos objetivos a que Jahn se propusera, até por volta de 1942. A sua introdução no Rio Grande do sul, lê-se em Porto Alegre, não foi nada fácil. Ela foi introduzida através de uma construção, passo a passo e com dificuldades econômicas e sociais.

Particularmente, reconhecemos a importância desta pesquisa, na medida em que há muitos estudos em relação à imigração alemã e suas conseqüências. Porém, temos que ressaltar que nosso trabalho tem suas limitações, como, entre outras, o fato de deixar alguns textos para uma etapa posterior. Isto não ocorreu em detrimento da atual pesquisa, pois consideramos que as fontes analisadas são plenamente suficientes para atingirmos os objetivos a que nos propusemos. De qualquer maneira, o referencial teórico e histórico que buscamos e que reescrevemos, sobretudo a riqueza dos dados que possuímos e que analisamos, e com os quais convivemos, dão-nos a clara sensação, para além da intencional sobriedade na exposição e do objetivo alcançado, de estarmos ajudando a abrir seculares cortinas que medeiam infinitos preconceitos.

O que temos que esclarecer é que, muitas vezes, usamos, ao longo do trabalho, os vocábulos Turnen e Ginástica. Ginástica tem sua origem no grego, *gymnastiké*. Conforme Ferreira, “é o conjunto de exercícios corporais sistematizados para esse fim, realizados no solo ou com auxílio de aparelhos e aplicados com objetivos educativos, competitivos, artísticos, terapêuticos, etc”. E Turnen, por sua vez, é constituído pela ginástica, pelos jogos, pelas caminhadas, pelo teatro, pelo coral. De maneira que não existe um vocábulo que traduz a fidelidade do sentido do Turnen para o português. De maneira que quando se utiliza o vocábulo ginástica é no sentido de Turnen.

Abriremos um parêntesis e pensamos um pouco como entendemos a ginástica hoje em dia? O que essa palavra vem designando e onde costuma ser empregada? Baseamo-nos nas afirmações de Oro¹³⁰ quando faz uma explanação referente a estes questionamentos que “há uma confusão conceitual e que torna a ginástica uma figura sem contornos definidos, permitindo que se classifique sob esse nome práticas de movimentos a tal ponto diversificados, que a percepção de uma classe temática unitária é hoje problemática. O que em geral, são entendidos como ginásticos todos os movimentos praticados com intenção exercitiva”. A raiz desses conceitos, o de ser o conjunto dos exercícios físicos não é tão propriamente grega, nem muito menos, ela é renascentista.

Temos que destacar, para então entendermos a questão do Turnen, é que está exatamente nas afirmações anteriores de que precisamos aí que os humanistas encontravam uma justificativa pedagógica para a ginástica, que não resumisse a uma das artes médicas: além de promover a saúde segundo os preceitos médicos, sua prática visava educar a vontade e preparar o cidadão para a defesa do Estado, numa clara concordância com os pensadores clássicos.

A maneira como foram selecionados e organizados os assuntos e os passos dados para o resgate e análise do tema, está melhor descrita a seguir: no primeiro capítulo, procuramos

¹³⁰ ORO, Ubirajara. A Ginástica em questão. Trabalho apresentado ao Departamento de Ed. Física, como requisito parcial do Concurso Público a Professor titular. UFSC. Florianópolis: 1995.

contextualizar a Alemanha no conturbado período do Romantismo, período em que Jahn viveu; no segundo, contextualizamos Johann Friedrich Ludwig Jahn, sua vida e obra, bem como a infiltração política nos Turnvereine (Sociedades de Ginástica) pós-proibição; no terceiro, esclarecemos, toda a histórica, todo o desenvolvimento, todas as idéias e pensamentos surgidos em torno do Turnerbund (Liga de Ginástica e, mais tarde, Sociedade de Ginástica Porto Alegre - Sogipa); no quarto e último capítulo, procuramos deixar claro o significado da prática do Turnen entre os sócios do Turnerbund, bem como a luta para preservar o Deutschtum (germanidade) frente à tentativa da infiltração nazista ocorrida no final da década de trinta, bem como a troca de nome da Sociedade, assim como a oficialização dos desportos no Brasil pelo Decreto Lei nº 3199 de 14 de abril de 1941, o qual instituiu o Conselho Nacional de Desportos e os Conselhos Regionais de Desportos.

Para nós este é o documento que faz com que finda a prática do Turnen, a idéia do Turnen que Jahn se propôs, no momento em que inicia a política do Estado Novo e o fechamento de muitas sociedades de Ginástica.

As palavras de Tubino¹³¹ fazem um apanhado sobre a questão da regulamentação dos desportos, quando afirma que:

(...) o esporte, que de modo geral autogovernado até os anos trinta, depois, devido às implicações econômicas e políticas, passou a receber inferências diferenciadas nos países capitalistas. Estas intervenções, segundo Garcia Pelayo, ocorrem sob formas de financiamento, legislação ordinais específicas, existências de órgãos responsáveis pela formulação de políticas e normatizações esportivas e também pela introdução de artigos relativos ao esporte nas constituições.

Caracterizamos nossa pesquisa como profundamente marcada pelos objetivos com que os teutos deram à construção de um local para o seu lazer nas características do mentor Friedrich Ludwig Jahn. A mão forte de um grupo de teutos na manutenção dos objetivos a que se propuseram foi o ponto principal. Dar trinta anos de uma vida à presidência de uma sociedade é, sem dúvida, um fato marcante para quem fez parte de uma época, estamos aqui nos referindo a Aloys Friedrichs.

Os alemães emigrados na década de 50, alguns nacionalistas, significava a formação de uma organização social em forma de sociedade, não com um exemplo cultural, mas também com um esforço emancipacionistas liberal burgês. A defesa e a organização próprias foram, pelas múltiplas diferenciações das regiões coloniais, numa necessidade de sobrevivência que auxiliou com outros a administrar o difícil início. Essas são as constatações de Wiser, quando cita Ojeda-Ebert.

Nosso estudo, portanto, procurou enfatizar a preservação da identidade étnica dos alemães através da prática do Turnen. Os imigrantes e descendentes de alemães eram realmente sabedores da política ideológica a que Jahn se propunha. Os objetivos com que construiu e praticou o Turnen eram preservados pelo Turnerbund. Tais afirmações sustentamos pelas leituras que realizamos, pelos documentos inéditos que localizamos e apresentamos, pelas reflexões que levantamos.

Podemos afirmar que, de fato, o Turnerbund seguiu o caminho seguro dentro das propostas

¹³¹ TUBINO, Manoel Gomes. Dimensões sociais do esporte. São Paulo, Cortez. 1992.

baseadas nos ideais de Jahn, através da guarda de grupos bem definidos dentro da sociedade. O destaque é que, para que isto acontecesse, havia sempre sócios que se mantinham por anos e anos na diretoria como que se quisesse mostrar segurança que a sociedade tinha em manter entre seus ideais o de preservar a identidade étnica através do Turnen.

O Turnen foi o veículo preservador. Fazemos nossas as palavras do autor inglês Michel Mulhall citado por Gertz, quando afirma que “os alemães não pensam em retornar à Europa, mas sim estabelecer-se permanentemente no país adotivo (...). Mesmo assim e apegam com maior fervor às recordações de sua pátria de origem, e no que tange à língua, sentimentos e tradição são tão fiéis ao país de nascimento como se fossem apenas viajantes numa terra estranha”¹³².

Apenas como ilustração, a primeira notícia sobre Turnen encontramos quando da fundação da Sociedade de Ginástica no Rio de Janeiro em 1859. Mas em Joinville, SC, desde 1855 existia uma sociedade de Tiro ao alvo e, em 1858 a Sociedade de Ginástica Alemã (essa foi a primeira da América do Sul). No início do século se praticava sete diferentes jogos, pelos dados dos jornais da Sogipa, são eles: Faustball (punhobol); Tamburinball (tamborim); Schleuderball (uma bola com alça a qual era lançada); Kreisball (bola dentro de um círculo que se jogava para fora); Drittenabschlagen (três corta); Krocket e o Futebol.

Como ouvimos na explanação Jahn difundiu suas idéias sobre a atividade física e atividade cultural por toda a Alemanha. Essas atividades que ele denominou por Turnen eram as corridas, os saltos, a equitação, os lançamentos, as lutas, a esgrima, os exercícios de escalar, a natação e a preservação da cultura alemã, através do canto, teatro, grupos instrumentais.

Com a proibição da prática do Turnen na Alemanha os discípulos de Jahn divulgaram o Turnen por outros países, tanto que na Suíça foi criada a primeira federação de ginástica, em 1832 e também o primeiro festival denominado de Turnfest. A Federação Européia foi criada em 1881 dando origem à Federação Internacional de Ginástica (FIG) em 1921 cuja sede é em Zürich. O introdutor da ginástica de aparelhos (Geräteturnen) foi Alfred Schütt, sendo a sua forma mais evoluída o Kunstturnen, denominado mais tarde de ginástica artística.

¹³² GERTZ. 1987. p. 24.

**O ensino do canto e da música na escola
teuto-brasileira: a contribuição do professor
Wilhelm Schütter**

Angela Tereza Sperb

Rastreando a temática do canto no universo teuto-brasileiro nos defrontamos com as publicações do professor Wilhelm Schütter, que pretendemos socializar nessa comunicação. Distribuímos nossas colocações em cinco itens: 1. o espaço que a música ocupa no currículo; 2. o professor Schlütter; 3. a função da música no processo ensino aprendizagem, segundo Schlütter; 4. uma proposta curricular; 5. decorrência do ensino da música e canto, segundo Schlütter.

1. Espaço que a música ocupa no currículo

1.1 O Rotermonds Fibel für deutsche Schulen in Brasilien - Erstes Schuljahr (Cartilha para escolas alemãs no Brasil - 1º anos), de R. Heuer, publicado pela primeira vez em 1917, na introdução orienta o professor no sentido dele, através da conversação, esclarecer com os alunos o significado de ir à escola e a forma pela qual vai se desenvolver o trabalho pedagógico. As duas primeiras perguntas são:

Porque vocês estão na escola?

Resposta: Estamos na escola para aprender.

O que vocês aprendem na escola?

Resposta: Nós aprendemos a ler, escrever, cantar e rezar.

Aqui está claro que cantar é um dos quatro componentes fundamentais do currículo nas séries iniciais.

1.2 Lúcio Kreutz e Arthur Rambo, em seus respectivos trabalhos sobre a escola teuto-brasileira, nos mostram como o canto fazia parte do currículo, depois da Religião, Língua (alemã e portuguesa), Aritmética e Cálculo e Realia.

Rambo mostra que no programa e horário proposto, no ano de 1900, para as escolas teuto-brasileiras católicas estava prevista 1 hora semanal de canto, cerca de 5% do horário, o mesmo tempo dedicado à realia. Nessas aulas o professor ensinava doze cantos novos ao ano, o que perfazia no final de quatro anos, tempo mínimo previsto para a escolaridade, um total de 48 canções, das quais 50% religiosas e as demais profanas (Rambo, 1994, pp. 129-30).

Kreutz nos informa, ainda, que conforme conclusão da Assembléia Geral dos professores católicos, em 1908, o caderno de canto era material didático indispensável, junto ao abecedário, livro de histórias bíblicas, livro de leitura e de matemática. (1991, p. 141).

1.3 Kannenberg, em seu trabalho sobre a fundação Evangélica, em Novo Hamburgo, registra que em 1897 eram dedicadas 2 horas semanais ao canto (1987, p. 48). Considerando a carga horária semanal desse educandário feminino, que estava em torno de

40 horas/aula (dos quais doze dedicadas a trabalhos manuais), o percentual de tempo dedicado ao canto se aproxima daquele das escolas católicas. Em 1920 houve uma revisão do quadro curricular da escola e a carga horária para o canto foi reduzida a uma hora semanal (Idem, p. 83).

1.4 Se o canto aparece como um componente curricular nas escolas primárias, coerentemente vamos encontrá-lo, também, no currículo dos seminários de formação de professores, tanto católicos como evangélicos.

No Seminário Evangélico de professores, em São Leopoldo, como relata Altmann (1991, p. 45), os alunos estudavam teoria musical, direção de corais, violino e harmônio. Além disso, didaticamente estudavam o significado da música para o processo ensino-aprendizagem e como proceder o ensino de canto para as crianças. O violino era instrumento obrigatório, pois não se entendia “como o professor poderia ensinar canto se não soubesse tocar esse instrumento”, lembra o professor Naumann. O que de certa forma é confirmado por Rambo, quando escreveu que “as crianças da colônia eram herdeiras de uma natural predileção pelo canto. Quando o professor pegava do violino, seus corações se alegravam” (1994, p.139).

1.5 Saber reger o coral e tocar algum instrumento musical, era o que as comunidades esperavam do professor (cfr. Altmann, 1991, p. 45), o que remete à tese do professor Kreutz quanto à dimensão do papel do professor que, além de educador, exemplo em virtude, comportamento e vida cristã, tinha também funções sociais, no sentido que se esperava fosse ele o regente do coral, o incentivador na organização de associações, o fomentador de atividades de lazer onde o canto e a música eram formas de alegria, comunicação e convivência. (Kreutz, 1991, p. 84 e ss.).

O Lehrerseminar Católico, em 1937, no seu plano de curso previa para o primeiro ano: aula de violino; para o segundo ano: aula de órgão; para o terceiro ano: canto de igreja e instrumento musical. Como disciplina curricular, a teoria musical era objeto de prova escrita.

1.6. Este ensino na escola de professores era reforçado e apoiado com publicações didáticas e paradidáticas. Também de publicações periódicas no jornal do professor Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul, da Associação de Professores Católicos. Quanto a estas publicações, há um levantamento precioso realizado pelo professor Lúcio Kreutz e recentemente publicado em seu livro Material didático e currículo na escola teuto-brasileira.

2. O professor Wilhelm Schlüter

2.1 Foi professor no Seminário Evangélico de professores, em São Leopoldo, de 1928 a 1932. Como professor do Seminário foi contratado pela mantenedora, o Curatório dos Seminários, da qual na época era presidente o empresário Emil Ullmann - sócio da empresa Bier-Ullmann - que pessoalmente se envolvia na escolha e contratação dos professores na Alemanha. Para vir ao Brasil, Schlüter licenciou-se de suas atividades na Westfália.

2.2 Lecionou música e canto, além de alemão e literatura alemã. Ensaiaava e montava peças de teatro com os alunos. Por ocasião do centenário de Goethe, em 1932, apresentaram no

Teatro Independência¹³³ em São Leopoldo, a peça Egmond. Schlüter e sua esposa cuidavam, também, do internato feminino.

2.3 Preparou material didático de canto para ser usado tanto pelos professores nas escolas, como nas casas: o livro de canto *Es tönen die Lieder - Deutschbrasilianisches Liederbuch für Schule und Haus*, publicado pela editora Rotermund, em 1931.

2.4 Compõem o livro 132 canções: 36% do folclore alemão; 26% canções de compositores do barroco ao romantismo; 13% canções de caráter religioso, destas 16 em alemão e 2 em português; 13% canções patrióticas, com igual número em português e alemão, sendo que o Hino Nacional Brasileiro está nos dois idiomas; 12% canções do folclore brasileiro. No total, 19% das canções em português e 81% estão em alemão.

2.5 No livro estas canções estão divididas ou agrupadas conforme atividades: para dançar e brincar, caçar, viajar. Ou então conforme o período do dia e do ano; ou de sentimentos - amor e amizade; etc. Ou seja, há canções para todas as ocasiões. Toda a vida pode e é perpassada por canções que na sua letra e música dizem algo do que significa ser alemão. Como diz o autor na apresentação: “o livro pretende despertar o amor pela música. a partir da canção popular pretende esclarecer o que seja o lugar e o ser alemão ...”(Schlüter, 1931, p. III).¹³⁴

¹³³ O Teatro Independência posteriormente foi Cine Independência. Atualmente abriga uma loja de departamentos.

¹³⁴ Quando Schlüter vem ao Brasil, na Alemanha se retoma, de certa forma, alguns aspectos do romantismo, entre eles o resgate e valorização da cultura popular. Se no final do século XVIII,

2.6 Schlüter escreveu, também, uma série de artigos, entre 1928 e 1932, no *Allgemeine Lehrer-Zeitung für Rio Grande do sul*. Nestes artigos analisa a situação da música e do canto na Europa, o significado do mesmo para a formação cultural, étnica e pessoal de cada indivíduo, sugere atividades a serem desenvolvidas com o aluno, propõe um programa curricular para o ensino da música, analisa o estado em que se encontra o canto e a música nas colônias teuto-brasileiras.

3. Função da música no processo ensino e aprendizagem segundo Schlüter

3.1 A música e a canção se constituem numa forma de acesso ao patrimônio cultural de um povo através das letras que falam da sua realidade, do seu fazer, do seu sonhar, dos seus valores, das suas esperanças, das suas origens, dos seus medos, etc. Isso porque, segundo o autor, a “música nasce do sentimento de vida de um povo” (10/1928, p. 2) Isso explica a ênfase do professor no que se refere à música folclórica. Ele distingue entre música popular e música artificial. A primeira está ligada às tradições, à cultura do povo; a segunda é a música veiculada pelos meios de comunicação, tocada nos rádios e comprada em discos; é música barulhenta, sem sentimento, comercial.

início do XIX isso significou uma forma de afirmação diante da corte afrancesada, agora significa a afirmação de uma Alemanha que fora derrotada na Primeira Guerra. Essa valorização da cultura popular alemã não está evidente no seu livro de canto, como aparece tematicamente nos seus artigos publicados no jornal.

As transações com terras na Colônia Alemã de São Leopoldo

Marcos Justo Tramontini

A determinação governamental de colonizar as terras da Feitoria levou muitos historiadores a não problematizar uma questão básica, ou seja, partem da idéia de que a área era inquestionável domínio imperial e que foi simplesmente dividida em lotes coloniais, desprezando-se, desse modo, o fato deste processo ter acontecido entro da caótica política fundiária brasileira, marcada pela posse e pela indeterminação dos limites das propriedades, baseada na utilização da força e da influência. Nesse quadro também a Feitoria do Linho Cãnhamo tinha seus limites indefinidos e em suas terras encontravam-se desde índios e caboclos até ex-dirigentes da Feitoria haviam-se apossado de parte de suas terras. Além disso, com a perspectiva de valorização dessa área pela colonização, antigos donos de concessões de sesmarias lindantes às terras da Feitoria e que, muitas vezes, nunca foram efetivadas, vão levantar uma série de questionamentos sobre a medição dos lotes coloniais e reivindicar a posse de terras devolutas na região. Por sua vez, também o Diretor da Feitoria e, depois, Inspetor da Colônia Alemã de São Leopoldo, José Tomás de Lima, vai, dentro de uma prática usual na burocracia imperial, fazer valer seus interesses na demarcação da área da Feitoria e, mais tarde, na divisão dos lotes coloniais.

Sobre os conflitos entre colonos e sesmeiros lindantes citamos aqui alguns casos como de Francisco José Dias que comprara as terras da sesmaria do Padre João Chrisóstomo, por onde passava a estrada que ia da Feitoria para Porto Alegre. O proprietário tranca a estrada e requisita as terras do colono João Meyer como suas. Apesar do Juiz de Paz ter dado ganho de causa para Meyer e das ordens do Presidente da Província de que o mesmo Juiz, pelos meios legais, mantivesse a posse dos colonos, Dias continua a ameaçar Meyer e manteve a estrada fechada. O Juiz de Paz, segundo denúncia do piloto Miguel G. dos Santos, nenhuma providência toma mantendo-se a situação de conflito na área.(1) Igualmente é de disputa a relação entre os colonos e o posseiro (“um homem pardo”) Elias Antônio Pinheiro, pois este tendo um título legal de doação feito por Manuel Ribeiro Barbosa e datado de 12 de novembro de 1822, de 100 braças de terra nas margens do Rio dos Sinos, se apossou de 5.068 braças. Ele e os alemães se acusam de intrusos. (2) Outro exemplo, do final da década de 40, quando a colônia de São Leopoldo passa por um período de intensa expansão, encontramos na correspondência da Câmara de São Leopoldo, quando José Custódio de Azevedo questiona sobre os limites da Picada Hortêncio.

“Não se pode desfazer esta dúvida sem medição judicial, porém, o proprietário não a pode requerer por se achar muito pobre por causa da revolução. O único meio de se conhecer se isto tem direito, era medir o cumprimento de uma das colônias da picada do Hortêncio...”(3)

Sobre este processo afirma o Subdelegado à Câmara Municipal da Vila de S. Leopoldo:

“Em julho de 1847 falou-me o Sr. Azevedo para lh ir abrir picadas que deviam servir de divisa as ditas terras de que reza o mesmo Piloto, e procurando o lugar onde finaliza a sesmaria do major Azevedo, de ali seguimos ao mesmo rumo da Sesmaria, ..., pelo lado leste da mesma que dividem com os alemães fizemos 200 braças de Picada e como

começasse a chover saímos e deixamos aquele serviço para quando o tempo melhorasse e naquele intervalo de tempo mandou o Sr. Custódio derrubar roças nas terras que diz ser suas para dentro da dita Picada e logo que ali chegou com gente ferramentas para começar o serviço reuniram-se os alemães e foram naquele lugar com o poder da força e impediram e lançaram de lá para fora com o pretexto de que lhes deram a ter colonos 100 braças de frente e 1.500 de fundo e que até ali n'as tinha. Se assim é como eles dizem poderam ficar com um quarto de fundos até a dita picada ...(4)

A essas questões e disputas, que se desdobraram até os finais do século XIX, se acrescentam as querelas e desmandos administrativos, uma vez que o projeto de colonização foi alvo de intensa oposição por parte de importantes setores políticos nacionais, que manifestam sua força de maneira mais clara com Lei do Orçamento de 1830, que decreta o rompimento unilateral do governo brasileiro dos contratos de imigração, principalmente através da interrupção do pagamento dos subsídios aos colonos e da suspensão da medição judicial dos lotes coloniais. Esta última medida vai gerar litígios entre os colonos e a acirrar as disputas com os proprietários lindantes.

Estes elementos somados à política fundiária brasileira totalmente desregulamentada de 1822 a 1850, levaram ao julgamento de Rüdiger:

“A imigração veio localizar-se dentro de um sistema de terras que, bem ou mal, funcionava há séculos e com o qual era incompatível. Daí a forma apaixonada e emotiva que adquiriam as inevitáveis dificuldades e problemas técnicos, sociais e políticos que agitaram a colônia de S. Leopoldo por mais de 30 anos. O sucesso da imigração pressupunha uma reforma do sistema de posse e reaparelhamento administrativo do Estado, mas como o poder foi tomado pela vigorosa classe dos latifundiários, eles se opuseram aos planos imperiais”.(5).

É exatamente o período de 30 anos de que fala Rüdiger que pretendemos estudar, mas, a princípio, gostaríamos de fazer algumas observações à citação. Certamente houve conflitos, pelas razões apontadas pelo autor, ou pelas que arrolamos anteriormente, ou ainda por outros motivos mais. Mas a questão que nos dispomos a discutir é a tese de Rüdiger de incompatibilidade da imigração com o sistema de terra vigente no Brasil, contrapondo desde já a evidência de que a colônia de São Leopoldo, após ter superado o convívio com muitas dificuldades, chega à década de 40 como uma das mais prósperas da Província. Ou ainda, dentro de uma série de conflitos que a implantação de um projeto tão distante dos interesses do grupo social dominante poderia gerar. No nosso estudo pretendemos demonstrar que os colonos se adaptaram, mesmo que não pacificamente, à ordem ou ao caos vigentes na política fundiária brasileira do período, oferecendo resistência ou avançando nos espaços que achavam abertos para a defesa de seus interesses.

Começaremos nosso estudo pelos livros do Juiz de Paz (1832-1845)(6) e do Tabelionato (1846-1852)(7), onde eram registrados os contratos de venda, arrendamento, troca, hipoteca ou doação de terras referentes à região colonial de São Leopoldo. Estas fontes podem nos dar uma idéia das práticas dos colonos alemães no comércio de lotes, sendo que já num primeiro momento emerge a evidência de que parte desses negócios eram feitos à margem do sistema oficial, quando verificamos a existência de alguns contratos

diretos entre colonos e entre colonos e luso-brasileiros que só foram registrados mais tarde, o que sugere a possibilidade de muitos contratos desse tipo terem ficado sem registro cartorial. (8).

Nos primeiros anos, isto é, até meados de 1845, é significativo o número de arrendamentos de terras em contratos bastante específicos. Como os colonos estavam proibidos de vender suas terras, apelam para esta prática, arrendando seus lotes, em média, por 20 anos, por um preço correspondente ao valor de venda e incluindo no contrato uma espécie de multa a ser paga caso, passado este tempo, queiram reincorporar a posse. Isto já havia sido apontado por Hunsche (9), e corresponde a 13% (10 entre 76) dos registros sobre transações de terras do 1º Livro do Juiz de Paz, e praticamente desaparece no Livro do Tabelionato, que corresponde a um período no qual o prazo limite para a venda dos lotes já havia sido superado. Um outro elemento que chama a atenção no exame dessa documentação é a aquisição, via arrendamento, de colônias por parte de luso-brasileiros abastados, como também de alemães, que cientes da iminente valorização desta área, passam a investir e especular com os lotes coloniais. É o caso de José Inácio Teixeira, proprietário de uma Fazenda entre o rio Cai e o arroio Maratá, que arrenda em 9.2.33 as de João Fernando Pfeifer, “além da Feitoria” por 1 conto de réis por 20 anos. (11)

A documentação do Juiz de Paz inicia em 1832, sendo que alguns ofícios da inspetoria demonstram que as autoridades estavam cientes da prática de venda de terra entre os colonos, como se vê pelo ofício de 28.3.1826, em que Tomás de Lima pede instruções sobre o que fazer com os colonos solteiros que venderam suas colônias e que não podem devolver o dinheiro pois já o gastaram (12), ou no ofício do mesmo inspetor, de 29.08.1827, onde narra a intenção de um “mau homem” que ao findar o período em que tinha direito de receber subsídio e “não tivesse dinheiro bastante para se embriagar tentou vender o terreno”. (13) Ao mesmo tempo nota-se, nestes ofícios, que argumentação ou preocupação do Inspetor se direciona mais para não merecimento e ao mau comportamento de quem pretende ou vende seu lote do que para o caráter legal do ato de venda e arrendamento-venda das terras coloniais.

Mesmo sendo reduzido o número de registros no Livro do Juiz de Paz do comércio de terras nesse período, até 1845, pois constam transações com lotes coloniais inteiros, 29% a transações com lotes divididos em $\frac{1}{2}$ colônia, 5% dos registros e se referem a propriedades com dimensões inferiores a $\frac{1}{2}$ colônia, 13% a propriedades cujo sistema de medição não obedece ao padrão do lote colonial e que são menores que um lote, e 8% que não ofereceram medidas. Assim, num espectro amplo a subdivisão dos lotes coloniais ainda não era uma marca da região colonial, ao mesmo tempo que não se verificava, via compra, a abertura de novas frentes de colonização. Mas se olharmos mais atentamente para as principais e mais povoadas áreas da colônia de São Leopoldo, veremos que a situação já começava a se alterar. Os núcleos de São Leopoldo, Feitoria, Dois Irmãos, Bom Jardim e Estância somam 49 registros, ou 64% do total, dos quais 19 (38,7%) do que se transacionou nestas regiões, ou 52% das transações desse tipo de propriedade subdividida) se referem a propriedades de $\frac{1}{2}$ colônia ou menor. Paralelamente, na Feitoria, por esta amostragem, podemos identificar 3 propriedades com 2 colônias e em Estância um com duas colônias, coisa que através desses registros só verificamos nestes dois lugares, cruzando até aqui os dados apenas por áreas separadas da zona colonial, isto é, por proprietários compradores em uma única “picada”.

Com a retomada da imigração após 1845, que coincide com um período de desenvolvimento do comércio da região colonial com o resto da Província via Porto

Alegre, o 1º Livro do Tabelionato nos apresenta uma dinamização nas transações de propriedades rurais. Desse modo nos 6 anos seguintes registraram-se 320 transações. Um primeiro elemento novo é a abertura de frentes pioneiras de colonização particular, onde passam a atuar grandes proprietários brasileiros, como no Mundo Novo, em que Tristão José Monteiro coloniza sua fazenda, além de casos semelhantes no vale do Rio Cai e na Fazenda São Borja. Neste processo indentificamos a ação de grandes especuladores, entre eles encontramos alguns alemães, que compram áreas maiores no entorno da região colonial visando sua divisão e venda em lotes coloniais. Nestas transações chama atenção o uso do trabalho do próprio colono comprador na implantação das benfeitorias básicas para a abertura dessas frentes de colonização, onde se faz uma troca entre um preço mais módico da terra por compromissos de beneficiar a área abrindo eles mesmos as picadas, o que é claramente especificado nos primeiros contratos de venda de terra no Mundo Novo. Assim, vende-se a terra com um lucro menor, sendo que o trabalho do comprador além de beneficiar o seu lote e valorizar indiretamente o empreendimento do vendedor como um todo, viabiliza-o, pois é este colono o responsável pela abertura das demais picadas.

Identificamos mais claramente outros dois tipos de comerciantes de terras, menos capitalizados, um que compra lotes e os revende logo depois com boa margem de lucro, como exemplo o Barão de Schlabrendorf que compra uma colônia em 2 de janeiro de 47 por 50\$ réis e a revende 20 dias depois por 220\$, e uma meia colônia em dezembro de 1847 por 100\$ para revendê-la vinte dias depois por 200\$. E, por fim, a figura do colono que compra terra como uma espécie de poupança, adquirindo ao longo desse período no máximo um ou dois lotes que dificilmente são revendidos. (14) Teríamos um quarto e último especulador, mas sobre o qual possuímos até aqui poucas evidências, trata-se de beneficiários da influência junto à inspetoria da Colônia, visando valorização, especulação e venda, como deixam sugerir os ofícios do Juiz de Paz, Ignácio Antônio de Moraes, de 20 de maio de 1883, que apontam um para a concessão de terra feita por Thomaz de Lima “a pessoa que só quer vender o terreno” e outro para a doação ao filho menor do “fulano de tal Piranga” que igualmente tem por objetivo único a venda da área. (15)

Outro fenômeno que ocorre paralelamente é o crescente fracionamento das terras, por herança e venda. No que se refere à antiga região colonial trazemos o exemplo da Picada de Dois Irmãos com 49 transações de terras, sendo apenas 7 referentes a colônias inteiras, 29 a meia colônia e 13 a lotes menores que meia colônia. A este fracionamento também se faz acompanhar uma crescente valorização das terras em regiões já abastecidas de serviços fundamentais. Mesmo numa mesma picada, como na citada de Dois Irmãos, uma área mais central, nas imediações da povoação que aí se desenvolvia, atinge até 10 vezes o preço de um lote colonial mais afastado. (16)

Podemos perceber também no livro do Tabelionato que os colonos não apenas avançaram na mata por compra ou doação de terras, mas que eles próprios, completamente adaptados ao sistema de terras vigente no Brasil, abriram frentes pioneiras pelo apossamento de terras em áreas devolutas. Quando os alemães vendem áreas apossadas são colônias nas picadas Nova Café, isto é, nas áreas de expansão em direção às encostas do planalto, mas quando compram posses de luso-brasileiros estas se localizam na região povoada por luso-brasileiros, nas divisas da Feitoria, ou para os lados de Sant’ana, de Sapucaia, da Aldeia dos Anjos ou perto da Fazenda Mundo Novo. E, assim, pelo comércio de terras ocorre o avanço dos colonos alemães sobre áreas que eram de ocupação de brasileiros.

Apesar da posse ser um instrumento legítimo para a apropriação da terra no Brasil, do qual os alemães se valeram, ela pressupõe algumas regras, principalmente se o grupo que se

utiliza deste instrumento não detém o poder e influência para fazê-la efetiva, assim existem casos notoriamente considerados abusivos e ilegais, como a que leva à diligência de busca e prisão de Constantino Grumer, “alemão, que se achava distribuindo terras na costa de serra por 14 a 24 réis”, que pelo preço que cobrava pelas colônias toma as cores de um estelionatário barato e não de um especulador. (17) Ou do alferes Jacob Tarsch “que anda pelas matas virgens devolutas, abrindo caminho de passar, pedindo pelas mesmas pelas mesmas picadas, ..., colônias, as quais, ou vende como suas, ou entrega a quem bem lhe aprece”. (18) Mas, na grande maioria dos casos, a partir de 1846, a Câmara da Vila de São Leopoldo, via se colocar claramente contrária à adoção do sistema de posse pelos colonos. Aqui devemos considerar alguns elementos. Primeiro, em 1831 a distribuição oficial dos lotes coloniais foi interrompida, mesmo para aqueles colonos chegados a partir de 1829 e que ainda não tinham recebido seus lotes, ou para aqueles que estavam prestando serviço militar tinham direito, por contrato, a lotes e subsídios e ao voltarem para a colônia não recebiam nem um nem outro; em segundo lugar, de 1831 até o final da Revolução Farroupilha, quando recomeça a distribuição de lotes, as famílias dos colonos crescem e seus filhos passam a buscar terras, outros vendem seus lotes mais valorizados e apelam para busca de terra baratas ou devolutas nas frentes pioneiras. Deste modo, durante este período, se instala a prática da posse como meio de conquista de terra entre os colonos, e que, por desmandos, ou melhor pela desorganização administrativa, vai se acentuar no final da década de 40, pois com a chegada das novas levas de imigrantes e com a demora rotineira na distribuição e delimitação das colônias muitos imigrantes compram lotes coloniais antigos, valorizados, empurrando os antigos para frentes de expansão, outros vão comprar posses antigas mas não confirmadas, outros vão participar nas frentes de expansão via posse, outros, por fim, vão alimentar os projetos de colonização particular, como o de Mundo Novo.

Nesse processo a Câmara, em seus ofícios ao presidente da Província, vai condenar taxativamente o uso da posse pelos colonos.

“Por várias vezes tem esta Câmara participado a essa Presidência o grande abuso praticado pelos colonos que tem vindo a essa Província. Foram agraciados com terras, subsídios, ferramentas, animais etc. e que vendendo suas terras tem se apossado de matos da Nação para filhos menores e mesmo para vender como acontece segundo consta na Picada Café e Nova, onde lá os colonos tem vendido três, quatro e mais colônias e de ordinário vivem sempre em desavenças. Exmo. Sr. permita V. Ex^a que esta Câmara leve a seu conhecimento que não pode haver maior lástima do que existir neste município grande número de brasileiros tão indigentes que não tem um só palmo de terreno seu em que façam plantações para sustentar suas degradadas famílias, e que tendo exposto suas vidas tantas vezes para defender a ordem e o sossego da Província, quando muito daqueles em reconhecimento aos benefícios que receberam do governo de S.M.I. pegaram imediatamente em armas contra o mesmo governo, ferindo os que fizeram maiores males nesses arredores. Esta Câmara já esclareceu ao Sr. Brigadeiro Engenheiro, indicando lugares citados, porém não podendo este nunca demorar neste lugar para tomar um minucioso e exato conhecimento destes abusos era indispensável que aqui persistisse um Piloto que com trabalho e tempo pudesse ir remediando esses males, que para o futuro devem ser de graves conseqüência, e produzir imensa confusão na concessão de tais terrenos.”(19)

Este discurso se repete e vai agregando novos argumentos sempre para reforçar a acusação de uso indevido da posse pelos colonos. Assim começa-se a desenhar na Câmara, um perfil do colono como um favorecido, ignorando-se qualquer aspecto contratual da imigração, frente ao brasileiro livre e pobre, apresentado como um herói legalista. E, além disso, o imigrante seria pintado como um favorecido que avança indevidamente sobre terras nacionais, que se apropria dessas terras para si e para seus filhos, sem direito algum, ou que negocia com terras e não as cultiva, gerando, ou melhor, dando razão a sua tendência para a desordem.

A atuação da primeira legislatura da Câmara de São Leopoldo deve ser melhor estudada em sua composição social, para se compreender melhor o seu tom usual de contraposição às vantagens dos imigrantes. O já citado desconhecimento e desconsideração do contrato de imigração se associa ao depreciamento do colono como cidadão, ou melhor, como indivíduo político, como entidade jurídica. Desta forma em outras passagens do 1º livro de Atas da Câmara também afirma:

“Tendo esta Câmara por vezes levado ao conhecimento de V. Ex^a e de seus antecessores, os grandes abusos e escândalos praticados pelos colonos alemães nas Picadas do Café e Nova, apossando-se dos matos devolutos pertencentes à nação e vendendo colônias, apropriando-se novamente de outras, agora consta com certeza a esta Câmara que os colonos da Picada dos Dois Irmãos, principiam a abrir um nova Picada nos fundos da fazenda do Padre Eterno, lugar indicado pelo falecido Piloto Miguel Gonçalves dos Santos em que se podia abrir duas picadas, a fim de apossar-se a exemplo das outras acima para depois vender como costume.”(20)

Mas, ao mesmo tempo, a Câmara busca justificar, dentro da lógica dessas acusações, o não cumprimento das ordens presidenciais de demarcação e distribuição de lotes coloniais, como no ofício de outubro de 1847, em que afirmam:

“... quanto a ordem que V. Ex^a dá a esta Câmara de acomodar até se lhes distribuir colônias, tem a mesma de significar a V. Ex^a que como não tem lugar onde os acomodar como já fez ver V. Ex^a logo se dispersam por diferentes lugares.”(21)

O mesmo argumento encontramos no ofício de 5 de Setembro: “... os colonos que chegam a este lugar como não tem lugar onde se acomodar e se espalham por lugares que custoso é depois saber-se (...)”. (22)

O mais comum é aproveitar-se da acusação do uso indevido do sistema de posse para justificar a falta de terras e mesmo a sua não distribuição, como no ofício que acompanha os requerimentos de Jacob Holsornt, Rudof Rusch, João Portel, Henry Grahms, João Krage e Henrique Muhlhausen, que serviram nos “Batalhões”, e como “desde aquela época não mais se distribui colônia”, e apesar de terem direito às concessões que requerem, isto não acontecia por não haver piloto. A esta afirmação fazem seguir a acusação:

“Ora como tem algumas linhas ou picadas como a Nova e do Café que os alemães tem-se ali introduzido, e até comércio com as terras da Nação, pode bem acontecer que alguns destes ter feito o mesmo, e portanto esta Câmara nada pode dizer a respeito para não se

comprometer.”(23).

Assim, mesmo tendo direito à concessão de lotes, a Câmara vai justificar no perigo e suspeita de os suplicantes de já terem se apossado de lotes para dar um voto de desconfiança aos requerentes. O colono passa a ser apresentado como um potencial trapaceiro, que sempre teria o objetivo do ogro, de fraude e de gerar confusão e desordem. No requerimento de João Froelich, sobre o qual a Câmara informa que não recebeu colônia do Governo “mas ignora se ele se apossou de alguma a seu arbítrio”(24), ou no de Jorge Mayer, sobre quem diz que serviu no Batalhão 28, não recebeu colônia e mora em terras que comprou, mas...

“... Lembrando esta Câmara a V. Ex^a que a concessão será bom ser com a condição de morar o agraciado na Colônia que for dada, por que a maior parte dos que agora pedem é para conservar e logo vender...”(25)

Frente às requisições de Pedro Cassel, Pedro Schmidt, Carlos Robinson e Abrão Cassel informa que vieram para o Brasil na companhia de seus pais e que estes receberam colônias. Deste modo, lembra a Câmara, segundo o ofício de 19 de janeiro de 47 da Presidência, como filhos de colonos...

“... que vieram de menores não tem direito a distribuição de terras ... e na persuasão em questão, que todas as terras de mato devoluto pertencentes a Nação que lhes pertencem foram à imitação de outros muitos apossar-se de colônias do outro lado do rio Cahy na continuação da picada do machado ou Hortêncio e agora parece que pedem confirmação de posse que arbitrariamente tomaram.”(26)

Já o parecer da Câmara sobre o requerimento de João Algayer dá margem à suposição do envolvimento da própria administração no processo de expansão via posse pelos colonos e as acusações de desordem do universo colonial se colocam de modo mais claro, pois apesar de não constar que o suplicante tenha recebido colônia...

“... foi com imitação de outros apossar-se de Colônias na Picada Café, sendo falso dizer que foi mandado pelos Administradores. Como não morava na mesma, foram os referidos colonos no requerimento nomeados e ficaram existindo, pois que ali entre os colonos se conserva a lei da força.”
(27)

A posse não era feita apenas sobre terras devolutas, mas também sobre colônias vazias, tidas por abandonadas ou cujos donos estavam afastados, como observamos nas requisições de reintegração de posse de Dorothea Luze (28), de Guilhermina Kilian (29), ou de Joaquim Hermann (30), sendo que este recebe, por ordem do Presidente da Província, a concessão de uma outra colônia.

No ofício da presidência da Província enviado à Câmara Municipal de São Leopoldo em janeiro de 1847 (31) afirma-se que “os filhos de colonos que vieram de menor idade não tem direito a distribuição de terras, uma vez que seus pais já foram agraciados, e os que nasceram no Brasil ainda menos, pois são reputados brasileiros”. Assim, apesar de condenar e deslegitimar o direito dos filhos de imigrantes de receber colônias, faz isso sem a conotação criminal ou moral que marca os comentários da Câmara, mas a sua afirmação se desdobra em um outro aspecto, que ela não aborda, pois os brasileiros têm pleno direito

a posses por cultivo e trabalho em terras devolutas.

Já em ofício de outubro de 1846, diz que envia a São Leopoldo o engenheiro “encarregado das medições das colônias que devem ser dadas aos novos colonos”.

“Nessa ocasião ele procurará fazer desaparecer a grande desordem que existe sobre os matos devolutos. Não serve, no entanto, continuar os abusos ditos pela Câmara, que datam de tempos passados, onde os colonos aí existentes fizeram picadas e venderam as colônias que lhes haviam sido dadas pelo governo, e até as de que se haviam apossado. Também pretenderam entrar em matos concedidos e vendidos a um terceiro”. (32)

Assim, a postura da Câmara e da presidência é a mesma, o imigrantes só teria direito a uma colônia, já seus filhos, brasileiros livres e pobres estariam privados, além do direito à concessão de lotes coloniais, do direito da posse. Deste modo, a prática usual da posse é vista como um problema, como foco de desordem, principalmente quando, como sugere o ofício do presidente, envolve, por um lado, interesses de pessoas com maior poder, mais influência, e, por outro, a venda de terra apossada sem efetivo cultivo pelos colonos.

Em 1849 a Presidência regulamenta a questão da venda e concessão de terras em São Leopoldo, que diz:

“Sendo uma das condições do contrato feito com os primeiros colonos que vieram para esta Província, não poderem nos primeiros dez anos alienar de modo algum as terras que se lhes distribuíram, e constado a este governo que vários colonos tem iludido aquela disposição, vendo as datas de terras que receberam sem as terem cultivado, e sem que tenha passado o prazo marcado, acontecendo até que nas que ultimamente se distribuíram nas Picadas do Padre Eterno, Erval e Tavessão, não existe um só morador, tenho resolvido.”(33)

Proibindo, inclusive que se lavrassem escritura pública ou particular de venda, arrendamento ou hipoteca das mesmas terras, sem que o vendedor apresente um atestado do Diretor Geral das Colônias, declarando ter concluído o referido prazo. (34) Sendo que, já em 1847, o Juiz Municipal de São Leopoldo pede informações ao presidente da Província sobre esta proibição. (35)

Já os desdobramentos problemáticos mais comuns do sistema de posse se relacionam com disputas por invasão dos pretensos limites das propriedades, uma vez que não se exigia a medição judicial das mesmas, o que contrapunha imigrantes contra imigrantes, imigrantes contra luso-brasileiros e luso-brasileiros entre si. Como no requerimento de colonos da Picada Nova, que, segundo a Câmara, estabeleceram-se aí arbitrariamente, e “causam prejuízo aos moradores da Picada do Hortêncio ocupando nos fundos parte das terras que lhes foram concedidas pelo governo, sendo eles intrusos queixam-se dos proprietários”. Como curiosidade, a presidência despacha que os suplicantes devem se conservar “nas posses das terras que cultivam desde 1835”. (36)

O quadro mais problemático desse processo vai se apresentar a partir dos anos 50, quando, com a Lei de Terra e progressiva valorização das terras, a medição judicial dos lotes passa a ser mais freqüente e traz à tona graves problemas de divisas e sobreposições de lotes. Mas o problema não era desconhecido e já gerava conflitos e disputas, como algumas já

citadas, ou a apontada pelo Juiz de Paz, Francisco José de Souza, em 1842, quando pede um piloto para a colônia, “pois a falta dele está causando desordens entre os colonos por os terrenos não estarem legalmente medidos”, (37) e quando sugere que proceda às medições requeridas legalmente e também as dos que estão de posse a mais de 20 anos. (38) Assim, mesmo que a prática de medição judicial dos lotes, das linhas e picadas nos anos 40 ainda seja exceção, ela passa a ser reivindicada progressivamente na medida em que as disputas por limites se agravam, como no caso dos colonos do lado esquerdo de Bom Jardim que pedem em agosto de 1848 à Câmara de São Leopoldo consentimento para medir suas colônias “visto não terem limites”. (39)

Por fim, evidenciamos que é prática comum a hipoteca de lotes coloniais para “gerio de negócio” ou por dívidas. Mas os credores não chegam a se caracterizar como financistas, um vez que o número de hipotecas que bancam não supera a três ou quatro cada, somando-se as hipotecas sobre imóveis rurais e urbanos. Poderíamos supor que o nível de poupança ou acúmulo de capital é limitado, além do investimento em terra ser mais rendoso, seguro e fácil que a atividade de credor, mas não podemos desprezar a hipótese de que esses credores agiam de maneira mais informal, como no caso de Inácio Rasch (40) cujo processo de inventário denuncia empréstimos e hipotecas que não encontramos registradas nem no livro do Juiz de Paz nem no Tabelionato.

Desse modo podemos afirmar que a adaptação dos imigrantes à realidade fundiária brasileira não foi pacífica e não conflituosa. Ou, talvez fosse melhor afirmar que ocorreu uma organização dos colonos dentro da dinâmica social brasileira onde sua postura política nesse processo vai ser marcada ao mesmo tempo pela defesa de seus interesses tanto junto às autoridades provinciais, como, em alguns casos, pela ameaça e uso da força.

Nesse raciocínio, não podemos supor uma sociedade colonial isolada da sociedade brasileira, e, muito menos, como não conflituosa em si, ou que, não tendo problemas e conflitos internos, se oporia mecanicamente aos exploradores luso-brasileiros, isto é, perceber a história da colonização alemã como o simples choque entre dois modelos, um arcaico (luso-brasileiro) com o outro moderno (alemão). A história se recusa a tais maniqueísmos. O processo histórico aqui enfocado nos impede de dividir os conflitos entre os dois modelos de organização como estanques e muito menos como patrimônios étnicos estanques. Tentamos, ao contrário, demonstrar que a Colônia de São Leopoldo foi palco de uma série de hibridismos, de choques, de adaptações e incorporações de valores da organização fundiária brasileira (como a posse), a elementos “modernos” como a noção de propriedade privada (que não era uma preocupação exclusiva dos alemães). Nestes termos, propomos como hipótese a ser melhor examinada que o grande diferencial dos colonos alemães em relação aos pequenos posseiros brasileiros, o caboclo, é que, baseado na noção de propriedade privada (em parte como noção trazida da Alemanha, em parte possibilitada pela sua inserção peculiar na sociedade brasileira), mesmo que advinda da posse, o colono se dispõe a lutar na defesa de seu patrimônio, até quando pretendo agressor é o vizinho, ou um especulador da mesma nacionalidade. São muitos os exemplos possíveis desta defesa de seus interesses, sendo que citaremos o contido no processo crime (41) movido pelo sesmeiro Francisco José Dias. Este senhor se associara ao alemão Carlos Valentin Horsking e a José Maria Vidal para fazer medir, dividir e vender suas terra em lotes coloniais, mas quando da medição ocorre a revolta dos colonos lindantes. Diz o auto de queixa, de 19 de agosto de 1849, que “estando fazendo medir e demarcar a citada fazenda aconteceu que uma grande pressão de alemães ..., alguns armados a facão de frente e outros com armas escondidos nos matos”. Seguindo o processo, nota-se que o embargo da medição não se fez unicamente por esta ameaça pela força, pois os colonos já tinham

enviado ao Juiz de Paz e ao proprietário da Fazenda São Borja, um abaixo assinado, com 38 nomes, em 28 de agosto de 1849, que alegava existir enganos na medição e que isto lhes seria prejudicial.

“Dizem os abaixo assinados e suas respectivas mulheres, colonos alemães e moradores atrás da Feitoria Nova nesta colônia de S. Leopoldo que tendo eles suplicantes obtido por graças do Governo Imperial as suas colônias no ano de 1825 e 1826 e que desde daquele tempo habitam com casas, laranjal, lavras. V. S. acontece agora que Francisco José Dias procede uma medição a qual passa a linha divisória desta colônia a qual vem compreender a maior parte das terras dos suplicantes e (...) fazendo-se nas terras dos suplicantes grandes picadas sem consentimento dos seus donos, nem sequer foram citados para esta medição e vista do que os suplicantes desde já protestam e embargam a dita medição, que tanto prejudica os colonos”.

O conflito de interesses leva à organização dos colonos, e, neste caso, à vitória do pequeno movimento, uma vez que o projeto de colonizar as terras da Fazenda São Borja foi totalmente reestruturado.

Agora como conclusão, a disposição de luta e defesa dos lotes coloniais, de suas propriedade, por parte dos colonos, impediu em grande parte, acreditamos, que o seu destino tivesse sido semelhante ao do caboclo posseiro brasileiro, que respondia ao conflito trazido pela valorização das terras avançando para frentes pioneiras. Baseamos tal hipótese no estudo de Maria Sylvia Carvalho Franco (42) que ao constatar a quase inexistência de referência de conflitos fundiários entre pequenos e grandes proprietários ou posseiros durante o processo de valorização das terras da região do avanço cafeeiro, buscando suas causas num modelo de relação e dominação entre os dois setores sociais, em que a desigualdade das forças em jogo impossibilitou que...

“... detentores de pequenas parcelas de terreno, donos ou posseiros, pudessem chegar à afirmação da inalienabilidade de seus direitos ou tivessem condições para a defesa deles. Quando donos, em geral não opunham resistência à venda, como é ainda hoje freqüente; se posseiros, simplesmente não podiam fazer frente aos direitos legais e ao ataque armado que os expulsavam. Em qualquer caso solitário e indefeso, o resultado era seu afastamento para áreas ainda não atingidas pela agricultura comercial.”(43)

Deste modo, o caipira, ou caboclo, percebe a dominação como proteção natural, levando a uma aceitação voluntária da autoridade que, consensualmente, é percebida como sendo exercida para o bem. Esta percepção de harmonia de vontades, dificulta a consciência de dominação.

“Não é possível a descoberta de que sua vontade está presa a do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo. Anulam-se as possibilidades de autoconsciência, visto como se dissolvem na vida social todas as referências a partir das quais ela poderia se constituir. Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa criatura domesticada: proteção e benevolência em troca da fidelidade e serviços reflexos. Assim, para aquele que está preso ao poder pessoal se define um destino imóvel, que

se fecha insensivelmente no conformismo.”(44)

Bem os imigrantes alemães não se enquadram neste modelo de dominação pessoal típico do caboclo brasileiro, eles reagem com as armas que dispõem às tentativas de agressão a sua colônia, e, por outro lado, assumem a postura de isolamento, que, como afirmamos anteriormente não deve ser confundido com qualquer visão de comunidade ideal, como incorre parte da bibliografia ufanista e mesmo da pretensamente crítica, como Janaína Amado, que defende a existência de um tipo de comunismo primitivo entre os colonos-imigrantes. Acreditamos que esta situação de isolamento se definiria melhor como estranhamento, como a construção (e a constante reafirmação) da imagem do imigrante como estranhos à dinâmica tradicional das relações de poder da sociedade brasileira. Assim, pretendemos abrir pistas para entendermos melhor a aparente contradição do grupo que luta pela propriedade, pelos seus interesses e que se utiliza dos instrumentos da política fundiária brasileira, e que defende um isolamento político frente a sociedade brasileira. Assim, dentro do grupo social de trabalhadores livres pobres os imigrantes alemães da primeira metade do século passado se definiram como um grupo singular, não só por diferenças culturais, lingüísticas, religiosas (que tiveram papel importante na história desse grupo), mas também por não se acomodar na dinâmica tradicional das relações de poder do Brasil imperial.

Notas

1. A.H.R.G.S., Terras Públicas, ofício de Miguel G. dos Santos ao presidente da Província, lata 297, maço 71.
2. A.H.R.G.S., Colonização, lata 297. maço 71, colônia de S.L., terras-medições e demarcações de terrenos, 23.3.34, rem: Miguel G. dos Santos, dest. Pres. da prov. José Mariani.
3. A.H.R.G.S., Autoridades Municipais. Correspondência das Câmaras: São Leopoldo, maço 257, F. 71, 21.04.47.
4. A.H.R.G.S. Autoridades Municipais, Correspondência das Câmaras, São Leopoldo, maço 257, F 71a, 12.4.47; já em 1833 o piloto Miguel G. dos Santos escreve ao presidente da Prov. que São Leopoldo é uma povoação é modesta, apresentando 180 casas brasileiras, das quais 86 estão arruadas e 22 dispersas, que há uma igreja católica e outra protestante, sendo que na povoação existem oficinas com muito bons mestres e na colônia bons lavradores. Diz que tem notícia de alemães entrando para terrenos de brasileiros sem que apresentem pilotos legais, e brasileiros entrando em terrenos nacionais (A.H.R.G.S., Colonização, lata 297, maço 71, colônia de S.L., terras-medições e demarcações de terrenos, 14.12.33, rem: Miguel G. dos Santos, dest. José Mariani - Pres. da Prov.;).
5. Rüdiger: 1965, p. 98.
6. O Primeiro Livro do Juiz de São Leopoldo (1832-1845), in HUNSCHE: 1979. p. 101-339.
7. Livro de Registros, Tabelionato, São Leopoldo (1846-1852), Arquivo Público do Rio Grande do Sul.
8. Reforçando esta hipótese encontramos na documentação da Inspetoria da Colônia, Arquivo Histórico, colonização, lata 297, maço 69, também referências à venda, à troca e ao arrendamento de terras sem qualquer registro formal de negociação.
9. HUNSCHE: Idem, p. 54

10. Idem, p. 70 e 75.

11. O outro exemplo aqui arrolado é de José Antônio da Silva, proprietário de uma fazenda entre o Rio Cai e o Rio dos Sinos, que no inventário de sua mulher, Leocádia Constância de Jesus Cartório: 1. Vara de Família, 1846-1850, inventários, n. 1, m. 1, denuncia a compra de um sítio no Pinhalzinho e outro na picada de Bom Jardim.

12. Ofício de José Tomás de Lima a José Egídio Gordilho de Barbuda, em 28.3.1826, Arquivo Histórico, lata 292, maço 69: Colônia de S. L., Inspetoria.

13. Arquivo Histórico, lata 292, maço 69: Colônia de S. L., Inspetoria.

14. Retomando a afirmação anterior de que muitos negócios eram feitos à margem do sistema legal, e portanto não eram registrados nem no Juízo de Paz nem no Tabelionato, vamos encontrar exemplos de pequenos poupadores em terra, sobre os quais não temos nenhuma referência nas fontes citadas nos inventários.

15. Os ofícios do Juiz de Paz, Ignácio Antônio de Moraes, de 20 de maio de 1833, Arquivo Histórico, Justiça, maço 049.

16. Para uma análise mais detalhada da ocupação dos lotes e comércio de terras na região de Dois Irmãos e Picada do Hortêncio, deve-se considerar a deliberação da Câmara Municipal de S. Leopoldo de que “todos os indivíduos que se julgassem com direito as Colônias abandonadas nas Picadas de Dois Irmãos e do Hortêncio apresentassem os respectivos documentos, do contrário se participaria a V. Excia para deliberar a respeito...” (1. Livro de Atas da câmara Municipal, 1846-1849, M.H.V.S.L., sessão de 03.12.1846) que, de certo modo, legitima posses antigas e, acreditamos, força a ocupação dos lotes que estavam em situação de “poupança” ou de “especulação” para efetivar a posse, além é claro estar promovendo a ocupação da região.

17. Arquivo Histórico, justiça, maço 048, Juízo Municipal, ofício de Ignácio Ant. de Moraes - 1. suplente Juiz Municipal, para Manoel Ant. Galvão, 15.12.1847. No caso a transgressão das regras consuetudinárias que balizam o sistema de posse está localizado na ausência de cultura da terra, que fundamenta o sistema de posse, numa continuação das regras que balizavam o sistema de sesmaria, mas, só toma o caráter de infração punível por se tratar de venda de posse não consolidada por anterior cultura, mas sendo um pouco mais irônico a culpa e pena reside na falta de influência junto às esferas administrativas, ver. Rui Cirne LIMA: 1954, p. 55-56, e sobre o uso da força, coerção e influência para a conquista e apossamento de terras n R.S. ver Helen Osório: 1993 e Osório: 1990.

18. Mabilde para Hillebrand, 23.10.1848, in Moraes 1981 p. 40

19. A.H.R.G.S. Autoridades Municipais, correspondência das Câmaras, São Leopoldo, maço 257, F. 92, 07.06.47.; na ata da sessão extraordinária de 18.09.47, no 1. Livro de Atas da Câmara Municipal, 1846-1849, M.H.V.S.L., “despachou o verador Paranhos a proposta sobre as necessidades do município cuja é o teor seguinte: Proponho que se faça ver ao Sr. Pres. de Província para lhe levar ao conhecimento da Assembléia Provincial que é de suma necessidade conceder colônias aos brasileiros que quiserem se estabelecer, ou aos que tem servido a nação quase acham sem meios de vida para por este meio se estabelecer a fraternidade, que deve haver entre os colonos e os mesmos brasileiros, e nem só por isso como porque não há de quem se lance mão para fazer-se inspetores de quarteirão por estarem somente colonos juntos nas Picadas.”

20. Idem, F. 113, 06.10.47, este fato também está registrado no 1. Livro de Atas da Câmara Municipal, 1846-1849, M.H.V.S.L., 06.10.1847, 3ª sessão ordinária, que oficia ao Pres. da Província sobre uma estrada que os colonos da Picada dos Dois Irmãos principiam a abrir nos fundos da Fazenda Padre Eterno.

21. Idem, F. 117, 09.10.47

22. Uden, F. 98, 5.8.47

23. Idem, F. 101, 9.8.47

24. Idem, F. 115, 6.10.47

25. Idem, F. 86, 17.5.47
26. Idem, F. 88, 7.6.47
27. Idem, F. 89, 7.6.47
28. Idem, F. 107, 6.9.47
29. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, Livro do Juiz de Paz, S. L., 09.05.42
30. Idem, F. 124, 20.11.47
31. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, Cx. Colonos, 19.01.47
32. Idem
33. Museu Histórico visconde de São Leopoldo, Cx. Colonos, 02.10.1846;
34. Coleção dos atos, requerimentos, instruções e outras disposições expedidas pela presidência desde que teve execução a lei de 14 de Agosto de 1834 até o fim de dezembro de 1856. Porto Alegre, 1859, Biblioteca do Solar dos Câmara, Assembléia Legislativa do R.S., Instruções de 2 de junho de 1849 sobre a posse e venda de colônias concedidas em São Leopoldo., p. 53;
35. A.H.R.G.S., Justiça, Maço 048, Ignácio Ant. de Moraes - 1º suplente Juiz Municipal, para Manoel Ant. Galvão, 25.10.1848;
36. A.H.R.G.S., Autoridades Municipais, correspondência das Câmaras, São Leopoldo, maço 257, F. 80, 23.4.47;
37. A.H.R.G.S., Justiça, maço 049, Juiz de Paz, Remet. Francisco de Souza, Dest. Saturnino de Souza e Oliveira, 28.5.1842;
38. A.H.R.G.S., Justiça, Juízo Municipal, maço 049, Ignácio Ant. de Moraes - 1. suplente Juiz Municipal, João C. de Miranda e Castro, 6.4.1848;
39. Livro de Atas da Câmara de S. Leopoldo, 1. sessão extraordinária de 03.07.1848, Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.
40. A.P.R.G.S., Cartório: 1. vara de família, 1846-1850 inventários, n. 22, m. 1, 1848.
41. A.P.R.G.S., Processo Crime, n. 2901, m. 57;
42. Maria Silvia Carvalho FRANCO: 1979, p. 89.
43. Idem, ibidem, p. 89.
44. Idem, Ibidem, p. 88.

A Evolução da Arquitetura Gaúcha e os Arquitetos Alemães

*Günter Weimer*¹³⁵

A presença dos primeiros arquitetos alemães no Rio Grande do Sul deve ser debitado na conta do projeto catequético das missões guaraníticas da Companhia de Jesus. Por fontes secundárias sabe-se da participação dos arquitetos Johann KRAUS, natural de Pilsen e Joseph KLAUSNER, natural de Munique, na igreja de São Miguel e de Joseph SCHMIDT, natural de Middelheim, na igreja de São João Batista. Dado à falta de fontes primárias e às peculiaridades desta presença que ocorreu numa fase relativamente remota, haveria necessidade de um estudo mais profundo da efetiva participação destes autores o que extrapola as pretensões desta comunicação.

No contexto da dominação lusitana, a presença dos arquitetos alemães se iniciou com a contratação de mercenários para as guerras platinas. Como é sabido, coube ao general Gustav Heinrich von Braun organizar o exército nacional para o que trouxe um bom número de oficiais que se tornariam conhecidos devido à criação das primeiras instituições daquela corporação, logo após a declaração da independência.

No que tange à arquitetura, cumpre destacar os nomes de Samuel Gottfried KERST (1801-1875), natural de Neuheide bei Ebling e Johann Martin BUFF (1800-1880), natural de Rödelheim bei Frankfurt. O primeiro foi ajudante de ordens de von Braun e foi encarregado de construir e reformar os quartéis no extremo sul do país. A escassez da documentação existente não permite avaliar qual foi sua efetiva contribuição neste sentido porém, a tradição da atuação dos militares alemães na Real Academia de Armas de Portugal, aos tempos do fim de nosso período colonial, indica que estes militares gozavam de alto prestígio nas rodas governamentais, o que permite supor que tivesse sido encarregado de obras de importância. O alinhamento de Kerst junto às forças conservadoras que apoiavam Dom Pedro I após a sua renúncia, fez com que sofresse grandes humilhações em razão do que, depois de voltar à Alemanha onde granjeou grande destaque político na Prússia, passou a hostilizar a imigração para o Brasil e foi um dos principais articuladores do Rescrito de von Heidt.

Uma postura bem diferente teve Johann Martin Buff. Seu nome está ligado ao de Wolfgang von Goethe e era aparentado do naturalista Hermann von Ihering. Só isto demonstra que pertencia a elite intelectual alemã dos começos do século passado. Sua formação de arquiteto militar foi a razão pela qual conseguiu posição de destaque na sociedade nacional apesar da forte xenofobia imperante na elite latifundiária da Província de então. Ao casar com a filha do prefeito de Rio Pardo, se lhe abriram as portas para alguns dos empreendimentos mais importantes da engenharia. Seu primeiro encargo foi a conclusão da Matriz de Rio pardo cujas obras haviam sido paralisadas com a Guerra dos Farrapos.

Logo a seguir foi encarregado de construir o segundo hospital da Província que após a pacificação foi transformado em colégio. Trata-se do Colégio Militar de Rio Pardo, que está a exigir urgentíssima restauração posto tratar-se de uma obra de alta qualidade e ser

¹³⁵ Professor titular da UNISINOS; arquiteto pela FAU-UFRGS; especialista em desenho industrial pela Hochschule für Gestaltung/Ulm, Alemanha; mestre em história da cultura pela PUC, RS; doutor de Teoria e História da Arquitetura pela FAU-USP.

um dos primeiros prédios realizados na corrente neoclacisista no Estado.

Além disso, foi encarregado da concepção e construção de diversas pontes por sobre os afluentes setentrionais do Rio Jacuí por onde haveria de ser construída uma estrada que ligaria a região à capital do Estado. Depois de concluída a construção de diversas pontes, este projeto foi abandonado devido ao vulto do investimento necessário. Hoje, as pontes, em seu abandono secular, se constituem num dos mais significativos testemunhos da evolução das técnicas construtivas em nosso país. Dentre um grande número de realizações arquitetônicas e de engenharia, deve ser destacado ainda a atuação de Buff na colonização de Santa Cruz sendo ele responsável pelo traçado das picadas e pelo parcelamento dos lotes.

Papel de maior destaque, no entanto, coube aos arquitetos Phillip von NORMANN (1818-1862), natural de Halle, e Friedrich HEYDTMANN (1802-1876), natural de Hamburg, pelo fato de que se estabeleceram na capital da Província. mal chegados, foram incumbidos dos projetos mais significativos da cidade e que haveriam de revolucionar o estado da arte. De início, ambos foram incumbidos de projetar e construir o Liceu D. Afonso que viria a ser a primeira escola de nível secundário do Estado e, por isso mesmo, haveria de desempenhar papel de mais alta relevância na vida cultural da cidade. Ao longo do tempo, o liceu teve vários nomes como os de Escola Normal, Ateneu Riograndense e outros, de acordo com as repartições que nele foram instalados. A Biblioteca Pública foi originariamente a biblioteca desta escola. Todos os cursos superiores que foram criados por volta do início do século, deram início a suas atividades nesta instituição. No início da década de 1850 o prédio foi destruído por um incêndio provocado para forçar a construção de uma nova sede para a Central de Polícia que nele estava instalada.

A convivência com Normann parece não ter sido das mais fáceis pois logo a seguir, ambos se separaram. A primeira incumbência de Normann foi a de projetar o novo Palácio do Governo (obra que não chegou a ser realizada) e a agregar mais um andar no prédio da Assembléia Legislativa. Suas obras máximas, no entanto, seriam o Teatro São Pedro e o Palácio da Justiça que foram construídos na praça principal da cidade e separados entre si pela rua do Ouvidor (ou Ladeira). Originalmente, o palácio se destinava à Intendência Municipal. Como o tribunal do júri funcionava em seu interior, tornou-se conhecido como Palácio da Justiça. Nele também funcionou, durante algum tempo, o Tesouro do Estado. Este prédio também foi destruído por um incêndio criminoso em novembro de 1949, tudo indica, em decorrência da truculência da justiça aplicada durante a II Guerra.

Enquanto isso, Heyddtmann construiu um bom número de bicas d'água na cidade (assinale-se que ainda não havia abastecimento domiciliar) pelas quais recebeu elogios na Câmara Municipal. Então surgiu sua grande oportunidade profissional com a construção do prédio de maior destaque da cidade: a cadeia pública. Este prédio entraria para os anais da construção por ter sido o primeiro a receber instalação de água corrente. Além destes trabalhos, estes profissionais foram encarregados de muitos projetos no interior do Estado o que veio a causar uma série de incompreensões e de inveja já que eles estavam monopolizando as atividades de projeto do Estado. Em vista disso, foi organizado um movimento contra os profissionais estrangeiros e a Assembléia aprovou uma lei obrigando o Estado a demiti-los. A governança provincial, no entanto, não tinha qualquer interesse nesta iniciativa em vista do que fez com que os mesmos fossem absorvidos pelas municipalidades. O prematuro falecimento de Normann atenuou o problema e Heydtmann foi transferido para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre onde iniciou o planejamento de expansão da cidade com o aterro das bordas da península com o respectivo traçado viário

além do projeto de saneamento para fins de urbanização da Cidade Baixa. Além disso, Heydtmann ainda realizaria dois projetos importantíssimos para a época: a do Mercado Público e da Beneficência Portuguesa.

Na onda do repasse para o serviço das intendências, se destacaram mais dois arquitetos importantes: Rober ÖFFER e Wilhelm AHRONS (1836-1915), natural de Lüneburg.

O primeiro foi trazido pelos pelotenses de Montevideu para projetar a catedral da cidade. Este projeto não pode ser realizado mas, no remanso, acabou por construir o Mercado Público daquela cidade. Posteriormente, Öffer se dedicou a outra profissão pioneira: a da fotografia, constituindo-se num dos primeiros profissionais a atuar no continente. Este pioneirismo fica demonstrado no simples fato de que o processo acabara de ser inventado.

Wilhelm Ahrons se destacou como construtor, planejador e poeta além de sua dedicação à arquitetura. Começou sua vida profissional na região sul do Estado onde construiu diversas pontes e o importante hospital de Jaguarão. Quando começaram as agitações republicanas transferiu-se para Porto Alegre onde se dedicou ao planejamento da cidade, dando continuação à atividade iniciada por Heydtmann. Como arquiteto foi responsável pelo projeto (construção) do Banco do Brasil e da Escola Militar.

É importante assinalar que estes profissionais foram os grandes responsáveis pela modernização da cidade, aqueles que transformaram a velha cidade barroca na cidade dos estilos históricos que, até há pouco eram por demais desprezados mas que hoje estão voltando a receber as atenções que merecem. Mesmo que os saudosistas do “estilo nacional” entendam que sua atuação foi vandálica, não se pode ignorar que eles foram os grandes responsáveis pela transformação plástica da cidade e sua tarefa corresponde efetivamente à que é atribuída à Missão Francesa, no Rio de Janeiro.

Após a implantação da República, o arquiteto mais solicitado passou a ser Julius WEISE. Mestre no estilo clássico, foi o responsável pela maioria dos palacetes da Avenida Independência.

A partir do novo século, começou a se impor na cidade o escritório do engenheiro Rudolf Ahrons cujos arquitetos (Hermann MENCHEN (1876 - depois de 1940), natural de Landau e, depois, Theo WIEDERSPAHN (1882-1952), natural de Wiesbaden) passaram a realizar os projetos mais importantes não só da capital como também do interior do Estado. Esta firma foi fechada em 1915 por causa da 1ª Guerra Mundial. Wiederspahn havia adquirido renome na empresa de Ahrons e soube administrá-lo na fase seguinte, quando passou a trabalhar por conta própria. Foi o arquiteto mais importante da fase da “belle époque”, que se seguiu ao conflito. A imigração de arquitetos ex-combatentes como Adolph Heinrich SIEGERT (1889-1961), natural de Colônia e Joseph LUTZENBERGER (1882-1951), natural de Altötting, fez com que a concorrência profissional levasse a uma rápida evolução da arquitetura. A rica ornamentação das fachadas que caracteriza este período, no entanto, foi sendo abandonada a partir da guerra de 1923/24 a favor de uma progressiva simplificação das formas, conhecida como Sachlichkeit (objetividade). Este movimento é especialmente significativo para o extremo sul do país e desembocou diretamente no modernismo que foi adotado como resposta à grande crise do 1929/30. Ainda que os arquitetos alemães não fossem os únicos a se entusiasmar pela nova tendência, a verdade é que foram deles os projetos mais expressivos.

Esta tendência, no entanto, foi abandonada rapidamente devido à evolução social

internacional. Por estarem demasiado vinculados à Alemanha, estes arquitetos, de uma forma ou outra, acabaram por ser influenciados pela ascensão nazista na Europa. A arquitetura monumental empregada nos prédios oficiais e a arquitetura vernacular medieval impingida à população, marcaria a arquitetura praticada. Uma onda de profundo descontentamento agitou a classe a partir da legislação profissional através da qual os estrangeiros foram degradados para uma categoria de profissionais de segunda ordem o que levou a que muitos optassem por sua filiação ao partido Nacional Socialista e outros se definissem pela corrente contrária, a da *Neue Sachlichkeit* (nova objetividade) que, através de um extremado racionalismo, procuravam fazer frente à manipulação sentimental promovida pelo partido.

Esta evolução no velho continente não teria tido conseqüências tão profundas entre nós se a política nacional não tivesse sido tão seriamente atingida pela conjuntura internacional. A opção pela extrema direita levou a um fechamento progressivo do regime no que teve por conseqüência um paulatino acirramento da desconfiança para com os “súditos do eixo” e que terminou na mais ostensiva perseguição ideológica a partir do momento em que o Brasil entrou na Guerra. Com isto, os entusiastas da arquitetura monumental, que nos inícios dos anos 30 eram paparicados pelos detentores do poder, acabassem por ser encarcerados ou degradados para as assim chamadas “colônias penais agrícolas”.

Em termos de realizações arquitetônicas isso significou que a arquitetura monumental criada pelos regimes totalitários acabou por ser expropriada dos arquitetos teutos mais entusiasmados e foi realizada por profissionais nacionais. Como se percebe, um autêntico ovo de cuco.

Com o fim da guerra e o desarmamento dos espíritos, a arquitetura de inspiração historicista passou a dar lugar ao movimento modernista. Com a criação dos cursos de arquitetura locais, os expoentes desta arquitetura passaram a ser arquitetos nacionais, sem vinculações ideológicas com a Alemanha. Isso significa que, a partir de então, a participação de arquitetos alemães no mercado profissional tornou-se insignificante. Isto, no entanto, não quer dizer que a arquitetura alemã deixasse de ser fonte de inspiração desta arquitetura. Nesta época passou-se a apregoar que a arquitetura moderna tinha quatro “gênios” dos quais dois (Ludwig Mies van der ROHE e Walter GROPIUS) eram cidadãos alemães. Isso significa que suas obras, apesar dos desmentidos, acabaram por “inspirar” muitas obras modernistas de nossa terra.

Muito embora a evolução mais recente tenha levado a que as posições de destaque na arquitetura mundial fossem ocupados por estadunidenses, japoneses e italianos, a verdade é que Richard MEYER tem um grande fã-club em nossa terra. O surgimento de uma série de filhos bastardos daquele arquiteto não deve nos surpreender: é apenas a atualização de um longo processo e a expressão de nossa dependência cultural que os mais exaltados discursos nacionalistas de um passado nem tão distante, não conseguiram apagar. Apesar do renome alcançado pela arquitetura nacional, continuamos a nos mostrar muito eficientes quando se trata de formular novas perspectivas quanto ao caminho a seguir.

Bibliografia

BECKER, Klaus: Theo Wiederspahn. Correio do Povo, Porto Alegre, 12 maio 1956, p. 8/9
 ----- (org.): Enciclopédia Rio-Grandense, Canoas, Regional, 1957, 5 v.
 DELAHAES-GUENTHER, Dietrich von: Industrialisierung in Südbrasilien, Colônia/Viena, Boehlau, 1957.

FAMILIENFRUND, Der, Porto Alegre, Metzler, de 1918 a 1930.

PAULA, Alberto de & cols: Influencia alemana en la arquitetura argentina, Residencia, Universidad Nacional del Nordeste, 1981.

ROCHE, Jean: Aa colonização alemã e o Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Globo, 1969.

WEIMER, Günter. Arquitetura erudita da imigração alemã, São Paulo, 1989, tese de doutorado.

----- : Sínteses Riograndenses: arquitetura, Porto Alegre, EDUFRGS,1993.

Arquivo

Arquivo intermediário da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Implicações teóricas de uma leitura da prática escolar dos imigrantes alemães na perspectiva de identidade/etnia

Lúcio Kreutz

Mestrado em Educação - UNISINOS

O tema identidade/etnia está tendo atenção especial em várias áreas do conhecimento. Na educação, abrem-se também perspectivas para incorporarmos à compreensão do processo educacional novas dimensões, como as relacionadas com identidade e etnia.

Há um histórico desencontro entre formação humana e o processo concreto de nossa história escolar. Arroyo (in Dayrell 1996:7) entende que a concepção mercantil, utilitária e tecnicista, especialmente a partir da lei 5692/71, é um dos capítulos desse desencontro, porém, também entende que aos poucos “os olhares dos educadores se alargam reencontrando os vínculos perdidos entre educação e humanização”. Neste sentido percebe que há uma gradativa abertura no sentido de que nossa história educacional se efetive mais colada à história social e cultural, mais atenta a uma visão mais plural e onidimensional, não unidimensional. Isto significa ter mais atenção para as relações entre educação, cultura e sociedade e problematizar a compreensão dos processos educativos enquanto dinâmicas históricas em que estão envolvidos espaços e tempos de sujeitos, enfim, práticas sócio-culturais. Arroyo entende que isto significa

“situar a escola na construção de um projeto político e cultural costurado por um ideal democrático comum e refletindo ao mesmo tempo a complexa diversidade de identidades, grupos, etnias, gêneros, diversidade demarcada não apenas por relações de perda, de exclusão, de preconceito e discriminação, mas demarcada por processos ricos de afirmações de identidades, valores, vivências, cultura”. (Arroyo, in Dayrell, 1996:7)

Algumas pesquisas já nos apontam aspectos concretos do referenciamento ou não da prática escolar ao processo cultural dos alunos, inclusive em relação ao tema específico das implicações étnicas deste processo entre imigrantes alemães.

Ao focar a questão do ensino de alemão como língua estrangeira em escolas situadas em localidades de descendentes de imigrantes alemães, Trauer (1994) detectou um aspecto fundamental vinculado à questão identidade/etnia. O estudo concluiu que ao se ensinar o alemão como língua estrangeira para estas crianças, gera-se uma série de problemas, desde o desinteresse do aluno até o pouco resultado na aprendizagem. E, ao mudar-se a metodologia, ensinando o alemão não como língua estrangeira, mas como segunda língua materna, partindo-se do universo simbólico do aluno, do seu dia-a-dia, o processo de ensino-aprendizagem muda, o aluno torna-se participante e parte

interessada.

Também Doll (1994) em pesquisa sobre uma experiência de “Implantação e aprimoramento de um currículo bilingüe”, concluiu no sentido de que o resultado depende, em grande parte, da forma como se incorpora ou não, no ensino de línguas, a experiência anterior destes alunos, sua configuração e representação de identidade.

Isto, na verdade, não é tema novo na discussão teórica. Há quatro séculos João Amós Comênio vinha enfatizando a necessidade de que o processo educacional todo partisse da realidade do aluno, trabalhasse sobre a compreensão mais ampla desta realidade e incentivasse seu comprometimento ativo com a mesma.

Entendo que no processo educacional é absolutamente necessário ter a compreensão da totalidade do educando, não apenas suas necessidades econômico-sociais, mas também o universo de suas representações, para que se obtenha resposta efetiva dos alunos. O desconhecimento da forma como os alunos representam a si e a realidade é, sem dúvida, um dos ingredientes fortes do fracasso escolar. O enfático discurso sob a ótica sociológica e política, denunciador das misérias e desequilíbrios, ainda não nos levou a criar uma escola cidadã, em escala maior. Pergunto: Isto não terá relação com o fato de que o processo educacional, da forma como está sendo organizado, ignora a forma como os diversos grupos se auto-representam em seus valores e características? Será que o processo educacional incorpora representações de identidade, de tal forma que os diversos agentes sociais se identificam com a proposta e com ela se comprometem?

No caso específico do Rio Grande do Sul, podemos perguntar: sabemos como os diversos grupos étnicos que compõem a formação social do Rio Grande do Sul elaboram a representação de sua identidade étnica? Reconhecemos suas especificidades histórico-culturais e damos-lhes espaço no processo educacional? Ou, universalizamos e prescrevemos as características de uma etnia para todos, como se o “todos” fosse identificável com uma noção abstrata, genérica e a-histórica de povo?

A experiência histórica de representação de identidade/etnia, juntamente com a dimensão social e política, parece-me um componente importante para o planejamento educacional. E isto tem um significado especial para o Rio Grande do Sul, onde toda uma diversidade étnica concorre na formação econômico-social e cultural do estado.

Pretendemos apresentar, em seqüência, uma tentativa inicial de sistematização dos pressupostos subjacentes a esta questão, limitando-nos a seus aspectos epistemológicos.

1- A questão do paradigma de referência.

Silva (1996:190) analisa como os movimentos sociais dos últimos anos contribuíram para

dar visibilidade às múltiplas formas pelas quais a história e a dinâmica sociais são construídas pelos diferentes grupos sociais e culturais. Aos poucos foi sendo superada a noção de um sujeito único e privilegiado da história, ganhando importância outros eixos no movimento da dinâmica social, tais como etnia, gênero e idade.

A discussão começou a se centralizar mais nas relações de poder entre os diferentes grupos culturais. Gradativamente, a análise das identidades sociais e culturais resultantes deste processo foi se tornando a tarefa central.

Certamente o objetivo da ação pedagógica, da mais clássica à mais moderna, tem sido expresso - embora a prática nem sempre fosse coerente com a proposta - no sentido de ajudar o ser humano e se conhecer, a se descobrir como humano, a se constituir em sujeito social, cultural e étnico. Porém, a forma de acionar o processo educacional tem sido e é bastante controvertida em relação a estes objetivos proclamados.

Somos de uma tradição pedagógica que sabe tratar mais com as igualdades do que com as diferenças. Inclusive, normalmente, quando percebemos as diferenças, desenvolvemos a ação pedagógica no sentido de superar estas diferenças, exigindo de todos a mesma trajetória educativa. Silva (1996) entende que a tendência tem sido a busca de um pretense coletivo, o que tem provocado uma generalização vaga, retratando-se muito pouco a diversidade e a complexidade do tecido social. Deixava-se de expressar a heterogeneidade de etnia, de gênero, de religião, de idade, presente no processo histórico, sempre com uma carga muito forte de tensões, de conflitos e de alianças dentro do grupo social normalmente tratado como um todo homogêneo e coeso.

Ao longo da história, formalmente, a escola foi vinculada com a dinâmica dos grandes projetos político-sociais. E isto se tornou mais enfático com os ideais da modernidade e do iluminismo. Na escola tentava-se

“corporificar as idéias de progresso constante através da razão e da ciência, de crença nas potencialidades do desenvolvimento de um sujeito autônomo e livre, de universalismo, de emancipação e de libertação política e social, de nivelamento de privilégios hereditários e de modalidade social” (Silva, 1996:151).

Na compreensão deste autor, a escola foi situada, no projeto do modernismo, no centro dos ideais de justiça, de igualdade, e de distributividade. A escola tornou-se a instituição encarregada de transmitir e generalizar estes princípios. Assim a idéia de educação, está montada nas narrativas do “constante progresso social, da ciência e da razão, do sujeito racional e autônomo e do papel da própria educação como instrumento de realização desses ideais” (Silva, 1996:253).

A perspectiva epistemológica subjacente a esta visão é o entendimento de ciência como domínio da natureza, com características de objetividade, universalidade e neutralidade. E aí reside

um problema básico: este paradigma procura universalizar aspectos muito particulares do real, desconhecendo todo um conjunto de outras dimensões do mesmo. Os reflexos na forma de se conceber o processo educacional foram marcantes. Um exemplo disto temos no discurso nacionalista que, ao fundir o significado de nação com o de pátria, forçou uma homogeneização a partir de certos núcleos de adesão. E, assim, realizou um movimento complementar de exclusão e integração ao descrever grupos, ao impor espaços, ao conferir a palavra ou negá-la. Este discurso oficial, linear, não retrata as tensões, os mecanismos de seleção/exclusão, autorização/silenciamento presentes no processo histórico. Em relação às diversas etnias, construiu-se uma representação dos mesmos que melhor correspondesse à edificação do projeto nacional, com fortes reflexos sobre a organização escolar destes grupos. Na ordem política a escola desempenhou um papel central na configuração de uma identidade nacional. E tem sido simultaneamente um forte elemento de incentivo à perda ou exclusão de identidades. No caso teuto-brasileiro esta foi uma experiência traumatizante porque, de um momento para o outro, deixou de ser legítima toda uma organização e expressão de uma tradição étnico-cultural, antes permitida e incentivada. Há urgência em eleger os sujeitos sociais concretos e os processos de sua constituição diferenciada como novo eixo articulador da teoria e prática educativa.

O que para um gênero e para uma etnia pode ser uma vivência e um percurso de afirmação, de uma auto-imagem positiva, isto pode ser um percurso traumático e deformador para outra etnia e outro gênero.

O percurso escolar revela-se traumático para muitos indivíduos, em função de suas características étnicas e de gênero não reconhecidas. É preciso uma ação pedagógica atenta para o peso formador ou deformador de determinadas vivências na vida dos indivíduos. É preciso incorporar na ação pedagógica as diferenças de etnia e gênero. Os rituais, os processos, os tempos e espaços sociais são vivenciados e lembrados de forma diferente pelos indivíduos. Isto depende do grupo étnico e do gênero. Ignorar e reprimir o pertencimento étnico do educando é obrigá-lo a construir um projeto identitário ambíguo.

É fundamental entender como determinado grupo se entende, que conflitos tem entre si e com outros e o que ele vai ajudando a construir nesta teia de relações, neste entrecruzamento de culturas.

Na análise crítica, hoje, rejeita-se as “proclamações auto-glorificatórias” e qualquer afirmação essencialista sobre identidades nacionais ou culturais (Silva, 1996:188). Põe-se em questão a própria base que privilegia este centramento e universalização de valores a partir de perspectivas particulares. É preciso questionar os discursos, as representações e perguntar-se em função de qual processo algumas representações foram autorizadas, legitimadas e a quais grupos

elas correspondiam. Quais as visões não representadas? Quais relações de poder estão subjacentes e sustentam estas visões?

À medida em que a sociedade se torna mais complexa e em que se adquire mais consciência desta complexidade e diversidade interna, passa a ser mais importante a tentativa de articulação das diversas propostas geradas por atores sociais diferentes (etnias, mulheres, etc.). A escola se encontra, então, frente à inadequação dos modelos uniformizadores, herdados da tradição iluminista, em relação a uma sociedade que começa a ver-se como múltipla e diversificada (Juliano, 1993:8 e 9).

No novo paradigma começa-se a aceitar a diversidade cultural como legítima dentro de cada âmbito. Isto significa o multiculturalismo ou relativismo cultural. A estabilidade interna e o consenso que eram critérios de validade cultural, formaram modelos estáticos, em que toda intervenção e contato entre as culturas eram vistas como perigosos agentes de desintegração cultural. No campo educacional, as conseqüências desta forma de ler a diversidade cultural, foram particularmente marcantes. Naturalizou-se as diferenças, isto é, elas foram atribuídas a fatores naturais de cada indivíduo como condições inatas, deficiências orgânicas, tendências hereditárias (Juliano, 1993: 28 e 29).

A partir de um novo paradigma de compreensão e de ciência pode-se avançar no sentido de tornar transparentes as múltiplas formas pelas quais a história e a dinâmica sociais são construídas pelos diferentes grupos sociais e culturais. Assim, vai sendo superado o entendimento de um sujeito único e privilegiado da história e inicia a atenção para outros eixos de movimento da dinâmica social (etnia, gênero, idade). A discussão centralizasse mais no lugar social e cultural a partir do qual os diferentes sujeitos interagem e sobre o significado que atribuem a sua ação. É preciso saber perguntar qual a trama das tensões e relações então predominantes. Neste sentido a história cultural nos oferece um olhar mais perscrutador para a parte explícita e refletida da ação, invocando a capacidade inventiva dos agentes na intrincada trama das relações do processo histórico (Chartier, 1991 e 1994 e Nóvoa, 1992). Nesta perspectiva enfatiza-se “as representações que agentes determinados fazem de suas práticas, das práticas de outros grupos, da escola, dos agentes escolares (...), do papel que a escola tem na sociedade (Nunes e Carvalho, 1993:48).

Esta perspectiva motiva a trabalhar a representação que os imigrantes tiveram de educação e de processo identitário, pois, pode trazer-nos nova percepção do real a partir da qual se encaminham também novas perspectivas educacionais. Com novos olhares é possível detectar novas contornos da realidade que não podem ser desconhecidos no processo educacional. Por exemplo, no Brasil, e de forma particular no Rio Grande do Sul, em que a formação social é decorrente de grupos étnicos, com percepções diferenciadas de si e do processo político-cultural, é

fundamental perguntar-se sobre as representações com as quais trabalhamos no processo educacional. Quando não tem espaço para expressar-se publicamente, não significa que na clandestinidade a memória não seja rememorada e revivenciada, transmitida de uma geração a outra. O silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, pode ser a resistência que a sociedade civil impõe ao excesso de discursos ou representações oficiais (Pollak, 1989:5).

Sou de opinião que, para se articular um projeto educacional para o Rio Grande do Sul, é fundamental conhecer concepções e representações de sociedade das várias etnias que tiveram participação no processo de formação histórica, tendo sido ou não reconhecidos através das representações legitimadas oficialmente.

2 - Identidade/ etnia como categoria de análise:

Segundo Nóvoa (1992:210/11) é preciso ousar e produzir um outro conhecimento histórico no domínio do educativo. Entende que há rupturas a serem desencadeadas neste domínio, superando-se a lógica historiográfica tradicional, centrada fundamentalmente nas idéias pedagógicas e/ou numa história institucional. Além de fornecer-nos a memória dos percursos educacionais, também nos permite compreender que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das idéias pedagógicas e das práticas escolares. Tudo é produto de uma construção social.

Para Hameline (1984), a abordagem histórica deve preocupar-se menos em retratar estaticamente situações e contextos educacionais, e, sim, centrar-se prioritariamente na apreensão dos movimentos sociais que impulsionam as mudanças na educação. Ela deve estar atenta às práticas culturais, ao questionamento social, aos avanços e recuos de uma sociedade que educa.

Também Petitat (1985:97) afirma que prefere entender a ciência no sentido de construções parciais, em que se capta o fluxo do real, à imagem de uma ciência cumulativa que procura definir a realidade sócio-histórica através de leis objetivas.

Scott (1990:90) também realça a compreensão do real como uma massa de diferenciações internas, de complexidades e contradições, entendendo que há estruturas de poder tanto dentro delas quanto entre elas. O fato histórico não é definido apenas por lutas entre agrupamentos importantes, mas também pelo equilíbrio mutante de forças dentro dos agrupamentos.

Salienta Scott que a análise de uma produção social deve remeter sempre à história de um conjunto contínuo de práticas. Entende-se que pode haver conflito, incoerência e contradição dentro dos processos que constróem as próprias categorias de análise. Portanto, não se deve conceber a história como sendo forçosamente linear e descuidada em relação aos avanços e recuos, “como se o presente saísse intacto de um passado cristalizado.” (Scott, 1990:27). Neste sentido, a autora

entende a história como o lugar das contradições, das idas e vindas, dos “acavalamentos”, em que coerências e incoerências tem seu lugar, sendo que não é nem pode ser lugar de perenidades. Não se trata de estabelecer invariantes definitivas de um lado e de outro, quer-se reforçar as transformações e as diferenças.

Esta concepção epistemológica tem um significado especial quando se trata da educação, campo em que entram em jogo valores e propostas.

Parece-nos que sob este aspecto a categoria de etnia, assim como a de gênero, pode ser um recurso válido para perceber o sentido e compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Neste sentido ainda não há um sistema lógico, bem articulado. Trata-se mais de um conjunto de insights e argumentos a respeito de relações entre várias coisas. O real é concebido como uma massa de diferenciações internas, de complexidades e contradições.

Enguita (1995) esclarece que sob o termo etnia ou étnico tem-se entendido com frequência a grupos diferenciados em vista de raça, de religião, de nacionalidade de origem, de língua, de folclore ou alguma combinação destes e outros aspectos ligados presumivelmente a uma origem comum. No entanto, também tem-se utilizado os termos para designar apenas algumas destas diferenças.

Em sentido mais estrito, ainda segundo Enguita, o termo é usado para referir-se a um grupo sem território nem organização política própria. Neste sentido, nem raça, nem religião, nem origem nacional, nem língua garantem por si mesmo a existência de um grupo étnico nem de relações étnicas. No entanto, qualquer um destes elementos pode servir de base para a configuração de identidades culturais coletivas (Enguita, 1995:133).

Nesta perspectiva, torna-se problemático falar de um grupo étnico no plural unificador: os teuto-brasileiros, por exemplo.

“Todo processo de conhecimento torna-se um processo de simplificação, pois, consiste em pôr em ordem uma realidade muito rica, complexa e variada.. Isto nos leva a fazer abstrações, formar regularidades, estruturas, tipos ideais. Faz-se referência a tipos modais ou médios”. (Enguita, 1995:134).

Assim como os estudiosos da área o fazem em relação ao gênero, também podemos perguntar-nos sobre as potencialidades e a relevância da categoria etnia para os estudos históricos na educação. Quanto ao gênero, Scott (1990) propõe uma leitura da história em que esta categoria tenha realce, articulada com etnia e classe.

Louro (1992:54) apresenta uma visão dos autores que afirmam a necessidade de articular estas diferentes categorias (etnia, classe, gênero) e ensaiam aproximações teóricas que as levem em consideração. Trata-se de Joan Scott (1990), de Madeleine Arnot (1987), de Jean Anyon (1990), de

Heleieth Saffioti (1992), de Michel Apple, (1987 e 1988) entre outros. No entanto, este ainda é um terreno - como salienta Lopes Louro - onde todos se movimentam com muita cautela, onde são freqüentes os tropeços e, onde, também há os que preferem as rotas mais conhecidas.

Será que podemos entender, como Scott o entende em relação a gênero, que etnia seja um elemento constitutivo de relações sociais fundados sobre as diferenças percebidas entre os diferentes grupos? Dá para perceber isto nos símbolos culturalmente invocados por uma sociedade, nos seus conceitos normativos, nas propostas educacionais e na organização social? Dá para perceber isto nas identidades subjetivas, isto é, na maneira como os sujeitos concretos se constituem? Seria a etnia, como gênero, “um primeiro modo de dar significado às relações de poder?” (Louro, 1992:54).

Entendemos que sim. Como explicitou Scott, os conceitos de gênero, bem como os de etnia, atravessam a sociedade e acabam por estruturar tanto a percepção quanto a organização - concreta e simbólica - da vida social. Neste sentido, etnia e gênero tem a ver com a concepção e a construção do poder. Através da categoria etnia pode-se tornar visíveis sujeitos que normalmente não tem aparecido nas análises, especialmente as de um enfoque mais sociólogo. Etnia, como gênero, é um campo no qual foi e é vivida a história (Scott, 1990).

Perrot (1988) alerta que a tendência é a de articular a educação ao todo social. Mas freqüentemente entende-se o todo social apenas em relação à posição de classe dos indivíduos, omitindo-se as menções à existência de outras contradições sociais, como as de gênero, etnia, idade, religião.

A etnia, como gênero e classe, não é uma categoria pronta e estática. São categorias “dinâmicas, construídas, possíveis de transformação (...). Supões-se que os sujeitos são ativos e ao mesmo tempo determinados, recebendo e respondendo às determinações e contradições sociais.” (Louro, 1992:57).

A sociedade, ao longo do tempo, caracteriza, classifica e decide sobre o espaço dos grupos étnicos. E isto é feito com disputas e conflitos. É importante perceber-se o étnico também como fator de diferenciação social. É preciso compreender que as “capacidades” e as “limitações” de cada etnia são, usualmente, o resultado da posição, do lugar que a sociedade atribui às diferentes etnias.

Portanto, o étnico é um processo e não um dado resolvido no nascimento. É construído através de práticas sociais, num processo de relação. E como não há uma única etnia, é preciso estar atento às relações de poder entre os diferentes grupos sociais e culturais. Assim, o multiculturalismo não pode ser entendido simplesmente como uma convivência entre culturas diferentes. Se no plano antropológico elas efetivamente são diferentes, no plano sociológico elas também são desiguais. Não temos critérios para atribuir maior valor ou importância a uma determinada cultura, porém, no

processo histórico concreto, no jogo do poder e na correlação de forças, determinadas culturas se impuseram como mais válidas que as outras. Porém, como alerta Silva (1996:193) não se trata de querer inverter o processo e “partir da cultura dominada”.

“Na perspectiva de um multiculturalismo crítico (...) trata-se, ao contrário, de encarar as culturas dos grupos dominados de uma forma antropológica, como uma manifestação e expressão de formas de organizar a vida social que existem ao lado de outras, igualmente válidas. Nesta perspectiva não se trata de ‘partir da cultura dominada’, mas de interrogá-la, questioná-la, historicizá-la, da mesma forma como se deve fazer com a cultura dominante. Não é uma questão de superá-la, para entrar em outra”. (Silva, 1996:193).

Esta perspectiva de historicidade leva-nos a questionar o próprio termo multicultural. Este induz a imaginar-se uma sociedade construída como um mosaico, formado por culturas diferentes, cada uma estática. O conceito não é suficientemente dinâmico. Se pretendemos realçar a interrelação dinâmica entre estas, com suas reacomodações e ajustes constantes que isto implica, o conceito de educação intercultural resultaria mais adequado.

“Multicultural: fala daquilo que é, de presenças diversas, de culturas com conteúdos específicos. Mas pode referir-se a questões e a limites intransponíveis entre elas. Intercultural: põe a ênfase nos pontos de contato e por conseguinte no necessário diálogo entre as culturas. É um conceito que descreve melhor a perspectiva a partir da qual tende-se a ver a situação na década de noventa”. (Juliano, 1993:66).

É uma questão de historicizá-la. Trata-se de compreender como as categorias do pensamento e de classificação da realidade estão embasadas em interesses e também em relações de poder e como a educação está envolvida com este processo. Trata-se, como salienta Bourdieu de tentar desnaturalizar o mundo social, ultrapassar o nível das explicações individualizantes, fatalistas, metafísicas e essencialistas, destruir a ilusão de transparência do mundo social. (Silva, 1996:233/4).

Enfim, parece-me que tomando a etnia como categoria de análise pode-se contribuir com uma leitura da história de educação em que a diversidade social e cultural possa ser contemplada, em que os sujeitos individuais quanto os coletivos não são “neutros”, mas apareçam como pessoas construindo-se no processo histórico, através de variadas e intrincadas relações de etnia e gênero. Segundo Anyon, (1990:14) o gênero - entendo que também etnia - envolve tanto recepção ativa quanto passiva às contradições sociais. Por isto é preciso procurar perceber as acomodações e as resistências às contradições sociais. E as formas de lidar com estas contradições podem ser múltiplas.

Conclusões:

A divisão étnica está entre as divisões mais fortes e significativas que a sociedade hodierna

sofre. Situa-se entre as divisões de classe, de gênero, as comunitárias ou territoriais e também as de idade. Porém, entendemos com Enguita (1995) que a escola não é apenas um lugar a mais em que se repetem os prejuízos e as tensões étnicas. Ela é um lugar chave nas tensões étnicas porque é essencial na produção e reprodução da cultura, que é o elemento distintivo daquilo que entra em jogo nas relações étnicas.

A perspectiva intercultural sugere uma nova estratégia educativa. Não significa incluir cultura e diversidade cultural como um dos temas dos parâmetros curriculares. Significa, como enfatiza Arroyo (1996), situar a escola na construção de um projeto político e cultural formado por um ideal democrático comum e refletindo simultaneamente a complexa diversidade de identidades, grupos, etnias, gêneros. É preciso não apenas criar as condições para perceber relações de exclusão, de perda, de preconceito e discriminação, mas construir a possibilidade de processos ricos de afirmação de identidades, valores, vivências, enfim, de cultura.

Concordamos com Dayrell (1996:144) no sentido de que, se partíssemos da idéia de que a experiência escolar é um espaço de formação humana ampla, e não apenas transmissão de conteúdos, certamente teríamos que fazer da escola um lugar de reflexão (que é voltar-se com indagação sobre sua própria experiência) e de ampliação dos projetos dos alunos.

Bibliografia

- ANYON, Jean. Interseções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 73, maio 1990.
- APPLE, Michael. Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 60, fev. 1987.
- _____. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e da ideologia. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 64, fev. 1988.
- ARNOT, Madeleine. La hegemonia masculina, las clases sociales y la educación de la mujer. *Tempora*, Universidad de la Laguna, Tenerife n. 9, jan-jim. 1987.
- ARROYO, Miguel G. Prefácio. In: DAYRELL, Juarez (arq.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 11(5): 173-191, 1991.
- _____. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, 1994: 97-113.

- CONNEL, R. W. Como teorizar o patriarcado? Educação e Realidade. Faculdade de Educação da UFRGS, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul/dez. 1990, p. 85-92.
- DOLL, Johannes. A implantação e o aprimoramento de um currículo bilingue: uma pesquisa ação. Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, 1994. (Dissertação de Mestrado).
- ENGUITA, Mariano Fernandez. La escuela a examen. Un análisis sociológico para educadores y otras personas interesadas. Madrid: Ediciones Pirâmide, 1995.
- _____. Escuela y etnicidad: el caso del pueblo gitano. Madrid: Ediciones Pirâmide, 1995.
- HAMELINE, Daniel. L' hitória de l'éducation, in Encyclopaedia Universalis, Paris, ed. de 1984, p. 666.
- JULIANO, Dolores. Educación intercultural. Escuela e minorias étnicas. Madrid: Endema, SA, 1993.
- LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. In: Teoria e Educação. Dossiê: História da Educação, n.6. Porto Alegre: Pannomica, 1992, p. 53-67.
- NOVOA, Antônio. Inovações e História da Educação. In: Teoria e Educação. Dossiê: História da Educação, n.6. Porto Alegre: Pannonica, 1992, p. 210-220.
- NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: Cadernos ANPED, Porto Alegre, n. 5, 1993, p. 1-64.
- PETITAT, André. Entre l'histoire et la sociologie sur les rapports école/société: le perspective construtiviste, Repères - Essais en Education. Montreal, n. 5, 1985: 87-110. In: NÓVOA, Antônio. Inovações e História da Educação. Teoria da Educação: Dossiê da Educação. Porto Alegre, Pannonica, 1992: 210-220.
- POLLAK, Michael. Memórias e estudos históricos. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.
- SAFFIOTI, H. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Faculdade de Educação da UFRGS, Porto Alegre, v. 16, n.2, jul/dez. 1990, p. 5-22.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidades terminais. As transformações na política da pedagogia e na pedagogia política. Petrópolis: Vozes, 1996
- TRAUER, Elizabeth Maria. Alemão: uma língua estrangeira na escola catarinense? Florianópolis: Faculdade de Educação da UFSC, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- WOLF, Cristina Scheibe; FLORES, Maria Bernadete Ramos. A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS,

Naira (org.). Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994 p.209-220.

**Cotidiano e espiritualidade na colônia teuto-brasileira:
uma abordagem a partir do "Tägliches Handbuch..." (1727/28)
de Johann Friedrich Starck (1680-1756)**

Ricardo Willy Rieth

1 Cotidiano e espiritualidade

Cotidiano e espiritualidade são temas que a historiografia tem investigado de forma relacionada somente nas últimas décadas. Concentram-se nesse estudo tentativas de dar novos enfoques à pesquisa, dirigindo-a a questões até então consideradas "banais", "comuns", "corriqueiras" ou "irrelevantes" e, portanto, pouco relacionadas aos grandes eventos, personalidades, processos, que em geral têm ocupado o centro das atenções. O espaço aqui disponível não comporta uma retomada exaustiva da discussão teórica a respeito de cotidiano e espiritualidade, seja na historiografia em geral, seja na eclesiástica. Pode-se, contudo, resumir algumas noções centrais.

1.1 O estudo do cotidiano

Com o resgate do cotidiano, a historiografia quer focalizar a vida individual das pessoas, sua rotina diária, o que fazem um dia após o outro como parte de sua existência. O mundo do cotidiano é o da intimidade, da vida familiar, das ações corriqueiras das pessoas. Pelo fato de não ser considerado relevante e não representar uma coordenada para a sistematização da memória coletiva, o cotidiano vive certa tensão com os eventos causadores de rupturas em sua rotina, que justamente por isso representam o relevante, o essencial na constituição do que vem a ser a história. Por outro lado, quando se prioriza o estudo do cotidiano, quer-se justamente ver a história do mundo dentro da história de cada dia.¹³⁶ Elementos do cotidiano, há tempos, têm sido tratados de forma intuitiva e pitoresca por quem se ocupa com a história da imigração e colonização alemãs no Brasil. Uma abordagem pautada por reflexão teórica consistente, por sua vez, apenas recentemente começou a ser aplicada e já está trazendo bons resultados.¹³⁷ Por certo, ao optar por "Cotidiano e Identidade" como tema de seu XII Simpósio, o Instituto Histórico de São Leopoldo fixa um marco para a pesquisa da imigração e colonização nesta perspectiva.

1.2 O estudo da espiritualidade

A ocupação com a história da Igreja na perspectiva espiritualidade, por outro lado, é algo mais antigo, remontando à época do iluminismo e do pietismo. A princípio, abordava-se a história da espiritualidade contrapondo os diferentes modelos examinados a uma forma normativa de piedade.

¹³⁶ Para a discussão teórica a respeito cf. K. Kosik, *Dialética do concreto*, Rio de Janeiro, 1976 e A. Heller, *O cotidiano e a História*, Rio de Janeiro, 1989.

¹³⁷ Cf. o belo trabalho de Neli Schäfer, *Vida cotidiana e identidade étnica teuto-brasileira (1947-1961)*, São Leopoldo, Programa de Mestrado em História - UNISINOS, 1995 (Dissertação de mestrado inédita).

Foi o que fez, por exemplo, Gottfried Arnold, em sua "História apartidária da Igreja e dos hereges" (1699), ao fixar como paradigma sua própria espiritualidade de cunho pietista. A espiritualidade é talvez o elemento mais impreciso, incompreensível e que com menor exatidão pode ser situado na história da Igreja. Isso porque pertence essencialmente ao contexto da tradição oral, enquanto as instituições e a teologia, por seu testemunho nas fontes escritas, deixam marcas sobre uma série bem maior de gerações. Ainda assim, a espiritualidade não pode ser descartada do campo de observação, pois como fé vivida, exteriorizada, é pressuposto da teologia e da vida institucional na Igreja. Justamente por isso, deve ser estudada em vinculação com a história das instituições e tradições teológicas cristãs.¹³⁸ Ao investigar a espiritualidade no contexto da imigração e da colonização, portanto, é preciso levar em conta o pano de fundo histórico mais amplo das instituições religiosas, doutrinas e relações entre grupos (p. ex., entre clérigos e leigos, membros de denominações distintas, etc).

Relacionando agora o supracitado a respeito do cotidiano e da espiritualidade, constata-se uma certa analogia quanto à necessidade de investigar historicamente na perspectiva dos dois objetos: tanto o estudo do cotidiano como o da espiritualidade auxiliam no resgate do que é "banal", "corriqueiro", "comum" na vida das pessoas e grupos, mas que, justamente por ser o que mais marca suas existências, se revela como algo de fundamental importância.

1.3 Presença pastoral fraca, mas livro de reza "forte"

As primeiras gerações de imigrantes europeus e seus descendentes, fixados no sul do Brasil a partir de 1824, sofreram um grande abandono. Este foi marcado também pela ausência de assistência espiritual, seja de pastores protestantes formados e ordenados, seja de sacerdotes católico-romanos oriundos de sua terra natal. É interessante notar que os mesmos relatos de imigrantes ou viajantes, que descrevem a situação de carência espiritual na colônia, muitas vezes também dizem como as pessoas a procuravam contornar:

No domingo seguinte, éramos cerca de 10 pessoas que se reuniram. nenhum sino chamou, nenhum órgão ressoou, mas assim mesmo, sentimos esse momento como um momento solene. Cantamos um hino, depois foram lidas uma prédica e uma oração do livro de orações de Stark. Com outro hino encerramos o culto. Este foi o primeiro culto que nós, pessoas pobres e abandonadas na selva brasileira, celebramos.¹³⁹

O que acontece aqui se repete com frequência: como recurso litúrgico e homilético, como auxílio para a meditação individual e comunitária, é citado um livro de orações, "das starksche Gebetsbuch". Muitos leitores desconheciam que "Stark" (o correto é "Starck") se referia a um sobrenome, o do autor, e não ao adjetivo "stark", que por sua vez significa "forte" em alemão. Isso apenas reforçava o prestígio da obra, que passava a ser, literalmente, "das starke Gebetsbuch", ou seja, um "livro de reza forte".

O volume trazido juntamente com a Bíblia, o Catecismo Menor de Lutero e o hinário – relíquias em

¹³⁸ Cf. a respeito Kurt-Victor Selge, Einführung in das Studium der Kirchengeschichte, Darmstadt, 1982, p. 133-148.

¹³⁹ Erinnerungen eines deutschen Ansiedlers in Brasilien, Sonntagsblatt, 12 [35]: 134, 1899, apud Osmar L. Witt, Igreja na migração e colonização: a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense, São Leopoldo, 1996, p. 44 n. 4. O grifo é nosso.

meio à mísera bagagem trazida da Europa por muitos imigrantes – era o "Tägliches Handbuch in guten und bösen Tagen...", de Johann Friedrich Starck (1680-1756), título que ao pé da letra se traduz por "Manual cotidiano em dias bons e maus...". Em especial por essa característica, a de ser um livro de edificação espiritual de estrutura e conteúdos pautados pela rotina diária das pessoas, é que a obra de Starck se revela interessante à presente reflexão sobre cotidiano e espiritualidade.

O que se quer aqui é simplesmente apresentar este livro de oração, situando-o em seu contexto de origem, avaliando sua fenomenal repercussão, descrevendo sua estrutura e destacando conteúdos que eventualmente tenham sido relevantes para a vida cotidiana de imigrantes e seus descendentes no Brasil. Com isso, lança-se o desafio para que a pesquisa futura dirija seus esforços também ao tema do cotidiano e da espiritualidade, ocupando-se especialmente com a pergunta pelo grau de interdependência existente entre ambos.

2 "Tägliches Handbuch in guten und bösen Tagen..."

2.1 Autor, contexto de origem e repercussão

Johann Friedrich Starck nasceu a 10 de novembro de 1680, na cidade imperial de Hildesheim, Alemanha. Seu pai era padeiro de profissão, em Frankfurt/Meno, tendo assumindo posteriormente a carreira militar. Sua mãe era filha de burgueses da mesma cidade. Johann Friedrich teve uma infância difícil por causa de uma lesão no pé, resultante de uma queda sofrida pela mãe ainda durante a gravidez. Somente aos 10 anos de idade, graças a uma cirurgia bem sucedida, passou a ter uma vida normal. Seus pais desejavam que ele aprendesse um ofício, mas seu interesse pelo estudo acabou se impondo. Frequentou o ginásio e depois, de 1702 a 1706, estudou teologia na Universidade de Giessen. Durante as atividades acadêmicas e as sessões de estudos bíblicos e edificação espiritual, seus professores reforçaram a espiritualidade de cunho pietista já trazida de casa por Starck. Depois de formado, foi professor particular em Sachsenhausen e simultaneamente, como candidato ao ministério, obteve licença para pregar em orfanatos e albergues de crianças pobres. Fê-lo até 1709, quando foi convidado para auxiliar o pregador da comunidade de comerciantes de fala alemã em Genebra, função que ocupou até 1711. Após, empreendeu viagem pela França, onde aperfeiçoou seus conhecimentos de francês, até o ano de 1715, quando foi eleito pregador da comunidade de Sachsenhausen, onde oficiava prédicas em alemão e francês. Em 1723, foi chamado para ser pregador da Igreja dos Franciscanos, em Frankfurt/Meno. Pregava nos cultos comunitários, no hospital e no presídio, acompanhando também prisioneiros condenados à morte até a hora de sua execução. Desde 1742 acumulou o cargo de conselheiro no consistório. Ocupou essas funções até 17 de julho de 1756, dia de sua morte.¹⁴⁰

140

Sobre a vida e o pensamento de Starck, cf. Karl Dienst, Johann Friedrich Starcks Tägliches Handbuch in guten und bösen Tagen. Ein Geschenk des Pietismus an die Volkskirche, in: Jahrbuch der Hessischen Kirchengeschichtlichen Vereinigung 32 (1981), Darmstadt, p. 67-92; Hermann Dechent, Johann Friedrich Starck: ein Lebensbild aus der Zeit des spätern Pietismus, in: Die Christliche Welt: evangelisches Gemeindeblatt für Gebildete aller Stände 11 (1897), Leipzig, p. 773-776. 796-799. 847-852; Constantin Grosse, Die alten Tröster: ein Wegweiser in die Erbauungsliteratur der ev.=luth. Kirche des 16.-18. Jhs., Hermannsburg, 1900, p. 335-370; Hermann Beck, Starck, Johann Friedrich, in: Realencyklopädie für protestantische Theologie und Kirche, 3. Aufl., Bd. 18, Gotha, p. 777s; Friedhelm Ackva, Der Pietismus in

Starck foi responsável por muitas publicações – coletâneas de meditações, prédicas, manual para ensino confirmatório, regra de vida cristã, etc –, que não tiveram tanta repercussão como seu "Tägliches Handbuch...", mas foram bem acolhidas. Seus escritos se inserem entre as obras de edificação espiritual, uma categoria literária muito difundida e de grande influência nos movimentos reavivamentistas posteriores à época da Reforma e Contra-Reforma. As obras de edificação espiritual precisam ser compreendidas sob o pano de fundo da situação política, social e cultural do século XVII, principalmente em sua primeira metade, quando amplas áreas da Europa central foram devastadas durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), com redução drástica da população e desaparecimento de aldeias inteiras. Certos conteúdos teológicos e éticos passaram a ser acentuados e outros ignorados. Numa situação em que a vida se tornara tão efêmera e a morte estava tão próxima, os autores dessas obras convocavam antes de mais nada ao arrependimento. Numerosas poesias, prédicas e hinos traziam advertências e exortavam à penitência. Reformulou-se a relação entre a prática da espiritualidade e a pertença eclesiástica. Não mais, como no século XVI, se enfatizava o significado da Igreja para as pessoas crentes individualmente. Agora, os autores de literatura de edificação concordavam com a noção de que a pessoa crente, sozinha, poderia ir em busca da salvação eterna, sem a cooperação ou intermediação da hierarquia eclesiástica. Contribuíram, assim, para uma individualização da espiritualidade cristã, para sua separação da Igreja e, como a maioria das igrejas eram territoriais, para sua retirada debaixo do poder do Estado.¹⁴¹

Com seu "Tägliches Handbuch...", Starcke quis atender às necessidades da comunidade. Apresentou verdades centrais do ensino catequético em linguagem simples e acessível. A partir de sua atividade como cura de almas e pregador, demonstrou uma percepção profunda das necessidades e anseios da gente simples. Isso foi decisivo para a grande repercussão do livro. Starcke revela estar ciente de que a religiosidade popular não se orienta exclusivamente por um parâmetro intelectual e cognitivo, mas que nela sempre são fundamentais a dimensão afetiva das pessoas e sua identificação com uma conduta moral descomplicada, baseada em exemplos concretos que lhes são apresentados. Starcke conseguiu percebê-lo porque diferiu do padrão geral de atuação dos pastores de sua época, que preferiam esperar pelas pessoas na igreja, falando-lhes em linguagem acadêmica e intelectualizada. Ele, ao invés disso, procurava ir ao encontro das pessoas em suas casas, conhecendo suas condições de vida e traduzindo sua mensagem para a linguagem delas. Dizia: "A casa de um pregador deve ser como a de um farmacêutico, médico ou cirurgião, onde todos os enfermos de espírito, feridos e necessitados podem ir. Se ninguém vem, ou quer vir, mesmo assim o portão e a porta permanecem abertos."¹⁴² Starcke organizava sessões de estudo bíblico e edificação nas casas, tendo sido duramente criticado por isso, mesmo que

Hessen, in der Pfalz, im Elsaß und in Baden, in: M. Brecht; K. Deppermann (Hrsg.), Geschichte des Pietismus: Bd. 2: Der Pietismus im 18. Jh., Göttingen, 1995, p. 198-204.

¹⁴¹ Cf. Rudolf Mohr, Erbauungsliteratur III, in: Theologische Realenzyklopädie, vol. 10, Berlin, 1977-, p. 51-73; Frieder Schulz, Gebetsbücher III, in: ibid., vol. 3, p. 109-119.

¹⁴² Hermann Dechent, Kirchengeschichte von Frankfurt am Main seit der Reformation, Bd. 2, 1921, p. 144, apud Dienst, op. cit., p. 86.

partilhasse de um pietismo contrário a todo e qualquer separatismo.¹⁴³ Outra razão para a ampla aceitação do "Tägliches Handbuch..." foi o fato de seus conteúdos terem sido tematizados e reelaborados nessas sessões promovidas nos domicílios. Como pastor luterano, Starcke não queria apenas reunir a comunidade em torno à Palavra e aos sacramentos nos cultos, mas buscava uma aplicação da teologia à prática da vida diária, queria a presença da Palavra e dos sacramentos nos desafios do cotidiano. Aqui deveria manifestar-se a verdadeira espiritualidade. O forte do livro está no fato de não exigir de seus leitores que se entreguem à complexidade de uma mística profunda. Quer acompanhá-los em seus problemas concretos, dando conselhos práticos e biblicamente fundamentados.

O "Tägliches Handbuch..." foi editado por primeira vez em 1727/28. O próprio Starcke reeditou-o 8 vezes até o ano de sua morte, ampliando consideravelmente seu conteúdo. Em 1731, incluiu um anexo com devoções destinadas a grávidas, parturientes e puérperas. A partir de 1757, Johann Jakob Starcke, seu filho, passou a promover as novas edições. A edição de 1776, chamada de "edição original" e considerada a definitiva pelos estudiosos, traz diversos acréscimos e alterações feitas por Johann Jakob, segundo ele, em conformidade com "o modo de pensar e escrever" do pai. No começo, apresenta até mesmo uma breve biografia do autor, também preparada pelo filho e publicada desde 1768.¹⁴⁴ Constantin Große¹⁴⁵ computou mais de 60 edições da obra publicadas até o final do século XIX, sem contar as numerosas edições clandestinas, que por vezes alteravam completamente o título e omitiam o nome do autor. A grande variação nas edições posteriores se deve ao fato de parte delas terem se baseado em edições feitas por Starck ainda em vida (em especial a 4ª, de 1734), parte em edições feitas por seu filho (principalmente a de 1776). Quanto às tiragens, pode-se ter uma idéia a partir do exemplar de uma edição alemã provavelmente da 2ª metade do século passado, pertencente, como informa a folha de rosto, ao lote do 21º ao 40º milheiro.¹⁴⁶

143 Em 1730, em lembrança ao bicentenário da Confissão de Augsburg, dirigiu aos pietistas separatistas de Frankfurt uma "Bem-intencionada conclamação pastoral às ovelhinhas que se isolam da reunião pública na igreja e da Santa Ceia"; cf. a respeito Hans Schneider, *Der radikale Pietismus im 18. Jahrhundert*, in: M. Brecht; K. Deppermann (Hrsg.), op. cit., p. 157.

144 Na biografia, Starcke é apresentado, segundo os padrões da espiritualidade pietista, como um "renascido". Segundo Dienst (op. cit., p. 71), a função de biografias como essa era a de avaliar a probidade e a credibilidade dos livros de oração junto aos leitores.

145 Op. cit., p. 335-358, que traz uma história detalhada das edições.

146 Os exemplares que até o momento encontrei no Brasil são de edições pertencentes ao primeiro grupo: Neuendettelsau: Freimund Verlag, s.d.; St. Louis, Mo/USA: Concordia P. H., 1900, além da edição citada ao final desta nota. Também chegou a minhas mãos uma edição traduzida ao inglês: John Frederick Stark, *Daily Hand-Book for days of rejoicing and of sorrow. With an appendix of morning and evening prayers exhortations, and hymns for times of pregnancy and labor*, Philadelphia: I. Kohler, 1873, 514. 113 p.

A informação quanto à tiragem foi retirada do exemplar usado e citado no presente trabalho: Joh. Friedr. Stark, *Tägliches Hand-Buch in guten und bösen Tagen. Aufmunterung, Gebete und Gesänge für Gesunde, Betrübte, Kranke und Sterbende. Sprüche, Seufzer und Gebete, den Sterbenden vorzusprechen, nebst Fest-Andachten mit Kriegs-, Theurungs-, Pest- und Friedens-Gebeten*. Kaiserslautern & Leipzig: August Gotthold, (co-edição New York: International News-Company & St. Petersburg: J. A. Grote), s.d., 572 p. Register, Familienregister. Em anexo: Gebetbüchlein für Schwangere, Gebärende und Wöchnerinnen sowie

2.2 Estrutura da obra

Ao estruturar os conteúdos do "Tägliches Handbuch..." Starck orientou-se pelo transcorrer do dia e do ano. Traz devoções matutinas, para o meio-dia e verpertinas. Além disso, traz devoções para datas festivas. Também se referiu a situações especiais do cotidiano. O livro consta de partes destinadas a aflitos, enfermos, moribundos e pessoas com eles envolvidas. Devoções são destinadas a mulheres grávidas, a quem sofre com a morte de crianças (Starck foi antecedido na morte por 5 de seus 7 filhos!), a atingidos por boas e más colheitas, a quem empreende viagens ou corre perigo.

Cada parte inicia com uma "animação" (Aufmunterung), onde é interpretado um texto bíblico, em moldes de verdade catequética, na perspectiva da situação especial prevista. Quando da atualização dos textos bíblicos, não faltam formulações doutrinárias, por vezes legalistas. Com a "animação", Starck quer despertar a correta disposição para a oração. Ela é seguida pela "oração" (Gebet), em geral bem extensa. O conteúdo das orações combina meditação, doutrinação e petição. Muitas vezes, as orações terminam com um imperativo, como é o caso de uma das orações dominicais: "Hoje é o dia do Senhor, esquecei as preocupações e os tormentos, não vos impeça o trabalho, vinde à presença do Altíssimo! Aleluia!" (p. 15). Os versos finais das orações são seguidos por um hino (Gesang), composto pelo próprio Starck. Trata-se de uma espécie de prédica rimada, de pouco valor poético, mas de linguagem bastante acessível e popular. Dos 939 hinos de Starck, 110 foram incluídos no "Tägliches Handbuch...".

Veja-se a seguir a tradução dos títulos das diferentes partes, segundo a edição aqui examinada, que em parte revela a estrutura e os conteúdos da obra:

1ª Parte: para quem é saudável

O cristão fiel se prepara para o culto

Oração na manhã de domingo

O cristão fiel passa o domingo de forma devota

O cristão fiel pondera a respeito do triplo Sabbath

Oração na noite de domingo

O cristão fiel agradece a Deus pela palavra divina ouvida

Oração na manhã de segunda-feira

O cristão fiel pede bênçãos no começo da semana

O cristão fiel pede bênçãos temporais, espirituais e eternas

Oração na noite de segunda-feira

O cristão fiel agradece a Deus por sua saúde

Oração na manhã de terça-feira

O cristão fiel se alegra com seu renascimento

O cristão fiel pede pela preservação da fé

Oração na noite de terça-feira

O cristão fiel pede a Deus que santifique seu coração

Oração na manhã de quarta-feira
 O cristão fiel pede a Deus que o afaste do mundo
 O cristão fiel pede a Deus que o governe e conduza
 Oração na noite de quarta-feira
 O cristão fiel pede para amar a Deus

Oração na manhã de quinta-feira
 O cristão fiel pede para amar o próximo
 O cristão fiel quer seguir a Jesus
 Oração na noite de quinta-feira
 O cristão fiel reconhece em Deus o bem maior

Oração na manhã de sexta-feira
 O cristão fiel pede humildade
 O cristão fiel pede mansidão
 Oração na noite de sexta-feira
 O cristão fiel pede pelo Espírito Santo

Oração na manhã de sábado
 O cristão fiel reconhece a bondade perpétua de Deus
 O cristão fiel pondera acerca da glória futura
 Oração na noite de sábado
 O cristão fiel agradece a Deus no final da semana

O cristão fiel
 pede perdão por seus pecados
 pede força contra o pecado
 quer dar-se a Deus como sacrifício
 ora ao usufruir da Santa Ceia
 pede vida piedosa

Pais fiéis pedem por seus filhos
 Filhos piedosos pedem por seus pais
 O cristão fiel

 ora quando se forma um temporal
 agradece a Deus após o temporal
 ora quando vai viajar
 ora quando está no exterior
 pede uma consciência ileza

2ª parte: para quem está aflito
 O aflito

 se consola com a onipotência de Deus
 se consola com o amor de Deus
 se consola com o auxílio de Deus
 se consola com a misericórdia de Deus
 pondera acerca das promessas divinas
 pondera acerca do que Deus quer com a cruz
 pede paciência e força
 pede para que diminua a aflição
 pondera acerca do final feliz resultante da cruz

Viúvas aflitas derramam seu coração diante de Deus

Orfãos abandonados lamentam sua situação diante de Deus

O aflito

lamenta a fraqueza de sua fé
lamenta os pensamentos blasfemos

3ª parte: para os enfermos

Oração de um enfermo pela manhã

Oração de um enfermo à noite

O enfermo

pede paciência a Deus
pede companhia a Deus
reconhece que é humano e mortal
se submete a viver sob a vontade de Deus
reconhece que a cruz e a tribulação vêm de Deus
reconhece o proveito da enfermidade
põe sua confiança na onipotência divina
recorda sua aliança batismal
se apóia nos benefícios do Deus Triúno
quer levar seu sofrimento sem resmungar
se prepara para a Santa Ceia
pede a Deus perdão de pecados
ora antes de usufruir da Santa Ceia
ora depois de usufruir da Santa Ceia
ora quando faz uso de medicamentos
pede por alívio das dores
geme para que Deus não o abandone
lembra sua morte
contempla sua sepultura e sua ressurreição
agradece a Deus pela saúde recebida

4ª parte: para os moribundos

O moribundo

se coloca diante do juízo divino
perdoa e pede perdão
se despede e abençoa os seus
encomenda sua vida a Deus
inicia uma contemplação do céu
pondera acerca das promessas de Deus
contempla a alegria no céu
se consola com a companhia do Deus Trino
quer morrer em Jesus Cristo
pede um final bem-aventurado

Oração dos que acompanham moribundos

Gemidos, versos e orações para se dizer a moribundos

Gemidos e orações de um moribundo

Clamor ao moribundo pelos que o acompanham

Bênção sobre o moribundo

Oração dos que acompanham o moribundo, quando de seu falecimento

Devoções em momentos festivos

O cristão devoto

contempla a encarnação de Cristo
 contempla o nascimento de Jesus Cristo
 ora no fim do ano
 ora no começo do ano
 contempla o sofrimento de Jesus Cristo
 pondera acerca do dia da morte de Jesus, a Sexta-Feira Santa
 se alegra com a Ressurreição de Cristo
 contempla a Ascensão de Cristo
 pondera acerca do derramamento do Espírito Santo
 pondera acerca do mistério da Santíssima Trindade
 pondera acerca da proteção dos anjos no dia de São Miguel
 agradece a Deus na festa da colheita

O cristão fiel

ora em tempo de guerra
 ora quando há carestia
 ora em tempo de peste
 louva a Deus quando se alcança a paz
 louva a Deus no dia do seu aniversário

Anexo: Devocionário cotidiano para Grávidas, Parturientes, Puérperas e Estéreis

Devoções para grávidas

A grávida faz sua oração da manhã
 A grávida faz sua oração da noite
 Reflexões de uma grávida durante o dia
 Relacionamento bendito de uma alma fiel com Deus
 A grávida pondera acerca de seu estado agradável a Deus
 A grávida agradece por sua fertilidade
 A grávida coloca a si e ao fruto de seu ventre sob o conselho de Deus
 A grávida se recorda das promessas divinas
 A grávida se alegra com a onipotência de Deus
 A grávida se consola com o auxílio divino

Devoções para quem dá à luz

Devoção quando a hora do nascimento se aproxima
 Consolo quando o nascimento se aproxima
 Gemido anterior ao nascimento
 Um outro gemido
 Gemido durante o nascimento
 Um outro gemido
 Um outro gemido ainda
 Ditos, gemidos e orações para momentos de necessidade

Devoções para parturientes

A parturiente agradece a Deus por seu parto bem sucedido
 A parturiente faz sua oração da manhã
 A parturiente faz sua oração da noite
 A parturiente leva seus filhos a Deus em oração
 Oração quando a criança é levada ao santo Batismo
 Oração de pais piedosos por seus filhos

A puérpera se prepara para sair de casa e ir à igreja
 A mãe bem-aventurada agradece a Deus quando seu filho é desmamado
 Lembrança e consolo para quem é estéril

2.3 Seleção temática

O espaço destinado a esse artigo não comporta uma síntese detalhada dos conteúdos presentes no "Tägliches Handbuch...". A seleção temática a seguir privilegia trechos onde são explicitadas a postura básica assumida pela pessoa crente no cotidiano, o comportamento específico em certos momentos da semana e a forma de agir em situações excepcionais da rotina diária.

2.3.1 Postura básica para viver o cotidiano

No prefácio, Starck diferencia entre três tipos de gente: as que são apaixonadas pelo mundo, que se orientam em valores terrenos e são incapazes de fazer o bem; as que se gabam de serem possuídas por tal profusão de pensamentos santos, tendo com isso o bastante em termos de piedade; e, finalmente, as pessoas filhas de Deus, que tomam o caminho do meio e lêem pela manhã e pela noite uma meditação, recebendo com isso todo tipo de belas contemplações e pensamentos, aos quais de outro modo não chegariam (p. III).

Que se pede ao orar? A maioria das orações, segundo Starck, pedem exclusivamente por coisas terrenas e passageiras, o que muitas vezes acaba trazendo prejuízos. A pessoa cristã fiel pede por coisas para o corpo, por saúde, bênção, alimento, livramento de perigos, ajuda na necessidade, companhia no sofrimento, salvamento nos desastres. Deus aceita essas orações, pois promete tudo isso em sua Palavra. Mas a pessoa fiel não fica só nisso, que é o mínimo, algo que Deus concede mesmo sem que ela peça. Assim, pede especialmente por coisas espirituais, pelo Espírito Santo, por um coração piedoso, pelo reino de Deus, que é justiça, paz e alegria no Espírito Santo. A pessoa cristã fiel pede por iluminação, crescimento no que é bom, santificação e dons do Espírito Santo. E pede, finalmente, por coisas eternas, a saber, um fim bem-aventurado, uma despedida alegre dessa vida e a desejada entrada na vida de alegria, para que, olhando na face de Deus e trajando vestes brancas, possa se alegrar eternamente em Deus após a luta. Por isso, o cristão deve orar especialmente por bens espirituais e celestiais, se quiser orar corretamente e de forma agradável a Deus. Ao lado disso, porém, deve se esforçar para ter um comportamento irrepreensível, vivendo de modo a que Deus lhe conceda bens espirituais e celestiais, que não podem ser recebidos por alguém não-renascido e mau (p. 38s).

2.3.2 Comportamento em momentos específicos da semana

Starck descreve demoradamente como deve ser a preparação para o domingo. Já no sábado, a pessoa crente deve folgar com certa antecedência, liberar sua disposição quanto às coisas terrenas e deixar de trabalhar. Deve preparar-se para o domingo que tem pela frente com oração e louvar a Deus pelos muitos benefícios recebidos durante a semana. Deve ler na Bíblia as partes que serão explicadas durante o culto, numa contemplação que a prepare devotamente para ouvir a palavra divina. Deve, com estes bons pensamentos na cabeça, ir cedo para a cama, a fim de poder chegar a

tempo e bem desperto para o culto no dia seguinte (p. 2).

A oração de preparação para o domingo traz inicialmente um agradecimento pela proteção na semana que passou. Em seguida diz:

Agora, vão embora, negócios terrenos! Retirem-se de mim, preocupações. Nesse instante construo um templo a Deus em meu coração. Ele se tornará uma casa de oração, onde quero servir apenas a meu Deus. Esqueço o que ficou para trás, abandono minhas cargas de trabalho e ocupações e dirijo meus sentidos apenas para o céu, para Deus, para alegrar-me nele (p. 3).

Foi por seu amor que Deus deu um dia de descanso às pessoas, que é uma lembrança do descanso no paraíso, onde elas poderiam estar ocupadas, o tempo todo, servindo e louvando a Deus sem trabalhar penosamente. Esse descanso é uma imagem do futuro descanso celestial, prometido aos filhos de Deus. Na oração é pedido explicitamente:

Guarda-me de más companhias, a fim de que Satanás não me afaste do culto mediante seus instrumentos, e ajuda-me, para que não os siga. Proteja-me, para que no dia santo, por ti ordenado para minha edificação no cristianismo, para teu louvor e serviço, eu não seja levado à indolência, à preguiça, à luxúria, à sensualidade e aos pecados, e assim minha alma seja acometida pelos maiores prejuízos" (p. 4).

Inclui-se na oração o pedido para que Deus desperte a pessoa fiel bem cedo, a fim de ser a primeira a chegar à igreja para louvar, orar e cantar durante o culto dominical. Nesse momento, é preciso estar em permanente devoção, livre de preocupações terrenas:

... se Satanás quiser mandar-me um vizinho pernicioso, que queira principiar um papo-furado [Geschwätz] terreno dentro de tua casa, concede-me força para que não lhe dê ouvido algum, mas com minha atenção o possa despertar e estimular para o culto a ti (p. 4s).

Starck descreve o comportamento exigido à pessoa cristã durante o domingo. Ela deve evitar passar o dia em meio à preguiça e à indolência, pois assim se comportam cavalos, bois e outros animais de carga nesse dia. Deve evitar comilança, bebedeira e luxúria, pois o que diariamente é pecado, no domingo se torna duplamente pecado. Não deve profanar o domingo trabalhando, tratando de negócios terrenos, passeando, cobrando ou fazendo dívidas, empregando pessoas. Com isso, a disposição para viver o domingo se torna dispersiva. Também deve ser considerado incorreto visitar-se exageradamente, jogar, dançar e freqüentar sociedades onde vigora a licenciosidade. Tudo isso impede a edificação da alma, o repouso em Deus, o crescimento no cristianismo, sendo totalmente contra o objetivo final do dia do descanso. A pessoa que pratica essas coisas, não é verdadeiramente filha de Deus, mas cristã apenas da boca para fora (p. 12s).

Para Starck, a pessoa, ao pensar em como se comportar no início da semana, deveria lembrar-se de tragédias sofridas por outros:

Quantas pessoas vivenciaram saudáveis o domingo, o primeiro dia da semana, e no sábado seguinte já estavam sepultadas. Quantas pessoas iniciaram a semana alegre e abençoadamente, mas antes que ela terminasse foram acometidas pelo infortúnio, como se fora uma tempestade, assim que terminaram a semana em meio a ais e dores, milhares de lágrimas e desespero. Agora, meu caro cristão, isso também pode acontecer a ti e a mim. Por isso, é preciso voltar-se a Deus já no princípio da semana (p. 34).

A pessoa cristã fiel deve pedir pelo Espírito Santo para que santifique seu coração, a governe, que não a deixe cair em pecado, ofender a Deus, ferir a própria consciência, atribular o próximo e carregar grande responsabilidade sobre sua alma. Não deve esquecer o culto semanal, mas esforçar-se para que também durante a semana vá à igreja e freqüente as horas de oração com afinco. Ciente de que o sucesso no trabalho não depende de seu próprio esforço, ela deve pedir especialmente pela bênção de Deus, lembrar-se dele durante o trabalho, começando, prosseguindo e terminando-o com

orações. Por fim, a pessoa cristã fiel deve conversar com cuidado, agir cristãmente, ter Deus diante dos olhos, lembrar que uma semana se arrasta após a outra, até que finalmente chega a semana de sua morte, quando sua alma será colocada diante de Deus para a prestação de contas. Quem faz isso começa a semana com bênção (p. 35).

No final da semana, por sua vez, a pessoa fiel deveria agradecer pelas bênçãos, proteção e auxílio recebidos de Deus. Se lembra de pessoas conhecidas que passaram por desgraças, sofreram prejuízos ou não foram libertas de miséria e sofrimento, compadecendo-se delas e honrando a Deus por tê-la poupado de semelhante infortúnio. A pessoa fiel pondera acerca da forma como Deus comprovou sua bondade e isso a leva à prática da penitência. Lembra de todo o mal cometido nos últimos dias, fazendo do sábado um dia de reconciliação, oração, penitência e ação de graças. Pede por proteção e pela graça de Deus para a semana seguinte. Considera que as semanas se sucederão até que chegue a semana de sua morte e para isso se prepara em fé verdadeira (p. 144s).

2.3.3 Comportamento em situações excepcionais do cotidiano

Uma das razões da forte acolhida ao "Tägliches Handbuch..." foi sem dúvida o fato dele prever meditações e orações para situações extremas, que rompem a rotina cotidiana.

Na parte destinada às pessoas enfermas, Starck orienta acerca do modo de orar quando se toma medicamentos. Para ele, a pessoa enferma não deve desprezar a assistência médica e nem os medicamentos prescritos. Deve reprovar o determinismo pelo qual, se alguém é para ficar curado, então Deus o curará sem medicamentos, e, se deve morrer, então de nada servirão os medicamentos. Isso significa tentar a Deus. Quem despreza os medicamentos e morre é assassino de seu próprio corpo. A confiança da pessoa enferma, porém, não deve ser posta no médico e nos medicamentos, mas em Deus (p. 349s). Propõe a oração:

O tu, grande Deus! Tu vês o estado em que me encontro, pois diante de teus olhos, que tudo vêem, nada está oculto. Também vês o recanto mais escondido. Também vês meu leito de enfermo e sabes como me sinto. Ah, meu Deus! Quero usar o medicamento prescrito em teu nome. Minha única esperança, porém, está em ti, pois tu és o Senhor, meu médico. Entretanto, como tu fazes com que ervas cresçam na terra e tu mesmo criastes os medicamentos úteis à saúde das pessoas, quero tomá-los invocando-te de coração e em meio à oração. Ah, põe tu mesmo a bênção neles. [...] Se tu pronuncias tua bênção, até mesmo a mais insignificante erva pode ajudar-me. Sim, erva e emplastro ajudam e curam, se a palavra de tua bênção as acompanham. Não tomo a medicação para submeter a saúde, mas como um meio com o qual tu me permites recuperar a saúde por tua mão graciosa. Elevo meus olhos ao céu, quando tenho nas mãos a medicação. Anseio por ti antes, durante e após sua administração (p. 350s).

Semelhante combinação de orientação espiritual e recomendação prática para o dia a dia pode ser vista em meditações destinadas a mulheres que se recuperam do parto. As senhoras bem-aventuradas, após um parto bem-sucedido, deixam de lado todo o pesar e louvam a Deus. Devem louvar a Deus, pois em sua onipotência as conservou. Devem enaltecer sua graça, pois ele abreviou e amenizou as dores do nascimento. Devem agradecer a Deus pelo fato de receberem seu bebê com alegria, ou, se este tiver sido natimorto, agradecer porque Deus o recebeu na alegria e glória eternas. As puérperas também devem respeitar o descanso a elas concedido por Deus, não o interrompendo em razão de indiscrição, cobiça, movimentação e esforços desnecessários, mas devem usufruí-lo e aceitá-lo. Pois quando puérperas, muitas vezes, querem dar uma de heroína,

indo para lá e para cá e revelando-se mais sábias do que Deus (que prescreve seu repouso no capítulo 12 de Levítico), enfermam-se gravemente e ficam com sérias seqüelas físicas. Da mesma forma, os maridos não devem importunar suas esposas durante o puerpério, forçando-as a suspendê-lo antes do tempo e obrigando-as a trabalhar, mas devem deixá-las usufruir dele por ser ordenação divina (anexo, p. 53). Diversas vezes, nas diferentes "animações" e orações, Starck acentua o fato do puerpério consistir de seis semanas de repouso e explicita a necessidade da puérpera ser substituída em suas atividades diárias (anexo, p. 56s, 65).

O fato de Starck ter publicado um "Devocionário cotidiano para Grávidas, Parturientes, Puérperas e Estéreis" como anexo contribuiu em muito para a grande repercussão do "Tägliches Handbuch...". As meditações e orações, embora de conteúdo situado no contexto marcadamente patriarcal de então, revelam uma grande sensibilidade para as situações enfrentadas por mulheres em seu cotidiano. Chama a atenção o fato de todos os exemplares examinados para a elaboração deste trabalho terem pertencido a mulheres.¹⁴⁷ Considerando que as mulheres têm sido os verdadeiros pilares da vida de fé de famílias e comunidades no âmbito da colonização européia no Sul do Brasil, não se pode excluir a influência deste devocionário nos modelos de espiritualidade aqui vividos.

O "Tägliches Handbuch..." também prevê meditações e orações para situações em que a rotina cotidiana é marcada por fenômenos naturais, como um temporal, por exemplo. Quem é ímpio e filho do mundo, geralmente se assusta com um temporal, sendo despertado para a oração apenas nessa hora. Aquela boca, com exceção desse momento, só sabe ser atrevida, passa imediatamente a orar. Não o faz, porém, por amor a Deus, senão já o teria feito antes. O faz, isso sim, apenas por temer o castigo. As pessoas cristãs fiéis, por outro lado, reconhecem que trovões e raios têm causas naturais, mas também correspondem a um mandado de Deus. Deus pode dirigir tudo em sua criação contra os perversos. Para ele, não é difícil assustar pessoas e animais com trovões e incendiar casas, campos e cidades com raios. Por isso, as pessoas piedosas não devem amaldiçoar os temporais, como costumeiramente se faz. Do contrário, quando se arma um temporal, não devem ser covardes, assustando-se e desesperando de medo, pois isso é sinal de pouca confiança em Deus. Devem lembrar que Deus tem os raios e trovões sob controle, em suas mãos, que ele os irá proteger, mesmo se estiverem no campo, a céu aberto. Devem voltar-se a Deus em oração, reconhecendo que nada são em comparação a ele, que é tudo. Deus é poderoso e as pessoas são apenas pobres vermes, pó e cinza, que ele com um gesto ou facho de luz pode arruinar. Devem temer a majestade de Deus não só em meio ao temporal, mas também quando brilha o sol, não o importunando com o que fazem ou dizem, mas vivendo de forma que possam assegurar-se de ter um Deus gracioso qualquer que seja o tempo (p. 186s).

Starck igualmente sugere meditações para as situações em que a pessoa rompe sua rotina diária por motivo de viagem. Uma pessoa cristã fiel é levada a viajar por diversos motivos: por assuntos ligados ao trabalho, problemas de saúde, ou motivada pelo amor aos semelhantes. Ela, contudo, não viaja por opulência ou prazer. Se há uma razão justificada para viajar, então, antes de por-se a caminho, a pessoa cristã fiel deve orar pedindo que Deus esteja com ela em todos os lugares por

onde passar. Não deve esquecer que Deus vê todas as coisas, sendo imprescindível que, à face dele, ela se comporte de forma honrada, disciplinada, piedosa e cristã. A pessoa fiel deve pedir por um retorno com saúde, pois muitos perdem a vida e a saúde com desastres durante viagens. Deve pedir em favor de quem fica, a fim de que os santos anjos protejam de incêndio, enchente e desgraças. Por fim, deve pedir que Deus permita um feliz reencontro com os seus (p. 195s).

3 Comentário final

O estudo do "Tägliches Handbuch..." de Starck, por seu conteúdo e estrutura pautados pela vida diária, aponta para a necessidade da historiografia investigar de forma interrelacionada a espiritualidade e o cotidiano.

Esta obra de edificação espiritual prega um modelo de espiritualidade fortemente centrado na oposição entre o que é "de Deus", "espiritual" ou "próprio da pessoa cristã fiel" (tudo aquilo que é fruto do renascimento) e o que é "do mundo", "terreno", ou "próprio da pessoa ímpia" (tudo aquilo que é fruto da indiferença e do pecado). Surpreendente, porém, é o jeito profundo, mas ao mesmo tempo singelo e acessível, com o qual Starck traduz esse modelo de espiritualidade para situações da vida cotidiana. Seria injusto, porém, dizer que Starck se limitou a expor conteúdos importantes exclusivamente para seu tipo de piedade, identificada com o pietismo eclesiástico luterano da região de Frankfurt/Meno. "Tägliches Handbuch..." traz elementos centrais da tradição bíblica e cristã. Seu mérito está em trazer tais elementos numa linguagem acessível às pessoas simples, interpretando-os do ponto de vista teológico e ético no horizonte da realidade dessas pessoas, consideradas não só em sua dimensão intelectual, mas também afetiva.

Dentre as muitas razões para o "Tägliches Handbuch..." ter boa aceitação também no âmbito da imigração e colonização no sul do Brasil, provavelmente está a semelhança – pelo menos em certos aspectos – entre a realidade das primeiras gerações aqui chegadas e estabelecidas e a realidade que produziu obras de edificação espiritual a partir do século XVII na Europa central. Como lá, também aqui a vida se tornara algo efêmero para boa parte dos imigrantes e seus descendentes. Aqui o direito à vida precisava ser reconquistado a cada dia, algo que muitas famílias infelizmente não conseguiram. A morte sempre esteve muito próxima. Nessa situação, em que o cotidiano se resume à luta pela sobrevivência, as pessoas sabem muito bem do que precisam. Quando não alcançam o mínimo necessário, só lhes resta a esperança, baseada em algo muito maior e mais poderoso do que a realidade que as sujeita, oprime e ameaça. Para manter viva a esperança, é bem possível que um hino, com melodia¹⁴⁸ conhecida desde a infância e palavras que calam fundo no coração, seja o mais significativo:

1. Deus meu! Estou em terra estranha / Longe da casa de meu pai;
Quem, aqui, está ao meu lado? / Quem, agora, me ajuda na necessidade?
Deus meu! Certeza minha / Não me abandones no estrangeiro!
2. Contigo saí de casa / A conselho do meu bom amigo;
Contigo dei início a isso / Por isso digo cedo e tarde:

¹⁴⁸ "Wer nur den lieben Gott läßt walten", de Georg Neumark (1641), cf. Hinos do Povo de Deus: Hinário da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, 3. ed., São Leopoldo, 1982, nº 214; Hinário Luterano: Igreja Evangélica Luterana do Brasil, 1. ed., Porto Alegre, 1986, nº 418.

Fica sempre comigo no estrangeiro / De ti, Deus meu, não me afasto.

3. Dá-me muitos bons amigos / No lugar aonde vou;

E também faze meus inimigos / Serem tocados por tua graça;

És meu amigo, fico contigo / Mesmo no estrangeiro eu te amo.

4. Preserva meu corpo e minha vida / Membros, forças e minha face;

Saúde queiras dar-me / Também não me abandones na doença;

Lembra que é teu filho / este que no estrangeiro se acha enfermo.

[...]

7. Ajuda para que fique fiel a ti / Na doutrina de fé conhecida;

Que nada me afaste da verdade / Riqueza, luxúria, sorte ou vaidade;

Quem te nega aqui / para a bem-aventurança se mata.

8. Dá também a mim, ó Deus, a tua bênção / Concede meu pão de cada dia;

Esteja sempre comigo em meus caminhos / E seja meu companheiro na necessidade;

Deixa-me permanecer sob tua bênção / O Pai, permita que eu me vá bem.

[...] (p. 201)

**Martin N. Dreher
Isabel C. Arendt
Miquéias H. Mügge
Karen P. Spinassé
Marcos A. Witt
(Organizadores)**

**Colonização e Imigração
no contexto das comemorações
dos 500 anos: os imigrantes
descobrem o Brasil**

XIV Simpósio de História da Imigração e Colonização



São Leopoldo, 2009

© Instituto Histórico de São Leopoldo
Av. Dom João Becker, 491
93010-010 São Leopoldo/RS

Apresentação

Encontram-se aqui reunidas, sob o título de XIV Simpósio de Colonização e Imigração, comunicações encaminhadas pelos autores ao então Presidente do Instituto Histórico de São Leopoldo, Prof. Telmo Lauro Müller, para publicação. O referido Simpósio teve lugar em setembro de 2000, em São Leopoldo, nas dependências da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. O Simpósio teve como temática “Colonização e Imigração, no contexto das comemorações dos 500 anos: os imigrantes descobrem o Brasil. O Simpósio foi preparado pelo Prof. Telmo Lauro Muller, então Presidente do Instituto Histórico de São Leopoldo, e pelos Professores Dr. Marcos Justo Tramontini e Dr. Arthur Blasio Rambo.

Os títulos agora publicados nos dão conta da riqueza das temáticas que então eram estudadas pelos pesquisadores. A relação dos autores dos textos publicados também nos deixa verificar que, em 2000, os Simpósios de Colonização e Imigração começavam a atrair pesquisadores de outros estados, além do Rio Grande do Sul.

Para quem lê os textos deste XIV Simpósio também fica a marca da saudade em relação a Marcos Justo Tramontini e a Rui Wachowicz, de nosso meio arrancados, quando ainda tinham muito a nos legar. Outros pesquisadores, entretantes, buscam substituir as lacunas que eles não puderam mais preencher, mas as lacunas que eles próprios deixaram vão permanecer abertas.

Mesmo estando às vésperas do XIX Simpósio, que deverá acontecer em setembro de 2010, não podemos deixar de almejar que os resultados das pesquisas relativas à Colonização e à Imigração possam ser, ainda, por muitos anos compartilhados, preservando, assim, importante memória da História Humana.

São Leopoldo, setembro de 2009.

Martin N. Dreher

Sumário

Conferência de Abertura

Os Imigrantes Descobrem o Brasil, melhor: Peter Paul Müller descobre o Brasil – <i>Martin N. Dreher</i>	6

Comunicações

O arquiteto Ernst Seubert como agente histórico na construção da cidade de Novo Hamburgo – <i>Adriane Maria Raimann</i>	13
O imigrante e indígenas: a discursividade e as práticas oficiais nos embates pela terra – <i>Ana Lúcia Vulfe Nötzold e Andreia Mendes de Souza</i>	19
Os imigrantes descobrem o Extremo Oeste Catarinense: A Formação da Colônia Porto Novo (Itapiranga) – <i>André Carlos Werle</i>	32
Nacionalização e Repressão em Guaporé Durante o Estado Novo – <i>Claudia Mara Sganzerla</i>	48
O pensamento teuto-riograndense refletido na imprensa teuta do Rio Grande do Sul – <i>Cristiane Horst</i>	64
Uma escola em movimento. O Seminário Evangélico de Formação de Professores no Rio Grande do Sul – <i>Dagmar E. Estermann Meyer</i>	67
Dísporas e Alteridades: As Viagens e experiências familiares dos migrantes palestinos no Brasil – <i>Denise Fagundes Jardim</i>	83
Mitos e história na imigração italiana no Rio Grande do Sul – <i>Dilse Corteze</i>	109
Estranhamentos: indígenas versus colonizadores – <i>Edna Elza Vieira e Ana Lúcia Vulfe Nötzold</i> ...	121
Os imigrantes alemães e a conquista do território leopoldense – <i>Eliane Conceição Santos Locks</i> ..	142
Monsenhor Friedrich Tombrock e a normatização de comportamentos em São Ludgero, SC (1896-1957) – <i>Elza Daufenbach Alves</i>	150
Disponibilização do Acervo Documental do Memorial Sogipa – <i>Evandro Fernandes</i>	159
Visões sobre emigração/imigração na historiografia – <i>Helga I. L. Piccolo</i>	163
Caixeiros viajantes: veículo de expansão econômica e cultural – <i>Hilda Agnes Hübner Flores</i>	177
Identidade, magia e religião entre os pomeranos do estado do Espírito Santo – <i>Joana Bahia</i>	188
A família e a carreta: as bases da vida nos primórdios da colônia – <i>João Carlos Tedesco</i>	212
O processo de imigração e migração resultou em ocupação e apropriação – <i>José Antonio Moraes do Nascimento</i>	225
As chamadas ‘qualidades éticas do trabalhador capitalístico’ em Lages – <i>Juçara de Souza Castello Branco e Valberto Dirksen</i>	244

Contribuição Alemã no Município de Taquara – <i>Kate Fabiani Rigo</i>	255
A Imigração européia do século XIX na visão dos intelectuais da revista <i>Província de São Pedro</i> (1945 - 1949) – <i>Mara Cristina de Matos Rodrigues</i>	264
A criação da Vila de São Leopoldo e o censo de 1848 – <i>Marcos Justo Tramontini</i>	278
A cidade possível: imigrantes italianos em capitais brasileiras – <i>Núncia Santoro de Constantino</i> ...	295
A canção popular italiana em um processo migratório – <i>Paulo Bernardi</i>	311
Escola e religião: a preservação da solidariedade na comunidade rural de Arroio do Padre – <i>Renilda Vahl Bohrer</i>	322
Messianismo, polonidade e Nova Polônia no Brasil – <i>Ruy Christovam Wachowicz</i>	341
A escola em construção nas colônias italianas – <i>Selina Maria Dal Moro</i>	350
A Igreja construindo sua identidade na colonização italiana do RS – <i>Teresinha Venturin</i>	373
Imigração Alemã no Município de Rolante – <i>Thiago Nicolau de Araújo</i>	384

**Os Imigrantes Descobrem o Brasil,
melhor:
Peter Paul Müller descobre o Brasil**

Martin N. Dreher

Preâmbulo

Peter Paul Müller chegou à Colônia Alemã de São Leopoldo a 29 de dezembro de 1825, juntamente com os pais e irmãos, passageiros do bergantim-escuna *Galvão* e da galera de Bremen, *Friedrich Heinrich*, que aportou ao Rio de Janeiro a 8 de novembro de 1825¹. A 3 de maio de 1827, o Pastor Johann Georg Ehlers concedeu a ele e a Agnese Margaretha Jacobus, natural de Waldlaubersheim, junto a Coblenz, na época com 19 anos, a bênção matrimonial. Peter Paul Müller, nascido em Ohlweiler, também junto a Coblenz, tinha, então, 20 anos. Na época do casamento, Peter Paul Müller teve sua profissão apresentada com o título “seminarista”. Na Alemanha, deve ter freqüentado seminário para a formação de professores. Em 20 de abril de 1828 nasceu-lhe a primeira filha, Catharina Elisabeth. Na época, Peter Paul Müller era professor no “Morro das duas irmãs”.

Depois de descoberto o Brasil, Peter Paul Müller escreveu longa carta, datada de 16 de junho de 1826, a familiares e conhecidos em Ohlweiler, Woncrath e Sargenroth. Nela relatou de tudo um pouco, como veremos abaixo. A carta, porém, jamais chegou ao destino: a polícia de Darmstadt a reteve. Em consequência, ela foi preservada nos arquivos estatais de Darmstadt. Ela é nossa fonte básica para uma viagem de descobrimento.

1. Descobrir

“Descobrir” é palavra que só existe porque existem fronteiras que se quer devassar. Parte-se do pressuposto de que nada está completo. Assim, “descobrir” é conceito aberto. Nada para ele está “coberto”, tudo está aí para ser descoberto. Tudo deve ser descortinado. Tudo são “mares nunca d’antes navegados”.

“Descobrir” é, depois, deixar para trás um passado. Deixa-se o “gótico” para buscar o novo, o inédito. Sai-se em busca da construção de novo mundo, mesmo que ele seja “neogótico” ou “neoliberal”. Quem descobre quer construir mundo inédito.

¹ Cf. HUNSCHE, Carlos H. O Biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro) 2ª ed. Porto Alegre, A Nação, 1975, p. 254-255.

Diante do conceito “descobrir”, nossa situação latino-americana é singular. Podemos viajar à Europa e “descobrir” catedral gótica. Podemos ajoelhar-nos reverentes, mas ... não estaremos reinventando catedral gótica. Quem, porém, veio da catedral gótica descobriu outra realidade e reinventou-a. Por isso, vir para a América não era extravagância de turista.

Finalmente, “descobrir” significa verificar que o que se considerava universal era provinciano. O universal é sempre algo a ser conquistado. Quando há 550 anos europeus começaram a sair de seu continente, descobriram o quão provincianos eram, o quanto viviam na província e não no universo. E, pasmem, começaram a ficar críticos. O descobrimento inventa o espírito crítico. Também o mundo cristão europeu descobriu que era provinciano e foi só no século XIX que se tornou universal, católico.

A Europa de Peter Paul Müller era continente que não oferecia mais perspectivas para parcela considerável da população. Quisesse continuar existindo, tinha que migrar, buscar por cidadania, procurar humanidade. As terras já não conseguiam mais carregar e alimentar toda a população. A revolução industrial que começava a se preparar já expulsava o artesão. Era necessário sair em busca de humanidade.

Para Peter Paul Müller e seus familiares, a busca por humanidade iniciou a 19 de julho de 1824 em Ohlweiler. Rumaram em direção a Bingen. Nessa região de confluências de rios tiveram que aguardar 10 dias. Só a 29 de julho partiram dali, integrando caravana, que se dirigiu a Maiden ou Muiden, junto a Amsterdam. O Reno é caminho que leva rumo ao desconhecido. Na carta, o que se vê não é descrito. O óbvio não é descrito. Nem o navio. Só em Maiden há referência ao fato de que todos foram transferidos para “três navios maiores”. A data já era 16 de agosto. No dia seguinte, esses veleiros atravessaram o lago de Zuyder, chegando a Texsel a 18 de agosto. Ali, foram embarcados na galera *Bremen*. Peter Paul Müller designa-a de “großes Seeschiff” (Grande navio marítimo). O mundo já ficara consideravelmente maior e mais amplo. Também agora a partida ainda é demorada. Mais seis dias se passam, até haver o vento propício. Descubrem o Mar do Norte, o canal, a costa inglesa. Chegam ao mundo insular: Porta Santa, Madeira, Palma, Moha, Santiago. A data era, entremetentes, 21 de setembro. Já são dois meses desde a saída de Ohlweiler. Há necessidade de reabastecimento de água, gêneros alimentícios.

Interessante: Peter Paul Müller só vê ilhas, acidentes geográficos e seus nomes. Não descreve encontros, paisagens, o céu. Outros descrevem-nos. Ele silencia. Por quê? Talvez não quisesse descrever o que outros tantos já descreveram. Por outro lado: será

que tal descrição interessaria aos de Ohlweiler, de Sargenroth e de Woncrath? Não estariam mais interessados na terra a ser descoberta: o Brasil? Será que a descoberta no século XIX está relacionada com a classe social? O professor Peter Paul Müller silencia.

Quatro dias mais tarde a viagem continua. O destino é a linha do Equador. Ela é alcançada a 4 de outubro. O tempo, a demora, a espera parece se tornar importante. Enquanto outros descobridores descrevem o céu que vai se modificando, os peixes voadores, a maresia, Peter Paul Müller nada diz a respeito. Silencia sobre a vida a bordo, nada diz de mortes. Só a demora. A cada 15 minutos, sob a linha do equador, o vento muda sua direção e a galera não avança. São quase três semanas nesse vai e vem. Aí vem a primeira comparação: sob o equador não é tão quente quanto se dizia. Como continuamente há chuva, o calor é tão suportável quanto em Ohlweiler. O mar não parece ser tão escabroso quanto era descrito pelos que desencorajavam a viagem.

Quando a cidade do Rio de Janeiro é alcançada, a 28 de outubro, o descobrir passa a se tornar mais loquaz. Três meses e nove dias haviam, entrementes, decorrido. “Fomos recebidos com muita alegria”. De acordo com a descrição do descobridor, parece que o Brasil se alegra com sua vinda. Há troar de “todos” os canhões. “O ministro e intérpretes do imperador” vêm a bordo para dar as boas vindas. Monsenhor Miranda, o responsável pela imigração, vem a bordo e dá as boas vindas. E aí vão sendo descritas as minúcias importantes para a leitura do imigrante alemão. Há, no porto do Rio de Janeiro, 12 construções, nas quais imigrantes são alojados. A 30 de outubro, recebem a visita do imperador. Parece que o Brasil inteiro se dobra aos que estão chegando. O diálogo do imperador com os alemães que chegam é revelador. Reúne-os em torno de sua pessoa e, individualmente, pergunta pela viagem feita e pelo ofício de cada um. Depois, concede a cada família 4 Milréis. O imigrante descobre que é importante para o Brasil em razão de seu ofício. O país carece, urgentemente, de oficiais.

A estada no Rio de Janeiro é prolongada. Estende-se de 28 de outubro a 4 de dezembro. São mais 37 dias. A comida fornecida pelo imperador é “herrliches Essen”, comida formidável, maravilhosa. É tempo de recuperar as forças. O paraíso começa a ser descrito. É terra de fartura, de alimento. Diariamente há “frei Musick und Tanz”, música e dança a custo zero. Ganha-se dinheiro do magnânimo imperador, comida admirável, dança e música. Além disso, “sehr vieles Vegnügen”. Há só prazeres. No Rio, o professor que se prepara, freqüenta a escola de língua portuguesa.

A 4 de dezembro a viagem continua. Distribuídos em navios menores, bergantins-escunas, os imigrantes seguem rumo a São Leopoldo. São dez dias até Rio Grande. E,

mais dez até Porto Alegre. A São Leopoldo, só chegam a 27 de dezembro. O tempo decorrido? Cinco meses e oito dias.

No trecho entre o Rio de Janeiro e São Leopoldo é feita a experiência da morte. Uma irmã falece e é sepultada “no rio perto de Portolegro. Porém, não foi jogada na água, mas sepultada ordeiramente sob um louro como lá em casa”. O horror na viagem de descobrimento era ter pessoas queridas lançadas ao mar. Sepultura é local de referência.

Em São Leopoldo há alojamento. Os imigrantes são alojados por família, às vezes duas, em casas. A Feitoria não é mencionada. Os casebres dos escravos parecem continuar de pé e recebendo imigrantes. A atual Casa do Imigrante não abriga imigrantes. Tê-los-á, alguma vez abrigado? A terra não estava medida. Passaram-se mais três meses até que isso acontecesse. A terra prometida lhes foi concedida oito meses e oito dias após a partida.

“Recebemos uma das melhores terras, nas qual já antes de nossa vinda alguém havia morado. Recebemos uma casa, além de 1200 jugadas de terra. Perto de nossa casa corre um rio e em volta da casa há um grande jardim de 6 jugadas e nossa pradaria está ao lado do jardim”. Adão foi colocado no Jardim do Éden... Peter Paul Müller chegara à dignidade, à humanidade.

2. As possibilidades do descobrir

Descobrir não é questão inocente. Quando Adão “conheceu” a Eva, “descobriu” que ela era outra. Descobrir muda situações. Quando o ser humano descobriu que poderia ser sedentário, passou a transformar a natureza com o trabalho. Fez divisão de trabalhos e imaginou-se o mundo dividido: o mundo dos homens e dos deuses. Se antes, o infinito era Deus e o finito era o homem, no mundo dos homens era, agora, possível procurar o infinito humano. O distante infinito divino ficará sempre mais distante e a primazia terá sempre mais o infinito humano.

No século XV descobriu-se que “além de Tapobrana” não está o abissal, mas mundo novo. Além da cidade de Colônia, do século XIX, não estariam as formigas, as cobras, os monstros marinhos, o sem-sentido. As incertezas inventam aquele que sai a descobrir. Aquilo que se está a querer descobrir pode não ser a Índia, mas é a América. A América à qual se quer chegar pode não ser a do Norte, mas é o Rio Grande do Sul. Estaria aqui o paraíso possível.

Mas, e aqui começam as contradições. Se aqui é o paraíso, descobri-lo não é diminuí-lo e reduzi-lo às categorias que se julgava insuficientes, “cobertas”, e ante às quais se deveria “des”-cobrir novas? Seria “descobrir” descaracterizar o novo descoberto? Seria o descobrir “inventariar”, antes de destruir? Seria descobrir reduzir a Alteridade, o diferente, à mesmice? Quem é bárbaro, quem é culto?

Quem descobre amplia o espaço. Descobrir é ampliar o espaço. Avança-se espacialmente na busca do ouro, da pimenta, dos limões (Goethe). Quando se amplia o espaço, descobre-se que o céu também é diferente: Aqui tem o Cruzeiro do Sul! Descobre-se que há seres diferentes: indígenas e africanos. Há costumes e tradições diferentes. E o descobrir faz surgir, então, duas novas ciências: a História e a Geografia.

Quando Goethe viajava, ia, no máximo, até a Sicília e louvava seus limões: *Kennst Du das Land, wo die Zitronen blühen...* (Conheces a terra em que florescem os limões...). Assim, também na Europa do início do século XIX, viajar era peregrinar, ir a locais de peregrinação, em busca de.... Quando o imigrante viajou, descobriu outra realidade: nova paisagem, novo paraíso, novo inferno, nova riqueza, nova miséria. Essa realidade foi mandada pelo imigrante para a velha pátria e foi parar nos Gabinetes de História Natural². Curiosidades vão mostrar diferenças. Na descoberta há fascínio pela diferença.

Há olhar antropológico: vê-se o índio, o negro, o português. Dá-se importância às diferenças específicas. Depois brota a pergunta: O que é o normal? O que é o anormal? O que é humanidade?

Depois, vêm a imaginação e as utopias. A utopia nasce da imaginação. O imigrante vê que não é o bom selvagem, mas deixa-se medir pelo bom selvagem. Ou, vê que não é selvagem e que lhe falta o selvagem. Na medida em que vai descobrindo corpos, descobre o seu corpo, como ele se alegra e como sofre. Passa a fazer, então, parte do descoberto. E... o Brasil começa a engolir o descobridor. O manifesto antropofágico se torna realidade bem antes de ser manifestado: Tupi or not Tupi.

Pois... Peter Paul Müller descobriu a Geografia. “Moramos em uma região que não pode ser imaginada mais bela ou melhor, de modo que doravante ninguém de nós, grande ou pequeno, tem desejo de retornar à Alemanha. Nada nos desejamos de melhor do que o que temos.” “Na Alemanha jamais teríamos chegado ao que chegamos.” Sua Geografia é rural. Seu mundo paradisíaco. Suas propriedades, depois de um ano, mais

² O imigrante Pastor Ernesto Augusto Kunert enviou crânios, fósseis, instrumentos indígenas para Berlim.

parecem descrições de Jörn Jakob Swen: “Recebemos do Imperador três cavalos, dois bois, uma vaca, dois machados, duas pás, duas picaretas, duas selas e dois arreios; cada um recebeu uma cama, peças de vestuário, etc. e, por cabeça maior de três dias até a velhice, há, para cada dia, 8 vinténs, segundo o nosso dinheiro um franco, e isso por dois anos. Agora já temos 15 vacas, 6 bois e 8 cavalos e pensamos em ter perto de duzentos dentro de 2 anos; pois não precisamos preocupar-nos com feno e trevo, nem com pasto; pois o gado anda no inverno e no verão, dia após dia, no campo. Durante a noite permanece em currais ou apriscos, onde as vacas são ordenhadas pela noite e pela manhã e, depois disso, soltam-nas no campo, poupando assim muitos esforços que se têm na Alemanha por causa do pasto.”

Nesta geografia esplêndida para os animais, para o desenvolvimento dos bens, descobre-se nova humanidade. “Vivemos aqui todos os dias esplendidamente e com alegria, como os príncipes e condes na Alemanha, pois vivemos aqui em um país que se assemelha ao paraíso; não se pode imaginar região melhor e mais bela do que esta. Aqui cresce tudo o que se possa imaginar e desejar. Pode-se plantar o que se planta na Alemanha, além do trevo e açúcar e, em geral, todas as frutas do Sul. Também já plantamos centeio, cevada, centeio turco, arroz, tabaco, cânhamo, linho, pepinos, melancias, cebolas, alho, cenouras, feijão, salada, cará, batatas e muitas outras coisas. Aqui praticamente não há inverno, pois aqui tudo está continuamente verde; apenas por volta e após São João há alguma geada, e, por vezes, chove; então faz um pouco de frio durante a noite, mas durante o dia é tão quente como entre nós no verão. Nisso consiste todo o inverno. No verão é mais quente do que entre nós; mas pode-se agüentar o calor. Aqui há um ar puro e saudável.”

Neste mundo descoberto, Peter Paul Müller situa seu corpo e os corpos dos demais imigrantes: “Aqui não há peste ou outras doenças contagiosas, como afirmavam as pessoas na Alemanha; porque aqui ninguém precisa matar-se trabalhando, como entre vocês, e ainda tem mais do que vocês.”

A fauna é semelhante. “Aqui há macacos, corças, veados, coelhos, porcos selvagens, tigres, cobras, escorpiões, formigas, etc., mas nenhum deles faz mal ao ser humano de uma ou de outra maneira. As formigas também não comem as pilastras das casas, como se ensina nas velhas besteiras (contadas) na Alemanha; pois nenhum animal, seja de qual nome for, faz algo ao ser humano, quando deixado em paz.”

A terra descoberta tem, pois, semelhanças e dessemelhanças. Elas se manifestam também no tocante a autoridade e leis. “Leis e autoridades também existem aqui; mas

de longe não são tão rigorosas como entre vocês. Enquanto vivermos, somos pessoas livres, ninguém nos dá ordens, também não precisamos pagar tributos, ninguém exige nada de nós.” Aqui há alteridade. Ele, porém, ainda não descobriu as implicações das leis existentes, pois pode afirmar: “As religiões são misturadas como na Alemanha; podem conviver sem melindres. Aqui também há igrejas e escolas.”

Na terra descoberta há possibilidades de continuar com a atividade para a qual o descobridor se preparara na Europa: “Aqui há escolas alemãs e portuguesas. Eu e meu irmão Jacob também freqüentamos a escola portuguesa e fizemos tantos progressos nessa língua, que já podemos falar fluentemente. Eu próprio já estou lecionando novamente em português e em alemão e recebo anualmente oitocentos florins.” Em todos os casos, dois anos após a chegada dos imigrantes, a escola teuto-brasileira já se faz presente no Rio Grande do Sul.

Quando se empreende viagem de descoberta, importa ter cuidados. Deve-se cuidar para não emprestar dinheiro a solteiro. Caso ele morrer, não haverá restituição. Foi a experiência feita pelo descobridor em relação a um certo Georg Hoffmann, de Diefenbach. Deve-se também cuidar com agentes de viagem. O melhor é falar com o Major Schaefer, em Hamburgo, ou escolher “um bom capitão”, em Amsterdam. É bom trazer determinados instrumentos de trabalho, inexistentes no Brasil: “enxadas, pás de corte, chipas, machados, sapatos e assemelhados”. No país há materiais para a confecção destes instrumentos, mas faltam artesãos: “ferreiros, construtores de moinhos, alfaiates e outros mais”. Todos os profissionais que vierem, “caso trabalharem 3-4 horas por dia, estão o suficientemente ricos”.

Epílogo

Se Pero Vaz de Caminha conclui sua carta a El Rei, dizendo: “E nesta maneira, Senhor, dou daqui a Vossa Alteza do que nesta vossa terra vi, e se algum pouco alonguei, ela me perdoe, que desejo que tinha de vos tudo dizer, mo fez assim pôr pelo miúdo”, Peter Paul Müller conclui seu relato de descoberta, afirmando: “Tudo o que lhes escrevi é a pura verdade e meu ardente desejo é que todos os meus amigos e conhecidos estivessem tão bem como nós, assim não precisariam se maltratar tanto quanto tinham quando nós ainda estávamos com vocês e estariam em uma situação muito, muito melhor!”

Peter Paul Müller pintou uma paisagem, enquanto assistia ao surgimento de um novo mundo.

O arquiteto Ernst Seubert como agente histórico na construção da cidade de Novo Hamburgo

Adriane Maria Raimann

Esta comunicação aqui apresentada é um recorte do tema desenvolvido em meu trabalho de conclusão, no segundo semestre de 1999.

Este trabalho surgiu do interesse existente sobre a questão urbana, sobre o crescimento das cidades e seu entendimento como agente histórico dentro de uma construção maior que é a história nacional. Assim a urbanização passou a ter uma relevância maior no contexto geral, pois a partir dela poderia-se legitimar a ascensão, e conseqüente independência, de determinadas regiões sobre outras.

Para enfocar esta temática, necessariamente precisaria recorrer ao estudo da evolução das cidades vista pelo âmbito arquitetônico-urbanístico, sua evolução estrutural como um corpo que cresce e apresenta-se pronto, porém sempre capaz de alterar-se.

O período em que ocorreu, com maior clareza, no Brasil, esta articulação entre o urbano e o social, baseado nas alterações higienistas, foram as primeiras décadas do século XX, quando os pareceres e projetos de Saturnino de Brito iriam influenciar as principais capitais e demais cidades do país, na tentativa de se comparar com um organismo vivo, são e belo, sujeitas a constantes transformações e remodelações, caracterizando assim os modelos de progresso econômico e independência política, isto é, poder.

Tal visão modernista de planejamento urbano e planificação da cidade pode-se encontrar em artigos escritos no jornal local "O 5 de Abril", logo após a emancipação de Novo Hamburgo, quando da aplicação sanitária nos ajardinamentos, no abastecimento de águas e canais e luz elétrica recebem atenção especial. Estes pequenos detalhes estéticos de árvores e iluminação pública, acrescidos do saneamento básico justificam sua emancipação, pois demonstram sua autonomia e crescimento econômico frente à São Leopoldo. Os textos não esquecem de citar a dupla utilidade que estas melhorias possuíam, relacionando as obras públicas e o bem estar dos cidadãos.

Podemos citar trechos deste semanário, abaixo expostos, datado de 12 de Agosto de 1927, que comprovam este interesse:

Inaugura-se, dentro em breve, o jardim da Praça 14 de Julho, desta villa.

Como outros melhoramentos com que a nossa municipalidade vae dotar esta valorosa villa, este da citada Praça 14 de Julho, é um dos que também deve merecer especial atenção dos moradores de Novo Hamburgo, não só por constituir um requisito de esthética essencial a todo embellezamento urbano, mas principalmente, por ser uma obra de muita utilidade e até mesmo de necessidade pública, mormente num centro já bem populoso como o é o nosso. [...]

E assim nos, novo-hamburguezes, que há tantos annos acarinhávamos a esperança de um dia ver a nossa terra emancipada para faze-mol-a bella, ao nivel dos mais ricos centros civilizados, devemos hoje, que temos tornada aquella esperança em realidade, envidar todos os esforços para que de facto possamos dar a Novo Hamburgo um cunho accentuado de modernismo e de amor por tudo que lhe diz respeito.¹

Desta forma, a questão primeira deste trabalho é mostrar este crescimento urbano, a partir da chegada de um arquiteto alemão, no caso Ernst Seubert. Este personagem assim transforma-se em agente histórico, buscando legitimar as alterações que passam a ocorrer nesta região, já que, após sua chegada, o número de prédios públicos e privados aumentam consideravelmente, dado extraído de Leopoldo Petry.

O marco temporal desta comunicação é de 1913, ano da vinda deste arquiteto, até 1937, quando enfrentaria problemas de saúde e decidiria paralisar totalmente suas atividades profissionais. O espaço a que nos restringimos é a cidade de Novo Hamburgo, considerada até 1927 o segundo distrito de São Leopoldo.

Os questionamentos que são propostos mostram que este agente histórico possui um papel relevante dentro desta sociedade em formação, mas qual? Seria ele um importante motivador para a evolução estrutural desta cidade, ou serviria somente para legitimar uma cidade a partir da sua representação urbana? Seria considerado membro desta sociedade ou somente um mero coadjuvante que emprestaria seus serviços num momento de confrontações de poderes entre Novo Hamburgo e São Leopoldo? Como ele se inseriu neste contexto diferenciado de sua pátria, a Alemanha?

É pertinente lembrarmos que esta região havia sido colonizada por alemães, mas

¹ Jardins Públicos. *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 12 ago. 1927.

a colônia sofreu a interferência do meio e da cultura aqui pré-existente, o que faz dela um mundo diferente do seu, apesar de algumas semelhanças.

Também é importante lembrarmos que a explosão urbana, com o inchaço populacional das cidades e conseqüente êxodo no interior, produzindo transformações na estrutura das cidades, iniciou-se antes de sua chegada em Novo Hamburgo, colocando este personagem, dentro de uma influência mais evolucionista, o que transpareceu em suas obras, classificando-o de eclético.

Nosso personagem nasceu em 1876, no estado da Baviera e, conforme relatos de suas netas, havia passado por perdas traumáticas em sua infância, o que viria a caracterizá-lo como uma pessoa dedicada e emotiva com seus familiares e em sua profissão. Estudou arquitetura depois que já havia casado, pois primeiro seguiu a carreira militar. Concluído os estudos, mudou-se para Stuttgart, onde montara seu primeiro escritório e onde recebia jovens de origem alemã para concluírem seus estudos e estagiarem. Assim, transmitia aos jovens seu conhecimento e recebia destes descrições interessantes sobre novas culturas ou novas cidades fundadas por imigrantes alemães.

Sua vinda para o Brasil esteve ligada a estas influências, no momento que já havia adquirido algum capital suficiente no exercício de sua profissão. A idéia inicial seria uma volta ao mundo, permanecendo algumas semanas na Argentina, outras no Brasil e rumando para o Japão, onde pretendiam, ele, esposa, filha e um cão, ficar durante dois anos, retornando para a Alemanha com uma imensa bagagem cultural, agora prática. A última etapa da viagem nunca viria a se concretizar sendo dois os fatores que lhes impediram de seguir viagem. Um deles seria o início da Primeira Guerra Mundial, quando vários portos foram fechados ao turismo. O segundo foi seu contato com os imigrantes e moradores das localidades de Porto Alegre, Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, o que provocou um certo atraso em sua partida.

Este personagem marcou de uma forma diferente a cidade de Novo Hamburgo, seja no campo profissional ou pessoal. Como arquiteto, foi fundamental no processo de legitimação desta cidade, já que participou ativamente das construções símbolos do município, como por exemplo o primeiro colégio em Hamburgo Velho, denominado Colégio São Jacó, do qual hoje existe somente $\frac{1}{4}$ que resistiu a dois incêndios em 1954, o Monumento ao Imigrante, na atual Sociedade Aliança, a residência dos Presser, na

Rua Marques de Souza, tombado como patrimônio histórico da cidade, o prédio da Padaria Reiss, restaurado a poucos anos, o primeiro prédio da Igreja Evangélica de Hamburgo Velho, e projetou e iniciou a construção do prédio do Evangelischen Stift, sendo um internato de moças, hoje o prédio administrativo do colégio Fundação Evangélica, também em Hamburgo Velho.

Participou também, das decisões nas obras públicas municipais, já que possuía especialização em pontes e estava acostumado a grandes construções, como igrejas e fábricas que projetou e construiu de Parobé a Venâncio Aires, atingindo toda a área de colonização alemã, sem considerar as obras realizadas na Alemanha.

Quando aqui chegou, estalou-se como hóspede na residência dos Lipp, família que conheceu quando Fritz Lipp estagiou em seu escritório de arquitetura, em Stuttgart. Com estes conheceu as demais famílias de Hamburgo Velho, os Michels, Fischer, Adams, Bergmann, Campani, Dietschi, Ott, Engel, para citar algumas.

Seu envolvimento político portanto, estava baseado em suas amizades, sendo estas bastante extensas dentro da região. Assim, sempre que o distrito e depois o município engajava-se em alguma movimentação ou mesmo buscava alguma melhoria, lá estava este agente, participando e colaborando, pessoal e financeiramente, como ocorrera na construção do Monumento ao Imigrante, onde todos os moradores de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho colaboraram com alguma quantia em dinheiro. Tal lista com valores e nomes, seria publicada no semanário local "O 5 de Abril", em 16 de setembro de 1927, sendo agora já um município emancipado. Sua amizade com o chefe de obras públicas na cidade, conhecido por "seu Schury", provavelmente deve ter influenciado alterações nos traçados das ruas e mesmo nas obras de melhorias sanitárias ou estéticas deste município.

Num primeiro momento, podemos considerar que sua presença legitimava algumas alterações no município, mas com o passar do tempo e seu envolvimento nesta comunidade, sua importância cresceu, passando a ser decisivo para que estas mudanças realmente ocorressem, através de sua influência modernista e cosmopolita.

A nova urbanização que era buscada por este município como comprovação de seu poder, seja ele econômico ou político, estava apoiado nesta interferência, pacífica mas presente, deste arquiteto estrangeiro, que nunca se naturalizou, mas sempre apto a colaborar. Sendo assim, as construções de Seubert eram muito mais que obras, eram

representações, símbolos dentro deste espaço em crescimento. Eram marcas que representavam a busca por um poder frente ao município de São Leopoldo, primeiro e ao Estado num segundo momento.

Assim, este município foi formando sua identidade, através de símbolos, isto é, construções simbólicas, mas reais, dentro de um novo contexto social. Para que elas acontecessem, era necessário a unidade desta comunidade, destes vários agentes históricos, seja para financiá-la ou para construí-la.

Estas representações é que fazem a história, a partir da memória desta cidade, podemos recontar uma parte destes acontecimentos, mostrar uma nova interpretação destes fatos já que, a cada novo olhar percebemos novos signos, novas interpretações.

E as alterações que iniciaram neste período, buscando uma nova feição a estas sociedades, na tentativa de se mostrarem desenvolvidas não parou, não estacionou naquele período, continua a ocorrer, em cada nova construção dentro deste espaço social. A cada demolição e cada reconstrução, novos símbolos se constroem, novas representações são almejadas, novas formas de demonstrar poder são expostas.

Desta maneira, é impossível escrever uma história urbana desvinculada dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos desta localidade, pois estes são agentes transformadores e transformados pelo urbano.

Referências bibliográficas

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como história da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BATISTA, Marta Rosseti; GRAF, Márcia Elisa de Campos (orgs.). *Cidades Brasileiras II: políticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/CAPES/COFECUB, 1999.

BURKE, Peter. A história dos Acontecimentos e o Renascimento da Narrativa. In: _____. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 327-348.

CARNEIRO, Lígia de Azambuja Gomes. *Trabalhando o couro: do serigote ao calçado "made in Brazil"*. Porto Alegre: L&PM/CIERGS, 1986.

ENGEL, Daniela S. . *Ernst Seubert, uma história da Arquitetura*. São Leopoldo, 1992.

Trabalho de Conclusão [Curso de Arquitetura e Urbanismo] - Centro de Ciências Tecnológicas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: *Entrevistas: abordagens e uso da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 1-13.

MEDEIROS, Laudelino T. *O Processo de urbanização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia/Universidade do Rio Grande do Sul, 1959.

PETRY, Leopoldo. *Novo Hamburgo: o florescente município do Vale do Rio dos Sinos*. 4ª edição. São Leopoldo: Rotermond e Cia Ltda, 1963.

PETRY, Leopoldo. *O Município de São Leopoldo no Anno do 1º Centenário de Independência do Brasil*. São Leopoldo/Porto Alegre/Cruz Alta/ Ijuhy: Rotermond e Co., 1923.

PETRY, Leopoldo. *São Leopoldo: Berço da colonização Alemã do Rio Grande do Sul*. 2ª edição. São Leopoldo: Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 1964.

PORTO, Aurélio. *O Trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. vol. I e II. Porto Alegre: Globo, 1969.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Acerca da leitura das cidades. *Varia História*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. nº 16, set./1996. p. 78-89.

SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. (orgs.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'água, abril/1999. p. 7-10.

WEIMER, Günter. A Arquitetura de Porto Alegre e a imigração alemã. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994. p. 185-197

WEIMER, Günter. *A Arquitetura*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

WEIMER, Günter. *Arquitetura da Imigração Alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. da Universidade/Nobel, 1983.

O 5 DE ABRIL. Novo Hamburgo, v. 1, 1927-1928.

O imigrante e indígenas: a discursividade e as práticas oficiais nos embates pela terra

Ana Lúcia Vulfe Nötzold¹

Andreia Mendes de Souza²

Resumo

A proposta deste estudo é de investigar a base comportamental das relações estabelecidas entre os indígenas e os imigrantes, que ligados por interesses diferentes lutavam pelas mesmas coisas, a questão da ocupação e manutenção da terra.

Nosso objeto de pesquisa centra-se principalmente em fontes primárias, tendo como foco principal a análise do discurso político em relação ao elemento indígena no século XIX em Santa Catarina.

O levantamento do suporte documental foi realizado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, sendo que para a presente comunicação apresentaremos resultados referentes à análise dos discursos nos Ofícios de Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da Província; Correspondência do Presidente da Província para o Chefe de Polícia; Correspondência do Ministério da Agricultura para Presidente da Província e Correspondência do Presidente da Província para o Ministério da Agricultura.

Tendo sob análise a documentação supracitada, faremos uso da mesma para identificar algumas práticas oficiais em relação à elaboração do discurso sobre o elemento indígena nos embates com os imigrantes.

O período privilegiado para a elaboração da representação do indígena na documentação oficial situa-se entre 1830 e 1880.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser

¹ Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Coordenadora do LABHIN - Laboratório de História Indígena - UFSC.

² Acadêmica da 5ª fase do Curso de Graduação em História. Bolsista do LABHIN- Laboratório de História Indígena - UFSC, no Projeto: "**Encontros e desencontros: colonos e indígenas no povoamento de Santa Catarina**" sob a orientação da Profª Drª Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.³

A proposta deste estudo é de investigar através da correspondência oficial, a representação do indígena, a visão que se tinha desses indivíduos, bem como as práticas oficiais tomadas para superar os "problemas" decorrentes do contato e presença de seres tão diferentes em maneiras de viver e conceber o mundo, num momento em que não se sabia como lidar com essas diferenças. Pretende-se analisar a visão oficial sobre as populações nativas justamente quando o interesse era colonizar essas terras. Inicialmente, partiremos na perspectiva de elaborar essa visão e representação do indígena através da análise dos discursos.

O pouco estudo e a maneira superficial que muitas vezes a questão é abordada e sobretudo, a quase total inexistência de um estudo histórico a partir das fontes primárias sobre esses indivíduos, apontam para a necessidade de um estudo com análises detalhadas.

A simples leitura das correspondências oficiais já delinea a perspectiva de abordagem e tratamento que era dispensado ao nativo, tido como entrave ao "progresso e desenvolvimento" representado pela chegada do colonizador.

A partir das atitudes ou práticas adotadas com relação às populações indígenas percebe-se o surgimento de estereótipos que perduram até os dias atuais, como: silvícolas, bugres, selvagens, índios, preguiçosos, vadios, entre outros.

Essas questões e estereótipos persistem para algumas pessoas, justamente por não reconhecer na cultura indígena como uma forma diferenciada da cultura do não índio. Entendemos que só se respeita e se valoriza aquilo que se conhece, partimos assim, no estudo do indígena na correspondência oficial, onde encontraremos muitos desses conceitos estereotipados.

A pesquisa foi desenvolvida com a preocupação em possibilitar uma visão geral da trajetória e implicações históricas decorrentes das representações dos indígenas pelas autoridades oficiais, contudo a questão que se coloca é: partindo das falas oficiais de que maneira procederam as autoridades oficiais para resolver o enfrentamento entre indígenas e colonizadores? Que discursos usaram para legitimar suas ações no desenrolar dos acontecimentos? Na correspondência oficial localizamos muitas informações sobre as práticas oficiais em relação a situação de contato entre a população nativa e os colonos em Santa

³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 49.

Catarina.

Para uma análise mais minuciosa do tema em estudo sentiu-se a necessidade de fazer-se um fracionamento do período a ser estudado, para tanto, optou-se em analisar o período compreendido entre 1830 a 1880, que nos levará a um estudo mais aprofundado dos relacionamentos.

Na elaboração de nosso estudo, utilizaremos sobretudo dados coletados das seguintes fontes primárias: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da Província⁴, Correspondência do Presidente da Província para o Chefe de Polícia, Correspondência do Ministério da Agricultura para o Presidente da Província e Correspondência do Presidente da Província para o Ministério da Agricultura.

Trabalhar com documentos oficiais e relatos têm suas implicações e dificuldades, para tanto, por uma questão de método, passaremos a tratá-los como discursos. Eni ORLANDI busca um percurso para esses sentidos, procurando entender esses textos como discursos que produziram e produzem efeitos de sentidos a serem compreendidos nas condições em que apareceram e nas de hoje,⁵ a história é feita através de discursos e buscamos perceber essa trama discursiva na construção do outro, do diferente.

Para ilustrar alguns aspectos da nossa averiguação, trabalhamos considerando os documentos não como documentos, mas como discursos. Procuramos "atingir a historicidade mesma dos textos. Lembrando que a História, para quem analisa discursos, não são os textos em si mas a sua discursividade. Para atingir a historicidade dos textos assim concebida, o procedimento será o de seguir a trama discursiva que tem estabelecido sentidos para o encontro,"⁶ sendo que esses discursos surgem como manifestações de linguagem delineando-se estranhamentos oriundos do encontro dos diferentes. Nessa perspectiva de método o documento existe como discurso e nessa construção, compromete-se com o político nas mais diferentes manifestações da linguagem.

A ocupação do território catarinense por imigrantes no século XIX é colocada até hoje pelo discurso oficial como um grande benefício à prosperidade e ao desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Essa foi uma das conseqüências da ocupação do espaço por grupos de colonizadores.

⁴ Catalogado por: SCHEIBE, Fernando. Núcleo de Estudos Portugueses, UFSC, 1996, mimeo.

⁵ ORLANDI, Eni P. **Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo.** Campinas: Cortez, 1990, p.18.

Para termos idéia dos embates que ocorriam entre colonos e indígenas, basta levarmos em conta que o governo favorecia a imigração, omitindo entretanto aos imigrantes, o fato dessas terras serem ocupadas por populações indígenas, pois devido a mobilidade dos nativos a ocupação era desconsiderada.

As etnias que ainda resistiam ao contato em Santa Catarina eram os Xokleng e os Kaingáng, que viviam mais afastados do litoral, ou seja, um pouco mais distantes de serem explorados pelos conquistadores portugueses e vicentistas, inicialmente.

Desde meados do século XVIII, os indígenas do estado de Santa Catarina já passavam por experiência de contato, com a abertura da Estrada de Tropas (1728) e o surgimento de Lages (1771) com as fazendas de criação, que contribuíram para uma primeira desestruturação do território de caça e moradia dos índios que ali viviam. Tanto é que:

[...]desde a abertura da "estrada de tropas," através dos campos de Lages, no século XVIII, a presença dos Xokleng e Kaingang nos campos, e nas florestas que cobriam as serras, era confirmada pelos ataques que faziam aos tropeiros. A fundação da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, por ordem do Morgado de Mateus, governador de São Paulo, tinha como objetivo, entre outros, afugentar os índios da região.⁷

Em 1830, início do período proposto para nossa análise, esse quadro de ocupação do território catarinense é acrescido da figura do imigrante europeu, que chega aqui em 1828, e vai ser distribuído pelo governo central pelas terras brasileiras. Segundo Sílvio Coelho dos SANTOS, Governo e Companhias de Colonização, cada um seguindo os seus interesses, não se preocuparam com a presença dos indígenas.⁸

As maiores concessões de terras começaram a ser feitas em 1850, fazendo com que de 1830 à 1850 não fossem registradas nas correspondências oficiais muitas ocorrências que envolvessem conflitos entre colonos e indígenas.

Mas após o início da segunda metade do século XIX com a venda de porções maiores de terras por parte do governo central, os indígenas viam dia após dia o seu espaço ser ocupado sempre muito progressivamente pelas frentes pioneiras.

⁶ Ibidem.

⁷ SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil - A dramática experiência dos_Xokleng**. Florianópolis: EDEME, 1987, p. 54.

⁸ Idem, pp. 54-90.

Essa realidade presente nos últimos cinquenta anos do oitocentos, teve suas origens na promulgação, em 18 de setembro de 1850, da Lei nº 601, regulamentada pelo Decreto nº 1318, de 1854,⁹ a Lei de Terras, que "transformou as terras devolutas¹⁰ em mercadoria"¹¹ para ser vendida aos imigrantes.

Por esse dispositivo legal, o território do Brasil era dividido em terras públicas, de domínio do Estado, e terras particulares. Aí se inseriam as terras concedidas aos grupos indígenas, contanto que, como as demais terras particulares, fossem "[...] provenientes de um título legítimo de propriedade ou de uma simples posse legalizada", como registra Rodrigo Otávio em *Os selvagens perante o direito*. Por seu despreparo e ignorância da lei, os próprios índios jamais poderiam fazer a legalização cartorial dos seus territórios, cuja usurpação era uma constante desde a descoberta do Brasil.¹²

A ocupação sendo realizada não seria mais possível ignorar a presença dos indígenas, pois aumentam a partir de 1850, nas correspondências oficiais, os relatos e evidências de que os colonos não estavam seguros em nenhum lugar da Província, porque volta e meia se viam como vítimas das intituladas “correries” e “assaltos,”¹³ dos também denominados bugres¹⁴ nas correspondências oficiais.

Nos escritos oficiais, a figura do indígena nunca é tratada como elemento enquadrado no sistema nacional vigente. É portanto apropriado colocar que: “Os portugueses descobriram o Brasil. Daí se infere que nossos antepassados são os portugueses e o Brasil era apenas uma

⁹ SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito*. In: FAUSTO, Bóris. **Fazer a América (org)**. São Paulo: Edusp, 2000, p. 279.

¹⁰ De acordo com o art. 3, da Lei 601, de 1850, são consideradas terras devolutas:

“1º- As terras que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal.

2º- As terras que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

3º- As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta lei.

4º- As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta lei”. Coleção das leis do Império de Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo XI, parte I, 1909, p. 232.

¹¹ SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Brasil...* op. cit., p. 279.

¹² RIBEIRO, Berta Gleizer. *O índio na História do Brasil*. Coleção História Popular, 16ª ed., São Paulo: Global, 1989, p.86.

¹³ Termos usados pelas autoridades oficiais nas correspondências para classificar o movimento que os indígenas faziam em direção as suas antigas terras e áreas de caça e coleta, onde estavam estabelecidos agora os colonos, em busca de seus alimentos que se escasseavam gradativamente.

¹⁴ O termo catalogado no Novo Dicionário AURÉLIO, tem o seguinte significado: Bugre – designação genérica dada ao índio, especialmente o bravio e/ou aguerrido. Indivíduo desconfiado, arredio, inculto, grosseiro, rude, p.

extensão de terra [...] São (*os índios*) desde o começo, o alvo de um apagamento, não constituem nada em si¹⁵.” Prova disso são os termos carregados de preconceitos que são atribuídos aos indígenas pelas autoridades : bugres, selvagens, gentios, termos estes que substituem qualquer tentativa de dar voz à identidade e valor cultural dos indígenas enquanto elemento original da nação que se construía.

Esses discursos não aparecem apenas como instrumentos na elaboração e transmissão da informação, pois, os discursos não são fechados em si mesmos, pois aquilo que se diz, trará significados múltiplos, como por exemplo, em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz e mesmo em relação a outros discursos¹⁶.

Outro aspecto a ser abordado na discursividade da correspondência oficial que cuidava, neste caso da ordem na Província é que, decididamente o governo considerava as populações indígenas um obstáculo ao progresso do país. Por inúmeras vezes encontramos relatos e opiniões que dão forte impressão de o índio ser portador de características extremamente negativas, como por exemplo, ser chamado de ladrão, bárbaro, selvagem e assassino.

Seguem n'esta ocasião destacados para a Freguesia do Tubarão um inferior e oito soldados do Batalhão 12 de Infantaria, á disposição do respectivo Subdelegado, com fim de protegerem os habitantes das immediações, d'aquella Freguesia dos assaltos dos bugres que consta a esta Presidência terem ali apparecido[...].¹⁷

As atitudes de reação dos nativos em relação a proximidade dos colonizadores e sobretudo a violência dos ataques produz uma série de atitudes e construção de discursos que contribuíram na elaboração da imagem do indígena, bem como irão povoar o imaginário da população em relação ao grau de “selvageria” dos indígenas, embora, segundo M. VIGNAUX, o discurso não tem como função constituir a representação de uma realidade, no entanto, ele funciona de modo a assegurar a permanência de uma certa representação,¹⁸ sendo que a linguagem não aparece apenas como instrumento de comunicação ou transmissão de informação, ou suporte de pensamento, mas como lugar de conflito, de confronto ideológico, em que a

232.

¹⁵ ORLANDI, Eni P. **Terra à vista. Discurso do confronto...**, op. cit., p. 56.

¹⁶ ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1996, p. 83.

¹⁷ Correspondência do Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha, para o Chefe de Polícia em 16/12/1863.

significação apresenta-se em toda a sua complexidade¹⁹.

Esses mecanismos, dos quais os discursos oficiais são os mais eficazes, geram uma violência simbólica em relação ao indígena e que será legitimada com as práticas oficiais de defesa adotada, gerando sistematicamente uma situação de permanente insegurança e violência como podemos verificar na correspondência a seguir:

Hontem a tarde apresentou se me aqui Joaquim José de Miranda, morador no Rio Bonito alem do Matto dos Índios [...] me haver sua casa atacada pelos Indios no Domingo 17 do corrente depois do meio dia, e que estes lhe mattarão nove pessoas de Sua família, e que depois queimarão duas casas de seu Sogro e Cunhado[...].²⁰

O grau de selvageria surge também como uma forma de justificar as ações empreendidas pela própria comunidade de colonos que precisa defender-se dos ataques empreendidos pelos "selvagens".

[...], por ocasião de haverem indios selvagens assassinado trez pretos escravos[...], convindo entretanto que Vsa. Exa. trate de averiguar se há ou não facilidade de atrahir a vida civilisada esses e outros indigenas que existem n'essa Provincia na primitiva barbaria[...].²¹

Os contatos estabelecidos entre os colonos e a população nativa não eram nada amistosos, a concessão de terras aos imigrantes, desconsiderando a presença do indígena, fatalmente levaria ao estranhamento, seguido pelo 'enfrentamento', o que pode ser considerado como uma maneira defensiva de ambos os lados, frente ao diferente, ao desconhecido.

Sendo certo, o que allegão os mesmos habitantes, de serem constantemente acommettidos e viverem em sobressalto, pelo que tem sido preciso mandar em repetidas vezes destacamentos de força de linha para afugentar os ditos selvagens.²²

Quando observamos a referência à acontecimentos como estes e que não foram poucos, percebemos por parte das autoridades a constante omissão dos motivos pelos quais o indígena

¹⁸ VIGNAUX, M. "Argumentation et Discours de la Norme". In: **Langages**, n. 53, Larousse, Paris, 1979.

¹⁹ ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**, op. cit., p. 83.

²⁰ Ofício do Delegado de Polícia, Guilherme Ricken, para o Presidente João José Coutinho em 20/04/1853.

²¹ Correspondência do Ministério da Agricultura para o Presidente da Província, Vicente Pires da Motta, em 27/09/1862.

²² Correspondência do Presidente da Província, João Thomé da Silva, para o Ministério da Agricultura, em 27/07/1874.

tomava tais atitudes, sendo que desde os primeiros contatos a reação do indígena era de proteger-se, como bem colocou Caio PRADO Jr., “[...] os nativos se defenderam valentemente; eram guerreiros, e não temiam a luta. A princípio fugiam para longe dos centros coloniais; mas tiveram logo de fazer frente ao colono que ia buscá-los em seus refúgios.”²³

O governo ao fazer as concessões de terras aos imigrantes, mesmo sabendo da existência dos indígenas, esperou que estes, ao virem os brancos se estabelecendo em suas terras, iriam recuar sempre. Os ataques praticados pelos indígenas ocorriam quando não tinham mais para onde recuar ou para obtenção de alimentos, já que as frentes pioneiras foram ocupando os espaços onde obtinham a caça, pesca e coletavam seus alimentos.

Envolvido nessa situação extremamente delicada, as autoridades intensificam nos seus discursos e práticas oficiais a imagem inexpressiva do índio em todos os aspectos da sua vida e cultura. Um exemplo disso é o ofício do Delegado de Lages, Guilherme Ricken ao Presidente da Província José Coutinho em 1855, sobre o estado de 'civilização' e a necessidade de sujeitá-los e obrigá-los a trabalhar.

"[...] Parecião sadios, apesar de andarem quasi nus, a sua comida é toda sem sal [...].Não se Ocupão em trabalho algum, e a sua vida consiste em comer e dormir, a poligamia existe entre elles, e nenhuma idéa religiosa apparece entre elles[...]"²⁴.

Essa é mais uma ponta denunciadora, em meio à tantas outras evidências, de como as práticas da vivência cultural indígena eram colocadas como aspectos negativos do seu próprio caráter. “É a política do silêncio: o que é preciso não dizer para poder dizer [...] se digo "selvagem" para o índio, não posso dizer "cidadão,"²⁵ negando a existência do sujeito/cidadão gera-se mecanismos de silenciamento e apagamento de sentidos onde o sujeito "índio" será privado de voz. No caso do discurso da colonização, o sujeito colonizado não pode ocupar posições discursivas que o colonizador ocupa. Esse silêncio que é imposto ao indígena serve para colocar em funcionamento o apagamento de sentidos e para produzir a resistência.”²⁶

Os índios não eram “imorais” ou vadios, eles só conheciam outra experiência de mover-

²³ PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 35.

²⁴ Ofício do delegado de Lages Guilherme Ricken, ao Pres. João José Coutinho, datado de Lages, 10 de Março de 1855.

²⁵ ORLANDI, Eni P. **Terra à vista. Discurso do confronto...**, op. cit, p. 52.

²⁶ Ibidem.

se no mundo a que não era do homem eurocentrista da época da colonização. Agravando essa situação, que inspira muito preconceito, também entra em cena o interesse econômico e político das autoridades que não mediam esforços e meios para que o “progresso da nação” andasse em franco desenvolvimento.

A Lei de Terras de 1850, acarretou para as populações indígenas já territorialmente recuadas, a probabilidade quase que totalmente certa de perder o pouco de terras que ainda ocupavam, visto já anteriormente o caráter exclusivista que tinha a lei de 1850. Se os indígenas quisessem ser os donos legítimos das terras teriam que se submeter ao artigo 75 da Lei de Terras, onde lê-se:

As terras reservadas a colonização de indigenas, e por elles distribuidas, são destinadas ao seu uso-fructo; e não poderão ser alienadas, em quanto o Governo Imperial, por acto especial, não conceder pleno gozo dellas, por assim o permittir o seu estado de civilisação.²⁷

O curioso nisso é que o Ministério da Agricultura se mostra até muito interessado na situação da terra indígena como podemos notar nessa circular.

[...] convém que V. Ex., quanto antes proceda a averiguações acerca dos seguintes quesitos: [...] 9º - Que relações mantem os aldeamentos com as povoações circunvisinhas; - 10º - Que patrimônio foi ameaçado a cada aldeamento; [...] - 13º - Se as terras do patrimonio de cada tem sido conservadas ou usurpadas, e se arrendadas approvadas ou vendidas, e porque autoridade; - 14º - Se tiverem sido usurpadas, em que data exata ou provavel, se effectuadas essas invasões, e porquem; - 15º - Que providencias tem se dado para reprimir os abusos commetidos contra os indios [...]^{28\}

É estranho criar uma lei que não favorecia nenhum pouco aos índios e depois preocupar-se com quem iria apropriar-se indevidamente dessas terras, porque conforme a lei de terras se os índios não conseguissem escritura da terra, esta poderia ter sua posse solicitada por outras pessoas, tornando-se então as novas proprietárias com muita facilidade.

É oportuno também se perguntar sobre o objetivo real do zelo com a catequização dos

²⁷Correspondência do Ministério da Agricultura, para o Presidente da Província, Vicente Pires da Motta, em 24/10/1862.

²⁸Correspondência do Ministério da Agricultura, para o Presidente da Província, Ignácio da Cunha Galvão, em 27/08/1861.

indígenas. Na documentação do Ministério da Agricultura observamos uma verba que era exclusiva para esse fim, acrescido da outra meta que era civilizar. Na realidade era importante para o governo central legitimar a retirada inconseqüente dos "índios" de suas terras, e usavam para esse fim a desculpa de que precisavam ser os mesmos civilizados e catequizados, para que não andassem mais os índios perambulando pelas matas.

[...]Segue igualmente com o dito Frei Virgílio o religioso capuchinho Frei Estevão de Vicenzia que vai encarregado de prestar serviço de aldeamento dos índios errantes nas mattas [...].²⁹

Outro fator ainda muito presente no discurso oficial analisado a correspondência, é a maneira dos casos entendidos os “assaltos, ataques, incursões e correrias” que os índios praticavam. Estas ações dos grupos indígenas não eram entendidas como reações defensivas, eram entendidas como ataques dos bugres selvagens de “má índole,”³⁰ essa idéia também fica enfática no ofício do Delegado Ricken: “[...] Enfim são animaes brutos, que a não serem sujeitos e obrigados a trabalhar, em breve causarão desgraças infalíveis.”³¹

Os indígenas não podem ser entendidos como animais, pois os “ataques de índios” que eram presenciados na Província não eram mais do que reação e conseqüência do fato de terem sido tomadas deles suas áreas de caça e coleta. Eles atacavam para defenderem-se, pois com o desbravamento para instalação de núcleos de colonizadores, a natureza já não era a mesma, modificando-se consideravelmente a área para caça, pesca e coleta.

Quando eram comunicados os “ataques dos indígenas” ao Presidente da Província eram solicitadas sempre “providências” ao mesmo, como nos mostram os ofícios de delegados e subdelegados ao Presidente da Província. As providências que geralmente eram tomadas aparecem em expressões como “afugentar ou proteger os habitantes aos logares mais ameaçados pelos selvagens.”³² Isso soa como se não houvesse nenhuma forma de violência nas providências

²⁹Correspondência do Ministério da Agricultura, para o Presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, em 09/05/1868.

³⁰ Termo usado pelo delegado Munique Cardoso Ribeiro ao Presidente Lourenço Albuquerque em 08/06/1878 ao comunicar a presença dos “índios” em Rio Bonito.

³¹ Ofício do delegado de Lages Guilherme Ricken, ao Pres. João José Coutinho, datado de Lages, 10 de Março de 1855.

³² Correspondência do Presidente da Província, Francisco Carlos d’Araújo, ao Chefe de Polícia José de Araújo Brusque em 1^o/04/1861; Correspondência do Presidente da Província, representado pelo vice-presidente Francisco José de Oliveira ao Chefe de Polícia em 19/02/1864.

tomadas contra as investidas indígenas, mas isso não ocorria dessa maneira.

O primeiro registro do Presidente da Província para o Chefe de Polícia em 1861, à respeito das tais medidas que já haviam sido tomadas em relação ao “ataque dos bugres,” o “afugentar” os índios, usado pelo então Presidente, não era simples e ameno como sugere a expressão, a prática era outra.

Em 1861 já atuavam nas matas a Companhia de Pedestres (criada em 1836), os batedores de mato. Estes últimos eram os mais solicitados, inclusive pelo governo, porque eram os mais fatais.

Quando os bugreiros eram chamados por colonos, pelos administradores das colônias ou pelo governo para realizarem expedições de afugentamento do selvagem, eles se preparavam verdadeiramente para uma expedição de guerra.[...]. O matador de bugres era heroicamente solicitado a contar suas façanhas.³³

Ainda como última observação chamamos a atenção ao fato de, ao mesmo tempo em que falam em afugentar o “bugre” nos ofícios de delegados e subdelegados, dão conta do chumbo e pólvora com os quais foram abastecidos:

" 7 [] de Polvora com 28 [] de Chumbo
á razão de 4/000 [] de Polvora com
4 [] de chumbo, Somma em [] 28/000.”³⁴

Não queremos propor uma "nova história" da ocupação do território catarinense, mas jogar luzes à aspectos que foram deixados de lado pela oficialidade, propondo novos olhares e leituras procurando compreender os sentidos e o trabalho simbólico que os discursos realizam perpassando o seu conteúdo e está na base da existência humana.

Os preconceitos estão aí para serem postos em questão, inclusive no que diz respeito à imagem indígena construída a partir do contato e dos enfrentamentos entre os diferentes, que até hoje acompanha os indígenas em vários âmbitos de sua vida social e cultural.

³³ SANTOS, Sílvia Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil...**, op. cit., pp.83-87.

³⁴ Conta enviada pelo 1º substituto do Delegado de Lages Joze João da Costa Calles ao Presidente João José Coutinho em 22/02/1857.

Fontes e Bibliografia

Coleção das leis do Império de Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Impresnsa Nacional. Tomo XI, parte I, 1909.

Conta enviada pelo 1º substituto do Delegado de Lages, Joze João da Costa Calles ao Presidente da Província João José Coutinho, em 22/02/1857.

Correspondência do Presidente da Província, João Thomé da Silva, para o Ministério da Agricultura, em 27/07/1874.

Correspondência do Presidente da Província, Francisco Carlos d'Araújo, ao Chefe de Polícia, José de Araújo Brusque, em 1º/04/1861.

Correspondência do Presidente da Província representado pelo vice-presidente, Francisco José de Oliveira, ao Chefe de Polícia, em 19/02/1864.

Correspondência do Ministério da Agricultura, para o Presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, em 09/05/1868.

Correspondência do Ministério da Agricultura, para o Presidente da Província, Ignácio da Cunha Galvão, em 27/08/1861.

Correspondência do Ministério da Agricultura, para o Presidente da Província, Vicente Pires da Motta, em 27/09/1862.

Correspondência do Ministério da Agricultura, para o Presidente da Província, Vicente Pires da Motta, em 24/10/1862.

FAUSTO, Bóris (org). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

Ofício do delegado de Polícia, Guilherme Ricken, ao Presidente da Província, João José Coutinho, em 20/04/1853.

Ofício do delegado de Polícia de Lages, Guilherme Ricken, ao Presidente da Província, João José Coutinho, em 10/03/1855.

Ofício do delegado de Polícia, Guilherme Ricken, ao Presidente da Província, João José Coutinho, em 20/04/1853.

Ofício do delegado de Polícia, Munique Cradoso Ribeiro, ao Presidente da Província, Lourenço Albuquerque, em 08/06/1878.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. 4ª ed.

Campinas: Pontes, 1996.

-----, Terra à vista. Discurso no confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

PRADO , Caio Jr. **História Econômica do Brasil** . 34^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Berta G. **O índio na História do Brasil**. Col. História Popular, 16^a ed., São Paulo: Global, 1989.

SANTOS , Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil - A dramática Experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1987.

SEYFERTH, Giralda. "A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito". In: FAUSTO, Bóris (org). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 2000.

VIGNAUX, M. "Argumentation et Discours de la Norme". In: **Langages**, n. 53, Larousse, Paris, 1979.

Os imigrantes descobrem o Extremo Oeste Catarinense: A Formação da Colônia Porto Novo (Itapiranga)

André Carlos Werle*

A colônia do Rio Uruguai aparece aos olhos do visitante como uma verdadeira imagem tirada do país das maravilhas. Ali floresce a virtude cívica e muitas incansáveis mãos de agricultores se movimentam para construir, cultivar, plantar e colher. Com grande encanto panorâmico este reino colonial estende-se das margens do Rio Uruguai seguindo os inúmeros pequenos rios floresta a dentro. Todos deságuam no Rio Uruguai que, como o paterno Reno, domina esta florescente terra. Antigas lembranças das paisagens rurais do Reno e do Mosela despertam quando os olhos contemplam o rio, a terra e a floresta.¹

Inúmeras levas de imigrantes europeus atravessaram o Oceano Atlântico durante a segunda metade do século XIX em busca de novas terras para cultivar. Faziam-no por razões diversas, mas não sem sonhos e esperanças. Suas expectativas eram permeadas pela imagem de uma vida próspera e tranqüila em meio a exuberantes paisagens beirando o “país das maravilhas”, cultivando terras extraordinariamente férteis, abundantes e de propriedade sua. Um mundo quase fantástico criado por uma imaginação nutrida, na maioria das vezes, por propagandas das colonizadoras e por correspondências daqueles que já haviam partido. Para trás ficava sua *Heimat*, a terra natal com sua comunidade, antigos vizinhos, instituições, religião, tradições, costumes, enfim, o meio no qual haviam criado laços culturais demasiado fortes para serem esquecidos. Talvez por isso levavam-nos consigo em suas lembranças e vivências, as quais constituíam os bens culturais que posteriormente seriam a matéria-prima para a formação das colônias de imigrantes no continente americano. Estas acabavam por se constituir a partir da junção do novo ambiente com os antigos costumes, tradições, instituições e formas de sociabilidade profundamente arraigadas trazidas pelos colonos de além mar.

Entretanto, a partir das primeiras décadas do século XX as colônias mais antigas começavam a enfrentar uma situação que, para os primeiros imigrantes, podia ter parecido

* Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestrando do programa de Pós graduação em História da mesma Universidade.

¹ MIDDELDORF, Karl. Porto Novo Brasilien Siedlung für Deutschsprechende katholiken am Uruguayfluss im Staate Santa Catarina in Brasilien. Porto Alegre: Tipografia do Centro, [?1932], p. 4-5.

improvável. Fruto, talvez, dos avanços de uma civilização pautada no trabalho e que procura exaustivamente o progresso. Com o acentuado crescimento demográfico e a vinda de novos imigrantes, somado ao esgotamento do solo, as terras, outrora férteis e abundantes, começavam a perder o seu vigor e a ser menos acessíveis. Isto acabava por incentivar os descendentes de imigrantes a saírem em busca de novas regiões de colonização. Neste sentido, as florestas do extremo oeste catarinense, especialmente às margens do rio Uruguai, afiguravam-se-lhes como uma região promissora.

Definidos os limites territoriais dos Estados de Santa Catarina e Paraná em 1917, visando “civilizar”² a região e garantir a posse do território, o governo catarinense passou a conceder grandes áreas de terras do oeste a empresas privadas para serem colonizadas. Abria-se, assim, um novo horizonte aos agricultores, especialmente aos descendentes de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul. Embalados por ampla e variada propaganda promovida pelas empresas colonizadoras, vislumbravam um próspero futuro nas margens catarinenses do Rio Uruguai, cujas terras eram apresentadas como férteis, abundantes, cobertas por densa floresta e, o que era importante, baratas e acessíveis. Com esta perspectiva, não poucas famílias de colonos, jovens solteiros e, especialmente, recém-casados procuravam as “Empresas de Colonização” para comprar um lote colonial, seguindo o exemplo da trajetória de seus antepassados quando saíram do velho continente. Tais empresas, por sua vez, formadas com capital privado, viam boas perspectivas de lucros no interesse dos colonos por novas terras. Com os interesses voltados ao lucro, surgiram várias destas empresas, as quais adquiriam grandes áreas de terras através de concessões recebidas em troca da construção de estradas ou através da compra, dividiam-nas em lotes e os revendiam a quem se interessasse. Desta forma, a colonização do oeste catarinense foi intermediada pelas “Empresas de Colonização” que fundaram as denominadas “novas colônias”.

² Analisando textos produzidos na década de 20, pôde-se constatar que a idéia de colonização do oeste catarinense se revestia de um sentido civilizatório. A região era vista como uma “terra sem-lei”, um “faroeste” onde tudo é “resolvido no trabuco”. Esta situação não era de interesse do Estado, especialmente por se tratar de uma região de fronteira com a Argentina. Atribuía-se, em parte, esta situação a índole e estilo de vida da população que ali vivia, os denominados caboclos. A alternativa vislumbrada para reverter esta situação foi a migração de colonos descendentes de imigrantes europeus, considerados os “obreiros da civilização”. Com sua ética de trabalho, levariam o “progresso”, “o desenvolvimento econômico” à região. Desta forma, portanto, colonizar significava civilizar. Nesta perspectiva, o conceito de civilização está intimamente relacionado com pacificação, fundação de cidades e instituições, desenvolvimento econômico capitalista. Os textos analisados foram: D’EÇA, Othon da Gama. Aos espanhóis confinantes... Florianópolis: EDUFSC, 1992; BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: IHGSC, 3ª fase, nº 6, 1985; COSTA, A. Ferreira da. Oeste Catarinense - Visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas e Cia, 1929; PERFEITO DA SILVA, Zedar. Oeste Catarinense. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1950.

Entre as Empresas de Colonização está a *Volkverein Für die Deutschen Katholiken*, a Sociedade União Popular para Alemães Católicos, fundada em 1912 e orientada pelos religiosos da Companhia de Jesus de São Leopoldo, RS. Em 1926, a associação comprou terras localizadas nas margens do rio Uruguai, entre seus afluentes Macuco e Pepery-Guaçú³, dividiu-as em lotes de aproximadamente 25 hectares e revendeu-os a colonos. A maior parte dos compradores de terras eram das antigas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul e, em menor número, das de Santa Catarina e também imigrantes vindos diretamente da Europa. Entretanto, eram privilegiados somente os descendentes de imigrantes alemães de religião católica, sendo dificultado o acesso à terra por parte de colonos que não fossem desta confissão e que não falassem este idioma. Desta triagem resultou a colônia Porto Novo⁴, uma comunidade étnica e religiosamente homogênea.

A fundação de uma colônia com tais características, em 1926, não era idéia nova para os idealizadores da *Volkverein*, os Jesuítas. Não era a primeira experiência do Padre Theodor Amstad, SJ, nem do Padre Max Von Lasseberg, SJ. Ambos já tinham experiência no que se refere a colonização de terras, pois também haviam sido os idealizadores do *Bauernverein*, a Associação de Agricultores, que organizara a colonização de Cerro Azul, (atualmente Cerro Largo) e de Santo Cristo, ambos no Rio Grande do Sul.

Com a fundação da *Volkverein* em 1912 nasceu a idéia de organizar uma colonização formada exclusivamente por descendentes alemães de religião católica. Em 1916 e 17 o pensamento de formar uma colônia fechada para católicos de descendência germânica já estava maduro⁵. A intenção era colonizar terras no estado do Rio Grande do Sul “onde já existiam escolas e Igrejas”⁶. Mas isto se mostrou inviável, por motivos que o próprio Padre Rick, SJ, expõe:

Numa consulta do Sr. Alberto Bins ao Governador do Estado, Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, pronunciou-se este disposto a colocar terras à venda para os católicos alemães. Por causa disso, fizemos um requerimento por terras situada perto de Santa Rosa e Três Arroios. Entregou-se esta petição ao Dr. Borges de Medeiros, mas ela acabou não tendo qualquer resposta. Fui eu mesmo por

³ ROHDE, Maria F. Wie eine frau eine Urwldsiedlung wachsen sah. Beitrag zur 25-jährigen Geschichte der Volksvereinskolonie Porto Novo. Porto Alegre: Tipografia do Centro. p. 21.

⁴ Atualmente, nas terras que outrora formavam a colônia Porto Novo, localizam-se os municípios de Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste. O nome Porto Novo foi modificado em 1929 pelo então governador Adolpho Konder, passando a ser chamado de Itapiranga, que em 1954 se emancipou do município de Chapecó e passou a formar um município que, com o passar dos anos, teve dois distritos: Tunas e São João. Estes se emanciparam recentemente formando os municípios de Tunápolis e São João do Oeste.

⁵ METZLER, Franz, Die Katholikenverssamlung Porto Novo 1934. Porto Alegre: Tipografia do Centro. P. 10.

quatro vezes, a palacio por motivo dessa situação. Desculpava-se sua senhoria de cada vez com o fato da falta de medições.

(...)

E ela [a resposta] não veio. O homem a impedir o negócio, era o Dr. Carlos Torres Gonsalves, inimigos dos Alemães e pessoa hostil aos católicos.

Em vista disso, vimo-nos forçados a recorrer a Santa Catarina.⁷

Assim, o então Governador do Rio Grande do Sul, Antônio Borges de Medeiros, parece que não via com bons olhos uma colonização formada exclusivamente por descendentes de alemães. A alternativa que então se lhes apresentou era colonizar terras do oeste catarinense, que eram apresentadas como férteis e baratas.

Mas a compra de terras não foi realizada de imediato e a *Volksverein* teve de adiar seus planos. Entretanto, a idéia de formar uma colonização de alemães católicos não morreu e dez anos mais tarde, no 12^a Congresso Católico, realizado em Novo Hamburgo, a primeira compra de terras já havia sido efetuada, após diversas viagens da comissão de terras da *Volksverein* para verificar as condições de colonização e a fertilidade das terras da Empresa Xapécó Peperly Ltda. Assim, foram dados os primeiros passos para a formação da colônia Porto Novo, planejada para ser étnica e religiosamente homogênea.

Entretanto, a *Volksverein*, como seu nome indica, não era propriamente uma empresa de colonização e sim uma associação de alemães católicos cujas atividades não se restringiam somente a venda de terras. Contava com o objetivo “assumir os interesses materiais, espirituais e culturais” dos associados sendo que, por isso, suas atividades eram diversas e procuravam contemplar todas as esferas da vida do imigrante e seu descendente, e se referiam especialmente a problemas dos colonos: saúde, velhice, problemas de cultivo das terras, questões econômicas e financeiras, além de assistência social e prática de filantropia. Sua atuação mais intensa se estendia pela região de colonização européia do Rio Grande do Sul e também do oeste catarinense, promovendo o caráter associativo e assistencial. Havia a preocupação especial com a situação material do colono, especialmente com problemas relacionados ao cultivo da terra e formas mais facilitadas de acesso a ela. Neste sentido, a associação preocupava-se com a assistência jurídica, problemas com pragas da agricultura e criação, formou um núcleo colonial e organizou o sistema de crédito das Caixas Rurais. Desta forma, portanto, a atuação da *Volksverein* sugere que suas preocupações iam além da

⁶ ROHDE, Maria, op. cit. p. 24.

⁷ RICK, SJ Johannes. Colonização Alemã Católica no Sul do Brasil. In. *Revista Pesquisas História*, Nº 27, 1989. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas. P. 117.

comercialização de terras para obter lucros e que suas preocupações direcionavam-se também ao desenvolvimento material e espiritual da colônia. É exatamente isto que a diferencia das outras colonizações do oeste catarinense.

Esta sugestão se reforça na medida em que se entra em contato com alguns textos veiculados pela associação:

A colonização de Porto Novo não é um empreendimento comercial. Não visa a especulação financeira e segue unicamente o programa de colonização. A *Volksverein* persegue objetivos colonizatórios, econômicos e culturais. A serviço da religião e da identidade do povo, visa colonizar as terras com agricultores católicos de fala alemã⁸.

Nota-se, assim, que havia um projeto colonizatório, constituído por determinados objetivos relacionados com a vida social e cultural dos colonos. Em outras palavras, pode-se pensar que o projeto colonizatório era norteado por um “ideal de vida social”. Este ideal constituía-se por determinadas idéias acerca do que seria a sociedade perfeita para o colono viver dentro dos princípios da fé católica. Entre estas idéias está a preocupação com o *Volkstum*, a “identidade do povo”, aqui entendida como a identidade dos colonos alemães. Esta identidade caracterizava-se por determinadas características culturais trazidas pelos primeiros imigrantes, entre elas sua religiosidade, mas que corriam o risco de serem esquecidas nas primeiras décadas deste século.

À primeira vista, pode parecer paradoxal que uma associação orientada por religiosos católicos tenha preocupações relacionadas à preservação de características culturais de “um” grupo étnico em particular, uma vez que entre os princípios católicos está a universalidade de sua igreja.

A leitura de teóricos da imigração e da aculturação, como Emílio Willems, reforça este paradoxo. Em seu texto sugere que a preocupação com a preservação da etnia e cultura alemã não era característica dos religiosos católicos e sim de outras religiões como, por exemplo, a Luterana.

Não se concebe dentro da Igreja de Roma, a fusão de doutrinas religiosas com idéias étnicas ou nacionais. Não é possível que venham sacerdotes emissários de autoridades eclesiásticas com a obrigação moral de fazer uma propaganda sistemática em prol do germanismo. Não há segregação intencional de comunidades católicas, nem núcleos paroquiais cujas atividades fossem

determinadas pela preocupação de conservar língua e costumes germânicos (ou italianos, poloneses, etc...). A comunidade dos fiéis é uma só e abrange, virtualmente, todos os moradores do distrito paroquial.⁹

Em seguida, o próprio Willems fornece pistas para se pensar o problema:

Vemos mais de um vez que a atitude negativa de alguns sacerdotes alemães (naturalmente não de todos), em relação à assimilação dos colonos, é determinada pelo ideal religioso, e não pela vontade de conservar ou difundir determinadas idéias étnicas ou nacionais.¹⁰

No entender de Willems, as idéias étnicas entre religiosos católicos são verificadas apenas em “alguns sacerdotes” e, nestes casos, são decorrentes de um ideal religioso. Também Giralda Seyferth, em seu estudo acerca da identidade étnica e o nacionalismo no Vale do Rio Itajaí, aponta para a mesma direção:

Sob todos os aspectos, prevaleceu na comunidade católica o ideal religioso, mas de modo algum se pode afirmar que o *Deutschtum* fosse ignorado por ela. Manter *fé e religiosidade* (nessa ordem) também foi a norma dos teuto-brasileiros católicos, e a língua alemã era considerada o principal veículo dessa manutenção. (...) A assimilação era considerada uma ameaça à devoção do teuto-brasileiro, “porque entre os luso-brasileiros a freqüência à igreja se limita às mulheres; os homens não vão à missa, problema que não existe entre os teutos, especialmente os badenses”. O *Deutschtum* (Germanismo), então, passa a ser um meio de preservar a religiosidade e a piedade dos colonos teuto-brasileiros. Não tem a conotação puramente germanista, mas se refere, aqui, às qualidades e índole alemãs e à língua materna alemã. Mesmo prevalecendo o interesse religioso, é dada alguma importância à consciência étnica. No caso dos evangélicos, as duas coisas se equivalem.¹¹

Nota-se, de acordo com a autora, que a religiosidade é a prioridade entre os católicos, ou seja, a “fé” antes da “nacionalidade”. Portanto, segundo os autores, as preocupações com as características culturais de um grupo étnico em particular são concebidas não como um fim em si mesmo, mas como um meio para se alcançar um ideal de religiosidade. Este ideal

⁸ MIDDELDORF, op. cit, p.07.

⁹ WILLEMS, Emílio. Assimilação e Populações Marginais no Brasil. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 241.

¹⁰ WILLEMS, Op. cit. p. 250.

compunha-se por determinados bens culturais dos imigrantes alemães, especialmente os relacionados com o sagrado. É exatamente o estabelecimento deste ideal de religiosidade, no qual a idéia de *Volkstum* ocupava um lugar essencial, que pode ser percebido na análise das idéias que nortearam o projeto da *Volksverein* para a formação da colônia Porto Novo.

Como ponto de partida para se compreender este projeto, bem como o ideal de religiosidade e de vida social que o norteou, pode-se pensar, conforme sugere o texto de Middeldorf citado acima, que suas bases eram o desenvolvimento material e principalmente cultural dos colonos, “a serviço da religião e da identidade do povo” (*Volkstum*). Esta idéia pode ser percebida em vários discursos veiculados pela *Volksverein* em seus meios de comunicação.

A *Volksverein* não podia contemplar passivamente como os camponeses alemães riograndenses eram induzidos, através da propaganda de empresas privadas, a se instalar em colônias com diferentes nacionalidades e religiões. O espírito de intolerância em relação a nacionalidade e religião não está presente em seu modo de pensar e sua atitude foi competente. Somente foi decisiva a preocupação em relação ao bem-estar espiritual e cultural do colono emigrado. Comunidades paroquiais, escolas, fundamentos cooperativos, mesmo a instituição de associações recreativas são possíveis somente dentro de povos e religiões uniformes e são benéficas para a sociedade. E se também um colono viver em meio a vizinhanças estranhas totalmente ou em parte, poderá obter do mesmo modo boas colheitas. Isto significa sufocar no materialismo, se a gente querer obter somente boas colheitas e acabar nisso. Um tal materialismo teria efeito devastador diretamente sobre a descendência. As colônias, nas quais há mistura de credo e de povos são o maior perigo para a religião e cultura vindoura, especialmente para a descendência em crescimento. Esta foi, provavelmente, a maior preocupação da *Volksverein* na formação da colônia.¹²

O texto, escrito por Franz Metzler na ocasião do 16º *Katholikentage* (Congresso Católico) realizado em Porto Novo em 1934, enfatiza que a vida comunitária não está relacionada somente com a esfera material, pois “o colono que viver em meio a vizinhanças estranhas pode obter boas colheitas”, mas isso significa “sufocar no materialismo”. Para evitar este materialismo a solução apontada pelo autor seria promover sociedades homogêneas, nas quais não houvesse mistura de nacionalidades nem de religiões. Somente nestas sociedades é

¹¹ SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981, p. 146.

¹² METZLER, Franz. op. cit, p.11. O mesmo trecho é citado também por ROHDE, Maria W. op. cit, p. 20.

que seria possível a vida comunitária e harmônica. “É válido o princípio orgânico: o descendente alemão com o alemão, o católico com o católico. Somente assim pode-se formar e permanecer com êxito o que é o mais indispensável para a prosperidade: o modo de pensar comunitário”¹³. Sendo assim, portanto, a homogeneidade étnica e religiosa é parte essencial do ideal de vida social e a preocupação é evitar a mistura de nacionalidades e de religiões para estabelecer um “modo de pensar comunitário” e, com isso, preservar a “cultura vindoura”.

A importância da homogeneidade aparece de forma mais explícita em outro discurso pronunciado no mesmo Congresso. Na palestra intitulada “Fontes de perigo para o corpo e para a alma”, o palestrante, Padre Polykarp Schuhen, OFM, expôs o que ele considera o maior perigo:

Eu nomeio como primeira e principal fonte de perigo para a perda da fé, seu enfraquecimento e a negligência religiosa: as colônias ou colonizações mistas do nosso Brasil tão belo e cordial..

Quando eu digo colônias mistas, me refiro em primeiro lugar às colônias com mistura de confissões, mas também com mistura de nacionalidades.¹⁴

De acordo com o orador, as colônias mistas traziam muitos problemas a religiosidade do colono. No que se refere a mistura de confissões, o principal perigo eram os casamentos.

Se numa colônia estiverem vários credos, não deixarão de acontecer casamentos mistos, que são tão veementemente condenados pela mais sabia instrutora dos povos, a igreja católica. Conforme mostra a experiência, na maioria das vezes diminui o número de católicos. Eles se tornam infiéis e enfraquecem em sua fé e poucas vezes ou nunca praticam a fé católica. É impossível manter as crianças, mesmo sendo batizadas na igreja católica, numa verdadeira educação católica. Também, nestas colônias não podem ser fundadas escolas com orientação religiosa. Desta forma, as crianças crescem sem instrução religiosa e, mesmo vivendo em paz e harmonia religiosa, é muito fácil se estabelecer a perigosa indiferença religiosa. É certo que ‘todos cremos num único Deus’, mas assim o pensar e sentir católico enfraquece cada vez mais.¹⁵

Já no que se refere a mistura de nacionalidades, o perigo principal era ausência do espírito comunitário, ocasionado pelo não conhecimento da língua. O convívio, por exemplo, de descendentes de alemães com italianos numa mesma comunidade dificultaria a

¹³. MIDDELDORF, op. cit., p.13.

¹⁴ SCHUHEN, OFM, Polykarp. Gefahrenquellen für Leib und Seele. In. METZLER, Franz. Op. cit. p. 116.

comunicação entre eles, o que tornaria quase impossível o “espírito comunitário”. Também o serviço religioso sairia prejudicado, pois não poderia ser celebrado na língua conhecida pelos colonos. A celebração em português também mostrava-se problemática, pois muitos não conheciam a língua nacional. A melhor solução seria, portanto, a formação de colônias homogêneas.

Também as colônias com mistura de nacionalidades são, em menor grau, um perigo para a religião. Não por ser a língua ou a nacionalidade em si um perigo, pois um católico é católico em todos os lugares, abrange todos os povos e todas as nações, ou como se diz hoje em dia, é internacional. Mas nas colônias de nacionalidade mista, falta geralmente o espírito comunitário, o serviço religioso coletivo, que especialmente neste grande e abençoado Brasil é o apoio da fé. Se viajarmos pela região de colonização se percebe que nos lugares em que é praticado o serviço religioso coletivo, onde há a participação de todos, é que se mantém a fé. Nas colônias, especialmente nas novas colônias, em que se encontram muitos colonos que ainda não conhecem a língua deste hospitaleiro Brasil, o serviço religioso não deve ser celebrado na língua nacional. Estes, dos quais se encontra muitos, ficam bem distantes com a desculpa: eu não entendo nada!’. Aqueles que ficam distantes do serviço religioso, enfraquecem e se tornam negligentes e incrédulos.¹⁶

A ausência do espírito comunitário, o qual somente pode se estabelecer em colônias homogêneas, é considerado uma ameaça à fé. Este princípio é válido, de acordo com o palestrante, não somente para as colônias de descendentes alemães, mas também para as de descendência polonesa, italiana, russa, e assim por diante. Assim, “depois de alguns anos tem-se verdadeiras escolas e colônias alemães-brasileiras ou ítalo-brasileiras”¹⁷. Pode-se notar que a idéia era preservar as características dos grupos étnicos, sejam descendentes de alemães, de italianos, poloneses, com o objetivo de manter sua religiosidade.

Entretanto, a preocupação com a preservação da língua e cultura dos descendentes alemães conferiu à Companhia de Jesus um certo mal-estar em relação ao Bispo de Porto Alegre, D. João Becker. Quando, na ocasião da 1ª Guerra Mundial, o Bispo, que era alemão nato, seguiu as diretrizes do clero nacional, que ordenava a “mais completa adesão dos párocos à política externa brasileira” e “impunha a obrigatoriedade do ensino do português em todas as escolas católicas situadas na zona rural”, surgiram insatisfações entre os Jesuítas, a

¹⁵ SCHUHEN, OFM, Polykarp. Op. cit. p. 116 e 117.

¹⁶ SCHUHEN, OFM, Polykarp. Op. cit. p. 117.

¹⁷ SCHUHEN, OFM, Polykarp, op. cit. p. 118.

ponto de o Padre Balduino Rambo, SJ, o acusar de traidor de sua germanidade. O fato vem registrado na tese de Artur César Isaia, citando a insatisfação do Padre Rambo: ¹⁸

Este Homem, nascido em Winterbach, Hunsrück, cujos pais não conheciam o português e cuja formação toda provinha do alemão, cujas Cartas Pastorais foram respingadas de livros alemães, negou e traiu sua germanidade de maneira mais desavergonhada. ¹⁹

A língua ocupava um lugar de destaque entre os bens culturais a serem preservados e era a escola que devia providenciar para que isso fosse realizado. Esta atitude trouxe consequências desagradáveis à colônia durante o período de Nacionalização implementado no Brasil, no final da década de 30.

Itapiranga

Neste distrito, no ano de 1938, funcionavam doze escolas primárias organizadas pela Empresa Colonizadora.

O Ensino era ministrado em língua alemã, os livros eram neste idioma e os professores recebiam subvenção do Estrangeiro.

Depois, por ordem do governo Estadual, essas escolas foram fechadas.

E os sinos da Igrejinha local, diariamente, dobravam a finados, por ordem das autoridades eclesiásticas Brasileiras, em protesto ao ato governamental.

Depois, no ano de 1939, nove daquelas escolas foram reabertas, sob o compromisso de ser o ensino praticado em língua portuguesa.

Nenhuma autoridade escolar visitou as aludidas escolas e três destas ainda continuam fechadas, havendo grande número crianças se criando em completo analfabetismo.

Nos lares, na atividade da vida, nos negócios e trabalhos so se fala língua estrangeira.

Será isto Nacionalização?

Muito duvidamos. ²⁰

As aulas ministradas em alemão ocasionaram o fechamento das Escolas. Percebe-se o empenho dos Jesuítas ao tentar reabri-las, ao ponto de os sinos “dobrarem diariamente a finados”. Provavelmente nenhuma autoridade chegou a ouvir o badalar dos sinos, mas pode-

¹⁸ ISAIA, Artur César. O Cajado da Ordem. Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo. Tese de Doutorado apresentada ao departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1992.

¹⁹ Anotações do Padre Balduino Rambo, S.J, 18 de junho de 1946. apud ISAIA, op. cit. p. 71.

²⁰ Itapiranga. A Voz de Chapecó. 02/06/1940, n.º 47, p. 2.

se imaginar o efeito simbólico sobre os moradores da colônia. Além disso, o fato aponta a importância que era atribuída à escola e à língua. Mesmo depois de reabertas as escolas, as aulas continuaram a ser ministradas em alemão. Como consequência, alguns professores, em janeiro de 1943, foram encarcerados pela polícia sob a acusação de serem “Quinta Coluna”, e levados a Chapecó, onde tiveram de permanecer durante alguns meses. A partir disso, pode se concluir que a preservação da língua e, por extensão, da cultura ocupava lugar central entre as preocupações da *Volksverein* e dos moradores de Porto Novo.

A escola desempenhou um papel muito importante nas colônias alemãs, não somente no sentido de instruir os colonos, mas também como fator de manutenção da religiosidade. É o que disse o Prof. Julius Pochmann na palestra intitulada “Falsas Economias com a Escola”, pronunciada no 16º *Katholikentage* realizado em Porto Novo, em 1934.

A aquisição da terra da escola, casa do professor, assim como a construção do prédio escolar foi, na região das antigas colônias, algo muito penoso e, não raras vezes, surgiram brigas e contendas! Felizes são as comunidades escolares que logo providenciaram para que isso fosse realizado, não fazendo falsas economias. E Graças a Deus existem muitas destas comunidades, o que deve ser reconhecido e agradecido. Se os colonos descendentes de alemães não tivessem lutado tão tenazmente para a construção das escolas, 100.000 bravos homens e mulheres seriam hoje analfabetos e, talvez, muitos teriam regredido a superstição, pois as escolas católicas foram um fator de manutenção da vida religiosa. Honras e agradecimentos se devem também aos bravos e alegres antigos colonos, que agora já estão sepultados na paz de Deus. Com a fundação das escolas, eles ergueram um monumento, que esta firme no coração dos católicos de bom senso do Rio grande do Sul e do Brasil. Honras e agradecimento também aos dedicados dirigentes, aos quais nossa germanidade agradece a organização do ensino. Me refiro aos Padres da Companhia de Jesus que, com suas obras exemplares incentivaram várias Ordens e outros sacerdotes do Mundo²¹

Em outro fragmento, o palestrante enfatizou que as escolas “estão subordinadas à Igreja Católica, a qual cuida e fiscaliza a educação e instrução em suas escolas, no cumprimento ditado por seu fundador divino: ‘vai e ensina a todos os povos’”²². Assim, e escola se reveste de um sentido sagrado: cuidar para que os colonos não perdessem sua religiosidade e regredissem “à superstição”.

²¹ POCHMANN, Julius Falches Sparen na der Schule. In. METZLER op. cit. p. 128 e 129.

²² Idem, p. 124.

Era para evitar que isso acontecesse que a *Volksverein* se empenhou em canalizar a migração de colonos para uma determinada região do oeste catarinense e ali desenvolver suas atividades. Pois, pelo que se pode perceber na análise das fontes, bem como na literatura acerca do contexto do início do século, a época é caracterizada, no Rio Grande do Sul, por intensa ameaça à religião católica.

Já o Pe. Ambros Schupp, S J, expôs mais explicitamente o que estava acontecendo:

assim como uma colossal inundação, o ateísmo e a imoralidade varrem a face da terra, arrastam consigo o individual e o isolado, penetram na família, nas associações, nas escolas, nas fábricas e quartéis, e em toda parte realizam uma devastadora destruição. Opor-lhes um dique é um dever na cura das almas, e isto só poderá ocorrer através de uma ordenada organização, isto é, através da associação de elementos semelhantes e de sua arregimentação em associações. Só assim se pode por termo a destruição. Individualmente a pessoa raramente tem forças para resistir ao apelo da tentação e à pressão social. Ela cai. Somente em união com as pessoas de concepções iguais é que alguém tem um certa garantia para permanecer fiel e resistir vitoriosamente aos engodos de um e de outro lado. Mas a união deve ser bem organizada. Numa boa organização reside a vida e a capacidade de resistência do organismo.²³

Para preservar os fiéis do ateísmo e da imoralidade, segundo o Pe. Ambros Schup, SJ, seria necessário organizar associações de pessoas de semelhantes concepções. Caberia aos Jesuítas o dever de promover esta organização. Mas não seria qualquer organização, ela precisaria ser bem fundamentada e esta boa fundamentação caberia a eles, Inacianos. Esta atuação se assemelha, de acordo com as palavras de Kreutz, com o “estilo de cristandade medieval: toda estrutura econômica e social sob a primazia do espiritual”²⁴. Isto também poderia ser interpretado, levando em consideração seu contexto, como uma forma de legitimar a atuação dos Jesuítas, dando-lhe um sentido de combate aos inimigos: o ateísmo, a imoralidade e a indiferença religiosa, concebendo isso como um “dever na cura das almas”. E este combate dever-se-ia basear na “união das pessoas de iguais concepções”.

Portanto, as citações sugerem que haviam inimigos a serem combatidos. Também Maria W. Rohde, uma das pioneiras da colônia Porto Novo, identifica-os:

²³ SCHUPP, Ambros, *Die Deutsche Jesuiten-Mission in Rio Grande do Sul. Wiederherstellung und herausgabe von Pater Arthur Rabuske, S.J. São Leopoldo: UNISINOS, 1974 (Separata do SKT Paulusblatt)* apud. KREUTZ, Lúcio, O Professor Paroquial, Magistério e Imigração Alemã. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS; Florianópolis: EDUFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991, p. 69.

Com a nova direção da nossa *Volksverein*, que passou a ser o padre Rick, o secretário de viagem, o lema passou a ser: ‘nos precisamos aprender com nossos inimigos’. Como os círculos liberais combateram a Igreja Católica por fundar sua *Volksverein*, da mesma forma nos precisamos, para defender a Igreja Católica, efetivamente criar a nossa *Volksverein* Católica²⁵

Além destes inimigos a serem combatidos, também o pano de fundo institucional da época parece que não era muito favorável à Companhia de Jesus, “quando houve bastantes ameaças de mudança política, religiosa e econômica”²⁶. Isto pode ser constatado no projeto de constituição de 22 de junho de 1890 que previa, entre outras cláusulas, a “proibição de se abrirem novas comunidades religiosas, especialmente da Companhia de Jesus”²⁷. Mesmo que a cláusula não tenha sido aprovada, reflete um clima hostil aos Jesuítas, na época em que “muitos católicos acordaram do seu sono quase letárgico para uma nova realidade e atividade”²⁸. Devido a isso, inspirados nas atividades os católicos, já há muito tempo, desenvolviam na Alemanha, de onde a Companhia de Jesus fora expulsa exatamente devido ao *Kulturkampf*, os Jesuítas incentivaram entre os imigrantes alemães e seus descendentes uma intensificação da ação católica visando justamente combater os “inimigos da fé católica”. Para isso, seguiram os mesmos objetivos dos católicos na Alemanha:

Ao lado do falso esforço da social-democracia, a *Volksverein* prossegue com sua principal missão, a direção da reforma social, o erguimento da situação econômica e social das classes profissionais inferiores.(....) Mas este movimento de reforma social das grandes massas do povo necessita de dirigentes sensatos e responsáveis.²⁹

Na *Volksverein* da Alemanha também se percebe a ênfase na necessidade de “dirigentes sensatos e responsáveis”, que deveriam seguir os princípios católicos. Desta forma, pode-se pensar que a colonização organizada pela *Volksverein* envolve um complexo

²⁴ Idem. p.69

²⁵ ROHDE, Maria W. op. cit. p. 18.

²⁶ LUTTERBECK, SJ. Pe Jorge Alfredo. *Jesuítas no Sul do Brasil. Capítulos de História da Missão e Província Sul-Brasileira da Companhia de Jesus*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, Publicações avulsas, nº 3, 1977. p.119.

²⁷ MOURA, Sérgio Lobo de, e ALMEIDA, Maria Gouvêa de. A Igreja na Primeira República. In. FAUSTO, Boris. (org.) *O Brasil Republicano 2. Sociedade e Instituições (1889-1930)*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A 1990, p.327.

²⁸ LUTTERBECK, op. cit, p.119.

²⁹ HEINEN, Ernst.[Horg.] *Staatliche Macht und Katholizismus in Deutschland*. Bd. 2. Dokumente des politische Katholizismus von 1867 bis 1914. [trad. do autor] Paderborn: Schöningh, (Sammlung Schöningh zur Geschichten und Gegenwart), 1979, s. 233.

conjunto de fatores que ultrapassa a simples venda de terras, o qual é orientado por um ideal de vida social e esta imerso em um contexto caracterizado tanto por problemas econômicos e sociais quanto conflitos religiosos e culturais.

O objetivo da formação da colônia Porto Novo era direcionar a colonização a uma determinada região, o oeste catarinense, onde haviam terras férteis, cobertas por densa floresta e, o que era importante, afastadas dos “males” que na modernidade atacam de todos os lados a religiosidade do fiel, principalmente, nos termos do Padre Ambros Schupp, “ateísmo e a imoralidade”. Neste sentido, a fundação de comunidades paroquiais, escolas, cooperativas e associações recreativas seria uma forma de evitar a “miscelânea étnica e religiosa” e preservar a religiosidade do descendente alemão. Mostra-se, assim, o caráter utópico desta colonização: formar uma comunidade “pura”, um “reino” fechado às influências maléficas, talvez tendo ainda na memória a “antiga herança Jesuítica das reduções dos Sete Povos ou da região missioneira”³⁰, onde “florescessem as virtudes cívicas e religiosas”, tendo como fundamento a homogeneidade étnica e religiosa.

³⁰ RABUSKE, Arthur. Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia Alemã do Rio Grande do Sul. In: Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Comissão Organizadora do Simpósio, 1974, p. 37.

Referências Bibliográficas

- Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Comissão Organizadora, 1974.
- BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: IHGSC, 3a fase, nº 6, 1985.
- COSTA, A. Ferreira da. Oeste Catarinense - Visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas e Cia, 1929.
- D'EÇA, Othon da Gama. Aos espanhóis confinantes... Florianópolis: EDUFSC, 1992.
- FAUSTO, Boris. (org.) O Brasil Republicano 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). 4a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A 1990.
- FINKE, Theodor. Leben und arbeit deutschsprachiger Siedler in Südbrasilien und Paraguay. Bremen: Jaskiervitz, 1988, (Instituto Goethe, São Paulo.) p. 74.
- FREITAS, Francisco E. de. Cooperativa de crédito Caixa Rural União Popular Santa Cruz. Florianópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado do curso de pós graduação em História, 1990.
- HEINEN, Ernst. Staatlich Macht und Katholizismus in Deutschland. Bd. 2. Dokumente des politische Kathilizismus von 1867 bis1914.- Paderborn: Schöningh, (Sammlung Schöningh zur Geschichten und Gegenwart), 1979
- ISAIA, Artur César. O cajado da Ordem. Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o Autoritarismo. São Paulo: USP, Tese de doutoramento em História, 1992.
- KOELLN, Arno. Porto feliz, a história de uma colonização às margens do rio Uruguai. Mondai: Coordenaria municipal de ensino, 1980.
- KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial: magistério e migração alemã. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.
- LUTTERBECK, SJ. Pe Jorge Alfredo. Jesuítas no Sul do Brasil. Capítulos de História da Missão e Província Sul-Brasileira da Companhia de Jesus. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, Publicações avulsas, nº 3, 1977.
- METZLER, Franz, Die Katholikenverssamlung Porto Novo 1934. Porto Alegre: Tipografia do Centro.
- MIDDELDORF, Karl. Porto Novo - Brasilien Siedlung für deutschsprechende Katholiken am Uruguayfluß im Staate Santa Catarina in Brasilien. Porto Alegre: Tipografia do centro, 1933.
- PERFEITO DA SILVA, Zedar. Oeste Catarinense. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1950

PINHO, Diva Benevides. A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalistas e Socialista. 2a. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e Marginalização. In.: Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina. Ano 2, N.º 3, outubro de 1987, Chapecó: FUNDESTE, 1987.

Revista Pesquisas História, Nº 27, 1989. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas.

ROHDE, Maria W. Wie eine Frau eine Urwldsiedlung wachsen sah. Beitrag zur 25-jährigen Geschichte der Volksvereinskolonie Porto Novo. Porto Alegre: Tipografia do Centro.s/d.

SEYFERT, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

_____. Imigração e Cultura no Brasil. Brasília: EDUNB, 1990.

WERLANG, Alceu Antônio. A colonização as margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense. Atuação da Cia territorial Sul Brasil - 1925 a 1954. Dissertação do Curso de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 1992.

WILLEMS, Emílio. Assimilação e populações marginais no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____, A aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

Jornais

A Voz de Chapecó, Biblioteca Pública Estadual de Florianópolis, anos pesquisados: 1939, 1940 e 1948 a 1950.

Nacionalização e Repressão em Guaporé Durante o Estado Novo *

Claudia Mara Sganzerla¹

Entre os anos 1937-1945, Getúlio Vargas impulsionou política de nacionalização onde as diversidade regionais passassem a ser atores coadjuvantes ao lado do protagonismo reservado à identidade brasileira, buscando a constituição de um Estado-nação e mercado único baseados na integração e na união da população sob um Estado centralizador e autoritário.

Para tal, utilizou-instrumentos intelectuais, ideológicos e legislativos para fortalecer na população brasileira a idéia de amor e pertencimento a uma nação. Guaporé sentiu os efeitos da política do Estado Novo desenvolvida através de campanhas nacionalista, ações institucionais e de caráter repressivo, etc. Desde 1937, medidas nacionalistas e nacionalizadoras foram tomadas pelas autoridade do Estado Novo. Tais medidas tornaram-se mais incisivas com o decreto-lei n.º 10.385, de 31 de agosto de 1942², que declarou o estado de guerra em todo o território nacional, deixando de vigorar muitos dos direitos que a Constituição Federal de 1937 conferia. Entre as principais determinações da política de *nacionalização* encontrava-se a proibição de falar as línguas das potências do Eixo, em público. Nessa época, grande parte da população rural da RCI falava apenas dialetos de origem itálica.

O decreto-lei n.º 341, de 17 de março de 1938³, regulou o exercício de atividades comerciais e industrias por parte dos estrangeiros. O decreto-lei n.º 4.118, de 20 de fevereiro de 1942⁴, restringia aos brasileiros natos e naturalizados o direito de exercerem a função de classificador de produtos agrícolas e pecuários, de matérias-primas, de seus subprodutos e resíduos de valor econômico. O decreto-lei n.º 7.027, de 7 de novembro de 1944⁵, determinava que apenas brasileiros natos podiam ser agentes ou representantes das empresas de navegação do patrimônio nacional.

¹. Licenciada em História pela UPF. Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da UPF. Professora do Centro de Ensino Médio da FUPF; E-mail: csganzerla@net11.com.br

². Decreto-lei n.º 10.385, de 31/08/1942. BOBBIO. Coletânea de Legislação. São Paulo: LEX, Ano VI, 1942. p. 379.

³. Decreto-lei n.º 341, de 17/03/1938. BOBBIO. Ob. cit. Ano II, 1938. p. 97.

⁴. Decreto-lei n.º 4.118, de 20/02/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 1942. p. 97.

⁵. Decreto-lei n.º 7.027, de 07/11/1944. BOBBIO. Ob. cit. Ano VIII, 1944. p. 410.

Com o decretos-lei n.º 4.612, de 24 de agosto de 1942⁶; n.º 4.614, de 25 de agosto de 1942⁷ e n.º 4.636, de 31 de agosto de 1943⁸, estabelecimentos bancários, comerciais, companhias de seguro e sociedades de mútua-ajuda de cidadãos dos países em guerra com o Brasil tiveram suas autorizações cassadas, sendo proibidos de funcionarem. O decreto-lei n.º 4.638, de 31 de agosto de 1942⁹, e a portaria n.º 865, de 17 de outubro de 1942¹⁰, expedida pelo Ministério do Trabalho, publicada em Diário Oficial de 19-10-1942, garantiam aos empregadores o aval do governo para rescindir contratos de trabalho com empregados estrangeiros, súditos das nações com as quais o Brasil tivesse rompido relações diplomáticas ou se encontrasse em estado de beligerância. Essa liberdade foi estendida ao governo pelo decreto-lei n.º 4.693, de 16 de setembro de 1942¹¹, suspendendo a vigência de artigos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, nesse relativo.

Empresas sediadas no Brasil com quadro administrativo ou proprietários súditos alemães, italianos ou japoneses deveriam comunicar aos órgãos governamentais tal fato, conforme consta no decreto-lei n.º 4.717, de 21 de setembro de 1942¹². O Conselho Nacional de Desporto, de acordo com o parecer n.º 161¹³, publicado em Diário Oficial de 9-12-1942, coibiu a participação de súditos do Eixo no que se refere aos esportes nacionais.

As restrições das atividades de cidadãos com nacionalidade dos países beligerantes atingiram também o âmbito intelectual. O decreto-lei n.º 6.915, de 2 de outubro de 1944¹⁴, mandou incorporar ao Patrimônio Nacional patentes de invenções, modelos de utilidade, desenho ou modelos industriais, marcas de indústrias e de comércio, títulos de estabelecimento, insígnias e frases de propaganda pertencentes a súditos de países inimigos.

Com o decreto-lei n.º 4.766, de 1º de outubro de 1942¹⁵, práticas usuais e quotidianas de qualquer cidadão no Brasil podiam ser enquadrados como crime. Possuir câmaras fotográficas e ou aérográficas o enquadramento como espião ou informante, crime punido com penas variáveis de acordo com o delito, que não tinham direito à concessão de

⁶. Decreto-lei n.º 4.612, de 24/08/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 1942. p. 365.

⁷. Decreto-lei n.º 4.614, de 25/08/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 1942. p. 367.

⁸. Decreto-lei n.º 4.636, de 31/08/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 1942. p. 370.

⁹. Decreto-lei n.º 4.638, de 31/08/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 1942. p. 371.

¹⁰. Portaria n.º 865, de 17/10/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 1942, 3ª secção, p. 115.

¹¹. Decreto-lei n.º 4.693, de 16/09/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 1942. p. 445.

¹². Decreto-lei n.º 4.717, de 21/09/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 1942. p. 449.

¹³. Parecer n.º 161, de 09/12/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 3ª secção, 1942. p. 149.

¹⁴. Decreto-lei n.º 6.915, de 02/10/1944. BOBBIO. Ob. cit. Ano VIII, 1944. p. 338.

¹⁵. Decreto-lei n.º 4.766, de 01/10/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 1942. p. 464.

suspensão condicional da pena, como consta no decreto-lei n.º 4.865, de 23 de outubro de 1942¹⁶ que pretendia inibir a espionagem no Brasil.

Segundo o artigo 1º, do decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942¹⁷, “os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italiano” responderiam “pelo prejuízo que, para os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, [...], resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália. A vigência deste decreto-lei deu-se em decorrência do torpedeamento de navios brasileiros. A Portaria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, n.º 5.408, de 28 de abril de 1942¹⁸, de acordo com as instruções expedidas pela portaria do Ministério da Fazenda n.º 87, de 30 de junho de 1942¹⁹, referia-se a essa questão.

Segundo o decreto-lei n.º 5.777, de 26 de agosto de 1943²⁰, as desapropriações e liquidações dos bens de súditos dos países beligerantes podiam ser executadas em prol da defesa econômica do país. A Comissão de Defesa Econômica considerou igualmente necessário a fixação de normas que facilitassem aos órgãos interessados a desapropriação desses bens, em decorrência da necessidade ou utilidade pública, conforme resolução n.º 68-1943²¹ da mesma comissão.

Como forma de ressarcir-se dos prejuízos causados pelos países beligerantes, o governo brasileiro, viabilizou através dos decretos-lei n.º 4.166 e 5.777 e as portarias n.º 5.480 e 87 a desapropriação dos bens dos súditos alemães, japoneses e italianos. Porém, o que parecia ser uma medida autoritária e protecionista tomou rumos mais flexíveis, ou seja, os bens desapropriados poderiam ser requisitados pelos súditos dos países, na qual, o Brasil encontrava-se em guerra. As possibilidades para tanto foram identificadas e enumeradas na resolução n.º 69, de 1943²², de 04.06.1943.

O poder público municipal e a população guaporense engajaram-se na política nacionalista, mostrando-se “*patrióticos*” e prontos ao trabalhar pela “*grandeza do país*”. Nas manifestações cívicas da época, sobretudo nas do Sete de Setembro, observava-se a

¹⁶. Decreto-lei n.º 4.865, de 23/10/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 1942. p. 516.

¹⁷. Decreto-lei n.º 4.166, de 11/03/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 1942. p. 114.

¹⁸. Portaria n.º 5.480, de 28/04/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 3ª secção, 1942. p. 41-45.

¹⁹. Portaria n.º 87, de 30/06/1942. BOBBIO. Ob. cit. Ano VI, 3ª secção, 1942, p. 72.

²⁰. Decreto-lei n.º 5.777, de 26/08/1943. BOBBIO. Ob. cit. Ano VII, 1943. p. 289.

²¹. Resolução n.º 68, de 26/05/1943. BOBBIO. Ob. cit. Ano VII, 3ª secção, 1943. p.59.

“*efervescência*” do espírito de “*brasilidade*”. As manifestações não eram totalmente espontâneas, mas também fruto da convocação das autoridades locais.

Para René Gertz²³, as políticas de nacionalização foram mais ou menos estritamente aplicadas, e tiveram, portanto, maiores conseqüências, segundo foi maior ou menor o cumprimento, por parte das autoridades locais, das instruções centrais. Essa afirmação mostra-se correta para Guaporé.

Guaporé sentiu os efeitos da *Lei do Silêncio*, através, de ações repressivas, por parte, das autoridades, impondo a proibição de falar em italiano, ou dialetos de origem itálica. Como veremos, em modo geral, o município de Guaporé foi atingido de forma variada pelas ações estado-novistas, sobretudo no que se refere à sede municipal, aos distritos e às linhas do interior.

Os centros urbanos e o interior do município eram mundos em permanente comunhão, quase dois lados de uma mesma moeda. As restrições ditadas pelo Estado Novo, exercitadas mais efetivamente nas sedes urbanas envolviam o meio rural, sobretudo quando o *colono* sai de sua linha e dirigia-se à cidade, por diversas razões.

Segundo os depoentes ouvidos, a vida cotidiana nos distritos e nas linhas do município de Guaporé não se modificou muito, em relação aos ritmos anteriores à instalação da ditadura varguista. Portanto, o cotidiano colonial não teria sido rompido em virtude das proibições da política de nacionalização.

Para Carmela Lorenzetti Barossi, Ernesto Silindro Sganzerla²⁴ e Josefina Comerlato Campestrini²⁵ a vida na colônia continuou a mesma. Dentro da casa, na trabalho, na roça, com a família, parentes e vizinhos, só se falava *italiano* [dialeto]. Para ela, na *colônia*, a proibição não valia. A vida associativa da paróquia, da capela, as conversas informais, as festa, etc. se realizavam em dialeto – “*comunicação se dava utilizando não o italiano mesmo, mas o nosso talian*”.²⁶

Diversos incidentes resultaram do descompasso entre o mundo colonial e a sede. Dona Luiza Marim Cervieri destacou que a comercialização dos produtos dava-se de forma

²². Resolução n.º 69, de 02/06/1943. BOBBIO. Ob. cit. Ano VII, 3ª secção, 1943. p.80.

²³. GERTZ, René. Cidadania e Nacionalidade: História e conceito de uma época. In: MULLER, Telmo Lauro (org.) *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Unisinos, 1994. p.25.

²⁴. Entrevista: Ernesto Silindro Sganzerla, 74 anos, Serafina Corrêa, 07.05.1999.

²⁵. Entr.: Josefina Comerlato Campestrini, 73 anos, Guaporé, 10.06.2000.

²⁶. Entr.: Carmela Lorenzetti Barossi, 78 anos, Serafina Corrêa, 11.05.2000.

difícil, quando havia no recinto dos negócios pessoas desconhecida do colono-cliente, que logo imaginava tratar-se de fiscal, com a função de vigiar aqueles que falavam em italiano ou alemão.

Era comum que os colonos não verbalizassem os produtos que desejavam, por não saberem falar português, passando a utilizar sinais como forma de comunicação. Ou, para demonstrar que sabiam português, falavam o nome de um produto que, comumente, não era o desejado: “[...] *enton vinha as colona, coitada, non sabia disse nada, [...]; entro mais duas, três pessoas eles [...]. Veio uma senhora com uma cesta de ovos, e agora, o que vô fazê, que tu qué? Non falava, non falava de medo. Entón, fui no escritório, disse, dottor e agora, tá lá , viu passa e agora, ela non fala e tem que atendê, ela non sabe pedi, o que vamo fazê? Eu disse vô lá dottor e vô falá italiano, pra ela, té que eu atendo ela, fui lá e disse: - Escolta, non se fiscai ei se empregati de frigorifico, se mia fiscai.*”²⁷ *Ela non conhecia, enton, eu atendi ela, non, non sabia, fazia sinal, eu quero aquilo lá, quero quilo lá [apontava com o dedo] olha passamo uma vida que te digo.*”²⁸

Portanto, mesmo que a *Lei do Silêncio* não determinasse e regesse as práticas lingüísticas nas linhas mais distantes, ela tendia a determinar, ainda que relativamente, o comportamento dessas comunidades, quando vinham, quando deixavam de vir, ou quando temiam vir, às sedes.

Quando a igreja, na sede, ou a capela, na linha, promoviam algum festejo, a ampliação do grupo de socialização além do núcleo família e da comunidade vicinal, podia resultar em incidentes. Foi o que aconteceu a Albino Bortolini: “*Ele fez[...] oito ponto, jogando bocha, enton ele disse VIVA ITÁLIA! Era proibido. El cá mantesto em presson sete diornade. [...] Lá em Guaporé, sete jornade andar e venher, mi grávida da Zenaide e com tré dosatei pichenini, sensa farinha de uma cosa, sensa farinha de quel altra.[...] Guá dela undece, folea que se tenheve fora de la lei. Fuse perdoa, par que comia fato de proposito el cá estado um Palho, Um Palho.[...]El gá vinhesto el polícia.[..] El cá leva lá dela undece e cá pedio se estado el senhor que ca grita VIVA LÁ ITÁLIA! Si má foi um erro, me desculpa. Má ele disse eu não posso desculpa, porque a denuncia foi lá em Guaporé; se dosse aqui em Serafina seria tudo diferente, ma a denuncia foi em Guaporé [...] Na quexa era dei negri, ei Machado, el ca perso nele poche, enta casa, e de lá el cá*

*telefona à Guaporé e foi um que grito lá dela festa VIVA ITÁLIA! Lora el cá obrigati a venher[...] Foram Qui negri [sua expressão ao falar foi de uma rudez até então jamais vista] lá. Se não le cá estado nhente. El cá denuncia e cá manda el e tudo que cá parla. El cá desesto a paese, dela Segunda de manhana, pra defênder-se. [...].”*²⁹

O rigor na aplicação das políticas de nacionalização podiam provir de vontade de agradar as autoridades superiores, mesmo quando a autoridade local fosse descendente de italianos ou alemães, como relata Luiza Marim Cervieri: *“Mama Mia! Olha que teve um colono, daí o Fioravante foi junto, veio aqui chorando, o subprefeito era alemão, veró, e deu uma passada de chicote, porque ele veio aqui falar italiano e o meu marido foi lá. O senhor tem coragem de ainda de fazer uma coisa dessa aí o senhor vai vê onde é que vai, se nunca tiveram aula, nunca tiveram escola, tem que falar a língua que sabe.”*³⁰

Também Mário Fedato afirma que, nos distritos, não havia problema quanto a falar italiano, já que era a única forma de comunicação conhecida e utilizada por todos. Entretanto, lembra que os mais novos já sabiam falar um pouco português. O que dava para defender-se. *“Aqui tinha pouca gente, mais era em Guaporé [...]. Aqui pertencia a Guaporé. Um que outra, a gente escutava. Era só gente velha que era proibido de falar a gente nova não. Porque os velhos não sabiam falar direito [...].”*³¹

O medo dos membros das comunidades rurais de serem reprimidos, quando se dirigiam à sede municipal, certamente contribuía para um maior interesse no aprendizado na língua nacional, sobretudo pelas crianças – *“toca falar brasilhan”*³² Eram constantes as determinações dos prefeitos para que não se utilizasse nenhuma forma de comunicação em outra língua que não fosse a oficial no país. Essas publicações eram afixadas em lojas, repartições e em outros pontos públicos³³: *“[...] todas tira, tinha assim, na loja, proibido falar alemão e italiano, porque o Brasil brigou com a Alemanha e a Itália.”*³⁴

Nas sedes, os conflitos de poder, sobretudo entre o delegado e o juiz da Comarca, ocasionavam desentendimentos que podiam minorar ou piorar o rigor da lei. Nos anos

²⁸. Entr.: Luiza Marim Cervieri, 92 anos, Serafina Corrêa, 14.06.1999.

²⁹. Entr.: Santina Graciosa Bortolini. 84 anos, Serafina Corrêa, 04.10.1999.

³⁰. Cf. Entr.: Luiza Marim Cervieri, citada..

³¹. Entr.: Mário Fedato, já citado.

³². Cf. Entr.: Luiza Marim Cervieri, citada.

³³. AHM de Guaporé. Correspondências das Subprefeituras - Expedidas- 1938-1942. Chamativa do Sr. Prefeito Municipal para que se divulgue a proibição do uso de língua estrangeira (alemão, italiano e japonês)

1936-1945, o juiz de direito Manuel Brustolin Martins perseguiu os munícipes que não respeitavam os decretos-lei nacionalistas. Enquanto que o delegado, José Henrique Mariante teria se oposto à perseguição da população, sem ser de origem italiana, segundo relato de sua filha Marlene Mariante. Logicamente, esse depoimento deve ser tomado com reserva: *“Papai não tinha perseguição nenhuma contra os italianos. [...] Papai antes de prender alguém sempre procurava observar se o acusado tinha ou não má índole.[...] Pra ti ter uma idéia, papai abrigou um casa um casal de italianos que estava fugindo da ação do juiz daquela cidade, acho até que foi ali em Guaporé, em nossa casa, deu comida, roupas, abrigo, depois encaminhou a outro lugar, coitados ele não sabiam falar nada.”*³⁵

As pressões sociais, políticas e econômicas teriam contribuído para moderar o zelo das autoridades na zona rural. Em verdade, segundo parece, as autoridades distritais não manifestavam grande aplicação na execução dos decretos referentes à política de nacionalização, no espaço territorial sob sua jurisdição. Os responsáveis pela aplicação da lei pertenciam em todos os sentidos à comunidade, da qual dependiam e onde sabiam que permaneceriam, possivelmente, toda a vida. Os decretos-lei parecem jamais terem sido cumpridos à risca pelos subprefeitos, que acumulavam, também, as funções de subdelegados, certamente temerosos de entrarem em contradição com a comunidade local.

João Arroque destacou que: *“Naquele tempo existia uma lei federal que ninguém podia fala italiano e nem alemão em repartições públicas, lugares públicos. Acontece que certas autoridades do interior interpretaram mal a lei então quando se falava o alemão ou italiano era sujeito até prender. Porque o Brasil decretou guerra contra o eixo, Alemanha, Itália e Japão. Não havia proibição total, nos aqui tivemos um subprefeito um tal de Maiolli, naquele tempo o subprefeito era subdelegado, também, uma autoridade, também, mas ele só dizia: o cuidado, porque, sempre tem aquele que pode denuncia a Guaporé, a Comarca era Guaporé e mas ele até com ele nós falava italiano. Eu acho que muita coisa foi exagerada. Mas hoje tem gente que teima que foi. O que temos ai é fanáticos. Pela Itália, porque nós devemos ser fanáticos pelos nossos antepassados, porque nós não devemos nada prá Itália.[...].”*³⁶

³⁴. Entr. realizada: Luiza Marim Cervieri, citada.

³⁵. Entr.: Marlene Mariante, 68 anos, Porto Alegre, 08.03.2000.

³⁶. Entr.: João Arroque, 78 anos, Serafina Corrêa, 10.08.1999.

Em conformidade com as medidas autoritárias do Estado Novo, o prefeito de Guaporé publicou o Edital Municipal número 56, de 11 de setembro de 1939, que proibia manifestações escritas provenientes de todos os países que se acham em Guerra. Esta política expressava clara vontade de, no mínimo, neutralidade do conflito: *“Para que ninguém se chame a ignorância faço saber, de ordem superior que tendo o Brasil decretado sua neutralidade em relação ao conflito europeu, fica terminantemente proibido quaisquer manifestações orais ou escrita dos países que se acham em guerra em que venham dela participar. As discussões públicas sobre tal assunto, ficam, por força desta recomendação, vedadas de modo geral e aqueles que a transgredirem serão severamente punidos. Prefeito Municipal de Guaporé, 11 de setembro de 1939.”*³⁷

Nos meses e anos seguintes, de acordo com os decretos-lei federais, o prefeito municipal de Guaporé exonerou de seu cargo o professor municipal Ernesto Cavatti, em 2 de dezembro de 1940, por não ter obtido título declaratório de cidadania brasileira. O mesmo ocorreu com o professor primário Eugênio Baldasso, em 16 de fevereiro de 1942, e o inspetor seccional Guventino Ceni, em 14 de abril de 1942, por *“palestrarem”* em língua estrangeira. Em 29 de setembro de 1943, Jorge Silva, fiscal federal no frigorífico Mauá, foi convidado a prestar declarações ao delegado de Polícia, por ter *“predicado”* em língua estrangeira em seu local de trabalho.³⁸ Além de ter exonerado de seus cargos inspetores seccionais, professores e fiscais federais, aconselhou outros tantos a pedirem exoneração, visto que não poderiam os mesmos continuar no exercício de suas funções, por serem estrangeiros.

A aproximação do ingresso do Brasil na II Guerra aprofundou as medidas autoritárias nacionalistas e nacionalizadoras. No novo contexto, a atuação dos prefeitos municipais tornaram-se mais incisiva na manutenção da *“ordem, do progresso e defesa”* do território, como salientava a correspondência enviada ao prefeito municipal pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, em 19 de abril de 1942: *“Os dias que esta vivendo o Brasil são difíceis e decisivos para o futuro da nação. Todas as autoridades, desde a Capital ao distrito mais remoto, devem fazer sentir às suas populações as pretensões do momento, para que todos estejam conciso dos seus deveres e de suas responsabilidades. O prefeito é o representante direto do governo do Estado, no interior do Rio Grande. Em*

³⁷. AHM de Guaporé. Livro de Editais, ano 1938-1946. p.72.

*torno dele devem se agrupar sem prejuízo de suas funções específicas, todos os funcionários do aparelhamento de vigilância a todos para quem, organizados, supram as deficiências do aparvalhamento de vigilância a todos os pontos sensíveis do território de sua jurisdição usinas, abastecimento de água, leito de vias férreas, telégrafos, etc. [...]”*³⁹

Diante do novos encargos, também o prefeito municipal de Guaporé, Manoel Francisco Guerreiro, redobrou sua atenção a tudo que poderia causar “*constrangimento*” ou “*conflitos*” sociais e políticos, tomando medidas “*precatórias*” até mesmo no referente a estrangeiros que passassem pelo território municipal, como era o caso dos mercadores ambulantes estrangeiros. Esses últimos tiveram suas atividades comerciais restritas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.⁴⁰

O prefeito municipal de Guaporé publicou, ainda, o Edital n.º 12, de 25 de julho de 1942, que enfatiza a proibição anterior do uso dos idiomas alemão, italiano e japonês: “*De ordem do Sr. Prefeito Municipal e para conhecimento digo conhecimento de todos, torno público que continua de pé a recomendação superior que proibiu o uso dos idiomas, alemão, italiano e japonês. Aos senhores Subprefeitos e Inspetores Secionais cabe desenvolver severa vigilância tanto sobre as população do interior como das vila onde exercem suas atividades, afim de que a referida recomendação seja rigorosamente cumprida. Solicito, outrossim, aos Srs. Comerciantes e industriais, que façam com que seus empregados não falem outra língua que não seja a nossa. Prefeitura Municipal de Guaporé, 25 de junho de 1941.*”⁴¹

Como veremos, foi sobretudo a partir de 31 de agosto de 1942, quando da entrada do Brasil na II Guerra, contra a Alemanha e a Itália, que as determinações gerais passaram a ser impulsionada, também em Guaporé, com maior zelo, em forma bastante desigual, no que se refere à sede e ao interior do município. Efetivamente, apesar de caracterizar-se pela expressividade de cidadãos italianos ou, sobretudo, de origem italiana, o meio rural do município não foi alvo privilegiado dessas políticas. Ao contrário, a sede da colônia, ou ainda, mais raramente, as sedes distritais foram palco de medidas autoritárias nacionalistas e nacionalizadoras.

³⁸. AHM de Guaporé. Registro de Decretos S/N – 1942-1944.

³⁹. AHM de Guaporé. Pasta do Departamento Administrativo – 1937-1942.

⁴⁰. AHM de Guaporé. Pasta do Departamento Administrativo – 1937-1942. Infor. do Tribunal de Contas.

⁴¹. Cf. AHM de Guaporé. Livro de Editais, ano 1938 - 1946. p. 180.

Uma parte muito pequena da população teria sido objeto de medidas diretas semelhantes. Segundo o Livro de Registros de Prisões e Detenções da Delegacia de Polícia de Guaporé, entre 1937 e 1945, apenas 0,11% da população do município teria sido atingida por medidas repressivas (os habitantes eram de 46.800, enquanto que os detidos não passaram de 54). Porém, os relatos referentes à época, a documentação oficial e os jornais municipais expressam situação de tensão, ainda que difusa, bem mais ampla do que a sugerida por esses números.

Em Guaporé, entre os anos 1937-1945, mesmo com as atitudes repressivas e autoritárias da política de nacionalização, não houve inibição ou desestruturação profunda dos hábitos e costumes dos lares dos imigrantes e seus descendentes.

A “*ordem*” foi mantida através de procedimentos averiguativos e apenas em casos extremos eram instalados inquéritos policiais. De acordo com os números apresentados pela 6ª Região Policial de Guaporé, em seus Registros de Prisões e Detenções, das 54 ocorrências, somente duas resultaram em inquéritos policiais. Um delas envolveu cidadãos de origem italiana, a outra, de origem alemã.

Os “*delinqüentes*” de origem itálica detidos, que foram denunciados em inquéritos policiais por suas ações, foram João Lanner, Claudio Slongo e Damião Prolo. O inquérito foi remetido à delegacia de Ordem Política e Social – DOPS –, em 11 de setembro de 1942. De acordo com este inquérito policial, os detidos eram acusados de serem *eixistas*. A acusação apoiava-se no fato de os três indiciados terem discutido publicamente à favor do Eixo.⁴²

Segundo os dados levantados junto à documentação policial municipal, em Guaporé, a aplicação punitiva das medidas nacionalistas e nacionalizadoras foi relativamente marginal, não tendo sido implementada com rigor singular. Destaca-se também nesses dados o fato de que a declaração de Guerra do Brasil à Alemanha e à Itália determinou um surto de rigor nacionalista na repressão aos “*eixismo*”.

⁴². Indagações policiais .6ª Região Policial. Delegacia de Guaporé. Vol5, 1942. Arquivo da mesma Delegacia.

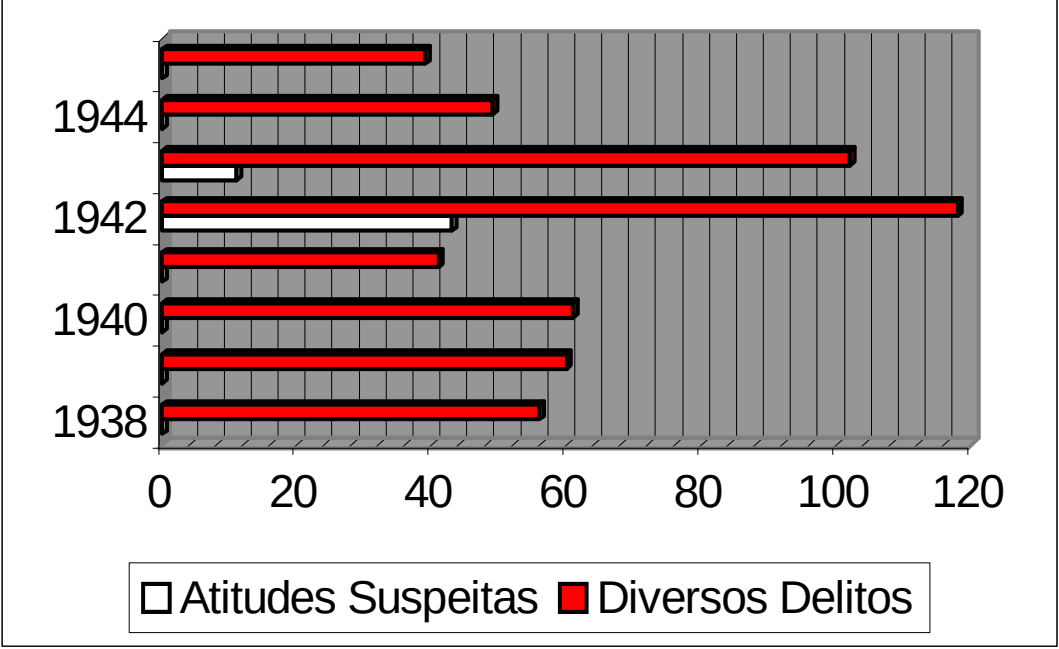


Gráfico 1 – Tipo de Prisões e detenções.

Fonte: Arquivo da Delegacia de Polícia de Guaporé: Livro de Prisões e detenções. p.03-60

Durante o período em questão, a repressão aos delitos e crimes comuns permaneceram claramente majoritários. Os dados indicam que 80% das prisões e detenções diziam respeito a delitos diversos e 20% à *política de nacionalização*, com grande destaque à transgressão da Lei do Silêncio.⁴³

Os atos punidos em Guaporé podem ser agrupados em três grandes itens. Primeiro, claramente dominante, a punição de atos positivos como falar ou cantar, ou permitir falar ou cantar em italiano. Efetivamente, 34% dos detidos o foram por estarem “*falando em italiano*”; 7%; por estarem “*falando e cantando em italiano, onde abatia a honra da raça brasileira*” e 2% por “*não repreender por estar falado em italiano*”. Portanto, 43% dos detidos o foram por questões relativas à fala.⁴⁴

O segundo ato repressivo mais punido dizia respeito à desconfiança ou a dados grandemente subjetivos. Ou seja, a repressão à simpatia ou ação em prol da Alemanha e da Itália. As prisões por “*suspeita de 5ª coluna*” corresponderam a 24% e as de “*simpatizantes do Eixo*”, perfizeram 15%, dando um total de 39% das detenções.⁴⁵

⁴³. Arquivo da Delegacia de Polícia de Guaporé: Livro de Prisões e Detenções. p. 09-60.

⁴⁴. Loc. cit.

⁴⁵. Loc. cit.

Finalmente, vinham atos objetivos contra os principais símbolos da dignidade nacional, prenhe ou não de conteúdo subjetivo, que perfizeram 15%: “*Desacato às Forças Armadas*”, 6%; “*Não tirar o chapéu, quando da passagem da Bandeira Nacional*”, 4%; “*Rasgar a Bandeira Nacional*”, 3%; “*Depreciação a Pátria*”, em 2% dos casos.⁴⁶

Como já assinalamos, o número de casos de repressão contra atos *anti-nacionais* cresceu consideravelmente a partir de agosto de 1942, quando o Brasil rompeu relações econômicas, políticas e diplomáticas e, a seguir, declarou estado de beligerância com a Itália e a Alemanha.⁴⁷

A importância dada à repressão dos delitos de *língua* obriga-nos a ressaltar, mais uma vez, que a imensa maioria da população, sobretudo do interior do município, servia-se coloquialmente quase exclusivamente dos dialetos italianos que conheciam, sendo obrigada a fazer o mesmo ao deslocarem-se para a sede da colônia, já que desconheciam o português.

Mário Maestri lembra que “os homens responsabilizavam-se na comercialização dos produtos”⁴⁸ e as mulheres ocupavam-se sobretudo das “tarefas caseiras, na educação dos filhos, na horta e no cuidado da criação de animais de pequeno porte [...]”⁴⁹. Em virtude da maior participação dos homens no cotidiano social colonial, a repressão foi significativamente mais elevada entre os homens do que entre as mulheres.

Nas 54 ocorrências registradas, 52 tiveram homens como “*delinqüentes*”: 19 solteiros; 28 casados e 5 viúvos. Apenas duas mulheres foram detidas, uma casada e outra solteira.

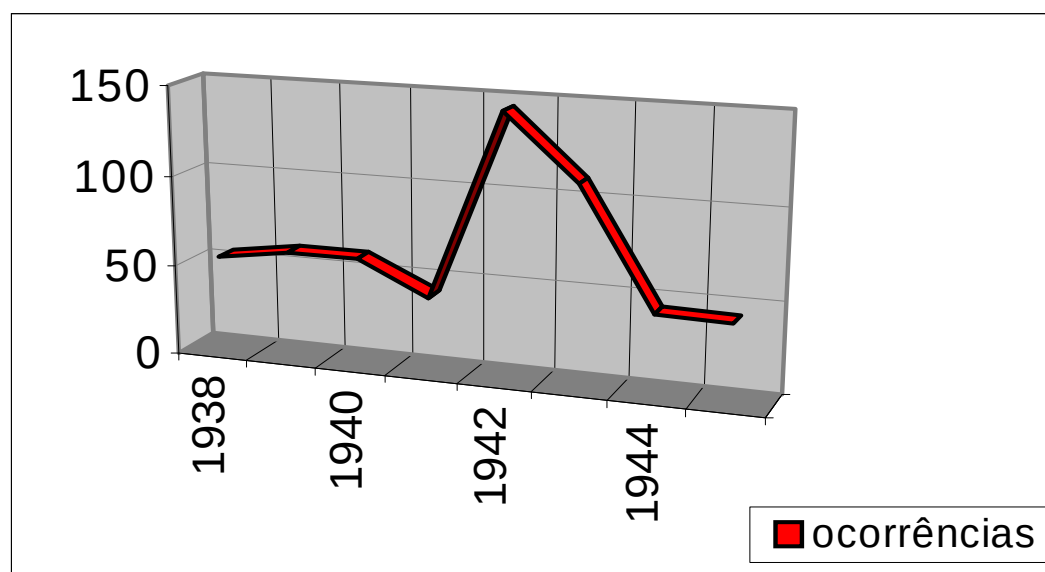
Gráfico 2 – Índice de criminalidade

⁴⁶. Loc. cit.

⁴⁷ Cf. Livro de Registros de Prisões e detenções. p. 03-60. Arquivo da Delegacia de Polícia de Guaporé.

⁴⁸ MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil*: Império. São Paulo: Contexto, 1997. p. 126.

⁴⁹ MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil*: Ob.cit. p. 126.



Fonte: Arquivo da Delegacia de Polícia de Guaporé: Livro de Prisões e Detenções. p.03-60

Das 54 ocorrências, 44 disseram respeito a brasileiros; 7 a italianos; 3 a alemães e uma a austríaco. Entretanto, a *nacionalidade brasileira*, nesse caso, deve ser tomada como dado legal, já que boa parte dos *nacionais* possivelmente tivessem nascido de pais italianos, ou na própria Itália, considerando-se, entretanto, italianos.

A faixa etária dos “*delinqüentes*” era variada. Abrangia italianos e descendentes de italianos de 16 anos a 78 anos, com dominância de incidência dos homens adultos de 40 a 50 anos e de jovens de 16 a 20 anos – 9 ocorrências cada. Os adultos teriam nascido em fins do século XIX, início do século XX. Seriam filhos da primeira imigração ou teriam chegado crianças da Itália.⁵⁰

A documentação informa igualmente a profissão dos detidos. A rubrica agricultores, fortemente dominante, certamente designa o pequeno proprietário colonial. Destaque-se, igualmente, o importante número de operários e de outras variadas profissões urbanas.⁵¹

A documentação sugere perfil dualista – urbano/rural – dos “*detidos*”. Mesmo que não nos seja possível elucidar plenamente essa questão, parece-nos importante ressaltar que

⁵⁰ Arquivo da delegacia de Polícia de Guaporé: Livro de Prisões e detenções. p. 09-60.

⁵¹. Loc. cit.

o exercício dos atos *punidos* tinha sentido tendencialmente diverso quando realizados por colonos provenientes do interior ou moradores das sedes urbanas.

A punição dada ao colono por falar italiano nascia comumente do fato de que ele, em geral, não conhecia ou conhecia aproximadamente a língua brasileira e comunicava-se nos dialeto locais. Portanto, tido como “*delinqüente*” devido à dificuldade de exprimir-se na língua nacional. Ao não tirar o chapéu ao passar diante da bandeira brasileira, o fazia certamente por desconhecer a nova importância dada àquele símbolos nacional.

Em contrapartida, certamente os habitantes do meio urbano estavam mais informados sobre as novas políticas nacionalistas e nacionalizadoras e, comumente, eram bilíngües. Não raro, o ato de falar italiano ou *desonrar* os símbolos nacional brasileiro podia expressar conteúdos políticos, ideológicos e culturais.

De acordo com o que observamos, em Guaporé, as atividades anti-nacionais reprimidas foram significativamente inferiores ao número de prisões e detenções devida a motivos *comuns*: andar armado; defloramento; desordem; embriagues; furto; homicídios; lesões corporais, etc. Destaque-se que o delito que motivou mais comumente a detenção foi a “*embriaguez*” e a “*desordem*” e que o ápice da repressão no município ocorreu nos anos 1942 e 1943.

Tabela n.º 1: Delitos ocorridos em Guaporé – 1938-1945

Motivo / Ano	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
À disposição da justiça					1	3		
Adulteração de notas	2							
Agressão			2		3			
Andar armado	2				3		1	
Apropriação		1		1				
Atentado ao pudor			1	1	1			
Averiguação	10		3		12	12	4	
Calúnia			1		1			
Condenado pela justiça					1	1		
Defloramento			2	1	10	4	2	1

Demente					3	4		
Denúncia e suspeita de 5ª Coluna – simpatizante do Eixo					14	10	1	
Depreciação das Forças Armadas – Pátria					1	2		
Desacato	1	1	3	5	10	4		3
Desordem	7	34	23	3	20	25	2	13
Embragues e desassossego ao público	19	11	7	28	30	18	15	17
Espancamento					3	7	1	
Estar falando e cantando em italiano, onde abatia a honra de nossa raça					19	3		
Fabrica de explosivos clandestina			1					
Falsificação de dinheiro					1	1		
Ferimento	4	2	8	1	3			
Foragido		1						
Homicídio			4					
Insubmissa	1				1			
Intitulando-se fiscal		1						
Não consta							6	3
Não repreender elementos que cantavam em italiano, constando que o mesmo o fez					1			
Não Ter levantado e tirado o chapéu quando passava a Bandeira Nacional					2			
Receptador	4							
Roubo	4	9	5	1	5	16	14	5

Vagabundo				1		4		3
Total	54	60	60	42	145	110	45	44

Fonte: Arquivo da Delegacia de Polícia de Guaporé: Livro de Prisões e detenções. p.03-60.

Os números dispostos acima conduzem-nos a uma explicação alusiva à execução dos decretos-lei que compunham a política de nacionalização.

Conforme verificamos, a política de nacionalização tinha como princípio norteador a proposta de eliminar as diferenças étnicas que existiam na população brasileira e de criar uma nação homogênea, com uma única língua e uma única cultura, ou seja, visou-se a formação de um Estado único e formador do sentido de pertencimento à nação – espírito de brasilidade.

Entre os anos 1938-1945, os registros de Detenções e Prisões da Delegacia de Polícia de Guaporé apresentou-nos uma situação adversa aquela apregoada pelo processo nacionalista, ou seja, os decretos-lei não fizeram parte do cotidiano interiorano no mesmo ano que sua promulgação.

De acordo com a tabela, as atitudes subversivas à pátria, ou ainda, a conduta que deveria ter sido eliminada segundo os decreto-lei n.º 383, de 18 de abril de 1938; 1.545, de 25 de agosto de 1939; 1.915, de 17 de dezembro de 1939, entre outros, somente foram colocadas em práticas quando o Brasil deixou sua situação de neutralidade, perante o conflito mundial e assumiu o estado de beligerância. No entanto, não foram unicamente as atitudes “*subversivas*” a pátria que elevaram-se. O índice de criminalidade aumentou, certamente devido ao aumento da repressão imposta pelas autoridades guaporenses.

• Agradecemos a leitura do prof. dr. Mário Maestri do Programa de Pós-graduação em História da UPF.

O pensamento teuto-riograndense refletido na imprensa teuta do Rio Grande do Sul

Cristiane Horst

O projeto de pesquisa, “Recuperação do Acervo do Museu Histórico”, no qual estive inserida, me abriu os horizontes. Participei deste projeto do professor Arthur Blásio Rambo no período de um ano e meio. Sou aluna do curso de Letras Português/Alemão e estou no 6º semestre do curso.

Iniciei meus trabalhos fazendo o fichamento do acervo bibliográfico do museu, mediante leitura de livros e de alguns periódicos para a elaboração de fichas resumo, diretamente em editor de texto. Este fichamento consiste em referência bibliográfica da obra, elaboração de um resumo sucinto das obras e artigos de periódicos referentes à imigração alemã, classificação das obras por palavra-chave, e definição do local e período de abrangência da obra ou artigo. Posteriormente, os dados foram importados para o banco de dados do museu.

As obras, cujo conteúdo se refere à imigração alemã, classificou-se de forma mais detalhada, utilizando-se para isto palavras-chave e resumo da obra. Todos estes dados compõem o banco de dados sobre imigração alemã do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros. Portanto, tanto o NETB, quanto o Museu Histórico possuem o banco de dados do acervo do museu.

O fichamento dos anuários exigiu uma análise mais detalhada, pois cada anuário é constituído de vários artigos, que, se relacionados com a imigração alemã, devem ser citados individualmente em uma ficha separada. Pode-se ter então, por exemplo 5 fichas de obras (anuários) e 50 fichas de artigos encontrados dentro destas obras. Portanto, se contarmos o número de fichas, chegaremos a 8000.

Realizando o fichamento de artigos de periódicos publicados no Brasil, na sua maioria em língua alemã (especialmente relacionados ao período de 1900 a 1940) aperfeiçoei meus conhecimentos em língua alemã e em torno da história da imigração alemã.

A partir do ano de 1850 começaram a circular no Rio Grande do Sul três tipos de veículos de formação produzidos aqui: os jornais, os almanaques e os periódicos.

Já que os imigrantes alemães e seus descendentes, em linhas gerais, seguiam três orientações filosófico-confessionais, circulavam três jornais e três almanaques no Rio Grande do Sul.

A vertente católica é representada, quase que basicamente, pelos padres jesuítas alemães, a protestante, pelos pastores ordenados vindos da Alemanha, e a liberal, pelos “Brummer”, depois de desmobilizados, tendo Karl von Koseritz como o mais conhecido de seus representantes.

De acordo com o prof. Dr. Arthur Blásio Rambo, após terminada a Guerra dos Farrapos, que fez interromper quase por completo a corrente migratória, foi retomada a imigração. Estes imigrantes não eram mais somente colonos e soldados e sim, comerciantes, profissionais liberais e artesãos. É a partir daí que começaram a se formar verdadeiras comunidades urbanas de imigrantes alemães.

Os “Brummer” influenciaram a imprensa do Rio Grande do Sul. Eles atuaram com muita força, tanto nas comunidades rurais, quanto nas urbanas. Os “Brummer”, movidos por convicções liberais, foram os responsáveis pela implantação e difusão do pensamento liberal entre os teuto-brasileiros.

O mais antigo dos almanaques editados no Rio Grande do Sul foi o “Koseritz Deutscher Volkskalender”, datado em 1874. Koseritz, afirma: “... *O almanaque se constitui no primeiro e mais influente de todos os livros da família. Neste caso é preciso que corresponda às respectivas características e seja capaz de influenciar profundamente a vida das pessoas para as quais se destina (...)*”

Com o Koseritz se pretendia, em primeiro lugar, fazer literatura brasileira ou riograndense em língua alemã. Em segundo lugar, o almanaque era destinado aos leitores teutos, livres pensadores, que estavam em oposição aos protestantes e católicos.

Em 1881 começou a circular o segundo mais antigo almanaque em língua alemã no Rio Grande do Sul, o “Kalender für die Deutschen in Brasilien”, sob a responsabilidade de Wilhelm Rotermund. Este almanaque foi um defensor da cultura e da maneira de ser alemã, empenhando-se pela sua compreensão e pela promoção do Brasil, o grande país do futuro.

Embora o jornal católico “Deutsches Volksblatt” já existisse em 1871, o almanaque “Familienfreund Kalender” teve sua primeira edição somente em 1912. Este tinha a função de informar e formar leitores teuto-brasileiros católicos.

É importante ressaltar que o presente artigo se detém, de uma forma bem ampla em apresentar a imprensa produzida pelos imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul, entre 1850 e 1940, ou seja, se detém em expor as três linhas de pensamento seguidas pelos produtores de imprensa deste período.

Uma escola em movimento. O Seminário Evangélico de Formação de Professores no Rio Grande do Sul

Dagmar E. Estermann Meyer¹

Introdução

O trabalho é parte de minha tese de doutorado (Meyer, 1999)², na qual discuti representações de cultura, de escola e de docência que estiveram envolvidas com a produção/reconfiguração de uma identidade docente teuto-brasileiro-evangélica, no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas deste século. Tal estudo fundamentou-se nos campos dos Estudos Feministas, dos Estudos Culturais e do Pós-Estruturalismo de Foucault e Derrida e, nele, as estratégias metodológicas de articulação e de desconstrução nortearam o exame dos seguintes periódicos que circularam, no Estado, no período de 1900 a 1939: *Jornal Deutsche Post*, *Almanaque Kalender für die Deutschen in Brasilien* e *Jornal Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul*, além de variados documentos relativos à implementação da escola que passaria a ser chamada de Seminário Evangélico de Formação de Professores.

O Seminário Evangélico de Formação de Professores – tema do trabalho que apresento aqui - não foi o *alvo* de minha tese, uma vez que, ali, eu não pretendia fazer uma história factual e cronológica da instituição e dos sujeitos que estiveram envolvidos com ela. A instituição foi analisada como sendo o *espaço* em que um processo educativo, engendrado no âmbito de um complexo jogo de relações de poder entre discursos e representações sociais, deveria transformar determinados indivíduos em sujeitos de discursos que, naquele momento histórico e naquele grupo cultural, instauravam e definiam *um jeito de ser professor teuto-brasileiro-evangélico*. É com esse propósito que me

¹ Doutora em Educação. Professora na Faculdade de Educação da UFRGS, pesquisadora e atual coordenadora do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) na mesma instituição. Endereço para contato: R. Carlos von Koseritz 564/401, CEP 90540-030, Porto Alegre/RS. E-mail: esterman@ez-poa.com.br.

aproximei dela, buscando entender um pouco de sua trajetória e das características do processo educativo que ali foi colocado em movimento.

Assim, procurei mapear sua criação e sucessivas “transferências físicas”, as características mais relevantes das propostas curriculares que ali foram implementadas bem como os seus modos de organização e funcionamento. Analisei, em especial, a representação de “escola como lar e como família”, a qual funcionou como um importante mecanismo de aprendizagem das relações de gênero e de geração que deveriam constituir a base de sustentação da família teuto-brasileiro-evangélica.

Uma escola em movimento

O Seminário em foco, fundado em 1909 em Taquari/RS, foi gestado no contexto de um amplo debate, que pode ser acompanhado detalhadamente nas fontes examinadas. Este debate se configurava em torno de dois eixos de certo modo conflitivos: um que envolvia o processo de diferenciação em relação aos “alemães do reino” - que passavam a ser representados como “estrangeiros” - e aos brasileiros, ao mesmo tempo que, em um outro eixo, se enfatizava reiteradamente a identificação com a nação, a língua e a religião que os irmanava a todos como alemães e evangélicos.

Esta instituição materializou-se então, a meu ver, como um dos espaços que deveria direcionar uma tradução³ específica da identidade cultural desse grupo de imigrantes, uma vez que os seus alunos - que deveriam “aprender a habitar [ali] no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais [e] a traduzir e a negociar entre elas” (Hall, 1997, p. 96) - seriam posicionados como agentes centrais desse processo de tradução cultural, quando assumissem sua função de professores nas escolas coloniais rurais, de preferência no interior do Rio Grande do Sul.

² Já publicada em livro: Meyer, D. *Identidades traduzidas. Cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC; Sinodal, 2000.

³ Tradução é um conceito desenvolvido por Stuart Hall (1997a, p. 95) para referir-se a uma negociação entre culturas, a qual possibilita aos grupos envolvidos desenvolver mecanismos e estratégias que não buscam apenas manter e/ou recuperar “raízes e tradições” mas que, ao mesmo tempo, não permitem que estas desapareçam completamente pela assimilação. Tais culturas seriam, então, *culturas traduzidas*, que carregam traços concretos da negociação e do embate das diversas “culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas (...); elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas e pertencem a uma e, ao mesmo tempo a várias casas” (op.cit. p. 96).

Tendo sido criado em 1909 em Taquari, no Rio Grande do Sul, o Seminário começou a funcionar com quatro alunos, em regime de internato, utilizando parte das instalações destinadas a um asilo de velhos e a um abrigo de órfãos mantidos, ali, com recursos das comunidades evangélicas do Estado e de instituições alemãs. Embora se dispusesse de um conjunto de argumentos para justificar esta localização geográfica, tais como a disponibilidade de espaço, a possibilidade de se utilizar a escola destinada aos órfãos como local de prática de ensino, os campos agricultáveis que estas instituições possuíam, o Seminário foi transferido já em 1910, por razões de ordem financeira, para Santa Cruz do Sul, onde funcionaria em anexo à Escola Sinodal até 1919, quando passaria a dispor de instalações separadas, alugadas na cidade. No estudo de Arnildo Hoppen (s.d.) acerca da trajetória do Seminário, é possível perceber que, de 1924 a 1926, a instituição (e suas até então insolúveis dificuldades financeiras) foi alvo de um intenso debate envolvendo, por um lado, a necessidade de dotá-la de instalações físicas próprias, que permitissem expandir a sua capacidade de atendimento a alunos e, por outro, o centro urbano em que tais instalações deveriam ser construídas. O Seminário - que até então, oficialmente, só aceitava rapazes como alunos - foi, então, transferido mais uma vez, em 1926, desta feita para São Leopoldo, onde permaneceria funcionando, agora como internato para rapazes e moças e também como externato, até a data de seu fechamento, em 1939, com a nacionalização do ensino desencadeada pelo Governo Vargas.

O Seminário foi concebido, desde sua origem, como uma instituição de caráter comunitário e, ao mesmo tempo, confessional e precisa ser compreendido como sendo um dos elos de uma ampla rede de instituições e agentes que estiveram envolvidos com a formação e atualização de professores, com a organização e regulação da profissão docente e com a produção, adaptação e distribuição de material didático, no contexto desse grupo. Lúcio Kreutz (1997, p. 115) refere-se a este conjunto (que eu chamo de rede) articulando-o à concepção de escola e de Pedagogia que os imigrantes teriam “trazido em sua bagagem cultural”, a qual demandaria uma política específica de produção de material didático:

A escola era concebida em função da família, da comunidade e da Igreja, buscando-se o envolvimento efetivo entre o trabalho escolar e a situação real de vida dos alunos. Sendo assim, o primeiro desafio posto já pelos primeiros imigrantes foi a produção do material didático a partir da realidade dos alunos.

(...) a partir de então [1870] a questão da elaboração do material didático para as escolas teuto-brasileiras começou a ter um incentivo especial da parte da coordenação do projeto das igrejas, evangélica e católica (...) Em função disto é que também foram fundadas as duas Associações de Professores, os dois Jornais de Professores e as duas Escolas Normais para a formação de professores teuto-brasileiros, respectivamente, católica e evangélica.

No caso das comunidades evangélicas (que são as que me interessavam estudar) uma das instâncias centrais dessa rede foi, pois, o Sínodo Riograndense, o qual já vinha investindo, desde o final do século passado, na fundação de uma Associação de Professores Teuto-Brasileiro-Evangélicos, um projeto que se concretizou na virada do século. Isso é importante de ser entendido porque a criação e a manutenção do Seminário envolveu, então, a participação de muitas instâncias na angariação de recursos, na definição de diretrizes administrativas e pedagógicas e na gestão mais ampla da instituição.

De modo amplo esta gestão envolveu, desde sua criação até o fechamento, o Sínodo Riograndense, algumas Sociedades Missionárias vinculadas à cúpula da Igreja Evangélica sediada em Berlim, lideranças culturais e empresariais das comunidades locais e a Associação de Professores Evangélicos, e estas diferentes instâncias não tinham as mesmas competências e nem podiam exercer o mesmo poder nas decisões tomadas.

Os documentos examinados por Hoppen (op. cit.), em seu estudo, permitem entender que as decisões tomadas acerca do Seminário envolviam uma ou várias das seguintes instâncias: um Conselho Curador (responsável basicamente pela arrecadação e disponibilização de recursos financeiros) uma Comissão Administrativa do Seminário, as Assembléias Gerais do Sínodo Riograndense e o diretor da instituição. Pelo que se pode depreender do estudo deste autor e da leitura de alguns artigos de jornais da época, a convivência destas múltiplas instâncias e instituições foi pautada por dificuldades e por conflitos, sobretudo no que se refere à relação entre o Sínodo e a Associação de Professores, de tal modo que, quando as divergências ocorreram foi sempre a posição do Sínodo a que prevaleceu.

Os recursos financeiros necessários foram garantidos quase que integralmente, até 1915, por um Conselho Curador sediado em Berlim que contava com a expressiva colaboração de uma das Associações Missionárias da Igreja Evangélica Alemã - a

Sociedade Evangélica de Barmen. Com a Primeira Guerra Mundial a arrecadação de recursos, na Alemanha, diminuiu sensivelmente até que este Conselho foi dissolvido em 1919 e, em 1921, a diretoria do Sínodo e a Comissão Administrativa do Seminário reuniram-se para definir normas de composição e funcionamento de um Conselho Curador em Porto Alegre. A este conselho caberia uma influência maior na definição dos rumos da instituição, de modo que se tornava necessário estabelecer não só quais seriam as suas competências e as da Comissão, como também a sua composição e o peso que seus diferentes participantes teriam, na tomada das decisões. Este foi, segundo Hoppen (op. cit., p. 34) um momento de conflito e disputa explícitos entre professores e pastores em torno da direção do Seminário. O embate resultou no reconhecimento de que “o Sínodo estava ativamente presente, desde a fundação do Seminário e, por isso, deveria continuar como proprietário do estabelecimento e ser a autoridade máxima, em caso de julgamento de divergências”.

Ficou legitimada, assim, a ascendência da Igreja sobre a Escola e a das autoridades eclesiais sobre as autoridades pedagógicas, uma hierarquização cujos efeitos sobre o processo de escolarização na Alemanha adentraram este século e que repercutiu, também, na concepção e organização do ensino nas regiões coloniais.

A direção do Seminário esteve, até 1938, a cargo de professores alemães, com formação acadêmica, casados, que eram contratados na Alemanha para esta função de direção, os quais deveriam morar dentro da instituição e participar de sua rotina durante as vinte e quatro horas de cada dia. A escola era concebida e designada reiteradamente como casa ou lar (*Haus ou Heim*) e o diretor e sua esposa eram posicionados como pai e mãe da família de estudantes.

Esta representação da “escola como lar e como família” provavelmente funcionou, para os/as alunos/as, como um importante mecanismo de aprendizagem das relações de gênero e de geração que deveriam constituir a base da família teuto-brasileiro-evangélica. Nesse sentido, Arnildo Hoppen (s.d., p.46), ao relatar um episódio de “rebelião” de alunos e alunas que haviam decidido, por conta própria, não comparecer às aulas no dia em que se comemora a Reforma Protestante, traduz em palavras uma das dimensões dessa concepção de “escola como família”:

O ambiente só é imaginável para quem conhecia o espírito familiar que reinava entre direção, professores e alunos. Quando eu e meu colega nos apresentamos, comunicando a nossa volta de Porto Alegre, a esposa do diretor nos chamou. Com toda a sensibilidade de “mãe de internato”, ela expôs o acontecido, lamentando, dizendo da tristeza do diretor, pedindo que fizéssemos valer a nossa influência junto aos demais estudantes...

Ao diretor cabiam as funções de gestão pedagógica e financeira, a redação dos relatórios anuais e da correspondência oficial, os contatos e a representatividade social, o envolvimento com a alocação dos professores nas comunidades, a participação na organização dos eventos de atualização pedagógica dos professores em exercício na região colonial, além da responsabilidade pelo ensino de uma ou mais disciplinas.

À sua esposa, designada como *Hausmutter*, cabia a responsabilidade pela administração “da casa” em sentido amplo: alimentação dos/as estudantes, limpeza e manutenção das instalações escolares, a manutenção de vínculos afetivos com os /as estudantes, além do ensino de trabalhos manuais e de jardinagem que passaria a fazer parte do currículo das moças a partir de 1926 e este trabalho, pelo que se percebe nos documentos examinados, não era remunerado separadamente. A “colaboração” da esposa de pastores e professores, na “cultura alemã”, diluía-se no contexto das atribuições de ensino e de assistência religiosa e social desempenhadas pelo marido e isto, no caso específico do Seminário, seria ainda mais reforçado pelo apagamento das fronteiras entre escola e lar. O teor dos relatórios anuais e de alguns exemplares da correspondência destes diretores permite perceber a extensão do envolvimento profissional e pessoal que se esperava deste casal no desempenho de suas funções e algumas vezes, a sobrecarga de trabalho implicou em adoecimento ou provocou a necessidade de substituição no cargo.

No que se refere ao corpo docente, seu número e composição esteve sempre na dependência do volume de recursos disponíveis para pagá-los. Pelo que se depreende dos relatórios do Seminário a que tive acesso, ele foi, em geral, composto por professores alemães ou por teuto-brasileiros, homens, formados em instituições de ensino superior alemãs, com duas exceções: a(s) professora(s) de português (uma disciplina incorporada ao currículo como língua estrangeira, desde a criação do Seminário) e, a partir de 1926, a

professora de trabalhos manuais das moças (uma função usualmente assumida pela esposa do diretor da instituição).

Com a pergunta “O que devemos exigir dos professores formados aqui no País?” o Pastor Lic. Thieme, primeiro diretor da instituição, apresentou as diretrizes gerais do Programa de Ensino do Curso de Formação de Professores ao Concílio Geral do Sínodo Riograndense, em maio de 1909, enfatizando que a primeira etapa do curso deveria consistir em retomar, aprofundar e nivelar os conhecimentos que os seminaristas adquiriram na escola elementar. Propunha-se, pois, começar pelo ensino das matérias básicas: alemão, cálculo, religião, geografia, história, história natural, caligrafia, canto e português - cujo aprendizado deveria receber um incentivo especial. Depois que os seminaristas tivessem “adquirido a maturidade necessária” entrariam as disciplinas pedagógicas: didática, metodologia, pedagogia e prática de ensino e ele concluiu afirmando que

para um professor primário, naturalmente, também é necessária uma *formação musical*; violino, piano e harmônio serão de grande valor para ele ao exercer a própria função, assim como *para as funções que assume em sua relação com a Igreja e sua comunidade* (...) Para um Seminário que deseja compor sua população escolar com os filhos do colonato alemão de nossa terra [Brasil] e que quer que eles retornem às colônias, é de extrema importância atribuir à *agricultura* um valor prático (...) um professor que se mostre capaz e sensato também naquilo que, evidentemente, deve ser o mais importante para o nosso colono alemão -- a prática agrícola -- eleva o renome de toda a sua categoria e colabora, com isso, para que o magistério alcance, no contexto de nosso povo, a posição que lhe é devida pelo seu significado histórico e cultural (Thieme, *Kalender*, 1910, p. 166-7, destaques meus)⁴.

Delineam-se, no contexto desta fala, algumas das marcas que passariam a estar inscritas na identidade docente que se almejava produzir. De maneira mais pontual é possível perceber melhor, neste projeto pedagógico que começou a se concretizar a partir daqui, o que pretendiam dizer estudiosos como Jean Roche (1969), quando referiam à autonomia (em relação à Alemanha e ao Brasil) que teria caracterizado o ensino nas regiões

de colonização alemã, no sul do País. No caso específico deste curso de formação de professores isto implicava que, se por um lado este Programa de Ensino não atendia aos requisitos legais fixados para os cursos de Magistério pelas autoridades educacionais brasileiras, ele, explicitamente, também não se propunha a “formar seminaristas de nível equivalente ao dos formados na Alemanha” (Hoppen, s.d., p. 23). Construía-se, assim, um projeto singular, em que se previa que os professores, formados inicialmente em um curso com duração de três anos e ministrado em alemão⁵, deviam ter conhecimentos gerais equívalentes à “*Volksschule* alemã (oito anos de escolaridade) e, na medida do possível, noções de agricultura, educação física e musical, ter embasada formação ética e religiosa [evangélica] e bom caráter, assim como amor e compreensão pela cultura alemã” (op. cit).

Numa perspectiva que extrapola a dimensão pedagógica estrita do projeto, pode-se apontar inúmeras outras questões subjacentes a esta fala do Prof. Thieme. Em primeiro lugar, não se desejava apenas formar professores, mas formar *rapazes* como professores. Estes deveriam ser preparados para exercer o magistério primário de forma específica, em condições também específicas e desejava-se, exatamente por isso, que eles não só fossem provenientes de famílias de colonos teuto-brasileiros que vivessem nas “picadas” teuto-brasileiras, mas que retornassem a elas depois de formados. Esperava-se que tais professores não se limitassem ao ensino escolar em sentido estrito, mas que fossem capazes de assumir posições de liderança cultural e espiritual nas comunidades rurais em que fossem fixados (assumindo, sempre que necessário, as funções do pastor) e apostava-se que com estas qualificações se pudesse, gradativamente, “*melhorar* a imagem do professor na zona rural” (Hoppen, op. cit).

Uma das importantes ênfases que deveria ser dada à formação destes professores era, exatamente, deslocá-los de sua posição social de origem (colonos incultos) sem que eles viessem a “acostumar-se” às benesses da vida urbana, tal como esta vinha sendo vivida pela burguesia emergente no início do século: “...é necessário que os jovens professores *não sejam mal-acostumados*, no local de sua formação” (Dedekind, EZA, doc. n.º 2439).

⁴ As citações de minhas fontes de pesquisa podem ser encontradas, em sua versão original (alemão gótico), em minha tese de doutorado. A tradução das mesmas foi feita por Rita Dolores Wolf, bolsista de I.C. do PIBIC/CNPq-UFRGS no período de 1996-98, e foi revisada por Johannes Doll e por mim.

⁵ O curso passaria por duas alterações curriculares; em 1925, sua duração seria estendida de 3 para 4 anos e, a partir de 1934 (em função das exigências das autoridades brasileiras para que fosse aumentada a carga horária das disciplinas de português, onde se incluía História e Geografia do Brasil) ele seria ministrado em 5 anos.

Não ser *mal-acostumado* apontava, nesse contexto, para um complexo processo de disciplinamento que eu descreveria (inspirando-me na metáfora com que Michel Foucault descreveu, em *Vigiar e Punir*, a “fabricação” do soldado no século XVIII) como um processo que deveria permitir que se pudesse “afastar”, sem destruir, o colono do corpo em formação, “substituindo-o” por uma fisionomia valorizada de professor rural. Ou seja, explicitava-se, aqui, a necessidade de um processo de “polimento” do *professor* que não deveria colocar em risco os sentidos contidos no adjetivo *rural* que deveria garantir a reinserção deste professor em um lugar específico: os núcleos coloniais rurais. Várias dimensões desse processo de disciplinamento se evidenciam, por exemplo, neste relato autobiográfico de um ex-aluno:

O nosso horário tinha uma seqüência rígida que abrangia o dia inteiro: levantar cedo, durante 15 a 20 minutos exercícios físicos no pátio, dos quais os professores de plantão e, muitas vezes o próprio diretor, participavam. *Um dos alunos maiores tinha de dirigir os exercícios.* Depois vinha um *banho frio* e uma aula. Só então, depois desta primeira aula, vinha o café da manhã, com duas ou três fatias de pão caseiro e café com leite. A cobertura do pão era Schmier e manteiga que nós mesmos podíamos passar. Depois tínhamos mais quatro aulas intercaladas com uma merenda. Então vinha o almoço e todos tinham sempre um grande apetite. A refeição era abundante (...) *Em cada mesa havia um aluno como “chefe de mesa”* e que tinha que zelar pela ordem e pelo comportamento. Podíamos conversar naturalmente, mas sem algazarra. Numa mesa do meio sentava o diretor com a esposa e a filha e mais alguns alunos. Em cada mesa estava um pequeno estojo, a “caixa dos borrões”. *Caso alguém fizesse um borrão na toalha branca da mesa, tinha de depositar uma moeda* nesta caixa como multa. Não tendo dinheiro podia depositar um vale que era descontado de sua mesada no fim de semana. O dinheiro assim coletado era dirigido aos Asilos Pella e Bethânia, em Taquari (Altmann, 1991, p.52, destaques meus).

O relato de Altmann aponta para alguns dos importantes mecanismos que, de modo geral, fazem funcionar os processos de disciplinamento escolar, sobretudo nos internatos, tais como a ocupação intensiva e continuada do tempo, as múltiplas possibilidades de distribuição dos sujeitos e das atividades no espaço escolar, o exercício físico e o banho frio como instrumentos de domínio e de fortalecimento do corpo e do espírito, as

estratégias de vigilância, o sistema que Foucault (1991, p.159) chamou de “micropenalidades” disciplinares. De modo particular, um dos mecanismos que articulava, aqui, a ocupação do tempo e a vigilância, assumia um importante papel para uma das aprendizagens específicas deste “tornar-se professor”: a prática de envolver os/as alunos/as mais velhos/as com tarefas de fiscalização, controle e ensino, o que deveria prepará-los, entre outras coisas, para o ensino simultâneo que desenvolveriam nas escolas coloniais.

Outra dimensão inscrita nesse processo de disciplinarização envolvia, de modo mais direto, ações que visavam “polir e civilizar” os/as filhos/as de “colonos incultos”, propiciando-lhes uma educação social e cultural condizente com a posição de líderes que deveriam assumir em suas comunidades e que eles/as, por sua inserção rural e de classe, não tinham como “adquirir” em outros lugares. Alguns ex-alunos, em depoimentos registrados por Arnildo Hoppen, referem:

Aos novos eram dadas aulas de instrução sobre como caminhar na cidade, por que lado desviar, como cumprimentar, como usar e tirar o chapéu. Deviam ter decência na roupa na hora da janta e do almoço. *Tudo isso pertencia à educação que um professor deveria ter* para que pudesse transmiti-la a seus alunos (Hoppen, s.d., p. 45, destaques meus).

Investia-se muito, também, numa “formação cultural ampla” procurando-se desenvolver o gosto pela leitura de clássicos da literatura alemã e pela música alemã. Uma aluna da turma de 1927 conta que havia noites de sarau, em que esta formação “cultural” era associada à formação “social”, ou seja, aprendia-se como comportar-se em reuniões sociais, como dirigir-se a mulheres e homens, como vestir-se para tais ocasiões. Diz a aluna:

[o diretor] nos guiava através dos caminhos da literatura alemã e, aos sábados à noite, complementava a teoria com a leitura de obras através das quais eu conheci alguns dos valores da Literatura Alemã que certamente eu nunca teria tido a oportunidade de conhecer, se não fosse ali” (Hoppen, s.d., p. 47).

Visto a partir da perspectiva foucaultiana, este disciplinamento envolveu, pois, um adestramento em que o “tornar-se professor” teve implicações que extrapolaram largamente o objetivo de domínio de um saber técnico-profissional. “Transformar” indivíduos em

professores implicou na instauração de um processo através do qual se deveria inscrever, profundamente, as marcas desta identidade no corpo daqueles (e depois daquelas) que viessem a frequentar o curso.

Alguns aspectos interessantes se evidenciam quando se examinam, mais de perto, os artigos que tratavam do Seminário e das questões por ele suscitadas. O primeiro deles - que se explicita quando se examinam por um lado, a relação de professores formados pela instituição até 1926 e, por outro, o volume e o teor dos artigos publicados nos jornais que tematizam a formação de professores, enfatizando o significado do Seminário para esse processo - é o descompasso que parece ter existido entre demanda e oferta de vagas, entre expectativa e realização. Se considerarmos, por exemplo, que em 1900 havia 155 escolas evangélicas funcionando no Estado e que este número cresceu para 365 em 1920 (Kreutz, 1994b, p. 27-8); se considerarmos, ainda, o teor dos artigos que apontavam reiteradamente a falta de professores para essas escolas e a desqualificação dos que estavam em exercício e, por último, que o Seminário que fora criado para suprir essa demanda havia formado 53 professores/as (51 homens e 2 mulheres), de 1909 até o final de 1926 (Hoppen, s.d., p. 69-70), pode-se dizer que, até sua transferência para São Leopoldo, pelo menos, ele não poderia ter tido um grande impacto sobre o processo de escolarização elementar propriamente dito.

Dentro dessa perspectiva, poder-se-ia atribuir vários sentidos a esse descompasso. Pode-se pensar, por exemplo, que grande parte da importância atribuída a essa instituição residia, muito mais, nos efeitos que ela provocava enquanto *projeto* de tradução cultural em permanente *processo* do que nos resultados efetivos de sua implementação. Quero dizer, com isso, que a instituição parece ter ocupado uma função muito maior, nessa cultura, enquanto *símbolo* de autonomia e de investimento na preservação das especificidades culturais do grupo do que como instância concreta de intervenção no contexto escolar colonial.

Nesse sentido, Kathrin Woodward (1997), ao discutir a interconexão e a interdependência dos processos de produção de diferenças e de identidades sociais que demarcam grupos em torno de particularidades que seriam compartilhadas por todos os seus membros, diz que diferenças e identidades se estabelecem dentro e a partir de sistemas simbólicos e se mantêm através das condições sociais e materiais concretas em que estes

grupos estão inseridos. Ela se refere, pois, a dois diferentes processos que estariam estreitamente imbricados na produção e na afirmação das identidades: o da distinção/identificação simbólica, que envolveria as formas pelas quais se confere sentido às relações e às práticas sociais e o da distinção/identificação social, que envolveria as formas pelas quais tais diferenças e identidades são vividas nas relações sociais. Com o projeto de formação de professores teuto-brasileiro-evangélicos que se concretizaria com a fundação do Seminário pretendia-se tanto fortalecer/deslocar sentidos relativos à escolarização elementar e à docência que esta implicava, as quais deveriam distinguir este grupo de outros, quanto intervir nas relações sociais concretas que se desenrolavam no contexto das colônias e dessas escolas elementares. Com base nesse argumento da autora, penso que se pode dizer que, pelo menos nos primeiros quinze anos de seu funcionamento, a instituição parece ter operado muito mais na dimensão simbólica de produção da cultura do que na dimensão de intervenção nas condições pedagógicas e materiais em que se materializava a escolarização elementar nas colônias.

Outro aspecto que chama atenção nos relatos que apresentam a trajetória da instituição envolve, exatamente, os modos pelos quais ela se materializou como espaço, primeiro em Taquari, depois em Santa Cruz e, finalmente em São Leopoldo. Antonio Viñao Frago e Agustin Escolano (1998, p. 47) destacam que o espaço educativo (arquitetura, localização, organização) pode e deve ser analisado como um constructo cultural que se concretiza como “um produto de cada tempo e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores [eu diria, das formações discursivas] dominantes em cada época” e lugar. Nesse sentido, pode-se dizer que o espaço forma, ensina e atribui valor social porque produz, reproduz ou coloca em circulação determinadas representações. Nesta perspectiva ele está, também, ativamente envolvido com a produção das identidades sociais.

Argumentando que a aceitação da necessidade de espaços e edifícios especialmente projetados e definidos para desempenharem a função de escola foi o resultado da confluência histórica de diversas forças e tendências, os autores mostram em seu estudo como se foi desenvolvendo (e modificando) a representação social de *escola* nas modernas sociedades ocidentais, uma representação que passaria a situar o edifício escolar “ de um modo definido e próprio, independente de qualquer outro, em um espaço também adequado

para tal fim”. Tal concepção de escola implicaria, a partir de então, na singularização e separação deste edifício, na sua “identificação arquitetônica” [interna e externa], com símbolos próprios, de modo a destacá-lo de outros edifícios públicos, civis ou religiosos e, sobretudo “em relação à casa, um lugar com o qual a escola guardaria sempre uma relação ambivalente, de aproximação e resistência” (op. cit., p. 73-4). As fontes que examinei deixam entrever algumas pistas bem interessantes em relação a esta dimensão espacial da instituição.

O que chama atenção, em primeiro lugar, é que o Seminário funcionaria como *anexo a* (um asilo e a uma escola sinodal) por quase dez anos, até que dispusesse de instalações exclusivas que, ainda assim, não poderiam ser caracterizadas como espaço escolar *próprio e definido*, uma vez que eram residências alugadas. Deste modo, pode-se dizer que esta escola se adequou, por um longo tempo, a espaços que não lhe pertenciam e que, provavelmente, não correspondiam ao que era concebido no final do século XIX e início deste século como sendo uma arquitetura adequada para o exercício da disciplina escolar, sobretudo aquela dos internatos, a qual foi tão bem analisada por Michel Foucault em “Vigiar e Punir” (1991). Sua inscrição como “anexo de” outras instituições, na trama urbana dos núcleos coloniais por onde *passou* até instalar-se em São Leopoldo, confere a ela não só um caráter de provisoriedade e dependência, mas parece expressar a incorporação, ao espaço, de um determinado tipo de desvalorização social do magistério primário. No caso deste meu estudo, as publicações que examinei e vim citando até aqui permitem associar essa desvalorização social, que parece ter sido incorporada pelo espaço, aos baixos salários, às condições primitivas de vida e moradia, ao meio rural e “a um certo desprezo dos colonos pelo trabalho intelectual”, entre outras coisas.

Nesse sentido, é possível perceber-se que o investimento na valorização profissional, que seria desencadeado de modo concomitante à instalação do Seminário, foi acompanhado, ao longo do tempo, pelo investimento na ampliação e adequação do espaço escolar. Isso culminaria com a mudança para São Leopoldo em fins de 1926, quando o curso passou a funcionar em prédio próprio, especialmente construído para esse fim.

O segundo ponto interessante de ser mencionado é que a aceitação de moças como alunas coincide com a mudança para São Leopoldo, em 1926, momento em que a escola passaria a dispor de instalações especialmente construídas para abrigá-la, corporificando-se

pois, *materialmente*, como escola. É possível supor que, entre vários outros fatores, a possibilidade do ingresso de moças na instituição estivesse também ligada à uma certa possibilidade de distribuição dos sujeitos aprendizes no espaço, de modo a garantir as separações dos sexos, o controle e a vigilância adequadas, uma vez que o caráter de *internato misto*, inovador para esta época, colocaria a instituição no centro de um amplo processo de vigilância moral que pode ser percebido a partir do relatório de um diretor quando ele assegurava que “a implementação da co-educação não desencadeou transtornos substanciais” e que todos os cuidados seriam tomados para que “também no futuro, a reputação do Seminário não [viesse] a sofrer nenhum prejuízo em decorrência disso” (Holder, Relatório Anual, 1931, p. 8).

De modo geral, as referências à escola como espaço e como lugar e os relatos de suas sucessivas transferências sugerem que ela não chegou a ser representada por um espaço arquitetônico que a identificasse *per se*, como ocorre, por exemplo, com o prédio do Instituto de Educação em Porto Alegre. Ela parece ter se configurado, até o seu fechamento em 1939, como uma “instituição em movimento”, que podia “ser carregada” de um lugar para outro pelo grupo que a concebeu, sem que isso implicasse em perdas ou redefinições substanciais de suas diretrizes. Estas perdas e redefinições só se consubstanciaram em sua última mudança quando, depois de fechada por alguns anos em função da Segunda Guerra Mundial, a escola foi transferida mais uma vez de São Leopoldo para Ivoti, onde a instituição continua em funcionamento até hoje. A partir desse período ela se fixou e passou a funcionar dentro das normas e dos padrões legais que regulamentam as escolas brasileiras de magistério e, com isso, perdeu algumas de suas marcas culturais mais evidentes, dentre elas o ensino em língua alemã.

Este é, pois, em linhas gerais, o espaço institucional em que se inscreveram representações de cultura, de escola e de docência teuto-brasileira evangélica, as quais conformaram por três décadas o processo de produção/reformulação da identidade docente. Uma identidade que, neste caso, foi um resultado singular de um complexo jogo de relações de poder em que o *ser professor* envolvia e expressava uma articulação conflituosa e singular de muitas representações e discursos que produziam e acionavam memórias, narrativas, símbolos, saberes, práticas, crenças e imagens que permitiram forjar uma

suposta unidade do grupo em torno de uma identidade cultural definida, justamente, como sendo o *colono* teuto-brasileiro-evangélico no Rio Grande do Sul.

Referências Bibliográficas

ALTMANN, Friedhold. *A roda. Memórias de um professor*. São Leopoldo: Ed. Sinodal, 1991.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustin. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997b.

HOPPEN, Arnildo. *Formação de Professores Evangélicos no Rio Grande do Sul (1909-1939)*. São Leopoldo, Gráfica Sinodal, s.d.

KREUTZ, L. *Material Didático e Currículo na escola teuto-brasileira*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1994.

_____. Literatura escolar dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul: fonte inexplorada na História da Educação. In: Catani, D.; Bastos, M. H. (orgs.) *Educação em Revista*. São Paulo: Escrituras, 1997.

MEYER, D. *Identidades traduzidas. Escola e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, V. I e II.

WOODWARD, Kathrin. Concepts of identity and difference. In: WOODWARD, K. (ed.) *Identity and difference*. London: Sage/Open University, 1997.

Fontes Citadas

2.1 Almanaque *Kalender für die Deutschen in Brasilien*. São Leopoldo: Rottermund, 1881-1939 (número de 1910).

2.2 Documentos públicos não oficiais (relatórios).

- HOLDER. *Jahresbericht des Deutsch-Evangelischen Lehrerseminars - 1931*. São Leopoldo, 1932. Arquivo da Escola Evangélica de Ivoti.
- DEDEKIND. *Bericht an den Evangelischen Ober-Kirchenrat*. 10/09/1909. EZA, doc. n.º 2439, Bestand 5/2223.

Diásporas e Alteridades: As Viagens e experiências familiares dos migrantes palestinos no Brasil

*Denise Fagundes Jardim.**

O "trânsito internacional" dos palestinos nos permite tratar das várias faces da experiência da *diáspora*. A *diáspora* tem sido uma categoria difundida por organizações de defesa da *causa palestina* que se confunde com a reivindicação de um Estado Palestino. É uma expressão que comporta um uso genérico como uma experiência "de todos os palestinos" que evadiram de um território originário. Uma outra expressão que encontro no trabalho de campo, é a *diáspora* referida a família "espalhada", que visita-se constantemente, entre cidades, entre países, mas que não se reúne em um único lugar, um lugar "de todos".

Este trabalho é parte de um estudo sobre a experiência migratória de famílias de origem árabe cuja entrada no Brasil data do final dos anos 50. Trato das famílias que instalaram-se na cidade do Chuí no final dos anos 60 e lá residem embora mantenham familiares em Santa Vitória do Palmar, Pelotas, Rio Grande, entre outras cidades no interior do Rio Grande do Sul¹. São famílias que explicitam os laços que detém no exterior, filhos estudando na *palestina*, ou que fizeram boa parte de sua escolarização no exterior, no Canadá, Estados Unidos e Argentina. Proporcionam aos filhos uma experiência singular de trânsito internacional seja como investimento escolar, seja com a finalidade de estreitar vínculos familiares. Para tanto, realizam visitas periódicas, viajam para participar de festas familiares, sobretudo noivados e casamentos. Como forma de viabilizar uma educação informal a que chamam de estar de acordo com seus "costumes" planejam períodos de moradia no exterior.

* Denise Fagundes Jardim é professora do departamento de antropologia da UFRGS e doutoranda do PPGAS/Museu Nacional/ URFJ.

¹ O Chuí é uma localidade situada na fronteira com o Uruguai no extremo sul do Brasil a cerca de 500 km de Porto Alegre e 20km de Santa Vitória do Palmar pela Br 471, e a 340 km de Montevideú pela Ruta 9. O núcleo urbano das duas cidades Chuy e Chuí está entre as aduanas internacionais, separadas apenas por duas avenidas de mão dupla (a avenida Brasil e avenida Uruguai) e acompanham boa parte do trecho de terra da área limítrofe entre Uruguai e Brasil, um estreito trecho de terra entre o mar e a lagoa Mirim, duas cidades contíguas em seu espaço urbano. São uma das expressões da estratégia adotada pelos Estados Nacionais para garantir e “encenar” sua presença e controle dos limites territoriais, e os próprios "limites" entre Estados é feito pela cidade e através do aparato oficial e público ali centralizado.

Estas experiências permitem uma ampliação do conceito de diáspora contemplando, por definição, um fenômeno de inúmeras rediasporização. Como lembra-nos Boyarin (1993), um tipo ideal de diáspora nunca existiu. O uso do termo diáspora, portanto, se exemplarmente trazido da experiência judaica deve também, através dela, ser ampliado pois o que encontramos são experiências múltiplas de rediasporização. Mesmo no caso exemplar dos sefaradis não há um único centro de referência para uma teleologia do *retorno*.

Neste trabalho, demonstro um dos eixos desta experiência de diáspora relacionada ao trânsito internacional. As viagens são propostas pela família de orientação aos seus membros. A experiência pode ser vista como um momento da migração, a inserção de uma primeira geração, onde os laços familiares gradativamente vão se centrando no lugar escolhido para viver. Todavia, seja como uma característica de primeira ou segunda geração dos migrantes, as famílias são uma realidade intransponível neste trânsito, uma de suas condições sociais e nos permitem desvendar o itinerário da descoberta e da pertinência da identidade palestina para os filhos de migrantes nascidos no Brasil e ingressantes na vida adulta. Analiso como as famílias - aquelas que realizaram viagens internacionais - vivem esta experiência singular através dos relatos de seus filhos. Esta não é exatamente uma viagem de "retorno", pois nem sempre é algo a re-conhecer². Aqui, saliento a viagem como uma "iniciação" dos jovens, de forma proporcionada e planejada pela família. Esta experiência tem resultado na "re-descoberta" e "recriação" da pertinência do tema da "origem comum". Longe de ser uma experiência individual, casual e disponível a qualquer um, está de acordo com uma experiência coletiva de alteridades, uma experiência com "outros" familiares e "outras" identidades possíveis.

Os Palestinos no Chuí.

O trabalho de campo no Chuí não é um estudo de uma aldeia e sim, como lembra-nos Geertz (1989) *na* aldeia. Uma afirmação que vista sob seu artigo de 1967 toma a devida dimensão desta descrição sobre os complexos sistemas sociais que organizam a vida nas

vilas balinesas e as tornam *exemplos* dos vários planos de organização social. Portanto, estou considerando que um dos eixos desta recriação da identidade palestina esteja voltada para as relações sociais que se desenvolvem nas relações sociais possíveis na cidade³. A cidade pode ser vista como um desses "entre-lugares" de sua experiência migratória destas famílias que se vêem como "espalhadas"⁴.

É útil saber a extensão de meu universo de pesquisa e de entrevistados deste trabalho de campo. Entrevistei cerca de 60 pessoas no período de dois anos de observação direta e participante entre as famílias. Elas concederam entrevistas e de modos diversos incorporaram minha presença nas atividades a eles ligadas e nas atividades da cidade onde centrei minha observação. É possível dizer que os “árabes” no Chuí estejam entre 200 a 500 pessoas em um universo de 3,2 mil habitantes. No entanto, os dados estatísticos disponíveis são escassos e pouco confiáveis, sujeitos a lutas políticas, muitas vezes superestimando o número de eleitores e moradores no sentido de viabilizar a existência da localidade recém emancipada que conquista o estatuto de município em 1995.

A “leva” de migrantes que analiso não é quantificada pelo poder público de acordo com sua procedência nacional, até porque ela inexistente ou é tomada “emprestada” pelos migrantes como estratégia que viabilize o ingresso no Brasil. O tratamento como “estrangeiro” no Brasil é individualizado e, portanto, contrariamente a outros períodos da história recente, os dados sobre a quantidade e o “perfil ocupacional” dos migrantes não estão inteiramente sob o controle de órgãos oficiais⁵. De um modo particular, a quantidade

² Analiso a "viagem" através da sugestão de Oliveira Filho (1994). Sugere que a viagem "da volta" é uma importante enunciação auto-reflexiva da experiência de um migrante, tal como as peregrinações, permite construir unidades sócio culturais entre pessoas e situações que reconheçam-se como bastante diversas.

³ A acusação de “turco”, conhecida e difundida, e reutilizada nas relações entre árabes e acompanha uma divisão espacial da cidade. A “rua Jenin”, na realidade rua Colômbia do plano urbano do Chuí, acaba sintetizando, para os árabes, o lugar do produto vendido em grande quantidade e variedade e de qualidade menos confiável. Estas lojas são, portanto, um contraponto fundamental para as “grandes lojas” (também de árabes) em que os produtos teriam, segundo eles, uma melhor qualidade, seriam uma cópia mais bem acabada e se diferenciariam por escolher um setor – calçados, roupas, alimentos – como “o produto” da loja. Todos árabes sabem que trabalham nesta faixa do mercado, o da cópia, mais explícito nos produtos têxteis de vestuário, além disso, vendem basicamente para um público de baixo poder aquisitivo.

⁴ O Chuí (Brasil) tem cerca de 3.614 habitantes registrados no censo do IBGE de 1996. Um levantamento de 1997 feito pelo Departamento de Assistência Social da prefeitura do Chuí registrou 6.564 habitantes. Os dados que estimam a presença de migrantes de origem árabe não são precisos, os entrevistados que ocupam cargos públicos na cidade estimam em cerca de 200 pessoas de origem árabe que são, de fato, votantes. As lojas dos comerciantes de origem árabe estão concentradas no Brasil.

⁵ Migrantes de origem árabe ou palestina são encontrados em diversas cidades no interior de todo o Rio Grande do Sul. A escolha da localidade do Chuí como campo de pesquisa ocorreu não só pela viabilidade de

de árabes é também uma incógnita. Os dados disponíveis corroboram que há uma entrada majoritária de jordanianos (como fluxo recente)⁶. Sua presença no Chuí não significa necessariamente a participação no “dato estatístico” como recém-chegado ao Brasil, não aparece quantificável, na medida em que portam passaportes brasileiros.

Os dados disponíveis no IBGE sobre o município de Santa Vitória do Palmar, por exemplo, não registram *muçulmanos* na localidade, embora todos meus informantes recém migrados ou na segunda geração – que deveriam estar neste registro, indicassem que são muçulmanos. Os dados estatísticos disponíveis, que são poucos, não permitem indicar um comércio dominado por árabes e sim que o comércio é a principal atividade na fronteira e que atrai pessoas oriundas de diversas procedências: egípcios, sírios, sudaneses, libaneses, cearenses, paulistas, e de localidades próximas ao Chuí.

Nas casas de comércio instaladas no "lado brasileiro" há, entretanto, uma peculiaridade. Desde meados dos anos 90 houve uma proliferação de antenas parabólicas que dá para a cidade um aspecto interessante, muitas destas parabólicas são fixas e permanentemente voltadas para a Rede Dubai. Assim, televisores dispostos junto ao balcão do comerciante transmitem a programação em árabe para o dono do estabelecimento e para grupos de amigos que, conversando em árabe, se reúnem para assistir a televisão. Ao conhecer os comerciantes do local constata-se que as casas de comércio mais antigas e os maiores supermercados são gerenciados por famílias de origem árabe⁷. Alguns dos

acompanhar uma grande concentração de migrantes que instalam-se em lojas lado a lado estendendo-se na avenida internacional, mas também pela facilidade de inserção e de contato com os entrevistados, possibilitando multiplicar as entrevistas através de suas indicações na mesma cidade. O campo tornou-se mais interessante na medida em que através de seus relatos conhecia eventos que, durante 10 anos, modalidades diversas de iniciativas coletivas versavam sobre a origem “palestina”.

⁶ Parte destes dados é fornecido pela polícia federal. O número de estrangeiros de procedência jordaniana é de 134 e 13 palestinos no Chuí. Estes são dados obtidos em dezembro de 1999 sobre estrangeiros residentes no Chuí. Segundo o setor de estrangeiros da polícia federal, as três cidades no Rio Grande do Sul que concentrariam mais jordanianos seriam, por ordem, Uruguaiana (fronteira com Argentina), Chuí e Livramento (fronteira com o Uruguai). Em Uruguaiana residem 162 jordanianos e 3 palestinos, no Chuí 134 jordanianos e 13 palestinos e em Livramento residem 97 jordanianos e 7 palestinos. Embora esta população possa ser quantificada pela polícia federal, os dados sobre naturalização não estão disponíveis a ponto de sabermos qual a proporção de brasileiros nascidos no Brasil e naturalizados, nem sua naturalização indica uma procedência anterior. Algo que poderia ajudar a desvendar a extensão do universo de pesquisa e fornecer alguma comparação entre o que se passa no Chuí em relação ao RS.

⁷ É importante tornar explícito o que envolve a denominação de “turco” como acusação. Em que pese ela poder ser entendida como uma classificação neutra, atribuída pelo poder público brasileiro no início do século no momento de entrada de árabes que eram oriundos de regiões dominadas pelo Império Otomano, ela carrega outras conotações. Durante o trabalho de campo estas conotações foram sendo reveladas na

comerciantes empregam também os recém-chegados na cidade e no Brasil. Há, portanto, uma presença não-quantificada de *árabes* que permanecem alguns períodos na localidade e que visitam o Brasil por algumas temporadas como turistas, recebidos pela solidariedade baseada na indicação de pertencer a uma mesma cidade natal, pela origem árabe, ou seja, um domínio comum do idioma árabe.

As atividades públicas evidenciavam a presença de duas gerações a partir das famílias migrantes chegados ao Brasil no final da década de 50 - pais migrantes e filhos brasileiros - mas também um intenso trânsito de estrangeiros oriundos da Jordânia com visto de permanência de estrangeiro. Estes últimos tinham uma experiência de inserção de primeira geração, ou seja, aprendizado do português e espanhol e inserção no comércio ambulante ou como sócios de lojas de pequeno porte. No entanto, a faixa etária coincide com a dos filhos dos migrantes já "estabelecidos". Eles faziam parte de uma segunda geração de evadidos da *Palestina*. Podem ser considerados como uma segunda geração na diáspora, nascida na *palestina* durante a guerra e que vive a infância com os familiares na *palestina*. Vieram para o Brasil na idade adulta como forma de definir um trabalho e "ganhar a vida" e que se referem basicamente a sua cidade ou aldeia de origem, mais do que a uma palestina, como realidade nacional.

Em 1995, quando iniciei meu trabalho de campo no Chuí algumas das informações coletadas levavam-me a perguntar porque nos anos 80 e 90 algumas atividades coletivas e lúdicas traçavam a idéia de uma presença massiva, de uma "comunidade árabe" e, especificamente palestina na localidade do Chuí. Fazem parte das iniciativas coletivas a "Sociedade Árabe Palestina Brasileira Beneficiente", conhecido como o "clube árabe", o "Central Palestino" (um time de futebol) que competira nas eliminatórias do departamento de Rocha visando o campeonato nacional uruguaio e as "festas de casamento", em trajes trazidos da palestina, que inscreviam-se como parte das atividades sociais, lúdicas e públicas no Chuí e Santa Vitória do Palmar. Além disso, monumentos, nomes de ruas e desfiles em comemoração ao "Dia da Terra" (30 de março) tomado do calendário político

localidade por aqueles que não tinham origem árabe, para estes, tudo o que é vendido em lojas "dos turcos" é visto como uma imitação da moda, um artigo de segunda qualidade, uma falsificação de grifes, vendida a preços mais baixos que as lojas que ditam as regras do bem vestir na localidade – no caso, as lojas situadas em Santa Vitória do Palmar.

da militância da OLP, movimentavam pessoas acerca da origem árabe e fizeram circular eventos e documentos sobre a presença de *palestinos* na localidade.

Antes dessa inserção da OLP, algumas famílias tinham esboçado tentativas de voltar a morar na palestina no início dos anos 80. Para isto, utilizaram seus passaportes brasileiros, depois de 20 anos de permanência no Brasil. Outras viagens se utilizavam de variados arranjos familiares, tinham encaminhado os filhos em idade escolar para estudar em Jerusalém, mesmo que mantivessem suas atividades no Chuí. Assim, quando a OLP entra em contato com o clube árabe no Chuí, nos anos 80, falar da *palestina* não era evocar o passado do migrante, mas um assunto do presente - dada a familiaridade com o cenário político que inviabilizou sua permanência na palestina e, de fato, um tema *familiar*. Não dizia respeito somente a parentes "deixados" para trás, mas parentes e amigos que continuavam a ser visitados e visitavam o Chuí.

Isto explica a facilidade com que a OLP pode "recrutar", mesmo que temporariamente, os filhos de palestinos no Chuí. O tema da "origem" já estava devidamente conhecido. Em grande medida, isto se deve a prática da "viagem", pensada pelos pais, primeiramente, como um possível "retorno". Para seus filhos, por outro lado, fora uma forma de re-conhecer o tema da origem como uma experiência pessoal e inalienável. Com minha permanência prolongada no Chuí foi possível verificar que a "viagem" não era uma prática que ocorrera somente nos anos 80. Encontra-se ainda hoje disponível, na medida do possível, não só como uma viagem de retorno, ou para peregrinação, mas como "a viagem" de jovens adultos quando irão conhecer uma rede de parentes e vizinhos, seja na palestina, seja em qualquer outra cidade onde residam. É um momento onde se configura a possibilidade de "acompanhar" irmãos que irão estudar "fora", fora da família de orientação, ou buscarão delinear algum destino para a vida adulta, um casamento, um aprendizado de ofício, uma escolarização (básica ou de ensino superior).

O reconhecimento do Estado Palestino pela ONU na década de 80 significou a produção de diversas atividades coletivas no Chuí. Todavia, deve-se entender os meandros da denominação de palestino em seus vários planos. Um deles relativo ao que provoca na cidade do Chuí, um outro plano sobre o que é apreendido de suas relações e mediações familiares, incluindo os vínculos travados nos lugares de "origem" e, terceiro, os vínculos com organizações e acontecimentos internacionais recentes dirigidas aos filhos de

palestinos residentes no Chuí (e em outras localidades no RS e Brasil). Certamente, não será uma única explicação que dará a entender a recriação de uma identidade social.

A Identidade Palestina tem vários itinerários. A situação de partida de meus entrevistados não se ajusta a uma versão genérica de "refugiados". É, portanto, uma auto-denominação que não é produzida unicamente pela experiência dos migrantes que encontro no Chuí. Sua recriação acaba retomando temas importantes como a ascendência paterna, a aldeia de origem e a competência lingüística - maior ou menor - no domínio do idioma árabe que fazem parte de debates existentes no cenário internacional sobre a possibilidade de uma unidade sócio-política entre palestinos.

Viagens e Alteridades

A “identidade palestina” está entre as experiências que chamamos de diáspora, que mantém estas referências extra-locais (com relação ao contexto aqui observado) e contempla uma série de momentos históricos que encompassam a vida dos sujeitos e fornecem novos contornos para a recriação desta auto-denominação. Para meus entrevistados, conhecedores da versão oriunda de organizações internacionais, a realidade da “diáspora” era expressa junto a experiência familiar:

Faisal- Veja bem, a Palestina, o povo palestino é um povo muito sofrido, é um povo que sempre tá na diáspora, sempre tá fugindo, tá sempre saindo. Noventa e nove por cento de meus amigos tão nos Estados Unidos ou em outro país, já não tão mais lá. Voltam pra lá pra visitar de vez em quando, se possível né, se o governo israelense deixa, senão tão de fora. Já perdi o contato com quase todos eles.

Denise- É mesmo? No caso, eles também teriam como tu um passaporte de estrangeiro?

Faisal- Caso eles conseguissem a nacionalidade estrangeira, eles poderiam voltar, senão não.

Denise- Mas, são amigos teus da mesma geração tua ou são familiares, como...?

Faisal- Bom, lá todo mundo é familiar, né. Um é primo do primo do primo do primo do primo, não sei o que. Então, todo mundo se considera familiar. Mas, não, a maioria são maiores do que eu, tem a idade de três anos a quatro anos maiores do

que eu. Tem mais jovens do que eu também. Hã... né, e a maioria, hoje, se encontra nos Estados Unidos. São amigos que eu vou ter pra vida toda. Quando eu vou pros Estados Unidos, visito. Vou, fico na casa deles, parece que a gente se viu ontem, entende? Mas, eles tão lá com os problemas deles, com a vida deles, batalhando a vida, eu tô aqui com a minha vida. Se unir, o árabe também só se une quando é enterro ou casamento.

Este trânsito não se restringem a jovens, tal como refere o relato de Faisal (com cerca de 30 anos) mas o recorte entre gerações permite entender as distintas "viagens" , a dos filhos de migrantes e a dos seus pais, embora, muitas vezes, a façam juntos. Para os pais, refere-se a uma aldeia de origem que é reconhecida *na palestina*. Para os filhos, que irei tratar neste artigo, o aprendizado da língua árabe é um dos eixos de reconhecimento e de recriação da comunidade de origem. Este reconhecimento é produzido pelo aprendizado tardio do idioma árabe quando as viagens internacionais são fundamentais para este período de imersão no idioma. Há entre as famílias pesquisadas aquelas que não realizaram esta viagem, famílias cujos filhos falam um árabe aprendido em casa, considerado dialetal de Ramallah. Isto é mais comum quando pai e mãe são palestinos, mas mesmo assim, a viagem está no horizonte destas famílias como possibilidade de tecer casamentos para os filhos, escolarização. Assim, quando a mãe é brasileira, o investimento nesta viagem passa a cumprir vários objetivos e expectativas simultaneamente, um retorno e peregrinação do migrante, um aprendizado formal (ou informal) do idioma e costumes árabes para os filhos e possibilidades de traçar casamentos:

"Sami- (...)E, realmente, eu não tinha muita coisa pra fazer lá. Esse primeiro ano era pra aprender o árabe, porque se eu gostasse, então, no ano seguinte eu iria...(...)

... aprendendo com a família. Eu tinha um tio, um outro primo do meu pai, que era professor, professor daqueles professores, sabe, alfabetizadores, né. Então, eu ia pra casa dele todo o dia. Eu tinha uma aula com ele todos os dias. Não era uma aula, no sentido clássico. (...) Chegava lá na casa dele, eu, acostumado, chegava disposto a ter uma aula, né. Então, ele, bem tranquilo: "vamos conversar". Então sentava do lado dele, a gente ficava conversando, tomava um chá.

Denise- Ele só falava em árabe?

Sami- Só em árabe, sempre em árabe. Lá de vez em quando, que eu não entendesse algo assim muito complicado, ele me explicava em inglês. Um inglês que eu sabia mal e porcamente, mas que era o mais próximo do... da minha língua, então ficava um pouco mais fácil. E... então, eu sentava, tomava um chá, comia uma fatia de bolo. E nesse meio tempo, ele ia conversando comigo. Daí a pouco ele mandava eu abrir o caderno, desenhava uma letra e mandava eu repetir, eu tava aprendendo a escrever, o alfabeto e aprendendo a escrever. Então, mandava eu repetir. Aí eu repetia, ele me dava mais um teminha de casa em cima daquela letra e me liberava. Não chegava a ser uma aula. Aí a gente ia sentar... ele me levava pra sentar com os outros velhos pra conversar. Então, eu me sentava com as pessoas com... ele era vizinho do irmão mais velho do meu pai, então, a gente sentava todo mundo na calçada e ficava conversando e tomando chá. Depois eu batia uma bola com os filhos dele na rua e tava..."

As viagens internacionais aqui tratadas focalizam as famílias que possibilitaram períodos de permanência no exterior para os filhos. Não significa, contudo, que somente aqueles que viajaram puderam se apropriar, ou primeiro se apropriaram da origem palestina. Falar dos trânsitos internacionais, das viagens, é ao mesmo tempo falar da ingerência que a família teve na decisão da viagem e situá-la como uma família de um funcionamento singular, uma família "árabe", uma iniciação que refere-se ao aprendizado formal ou informal do idioma árabe - especialmente para os filhos de migrantes que casaram com brasileiras. Em comparação com outras famílias locais, os filhos não aprenderam, como outras famílias locais, a dominar o idioma árabe na família de orientação. Quero salientar, portanto, a singularidade destas viagens internacionais em relação ao tema "diáspora" e "transnacionalismo", expressas nesta experiência singular.

Minha observação registrava mais uma peculiaridade a uma noção genérica de "diáspora" relativa as constantes visitas de amigos e parentes vindos do Oriente Médio e vice-versa. Visitas e viagens que (re)estabeleciam vínculos familiares entre os que estão no Chuí e os que estão lá, como diziam, "no outro mundo", ou em outros países como Canadá, Arábia Saudita, Kuwait, Estados Unidos, Argentina e Peru.

A definição da "diáspora" como a experiência contínua da família dispersa torna-se uma realidade para a vida familiar dos informantes. Feriados locais, férias locais são os

momentos propícios para reencontros e visitas. Assim, a "diáspora" para os jovens traduz uma experiência familiar e um sentido ambíguo sobre os ganhos desta distância e o desconforto de não poder reunir sua família nos finais de ano, nos feriados. Nos casos que irei expor, é um percurso de descoberta da origem propiciada pela família que, de modo muito especial, produz uma viagem de visita.

É, sobretudo, uma explicação sobre a distância entre familiares, e entre amigos feitos durante a permanência nos diversos países. Geralmente uma versão corrente entre os filhos de palestinos que moram em países diferentes, ou seja, uma segunda geração, os nascidos fora da palestina. Para os migrantes, aqueles nascidos na palestina, é um afastamento da terra natal e das relações que ainda detém com a cidade de origem, mesmo que ela tenha mudado de nome, tenha um nome conferido pelo Estado de Israel. Ainda é possível reconhecer alguns conhecidos que mantiveram-se na região ou deslocaram-se para suas imediações. O que há de comum entre estas versões é o reconhecimento dos laços de parentesco pela linha paterna que permitem aos filhos de migrantes definirem-se como palestinos. O uso desta definição está de acordo com a carta (1967) a que nos referimos da Autoridade Palestina e suas atitudes no sentido de incorporar a primeira geração dos filhos de palestinos evadidos até o ano de 1948 e nos anos seguintes, por ocasião de guerras e perseguições políticas bastante intensas até hoje.

Quem fala de "diáspora", mesmo informado pelo modelo das organizações internacionais, dá um sentido mais amplo a esta experiência de diáspora, que não se restringe ao sentido de "retorno" a um território palestinos sim da "família espalhada", "dispersa" e de seu trânsito condicionado e proporcionado pela mesma. Esta "dispersão" é uma realidade familiar e bastante comum e partilhada entre os amigos de origem árabe:

Said- Nós se encontramos pouco. Muito pouco. Família.... A nossa família sempre, faz... desde 84, faz 11, 12 anos que... a questão de se ver, e ser encontrar, e se reunir... não, a família se desintegrou completamente. Cada um tá pra lá, tá pra cá. Desde oitenta e... faz 12 anos. E começou isso cedo, eu tinha 15 quando começou essa história. Eu e o Suel(?) voltamos sozinhos pra Palestina, as minhas irmãs tavam no Brasil. Isso foi a primeira divisão. Tá. Depois de alguns anos a minha irmã foi pra Palestina, depois o meu irmão foi pra Inglaterra, o meu outro irmão foi pra Pelotas, e as outras irmãs tavam em Novo Hamburgo, e o pai e a mãe tavam em...

Uruguaiana. E eu sozinho na Palestina. Tu imagina. Nós ficamos quatro anos sem se reunir, a família toda. Se reunímos aqui no Chuí, em 88, pela primeira vez em quatro anos.

As entrevistas permitem demonstrar que mesmo esta dispersão revela uma conexidade das relações familiares e de vizinhança no Chuí. Durante a entrevista, é Munira (casada com Taisir, irmão de Faisal) quem mostra as fotos sob o tampo de vidro na mesa do escritório da loja a qual trabalha:

Munira- Ó, essas aqui são minhas duas irmãs, essa e essa, a Sônia e a Fátima. Essa aqui é casada com...

Taisir- No Peru.

Munira- Peru. Lima, Peru. E essa aqui casou com o Bassen meu primo, agora eles vivem em São Borja.

Denise- Aqui tem o Chuí inteiro.

Munira- Ah, sim, um pouco de cada.

Taisir- Esse aqui é o Fares (presidente do Time de futebol Central Palestino), ó.

Denise- É. Esse aqui é o irmão do Máisar, o Anuar (família Hussein). Esse aqui é filho do Seu Ali (Said), né? (O depoimento anterior é de Said)

Taisir- Do Seu Ali, é. É interessante também conversar, que ele foi pra Inglaterra, estudou na Inglaterra. E esse aqui é meu primo. Outro primo meu.

Denise- E... Esse rapaz não trabalha no (Supermercado) Maracanã?

Taisir- Trabalha... sim, ele agora tá em Estados Unidos, o Iasser.

Esta conexidade das relações entre filhos de migrantes não se restringe aos laços familiares, mas também se sobrepõe a vizinhança no Chuí. Como mostra o encontro de Said, que expusemos no relato acima, com Hatten (ambos filhos de famílias diferentes no Chuí). Said e Hatten, tem cerca de 25 anos. Atualmente moram no Chuí e cada qual administra uma das lojas de sua família. Said cuida de um dos supermercados de seu pai - que também tem outros estabelecimentos no Chuí e Novo Hamburgo (RS). Ele estudou em Jerusalém durante 9 anos e meio.

Said retornou de Jerusalém com 19 anos e permaneceu no Brasil 2 anos e três meses. Depois deste período foi para a Inglaterra fazer o curso de economia. A família manteve

uma casa uma tutora em Jerusalém para os filhos estudarem no exterior. Depois, foi estudar economia na Inglaterra, pois seu irmão (Suel) estudava em Londres, fazia o curso de economia, e providenciou os papéis necessários. Sua influência foi decisiva não só em termos práticos, mas também na escolha do curso. Sua intenção era ir para os EUA mas não obteve visto.

Said- Aconteceu só duas vez, só. Eu conheci eles tudo aqui.

Denise- Mas, tu foi no casamento do Maisar, tu tava lá?

Said- Sim. Sim, quando... sempre... quando eu viajo, sempre eu... é que era essa a segunda vez que eu tinha ido a Palestina já, fazia tempo que eu não ia... 94 e 96 agora, eu não tinha ido desde 88. Da outra vez que eu encontrei os guris fora foi na Inglaterra, que eles vieram me visitar. Foi muito bom. Sempre se encontra gente do Chuí, sempre se encontra.

Denise- É. Na Inglaterra...

Said- Na Inglaterra foi uma loucura, viu. Ah, eles vieram especificamente pra me visitar, né. Eles iam pra Palestina e passaram na Inglaterra com intenção de me visitar.

Denise- Em que época isso?

Said- Isso foi em 93.

Denise- Mas, em que época do ano assim?

Said- Foi em outubro. Outubro, foi. Foi uma loucura, era o casamento da... de uma prima dos caras aí, dos amigos meus. Bah, isso aí... tinha um monte de gente da região da Palestina no casamento. Ah, foi demais.

Muitas dessas famílias falam que são "da mesma cidade" na região de Ramallah na palestina. Esta é uma explicação nativa para seus encontros freqüentes, realizados em festas de casamento e noivados. Além de proporcionar viagens internacionais, as festas de casamento permitem atualizar os laços em redes de relações que não necessariamente se restringem a parentes "lá" e os ampliam para os vizinhos do local que irão visitar no exterior, mesmo que isto tenha um sentido "prático". Yvone (cerca de 35 anos, filha de Hussein, irmã de Maisar, que consta no diálogo com Munira) contava-me que durante uma das festas de casamento na palestina pode ficar sabendo da vontade de seu marido em

reencontrá-la. Temporariamente divorciados, o marido residia nos Estados Unidos e mantinha comunicação com a irmã de Yvone (que não foi na mesma festa de casamento) mas que, como ele, morava nos Estados Unidos, em cidades diferentes.

A maioria das viagens tem uma motivação gerada e viabilizada através das relações familiares. Ou seja, nas famílias pesquisadas, as viagens internacionais eram planejadas com alguns anos de antecedência. Mesmo assim, isto pode dar uma impressão de que viajar para o exterior é algo muito fácil, mas do contrário, devo salientar o esforço despendido no planejamento e na viabilidade destas viagens internacionais, muito caras e muito longas. Significavam planejar as permanências de alguns meses no exterior. Um dado que a diferencia de um simples período de férias. Diferente de uma viagem turística, o planejamento da viagem tenta aliar vários aspectos, quem os hospedará (quais familiares), quem os receberá no aeroporto, qual o itinerário de visitas a cidades e pessoas, se será uma viagem utilizada para um período de investimento escolar, a pretexto de uma festa de casamento, ou se sobrepõe estes vários sentidos a um investimento religioso, uma peregrinação a Meca. São poucos os migrantes que conseguem viver simultaneamente em dois países, como forma de gerenciar sua vida profissional, no comércio, e a vida familiar (manter a esposa e filhos estudando no exterior). Mas há casos em que este tipo de arranjo, muito caro, é utilizado:

Faisal- Eu não nasci aqui, nasci em Santa Cruz do Sul. Minha mãe é brasileira, o meu pai é árabe. Hã... O meu pai se radicou aqui faz muitos anos atrás. Era ele e o irmão dele, o tio Karin, que eram sócios. Enquanto meu pai tinha comércio em Santa Cruz, o meu tio Karin tinha comércio aqui no Chuí. E, dependendo da crise, quando lá tava bom eles iam pra lá, quando aqui tava bom eles vinham pra cá. A primeira vez que eu me mudei pra cá, foi quando eu tinha 8 anos. Morei até os 14 anos de idade. Depois, daí eu me mudei pra Palestina, morei em Ramallah dos 14 aos 16. Depois eu fui pros Estados Unidos, morei em Nova Iorque dos 16 aos 24 e voltei pra cá. E desde... desde lá, tô aqui.

Denise- Como é que foi essa mudança, essa decisão de mudança de lugar?

Faisal- Bom, até a Palestina não tinha opção, né. Tava.. fui acompanhado pela família. Daí meu pai, na Palestina, perguntou quem gostaria de continuar os estudos. Eu fui um cara sempre que me fascinava, sempre gostei de estudar. Não é que gostei

de estudar, mas eu queria aprender. Então eu falei: "ah, eu vou ir". Meu pai falou: "quem quer continuar tem que voltar". Aí eu voltando, fui encontrar minha irmã que tava recém casada em Nova Iorque e eles me convenceram de ficar lá. Eu acabei ficando e estudando nos Estados Unidos.

Além disso, para além de estreitar laços familiares, o sentido das viagens eram claramente uma proposta de retomada do tema da origem disponibilizada pela família. Para os migrantes (os pais, nascidos na palestina) isto era associado a possibilidade e a obrigação como muçulmano de peregrinar ao menos uma vez na vida para Meca. Algumas fotos expostas nas lojas marcavam, com o uso de trajes palestinos, o Rata e suas longas túnicas bordadas, o momento em que a peregrinação foi feita. Um assunto que era de amplo conhecimento do restante da família, esposa e filhos e, muitas vezes, aproveitava-se para levar um filho junto. É o caso de El Jundi que leva seu filho Sami em dezembro de 83 para Zarka e 10 anos mais tarde repete a viagem com o outro filho durante uma viagem de peregrinação e turismo pelo Oriente Médio, incluindo uma passagem por Moscou.

Se, para os migrantes, depois de 20 anos esta era uma viagem de "retorno", para os filhos tinha um colorido especial. As entrevistas deixam transparecer que através das viagens houve um processo de aprendizado da "origem", ou, em outras versões, um momento em que a "origem" passa a singularizar a família. Sami foi com 13 anos, em dezembro de 1983 para a palestina acompanhado pelo pai. Dez anos depois, Tarik o irmão mais novo repetiu a viagem com o pai. No caso de Sami, seu pai permaneceu um mês com ele, retornando para o Chuí. Sami ficou na casa de uma das irmãs do pai. Os planos eram que ele permanecesse na palestina um longo período visando o aprendizado do idioma árabe, o que era feito através de aulas particulares e, segundo Sami, pouco sistemáticas e através de muito estranhamento com relação a cultura local. Até a viagem, Sami dizia não ter nenhuma informação sobre a vida do pai e seus familiares:

Sami- Praticamente nada, era os tapetes na parede, uma que outra peça trabalhada... O meu pai, até 82... ele... se não me engano, aquela foi a primeira viagem dele, depois de ter vindo para o Brasil. É, foi a primeira viagem dele, depois dele ter vindo para o Brasil. Ele viajou comigo. Então, também... o que restava

foram coisas que alguns parentes mandaram. Tinha vindo o irmão dele, trouxe algumas coisas, então...

Denise- O irmão dele tinha vindo há muito tempo antes, ou...?

Sami- Fazia uns 2, 3 anos, que tinha vindo o irmão dele, ficado aqui, passado as férias, um tempo, depois foi embora e trouxe algumas coisas. Então era isso, assim. Houve algumas tentativas esporádicas de ensinar o árabe em casa, mas não adianta...

(...)Eu não me lembro se ele tinha em casa. Mas eram coisas que pra mim não tinham nenhum significado. Não significava nada se meu pai andasse com o rosário na mão, contando continhas, não... não representava muita coisa pra mim. Tinha aquela coisa de que eu ia conhecer a família do meu pai, ia morar no Oriente Médio, mas... era como se aquilo fosse solucionar tudo o que a gente não sabia até então. Então, era a questão do momento de ir, e lá eu ia ficar sabendo de tudo. A coisa era assim.

Sami permaneceu 7 meses na palestina, na casa da irmã do pai. Foi em dezembro de 82 e retornou em junho de 1983. Uma experiência de muitos estranhamentos e reconhecimentos da "família árabe". É possível pensar as viagens como um momento importante da descoberta da "origem", aprendizado tardio do idioma árabe, e da descoberta da peculiaridade de uma "família árabe". As viagens propiciadas e planejadas na família de orientação, no entanto, não são um momento único dos anos 80 no Chuí, mas um momento específico da vida familiar onde a família de orientação disponibiliza aos filhos a possibilidade de conhecer outros parentes, outros lugares e carreiras profissionais. Um movimento que é encontrado atualmente entre as famílias no Chuí:

Faisal- Foi legal, foi... pessoalmente, se eu posso dizer, os momentos mais felizes da minha vida que eu tive agora foram na Palestina.

Denise- É mesmo? Mas, o que que é... o que foi mais marcante, assim?

Faisal- Eu era um estrangeiro e eu me sentia como de casa. Lá eu era de lá, pertencia a lá... hã... o lugar onde eu morei lá, de cultura diferente, de povo diferente, de um modo diferente, mas me tratavam como se eu fosse de lá pra sempre. E eles são muito hospitaleiros, são muito amigáveis, são muito honestos, dedicativos, amigos. O bonito do povo palestino é que não importa onde a gente nasce ou se

cria... Em primeiro lugar eu quero dizer que eu me considero muito brasileiro, tão brasileiro como qualquer outro brasileiro que está vivendo muitos anos aqui neste país. A minha mãe é brasileira nata, pura, de descendência índia. Então ela é muito mais brasileira que qualquer brasileiro de origem italiana, alemã ou outro que tá aqui. Eu nasci numa cidade onde eu adoro, até hoje eu sonho com ela, tenho muito orgulho dela.

Todavia, este deslocamento pode representar uma dúvida, uma dificuldade de situar-se entre estes duplos pertencimentos que a viagem possibilita. Para Sami:

Sami- (...)o que eu não consegui superar foi a limitação do vocabulário. A família... uma família humilde, tanto financeira quanto... quanto socialmente, intelectualmente, então o vocabulário que eu aprendi, que eu desenvolvi neste tempo, se restringia às necessidades do dia-a-dia, nada mais que isso.

Denise- Domésticas.

Sami- Era um vocabulário estritamente doméstico. Um pouquinho mais que eu aprendi assistindo televisão e o resto, realmente. Então, saía de casa, quando tentava manter uma conversa um pouco mais elaborada com alguém, aí aparecia a dificuldade. Agora, no dia-a-dia ninguém dizia que eu era estrangeiro, exceto pela minha cara que... que ficava meia escancarada.

(Atualmente Sami fala da possibilidade de obter um passaporte italiano através da origem da Mãe).

A dificuldade encontrada por Said, de outra família, mostra uma familiaridade diferenciada em relação ao idioma árabe. Said foi levado pelo pai a morar em Jerusalém e iniciar muito mais cedo sua escolarização em árabe. Na mesma família, as faixas de idade dos filhos propiciaram competências e desenvoltura melhores ou piores na cultura e idioma árabe. Seu estranhamento gera um outro tipo de relato, o do desconforto com o duplo pertencimento:

Said- Vinte e cinco vezes, já atravessei o oceano. Eu tô morando que nem cigano há vinte anos já, não... não quero mais. E vou morar mais alguns anos ainda, não adianta, tô vendo já, né. Não adianta, tchê, vou ter que parar um dia. E o dia que eu

quero parar, quero parar num lugar que eu pertenço. Se aqui eu sou turco, lá na Palestina eu sou brasileiro. (risos) Pelo menos é um consolo, porque quando eu cheguei na Inglaterra, os caras me perguntaram daonde eu era, eu já não sabia mais o que falar.

Eu falava pra eles: "eu sou palestino do Brasil", "como?", "bom, eu sou brasileiro. Meu pai é palestino". E os caras me viam com a fisionomia bem diferente, oriente médio, tu fala árabe, como os árabes, e depois eu fazia festa com os brasileiros, isso que eles ficavam apavorados...

Das várias formas como é referida a experiência deste trânsito, condicionado e proporcionado pela família há momentos onde os entrevistados refletem sobre a peculiaridade desta experiência e atribuem a um funcionamento familiar próprio. Na realidade, chamo a atenção para um momento de descoberta deste "funcionamento" singular. Comparativamente, os relatos de filhos que não fizeram a "viagem" apresentam uma outra postura perante a família, relatos que naturalizam "a família árabe".

Durante as viagens internacionais ocorrem decisões individuais. Os relatos dos filhos que viajaram no início da idade adulta mostram os conflitos quanto a decisão individual de permanência e deslocamento internacional. Revelam, através dos conflitos, que aprenderam um "estilo da família", explicando, ao mesmo tempo, como aderiram a propostas concretas de definição de rumos profissionais e afetivos trazidos pelos pais:

Faisal- O árabe aí, também, ele é bem mais unido, né, bem mais... (...)essa... essa... fraternidade que existe entre eles. O contra é que todo mundo te conhece um pouquinho demais e todo mundo se mete um pouquinho demais na tua vida. (risos)

Denise- Certo.

Faisal- Às vezes... tem vezes que tu quer...não quer que ninguém se meta, tu quer fazer o que tu quer fazer e eles se metem muito na tua vida. Então, ele acabam interferindo nas tuas decisões do dia-a-dia ou da tua vida, principalmente os familiares muito. Um pai, antes de fazer qualquer coisa, ele pensa um milhão de vezes. Pensar nos filhos, né, o que que é que vai acontecer, ou deixa de fazer por causa dos filhos. E vice-e-versa, os filhos também. Um filho deixa de... que um filho tem talento de música, mas acha que o pai tá contra que ele seja músico, o pai quer

que ele seja comerciante, o filho até abandona o talento e o desejo dele de ser músico pra satisfazer alguma(?) do pai. Que o pai árabe...

Denise- Tu acha que... tu acha que em parte tu fez esse tipo de coisa na tua vida?

Faisal- Eu fiz, eu muito.

Denise- Negociou contigo mesmo...?

Faisal- Negocieei muito com meu pai.

Denise- Com o teu pai e contigo mesmo?

Faisal- E comigo mesmo. E... hã... o pai árabe é teu pai pra vida toda. Eu posso ter 70 anos e ele 90, ele ainda vai me mandar, ainda eu vou ter o mesmo respeito, o mesmo carinho. Respeito é uma coisa que a gente tem muito pelos... pelo lado árabe. Não é que pelo lado brasileiro eu não tenho, com a minha mãe eu tenho muito, mas a minha mãe hoje tu pode dizer que ela é mais arabesca do que brasileira, em costume.

Denise- Ela viveu lá, né?

Faisal- Ela viveu lá, e depois ela toda vida viveu com o meu pai e... o jeito que ela vê a vida, acredita na vida, é muito parecido do jeito que meu pai vê e acredita.

Ou, de outro modo, constróem um certo distanciamento frente a um "modelo" que foi sendo conhecido na viagem, na permanência na palestina, em geral, em parte da parentela paterna:

Sami - (...). E eu não fui... hã... não me foi explicado que lá as regras do jogo eram um pouquinho diferentes. Então, a coisa foi meio pesada pra mim. Começava dentro de casa: nove filhos... hã... cinco mulheres e quatro homens. As duas filhas mais velhas eram mulheres. Tinha uma de... na época, ela já tinha 21 anos, era mais velha. A outra tinha 18, e o terceiro filho era um guri que tinha 16. E a regra era muito simples: elas eram as culpadas de tudo que acontecia de errado em casa. Mais interessante: as pessoas diziam: "ha, mas... ", os homens..., quem botavam as regras do jogo em casa. Os árabes são interessantes: quem manda em casa é a mulher. Isso eu vi em todas as famílias. Quem impõem as regras dentro de casa é a mulher e quem preserva o poder do homem dentro de casa não é ele, é a mulher dele. Ela toma as decisões, ela garante que a coisa seja feita daquele jeito e ela garante que os filhos cumpram e sigam as mesmas regras. (...) Então, como ela já tava com um pé

fora de casa, ela mantinha uma certa distância dos problemas domésticos, né, da casa. Ela vinha, cuidava da vida dela, saía, trabalhava, voltava.... não me lembro se ela trabalhava ou estudava nessa época... E o noivo... vinha fazia as visitas dele, e eles não se envolviam muito. Então, o saco de pancadas era a outra, a segunda mais velha, com 18 anos que... que tava estudando, tava terminando o segundo grau, tava no último ano se preparando para uma possível universidade, que ela sonhava com isso, tinha essa aspiração. E, se não fosse ela, estourava na outra menina, era sempre as culpadas. Não importava quem tivesse feito o que, as culpadas eram sempre as gurias. E eu cometi o erro de começar a me atravessar nesse tipo de coisa. Não era problema meu, mas eu não tinha muita tolerância com esse tipo de coisa. Eu não quero saber quem é que manda, eu quero saber quem é que fez a sujeira. Quem fez a sujeira foi o fulano, não foi ela. Então, isso... dentro de casa já criei esse atrito doméstico.

Outro atrito que ocorria nesta permanência na palestina era quanto a definição religiosa. O pai foi acionado para buscar Sami na casa dos parentes:

"Sami - Um outro problema, uma coisa que acabou me criando alguns problemas também foi em relação à religião. Então, o pessoal queria porque queria que eu virasse muçulmano e freqüentasse a Mesquita. Queria, porque queria. A coisa chegou a ponto, assim, de a discussão sobre isso, de... da discussão ser pesada, calorosa, por causa disso.

Denise- E qual era o argumento pró, e qual era o teu argumento?

Sami- Não tinha argumento. Não se argumenta sobre isso. Sobre a fé não se argumenta. Tem que ser, porque tu é e ponto. Tu mora na minha casa, tu vive no meu país, tu tem que ser e ponto. Então... até certo ponto eu me dobrei, eu comecei a freqüentar a Mesquita. Até tentei, teve.... caiu justamente um mês de Ramadan enquanto eu tava lá, aí eu fiz jejum um dia, terminei o dia amarelo de fome, desmaiando pelos cantos de hipoglicemia. Aí eles quando viram que realmente eu fiz, mas passei mal, aí pararam de me incomodar. Mas, a Mesquita eu comecei a freqüentar. E eu freqüentava a Mesquita por dois motivos. Na primeira vez eu fui

meio empurrado, aí eu descobri que a Mesquita era um belo lugar pra se passar o dia.

O que aconteceu com Sami, não coincide com o relato de Said. A família de Said optara por escolarizar os filhos desde cedo no árabe e, por conseguinte na leitura do Corão. Há casos de, na mesma família, irmãos em idade escolar terem competências diversas no idioma e nos "costumes" e descobrirem-se mais ou menos "ocidentais" no contexto de suas relações na palestina. Tânia, por exemplo, relata que esta adequação ao domínio do idioma e dos costumes era objeto de discussão entre seus irmãos Taisir, Sami - da Loja Acapulco - todos da família Khaled e primos, todos nascidos no Brasil. Queriam decidir sobre a impossibilidade das mulheres saírem "sozinhas" na rua ou não. A decisão era dada na família, no caso, o tio que acompanhava a família fora decisivo na definição - entre os familiares - de que as sobrinhas eram "brasileiras" e que não deveriam ser tratadas com as mesmas obrigações de uma "árabe" tal era as expectativas dos irmãos mais novos.

"Tânia- (...)O meu tio, o Karin, com quem tu vai conversar, se Deus quiser, ele tem uma mente mais aberta, entende? Ele não é tão... ele não segue tanto os costumes árabes assim. No caso, quando eu fui pra lá com o meu pai e meus primos, o meu irmão mais... o Sami, que é meu irmão homem mais velho, menor do que eu, mas é o irmão homem mais velho, ele... já investigou e já viu como é que é. Então, muita coisa ele nos proibia. Então não podia sair assim, não podia sair assado. Senta no carro, não pode assim, não pode lá, não pode acolá, não pode nada. Então, né, ele.. uma mente assim, como os de lá, naquela época, que mulher não podia fazer nada, isso, aquilo. O meu tio, quando foi com as minhas primas, que a mente dele é mais aberta, ele dizia que não, que as gurias tinham que ir conhecer e trazer... tudo elas faziam, elas podiam ir a Jerusalém na parte judaica... elas participavam de campeonato de vôlei, de campeonato de basquete, iam a discotecas, iam a barzinhos. Porque lá tem tudo isso, a parte cristã toda tem, tem isso aí. Então, elas se entrosaram muito... fizeram muito mais amizades, né, muito mais amizades. Elas adoraram ficar lá. E eu já não. Eu e a minha prima já foi uma coisa mais restrita, porque a gente, entende? E elas...são menores que a gente em idade, quando elas tavam aproveitando, a gente já veio embora. Então, quer dizer que eu não

aproveitei... eu me arrependo de muita coisa. Não é que... não que eu gostaria de ter feito isso, eu gostaria de ter conhecido mais, de ter feito mais amizades".

O que os filhos de palestinos passam a conhecer é o vigor e a realidade de certos modelos de família árabe, através de experiência contrastiva em adequar-se ou lidar com códigos diferenciados. Desta experiência, aprendem a reconhecer e sublinhar um funcionamento singular de uma "família árabe" permitindo uma apropriação coletiva do tema da origem proporcionada pela "viagem":

Sami- A herança, é a herança cultural da família, não é um.....não é um objeto, é... Ele... Ele era a pessoa, assim ó, que sabia quem era filho de quem, de onde tinha vindo, o que fazia da vida. Como nasceu a família, de onde veio o primeiro, né. Como foi, assim, a questão da saída da Palestina, da ocupação israelense, como é que eles vieram, como é que o Fulano se virou. Ele guardava a memória da família. Ele morrendo, eu não sei pra quem isso passou, ele morreu com 85 anos, morreu relativamente novo. Mas, ele tinha... eu não me lembro, ele tinha uma doença que eu não sei o que que era... possivelmente tuberculose ou um câncer de pulmão, eu não sei o que que era, alguma coisa a ver com o pulmão dele. E... não sei pra quem passou isso, mas ele que preservava essa memória. Ele era o típico, assim, árabe de filme, um velhão de barbas...

(Sami descreve longamente este parente mais velho que o ensinava o idioma árabe)

... Então, aquela coisa assim, o próprio beduíno, de barba longa, barba branca, assim. Gostava muito de lá. Ele me passava uma coisa... uma coisa... uma coisa forte, de uma pessoa... que, eu me lembre, foi a única pessoa, até hoje, que eu chorei a morte dela. Eu não me lembro de ter sentido a morte de mais ninguém, e quando ele morreu eu já tinha voltado pro Brasil há muito tempo... Eu costumava passar as tardes na casa dele. Eu adorava ficar com ele. Ele que me contava quem era quem, de onde vinha, né, o que fazia, e como é que era. Ele tinha, assim, uma paciência, uma tranquilidade, uma coisa assim... Eu não podia passar pela casa dele... se ele me visse... Ele morava na mesma rua que nós, um pouco mais na frente, então pra ir pro mercado, muitas vezes, ou pra ir na casa de outro, eu tinha que passar na frente

da casa dele. Então, às vezes eu tinha que me escapar, porque ele não me deixava passar ali na frente... E os filhos dele muito bons, também...

Por outro lado, esta experiência de diáspora age no sentido de reorganizar e reforçar a noção de um estilo peculiar de uma "família árabe", aprendida na experiência da viagem e, fundamentalmente, por um investimento no aprendizado do idioma árabe. Apesar da transcrição das entrevistas serem em sua maioria de homens, que teoricamente parecem aprender este estilo familiar ao desafiar e colocar em questão sua adequação ao proposto pela família de origem, as mulheres também relatam as viagens como um momento de aprendizado do idioma árabe e como uma experiência que reforça laços com a família de orientação e com o tema da "origem", reforçando também aspectos conflitivos das relações de autoridade na família:

"Tânia- É, ele é meu irmão... porque eu e minha irmã somos as mais velhas, depois tem um irmão mais novo. Eu tenho três irmãos homens mais novos que nós, mas dos homens ele é o mais velho. Ele tem 30 anos agora. Então, ele não queria. Então, era ele e meu tio brigando. Meu tio dizia que nós íamos e íamos sentar com os homens e ele diz que não, que não. Até no carro, quando a gente entrava no carro, ele mandava nós entrar no meio pra nós não olhar pra janela".

A experiência de Tânia, por exemplo, envolve o aprendizado tardio do idioma árabe. Irmã de Taisir e Faisal ela, teoricamente, fizera a "mesma" viagem, estavam juntos na mesma casa, mas o significado desta iniciação é expresso de uma outra forma:

Tânia - (...) E eu tinha... me apelidaram lá na Palestina, porque eu fui uma das... eu tenho acento meio pesado, então não consigo falar muito bem o... aquele detalhe que eu te falei. Me apelidaram lá como "a menina que não sai de casa". Sabe como é a expectativa dos... deles lá quando chega uma família nova, eles ficam todos assim, e acham assim, te acham assado e então...(...) É. E eu, como não saía de casa, eles sentiam aquela curiosidade, aí me apelidaram desse... "a menina que não sai de casa". Depois de 8 meses, eu resolvi.. resolvi... tentar me defender sozinha. Eu já sabia falar, mas tinha medo de falar e errar, tinha vergonha mesmo. E a casa lá sempre cheia de visitas, né. Sempre, né, se visitando muito lá, sempre tão se

visitando. Então, um dia chegou uma visita, eu me lembro que fazia oitos meses que eu tava lá, e a minha prima tava comigo na sala e a minha mãe tava fazendo chá, e eu tava falando com eles, mas sempre com a minha prima do lado, eu me sentia mais segura com ela do meu lado.(...) É. Aí ela saiu, propositalmente ela saiu e me deixou sozinha, pra ver como é que eu me saía. Né que eu me saí bem. Aí, depois que eu vi que eu me saí bem, eu comecei. (...) Aí eu fazia questão até de sair. Depois eu recebia muito elogios, porque eu falava com o árabe (com acento) do Egito. Até mandei uma fita pro meu pai. Meu pai gostou muito, chorou quando recebeu a fita e... e todo mundo dizia que a gente tinha aprendido muito rápido, daí eu vi que idade não ... esse negócio de ir velho pra lá não importa, tu aprende. Se tu tem força de vontade, tu aprende. Claro que a gente não chegou a estudar, a seguir uma carreira, porque eu fui pra lá pra aprender a falar e escrever."

Além do conflito entre irmãos e primos, a experiência de viagem de Tânia é imediatamente anterior a sua participação na OLP como militante da *Sanaud* (voltaremos) no Chuí e de seu posterior casamento com um filho de migrantes palestinos residentes em Rio Grande e São Paulo. A experiência de Tânia reforça o aspecto iniciático das viagens internacionais como forma de organizar e dar um tom pessoal e inalienável ao tema da origem. Mostra, por outro lado, que este reconhecimento não significava apenas um diferencial perante os "outros", não-árabes ou não "turcos", no Chuí. É uma experiência de alteridade, de estranhamento nas relações familiares e de auto-reconhecimento do lugar que o tema da "origem" ocupa em sua trajetória e nas suas relações familiares atuais.

Considerações Finais:

Os relatos dos filhos de migrantes nos revelam o lugar central das viagens internacionais e dos "deslocamentos" nas trajetórias dos entrevistados. As viagens são produzidas pela família e, através das viagens os laços familiares são compreendidos, traduzidos e reiterados como detendo um "estilo próprio".

Em muitos aspectos a experiência de rediasporização lembra o tema do "transnacionalismo". Ou seja, a experiência de "diáspora" pode ser vista como um

momento do processo migratório em que instaura a possibilidade de viver em dois ou três locais de forma conectada, sucessiva, um momento transnacional. No entanto, particularmente prefiro manter algumas distinções entre os conceitos. Tal como a diáspora, a prática do trânsito transnacional é vista, muitas vezes, como uma "estratégia" de reprodução social que pretende, a longo prazo, viabilizar um retorno "definitivo". São conceitos que remetem a "estilo de vida" daqueles que aprendem a dominar vários códigos simultaneamente e que não encontram sua "homeland" senão no trânsito⁸. Neste caso, as similaridades entre transnacionalismo e diáspora parecem mais evidentes.

A noção de transnacionalismo pode carregar um tom de autonomia dos sujeitos que transitam que não necessariamente incorporaram seja como condições que viabilizam a viagem, seja no significado embutido na mesma. Portanto, tal como o conceito de diáspora - devidamente ampliado e múltiplo - a perspectiva transnacional pode referir-se a importância das condições sociais que envolvem este trânsito internacional. Saliento que nesta "readiasporização" estes valores não são óbvios ou propostas assumidas pelas famílias ou mesmo a resultante desta experiência de trânsito internacional.

A literatura que trata do trânsito internacional, sob a ótica do transnacionalismo, analisa a família como parte da viabilidade do deslocamento e, confere a ela um sentido instrumental. Isto significa, freqüentemente, trazer à tona a *família* como uma motivação para o sujeito que migra, especialmente por que retorna ou deseja retornar em uma outra condição financeira⁹. O que ocorre na vida do sujeito que transita é, de fato, uma mudança de status na família, como alguém que foi iniciado nos costumes, isto pode vinculá-lo ainda mais a decisões tomadas na parentela, e portanto, não produz uma autonomia em uma outra unidade doméstica. Como demonstrei, é importante perceber a centralidade da *família* como uma motivação mas também como ordenadora da experiência da *viagem*. Assim, ela

⁸ A questão tem sido exaustivamente analisada por James Clifford (1997), Homi Bhabha (1998), entre outros, no sentido de uma crítica a antropologia na localização do objeto e da sua fixidez, um "campo" de estudo que direcionou o estudo de "ilhas" e "nativos", situados, fixados a priori. Neste sentido, tal como os autores propõem, é possível repensar a produção de identidades sociais não como o encontro entre distintos, mas como lugares onde *algo começa a se fazer presente* (Bhabha, 1998), marcado pela ambivalência.

⁹ Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) reúnem estudos que abordam a imigração e o transnacionalismo. Nestes estudos, predominam a crítica a noção de assimilação e uma tentativa de precisar a definição e abrangência do conceito de transnacionalismo. Nos artigos reunidos, temas como as redes de relações e os "laços primordiais" que viabilizam o transnacionalismo tornam-se um tema importante para a percepção dos múltiplos contextos de definição da identidade social. Rios (1992) sintetiza as vantagens da perspectiva

não só viabiliza o trânsito internacional em seu sentido instrumental, mas é ordenadora da experiência dos sujeitos - nas motivações e na produção da viagem como um momento de iniciação no tema da *origem*. Aí, talvez a principal diferença entre um transnacionalismo e as experiências relativas a diásporas.

Finalmente, cabe pensar se este "transnacionalismo" é um momento da diáspora, ou aponta para uma experiência com características singulares. Neste sentido, para meus entrevistados, prefiro o uso da noção de diáspora em seu sentido plural. O que chamo a atenção é que a diáspora nada tem a ver com um fascínio pelo trânsito internacional que a noção de transnacionalismo pode evocar. A circulação internacional e o *desenrraizamento* poderiam lembrar o perfil de um cidadão do mundo, sem fronteiras com desenvoltura e domínio de idiomas e códigos culturais e a família poderia ser tomada no seu sentido instrumental como, tão somente, uma viabilizadora deste trânsito. A experiência que os filhos de palestinos referem é, do contrário, uma experiência altamente codificada na forma de acontecer e ser viabilizada pela família e vivida, muitas vezes, como um desconfortável deslocamento. Este deslocamento é reorganizado e traduzido nas relações familiares, recontado inúmeras vezes, partilhado entre parentes e amigos que tiveram experiência similar. A desenvoltura com vários códigos culturais e idiomas pode dar os contornos de uma experiência transnacional, porém a resultante desta experiência é o re-conhecimento de uma origem (cujos "ganhos" são muito questionados), mas que significaram, acima de tudo, a produção e um "re-conhecimento" de laços primordiais, do aprendizado do idioma árabe como sinal distintivo e do reconhecimento de um "estilo específico da família" - *uma família árabe*.

Referências Bibliográficas:

BOYARIN, Jonathan (1993). (comunicação pessoal registrada por Clifford) In: CLIFFORD, James. In: CLIFFORD, James. "Diasporas" in *Routes, Travel and Translation in the late Twentieth Century*, Cambridge (Massachusetts) & London, Havard University Press, 1997, pp. 244-277.

transnacional, frente a noção de assimilação, como forma de entendimento das migrações internacionais produz um detalhado comentário sobre as demais etnografias apresentadas nesta publicação.

- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998.
- CLIFFORD, James. "Diasporas" in *Routes, Travel and Translation in the late Twentieth Century*, Cambridge (Massachusetts) & London, Havard University Press, 1997, pp. 244-277.
- GEERTZ, C. "Form and Variation in Balinese Village Structure" In: Peasant Society (org) Potter, Diaz, Foster. University of California, Berkeley, Boston, 1967.
- KHALIDI, Rachid. "La Formation de L'identité palestinienne: Les Années décisives: 1917-1923" In: Qantara. N. 23/Printemps, 1997. pp. 34-37.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. "A Viagem da Volta: Reelaboração Cultural e Horizonte Político dos Povos Indígenas no Nordeste". In: *Atlas das Terras Indígenas/Nordeste*. Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional/UFRJ. 1994. pp.V-VII.
- RIOS, Palmira. "Comments on Rethinking Migration: A Transnational Perspective" In: Schiller, Basch e Blanc-Szanton (orgs). *Towards a Transnational Perspective on Migration. Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Recosidered*. Annals of The New York Academy Os Sciences, Vol. 645. N.Y. !992. pp.225-230.

Mitos e história na imigração italiana no Rio Grande do Sul

Dilse Corteze¹

Ao longo de sua história, o Brasil tem recebido imigrantes de vários países. Especialmente no Rio Grande do Sul, existem colônias de diferentes nações européias que ali encontraram terra fértil para estabelecer seus empreendimentos. Na historiografia imigratória sulina, salienta-se a vinda dos italianos, que marcaram expressiva posição no cenário gaúcho, influenciando nos mais variados ramos de atividades.

Nos relatos de imigrantes e de descendentes sobre os primeiros tempos da colonização, são recorrentes as referências aos sofrimentos conhecidos durante a travessia atlântica; às dificuldades passadas, quando do estabelecimento nas glebas coloniais; ao isolamento vivido no seio das densas matas serranas, habitadas por animais selvagens; às promessas jamais cumpridas pelas autoridades nacionais.

Muitos historiadores que se apoiaram em relatos orais e em documentação primária e secundária para escrever a historiografia da imigração italiana reproduziram essas interpretações e as explicações do sucesso da sociedade colonial devido a uma espécie de predestinação étnica do italiano ao trabalho. Estas visões simplificam, caricaturizam e empobrecem a rica, complexa e dinâmica história da colonização italiana no Rio Grande, alimentando preconceitos e reflexões irracionais de toda espécie.

A memória humana às vezes é caprichosa, principalmente quando insiste em guardar lembranças que nos marcaram com mais intensidade. A ocorrência de um fato, sua seleção, retenção, elaboração e transmissão são profundamente determinadas pelo tempo histórico. Sempre, a memória histórica constitui um depoimento contemporâneo sobre o passado, em constante reelaboração,.

Os acontecimentos tristes são sempre narrados com grande ênfase, ficando fortemente gravados na memória. Todos têm um destes fatos para contar. São memórias nem sempre de ocorrências presenciadas. Muitas vezes, são *causos* contados por outros, que expressam sentimento que foram e são nossos.

¹ Licenciada em História pela UPF e mestranda em Historia Regional pela mesma Universidade. Professora de História na Escola Garra de Passo Fundo. E-mail: dcorteze@via-rs.net

Comunidades diferentes registram tendencialmente memórias diferentes sobre o mesmo fato. A vivência dos indivíduos modifica suas apreciações sobre acontecimentos passados. A mudança social do depoente, fenômeno geral na imigração colonial, determina o conteúdo de seu depoimento sobre diversos fenômenos.

“Num mundo dividido por contradições e exclusões, é inevitável que haja memórias que alcançam o sucesso e outras que precipitam no abismo do esquecimento. É comum que as interpretações/recordações de segmentos e camadas sociais realizem uma espécie de hipérbole temporal e social e alimentem e determinem as interpretações historiográficas hegemônicas”. [MAESTRI: 1999,192]

Somente a análise e crítica da memória de uma comunidade permitem depurar e valorizar a documentação oral. A definição do sentido das possíveis desconexões e deformidades entre uma memória consolidada e os fatos históricos ilumina locais obscuros dos próprios acontecimentos e esclarece a função dessa memória na construção de interpretações historiográficas contemporâneas sobre o passado em estudo.

Nossa comunicação tem o fito de analisar e criticar, brevemente, alguns dos mitos historiográficos sobre a vinda, as experiências, as expectativas e as circunstâncias dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Sobre tudo, deteremos nossa análise sobre três grandes mitos da colonização.

A travessia atlântica

Salvo engano, no Brasil, não existem pesquisas sistemáticas sobre a travessia de mais de oitenta mil imigrantes italianos realizada entre os anos de 1875 e 1914. O que podemos concluir é que se tratou de experiência complexa, difícil de ser generalizada. [MOLINARI: 1988] Tem sido comum a aproximação do tráfico e da travessia dos italianos à dos cativos africanos.

São superficiais as analogias entre os dois movimentos de transferência populacional. As condições objetivas e subjetivas de transporte eram diversas, apesar de eventuais semelhanças aparentes – navios sobrecarregados; nichos nas cobertas e nos porões; mortos sendo jogados ao mar, etc. Eram profundas as diferenças nas condições de embarque, de alimentação, de alojamento e na qualidade dos navios.

Na década de 1970, o padre Sponchiado aproximava migração e escravidão, navios negreiros e de imigrantes. Para ele, “*o imigrante neste tempo não passava aos olhos das classes detentoras do poder de um ‘escravo branco’ porque cultivava a terra. [...] Tanta exploração era mais que justificada e aceita, quando Navios Negreiros percorriam os mares. E persistiu depois de acabar o tráfico negro, com a corrupta ganância!*” [SPONCHIADO: 1996, 29]

Escravidão e imigração constituíram realidades diversas. A documentação é clara nesse sentido. O tratamento do imigrante não tinha nada a ver com o dos escravos. Segundo o imigrante Júlio Lorenzoni, que escreveu suas memórias no início deste século, durante a viagem, o imigrante recebia uma ração farta: *Às oito horas da manhã, vinha distribuído café com biscoitos em abundância; era a refeição habitual de todas as manhãs, salvo às quintas-feiras em que aquele era acrescido de um decilitro de rum e cinco ótimas anchovas para cada um. As duas outras refeições, almoço e jantar, consistiam em sopa de massa ou arroz com legumes, um prato de carne de vaca ou ovelha, língua, batatas, bacalhau, ovos, arenques, etc., tudo em abundância, além do pão fresco e vinho, que nos eram servidos todos os dias. Aos domingos, na refeição do meio dia, a ração do vinho era duplicada e, completando o almoço, distribuíam um bom prato de frutas secas para cada família.* [LORENZONI: 1975, 23]

Nos grandes navios, a alimentação servida era relativamente abundante, muitas vezes, mais farta e rica do que a conhecida por emigrantes em suas residências na Itália. Nos navios, viajavam animais para serem abatidos. A carne servida aos passageiros não era comida habitual das populações camponesas italianas.

Mesmo que, em muitos casos, aquelas afirmações fossem corretas, em outras não o eram. Em carta de 22 de junho de 1884, Paulo Rossato reafirma o bom tratamento durante a travessia, certamente exagerando-o, visto querer convencer os familiares italianos sobre as maravilhas da emigração: “*No navio, vocês receberão comida, além de vinho [...] e frutas duas vezes por semana*”. [In: DE BONI: 1977, 29].

Os dois tipos de passageiros, emigrantes e cativos, viviam a travessia de maneira radicalmente diversa. Os africanos eram arrancados à força de sua terra e de sua família. Acorrentado a estranhos, eram levados para terra desconhecida. A situação do emigrante era diferente. A decisão de abandonar a pátria consistia ato livre e espontâneo. Ele deixava terra

que lhe fora pouco grata e sonhava construir no Novo Mundo vida nova. Acreditava que se transformaria em um pequeno senhor, proprietário de sua terra.

Não raro, nos depoimentos escritos sobre a partida para a América, os imigrantes registram boas recordações da viagem, da aldeia até o porto de embarque. Nas paradas de trem, aproveitavam para visitar pontos turísticos de Padova, Verona, Montova, Brescia, Vicenza, Treviso, Milano etc., conhecendo locais nunca antes visitados: museus, castelos, praças, igrejas, ruas importantes “*e até o Cemitério de Staglieno, que era considerado uma maravilha do mundo.*” [LORENZONI: 1975, 20]

Os depoimentos destas visitas se perderam para a memória oral. É normal e compreensível que sobretudo as experiências extraordinárias e os acontecimentos trágicos tenham sido registrados privilegiadamente pela memória da imigração.

Com a organização da grande emigração, modernos navios a vapor, especializados no transporte de emigrantes embarcavam milhares de passageiros, com seus abundantes pertences. Apesar de viajarem abarrotados de passageiros, os transatlânticos eram relativamente seguros, não ocorrendo os naufrágios habituais dos navios tumbeiros na travessia transatlântica. Para Maestri, em “*fins do século 19, a travessia transatlântica há muito deixara de ser uma aventura de conclusão incerta. O naufrágio dos grandes navios não era mais considerado um risco calculado, mas uma catástrofe.*” [MAESTRI: 1999, 197]

Acidentes corriqueiros de automóveis causam menos espanto do que os causados por meios de transportes, mais seguros, porém, menos comum. Os casos extremamente raros de naufrágios de navios de imigrantes assumiram dimensões inusitadas em relatos e na memória da imigração. Foi o caso do naufrágio do navio Sírío: “*Um navio inteiro desaparece tragado pelas águas, mas pouco sobrou dele, talvez apenas essa canção, muitas vezes entoada nostalgicamente [...].*” [SANTIN: 1986, 16]

Alguns autores referiram-se em modo singularmente dramático para descrever o desastre. Em 1996, Breno Antonio Sponchiado escreveu: “*Símbolo de todas as agruras da travessia oceânica, é o famigerado Sírío, que se transformou em tumba fatal de centenas de imigrantes, quando o mandante corrupto arriscou os escolhos do litoral espanhol para contrabandear clandestinos (05.06.1906). O folclore italiano guardou, com dolente melodia, este naufrágio na canção ‘Il Sírío’.*” [SPONCHIADO: 1996, 26] Manfroí, autor

clássico da imigração, refere-se também ao caso singular: “*O naufrágio do navio ‘Sírío’, com toda a sua carga humana, não foi esquecida nas colônias italianas do RS.*” [MANFROI,1975, 106]

Para Maestri, o fato de que o naufrágio deste navio e a perda dos passageiros tenham impressionado profundamente a memória dos italianos e dos imigrantes estabelecidos no RS e nas Américas deve ser considerado como prova de confiabilidade dos meios de transportes da época, e não da insegurança da travessia. [MAESTRI: 1999, 197]

A perda de um ente querido sempre consistiu fato traumático e de difícil esquecimento. Durante a viagem, eventuais mortes de crianças e de velhos ficaram gravadas intensamente na memória da emigração, sobretudo devido ao momento peculiar em que ocorreram. Mortes durante a travessia ganhavam maiores dimensões na memória dos envolvidos pelos acontecimentos porque os corpos ficavam insepultos – ou sepultos no mar —, fato absolutamente extraordinário.

Cartas escritas por emigrantes contam que as viagens transcorreram bem, sem incidentes, a não ser pelo calor, uma borrasca ou fatos sem maior importância. A correspondência do imigrante Miguel Madalozzo, escrita em 1876 ao pai, reafirma, com ênfase exagerada, a tranquilidade da travessia e sugere que o medo da viagem era *anterior* à própria travessia: “*Diga a minha mãe que venha também ela, pois eu ficaria feliz em vê-la aqui comigo, e não há perigo algum na viagem. Pelo contrário, quem parte demonstrando ter 80 anos, parece ter apenas 50 ao chegar. E isso acontece com todos os de idade avançada.*” [In: RADIN. 1997, 51]

Originários do meio rural, os imigrantes viviam, sob grande tensão, a travessia atlântica em direção a um destino incerto. Mesmo quando transcorria sem maiores tropeços, certamente constituiu momento de angústia extrema, nascida em parte do abandono da terra natal, dos parentes e amigos, etc. Possivelmente, os relatos patéticos sobre a travessia, fixados pela imigração, reproduzem experiências singulares, os piores momentos da viagem, os temores comuns na Itália sobre a viagem transatlântica. Representavam o doloroso abandono da terra natal em direção a um mundo em boa parte desconhecido.

As matas do Brasil

É comum na memória e na historiografia da imigração italiana a ênfase sobre o abandono sofrido pelos imigrantes, por parte de autoridades brasileiras. O imigrante Lorenzoni escreveu: *“Chegados à Colônia [...], tornavam-se muito tristes pela falta absoluta de conforto. [...] Uma pobre família, composta quase sempre de cinco, seis, oito e até dez pessoas, abandonadas no meio da mata, longe duas, três e até cinco horas de caminho até chegar à sede, sem vias de comunicação, carecendo de tudo [...], quase todos com tenras crianças e também velhos decrepitos, obrigados a se satisfazer com uma miserável cabana, pode-se imaginar o desânimo que estes coitados sentiam!”* [LORENZONI: 1975, 64-65]

Manfroi reafirma esta visão: *“Isolados de sua pátria de origem, praticamente abandonados pela nova pátria de adoção, sem contato com outras sociedades, os colonos italianos enfrentaram uma situação nova e inesperada. A pobreza, o abandono e a necessidade de sobreviver desenvolveram uma solidariedade compreensível, mas que não substituía o trabalho individual e familiar duro e estafante”.* [MANFROI: 1975, 15] No mesmo sentido: *“O imigrante, perdido e abandonado na imensa solidão das florestas brasileiras, fez do sino seu porta voz, [...]”* [SANTIN: 1986, 8]

São abundantes as alusões ao grande perigo que as florestas sulinas apresentavam. O mesmo Lorenzani escreveu: *“Os que ficavam em casa recomendavam muito o regresso antes da noite, porque, ficar uma mulher sozinha, com três ou quatro filhos pequenos, naquela solidão, era uma temeridade em vista dos animais que circulavam nas proximidades.”* [LORENZONI: 1975, 66-67]

Nossa historiografia abraçou acriticamente relatos sobre essas realidades desconsiderando que os imigrantes chegaram imbuídos de idéias de que no Brasil havia muitos animais selvagens e índios temíveis. Esquecem, também, que mata virgem era para o próprio colono sinônimo de terra fértil.

Na Itália, histórias eram contadas sobre animais selvagens e índios temíveis que povoavam as matas americanas. Antes de partir da Itália, os emigrantes muniam-se de espingarda e munição para se defenderem dos ataques das feras e dos nativos que esperavam encontrar no Brasil. Ao chegarem no RS, as armas serviram para caçadas, tão bem-vindas para suprir a alimentação, às vezes difícil, nos primeiros tempos.

Maestri lembra: *“Na Itália, o emigrante vivera no seio de comunidades aldeãs –*

paese. *As matas e as florestas brasileiras assombravam seu imaginário, desde o momento que se decidira a partir para o Brasil e sintetizavam – material e simbolicamente – o caráter inculto e selvagem dos territórios americanos que deveriam ser desbravados pelos colonos recém-chegados. O espaço não-civilizado, por excelência.*” [MAESTRI: 1999, 203]

No norte da Itália, não existiam matas virgens como as encontradas no Brasil. Mesmo assim, os imigrantes demonstraram saber lidar com as florestas fechadas, cortando as árvores, preparando a terra para o plantio e madeiras para a construção das casas. O italiano recém-chegado, não demonstrava medo da floresta, olhava para a mesma pensando o que esta podia lhe oferecer.

Os colonos encontravam-se próximos aos vizinhos, e a algumas horas a pé das sedes. Todos desbravavam, igualmente, seus lotes coloniais, a apenas algumas centenas de metros. De seus lotes de terra, era possível verem-se trabalhando. O isolamento inicial sentido pelos colonos recém-chegados, deveu-se, principalmente, pela diferença sentida de seus locais de origem.

Na Itália viviam em aldeias, se deslocavam todos os dias para trabalhar nas lavouras. Chegados no RS, foram viver nas colônias, com distâncias de quinhentos, mil ou mil e quinhentos metros entre elas. Mas foi, é bom não esquecer, precisamente essa abundância de terra que fez com que o colono tivesse coragem de emigrar para uma terra estranha.

É também recorrente a proposta do abandono, quase consciente, dos imigrantes pelas autoridades brasileiras: *“Eles faziam parte desta ‘miséria errante’ que a Itália abandonara aos caprichos da aventura e à audácia do risco. Foram recebidos com indiferença pelas autoridades provinciais e desconhecidos, durante muitos anos, pelos gaúchos.*” [MANFROI: 1975, 117]

A colonização foi planejada e executada em forma relativamente pertinentemente pelo governo brasileiro, considerando-se os recursos humanos e financeiros disponíveis. Ela envolveu somas em dinheiro jamais gastas com os nacionais – caboclos, libertos, ex-cativos, etc. – desta ou de qualquer outra região do país.

Para Manfroi, o isolamento foi algo quase procurado pelas autoridades brasileiras: *“[...] é preciso levar em consideração o sistema de colonização adotado pelo governo que*

isolou as colônias italianas do restante do RS e as linhas coloniais, umas das outras. Ora, cada linha procurou, na medida do possível, organizar a própria vida social, independente das demais, pois a falta de estradas tornava difíceis as comunicações.” [MANFROI:1975,163]

As colônias não estavam isoladas. Em todo caso, estavam menos isolados do que as fazendas da Campanha gaúcha ou que os ervateiros do Alto Uruguai. As colônias estavam dispostas em linhas ao longo de estradas que as ligavam à sede com uma distância de poucas horas de caminhada ou, menos ainda, se o percurso era feito em lombos de mulas.

Maestri lembra que, segundo o planejado pela operação colonial, logo após o primeiro momento da fundação das colônias, através das linhas e das sedes coloniais, “os recém-chegados inseriam-se em uma rede administrativa e comercial bastante atuante e complexa. Se não fosse assim, não estariam capacitados de pagarem a dívida e os impostos coloniais.” [MAESTRI: 1999, 206]

Em geral, as cartas enviadas para a Itália, pelos recém-chegados, transmitiam idéia positiva da imigração. Falavam comumente da facilidade de obter terra, da produtividade das colheitas, da abundância da carne e dos animais de transporte e tração. Foram sobretudo essas informações positivas que mantiveram o fluxo da emigração, em forma quase ininterrupta, por longas décadas.

Em carta enviada ao pai, Paulo Rossato escreve: “*Caro pai, você deveria ver que bela colônia comprei! Está bem colocada e deve ser boa. E se visse quanta lenha existe nela! Em Valdango seria rico quem tivesse tanta madeira. Estou ansioso que venham meus irmãos e toda a família. Lá éramos servos e aqui somos senhores.*” [In DE BONI: 1977, 35]

O amor do colono ao trabalho

É comum na memória e na historiografia da imigração visões, implícitas ou explícitas, sobre o amor do colono ao trabalho e sua excelência étnica, que o diferenciaria do caboclo sulino, considerado indolente e preguiçoso. As qualidades étnicas e morais superiores do colono seriam as explicações do sucesso das colônias ítalo-gaúchas: “*O progresso e a prosperidade das colônias deviam nascer da capacidade de*

trabalho dos colonos e não do apoio do governo.” [MANFROI: 1975, 40]

Lorenzoni destacou o resultado do esforço heróico do imigrante: “[...] *ninguém ponderava que, às vezes, com o sacrifício da própria vida, eram eles que estavam transformando a mata virgem e secular em alegres vinhedos, amenas plantações, com fartura de cereais, hortaliças e lindas flores, nos seus bem cuidados jardins.*” [LORENZONI:1975,138]

Essa visão sobre o colono era também assumida pelas autoridades nacionais. Em seu relatório sobre o Serviço de Imigração e Colonização na Província do Rio Grande do Sul de 1886, Manuel Maria de Carvalho, Engenheiro Ajudante da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, após falar sobre a grande e boa qualidade da produção agrícola daquele ano, nas colônias Conde d’Eu e Dona Isabel, atribuía tudo ao “*excessivo amor ao trabalho e propósito firme de permanecerem no nosso país*” dos colonos italianos [COSTA: 1992, 118]

As terras florestais da RCI possuíam fertilidade inicial. Portanto, foi grande a surpresa, quando das primeiras colheitas: grandes espigas de milho, fartura de trigo, feijão, etc. Na obra, *Um viaggio a Rio Grande Del Sud*, de 1905, ao relatar sua visita à colônia de Bento Gonçalves, Vittorio Bucelli, Agente de imigração do governo brasileiro no Vêneto, escreve que podia ver as colinas desmatadas e cultivadas, com lindas plantações de milho e cânhamo. “*Longas e espessas fileiras de parreiras, amarradas em forma de pérgula, indicavam a presença de colonos italianos, de seu sistema de cultura e de seu amor pela agricultura*”. [COSTA: 1992, 85]

Qualquer visão diversa sobre a qualidade do colono italiano era combatida: “*Com o nome de jacobino quero qualificar os poucos brasileiro, moradores na colônia, que só viam em qualquer imigrante italiano um elemento de desordem e um parasita, quando, em vez disto, o nosso colono representava o trabalho, a economia, a persistência, a obediência às leis e o futuro bem-estar do nosso amado Rio Grande,*” [LORENZONI:1975,164]

Para alguns autores, os colonos italianos eram superiores não apenas aos caboclos nacionais, como também a muitos povos europeus, havendo vencido onde aqueles fracassaram: “*Porém, sempre filhos d’uma raça forte e laboriosa, aquelles (sic) humildes colonisadores, (sic) com as lagrimas amarguradas nos olhos, continuaram a dolorosa*

peregrinação até encontrar o núcleo colonial, abandonado pelos polacos, no meio dos Mattos.” [SANTIN: 1990, 65]

Radin fala que a comparação entre caboclos e imigrantes é impossível, já que se trata, não de duas raças, mas dos “*que trabalham e os que não trabalham.*” [RADIN:1996,25] . Desconhecendo-se isto, a “*imagem do italiano imigrado é identificada invariavelmente pelos traços de um homem trabalhador, afeito a iniciativas rudes e corajosas, capaz de enfrentar situações de grande adversidade.*” [SANTIN: 1986, 64]

O progresso da RCI deveu-se ao sistema de colonização adotado pelo Estado; ao clima relativamente ameno; à fertilidade do solo; etc. Na primeira vez que visitou as colônias de Conde d’Eu e Dona Isabel, em 1883, Enrico Perrod, cônsul italiano em Porto Alegre, escreveu: “[...] *nossos colonos encontraram nestas regiões uma temperatura semelhante à de sua pátria e um solo fertilíssimo, que produz em abundância o milho, a cevada, o centeio, a aveia, o linho, o algodão e quase todos os frutos da Europa,* [...]”[COSTA: 1992, 14]

As visões sobre a superioridade e vocação étnica dos italianos ao trabalho escondem as razões profundas e complexas do sucesso da imigração. Ao abandonar a Itália, o colono dispunha-se a tudo fazer para não retornar à condição de arrendatário ou empregado. Ao chegar ao Rio Grande, deparava-se com uma situação que lhe oferecia terra abundante, financiada a baixo preço, relativamente próxima dos mercados. O encontro entre o camponês, a terra e o mercado constitui a grande explicação do sucesso colonial.

A retórica do amor do italiano e de sua superioridade étnica induz, implícita ou explicitamente, à visão de que o caboclo não trabalhava e possui baixa qualidade étnica. Porém, num caso e no outro, são formas distintas de trabalhar, em funções também distintas. O caboclo brasileiro não recebeu terra para desenvolver a agricultura, nem teve uma experiência cultural e econômica voltada à policultura comercial. O colono europeu desejava e obteve a terra. Trazia experiência centenária como policultor mercantil.

A colonização do Rio Grande do Sul com imigrantes italianos criou uma nova classe social encarregada de produzir alimentos, em pequenas propriedades, usando para isso da mão-de-obra familiar, onde todos os seus membros contribuíam no trabalho.

Radin lembra que: “*O modo de vida do caboclo, quando comparado ao do ítalo, era visto com desprezo, e seus costumes caracterizados como exóticos e não*

aconselháveis”. Assinala que o linguajar do colono deixava “*transparecer esta condição de superioridade, resumida no dizer: ‘Anca io sono talian gracia a Dio’, ou seja, ‘graças a Deus eu também sou italiano’*. Tal maneira de pensar, nos primeiros tempos da colonização, era coincidente com o discurso oficial, o que os levava a sentirem-se ao contrário dos brasileiros, ‘civilizados, ordeiros, trabalhadores...’” [RADIN: 1997, 152-153, 141]

A superioridade que o colono julgava possuir sobre o caboclo era a do proprietário sobre o não proprietário. De certa forma, repetia a superioridade ocorrida na Itália dos antigos senhores da terra sobre o pobre arrendatário, que fracassou, miseravelmente, na exploração da terra, devido às condições sócio-econômicas em que vivia.

Referências bibliográficas

- ALVIM, Zuleica M. F. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. 2^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DE BONI, Luis Alberto.(Org.) *La Mérica*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EdiUCS, 1977.
- DE BONI, Luis A. [Org] *A presença italiana no Brasil: vol II* . Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
- COSTA, Rovilho. *et al. As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu*. Porto Alegre; Fondazione G. Agnelli,1992.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MAESTRI, Mário. A travessia e a mata: Memória, e História. DAL BÓ, Juventino. [Org.] *Simpósio internacional sobre imigração italiana e estudos*. Caxias do Sul: EDUCS , 1999.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: Implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975 .
- RADIN, José Carlos: *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense*. Joaçaba: UNOESC, 1996.
- SPONCHIADO, Breno Antonio. *Imigração & 4^a. colônia* : Nova Palma e Pe. Luizinho. Nova Palma: Pallotti, 1996.

Estranhamentos: indígenas versus colonizadores

*Edna Elza Vieira*¹

*Ana Lúcia Vulfe Nötzold*²

A partir da análise das fontes primárias arroladas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, documentos pesquisados no Instituto Histórico e Geográfico, periódicos e demais fontes secundárias pretendemos versar sobre o estranhamento e enfrentamentos entre os colonos e a população nativa durante o processo de ocupação do território catarinense no Alto Vale do Itajaí.

Em 1850, com a promulgação da Lei nº 601, regulamentada pelo Decreto nº 1318 de 1854, o Governo Imperial dispõe sobre as terras devolutas do Império, visando instalar no país agricultores livres e estimular a vinda de imigrantes europeus.

A região do Médio Vale do Itajaí começou a ser ocupada por imigrantes em 1850, após a concessão de compras de terras devolutas por Hermann Blumenau e seu sócio, para o estabelecimento de uma Companhia Colonizadora.

A partir do estabelecimento das primeiras frentes pioneiras ocorreram os primeiros contatos entre os colonos e a população nativa. A concessão de terras aos imigrantes, desconsiderando a presença do indígena, fatalmente levaria ao estranhamento, seguido pelo 'enfrentamento', o que pode ser considerado como uma maneira defensiva de ambas as partes, frente ao diferente, ao desconhecido.

A atual região ocupada pelo município de Rio do Sul era território histórico³ dos Xokleng,⁴ sendo que estes ocupavam toda a área existente entre o litoral e o planalto desde

¹ Acadêmica da 7ª fase do Curso de Graduação em História, integrante do LABHIN - Laboratório de História Indígena - UFSC, bolsista do Projeto: **Rio do Sul: uma história a ser contada** sob a orientação da Profª Drª Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

² Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História, Coordenadora do LABHIN-Laboratório de História Indígena - UFSC.

³ LAVINA, Rodrigo. **O Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos**. São Leopoldo, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Área de Concentração: Estudos Ibero-Americanos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, p. 09. "A área geográfica ocupada historicamente pelo grupo indígena Xokleng situa-se, aproximadamente, entre 26º e 29º30' de latitude sul e 50º 30' e 29º30' de longitude oeste, englobando áreas do litoral, contrafortes da Serra Geral e do Mar e do Planalto Meridional Brasileiro, compreendendo atualmente partes dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul".

as proximidades de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, às proximidades de Paranaguá, no Paraná⁵. Sendo um povo coletor-caçador tinha a necessidade de deslocar-se por um extenso território. No mapa a seguir, pode-se verificar a mobilidade geográfica das populações indígenas.

Fig. 1 - Mapa Etno-histórico da Região Sul - Adaptado do mapa de Galvão E. - 1960 - do Livro de SANTOS, Sílvia Coelho dos.

Desde a chegada dos primeiros europeus em terras brasileiras, houve por parte dos indígenas e colonizadores o estranhamento, seguido do enfrentamento, ambos lutando pela posse do mesmo território. Conforme o contingente europeu aumentava, aumentavam também os embates. Esses embates aumentaram tanto que em 1836 o Governo Imperial criou a Companhia de Pedestres, cujo principal objetivo era atuar nas áreas de conflito, protegendo tropeiros e colonos. Essa Companhia era composta por 31 pedestres e recebiam a quantia de 330 réis diários para dar proteção aos colonos. A quantia dispensada para tal serviço parece ser pequena, mas para a época em questão representava uma quantia bastante significativa se compararmos com o pagamento feito para outras categorias. "O ordenado de um desses pedestres era de 13\$000 e de um soldado de cavalaria 20\$200. Um sargento ganhava 22\$000 e o comandante 30\$000 por mês."⁶

Em 1850, com a promulgação da Lei nº 601, regulamentada pelo Decreto nº 1318, de 1854⁷ o Governo Imperial dispõe sobre as terras devolutas⁸ do Império, sobre as

⁴ Optamos pelo termo Xokleng para designar a população nativa da região. Segundo SANTOS, Sílvia Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil. A experiência dramática dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Min./Pró-Memória/ INL, 1987, pp. 30-31, Xokren significa taipa de pedra, da mesma maneira que Xokleng, ou ainda, segundo SIMERMAN, Denilson. Em busca de um mesmo caminho. **Palavra de jornalista**, Itajaí, n. 02, pp- 30-36, out. 1998, os Xokleng, também chamados de "Lankãñõ" nome que significa "o povo que conhece todos os caminhos," p. 30.

⁵ SANTOS, Sílvia Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil...**, op.cit., p. 33.

⁶ s/a .Indígenas do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau,Tomo VIII, nº 6/7, jan./mar. 1967. p.104.

⁷ SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Bóris. **Fazer a América (org)**. São Paulo: Edusp, 2000, p. 279.

⁸ De acordo com o art. 3, da Lei 601, de 1850, são consideradas terras devolutas:

"1^o . As terras que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal.

2^o . As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

possuídas por títulos de sesmária, sobre o regime de registro de posses e titulação de terrenos rurais, versando também sobre o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, visando instalar no país agricultores livres e estimular a vinda de imigrantes europeus.

A região do Vale do Itajaí começou a ser ocupada por imigrantes em 1850, após negociações com os governos imperiais, Hermann Blumenau e seu sócio Fernando Hackradt, obtiveram a concessão para a compra de uma porção de terras devolutas com o objetivo de estabelecer em território catarinense uma Companhia Colonizadora.

Esse tipo de ocupação não poderia mais ignorar a presença do indígena, prática freqüente entre as Companhias Colonizadoras, que minimizavam a existência do nativo em detrimento da propaganda para conseguir mais imigrantes.

Por volta de 1852, a partir do estabelecimento dessas primeiras frentes pioneiras, ocorreram os primeiros contatos entre os colonos e a população nativa, quando relatam o fato dos Xokleng terem atacado a casa do Dr. Hermann Blumenau, então diretor da colônia que mais tarde veio a receber o seu nome.

O ataque realizado em 28 de dezembro por seis indígenas no Ribeirão da Velha em Itajaí, foi repellido por dois habitantes do lugar. Nessa ocasião, três indígenas foram feridos, sendo que dois morreram e seus corpos foram encontrados nas imediações da casa, os agredidos nada sofreram, tendo a casa apenas algumas portas arrombadas.⁹

A partir desta data, numerosos relatos começaram a ser registrados sobre o embate entre a população nativa e os colonos que estavam a fixar-se no Vale do Itajaí, pois o fluxo de imigrantes no território catarinense aumentou consideravelmente.

A Lei de Terras de 1850, no artigo XII "trata da reserva de terras para a colonização dos indígenas e para a fundação de povoações"¹⁰ demonstrando que o Estado estava consciente com relação a ocupação do espaço pelos grupos indígenas, no entanto, o conteúdo deste artigo denota a condição que é assegurada aos indígenas na interpretação da

³. As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta lei.

⁴. As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta lei". Coleção das leis do Império de Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo XI, parte I, 1909, p. 232.

⁹ Relatório: Falas e Mensagens do Presidente da Província, João José Coutinho, para a Assembléia Legislativa, de 1º de março de 1853.

lei, onde o status de proprietário natural da terra passa à condição de expropriado.

A concessão de terras aos imigrantes, desconsiderando a presença do indígena, fatalmente levaria ao estranhamento, seguido pelo 'enfrentamento', o que podemos considerar como sendo uma maneira defensiva de ambos os lados, frente ao diferente, ao desconhecido.

Quando encontravam algum grupo indígena, as medidas tomadas eram de despojá-los de forma violenta do território. As populações nativas reagiam à presença do "branco", mas sua resistência apresentava-se ineficaz para evitar a expansão dessas frentes na ocupação de seu território.

Não houve por parte do governo ou das Companhias Colonizadoras adoção de medidas que pudessem garantir espaços territoriais para os Xokleng, logo o embate entre colonos e indígenas tornou-se inevitável, ambos a sua maneira, defendendo o território que segundo suas concepções eram donos.

Os ataques praticados pelos indígenas ocorriam quando não tinham mais para onde recuar ou para obtenção de alimentos, já que essas frentes pioneiras foram ocupando os espaços onde obtinham a caça e coletavam seus alimentos. Os assaltos e correrias praticados pelos nativos nem sempre eram no intuito de matar, o que eles queriam era apoderar-se dos artigos que eram de seu interesse como: objetos de ferro (facão), tecidos, entre outros objetos. A medida que as Companhias Colonizadoras foram ocupando o território pertencente aos Xokleng os assaltos tornaram-se mais freqüentes, os índios entravam nas casas e levavam o que era de seu interesse.

Os relatos existentes sobre os assaltos e correrias praticados pelos indígenas eram contados procurando demonstrar um certo requinte de crueldade praticado pelos nativos. O Presidente da Província João José Coutinho em sua "Falla" em 1856, versa sobre a "índole bárbara" dos índios propondo a formação de um aldeamento para evitar os ataques aos colonos que estavam estabelecendo-se em território catarinense. O Presidente João José Coutinho relata o seguinte :

Esses bárbaros, que não poupam nem mulheres, nem crianças, e que só pensam em roubar-nos e assaltar-nos de emboscada, segundo o meu modo de ver, não

¹⁰ PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: BRDE/Pallotti, 1982, p. 122.

poderão nunca ser tratados com bondade e condescendência. Usar desses meios e sofrer-lhes as consequências é o mesmo que estimulá-los no seu barbarismo, em grande dano a civilização, e proteger o roubo contra o trabalho e a propriedade. Cada vez me convenço mais que o prático, senão até mesmo necessário, é arrancar os selvagens á força da florestas e colocá-los em lugar onde não possam escapar. Dessa forma poderíamos proteger os agricultores contra esses assassinos e poder-se-ia, pelo menos, dos filhos desses bárbaros, fazer cidadãos uteis.¹¹

A princípio tentou-se catequizá-los, em 1868 como os Padres Capuchinhos, Virgílio Amplar e Estevam de Vicenza, porém os resultados não foram satisfatórios e a medida que as frentes de colonização avançavam, aumentavam os embates entre indígenas e colonos. Foi então, que em 1877, diante da ameaça que os nativos representavam para o processo de colonização o governo resolveu adotar medidas mais enérgicas organizando um sistema para retirar os indígenas da floresta, a formação de uma Companhia de "batedores de mato" que saiam em perseguição aos indígenas para capturá-los, castigá-los ou afugentá-los. Não se pode dizer que os índios foram apenas vítimas nesse processo, houve por parte deles uma grande resistência que resultou numa luta sangrenta de ambas as partes, prevalecendo a força das armas de fogo dos colonizadores. Em 23 de agosto de 1879 por Aviso Ministerial a Companhia de Pedestres foi dissolvida, por questões econômicas.¹²

Como medida para evitar os assaltos e correrias, as Companhias Colonizadoras e o próprio Governo Provincial adotaram outra medida mais econômica que foi a contratação das "patrulhas de bugreiros", cujo objetivo era "afugentar os bugres", atuando no caminho de tropas,¹³ local onde geralmente ocorriam os ataques tendo como comandante Frederico Deeke.

Para legitimar a ação das "patrulhas de bugreiros" criou-se todo um sistema ideológico no qual os índios eram representados como "vadios", "assassinos" , "ladrões",

¹¹ COUTINHO, João José. **Falas e Mensagens do Presidente da Província para a Assembléia Legislativa**. Blumenau, 1856.

¹² s/a .Indígenas do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau. Tomo VIII, nº 6/7, jan./mar. 1967, pp.103-104.

¹³ TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. **Relatório do vice-presidente da Província de Blumenau para a Administração da Província de Santa Catarina**. Blumenau, SC, 1877. "[...] grande quantidade d'elles pertencentes às tribus dos Botocudos, Coroados e Puris, vagam ainda pelas florestas da serra de Lages, e são visto ora na estrada d'aquelle nome, ora nas picadas abertas ultimamente com o desenvolvimento das colonias Blumenau e Joinville. Parecem frequentar mais habitualmente a Serra do Trombudo, Tayó, o valle do Itapocú, apparecendo também ás vezes ao sul da Província, em Araramguá....]"

entre outros estereótipos que se criaram como forma de legitimação do discurso das Companhias Colonizadoras e do próprio Governo Imperial que defendiam a ocupação de forma sistemática, estabelecida pelo incentivo para a vinda de imigrantes alemães a partir de 1850, e italianos a partir de 1877. Os indígenas apresentavam-se como uma ameaça a concretização dos ideais de "progresso" e "civilização", dentro desse sistema ideológico divulgado, onde a figura do bugreiro aparece como "herói", capaz de estabelecer a paz.

Em 24 de setembro de 1885, as autoridades foram avisadas de que os índios haviam atacado a casa de um colono em Lontras, matando e saqueando, "[...] no domingo, dia 20 do corrente, a uma hora da tarde, o italiano Antônio Cerati, quando caminhava pelas suas plantações, recebeu uma flechada nas costas, pondo-se a correr, perseguido por dois bugres, até que caiu e foi por êstes massacrado a pauladas. Ao mesmo tempo, o seu filho Francisco, de 15 anos, que estava ocupado junto de monjolo, foi flechado e morto[...]."¹⁴

Em 3 de outubro de 1885 foi publicado nos jornais locais um relato sobre a ocorrência de um assalto na região denominada Ribeirão das Lontras, relatado por "Blumenauer Zeitung". O autor relata que os indígenas assaltaram no Ribeirão das Lontras as propriedades de dois italianos, matando-os. O assalto ocorreu em 20 de setembro de 1885 e repetiram os ataques em 21 e 22, os indígenas encontravam-se em número de 40 a 60 indivíduos aproximadamente, provavelmente para recolher o restante dos animais que foram abatidos. O Delegado da região comunicou o ocorrido ao Chefe de Polícia, que recebeu ordens para contratar seis "guardas de mato" para perseguirem os índios no meio da floresta. Após o episódio em Lontras foram publicados nos jornais locais outros assaltos em localidades próximas.¹⁵

Os ataques continuaram e em abril de 1904 os indígenas voltaram a assaltar nove famílias nos Fundos Warnow, o mateiro José Bento com 12 homens, pôs-se a perseguí-los. Essa incursão parece ter dado resultado positivo, pois os homens voltaram com 52 flechas, 5 lanças e muitas outras coisas que haviam tomado dos indígenas.¹⁶

A ação dos bugreiros teve como principal figura Martinho Marcelino de Jesus ou Martinho bugreiro como ficou conhecido, dedicava-se à criação e ao comércio de gado,

¹⁴ Idem, pp. 107-108.

¹⁵ s./a. Ataque dos Índios na Colônia Blumenau e Bacia do Rio Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau. Tomo XVIII, nº 3, março 1977, p. 93.

¹⁶ Idem, p. 111.

começou a atender a pedidos de particulares e do governo para "afugentar" os índios. Martinho foi responsável pelo extermínio de grande parte da população indígena.

Em suas incursões pelas matas atrás dos índios trazia consigo para apresentar a população apenas algumas mulheres e crianças. Em alguns casos essas crianças eram adotadas por habitantes da localidade. Em 1905, Martinho trouxe de uma incursão a menina Korikã, que foi adotada pelo médico alemão Hugo Gresh, tendo recebido o nome de Maria.¹⁷

A perda de espaços utilizados para coleta e caça resultante do desmatamento para a construção de estradas e desenvolvimento de pequenos núcleos de colonização, resultou no enfrentamento, tendo em vista ainda que o indígena era visto como 'problema, obstáculo' que atravancava o desenvolvimento que era representado pela figura ordeira do imigrante-trabalhador.

Os registros existentes sobre os ataques realizados pelos indígenas segundo os Relatórios dos Presidentes de Província e, posteriormente publicado nos jornais locais mencionam a realização de 61 assaltos, sendo que desses assaltos foram registrados 41 mortos e 22 feridos, desses 22 feridos uma grande parte morreu em consequência dos ferimentos. Cabe ressaltar que os assaltos realizados abrangem o período de dezembro de 1852 à julho de 1914, além de ter sido feito o levantamento desde a fundação da Colônia Blumenau.¹⁸ Devemos levar em consideração o fato de que o município de Rio do Sul, que anteriormente era denominado Braço do Sul só foi fundado 39 anos mais tarde.

Em 16 de julho de 1913, o jornal “O Dia” noticiou que “os bugres, em grande numero atacaram ante-ontem a 1 hora da tarde, na estrada a Carlos Reuter e ao trabalhador José Moser, matando este”¹⁹. A notícia do ataque alarmou os colonos que ficaram temerosos de novos ataques e lamentava-se que embora “havendo um serviço organizado tenham recrudescido nos ultimos tempos os assaltos á propriedade da população civilizada”.²⁰

¹⁷ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 7ª ed. pp. 449-450.

¹⁸ s/a. Indígenas do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Tomo VIII,... Op. Cit. p.132.

¹⁹ O DIA, Florianópolis, 16/7/1913.

²⁰ O DIA, Florianópolis, 01/7/1913.

Verificando-se que o ‘serviço’ organizado para conter os indígenas gerava enorme violência de ambas as partes e toda a repercussão que isso acarretava, havia a preocupação de que fossem acautelados os interesses dos colonos,²¹ evitando-se as constantes depredações praticadas pelos indígenas, inclusive aos trabalhadores da E. de F. de Santa Catarina²².

As tentativas de catequização, a "pacificação" e o aldeamento

Na segunda metade do século XIX, iniciaram-se as tentativas para "pacificação" e catequização dos Xokleng. O Governo Imperial enviava verbas²³ para a contratação de padres Capuchinhos que deveriam ficar responsáveis pela catequização e formação de um aldeamento através da atração desses indígenas. O objetivo era acabar com a violência praticada contra os Xokleng pelas "patrulhas de bugreiros" a estratégia era "civilizá-los para inseri-los na sociedade regional.

A catequese era vista como sinônimo de civilidade teve seu início previsto com a chegada à Província de dois Religiosos Capuchinhos, Frei Estevão de Vicenza e Frei Virgílio de Amblar, mandados pelo Governo Imperial para assentarem dois aldeamentos em local a ser escolhido de acordo com os Directores das Colonias Itajahy e Blumenau, próximos dessas ditas colônias. Após tomarem conhecimento da localidade, das facilidades e embaraços que poderiam encontrar no desempenho de sua missão, Frei Estevão de Vicenza, escolheu para assentamento de seu aldeamento o ponto denominado - Braço do Sul do Alto Itajahy-assúm,²⁴ porém esses trabalhos resumiram-se em tentativas frustradas e em nada diminuíram as tensões entre os colonos e os Xokleng.

Em 1908 realizou-se em Viena, o Congresso Internacional de Americanistas, ocasião em que a situação dos Xokleng foi amplamente conhecida e discutida pelos etnólogos. Alberto Vottech Fric que havia realizado estudos no Brasil relatou no Congresso a situação dos Xokleng, enfocando as relações entre a população nacional e os indígenas,

²¹ O DIA, Florianópolis, 01/11/1913.

²² Ibidem.

²³ Correspondência do Vice-Presidente da Província, Carlos de Cerqueira Pinto, ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, datada de 13/11/1868.

²⁴ ABREU, Carlos Augusto Ferraz de. **Falas do Presidente da Província a Assembléia Legislativa**. Blumenau, SC, 22 de Junho de 1869.

responsabilizando o Governo central e as Companhias colonizadoras pelo incentivo e manutenção da ação dos bugreiros. Ao final solicitou que se protestasse contra essa situação e que lutassem em defesa dos índios.²⁵

As declarações de Fric repercutiram internacionalmente e também no Brasil, atingindo representantes da Alemanha que haviam se estabelecido no Brasil e responsabilizaram o Diretor do Museu Paulista, Dr. Hermam von Ihering que pretendeu demonstrar que eram os colonos que precisavam de proteção. No Brasil, a repercussão das declarações ocorridas durante o Congresso de Viena, resultaram na publicação de vários protestos de intelectuais brasileiros a favor dos indígenas.

Como medida para evitar a violência praticada contra as populações nativas "foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais pelo decreto nº 8072, de 20 de julho de 1910, e inaugurado em 7 de setembro do mesmo ano"²⁶, como consequência da ação positivista no Brasil com o apoio das principais camadas urbanas, sendo que o general Cândido Mariano da Silva Rondon designou para atuar como Inspetor em Santa Catarina o tenente José Vieira da Rosa²⁷.

"No ano de 1910 foi criado oficialmente o Serviço de Catequese Leiga e, como inspetor em Santa Catarina, foi nomeado o então primeiro tenente José Vieira da Rosa."²⁸ Os trabalhos realizados por Vieira da Rosa não obtiveram os resultados esperados. O governo federal com o intuito de melhorar o Serviço de catequese leiga enviou o Inspetor do Rio Grande do Sul, Raul Abbot para reorganizar o Serviço. Abbot localizou na foz do Ribeirão Plate o "posto de atração" que a Sociedade Colonizadora Hanseática havia construído para aldear os índios segundo o sistema de catequese adotado pelo Coronel Rondon, fundando logo após outro posto semelhante na região do Krauel.²⁹

O Serviço de Proteção aos Índios foi concentrando-se mais em Hansa, a sede da Inspetoria foi transferida para Hammônia. Por solicitação da Inspetoria vieram mais

²⁵ GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 68.

²⁶ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 157.

²⁷ Correspondência do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura e Commercio, nomeando o Primeiro Tenente José Vieira da Rosa para exercer o cargo de Inspector do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, no Estado de Santa Catarina, datada do Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1910.

²⁸ s/a. Indígenas do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo VIII, nº 6/7, p.119, jan/mar. 1967.

²⁹ SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil...**, op. cit., pp. 136-137.

funcionários e a Companhia Hanseática de Colonização desistiu de uma área de 30.000 hectares para que os indígenas pudessem ser aldeados no Alto rio Hercílio.

Diante de várias tentativas frustradas dos outros funcionários que assumiram a direção do posto, o sub-diretor do Serviço de proteção aos Índios, Dr. Manoel Miranda resolveu assumir a frente da " pacificação" dos Xokleng, trazendo consigo 30 índios coroados "mansos" do Paraná para ajudarem nos trabalhos de pacificação, porém as dificuldades para estabelecimento de contato e conseqüente aldeamento permaneciam, chegaram a acreditar que seria impossível catequizá-los.³⁰

Nos postos de atração foram colocados gramofones em direção das matas que soltavam melodias, cujo objetivo era atrair os indígenas para os postos. "[...] Então o gramofone tocava o hino nacional e a bandeira nacional era arriada solenemente, ocasião em que formava todo o pessoal do posto. Na opinião do Dr. Miranda, tudo isso havia de fazer, com o tempo, impressão sobre os silvícolas e ele costumava repetir: "É tudo uma questão de tempo. Haveremos de chegar á meta desejada.""³¹

A concessão das terras foi efetivada em 3 de abril de 1926, pela assinatura do Decreto nº 15 pelo Governador do Estado em exercício, Antônio Vicente Bulcão Viana,³² que comprometeu-se a fazer as devidas indenizações aos proprietários. Em resposta à essa medida a Sociedade Colonizadora Hanseática emitiu o seguinte parecer:

Por decreto de 3 de abril de 1926, sob nº 15, foi desapropriada a esta Sociedade, pôr utilidade pública, para usufruto dos indígenas aldeados no Vale do Rio Plate, uma área de terras com 4.143 hectares ou sejam 41.430,000 m² (...) ficando , como é óbvio, o Governo do Estado de entrar oportunamente em acôrdo com a Sociedade, quanto a indenização a que têm direito.³³

*Fig. 2 - A "pacificação" segundo os Xokleng*³⁴

³⁰s/a. Indígenas do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Tomo VIII, op. Cit. pp.123-124.

³¹ Idem, p.125.

³² GOULART, Maria do C. R. K. e FRAGA, Nilson. **Vale dos índios, vale dos imigrantes**. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000, p. 199.

³³ SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil...**, op. cit. p. 199.

³⁴ VÂNHKALA JÓ KABEL. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 1999, p. 20.

"Em agosto de 1914, aconteceu em Santa Catarina o feliz epílogo de uma luta secular, a verdadeira guerra dos bronzeados filhos das selvas contra os colonos brancos"³⁵, dessa maneira foi descrito o período que foi denominado como "pacificação dos indígenas" pelo Dr. Paulo Aldinger em artigo publicado em "Kalender fuer die Deustchen in Brasilien", de 1918, referindo-se ao feito no Rio Plate, afluente do Rio Hercílio, no Posto de atração que ali fora instalado no perímetro da Colônia Hansa.³⁶

Para a realização do contato foi formada uma pequena equipe liderada por Eduardo e composta por um índio aldeado do Paraná de nome Preié trazido para servir de intérprete, porém o mesmo não conseguiu estabelecer o contato, pois não compreendia o que os Xokleng diziam e também não era compreendido, assim sendo os contatos foram estabelecidos através de troca de presentes que Eduardo levava consigo por ocasião das incursões pelas matas. Eduardo Hoerhann teve acesso a monografia da jovem Xokleng Maria, que foi publicada pelo médico alemão Hugo Gresh; de posse desse manuscrito Eduardo iniciou novamente as tentativas para estabelecer contato com os Xokleng.

Atraídos para o Posto estabeleceu-se uma relação de dependência, decorrente da falta de conhecimento capaz de criar um sistema autônomo que pudesse garantir a sobrevivência dentro do sistema regional, "[...]nos primeiros tempos, o Eduardo Hoerhann, evidentemente teve problemas seríssimos. [...] e quando os índios se aproximaram ele começou evidentemente a fornecer alimentos, quer dizer, de vez em quando matava um boi, etc. Só que daí faltava dinheiro para comprar o boi".³⁷

Fig. 3 - Cacique "Câmrem", líder dos Xokleng à época do contato com Eduardo Hoerhann. Foto provável de E. Hoerhann. (Acervo: Arquivo Público de Rio do Sul)

Através do conhecimento sobre a organização do SPI podemos perceber que o órgão foi criado muito mais para atender as demandas da população nacional, do que para atender as necessidades imediatas dos indígenas. Os funcionários enfrentavam a falta de

³⁵ ALDINGER, Paulo. A Pacificação dos Indígenas de Santa Catarina. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo X, nº 2, pp.36-39, fev. 1969.

³⁶ Ibidem.

³⁷ SANTOS, Sílvia C. dos. **Entrevista do Antropólogo Dr. Sílvia Coelho dos Santos concedida à Rafael C. de Lima e Silva Hoerhann**. Florianópolis, agosto de 1999.

conhecimento sobre a cultura dos nativos, associado à falta de recursos dispensados para a manutenção dos mesmos no posto. Juntamente com a falta de recursos diante do qual o SPI pouco poderia fazer, proliferaram várias doenças às quais os nativos não possuíam anticorpos, como: gripe, sarampo, coqueluche, pneumonia e doenças venéreas.

A falta de recursos para obter os medicamentos necessários ao tratamento foram provocando a morte de vários indígenas, já que os mesmos apresentam pouca ou quase nenhuma resistência às doenças endêmicas. "Em pouco tempo a maioria dos indígenas havia morrido. Hoerhann tinha contatado, em 1914, aproximadamente 400 índios. Em 1932, quando o Antropólogo Jules Henry começou extenso trabalho de pesquisa entre os Xokleng, só havia 106 índios."³⁸

O SPI procurou evitar que os indígenas mantivessem contato com os colonos adotando o "contato controlado", através do desestímulo das incursões praticadas pelas florestas, evitando o contato direto e dessa forma evitando também que houvesse qualquer tipo de represália ou algum tipo de violência contra os mesmos por parte da população nacional. Eduardo "estava preocupado em resguardar num primeiro momento, resguardar os índios, isso porque era tarefa do Serviço de Proteção aos Índios, [...] ele estava muito preocupado em resguardar os índios fisicamente,"³⁹ porém não foi possível impedir que os Xokleng mantivessem contato com a população nacional, pois eles continuavam saindo do posto e realizando incursões pelas matas em busca de caça ou para coletar alimentos.

O povo Xokleng guarda em sua memória esses acontecimentos, pois dentro da tradição oral passada de geração em geração "a memória social partilhava das vivências, mantendo-se pela tradição e costume; garantia-se, assim, uma passagem regular do passado ao futuro. Na transmissão, indicava-se o que era necessário reter do passado para lembrar no futuro,"⁴⁰ assim colaboram na construção da história do grupo e manutenção dos liames sociais, "portanto, não é o físico ou o territorial que permite a existência do grupo, e, sim, a dimensão do pertencimento social, criado por laços afetivos que mantêm a vida e o vivido no campo das lembranças comuns, geradora de uma memória social."⁴¹

³⁸ SANTOS, Sílvia C. dos. **Os Índios Xokleng: Memória Visual**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, p. 57.

³⁹ SANTOS, Sílvia C. dos. **Entrevista do Antropólogo Dr. Sílvia Coelho dos Santos concedida à Rafael C. de Lima e Silva Hoerhann**. Florianópolis, agosto de 1999.

⁴⁰ FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória. A problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998, pp. 52-3.

⁴¹ Idem, p. 42.

Assim, dentro desse contexto de memória, os Xokleng escreveram a "história" do contato com o não-índio, acompanhando com ilustrações os textos publicados em 1999 pela Secretaria de Estado da Educação e do Desporto/SC, como podemos constatar nas ilustrações a seguir.

*Fig. 4 - A chegada do colonizador*⁴²
*diferentes*⁴³

Fig. 5 - A "descoberta" dos

Após a instalação dos indígenas no Posto, as conseqüências dessa nova maneira de viver sedentária levou-os à uma mudança em sua dieta alimentar, pois quando Eduardo Hoerhann constituiu o posto de atração, ele já tinha em torno do local, uma roça de milho, de feijão, batata,⁴⁴ restringindo-se assim as alternativas alimentares, bem como as áreas de caça e coleta que estavam sendo ocupadas pelos colonizadores, assim, na falta da caça, os indígenas saíam e flechavam animais (bois) dos colonos, conforme podemos constatar na ilustração a seguir.

*Fig. 6 - Indígenas flechando um boi*⁴⁵

Aos poucos as incursões foram sendo abandonadas, assim como a realização de vários rituais, como o de "furação" do lábio inferior dos jovens para inserção do tembetá, a tatuagem das pernas das meninas, a cremação dos mortos. Essa interferência direta na cultura tradicional dos Xokleng causou grande desmotivação pela vida, além do desespero pela perda de parentes e incertezas com relação ao futuro.

O processo de aculturação acontece a partir do contato de dois ou mais sistemas culturais distintos, como podemos verificar após o estabelecimento dos Xokleng no Posto, eles passaram de nômades-caçadores a sedentários agrícolas, outro fator bastante importante foi a aculturação promovida através do contato dos Xokleng com a população nacional e também com membros de outras etnias que provocaram a miscigenação.

⁴² VÂNHKALA JÓ KABEL. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 1999, p. 5.

⁴³ Idem, p. 14.

⁴⁴ SANTOS, Sílvio C. dos. **Entrevista do Antropólogo Dr. Sílvio Coelho dos Santos concedida à Rafael C. de Lima e Silva Hoerhann.** Florianópolis, agosto de 1999.

⁴⁵ VÂNHKALA JÓ KABEL. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 1999, p. 23.

Tornou-se inevitável a integração dos Xokleng à sociedade regional. Aos poucos os Xokleng foram vendo Eduardo de outra forma, "[...] não só o chamaram de mentiroso e ladrão, mas também chegaram a tê-lo como inimigo."⁴⁶ Eduardo era considerado uma pessoa de suma importância para a "pacificação" dos indígenas do Alto Vale do Itajaí contribuindo para a liberação das terras para conseqüente ocupação sistemática realizada pelos colonos que chegavam naquela região.

Aos poucos Eduardo foi sendo acusado de todos os males que ocorriam no Posto. Tendo permanecido durante quarenta anos como chefe do Posto, foi afastado do cargo em 1954, acusado de envolvimento na morte de um índio. Foi absolvido, porém, levou anos para obter sua aposentadoria. Seus últimos anos de vida foram tristes. Apesar de assumir posições ambíguas em muitos momentos, não há dúvida de sua dedicação a causa indígena e dos Xokleng.⁴⁷

No Posto, a produção agrícola baseava-se no cultivo do milho, feijão e aipim, sendo que a alimentação dos indígenas passou a ser garantida através do cultivo de produtos agrícolas. Aumentavam ainda seus rendimentos com a extração do palmito⁴⁸ e exploração de madeira que existia na reserva. Outra alternativa encontrada pelos Xokleng para aumentar seus rendimentos foi o arrendamento de suas terras à colonos que pagavam com uma parte do que produziam.

O arrendamento das terras para o cultivo por parte de colonos acabou por gerar conflitos, pois estes estabeleceram suas residências em terras indígenas fazendo o pagamento ao chefe do posto. Esses conflitos com os posseiros que lutavam para permanecer em suas benfeitorias e os indígenas que procuravam expulsá-los podemos constatar através do seguinte documento:

[...]Tenho a honra de acusar o recebimento do officio nº 1604 de 30 de Setembro p. passado, em V. Exca. comunica a este serviço o atrito ocorrido entre os índios e arrendatários do Posto Indígena "Duque de Caxias". Sobre o assunto, tenho

⁴⁶ SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e Brancos ...** Op. Cit, p. 185.

⁴⁷ SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os Índios Xokleng: Memória Visual**. Florianópolis: Editora da USFC, 1997, p. 59 e SANTOS, Silvio C. dos. **Entrevista do Antropólogo Dr. Silvio Coelho dos Santos concedida à Rafael C. de Lima e Silva Hoerhann**. Florianópolis, agosto de 1999.

⁴⁸ GOULART, Maria do C. R. K e FRAGA, Nilson C. **Vale dos índios, vale dos imigrantes...**, op. cit., p. 200. "Entre 1960 e 1970 inicia-se a exploração de palmito e madeira de lei na Reserva Indígena".

prazer de informar a V. Exa. que já designei uma Comissão de inquérito, afim de que sejam apuradas as irregularidades havidas na supra cidade posto.[...].⁴⁹

Diante dessa situação o Governador do Estado enviou ofício ao Ministério da Agricultura versando que a melhor saída para a solução do problema seria a demarcação das terras ocupadas pelos colonos dando à eles título definitivo das terras, já que os mesmos encontravam-se fixados nessas terras e trabalhando no cultivo, isso evitaria conflitos e conseqüências mais sérias⁵⁰.

Hoje a Terra Indígena está cercada por cidades em amplo desenvolvimento econômico, fazendo com que os Xokleng sejam forçados a manter contato constante com os centros urbanos, seja para comercialização dos produtos agrícolas, seja para a venda de artesanatos por eles confeccionados que lhes serve como forma de ampliação de sua renda, seja para realizar compras no comércio. Precisam deslocar-se até a cidade para consultas médicas em casos que não podem ser tratados pela atendente de enfermagem do Posto, ou para dar continuidade aos estudos pois as escolas que existem na Terra Indígena apenas atendem até a 4ª série.

Com o objetivo de reestruturar o sistema educacional, os alunos possuem desde o ensino regular aulas bilíngüe, cujo objetivo é fazer com que os alunos aprendam sua língua e cultura. Para a realização dessa aulas foi criada a cartilha: "Nosso idioma reviveu"; ou, no idioma Xokleng: AG VE TE KAGLEL MU"⁵¹, organizada por Nanblá Gakran, um dos líderes do grupo. A cartilha foi escrita por professores e alunos e tem por objetivo, servir como material didático, trata-se de um trabalho, resultado de um processo de resgate da língua e cultura Xokleng que vem sendo realizado pela comunidade com o auxílio e incentivos dos mais idosos.

⁴⁹ GUEDES, Al. José Luis. **Correspondências do Ministério da Agricultura para o Governador do Estado**. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1959.

⁵⁰ No ofício ficou definido que: "[...] em face dos estudos que mandamos fazer, por intermédio da Diretoria de Terras e Colonização, e conforme entrevista que teve o Diretor daquela repartição com o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, achamos que a solução mais viável seria : separação de uma pequena faixa, onde estão localizados os posseiros, para que o Governo do Estado lhes regularize a situação, expedindo-se-lhes, conseqüentemente, título definitivo; e reserva da área complementar para usufruto dos indígenas.[...]" HULSE, Heriberto. **Correspondências do Governador do Estado para o Ministério da Agricultura** . Florianópolis, 09 de Março de 1960.

⁵¹ GAKRAN, Nanblá (org). **Ag ve te kágel um. Nosso idioma reviveu**. COMIN-IECLB.

Os cursos de capacitação para professores indígenas, realizados através do NEI/SC - Núcleo de Educação Indígena, propõem a integração das populações indígenas na administração de sua cultura, procurando proporcionar-lhes acesso ao ensino diferenciado, cujos principais objetivos são: a manutenção de seus hábitos e desconstrução da imagem historicamente distorcida do indígena, até então sobre o enfoque de uma visão preconceituosa.⁵²

[...] lá em José Boiteux a saúde está sendo muito precária, eu já venho pensando nisso aí, tem horas que nem o próprio médico que hoje é indicado para trabalhar dentro da área, não esta atendendo o suficiente, porque, ontem, hoje, ele está indicado para ir na aldeia Bugio e não vai porque não tem medicamento[...]⁵³

Em relação à saúde, técnicos da Fundação Nacional de Saúde e representantes das secretarias estadual e municipal de Saúde realizaram um levantamento para verificar a situação da saúde da população indígena na Terra Indígena Duque de Caxias em 14 de abril de 1994. Segundo o prefeito, o levantamento serviria como base para futuros trabalhos que seriam desenvolvidos na Terra Indígena pela Fundação, pois os médicos da FUNAI não apareciam na aldeia há vários anos.⁵⁴ As lideranças acrescentam que:

O Estado deverá investir na saúde, conforme consta na Constituição do Estado de Santa Catarina no Artigo 192. No Parágrafo único diz: "O Estado assegurará às comunidades indígenas nativas, de seu território, proteção, assistência social, técnica e de saúde, sem interferir em seus hábitos, crenças e costumes."⁵⁵

As lideranças afirmam que o Governo deve garantir recursos para que a comunidade tenha todos os atendimentos de saúde. Que tenha mais AIH (autorização de internação hospitalar) para os indígenas e mais cotas para realização de exames específicos. Também deve ser investido mais em medicina preventiva, proteção de fontes de água potável, módulos sanitários, cursos de capacitação.

⁵² GOULART, Maria do C. R. K. e FRAGA, Nilson. **Vale dos Índios...** Op. Cit. p. 145.

⁵³ Diná Patté vice-cacique - Xokleng em sua fala por ocasião do II Fórum de Debates das Questões Indígenas de Santa Catarina. Transcrição realizada por Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

⁵⁴ SANTA CATARINA, Jornal. Blumenau, 13-04-1994, p. 11.

⁵⁵ Reivindicações apresentadas pelas lideranças Indígenas no I Fórum de Debates das Questões Indígenas de Santa Catarina, realizado nos dias 22 e 23 de abril de 1999. Promoção: Governo do Estado de Santa Catarina- Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - Diretoria de Justiça e Cidadania.

As reivindicações com relação à terra são primordiais para a sobrevivência dos indígenas.

As terras dos índios foram reduzidas ao mínimo dos mínimos, e hoje esse mínimo, nós temos a lei e temos um órgão chamado FUNAI, que é tutor dos índios pra defender esse direito, mas até hoje nunca defendeu porque se nós queremos alguma coisa, nós é que temos que correr atrás, temos que mendigar, se ajoelhar e correr atrás de nossos direitos, porque o nosso tutor nada dá.⁵⁶

Um dos problemas enfrentados pelos indígenas foi a perda de parte de suas terras. Primeiramente pela ação dos posseiros, o que foi concretizado pelo Governo do Estado quando concedeu o título definitivo aos posseiros, procurando evitar conflitos com os mesmos. Outro fator que gerou perdas foi a construção da Barragem Norte, fazendo com que a maioria das famílias ficassem sem local suficiente para plantar e lhes assegurar o necessário à sobrevivência.

Em 1950 o DNOS fez um estudo para verificar como poderia ser controlado as enchentes na região do Vale do Itajaí. Concluídos os estudos constataram que havia necessidade de construir 5 barragens, porém, em 1974, foi aprovado a construção de 3 barragens, sendo que as obras iniciaram-se em 1976. As obras provocaram vários transtornos para a população da região em especial para os indígenas que tiveram parte de suas melhores terras de cultivo imundadas. Para convencer os indígenas a saírem da área onde foi construída a barragem, o Governo do Estado assinou um protocolo de intenções em 1981, que incluía melhorias na Terra Indígena entre elas a construção de casas, a instalação de rede trifásica de energia, construção de campo de futebol, igrejas, escolas e estradas.⁵⁷

Em 1990 a comunidade indígena ocupou o canteiro de obras da Barragem Norte e só saiu em 1992, depois que o Governo reformulou o protocolo de intenções firmado em 1981. O protocolo foi reformulado, ficando acertado que: seriam construídas 188 casas, seria instalado rede trifásica de energia, seria construído: campo de futebol, igrejas, escolas

⁵⁶ Adão representante das lideranças Xokleng em sua fala por ocasião do II Fórum de Debates das Questões Indígenas de Santa Catarina. Transcrição realizada por Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

⁵⁷ Henriques, Karyn Nancy Rodrigues. **A Barragem Norte e os Índios na Área Indígena de Ibirama: A luta pela Indenização.** Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC. p. 34.

e estradas.⁵⁸ Em dezembro de 1992 iniciaram-se as obras de construção das casas, onde previa-se a construção inicial de 25 casas. Por ocasião do II Fórum de Debate das Questões Indígenas realizado em 26 de abril de 2000, as lideranças afirmaram que: das 188 casas, foram construídas somente 132 ficando várias famílias sem receber suas casas.

No ano de 1926 a Companhia Colonizadora vendeu ao Governo 30.000 hectares de terras para construção da Reserva, atualmente a Terra Indígena esta com aproximadamente 14.528 hectares, menos da metade do que lhes foi "reservado" em 1926. Em 1995 as lideranças indígenas lutavam para reaver as terras que foram tomadas por posseiros. As lideranças estavam reivindicando as terras que lhes foram concedidas no decreto n.º 15 datado de 3 de abril de 1926, assinado pelo governador em exercício, Antônio Vicente Bulcão Vianna.⁵⁹

Em maio de 2000 a FUNAI atendeu o pedido da população indígena, elevando a Terra Indígena de 14 mil hectares para 37 mil. Essa situação gerou grande polêmica, o maior problema era o que fazer com as famílias de posseiros que moravam no local há mais de 50 anos.⁶⁰ Porém essa decisão não é definitiva, os advogados que representam as prefeituras de Vitor Meireles, Itaiópolis e Doutor Pedrinho, anunciaram que iram recorrer da decisão, entretanto o parecer final só será dado pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.⁶¹

Na falta de condições de tirar da natureza o que necessitam para sobreviver os indígenas vão para as cidades em busca de trabalho que lhes assegure o necessário à sobrevivência, novas práticas deverão ser adotadas pelo Poder Público, juntamente com ação das Universidades e Organizações Não Governamentais no sentido de viabilizarem situações de autosustentabilidade para as comunidades indígenas, evitando-se, sempre que possível a interferência em seu modo de viver e práticas cotidianas.

Fontes e bibliografia

⁵⁸ SANTA CATARINA, Jornal. Blumenau, 29/10/1994, p. 3.

⁵⁹ SANTA CATARINA, Jornal. Blumenau, 19/04/1995, p.11.

⁶⁰ PEREIRA, Orlando. **A NOTÍCIA**, 16-5-2000, p. A8.

⁶¹ PEREIRA, Orlando. **A NOTÍCIA**, 17-5-2000, p. A8.

ABREU, Carlos Augusto Ferraz de. Falas do Presidente da Província a Assembléia Legislativa. Blumenau, SC, 22 de Junho de 1869.

ALDINGER, Paulo. A Pacificação dos Indígenas de Santa Catarina. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo X, nº 2, fev. 1969.

COUTINHO, João José. Falas e Mensagens do Presidente da Província para a Assembléia Legislativa. Blumenau, 1856.

Coleção das leis do Império de Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo XI, parte I, 1909, p. 232.

Correspondência do Vice-Presidente da Província, Carlos de Cerqueira Pinto, ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, datada de 13/11/1868.

Correspondência do Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura e Commercio, nomeando o Primeiro Tenente José Vieira da Rosa para exercer o cargo de Inspector do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, no Estado de Santa Catarina, datada do Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1910.

Diná Patté vice-cacique - Xokleng em sua fala por ocasião do II Fórum de Debates das Questões Indígenas de Santa Catarina. Transcrição realizada por Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória. A problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

GUEDES, Al. José Luis. Correspondências do Ministério da Agricultura para o Governador do Estado. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1959.

GAKRAN, Nanblá (org). **Ag ve te kágel um. Nosso idioma reviveu**. COMIN-IECLB.

HULSE, Heriberto. Correspondências do Governador do Estado para o Ministério da Agricultura . Florianópolis, 09 de Março de 1960.

HENRIQUES, Karyn Nancy Rodrigues. **A Barragem Norte e os Índios na Área Indígena de Ibirama: A luta pela Indenização**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC.

Jornal O DIA, Florianópolis, 16/7/1913.

Jornal O DIA, Florianópolis, 01/7/1913.

Jornal O DIA, Florianópolis, 01/11/1913.

LAVINA, Rodrigo. **O Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos**. São Leopoldo, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Área de Concentração: Estudos Ibero-Americanos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

PEREIRA, Orlando. **A NOTÍCIA**, 16-5-2000.

PEREIRA, Orlando. **A NOTÍCIA**, 17-5-2000.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: BRDE/Pallotti, 1982.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 7ª ed.

Reivindicações apresentadas pelas lideranças Indígenas no I Fórum de Debates das Questões Indígenas de Santa Catarina, realizado nos dias 22 e 23 de abril de 1999. Promoção: Governo do Estado de Santa Catarina- Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - Diretoria de Justiça e Cidadania.

Relatório: Falas e Mensagens do Presidente da Província, João José Coutinho, para a Assembléia Legislativa, de 1º de março de 1853.

s/a .Indígenas do Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau,Tomo VIII, nº 6/7, jan./mar. 1967.

s./a. Ataque dos Índios na Colônia Blumenau e Bacia do Rio Itajaí. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau. Tomo XVIII, nº 3, março 1977.

SANTA CATARINA, Jornal. Blumenau,13-04-1994.

SANTA CATARINA, Jornal. Blumenau, 29/10/1994.

SANTA CATARINA, Jornal. Blumenau, 19/04/1995.

SANTOS, Sílvio C. dos. Entrevista do Antropólogo Dr. Sílvio Coelho dos Santos concedida à Rafael C. de Lima e Silva Hoerhann. Florianópolis, agosto de 1999.

SANTOS, Sílvio C. dos. **Os Índios Xokleng: Memória Visual**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil. A experiência dramática dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Min./Pró-Memória/ INL, 1987.

SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Bóris. **Fazer a América (org)**. São Paulo: Edusp, 2000.

TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. Relatório do vice-presidente da Província de Blumenau para a Administração da Província de Santa Catarina. Blumenau, SC, 1877.

Os imigrantes alemães e a conquista do território leopoldense

Eliane Conceição Santos Locks

No final do século XVIII e início do século XIX, a Alemanha começa a passar por uma fase de transformações, sofrendo uma certa desestruturação [WEI,1992], pois começa o período de industrialização e a população sente os efeitos devastadores de uma mudança brusca no modo de produção, uma vez que a base econômica provinha da agricultura e do trabalho artesanal. Outros fatores também contribuíram para agravar a situação, como o rompimento da estrutura feudal e o aumento considerável da população.

Os camponeses estavam acostumados à vida rural e possuíam o direito hereditário ao cultivo da terra, mas jamais à propriedade da mesma. Pagavam ainda ao senhor feudal taxas variáveis de acordo com a região a que pertenciam.

Com a queda da estrutura feudal, os camponeses poderiam tornar-se proprietários, mas mesmo assim ainda tinham que ceder parte da terra adquirida ao seu “antigo senhor”. Essa solução foi suportável apenas para os camponeses que conseguiram comprar uma propriedade de tamanho médio, pois ainda lhes restava uma parcela de terra para produzir e sobreviver. Para os pequenos camponeses ficou difícil o próprio sustento e da família, geralmente numerosa.

Uma solução que eles encontraram foi emigrar para terras distantes e que oferecessem melhores condições de vida do que a terra natal.

O Brasil era conhecido na Alemanha como o país das terras férteis, prósperas e baratas, tornando-se o sonho de muitos alemães.

A mãe-terra fecunda, rica e abundante abriga aos desamparados. Mas também é motivo de muitas desavenças, intrigas e lutas entre os homens. Nas palavras de L.F.Veríssimo, o símbolo do feminino da terra é “... sinônimo de mãe, ventre, raiz, permanência, espera, perseverança, coragem, moral ...” [MES,1995].

Um fator muito importante que incentivou a imigração para o Brasil foi a permissão dada aos estrangeiros de serem proprietários da terra, na regência de D. João VI, pelo decreto de 25/11/1808, que dizia: “ sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo minhas reais ordens se concedem aos meus vassalos, sem embargo de quaisquer leis ou disposições em contrário” [DIE,1964]. Isso ajudou a incentivar o sonho do imigrante de

ser proprietário da terra.

O Governo Brasileiro também tinha interesses no povoamento da região sul e ofereceu alguns benefícios para os imigrantes que foram propagados na Alemanha, juntamente com o decreto acima citado. Entre eles pode-se citar [HAC,1996; MOE, 1978]:

- 50 hectares de terra com vacas, bois e cavalos;
- auxílio de 1 franco por pessoa no primeiro ano e 50 cêntimos no segundo ano;
- isenção de impostos e serviços nos primeiros dez anos;
- liberação do serviço militar;
- nacionalização imediata ;
- liberdade de culto religioso.

Alguns desses itens não foram cumpridos, como os dois últimos, pois feriam a integridade da constituição brasileira da época. Somente em 1846, através da Lei 397, os colonos conseguiram a naturalização. Outros foram cumpridos parcialmente. O único cumprido integralmente foi a quantidade de hectares de terra recebidos, que inicialmente ultrapassou o combinado, pois os primeiros imigrantes receberam em torno de 77,5 hectares.

Mas para eles o que realmente importava era a posse da terra, pois essa possuía um valor simbólico, de vitória sobre o antigo regime feudal em terras desconhecidas.

Existiam algumas pessoas-chave que tinham interesses em incentivar a imigração, entre elas o Imperador D. Pedro I, Feliciano Pinheiro (Governador do RS) e José Thomas de Lima (Administrador da Real Feitoria do Linho Cânhamo) no Brasil, além do Major Antônio Schaeffer, na Alemanha [PET,1936].

Quando os primeiros imigrantes chegaram ao Brasil, em 1824, e foram encaminhados ao Rio Grande do Sul, depararam-se com extremas dificuldades, pois já tinha sido determinada a demarcação dos lotes de terra que seriam distribuídos, mas por diversos problemas houve atrasos e eles foram obrigados a esperar semanas e até meses, instalados em albergues para imigrantes ou em ranchos abandonados, em péssimas condições. Neste momento perceberam que as coisas não seriam tão fáceis como eles tinham sonhado.

Os lotes de terra recebidos pertenciam a uma mata virgem e densa que deveria ser desbravada, para então prover a subsistência através do cultivo da mesma.

As condições de vida eram subumanas. Tiveram que lutar pela sobrevivência física e cultural [WEI,1992]. Enfrentaram extremas dificuldades como doenças, febres, falta de alimentos, desesperança, nostalgia, vício em bebidas alcoólicas, ataques de índios,

que dizimavam famílias inteiras, queimavam as casas, raptavam mulheres e crianças, entre outras.

Os imigrantes alemães eram de origem aldeã, e quando aqui chegaram receberam lotes individuais de terra, onde cada casa deveria ser construída a uma distância de aproximadamente 200m da vizinha. Frente a isso, não conseguiriam reproduzir a estrutura aldeã tradicional a que estavam acostumados na Alemanha. O Governo da província tinha como objetivo a ampliação do território construído, por isso impôs as condições de construção das casas.

Apesar das dificuldades encontradas, os imigrantes tentaram reproduzir da forma mais fiel possível as suas aldeias originais.

Mesmo com as normas oficiais e os códigos de postura, que condicionavam os procedimentos construtivos, dificultando a livre criação da cidade, os imigrantes conseguiram criar os seus espaços dentro de suas propriedades privadas. Surgiram jardins, telhados com caimentos laterais, e outras formas de construção tipicamente alemãs.

A casa para os colonos tinha um valor simbólico muito importante, representando a vitória sobre a mata virgem, como mostra a Fig. 1. Era também o local onde a família se instalava após a longa viagem e depois de passar por muitos sacrifícios. Eles não possuíam recursos para reproduzi-las como na Alemanha, aqui elas eram muito inferiores devido às condições de pobreza em que se encontravam inicialmente [SOU, 1997].



Fig. 1: primeiras casas construídas pelos alemães

São Leopoldo, por determinação do presidente da província José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), deveria localizar-se em um local elevado, mas o administrador José Tomás de Lima, instalou-a à beira do rio, uma vez que possuía terras nas proximidades e as mesmas seriam valorizadas. Ele estava ciente dos problemas que enfrentariam com as cheias periódicas do rio dos Sinos, mesmo assim os seus interesses vinham em primeiro plano. São levadas em conta também as vantagens de

comércio com a capital devido à proximidade do rio. Não foi considerada a saúde pública, pois os imigrantes foram instalados em terreno pantanoso onde as menores chuvas inundavam tudo, tornando as ruas intransitáveis. Se os imigrantes tivessem tido a oportunidade de optar não teriam escolhido essa região [WEI, 1992].

O planejamento das cidades era feito por técnicos de origem portuguesa, dentro das normas coloniais impostas por Portugal.

Na Fig. 2 pode-se ver o projeto traçado por José Fernandes de Lima para São Leopoldo [WEI, 1992], nota-se uma rigidez no traçado ortogonal em um terreno impróprio.

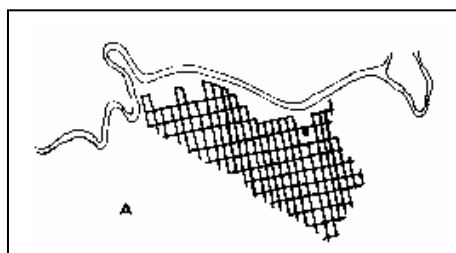


Fig. 2: projeto com traçado ortogonal

A cidade cresce a partir da construção de igrejas, escolas, hospitais e estradas com o intuito de valorização das terras e incentivo à continuidade da colonização. A partir de 1846, já se nota a expansão urbana de São Leopoldo, conforme a Fig. 3.



Fig. 3: expansão urbana em 1846

Com o crescimento da cidade, as casas passam a ter mais conforto e mais espaço. São necessárias casas de comércio e isso faz com que aumente o status social de alguns habitantes que passam a construir então casas mais imponentes [SOU, 1997], como se

pode verificar em foto parcial da cidade em 1885, vista na Fig. 4.

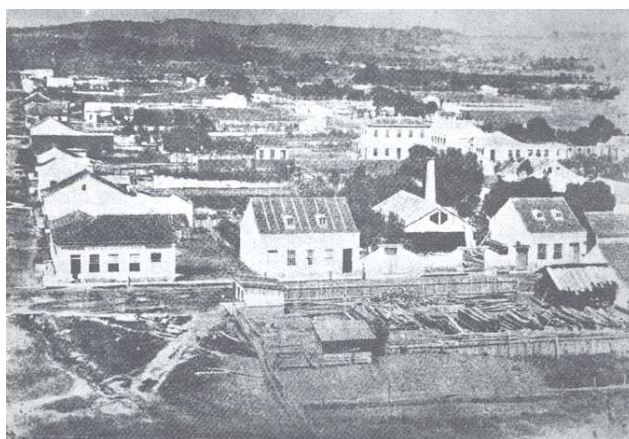


Fig. 4: foto parcial da cidade em 1885

Em relação às habitações alemãs atribui-se lembranças da tradição, da terra, da família, coisa antiga, simplicidade e colônia. Ao contraponto moderno associam-se valores como comodidade, perfeição, luxo, novo, “ser mais gente”. Houve um salto qualitativo no padrão de habitar.

O conceito de *habitus*, de Bourdieu [BOU, 1989], diz que não só as ações, mas também os interesses, os gostos, a ética e a estética são produtos das relações sociais e tendem a reproduzir-se dentro dessas relações. A partir do momento que o indivíduo assume um determinado status de cidadão urbano ele tem que seguir comportamentos determinados por essa sociedade, ou seja, o que culturalmente se manifesta.

Após 176 anos da colonização alemã, reverencia-se essa cultura juntamente com as demais etnias que ajudaram na formação da cidade, como índios, portugueses e outros, que se agruparam com o intuito de unir forças de trabalho, experiências e construir um sonho de progresso. Na Fig. 5 pode-se vislumbrar um pouco desse progresso, em uma vista parcial da cidade na atualidade.



Fig. 5: vista parcial da cidade atualmente

São Leopoldo hoje é uma cidade que faz homenagens aos seus nomes e fatos importantes, contando sua história nas ruas, nas praças, nas avenidas. As pessoas que tiveram a sua participação de maneira especial na construção dessa, são lembradas com nostalgia nos espaços urbanos referenciados [SEV, 1992].

Para Le Bon, “os monumentos e as comemorações são, sem dúvida, os meios mais proveitosos, práticos e seguros para gravar no espírito do povo as proezas de um herói, a grandeza de um nome ou a importância e o significado de um acontecimento”.

Através do conteúdo emocional do inconsciente coletivo a cidade se transforma num palco onde são representados seus dramas. Alguns governantes, cientes disso, buscam aprimorar-se na arte de causar impressões, oferecendo um belo cenário aos seus habitantes. Nas palavras de Edu Chaves, “A beleza dos atos, como dos versos, mede-se pela soma da emoção que provocam”.

São Leopoldo traz na sua história a capacidade de atrair pessoas, e isso se mantém nos dias atuais, cada uma que aqui chega traz seus objetivos e sonhos. Com o passar do tempo descobre a magia da cidade, fixa residência e torna-se mais um integrante dessa história. Como diz Ribas, “São Leopoldo atrai e segura, por um motivo ou outro, e isso transforma a cidade numa miscelânea cultural, de sabores, de tradições e de trabalho” [RIB, 1999].

Mas ela não vive somente de alegrias e triunfos, hoje com suas 138 vilas e 24 bairros [REJ,1998], surgem discriminações espaciais e sociais, fontes de ressentimentos, aflições e violências.

Com sua característica essencialmente urbana, vive a dualidade que marca as grandes cidades brasileiras, na fala de Lizete T. de Menezes, “de um lado um pedaço da população dispõe de infra-estrutura completa; de outro um contingente muito maior sobrevive dentro de um padrão de exclusão territorial, de modo irregular, ilegal, clandestino, marcado pela precariedade” [MEN, 2000].

A cidade hoje sofre transformações urbanas, perde o aspecto colonial de sua arquitetura e adquire a forma da modernidade, aparece então a realidade do progresso, uma nova fisionomia urbana.

Faz-se necessário trocar essa fisionomia urbana, onde se produza uma imagem que se identifique com o imaginário oficial, não apenas embelezando e modernizando a cidade. Nas palavras de W. Benjamin, “olhar a cidade, é a maioria das vezes, contemplar e fotografar a topografia dos poderes que por aí passaram” [RES, 1990].

A fotografia traz a lembrança imagens da cidade provocando emoções e recordações de muitos tempos. São Leopoldo também possui as suas imagens que nos transportam, e por momentos afasta-nos da realidade para voltarmos ao passado, despertando curiosidades e saudades [MOR,1996]

Bibliografia

- [BOU, 1989] BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- [DIE, 1964] DIÉGUES, Jr. Manuel. Imigração, urbanização e industrialização. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Educacionais. Série VI, Sociedade e Educação, Vol. 5, 1964.
- [HAC, 2000] HACK, Josias Ricardo. A colonização alemã no vale do Rio do Peixe – SC. Santa Catarina: <http://www.unoescjba.rct-sc.br/~hack/textos/texto1.htm> 26/06/2000
- [LAU, 1970] LAUSCHNER, Roque. Marginalização urbana na grande Porto Alegre. Porto Alegre: Sulina, 1970.
- [MEN, 2000] MENEZES, Lizete Teles de. Uma das maiores nações urbanas do mundo. Gazeta Mercantil. 03/04/2000.
- [MES, 1995] MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org). Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995.
- [MOE, 1978] MOEHLECKE, Germano. O vale dos Sinos era assim. São Leopoldo: Rotermund S.A, 1978.
- [MOE, 1999] MOEHLECKE, Germano. A história contada nas ruas. Edição Especial: Imigração Alemã, 175 anos de história. Jornal Vale dos Sinos. São Leopoldo. 23/07/1999.
- [MOR, 1996] MORAES, Carlos de Souza. Crônicas de minha cidade. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.
- [PET, 1936] PETRY, Leopoldo. História da colonização alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Rotermund & Co., 1936.
- [PET, 1964] PETRY, Leopoldo. São Leopoldo berço da colonização alemã do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Prefeitura Municipal. 2ª ed., V1, 1964.

- [REJ, 1998] REJANE, Maria. A cidade. Revista Rua Grande. Edição Especial: São Leopoldo 1998, Ed.1733, Ano 34, Julho 98.
- [RES, 2000] RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro, Cidade de modernismos. Seminário olhares da cidade. IPPUR. UFRJ. 1990.
- [SEV, 1992] SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- [SEY, 1990] SEYFERTH, Giralda. Imigração e cultura no Brasil. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1990.
- [SOU, 1997] SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org). Imagens urbanas. Os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- [VIE, 1985] VIEIRA, Euripedes Falcão; RANGEL, Susana Regina Salum (col.). Rio Grande do Sul, geografia da população. Porto Alegre: Ed. Sagra, 1ª ed., 1985.
- [WEI, 1992] WEIMER, Günter (Org.). Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.
- [WIL, 1946] WILLEMS, Emilio. A aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª ed., 1946.

**Monsenhor Friedrich Tombrock e a normatização de comportamentos em São
Ludgero, SC (1896-1957).**

Elza Daufenbach Alves

No século XIX, a Igreja Católica na Europa, enfrentava uma crise bastante aguda que lhe diminuía gradativamente seu poder tanto no plano temporal quanto no espiritual, resultado do processo de industrialização, do pensamento liberal e do nacionalismo. Esta crise é mais sentida na Alemanha e na Itália em cujos territórios tais mudanças ocorreram somente naquele século.

A existência de correntes de pensamento baseadas nos princípios liberais colocava o indivíduo como senhor de suas ações e responsável por seu destino moral e espiritual. A industrialização propiciava a adesão a tais princípios, fazendo com que valores religiosos agrários fossem deixados de lado pelos operários, inclusive os que emigravam do campo. O nacionalismo, por sua vez, retirava da Igreja os estados pontifícios na Itália.

Esta perda de poder fez a Igreja reagir, notadamente na segunda metade do século, através da condenação dos valores do mundo moderno, da negação dos princípios democráticos, da tentativa de renovação dos seus quadros, da decretação da infalibilidade papal e de centralização do poder na figura do Papa.¹

Conforme Roberto Romano,

o Ultramontanismo, como tendência de centralização sob o comando de Roma, criou bases com a reforma do clero secular e religioso, dando-lhes uma disciplina rígida e uma formação nos seminários de acordo com as normas do Concílio de Trento, do século XVI, sob inspiração filosófica do tomismo. Reforçou o poder episcopal apoiado em clero formado na mentalidade antimodernista, sob o triunfalismo da soberania espiritual visível da Igreja.²

Na Alemanha, a Igreja Católica, especialmente a Diocese de Münster, começou a ver nas colônias teutas do sul do Brasil a possibilidade de êxito de seu projeto de catolicismo restaurado. Vários fatores contribuíam para a empreitada: a origem rural da

¹ KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991, p. 20-26.

maioria dos emigrantes católicos demonstrava que ainda não tinham sofrido influência significativa dos valores da modernidade; a quase inexistente presença do clero brasileiro nestas comunidades e as reiteradas solicitações para a vinda de padres alemães feitas pelas mesmas; o tipo diferente de catolicismo praticado no Brasil e a precária formação do clero brasileiro, fruto do processo histórico da organização da Igreja Católica aqui; e ainda a língua comum.

Então, com o intuito de manter e fortalecer a religiosidade com bases tridentinas nas colônias alemães (e aos poucos romanizar todo catolicismo brasileiro), a Diocese de Münster começou a enviar padres e freiras para essas regiões, processo que passou a se chamar “Missão de Münster”.

É dentro desse contexto que pode-se melhor compreender a atuação de religiosos alemães em Santa Catarina e, no caso específico, de Monsenhor Friedrich Tombrock em São Ludgero.

O povoamento de São Ludgero, começou em 1873, com famílias de imigrantes católicos westfalianos que haviam chegado na década anterior na Colônia de Therezópolis, localizada atualmente no município de Águas Mornas, SC, e que se transferiram para o Vale do Braço do Norte, no sul do Estado, devido a vários descontentamentos, entre os quais a pouca produtividade obtida nas terras pouco férteis e de topografia muito acidentada.

Eram em torno de 70 núcleos familiares que por intervenção do padre Guilherme Röer conseguiram terras onde hoje é o município de São Ludgero.

Dentre as muitas carências que tinham esses colonos nesta nova comunidade, entre elas estradas, escola, hospital, mercado para os produtos, uma das mais sentidas e reivindicadas era a ausência de um guia espiritual que os atendesse regularmente, dado que de 1874 a 1895 esse atendimento foi feito precariamente pelo próprio Padre Röer, vigário de Therezópolis e outros padres alemães, entre eles Francisco Topp, Francisco Auling, Carlos Schmees e Francisco Schylinski, que por ordens superiores nunca ficavam muito tempo no local.

² ROMANO, Roberto. *Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 202-203. Apud. Kreutz. Op. Cit., p. 26.

Em 1896 chegou o Padre Friedrich Tombrock da Diocese de Münster, permanecendo em São Ludgero até sua morte em 1957, num período de 61 anos.

O poder dos padres nas comunidades de imigração européia e a religiosidade dos colonos já foram temas de vários estudos, entre os quais destaco o trabalho elaborado por Luís De Boni e Rovílio Costa³. E é inserido neste contexto que deve ser percebida a atuação do Monsenhor Frederico Tombrock em São Ludgero. Numa comunidade fechada étnica e geograficamente, formando, conforme definição desses autores, uma “cosmovisão sacral”, um mundo que “*girava em torno da religião, dando mesmo a impressão de que, fora dela, não havia outra forma de vida social*”⁴, sendo que “*aquilo que era condenado pela religião era também condenado pela sociedade*”⁵. Pode-se afirmar que nessas sociedades, a noção de crime é substituída pela noção de pecado e a noção de responsabilidade pela noção de culpa.

Este raciocínio ajuda a entender a importância e autoridade dos padres em tais comunidades e os múltiplos papéis assumidos por estes tanto no âmbito espiritual quanto no secular.

Em São Ludgero Monsenhor Tombrock foi autoridade incontestada: guia espiritual, comandante das ações temporais e juiz em ambos os casos.

Porém a sua atuação foi marcada por sua personalidade, um tanto peculiar. Os dados biográficos mostram que Tombrock nasceu em Roxel, Westfália, em 1864, filho de um mestre ferreiro. Na infância frequentou a escola elementar na sua cidade natal e depois cursou o ginásio no *Paulinum* de Münster. Quando jovem, desejava angariar um dote de 5 mil marcos para casar com uma boa moça e, para consegui-lo, tentou carreira no exército prussiano, chegando a suboficial. Mas, desentendeu-se com um oficial superior e entre outras querelas, desafiou-o para um duelo. A insubordinação teve como desfecho a sua prisão e o fim da carreira militar.⁶

No mesmo ano, em 1888, Tombrock ingressou no Instituto Borromeu de Münster, sendo ordenado sacerdote secular em 18/03/1893. Trabalhava como coadjutor em Köesfelg,

³ DE BONI, Luís Alberto e COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias; Correio Riograndense, 1984.

⁴ Idem, p. 125.

⁵ Ibidem, p. 125.

⁶ Arquivo Eclesiástico da Cúria Metropolitana de Florianópolis: pasta Monsenhor Friedrich Tombrock.

quando, em 1894, aceitou o convite do Padre Francisco Xavier Topp para emigrar para o Brasil e atuar junto aos colonos alemães estabelecidos em Santa Catarina. Em 11/02/1895 embarcou em Hamburgo.

Em Santa Catarina, instalado em Brusque, Tombrock exerceu a função de vigário, não adaptando-se, porém, àquela comunidade. A dificuldade de aceitação mútua pode ser creditada, em grande parte, à sua personalidade. O depoimento do Padre José Locks, citado por Dall’Alba, é importante para se começar a conhecer um pouco dessa personagem singular.

Um tanto agressivo nos sermões, no púlpito chamava os bois pelo nome. Por isso foi expulso de Brusque, onde era vigário há um ano, desde sua chegada da Alemanha. Foi levado para além do rio, e dali um católico foi levá-lo a cavalo, até Itajaí, onde embarcou para o sul. Filho de seu tempo, de um Alemanha vencedora de quatro guerras, vinha animado por um entusiasmo pela pátria alemã, com conseqüente desprezo pela França, e principalmente pelo Brasil, país completamente subdesenvolvido, naquele tempo. Sentia também menosprezo pelos colonos, analfabetos ou semi-analfabetos. (...) No entanto ele viera justamente para acudir às suas necessidades culturais e espirituais. E neste ponto cometeu o grande erro de se considerar padre, vigário, ou cura de almas dos germânicos, e só colateralmente dos luso-brasileiros.⁷

Em São Ludgero, Tombrock exerceu, desde a sua chegada, em 1896 até sua morte em 1957, poderes ilimitados, abrangendo praticamente todas as esferas do cotidiano dos habitantes, sendo o principal ordenador na organização da comunidade.

A pesquisa por realizada por esta autora através da história oral, com pessoas de mais de 75 anos que sempre moraram na comunidade, corrobora as informações do Padre José Locks e acrescenta outras tantas que esclarecem um pouco mais acerca de Tombrock. Pela representação que os entrevistados fizeram do Monsenhor, é possível vislumbrar alguns sinais característicos da personalidade e dos desejos de “Herr Pastor” na manutenção e reelaboração da “cosmovisão sacral” da comunidade.

Tombrock menosprezava profundamente os luso-brasileiros, inclusive os moradores da comunidade vizinha do Quadro do Norte, seus paroquianos, a ponto de classificá-los de “*Die Halben*” (a metade), numa alusão à inferioridade que julgava que essas pessoas

possuíam em comparação com os alemães e teuto-brasileiros. A mesma desqualificação valia para o Bispo Diocesano, Dom Joaquim Domingos de Oliveira, com quem às vezes se desentendia.

Também os teuto-brasileiros eram por ele avaliados matematicamente. Na sua opinião, um homem valia o que possuía de germânico. Assim, o colono alemão valia 100%, o filho do colono nascido no Brasil valia 75%, o neto desse colono apenas 50% e o bisneto somente 25%.

Também lhe causavam repulsa todos os que não fossem católicos. Por isso, em São Ludgero, durante sua atuação houve apenas duas tentativas de protestantes se estabelecerem junto à comunidade. Na primeira vez, foi um ferreiro, exímio artesão e de grande utilidade para o povo local. Os desentendimentos começaram com a implicância de tal homem com o hábito dos católicos de tomarem cachaça na venda tão logo tinham comungado na missa dominical. Depois de consecutivas discussões entre eles, e instados pela repugnância que tal indivíduo causava no vigário, foi-lhe prometida uma surra caso ousasse permanecer no local; ameaça que produziu efeito imediato.

O segundo caso refere-se a uma viúva que possuía dez filhos e por infortúnio foi morar em São Ludgero, próximo a igreja. Meses depois, alguns rapazes acharam por bem apedrejar a casa desta senhora e em seguida ir contar ao padre que, segundo afirmam, achou a atitude normal. Tal família também abandonou a comunidade.

Tombrock esteve sempre tão certo de que tudo o que não fosse católico pertencia ao demônio, que certa vez, no final dos anos 40, indo a cavalo visitar os cantos mais retirados de sua imensa paróquia, quando a animal assustou-se derrubando-o. A queda produziu-lhe ferimentos que o deixaram imobilizado. Depois de algum tempo estirado no caminho por onde, na época, não passava quase ninguém, avistou-o um colono e seu filho pequeno que retornavam da roça. Antes de aceitar a oferta de ajuda Tombrock tratou de certificar-se do credo praticado pelo interlocutor. Ao saber que o auxílio partia de um luterano, recusou-a, alegando que preferia ficar sofrendo do que receber ajuda de um adepto de satanás. Diante de tal manifestação, o protestante achou por bem avisar os vizinhos católicos para que viessem acudir o seu pastor.

⁷ DALL'ALBA, João Lenoir. *O Vale do Braço do Norte*. Orleans: Ed. do Autor, 1973, p. 183-184.

Esta sua visão maniqueísta levava-o a excomungar, durante os sermões, as duas religiões do demônio: o protestantismo e o “bolchevismo”.

Nas missas dominicais, assistidas por ludgerenses e também por paroquianos luso-brasileiros do Quadro do Norte, os sermões – que duravam horas – eram pronunciados em dois idiomas. Primeiramente, o também westfaliano Padre Huberto Others, coadjutor da paróquia, fazia o sermão em português, ocasião em que os alemães e teuto-brasileiros saíam da igreja para fumar ou conversar. Após, começava a prédica em alemão do Monsenhor para os seus conterrâneos e descendentes, na ausência dos “brasileiros”.

Em suas pregações no púlpito, Monsenhor, além de pregar o Evangelho, orientar sobre a conduta e condenar todos os procedimento desordenadores de seus paroquianos, também deixava claro o seu projeto comunitário. Referindo-se à necessidade de recriar no local uma “pequenina Alemanha”, reprovava de forma veemente a insistência de algumas pessoas de falar português, bem como as que insinuavam vender terras aos nacionais. Nestas ocasiões costumava dizer: *“em vez de vender as terras para brasileiros deixem que os espinhos cresçam nelas. É preferível ter erva ruim do que outra gente morando entre nós”*.

Nas conversas, recomendava aos paroquianos o não envolvimento com a política nacional. Seguindo o seu estilo, afirmava que *“política é igual a pau de galinheiro: de cima a baixo está suja”*. No entanto, tentava manter-se informado acerca da política alemã. Segundo Padre José Locks, Monsenhor

Vibrava com as vitórias iniciais da Alemanha. Em 1917 celebrou o aniversário do Kaiser. No discurso concitou a todos a assinarem o empréstimo de guerra. ‘E se a Alemanha perder a guerra, deve nos consolar o pensamento de termos feito algo pela pátria’.”⁸

As estratégias de Tombrock para resguardar a moralidade e a religiosidade da gente local incluía a proibição de iluminação elétrica (através de dínamo) na praça que circundava a igreja, devido o perigo de casais namorar no local a noite. Vetava também a possibilidade de realizar casamentos nas sextas-feiras, sábados e domingos, uma vez que o

⁸ DALL’ALBA. Op. Cit., p. 187

cansaço provocado pelos festejos fazia com que os participantes faltassem à missa dominical.

Mas Tombrock atuou também em outras frentes, de grande relevância para a comunidade. Sob suas ordens foram construídos a igreja matriz já no final do século, o Convento Sant'Ana em 1904 e o Seminário Preparatório São Joaquim em 1919. Também foi idéia de Monsenhor a organização do ambulatório com sistema de enfermagem ambulante, realizado pelas freiras alemãs da Congregação da Divina Providência.

No entanto, o que se quer destacar aqui é aquela que talvez seja a mais emblemática realização de Tombrock em São Ludgero, que foi a criação o colégio.

A importância que as comunidades de colonização alemãs no sul do Brasil imputavam à escola é por demais conhecida e já mereceu publicações relevantes, como por exemplo, o livro *O professor Paroquial*, de Lúcio Kreutz.

A educação escolar em São Ludgero até o ano de 1897 seguiu o modelo da maioria das comunidades teutas do sul do Brasil nos primeiros tempos de colonização, baseado na improvisação e na criatividade. Os primeiros professores foram colonos de idade avançada que, impossibilitados de exercerem os trabalhos nas roças, esforçavam-se para ensinar o que sabiam, basicamente a ler, escrever e a lidar com os números. Os locais de ensino também eram improvisados, às vezes utilizavam a própria casa ou então algum galpão da propriedade. Havia aí uma preocupação com a vida prática mais do que com o ensino religioso, embora em muitos casos este também fosse contemplado.

Uma das primeiras preocupações de Tombrock foi organizar e normatizar o ensino formal. Para tanto, foi construída uma escola e em 1897 já chegavam da Alemanha, por seu intermédio, dois professores leigos.

Em 1899, chegaram as primeiras freiras alemãs, que assumiram o ensino e a administração da escola sob a direção de Tombrock.

Nesse momento a educação escolar assumiu conotação religiosa, direcionada a formação de bons católicos, visando não mais a vida prática mas a salvação de almas.

Diretamente ligada igreja, a escola passou a integrar a tríade necessária para a manutenção da “cosmovisão sacral” juntamente com a família e a igreja. Se a igreja (o templo) era o lugar dos rituais e da expressão devocional através da participação nos ritos e

a família o espaço do despertar da devoção, a escola pode ser entendida como o local onde a educação religiosa obtinha a sua sistematização formal.

Partindo do princípio que as religiões, devido sua força imagética, têm a capacidade de transformar construções humanas em realidades objetivadas, o que se pretende ressaltar neste texto é o modo como Tombrock tornou operativo o ensino escolar com vistas a promoção de significados compartilhados comunalmente e, em decorrência, a normatização de comportamentos na população local.

A escola proposta inicialmente por Tombrock tinha por objetivo a preparação dos alunos para a primeira comunhão. Ou seja, a alfabetização era requisito básico para a criança aprender a ler (e decorar) o catecismo e os livros de história sagrada.

Os alunos do colégio, enquanto viveu Monsenhor Tombrock, cumpriam uma rotina um tanto rígida. Todos os dias a 7:00 horas havia missa sendo obrigatória a presença dos mesmos. Tendo em vista que grande parte das crianças moravam em lugares distantes da escola, às vezes até 12 quilômetros, a prática comum era levantar-se com antecedência, em alguns casos até as 4:00 horas da madrugada, e levar uma facho para iluminar o caminho.

As faltas ou atrasos a esta atividade didática que era a missa resultava em admoestações ou em castigos como o uso da palmatória ou em ajoelhar-se voltado para a parede durante a aula.

Durante os períodos de quaresma, ou nos meses que antecipavam a primeira comunhão ou em qualquer período de religiosidade mais significativa, como por exemplo, nas duas semanas que antecedessem uma missão popular, os alunos do colégio deviam fazer o trajeto de ida ao colégio e de retorno à casa, sempre rezando. Burlar a norma era um tanto difícil pois, as estradas únicas que levavam às comunidades afastadas fazia-os caminhar sempre em pequenos grupos; e nestes, sempre havia os que delatavam os rebeldes para as freiras, o que significava muitas punições.

No mês anterior à primeira comunhão os postulantes permaneciam reclusos no internato, para receberem curso intensivo de catecismo e histórias morais.

As aulas, após a missa, eram iniciadas com mais orações e em seguida, em dias alternados, ensinava-se matemática, leitura e escrita, geografia e história, até a hora do recreio. Todo o tempo depois do recreio era ocupado com aulas de religião. Nessas aulas as freiras falavam sobre a vida dos santos, sobre a conduta de homens puros, ensinavam como

salvar a alma, como rebater as tentações do demônio, descreviam e mostravam com ajuda de imagens de albuns seriados como era o inferno e, principalmente, incitavam o despertar de vocações religiosas.

Relatos orais dão conta da intensidade desta propaganda vocacional a tal ponto que, quando Monsenhor Tombrock, nas visitas feitas semanalmente às salas de aulas para verificar o aprendizado, perguntava: “*quem de vocês quer ser padres?*”, não raramente a classe inteira, meninos e meninas, levantavam o braço afirmando que queriam ser padres.

A maioria das comunidades católicas rurais teutas do sul do Brasil, bem como as italianas, partilharam da presença de padres de formação eclesiástica rígida que se transformaram em ordenadores de comportamentos, em juizes de causas terrenas, amealhando para si poderes superiores aos demais poderes locais. Assim foi em São Ludgero, com a singularidade que nessa comunidade o pároco permaneceu por um tempo um tanto longo.

Durante toda sua existência no local Tombrock considerou-se responsável por manter e acentuar a religiosidade romanizada e conservar a germanidade dos colonos. E a escola foi fundamental para passar tais valores à gente local.

Referências Bibliográficas

DALL’ALBA, João Leonir. *O vale do Braço do Norte*. Orleans: Ed. do Autor, 1973.

DE BONI, Luís Alberto e COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias; Correio Riograndense, 1984.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

ROMANO, Roberto. *Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Disponibilização do Acervo Documental do Memorial Sogipa

Evandro Fernandes¹

O século passado caracterizou-se por ser um contexto de recriação cultural no sul do Brasil. Elemento importante neste processo foi a imigração alemã, que trouxe consigo características bastante peculiares, dentre as quais podemos citar o associativismo teuto. Este se encontra muito bem representado na proliferação de uma diversidade de clubes e associações que muito contribuíram para a preservação da identidade alemã e que, naturalmente, também ajudaram a criar uma cultura especificamente teuto-brasileira.

As sociedades de ginástica, *Turnvereine*, foram um dos resultados mais concretos deste processo. Introduziram a prática do *turnen*, ginástica desenvolvida por Friedrich Ludwig Jahn, cujas características principais eram o elevado cunho patriótico, desportivo e militar que tinham como finalidade desenvolver a corporalidade e o caráter de seus praticantes. Sociedades de ginástica foram fundadas em várias localidades, sendo que, ainda hoje, são importantes elementos de convergência social dentro das comunidades urbanas.

A mais antiga sociedade de ginástica foi constituída em Porto Alegre, capital da província, no ano de 1867. É na então *Deutsche Turnverein* que vamos encontrar as origens da SOGIPA, Sociedade Ginástica de Porto Alegre que, hoje, vem desenvolvendo um importante trabalho de resgate documental de sua história, além de contribuir com ricos subsídios para a pesquisa histórica rio-grandense e brasileira.

O trabalho de tradução e paleografia que vem sendo desenvolvido no Memorial SOGIPA tem como finalidade resgatar e disponibilizar uma rica documentação em alemão que, durante várias décadas, encontrava-se inacessível e desconhecida aos pesquisadores da área teuto-brasileira. Esta documentação constitui-se principalmente de documentos em alemão gótico manuscrito ou impresso que, a partir da formação de um banco de dados informatizado, possibilitará o resgate de importantes informações esportivas, administrativas, econômicas, políticas, sociais e culturais da vida desta sociedade.

Importante salientar que este acervo documental não abrange somente documentação relativa ao universo social e esportivo da SOGIPA, mas também aborda questões ligadas ao cotidiano porto-alegrense, riograndense e nacional. Da mesma forma, frisamos que um dos objetivos almejados pelo Memorial SOGIPA, com a disponibilização destes recursos de pesquisa, também é a promoção de estudos ligados ao mundo teuto-brasileiro.

¹ Evandro Fernandes é bacharel em Teologia pela Escola Superior de Teologia da IECLB, acadêmico do 7º semestre do curso de História da UNISINOS, Bolsista do NETB e estagiário do Memorial Sogipa.

Grande parte da documentação teuto-brasileira do séc. XIX e das primeiras décadas do séc. XX foi redigida ou impressa em alemão gótico. Esta escrita foi comumente usada em meio aos imigrantes alemães e seus descendentes nos séculos passados até inícios da década de 40. Assim sendo, é esta também a principal característica de grande parte da documentação sogipana que abrange o período de 1867 até 1938. Mudanças significativas somente vão ocorrer após a Segunda Guerra Mundial, quando a Campanha de Nacionalização, patrocinada por Getúlio Vargas, proibir que os teuto-brasileiros falem a língua alemã, o que, conseqüentemente, também terá seus reflexos na alfabetização infantil das escolas teuto-brasileiras e no uso do alfabeto gótico pelos descendentes teutos.

Hoje, dispõe-se de poucas pessoas habilitadas que possam decifrar a escrita gótica, sendo ela somente de conhecimento das mais idosas que, durante a infância, tiveram a oportunidade de aprender esta forma de manifestação escrita. Neste sentido, é preciso destacar a importância do estímulo de formação de pesquisadores da área de história habilitados tecnicamente para esta tarefa de resgate de extrema relevância para o acesso às fontes documentais.

A organização de um banco de dados informatizado não se constitui de uma tarefa simples, ainda mais quando se trata de uma documentação manuscrita, mas envolve diversas etapas num longo processo de leitura e análise da documentação com a qual se está trabalhando. O instrumental técnico utilizado para realizarmos este trabalho de resgate tem sido a paleografia, ciência auxiliar da história, que tem como objeto o estudo a escrita antiga em qualquer espécie de material, compreendendo a decifração, datação e interpretação dos textos.

A metodologia de trabalho empregada constitui-se de leitura, decifração, sumulação e registro informatizado. Entrementes, no que tange a leitura e decifração dos textos manuscritos em alemão gótico do Memorial SOGIPA, é necessário esclarecer que elas têm sido realizadas dentro de diferentes intervalos de tempo. Isso se deve ao fato de haver diferentes estilos de escrita. Existe uma freqüente troca de redatores, principalmente no que diz respeito à documentação manuscrita como as atas de diretoria, que é provocada pelas constantes mudanças de gestão administrativa que foram ocorrendo no decorrer dos anos na sociedade. Estas mudanças na escrita, que por vezes são bastante bruscas, necessitam de uma análise e estudos mais minuciosos do paleógrafo a fim de que as informações resgatadas sejam as mais fiéis possíveis.

Os documentos manuscritos constituem-se, em sua grande maioria, de documentação administrativa como atas, livros de registro de caixa, de registro de sócios, periódicos editados na sociedade, além de documentação avulsa como os estatutos de alguns departamentos

pioneiros dentro da sociedade. Pode-se verificar, durante o manuseio dos documentos, que alguns se encontram em delicado estado de conservação, o que requer um maior cuidado no que tange a sua manipulação.

Uma vez realizada a decifração e leitura da documentação, passamos a realizar a súmula dos assuntos abordados nela. Estas súmulas serão, posteriormente, inseridas num banco de dados informatizado que será disponibilizado aos pesquisadores. O acesso informatizado a estas informações permitirá uma agilização nos processos de pesquisa, tanto no que diz respeito a sua localização, quanto no que diz respeito ao conhecimento dos assuntos abrangidos pela documentação.

Até o presente momento, analisamos e sumulamos os relatórios anuais editados pela sociedade que abrangem o período de 1894 até 1938. Alguns relatórios foram publicados de forma avulsa, sendo que outros editados juntamente como parte do periódico mensal da sociedade, o *Turnblätter*, que veio a ser publicado mensalmente a partir de 1915 até 1939. Da mesma forma, mereceu especial atenção a documentação manuscrita nos livros de ata que abrangem os anos de 1882 a 1928. Nem toda documentação está disponível, pois existem livros de registros de atas e relatórios assim como periódicos que desapareceram o que, conseqüentemente, cria uma lacuna temporal que precisa, no futuro, ser resgatada.

Esse resgate somente será possível mediante a consulta de outras fontes documentais que não se encontram disponíveis no Memorial, mas em outros acervos como, por exemplo, o Acervo Benno Metz, que possui uma rica documentação do patrono da sociedade e pai da ginástica no Rio Grande do Sul, Jacob Aloys Friedrichs, assim como periódicos que podem auxiliar no incremento das informações históricas da sociedade. Para tanto falta um levantamento minucioso dos jornais alemães publicados durante o final do século passado e início deste que possuem reportagens sobre a vida social da SOGIPA. Dentre eles podemos citar o *Deutsche Zeitung*, *Deutsche Post*, *Volksblatt*, *Neue Deutsche Zeitung*, etc...

O trabalho realizado até agora já rendeu alguns frutos. Os resultados obtidos na análise da documentação permitiram colher dados novos sobre as datas de fundação de determinados departamentos da sociedade como, por exemplo, a esgrima; identificar a prática pioneira de determinadas atividades como a Oktoberfest e a organização do grupo de escoteiros; estabelecer a motivação e localização de novas sociedades de ginástica no estado do Rio Grande do Sul; identificar os papéis desempenhados pelos seus pioneiros ; etc...

Importante salientar que os critérios formais de organização da vida social da SOGIPA, como as exigências feitas aos sócios para que pudessem tomar parte nela, os estatutos, a ordem de ocupação dos cargos, os objetivos e as finalidades de determinadas atividades sociais e esportivas, também puderam ser estabelecidas. Além disso, no que tange a

estrutura, é possível identificar a composição de gênero, idade, raça, classe social e nacionalidade dos seus sócios.

Especiais relevâncias merecem as atividades esportivas, ideológicas e de intercâmbio de experiências com outras organizações políticas e sociais. No que diz respeito às atividades esportivas, é possível identificar as práticas internas e externas da sociedade; sua participação em campeonatos municipais, estaduais e nacionais; as conquistas e derrotas; a frequência de seus sócios; sua organização material e financeira. As atividades de intercâmbio permitem que possamos vislumbrar a relação mantida com as mais diversas associações nacionais e internacionais; suas influências junto à sociedade; a participação em ligas e federações; os grupos que se reuniam dentro da SOGIPA, além da relação mantida pela mesma com o estado e as pessoas públicas.

As posições da sociedade frente às questões mais candentes da vida política e social do município, estado e país, assim como sua política de preservação da germanidade, posicionamento frente ao Reino Alemão, emprego de símbolos, comemorações, atividades de integração nacional, comportamento em relação às Guerras Mundiais, etc... são alguns dos elementos ideológicos que também podem ser encontrados na documentação que se pretende disponibilizar.

O trabalho realizado com esta documentação vem embasando continuamente as exposições históricas que o MEMORIAL SOGIPA realiza na sociedade. Serve como material de apoio para pesquisas acadêmicas, publicações internas e externas da sociedade, consultas do setor público ou privado, consultas internas, assim como tem fortalecido o elo de ligação da sociedade com a vida social e cultural do contexto na qual se encontra inserida. A disponibilização do acervo documental do Memorial SOGIPA é, portanto, um trabalho que busca resgatar não só a História da sociedade para si mesma, mas também para a comunidade na qual se encontra inserida. É uma tarefa que quer contribuir para o enriquecimento cultural de si mesma, assim como da comunidade da qual faz parte.

Visões sobre emigração/imigração na historiografia

Helga I. L. Piccolo

Introdução

O objetivo da comunicação é fazer algumas considerações de natureza historiográfica, comparando dois textos escritos por historiadores alemães em conjunturas específicas muito diferenciadas entre si, no que concerne à questão das migrações.

O primeiro texto, de autoria de Gottfried Heinrich Handelmann intitulado “O Brasil e a imigração” (escrito em 1858) corresponde às Considerações Finais da obra “História do Brasil”, publicada pela primeira vez na Alemanha em 1860 e, no Brasil, traduzida, foi lançada em 1931, integrando o Tomo 108 (volume 162) da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Usamos a 3ª edição, de 1978, publicada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, onde é feito, no Prefácio, o histórico da obra pelo próprio autor que também elenca a vasta Bibliografia a que teve acesso na Alemanha e de que se valeu para escrever a sua História do Brasil. Recomenda-se a leitura da Introdução feita pelo Professor Odilon Nogueira de Matos com uma criteriosa avaliação da importância da obra em tela.

O segundo texto, de autoria de Walther L. Bernecker e Thomas Fischer (ambos professores da Universidade de Berna) e intitulado “Deutsche in Lateinamerika”, corresponde ao sub-capítulo 2.3 da obra “Deutsche in Ausland-Fremde in Deutschland. Migration in Geschichte und Gegenwart”, editada pela primeira vez em München no ano de 1992 por Klaus J. Bade. A Bibliografia usada pelos dois citados autores foi basicamente produzida por historiadores alemães nas décadas de 70 e 80 do século XX, excetuando-se o clássico “La colonization et le Rio Grande do Sul” de Jean Roche, publicado em 1961 em Paris.

Como cerca de 130 anos medeiam o lançamento, na Alemanha, das duas obras, observações analíticas que se pretenda fazer, devem tomar em consideração a temporalidade: como foi vista na segunda metade do século XIX a emigração alemã para o Brasil, mais especificamente, o seu significado para o Império e como hoje, no limiar do Terceiro Milênio, a historiografia alemã vê as migrações. Lembra-se que no século XIX, a Alemanha foi país de emigração e, hoje, país que recebe levas de estrangeiros das mais variadas nacionalidades e/ou etnias.

O(s) texto(s) e seu(s) contexto(s)

Quais foram os argumentos apresentados por Handelsmann no seu trabalho para defender a imigração espontânea de estrangeiros?

Antes de mais nada, generalizando, argumenta que foi a imigração estrangeira que despertou a vida histórica do Novo Mundo. Esta afirmação só pode estar referenciada, no caso do Brasil, aos portugueses, embora a colonização lusa seja por ele criticada. Como para o historiador “a raça índia, em geral, mostra pequena capacidade vital”, os países da América tem necessidade da imigração estrangeira “a fim de que a vida histórica e o desenvolvimento espiritual e material prossigam sempre, como até aqui”. E é o Brasil, dos países americanos, que mais dela necessita. O autor justifica o porquê desta necessidade.

Neste sentido, destaca o povoamento, com o afluxo de estrangeiros para preencher espaços vazios existentes, uma vez que a população brasileira é insuficiente para fazê-lo. Além do que, a falta de braços devido à abolição do tráfico externo de escravos, exigia uma imigração européia espontânea. O desenvolvimento do Império devia muito a negociantes, artistas e operários estrangeiros, mas quanto a lavradores, a imigração por ser artificial, isto é, subsidiada, deu pouco resultado e teve pouco sucesso. Se não houvesse uma corrente espontânea, forte e ininterrupta de agricultores, pouco a pouco sofreria a produção e decresceria a exportação e o bem-estar nacional.

Como a agricultura depende da terra, afirma Handelsmann:

“O lavrador alemão, quando transpõe o oceano, quer ser o que era no seu país ou o que debalde procurou ser: senhor livre no seu pedaço de terra”.

Esta observação, que encerra uma verdade indiscutível, leva o autor a uma série de comentários. Para ele, são as províncias do Sul – São Pedro, Santa Catarina, Paraná – e as terras altas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo que mais se prestam a receber a imigração espontânea que defende. Mas a afluência de imigrantes espontâneos necessita que se proceda a uma radical mudança no sistema vigente: em lugar da plantação em fazendas, a adoção da pequena propriedade; em vez de fazendeiros, lavradores; em vez do trabalho escravo, o trabalho livre. Como essa mudança não interessa “à classe detentora de terras, a aristocracia de fazendeiros”, compete ao governo central a iniciativa neste sentido. Diz Handelsmann:

“Felizmente (...) o governo imperial se firma, por princípio, na opinião de que somente a colonização e imigração de proprietários livres (...) merecem ser promovidas e podem trazer a salvação.”

Entre os obstáculos que a isto se tem oposto, o mais importante era “a falta de uma legislação de terras bem organizada”. O autor lembra a confusão na doação de terras e os litígios por causa de questões de limites entre lotes distribuídos.

Quando o imigrante sai da sua terra natal para procurar uma nova pátria além-mar, naturalmente tem em vista, em primeiro lugar a criação de uma nova existência material segura e, se possível, em melhores condições. Ao lavrador deve-se, portanto, proporcionar a possibilidade de obter uma porção de terra sem demora, facilmente e com pouco dispêndio. Isto acontecerá no Brasil, tão logo se completar a já iniciada instituição de uma legislação bem organizada sobre a propriedade territorial.

Mas havia outras questões a serem equacionadas favoravelmente aos imigrantes. Assim, além da questão da propriedade territorial, o imigrante deve desejar que a plena posse dos direitos de cidadão a que ele renunciou ao expatriar-se, seja recobrada na nova pátria, o mais depressa possível, pela naturalização. O autor cita as leis de naturalização para dizer que elas são satisfatórias para pretensões razoáveis, havendo nelas, no entanto, uma grande lacuna. É que a naturalização não concede plenos direitos de cidadania uma vez que o estrangeiro naturalizado é excluído da elegibilidade para a Câmara dos Deputados (além dos cargos de governança e de ministros de Estado). Isto pode ser de pouca importância porque atinge somente uma geração de imigrantes, isto é, a primeira. Mas não é bem assim, diz ele: não ser eleito pode ser indiferente à maioria ou mesmo desejável; mas não ser elegível é ofensivo. Se o Brasil quiser contar com uma imigração espontânea, deve tratar, quanto antes, de remover esses “odiosos restos” da antiga desconfiança dos portugueses contra os estrangeiros.

Também deviam ser abolidas as medidas legais que faziam depender, em parte, da fé católica o pleno gozo dos direitos de cidadania. Comenta o autor que a legislação contesta a validade de atos religiosos acatólicos, mormente os casamentos. Lembra as guerras religiosas ocorridas na Europa, o que o imigrante não quer reviver no Novo Mundo. Equiparar legalmente ambas as confissões principais não será difícil porque se sabe que o “governo é em geral tolerante, a Igreja Católica é pouco forte e o povo refratário a excesso de zelo religioso”.

E mais, considerando que o Brasil só pode receber a principal corrente imigratória de uma raça de língua alemã (os grifos são nossos), é necessário e conveniente outra concessão de caráter nacional:

“A raça de língua alemã, forte em número e em energia interior não é daquelas que facilmente se deixa absorver e assimilar; mesmo abandonando a sua terra natal, e transferindo francamente para a nova pátria o seu amor pátrio, as suas inclinações, de modo algum deseja incorporar-se sem mais nem menos ao povo ao qual se ajunta, porém quer conservar, guardar a sua nacionalidade alemã, a sua língua e os seus costumes”.

Assim, se o Brasil queria (porque precisava) receber uma imigração alemã, devia contar com a formação de uma raça teuto-brasileira (grifos nossos) como vinha acontecendo nos Estados Unidos da América do Norte. Invocando o exemplo das “duas grandes colônias alemãs de São Leopoldo e Petrópolis”, sabia Handelmann que isto feria o orgulho nacional brasileiro. Neste sentido cita o que abertamente fora declarado ao pastor protestante alemão Wiedemann em Petrópolis:

“É a vontade do governo que dora em diante se faça a fusão e tudo se organize de conformidade com os costumes brasileiros”.

Os brasileiros deverão abrir mão de suas veleidades nativistas para conjurar desconfiças. E terão que “dar garantias de estarem resolvidos a acatar e proteger a nacionalidade alemã do imigrado”. E, por isso, deverá ser facilitado “o estabelecimento de comunas próprias independentes” administradas pelos próprios imigrantes. Só com “concessões extensas e generosas”, será desviada para o Brasil a corrente imigratória que persiste entre os alemães para os Estados Unidos. Mas o próprio autor, “longe de planos idealistas exagerados”, concorda que o governo brasileiro não esteja disposto a admitir “a formação de uma nacionalidade estrangeira no seu território, um Estado no Estado, uma nova Alemanha...”.

Havia mais concessões reivindicadas pelo historiador: a equiparação legal da língua alemã e garantias para a segurança pessoal. No primeiro caso, a língua oficial continuaria a ser a portuguesa, mas as leis deveriam ser publicadas com a tradução alemã ao lado do texto em português; “o uso da língua alemã deveria ser admitido na escola, na igreja e no tribunal, assim como em todas as transações comerciais particulares”. “Também seria para desejar, e de resultado benéfico, providenciar-se para a instrução pública alemã e a instituição do ensino da língua alemã nas escolas públicas

brasileiras, tanto como o da portuguesa nas escolas alemãs”. Acrescenta o autor, em termos de expectativas:

“Por esse meio, aproximando ambas as nacionalidades, facilitar-se-iam necessariamente as relações mútuas de amizade, favorecendo muito, afinal, a fusão para (a) unidade da nova raça” (grifos nossos).

Quanto à segurança pessoal, alega Handelman que são as condições naturais que impedem que o braço da autoridade chegue “para garantir por todos os lugares a paz e a ordem e proteger o cidadão pacato contra as violências dos perturbadores da ordem”. Este mal que é geral, isto é, ocorre “em regiões meio selvagens, povoadas por gente em parte apenas meio civilizada (inclusive na América do Norte)” é pior no Brasil por duas circunstâncias especiais: pela legislação sobre o serviço militar e pela triste condição dos negócios da justiça. Mesmo limitando o “colono lavrador a servir na milícia, isentando-o do recrutamento para o exército”, isto não basta para animar o emigrante a estabelecer-se e naturalizar-se no Brasil. “A perspectiva de que já os filhos serão sujeitos a tal caçada ao homem, deve causar horror ao imigrante”.

Handelman ainda faz considerações sobre “uma segunda espécie de imigração”: a dos comerciantes, capitalistas e industriais. Estes “residentes estrangeiros” nem sempre procuraram fundar no Brasil um lar e uma família. Esta imigração, em regra geral, não é tão importante como a primeira (a dos lavradores). Se nos “velhos Estados europeus” estes residentes estão sujeitos a uma legislação diversa e uma série de peias são impostas às suas atividades para não serem concorrentes dos nacionais, isto no Brasil não devia vigorar porque o residente vem “preencher as profissões (...) para as quais o próprio povo não tem ainda preparo, nem o capital, nem os braços”, onde, portanto, ele “vem constituir-se membro necessário, imprescindível, no conjunto da economia nacional”.

Para a imigração de residentes estrangeiros, há um duplo inconveniente: o primeiro é a possibilidade de seus filhos nascidos no Brasil serem forçados a se naturalizar (conforme interpretação do art. 6º, §1º da Constituição, quando o ideal seria deixar a eles a opção entre a nacionalidade do país de nascimento e a paterna). O segundo inconveniente diz “respeito à administração do patrimônio de residentes estrangeiros” porque ainda subsiste, remanescente do período colonial, o “juiz de órfãos, de ausentes e falecidos” em cujas “atribuições incidem as coisas concernentes a heranças”. Como a administração destes magistrados “não tem sido ordeira, honesta e

desinteressada”, segue-se a necessária intervenção dos cônsules de governos estrangeiros para resolver questões relacionadas com os bens deixados pelos súditos falecidos e com os direitos dos herdeiros sobreviventes.

Citando Charles Reybaud, autor da obra “Le Brésil” publicada em Paris em 1856 Handelmann escreve:

“Uma remodelação das leis em questão, em sentido mais liberal, seria prudente e sábia. Se, com um sistema mais benévolo e liberal, também muitos abusos cessariam, em todo caso o próprio Brasil, em suma, lucraria com isso”.

O texto de autoria de Walther L. Bernecker e Thomas Fischer inclui a presença de alemães como imigrantes no Brasil, no conjunto latino-americano, isto é, não há um estudo sistemático específico sobre a emigração alemã para o Brasil. Em todo o texto é afirmado e reafirmado o forte poder atrativo exercido pelo Estados Unidos em termos de país receptor de imigrantes, o que explica o baixo percentual de alemães emigrados que se dirigiram para a América Latina como um todo e para o Brasil em particular. Segundo os autores entre 1820 e 1930, em torno de 5% dos emigrantes alemães dirigiram-se para a América Latina. Alvos clássicos da emigração alemã para a América Latina foram os países do Cone Sul, Brasil e Argentina e em escala menor também Uruguai e Chile. No decorrer do século XIX, o Brasil recebeu o maior número de imigrantes, mas as oscilações anuais foram significativas.

No século XIX, 90% dos emigrantes alemães se dirigiram para os Estados Unidos. Se a emigração para a América Latina foi relativamente pobre, isto é, foi quantitativamente pouco significativa, os seus efeitos/resultados foram, no entanto, qualitativamente consideráveis.

Simplificando, pode-se falar em cinco fases da emigração alemã para a América Latina, desde o início do século XIX.

A 1ª fase – o primeiro grande surto de emigração, especialmente para o Brasil, foi provocado em consequência da crise europeia de fome dos anos 1816/1817, surto que durou até os anos vinte. Nos anos vinte, o ponto alto foi 1825 com 30% da emigração total. Depois, até os anos quarenta, o Brasil foi praticamente insignificante para a emigração alemã. E mais tarde, o país não recuperou o significado que tivera para o emigrante alemão nos anos 20 do século XIX.

No período que corresponde a esta fase, algumas informações que estão no cap. I da obra nos parecem interessantes para uma reflexão. Por causa das reformas do Czar

Alexandre II (1816-1865) colonos alemães da Rússia, foram obrigados a sair da estreiteza das suas aldeias onde, como camponeses, haviam preservado sua identidade étnica e religiosa que fortalecida tinha sido por duradouros privilégios jurídicos. Os diversos grupos de colonos alemães haviam constituído unidades próprias onde imperavam fronteiras confessionais entre luteranos, católicos, menonitas e algumas seitas menores. Quando, em 1871, o governo russo revogou os privilégios dos colonos, muitos foram para as novas fronteiras abertas em direção ao oeste dos Estados Unidos e do Canadá. Mas a preocupação dos colonos alemães, especialmente os menonitas, era com a anunciada obrigatoriedade do serviço militar. Um grande grupo de católicos emigrou para o Brasil.

Também considerados como pretensos “postos avançados do poderoso Império Alemão e potenciais traidores da pátria” (uma vez que as relações com o Império Alemão se haviam deteriorado desde o Congresso de Berlim em 1878), os alemães na Rússia tiveram que enfrentar dificuldades que trouxeram como consequência a emigração de parte dos colonos para a América do Norte e para o Brasil. Uma segunda onda de emigração alcançou a América Latina a partir de 1850, como uma consequência tardia da crise agrária de 1846/1847.

A 2ª fase – Foi inaugurada em consequência desta crise. De 1851 a 1859, com interrupção em 1853, emigraram quase 23.000 alemães para a América Latina, enquanto que nos próximos anos, de desenvolvimento da economia alemã até 1865, apenas foi alcançada a metade do número anterior de emigrantes.

A 3ª fase – Se inseriu entre os anos de 1885 e 1894, quando 17.051 alemães foram registrados como emigrantes para a América Latina. Entre 1900 e 1904, com apenas 3.687 emigrantes, foi alcançado um nível baixo no número de alemães que saíram em direção à América Latina. O número mais uma vez aumentou nas vésperas da Primeira Grande Guerra.

A 4ª fase – Foi, até agora, muito pouco pesquisada. Mas para a América Latina foi uma significativa onda de imigração que deve ser articulada aos anos de crise na Alemanha do pós-guerra. Apenas entre 1920 e 1924, 86.191 emigrantes que, empobrecidos, quiseram investir seus bens em um país não afetado pela guerra. No total, emigraram para a América Latina, durante o curto período de duração da República de Weimar, um número de pessoas um pouco menor do que a metade do número que havia emigrado do século XIX até a Primeira Guerra Mundial. As restrições à imigração impostas pelos Estados Unidos, não podem, sozinhas, explicar a forte

emigração para a América Latina, especialmente para a Argentina e para o Brasil. No mínimo, dois outros motivos podem ter influído para que alemães em grande número abandonassem seu país em favor da América Latina e isto, apesar dos conselhos em contrário dados pelos órgãos públicos de aconselhamento sobre emigração: as impressionantes taxas de crescimento econômico da Argentina e do Brasil e as discrepâncias entre as restritivas leis de imigração e sua, de fato, flexível aplicação.

Nesse período pós-guerra, o Brasil foi como que redescoberto pelos emigrantes alemães. Entre 1921 e 1924, o país atraiu 18% do total da emigração alemã.

Com a crise econômica mundial (1929) recuou a emigração alemã para a América Latina.

A 5ª fase – Foi provocada por perseguições racistas e políticas levadas a efeito pelo Terceiro Reich. Foi uma corrente de refugiados, até então não presenciada na América Latina que, somente com o fim do segundo conflito mundial, se esgotou. O número total de emigrantes alemães para a América Latina deve ter importado nos anos do Terceiro Reich entre 75.000 a 90.000 pessoas. Os autores destacam que nos primeiros anos após 1933, a participação de adversários políticos do regime (socialistas, comunistas, liberais, democratas), de cientistas e artistas foi maior do que durante a guerra. Argentina, Brasil e Chile acolheram a maioria dos emigrantes entre 1933 e 1945. Em torno de 16.000 se estabeleceram no Brasil

Bernecker e Fischer consideram duas formas de emigração para a América Latina e ambas deixaram especiais vestígios: o que chamam de movimentos coloniais (*Siedlungsbewegung*) e emigração de elites (*Elitenwanderung*). A emigração para a América Latina, nos seus primórdios foi organizada e se processou em grupos. Tratava-se de criar colônias agrícolas em países do Cone Sul (Argentina, Brasil e Chile). No Brasil as primeiras colônias surgiram entre 1824 e 1828. Para o Rio Grande do Sul, é apenas citada a Colônia de São Leopoldo informando que, por volta de 1850, tinha cerca de 5.400 habitantes. Destacam que o Brasil, desde 1819, promoveu uma imigração planejada. Para a Colônia de São Leopoldo, por exemplo, o Imperador D. Pedro I pôs a disposição terra além de outorgar alguns direitos de cidadania e liberdade de culto.

Com a criação de uma classe média agrícola-industrial constituída de alemães, o governo brasileiro perseguiu objetivos econômicos e sociais. Ao lado da tradicional oligarquia de grandes proprietários de terra que se baseava no trabalho escravo e na cultura extensiva para a exportação aparecia uma agricultura intensiva baseada no trabalho livre. O conflito potencial entre os dois grupos foi minimizado porque os

colonos foram mandados para a mata virgem até então não cultivada e, com isso, espacialmente separados dos tradicionais grandes proprietários. Na visão do governo, o aproveitamento da terra e da capitalização dos recursos improdutivos através de novos métodos de cultura, prometia um aumento da força econômica. As colônias de pequenos agricultores deveriam desempenhar, pelo fornecimento de alimentos, uma importante função no abastecimento das vilas e cidades. Além disso, foram os colonos empregados para a defesa contra os índios (Puffermasse). Finalmente, e acima de tudo nas primeiras fases da imigração, os alemães foram recrutados para o serviço militar.

No topo da administração das colônias estava geralmente um oficial brasileiro ou alemão. Era ele que estabelecia o lugar da fundação, a direção em que se devia expandir a colônia, assumia a medição da terra e a repartição dos terrenos entre os recém-chegados, a construção de ruas, a instalação de água potável e edifícios para a administração, a distribuição, sob forma de empréstimo, de sementes, gado e ferramentas. Nas competências da administração das colônias estavam incluídas competências militares, policiais e judiciais. Nesta base, surgiram formas coloniais e econômicas que se diferenciavam daquelas das grandes propriedades brasileiras. Os colonos estabeleciam escolas e igrejas próprias como também oficinas e estabelecimentos manufatureiros. Eles se tornaram fornecedores de milho, batatas, cereais, mandioca, frutas, porcos e vacas para as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Porto Alegre e para o exército. Para a transformação de matérias-primas surgiram estabelecimentos industriais. Em São Leopoldo existiam em 1829, aproximadamente, 8 moinhos de trigo, 1 fábrica de sabão, 1 marmoraria, 1 estabelecimento para o aproveitamento da crina de cavalos e de fios, 1 forja, 1 fábrica de sapatos e 1 tecelagem. Nos anos vindouros, surgiram curtumes, destilarias e outros estabelecimentos.

Constantemente as colônias se expandiram. Altas taxas de nascimento, continuadas migrações, rendimentos satisfatórios e suficiente infra-estrutura possibilitaram a instalação de largas, espaçosas e independentes colônias na floresta virgem próxima. O relativo bem-estar permitiu a importação de bens da Alemanha que na maioria das vezes foi intermediada por comerciantes alemães imigrados ou não residentes. Também as fábricas maiores foram na sua maioria abertas por empresários alemães imigrados.

Mas os sacrifícios que no Brasil os imigrantes tiveram que suportar foram significativos. O maior problema para os imigrantes residia, sem dúvida, no fato de que

muita gente queria lucrar com eles, sem apresentar, em contrapartida adequadas compensações. As agências de emigração de bom grado se deixaram pagar altos prêmios pela intermediação da travessia e de sítios coloniais. Mas elas não se sentiam incondicionalmente competentes quando os emigrantes encontravam obstáculos e quando os sonhos despertados pela propaganda não se concretizavam. As empresas de navegação não agiam melhor sob a pressão da concorrência: para manter fatias do mercado, elas antes de tudo se preocupavam com a capacidade de transporte dos seus navios. E o governo brasileiro, por sua vez, mal haviam chegado os colonos, não mais se lembrava das promessas feitas aos seus agenciadores. As difíceis condições de vida no Brasil, os minguados ou inexistentes auxílios iniciais no país, a falta de infraestrutura, a falta de condições para vender gêneros, a vida em comum com outros europeus cuja língua e costumes não se entendia, dificultaram aos colonos a construção de uma nova existência. As difíceis condições enfrentadas, levaram muitos a emigrarem, tentando a sorte em outros lugares.

Sucesso e continuidade de uma colônia dependiam, além do capital e do know-how, também da perseverança, da disposição para enfrentar privações e de uma dose de idealismo da parte dos colonos. Como no decorrer do tempo foi observada, da parte da aristocracia de plantadores – que se sentiam prejudicados pelos privilégios concedidos às colônias alemãs, - uma crescente aversão/antipatia contra estrangeiros, a emigração para o Brasil nos anos 30 e 40 do século XIX praticamente sucumbiu. Cartas a parentes na Alemanha relatavam menos sobre bananeiras e papagaios e mais das dificuldades concretas no trato com autoridades e proprietários de terra nativos. Notícias críticas veiculadas na imprensa contribuíram para que na Alemanha não surgisse uma “febre brasileira” (*Brasilienfieber*). Um novo impulso para a emigração só começou na segunda metade dos anos 40. Também para estes imigrantes o sonho de um pedaço de terra próprio freqüentemente não se realizou. Devido à proscricção em âmbito mundial do trabalho escravo, muitos imigrantes foram inseridos, desde os anos 40, pelos escravocratas de São Paulo, como mão-de-obra no trabalho assalariado ou no sistema de parceria (quase como substitutos de escravos) nas plantações de café. Assim, esses imigrantes não se tornaram ativos em terras postas à disposição pelo Estado. Isto prejudicou a imagem do Brasil como país de imigração.

Se os Estados alemães não conseguiram proteger dos perigos existentes os emigrantes para a América Latina, ao menos a Prússia se esforçou para restringir a emigração: em 1859, como contrapeso ao ilusionismo espalhado pelas sociedades de

emigração e empresas de navegação e por fanáticos propagandistas da colonização, foi baixado o rescrito Von Heydt que, de direito, proibiu não a emigração mas o aliciamento de alemães do território prussiano para o Brasil e, de fato, para toda a América Latina. O rescrito não foi apenas a expressão de um paternalismo do governo prussiano, mas foi também uma medida contra o desvio de forças de trabalho da agricultura do leste prussiano. Após a unificação da Alemanha, o rescrito foi transferido para o “Reich” e somente revogado em 1896. O ceticismo oficial na Prússia e no “Reich”, afirmado pelo rescrito, deve ter contribuído para que o Brasil, como país de imigração, deixasse de ser atrativo para alemães. A isto se acrescia o fato de o Estado Brasileiro, conforme a situação política e econômica, oscilar na sua política imigratória entre um incentivo ativo (1859-1879; 1886-1889) e um “laissez-faire” (1879-1886).

No conjunto, agia a conjugação de diversos fatores, não deixando que o Brasil – apesar de seus imensos recursos – fosse um país para uma imigração massiva de alemães. Paralelamente a isto, se acrescentavam prevenções oficiais do lado alemão e condições oscilantes para a imigração do lado brasileiro: clima sub-tropical e problemas topográficos, incompetência dos planejadores, relatos de emigrantes enganados, notícias sobre o duro trabalho dentro de uma liberdade econômica limitada, sobre os riscos dos núcleos pioneiros, mas também dos logros sofridos pelos colonos da parte das sociedades alemãs de colonização e, finalmente acima de tudo, a força de atração dos Estados Unidos. A discussão que circulava sobre emigração e colonização alemã nos anos 80 e início dos anos 90, numa longa tradição de representação nacionalista, de uma mudança de emigração maciça alemã do Norte para a América do Sul, de uma teutonização de territórios alvos sul-americanos através de uma emigração organizada para o início de uma nova Alemanha na América do Sul e principalmente no Brasil, subestimava a força de integração do Estado Nacional Brasileiro. Não só ficaram ilusionárias como também agiram em termos contraproducentes, porque os inícios dos anos 90 despertaram o persistente ceticismo em relação à imigração alemã.

A migração de elites foi uma forma diferente das comunidades coloniais. Embora tivesse pesado pouco quantitativamente, teve grande significado e, na prática, apareceu em todos os países do sub-continente. Foi a migração temporária de comerciantes, banqueiros, empresários e, em parte, também de engenheiros, clérigos e oficiais, que se diferenciou da movimentação colonial. Os comerciantes se estabeleceram preferentemente em núcleos urbanos que possibilitavam negócios de importação e exportação em grandes proporções como também em lugares costeiros

com linhas de navegação e vias de transporte para pontos-chaves polarizadores. Comerciantes estrangeiros e não os nacionais, intermediavam produtos agrícolas e matérias-primas minerais para a Europa e bens industrializados para a América Latina.

Além das duas formas de emigração alemã citadas, os autores fazem considerações sobre a América Latina como alvo para fugas e isto relacionado com a Alemanha nazista e com o pós-Segunda Guerra Mundial.

A forte corrente emigratória da Alemanha nazista foi caracterizada principalmente pela fuga de judeus. Em contraste com a posição em relação à oposição política que o regime do nacional-socialismo preferia ver em campos de concentração do que no exílio, a Alemanha nazista promoveu indiretamente a emigração de judeus, ao mesmo tempo que tolerava até 1941 o trabalho de apoio e de ajuda de organizações judaicas.

Mas a América Latina não era o primeiro alvo dos fugitivos. Estava atrás e muito da França, Países Baixos, Checoslováquia e outros países europeus, além dos Estados Unidos. Dos mais ou menos 250.000 a 300.000 fugitivos judeus do Reich, um quarto deve ter chegado à América Latina. Somente em 1936 foram 10.000. Nos principais países de imigração – Brasil, Argentina e Chile – a imigração de fugitivos da Alemanha até 1937, correu paralela e no mesmo sentido do percurso de outras correntes imigratórias. Mas pressionados pela forte afluência, estes países foram cada vez mais adotando uma política imigratória restritiva, enquanto outros países como Bolívia, Equador, Colômbia, México, Cuba e República Dominicana apenas, então, abriram suas fronteiras. Com exceção do México que de 1940/44, no auge da ameaça, desenvolveu uma política humanitária para com os fugitivos, esses Estados latino-americanos agiam com segundas intenções. O beneplácito de funcionários burocráticos envolvia muito dinheiro para passaportes falsos, vistos, etc. Os Estados se aproveitaram da situação, uma vez que com tratamento privilegiado filtravam estrangeiros com capital, com qualificação. Especialmente Cuba e República Dominicana fizeram bons negócios com a necessidade dos fugitivos. Os dois países foram muitas vezes ponto de passagem para os Estados Unidos.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, amainou a entrada de alemães na América Latina. À fuga de vítimas do nazismo, seguiu-se no pós-guerra a fuga de nazistas e daqueles que temiam ser considerados como tal. Um número avultado de nazistas encontrou refúgio na América Latina, especialmente na Argentina. Passaram despercebidos pela opinião pública nacional e internacional e foram tolerados pelas

autoridades. Exceções foram criminosos de guerra como Adolf Eichman, Josef Mengele e Klaus Barbie.

A imigração de elites e também de colonos para a América Latina foi retomada. Os investimentos de empresários alemães aumentaram. A simpatia nem sempre disfarçada dos empresários pelas ditaduras militares latino-americanas levantaram críticas na República Federal da Alemanha, especialmente nos movimentos estudantis e nas agências de fomento/desenvolvimento.

No final dos anos 70 e inícios dos anos 80, especialmente jovens mostraram interesse pela emigração para a América Latina. Mas, esta emigração foi mais uma fuga sonhada do que realidade. Os pedidos de informação nas organizações de aconselhamento para emigrantes e nos consulados latino-americanos cresceram, mas o número de emigrantes efetivos não foi alto.

Observações críticas sobre os textos

Metodologicamente, os textos estão referenciados a distintas concepções do que seja escrever história e/ou de construir o conhecimento histórico. Em Handelsmann, a visão eurocêntrica da escola histórica alemã que teve em Ranke, no século XIX, uma figura emblemática, transparece quando opina, de certa forma preconceituosa, sobre a raça índia na América. Isto não está presente em Bernecker e Fischer que, nos parecem identificados com a historiografia centralizada numa História sócio-política.

Em ambos os textos, sempre é enfatizado o atrativo que os Estados Unidos da América do Norte exerciam sobre os emigrantes alemães, colocando o Brasil em posição secundária. Mas diferem no que diz respeito ao significado desta emigração para os países receptores. Handelsmann tem uma postura germanófila na defesa que faz da imigração alemã no Brasil. E como dela o Brasil precisava urgentemente, o governo brasileiro devia conceder privilégios bastante amplos aos imigrantes alemães. A implícita defesa do “jus sanguinis” teria que levantar, como efetivamente levantou, críticas no Brasil pela ameaça que, na visão de autoridades constituídas e de representantes da elite, representava à nacionalidade. Além do que sentiu-se competente e autorizado para pregar as necessárias reformas estruturais. Esse juízo de valor sobre a excelência (para não dizer a superioridade) dos imigrantes alemães, está ausente das considerações feitas pelos dois historiadores da Universidade de Berna, cujo objeto é a

América Latina, nela inserindo o Brasil, cujas estruturas não foi questão de suas preocupações.

Bernecker e Fischer associam a emigração/imigração às distintas temporalidades em que o processo migratório ocorreu. E isto os leva a articular os conteúdos (ou seja, os dados empíricos trabalhados) com a realidade alemã nos momentos das emigrações e a fazer observações sobre a realidade latino-americana quando dos diversos surtos de imigração. É evidente que, trabalhando com o processo histórico numa relativa longa duração, estavam em condições de melhor avaliarem o significado das migrações.

No caso de Handelman é preciso tomar em consideração que ele escreveu logo após a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz e da Lei de Terras, quando a imigração alemã no Brasil contava com aproximadamente 40 anos, tempo relativamente curto para uma avaliação mais abrangente do seu significado. Escrevendo em 1858, ele não podia pronunciar-se sobre a Lei geral de 1861 e o decreto de 1863 que estatuíram sobre os efeitos civis dos casamentos de pessoas acatólicas e sobre os registros não só dos casamentos, mas também dos nascimentos e óbitos dos que não professavam a religião do Estado como era o caso de parcela significativa dos imigrantes alemães. Os méritos da obra já foram suficientemente assinalados por Odilon Nogueira de Matos na Introdução da “História do Brasil”. Não cabem achegas ao que ali foi dito.

Em ambos os textos – dos quais, subjetivamente, se extraiu alguns conteúdos – há generalizações que podem (e devem) ser questionadas.

Concluindo, diremos que, apesar de lacunas/omissões e de generalizações homogeneizadoras que elidem diferenças entre os diversos núcleos coloniais e/ou comunidades constituídas de imigrantes citadas, os dois textos se constituem em relevantes contribuições historiográficas. Metodologicamente distintas entre si, uma leitura objetiva deles deve tomar em consideração às temporalidades estudadas e os objetivos perseguidos pelos autores.

Caixeiros viajantes: veículo de expansão econômica e cultural

Hilda Agnes Hübner Flores

Os alemães imigrados para S. Leopoldo entre 1824-30, desde a década seguinte estabeleceram relações comerciais com a Capital, ávida consumidora dos produtos agrícolas e artesanais. Para agilizar esse comércio, desde meado do século XIX, as "ricas chácaras de jardins aparatosos e abundantes frutos"¹ localizadas ao longo do Caminho Novo, hoje rua Voluntários da Pátria, cederam lugar para casas comerciais e industriais, sediadas fronteiras ao Guaíba, e com seu próprio trapiche de embarque de mercadorias.

À medida que esses estabelecimentos alargaram seu raio de ação para o interior do Estado, apelaram ao recurso de vendedores, conhecidos por caixeiros viajantes. Não se sabe quando iniciou esse sistema de venda, já conhecido na Europa. Ernesto Schneider viajou desde 1870. Mas foi na década seguinte que se organizaram como classe profissional, tanto assim que a 26 de dezembro de 1885 fundaram a Sociedade dos Caixeiros Viajantes, com o objetivo de dar assistência médica e econômica a seus associados - uma espécie de previdência social pioneira. O sistema funcionou a contento até quando um número regular dos sócios da entidade, 70 inicialmente, adentraram idade, necessitando da maior amparo médico.

Cultura acima da média, o caixeiro viajante alimentou o sentimento de classe através de confraternizações e não descuidou de noticioso regular no jornal *Deutsche Zeitung*, do sócio honorário Carlos von Koseritz, nem da publicação anual do *Musterreiterkalender*, calendário de temática variada, que reflete o espírito de germanidade, "Deutschtum", na virada do século. Além disso, em 1915, com atraso de quatro anos, houve a publicação comemorativa ao jubileu de prata, o *Riograndenser Musterreiter*. Nele, o depoimento de duas dezenas de caixeiros viajantes retrata o ser e o fazer desses profissionais ao longo de décadas de atividades, tais como: as atribuições da profissão em relação ao empregador, técnicas de abordagem junto ao vendeiro, alimentação, vestuário, vivências da Revolução de 1893, precariedade e periculosidade das estradas e a transmissão de elementos culturais.

É um volume de 192 páginas, 18 x 27 cm, fartamente ilustrado (muitas fotos dos caixeiros), canções com letra adaptada e poesias de exaltação às façanhas do *Riograndenser Musterreiter*. Utilizamo-nos dele para embasar esta comunicação, abordando alguns tópicos:

Os autores. Um conjunto de 21 depoimentos de profissionais constantes do álbum jubilar, junto com fotografias, versos e canções, evocam o cotidiano dessa categoria profissional, em sua missão de efetivar a expansão das firmas comerciais e industriais que representavam, executando paralelamente a importante função de intermediarem a urbe com o interior, numa pioneira "globalização" econômica e integração de costumes.

Pouco mais da metade dos autores assina seu artigo: o poeta comerciante Carlos Naschhold, que faz uma descrição eivada de preciosismo acerca das atribuições pertinentes aos caixeiros viajantes; Alfredo Wiedemann e Wilhelm Springer, com seu depoimento a respeito dos confrontos, traições e degolas durante a Revolução de 1893; o médico Alfredo Funke traz o registro de uma viagem à Campanha que fez em companhia do caixeiro Reimann; Richard Kling documentou os perigos da estrada, erma e solitária; um certo René, P. Wittgen e Arthur Spindler ressaltam as qualidades do burro, única condução viável no séc. XIX; C. Hillebrand enfoca a fidelidade do cão, companheiro de viagem; R. Kling, narra sobre peste suína; E. Hildebrand narra a pilhéria pregada a um comerciante sovina; G. Bormann, loquaz ele próprio, resalta a loquacidade que se espera do caixeiro viajante; Paulo Deutrich vendeu uma "máquina poedeira" aos colonos; Alfredo Schüller remata com diversas piadas e pilhérias envolvendo caixeiros.

Viagem. A maioria dos caixeiros viajantes residia em Porto Alegre. Seu roteiro de viagem durava semanas ou até meses, em visita à clientela do interior do Estado. As casas comerciais ou "vendas" ao longo da estrada eram lugar de parada obrigatória. Havia todo um jeito peculiar de fazer a abordagem, procurando o caixeiro ganhar a simpatia do comerciante e sua família, o que podia levar mais de um dia de conversação sobre política, fatos relevantes, personalidades em destaque e não raro incluía a presença ao baile colonial. Nele o caixeiro se tornava personagem central, conversava sobre política e negócios,

¹ DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província de Rio Grande de S. Pedro do*

contava anedotas, dançava, namorava e se divertia. Não raro escolhia alguma das mocinhas de projeção para esposa, ou então constituía um segundo lar para compensar as longas ausências da família em Porto Alegre. Após o baile, ou o período de abordagem, o caixeiro oferecia mercadorias, entregava encomendas e recolhia pagamentos de faturas anteriores, e de quebra levava ao interior as notícias mais recentes da Capital e do mundo ou fazia circular entre as comunidades interioranas as notícias locais, aquelas não bastante relevantes para constarem em jornal.

As vendas eram pontos de encontro dos caixeiros viajantes, pois geralmente possuíam algum albergue para pernoite dos mesmos. Eles ficavam então, à noite, conversando e bebericando "primeiro vinho e depois cerveja. O vendeiro enturma com eles, diverte-se e lucra em comida, bebida e diária, mesmo quando seus preços são módicos. O comerciante abriga a todo o viajante que é surpreendido pela noite, pois as colônias são desprovidas de hotéis" (Naschhold, in *Riograndenser Musterreiter*, 16).

Meio de transporte. A viagem era no lombo de burro, animal resistente para longos percursos em que precisava carregar possantes mostruários (tecidos, louças, sabão, tintas, ferragens...) e encomendas recebidas na viagem anterior. Adaptando-se às condições climáticas, o caixeiro viajante procurava ganhar distância pela manhã cedo, para descansar pelo meio dia no calor do verão. Se no verão enfrentava muito calor e poeira, no inverno havia lama nas estradas precárias que podia atingir a barriga da mula, principalmente quando a mata deixava o leito da estrada carente de sol. Cuidado especial exigiam os cursos de água, podendo uma chuva rápida de inverno, transformar um simples riacho em torrente caudalosa, encobrindo pontes e retardando a viagem quando o caixeiro não atravessava a nada junto com a mula.

À medida que o caixeiro viajante ampliava seu raio de atuação e aumentava clientela, adquiria mais muares, formando tropa de até 20-30 animais. Quando o interior foi servido de malha viária, mesmo precária, o caixeiro atrelou a(s) mula(s) a uma carreta. Nas viagens fazia-se acompanhar por um ou mais *Knecht*, peão, que tangia os animais, auxiliava no carregamento e descarregamento de mercadorias e mostruários e no trato das mulas.

O peão podia ser contratado em Porto Alegre, onde o caixeiro começava viagem, ou no interior. Viajava de vapor da Capital até Neustadt, povoação fronteiriça ao "Passo" de S. Leopoldo onde desembarcaram os imigrantes. Residia aí o comerciante Miguel Steigleder, que fornecia comida aos viajantes e tratava dos burros enquanto seus donos estivessem em Porto Alegre, acertando contas com o empregador e ultimando mostruário e faturas para a próxima viagem.

Quando em 1874 surgiu a ferrovia Porto Alegre-Hamburgo Velho, o caixeiro viajante passou a utilizar esse novo meio de transporte. À medida que a rede ferroviária se expandiu, alargaram-se os fins de linha para Rio Pardo, S. Maria, S. Gabriel e outras localidades, donde o caixeiro seguia viagem de mula.

Quando foram alargadas as fronteiras até o vizinho Estado de S. Catarina, num percurso que levou três semanas de Lagoa Vermelha a Lages, foi preciso reforço com mais 12 burros, carnear uma vaca e transformá-la em charque para enfrentar o difícil roteiro (via Vacaria-rio Pelotas-Campos Novos-Curitiba), desprovido de vendas e de casas de pasto. As raras "vendinhas" ao longo do caminho dispunham somente de bolachas, cachaça e rapadura.

As viagens para a fronteira seguiam de trem até S. Gabriel, levavam de dois a três meses e tinham peculiaridades típicas da fronteira, desde o contrato do peão, geralmente descendente de bugres, que servia de vaqueano na amplidão dos campos da Campanha. A abordagem do vendeiro requeria um tempo preparatório em que se falava em política e assuntos gerais, menos em negócios.

Vestimenta. O caixeiro viajante vestia bota de cano alto, conhecida por *Musterreiter Stüfel*, provida de grandes esporas, bombacha, mais apropriada para semanas de cavalgadas, camisa xadrez, lenço ao pescoço e chapéu de aba larga para proteção contra a canícula, além do poncho ou capa de chuva - que A. J. Renner logrou impermeabilizar na década de 1880, especialmente para o caixeiro viajante, que também ele foi. Completava a indumentária o relho de cabo curto na mão direita e guaiaca na cintura, onde guardava o dinheiro e também a pistola.

Com a chegada do trem, mais limpo que as longas viagens em meio a poeira e lamaçais, o caixeiro foi acusado de aderir à "cartola e calçado envernizado". E curiosamente foi o transporte ferroviário das mercadorias, juntamente com o surgimento da rede bancária que passou a atender o sistema de cobrança, que decretou o ocaso da profissão de caixeiro viajante, pois substituíram duas das importantes atribuições do caixeiro: o transporte de encomendas e a cobrança de faturas. Diversas canções do álbum jubilar de 1915 reportam a essa realidade, exaltando os tempos heróicos do *Musterreiter* e prevendo o ocaso "desse belo tempo", por conta dos progressos do tempo, que absorverão a profissão.

Alimentação. A janta na casa de um vendeiro, servido pela dona da casa, é descrita como constando de charque ou carne de porco, farinha e arroz, omelete com lingüiça, seguida de café fraco, composto mais de cevada ou milho, que de café. Se for noite de baile, há reforço de chucrute, batata, frango e massa, pêssego em calda, seguido de café com bolo (Naschold, in *Riograndenser Musterreiter*, p. 17). No café da manhã havia café com pão preto e lingüiça, e um conhaque antes de seguir viagem. Em viagem, o caixeiro se defendia com lingüiça, ovo e farinha, tendo aderido ao chimarrão.

Baile. No baile "os homens bebem demais enquanto as moças ficam quase em jejum" (Naschold, p. 18). Os homens bebem cerveja e as damas, gasosa ou framboesa. Quando o marido serve à esposa, esta compartilha com as vizinhas de mesa. Pela meia noite os homens convidam as mulheres à copa, onde é servido jantar, seguido de café e cuca. Os caixeiros viajantes, além de consumirem bastante cerveja, ofereciam-na ao vendeiro e a outros comerciantes presentes. Há quem ofereça cerveja aos músicos, o que dava direito de escolher a música para a próxima "marca". Durante o baile um dos músicos pedia doação espontânea, que ia de um patacão a um mil réis e o baile seguia até o dia raiar.

Revolução de 1893-95. Os caixeiros viajantes, que por dever de ofício percorriam o Estado de ponta a ponta, foram testemunhos oculares das atrocidades cometidas durante a Revolução Federalista. Iniciada pela invasão da fronteira Sul, a Campanha foi a mais atingida, em especial fazendeiros isolados, que tinham suas propriedades invadidas, ocorrendo pilhagem, destruição e degolas. Enquanto isso, as colônias alemãs e italianas, distan-

tes do cenário bélico, ficaram resguardadas da luta até que foram envolvidas por "gentalha oriunda da Serra" que invadiu vendas e propriedades para pilhar e causar estragos. Os caminhos se tornaram perigosos e as viagens dos caixeiros viajantes se reduziram drasticamente, estagnando os negócios; os comerciantes preferiam adiar as cobranças a submetê-las ao perigo de assalto e latrocínio.

Os poucos caixeiros que se aventuravam a viajar, cavalgavam sem mostruário e sem indumentária característica, usavam lenço no chapéu (vermelho ou branco, conforme a região fosse dominada por maragatos ou pica-paus). Alfredo Wiedemann viajou, via Lajeado e Bento Gonçalves, a Veranópolis, para recolher uma soma significativa de débitos nesta praça de comércio local. Quando chegou, encontrou instalado o governo revolucionário de Gen. Palmeira, comandando uma horda de 400 serranos indisciplinados, que infernizavam a vida da população, obrigando-a a portar no chapéu a característica fita vermelha dos maragatos, sob pena de serem tratados como inimigos.

Como não podia identificar-se como caixeiro viajante (que recolhe somas elevadas de dinheiro), Wiedemann fez-se passar por um comerciante das picadas velhas, saqueado pela Revolução e que "viera anexar-se ao exército libertador" de Palmeira. Sua cultura superior à média, oportunizou-lhe convivência direta com Palmeira, de modo que Wiedemann nos legou uma descrição pormenorizada desse temido chefe revolucionário, com atuação destacada na região do Taquari:

Figura marcial de estatura excepcionalmente alta, longa barba preta, nariz desfigurado por golpe de espada do tempo em que se dedicava ao roubo de gado. Vestia bombacha de tecido leve e colorido e camisa de fustão; no cinto a guaia-ca, uma pistola de cano duplo e o longo facão de mato. Enfeitou com bordas douradas as mangas e a gola do casaco. Um poncho colorido com vivas listas caía-lhe sobre os ombros; um lenço de seda berrante, com nó, enfeitava pescoço e peito; rústicas botas amarelas de cano alto e pesadas esporas de prata com grandes rosetas e sobre a cabeça um chapéu de feltro de copa alta e aba abaixada na frente e uma faixa vermelha da largura da mão com os dizeres em desajeitadas letras *Viva o exército libertador* (*Riograndenser Musterreiter*, p. 44).

Em companhia de Palmeira estava o não menos temido "Major" Rocha, figura polêmica pelas atrocidades que cometeu, entre elas o bárbaro assassinato do comerciante Buchmann, nas barrancas do rio Taquari, em Estrela.² Wiedemann descreve-o como um

mulato jovem e aparentemente inteligente. O uniforme elegante, por certo roubado; gola alta, poncho de seda branca e elegantes botas de montaria confeccionadas em couro envernizado e equipadas com esporas de prata, emprestavam-lhe ar distinto; um paraguaião de 20 anos, amarelo que nem limão, rápido como um gato e astuto (*Riograndenser Musterreiter*, p. 44 e 48).

Rocha foi o primeiro do acampamento de Palmeira a desconfiar da real identidade de Wiedemann, pelo que passou a perseguí-lo, pondo em perigo sua vida e a dos peões que o acompanhavam. Wiedemann teve de permanecer cerca de duas semanas à disposição do "exército libertador" de Palmeira, que pretendia seguir para Montenegro onde se concentrariam o "Cel." Altenhofen de Estrela e outras forças maragatas, planejando invadir Porto Alegre. Quando a situação no acampamento se tornou insustentável, temendo pela vida, Wiedemann e seus peões lograram uma fuga estratégica, pouco antes de Palmeira e seus homens se retirarem às pressas de Veranópolis, avisados que foram da proximidade das forças governistas.

Wiedemann foi então incorporado às forças invasoras de Veranópolis que procediam de Bento Gonçalves. Na ocasião teve oportunidade de testemunhar a morte de dois colonos, degolados a sangue frio pelos governistas. Do fato resultou uma das poucas descrições detalhadas desse atroz ritual, feito por testemunha ocular:

Quando os italianos viram que realmente iriam morrer, o mais jovem pediu com veemência por sua vida e o mais velho foi tomado por raiva incontida e chorando atirou palavras ásperas ao sargento. Disse-lhe que há meses nenhum governo ou quem

² Veja-se a esse respeito a obra de José Alfredo Schierholt, *Revolução Federalista no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Posenato, 1989

quer que seja se importava com os pobres colonos. Tiveram de obedecer ao primeiro que apareceu fornecendo armas, uma miserável covardia que os subjugou. Ele tinha mulher e filhos em casa e, se quisesse realmente matá-lo, que soubesse o sargento que estava matando um homem íntegro e honrado, um pai de família trabalhador, forçado a morrer. Que o seu sangue recaísse sobre o sargento e todos os seus capangas!

Dando vassão ao ódio abafado entre os dois partidos, segundos mais tarde ecoaram horríveis sons abafados enquanto os dois italianos, ainda com os braços amarrados às costas e por entre risos da soldadesca, cambaleavam de um lado para outro, o sangue esguichando aos borbotões, descontínuo, ao ritmo das derradeiras pulsações do coração. Haviam-lhe fincado do lado direito do pescoço a faca de ponta afiada (...). Com um forte impulso puxaram-na para o lado, de sorte a cortar toda a frente do pescoço dos infelizes. Por mais ou menos meio minuto os degolados gingaram em zigue-zague, em meio a terríveis gritos sufocados pelo gargarejar e por uma espécie de assobio oriundo da ferida escancarada. Depois tombaram. O mais velho se ergueu mais uma vez, girou qual pião e com um baque surdo tombou sobre a relva. O acontecido não era novidade para a soldadesca, que nem ligou para o fato. As vítimas do ódio partidário ficaram estendidas no chão, a sesta terminara ... (Wiedemann, in *Riograndenser Musterreiter*, p. 58).

Saúde. A Faculdade de Medicina de Porto Alegre data do fim do século XIX. Pela carência de médicos formados, a medicina era exercida por práticos, que atuavam com o aval oficial do governo positivista. Assim, ao lado dos práticos com algum preparo, atuavam os curiosos e charlatões, agravando a situação já precária das condições sanitárias da população. O *Riograndenser Musterreiter* informa sobre o assunto com o triste exemplo da atuação de um antigo e garboso oficial da cavalaria prussiana, o "Doutor" *Grimpel von Freudenstiefel*. Imigrado na década de 1880, achou monótono o trabalho de contador de uma firma e abriu uma "escola de equitação" nos arredores de Porto Alegre, fechada pelos excessos cometidos por seu coração aventureiro. Desde então dedicou-se à medicina. O caixeiro viajante narrador, que se esconde no anonimato, informa havê-lo encontrado numa cidadezinha interiorana como "diretor da Casa de Saúde" instalada em uma casa de taipa de duas peças, das quais uma era ocupada para residência. A peça da frente era guarnecida

de uma toalha dependurada em prego à parede e uma banheira de folha, onde o "Doutor alemão" aplicava reconfortantes banhos hidroterâpicos aos colonos que haviam esgotado outros recursos medicinais. O hospital fechou por falta de pagamento de aluguel e Freudstiefel foi reencontrado em Estância Mariante, Taquari. Certo dia apareceu em Venâncio Aires, onde atendeu o boticário com uma bala alojada no céu da boca, por um tiro acidental. O boticário foi amarrado sobre uma cadeira e seguro por várias pessoas enquanto Freudstiefel, com um canivete e saca-trapo emprestados do ferreiro, pôs-se a esgravatar o céu da boca do infeliz até perfurar e sair pela cavidade nasal, sem encontrar a bala. Esta acabou extraída no hospital de S. Cruz, mas a perfuração no céu da boca do boticário nunca mais fechou. A etapa seguinte foi em S. Sebastião do Caí, onde o "Doutor", agora chegado ao álcool, ministrava seus conhecimentos até perfurar o intestino de um paciente, causando-lhe a morte, o que valeu novamente por uma retirada estratégica do local. Em Herval, instalou-se como botânico, recolhendo de tudo para um hipotético museu alemão. Foi corrido por não pagar a conta dos gêneros alimentícios, junto ao vendeiro. Durante a Revolução de 1893 passou a garboso médico-major, amputando pernas de soldados sem necessidade. Mais tarde foi encontrado na região serrana, como "Doutor" e proprietário de algumas cabeças de gado (*Riograndenser Musterreiter*, p. 73-86).

Causos. O caso do médico Freudstiefel é narrado com humor, sentimento de que os caixeiros viajantes cultivavam, como forma de expressar suas críticas e para melhor enfrentar as privações das longas viagens e prolongadas ausências da família. Nas casas comerciais onde se hospedavam, à noite se reuniam em alegre convívio, com a presença do vendeiro. A conversa corria livre e as piadas abundavam. Assim, corria o caso do caixeiro viajante que fez passar seu amigo por delegado de polícia, visando melhorar a alimentação oferecida pelo vendeiro sovina; ou a pilhéria do viajante que afirmava ter colocado óculos raiban (vidro verde) em sua mula, logrando que saciasse a fome com maravalha, na falta de outra comida.

Não raro havia a presença de colonos entre os alegres espectadores das pilhérias. Como desejavam tirar proveito em seus negócios, certa vez o caixeiro viajante ofereceu-lhes uma "máquina poedeira" que faria as galináceas porem de 10 a 12 ovos por dia. Fize-

ram encomenda em grupo da máquina milagrosa, que, é claro, não funcionou, despertando a ira contra o viajante pelo logro sofrido. A questão foi resolvida com palavras jeitosas e uma rodada de cerveja paga pelo caixeiro, em sua próxima visita.

Um dos mais afamados humoristas foi A. Lorenz, que colocava uma boa dose de crítica nos causos que contava. Um deles, que entreteve os passageiros do vapor que de Porto Alegre se dirigia a S. Leopoldo evidencia a rivalidade que deve ter havido entre os comerciantes alemães da Colônia e aqueles radicados ao longo da rua Voluntários da Pátria, aí vendendo para o mercado consumidor da Capital os produtos coloniais e artesanais trazidos de S. Leopoldo. Com humor, Lorenz ressalta a "superioridade" da Colônia e do dialeto nela falado, narrando vantagens incríveis acerca dessa

cidadezinha digna de menção, que aos poucos conquistará o mundo. Quase já conquistou Porto Alegre e a cada ano mais leopoldenses se transferem para lá. Dentro de 20 a 30 anos, as maiores casas comerciais serão de leopoldenses. Muito a propósito vem a sua bonita língua, o alemão que eles falam (...) Corre nos círculos maçônicos que eles desejam adotar a fala dos leopoldenses como língua maçônica (...). E não é impossível que um dia o Papa transfira sua sede de Roma para São Leopoldo. O certo é que S. Leopoldo está para a germanidade como Atenas para a Grécia...

Legado. Alegre, vivaz e desembaraçado, o caixeiro viajante era presença de assiduidade regular pelo interior do Estado e atingindo também S. Catarina. Por três a quatro vezes por ano visitava os vendeiros, através dos quais estabelecia contato amistoso com a clientela. Tomava parte ativa nos bailes, sendo bom dançarino e bem falante, entretendo-se com os colonos. Tão estreita era a relação entre caixeiro viajante e vendeiro, e tão forte o papel mediador, que certo vendeiro de S. Leopoldo costumava soltar foguetes avisando a presença do caixeiro à população que à noite acorria à venda para ouvir *causos* e piadas do caixeiro, em meio ao alinhavo oportuno de novos negócios.

Sua presença extrapolou a mera função comercial, tendo se tornado agente cultural e transmissor das notícias de natureza econômica, política e social. Possuidor de cultura

acima do comum, o caixeiro excedeu sua função econômica, levando também elementos culturais por onde viajava. Contribuiu para a divulgação da língua portuguesa, nas cidades coloniais. Seu depoimento escrito nos jornais da época (*Deutsche Zeitung* principalmente) e no álbum jubilar, dá valiosos informes históricos (como a respeito da Revolução Federalista), econômicos (ao estabelecer o intercâmbio entre estabelecimentos comerciais/industriais e sua clientela), culturais (ao informar acerca dos valores de uma e outra comunidade) e sociais (integrando as comunidades do interior com a urbe).

Por seu valor intrínseco e pela contribuição que representa à nossa história, o *Rio-grandenser Musterreiter* merece tradução, tornando-se acessível ao leitor que não domina a língua alemã.

Obra de apoio

Rio-grandenser Musterreiter. Edição comemorativa ao 25º aniversário de fundação da Sociedade dos Caixeiros Viajantes. Porto Alegre: Cesar Reinhardt, 1915

Identidade, magia e religião entre os pomeranos do estado do Espírito Santo

Joana Bahia

Introdução

A transmissão das regras do cotidiano do trabalho como também da totalidade da vida social através de palavras e atos mágicos é uma das tarefas mais importantes desenvolvidas pelos pomeranos – trabalhadores rurais, descendentes de imigrantes de origem alemã. Estes imigrantes são oriundos do norte da Alemanha e chegaram no ano de 1870 ao município de Santa Maria de Jetibá, localizado no estado do Espírito Santo.

Os pomeranos são hortifrutigranjeiros, sendo o município de Santa Maria de Jetibá considerado, em todo o estado do Espírito Santo, como o maior produtor e fornecedor da Central de Abastecimento (Ceasa) para esta categoria de produtos agropecuários. As outras culturas temporárias – tais como o milho, o feijão e mandioca – são também cultivadas em todo o município capixaba, porém sempre consideradas secundárias em termos de geração de renda para o produtor. A comercialização tanto das olericulturas como do alho é feita, principalmente, na região da Grande Vitória, sendo também distribuída pelo comércio atacadista da Ceasa para os estados do Rio de Janeiro e da Bahia.

Estas atividades econômicas também são regidas pelos elementos mágicos. Para os pomeranos, a narrativa do aspecto mágico está presente em todas as esferas da vida social, especialmente na economia camponesa. Narrar o mágico constitui um dos procedimentos que fazem parte das operações técnicas necessárias tanto para o plantio e a colheita dos produtos como para a criação de animais. Narrar é agir, pois toda palavra é também um ato: “*Para dominar as coisas, é preciso conhecer as palavras*” (Malinowski, 1966:215).

Neste sentido, o processo de trabalho familiar alcança dimensões simbólicas que o levam a construir não apenas espaços agrícolas mas também espaços sociais. O significado simbólico do trabalho e as chamadas relações sociais de produção – estabelecidas no interior do grupo social que realiza a produção (no caso do trabalho camponês, a unidade familiar) – funcionam também como modelo de hierarquia e de

gênero. Ao ser estabelecida pela organização familiar durante a execução do trabalho, a transmissão do saber se dá através da divisão de tarefas por idade e por sexo.

A mulher exerce um papel preponderante: é a dona da casa camponesa. A figura materna é que governa a parcela do trabalho que garante a manutenção da *household*, especialmente as técnicas mágicas; logo, em igualdade com o homem, é ela quem governa um determinado tipo de “saber-fazer”. A transmissão realizada pelas mulheres do saber mágico é mais do que uma transmissão de técnicas, pois envolve valores, a construção de papéis e a manutenção das identidades étnica e social (ou seja, pomerana e camponesa). Neste sentido, os ritos de passagem marcam a transformação da criança em adulto justamente quando aquela apreende o domínio pleno do saber trabalhar passando, então, a ser capaz de constituir uma nova família.

Ao perceber que, para os trobriandeses, a magia da agricultura é parte das “forças produtivas” tanto quanto o é a ciência que estuda os tipos de solo no Ocidente moderno, Malinowski (1923 e 1966) nos mostra que, na esfera da produção familiar, a transmissão do saber nos revela categorias de apreensão do real. O saber mágico e as crenças religiosas, tanto para os trobriandeses quanto para os pomeranos, são tão necessários quanto o saber “técnico”, e conhecê-los é fundamental para o entendimento do esforço produtivo centrado na organização familiar. O esforço produtivo inclui as “técnicas mágicas” que permitem um bom funcionamento das forças produtivas – no caso citado, a própria família.

Lévi-Strauss (1989:9-49) nos esclarece a importância da magia ao afirmar que seu objeto primeiro não é de ordem prática, e que tal ciência [a do concreto pensado] corresponde às exigências intelectuais em vez de satisfazer necessidades. Neste ponto, o pensamento “selvagem” se assemelha à ciência, pois ambos abordam o universo como objeto do pensamento. O agrupamento de seres e coisas trata da introdução de um princípio de ordem no universo.

Neste sentido, os rituais mágico-religiosos dos pomeranos participam desta exigência classificatória na medida em que cada gesto, canto ou invocação colocam cada coisa em seu lugar. A causalidade mágica é efeito da causalidade social. Os atributos mágicos que marcam cada momento do desenvolvimento do pomerano constituem parte da tradição oral transmitida de geração em geração pelas mulheres da família. Trabalho,

comércio e cotidiano são os temas preferidos dos homens. Crianças e religião, por sua vez, são considerados como assuntos de mulher¹.

Nas comunidades pomeranas as mulheres são bilíngües e os homens, trilingües. Devido à diferenciação das tarefas imposta na organização social, as mulheres ocupam os seguintes espaços de sociabilidade (os quais permitem a reprodução, respectivamente, das línguas pomerana e alemã): a casa e a igreja. A frequência a esses espaços, somada ao papel da mulher como repassadora dos valores camponeses e germânicos (*Muttersprache*), faz dela a transmissora da tradição. A circularidade dos homens em mercados locais e nacionais – além de espaços tradicionais situados entre a propriedade, a família e a igreja – permite que eles dominem melhor a língua portuguesa (além das outras, já conhecidas) no seu processo de socialização no seio da comunidade camponesa de origem alemã.

No espaço da casa, as mulheres cuidam dos seguintes serviços: preparar o café da manhã para a família; providenciar o almoço, o lanche e o jantar (geralmente composto pelas sobras do almoço); tomar conta das crianças; e cuidar dos animais, especialmente das galinhas. A avicultura em pequena escala também aparece como uma atividade essencialmente feminina, constituindo uma das iniciativas mais comercializáveis da região.

Há funções diferenciadas conforme o gênero, cabendo às mulheres os plantios de determinados produtos e a execução de determinadas funções, tais como a semeadura e a colheita. O aipim, por exemplo, é plantado somente pelas mulheres. Além do seu plantio, a fabricação de farinha, de polvilho, de vários tipos de comida (bolos, pães e sopas) e de alimento destinado aos animais (porcos e galinhas) também são tarefas exclusivamente femininas.

O aipim é plantado no início das chuvas e três dias após a lua cheia, senão a raiz não cresce e somente a folhagem se desenvolve. O alimento que cresce no interior da terra precisa ser plantado na lua crescente. Portanto, o aipim está intimamente

¹ As exceções aparecem na medida em que algumas mulheres da comunidade ganham destaque quando assumem a liderança econômica da casa ou participam mais ativamente das decisões realizadas no âmbito da igreja, da escola ou do sindicato.

relacionado à fecundidade da terra e de toda a *Land* ²e, neste sentido, é importante que seja a mulher a garantir a fecundidade de toda a unidade de produção. Os atos mágicos que acompanham o plantio, a colheita e a transformação em alimento efetuados por aquela que é considerada a nutriz da sociedade exprimem a preocupação com a fecundidade coletiva. A magia é fundamental para se reunir os elementos que asseguram as três formas de fecundidade, todas essenciais para a reprodução da *Land*: fecundidade humana, animal e vegetal.

A associação das mulheres com as galinhas, como nos mostra Segalen (1980: 103) quando se refere aos camponeses franceses, reaparece entre os pomeranos. Ambas possuem as mesmas qualidades e defeitos. A associação entre pessoas de diferentes sexos com objetos e animais próximos à casa demonstra que a qualidade da produção é determinada, em parte, pela reputação da família. Como nos alerta o provérbio francês: “Pelo jardim e pela casa, conhecemos a mulher.” Entre os pomeranos, o fato de um homem possuir uma casa organizada, realizar uma boa colheita e ter filhos bem cuidados está associado ao bom cumprimento do papel social que cabe à mulher para a manutenção da ordem, na casa e na propriedade.

A mulher ainda é responsável, seguindo as receitas herdadas da mãe, pelo preparo de doces, geléias, bolos, pães de milho (*Brot*) e/ou de cará e/ou de inhame, manteiga e coalhada, destinados para a venda por ocasião das feiras locais. Mas elas ainda bordam e costuram para fora, vendendo o resultado deste trabalho nas lojinhas de artesanato da região, nas feiras locais e nas festividades comunais sazonais – tais como a festa do colono, a festa pomerana, as festas da colheita, as festas paroquiais e a festa do *Brot* (pão de milho). A feitura de pão é considerada uma tarefa essencialmente feminina.

² Na língua pomerana, a palavra que designa a unidade familiar como unidade de consumo e produção, juntamente com a propriedade, os animais, objetos e valores que constituem seu modo de vida é *Land*. Sua significação seria equivalente na literatura sobre campesinato aos termos *household*. Na língua portuguesa temos o uso da palavra colônia, cujo significado seria o mesmo de *Land*. A palavra colônia é usada pelos pomeranos para designar a área rural em oposição à cidade e também designa as terras, benfeitorias, residência, animais domésticos, plantações, etc. que, juntamente com o grupo doméstico, constituem uma unidade básica de produção e consumo. Neste sentido, a concepção de família camponesa está estreitamente vinculada à idéia de colônia. A colônia é tanto a terra, quanto o produto do trabalho e do esforço familiar. Deste modo, a palavra traduz a idéia de manutenção de um tipo de exploração tradicional camponesa, na qual o trabalho é realizado pelos membros da família.

A associação entre o pão e a figura feminina possui um significado étnico e social. Na memória dos descendentes dos imigrantes pomeranos, o pão é tido como o alimento que melhor representa a possibilidade da construção de uma identidade étnica no Brasil, principalmente devido ao plantio e à colheita das primeiras plantações de milho descritas pelos ancestrais da família. A feitura do pão resgata um saber feminino da culinária camponesa, que vai sendo passado de geração em geração. Mulher pomerana que se preze tem que saber fazer o *Brot* (pão de milho). Entre os pomeranos, este item é valorizado nos ditos populares como um elemento que pesa na escolha da companheira ideal para o futuro casamento, pois conhecer bem os afazeres da casa sem dúvida inclui saber fazer um excelente *Brot*.

A imagem do pão sendo sempre associada à figura feminina nos remete ao papel que a mulher efetivamente desempenha na educação dos filhos. É a mulher quem ensina a língua materna aos filhos (*Muttersprache*) – no caso, o pomerano; mas também é ela quem fornece a educação religiosa às crianças – no caso, perpetuando o uso da língua alemã, que advém do ensino religioso na Igreja Luterana. A ida aos cultos bem como as atividades organizadas comunitariamente na Igreja contam sempre com a presença de mulheres da comunidade, sempre acompanhadas de seus filhos. Em conformidade com o modo de vida camponês herdado através de tarefas domésticas durante o processo de socialização das mulheres, a associação das técnicas de feitura do pão com o domínio do saber sagrado faz com que as mulheres sejam sempre associadas à imagem do alimento “pão”³.

Tanto a organização familiar das tarefas e dos papéis como o grau de segregação sexual dos espaços devem ser considerados em relação às formas de sociabilidade aldeã. Na esfera das instituições políticas e econômicas, o lugar diferenciado dos homens e das mulheres constatado entre os pomeranos é bastante evidente. Como já vimos, na esfera comunitária a mulher assume a mediação entre a Igreja e a família: ela se encarrega da educação religiosa da criança no seio da família, sendo assídua aos cultos e fiel às obrigações religiosas impostas regularmente pela Igreja. Vimos também que a

³ O fato da língua alemã ter sido utilizada por Martinho Lutero em um contexto político-religioso marcante a torna uma língua essencialmente religiosa. Para ilustrar este aspecto, lembramos uma frase bíblica que

sociabilidade feminina está ligada ao trabalho, à casa, ao mercado local e ao espaço sagrado: a Igreja.

O mercado local propicia uma abertura para um mundo além do universo comunitário, porém o desenvolvimento das atividades econômicas ligadas às heranças familiares fazem da mulher a depositária social da tradição camponesa pomerana. Neste sentido, pensando a oposição estabelecida por Segalen (1980:154) entre os dois tipos de sociabilidade, que constitui parte do mundo camponês, temos o homem circulando nos limites entre estes dois mundos. A ida ao mercado representaria o acesso à cultura escrita, ao mercado global e à segregação masculina, opondo-se ao isolamento camponês, à unidade familiar, à cultura oral e à ordem moral. Há diferenças entre o contato feito por homens e por mulheres com os espaços mais próximos de uma cultura urbana. Os homens circulam em ambos os mundos, as mulheres se circunscrevem à esfera mais próxima da tradição, da manutenção da germanidade.

Assim, a Ceasa é identificada como uma região demarcadora dos limites sociais, situada no lado mais negativo e perigoso das fronteiras sociais existentes no mundo camponês. As diferenciações entre homens e mulheres, visíveis no contato entre os universos da grande e da pequena tradição, acarretam mudanças e ambigüidades nestes espaços (Redfield; 1965). Mesmo com os homens sendo responsáveis pelo domínio do mercado, há uma lógica econômica vigente marcada por valores tais como honra e relações de parentesco, e também por vários níveis de reciprocidade que ocupam um lugar na esfera dos negócios. A lógica das trocas, de operarem com mais eficácia, não se refere à reordenação dos laços de parentesco e nem ao fato das praças de feiras se sobreponem ao espaço da Ceasa. A resolução de conflitos familiares se articula com os valores da sociabilidade camponesa no interior mesmo do próprio mercado.

Como um lugar masculino, ao mesmo tempo em que explicita a divisão social do trabalho no interior da casa camponesa e o papel da autoridade masculina, o mercado também revela o teor de conflito e os excessos na ordem familiar. Desta forma, o mercado tanto espelha o conflito e as ambigüidades existentes no mundo camponês como indica as possibilidades de transformação.

evoca melhor esta relação entre os papéis femininos na ordem camponesa e na vida religiosa: *Gib uns heute unser taglich Brot* (“O pão nosso de cada dia nos dai hoje”).

Ainda de acordo com Segalen (1980:167): “A cultura camponesa reconhece que a reputação da casa recai sobre o homem e a mulher, cujas tarefas e papéis são complementares, solidários e estreitamente imbricados. Isto está longe da imagem de uma mulher dependente e inferiorizada. Entretanto, todo o discurso é apresentado sob a autoridade masculina e a subordinação feminina. Canções, provérbios e ditados criam uma imagem distante da prática dos comportamentos.”

A participação feminina nos ritos de passagem que regem a vida social é extremamente rica e marcada pelos discursos que constituem parte das etapas necessárias à boa reprodução social da *Land*. Destacaremos exemplos advindos dos ritos de nascimento, batismo e de casamento ⁴.

Ritos de passagem: a presença da magia no cotidiano do grupo.

Nascimento e batismo.

O nascimento é um momento muito especial para as pomeranas. Este fato significa para a mulher, e também para o homem, a aquisição de um novo *status* perante a comunidade. É pelo casamento, e com o nascimento dos filhos, que a mulher adquire na sociedade o seu lugar de adulta, conquista direitos e assume responsabilidades que divide com o marido, dando continuidade ao modo de vida camponês através da educação dos filhos. A mulher solteira está submetida às ordens dos irmãos e dos pais: ela não é dona de uma “colônia”, de uma *Land*.

Um dos valores camponeses acionados pela comunidade na época do nascimento de uma criança é a riqueza de se ter filhos. Uma casa com filhos e, de preferência, com muitos filhos reforça a valorização dos filhos como mão-de-obra, da importância de um trabalho em conjunto para a manutenção da “colônia”, que é de usufruto de todos.

⁴ Não obstante a importância das acusações de bruxaria para a compreensão dos conflitos na ordem camponesa e na própria elaboração da identidade social e étnica dos pomeranos, não trataremos do tema neste artigo. Esta questão foi desenvolvida na tese de doutorado “O tiro da bruxa”. Identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo que defendi em março de 2000 no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ:

Em cada etapa da vida de uma criança, a mulher lança mão de cuidados mágicos que englobam o período de seu casamento, o tempo anterior ao nascimento da criança, a época do parto, o parto, o batismo, o ensino confirmatório e, posteriormente, todo o desenvolvimento educacional de seu filho. Além das práticas mágicas, chamamos atenção também para as histórias mágicas que povoam as explicações transmitidas por ela às crianças, em suas distintas etapas de desenvolvimento social.

Quando indagadas sobre como agem para contar aos seus filhos de que forma chegaram seus outros irmãos, as mulheres sempre mandam as crianças irem brincar fora da casa, deixando-as aos cuidados de algum parente ou do filho mais velho. Quando retornavam da brincadeira, as mulheres afinal falavam que “foi a cegonha” ou “os macacos” que tinham trazido as crianças⁵. Na língua pomerana encontramos o termo *barbadaoop* – que significa “guariba”, uma espécie de macaco bem freqüente na região. Os macacos são figuras alegres e não apenas “trazem as crianças”: a sua presença prenuncia o período de chuvas.

Tanto um significado quanto o outro fazem dos macacos seres dotados do poder de renunciarem a fertilidade, das mulheres e da terra. A relação entre fecundidade animal, humana e agrária está presente no imaginário pomerano. Os atos de benzer a terra, o pasto, os animais e as crianças garantem a reprodução e a fertilidade de todos os elementos que compõem a “colônia”. A esterilidade feminina é considerada, portanto, um signo de desgraça para a prosperidade da comunidade.

Ao tratarem da importância das práticas mágicas entre os camponeses romenos, Bernabé e Lorint (1977:83) apontam para o fato de que é através das ações mágicas – para a obtenção de um bom casamento, da fecundidade do casal, da terra e de animais – que podemos perceber as ações que exprimem um modo de vida camponês. Os autores nos mostram que são as mulheres, na qualidade de mandatárias da comunidade, que se valem do texto ritual e reatualizam o conhecimento da tradição, dando forma ao mistério em torno do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico.

⁵ Segundo Röelke (1996:47), no folclore pomerano é a cegonha, chamada de *adebar* ou *knappendräger*, que traz as crianças ao mundo. A palavra usada para esta cegonha poderia ser traduzida como “aquela que carrega”, que “transporta as crianças”.

Para aprender o ofício, uma das parteiras entrevistadas acompanhava sua sogra e uma tia nos partos que realizavam na região. Depois iniciou vários cursos, a fim de aprender a dar os primeiros-socorros em casos mais graves. O pastor local, preocupado em atender a população, conseguiu formar mulheres na comunidade que pudessem exercer esta função. Sempre que possível, ainda fazia cursos com profissionais brasileiros e alemães, e recebia material vindo diretamente da Alemanha.

O aprendizado com as pessoas mais antigas da comunidade era cercado de cuidados e simpatias. Ela descrevia que, por exemplo, em casos de hemorragia e de muita dor, as parteiras amarravam um barbante na mão da mãe da criança. No caso de uma parteira, o marido de sua paciente lia um trecho do livro *Biblische Geschichte*, isto é, histórias da Bíblia. Este livro trata da Bíblia contada em pequenas histórias, com uma linguagem bem mais acessível. É um livro adotado no ensino do catecismo para as crianças. O pai lia a *História do parto de Jesus*, ou seja, a *História do dia de Natal*. Depois do parto, ela rezava um pai-nosso. Ao ser entrevistada, confirmou que rezava o pai-nosso em alemão e que também rezava uma oração do livro de Starck, que se destinava às mulheres grávidas. O livro de Starck, com orações escritas originalmente na língua alemã segundo o alfabeto gótico, trata de todos os momentos de transição da vida social, tais como: gravidez, nascimento, doença, trabalho e morte.

Além disso, havia também uma simpatia para que a placenta não ficasse dentro após o parto, causando infecções. Colocava-se a camisa do pai do lado avesso, em cima da barriga da mãe. Muitos pais, após fumarem um cachimbo, colocavam as cinzas no umbigo da criança. Após o primeiro banho do recém-nascido, a água deve ser despejada em cima de algo bem verde, de preferência sobre uma roseira de cor vermelha. Assim, a criança terá faces rosadas – o que equivale a ter saúde. Todas as simpatias constituem um conhecimento que é compartilhado por todas as mulheres da comunidade, exceto pelos pastores, que não vêem estas práticas com bons olhos.

Segundo Röelke (1996:47), o período de maior perigo para a criança cessa quando a mãe a leva pela primeira vez no culto, pois um “*pomerano só existe depois de batizado*”. Isto ocorre, em geral, após seis semanas do dia do nascimento, às vezes em menos tempo (quatro semanas). Por ocasião do batismo, a mãe é novamente aceita nesta

comunhão com os irmãos da comunidade. Antes disso acontecer, porém, ela não pode sair dos limites da casa e nem da propriedade.

“Após o parto, a primeira ida à igreja tem suas particularidades. Na medida do possível, a mãe não deve conversar no caminho, pois conversando muito a criança se tornará levada e conversadeira. De volta para casa, a mãe deve orar o pai-nosso bem perto da boca da criança pois, assim, esta o aprenderá com facilidade” (Rölke, op. cit.).

Há vários cuidados a serem tomados ao longo dos primeiros tempos de vida da criança. Quando ela completa um ano de vida, coloca-se na frente da criança um pedaço de pão, uma moeda e um livro. Espera-se que opte por um desses objetos. O objeto escolhido pela criança será, na sua fase adulta, aquele que irá dispor em abundância, sendo um indicativo da profissão que escolherá no futuro. Cada objeto desses indica, respectivamente: o trabalho que produz o pão, o comércio que faz circular as moedas, e o estudo. Todos tratam das estratégias do modo de vida camponês e também da forma que a criança disporá futuramente dos recursos provenientes do seu grupo doméstico.

Todas as fases de desenvolvimento da criança são acompanhadas de perto pelos pais. Assim que nasce, cada criança ganha do pai um caixote de madeira no qual é colocada logo após o batizado e já com alguns meses de vida, para que possa ter as atenções da mãe enquanto esta executa o trabalho da lavoura. Todas as tarefas realizadas pelos pais são ensinadas às crianças no decorrer do seu desenvolvimento e, com oito anos de idade, ela já cumpre pequenos serviços domésticos: ajuda na alimentação dos animais e na busca dos objetos de trabalho, além de observar atentamente todo o serviço para que, um dia, tenha total domínio do seu ofício. Quando já está apta a participar de quase tudo, obtém dos pais o seu próprio instrumento de trabalho.

Sua socialização para o trabalho é diferenciada de acordo com o sexo. A figura materna é a principal educadora dos filhos. É ela quem lhes ensina a língua materna, quem as educa através da religião. Além do aprendizado ligado à esfera da casa e do trabalho, temos na Igreja o eixo da vida social para os pomeranos, o batismo sendo considerado a apresentação do novo integrante à comunidade.

Se uma criança morre sem ser batizada, existe a crença de que isto afeta não só a família à qual ela pertencia como também que esta ação negativa acaba se estendendo por toda a comunidade. A fecundidade da terra não é apenas assegurada pelos animais ou

pela colheita mas também pela reprodução do grupo doméstico. Morrer sem batismo é o mesmo que morrer sem identidade e reconhecimento social⁶. Segundo Turner (1974:117), os atributos de liminaridade são ambíguos, ou seja, as pessoas que estão numa condição liminar escapam às redes de classificações sociais, não estão entre as posições atribuídas pela lei, pelo costume, pelas regras sociais: “Assim, a liminaridade freqüentemente é comparada à morte, ao estar no útero, à invisibilidade, à escuridão etc.” (Turner; *op. cit.*). Os seres liminares não possuem *status*, propriedade, insígnias ou mesmo posição em um sistema de parentesco; em suma, não contam com nada que os possa distinguir socialmente.

O culto do batismo é um grande encontro, pois reúne pessoas de outras regiões e comunidades religiosas. Diante das grandes distâncias e das poucas oportunidades de transporte naquelas regiões, o culto expressa a coesão social. No dia do batismo, os padrinhos presenteiam seus afilhados com uma lembrança ou carta de batismo [ou cartão de padrinho] – o chamado *peetasetal*. No envelope, junto ao cartão, são postos objetos que simbolizam a expressão do desejo de boa sorte no futuro das crianças. Estes objetos estão intimamente associados aos elementos que compõem os valores mais “caros” da vida camponesa – os símbolos que marcam a socialização distinta de homens e de mulheres, e o equilíbrio dos elementos fundamentais para a boa manutenção da “colônia”.

São colocadas sementes de várias plantas (tais como grãos de feijão, de milho ou de café), para que a criança faça boas colheitas no futuro. Migalhas de pão eram postas para que nunca se passasse fome. Uma quantidade de terra era posta para que, futuramente, o menino pudesse ser dono de terras. Fios do rabo de um cavalo ou de um burro, e também pedaços de pele de vaca ou de porco, eram colocados junto ao cartão na esperança de que a criança tivesse sorte na criação de animais. Penas eram dispostas a

⁶ Há os chamados “batismo de urgência” que são feitos em casos de emergência, nos quais o pastor é chamado às pressas durante a madrugada para batizar uma criança recém nascida com problemas de saúde graves e com iminência de morrer. Para os pomeranos é inconcebível que uma criança morra sem batismo. Os pastores que se recusam a realizar tal batismo passam a ser mal vistos na comunidade. Quando não há opção muitas famílias pedem ao membro mais velho, como por exemplo a avô, que batize a criança se valendo da ideia luterana de “cada um é seu próprio pastor”. Este fato não minimiza ou invalida o poder sagrado dos atos e palavras do pastor, mas também atribui a cada um da comunidade o poder de ser também um pastor, especialmente as mulheres.

fim de que o afilhado tivesse uma colcha ou travesseiro de penas, simbolizando o conforto e a segurança da casa, assim como a sua fertilidade.

Para as meninas, é comum providenciarem agulha e fio de linha para que ela seja uma boa costureira. Uma mecha de cabelo significa que os seus belos cabelos estão associados a uma futura prosperidade. Penas de galinha também são bastante comuns nos cartões das meninas.

Muitos pomeranos contaram estes fatos como algo que pertencesse ao passado, com medo de que o pastor pudesse ficar sabendo da entrevista. O que pude perceber foi que várias dessas práticas ainda existem e que, de qualquer modo, viraram histórias contadas por todos e são acionadas como relatos míticos. A questão sobre se existem de fato não importa tanto na medida em que a memória coletiva reconstrói estas imagens como histórias de família boas para serem contadas às suas crianças e para serem reproduzidas na oralidade pomerana com o uso do tempo verbal no passado.

Os relatos dos ritos de passagem, tal como os “churingas” descritos como documentos por Lévi-Strauss (1989:243-299), são fatos míticos que resgatam um sentido histórico para os pomeranos. O sentido atribuído aos sistemas de relações entre datas e acontecimentos se constrói socialmente e não como algo isolado. O significado dado às práticas mágicas dos ritos de passagem é tão importante para os pomeranos, que estes transformam as descrições destas práticas na “*existência física das suas histórias e de si mesmos*”.

Neste sentido, não apenas as imagens produzidas nos relatos da tradição oral mas também, literalmente, as fotografias dos ritos de passagem fixam no tempo os marcos históricos da trajetória de imigrantes e de seu universo campesino. Para Lévi- Strauss (1989), os referenciais míticos para muitas sociedades são pontos fundamentais de uma razão analógica que se desenvolve e se transforma no campo prático, isto é, na maneira pela qual o homem pensa e traduz suas relações com o mundo e com os homens. Ainda de acordo com este autor (1989:292), “*o próprio do pensamento selvagem é ser intemporal, ele quer apreender o mundo como totalização sincrônica e diacrônica ao mesmo tempo, e o conhecimento que dele toma se assemelha ao que oferecem num quarto espelhos fixos em paredes opostas e que se refletem um ao outro, mas sem serem rigorosamente paralelos*”.

Casamento

Por ocasião do casamento, temos encargos que são conferidos àquelas que melhor conhecem a tradição como, por exemplo, as cozinheiras e as oradoras que rezam a oração que antecede o dia do casamento: o ritual do quebra-louças⁶. Como nos afirma Bernabé e Lorint (1977:173) sobre os portadores do discurso da tradição entre os camponeses romenos, “*a validade de seus conhecimentos será reconhecida pela coletividade sob a condição de que seu repertório corresponda a necessidades espirituais nos parâmetros de uma concepção específica do mundo e da existência, e nas formas consagradas pela tradição*”.

Os mesmos autores recém-citados (1977:173) explicitam em que momentos a presença destes indivíduos é fundamental: “*Pode-se admitir que, numa comunidade, certos indivíduos se mostram mais apegados aos valores antigos e que se encarregam da conservação e da transmissão de seus conhecimentos*”. Desta forma, estas funções são elementos de afirmação das identidades étnica e social (isto é, pomerana e camponesa), e somente são preenchidas por aqueles eleitos no interior da comunidade como os narradores por excelência da tradição.

Para ocupar concomitantemente as funções de cozinheira e de oradora, é preciso ser uma boa conhecedora do *ethos* e da economia camponesa. Em geral, são escolhidas mulheres mais idosas e que sejam boas na manutenção dos valores de sua própria *Land*. A educação voltada para a economia da roça é um dos elementos que mais pesa na escolha. Parente que já mora na sede ou na cidade, e que já não possui terras, não tem tanto jeito para “*servir a tradição do casamento pomerano*”.

Cabe ressaltarmos aqui a importância da culinária para o entendimento dos valores fundamentais na ordem camponesa. Chamamos a atenção para um dos pratos servidos no Dia do Quebra-louças, antes da oração ser pronunciada. A comida servida no jantar é considerada especial, pois comemos a *hinapoudan*, sopa de miúdos de galinha. Esta sopa não pode faltar no Dia do Quebra-louças, pois significa boa sorte para o novo

casal. Entre os pomeranos, a galinha é considerada um animal que “cisca” e que anuncia a presença de elementos estranhos no terreiro. A sua habilidade de vigilante é fundamental para detectar e afastar (“ciscar”) tudo que possa prejudicar a futura vida do casal. A associação feita entre a mulher e a galinha também se deve ao fato das pomeranas dominarem tanto o saber mágico como o culinário.

Segundo Roelke (1996:70), *“ingerindo-se carne de galinha, noivos e convidados se municiavam com percepção aguçada, para poderem perceber a aproximação de qualquer poder demoníaco. Este ato acontecia coletivamente. Assegurava-se, assim, sucesso e proteção no matrimônio e o compromisso de toda a comunidade presente em assegurar paz entre todos os casais. Além desta simbologia, esperava-se que, ingerindo carne de galinha, os noivos também pudessem sempre 'cacarejar' de alegria e felicidade em sua vida matrimonial”* ⁷.

Outro momento significativo no ritual do casamento é a oração proferida no Dia do Quebra-louças. As expressões que a oradora usa imprimem mais força à ideia de que a complementariedade das tarefas realizadas por cada um dos conjuges é fundamental para o crescimento da *Land*. O tom de sua voz é “agressivo”, firme, o modo de falar sobre os momentos e os problemas do casamento é “sem rodeios”. Numa das expressões, é dito o seguinte: *“Você está ciente de que você é que vai lavar a meia dele. Você está ciente de que uma galinha se mata a dois. Enquanto um segura, o outro corta o pescoço.”*

O cotidiano do trabalho, a divisão de tarefas e a sua complementariedade estão presentes na oração declamada na língua pomerana. Não apenas estes elementos são evocados na oração. A dor da separação da família, misturada à alegria de uma nova condição, são sentimentos coletivos expressos na oração e nas atitudes da comunidade presente no ritual.

⁶ Rito que antecede o dia do casamento e em que são realizadas práticas mágicas que visam a boa sorte para a construção de uma nova *Land* no interior da comunidade.

⁷ Conforme relata Lorint e Bernabé (1977:182) acerca do campesinato romeno, a vassoura é usada de forma mágica nas fets comunais, notadamente na festa de São João, para espantar as más influências na casa e na fazenda. As vassouras feitas de galhos verdes, são mantidas atrás da porta da casa, durante todo o ano em caso de necessidade, ou seja, para espantar maus espíritos. No caso dos pomeranos, na festa de casamento e no cotidiano, a galinha tem o mesmo atributo que a vassoura. No entanto, durante minha estadia na colônia de pomeranos de Laranja da Terra, soube do mesmo uso (feitos pelos romenos) da vassoura numa propriedade aonde vivem três solteironas. Elas usam a vassoura atrás da porta e "jamais entram em casa recém-varrida", para " não pegar nenhum mau-espírito".

Além dos preparativos que antecedem o casamento, temos as pequenas superstições que evocam a disputa entre o homem e a mulher pela autoridade da casa e as mudanças que afetam a manutenção da *Land*, tais como o adultério e a morte ⁸. Segundo Roelke (1996:71-72), “*na entrada da igreja observava-se quem primeiro pisava no interior do templo. Este, ou esta, mandaria e teria sempre a última palavra em casa. As noivas costumavam esconder sementes de endro ou cominho no fundo do sapato, para dizerem em voz baixa durante a troca das alianças: Ick peed up Krützköhm un up Dill wenn ick rede schwigst du still. Esta expressão significa: “Eu piso em cominho e endro; quando eu falo, você cala.”* Nota-se que os versos expressam o desejo da mulher de ter voz e vez no casamento.

Ao estudar o campesinato francês, Segalen (1980:32) afirma o seguinte: “*Quando o marido introduz a aliança até a base do dedo de sua mulher, diremos que ele terá grande autoridade no seu ménage; então, se a esposa resiste e o anel não ultrapassa a segunda junta, é porque ela é que será a dona do ménage. O anel, como suporte material do ritual, possui uma conotação simbólica forte. A mulher é o anel, é isto evidentemente o que o marido forçará. O rito faz apelo a um simbolismo sexual de posseção e penetração, e as fórmulas mágicas relativas à união devem ser ditas no momento preciso.*”

“*O poder sexual põe em risco a ordem social, o modelo exige que a mulher seja dominada. O homem se vê ameaçado diante da sexualidade e dos apetites sexuais pelos quais ele corre o risco de ser reduzido ao controle de sua mulher*” (Segalen; 1980). Não apenas a sexualidade feminina ameaça o homem, mas também o fato da mulher pomerana ser a guardiã do saber mágico da comunidade.

A transmissão das línguas sagradas (o alemão e o pomerano), do saber das orações e das práticas mágicas (benzeções) e, enfim, o fato de ser considerada a

⁸ Não apenas a disputa pela autoridade da casa está presente nos cuidados mágicos, mas também as mudanças que podem afetar a totalidade do grupo doméstico. Contam as informantes que durante a cerimônia nenhum dos noivos poderia olhar para trás, pois isso significava que “quem olhasse para trás no dia de seu casamento, olharia para outro além do próprio marido” e que deveria se observar a chama das velas que estão no altar, aquela que se apagasse primeiro corresponderia a morte do conjugue que estivesse do mesmo lado. Caso caísse uma aliança no chão, deveria ser observado, de quem era. Esta seria a primeira pessoa a falecer..

narradora por excelência das histórias pomeranas tornam a figura feminina um elemento de extrema importância para a reprodução das identidades social e étnica.

A presença da mulher protege e assegura toda a extensão da *Land*, e nela está incluído o próprio homem. Seu poder maléfico pode ser exercido contra toda a sua extensão – ou seja, sobre a casa, marido, filhos, terra, alimentos e instrumentos de trabalho. De protetora e defensora da *Land*, a mulher pode se tornar, através do bom conhecimento das palavras mágicas da tradição, uma verdadeira ameaça (Segalen, 1980; e Favret-Saada, 1977), como poderemos ver na descrição das acusações de bruxaria.

Turner (1974:146-159) aponta para o papel recorrente exercido pelo sacerdote em várias sociedades: entre os Nuer, o de possuidor dos atributos da *communitas*. Além do conhecimento detalhado da tradição e dos poderes mágicos que lhes são conferidos, o autor destaca os seguintes atributos: *“Ele é um mediador, age em favor da comunidade inteira, tem uma relação mística com a totalidade da terra em que habita, representa a paz contra a discórdia e não está vinculado a nenhum segmento político.”*

Neste sentido, a função que as pomeranas possuem como perpetuadoras do *geist*, do “espírito do grupo”, possui correlação com os tipos descritos por Turner, que se situam nos interstícios da estrutura social, próximos à *communitas*, e possuem a força transgressora das normas sociais. Assim como nos afirma o próprio autor sobre a importância das pessoas ou dos princípios ligados à *communitas*: *“A communitas irrompe nos interstícios da estrutura, na liminaridade, nas bordas da estrutura, na inferioridade. Em quase toda parte, a communitas é considerada sagrada ou 'santificada', possivelmente porque transgride ou anula as normas que governam as relações estruturadas e institucionalizadas, sendo acompanhada pela experiência de um poderio sem precedentes.”*

De acordo com o mesmo autor (*op. cit.*), o papel do representante da *communitas* seria o de proporcionar uma reclassificação periódica da realidade e do relacionamento do homem com a sociedade, a natureza e a cultura. No caso das pomeranas, tomando-as como expressão da *communitas*, são mais do que classificações o que produzem, visto que incitam a sociedade tanto à ação e à disputa quanto ao pensamento mágico.

Na aliança matrimonial cabe ressaltar que está em jogo uma luta, um ritual no qual os conjuges são suspeitos, e ainda que no desenrolar dos ritos de passagem temos o princípio da autoridade ligado à vida e à morte da *Land* ⁹.

Numa das entrevistas, assim que perguntei sobre casamento, a primeira brincadeira que fizeram foi sobre a lua-de-mel: “*Você sabia que a lua-de-mel de pomerano é o cabo da enxada?*” Esta expressão estabelece o fim da cerimônia de casamento e o início da vida de trabalho, para a contrução da nova *Land*. É o momento exato de passagem dos noivos para uma nova condição, que ratifica um dos valores étnicos mais importantes vigentes entre os pomeranos: o *ethos* do trabalho. Será que ambos estarão aptos para esta nova etapa? Esta questão permeia as fases do ritual de casamento e tem por fim remeter os noivos ao universo que lhes aguarda: o trabalho na terra ¹⁰.

Quanto às fases do ritual de casamento, não se trata apenas de um aprendizado para os noivos e para os jovens solteiros. Segundo Dürkheim (1968), a festa proporciona o momento de expressão máxima dos laços coletivos e da renovação dos valores que constituem o *espírito* da sociedade.

A importância do elemento mágico na construção da identidade.

Mauss (1974) nos mostra que a magia tem eficácia simbólica na medida em que se define como uma crença, um fato classificatório que possibilita à coletividade interpretar seu próprio universo social.

Neste sentido, os atos mágicos que compõem os ritos de passagem são elementos de comunicação social, pois colocam em circulação as categorias do pensamento

⁹ Um dos exemplos que trata do simbolismo da disputa e do conflito no interior do *Land* é a seguinte superstição: de que no final do casamento, ao sair, observa-se quem será o primeiro a pisar no pátio da igreja, pois será aquele que controlará a casa.

¹⁰ Na língua pomerana, temos um termo que designa as primeiras semanas de casamento, período durante o qual o casal está se adequando à nova vida. O termo é *stuutaweeka* e trata dos primeiros tempos do casamento, quando “tudo são flores” e o relacionamento corre bem entre ambos. O termo *stuuta* significa “pão”, o que é feito com farinha de trigo pela padaria *weeka* significa “semanas”. Depois, conforme muitos pomeranos afirmam, começa o *knüpalweeka*, ou seja, os tempos do desentendimento, quando a disputa pela autoridade e a gerência dos negócios da *Land* se tornam acirradas. A palavra *knüpal* significa “porrete, vara”.

coletivo. As representações mágicas veiculam noções hierarquizadas, construtoras de uma totalidade que torna inteligível para os pomeranos suas próprias relações sociais, isto é, definem o que são, evidenciam seus conflitos e ambigüidades e de que forma vêem o mundo.

A compreensão dos elementos mágicos dos ritos de passagem e as acusações de bruxaria presentes no cotidiano dos pomeranos possibilitam interpretá-los como parte de um sistema simbólico cujas representações revelam dados sobre a sociedade que as produzem. A análise da constância da magia na vida desses camponeses permite o entendimento do seu uso como um elemento importante na elaboração da identidade pomerana.

Conforme vimos, a magia é uma linguagem utilizada pelos pomeranos de modo próprio, falada e escrita de forma peculiar e em línguas especiais, sagradas. Ela delimita tempos e espaços sociais compreendidos nos gestos, nos objetos, nos calendários, na ocupação da Igreja e da casa camponesa e, por extensão, em todos os laços sustentadores da unidade doméstica, ou seja, da *Land*.

Sua linguagem recria os valores fundamentais de uma sociedade camponesa de origem pomerana. Neste sentido, a reinvenção dos elementos de uma cultura campesina está refletida na linguagem mágica, sendo estes, portanto, recriados nos ritos de passagem e nas acusações de bruxaria.

Valores mantenedores do ethos camponês – autoridade do pai e do pastor, sentimento de honra, penosidade do trabalho no campo, ênfase no mutirão, ethos do trabalho, dificuldades na manutenção e reprodução da *Land* – são interpretados nas metáforas citadas nas cartas sagradas (presentes em todas as casas pomeranas), nas fórmulas mágicas e nas expressões orais tais como canções, histórias e jogos infantis, orações, provérbios, falas jocosas e piadas.

No cotidiano dos pomeranos não se destaca apenas a importância do discurso mágico para a percepção de um estilo de vida camponês, mas este se inter-relaciona com a emergência da identidade étnica, na medida em que são acionados símbolos emblemáticos expressos na religião luterana e no uso das línguas alemã e pomerana.

Okamura (1981, p. 454) ressalta a importância da observação das noções subjetivas e perceptivas da etnicidade e o entendimento da variação de seu significado de

acordo com as circunstâncias sociais em jogo. Em seu estudo, o autor mostra ainda a importância dos elementos culturais considerados relevantes pelos agentes nas circunstâncias em que tanto a identidade étnica quanto as identidades sociais são acionadas para demarcar fronteiras em relação aos outros grupos sociais. Okamura explica que os conteúdos culturais tomados em consideração são de dois tipos. O primeiro tipo oferece sinais ou signos, ou seja, traços diacríticos que as pessoas exibem para mostrar a identidade, tais como roupa, linguagem, estilo da casa e estilo de vida. O segundo tipo compreende os valores básicos como padrão de moralidade e excelência pelos quais o comportamento é julgado.

No caso analisado neste artigo, as identidades étnica e camponesa são acionadas de forma indissociável no cotidiano do trabalho, do comércio e dos ritos de passagem que marcam as etapas de desenvolvimento do grupo doméstico e da reprodução da *Land*.

O imbricamento destas identidades é compreendido na seleção de imagens e símbolos culturais pelos pomeranos e reflete-se na análise da inter-relação entre religião luterana, religiosidade popular e o uso distinto das línguas alemã e pomerana – especialmente no universo mágico das fórmulas de benção, das acusações de bruxaria, das cartas sagradas, dos provérbios e expressões orais acompanhados de gestos utilizados nos ritos de passagem –, revelando padrões de moralidade e valores fundamentais para a manutenção do seu modo de vida.

Nagata (1982), ao estudar a extensão da relação entre etnicidade e religião na elaboração de uma identidade malaia e sua relação com outros grupos, evidencia as interseções entre ambos os fenômenos. A autora mostra que as idéias de nascimento comum, origem, ancestralidade e sangue são elementos importantes e recorrentes tanto na formulação de uma identidade étnica quanto na formação religiosa de uma coletividade.

A autora discute de que forma a religião pode ser tomada pelos grupos sociais em seu sentido universal ou particular. Neste último caso, a religião é definida como uma fé atribuída e apropriada para ou por uma comunidade étnica como sendo exclusivamente sua ou aquela cujo acesso é determinado pelo membro de uma comunidade específica. A entrada para a religião estará condicionada aos relacionamentos sociais baseados em laços de sangue, parentesco, origem, nascimento, conseqüentemente tornando o particularismo religioso maior.

Conforme Nagata, mesmo em religiões universais, como é o caso do cristianismo, temos exemplos de particularismos religiosos inter-relacionados à identificação étnica, como é o caso dos amish, dos judeus ortodoxos e dos menonitas. A alta taxa de endogamia entre os menonitas somada à entrada na religião somente pelo nascimento sugere uma tendência em direção a um fechamento da fronteira étnica. Então, a identificação de menonita ganha uma dupla referência: étnica e religiosa.

À semelhança desses casos, entre os pomeranos, as ligações com a fé são definidas por algum tipo de identidade social preexistente, geralmente de nascimento, ancestralidade ou origem. As identidades étnica e religiosa são mutuamente consolidadas, fundidas e interdependentes, e o papel da religião é mais uma dimensão da cultura do grupo.

A religiosidade luterana evoca tanto uma identidade étnica ao ser relacionada à constituição histórica de um sentimento nacional quanto elementos culturais próprios de uma sociedade camponesa.

No primeiro caso, essa religiosidade está ligada à história da imigração pomerana e da formação das colônias no Estado do Espírito Santo e ao relacionamento da comunidade com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e com o pastor. Ela é expressa com o uso de símbolos diacríticos do nacionalismo alemão, dentre eles a honra étnica, o ethos do trabalho e a língua alemã, considerada língua sagrada. O próprio atributo de sagrado é um elemento diferenciador utilizado pelo grupo para distinguir seus membros dos outros grupos étnicos. “*Somos luteranos, logo, somos alemães*”.

No segundo caso, temos o modo como os pomeranos interpretam os símbolos religiosos de uma igreja nacional e letrada, somando-os à lógica do modo de vida camponês. Citações bíblicas, frases e idéias de Martin Lutero, cultos na Igreja Luterana e hinários convivem com fórmulas de benzeção, bruxaria e práticas mágicas, sendo reinterpretados à luz das etapas de desenvolvimento do grupo doméstico e das estratégias de manutenção da *Land*, expressas nos ritos de passagem.

Lembramos que a proibição e o controle da magia exercidos pela autoridade pastoral não impedem a continuidade de tais práticas através das várias gerações de pomeranos, o que conseqüentemente leva a vários conflitos na colônia. Se, por um lado, a forte presença do pastor como porta-voz da palavra sagrada e sua intervenção como

mediador étnico no cotidiano da comunidade junto à sociedade nacional confere maior eficácia simbólica às noções de honra, autoridade e ordem no mundo camponês, por outro, o peso de sua autoridade institucional e da racionalidade da religiosidade luterana cerceia a leitura metafórica e complexa que os pomeranos fazem de sua própria sociedade.

Cabe ressaltar que as benzedeadas são representantes oriundas do próprio grupo étnico que circulam entre dois mundos: o do conhecimento da palavra bíblica proferida pelo pastor nos cultos e o do saber mágico e tradicional veiculados pelas mulheres da comunidade.

À semelhança da figura do mágico descrita por Mauss (1974), o pastor e as mulheres neste caso as benzedeadas_ são depositários da crença coletiva ¹¹ Ambos os mediadores, religiosos e étnicos, são importantes na medida em que atualizam as questões essenciais da moral camponesa e mantêm vivo um campo discursivo ao reproduzirem as histórias e os símbolos diacríticos na língua alemã e pomerana. Ao sacralizarem ambas as línguas, esses mediadores criam uma marca diferenciadora na relação de auto-identificação étnica construída entre os pomeranos e os outros grupos.

A reprodução das práticas mágicas pelos mágicos é uma forma de educação sentimental e de socialização dos membros de uma coletividade às suas regras, ao modo de viver e interpretar o mundo, sendo, portanto, um exercício intelectual. Neste sentido, benzedeadas e pastores não sacralizam apenas imagens étnicas, mas consolidam formas de conhecimento e representações sociais boas “*para se pensar a ordem camponesa*”.

¹¹ Segundo Mauss (*op. cit.*, p. 166), o mágico é identificado pela idéia de representação coletiva subjacente aos seus próprios atos: "Tudo se passa como se a magia formasse, ao redor dele, à distância, uma espécie de imenso conclave mágico, que o faz viver numa atmosfera por assim dizer especial, que o segue por toda a parte. Por distanciado que se encontre do século, o mágico não se sente verdadeiramente destacado dele. Sua consciência de indivíduo é profundamente alterada por esse sentimento. Enquanto mágico, ele não é ele mesmo e, quando reflete acerca de sua condição, chega a dizer-se que seu poder mágico lhe é estranho, que o obtém alhures e que é apenas seu depositário".

Bibliografia:

BAHKTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BENJAMIM, Walter. “O narrador” in *Os pensadores*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1918.

BERNABÉ, J. e LORINT, F. *La sorcellerie paysanne*. Bruxelas: Éditions A. de Boeck, 1977.

CÂMARA CASCUDO. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: 1954.

DÜRKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989 (1968).

FAVRET-SAADA, Jeanne. *Les mots, la mort, les sorts*. Paris: Gallimard, 1977.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Papirus Editora, 1989.

MALINOWSKI, Bronislaw. *The problem of Meaning in Primitive Languages* In C.K.Ogden & I.A.Richards. *The Meaning of Meaning*. Londres, International Library Of Psychology, 1923.

MALINOWSKI, Bronislaw. *The Language of Magic and Gardening* (Coral Gardens and their Magic, II). Londres: George Allen & Unwin, 1966.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp, v. II, 1974.

_____; HUBERT, H. Esboço de uma teoria geral da magia. MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Edusp, v. I, 1974.

NAGATA, Judith. What is a malay? situational selection of ethnic identity in a plural society. *American Ethnologist*, Cidade?: American Anthropological Association, v. 1, n. 2, 1974.

_____. Particularism and universalism in religious and ethnic identities: malay islam and others cases. In: *Proceedings of the American ethnological society*. The American Ethnological Society, 1982.

OKAMURA, Jonathan. Situational ethnicity. *Ethnic and Racial Studies*, Londres, v. 4, n. 4, out. 1981.

REDFIELD, Robert. *The Little Community and Peasant Society and Culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.

- ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Editora da USP-Universidade de São Paulo, 1968.
- ROELKE, Helmar Reinhard. *Descobrimdo raízes: aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo-UFES/Secretaria de Difusão e Cultura, 1996.
- SEGALEN, M. *Mari et femme dans la société paysanne*. Paris: Flammarion, 1980.
- TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- TURNER, Victor. *O processo ritual*. Petrópolis: 1974.

A família e a carreta: as bases da vida nos primórdios da colônia

João Carlos Tedesco

CENTRALIDADE DA FAMÍLIA

É lugar comum nas análises sobre imigração italiana e mesmo sobre as migrações internas de seus descendentes a confirmação da presença constante da família. O agrupamento composto pelo pai, pela mãe e pelos filhos, ou, então, por recém-casados estava na intenção dos agentes de imigração por questões de ordem funcional em termos materiais e simbólicos. Alguns analistas, confirmando o que os dados demonstram para as Colônias específicas, chegam a dizer que a imigração foi um empreendimento prioritariamente de famílias.

A família do imigrante sempre foi vista como organização cultural, econômica, teológica e de sociabilidade, girando em torno do grupo doméstico que a compõe, da esfera do trabalho, da convivência e dos vínculos comunitários. Esse tripé: *convívio*, *roça* e *comunidade* esteve presente por toda a trajetória de vínculos espaciais com a colônia. Desse vínculo constituiu-se uma lógica e uma simbólica de vida familiar, de relações de trabalho e de sociabilidade. Desse modo, a família apresentava-se como *trabalhadora* e *proprietária*, fundada nos horizontes dos valores tradicionais, porém na sua dinâmica com o social, com as tensões e os conflitos que se faziam presentes tanto no âmbito da propriedade da terra, quanto no do convívio interno e externo.

O fato de *ser uma família*, de constituir-se como família, de trabalhar *para* e *com* a família, de ser a propriedade da família, não significava garantia de harmonia e de plena funcionalidade do empreendimento migratório. Conflitos, tensões e contradições sempre se fizeram presente tanto na esfera estrutural (políticas migratórias e na organização do espaço produtivo) quanto na do vivido (doméstico, comunitário e étnico). A noção cultural e econômica de família e sua prioridade no empreendimento migratório, não pode esconder processos internos que se constituíram pela ótica da hierarquia, do poder, da dominação, de sua eterna tendência patrilinear, da exploração interna da força de trabalho, da distribuição desigual do patrimônio, da divisão sexual e não igualitária do trabalho, bem como das lutas por emancipação, por igualdade de gênero, pela fragmentação para manter a

unidade familiar como unidade camponesa, etc. Os processos migratórios internos em busca de novas terras, de novas colônias e de novos espaços de convívio precisam ser vistos também pela ótica dos conflitos internos e, não só pela objetividade econômica.

A diversidade de relações construída e constituída no vivido do que se convencionou chamar unidade familiar baseia-se nas relações com o espaço e com as dinâmicas do *sistema de trabalho*, no vínculo *funcional* entre família e seu entorno sócio-cultural, processo esse de uma trajetória temporal bastante longa.

Isso fortalece nosso argumento de que é em torno da dinâmica terra, trabalho e família que o *ethos* de colono vai se constituindo e permanecendo, redefinido, até hoje. É da constituição desse tripé que os colonos lutavam para organizar seus valores de vida e de (re)produção social.

Percebe-se ainda hoje, bem claro ainda, implicações profundas no horizonte da tradição e dos valores, os quais não atuam só como escudo, empecilho e atraso em todos os âmbitos. Esses valores são utilizados e acionados ainda hoje tanto pela família do colono, quanto pelos quadros econômicos e políticos *externos* ([agro]indústrias, bancos, comerciantes em geral) como forma de maximizar fatores de sua própria racionalidade. Há algo aí que precisa ser visto com o olhar na esfera cultural e econômica que vem se constituindo há, no mínimo, um século.

Não podemos esquecer que a contribuição da família como unidade produtiva foi e continua sendo de fundamental importância para a reprodução monetária baixa da força de trabalho; ela produz meios de vida importantes para sua reprodução, bem como possui, *naturalmente*, uma ética de trabalho que se produz, divide, multiplica e se adiciona internamente pelo viés da solidariedade grupal, dos rendimentos indivisíveis, do esforço *para* o todo família. Para tanto, uma hierarquia interna bem constituída (legitimada pelo controle masculino e personificada no pai) com poder de mando, uma rede próxima de parentesco e de compadrio, vínculos comunitários e vicinais passíveis de demandar auxílio e propiciar a entre-ajuda, a possibilidade de pré-definições matrimoniais externas ao total interesse dos futuros cônjuges, dentre outras, era de primordial importância para definir a funcionalidade da integração familiar.

Temos a convicção de que família, propriedade e trabalho sempre se retroalimentaram. Dessa célula compunha-se o patrimônio (sua possível fragmentação e

sucessão), defenia-se, quando possível, o número de filhos (entendidos como força de trabalho), buscava-se o auxílio religioso pela forte devoção, piedade e espírito de oração em família e em comunidade (as capelas, os capitéis, a veneração aos santos, as procissões, a demanda pelo padre e seu papel irradiador atestam isso).

O fascínio da propriedade, o sonho de ser proprietário era quase que irresistível para o imigrante. O matrimônio, a migração e a propriedade eram partes de um mesmo modelo de *organização interna*. O sacrifício no trabalho e nos primeiros anos de pioneirismo, o sentido ambíguo do canto na roça, na estrada e na família, os sinais comunitários do sino, a nostalgia da terra distante, as lamentações frente ao desconhecido, as blasfêmias que exoneravam e , ao mesmo tempo, exortavam a Deus, a noção de *merecimento*, de luta, etc., possuíam um referencial de ligação de espaço e tempo do colono com seu passado cultural, o que os fazia agrupar-se em família e, ter, na família, uma extensão um pouco maior do que o grupo doméstico.

A organização social do colono começa na família e na casa rural. A casa é um lugar cultural e simbólico de grande importância. Nela se redefinem questões de gênero, da ligação entre provedor e o restante da família; espaço de materialização da hierarquia familiar, da ligação da família com os vizinhos, compadres, amigos e desconhecidos que nela chegam; da ligação entre roça e comida. A alimentação, os encontros após o trabalho, as visitas, o aquecimento do corpo devido ao frio, a vigilância e segurança em relação a casa, o culto religioso, a exposição das fotos de família, os nascimentos, as mortes e as discussões eram vividos em casa, no espaço ligado entre a morada e a cozinha. Enfim, o ambiente de vida era constituído por essa relação profunda entre espaço natural e o seu domínio em correspondência com a ordem funcional da casa.

Nos primeiros tempos da colonização, o trabalho agrícola e os não-agrícolas se misturavam criando um complexo de saberes na relação com o meio. Os ofícios de carpinteiro, pedreiro, ferreiro e marceneiro eram os mais significativos. O trabalho artesanal com pedras e madeiras atesta um ofício fundamental para a organização econômica e social da família do imigrante. Mesmo em meio a essas diversidades de trabalho, era o ofício de colono que dava identidade ao imigrante no meio rural.

Organizando um sistema de economia doméstica- de subsistência - e, posteriormente, mercantil, o colono soube dar importância aos produtos agrícolas em seu

universo familiar. Confeccionava roupa a partir da fiação do linho, moia o milho e o arroz, o gado leiteiro servia também de força de tração, os porcos serviam de fonte de segurança alimentar, o milho transformava-se em alimento humano e animal. Esse sistema interligado de fatores, formando ramos, cadeias, consorciamentos e retroalimentações, ajuda a compor a relação família, terra e trabalho.

A pecuária foi sempre secundária, porém complementar para a vida econômica do colono imigrante. A derrubada da mata, a rotação de culturas, a reconstituição da fertilidade do solo, o plantio de culturas nativas associadas às européias, produziram, reproduziram e *esgotaram* o espaço previamente delimitado, porém solidificaram o *modo de vida* e a *estrutura familiar* do colono. O solo fértil e a alta produtividade do milho fizeram da produção de suínos o elemento de convergência de relações de produção e de comercialização, embasadas na unidade familiar do colono.

O estilo de produção baseado em queimadas com rotação de terras, a necessidade de poteiros para o gado leiteiro e para os bois de aração, os transportes incipientes para o escoamento dos produtos, o tamanho pequeno da propriedade em relação aos padrões de herança vigente na colônia, pressões demográficas, dentre outras, promoveu a crise do sistema produtivo colonial da região italiana no Sul do Brasil.

Procurar outros lugares para trabalhar e progredir em família

A ideologização do trabalho e do progresso é marcada por duas dinâmicas que estão em correspondência: sacrifício e ordenamento familiar. Depreende-se daí a esfera do trabalho, da terra, da hierarquia, da casa, do contato e domínio da natureza. O processo de desenvolvimento do espaço agrícola não foi linear, nem mecânico e muito menos simultâneo. Uma cadeia imensa de relações e atividades se rompeu e outra se constituiu, sendo promotora da organização econômica e social do que são hoje as cidades desse espaço de colonização italiana.

O papel do comerciante, do vendeiro, do caixeiro-viajante, do padre, do professor, enfim dos intermediários e notáveis da colônia com sua função econômica, social, cultural e política permaneceu se expandindo e sendo cada vez mais fundamental para a dinâmica do lugar/local da colônia. A *emancipação* econômica e social do colono se deu e continua

se dando pela capacidade de reprodução da força de trabalho no seio da família. A *ordem social* do colono se fundava na ligação entre propriedade, família e trabalho, este com sentido *além* do econômico. Ligado à propriedade, o trabalho formaria o espaço social e a trajetória sequencial das *estratégias* de reprodução familiar e organização da individualidade do colono.

A migração interna deu-se também via êxodo rural, ou seja, grande quantidade de migrantes, sem as mínimas condições de adquirirem um pedaço de terra, abandonados que estavam e pela presença de conflitos em seu cotidiano, migrou para os centros urbanos, constituindo-se em operários. Muitas colônias tornaram-se viveiros de força de trabalho para o espaço urbano. Aquilo que os colonos condenavam e buscavam evitar, passou a fazer parte de seu vivido.

A construção do espaço da colônia velha e das novas deu-se sob o signo da propriedade da terra, localizando, desde o início, nesses espaços, o imigrante vinculado ao mundo da mercadoria e da sobrevivência da família. A atração e o envolvimento do colono como possibilidade de tornar-se pequeno proprietário promoveram um movimento de reprodução capitalista no meio rural muitas vezes baseado formas não puramente capitalistas de produção e de relação de trabalho, envolvendo graus de autonomia, de subordinação e de enfrentamento ligados às relações mercantis.

Sabemos que a organização econômica sempre foi o ponto de ligação das relações no grupo familiar dos colonos italianos. Esse é um processo histórico de identificação espaço-cultural. A família como unidade de produção e de convívio interligava-se com o lugar/local. Estava profundamente inserida nas transformações econômicas e culturais promovidas pelos objetos técnicos da vida moderna.

Queremos dizer que a natureza do ciclo de trabalho agrícola, bem como os meios colocados em prática - sua duração, penosidade, pressões de mercado -, associam-se ao modo de vida da família do colono italiano, o qual oscila na adaptação entre técnica e tradição. O que está em jogo aí é a capacidade de interpretar os *sinais dos tempos* em razão de *experiências* acumuladas e de outras que vão surgindo, muitas dessas pouco compreendidas pelos colonos.

Há uma série de implicações internas e externas que não se baseia só no presente. A propriedade tem significado de patrimônio e de reprodução. Patrimônio é sinônimo de

descendência, porém não destacado da propriedade individual mercantil. Ser proprietário de terras obriga construir patrimônio, o qual é obra *da* e *para* a família. As leis internas de herança a fundamentam e são legitimadas por ela. Mercadoria e patrimônio se inter-relacionam. O herdeiro não herda só a terra; herda um compromisso, uma *moralidade da terra* que possui uma temporalidade não meramente presentista, e nem totalmente baseada nos pressupostos do direito formal atual.

Os projetos de reprodução social e de patrimônio passam por vieses não mais tão interligados à *colônia-mãe*. Os grupos vão formando identidades redefinidas, e os graus de parentesco vão se tornando mais tênues, o que não significa dizer que ainda não sejam importantes e fundamentais para a organização da vida social e dos referenciais familiares.

A busca de formação de grupos permitiu, mesmo traumatizada pela imigração/migração, que certa homogeneidade cultural no interior das colônias se consolidasse, preservando, assim, certo patrimônio cultural e social como parte integrante daquilo que chamamos de *ethos de colono*. A forma de pensar o tempo está baseada na agricultura, no progresso, na *sua* participação no espaço. A representação do trabalho e do progresso, como valores, fazia a imagem social da família. Constitui, hoje ainda, importante critério de avaliação, de reconhecimento social e apreciação das pessoas na comunidade.

O espaço econômico da família de colono constituía-se com a infra-estrutura dos meios de transportes, com a abertura da mata, com as ligações vicinais entre o local e o regional. A ausência de estrada, ou mais precisamente de boas estradas, foi quase uma constante na região colonial e principalmente nas novas colônias. A sua ausência implica o tão temido isolamento, a falta de mobilidade espacial, a redução dos contatos sociais, a impossibilidade de mercantilizar os frutos do trabalho.

O cargueiro, transportando no lombo da mula, num determinado tempo, solucionou e/ou amenizou o problema. Porém, a família se ampliava, as distâncias também, os produtos e a necessidade do dinheiro da mesma forma. Daí a presença da carroça (nas linhas, pequenas e de um par apenas de mulas) e da carreta (para grandes distâncias, com vários ternos de mulas e com capacidade para até três mil quilos). É ela que vai ligar a vida econômica do colono com a do povoado (comunidade), do distrito, do espaço consumidor; é ela que vai trazer as novidades em termos de consumo e de informações externas; é ela

que vai motivar para mais trabalho, mais terra e mais braços. É ela, em última instância, que vai auxiliar profundamente para a continuidade do ethos de colono familiar na região colonial. Vamos ver melhor isso.

A CARRETA

Temos a convicção de que tudo o que vimos antes, ou seja, o profundo vínculo entre família, terra e trabalho, só foi possível pela existência da presença assídua, por em torno de meio século, da carreta/carroça. A carreta foi um elemento *técnico-instrumental* de fundamental importância para a organização da vida colono. O cargueiro a antecedeu e, em parte conviveu; assim como a carroça conviveu com o caminhão após os anos 30. Ela ligou a família com a terra, a terra (seus frutos) com o comerciante, o comerciante com a produção de excedentes, com a ruptura da cultura de subsistência; fez aparecer o dinheiro, a possibilidade de consumo de produtos não produzidos na unidade; induziu mais trabalho na unidade familiar; possibilitou o contato com outros espaços, estreitou vínculos comunitários e inter-étnicos; gerou a possibilidade de riqueza em espaços rurais; promoveu inúmeras profissões a ela relacionadas; provocou conflitos, mortes, acidentes, lutas, confrontos, diferenciações sociais e econômicas no espaço local e regional da colônia.

Colonos, cargueiros, carreteiros, comerciantes, artesãos e pequenos manufatureiros faziam parte dos processos relacionais locais e, ao mesmo tempo, manifestam todo um conjunto de fatores estruturais que se desenhou na região colonial do Rio Grande do Sul, nos espaços das migrações internas e, ao mesmo tempo, dinamiza fatores que a contemporaneidade apresenta, principalmente no ramo empresarial e na definição de um padrão de desenvolvimento agrícola na região colonial e nos espaços de migração interna.

Produção e comercialização se complementavam pela esfera do trabalho (unidade familiar) e pela esfera da intermediação (vendedores e comerciantes), ambos interligados por uma estrutura de transportes (tropeiros, cargueiros, balseiros, carreteiros, o trem e os caminhoneiros) e de profissões a ela vinculada (marceneiro, funileiro, ferreiro, carpinteiro, pedreiros, domadores...). Demonstra o vínculo e a presença do colono no universo comercial, no contato com o chão da roça e na estruturação familiar e com o saber-fazer desenvolvido internamente. A produção de milho, a criação de suínos e a confecção de seus

produtos derivados, a derrubada de árvores e a extração da madeira, o cultivo do trigo em alguns períodos, a vaca leiteira, o feijão, a alfafa, dentre outros, foram os que mais se fizeram presentes.

Sem ela era impossível ser colono

A carreta, enquanto aperfeiçoamento e complemento do cargueiro, parece ter sido uma espécie de marca registrada que acompanhou os italianos no tempo da colonização e nos espaços das trajetórias migratórias. Símbolo material que aglutinava a família à terra, essa ao comércio e, desse à sobrevivência econômica.

Segundo analistas, a engenhosidade do italiano e de seus descendentes permitiu a adaptação do veículo às condições topográficas e de vida da colônia, o que também exigiu, em contraposição à paciência, mansidão e coragem do carreteiro da campanha, certa valentia, brutalidade e coragem por parte do colono italiano.

Alguns analistas colocam que à margem direita do rio das Antas é que se encontravam as grandes concentrações de carreteiros. Os carreteiros provenientes de Caí e Montenegro, alguns também de Caxias traziam grande parte das mercadorias que necessitavam os habitantes da região.

Ao redor dela compunha-se e visualizava-se um horizonte material e social que personificava o sonho e o ideal do colono imigrado em seu vínculo com a terra - seus frutos - e sua família. Criaram ou comercializaram mulas, cavalos, bois para dar-lhe mobilidade espacial. Construíram garagem (coberto) para proteger a carroça do sol escaldante e das chuvas. Derrubaram matas para ampliar o acervo produtivo a ser transportado. Desenvolveram saberes no tratamento com as mulas, na confecção da carroça, bem como solidariedades e intercâmbio de informações entre carreteiros. O lúdico ganhou mais força e dinamismo pela presença de dezenas ou centenas de carroças nas festas comunitárias, transportando pessoas e alimentos. Alargaram-se os poteiros, as plantações de alfafa, de pastagens nativas e de milho. Criou-se uma rede de profissionais do ramo da confecção de carretas, do ramo dos cuidados com os animais. Os moinhos e casa de comércio ganharam novos dinamismos...

A carreta propiciou uma certa redefinição na forma de trabalho da unidade familiar, reorientou espaços de produção de produtos vendáveis e quem os produzia, quem os vendia, quem decidia sobre a aplicação (gasto) do dinheiro, ampliou o acervo produtivo e a multifunção da família enquanto unidade produtiva, doméstica e de consumo. A mulher/esposa, por exemplo, teve uma participação significativa, além dos trabalhos *normais* da casa, da horta, junto aos filhos e na roça, atuava também, na ausência do marido, nos negócios, na comercialização de produtos provenientes da horta, dos animais domésticos; envolvia-se nas indústrias artesanais, nas casas de pasto, nas casas de negócio.

A evocação divina era necessária no trato com a carreta. Essa ligação era mediada paradoxalmente pelas blasfêmias e, parecia ter resultados. Aliás, há uma forte ligação entre a blasfêmia com a valentia, com a bravura, com a coragem, com o heroísmo e, paradoxalmente, com a fé. Parece ser a dimensão tipificada, criadora de um esquema mental constitutivo do homem que lida com a carreta, que mexe com a terra, que dá de si o que a natureza não lhe oferecera em plenitude.

Solidariedade, interdependência, entre-ajuda (paletear sacos, sair dos atoleiros – *tatus* –, trocar temporariamente produtos, emprestar dinheiro, animais, etc.) se uniam aos conflitos, concorrências e intrigas entre colonos e carroceiros, carreteiros e comerciantes, esses últimos entre si e com as cooperativas, esses todos e os donos de trapiches e casas de comércio nos portos fluviais, entre carreteiros e caminhoneiros, entre carreteiros e colonos donos das terras cortadas pelas estradas, dentre outras.

Estruturou-se toda uma organização econômica e de profissões que deram dinamismo ao ramo das carretas: forragem, ferrarias, hospedarias, piquetes, coxos d'água, criação e cuidados de animais, serrarias, madeireiras, carpintarias, vendas, casas de comércio, restaurantes, etc. Isso tudo sem falar nas *especializações internas* na unidade familiar ligadas ao artesanato e à confecções variadas com barro, madeira, derivados de suínos, uva, cana, couro, etc.

O estreitamento dos vínculos mercantis

O desenvolvimento do espaço agrícola com as carretas não foi linear, nem mecânico e muito menos simultâneo. A infra-estrutura para o escoamento e

comercialização, o ritmo dos *nichos de mercado*, a disponibilidade monetária do colono, a montagem da infra-estrutura regional - construção de estradas, pontes e linhas de comunicação – também criaram condições para o estreitamento dos vínculos mercantis com os colonos, mediados pela carreta.

A agricultura de pouca dinâmica comercial, os chamados meios de vida, bem como os vários produtos artesanais ganharam importância através do vínculo mercantil mais intenso do colono com os vendeiros, os cargueiros, os caixeiros viajantes, os prestamistas, os comerciantes, os carroceiros e os caminhoneiros, aprofundando relações econômicas e de trabalho, tornando a família cada vez mais multifuncional.

O comerciante podia ser um colono mesmo ou, então, um representante de comércio ou da indústria nos mercados urbanos da região. Ele passou a ser um dos intermediários na captação monetária dos colonos, tendo uma importância muito grande na orientação da produção agrícola, na viabilização do mercado interno da região com outras regiões.

É impossível falar da região colonial italiana ou alemã, em nível de Brasil, sem mencionar o comerciante. Ao redor desse ator socioeconômico surgem explicações sobre a origem da industrialização da região colonial e de outros espaços de maior amplitude no Estado. Ele é o elo de ligação de inúmeros processos econômicos, culturais, maximizadores de fatores locacionais na sua relação com o *mundo externo* à colônia.

As questões da determinação do preço, das relações assimétricas (autonomia, dependência, subordinação, barganha...), da impossibilidade do colono de vender livremente a massa de excedentes agrícolas, do fornecimento dos bens e utensílios para a família, etc., fizeram do comerciante, atacadista ou varejista ou simples intermediário, uma categoria-chave no universo vivido dos colonos da região de colonização e de migração interna. Isso nos auxilia na compreensão do papel das agroindústrias, bem como na apreensão e visão do colono frente às relações que se cimentam no horizonte da produção e comercialização envoltas na dinâmica mercantil atual.

Foi nesse contexto propiciado pelo crescimento urbano, pela expansão da economia gaúcha, pela introdução de novas tecnologias e de relações capitalistas de produção mais definidas, que determinados expoentes da indústria do espaço de colonização se evidenciaram.

A partir dos anos 30, com algumas variações temporais em termos de região, o caminhão começa a se fazer presente. O mesmo provoca, aos poucos, profundas transformações, talvez bem maiores do que as da chegada anteriormente do trem. O caminhão ocupa os espaços das estradas, carrega mais, reduz o tempo e o custo, rompe com toda a simbologia e as relações que envolvem o carreteiro com sua carreta, rompe ofícios e cria outros; algumas casas de pasto e hospedarias transformam-se em mercado de combustível e hotéis respectivamente; os portos fluviais (exemplo o de Muçum) perdem importância e utilidade; os muladeiros buscam outros locais (Santa Catarina e Paraná); o sacrifício e a luta se reduzem, a solidariedade também. Muitos carreteiros voltaram a ser colonos, outros continuaram a trabalhar para comerciantes, outros ainda tornaram-se motoristas de caminhão. O colono produzia mais ainda, pois a demanda se alargava e a necessidade de oferta diversificada aumentava cada vez mais, aprofundando, daí, a ligação família, terra e trabalho.

Palavras finais

Pensamos que a ligação entre colonos, vendeiros, comerciantes, carroceiros, estradas, portos, centros urbanos regionais, tem muito a nos dizer. Há muita coisa não trabalhada e que precisa ser resgatada em termos de memória oral, visual, da conformação da ocupação do espaço regional, bem como da história do *empreendedorismo* econômico na região que tem muito a ver com esse meio século de envolvimento entre colonos, comerciantes e carreteiros.

Os rios que cortam essa região montanhosa denotam os limites, os laços geográficos entre matas, morros, fauna e flora. O *domínio* natural pelo homem, sob a ótica da luta e do sacrifício, materializou-se sob o profundo vínculo de trabalho e comercialização dos frutos do mesmo pelo colono imigrante. O avanço nos meios de transportes e nas cadeias de comercialização deu-se a partir do contato do homem com a natureza trabalhada e com os sujeitos sociais que compuseram esse cenário.

Analisar tudo isso é um imperativo. Trabalho e vida familiar são centralidades que, mesmo redefinidas, permanecem como símbolo social e como racionalizações de estratégias ético-morais e econômicas. Muito disso tudo que se apresenta e que precisa ser

lembrado foi construído na época das carretas. Mesmo que seus vestígios materiais praticamente não existam mais nas unidades familiares e de produção na região, a memória está ainda viva, o desenho do perfil regional de economia e de vínculo do colono com a terra com a família e com a propriedade, atesta muito bem isso.

Apoio bibliográfico

- ADAMI, J., S. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 1962.
- AZEVEDO, Thales de . *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- BATTISTEL, A. *Colônia italiana: religião e costumes*. Porto Alegre: EST, 1981.
- & COSTA, R. *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre: EST, 1982.
- COSTA, R. *Antropologia visual da imigração italiana*. Porto Alegre; Caxias: EST; UCS, 1976.
- & DE BONI, L., A. *Far la mérica*. Porto Alegre: Riocell, 1991.
- DE BONI, L., A. & COSTA, R. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul/ Porto Alegre: UCS/EST, 1979.
- DUCATTI NETO, A. *A vida nas colônias italianas*. Porto Alegre: EST, 1979.
- GIRON, L. S. O vale da desilusão: imigrantes italianos na vale das Antas. In: COSTA, R. *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998.
- LORENZONI, F. *Memória de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- MOLON, F. O significado dos carroceiros na economia da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, L. A. (org.). *A Presença italiana no Brasil*, v. III, Porto Alegre: EST, 1990, p. 503 - 539.
- MONFROI, O. *A colonização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- TEDESCO, J., C. *Colonos, carreteiros e comerciantes*. Porto Alegre: EST, 2000.
- ROCHE, J. *A imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, 1995.

O processo de imigração e migração resultou em ocupação e apropriação¹

*José Antonio Moraes do Nascimento*²

Neste trabalho pretende-se fazer uma discussão inicial sobre imigração e migração, numa região específica do Rio Grande do Sul, do início até meados do século XX. O corte geográfico foi no sentido de compreender a ocupação da região, que atualmente abrange os municípios de Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeira, ou seja, ao norte do estado. Porém, quando for necessário para a melhor compreensão do tema, se fará considerações que extrapolam tanto o corte cronológico, como geográfico.

O tema ora apresentado é uma discussão e revisão bibliográfica, que faz parte de um trabalho mais amplo sobre Ocupação, desterritorialização e apropriação das terras dos índios Kaingang³, o qual compreenderá um resgate da luta dos Kaingang para manter ou conquistar a posse da terra, bem como da chegada dos colonos, na grande maioria descendentes de imigrantes, que ocuparam a referida áreas e se estabeleceram em pequenas propriedades. Priorizar-se-á a análise das relações estabelecidas entre estes grupos e a sociedade gaúcha e brasileira, que também estavam em processos de desenvolvimento. Por conseguinte, o estudo caracteriza-se como de história regional e também deve ser objeto de discussões, uma vez que são várias as abordagens sobre o centro do país, mas pouca é a atenção para as regiões periféricas.

Centrar-se-á a pesquisa na problemática da terra, pois é a principal razão da migração e dos conflitos, sendo que as origens da estrutura agrária e social da região estão no século XIX pois, “foi naquele período que se formaram as grandes propriedades pastoris e surgiram os primeiros camponeses sem terra quando, paradoxalmente, havia milhares de hectares de terras virgens”⁴. Principalmente os camponeses de origem luso-brasileira, conhecidos como caboclos e os indígenas perderam grande parte de seus territórios, visto que foram considerados atrasados em contraposição ao imigrante (alemão e italiano), trabalhador e símbolo do progresso. Portanto, trata-se de examinar a participação destes dois grupos no processo de ocupação da terra, suas relações de trabalho e sua presença na formação da estrutura social, relacionando com a chegada do imigrante e seu acentuado desenvolvimento econômico, político, social e cultural.

A chegada dos colonos permitiu que surgissem novos aglomerados populacionais, que mais tarde formaram novas cidades, estruturando uma nova base político-administrativa, com influências na política regional. Contudo, a ocupação do Rio Grande do Sul não foi um processo pacífico, tendo vários conflitos, muitos ainda não resolvidos. Por essa problemática que o trabalho justifica-se, pois

¹ Este texto, com pequenas modificações, foi inicialmente apresentado como requisito parcial e final para avaliação da disciplina de **Imigração e nação brasileira**, no curso de Pós-Graduação em História do Brasil, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no segundo semestre de 1999, sob a responsabilidade do Professor Rene Gertz.

² Mestrando em História pela PUCRS.

³ Este é a proposta do tema para a dissertação, que será apresentada no curso de pós-graduação em História da PUCRS.

⁴ ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do Planalto Gaúcho 1850 - 1920**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 1997. p. 12.

a ciência histórica é convocada a dar respostas e preencher espaços da historiografia e, como salientou TRAMONTINI, falando de um outro contexto, ainda assim com considerações válidas para o atual trabalho, pretende-se

“... considerar estes problemas e conflitos como parte de uma dinâmica mais ampla, ou melhor, de inseridos no conjunto das transformações por que passava a sociedade ... brasileira, principalmente em sua estrutura fundiária e burocrática-administrativa, além do debate político correspondente...”⁵.

Para uma explicação prévia deste processo, partiu-se das hipóteses de que a ocupação do colono resultou na expulsão dos indígenas de seu território, estabelecendo uma situação conflituosa e de rivalidade. Assim, procurar-se-á analisar os fatos históricos a partir de uma visão dialética, partindo do pressuposto de que se deve entender a história não simplesmente como sucessão factual, ou da evolução do homem e suas idéias no tempo, porque a história não é somente a

“... sucessão de fatos no tempo, não é progresso das idéias, mas o modo como os homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social, que é econômica, política e cultural”⁶.

As contradições e os conflitos geram permanentes transformações nas sociedades humanas e estas, como afirmou Vavy Pacheco BORGES, são a essência da história que, como ciência (ciência em plena construção, segundo Ciro CARDOSO e Hector BRIGNOLI⁷), procura resgatá-las e estudá-las. A partir desta orientação inicial, tentar-se-á colocar estes conflitos específicos dentro de “um processo de totalização”⁸, ou seja, no contexto das necessidades do capitalismo mundial, que gerou a imigração para o Brasil, no século XIX, e a conseqüente ocupação do sul, a partir de 1824 e os conflitos com os nativos advindos daí.

Além disso, aspirar-se-á conhecer os movimentos da população, a vida das grandes massas e não somente a dos grupos dominantes, dos que detêm o poder, dos grandes personagens e de grandes acontecimentos políticos mesmo porque tradicionalmente

“... a história brasileira... é uma história dos que mandam e, particularmente uma história dos que participam do pacto político. A mesma exclusão, aliás, afeta também o índio. Até hoje não se reconstituiu a história das lutas indígenas no Brasil, as formas do confronto entre índios e brancos que continuam até nossos dias... A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e rebeldes”. A história oficial não costuma “registrar feitos de derrotados”⁹.

⁵ TRAMONTINI, Marcos Justo. **A colônia de São Leopoldo: a organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824 - 1850)**. Porto Alegre: PUCRS, 1997. (Tese de Doutorado). p. 359.

⁶ CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 39ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. Coleção Primeiros Passos, nº13. p. 20.

⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana & BRIGNOLI, Hector Pérez. **Os métodos da história**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p.39.

⁸ BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. Coleção Primeiros Passos, nº 17. p. 44-50.

⁹ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 26.

Partindo da idéia que a pesquisa histórica, assim como afirma Ciro Flamarion Santana CARDOSO, deve ter uma relevância social¹⁰, será apresentado uma visão crítica de análise, na qual a realidade histórica condiciona a ação e a consciência dos homens para, por fim chegar a uma síntese conclusiva, tentando apresentar esta história conflitiva e dialética, onde as pessoas no seu dia a dia também fazem a história e são protagonistas, porque “não são as idéias que vão provocar as transformações, mas as condições materiais e as relações entre os homens”¹¹. Em vista destas diretrizes gerais, será apresentado a maneira como se deu a ocupação da região norte do estado, trazendo um caso específico, onde a expansão da sociedade nacional levou à extinção de uma área indígena.

Parte da historiografia sobre os imigrantes e eles mesmos tentaram apresentar-se como os promotores que trouxeram o espírito do progresso. Leo WAIBEL¹² denominou os "pioneiros", como se as populações locais não existissem, já Jean ROCHE, por sua vez, destacou a ajuda do governo estadual para a instalação desses colonos, afirmando que

“essas colônias oficiais, essencialmente agrícolas, foram abertas em nova zona pioneira. Mas convém ressaltar o papel da administração, que não se contentou com fundar os estabelecimentos: interveio, durante toda a fase de exploração, na gestão e no equipamento deles, dotando-os de uma rede de comunicações internas, de um conjunto de edifícios públicos e de escolas, assim como de um cadastro bem em ordem; tudo isso traduz, pois, um esforço superior ao que despenderam os outros Estados do Brasil. Teve de resolver, também, o problema da instalação legal dos intrusos, que haviam precedido a divisão das terras públicas e se estabelecido aqui e acolá, na orla das zonas colonizadas”¹³.

Ainda segundo ele, os descendentes de alemães contribuíram para a economia do Rio Grande do Sul, pois trouxeram sistemas de trocas, seja de produtos, seja de serviços. Também tinham uma estrutura social organizada diferente dos outros habitantes do Estado, com preocupações, nível cultural, comportamento e mentalidade específica, não representando “...tanto uma massa como uma qualidade de homens, diferente da dos primeiros ocupantes, um fermento a que se deve a elaboração de uma civilização original...”¹⁴. Assim, essas concepções caracterizaram-se em apresentar o colono europeu como o portador do espírito do progresso, enquanto o caboclo e o indígena possuíam o espírito do atraso. Por conseqüência, afirmando a bravura desses ‘homens eleitos’ que desbravaram as matas virgens, transformando-as em lavouras, possibilitaria justificar a expulsão dos habitantes que já viviam no lugar, excluindo-os e considerando-os intrusos. Essa linha de interpretação mascarou tanto o processo de ocupação da terra, como a formação dos grupos

¹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma introdução à história**. 9ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 82-83.

¹¹ BORGES, Vavy Pacheco. Op. Cit. p.37.

¹² WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979 p. 282. In: ZARTH, Paulo Afonso. Op. Cit. p. 31.

¹³ ROCHE, Jean. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 129.

sociais pois, os caboclos e os índios que cultivavam a erva-mate, foram obrigados a proletarizar-se trabalhando para o bem estar dos “novos povoadores”.

A visão em apreço, não permitiu ver “...uma real dimensão do processo de ocupação e apropriação da terra, da formação dos grupos sociais e da própria produção econômica”¹⁵. Por isso, se faz necessário conhecer os grupos anteriores aos imigrantes, os quais também caracterizaram a região e abriram espaço para a instalação destes que, até mesmo, foram beneficiados com terras (compradas ou ocupadas), ferrovia (transporte de mercadorias), comércio (compra e venda de mercadorias), bancos (financiamento da produção), etc.

Os imigrantes ainda foram apresentados como os únicos promotores da ampliação da fronteira agrícola e, em alguns casos como os heróis que combateram as selvas, tirando a riqueza do solo. Desta forma, parece que o desenvolvimento da agricultura esteve ligada ao espírito trabalhador do colono europeu e não às condições de infra-estrutura, como a ferrovia e o incentivo do governo. Por exemplo, as colônias próximas ao rio dos Sinos puderam crescer rapidamente porque tiveram onde transportar sua produção e financiada pelo governo, já os caboclos das matas do Planalto não e, a maioria dos colonos europeus somente dirigiram-se à referida região e cresceram economicamente quando tiveram como transportar sua produção, desautorizando “...atribuir apenas a questões culturais o sucesso ou insucesso técnico da agricultura”¹⁶.

Seguindo a concepção ora apresentada, VALLE & ZANELLA¹⁷, quando apresentaram a chegada dos primeiros descendentes de italianos, no que seria mais tarde o município de Constantina, evidenciaram vários pontos questionáveis. Tem-se que considerar que o trabalho deles foi para demonstrar a grandeza e crescimento do município, mesmo assim não são justificáveis suas afirmativas. Sobre a aquisição das terras, que eram feitas em Palmeira das Missões, afirmaram que “...os colonos pagavam as mesmas em troca de serviços prestados na abertura de estradas, de ruas e povoados. Assim surgiu o 'mutirão', sistema que se usa nas colônias para a troca de dias de serviço”¹⁸. Esqueceram de mencionar os caboclos e indígenas que ajudaram nesta tarefa e, que o mutirão já era praticado muito antes da chegada destes novos colonos. Eles afirmaram também que

"o povoamento da reserva florestal onde hoje tem a vila de Engenho Velho - Capinzal - Polita - Santa Maria, e toda a costa do rio Baitaca, deu-se por volta de 1915. O estado do Rio Grande do Sul era o detentor de toda essa área, a qual tinha como Reserva Florestal...Aos poucos entretanto, o estado foi abrindo mão dessa área...

Em 1938 o estado do Rio Grande do Sul loteava a reserva de Liberato Salzano que pertencia a Constantina, dando aos lotes o nome de Baitaca e Marechal Rondon. Logo após a determinação da medição da área por volta de 1945 e 1950 tornou-se freqüente a

¹⁴ Idem. p. 6.

¹⁵ ZARTH, Paulo Afonso. Op. Cit. p. 33.

¹⁶ Idem. p. 129.

¹⁷ VALLE, José Antônio & ZANELLA, Diamantino Irineu. **Constantina - RS: histórico do município de Constantina 1900-1984.**Prefeitura Municipal de Constantina/Bloco Cultural Filhos da Lua. s/d.

¹⁸ Idem. p. 12.

presença de indígenas Caingangues na reserva, com o intuito de tomarem posse da mesma. Esses indígenas verificando que já havia inúmeros posseiros na região resolveram abandoná-la tomando posse da reserva de Nonoai"¹⁹.

A maioria destes dados apresentados pelos autores não são verdadeiros, visto que uma parte pequena da região foi ocupada por volta de 1915, como afirmaram e, a reserva florestal somente foi criada em 1949²⁰. Além disso, o estado não abriu mão da área, sendo ela ocupada e depois legalizada. Ainda, entre 1945 a 1950 parte da referida área era uma reserva indígena²¹ e estes foram expulsos dela, indo para a reserva de Nonoai, mas somente em 1962.

Já SANTIN, criticou questionando as análises do materialismo histórico e dialético, afirmando que os autores marxistas

"..vêm nos movimentos migratórios planejados no final do século passado, em especial no Brasil, uma tentativa de sobrevivência ou adaptação dos interesses capitalistas diante das transformações do sistema de produção, provocadas pelo avanço da industrialização e dos movimentos abolicionistas. O teor das reflexões gira em torno da exploração, da manipulação das massas camponesas em benefício dos interesses das classes dominantes"²².

Não percebeu que isso é fundamental para se entender o processo imigratório, sendo que ao referido autor, "...a busca de identidade social, psicológica e cultural é um fator decisivo para se definir os passos de futuras pesquisas..."²³. Continuou, afirmando que as análises restringiram-se

"...quase que exclusivamente aos aspectos econômicos, políticos, geográficos, históricos, demográficos. Poucas vezes se tem dado atenção mais profunda aos traumatismos culturais surgidos pelo fato de haver uma mudança no sistema de significações do grupo: uma ruptura com o mundo da vida e com a ordem de valores existentes... De outro lado, pode dar-se a total descaracterização do grupo, provocando uma degenerescência cultural que leva o grupo à morte espiritual. O que pode levar o imigrante ao fenômeno de acaboclar-se. Um exemplo bem claro é o da situação dos remanescentes indígenas no Rio Grande do Sul"²⁴.

Em nenhum momento o autor questionou-se sobre os "traumatismos culturais" e a morte física que os caboclos e indígenas sofreram, obrigando-os a mudar seu modo de vida, interferindo em seus valores e descaracterizando-os, para salientar unicamente as dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros. GREGORY, por sua vez, afirmou que a "...instalação de novos núcleos coloniais, ...se

¹⁹ Ibidem. p. 13

²⁰ Reservas florestais do estado. In: **Jornal Correio do Povo**, 15 de março de 1949. p. 7

²¹ Idem.

²² SANTIN, Silvino. Integração sócio-cultural do imigrante italiano no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1996. Vol. III. p. 593-594.

²³ Idem. p. 594.

²⁴ Ibidem. p. 597-599.

destinava a ocupar vazios demográficos...”²⁵, mantendo em todo o texto esta idéia. Constatou que “neste século as terras devolutas se resumiam à zona norte do Estado, abrangendo o vale do Rio Uruguai”²⁶ e foram colonizadas em pouco tempo com colonos que tiveram a função de desbravar e produzir. O mesmo autor entendeu que as florestas eram áreas desinteressantes para os luso-brasileiros, além de ser um problema em função dos constantes ataques dos índios, motivando o governo a colonizá-las, diminuindo as áreas indígenas ou eliminando-os. Para esta tarefa eram necessários colonos, pequenos proprietários, que cultivassem essas terras e não estivessem interessado na criação de gado.

“Esses colonos foram sempre pioneiros, desbravadores... Pioneiro é aquele que desloca a fronteira sertão a dentro. Fronteira significa o limite da zona povoada. É uma zona mais ou menos larga que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. Esta região é a zona pioneira. Nem o estrativista e o caçador, nem o criador de gado podem ser considerados pioneiros. Só o agricultor pode sê-lo, porque só ele é apto a transformar a mata virgem numa paisagem cultural e alimentar muitas pessoas numa pequena área”²⁷.

Com isso inseriu-se o Rio Grande do Sul no desenvolvimento do capitalismo, diversificando a agricultura e ocupando as fronteiras, onde as florestas desmatadas cederam espaços para as roças (ou nas palavras do autor acima referido, transformando-se “numa paisagem cultural”), produzindo cereais e criando animais, permitindo ao homem branco viver. Os caboclos e os indígenas foram expulsos de seu território, pois as matas, esta “paisagem cultural”, que até este momento servia de alimento e sobrevivência para ambos, foi destruída. Além disso, pretende-se “...mostrar como se construiu a idéia do vazio demográfico”²⁸, tentando ignorar os grupos locais. Para tal, tanto o discurso oficial, como o acadêmico, que tratou do pioneirismo da ocupação da região, afirmaram que a área era devoluta, de selvagens, desabitada, abandonada, virgem, etc, numa tentativa de justificar a ocupação e a colonização ocorrida principalmente entre os anos 1920 e 1950, afirmando que a ocupação foi sem lutas, pacífica e sem resistências.

A construção do vazio demográfico serviu como uma forma de ocultar os conflitos com os indígenas e caboclos, constituindo-se numa ideologia construída e produzida em função das necessidades “...da expansão capitalista, que incorpora uma nova área ao seu sistema produtivo”²⁹, desmistificando a construção de um processo pacífico dos meios oficiais e acadêmicos tradicionais. Pode-se dizer que a apresentação do território indígena como um local (espaço) vazio, desabitado, improdutivo foi a forma de justificar uma ocupação produtiva.

²⁵ GREGORY, Valdir. **Capitalismo, latifúndio, migrações**: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul - zona norte e região do Grande Santa Rosa. Porto Alegre: PUCRS, 1988. (Dissertação de mestrado). p. 09.

²⁶ Idem. p. 42.

²⁷ Ibidem. p. 44-45.

²⁸ Discussão feita, em relação ao Paraná, mas com considerações que são válidas para esta análise, por MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingáng**: a história épica dos índio Kaingáng no Paraná (1769 - 1924). Maringá: EDUEM, 1994. p. 04.

²⁹ Idem.

A natureza, as florestas, rios, terras boas apareceram externa à sociedade, esperando para ser possuída por esta, a fim de fazer parte do processo de produção. A natureza foi tratada como algo terrível, que precisa ser conquistada, as matas virgens deveriam ser vencidas, construindo-se um discurso para legitimar a sua destruição. Depois disso, este foi mudado, falando-se em terras que produziram o alimento para a humanidade e apresentou um objetivo social e político: “...justificar a ocupação dos espaços que faziam parte de uma outra forma de relação homem/natureza”³⁰. Ainda, em decorrência do processo de acumulação capitalista, transformou-se florestas, rios, terras em matéria-prima e meios de produção. Este processo não foi sozinho como um espírito no ar, mas sim, levado pelos homens que ocuparam grandes áreas de terras como se fossem desabitadas.

A ocupação branca dessa região destruiu as enormes matas, ocasionando modificações de clima e chuvas, bem como desgastando a terra, diminuindo a produção. Enfim, com a ocupação branca modificou-se a natureza que os Kaingang conheciam e cuidavam, produzindo-se uma outra natureza, um outro espaço geográfico que interessava ao capitalismo e não aos índios. Destruí-se o espaço destes para construir um espaço diferente para a sociedade branca, que produziria mercadoria que permitiria a acumulação de riqueza. O espaço foi modificado e, de um conteúdo religioso, histórico e social, onde os primitivos estabeleciam relações sociais com a terra, passou-se para uma relação de terra como mercadoria com os colonos.

Entretanto, se for analisada a ocupação do interior do estado vê-se que há vários pontos a serem considerados e revistos. Após a retomada das Missões pelo Brasil, no início do século XIX, começou-se a ocupação desta região, motivada pelas grandes plantações de erva-mate, que eram na sua maioria públicas. Como Passo Fundo e Palmeira das Missões³¹ tinham muitos ervais, milhares de pessoas foram para a estes municípios à fim de cultivar a erva, fazendo uma agricultura de subsistência. A partir da Lei de Terras de 1850 os grandes proprietários ocuparam amplas áreas, expulsando os pequenos posseiros, os quais adentraram no interior das florestas ampliando a fronteira agrícola e iniciando os conflitos com os índios. Os Kaingang, que povoavam a terra, foram obrigados a sair, ou então ficar confinados em pequenas áreas de terras.

A Lei de Terras proibiu a aquisição de terras, a não ser pela compra, impedindo a posse por parte da população pobre, pois “...num regime de terras livres o trabalho tinha que ser cativo, num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa...”³². A referida Lei não influenciou muito na vinda de imigrantes para o Rio Grande do Sul, pois estes receberam a terra podendo pagá-la em um longo prazo, com subsídios para uma agricultura de subsistência, já que era política imperial povoar o sul, transformando-o em celeiro do país e valorizando as terras. Assim sendo, teve, portanto, outro caráter porque a vinda do imigrante não foi com o objetivo de servir de mão-de-obra à grande

³⁰ Ibidem. p. 11.

³¹ Esses municípios emanciparam-se de Cruz Alta, do qual faziam parte, respectivamente em 1857 e 1874.

³² MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1981 p. 32. In: ZARTH, Paulo Afonso. Op. Cit. p. 70.

propriedade como em São Paulo, mas sim para serem pequenos proprietários e produtores agrícolas. Consequentemente, a Lei não foi feita pensando em dificultar o acesso à terra do europeu no Rio Grande do Sul, como em São Paulo, visto que o governo gaúcho distribuiu-as gratuitamente para muitos colonos, ou facilitou empréstimos bancários, prolongando o seu pagamento, com a primeira parcela para três anos após a instalação dos mesmos. Todavia, os caboclos e indígenas não tiveram as mesmas oportunidades que os europeus e não puderam apropriar-se da terra, indo trabalhar de peão de estância ou na instalação de infra-estrutura como estrada e desmatamento para o colono europeu.

Percebeu-se com isso, dois projetos de ocupação da terra e de instalação de europeus no Brasil, bem distintos, segundo Caio PRADO Júnior, sendo que a primeira, denominada imigração, buscou principalmente complementar a mão-de-obra escrava e a segunda visou tornar permanente a ocupação de regiões distantes, onde ainda havia conturbações na questão dos limites³³. Para o presente trabalho, interessa esta última, pois convinha ao Estado uma ocupação permanente de algumas regiões pouco habitada e “...constituir núcleos voltados por um lado à ocupação do território e, por outro, à produção de gêneros para o mercado interno, o mercado urbano que estava se estabelecendo”³⁴. O fenômeno migratório do final do século XIX e início do século XX esteve ligado às transformações econômicas, políticas e sociais, frutos da expansão do capitalismo, que modificou o mercado e a força de trabalho mundial, provocando a emigração, além de alemães e italianos, de russos, poloneses, etc, espalhando-se por vários países.

O contexto na Europa foi marcado por uma série de movimentos revolucionários, na sua maioria de caráter nacionalista ou revoltas proletárias os quais, aliados às políticas dos governos europeus, agiram como uma mola de expulsão de seus habitantes. Somou-se a isso um crescimento populacional acentuado, onde as cidades não conseguiam absorver todos, principalmente os mais pobres, gerando um clima de muita insegurança e conflituoso. Na Alemanha do início dos mil e oitocentos, o processo de industrialização foi gradualmente se desenvolvendo provocando, concomitantemente uma revolução agrícola, introduzindo meios capitalista de explorar a terra mas, ainda assim, com essas novas técnicas o pequeno camponês não conseguiu produzir para a sua própria sobrevivência. Além disso, a desestruturação do artesanato doméstico também contribuiu para liberalização de mão-de-obra, já que os créditos bancários foram direcionados às grandes empresas, privando os demais. No campo político, teve a guerra Franco-Prussiana, na segunda metade do século XIX, cujo desfecho levou à unificação nacional, mas também à miséria as classes subalternas.

³³ PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. 41ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.183-191.

³⁴ CORSETTI, Berenice. **Controle e ufanismo** - a escola pública no Rio Grande do Sul (1989/1930). Santa Maria: UFSM, 1998 (Tese de Doutorado). p. 34.

A Itália, neste momento, na sua parte sul apresentava uma estrutura agrária concentrada e, em função dos métodos arcaicos de cultivo haviam levado a um empobrecimento dos solos, provocando ainda a miséria e a fome nas camadas populares. Faltavam capitais para o desenvolvimento industrial, sendo que o mercado reduzido não conseguiu absorver nem a produção manufatureira. Já o norte industrial também não comportou toda a mão-de-obra existente, gerando assim excedente populacional. Somou-se a essa realidade econômica uma instabilidade política resultante da luta pela unificação nacional, causando uma situação muito conturbada no campo social. O Brasil por sua vez, adaptou-se à divisão internacional do trabalho tanto pela substituição da mão-de-obra escrava pela livre, como pela mudança na política de terras, com a Lei de 1850, visto que ambos relacionam-se entre si e, com as fases de desenvolvimento econômico. Portanto, a distribuição de terras aos colonos europeus foi decorrente deste avanço do capitalismo³⁵.

Nesse contexto, de meados do século XIX, o Brasil estava em processo de modernização, compreendendo a transição do escravismo moderno para o capitalismo, ou seja, a Revolução Burguesa, que teoricamente deveria ter um caráter nacionalista e industrializante. Porém, no caso brasileiro, não foi completada porque faltou a reforma agrária e a democracia permaneceu ligada a laços de tipo feudal (a questão da lealdade, coronelismo), etc. O início da transição para o capitalismo e a formação do Estado Nacional pode ser remetido à independência política em 1822, ganhando força em 1831 com a abdicação e a ida de D. Pedro I (com toda a sua corte) para Portugal. Em 1850 o Estado nacional já estava praticamente consolidado, com um exército nacional formado e o acesso à terra sendo permitido somente pela compra. Esse processo foi consolidado (de forma incompleta), em 1964, com um Estado nacional burguês e uma economia predominantemente industrial.

No final do século XIX, a economia brasileira era essencialmente agro-exportadora, escravista, sendo o café o principal produto agrícola e a monarquia o regime de governo, contudo os episódios ocorridos de 1888-1891, frutos do processo de transição, provocaram mais um passo na revolução burguesa. A abolição da escravidão, a proclamação da República e a Constituição de 1891 constituíram a revolução política burguesa, transformando a estrutura jurídico-político, um aspecto da revolução burguesa, sendo que para ser um Estado burguês³⁶, necessitava desenvolver a grande indústria, gerando também o proletariado, permitindo com isso fazer crescer o mercado de trabalho e as relações capital - trabalho.

Foi diante desse quadro que os alemães vieram para o Brasil na primeira metade e os italianos no último quartel do século passado, com a esperança de uma vida melhor, ocupando regiões projetadas pelo Império e objetivando implantar no Rio Grande do Sul, pequenas

³⁵ GIRON, Loraine Slomp. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987. Vol.I. p. 271

³⁶ SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888 - 1891)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 182.

propriedades e ser uma alternativa à grande propriedade, equilibrando as forças regionais e ocupando o território. Num primeiro momento, até 1850, esse fluxo imigratório ao Rio Grande do Sul foi muito irregular, devido à Revolução Farroupilha e ao freqüente não cumprimento das promessas, enfrentando alguns problemas em relação à terra que iam ocupar. Os primeiros a chegarem, em 1824, foram os alemães e estabeleceram-se no vale dos rios dos Sinos e Caí. Os italianos chegaram mais tarde, em 1875, fixado-se em locais mais afastados, na encosta da Serra, ficando mais isolados.

É interessante observar as áreas para onde se deslocaram os europeus, já que a historiografia tradicional afirma que os imigrantes se estabeleceram nesses locais devido à semelhança dessas terras com a Europa, no entanto, estudos mais aprofundado revelam que esta foi mais uma falácia criada a respeito dos colonos. A imigração alemã e italiana foram frutos de interesses que estabeleceram a área geográfica a ser ocupada, a produção diversificada, o tipo de propriedade e de mão-de-obra, localizando-se longe do setor pecuarista gaúcho, mesmo porque este exigiu. As áreas ficaram isoladas entre os campos de Cima da Serra, o Litoral e a zona da Campanha visto que, como afirmou BARROSO,

"... a confirmação da existência de grandes extensões de terras devolutas... favoreceu a localização dos italianos numa região pouco privilegiada... Até então, o planalto, uma região florestal densa, sediava tribos indígenas que resistiram por muitos anos à integração..."³⁷.

A maioria tornou-se pequeno proprietário, principalmente de alimentos, ocupando as terras devolutas que o Império possuía, criando as colônias, onde o latifúndio não se fazia sentir tão fortemente. GREGORY sintetizou essas idéias em relação ao local de estabelecimento dos imigrantes ou seus descendentes, afirmando que a

"...localização e expansão obedeceram a critérios e objetivos do próprio latifúndio e do sistema todo, que objetivavam o desbravamento, a inserção de novas áreas nas relações capitalistas de produção e a continuidade das migrações dos euro-brasileiros. Portanto, são áreas dominadas e se localizam nas fronteiras pioneiras do espaço capitalista.

Vários interesses e limitações contribuíram para a ocupação e transformação de espaços onde surgiram sociedades típicas com rápido desenvolvimento inicial, sucedido de crise e emigração. As contradições do sistema capitalista se refletiram nas atividades e fatos relacionados com a colonização"³⁸.

O surgimento da pequena propriedade não foi concorrente, nem dividiu a grande propriedade, assumindo "...um caráter de complementariedade em relação à economia como um

³⁷ BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul: a fronteira como trajetória. In: WEIMER, Gunter (Org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Prefeitura Municipal, 1992. p. 43.

³⁸ GREGORY, Valdir. Op. Cit. p. 08.

todo”³⁹, pois ocupou as florestas que, em princípio, não interessavam ao latifúndio pecuarista. Além disso, “...a expansão capitalista demandava a inserção rápida das áreas disponíveis no processo de ocupação do espaço físico do Rio Grande do Sul através do pioneirismo”⁴⁰.

Com a proclamação da República, em 1889, os republicanos começaram a implantar sua política social e econômica, não sem antes encontrar vários obstáculos, assistindo-se, neste momento uma série de modificações sociais mas, mesmo assim o Brasil continuou agrário e exportador. Os cafeicultores de São Paulo revezavam a presidência com os fazendeiros de Minas Gerais, com raras exceções, quando a oposição assumiu o poder, mas não rompeu com a estrutura agro-exportadora capitalista, querendo apenas direcionar as benesses do Estado para si.

No Rio Grande do Sul, com o início da República, chegou ao poder um novo grupo de dirigentes com um projeto político destinado a modernizar o estado. Os republicanos gaúchos propuseram a implantação do imposto territorial e “...pretendiam incentivar a diversificação econômica e a industrialização,... combater o sistema de imigração oficial adotada pelo império, entendendo que apenas a imigração espontânea ...”⁴¹ seria vantajosa. Já quanto à questão indígena a Constituição Federal foi omissa, passando para os governos estaduais a responsabilidade, os quais administraram estas questões conforme os interesses dos grupos que detinham o poder político e econômico, ou seja, os fazendeiros. O governo gaúcho omitiu-se deixando ao abandono significativo número de pessoas conflitantes, ou seja, pecuaristas latifundiários, indígenas e colonos imigrantes e migrantes.

Os imigrantes, principalmente os alemães, porque chegaram primeiro, foram os responsáveis pelo fortalecimento da agricultura, no Rio Grande do Sul depois, juntamente com os italianos continuavam “...ocupando terras, desbravando-as e cultivando-as...”⁴². No entanto, a agricultura, que entre os alemães foi muito forte, não beneficiou os produtores, mas sim os comerciantes, permitindo acumulação de capitais, principiando o surgimento de indústrias. A economia colonial imigrante e a pecuarista da campanha andaram paralelas mas, isoladas e somente uniram-se com a industrialização. Já no âmbito da economia interna do país, a pequena propriedade desenvolveu-se na virada deste século mas, mesmo assim com caráter complementar do setor exportador. Os colonos estrangeiros como um todo, tinham ligação e dependência dos comerciantes, pois eram esses que compravam os produtos agrícolas, revendendo-os aos centros comerciais e também comerciavam com os colonos outras mercadorias que estes precisassem, explorando tanto numa como noutra situação.

³⁹ Idem. p. 62.

⁴⁰ Ibidem. p. 70-71.

⁴¹ PEZAT, Paulo Ricardo. **Augusto Comte e os fetichistas**: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha. Porto Alegre: UFRGS, 1997. (Dissertação de Mestrado). p. 279.

⁴² CORSETTI, Berenice. Op. Cit. p. 35.

Desde o início do século XIX havia a preocupação das autoridades nacionais e estaduais em povoar as matas do Alto Uruguai, entretanto, somente foi intensificada a partir do início do século XX, sendo que, até então continuavam desenvolvendo a colonização próxima aos centros econômicos, devido à inviabilidade econômica de se criar colônias onde fosse difícil o transporte e a comercialização dos produtos, como o caso do Alto Uruguai. O desenvolvimento agrícola dessa região estava ligada à solução deste problema o qual, de certa forma começou a ser resolvido com o início da construção da ferrovia que ligava São Paulo a Rio Grande, passando pelo Planalto, em 1890. Além disso, grande parte da produção estava sendo desviada pelo rio Uruguai e mandada para os países platinos, aumentando a preocupação do governo em relação aos meios de transporte. BARROSO salientou que, “...os deputados visualizavam, inclusive, que o progresso e desenvolvimento de cima da serra dependia do vale do Uruguai. Daí, a defesa acirrada pelos deputados para o estabelecimento de colônias e um ramal de estrada de ferro...”⁴³.

A partir desse período começou a aumentar o número de colônias formadas por colonos estrangeiros, valorizando a terra. Muitos colonos venderam suas posses nas regiões mais próximas aos centros comerciais e compraram terras férteis no Planalto, em maior quantidade e melhores, gerando “...o início de mudanças significativas na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul...”⁴⁴. Grandes proprietários incentivaram a migração pois valorizava suas terras, principalmente as próximas aos centros regionais ou aos acessos a estes. O aumento do preço da terra provocou muitos conflitos também entre companhias de colonização, Estado e especuladores, pois a colonização e o comércio de terras também foi feito por estes, que compravam-nas do Estado por baixos preços ou de outras pessoas e depois revendiam aos colonos. Um destes foi Hermann Meyer, que em 1897 comprou uma área de 1,8 mil hectares, em Palmeira das Missões, fundando a colônia Xingu.

Uma das justificativas para usurpação das terras dos nacionais e indígenas, foi a pretensa incompetência destes à agricultura, entretanto, “...quando o colono imigrante ou filho desse chega à zona de fronteira agrícola, encontra uma população local que lhe servia de mão-de-obra barata...”⁴⁵. Em vista disso, verificou-se que as terras não eram tão livres como se imaginou pois, estavam povoadas pelos caboclos e indígenas, os quais foram obrigados a assalariaram-se, tornando-se sem terras. Como tinham somente a posse e não a propriedade perderam suas áreas e passaram a trabalhar em madeireiras, estradas e infra-estrutura para os novos povoadores. Consequentemente, “atribuir o sucesso da empresa agrícola na região exclusivamente à obra dos colonos imigrantes é incorrer num erro capaz de mascarar o processo de ocupação e apropriação das terras na fronteira agrícola”⁴⁶.

⁴³ BARROSO, Vera Lúcia Maciel. Op. Cit. p. 47.

⁴⁴ GREGORY, Valdir. Op. Cit. p. 39.

⁴⁵ ZARTH, Paulo Afonso. Op. Cit. p. 98.

⁴⁶ Idem. p. 99.

Na disputa entre caboclos nacionais e imigrantes/migrantes o Estado posicionou-se a favor dos últimos, como no caso da ‘colônia Ijuhy’, planejada pelo Estado para assentar imigrantes europeus, que já era habitada.

“Mil ‘invasores’ ocupavam as áreas destinadas para os lotes da ‘colônia de Ijuhy’, em 1897; na posse Pires, situada nas proximidades, havia também muitos lotes ocupados por ‘nacionais’; em 1900, um recenseamento realizado no Pontão do Ijuizinho indica 115 posses, sendo que a maior é de 15 alqueires. Ainda em 1900 há informações sobre a expulsão de posseiros com mais de trinta anos de posse, no caso, por Hermann Meyer e seu representante Carlos Dhehein”⁴⁷.

Percebeu-se que a área escolhida já estava ocupada por caboclos, ou seja encontrava-se densamente povoada, com muitas roças e benfeitorias, ainda assim, o Estado permitiu sua colonização, compactuando e expropriando os ‘nacionais’. Quando atuou favorecendo os caboclos, assentou-os em reservas indígenas, como em Serrinha, Nonoai, Cacique Doble. Por exemplo, “...em Serrinha 14 famílias de ‘nacionais’ são alocadas em lotes de 25 ha. como os anteriores, e mais 27 pequenos lotes para a formação da vila de Serrinha, também junto à divisa com a reserva indígena”⁴⁸.

Os colonos europeus chegaram trazendo a mecanização, desenvolvendo e mudando a paisagem, elevando gradativamente a densidade demográfica da região, dinamizando a economia e também dando-lhe uma nova feição étnica e cultural. A ocupação branca, aos poucos foi desenvolvendo e acelerando a produção, melhorando as condições de vida de sua população, incorporando novos produtos e meios de produção, desenvolvendo conforme o avanço regional. A agricultura ganhou impulso com os colonos descendentes de imigrantes, já que receberam auxílio do governo, puderam investir em melhores máquinas e instrumentos de trabalho.

Não se pode negar que os colonos trouxeram novas características culturais à região: novo tipo de dança, de trabalho, de organização e culinária específica e, ainda novas ideias e novos costumes. Porém, ao se instalar construíram uma visão sobre os índios, numa relação conflituosa que surgiu com a ocupação, e ainda não foi resolvida, denominando-os de vadios, bárbaros, bandidos, invasores de terras, como formas de conquistar seu espaço e justificar para a sociedade brasileira suas atitudes. Formularam, ideologicamente, uma imagem do índio e a transmitiram ainda que o perigo nem sempre fosse verdadeiro, inclusive porque os colonos ocuparam áreas já povoadas, iniciando os conflitos. Assim sendo, “...os indígenas é que eram apresentados como os culpados. Nonoai passa, então, a ser conhecida como terra de índios, terra de bugre, terra de

⁴⁷ SIMONIAN, Lúcia Terezinha Lopes. **Terra de Posseiros**: um estudo sobre as políticas de terras indígenas. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1981. p. 59. Nota 34.

⁴⁸ Idem. Nota 35.

caboclos, de gente selvagem, por isso perigosa”⁴⁹, já os colonos foram apresentados, pela ideologia dominante da época, como os pacíficos trabalhadores, promotores do progresso, responsáveis em chegar na região e fazer a terra transformar-se em produtiva.

No início do século XX começou a se notar a expropriação das unidades produtivas, no qual o minifúndio sofreu com o esgotamento do solo, consequência do uso de técnicas rudimentares de cultivo e pela proliferação de pequenas propriedades cada vez menores.

"Assim, a pequena propriedade, rapidamente desmatada, esgotada pela técnica do fósforo, não oferecia condições aos numerosos filhos do proprietário. A solução era imigrar. A busca de novas terras nas colônias circunvizinhas e, mais tarde, em longínquos municípios, foi um imperativo... A rotação de terras no lote colonial tornou-se, pela ação dos imigrantes italianos e seus descendentes, uma rotação de colônias nos territórios ainda desertos do Rio Grande do Sul..."⁵⁰

As terras foram fracionadas e, segundo GIRON, “...a questão fundamental, sobre a estrutura fundiária ..., está assim vinculada a uma má distribuição inicial de terras... A venda das terras para outros colonos possibilitou a concentração de terras nas mãos de menos proprietários”⁵¹. ROCHE, em relação à agricultura dos colonos alemães, afirmou que depois de derrubar a floresta, o solo esgotou-se e a população aumentou, obrigando estes a emigrar, desbravando novas regiões, sejam rurais, sejam urbanas e

“para continuarem agricultores, esses agricultores deixaram seu torrão, para encontrarem um novo lote... Após explorarem as terras que se lhes concediam ou vendiam, esses imigrantes, ... partiam logo para arrotear outras terras. Como o povoamento e a exploração de novas regiões, a evolução dos grupos construídos pelos colonos alemães se esclarece à luz da história de suas migrações internas. Estas, dadas sua amplitude e duração, tiveram mais importância do que o próprio movimento migratório”⁵².

Nesta mesma direção seguiu GREGORY, ao afirmar que o colono, após alguns anos ocupando e desbravando a mata, teve, ou que proletarizar-se, ou migrar “...para novas fronteiras agrícolas onde o processo se repetiria. Ele foi sendo ‘empurrado’ pelo capitalismo desde a Europa até as fronteiras agrícolas mais recentes do país ou mesmo além dos limites territoriais brasileiros”⁵³ e, em função da diminuição e esgotamento da terras, e crescimento populacional (famílias numerosas) começou a colonizar a região Norte do estado.

Paralelamente a isso, a chegada de imigrantes foi diminuída, mas mesmo assim os poucos que chegavam não encontravam mais lugar nas primeiras zonas de colonização indo, juntamente

⁴⁹ Ibidem p. 05.

⁵⁰ MANFROI, Olívio. Italianos no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987. Vol.I. p. 179.

⁵¹ GIRON, Loraine Slomp. Op. Cit. p. 276

⁵² ROCHE, Jean. Op. Cit. p. 319.

⁵³ GREGORY, Valdir. Op. Cit. p. 49.

com aqueles descendentes de imigrantes que já não conseguiam condições de subsistência interna no minifúndio, oferecer sua força de trabalho no mercado ou migrarem para outras áreas do Estado. Em relação aos colonos imigrantes alemães e seus descendentes, BARROSO chamou a atenção que

"o movimento migratório interno, desencadeado pelas condições geo e sócio-econômicas da Província e pela própria política colonizadora, cujas promessas não atendidas levavam muitos colonos, em vários casos, a infringirem cláusulas de contrato, caracterizou-se por uma verdadeira corrida para o mato. Essa penetração por terras até então pouco ou nada exploradas decidia, fundamentalmente, para a tomada do território, o domínio de fronteira, a conquista do oeste. Muitas terras então devolutas na linha do alto Uruguai, com exceção de algumas áreas de mato na extremidade fronteira, são ocupadas no século XX, eram articuladas na rede de povoados que se formava"⁵⁴.

No contexto do início do século XX, o processo de ocupação das terras gaúchas estava quase findado, sobrando escassas áreas bem ao norte, onde encontravam-se os Kaingang as quais, neste contexto foram ocupadas. O governo distribuiu terras aos colonos, desenvolvendo novas colônias oficiais e particulares, caracterizando um momento de profundas transformações, onde "...empresários rurais e camponeses sem terra se lançam sobre as terras indígenas, passando a disputar parcelas destas mesmas terras, quer via arrendamento, quer via invasão e apossamento"⁵⁵. SIMONIAN, ainda acrescentou,

"instalados nas proximidades ou mesmo no interior das áreas ocupadas pelos indígenas os 'nacionais' e mesmo os imigrantes europeus ou seus descendentes, agem em relação aos indígenas de acordo com os padrões, as orientações da elite latifundiária dominante, se constituindo assim em base para o estabelecimento de novos conflitos, reais ou potenciais, e mesmo para atender solicitação dos indígenas que o Estado põe em prática sua orientação humanitária-positivista; evidentemente que neste sentido também atendia os interesses da classe dominante, que não pretendia ver suas terras, já demarcadas e reconhecidas, invadidas, disputadas"⁵⁶.

Na década de 1950, finalmente "...realizou-se a conquista da terra na última zona florestada do Rio Grande do Sul: 70 000 hectares desbravados nos municípios de Palmeira ou na periferia de Erechim e de Lagoa Vermelha"⁵⁷. Diante deste processo histórico de conflito/resistência entre colonos italianos e alemães, caboclos e índios, o governo ausenta-se propositadamente, sem dar uma solução. KLIEMANN salientou que

"... o governo, inúmeras vezes vendeu terras sem se preocupar com a situação dos posseiros que ali habitavam. As companhias que a compravam loteavam-nas e vendiam a terra a

⁵⁴ BARROSO, Vera Lucia Maciel. Op. Cit. p. 43.

⁵⁵ SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes. Op. Cit. p. 12-13.

⁵⁶ Idem. p. 58.

⁵⁷ ROCHE, Jean. Op. Cit. p. 138.

terceiros sem se ocuparem dos intrusos ... Acabavam em conflitos... Instalada a violência, restava aos mais fracos o abandono da terra”⁵⁸.

Mais adiante, a autora referida continuou.

“O governo estadual, por sua vez, omitia sua responsabilidade, deixando ao abandono significativo número de pessoas que, ... saíam mais uma vez em busca de novas terras, aparentemente desocupadas. Dessa maneira, foram sendo devastadas as matas e ocupadas também, em maior extensão, as áreas reservadas aos indígenas”⁵⁹.

Pode-se dizer, em síntese, que a economia gaúcha orientou-se em função de dois momentos diferentes.

"No primeiro momento (até 1950), na zona agrícola colonial, centrada na pequena propriedade, ocorre o rápido esgotamento do solo, dado o seu uso intensivo. Paralelamente, desenvolve-se a minifundialização pelo contínuo fracionamento da terra. A sua repartição continua entre os numerosos filhos e descendentes dos imigrantes reduziu a unidade de produção, o que forçou muitos a procurarem novas terras...

A saída foi a 'corrida para o mato'. A migração rural/rural intensiva para terras novas, ainda virgens, bem ao norte, representava o novo eldorado. Desse processo ... resultou a multiplicação de unidades povoadoras ... até o vale do alto Uruguai..."⁶⁰

A partir da década de 50 a grande propriedade continuou intocada, mesmo com amplo debate sobre a reforma agrária, também desenvolveu-se a lavoura empresarial, ou seja, essencialmente mecanizada, dispensando os trabalhadores, expulsando-os do campo. Juntamente com isso implantou-se um parque industrial com máquinas e implementos agrícolas, objetivando um “...aumento da produtividade em função da política de exportação. Eis a inserção do capitalismo no campo”⁶¹. Isso fez com que o agricultor não fosse o dono daquilo que produzisse, ao contrário, foi cada vez mais expropriado, gerando “...o êxodo rural em direção aos centros urbanos...”⁶² pois, vendiam a terra e iam com a família para a periferia da cidade.

A industrialização ganhou força somente com a intervenção do Estado, basicamente após 1930, na qual este assumiu a função de dirigir o processo de transformação política e econômica, cumprindo assim a função da burguesia de fazer a revolução burguesa. Ou seja, ocorreu uma “revolução passiva”, de forma conciliadora, sem excluir o bloco agro-exportador, aliás o que não foi feito até hoje⁶³. Mesmo assim, no período de 1930 a 1945 a industrialização teve um grande salto, principalmente a indústria pesada, que possibilitou a mecanização do campo, refletindo e

⁵⁸ KLIEMANN, Luiza H. S. **RS: terra & poder - história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. Série Documenta 21. p. 114-115.

⁵⁹ Idem., p. 125.

⁶⁰ BARROSO, Vera Lucia Maciel. Op. Cit. p. 51.

⁶¹ Idem.

⁶² Ibidem. p. 52.

⁶³ COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira In: **Gramsci e a América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 106.

influenciando diretamente o exposto acima. A economia industrial brasileira expandiu-se integrando as regiões do centro-sul, provocando também um crescimento das cidades, aumentando a concentração urbana e o número de assalariados. Muitos produtos antes importados, passaram a ser produzidos internamente, mecanizando o campo e expulsando milhares de pessoas, que foram para as cidades. No entanto, nem todas essas pessoas aceitaram esta nova situação, organizando-se em movimentos de luta pela terra.

No Rio Grande do Sul, a economia do estado continuou em crise, sendo que a concentração fundiária permitiu que grandes extensões de terras ficassem improdutivas. Os frigoríficos estrangeiros mantinham a liderança da comercialização da carne, levando vários criadores à falência e, na lavoura, ao lado do arroz, surgiu o cultivo de grandes áreas de trigo, elevando consideravelmente o preço da terra. No entanto, o pequeno produtor continuou com baixa produtividade, devido ao alto preço do maquinário moderno, e preços baixos pelos seus produtos. Além disso, aumentou a concentração de terras, em função de que os pequenos produtores, filhos e netos dos imigrantes e migrantes da primeira metade do século, não conseguiram manter-se na terra, migrando inclusive para outros estados e para os centros urbanos. Neste sentido, a extensão geográfica do país favoreceu a ocupação de outras áreas ainda pouco habitadas porém, é preciso ressaltar “...que a não ocorrência de reformas radicais não se deveu à generosa extensão territorial, mas à capacidade das classes dominantes em não abrir mão de suas riquezas fundiárias, mesmo daquelas não exploradas”⁶⁴. Mesmo assim, ocorreram tensões sociais e pressões no sentido de redistribuição de terras.

Em função da expansão do capitalismo e da concentração de terras, a expulsão dos camponeses do campo foi intensificada e “os expulsos do campo retomam a possibilidade de ocupação das reservas indígenas... Novas disputas... provocou ... a transformação de muitas reservas indígenas em áreas de minifúndio... (por exemplo, as reservas indígenas de Serrinha e de Inhacorá)”⁶⁵. Contudo, mesmo se apossando das terras indígenas, essas não foram suficiente para sobreviverem. Na década de 1940 os próprios órgãos de “proteção” criaram reservas florestais, transformando e apropriando-se de terras e “...dos recursos existentes no território ou reserva indígena (madeiras, minérios, pedras preciosas, etc.) e a conseqüente destruição ambiental e de recursos antes utilizados pelos indígenas em sua reprodução e na manutenção de um determinado modo de vida”⁶⁶.

Por fim, tanto indígenas, caboclos, como os descendentes de imigrantes, foram “...expropriadas, quer da terra ...quer de outras condições que possibilitariam o usufruto de condições de vida mais igualitária, a saber, o controle sobre sua força de trabalho, o exercício de

⁶⁴MULLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In. GONZAGA, S.& DACANAL, J. H. RS: economia e política. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 377-378.

⁶⁵SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes. Op. Cit. p. 60-61.

⁶⁶Idem. p. 18.

direitos políticos, etc.”⁶⁷. As transformações ocorridas em nível nacional e internacional, a partir da década de 1940, e as pressões sociais daí decorridas, vão influenciar na ação de expropriação das terras indígenas, feito pelo Estado.

“Demarcando apenas o território indígena, sem iniciar ao mesmo tempo um processo de profunda modificação na estrutura fundiária, para se referir apenas a este aspecto da realidade, o Estado estava unicamente recriando as condições de conflito e de luta aberta entre determinados segmentos sociais”⁶⁸.

O Estado avaliou que era muita terra para os índios, assim dividiu as reservas, retirando mais da metade da área dos índios, determinando que fossem criadas reservas florestais com o que sobrou. Em 1949 o Estado, através do seu governador Valter de Sá Jobim, ratificou o ato do Interventor Cordeiro de Farias, de 1941, através do Decreto nº 658, declarando de utilidade pública, para formarem reservas florestais “...uma área de 6.624 ha (seis mil seiscentos e vinte e quatro hectares), junto ao Toldo da Serrinha, distrito de Constantina, no município de Sarandi...”⁶⁹. Por sua vez, o governador Ildo Meneghetti, no final da década de 1950,

“... ratifica a ocupação da área expropriada aos indígenas. Em 06 de janeiro de 1958 promulga a Lei nº 3.381 que legaliza a destinação dos lotes a seus ocupantes. Concomitantemente à legalização da ocupação da área destinada à formação de parque florestal em Serrinha, a reserva indígena de Nonoai e a área usurpada aos indígenas, também para a formação de parque florestal, são ocupadas por posseiros, todos com pretensões à legalização das glebas ocupadas”⁷⁰.

Em 1961/1962 colonos sem terra ocuparam áreas indígenas e o governador Leonel de Moura Brizola (1959-1962), destinou (que foi concretizada por Ildo Meneghetti - 1963-1967, no seu governo), parte do Parque Florestal de Nonoai para assentar colonos. Esses colonos faziam parte do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), liderados por Leonel de Moura Brizola (governador) e Jair de Moura Calixto (prefeito de Nonoai). Não propuseram reforma agrária pois, queriam somente que fossem distribuídos pequenos pedaços de terras, assim como foi feito para os imigrantes e para seus primeiros descendentes. Os sem terras, assim como os imigrantes, são fruto do avanço e expansão do capitalismo no campo, que expropria a terra (via dívida bancária, falta de condições do agricultor,...) e de uma estrutura agrária concentrada.

A relevância deste estudo se evidencia ao apresentar não um colono herói que desbravou as matas, mas sim um colono que teve as condições materiais e legais (ou não tão legais assim) de ocupar uma terra e ter como produzir e comercializar seus produtos. E, muitos destes mesmos

⁶⁷ Ibidem. p. 47-48.

⁶⁸ Ibidem. p. 134.

⁶⁹ Diário Oficial do Estado, 1949.

⁷⁰ SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes. Op. Cit. p. 138-139.

colonos, em função da situação econômica e política do país, tornaram-se sem terras, que novamente tentaram (incentivado pelo Estado) resolver seu problema ocupando áreas indígenas. Concluindo, tentou-se apresentar a ocupação dos territórios dos Kaingang, em função de situações concretas de expansão do capitalismo, que exigia novas áreas, num processo intensificado a partir do século XIX.

As chamadas ‘qualidades éticas do trabalhador capitalístico’ em Lages

Juçara de Souza Castello Branco^{*}

Valberto Dirksen^{**}

A pesquisa sobre a imigração alemã em Lages partiu de um diálogo entre a historiografia e as fontes da memória, tanto orais quanto escritas. Enquanto a primeira afirmava que a colônia alemã da cidade mencionada era *minúscula*,¹ a segunda indicava para uma outra realidade, na qual tais imigrantes faziam parte da implementação de novas práticas de sociabilidade e reformulação da cidade através da urbanização da mesma.

Nesta perspectiva, este artigo tem por objetivo abordar a visibilidade dos artesãos lageanos e dos artesãos que migram da Alemanha para Lages, durante o fim do século XIX e início do XX, e o modo como suas experiências se constituíram.

A experiência é a história do sujeito [e] os sujeitos são constituídos discursivamente.²

Neste sentido as experiências dos artesãos lageanos se constituíram dentro de um universo social permeado por profundas diferenças e desigualdades, sobretudo no que diz respeito a depreciação de seu trabalho.

Durante o período colonial os grandes proprietários rurais e os empreendedores voltados para ao comércio exterior estavam no nível mais alto da pirâmide social. O comércio interno constituía uma atividade menos digna enquanto que as atividades manuais executadas, sobretudo pela mão de obra escrava, eram consideradas inferiores.³

Sérgio Buarque de Holanda problematiza os diferentes *status* a que eram submetidos os trabalhadores manuais, comerciais e administrativos, durante o período colonial e imperial. Segundo ele, a cultura brasileira havia herdado da cultura medieval

^{*} Mestranda em História, UFSC

^{**} Orientador, Professor do Departamento de História da UFSC

¹ COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens – sua história e influência no sertão de terra firme*. Florianópolis: FCC, 1982, p. 444.

² SCOTT, Joan W. Experiência. In.: *Falas de Gênero: Teorias, análises, leituras*. (Org.) SILVA, Alcione Leite, LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Florianópolis, Editora Mulheres, 1999, p.. 42

ibérica o sentimento de que uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação seria melhor do que a luta insana pelo pão de cada dia.⁴ Esta concepção remete a uma noção da Antigüidade clássica onde se considerava que *o ócio importava mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor*.⁵ Assim sendo, aqueles que realizavam o trabalho braçal, e que eram a grande maioria da população, tinham menor prestígio dentro da hierarquia social.⁶ Estes valores possibilitaram o surgimento de uma sociedade com profundas diferenças sociais marcada pela existência de um pequeno número de proprietários para um grande número de trabalhadores, como os censos sinalizam.

O recenseamento do ano de 1866⁷ da população lageana indica que o conjunto das quatro freguesias⁸ que compunham o município continha uma população de 9356 pessoas, dentre as quais havia apenas 38 proprietários, 26 empregados públicos, 30 comerciantes e 3834 lavradores. O censo realizado na década seguinte oferece uma panorâmica mais detalhada da população.

Em 1872 o Governo Imperial promoveu um recenseamento a fim de levantar o número de nacionais, escravos e estrangeiros em suas funções profissionais, nível de instrução, religião, deficiências físicas e mentais. Esta documentação indica que apenas na freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages havia 5926 pessoas. Grande parte destes se ocupavam com as atividades do campo. Eram 167 criadores de gado, 997 lavradores e 306 criados e jornaleiros. Neste setor da economia predominava a mão de obra masculina de nacionais livres, muito embora houvesse 237 escravos, 31 escravos, 05 estrangeiros e 02 estrangeiras se ocupando das atividades agrícolas.⁹

³ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 5. Ed. São Paulo: Editora da Universidade De São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997, p. 70

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 38.

⁵ Ibidem. p. 38.

⁶ FAUSTO. Op. cit. p. 71.

⁷ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.

⁸ O município de Lages em 1866 era composto pelas freguesias de Nossa Senhora dos Prazeres, São João de Campos Novos, Nossa Senhora do Patrocínio dos Baguais e Nossa Senhora da Purificação de Curitibaanos

⁹ Recenseamento realizado pelo Império do Brasil em 1872, Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens. Volume II, p. 53-119 (microfilme).

A mão de obra feminina se concentrava nas atividades domésticas onde trabalhavam lavando roupas, cozinhando e executando as lidas da casa da fazenda e da cidade. Entre os 411 trabalhadores domésticos havia 193 brasileiras, 04 estrangeiras e 171 escravas.¹⁰

O número mais intrigante deste recenseamento repousa sobre as 3570 pessoas sem profissão. Este dado sinaliza para o grande contingente humano de pessoas vivendo como agregados dos fazendeiros sendo que não tinham muita clareza de qual era o seu papel dentro daquela sociedade. Esta condição os colocava, muitas vezes, numa posição de dependência social e econômica mantida pelas relações patriarcais. Esta camada da sociedade lageana concentrou tensões e conflitos em resposta as profundas diferenças sociais que separavam um grande número de miseráveis de um pequeno número de ricos vivendo lado a lado. Licurgo Costa recorda que durante o século XIX, os quartos eram no interior da casa grande, sem janelas, para que o fazendeiro pudesse se prevenir de alguns desafetos que pretendesse lhe atentar contra a vida.¹¹

A relação dos agregados e fazendeiros era regulada por uma força simbólica, imaginária que definia lugares, hierarquias e direitos de forma excludente e desigual. Aos fazendeiros cabia o exercício do poder, aos agregados sobravam as incertezas de uma relação de dependências, sem direitos e sem perspectivas de melhoras. Nesta camada social não faltaram conflitos e a marginalidade foi uma das formas de reação as tensões colocadas.¹²

Entre os dois extremos, fazendeiros e agregados, vivam em bem menor número pessoas que trabalhavam como profissionais liberais¹³ e operários dedicados a

¹⁰ Ibidem.

¹¹ COSTA. Op. cit. p. 442..

¹² SERPA, Élio Cantalício. Os indômitos povos de que ella a Villa de Lagens se compõe pela maior parte. In. *Revista Catarinense de História*. Florianópolis. Nº 2, 1994, p. 16-23.

¹³ 01 padre secular, 02 advogados, 02 escrivães, 09 oficiais de justiça, 01 farmacêutico, 02 parteiros 02 parteiras, 04 professores e 02 professoras, 12 empregados públicos. No *hool* das atividades liberais havia apenas 02 estrangeiros trabalhando como artistas, em conjunto com mais 07 brasileiros, 08 brasileiras e 02 estrangeiros, perfazendo um total de 17 profissionais dedicados a este ofício. In.: Recenseamento realizado pelo Império do Brasil em 1872, Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens. Volume II, p. 53-119 (microfilme).

atividades artesanais.¹⁴ Entre estes se encontravam, boa parte, dos alemães que viviam em Lages.

A documentação consultada indica que estes estrangeiros tinham decentes nascidos no Brasil que por sua vez eram portadores de uma memória herdada de seus antepassados. Esta memória recuperou experiências vividas em outros tempos conferiu um modo próprio de relacionar-se com o mundo social e particularmente com o trabalho.

Muitos dos alemães que migraram para Lages trouxeram uma memória que remonta a Idade Média e as corporações de ofício, onde as práticas discursivas, através de um longo e árduo processo educacional, constituíram sujeitos laboriosos que passaram a compreender o trabalho secular como uma *vocação*.¹⁵ Esta vocação era expressa através do ofício realizado com perfeição e meticulosidade com o propósito de servir a Deus.

Este imaginário de intenso labor existente entre os artesãos alemães entrou em choque com a realidade mediante ao processo de Industrialização da Alemanha, quando milhões de pessoas foram submetidas a profundas transformações de seus modos de vidas. *A fábrica obteve boa parte da sua mão-de-obra especializada entre os jovens artesãos*¹⁶ que, muitas vezes, passaram a viver em condições de miséria.

¹⁴ Tabela de índices populacionais considerados quanto às profissões manuais e mecânicas.

Operários	Nacionais	Estrangeiros	Escravos
costura (194)	162 mulheres	02 mulheres	30 escravas
terra (04)	04 homens		
metais (14)	11 homens e 03 mulheres	03 homens	
madeira (29)	22 homens e 07 mulheres	06 homens	03 escravos
tecidos (11)	10 homens e 01 mulher	01 mulheres	
edificações (09)	08 homens e 01 mulher	01 homens	03 escravos
couro/peles (06)	04 homens		02 escravos
vestuário (10)	05 homens e 04 mulheres	01 homens	
chapéus (03)	03 homens		
calçados (07)	07 homens		01 escravo

In.: Recenseamento realizado pelo Império do Brasil em 1872, Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens. Volume II, p. 53-119 (microfilme).

¹⁵ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 11 ed. São Paulo: Pioneira, 1996, p. 39.

¹⁶ Ibidem. p. 22.

O rápido processo de transformações sociais, econômicos e culturais levou muitos a migrarem na expectativa de fugirem da industrialização sem ter que abandonar suas profissões. Somado ao caos provocado pela Revolução Industrial acrescentavam-se sucessivas guerras que assolaram a sociedade européia.

Alguns destes alemães migraram para Lages durante a primeira metade do século XIX, quando a sociedade lageana iniciava um processo de reformulação das condutas de sociabilidade. Estas mudanças adquiriram visibilidade tanto nas práticas sociais, como na materialidade da cidade expressa no espaço urbano.

Estes estrangeiros colaboraram com a transmissão daquilo que Norbert Elias chamou de *processo civilizador*.¹⁷ A partir da segunda metade do século XIX a sociedade brasileira começou a compartilhar um conjunto de idéias, valores, comportamentos vivenciados na Europa através da difusão de códigos de conduta, maneiras, gostos e linguagens vindos de Paris. Segundo Élio Serpa:

Lages também vivenciou este processo, talvez com menos intensidade, a exemplo de Desterro/Florianópolis e de outras cidades de Santa de Catarina.¹⁸

E acrescenta que, uma pequena parcela da população lageana tinha contato com outros valores da sociedade burguesa através dos comerciantes que traziam novidades de Porto Alegre, São Paulo, Laguna e Desterro/Florianópolis, além da *presença de pessoas de outros países e até de outras províncias ou estado*¹⁹ que também compartilharam valores do dito processo civilizador. Estes estrangeiros colaboraram com a mudança da paisagem social lageana, assim como de boa parte do Centro-Sul do país, com sua presença nas atividades econômicas, seus costumes, seus hábitos alimentares...²⁰

¹⁷ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, 277 p.

¹⁸ SERPA, Elio. A reformulação das condutas e das sociabilidades em Lages durante a Primeira República. In.: *Revista da Memória*. Fundação Cultural de Lages. Lages: ano 1, nº 1, 1996, p. 15.

¹⁹ Ibidem., p. 15.

²⁰ FAUSTO. Op. cit. p. 281

As memórias de Waltrud Hoechel²¹ sinalizam para os encontros e desencontros entre estrangeiros e nacionais, onde alguns comportamentos eram impactantes e estranhos para ambos:

Na rua, a mamãe falava com todo mundo e naquele tempo mulher nenhuma falava com nenhum outro homem que não fosse seu marido. Mas a mamãe conversava com os amigos do meu pai que encontrava na rua. O meu pai as vezes ralhava com ela. Ele dizia: “Você é expansiva de mais, você pensa que está em Berlim! Você está aqui, numa cidadezinha do interior!”²²

Segundo a filha, a mãe *tinha idéias bastante avançadas para aquela época*.²³ No entanto o que se configura são experiências que se constituíram de modos diferente: uma a partir do *projeto civilizador* e a outra a partir de uma tradição que remete os colonizadores bandeirantes com seu estilo próprio de viver. Segundo Licurgo Costa, o lageano tinha um *ar severo, quase irado* ²⁴. Sobre isto comenta que no princípio do século XX:

Havia em Lages uma eminente família que o destino político fez mudar-se para Florianópolis e depois para o Rio, e que reaparecia pelo seu velho burgo, com frequência mas, sobretudo nos tempos de eleição. Nosso pai, que era um lageano típico e homem de lúcida inteligência, boa cultura humanística e razoável senso de humor, disse-nos um dia, ao voltar a casa, depois de encontrar um deles na Rua: **‘Essa gente mudou muito, e para pior. Cumprimenta os outros rindo’**.²⁵

Algumas fotos de mulheres lageanas do mesmo período demostram uma rudeza e austeridade, conferindo-lhes uma fisionomia quase masculina. Tal postura se relaciona com os códigos de sociabilidade vigentes para os lageanos, mas que nem sempre eram cumpridos, como aconteceu com uma tia de Licurgo Costa:

²¹ MARQUES, Waltrud Hoechel. Entrevista realizada em Lages, em 27 de fevereiro de 1998. (A A).

²² Ibidem

²³ Ibidem

²⁴ COSTA, Op. Cit. p. 534

²⁵ Ibidem. p. 534-5, (os grifos são meus)

Uma tia nossa, bonita, moça, simpática, alegre, tirou uma fotografia, no famoso ‘retratista’ porto-alegrense, Caligari. O fotógrafo apanhou-a quando esboçava um sorriso, por certo belíssimo. Um primor da arte fotográfica.

O sistema normativo da sociedade lageana, por mais estruturados que pudessem ser, não eliminou as possibilidades de escolhas conscientes da jovem senhora. No entanto, sua postura entrou em conflitos com os valores da coletividade local:

Pois quando o Caligari mandou entregar a encomenda, o marido sumariamente a confiscou porque ‘era uma vergonha que uma mulher séria tirasse retrato sorrindo’. O fato foi muito comentado, ou melhor, cochichado na família toda, e ninguém ousava dizer que o meu tio enérgico estava errado.²⁶

As memórias das experiências que envolveram as posturas e condutas destas duas mulheres, uma luso-brasileira e a outra teuto-brasileira, remetem as diferentes leituras e interpretações que realizaram das prescrições do projeto civilizador.

Como as posturas de sociabilidade foram reformuladas, o espaço público também sofreu transformações através dos Códigos de Posturas e Condutas de 1845, 1895 e 1903 que prescreveram a urbanização cidade.

Os alemães que migraram para Lages neste período levaram consigo as chamadas *qualidades éticas do trabalhador capitalístico*.²⁷ Estas tais qualidades remetem ao imaginário de intenso labor e que nada têm haver com características raciais congênicas, como infelizmente muitos ainda querem crer.

A necessidade que se tinha de determinados técnicos viabilizou e até facilitou a entrada de alguns destes profissionais em Lages, durante a metade do século XIX, como a crônica de Otacílio Costa menciona:

Encontramos o registro de um título que nomeava Henrique Kroker para o cargo de Demarcador Geômetro do conselho e declarava que, atendendo a necessidade

²⁶ Ibidem. p. 535

²⁷ WEBER, Op. Cit. p. 145

que se tinha desse empregado, ficava o mesmo dispensado da circunstância de se estrangeiro não naturalizado.²⁸

Licurgo Costa afirma que, no seu entendimento, os alemães que viviam em Lages eram vistos com distinção porque falavam outra língua, tinha vindo da Europa, de um país que tinha luz elétrica, trens e outras coisas da modernidade que não existiam em Lages.²⁹ No entanto, muitos destes imigrantes vinham de um profundo desajuste social, aonde chega a ser contraditório pensar que procediam de um mundo civilizado, apesar de serem de fato conhecedores de tecnologia diferentes daquelas conhecidas pelos artífices lageanos.

O conhecimento que trouxeram da Europa veio ao encontro dos anseios da elite lageana que aspirava a civilidade. A sala de visita de um fazendeiro lageano possuía, quando muito, durante boa parte do século XIX, uma mesa pequena, em geral sem forro e com castiçal e vela de adorno; um ou dois bancos simples encostados às paredes, um ou dois tamboretes, raramente uma ou duas cadeiras toscas.³⁰

No fim do século XIX, o interior das casas começam a sofrer algumas transformações com a presença de mobiliário que em alguns casos chagava a ser importado da Europa.³¹ Este luxo pode ser barateado quando artesãos estrangeiros:

Começaram a instalar-se em Santa Catarina [como] excelentes marceneiros verdadeiros artistas que logo alcançaram renome no sul do País. Lages recebeu alguns deles, como João Floriani, que se tornou exímio fabricante de mobílias finas e Alfredo Rudolf, alemão, também excelente marceneiro.³²

A imprensa Lageana registra um contingente de muitos técnicos, sobretudo, de nome alemão que trabalhavam como artesão nas mais diferentes artes mecânicas. Eles consertavam os poucos automóveis que existiam na cidade, relógios, máquinas de costuras,

²⁸ COSTA, Otacílio. Lages de outrora. In.: *Guia Serrano*. Lages. 24 de setembro de 1944. (Documentação gentilmente concedida por Licurgo Costa).

²⁹ COSTA, Licurgo. Entrevista realizada em Florianópolis em 11 de maio de 1999. (A A).

³⁰ COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens – sua história e influência no sertão de terra firme*. Florianópolis: FCC, 1982, p. 453

³¹ COSTA Op. Cit. p. 449-51

³² COSTA. Op. cit. p. 451

além dos objetos que inventavam para suprir a falta de equipamentos existentes na cidade. Estes técnicos também instalaram sistemas elétricos e hidráulicos em algumas casas e prédios públicos.³³

Se durante o século XIX, as casas dos fazendeiros lageanos:

Raramente havia assoalho ou teto. (...) Suas divisões comportavam uma ou duas peças maiores, uma para a sala de visitas e outra para o refeitório, alguns quartos, sempre pequenos, cozinha pequena e escura, despensa, quartinho de depósito para os urinóis. (...) Os quartos, via de regra, eram internos – as alcovas – sem janelas para o exterior. (...) As janelas não tinham vidraça.³⁴

Durante o século XX, estas residências sofreram transformações em resposta as prescrições dos códigos de posturas. As famílias mais ricas importaram o *desing* de moradia de outros lugares de tal modo que Lages não tem mais residências com um estilo característico, que revelem uma tradição local.³⁵ Neste mesmo período, casas com a frente do telhado abatido no estilo de *chalet* germânico passaram a fazer parte da paisagem lageana.³⁶

Estas casas sinalizam para uma influência arquitetônica que sobreveio às moradias das famílias mais abastadas além de também indicarem a presença de alguns imigrantes que levaram para os campos de Lages o estilo arquitetônico germânico. Licurgo Costa recorda que no início do século XX:

Os imigrantes mais abastados, passados cinco ou seis meses após terem se instalado na cidade, construíam retirados da cidade, em chácaras, casas de

³³ **O Lageano**, 1887; **Lageano**, 1891; **Gazeta de Lages**, 1895; **O Imparcial**, 1901; **Cruzeiro do Sul**, 1902; **O Imparcial**, 1902 à 1903; **Cruzeiro do Sul**, 1904 à 1905; **A Evolução**, 1905 à 1907; **O Clarim**, 1908 à 1909, **Região Serrana**, 1910; **O Clarim**, 1911; **A Notícia**, 1912 à 1915; **O Planalto**, 1918; **O Lageano**, 1919 à 1922, **Correio de Lages**, 1924 à 1926; **A Época**, 1926 à 1927; **Correio de Lages**, 1927 à 1930. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

³⁴ COSTA. Op. cit. p. 442

³⁵ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. *Estudos da geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991, p. 96.

³⁶ Ibidem. p. 91-3.

madeira pintadas de azul parecidas com aquelas que se vê às margens do Rio Reno.³⁷

A documentação indica que várias famílias de origem alemã que viviam em Lages era pobre e trabalhavam como operários urbanos em pequenas oficinas atendem a demanda local de serviços manuais. Sua condição social e econômica adquiriu visibilidade através dos processos cíveis da Comarca de Lages onde por ocasião da morte do marido ou da esposa se encaminhavam processos de *Arrolados de Bens* ou *Inventários Pobres*, como o próprio processo intitula.

A materialidade da condição destas famílias se expressa na qualidade de sua moradia, mobiliário e ocupação profissional como se verifica com a família Weller. Em 1894, a costureira Emília Weller ficou viuva com dois filhos para criam, Rodolfo com dez anos e Julia com nove. A família tinha como bens para serem inventariados:

Um terreno com uma pequena casa em construção na Praça Pe. Antônio.(...) Além deste prédio, só existem mais uma mesa de jantar e a cama do casal, cujos objetos não podem valer mais de 20 mil réis cada um.³⁸

Este espaço público dividido por fazendeiros, comerciante, operários tanto nacionais como estrangeiros adquire novos papéis com a urbanização da cidade que criou lugares de sociabilidade. A entrada de novas tecnologias como a luz elétrica, através de imigrantes alemães, viabilizou a execução material deste empreendimento. Luiza Suiter recorda que seu pai:

O ideal do meu pai era construir a luz elétrica em Lages. Então ele foi o primeiro a instalou um sistema de luz elétrica de Lages. Ele fez instalação de luz elétrica em fazendas, no cinema e no Clube 1º de julho. Só que o rio Carah era pequeno e tinha pouca potência. Ele fez também encanamentos de água. Ele fazia de tudo para sobreviver.³⁹

³⁷ COSTA, Licurgo. Entrevista realizada de Florianópolis 03 de fevereiro de 2000. (A A).

³⁸ Arrolamento de Bens (1896). Luiz Mattos Weller: falecido; Emilia Weller: inventariante. Cx. M 7. Museu do Judiciário Catarinense, Florianópolis, SC

³⁹ SUITER, Maria Luiza. Entrevista realizada em Lages em 15 de janeiro de 1998.

O encontro de artesão lageanos com artesão que migram da Alemanha para Lages adquiriu materializa na urbanização da cidade que estava vivenciando um processo de reformulação das condutas e práticas de sociabilidade. As diferentes visões que estes artesãos tinham do mundo lhes permitiram imprimir marcas e significados diversos na cidade de Lages. Deste modo a sociedade lageana inventou uma versão particular do dito projeto, civilizador implementado no Mundo Ocidental.

Contribuição Alemã no Município de Taquara

*Kate Fabiani Rigo**

"Se existe uma alma dos povos, ela não tem efeito determinante sobre o curso da História. As circunstâncias de uma época, o espírito do tempo, são os fatores mais poderosos que a alma dos povos".

Ernst Nolte

O processo de imigração inicia a partir da criação dos primeiros núcleos coloniais, compostos por imigrantes vindos da Europa. A idéia de ocupar as terras da Província de São Pedro, da criação de pequenos proprietários rurais, do estímulo ao cultivo de novos produtos, da utilização da mão de obra livre e até mesmo do branqueamento dos povos brasileiros. Formam uma rede de interesses que impulsionam Dom Pedro (após a independência) de atrair esses imigrantes, que em sua terra natal estavam passando por um doloroso processo de transição. Sendo que o êxodo rural para os centros urbanos, estavam provocando uma explosão demográfica e uma marginalização dos camponeses que instalaram se nas cidades com a ilusão de superar a sua má sorte no campo.

Percebendo a situação, Dom Pedro resolve conciliar um problema resolvendo outro; ou seja, os imigrantes marginalizados já sem perspectiva , viam o Brasil como uma “ Tábua de Salvação”, para o governo alemão a emigração era uma forma de diminuir o número de desempregados e para o Brasil a imigração, era visto como mão de obra barata, e principalmente livre, já que a escravidão não era mais bem vista pelas demais nações, e muito menos pelos grandes latifundiários, pois o custo de um escravo era alto.

A primeira etapa da imigração alemã, ocorreu de julho de 1824 à outubro de 1830. Sendo que no dia 15 de dezembro, a corrente imigratória é suspensa através de uma lei criada para o cancelamento dos custos que oneravam os cofres imperiais. Num período de quatorze anos (1830-1844) não fora encontrado nenhum registro de imigrante chegando na Província. Mas com a guerra civil e com a ação de Caxias, os primeiros colonos da segunda etapa se dirigem a São Leopoldo em outubro de 1844, entrando na colônia apenas 51 imigrantes. Já no ano seguinte instalaram-se na colônia

* Formanda do Curso de Graduação em Historia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

1515 alemães, onde este número se divide em 269 famílias e 170 solteiros. (Porto, 1996,p.160)

As contribuições culturais e econômicas destes alemães começam a prosperar, onde a lavoura se desenvolveu com a produção de novos alimentos, havendo a fundação de novas cidades e o surgimento de atividades artesanais, que impulsionaram as manufaturas de calçados, metalurgia e tecidos. A parte cultural compreende a introdução da gastronomia alemã (doces e comida em geral), a criação de sociedades de tiro, ginástica, canto e corais. Além de festas periódicas como a Oktoberfest e os Kerbs, valsas e mazurcas nos são apresentadas . O uso de pinheirinho de Natal e o hábito de presentear ovos na Páscoa são inseridos nos nossos rituais festivos.

Quanto ao meu objeto de estudo, o município de Taquara originou-se de terras pertencentes a sesmaria de Dom Diogo de Souza, comandante das forças portuguesas na Capitania de Rio Grande, que em meados de 1814 concedeu a Antônio Borges de Almeida Leães esta área de terras que iria do rio Santa Maria (atual Paranhana) até Rolante. Sendo feito em 1822 uma nova delimitação territorial, e denominam essas terras de "Fazenda do Mundo Novo", que compreendem as terras do rio Santa Maria até o Arroio Tucanos.

Em 1829, após um acidente no rio Guaíba, no qual acarretou no falecimento de Almeida Leães, estas terras passam à sua esposa Libania Corrêa Leães, que devido ao seu despreparo para coordenar o investimento do marido, vende a Fazenda do Mundo Novo e seus pertences ao luso-brasileiro Tristão José Monteiro e a seu sócio Jorge Eggers no dia 20 de junho de 1845, pelo valor total de nove contos de réis. (Aguiar, 1986,p.15)

Após a compra destas terras, Tristão Monteiro, começou a colonizar o seu território, trazendo no dia 16 de maio de 1846 o primeiro grupo de colonos alemães. Já em 4 de setembro do mesmo ano, Tristão Monteiro torna-se proprietário único da Fazenda do Mundo Novo, mediante o pagamento de cinco contos de réis pela parte de terras pertencentes a Jorge Eggers.

Essa região da Colônia do Mundo Novo, passou a ser dividida em lotes de 48 hectares, onde Tristão Monteiro começou a arrematar os colonos que viviam em situação duvidosa na Colônia de São Leopoldo. Oferecendo aos novos moradores, o preço de trezentos mil réis por cada lote de terra. Em apenas cinco anos, o preço deste lotes atingiram mais que o dobro, valorizando cada vez mais a região. Com a grande procura dos imigrantes vindos da Colônia de São Leopoldo, acarretou num salto,

relativo ao crescimento demográfico. Em 1850, a Colônia do Mundo Novo, já contava com uma população aproximada de quatrocentas pessoas. Dez anos após, o comércio já apresentava um notável desenvolvimento por intermédio de doze casas comerciais.(Aguiar, 1986,p.27)

Na data de 25 de novembro de 1847, foi erguida a primeira capela do Povoado de Santa Cristina do Pinhal, que na ocasião, passa juntamente com a Colônia do Mundo Novo, a pertencer ao segundo distrito de São Leopoldo. Como responsável pela transferência da sede administrativa de Santa Cristina do Pinhal para a freguesia de Senhor Bom Jesus da Taquara do Mundo Novo, temos o coronel Jorge Fleck, que motivado politicamente, consegue mediante o prestígio que detinha junto ao Governo da Província, a tão esperada transferência, sendo notório o destaque que se encontrava a freguesia de Bom Jesus da Taquara do Mundo Novo em relação a vila de Santa Cristina do Pinhal sendo determinante no processo da transferência.

Através do decreto n.º 1404 de 1908, a vila de Taquara consegue seu reconhecimento como cidade. Assim, é possível notar que Taquara teve uma colonização atípica , feita por uma só pessoa , e que através do empenho dos colonos arregimentados da Colônia de São Leopoldo, Taquara conseguiu um notável desenvolvimento econômico, destacando-se assim de sua antiga sede Santa Cristina do Pinhal, que posteriormente passa a ser distrito de Taquara.

Após este breve histórico, o artigo estará intimamente ligado ao desenvolvimento cultural e econômico do município de Taquara, relacionando constantemente a contribuição alemã para tal êxito.

Logo após a distribuição dos lotes coloniais, Tristão José Monteiro começa a lutar para a construção da ponte que liga Santa Cristina do Pinhal a Taquara, dando acesso ao transporte terrestre, e dando acesso a São Francisco de Cima da Serra (atual São Francisco de Paula).

“ ...até meados de 1849 o acesso a São Francisco de Paula era realizado via Santo Antônio da Patrulha. Somente após a chegada de colonos às terras de Tristão José Monteiro e o desenvolvimento da colônia, é que Santa Cristina do Pinhal e Mundo Novo passaram a ter ligação direta a São Francisco de Paula, possivelmente devido ao próprio Tristão José Monteiro que com sua cultura, conceito comercial, prestígio e amizade com políticos da época, principalmente por ter sido vice-cônsul dos

Estados Unidos da América, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, muito influiu para “ despertar” o interesse e providências do Governo Provincial no melhoramento das “picadas”, aberturas de estradas e construção de pontes.”

(Petersen, 1994,p.202)

Com o empenho de Tristão Monteiro, em organizar o espaço urbano do município, através da criação e abertura de estradas e picadas, os imigrantes também sentiram-se estimulados a ordenar tanto sua economia como sua sociedade cultural de Taquara do Mundo Novo, já que esta fora a Colônia que os acolheu no momento em que estavam passando por difíceis momentos na Colônia de São Leopoldo. E a partir de 1849, uma das casas passou a ser utilizada para o encontro de colonos. Esta era a casa de Guilherme Lahn, sendo a 1ª casa construída de alvenaria na Colônia de Mundo Novo. A conotação social se desenvolve na a partir da organização de festas campestres, passeios a cavalo, de excursões fluviais e festivos piqueniques.

Para Flávio Oliveira, o início da criação de sociedades recreativas, se deu após trinta anos da chegada dos imigrantes alemães aqui no Rio Grande do Sul. Esta prática não ocorreu antes, devidos as condições econômicas em que estes imigrantes chegaram nas colônias, no entanto quando os núcleos comerciais começaram a prosperar, os teuto-brasileiros tiveram condições de construir sociedades de canto, ginástica e de tiro. Anterior ao processo de construção do espaço cultural público, os imigrantes praticavam estes ritos dentro do espaço privado, no meio familiar. A música era utilizada tanto no espaço sagrado, quanto no espaço profano possuía um eixo de difusão e ao mesmo tempo de cultivo. (Oliveira, 1992, p.88)

Em Taquara do Mundo Novo, houve a criação de uma sociedade de ginástica (com um ringue de patinação), uma sociedade de tiro, um clube comercial, um cinema e uma sociedade de canto. Após emancipar-se de Santa Cristina do Pinhal, teve um surpreendente desenvolvimento comercial, onde incluíram-se os antigos distritos (Canela, Gramado, Três Coroas, Igrejinha e Parobé), que também foram beneficiados de um grande desenvolvimento social e cultural.

Quanto a sociedade de Canto, esta passou por diversas fases: a primeira compreende o ano de 1866 até a Guerra do Paraguai com o nome de "Sociedade Cantora Harmonia" , já em cinco de maio de 1886, após a emancipação do município, a Sociedade abre novamente suas portas. Eram cantados hinos sacros (nas festas

religiosas) e diversas canções, que também acompanhava o enterro dos seus membros.. Sem sede própria e contando apenas com duas sessões na casa de um dos sócios, como o número fora aumentando, a sociedade precisou ir para uma casa alugada. Como é de praxe, o orgulho de toda a sociedade é a sua bandeira. A antiga bandeira da " Sociedade de Canto Harmonia" e foi substituída em 1888, por outra vinda da Alemanha. No ano de 1893 à 1896 as atividades cessaram novamente por causa da Revolução Rio Grandense. Em 12 de novembro de 1899, trocou sua sede e realizou-se o tradicional baile de novembro.

Até o dia 5 de julho de 1909, era uma sociedade onde uma de suas restrições era que o sócio deveria falar fluentemente o alemão, e foi a partir desta data, que foi aceito como sócio um luso brasileiro. O período mais crítico do desenvolvimento da Sociedade de Canto 5 de Maio foi durante o período da 2ª Guerra Mundial, com a implantação do nazismo na Alemanha, e do medo que este sistema se alastrasse pelo sul (por causa das colônias alemãs), o idioma alemão foi terminantemente proibido na Sociedade de Canto. Porém, em dezembro de 1922, mesmo que a hora do canto alemão tenha sido proibida, os dirigentes não desmotivaram, já que acreditavam que o canto alemão nunca fizera mal a ninguém. Por fim, a sede definitiva teve sua inauguração em janeiro de 1929. Esta, permanece em funcionamento até os dias atuais. A Sociedade de Canto 5 de Maio era para estes imigrantes e seus descendentes motivo de orgulho, à sociedade taquarense. Esta informação é claramente explicitada na Revista Comemorativa do Cinquentenário da Sociedade, onde descendentes apontam que mesmo diante das dificuldades e através do espírito do cantor alemão, foi possível a permanência da Sociedade, na vida cultural dos teuto-brasileiros, ali instalados:

" 50 annos vida social! 50 annos vida cultural!

50 annos prática do canto allemão. Isto significa auxílio na vida cultural da terra dos nossos paes.

Muitas vezes appareceram nuvens escuras no firmamento social e na vida particular de cada um. Mas, graças da vontade e do altruísmo do cantor ouvia-se sempre e novamente as canções lisonjeiras e alegres. Os argumentos não eram abusos ou até outros.

O canto é a essencia mesma da alma germânica que expressa em melodias os seus sentimentos mais profundos e as emoções mais fortes.

O allemão canta tanto no auge da alegria como nas ancias da tristeza, o allemão canta tanto no lar de origem como na pátria nova. (...)"

Em Taquara as festas maiores, geralmente eram promovidas pela Igreja, não eram apenas para a elite local, mas para todos, ou seja, colonos e comerciantes acabavam dividindo o mesmo espaço em nome dos cânticos divinos. Temos como exemplo o "kerb", que seria uma abreviação da "kirchemwihfest", e iniciavam pela manhã com uma missa cantada, prosseguia com um almoço coletivo e após os comes, os bebes normalmente continuavam até o adentrar da noite, juntamente com as músicas e com os bailes. Eram cantadas uma variedade de músicas como: a música religiosa, cantos de cerveja, de trabalho, dos corais que se estendia até quase o raiar do sol. Segundo Flávio Oliveira, as expressões musicais relativa as colônias são expressadas também nos batizados, casamentos, funerais e outros eventos de reunião social. Considera também a tradição dos músicos amadores que se reportam para a Colônia. (Oliveira, 1992,p. 93)

Com a formação do núcleo urbano, o espaço rural e urbano vão gradativamente se distanciando, sendo este um processo natural. E as diferenciações sociais que antes estavam desaparecidas, devido as dificuldades da instalação e do difícil processo de adaptação era dividido igualmente aos imigrantes (já que os mesmos deveriam aprender o ofício de pioneiro e se adaptar as condições estabelecidas pelo meio natural), começam a ressurgir.

No ano de 1881, devido a ligação comercial com importantes firmas alemãs, e aos movimentos políticos e sociais, o Rio Grande do Sul realizou a Exposição Brasileira alemã e os colonos de Taquara tiveram a oportunidade de contribuir com produtos como o selim, arreios, fumo e com pequenas manufaturas como o calçados, nesta exposição.

Enquanto, isso o comércio corria na frente, pois na Colônia a venda era o centro das trocas comerciais e o ponto de reunião de viajantes e pequenos agricultores. Para estes que viviam isolados nas suas terras, a venda era o local de descanso e seu

espaço social. Este será um dos fatores que irá distanciar o espaço social de comerciante e colonos no município de Taquara e tantos outros. O comerciante a partir do século XIX, eram os habitantes mais ricos das colônias, e superioridade de seu patrimônio em relação aos colonos agravou-se. A diferença é exaltada na questão do patrimônio, ou seja, o colono se atém ao seu lote de terra e a casa. Já o comerciante possui o patrimônio bem mais elevado e composto de um capital de investimento, que assegurava seus lucros. Lucros que são incomparavelmente superiores aos de uma exploração agrícola, devido a elevação das margens de lucro e da rapidez de giro das reservas. (Roche, 1969, p.577)

Outro salto relacionado ao sucesso dos comerciante alemães no Rio Grande do Sul , se deve a sua iniciativa no domínio da técnica, permitindo a passagem da produção do modo artesanal ao da manufatura e por fim para o incremento da usina. Com esta elevação econômica, os comerciantes urbanos passam a investir na sua vida social, através dos clubes de comércio, sociedades recreativas e sociedades de canto. Sociedades estas, que acabam excluindo o imigrante que permaneceu como pequeno agricultor, nos confins da colônia.

Estes reflexo de diferenciação social e consequentemente de exclusão, não foi diferente no município de Taquara. Na atualidade persevera a tentativa de manter o "status " de cidade comercial. Essa afirmação é possível, através de análise de propagandas de 1936 na Revista Comemorativa do Cinquentenário da Sociedade de Canto 5 de Maio. A maioria dos anúncios eram de casas comerciais ou de indústrias, e o nome destas fábricas carregavam o sobrenome da família, grande parte destes sobrenomes estão inseridos nas listas de associados a Sociedade de Canto, a Sociedade de Tiro e ao Clube Comercial, representando a elite que freqüentava estas sociedades culturais e que excluía voluntariamente ou involuntariamente os pequenos proprietários, restringindo os ao seu espaço privado e as festas religiosas. Denota esta incompatibilidade social ,o valor era de 5mil contos de réis (equivalente ao preço de um bezerro), a mensalidade 500 réis e a multa de 200 réis a cada ensaio. E a cada festa comemorativa, da Sociedade de Canto 5 de Maio, o sócio pagava 2mil contos de réis. Conclui-se deste modo que um pequeno agricultor não iria fazer tamanho investimento apenas para ter o prazer de estar pertencendo a sociedade cultural de Taquara.

A classe dos comerciantes rurais alemães aqui no Rio Grande do Sul, não deve ser considerada apenas como uma resultante, mas sim como uma força que impulsionou todos os setores econômicos. Sendo uma classe que teve uma origem

profissional, conservando um caracter étnico que se encontra nos grupos germânicos urbanos oriundos de outras classes, que não apresentam a mesma homogeneidade, nem a mesma coesão.

O trabalho está sendo desenvolvido, para que o resgate cultural do município de Taquara não fique apenas na memória de alguns poucos que ainda possuem condições de reavivar este passado. Tenho estudado as relações sociocultural do município juntamente com as relações sócioeconômicas, para que possa ser feito uma análise mais fundamentada, proporcionando às futuras gerações um mapeamento da sociedade taquarense nos seus tempos áureos. O trabalho alemão foi fundamental para o desenvolvimento dos setores primários e terciários na região do Vale do Paranhana e Sinos, deixando suas marcas tipicamente germânicas, tanto na cultura como na gastronomia.

Taquara foi um município bastante próspero, tanto no setor econômico, quanto no campo cultural, era um centro que abrangia não somente o atual Vale do Paranhana como também parte do Vale dos Sinos. O seu único erro, foi investir prioritariamente em seus distritos industriais, deixando sua sede congelar no tempo sem investir em novas alternativas de trabalho, onde se deveria priorizar a agricultura com ênfase na pecuária leiteira e diversificação do parque industrial.

Bibliografia

- AGUIAR, Lacy Maria. CASADO, Irene Luciana. **Taquara de Tristão José Monteiro**. Edição Comemorativa dos 100 anos do Município, 1986.
- BEOZZO. José Oscar. Brasil. **500 Anos de Migrações**. São Paulo: Paulinas/CEM, 1992.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **Identidade & Etnia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CINQUENTENÁRIO** da Sociedade 5 de Maio 1886-1936. Taquara: Revista Comemorativa. 1936.
- CINTRA, Antônio Octávio/HADDAD, Paulo Roberto (org) **.Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius. **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- ENCICLOPÉDIA RIO GRANDENSE. **Rio Grande Antigo**. Porto Alegre: Sulina, 1968, 2v.
- FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1960.
- FERRO, Marc. **História da Colonizações**. Das conquistas às independências - séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FLORES, Moacyr **História do Rio Grande do Sul**. 5 ed. Porto Alegre- RS: Nova Dimensão, 1996.

- FORTES, Amyr Borges. WAGNER, João Baptista Santiago. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1963.
- HOGAN, Daniel J. **Cidade usos & abusos**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- LANDO, Aldair Marli et. Al. **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- LYNCH, Kelvin. **A imagem da cidade**. S. Paulo: Martins Fontes, 1997.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PANORAMA**, Taquara, 1986, Edição Comemorativa do Centenário de Taquara.
- PETERSEN, Júlio H. **Santa Cristina do Pinhal/ Taquara, distrito de Santo Antônio da Patrulha ou de Porto Alegre**. In: Raízes de Gramado. Porto Alegre: EST, 1994.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- RHODEN, Luiz Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SCHILLING, Voltaire et.al. **Culturas em Movimento: A Presença alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Riocel, Tim & Tim. Ed., 1992.

A Imigração europeia do século XIX na visão dos intelectuais da revista *Província de São Pedro* (1945 - 1949)

Mara Cristina de Matos Rodrigues¹

A revista *Província de São Pedro* no período pós-Estado Novo

A revista *Província de São Pedro* (doravante também referida como *Província*) foi editada pela Editora Globo em vinte e um volumes cujas edições foram trimestrais nos anos de 1945 e 1946 e quadrimestrais no ano de 1947. Nos anos de 1948, 1949 e 1951 sua frequência foi semestral reduzindo-se a um exemplar por ano em 1952, 53, 54 55 e 57. Nos anos de 1950 e 56 nenhum número foi editado. O diretor da revista, do início ao fim, foi o historiador e crítico literário Moysés Vellinho.

Cada número compõe-se em média de mais de cento e sessenta páginas com artigos que variam entre temas historiográficos rio-grandenses e brasileiros, folclore local e nacional, discussões sócio-econômicas e, principalmente, temas literários. Estes últimos, ocupam o maior número de páginas da revista variando entre poemas, contos, fragmentos de textos literários e crítica literária. Tanto nestes artigos quanto nos artigos históricos, os focos principais são a apresentação e promoção da produção de escritores gaúchos tendo o Rio Grande do Sul como tema. O primeiro recorte para os fins deste trabalho é a análise apenas das questões que dizem respeito a matérias historiográficas que sejam relevantes para a interpretação dos conteúdos referentes à identidade regional e étnica na revista. Os artigos literários como poemas, contos e crítica literária não serão abordados.

Os autores mais freqüentes em *Província* podem ser considerados como expoentes da intelectualidade gaúcha da época, que ocuparam cargos políticos, importantes postos no setor público ou em instituições culturais como a Livraria do Globo (GERTZ, 1984:79-81). É sabido também que muitos destes intelectuais faziam parte do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Neste Instituto se estabeleceram as polêmicas em torno do caráter do gaúcho rio-grandense, analisadas por Gutfreind, que propôs, nesse sentido, a existência das matrizes platina e lusitana na historiografia do Rio Grande do Sul. Entre os representantes da primeira estariam Mansueto Bernardi e Manoelito de Ornellas e, da segunda, Moysés Vellinho e Othelo Rosa. Autores das duas tendências tiveram espaço para

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

publicação de artigos na revista, mas as posições dominantes, sem dúvida, eram dos representantes da matriz lusitana.

Uma série de acontecimentos relacionados à revista *Província de São Pedro* se concentraram entre os anos de 1948 e 1950 (o ano em que nenhum exemplar foi editado). Pode se verificar, por exemplo, uma relativa estabilidade em seu corpo administrativo até 1949, sofrendo modificações após esse ano. Destaca-se, também, no âmbito da editora, a morte de José Bertaso (diretor e figura importante da Livraria do Globo) em 1948 e, além disso, uma diminuição gradativa das edições da Globo, em sua totalidade, de 1946 até 1950 (TORRESINI, 1999: 104). A conjugação desses fatores e de diversas mudanças em relação à configuração das seções da revista é o que define o recorte temporal deste ensaio. Após 1949 a revista sofre mudança na sua periodicidade e na divisão geral das matérias e seus responsáveis. Os exemplares nos quais se centra a análise de conteúdo deste ensaio, portanto, são os quatorze primeiros, editados entre 1945 e 1949. Também se justifica esta periodização devido a uma série de mudanças conjunturais no Brasil, como a volta de Getúlio pelo voto, e no mundo, como o desfecho da revolução chinesa, em 1949, e a Guerra da Coréia, em 1950, por exemplo. Esta série de acontecimentos, provavelmente tenha influenciado as reflexões dos intelectuais analisados e mereceriam outro tipo de enfoque.

A bibliografia referente ao estudo das historiografias gaúcha e nacional do período, destaca em ambas a presença de um conteúdo que se incorporava no processo de construção da nação brasileira. As discussões acerca da nacionalidade envolviam o meio intelectual desde os anos vinte, intensificando-se nos anos trinta, e assumindo um caráter distinto a partir do Estado Novo, de 1937 a 1945. O período anterior e imediatamente posterior à revolução de trinta foi de disputas no seio da classe dominante, falência de modelos tradicionais de gestão política a nível mundial, esgotamento do modelo econômico e emergência de lutas sociais em nível nacional. A sociedade brasileira encontrava-se dividida em torno das propostas para a solução da chamada "questão social". A partir do Estado Novo é implementada uma política cultural ostensivamente voltada para a construção e consolidação de um sentimento nacional que não atendia apenas aos interesses oficiais mas também atingia as inquietações referidas em diversos setores sociais. As pessoas perguntavam-se, então, sobre o que significava ser brasileiro e por que o Brasil não havia "dado certo". O passado, a história do Brasil, passaram a ser fontes usuais onde se buscava as origens dos problemas do país.

O empreendimento do Estado Novo na área cultural, portanto, foi orientado para a construção de um arcabouço simbólico que desse conta de congregar a população ao empreendimento da transformação das estruturas econômicas e relações de trabalho, sob o

controle autoritário do novo grupo dirigente. Essa construção não partia apenas da necessidade de um grupo social, como já foi dito, e não pode, por isso, ser caracterizada apenas pelos critérios classistas. Eram bastante difundidos em todos os níveis sociais tanto o sentimento de rejeição às estruturas sociais e políticas e às formas de vida do presente, como também o desejo de construir um futuro diferente. O grupo dirigente apropriou-se desses sentimentos comuns para empreender a renovação da solidariedade do conjunto da população em torno das novas propostas oficiais. O culto à imagem do presidente, a publicidade de massas através do rádio e da imprensa escrita e a elaboração de um calendário festivo foram parte importante da estratégia oficial assim como a recuperação e releitura da história brasileira (GOMES, 1988). Mesmo após a queda do Estado Novo, e até a atualidade, verifica-se a continuidade de muitos conteúdos da historiografia produzida sob estas influências a nível local e nacional².

Outro aspecto importante da política de Vargas é o alinhamento com os Estados Unidos a nível internacional, e a entrada do país na Segunda Guerra Mundial. Este fato fez com que se mudasse radicalmente o tratamento aos descendentes de imigrantes alemães, italianos e japoneses no país. As campanhas de nacionalização não apenas se inseriram no contexto de construção da nacionalidade como proporcionaram elementos importantes na construção de identidades regionais e étnicas no país.

A identidade gaúcha em *Província de São Pedro*

René Gertz realizou uma análise específica sobre *Província de São Pedro* em dois textos (GERTZ, 1983 e 1984). Além de ressaltar a importância da mesma, devido a seu longo tempo de publicação (21 números entre 1945–57), o autor afirma que os artigos da revista podem fornecer “uma boa visão sobre o pensamento de uma parcela significativa da intelectualidade gaúcha” (*op. cit.*, 1984: 79-113). No primeiro texto, “Matérias Historiográficas da Revista 'Província de São Pedro'” (*op. cit.*, 1983) o autor faz apenas um levantamento e quantificação dos artigos dividindo-os em onze categorias, conforme seus conteúdos, indicando os autores e o número da revista em que se situa cada texto.

Em “Intelectuais Gaúchos Pensam o Rio Grande do Sul”, Gertz (1984) inicia a análise de conteúdo pelos editoriais de Moysés Vellinho. Estes, evidenciam uma posição ambivalente ao apontar as peculiaridades do caráter rio-grandese, defendendo, porém, o caráter brasileiro do Rio Grande do Sul. Gertz também ressalta no periódico a presença de uma idéia comum

² Sobre a continuidade dos conteúdos da historiografia produzida no Estado Novo durante longo tempo a nível nacional e local ver, respectivamente, Ângela Gomes (1999) e Sandra Pesavento (In: FREITAS, 1998).

aos diversos autores quanto à necessidade de se repensar o Rio Grande do Sul em seus aspectos internos, e em sua relação com o Brasil.

Em resumo, são evidenciados alguns elementos sobre a identidade regional, também levantados por outros autores em outras fontes³. São eles: o caráter lusitano do gaúcho, a “democracia campeira”, o heroísmo guerreiro do gaúcho e o culto a “grandes heróis do passado” (*Ib.*: 101). Outros aspectos levantados também são relevantes como a limitação cronológica dos textos da revista entre o período colonial e a Revolução Farroupilha⁴, com raras referências a períodos posteriores. A tônica geral do periódico, é a manutenção do olhar para o passado, de forma saudosista, sem apresentar uma contribuição mais decisiva para a reconstrução da democracia no país, no contexto pós-ditatorial de 1945 (*Ib.*: 112).

As considerações de Gertz fazem ressaltar a importância da revista para o estudo da historiografia gaúcha. Esta importância pode ser reforçada pelas considerações de Gutfreind em relação ao trabalho de Moysés Vellinho em *Província de São Pedro* como sendo a sua atividade intelectual mais importante na década de 40 (GUTFREIND, 1998: 104). Vellinho pode ser considerado como uma figura controvertida na história gaúcha devido à sua notoriedade junto a muitos intelectuais gaúchos até a década de 60 e ao seu relativo desprestígio na historiografia de meados dos anos oitenta⁵. Somente este fato já justificaria a análise do periódico em questão neste ensaio.

A imigração européia do século XIX na revista

A principal discussão a ser feita neste ensaio em relação ao conteúdo dos artigos da revista - e à identidade regional que aí se propõe - é referente à imigração européia do século XIX para o Rio Grande do Sul. Nos exemplares analisados verificam-se poucos textos que se referem especificamente a este assunto. O que mais se destaca é que os textos genéricos sobre

³ Os trabalhos de Gutfreind (1998), Pesavento, (1980, 1993) e Oliven (1992), entre outros, apontam vários desses elementos identitários referentes aos gaúchos, presentes na historiografia regional desde o início do século e recorrentes em *Província*. Esta identidade construída consolidou-se, conforme os autores citados, na década de trinta deste século.

⁴ Revolução ocorrida no Rio Grande do Sul entre 1935 e 1945 durante a vigência do segundo Império brasileiro. Nesse período, foi proclamada uma República naquele estado, que ficou separado do restante do Brasil até a Paz de Ponche Verde, quando se volta à situação política anterior de pertencimento ao Império brasileiro.

⁵ Ver, por exemplo, Dacanal (1996) e Pesavento (1996).

a formação do Rio Grande do Sul, em sua maioria, abrangem até o período da Revolução Farroupilha. Ignora-se, assim, a presença dos imigrantes europeus que chegaram, em sua maioria, após este período. Por que não se vai além? Por que a presença dos imigrantes ainda não faz parte da história do Rio Grande do Sul?

Gertz ressalta que há na revista uma razoável quantidade de artigos referentes aos imigrantes, tendo em vista a tendência lusitanista dominante. Destaca também textos que, de certa forma, rompem com as suspeitas generalizadas durante o Estado Novo em relação aos alemães, principalmente, no período da Segunda Guerra Mundial. Entre os textos que apresentam essa tendência de ruptura, Gertz destaca os de Pellanda (1945) e de Nilo Rushel (1949) (GERTZ, 1984: 99). Apesar dessas exceções, porém, o que se destaca nos exemplares analisados neste ensaio é a ausência generalizada dos imigrantes e seus descendentes entre os elementos considerados como "formadores do Rio Grande".

Os textos que referem-se aos alemães e italianos, principalmente, relacionam sua presença a altas posições na industrialização do Rio Grande do Sul. Um desses é o texto de Mem de Sá, que divide o estado em três regiões do ponto de vista econômico, confrontando-as. O contraste é revelador e mostra uma situação favorável em termos demográficos e econômicos na região da colonização alemã e italiana (SÁ, 1945).

O primeiro confronto que faz o autor é entre as zonas que ele define como "fronteiras" e "colônias". Nas "fronteiras" do estado com o Uruguai e Argentina a característica econômica é a exclusividade pastoril. As "colônias" são as primeiras áreas de colonização européia do estado onde o autor verifica um predomínio da agricultura mas com maior diversidade de atividades econômicas. Os dados estatísticos referentes ao contingente populacional, à distribuição de renda assim como outros fatores econômicos, revelam a situação de empobrecimento das "fronteiras" em relação ao crescimento das "colônias". A terceira zona é definida como "novas colônias" que teria atraído uma massa populacional proveniente das "colônias" anteriores: "Operou-se ali um surto demográfico, agrícola e econômico sem precedentes na vida rio-grandense". Essa seria a área de maior diversificação econômica no estado e a isso se deveria o seu avanço econômico. (SÁ, 1945).

A maioria das análises sócio econômicas identificam essa mesma situação de empobrecimento nas "fronteiras" e progresso nas "colônias" como os textos de Limeira Tejo (1945a e 1945b) e Rubens de Barcellos (1945). Outros poderiam ser citados mas, o importante é reter a presença marcante do imigrante, ou de seus descendentes, nos artigos historiográficos e sócio-econômicos de *Província* vinculada de forma favorável ao desenvolvimento econômico do estado.

No destaque à influência positiva das correntes imigratórias européias no Brasil e no Rio Grande do Sul, Tejo propõe uma contribuição para além do incremento dos contingentes populacionais: "as famílias que abandonaram o Velho Mundo (...) 'pour faire l'Amerique', trouxeram uma tradição de trabalho e uma experiência das coisas que as gentes do Novo Mundo ainda não haviam tido tempo de adquirir" (TEJO, 1945b: 82). Nesta citação identifica-se duas concepções importantes verificadas na construção das identidades étnicas dos descendentes de imigrantes europeus no Brasil e, em particular, no Rio Grande do Sul. A mais evidente é a associação dos imigrantes europeus a uma ética do trabalho mais desenvolvida e sofisticada que os trabalhadores nacionais.⁶

A outra concepção que pode ser proposta neste discurso é em relação à capacidade do imigrante europeu em "se fazer" na vida⁷. Esta seria outra forma destes se diferenciarem dos brasileiros: a iniciativa individual. Essa idéia se evidencia de forma mais clara no mesmo texto de Tejo quando este refere-se aos netos dos artesãos da Idade Média européia que para o Rio Grande do Sul vieram e "que traziam todos aquela grande virtude construtiva e perseverante das coletividades sedentárias já de alguns séculos" (TEJO, 1945b: 82-83).

Em dois textos são verificadas comparações do Brasil com os Estados Unidos examinando os aspectos deficientes e diferentes do primeiro em relação ao segundo, como era usual nas décadas de trinta e quarenta, na historiografia e nos escritos sociológicos brasileiros. Limeira Tejo considera que as desvantagens do Brasil em relação aos EUA foram surgindo com o tempo, no desenvolvimento histórico diferenciado de ambos, onde ressalta a imigração européia espontânea e intensiva para a América do Norte. O autor associa, neste caso, a grande presença dos imigrantes europeus com a emergência de uma nova sociedade democrática que "surgiu da iniciativa do imigrante, frente a problemas do progresso individual, num mundo a construir" (TEJO, 1945b: 82). Se a situação no Brasil, em geral, mostra-se desfavorável na comparação feita pelo autor, o caso do Rio Grande do Sul é diferente: "No caso do Rio Grande do Sul, que foi beneficiado diretamente pela incorporação de grandes massas de trabalhadores europeus, os esforços manufatureiros tropeçaram na falta de uma preparação nacional para encorajá-los" (TEJO, 1945b: 78)

⁶ Em relação às associações positivas entre trabalho e imigração européia no Brasil, especialmente alemã, ver também: Seyferth (1982), Weber (1996) e Kowarik (1997).

⁷ A expressão "se fazer" foi retirada das interpretações de Regina Weber com relação à construção de identidade étnica na localidade de Ijuí, cidade de expressivo contingente imigratório de alemães no RS. O significado desta expressão refere-se à exaltação da capacidade de trabalho dos descendentes de alemães presente no imaginário local (WEBER, 1996).

O que é importante nessa comparação com os Estados Unidos é, em primeiro lugar, a recorrência, neste artigo, da capacidade do imigrante europeu em "se fazer" na vida através de sua iniciativa individual. Além disso, é presente uma sugestão de que o Rio Grande do Sul se diferenciaria positivamente do restante do Brasil por assemelhar-se aos Estados Unidos no que se refere à presença de imigrantes europeus no estado.

Essa concepção pode ser compreendida como uma estratégia de demarcação de identidade regional baseada não nos aspectos luso-brasileiros e na situação histórico-geográfica da fronteira, enfatizados pelos historiadores dominantes na linha editorial da revista, mas, em vez disso, na ascese do trabalho. Esta estratégia remete ao que já foi identificado por Regina Weber em relação à idealização do trabalho alemão, no caso de Ijuí, verificado no período do Estado Novo e posterior a ele. A afirmação de uma identidade alemã, após os processos de nacionalização e devido ao confronto de etnias na realidade da indústria e da urbanização, se utiliza de uma distinção vantajosa desse grupo étnico em relação aos demais quanto à sua disposição e capacidade para o trabalho (WEBER, 1996).

Outra comparação com os Estados Unidos e Brasil é presente na análise de Ernesto Pellanda. Seu enfoque, porém, é outro. Em relação à presença de imigrantes europeus nos dois países, o autor ressalta que no Brasil não existiram políticas governamentais no sentido de evitar os enquistamentos étnicos. A xenofobia dos brasileiros em relação aos estrangeiros era comparável ao exclusivismo característico dos índios (que são comparados, neste sentido, com Gobineau!⁸). "Infelizmente muitos brasileiros de hoje, mesmo cultos, sentem como índios e não como homens do século, como partícipes do *melting-pot* em que se molda a nossa gente do futuro" (PELLANDA, 1945: 120, grifo no original). No entanto, o autor também condena este tipo de atitude nos descendentes de alemães:

"é do mesmo modo, como godo e não como civilizado, que pensa o neto de alemão que se deixou imbuir da toleima da 'superioridade' racial, onde sequer existe raça. É esse antagonismo primevo que é preciso combater, mas combater apenas pondo em contato uns e outros para que se conheçam melhor" (Ib.: 120, grifo no original).

Nessa outra comparação entre Estados Unidos e Brasil o que se destaca é a referência ao "melting-pot". Essa "assimilação" de culturas aparece no sentido de um ideal a ser

⁸ Gobineau, como é sabido, foi um dos grandes teóricos da superioridade européia que influenciou diversos autores brasileiros, inclusive, no início do século XX.

alcançado que esbarra no xenofobismo de alguns brasileiros e na pretensão de superioridade racial de alguns descendentes dos alemães. O "melting-pot" também fora invocado em outros contextos do Estado Novo no sentido de denunciar a resistência do estrangeiro à "assimilação" ao país⁹. Seja como objeto de denúncia de resistência do elemento europeu ou de xenofobia dos brasileiros, a presença desse modelo norte-americano a ser seguido pode ser compreendida, no artigo analisado, como uma recorrência do ideal de "branqueamento", muito presente nos estudos histórico-sociais da década de trinta.

Se em Pellanda se verifica essa recorrência, algumas formulações apresentadas por este autor, no entanto, formam uma exceção no contexto dos artigos historiográficos da revista. Nesse sentido verificam-se as preocupações de evitar o uso do termo "raça" e de rechaçar o "antagonismo primevo" entre os grupos étnicos no Brasil. A maioria dos artigos historiográficos da revista, porém, delimita as diferenças culturais existentes entre gaúchos platinos e rio-grandenses, por exemplo, como "raciais". Quanto a este aspecto é importante ressaltar as concepções de Banton acerca da idéia de *raça*. Segundo este autor, as crenças sobre *nacionalidade* se baseiam em "fronteiras *inclusivas*" como etnia e religião. "As crenças acerca da *raça* serviram freqüentemente de base para a formação de "fronteiras *exclusivas*" (BANTON, 1977: 165, grifo meu). Desse modo, a fronteira interna construída no discurso da maior parte dos artigos historiográficos analisados, em relação às culturas dos descendentes da imigração européia do século XIX, no processo de constituição da identidade regional no Rio Grande do Sul, tenderia a ser mais exclusiva que inclusiva.

Um exemplo bastante explícito da construção de fronteiras identitárias exclusivas pode ser encontrado no discurso de Moysés Vellinho. Em alguns dos editoriais que escreveu em *Província*, Vellinho identifica ameaças internas à cultura rio-grandense, a serem combatidas. O autor analisa o conservadorismo lingüístico dos escritores e literatos gaúchos criticado por Afonso Arinos¹⁰. Para explicar e defender esse conservadorismo lingüístico a argumentação de Vellinho é histórica. Segundo ele, estabelecidas as fronteiras do Rio Grande do Sul com o "castelhano" a nível geográfico, o rio-grandense tivera que resguardar a inviolabilidade do seu idioma frente ao estrangeiro que habitava o estado. "Os riscos de infiltração e desvirtuamento (...) vieram depois, em grossas levaras, as imigrações alemã e italiana". Ou seja, além de estabelecer e vigiar as fronteiras geográficas, o mesmo deveria ser

⁹ Ver Seyferth (1997) sobre a campanha de nacionalização no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. A autora define o melting-pot como assimilação e situa a discussão em torno dessa noção em um estudo de Emílio Willems (p.123).

feito em relação às "fronteiras culturais internas" ao estado. Para preservar o nacional (língua portuguesa), era necessário enfrentar os riscos de desvirtuamentos locais: "em face do estrangeiro a história nos meteu na própria carne a lição de que o argumento nacional há de sempre falar mais alto que o regional" (VELLINHO, 1946c: 6). Neste sentido, ainda, no editorial número treze, Vellinho volta a ressaltar que o Rio Grande procurava se manter brasileiro enfrentando as dificuldades de uma "zona de intensa imigração, franqueada a todas as raças, (onde) seria cedo demais para descurarmos a preservação das nossas fontes genuínas de cultura" (VELLINHO, 1949: 6).

Conclusão

Os artigos historiográficos e editoriais analisados apresentaram recorrências da historiografia anterior em relação ao conteúdo da identidade gaúcha que propunham. O que se verifica em *Província de São Pedro*, no período enfocado, é uma glorificação do passado com o culto a grandes heróis rio-grandenses em seu caráter guerreiro. Estes carregariam em si o sangue e as tradições lusitanas e teriam sido responsáveis pelas grandes façanhas de manutenção das fronteiras brasileiras e luta pela causas da liberdade e república.

Conforme a historiografia acadêmica dos anos 80 e 90, e de acordo com os conteúdos analisados em *Província*, os anos 40 parecem ter sido um momento de reafirmação da identidade regional consolidada nos anos 30, mas também, de surgimento de novos elementos. Nesse sentido, a maior novidade se verifica nas representações referentes aos imigrantes europeus e seus descendentes. Se, por um lado, na maior parte dos textos, continuam ausentes daquilo que se considerava a história da formação do Rio Grande, quando aparecem, são apresentados de duas formas contraditórias.

Na maior parte dos textos em que são mencionados, os imigrantes europeus e seus descendentes são associados ao progresso e à industrialização de forma positiva, sendo ressaltada sua capacidade do trabalho que os diferenciava dos demais trabalhadores nacionais. Mas, contraditoriamente a essa tendência, nos editoriais da revista, suas presenças no espaço local foram identificadas como ameaças de corrupção do idioma nacional e da cultura luso-brasileira. Nesse sentido, reforça-se a tese de que a ascensão populacional, econômica e principalmente a maior representação dos descendentes dos imigrantes europeus em cargos

¹⁰ Afonso Arinos era crítico literário de destaque no cenário nacional na década de 40.

eletivos sensibilizara os "representantes do Rio Grande tradicional" (GERTZ, 1991:76).¹¹ Ao sensibilizá-los, porém, essa ascensão fora encarada como ameaçadora, conforme a posição de Vellinho, por exemplo, e/ou como força uma força a ser cooptada pelos grupos dominantes conforme afirma Pesavento (1996) sobre a atitude das elites políticas gaúchas em relação aos descendentes de imigrantes no período considerado.

Além da ausência dos imigrantes europeus, há uma ausência mais marcante ainda que é a dos escravos negros e seus descendentes nos textos historiográficos de *Província de São Pedro*. Estes só aparecem como objeto da bondade dos grandes proprietários envolvidos na Revolução Farroupilha, que os libertavam por participarem das lutas. Além dos negros, que acumulam por longa data as classificações¹² de inferioridade étnica e de classe nas representações sociais no Brasil, há também outros grupos sociais que marcam pela sua ausência na revista: os indígenas e as classes subalternas.¹³

De forma geral, temos um contexto desenhado pelos conteúdos das matérias historiográficas da revista *Província de São Pedro*, entre 1945 e 1949, no qual são evidenciadas estratégias de construção de identidade com dois principais objetivos (conscientes ou não). O primeiro era de reafirmar a identidade do gaúcho rio-grandense como uma das melhores expressões da raça luso-brasileira. O mais apto para ocupar os mais altos postos do poder político nacional devido ao seu vanguardismo histórico nas guerras contra o inimigo estrangeiro e pelas mais justas causas como a liberdade e a democracia.

A reafirmação da identidade regional tradicional do "gaúcho luso-brasileiro" começa a enfrentar dificuldades, ao que parece, em relação às contradições que começam a se evidenciar, principalmente em relação às representações sobre a imigração européia do século

¹¹ Gertz aponta que os deputados com sobrenomes alemães e italianos no legislativo gaúcho em 1937 era de 15%, aumentando para 41,8% e 35,7% nas legislaturas de 1947 e 1950, respectivamente. (GERTZ, 1991: 74-75). Nesse sentido, também, Coradini (1996) destaca uma "inserção generalizada de populações das 'colônias' em esferas antes quase exclusivamente de 'brasileiros', como é o caso, particularmente, da política eleitoral e da participação em burocracias públicas". Isso acontece nos anos 40 (p.37).

¹² A noção de classificação, de Bourdieu, permite analisar as lutas no seio das classes sociais e grupos étnicos, entre outros, sem pretender que as posições sociais se reduzam a um ou outro grupo. As classificações podem variar e se sobrepor conforme os grupos que estejam em contato e as posições que estejam em jogo: "De fato, este trabalho de categorização, quer dizer, de explicitação de classificação, faz-se sem interrupção, a cada momento da existência corrente, a propósito das lutas que opõem os agentes acerca do sentido do mundo social e da sua posição nesse mundo, da sua identidade social" (BOURDIEU, 1989: 142)

¹³ A ausência das classes subalternas na historiografia gaúcha já foi apontada por Sandra Pesavento. Ver, por exemplo, seu artigo sobre a historiografia gaúcha no Estado Novo (In: SILVA, 1991).

XIX. As construções referentes aos negros, indígenas e classes subalternas, e suas ausências, no que se considerava a história do Rio Grande do Sul, parecem não demonstrar diferenças significativas de *Província* em relação à tradição historiográfica precedente.

No entanto, parecia tornar-se mais difícil reafirmar em nível local a identidade regional construída nos anos trinta. Nas lutas de classificações para a reafirmação desta identidade, os imigrantes europeus e seus descendentes começavam a se fazer representar de forma cada vez mais positiva, em consonância com a conjuntura social, econômica e política do final dos anos 40 no Rio Grande do Sul. Desta forma, representavam uma ameaça que demandava a construção ou o reforço das fronteiras internas do Rio Grande do Sul que ameaçavam com seus idiomas e culturas diferentes. Se eram considerados ainda como estrangeiros, deveriam ser combatidos como o foram os castelhanos que invadiram os domínios territoriais dos luso-brasileiros. Ao mesmo tempo que os imigrantes e seus descendentes ascendiam socialmente, economicamente, politicamente e *simbolicamente*, em 1948, era fundado o primeiro CTG do Rio Grande do Sul, provavelmente, entre outros sentidos, no de combater a ameaça simbólica, que emergia então, à identidade construída e consolidada ao longo de várias décadas.

Bibliografia

- BANTON, Michael. **A idéia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 153-173.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand e Lisboa: DIFEL, 1989, p. 133-161.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: História e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. SP: Contexto, 1998.
- CORADINI, Odaci. In: MAESTRI, Mário (org.). **Nós, os ítalo-gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1996, p. 33-39.
- DACANAL, José Hildebrando. A Miscigenação que não houve. In: DACANAL, H. e GONZAGA, S. **RS Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 25-33.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930. História e historiografia**. SP: Cia das Letras, 1997.
- GERTZ, René. Eles, os alemães. In: GONZAGA, S. e FISHER, A. **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1992. Pág. 45-49.
- _____. Matérias historiográficas da revista “Província de São Pedro”. In: **Estudos Ibero-Americanos**, I – II. Porto Alegre: PUCRS, 1983. Pág. 221-238.

_____. Intellectuais gaúchos pensam o Rio Grande do Sul. In: **Estudos Ibero-Americanos**, I . Porto Alegre: PUCRS, 1984. Pág. 79-113.

_____. **O perigo alemão**. 2^a ed. Porto Alegre: UFRGS, 1991, p. 63-77.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

_____. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, H. e GONZAGA, S. **RS Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. Pág. 60-88.

_____. A Invenção da Sociedade Gaúcha. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 1993.

_____. Historiografia do Estado Novo: Visões Regionais. In: SILVA, José Luiz Werneck (org). **O feixe e o prisma**. RJ: Jorge Zahar Editor, 1991. P.132-140.

SEYFERTH, Giralda. A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, n° 37, 20 out, 1982, p. 1-33.

_____. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**. Rio de Janeiro: Contracapa. 3(1): 95-131, 1997.

TORRESINI, Elisabeth Rochadel. **Editora Globo**. São Paulo, Porto Alegre: EDUSP, Com Arte e UFRGS, 1999.

WEBER, Regina. **Os operários e a Colméia**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996, p. 195-258.

Periódicos

ABREU, Florêncio de. O gado bovino e sua influência na antropogeografia do Rio Grande do Sul. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1948, n° 11, p. 26-33.

AZAMBUJA, Darcy. História e imaginação. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1945, n° 1, p. 18-22.

BARCELLOS, Rubens de. Esboço da formação social do Rio Grande do Sul. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1945, n° 3, p. 13-24.

GOYCOCHEA, Castilhos. Maragatos e gaúchos. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1945, n° 3, p. 117-121.

LAYTANO, Dante de. História particular de velha cidade do Rio Grande do Sul. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1945, nº 1, p. 8-17.

PELLANDA, Ernesto. O colono alemão, o Deutschtum, o nazismo, e sua recuperação nacional. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1945, nº 2, p. 110-123.

PÔRTO, Aurélio. Gente que canta triste. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1946, nº 4, p. 63-68.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. In: MOTTIN, Antônio, MOREIRA, Alice; GLOCK, Flávio et al. **Revista Província de São Pedro/1945/57**: catálogo e texto. Porto Alegre, PUCRS, 1999. CD-ROM.

REVERBEL, Carlos. Rubens de Barcellos. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1946, nº 7, p. 112-115.

ROSA, Othelo. Causas da Revolução Farroupilha. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1945a, nº 2, p. 15-30.

_____. Dois perfis. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1945b, nº 3, p. 97-105.

_____. Bento Gonçalves. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1947, nº 10, p. 5-14.

RUSCHELL, Nilo. Uma experiência de ficção. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1949, nº 13, p. 36-39.

SÁ, Mem de. Confronto entre as características democráticas e econômicas de três regiões do Rio Grande do Sul. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1945, nº 1, p. 49-58.

TEJO, Limeira. Contribuição à crítica da economia rio-grandense. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1945a, nº 1, p. 81-90.

_____. Contribuição à crítica da economia rio-grandense. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1945b, nº 3, p. 74-91.

VELLINHO, Moysés. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1945a, nº 1, p. 5-7.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1945b, nº 2, p. 5-6.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1945c, nº 3, p. 1-6.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1946a, nº 4, p. 5-8.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1946b, nº 5, p. 5-6.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1946c, nº 6, p. 5-6.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1946d, nº 7, p. 5-6.

_____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1947a, nº 8, p. 5-6.

- _____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1947b, nº 9, p. 5-6.
- _____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1948a, nº 11, p. 5-8.
- _____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1948b, nº 12, p. 5-6.
- _____. Editorial. **Província de São Pedro**, Porto Alegre: Globo, 1949, nº 13, p. 5-7.

A criação da Vila de São Leopoldo e o censo de 1848

*Marcos Justo Tramontini*¹

Como afirma J. Roche, quando se restabeleceu a calma na Colônia a prosperidade voltou, maior mesmo que antes de 1835, “pois a guerra farroupilha foi para São Leopoldo um catalisador da produção agrícola e artesanal” (1969, p. 17). Mas, adverte o historiador, buscando reforçar sua tese do isolamento e da solidariedade étnica como solução de sobrevivência dos imigrantes: “O triunfo dos Legalista não determinou o fortalecimento da submissão dos colonos ao Estado, e o revés dos Republicanos fixou a oposição entre a Planície e a Colônia.”(Idem, *ibid.*, p. 18)

Na falta de uma explicitação do conteúdo desta oposição entre a Planície e a Colônia e do significado do que chama de “submissão ao Estado”, talvez possamos interpretar a referida oposição como o desdobramento do desenvolvimento de dois modelos distintos de organização social, com a consolidação da pecuária charqueadora e escravocrata, por um lado, e da pequena propriedade, de outro. E a não submissão dos colonos ao Estado brasileiro, como uma observação sobre as dificuldades deste Estado, ou melhor, dos mecanismos políticos tradicionais do Império de absorver no seu sistema de mando aqueles homens livres e pobres, e que consolidavam, gradualmente, uma forma de organização social e econômica distinta, mas articulada com o mundo social mais amplo em que se insere e em que se constitui. Só desta maneira podemos incorporar a observação de Roche ao nosso trabalho e avançarmos na análise da elevação da Capela à condição de Vila de São Leopoldo como uma tentativa de intervenção no (ou de submissão, para usarmos o termo de Roche) mundo colonial, que desperta a atenção, neste final dos anos de 1840, como região estratégica e de grande potencial econômico e demográfico.

Devemos, primeiramente, lembrar que a pacificação e a afirmação das forças legalistas apoiaram-se nos instrumentos de centralização político-administrativa disponibilizados pela Reinterpretação do Ato Adicional e pela Reforma do Código de Processo Criminal, que regiam os mecanismos de criação de Câmaras Municipais, buscando evitar que essas se transformassem em instrumentos de oposição à disposição da

¹ Doutor em História pela PUCRS, Professor Titular do PPGH da UNISINOS

Assembléia Provincial, como havia possibilitado o Ato Adicional de 1834. Do mesmo modo, segundo a análise de Lyra sobre a nova política fiscal imperial, a “centralização das rendas públicas atendia a um objetivo maior: desviar os recursos das Províncias para gerir a máquina política e administrativa do Império, mantendo-as atreladas numa situação de dependência irrestrita”, uma vez que:

“O sistema fiscal centralizado não só concentrou as principais fontes de renda na Corte, mas também o poder de decisão sobre os mínimos atos administrativos, submetendo as Províncias ao beneplácito do Governo Geral, e, por tabela, aos acordos políticos realizados. Com isso, se firmavam e se consolidavam os grupos dominantes em seus municípios e Províncias, assegurando a reeleição de seus membros através das verbas conseguidas junto ao Governo Central em benefício local.”(1985, p. 45/46)

Desprovidas de autonomia política e de rendas, as Câmaras tornaram-se órgãos estéreis, mas, mesmo assim:

“Se os nossos partidos políticos ainda disputam em todo Império as eleições municipais, não é porque desconheçam essas impossibilidades em que estão as Câmaras Municipais de prestar bons serviços aos municípios, é sim porque a vitória nessas eleições vai dar-lhes influência na qualificação de votantes e de guardas nacionais, tendo um de seus membros nos conselhos municipais de recurso, e também porque a essa eleição está ligada a de juizes de paz, considerada essencialmente política.”(Laxe: 1963, p. 40-41)

O incremento do processo de centralização político-administrativo, que marca a última etapa do período regencial e que teve seguimento no Segundo Reinado, retirou, gradativamente, das Assembléias a capacidade de manipular as Câmaras Municipais como espaço para sua atuação política, submetendo-as diretamente ao poder central e ao Presidente, como seu representante no âmbito provincial.

Acreditamos, assim, que no Rio Grande do Sul, conjuntamente com a centralização político-administrativa, a criação de Câmaras Municipais se articula com a política de consolidação dos ex-legalistas no poder neste período pós-revolucionário. Deste modo,

quando o Vice-Presidente da Província, Corrêa da Câmara, declarava que não convinha “atualmente fazer-se alteração alguma nos Colégios eleitorais da Província já criados”, pois assim como “estão oferecem maior comodidade aos eleitores”, destacava que as únicas modificações implementadas neste período foram as criações das Câmaras de São Leopoldo, São Gabriel, Bagé e Uruguaiana. Pretendemos deduzir que a criação destes novos municípios se inclui na estratégia de pacificação ou de consolidação dos ex-legalistas no poder, ou seja, de criação de mecanismos administrativos de controle e de submissão em três núcleos da fronteira e, o outro, na ex-colônia alemã de São Leopoldo, florescente, populosa e situada nos arredores da capital da Província.

Neste processo, não podemos esquecer as indicações de Laxe e de Carvalho, que, ao afirmarem a falta de autonomia política e fiscal das Câmaras Municipais, destacam que elas se configuram num espaço de articulação de interesses de grupos locais, que disputavam o controle de cargos como delegado de polícia, juiz municipal, cobrador dos impostos e oficial da Guarda Nacional, além de prestígio local (Carvalho: 1995, p. 26).

Antes de prosseguirmos com estas discussões, transcreveremos parcialmente a descrição de São Leopoldo que, em 1846, o jesuíta Juan Maria Gutierrez publicou em Montevideú como fruto de suas impressões a partir de uma missão na Colônia. Apresenta-nos uma povoação com casas pobres, onde destacavam-se a igreja católica, a luterana e uma casa de baile “limpa e espaçosa”(1846, p. 2), sendo que a rua principal lembrava as notas do canto gregoriano “em um missal de coro”, tal era a irregularidade na colocação de portas e janelas. Por sua vez, a Colônia era cortada por caminhos e picadas que permitiam o trânsito de cavalos e carroças, onde, podia-se dizer, “sem exagero”, que se caminhava por entre perfume de flores, e onde espaçavam-se as casas dos alemães (Ibid., p. 3). Não deixou de criticar e lamentar as conseqüências das promessas de ajuda não cumpridas e o não pagamento dos subsídios, além da situação dos colonos que não recebiam nenhuma proteção do Estado, que, inclusive, não os considerava como cidadãos brasileiros, reforçando, assim, que à antiga reivindicação, o pagamento dos subsídios atrasados, passava a se associar o desejo de naturalização.

Ressaltava que no pequeno povoado era comum o uso da língua portuguesa pelos alemães, ao mesmo tempo que garantia que todos os que nasciam no país eram batizados e educados na fé católica, o que é uma completa inverdade.

Sobre o dia-a-dia desta população, observava que as mulheres lavravam a terra com seus maridos, dirigiam barcos e montavam a cavalo como homens, e que a alimentação básica desta gente era composta de carne de porco, pão de milho e de centeio e bebiam vinho e cachaça. Aos domingos, tanto no povoado como no interior, tinha-se o costume de organizarem-se bailes, ao mesmo tempo que não se esqueciam de freqüentar os templos, onde o povo cantava dirigido “por uma espécie de sacristão que se coloca no altar” (Ibid., p. 5). Comentava, ainda, que se “nenhum” processo civil ou criminal na região havia sido levado a julgamento, isto se explicaria pela liderança de Hillebrand, que resolvia e mediava ele mesmo quase todas as diferenças e disputas (Ibid., p. 10)². A população de 5.538 pessoas, da qual um quarto seria de católicos, se dividia entre agricultores e artesãos, os primeiros produziam milho, cevada, centeio, carne, mandioca, feijões e batatas, além de aguardente, azeite, vinho, farinhas e madeiras. Os segundos trabalhavam em curtumes, fábricas de lombilhos, de ladrilhos e de telhas, que exportavam para Porto Alegre e outros pontos do interior da Província.

Este é um breve panorama da Capela de São Leopoldo, pouco anterior à sua elevação à Vila, onde se destaca seu desenvolvimento comercial, artesanal e agrícola, assim como a formação de práticas sociais (lúdicas, religiosas, econômicas e familiares) próprias, e coloca-se em evidência a liderança de Hillebrand, denunciando, mas não criticando, sua atuação judiciária e a utilização de práticas administrativas que superavam sua autoridade como Diretor.

Complementando este quadro, e mesmo, por vezes, se opondo a ele, temos a descrição feita por Caldre Fião (1992, p. 153) em seu romance, *A Divina Pastora*, de 1847:

“É S. Leopoldo uma graciosa vila situada à margem do Rio dos Sinos, quinze léguas acima da boca que deságua no Guaíba. Seu chão é baixo e sujeito a freqüentes inundações no tempo das chuvas. Suas casas são regulares e de arquitetura gótica. Sem edifícios públicos além de uma pequena igreja que está entre a Praça da Igreja e a Praça da Alegria, ela atesta esta simplicidade e essa mocidade risonha e aprazível de todas as nossas povoações modernas. Na margem oposta em que ela está assentada começam as habitações dos colonos

² Comentava ainda que os presídios seriam na serra, e que os presos recebiam instrumentos para lavrar a terra.

alemães que, estendendo-se por uma vasta porção de terreno, vão terminar na encosta da serra geral e para as bandas do fachinal e Pinhal, tomando o nome de colônia de S. Leopoldo. As línguas alemã e portuguesa são faladas simultaneamente até pela classe do povo. Existiam aí, em 1834, duas casas destinadas ao culto particular do Protestantismo, da religião luterana; duas escolas alemãs, uma das quais freqüentei pelo curto espaço de dois meses; e uma aula nacional. A indústria alemã, aí levada pelo colonos, prospera sem entraves, no meio de uma liberdade constante que é partilhada dos brasileiros e que a ela bafeja agradavelmente. A agricultura, essa primeira mãe, é exercida pelos seus habitantes e de seus contornos com admirável desenvolvimento. Entre alguns dos colonos, expatriados de sua terra por motivos talvez bem justos, encontra-se uma pura e adiantada ciência (...). Aí todos os domingos, descansando das fadigas da semana, dançava-se e brincava-se com grande alegria. Havia casas de pasto que nestes dias tornavam-se salas de baile. (...).”

Acreditamos que num universo não muito distante do descrito elegeram-se os vereadores para a Câmara Municipal de São Leopoldo, que passava a ser o centro administrativo, exclusivamente entre os membros do grupo luso-brasileiro local³. Observação não significa que concordamos com a interpretação de que a vida na colônia foi marcada pela apatia política, por um isolamento individualista, senão anti-social dos colonos, como a que perpassa significativa parcela da bibliografia. Assim, um primeiro passo a ser dado é reconhecer que a própria organização dos colonos é um fato político, pois como destacou Weber:

“A crença na afinidade de origem - seja esta objetivamente fundada ou não - pode ter conseqüências importantes particularmente para a formação de comunidades políticas. Como não se trata de clãs, chamaremos grupos “étnicos” aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. A ‘comunhão

³ Assumiram Manoel Bento Alves, Inácio Antônio de Moraes, André Miguel dos Santos, Francisco José de Souza, Manoel Francisco Ramos, Tiago de Pina Cabral (vigário), Alexandre Coelho Fragoso. (In: A.H.R.S., Autoridades Municipais, M. 257, L.92, of. de 24.7.1846)

étnica' distingue-se da 'comunidade de clã' pelo fato de aquela ser apenas produto de um 'sentimento de comunidade' e não uma 'comunidade' verdadeira (...). A comunhão étnica (no sentido que damos) não constitui, em si mesma, uma comunidade, mas apenas um elemento que facilita relações comunitárias. Fomenta relações comunitárias de naturezas diversas, mas sobretudo, conforme ensina a experiência, as políticas." (1994, p. 270)

O início das atividades da Câmara Municipal foi marcado pela entrega à presidência da Casa de toda documentação sobre colonização, inclusive dos relatórios sobre os gastos com subsídios e sobre as dívidas dos imigrantes, e pela estruturação burocrático-administrativa do novo município, com as nomeações de funcionários.

No desempenho de sua principal tarefa, a Câmara iniciava já em 1846, a partir de propostas do vereador Souza, a discutir e elaborar as Posturas Policiais, que se caracterizariam por regulamentar as competências da Câmara e de seus funcionários bem como as condutas na povoação, com as normas para conservação, construção e reforma de casas; para o comércio em estabelecimentos, barracas ou ambulantes; para o uso e destino de esgotos e lixos; regras para o comportamento dos escravos; para a manutenção de animais; sobre o uso e conservação de estradas; sobre funcionamento de tabernas; e sobre impostos municipais e multas. Sendo que, em meados de 1847, a estas posturas seriam acrescidos alguns novos capítulos, sugeridos pelo vereador Paranhos, que se preocupavam com regulamentações do mundo rural, como a obrigação de se conservar o gado preso em poteiros, responsabilizando seus donos caso causassem danos em lavouras de vizinhos; multa/imposto para quem matasse qualquer tipo de gado; e obrigando os proprietários a cercar suas lavouras. Para logo depois agregar, ainda por sugestão do mesmo vereador Paranhos, outros artigos que regulavam sobre o pagamento de impostos e multas devidas à Câmara.

Enquanto a elaboração das posturas policiais obedecia um padrão quase uniforme aos dos demais municípios, as poucas e pequenas especificidades demonstravam mais uma preocupação com a origem das rendas da Câmara do que com uma decisão de intervir politicamente na dinâmica social e econômica do município. Por outro lado, a Câmara logo entraria em choque com as organizações preexistentes na Colônia, principalmente aquelas que demonstravam uma certa autonomia dos imigrantes. Um exemplo deste tipo de

conflito temos quando a Câmara divulgou o edital que obrigava os professores particulares a tirarem licença para poder lecionar⁴. Dois meses depois o vereador Pina Cabral propunha que se oficiasse ao Delegado de Polícia solicitando que procedesse na forma da lei com os professores de escolas particulares que não tivessem providenciado suas licenças junto ao Presidente da Província⁵. Como reação, alguns alemães mandaram um requerimento ao Presidente da Província pedindo que se garantisse o direito de funcionamento das escolas protestantes. Manoel Antônio Galvão respondeu em ofício à Câmara que, uma vez que era permitido o culto doméstico e reservado da religião protestante, da mesma forma autorizava-se o funcionamento dessas escolas, desde que não admitissem “alunos de outra criação, salvo para aprender o idioma”⁶. Portanto, o professor alemão Pedro Praz estaria autorizado a dar aulas de primeiras letras em São Leopoldo, desde que não fosse para meninos católicos, “visto ser de religião diversa a sua” e podendo “talvez inspirar-lhes o amor da religião Protestante que professa”⁷. Em novembro de 1849, o Diretor de Instrução Pública remetia um ofício com os regulamentos a serem seguidos por todas as escolas⁸. Os problemas religiosos, lingüísticos e políticos se interpenetram, sendo que a defesa que a Câmara fazia do culto católico e do ensino da língua portuguesa aponta para, no mínimo, um descompasso com a realidade da população leopoldense, e do ensino público. Neste processo de confronto o vereador e vigário Pina Cabral denunciou o pastor evangélico à Câmara:

“Constatando-se que o Pastor Protestante admite à sua comunhão meus paroquianos católicos, casando-os, e outrossim batizando-os por inocentes, contra a vontade de seus pais, o que é público, infringindo desta maneira os Cânones da Igreja, e Constituição do Império, assenta o irrespeito da religião do Estado e a ofensa da moral pública; indico à Câmara, a fim de tomar parte e consideração em uns tais fatos, representando a Autoridade superior para remediar nossos males.”⁹

⁴Sessão de 9.9.1846. In: M.H.V.S.L., 1º Livro de atas da Câmara Municipal de S.Leopoldo; M.H.V.S.L., cx. escola, 11.1.1848, é dada a autorização para Pedro Praz ensinar primeiras letras em S.Leopoldo, desde que não ensinasse a meninos católicos.

⁵ Sessão de 9.11.1846. In: M.H.V.S.L., 1º Livro de atas da Câmara Municipal de S.Leopoldo.

⁶ M.H.V.S.L., cx. escola, of. de Manoel Antônio Galvão para Câmara de S.Leopoldo, 28.12.1846.

⁷ M.H.V.S.L., cx. Escola, of. do Presidente da Província à Câmara de S.Leopoldo, 11.1.1848.

⁸ Sessão de 17.11.1849. In: M.H.V.S.L., 1º Livro de atas da Câmara Municipal de S.Leopoldo.

⁹ Sessão de 17.8.1846. In: M.H.V.S.L., 1º Livro de atas da Câmara Municipal de S.Leopoldo.

Frente a tal acusação o Governo provincial ordenou que, imediatamente, o subdelegado “fizesse sentir ao tal padre que se continuar a praticar atos criminosos como aqueles ditos pelo vereador, será processado pelas lei do Império”¹⁰.

Pina Cabral logo depois pedia afastamento da Câmara, mas manteve a mesma postura de confronto frente à religião protestante, e encaminharia em 1847 a denúncia contra o professor da escola protestante, Pedro Praz, afirmando que estaria admitindo em sua escola alunos católicos¹¹. O vereador André Miguel dos Santos sugeriu que se oficiasse ao Juiz de Paz do Distrito para fazer removê-los para a aula pública, o que foi aprovado¹². Mas se avançarmos um pouco no tempo, em 1853, exigiu-se que o professor da povoação apresentasse sua licença, e, como não a tinha, mandou-se fechar sua aula. A população local reagiu e a maior parte dos pais retirou seus filhos inclusive das escolas públicas, alegando que as filhas só iam à aula para aprender costura, não leitura, e que os filhos não precisavam aprender português, ameaçando que “no momento que o governo mandar fechar as suas aulas, ficarão as escolas nacionais deste lugar sem nenhum de seus filhos”¹³. Amadureciam, assim, os conflitos e confrontos religiosos e étnico-lingüísticos, que expressavam, ao mesmo tempo, a disputa pelo poder e as dificuldades que marcavam as relações e a própria inserção dos imigrantes na estrutura sócio-política brasileira.

A questão polêmica não estaria no discurso germanista, mas sim na organização social paralela e de certa forma autônoma às estruturas de poder que a escola comunitária expressava. Outra postura, não tão expressamente xenófoba, encontramos no Relatório do Presidente Cansansão de Sinimbu à Assembléia Legislativa de outubro de 1854¹⁴, quando observa que as escolas públicas nacionais não eram freqüentadas pelos filhos dos colonos, e que isso não mudaria enquanto os mestres brasileiro não soubessem falar o alemão e os mestres alemães não soubessem falar o português, acrescentando que “o Estado” tinha interesse que os membros da mesma comunhão falassem a mesma língua, mas não poderia

¹⁰ M.H.V.S.L., cx. Igreja, of. do Presidente da Província para a Câmara de S.Leopoldo de 5.9.1846.

¹¹ Sessão de 15.1.1848. In: M.H.V.S.L., 1º Livro de atas da Câmara Municipal de S.Leopoldo.

¹² Sessão de 5.2.1848. In: M.H.V.S.L., 1º Livro de atas da Câmara Municipal de S.Leopoldo.

¹³ M.H.V.S.L., cx. Escola, of. de 24.8.1853, e M.H.V.S.L., cx. Escola, 3.8.1853.

¹⁴ Relatório do Presidente Cansansão de Sinimbu à Assembléia Legislativa, 10.1854, p. 29. Afirma Avé-Lallement (1980, p. 183) “Em Porto Alegre os alemães falam do tempo de Sinimbu como o mais feliz.”

obrigar a “que os descendentes de uma nacionalidade diversa deixem de aprender a língua de seus país”. O que nos possibilita duas conclusões, a primeira sobre a dimensão que esta questão gradualmente tomava, ao ponto do Presidente da Província ter que se pronunciar, a segundo sobre a reafirmação pela administração provincial dos colonos como estrangeiros, estranhos a ordem pública nacional.

Sobre o confronto entre as práticas de organização social dos colonos e a Câmara, e a oposição daqueles à política e à administração municipal, temos outro exemplo, fornecido por Hillebrand, quando comenta que antes da elevação à categoria de Vila, e, assim, antes que os colonos comessem a pagar os direitos municipais, eles mesmos melhoravam e compunham, a suas próprias custas, as estradas da colônia, e que algumas das pontes foram edificadas igualmente pelos colonos, “hoje porém dizem eles que pertence à Câmara Municipal a conservação das estradas de trânsito geral, assim como as pontes, visto que para isso pagam iguais direitos como todos os mais Municípios, e nada mais fazem senão compor momentaneamente as estradas, isto é, em lugares que de um todo se tornam intransitáveis”.¹⁵

No quadro deste estudo da dinâmica política, partimos para o exame dos dados referentes à afirmação econômica dos imigrantes, analisando, em primeiro lugar os inventários dos colonos e dos comerciantes/artesãos de São Leopoldo até 1850, que formam um total de 44, dos quais 30 são de alemães. Alguns explicitam a profissão do inventariado, entre estes os comerciantes e artesãos demonstram ter acumulado um patrimônio muito maior que os colonos: Guilherme Fayette, comerciante na Feitoria, morto em 1847, com um patrimônio de 2:794\$000; Júlio Pedro Wüszfeld(?), dono de venda na Costa da Serra, de 3:272\$160; Nicolau Schram, morto em 1844, patrão, com 3:271\$000; Adão Knierin, falecido em 1836, membro da “Sociedade Figueira Santa Maria”, com 6:748\$000; Henrique Schmidt, morto em 1841, proprietário de uma venda na Costa da Serra, com 6:001\$400; Inácio Rasch, dono de uma “botica” na povoação, com 4:755\$000; Sebastião Diehl, patrão e dono de venda na povoação, com 8:913\$225; João Rothmann, patrão, que no inventário de sua esposa (Catarina Rothmann, de 1846) tinha um patrimônio de 2:581\$200, e no seu, em 1849, de 1:084\$400. Entre os artesãos temos o inventário de Joana Guilhermina Fith, morta em 1847, cujo marido tinha uma oficina de

curtimento na Lomba Grande, com um patrimônio de 4:840\$800; de Catarina Müller, de 1849, em que o marido também tinha curtume, somando 5:853\$500; de Cristina Müller, com um curtume e duas colônias, somando 2:618\$000; temos também o inventário de Felipina Petersen, morta em 1850, cujo marido deveria ser carpinteiro, com a soma de 848\$580; de João Kerske, sapateiro na povoação com 1:301\$520. E de colonos como Adão Faller, de Bom Jardim, com 621\$900; Henrique Baum, de Dois Irmãos, com 700\$000; Margarida Unfreid, da Picada Nova com 656\$000; além de inventário que não explicitam a atividade profissional básica, como João Frederico Einsfeld, morto em 1837, com duas colônias no Portão, com 1:334\$000; Carolina Wallauer com 799\$000; Fernando Fajter, morador na rua do Fogo da povoação, com 2:799\$000; João Lautério Weber, morador da Rua do Passo, com 1:232\$000; João Gayer, também morador da rua do Passo, com 1:112\$060; Maria Drenk, com duas colônias, com 2:168\$550; Margarida Marias(?), com mais de duas colônias, com 1:223\$000, e Margarida Ritzel, com duas porções de terras em Sapucaia e outra no lado oriental com 1:718\$000. Por fim, outros inventários não especificam os bens ou não dão encaminhamento à partilha, como o de Lourenço Knoblez, com 1:015\$980; de Apolônia Dulus e de Henrique Heck, solicitado por credores, sendo que a viúva do último não permitiu a avaliação, impedindo a entrada no seu lote na Picada do Hortêncio do oficial de justiça, do juiz municipal e do tutor dos órfãos. Neste conjunto de inventários colocaremos em destaque e em separado o do Dr. Carlos von Ende, pois aí elencam-se os bens que foram herdados por sua esposa, de rica família brasileira, que somam mais de 16:385\$000¹⁵.

Esta listagem anula as conclusões de Janaína Amado, o patrimônio acumulado, já neste período, pelos comerciantes e alguns artesãos supera em muito o dos colonos, ainda mais se considerarmos que o colono com uma ou no máximo duas colônia não tinha, normalmente, seus bens inventariados, e para os quais devemos, antes de trabalhar com uma média, pensar com uma projeção dos poucos casos incluídos nesta listagem, isto é, entre 2:000\$000 a 600\$000 réis.

Destacam-se aí os comerciantes como financiadores e hipotecários dos colonos. Financiavam e emprestavam a juro, além de deterem, no caso das picadas, a capacidade de

¹⁵ Hillebrand. In: R.A.P.R.S., n. 15-16, 1924, p. 432.

¹⁶ A.P.R.S, Inventários, Cartório: 1. Vara da família.

distribuição e comercialização dos excedentes produzidos pelos colonos. Outro exemplo possível, da diferenciação mesmo entre os comerciantes das picadas e os colonos, na segunda metade dos anos 1848, segundo o censo de 1848, na Picada de Dois Irmãos, o dono da venda, Jacob Blauth¹⁷, possuía duas colônias e 10 escravos, empregando ainda dois “jornaleiros”. Além de que, neste período, iniciavam-se empreendimentos de colonização particular em que comerciantes como João Pedro Schmidt, da Costa da Serra, loteou uma parte da Fazenda do Padre Eterno; e Tristão José Monteiro, dono de negócio na Feitoria, vendeu lotes no Mundo Novo.

Quanto à importância social, influência política e econômica do comerciante, Roche chega a afirmar que como “único agente das trocas, tornou-se muito poderoso no seu feudo” (1969, p. 403). Ou ainda, o sistema comercial, que prevalecia até 1850, baseado em trocas e contabilizado em contas-correntes dos colonos junto aos comerciantes:

“O comerciante controlava, pois, todas as operações possíveis numa zona determinada, e levantava, antecipadamente, a décima parte de cada uma delas. Era mais que o regulador da vida econômica de seu setor, era o seu verdadeiro dono. Não se contentava em suspender as contas, também fixava os preços dos produtos agrícolas que comprava, e dos gêneros ou objetos ‘importados’, que vendia ao colono.”(Idem, *ibid.*, p. 417)

Através do sistema de conta-corrente, trabalhando com um juro de 12% sobre o crédito concedido, o comerciante tornava-se, também, o financiador e banqueiro dos colonos. E, para além de sua presença econômica, a venda, e conseqüentemente o vendeiro, centralizava a vida social e política da picada: “foi o lugar de descanso e o elemento de coesão, o fator social por excelência”, “ponto de reunião, o abrigo das quermesses”. Em outro estudo, Roche aborda mais especificamente a diferenciação social no interior da Colônia, promovida pelo enriquecimento dos comerciantes, afirmando que a subordinação do colono ao vendeiro levou a que “se instaurassem verdadeiras dinastias rurais, das quais alguns membros foram se instalar nas cidades e em Porto Alegre”(1980, p. 16). Mas esta projeção avança em muito ao corte temporal que nos propomos abordar neste trabalho, interessando-nos, basicamente, pela reafirmação da posição social

¹⁷ A.H.R.S., Colonização, C. 332, 1848.

diferenciada do comerciante dentro do mundo colonial, que a partir do papel de “regulador da economia” transforma-se “rapidamente em chefe natural, intermediário entre o cidadão e a administração” (Ibid., p. 17), processo iniciado já no final dos anos 1820, quando o Inspetor denunciava a importância, incômoda para ele, que o primeiro vendeiro da Colônia, Inácio Rasch, ia conquistando. Assim como os comerciantes foram pontuando e marcando sua liderança em vários momentos tensos da história da colônia, como nos protestos contra o fim dos subsídios, sua presença expressiva na Revolução, e, agora, seus repetidos protestos e recusas a pagarem impostos à Câmara leopoldense.

Já o estudo de Eni Barbosa(1987, p. 385), sobre a arrecadação de impostos em São Leopoldo, neste período entre 1846 e 1850, reforça a afirmação do desenvolvimento da Colônia, que se colocava entre os grandes centros de arrecadação da Província, passando do 12º, em 1846, para o 7º lugar, em 1850, na “conjuntura orçamentaria provincial.

Este crescimento também pode ser evidenciado através do Censo de 1848 do Município de São Leopoldo¹⁸. Nele a povoação teria 937 habitantes (entre 649 alemães, 217 brasileiros e 71 escravos) e seria um misto de oficina com entreposto comercial. Enquanto que a Feitoria se colocava como núcleo agrícola/artesanal, passando por um rápido processo de subdivisão dos lotes coloniais¹⁹, que igualmente se verificava nas

¹⁸ A.H.R.S., Colonização, c.332. Na declaração da profissão, o que não significa uma oficina correspondente, pois, pela proximidade de moradia dos declarantes de uma mesma profissão, fica sugerido que podem trabalhar em uma mesma oficina: 1 envernizador; 1 torneiro (com 1 escravo); 12 alfaiates alemães, um com 3 agregados e outro com 1, e 4 brasileiros, um com 1 escravo; 3 pedreiros alemães e um brasileiro; 14 ferreiros, um com 1 agregado e 4 morando num mesmo endereço; 10 lombilheiros alemães, um com 5 escravos, e 2 brasileiros; 11 curtidores alemães, dois um 1 agregados cada e outro com 3 agregados e 3 escravos; 17 sapateiros alemães, um com 1 escravo e 1 agregado; um lapidário alemão; três seleiros; um tamanqueiro; um chapeleiro; 9 carpinteiros alemães e 5 brasileiros; um moleiro; 1 serralheiro, um oleiro, com 3 escravo e 1 agregado; um carpinteiro de riga; 4 ourives alemães, um com 1 escravo, e um brasileiro; dois funileiros alemães, um com 1 agregado e outro com 4 escravos; um relojoeiro; um tanoeiro, 1 canoeiro, um santeiro brasileiro com 1 escravo. No comércio apresentam-se 3 carreteiros (um com 2 escravos; 6 patrões, um com 2 escravos; 6 donos de negócios alemães, dois com 2 agregados, outro com 7 caixeiros e um com 4 escravos, e 6 brasileiros, um com um e outro com 3 escravos; dois donos de bilhar, com 1 escravo e dois agregados, e outro com 1 agregado. No serviço temos 1 barbeiro, 1 boticário (com 2 agregados e 2 escravos), 2 mestres-escolas alemães e dois brasileiros (um como 1 e outro com 6 escravos); 5 padeiros; 3 marinheiros, 1 carniceiro (com 1 escravo); 2 músicos; 1 pastor, 1 engenheiro, e procuradores (um com 2 escravos).

¹⁹ Das 81 propriedades discriminadas pelo Censo, encontramos apenas 14 inteiras, 19 meias colônias, 4 dom 1/4, 19 menores que ¼ de colônia e 25 sem especificação de medidas; das quais 4 estavam desabitadas. Diversos moradores declaravam outras profissões, 2 oleiros cada um com uma olaria (uma delas com 3 escravos e 1 agregado), 1 tanoeiro, 1 taberneiro com uma fábrica de cerveja e 1 escravo, 1 pedreiro, 1 sapateiro, 3 marceneiros, 6 curtidores (três com curtume, um com 1, outro 2, com 3 e 4 escravos), 1 cordoeiro, 2 negócio (Tristão José Monteiro casa com Ana Berwanger com 3 escravos, uma olaria e um engenho de farinha) , 2 padeiros, 1 carreteiro, 1 músico, 3 ferreiros, 2 moleiros, 1 oleiro, 1 patrão, 4 alfaiates (um brasileiro), 1 sapateiro e 1 marceneiro, praticamente todos com gado bovino e cavalar, o que denuncia a atividade mista de artesão, comerciante e agricultor/criador. Ao mesmo tempo encontramos dois agricultoras com escravos, cada um com dois. Estranhamos o pequeno número de engenhos.

Picadas de Dois Irmãos²⁰, do Guary e do Sendente²¹, nas quais o artesão ainda não se libertara das atividades agrícolas. Já nas Picadas novas como Feliz²², Blauth²³ e Padre Eterno²⁴, ao mesmo tempo que os lotes se mantinham, ainda, inteiros, era expressivo o número de colônias desabitadas, o que poderia expressar poupança e especulação com terras.

Outro índice problemático de crescimento da economia colonial se colocava na compra e utilização da mão-de-obra escrava, que, ao mesmo tempo, demonstra a hipótese básica deste trabalho, que é a organização social dos imigrantes dentro da dinâmica da sociedade brasileira. Segundo o Censo de 1848, podemos perceber as atividades econômicas dos colonos que possibilitaram a compra de negros escravos. Na povoação eles somavam apenas 7,5% da população (71 entre 937 habitantes), sendo que 45 pertenciam a alemães e 27 a brasileiros. Dentre os proprietários alemães de escravos destacam-se o dono de comércio, Nicolau Stumpf, com 7; o lombilheiro Carlos Panitz 5; o funileiro João Frederico Rieth e o negociante Júlio H. Knorr com 4 escravos cada; o marceneiro João Fisch com 3; o carreteiro Cristiano Fisher, o curtidor João Bastian, o boticário Adolfo Meisterlin e o patrão Matias Matt com 2 escravos cada. Na Feitoria entre 415 habitantes, os escravos eram 25, tendo o alfaiate Frederico Kaufuss 3; os lavradores Ludovico Sperb, Miguel Knoblock e Jacob Bankow 2 escravos cada; o padeiro e lavrador João Deckmann 2; o dono de taberna de cerveja João Jacob Voges 1; os curtidores João Daudt, Frederico C. Allgayer, Guilherme Panitz, José Linck, respectivamente, 4, 3, 2 e 1

²⁰ Com uma população de 1929 pessoas, as originais 172 colônias estavam divididas em 299 propriedades, sendo 74 inteiras, 89 meias colônias, 64 um terço de colônia, 27 quarto de colônias e 45 menores que um quarto. Nesta picada destaca-se a pequena fortuna do dono da venda, Jacob Blauth, proprietário de duas colônias e de dez escravos.

²¹ Guary e Sendente teriam 776 moradores, com 146 propriedades, sendo que o censo discrimina 71 lotes, o que possibilita a dedução de seu tamanho relativo (24 colônias inteiras; 24 meias colônias; 9 com 1/3 de colônia; 8 com ¼ e 6 com menos de ¼ de colônias). São indicados apenas 3 engenhos. Entre as atividades artesanais declaram-se: 2 alfaiates, 5 curtidores; 3 ferreiros; 2 lapidários; 5 lombilheiros; 2 marceneiros; 7 carpinteiros (um com 3 escravos, mas era proprietário também de um engenho de farinha e de cachaça); 12 sapateiros; 1 tecelão; 3 carreteiros; 2 pedreiros; 1 tamanqueiro; 2 seleiros; 1 carnicheiro; 1 tanoeiro; 1 ponteleiro; uma fábrica de charutos; 1 padeiro; 1 músico; e 1 moleiro. Além de estarem discriminados como “trabalhadores” (sem família) 4 curtidores, um mestre escola e mais 8 “trabalhadores”. Por este censo não existe população “brasileira” na Picada, e apenas 4 escravos.

²² Feliz tinha 227 habitantes, distribuídos em 50 fogos. O número total de lotes era de 78, com 28 desabitados, 44 lotes inteiros, um lote dividido em quatro partes de ¼ e um em duas meias colônias.

²³ A Picada Blauth tinha uma população de 116 pessoas, e distribuídas em 22 propriedades (15 inteiras, 4 meias colônia e 3 de 1/3 de colônia).

²⁴ Com uma população de 346 pessoas distribuídos em 66 fogos.

escravos cada; e o dono de negócio Tristão José Monteiro 3²⁵. Em Dois Irmãos o número diminui sensivelmente, o dono de negócio Jacob Blauth tinha 10 escravos; o lavrador Guilherme Weyde 4; os lavradores Adam Lamberd e Wilhelm Matt 1 escravo cada; no Sendente e Guary o carpinteiro Filipp Cristiano Gottlieb Rieth possuía 3 escravos; o lavrador Johann Diehl 1; o que é um número inexpressivo se comparado ao número de escravos que os brasileiros do Campo Ocidental possuíam, onde, para uma população de 145 habitantes - em que mais de 95% dos homens livres eram brasileiros -, existiam 77 escravos (cerca de 34% do total da população), quase todos como trabalhadores da lavoura.

Desta época data, também, a descrição de Hörmeyer sobre a Colônia de São Leopoldo, que, apesar de marcada pelo objetivo de propaganda de emigração, nos apresenta um quadro bastante complexo. A povoação de São Leopoldo teria por volta de 10.000 habitantes, estando ligada a Porto Alegre por navegação a vapor bissemanal e por um considerável número de barcos comuns que transportavam os produtos coloniais, entre agrícolas e artesanais.

Destaca que as dificuldades iniciais dos colonos logo e facilmente eram superadas, apresentando-se um esplêndido quadro de longevidade e de fertilidade da população emigrada, uma vez que a terra era extremamente fértil e fornecia até três colheitas por ano, sem necessitar de adubo. O que, por sua vez, teria como consequência a acomodação às técnicas agrícolas rudimentares, abandonando-se até o rotação regular de semeadura. Assim, o uso da técnica de coivara atestaria a fertilidade do solo brasileiro, que, apesar de condenável, era desculpável como recurso para o colono por trazer grande economia de tempo. Mas adverte: “O que, no primeiro plantio, foi causado pela necessidade, tornou-se, mais tarde um costume devido à comodidade, tanto mais que em todos os países quentes a vontade de trabalhar é bastante menor”(Hörmeyer: 1986, p. 47). Comenta ainda que os imigrantes cultivam principalmente cereais, verduras, batatas, feijão e mandioca, sendo que os produtos de maior valor comercial, como fumo, videiras, algodão ou mesmo a cana-de-açúcar, que exigiriam maior cuidado, são plantados e deixados ao “cuidado do bom Deus”. Acrescentando que “para compreender essa letargia, senão preguiça, é preciso

²⁵ Segundo **O Mercantil** (ano II, n. 63, 18.2.1851, p. 6) Tristão José Monteiro sofreu um atentado por parte de um de seus escravos, sendo o “criminoso” dominado por outro escravo do mesmo senhor. Foi julgado e sentenciado no dia 16

saber quanto já rendem as colheitas dos produtos acima mencionados”, citando os exemplos da batata que teria uma brotação de 40 a 45 vezes, o milho de 100 a 300 vezes, um alqueire de feijão preto que poderia produzir uma colheita de 172 alqueires e a grande valorização do fumo mesmo que com “amanho relaxado”.(Ibid., p. 51)

“Os instrumentos agrícolas são tão simples como o próprio processo; um machado, uma enxada e uma foice bastam para o começo; essa última é um tipo de facão forte, na parte superior algo curvado para dentro; é fixa num comprido e forte cabo, servindo para desbastar o matagal e os cipós. O adubo é substituído, deixando-se crescer, despreocupadamente, numa roça já colhida, o inço e a brotação nova; esses são depois roçados com a foice, deixados ao sol para secar e depois queimados, adubando o solo. - Diante dessa maneira de preparar, apenas se pode atribuir ao magnífico clima, bem como à fertilidade inesgotável do solo o fato de que possam ser colhidos, duas até três vezes por ano, por exemplo, milho, feijão e batata, numa e na mesma roça. Arados e grades possuem-nos apenas alguns colonos; máquinas, ninguém, e a única cotton-gin (máquina descaroçadora de algodão) que se encontra na Província, foi importada pelo Governo da Província, no ano de 1851, da América do Norte para a colônia de São Leopoldo onde, junto ao diretor, está à disposição dos colonos.” (Ibid. , p. 51-52)

A ênfase dada à técnica primitiva de cultivo do solo, para além da propaganda da fertilidade do solo, do pequeno investimento necessário com que acenava para os pretensos novos imigrantes, demarca muito bem a adaptação dos colonos ao sistema de cultivo dos brasileiros, com uma flagrante diferença, qual seja, a produção de excedentes para o mercado provincial. Mas, merece destaque na descrição de Hörmeyer a máquina importada pelo Diretor, Hillebrand, que denuncia uma patente mudança de postura para com os colonos, se comparada com a Câmara Municipal.

Hörmeyer continua sua descrição contrapondo os costumes nativos com os “alemães”, principalmente no que se refere ao trabalho, destacando que a escravidão, e os valores que tratam de distinguir o homem livre dos escravos, dificultava a implantação de

com a pena de morte.

profissões consideradas no Brasil como típicas de escravos, como empregadas domésticas e cavaleiros.

“O costume do país proíbe às mulheres brasileiras a se mostrar na rua sem acompanhante, assim como aos homens a carregar qualquer pacote, mesmo um livro, na rua; para isso existem os negros. Esse costume é tão enraizado que, por exemplo, ninguém entre os ordenanças dos oficiais das tropas alemãs quis conduzir um cavalo pelas ruas ou carregar água ou bagagem, vendo-se os oficiais obrigados a pagar escravos para esses serviços. Nas cidades menores da Província esse costume ainda está em pleno vigor, enquanto em Rio Grande, e ainda mais em Porto Alegre, começa a vingar mais uma vida metropolitana, européia(...) Ainda agora é uso em todas as casas brasileiras e na maioria das alemãs que o serviçal livre de ambos os sexos toma suas refeições à mesa do patrão, enquanto somente o escravo toma suas refeições na cozinha ou num lugar separado. Esse costume tem seus lados bons e maus, mas serve, em todo o caso, para ressaltar o prestígio das pessoas livres diante dos escravos.”(Ibid., p. 65)

Lamentava, ainda, que os alemães que viviam no meio da população brasileira acabassem abandonando sua língua, “fala magnífica, antiga e rica”, e adotassem este “dialetto latino-gótico-arábico” (Ibid., p.73). Nos locais onde viviam os alemães “mais densamente entre seus iguais” mantinham o idioma alemão, ou melhor, deram seguimento ao processo de deturpação do linguajar alemão que já era mal falado por seus pais quando migraram. Por outro lado, por não terem aprendido o português, estes imigrantes ficavam impossibilitados de usufruir de direitos constitucionais como eleger juizes de paz, candidatarem-se a cargos públicos e, muito menos, serem eleitos. Numa promessa de um futuro melhor para esta população alemã no Brasil, o comentarista diagnosticava uma perspectiva mais positiva com a emigração de classes mais elevadas e com manifestações como a publicação do jornal **Der Kolonist**, que apesar de ser editado por um brasileiro, sinaliza uma elevação moral entre os colonos.

Seu germanismo não o impede de afirmar que os imigrantes eram mal vistos na sociedade brasileira, por terem pouca instrução, serem extremamente gananciosos e inclinados à bebida, mas, mesmo assim, afirmava que seus trabalhos eram preferidos aos dos escravos e dos brasileiros livres, sendo melhor pagos, e se “não houvesse o costume de

os escravos se meterem em todos os ofícios, o Brasil seria, diante da ausência de todas as corporações e completa liberdade de profissão, o país de Canaã para nosso artesãos alemães”. Por fim, comenta que a vida social dos colonos era marcada por festas semanais, ou um “**kerb**” ou outra festividade qualquer, lamentando a falta de entretenimentos mais espirituosos.

Neste breve panorama, em que busquei cruzar descrições, processo político e dados econômicos, busco afirmar a dinâmica da vida social, política e econômica da então Vila de São Leopoldo.

Bibliografia citada

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1958)**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ USP, 1980

BARBOSA, Eni. O órgão fazendário no Rio Grande do Sul e as finanças leopoldenses. In: **Anais do VI. Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul, 1980**. São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 1987, p. 360-397

CALDRE-FIÃO, José Antônio do Vale. **A Divina Pastora**. Porto Alegre: RBS, 1992

CARVALHO, José Murilo de. **Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil**. México: Fondo de Cultura Economica, 1995.

GUTIERREZ, Juan Maria. **Apountes sobre la Colonia de San Leopoldo**. Montevidéu, 1846

HORMEYER, Joseph. **O Rio Grande do Sul de 1850: Descrição da província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional**. S/local, D.C.Luzzato Ed.: EDUNI-SUL, 1986

LAXE, João Batista C. **Câmaras municipais**. São Paulo: Brasil Bandecchi e ed. Obelisco, 1963.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Centralização, sistema fiscal e autonomia no Império brasileiro. **História em Cadernos**, Rio de Janeiro, V. 3, n. 2, setembro/dezembro 1985, p. 29-64.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ed. Globo, 1969, 2. vols

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. V.1., Brasília: ed. UnB, 1994

A cidade possível: imigrantes italianos em capitais brasileiras

Núncia Santoro de Constantino*

Nas cidades brasileiras e, principalmente, nas capitais, há e sempre houve imigração italiana. E, quando o assunto é cidade, Calvino acabará citado. Tratando-se de imigração italiana em cidades, há mais razões para citá-lo.

Acontece que nossa cidade não é esta ou aquela, mas todas as *cidades possíveis*, preservada *pelas narrativas de uns e de outros*. É também uma *cidade escondida* aquela dos imigrantes; às vezes nem mesmo é contada, outras vezes é contada de diferentes maneiras¹. Mas traz sempre a marca daquele estrangeiro, que será sempre um credor.

Salvo São Paulo, a antiga cidade brasileira é quase *invisível* quando é uma cidade com imigrantes italianos. Nossa experiência de colonização foi tão importante que fez a zona rural reinar na historiografia. Imigrantes acabaram confundidos com colonos, confinados nos lotes rurais.

De outra parte, o imigrante urbano, quando lembrado, é apresentado em dupla e antagônica imagem. Enfermo, pobre, desvalido, excluído; ou incansável, impoluto, capaz, rico, exitoso, em razão direta das ideologias de plantão.

Meu objetivo é modesto: desejo reapresentar imigrantes italianos em cidades brasileiras. Mais do que encerrar algum assunto, pretendo desafiar no sentido de recomençar a investigação histórica, a partir das concepções atuais, em abordagem metodológica interdisciplinar, com novas ferramentas teóricas que possibilitem *aquela outra* análise de antigos testemunhos, exigindo também que caminhos diferentes sejam trilhados na busca do empírico.

Não apresentarei italianos em cidades representativas de todos os estados brasileiros, como gostaria de poder fazer. São poucos os estudos recentes, por vezes nem mesmo há antigos. São muitas as cidades brasileiras que ainda não fizeram perguntas ao passado sobre os seus imigrantes.

* Programa de Pós-Graduação em História- PUCRS

¹ CALVINO, Italo. **Le città invisibili**. Milano : Mondadori, 1993.

Para a exposição de dados empíricos imprescindíveis, uso alguns autores conhecidos, brasileiros e estrangeiros.

Nos últimos anos venho colecionando relatos sobre cidades brasileiras, a partir de bibliotecas estrangeiras, principalmente européias. Alguns são relatos inéditos; de outros há conhecimento. Assim, tenho tentado divulgar fontes muito ricas para o estudo da imigração italiana urbana, como as obras de Vittorio Buccei ou de Riccardo D'Elia². Ainda como exemplo, vale lembrar a publicação de Maldotti, referenciada por Angelo Trento, ou aquela de Magrini,³ citada pelo mesmo Trento e por Zuleica Alvim⁴.

Pretendo, nesta comunicação, esboçar as linhas relativas ao início de um longo processo, pois italianos desde cedo estiveram em cidades brasileiras. Desejo apenas sugerir que as transformações nas cidades brasileiras envolveram interações entre pessoas de diversas origens, inclusive italianas, portadoras de diferentes visões de mundo.

Apareceram muito devagar os italianos. Foram chegando pouco a pouco aos incipientes núcleos urbanos, certamente inibidos pelas restrições da metrópole com relação à Colônia brasileira. Presença rarefeita, sem dúvida, mas presença precoce, remontando aos primeiros tempos da urbanização.

Eram raros os estrangeiros nos núcleos urbanos que se desenvolveram durante os três primeiros séculos de Brasil. Muito pouco significavam esses núcleos. Apenas algumas vilas nas zonas de mineração e alguns portos transformavam-se em cidades. Encontravam-se no litoral aquelas que sediaram o poder civil, o poder religioso, ou que representaram centros comerciais. Mas as funções tipicamente urbanas sempre fopram limitadas nas cidades coloniais, como explica Viotti da Costa. A utilização da mão-de-obra escrava, a auto-suficiência do latifúndio e a pobreza do trabalhador livre foram obstáculos ao desenvolvimento do comércio e do artesanato, sendo que as manufaturas estiveram proibidas.

² BUCELLI, Vittorio. **Un viaggio a Rio Grande del Sud**. Milano:Pallestrini,1906. D'ELIA,Riccardo. **Argentina,Paraguay e Brasile: ricordi,impressioni e consigli**. Torino:Tipografia Torinese, 1906.

³ MALDOTTI, Pietro. **Relazione sull'operato della Missione del Porto di Genova dal 1894 al 1898 e sui due viaggi al Brasile**. Genova: Tipografia della Gioventù, 1898. MAGRINI, Luciano. **In Brasile**. Torino : Piero Gobetti Editore, 1926.

Sabe-se que o comércio colonial era muito ativo , tratando-se de importação e de exportação. Mas os grandes capitais movimentados fluíam para a metrópole, deixando de expandir ou mesmo de criar um mercado interno, que dinamizaria a função comercial das cidades.⁵

Se a função comercial das cidades era praticamente desconhecida e a manufatura interdita, se o ingresso de estrangeiros era rigorosamente controlado, essa presença estrangeira , além de escassa, restringia-se a específicas situações. O clero italiano, por exemplo, era bem-vindo, como eram alguns profissionais especializados, que deveriam atender determinadas necessidades.

Uma presença precoce

Não faltaram italianos na Capitania da Bahia durante o período colonial, como escreve Thales de Azevedo. A cidade foi o principal centro político-administrativo, além de importante polo econômico. Nas atas da Câmara há registros de dezenas de sobrenomes peninsulares relacionados a pessoas do comércio, da indústria do açúcar. Também no Colégio da Bahia destacaram-se padres italianos, como Antonil, pseudônimo do Padre João Antonio Andreoni ; ou o jesuíta Jorge Benci, trazido pelo Pe.Vieira , também professor no Colégio da Bahia e autor de livro sobre a economia colonial.⁶

Até o estabelecimento da Corte Portuguesa no Brasil a presença italiana praticamente limitava-se a militares, religiosos ou especialistas a serviço da Coroa. A presença de artistas só se tornaria significativa quando o Rio de Janeiro passou a sediar a Corte. Com a conseqüente abertura dos portos, Calmon lembra que a cidade prevaleceu, dominando o campo, polarizando a riqueza e abrindo-se a influências estrangeiras.⁷

No período joanino já é notada a presença de italianos na Corte . De outra parte, estavam sendo introduzidos os primeiros estrangeiros colonizadores, suíços encaminhados

⁴ TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. S.Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. ALVIM, Zuleika M.F. **Brava Gente! Os italianos em São Paulo: 1870-1920**. S.Paulo:Brasiliense,1986.

⁵ COSTA, Emilia Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. S.Paulo:Grijalbo,1977.

⁶ AZEVEDO, Thales. *Italianos na Bahia: familismo e imigração*. In: DE BONI, Luis A(Org.). **A Presença Italiana no Brasil Vol.II**. Porto Alegre ; Torino: EST;Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

para Nova Friburgo. Durante o reinado de D. Pedro I foram encaminhados imigrantes alemães para a Colônia de São Leopoldo. A colonização por italianos seria tentada alguns anos mais tarde, durante o período regencial, com a criação da Colônia Nova Itália, em Santa Catarina, durante 1836.

Na primeira metade do século XIX, os italianos entrados no Brasil, em quase totalidade dirigiam-se aos núcleos urbanos, a começar pela capital do Império ou pela cidade da Bahia.

A Itália tornara-se um dos principais compradores de açúcar brasileiro e a Bahia contribuía para o fornecimento do produto. Registra Thales de Azevedo que, entre 1822 e 24, entraram no porto de Salvador quatro embarcações sardas; entre 1837 e 39, entraram 38 embarcações, ligando a Bahia a Nápoles, a Trieste e, principalmente, a Gênova.⁸

Desde 1820 registra-se a presença de um pequeno grupo italiano na cidade da Bahia, em grande parte formado por negociantes genoveses. Com a fundação da Companhia de Colonização, em 1835, tal número seria aumentado. Thales de Azevedo narra sobre os 62 indultados do cárcere de Civita Castellana, que aportaram no navio *Madonna delle Grazie*, em 1837. O autor comenta que a adaptação dos emigrados acabaria ocorrendo de algum modo, pois que tinham habilitações profissionais que a cidade carecia, pela escassez de trabalhadores livres e pelo despreparo dos escravos. Eram açougueiros, alfaiates, amoladores, cocheiros, barbeiros, ebanistas, farmacêuticos, ferreiros, marceneiros, ourives, padeiros, pedreiros, sapateiros, tintureiros.

Em 1850 calculou-se em 150 súditos sardos residentes em Salvador e em 1861 fundou-se a Sociedade Italiana de Recreio e Beneficência, com 39 sócios efetivos.

O gosto pela música italiana era atestado pela publicação mensal de periódico musical; tornaram-se conhecidos vários professores de piano. Destacavam-se no comércio firmas italianas especializadas em jóias e em modas. Mantinha-se jornal em língua italiana. Mas um grande aumento do número de imigrantes italianos verificou-se durante a administração estadual de Luís Viana que providenciou a introdução de 25 mil colonos europeus na Bahia, sendo expressivo o contingente dos italianos.

⁷ CALMON, Pedro. **História Social do Brasil: espírito da sociedade colonial**. S. Paulo: Nacional, s.d. p.189-190

⁸ AZEVEDO, Thales de. **Op.Cit.** p.188-9

Por essa época concentraram-se os estabelecimentos comerciais de italianos na Baixa dos Sapateiros, no Maciel, nas ruas adjacentes. Eram sapatarias, lojas de tecidos, alfaiatarias, funilarias, oficinas mecânicas, com grande incidência de imigrantes oriundos do sul da Itália, especialmente da Calábria.⁹

Foi, portanto, no último quartel do século XIX que os números relativos à presença italiana não pararam de crescer. O projeto de colonização através de italianos ganhou ímpeto, sobretudo nas regiões sudeste e sul do país, onde São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis passaram a contar com significativos grupos que, quase sempre, haviam abandonado o campo pelas cidades. A cidade de Vitória também receberia muitos imigrantes, egressos do projeto de colonização no Espírito Santo.

Colonização e imigração urbana

Dos mais de quatro milhões de estrangeiros entrados no Brasil entre 1886 e 1934, mais da metade foram absorvidos pelo território correspondente ao estado de São Paulo. E foi elevado o índice de deserção das fazendas e do próprio estado. Angelo Trento, utilizando dados da Repartição de Estatística de São Paulo, registra que 18% dos imigrantes entrados na Hospedaria do Brás em 1894, domiciliaram-se na cidade de São Paulo ou em outros centros urbanos.¹⁰

A concentração dos imigrantes na cidade tornava-se fenômeno de grandes proporções. Em 1920, quase dois terços dos habitantes de São Paulo eram estrangeiros ou descendentes, sendo que os italianos representavam mais da metade da população adulta do sexo masculino e um terço da população total.

Quanto à cidade do Rio de Janeiro, sabe-se que os Farani, oriundos da Calábria, teriam estabelecido uma joalheria já em 1843. Franceschini escreve que a “colônia italiana” na cidade apresentava constante aumento entre 1846 e 1870, crescendo abruptamente nos anos seguintes.¹¹

⁹ Id. p.190 a 216

¹⁰ TRENTO, Angelo. **Op.Cit.** p.107

¹¹ FRANCESCHINI, Antonio. **L’ emigrazione italiana nell’ America del Sud.** Roma :Forzani,1908. p.647

Em 1854 cerca de 126 famílias reuniram-se na Società Italiana de Beneficenza, sendo a maioria de origem meridional. Eram muitos os calabreses de Paula e de Fuscaldo, na Província de Cosenza, que teriam começado a emigrar por sugestão de um cozinheiro do séquito de Dona Teresa Cristina.

Nos últimos tempos da monarquia, havia no Rio muitos mascates italianos que disputavam espaço no centro da cidade, vendendo pescado, bilhetes de loteria, frutas e verduras. Ouvia-se o pregão do ambulante italiano nas ruas; nos palcos ouviam-se tenores, barítonos, sopranos e contraltos. Cantoras líricas monopolizaram a vida elegante, como foi o caso de famosas prima-donas, como a Candiani ou Adelaide Ristori.¹²

Na primeira década republicana, aumentava rapidamente o número de habitantes e diversificava-se a composição étnica e ocupacional da população, em cidade que estava a exigir mão-de-obra e serviços especializados, em virtude de aceleradas transformações urbanísticas.

O Rio de Janeiro já recebera grande número de estrangeiros no período imediatamente anterior à Lei Áurea. Nos anos seguintes, grandes fluxos imigratórios continuaram chegando e disputando o mercado de trabalho. Shalhoub afirma que a marginalização dos trabalhadores negros ocorreu, em parte, porque os imigrantes ocuparam postos de trabalho nos setores mais dinâmicos.¹³

De outra parte, a mão-de-obra especializada tornava-se premente diante da transformação urbana que se verificava. O surto de empresas imobiliárias, por exemplo, reforçava a evidência do crescimento acelerado da cidade e, em consequência, das edificações urbanas. Cinco empresas aprovaram estatutos entre 1857 e 1858. Todas pretendiam construir habitações para usuários de pequeno poder aquisitivo; quatro incluíam, como finalidade estatutária, o aproveitamento de operários habilitados no estrangeiro, como registra Diégues J.¹⁴

Antonio Januzzi, por exemplo, emigrou em 1874 e destacou-se no ramo da construção civil no Rio de Janeiro. Oriundo de Fuscaldo, na Calábria, tornou-se elo da

¹² CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O Italiano da Esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense**. P.Alegre:EST, 1990. p.26

¹³ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. S.Paulo:Brasiliense, 1986.

¹⁴ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização**. R.de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/ MEC, 1964. p.198

grande corrente iniciada em meados do século XIX. Também de Fuscaldo vieram muitos outros calabreses chamados por Januzzi, que sempre manteve ligações com o *paese* de origem, empregando conterrâneos nas suas empresas. Foi um típico *tio americano*, oferecendo trabalho a seus conterrâneos meridionais que, assim auxiliados por diversos patrícios, acabaram por ocupar específicos espaços econômicos , como é o caso do comércio de pescado, de jornais, de loterias.¹⁵

Como em todas as províncias do Império, a presença de italianos foi observada nas cidades de Minas Gerais.

Com a crise da economia mineradora , durante o século XIX, perderam importância os antigos núcleos urbanos. O governo precisou reorganizar a economia, através da agricultura. Empreendeu política imigratória que pode ser considerada tímida, se comparada às políticas das regiões sulinas. Até 1896 havia apenas quatro núcleos coloniais. Barreiros, junto a Belo Horizonte, contava com 185 indivíduos, sendo que 71 eram italianos.

Entre 1894 e 1901 foi preponderante a corrente italiana em Minas Gerais, com quase 90% dos indivíduos estrangeiros que entraram no Estado. Em Belo Horizonte, os imigrantes representavam 8,6% da população . Mônica Ribeiro de Oliveira registra que 58% dos italianos, entre 1888 e 1920, encontravam-se no comércio de gêneros alimentícios, armarinhos, calçados,móveis, etc.; 21% estavam desenvolvendo atividades artesanais em pequenas oficinas, como funileiros, latoeiros, marceneiros e sapateiros. A partir de 1895, já se tornava expressivo o número de estabelecimentos fabris pertencentes a italianos .¹⁶

O grande fluxo de imigração italiana para o Espírito Santo começou a partir da década de 1870. Os primeiros núcleos produtivos da região foram as colônias imperiais criadas perto de Vitória e ocupadas por italianos, cujo aspecto peculiar , em relação a outras foi a organização da produção para a exportação de café, por excelência. Essas colônias italianas eram coligadas ao mercado internacional mediante rede de comercialização,

¹⁵ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Italiano na Cidade: imigração itálica nas cidades brasileiras**. P.Alegre: ACIRS; Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2000. p.48-9

¹⁶ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e industrialização: os italianos de Juiz de Fora- Minas Gerais (1888-1920*. In: DE BONI, Luis A. **A Presença Italiana no Brasil Volume III**. P.Alegre:EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

formada de pequenos e médios intermediários, que faziam confluir o produto nas poucas casas citadinas, as quais, em direção contrária, forneciam mercadorias aos colonos.

Mas, como acontecia em outras regiões, também nas colônias do Espírito Santo, núcleos familiares valeram-se de estratégias para aliviar a pressão sobre a terra e, assim, preservar intacta a extensão da propriedade familiar. Muitos descendentes migraram para as cidades, ingressando nas atividades industriais ou no setor portuário, como registra Colbari. Outros se tornaram artesãos, como barbeiros, marceneiros, sapateiros. Para o serviço doméstico foram empregadas as mulheres descendentes dos primeiros colonos.¹⁷

Foi realizada em Santa Catarina, durante 1836, a primeira experiência de colonização no Brasil, através de imigrantes italianos. Criou-se a colônia Nova Itália, assentando trinta famílias às margens do rio Tijucas. Em 1850, o Dr. Blumenau trouxe da Alemanha os primeiros colonos para ocuparem gleba de terra adquirida às margens do Itajaí-Açu. A administração da colônia foi entregue alguns anos mais tarde ao governo imperial e, até 1875, o núcleo alcançou dez mil habitantes, a maioria de origem alemã. Naquele ano, entraram os primeiros colonos italianos. A colônia Dona Francisca receberia duas centenas de italianos em trinta anos, dividindo o espaço com muitos suíços e noruegueses. Três mil italianos, lombardos e tirolezes, também entraram na colônia Itajaí-Brusque depois de 1875.

Os imigrantes italianos, fixados inicialmente no vale do Itajaí, ocupariam outras áreas catarinenses. O aparecimento de núcleos urbanos nas áreas das antigas colônias, sobretudo na região sul do estado, evidenciou a diferenciação de funções que se verificavam nas mesmas, dando origem a indústrias. Assim, cidades catarinenses destacam-se hoje como resultado de imigração colonizadora, seja alemã, seja italiana.

Na capital, Florianópolis, houve o estabelecimento de Consulado Italiano, justamente porque a presença de *súditos* foi importante. Muitas são as famílias descendentes dos primeiros imigrantes urbanos, que concentravam seus estabelecimentos comerciais na rua Conselheiro Mafra e que fundaram a *Società Mutuo Soccorso XX*

¹⁷ COLBARI, Antonia. *Família e trabalho na cultura dos imigrantes italianos*. In: CASTIGLIONE, Aurélia (Org) **Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1998. p.138

Settembre, cuja sede esteve na esquina da escadaria do Rosário com a rua Vital Ramos, no centro da cidade.¹⁸

Também a capital do Paraná contou com expressiva presença de imigrantes italianos, a partir do estabelecimento das colônias.

O Paraná foi pioneiro com a experiência de formação de uma série de colônias em torno da capital. Em 1855 já se instalaram alemães no rossio de Curitiba, seguidos por outros grupos que se estabeleceram em núcleos nos arredores da capital.

O foco da vida colonial era a cidade, mercado consumidor para a produção e mercado de abastecimento para todas as necessidades.

Os italianos intensificaram sua presença depois de 1875. Em 1950, estimou-se em 15,4% o percentual relativo ao grupo étnico italiano no Paraná. Diégues, analisando o desenvolvimento urbano de Curitiba, sublinha que o elemento imigrado esteve sempre presente, atuando diretamente no comércio, na indústria, na vida social, na atividade cultural, ou através das colônias nos arredores da cidade, constituindo verdadeiro cinturão verde para o abastecimento e servindo de retaguarda à atividade industrial.¹⁹

Meridionais de norte a sul

Para arregimentar imigrantes, a propaganda maciça dos agentes dirigia-se basicamente para regiões rurais e setentrionais italianas. Mas, segundo Trento, das regiões do norte, entre 1903 e 1920, procederam mais de 85 mil indivíduos; da Itália central vieram cerca de 33 mil, enquanto que da Itália do sul contaram-se mais de 187 mil imigrantes.²⁰

Analisando-se a presença de meridionais, toma-se como exemplo o Rio Grande do Sul, justamente onde os projetos de colonização por italianos do norte foram predominantes.

Verifica-se que o número de italianos aumentara muito em cidades gaúchas no período concomitante à grande imigração, especialmente em Porto Alegre que, no final do século,

¹⁸ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Italiano na Cidade: a imigração itálica nas cidades brasileiras. Op.Cit.** p.53-4

¹⁹ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Op Cit.** p.247-8

²⁰ TRENTO, Angelo. **Op.Cit.** p.39

passava por acelerado processo de industrialização e de urbanização. Na última década do século XIX, a cidade possuía mais de 10% da população constituída por italianos.

Mas o grupo italiano, além de crescer, apresenta diversificação, contando inclusive com grande número de imigrantes meridionais. O Cônsul de Velutis, por exemplo, mencionara em 1908 tal fenômeno, destacando a predominância de calabreses da Província de Cosenza e, dentre esses, dos oriúndos de Morano Calabro.²¹

Como São Paulo, Rio de Janeiro ou Porto Alegre, não foi diferente em outras cidades brasileiras, quando se trata de assinalar a presença de meridionais. É oriúndo de Potenza, na Basilicata, o grupo italiano que se estabeleceu em João Pessoa, na Paraíba. No Recife, provinham de várias regiões do sul italiano, especialmente das províncias de Cosenza, Potenza e Salerno. Em Salvador, mais de 80% dos sobrenomes italianos são típicos do *Mezzogiorno*, também com predominância de cosentinos. Expressivo número de calabreses caracteriza o grupo que se estabeleceu no extremo-norte, na cidade de Belém, no Pará.

As duas principais cidades amazônicas- Belém e Manaus, passaram por acelerada fase de transformação, entre 1870 e 1912, em consequência da comercialização da borracha, fonte praticamente exclusiva dos enormes recursos que passaram a circular na região norte. No começo do século XX tudo era estrangeiro na região: bancos, linhas de navegação, grandes casas exportadoras, obras de infra-estrutura, portos, ferrovias, equipamentos urbanos. A demanda de produtos industrializados necessário às obras realizadas era também suprida no estrangeiro.

Houve rápida ascensão econômica de uma burguesia regional, favorecida pelo comércio da borracha, com a consequência imediata de um grande impulso no setor da construção civil.

Nas décadas de 1880 e 90, os italianos começaram a manifestar interesse no intercâmbio comercial com a Amazônia, esperando obter matéria-prima à sua indústria, em fase de grande desenvolvimento. Foram muitas as iniciativas italianas e nortistas, visando articular interesses mútuos, como demonstra Jussara Derenji. A autora enfatiza as atividades artísticas desenvolvidas no norte por italianos, assim como atividades comerciais, obras de engenharia e de arquitetura. Destaca o trabalho do engenheiro calabrês

Filinto Santoro que em Belém exerceu também a função de cônsul, além de ser o responsável pelas mais importantes obras públicas e pelos melhores prédios residenciais da elite paraense. Uma das características do seu trabalho, lembra a autora, está relacionada à importação de materiais e à utilização de mão-de-obra italiana em detrimento dos nacionais.²²

As cidades pernambucanas, durante muito tempo, não exerceram atração sobre italianos. Algumas famílias peninsulares, com o correr do tempo, foram chegando após a unificação italiana. A maioria dedicava-se à fundição e à funilaria, nos engenhos e nas primeiras usinas, como lembra Manoel Correia de Andrade.

Também nas cidades pernambucanas registrou-se a presença de mascates, depois pequenos comerciantes ou sapateiros e alfaiates, que se tornaram afamados, sobretudo no Recife. Agricultores italianos fixaram-se nas periferias das principais cidades e esse contingente, iniciado no terceiro quartel do século XIX, caracterizou-se pela procedência meridional.²³

Do sul italiano foram os primeiros imigrantes a aportarem na cidade da Paraíba, oriundos de Potenza, na Basilicata. Segundo José Otávio de Mello, Grisi era ourives e Ferraro mestre-de-obras, e haviam trabalhado antes no Recife. No final do século XIX muitas outras famílias radicaram-se na cidade, sendo que suas residências e casas comerciais localizaram-se quase sempre na Cidade-Baixa, onde também esteve sediada a *Società Italiana de Beneficenza XX de Settembre* que, ao ser fundada, reunia cerca de 50 famílias.²⁴

A julgar pelos sobrenomes, como registram Mario Cella e Severini Cadorin, eram muitos os meridionais dentre comerciantes e profissionais radicados no Maranhão desde final do século XIX: Sposito, Viola, Bruno, Ferrari.²⁵

Já com referência a Corumbá, o médico Riccardo D'Elia descreve admirado os atos fúnebres lá realizados por ocasião da morte do rei Umberto I, assassinado em Monza, no

²¹ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O Italiano da Esquina. Op.Cit.**

²² DERENJI, Jussara da Silveira. **Arquitetura Nortista: a presença italiana no início do séc.XX.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1992

²³ ANDRADE, Manoel Correia de. *Italianos em Pernambuco.* In: DE BONI, Luis A.(Org.) **A Presença Italiana no Brasil Vol.II. Op.Cit.**

²⁴ Id. p.125-184

²⁵ Id p.81 -106

mês de julho de 1900. Na cidade mato-grossense fora decretado luto geral e as despesas com o “esplêndido funeral” foram pagas com dinheiro obtido através de subscrição pública. O comandante da Fronteira providenciou soldados para uma guarda-de-honra; salvas de canhão foram sendo disparadas de cinco em cinco minutos. Toda a população de Corumbá teria comparecido à cerimônia, cuja música esteve sob a responsabilidade do maestro Giovanni Lombardi, que regeu orquestra e foi acompanhado por coro de vozes femininas.

D’Elia lembra também Cuiabá, cuja principal rua era ladeada por casas comerciais, muitas delas pertencentes a italianos, como Monaco, Mandetta ou Mozzillo. Destacou ainda estabelecimentos industriais pertencentes a italianos, assim como importantes edifícios da cidade, pertencentes a seus conterrâneos.²⁶

Se no extremo-oeste a presença de italianos meridionais pode ser registrada, o mesmo percebe-se no extremo sul.

Na primeira década do século XX, o Cônsul De Velutiis apresentava quadro da colônia italiana nos núcleos urbanos rio-grandenses. Além de apontar a ocorrência de italianos que se dedicavam a rotineiras profissões, registrava a presença de muitos médicos e dentistas, uma grande variedade de artesãos, como estanhadores, mecânicos, chapeleiros, empresários da construção civil, padeiros, fabricantes de massas alimentícias, confeitadores, açougueiros, marceneiros, ourives, relojoeiros, tintureiros, fotógrafos. Lembrava que os industriais eram em diminuto número no estado, e que as ocupações mais humildes estavam desaparecendo entre os italianos. Chamou a atenção para novas lideranças que surgiam, com destaque a imigrantes oriundos de províncias meridionais, como Cosenza, na Calábria, de onde provinha grande grupo. Os oriundos de Morano Calabro eram com cerca de 800 pessoas, vendedores ambulantes, pequenos comerciantes, sapateiros, barbeiros, médicos e farmacêuticos.²⁷

O crescimento progressivo do grupo moranês em Porto Alegre, assim como a manutenção de uma identidade, foi o principal resultado de um sistema de trabalho fundamentado nas relações de parentesco. Além do mais, houve alguns *notáveis*, que se distinguíram sobretudo pelo sucesso econômico, os verdadeiros *tios americanos*.

²⁶ D’ELIA, Riccardo. **Op Cit.**

Registra Zuleica Alvim, referindo-se a São Paulo, que considerável número de italianos, especialmente meridionais, não desejava a pequena propriedade e muito menos a vida rural. Seu objetivo era a cidade e lutaram para alcançá-lo. Observadores italianos foram unânimes ao descreverem a escolha ocupacional de seus conterrâneos, definindo vênets e lombardos como agricultores, meridionais como afeitos às atividades típicas das zonas urbanas²⁸.

Algumas considerações

Os italianos foram chegando pouco a pouco nos incipientes núcleos urbanos brasileiros, certamente inibidos pelas restrições impostas pela metrópole, pois eram conhecidos como viajantes e cosmopolitas.

A cidade da Bahia fora capital. Os negócios do açúcar proporcionavam movimentação comercial. Técnicos e negociantes italianos marcaram presença, como em outras cidades nordestinas e litorâneas. Tal presença seria ainda mais efetiva quando uma malograda experiência de colonização deixou nas ruas de Salvador mais de setenta italianos que foram ficando.

Na primeira metade do século XIX, na sede da Corte, houve significativa concentração de italianos. Foram fatores de atração a extrema agitação política que caracterizou o período após a independência e, vinte anos depois, o casamento de D. Pedro II com a princesa napolitana.

No Rio Grande do Sul registrava-se grande número de italianos já nos meados do século XIX, tanto na capital como em cidades do interior. O movimento revolucionário iniciado em 1835 contava com soldados italianos; a movimentação comercial, principalmente nas zonas fronteiriças, atraía peninsulares.

Mas foi no último quartel do século XIX que os números cresceram abruptamente. O projeto de colonização ganhou ímpeto, sobretudo no sudeste e no sul do país, onde as cidades passaram a contar com expressivos grupos de imigrantes italianos que, quase sempre, haviam abandonado o campo pela cidade.

²⁷ DE VELUTIIS, Francesco. **Rapporti di R.R. Agenti Diplomatici e Consolari**. Roma: Ministero degli Affari Esteri, 1905. p.304-5

A busca de trabalho na cidade aconteceu por duas razões básicas: escassez de terra nas áreas coloniais, que empurrou da propriedade rural os filhos dos colonos; demanda de mão-de-obra em decorrência dos processos de industrialização e de urbanização.

Enquanto a colonização esteve caracterizada por imensa maioria de italianos provenientes do norte, a imigração em zonas urbanas contou, em grande parte, com italianos meridionais.

Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, passando por cidades nordestinas, a gente do *meridione* foi ocupando espaços urbanos.

Nas cidades do norte, do nordeste ou do centro-oeste há pouca expressão numérica ainda no início do século XX. Entretanto, a presença italiana é reconhecida pela importância econômica e cultural que representou. Imigrantes teriam sido introdutores de tecnologias e de valores relativos ao trabalho, mais apropriados às idéias de progresso que norteavam as elites brasileiras.

Se considerado o crescimento demográfico urbano nos estados do sudeste e do sul, percebe-se ainda melhor a importância das correntes italianas que, entre outras coisas, alteraram a composição étnica.

Em termos de estratificação social, muitos imigrantes e seus descendentes constituíram as classes médias urbanas, numericamente insignificantes antes dos fluxos migratórios. Se houve ascensão às altas classes, ou se houve o fenômeno da proletarianização, há que registrar também o fortalecimento de uma pequena burguesia, sempre entendida como classe de transição, que foi basicamente constituída por imigrantes. Utilizaram mão-de-obra familiar nos seus estabelecimentos comerciais, favorecendo a inserção de parentes e conterrâneos; trabalharam quase sempre por conta própria nas cidades. Por vezes formaram verdadeiros monopólios, ocupando determinados nichos econômicos. Preencheram espaços que se encontravam vazios na estrutura ocupacional brasileira tradicional.

Principalmente no Estado de São Paulo, verificou-se entre imigrantes italianos grande acúmulo de capitais que distinguiu os chamados “magnatas da colônia”, industriais, grandes comerciantes, proprietários de importantes casas bancárias. Mas, com o

²⁸ ALVIM, Zuleika. **Op.Cit.** p.67

crescimento das atividades industriais, surgiu também uma camada de imigrantes operários, com reconhecida atuação nos movimentos políticos que caracterizaram o período.

É também reconhecida a participação de imigrantes italianos no processo de urbanização. A começar pelo impacto sofrido na fisionomia das cidades, com aglutinação de imigrantes italianos de uma mesma procedência em determinados espaços urbanos, como aconteceu em São Paulo. A fisionomia dessas cidades igualmente sofre impacto pela presença de outras referências dos imigrantes, como clubes, associações esportivas, culturais e beneficentes, escolas, hospitais, igrejas para devoções muito particulares.

Mas as influências no meio urbano vão mais longe e são percebidas, inclusive, na arquitetura. Se não há introdução de um determinado estilo, surgem novidades: a *villa* ou o *villino* difunde-se nas camadas superiores, elevam-se igrejas em estilo neo-gótico.

Aos engenheiros, arquitetos e mestres-de-obra italianos devem-se muitos dos prédios altos que vão pontecendo nas áreas centrais das cidades, como o edifício Martinelli, com 22 andares, inaugurado em 1929. Mesmo nas unidades residenciais modestas, impõe-se um tratamento de fachada cuidadoso; são as pequenas casas com balaústres, cornijas, caprichosa decoração em estuque, tão ao gosto dos construtores italianos, e que se tornaram comuns nas nossas cidades.

Nas artes em geral a contribuição dos italianos é notória. Foram reconhecidos os professores de música, de canto, de desenho, de pintura. Bandas de música são principalmente regidas por italianos, compostas por músicos italianos. Desportos e jogos foram praticados e introduzidos por italianos; fundaram clubes de regatas, de ciclismo, de bocha e até mesmo de futebol.

No meio urbano transmitiram-se idéias através de uma ativa imprensa e de muitas escolas italianas. Processos de construção da identidade italiana estiveram em curso, refletindo necessidades de integração e negociações culturais. Costumes e hábitos das velhas cidades se modificaram, como influência desses imigrantes que introduziram também novas formas de sociabilidade.

As cidades brasileiras encontravam-se em processo de modernização. São pertinentes as reflexões de Simmel, quando lembra que o estrangeiro favorece o aparecimento daquilo que antes dele não havia. Não sendo radicalmente unido ao grupo

autóctone, tem maior liberdade de ação e analisa as circunstâncias sem preconceito.²⁹ O papel que dele se espera é o de agente de mudanças, o de introdutor da novidade.

Nas cidades brasileiras, em algumas mais, em outras menos, proprietários de cafés, hotéis, restaurantes, cabarés, cinemas, confeitarias, estabelecimentos *simbolos* de uma modernidade urbana, foram em grande parte italianos que introduziram, inclusive, novos hábitos alimentares.

A presença do italiano nas zonas urbanas precisaria ser hoje redimensionada. Sua aliança com as mesmas facilitou a modernização, tornou *possível*, muitas vezes, a desejada *cidade moderna*. Os empreendimentos dos peninsulares deram sustentação àquela sonhada modernidade.

²⁹ SIMMEL, Georg. **Estudios sobre las formas de socialización. v.2.** Madrid: Alianza Ed.,1986. p.716-719

A canção popular italiana em um processo migratório¹

Paulo Bernardi.²

Introdução

Trata-se de um estudo comparativo que focaliza algumas das canções atribuídas aos imigrantes italianos, transmitidas oralmente a seus descendentes e ainda cantadas com frequência. A pesquisa compreendeu descendentes de imigrantes italianos que vivem em Concórdia, no Estado de Santa Catarina, em Serafina Correa, no Estado do Rio Grande do Sul e em Buenos Aires, Capital, na Argentina.³

O estudo efetuou levantamento de títulos de algumas destas canções lembradas *espontaneamente* por pessoas consideradas cantantes e outras aleatoriamente, comparando os resultados encontrados nas diferentes áreas. Esta comparação entre os resultados, por sua vez, tomou por base epistemológica elementos de etnomusicologia e assumiu a concepção de cultura como um modo de vida. Acrescentou, também, breve contextualização histórico-social da considerada Grande Emigração Italiana ocorrida no final do Século XIX.

A ciência etnomusicológica, em suas diversas ramificações, ao permitir a realização de pesquisas sobre músicas das culturas orais tradicionais - no caso as canções populares ditas italianas – consegue transformar-se também em um instrumento de contato com suas temáticas, de definição de contextos, de reconhecimento da diversidade cultural, de apreensão de transformações sócio-culturais e, muitas vezes, de possibilidade de retorno a patrimônios culturais.

Abrangência da pesquisa

A amostragem levou a revisar algumas características do contexto sócio-cultural da Grande Emigração Italiana, de predominância agrícola, do final do Século XIX para o Sul do Brasil e também para Buenos Aires. Empreendeu levantamento de informações junto às

¹ O presente artigo encontra-se no prelo pelas Edições EST – Porto Alegre. Editor Antônio Suliani.

² Doutorando em História pela UFSC.

³ Pesquisa de campo realizada pelo autor no segundo semestre de 1996. A pesquisa, na Argentina, restringiu-se apenas a Buenos Aires, Capital, não incluindo a Província de mesmo nome.

áreas pesquisadas, tendo como elementos comuns um contexto de migração e a canção popular italo-fônica relacionada sobretudo a vivências originadas em um determinado modo de vida.

Alguma influência decorrente da transmigração de europeus que, ao manter aspectos do modo de vida do seu país de origem, firmaram uma certa identidade expressa em comportamento social foi percebida nas áreas pesquisadas. Esta presença européia se fez sentir em diversificados campos da vida social, permeando ações e realizações na economia, na política, nas ciências, nas artes, na cultura. A tal ponto se fez sentir na formação da sociedade brasileira, em termos de ‘formas de convívio, instituições, idéias’, que Holanda (1971, p. 3) chegou a afirmar que “o certo é que todo fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem.”⁴

Não é objetivo deste estudo relatar o processo imigratório italiano de uma forma completa. No entanto, necessário se faz focalizar alguns aspectos históricos e sociais para contemplar elementos circunstanciadores que vêm inseridos em textos de diversas canções. Como, também, se torna indispensável a referência a certa parte da história da imigração italiana que pouco foi contada, ou seja, uma parte de menor fortuna que veio influenciar – e, às vezes, definir – um certo modo de vida posterior. Tais aspectos se referem a algumas circunstâncias vividas por camponeses do Norte da Itália que, em meio a privações e sem outras perspectivas de futuro melhor, optaram pela emigração transoceânica. A uma viagem em navio sem condições para o transporte humano, juntou-se o desencanto ao se perceberem novamente desamparados em uma nova pátria e com novas dificuldades ao invés da *cuccagna* ou fartura fartamente prometida na já saudosa ‘bela Itália’. A obsessão pelo trabalho agrícola, o apego à religiosidade católica e a convivência quase restrita a outros migrantes foram tônicas iniciais da construção de um modo de vida semelhante àquele do país de origem. Com o tempo, para alguns, foi sendo construído também o sonho da terra, da riqueza e da fartura, impossibilitados na primeira pátria.

Os imigrantes aprenderam a trabalhar a nova terra, dela tirar seu sustento e estruturar seu crescimento econômico e social. Apesar de tudo isto, a canção teve sempre seu tempo e seu espaço. O texto da canção *Da l’Italia noi siamo partiti* (Da Itália partimos)

⁴ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1971, p. 3.

é um exemplo que procura traduzir este processo vivenciado pelos imigrantes italianos no começo da nova vida no solo da nova pátria e o que foi realizado posteriormente com seu trabalho: (...) *siamo partiti com nostro onore* (...) *come le bestie abbiamo riposà* (...) *e con l'industria dei nostri italiani abbiám formato paesi e città* (... partimos [apenas] com nossa honra ... repousamos como animais ... Com o trabalho dos nossos italianos construímos vilas e cidades).

De certa maneira, os primeiros imigrantes passaram a viver aqui um modo de vida semelhante ao do seu país de origem, seja pelo intenso isolamento inicial, seja pelo convívio quase restrito com pessoas que se identificavam entre si sócio-culturalmente. Isto veio solidificar, com o tempo, um modo próprio de ser, de fazer e de sentir expresso em hábitos, costumes ou valores, muitos dos quais, uma vez mantidos na memória social, são conservados até o presente através de algumas canções.

Para realizar o presente estudo foram escolhidas três áreas – duas das quais reconhecidas como de colonização por descendentes de imigrantes italianos e outra por ela fortemente influenciada - e nelas efetuado um levantamento de canções assimiladas por tradição oral e que ainda são cantadas.

As três áreas pesquisadas

Uma vez que a canção atribuída à imigração italiana possui intrínseca relação com o meio no qual surgiu, será apresentada breve abordagem da migração de descendentes de italianos para as áreas pesquisadas com a finalidade de construir um quadro sócio-histórico e contextualizar o objeto de estudo.

A considerada Grande Imigração Italiana no Rio Grande do Sul aconteceu no final do século XIX, formando inicialmente quatro colônias. Descendentes de imigrantes das colônias das atuais regiões de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Veranópolis, Antônio Prado etc., no século seguinte, procuraram novas terras em outras regiões ora no mesmo Estado, ora em Estados vizinhos. Foi deste modo que a colonização italiana de Serafina Correa e de Concórdia foi acontecendo.

a) **Serafina Correa** situa-se no Planalto Sul-Rio-Grandense, na grande região da Encosta Superior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, conhecida como Microrregião do Alto Taquari. Possui área de 162 km² e dista 230 km de Porto Alegre. Inicialmente era denominada de Linha 11, pertencente ao hoje vizinho município de Guaporé, então colônia Varzinha, instalada desde 1892 e desmembrada de Lajeado em 1904. O município de Serafina Correa emancipou-se de Guaporé em 22 de julho de 1960. Sua população predominante é de descendentes de imigrantes italianos, conservando ainda o *talian*⁵ no uso diário e parte no ensino escolar, além de promover diversas atividades, festividades e outros movimentos, a ponto de ser identificada, com frequência, como “centro brasileiro da cultura italiana.”

b) Por volta dos anos 20, muitos dos descendentes de imigrantes italianos começaram a sair de suas localidades no interior do Estado do Rio Grande do Sul para o Estado de Santa Catarina, colonizando, entre outras regiões e outras etnias, o atualmente chamado município de **Concórdia**. Ressalvadas as proporções e algumas circunstâncias, o processo migratório havido com os descendentes italianos se assemelhou ao ocorrido com seus antepassados na Itália, em termos de propaganda e recrutamento, viagem precária e um começo de nova vida, entre matas, alguns caboclos e outros migrantes.

O município de Concórdia tem sua história diretamente ligada à ocupação do Oeste catarinense, aos primitivos habitantes da região, às atividades exploradoras dos Bandeirantes e à chegada de descendentes dos imigrantes alemães e italianos. Esta região começou “a ser conhecida do mundo civilizado a partir de 1641, ano em que (...) passou o primeiro grupo de bandeirantes paulistas a caminho do Rio Grande do Sul”.⁶ Todavia, pesquisas arqueológicas indicaram a existência de grupos pré-históricos de caçadores e coletadores, em grande mobilidade espacial, já por volta de 5.500 a. C.⁷

As terras férteis, ricas em pinheiros e outros tipos de madeira, ervais, rios e campos foram sendo ocupadas de forma dispersa por fazendeiros oriundos da região de Guarapuava, em seu deslocamento pelo ‘caminho das tropas’ de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Ao ali se estabelecerem, dedicavam-se à criação de gado e à extração da erva-mate.

⁵ O *Talian*, também chamado “vêneto brasileiro”, vem a ser a língua originada dos diferentes falares dos imigrantes italianos no Sul do Brasil, ainda hoje falado, escrito e ensinado em algumas localidades.

⁶ ROSSETTO, Santo. *Síntese histórica da região oeste*. Chapecó: FUNDESTE/CEOM, 1989, p.9.

⁷ Idem, *ibidem*.

A efetiva exploração da região, no entanto, iniciou com a demarcação das fronteiras entre Brasil e Argentina, ocorrida em 1885. Com a chegada dos imigrantes, a colonização foi conquistando o espaço antes ocupado principalmente pelo índio e pelo caboclo.

Especificamente, diversas influências marcaram a história do hoje denominado município de Concórdia: algumas de natureza política, passando pela definição territorial do Estado de Santa Catarina, culminando com a Guerra do Contestado, e outras decorrentes da comercialização das terras da empresa americana construtora da parte catarinense da Ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, no início do século XX - a *Brazil Railway Company* -, através de empresas colonizadoras.

Com a chegada de famílias de descendentes de imigrantes oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, a colonização definitiva da região de Concórdia iniciou na década de vinte. A área colonizada foi sendo ocupada através da aquisição de pequenas propriedades rurais, em lotes de 8 a 15 alqueires paulistas cada.⁸ A criação do município de Concórdia ocorreu em 29 de julho de 1934.

c) O contexto sócio-cultural da população italiana em **Buenos Aires** possui algumas características marcantes: a capital portenha se situa às margens do Rio da Prata e, por seu extraordinário sistema potamográfico, é também o centro de comunicação com o interior do continente. Além da Capital do país, Buenos Aires é o seu maior centro cultural.

Nesta cidade, a presença italiana foi marcante em diversos aspectos, destacando-se na agricultura, na economia, na indústria, na arquitetura, na literatura, na música, na atividade científica, em suma, na história daquela coletividade. As profissões declaradas pelos imigrantes italianos na sua chegada a Buenos Aires, entre 1876 e 1908, foram 61,3% de agricultores, 11,3 % de *giornalieri*, 7,3% de profissionais manuais, 1,5% de atividades no comércio.⁹ Predominou, lá também, maior índice de imigrantes para o setor agrícola.

Embora apenas interesse ao presente estudo comparativo efetuar uma relação com algumas das canções populares atribuídas à imigração italiana ainda cantadas nas localidades já mencionadas, importa recordar também a influência histórica e cultural de um grande número de profissionais italianos particularmente na música erudita de Buenos

⁸ Ver FERREIA, Antenor Geraldo Zanetti. *Concórdia: o rastro de sua história*. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992, pp. 70-116.

⁹ Ver KORN, Francis. *Gli italiani a Buenos Aires: le professioni, l'inserimento sociale*. In: Coleção Euroamericani, vol. 1. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987, p. 32.

Aires e outros no meio popular, favorecendo o surgimento daquele misto de música e dança, o *tango*, expressão característica da capital portenha. Quanto às canções atribuídas aos imigrantes italianos e conservadas pelos seus descendentes em comunidade de Buenos Aires, sua relação consistirá na comparação com as canções cantadas nas duas áreas pesquisadas no Brasil.

O Estudo Comparativo das Canções

Tendo por objetivo procurar saber se as canções que identificaram os imigrantes italianos ainda são cantadas nas localidades estudadas, a pesquisa levantou o título destas canções entre pessoas consideradas *cantantes*, outras *aleatoriamente*, comparando entre si os resultados alcançados. Assim, circunscrito aos elementos comparativamente buscados pelo presente estudo, foi identificado um grupo básico de canções tanto em Concórdia quanto em Serafina Correa e em comunidade portenha. No entanto, para uma abordagem ampla da canção italiana ainda praticada, necessário seria não só alargar como incentivar a amostragem, além de incluir um estudo geral das canções.

Sabe-se que alguns dos costumes ainda hoje existentes entre descendentes de imigrantes italianos foram assimilados dos antepassados, como é o caso de expressar certos sentimentos por meio de canções e de cantá-las freqüentemente. Em algumas destas canções aparecem certos traços de vida, como o humor, o vinho, a comida, a mulher, o amor, a doença, a casa, que são contados em relances poéticos e revivenciados ao cantar. Por isto, o estudo de algumas canções possibilita identificar aspectos do comportamento social próprio de um certo período, contendo elementos que traduzem pertencimento étnico ou mesmo um registro de um certo modo de vida. Pois a canção atribuída ao imigrante italiano incorporou vivências referentes a um universo que aponta para um determinado contexto e este, para a própria canção.

Momentos do estudo

1. Num *primeiro momento*, foram entrevistados descendentes de imigrantes italianos, *aleatoriamente*, buscando apenas informações *espontâneas* e de cunho geral sobre

o título das canções atribuídas à imigração italiana e que ainda são cantadas. Como resultado destas entrevistas, por amostragem aleatória, surgiram, entre outros, os títulos das seguintes canções, com a indicação entre parênteses dos percentuais com que foram citados:

a) Em **Concórdia**: Quel mazzolin di fiori (30%); La verginella (22%); La bella polenta (16%); Santa Lucia (12%); Ciareto su quel monte (9%); La bella violeta (6%); El vecio Trivelin (5%).

b) Em **Serafina Correa**: Quel mazzolin di fiori (16,6%); Da l'Italia noi siamo partiti (16,6%); La bella violeta (8,3%); La verginella (8,3%); Sul Castel de Mirabel (8,3%); Il Sirio (6,7%); El macchinista (5,0); La colombina (5,0%); Santa Lucia (5,0%); Bella ciao (3,3%); Campane di San Giusto (3,3%); Ciareto su quel monte (3,3%); Mamma mia, dammi cento lire (3,3%); Monte Grappa (3,3%); Reginella campagnola (3,3%).

2. Num *segundo momento*, a pesquisa buscou pessoas reconhecidas como *cantantes*, levantando, através de respostas *espontâneas*, alguns títulos de canções ainda cantadas, como segue:

a) Em **Concórdia**:

Canções com 100% de lembrança: Ciareto sul quel monte; Ciribiribin doman l'è festa; El merlo ga perso el beco; El vecio trivelin; La bella polenta; La bella violeta; La colombina la ga le ale; La Gigiota la ga un bambin; La verginella; Monte Grappa; Quel mazzolin di fiori; Santa Lucia; Sul Castel de Mirabel; Sul ponte di Bassano.

Canção com 66% de lembrança: La milanese.

Canções com 50 % de lembrança: Quel uccelin del bosc; Mi stamattina mi son levata.

Canções com 33% de lembrança: Il capitan della compagnia; Da l'Italia noi siamo partiti; Quattro cavaì che trottano.

b) Em **Serafina Correa**:

Canções com 100% de lembrança: Ciareto su quel monte; Ciribiribin doman l'è festa; El merlo ga perso el beco; El vecio Trivelin; La bella polenta; La bella violeta; La colombina la ga le ale; La Giogiotta la ga un bambin; La verginella; Monte Grappa; Quel mazzolin di fiori; Santa Lucia; Sul Castel de Mirabel; Sul ponte di Bassano; La milanese;

Quel uccelin del bosc; Mi stamattina mi son levata; Il capitan della compagna; Da l'Italia noi siamo partiti; Quattro cavai che trottano; Bella ciao; La bella impastegnochi; Reginella campagnola.

Canção com 85% de lembrança : Gira lo gira.

Canção com 57% de lembrança: Campane di San Giusto.

Apenas como ilustração e alargamento do panorama referencial, embora sem interferir no objeto de estudo, foi efetuado também um levantamento espontâneo em diversos *outros* municípios do Estado de Santa Catarina sobre canções atribuídas aos imigrantes italianos e ainda cantadas, também por amostragem aleatória, apresentando o seguinte resultado:

Quel Mazzolin di fiori (22%); La verginella (21%); Santa Lucia (15%); Da l'Italia noi siamo partiti (15%); La bella polenta (11%); La Gigiota la ga un bambin (4%); Mamma mia, dammi cento lire (2%); Sul Castel di Mirabel (2%); Bevè, bevè, compare (2%).

É importante observar que a canção mais intensamente lembrada foi *Quel mazzolin di fiori* (aquele ramallete de flores), deveras de constante presença em encontros que ocorrem entre descendentes de imigrantes italianos. Vem a ser a canção campesina italiana que relaciona o desejo da enamorada em oferecer ao seu amado um ramallete de flores trazido, cuidadosamente das montanhas, e o seu choro e desencanto ao perceber-se trocada por outra.

3. Num *terceiro momento*, aconteceu a verificação da ocorrência de lembrança do título das canções levantadas nas duas primeiras áreas pesquisadas e confrontadas com aquelas cantadas também em Buenos Aires.

Tendo presente que o sentimento e o afeto expressos através de canções não só se referem ao modo de ser como também ao de agir, a pesquisa foi realizada junto ao Centro de Estudos Migratórios Latino-Americano,¹⁰ em **Buenos Aires**, que coordena freqüentes encontros entre descendentes de imigrantes italianos. Constatou-se que, nestes encontros, as canções populares italianas estão sempre presentes. Na comparação entre os títulos das canções levantadas *espontaneamente* junto às outras duas áreas pesquisadas, foram relacionadas as seguintes canções, também cantadas pelos descendentes de imigrantes

italianos portenhos: Ciribiribin doman l'è festa; El merlo ga perso el beco; El vecio Trivelin; La bella polenta; La bella violeta; La Gigiota la ga un bambin; Monte Grappa; Quel mazzolin di fiori; Santa Lucia; Sul Castel de Mirabel; Sul Ponte di Bassano; La milanese; Il capitan della compagnia; Da l'Italia noi siamo partiti; Bella ciao; Reginella campagnola; Campane di San Giusto.

É de suma importância ressaltar que estas não são as únicas canções ainda cantadas em Buenos Aires, mesmo porque não faz parte deste estudo abranger o universo completo conhecido pelos descendentes de imigrantes italianos daquela cidade. O estudo comparativo constatou a existência de um grupo básico de canções¹¹ que ainda são cantadas por descendentes de diversas gerações, embora em meio à diversidade étnica e cultural. A comparação se limitou apenas às canções levantadas.

Assim, este grupo básico de canções levantado através de respostas espontâneas, comum às três áreas pesquisadas, é o seguinte: Bella ciao; Ciribiribin doman l'è festa; Da l'Italia noi siamo partiti; El merlo ga perso el beco; El vecio Trivelin; Il capitan della compagnia; La bella polenta; La bella violeta; La Gigiota la ga un bambin; La milanese; Monte Grappa; Quel mazzolin di fiori; Santa Lucia; Sul Castel de Mirabel; Sul Ponte di Bassano; Reginella Campagnola.

Como expresso na relação acima citada, há considerável número de canções - ainda em pequena amostra - cantadas nas três áreas pesquisadas. Assim, houve unanimidade na lembrança de um determinado *corpus* de canções tanto em Concórdia quanto em Serafina Correa e a maioria em Buenos Aires.

Esta amostra de respostas espontâneas, embora pequena, vem confirmar o suposto de que tenha havido no país de origem um *quantum* comum de canções que acompanhou os emigrantes nas respectivas novas terras. Como se sabe também que, em um novo contexto, em meio a outras emoções e vivências, algumas destas canções tiveram adaptações em partes de seus textos.

¹⁰ Centro de Estudos Migratórios Latino-Americanos, Buenos Aires, ao encargo da Congregação dos Padres Carlistas.

¹¹ Para contato com os textos destas canções ver CORRADIN, Giuseppe. *...E cantavam*. Porto Alegre: Editora Emma, 1972. Também podem ser encontrados junto ao mercado discográfico. Para algumas destas harmonizadas ou arranjadas para Coral, ver, por exemplo, BERNARDI, Paulo. *Primi canti italiani: canzoni polifoniche*. Florianópolis: UFSC, 1996.

Que aspectos comuns, portanto, existem entre as canções levantadas nas três áreas pesquisadas? Como ponto de partida, sabe-se que há essencialmente um substrato imigratório da etnia italiana identificado no modo de ser, de fazer e de sentir, com interferência de algumas variedades que não chegam a desconfigurar um comportamento social próprio. As canções, como atividade sócio-cultural, também registram parte desta comum maneira de ser.

Considerações gerais

O estudo comparativo da canção popular italiana, nas áreas pesquisadas, deu ênfase à identificação de um grupo de canções cantadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes, em contexto sócio-cultural marcado pela imigração do final século XIX.

O contexto migratório do século XIX aponta para razões político-sociais que levaram milhares de ‘italianos’ a sonhar com uma ‘terra prometida’ (*il paese della cuccagna*) onde pudesse haver liberdade e prosperidade, emigrando para a América. A trajetória da migração para as áreas pesquisadas apontou para a ocorrência de momentos distintos, dentre os quais um recrutamento enganoso e uma longa viagem de navio em condições subhumanas que levaram os imigrantes a enfrentar uma nova e incômoda realidade nos primeiros tempos na nova pátria. No século seguinte, em outras proporções e circunstâncias, o processo se repetiu entre migração interna no Estado do Rio Grande do Sul e para o vizinho Estado de Santa Catarina. Quanto a Buenos Aires, a realidade encontrada foi bem diversa, tanto nas oportunidades de aproveitamento da mão-de-obra em atividades agrícolas, quanto na ocupação profissional urbana.

Em temas específicos de culturalidade, verificou-se o impacto europeizante que marcou o modo de vida do imigrante em pequenas propriedades agrícolas, levando-o a construir - com o próprio trabalho - o sonho da terra, da riqueza e de uma vida melhor, dedicando especiais momentos às canções. Algumas destas canções registram em seus textos este certo modo de ser, constituindo-se como que numa forma de comunicação de uma época em um determinado contexto sócio-cultural.

O estudo comparativo conseguiu identificar um grupo básico de canções ainda cantadas e também veiculadas pelos meios de comunicação. Concórdia e Serafina Correa

em mais se assemelham - quer seja pela procedência do imigrante da região setentrional italiana, quer seja pelo prolongado tempo de predomínio de atividade na agroindústria - e mais especificamente ambientizam as canções usualmente cantadas. Estas canções, por sua vez, também evidenciam expressão de identidade cultural.

Bibliografia

COSTA, Rovílio. *Imigração italiana no Rio grande do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 1986.

_____, *Primeiro encontro do movimento cultural italiano*. Porto Alegre: Mimeo, 1995.

FERREIRA, Antenor G. Z. *Concórdia: o rastro de sua história*. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.

KORN, Francis. *Gli italiani a Buenos Aires: le professioni, l'inserimento sociale* (1869-1914). In: Coleção Euroamericani, vol I. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987, pp. 41-68.

ZAMBENEDETTI, Dino/COFCEWICZ, Geraldo. *Serafina Correa: história e estórias*. Porto Alegre: DC-Luzzatto, 1988.

Escola e Religião: a preservação da solidariedade na comunidade rural de arroio do padre

Renilda Vahl Bohrer

INTRODUÇÃO

Trabalhando há muitos anos em uma escola que teve a sua origem em razão da imigração pomerana observo que, ao realizarmos reuniões para efetuarmos melhorias na escola, apresentar o rendimento do nosso aluno e discutir idéias para o desenvolvimento do nosso trabalho pedagógico, há sempre maior participação e presença de pais de uma determinada região atendida pela escola.

Desta observação surgiu um questionamento constante de minha parte e que passei a dividir, muitas vezes, com a diretora do educandário. Ao ingressar no Curso de Especialização, a idéia amadureceu resultando no trabalho que apresento neste artigo.

O trabalho aborda a participação dos pais no processo educativo dos filhos e sua interação com a escola e educadores, em uma comunidade escolar, que teve sua origem com os primeiros colonos pomeranos, que chegaram à região de Arroio do Padre.

Buscando respostas sobre os reflexos positivos que podem acarretar, a colaboração mútua, entre pais e professores, no processo educativo dos alunos desta região, procura compreender as razões que tornam alguns pais tão solidários com a escola e outros tão distantes.

Após uma revisão bibliográfica para a construção do referencial teórico, seguida de entrevistas e análise de documentos antigos e atuais para a coleta de dados que foram sistematizados e analisados, o texto se estrutura da seguinte forma:

Na primeira parte, faço uma análise da origem do povo de Arroio do Padre e a importância da mesma para a história da educação desta localidade.

Na segunda parte, analiso um pouco da história da educação em Arroio do Padre e sua relação com a Igreja Luterana, cuja influência colaborou para a criação das primeiras escolas desta localidade.

Na terceira parte, apresento e descrevo o professor comunitário, responsável pelas primeiras escolas em Arroio do Padre e a sua importância no contexto histórico-educativo da localidade.

Na quarta parte, faço algumas considerações sobre a vida comunitária, em comunidades escolares religiosas de Arroio do Padre e sua importância para o crescimento e desenvolvimento do processo educativo na localidade.

Concluindo o trabalho, faço uma análise sobre quais dos fatores anteriores mais colaboraram para que, em determinadas comunidades rurais ainda permaneçam trabalhos comunitários solidários de influência pré-capitalista.

Também relato que tais atitudes dos pais referidas no trabalho estão ligadas ao fato de escola comunitária ter, em seu histórico, a nomeação de um professor dentre as pessoas da comunidade, portanto, não recebendo influências do mundo capitalista, o que aconteceu com as demais escolas que tiveram seu atendimento por pessoas que não pertenciam à comunidade.

O tipo de organização e manutenção das comunidades é que torna as pessoas aptas ao trabalho solidário, herança que trouxeram na época de sua imigração da Pomerânia para o Brasil, em 1858.

I

1. A HISTÓRIA DO POVO POMERANO

Para conseguir traçar um perfil do povo pomerano que vive em Arroio do Padre e compreender seus costumes em relação à educação dos filhos foi necessário buscar a história da origem deste povo, a trajetória migratória até o estabelecimento nas terras que hoje constituem suas propriedades.

Conhecer a história deste povo é compreender as razões que os tornam tão apegados às lutas pelo bem comum e pelo progresso das instituições educacionais e religiosas.

O povo pomerano formou-se pela junção de dois povos: eslavos e germanos. Os eslavos wende, começaram a entrar na região da pomerânia a partir do ano de 175 da era Cristã. Os wendes¹ passaram sempre pela busca de espaço que era negociada pelos eslavos (poloneses) e depois pelos alemães e nórdicos. Os pomeranos sempre sofreram invasões de suas terras e passaram por guerras na tentativa de dominá-los. Através da guerra não foi possível a dominação deste povo e então passaram a tentar cristianizá-los. A cristianização fez com que os pomeranos assumissem outra língua, o baixo-alemão-pomerano, na qual a língua original teve pouca influência, além de terem que assumir toda uma cultura alemã.

“Essa aceitação foi uma forma de manterem seu espaço, sempre ameaçado por inimigos e também de manterem a sobrevivência o que foi dar a característica do pomerano que conhecemos. Ao longo de sua história, os pomerano sempre tiveram que se adaptar a novos fatos políticos, criados por outros. Com isso toda a sua vida se desenvolveu de modo silencioso, sempre em segundo plano. Ao mesmo tempo, levou

¹ Wendes- povo eslavo que imigrou para a Polônia, a partir do séc. VIII ou IX da era Cristã e originou os pomeranos da região plana do mar do norte.

outras características marcantes: o jeito meio rude de ser e a lealdade. (Roelke; 1994; 4; in Kolling; 1998; 6.).

O histórico de vida desse povo exigiu que aprendessem a sobreviver em realidades diferentes e a serem leais a si mesmos, a seu ideal e, em consequência, aos povos que estavam na mesma situação.

Os colonos que integraram projetos de colonização antes da Primeira Guerra Mundial eram de origem rural. Havia também entre eles artesãos, técnicos especializados, refugiados políticos, ex-militares, pequenos empresários, intelectuais, etc., que tiveram papel importante na formulação da ideologia teuto-brasileira.

A característica mais peculiar da imigração pomerana é ter-se concentrado em poucas regiões, formando colônias etnicamente homogêneas, que depois seriam vistas com suspeita pelos brasileiros. No início da República, a principal crítica à política imigratória do Império teve por base, justamente o que chamavam de isolamento dos colonos alemães, resultantes do assentamento em colônias homogêneas.

A homogeneidade era quebrada, entre os alemães, apenas pela questão religiosa. Católicos e evangélico-luteranos, criaram identidades regionais distintas.

O uso cotidiano da língua alemã, a organização escolar comunitária ou religiosa (com o ensino em alemão), todo o complexo econômico e social origina-se na pequena propriedade familiar policultora. Essa concentração em áreas restritas, de modo compacto, ajudou a formação de uma sociedade e de uma cultura realmente teuto-brasileira.

Houve um rompimento, embora simbólico, dos laços com o território alemão no ato da renúncia da cidadania de origem, assumindo a “Colônia” como nova pátria.

Assumiram o Brasil como a nova pátria, mas, conservaram todas as suas tradições étnico-culturais, portanto o rompimento foi apenas em relação à cidadania alemã.

1.1. OS POMERANOS E SUA HISTÓRIA EM ARROIO DO PADRE

No Rio Grande do Sul a imigração teuta teve como centro a colônia de São Leopoldo, a partir da chegada das primeiras 34 famílias (evangélico-luteranas e católico-romanas) radicadas, tendo como data de fundação da colônia e sua efetiva ocupação, 25 de julho de 1824.

Com base nesta colônia, e com base na propaganda colonizatória, deu-se a articulação de uma nova proposta que resultou no projeto denominado “ Colônia de São Lourenço.”

Provenientes de uma família de comerciantes da região ao longo do rio Reno, Jacob Rheingantz e alguns de seus irmãos partem “para o mundo” em busca de novas terras. Em 1839 na cidade de Trier-Treves (cidade natal de Karl Marx), vê expedido seu passaporte.

Passa pela França e já em 1840 parte para os Estados Unidos. Pretende ir juntar-se ao irmão que já havia emigrado para Nova York. Decepcionado ao receber a notícia de sua morte, permaneceu aí durante três anos. A 22 de junho de 1843 ele desembarca na cidade de Rio Grande.

Três anos depois chama seu outro irmão Filipe para auxiliá-lo. Neste período, 1846, visita a colônia de São Leopoldo e faz contatos comerciais em Porto Alegre, capital da Província.

Em 9 de julho de 1848, casa-se em Rio Grande com Maria Carolina Fella, enteada do patrão, Guilherme Ziengenbein. Com este casamento torna-se sócio da firma e gerente da filial da casa comercial na cidade de Pelotas. Os negócios evoluem e Jacob junta um capital considerável bem como conquista uma confiabilidade para um empreendimento maior. Nasce o projeto da Colônia de São Lourenço.

“Em 30 de dezembro de 1856, no Rio de Janeiro, Jacob Rheingantz firmava com o Governo Imperial um contrato de colonização. Por esse contrato o governo vendia-lhe oito léguas quadradas de terras devolutas na Serra dos Tapes, Província do Rio Grande do Sul, ao preço de ½ real por braça quadrada, assumindo o comprador a obrigação de medi-las dentro do prazo de cinco anos e de, durante o mesmo período, povoa-las com colonos agricultores alemães, suíços ou belgas. Por sua vez o Governo comprometia-se a subvencionar a 15\$000 por pessoa maior de 10 anos e menor de 45 anos e 10\$000 pelos menores compreendidos nas idades de 5 a 10 anos. O número de colonos não poderia ser inferior a 1440 almas e subvenção destinada a custear o transporte, só se estenderia a esse número.” (Coaracy: 1957:38,39; in Kolling; 1998.).

Assinado o contrato, Rheingantz tratou logo de executá-lo, retirando-se da firma da qual era sócio, recolhendo o seu capital e a parte dos lucros para poder utilizar todos os seus recursos no novo empreendimento.

Em maio de 1857, ele viaja novamente para a Europa com a finalidade de promover a vinda dos colonos e, a 15 de janeiro de 1858, à margem do Arroio São Lourenço, em sociedade com José Antônio Oliveira Guimarães, fundou a Colônia de São Lourenço com 73 lotes. Essa colônia se estendeu em direção à cidade de Pelotas, e foi reduzida com a emancipação do distrito de Boqueirão. Então, os núcleos para cá do Arroio Grande tomaram a denominação de Colônias do Cerrito, Arroio Grande, Progresso, Arroio Bonito, São João e Arroio do Padre.

1.2. OS MOTIVOS DA MIGRAÇÃO DA ALEMANHA

O motivo da migração normalmente foi o econômico. Foram minoria os que migraram por motivos de perseguição religiosa e política. A Alemanha especificamente, recorreu cedo ao fenômeno da emigração. Não tendo colônias para as quais pudesse repassar os excedentes

populacionais e com uma expansão industrial relativamente tardia para absorver os egressos do campo, na Alemanha, a emigração passou a ser um fenômeno desejável para contornar as tensões sociais provenientes do aumento demográfico.

Para o RS, a imigração se restringe ao período histórico 1824/1890; sua peculiaridade e seu significado residem em sua organização sócio-cultural e religiosa, formando grupos homogêneos e erigindo seu mundo físico-social muito ao estilo da terra de origem, mantendo a língua, costumes e organizações típicas da Alemanha. Foi um dos raros casos em que imigrantes se estabeleceram na terra de adoção com um grau elevado de “transplante cultural”.

“ Na estrutura de classes na Alemanha, em 1848, que levou à frustração dos movimentos liberais, coube, segundo Marx, um peso especial à grande maioria da população que não pertencia nem a nobreza e nem à burguesia: eram os pequenos comerciantes e operários nas cidades e os camponeses no campo. Frente ao limitado desenvolvimento dos grandes capitalistas e industriais, à pequena classe de lojistas e comerciantes foi muito numerosa. Era maioria da população nas cidades maiores e nas menores predominava totalmente.”

(Kreutz; 1991; 15.).

Esta classe com posição intermediária entre a burguesia e o operariado, aspirava a posição da primeira, mas também poderia acabar na segunda. Neste jogo os elementos desta classe vacilavam em seus pontos de vista.

“Havia ainda uma segunda classe, a dos pequenos proprietários, que predominava na região do Reno, onde o feudalismo havia sucumbido antes mesmo dos poderosos golpes desfechados pela Revolução Francesa. Outros pequenos proprietários da mesma espécie existiam aqui e acolá, em outras províncias, onde tinham conseguido pagar os tributos que antes pendiam sobre suas terras. Esta classe, porém, era uma classes de proprietários só de nome, já que suas propriedades geralmente se encontravam hipotecadas a tal ponto e em condições tão onerosas que, na realidade, o usuário que lhes havia adiantado o dinheiro é que era o verdadeiro proprietário”

(Marx; 1979, 107).

A condição descrita acima era a vivida pelos imigrantes que vieram para a Colônia de São Lourenço. Saíram das condições citadas por Marx, procurando encontrar uma vida melhor no sul do Brasil.

Com as condições propostas pela propaganda colonizatória, os pomeranos viam na emigração para o sul do Brasil, uma nova chance de adquirir propriedades, já que haviam perdido as suas na Alemanha. Estas propriedades encontravam-se a tal ponto hipotecadas que não encontravam meios de reavê-las.

II

A IGREJA LUTERANA E A EDUCAÇÃO

Para se compreender melhor o povo pomerano que colonizou o Arroio do Padre e a sua ligação com a escola e a igreja é preciso conhecer a sua história religiosa. Uma história construída com os ideais da igreja Luterana. Todos os colonos que aqui chegaram trouxeram consigo a idéia da comunidade educativa idealizada por Lutero.

“Para caracterizar a preocupação e identificação de Lutero com a educação, basta olharmos para “ a planta idealizada pelo reformador Martin Lutero – ao lado de cada templo uma escola...”(IECLB-Conhecendo uma Igreja.1992: 23 in Kolling;1998;33.)

O marco inicial da Reforma se deu com a divulgação das 95 teses em 1517 por Martin Lutero, que tratavam das Indulgências. A partir daí Lutero manifesta-se muitas vezes em público, denunciando e propondo alternativas também na área da educação.

Assim em 1520 Lutero escreve uma Carta Aberta à Nobreza Cristã da Nação Alemã sobre a Reforma da Cristandade, onde propõe entre outros assuntos, uma reforma das universidades e escolas cujo currículo deveria constituir em seu cerne o estudo das Sagradas Escrituras. No entanto, a manifestação mais direta sobre a educação, Lutero faz na Carta Aberta aos Prefeitos das Cidades Alemãs, em que insistiu com as autoridades para cumprirem sua tarefa quanto à instrução escolar das crianças, inclusive as mais pobres. Lutero assim se expressou:

“Sabeis muito bem que em toda parte faltam escolas para nossos filhos, a fim de que o homem de amanhã se torne capaz de exercer a profissão e a mulher tenha aptidão para governar a sua casa e educar os seus filhos de maneira Cristã... É necessário ocupar-se da educação da juventude, porque assim o exige a felicidade do nosso povo... Diariamente se gastam grandes somas na construção de estradas e muitas outras obras públicas; porque não há de se empregar também dinheiro na educação da infância e na preparação de bons professores? Caros senhores, gastam-se anualmente enormes somas em dinheiro para armas de guerra, em construção de ruas, estradas, muralhas e outras cousas sem conta, para que uma cidade tenha paz e conforto. Porque então não dispender um pouco para dar às crianças um ou dois professores? Devemos ensinar às crianças e educá-las. Magistrados, lembrai-vos de que Deus ordena formalmente que se instrua as crianças ! Os pais, ora por indiferença e ora por excesso de trabalho, esquecem e relaxam esta ordem. Cumpre-vos fazê-los lembrar dos deveres que nos estão causando sofrimento.” (Hasse,1959;118 in Kolling;1998; 33).

Lutero sabendo que muitos pais preferiam encaminhar os filhos para o comércio, ao invés de mandá-los à escola, porque resultava em lucro fácil, em 1530 profere o sermão sobre

o dever de mandar os filhos à escola, descrevendo o proveito e o prejuízo que educar ou deixar de educar acarreta, respectivamente, aos governos espiritual e secular.

Segundo Lutero, além do governo, que deve manter as escolas, e os pais que tem o dever de mandar os filhos à escola, também compete à Igreja, igualmente a educação Cristã, para a qual Lutero escreve o Catecismo Menor, o Catecismo Maior (Doutrina Cristã Fundamental) .

“... escolas públicas e gratuitas e para ambos os sexos, e tendo como meta ensinar a servir aos concidadãos e não conseguir riquezas através deles (“ Deinen nicht verdienen”) . Com o catecismo Menor, em prédicas e livretos deu impulsos para uma pedagogia orientada pelas faixas etárias, ressaltando o valor das brincadeiras, inclusive dos pais com os filhos e destacando no currículo a história, as línguas e, sobretudo, a música...” (Baeske, 1985:10 in Kolling; 1998; 34.).

Os imigrantes ao chegarem nas terras gaúchas e não encontrarem as escolas públicas, logo construíram e gerenciaram suas próprias escolas, para que seus filhos pudessem ter acesso à educação de que necessitavam para posteriormente prosseguirem os estudos religiosos propagados em sua terra de origem por Lutero.

“A educação... terá por alvo formar o homem como pessoa moral e racional, que faça uso da razão para promover o bem próprio e dos outros. Será o homem que saiba gerir a própria vida, prover o próprio sustento pelo trabalho e participar da gestão da coisa pública. Será, pois, o homem capaz de conduzir-se honradamente na família, na economia, na política, nas artes” (Kolling; 1998: 34.).

Para que as novas gerações não se tornassem presa fácil ao diabo, Lutero encorajava os pastores a educar a juventude dentro da pedagogia Cristã.

Os imigrantes pomeranos que fundaram as primeiras escolas e igrejas, no Arroio do Padre, preocuparam-se com a formação dos filhos para que pudessem ser educados dentro da pedagogia Cristã. Estes humildes trabalhadores não queriam que seus filhos se perdessem dos rumos Cristãos. Tendo sido cristianizados em sua terra de origem, trouxeram em sua bagagem as idéias propagadas por Lutero.

III

PROFESSOR COMUNITÁRIO

Para denominar o professor de uma comunidade rural havia diversas expressões entre elas: “ *professor comunitário*” (Gemeindelehrer), era expressão que realçava o caráter essencialmente “**comunitário**” de suas funções e da própria organização de vida nos núcleos agrários onde atuava. É a expressão mais consagrada entre os evangélicos. Encontrava-se também o uso do termo “*professor colonial*” (Kolonielehrer) e “*professor de picada*” (Pikadenschullehrer) (Kreutz ,1991; 11).

Atuavam nas denominadas “Schulgemeinde” (comunidade educativa escolar). Comunidade esta constituída pela escola e pela igreja. O professor exercia ao mesmo tempo as atividades de professor e pastor.

Nas escolas pesquisadas (duas escolas que tiveram a sua origem em comunidades luteranas, uma livre e a outra com herança da comunidade livre e que se associou mais tarde ao Sínodo Rio-Grandense) encontrei o *professor comunitário evangélico* ou o *pastor*, que exercia ao mesmo tempo as funções de pastor da igreja e professor da comunidade escolar, sendo que, na escola que se associou mais tarde ao Sínodo Riograndense as funções tornaram-se distintas.

Na escola ligada a igreja, que passou a fazer parte do Sínodo Riograndense, o professor era nomeado pela comunidade e o pastor nomeado pelo sínodo. Na comunidade livre, as funções de pastor e professor continuaram sendo exercidas por uma só pessoa, nomeada pela comunidade a que pertencia, isto até 1970, quando a escola passou a pertencer ao município de Pelotas.

As duas comunidades citadas são as que mais estão ligadas a escola em estudo, uma que continua com a estrutura de comunidade livre e a outra que herdou o tipo de organização da comunidade livre quando se associou ao Sínodo Rio-Grandense.

O professor e pastor continuou a exercer a função de pastor da comunidade, deixando de exercer a de professor, porque o professor passou a ser nomeado pela Prefeitura de Pelotas.

Exerceu o cargo de pastor até abril de 2000, quando ficou impossibilitado de continuar por problemas de saúde, sendo nomeado outro pastor, membro da própria comunidade e sem formação teológica.

Os professores que serviam a estas comunidades, eram nomeados pelas pessoas que pertenciam à mesma. A maioria deles não possuía formação didática alguma, sendo outros alemães com formação, que vinham e permaneciam por algum tempo e depois iam embora deixando as escolas sem atendimento.

Para ilustrar o que acabei de dizer, entrevistei dois “Kolonielehrer”, professor colonial, um deles o professor Albino Beskow. O professor disse que cursou apenas as quatro primeiras séries e tornou-se professor.

“Fui nomeado pela Delegacia, quer dizer a comunidade primeiro. Foram os mais antigos dali da comunidade. Daí um dia, até foi o velho Otto Born, um dia lá de conversa assim, estavam lá falando que não tinha mais professor, não é, e eu disse assim, de brincado, não tinha intenção de, e aí eu disse: Ué se vocês não acham mais professora eu pego nesta escola, mas nem tinha idéia, eu disse aquilo de brincadeira, numa brincadeira! E aquilo

correu o mundo logo, ah! Sim vamos colocar o Beskow, e assim foi que... Assumi a igreja e a escola ao mesmo tempo.”

Assim, tornou-se o professor e pastor da comunidade escolar e religiosa de Arroio do Padre I, continuou ainda as atividades da lavoura. A comunidade possuía terras ao redor da escola e da igreja e também a casa de moradia do professor e pastor.

Em um turno trabalhava na escola e em outro plantava nas terras da comunidade.

O outro professor, o senhor Alfredo Coswig, contou-me a sua história com uma certa euforia e disse que sente-se feliz em contar a sua trajetória de professor:

“Comecei em 42, é interessante, eu era agricultor e em Cerrito já a meio ano a escola fechada e não encontravam professor, já tinha duas facções, quando uma concordava com o professor que aparecia a outra discordava e assim por diante e no fim virou birra de uma facção com a outra. E por fim um vizinho meu, disse: Eu sabe, o Alfredo Coswig. E o sub-prefeito disse: Por mim tudo bem só que os estatutos da comunidade exige que seja posto em votação, então ele disse, então vamos ver, quem for a favor do senhor Alfredo Coswig se levanta e quem for contra fica sentado. Agora vamos ver, e todo mundo se levantou, ninguém ficou sentado. Segunda –feira de manhã, eu já estava na lavoura e aí veio o vizinho e, olha agora pode desprender o cavalo, todos foram a favor e agora o sub-prefeito disse que tem de ser você. Todo mundo escolheu. E aí, comecei, sem saber se era professor.”

Os dois, agricultores, considerados como os mais cultos para as pessoas da comunidade e capazes de exercer as funções. Um deles a de professor e o outro a de professor e pastor.

Tornaram-se líderes pelo seu exemplo de boa conduta sem jamais terem atritos com a comunidade. Exatamente pelo exemplo é que conseguiam fazer-se ouvir e respeitar pelos representantes e pelos membros que pertenciam a essas duas comunidades escolares.

“...Era sem dúvida a pessoa mais habilitada do lugar e reconhecido como tal. Sobretudo era um homem de fé, um homem de igreja, com profunda vivência cristã, geralmente pobre e desprendido, despretenso, reto, idealista e equidistante de quaisquer facções partidárias. Era o líder incontestado da comunidade. Nele se concentrava a vida cultural, religiosa e associativa da época.” (Kreutz; 1991; 80).

Embora o professor paroquial não participasse de facções partidárias, todo o material didático e métodos da escola teuto-brasileira tinham entre os objetivos básicos a formação da cidadania. Formavam pessoas que assumissem plena participação no processo de construção da vida comunitária (econômica, social, cultural religiosa e também política), porém, na concepção de um Estado descentralizado.

“... era preocupação da pedagogia cristã , especialmente dos jesuítas, a de pôr o aluno em contato com as grandes realizações, raciocínios e demonstrações bem elaborados, obras-primas da literatura e da arte. Confrontava-se o aluno com os

grandes personagens, com os grandes modelos, para despertar nele um dinamismo e uma vontade que o direcionassem na superação das misérias individuais em direção ao ideal proposto. Foi nesta orquestração de uma totalidade harmônica que adquiriu importância a figura do professor paroquial: sua ação educativa na escola deveria ter vinculação com a ação educativa na comunidade, tornando-se localmente o agente principal desta orquestração educativa, vinculando escola e comunidade. E daí o realce para suas funções extra-escolares” (Kreutz ; 1991; 87).

A citação fala da pedagogia Cristã no sentido mais Católico, utilizei-a porque na década de 30 a 40 houve uma certa união das igrejas para combater a Escola Nova. Elas temiam que a mesma pudesse abalar os ideais religiosos, formando cidadãos liberais. Entre o material didático analisado, encontrei bibliografia editada pelos Irmãos Maristas e que foi adotada em escolas paroquiais protestantes, havendo, portanto, entre as igrejas, uma ideologia comum a ser empregada na formação de cidadãos cristãos e na luta contra o liberalismo

“Considerando-se a ordem posta como boa e o mal a ser combatido apenas presente nas pessoas, entende-se porque ao professor paroquial convinha uma postura prevalentemente normativa: o caminho já estava posto e era conhecido. O objetivo final a ser atingido também se conhecia. E a ação educacional consistia em fazer andar, em estimular o avanço para a perfeição e a vida em Deus. Considerado como o guardião desta ordem e destes valores, cabia ao professor paroquial assegurá-lo não apenas pelo ensino, mas especialmente pelo seu exemplo de vida e pela incansável atuação no campo religioso e social. Era ofício seu fomentar a já notável religiosidade dos camponeses, levando-a a seu melhor desenvolvimento.” (Kreutz ; 1991; 87).

Os dois professores entrevistados, nesta pesquisa, são pessoas que destacam-se por sua personalidade sã, por suas boas atitudes e boa conduta diante da sociedade. São chefes de família conscientes do seu dever, pais exemplares, foram professores de elevada consideração, responsáveis e cumpridores do seu dever .

“Realçava-se que na escola paroquial o professor deveria primar pela compreensão pedagógica, pela capacitação técnica e pela personalidade, sendo o mais importante a personalidade. Assim obteria crédito junto aos alunos e junto a toda a comunidade. Em decorrência de suas funções e da sua responsabilidade o professor paroquial deveria evitar atitudes e locais considerados vulgares, assim como a freqüência a bares e bebidas. Deveria ser um grande exemplo de vida cristã na igreja, na família e na sociedade.” (Kreutz; 1991; 101).

Apresentavam-se, pedagogicamente, dois grandes desafios ao professor comunitário : Os professores paroquiais até 1937 viam-se diante dos desafios da unidocência e do bilingüismo, além de elevado número de alunos, na maioria das vezes entre 50 a 80 alunos em quatro séries diferentes.

Dependiam esses professores, do pagamento por aluno. Além das atividades normais em sala de aula, mais as aulas de catequese e o culto dominical. Estes professores ainda eram agricultores em outro turno, para complementar os ganhos de sobrevivência.

Por causa do Estado Novo Getulista, a partir de 1937 as aulas passam a ser ministradas só em português, restando ainda a unidocência.

“A unidocência por si, enquanto arte de ensinar simultaneamente a diversas turmas de alunos, em grau diferenciado de avanço, não foi específica do professor paroquial. Estudos da UNESCO revelam que na época a unidocência era prática quase universal do ensino elementar, A mesma pesquisa também revela que a unidocência não está necessariamente vinculada ao nível de desenvolvimento econômico ou cultural dos diversos países que a adotaram.” (Kreutz ; 1991; 143).

As escolas teutas, no Rio Grande do Sul, eram unidocentes e se constituíam de quatro anos de escolaridade, em que deveriam aprender as noções de leitura, interpretação, cálculos, conhecimentos gerais, que eram amplos, como ilustra um trecho de uma entrevista com a senhora Dorotéia Buss:

“A gente aprendia tipo assim, a Cartilha. Primeiro era o alemão é lógico e aí tinha a Matemática, Conhecimentos Gerais, um pouco de História, um pouco de Geografia, olha praticamente de tudo um pouco né, depois veio o Português e continuou o Português aí ali era mais escrita. Matemática, né, sabe como é, os colonos dão mais valor a isso. Naquela época a gente tinha de procurar os bons professores. “ ...as pessoas precisavam saber ler para serem confirmadas, exatamente, graças a Deus nós temos isso, naquela época principalmente pela igreja, a escola, sim, também. Eu não me lembro de gente que não tenha ido à escola,...sabe eu chego a conclusão, eu não estou desfazendo nenhum professor, que hoje em dia deixa muito a desejar. Pelo que agora eu sei, eu posso contar de mim própria, a cultura que a gente teve!...”

Na região de Pelotas e São Lourenço, incluindo Arroio do Padre, ainda encontramos em um passado muito próximo, uma peculiaridade em relação à outras regiões do estado: O professor e pastor sem formação didática e teológica. Um profissional nomeado entre as pessoas da comunidade. Até 1970 encontrávamos este tipo de profissional exercendo suas funções como professor e pastor. Hoje encontramos o pastor da comunidade livre, nomeado entre as pessoas da comunidade trabalhando sem a formação teológica superior exigida pelas comunidades pertencentes ao Sínodo Rio-Grandense.

IV

PARTICIPAÇÃO NA VIDA COMUNITÁRIA

“ Todas as instâncias da estrutura das comunidades rurais estavam vinculadas com a questão escolar. Por exemplo, a confirmação era celebração densa de simbolismo tida como rito de passagem para a fase jovem/adulto, em que assumiam direitos e deveres em relação à comunidade. Porém só era aceito para a confirmação quem tivesse terminado o período escolar obrigatório. Todo o conjunto de iniciativas relacionadas com a escola estava vinculado a um projeto mais amplo entre imigrantes alemães do RS, em função do qual fazia sentido.(Kreutz ; 1994; 10.).

Ainda hoje, a confirmação é um rito importante na vida dos adolescentes das colônias de origem teuta que conservam a religião protestante. Para tanto, são necessários dois anos de estudos bastante aprofundados, das questões religiosas, com testes de avaliação que permitirão ou não a realização da mesma. Estes testes exigem níveis altos de interpretação e posições pessoais do estudante, o que pressupõe que haja uma boa escolarização anterior para que o aluno possa passar pelos testes que o levam ao rito da confirmação.

A confirmação insere o jovem na vida comunitária dos teuto brasileiros e de todos aqueles que hoje participam das comunidades protestantes. O jovem que não passar por este rito sentir-se-á excluído do grupo; para que isso não aconteça é necessário que ele passe pela escola básica. Todas estas questões trazem, desde o início e até hoje a contribuição para a erradicação do analfabetismo nas zonas rurais de origem teuta. Embora o objetivo seja o de formar bons cristãos, não podemos negar a colaboração que esse rito traz para a educação brasileira.

A partir da década de 30:

“ Quando o Estado começou a assumir a difusão da escola pública e gratuita para todos, as igrejas Católica e Evangélica, fizeram intensa campanha em favor da escola confessional, entendendo que na escola pública se favorecia a difusão do liberalismo ateu. Tanto para a Igreja Católica, quanto para a Evangélica, no Rio Grande do Sul, a escola comunitária e confessional seria um espaço favorável para a defesa da religiosidade e do Deutschtum.” (Kreutz, 1994; 18.)

Os imigrantes teutos vieram da efervescência de iniciativas e idéias em torno da escolarização elementar na Alemanha; Ao chegarem aqui e se instalarem nas terras do Rio Grande do Sul, acharam a instrução elementar indispensável, lutaram para a construção das escolas, pela infra-estrutura (roça e moradia) para o professor, além de assumirem o pagamento de uma anuidade.

“ A organização físico-social desta colonização foi inspirada, em grande parte, em modelo europeu e se tornou como que o suporte para o desenvolvimento de uma ampla rede de organizações religioso-culturais e sócio-econômicas presentes na

tradição dos imigrantes. A organização político-social foi se processando a partir de necessidades da estrutura econômica, mas também a partir de algumas referências básicas sobre a concepção de igreja e escola.” (Kreutz,; 1994 ; 18.)

Em zonas de colonização teuta prevê-se a participação de todos na igreja, escola e associações, inclusive com trabalhos concretos. Especialmente, repete-se diversas vezes ao ano, a convocação dos sócios para as “Gemeindearbeiten” ou “Fronarbeiten” (serviço comunitário obrigatório e gratuito), isto é, mutirão, experiências teutas ligadas as idéias de Marx².

São trabalhos que as comunidades livres preservam e as comunidades associadas ao sínodo ainda continuam exercendo por herança da comunidade livre que as gerou.

Os constituintes da comunidade rural são regularmente convocados, a cada ano, para serviços como a reforma e a limpeza da capela, da escola e do cemitério e para a conservação da estrada (travessão) . Faz-se convocações especiais para momentos ou finalidades específicas, como construção da igreja, escola, casa do professor, salão de festas ou para a preparação de algum evento especial.

Segundo o professor Albino Beskow, professor paroquial que atuou na comunidade de Arroio do Padre I, não havia exclusão de pessoas na comunidade escolar e religiosa por motivos financeiros, diz o professor:

“ Quando a pessoa não podia pagar tudo se cobrava o que esta podia pagar ou se caso fosse muito pobre, ah! a gente sempre dava um jeitinho para que não ficassem sem a escola.”

Nota-se na fala do professor que sempre se procurou manter um grupo comunitário coeso, mesmo diante de dificuldades.

Também, pelo conhecimento que tenho em relação a estas comunidades, sempre notei esta coesão quando se trata de adquirir algo que venha em prol da comunidade.

Quando a parte física da escola, que teve a sua origem na escola comunitária de Arroio do Padre I, foi ampliada, mesmo já pertencendo na época ao poder público, todos os pais que habitavam as redondezas, tendo ou não filhos na escola, colaboraram para a ampliação. Nota-se aí, também, o fato de nenhum ser excluído por falta de posses materiais.

Ficavam assim as atribuições de cada pessoa disposta a colaborar: quem tem caminhão, busca areia, tijolos e o restante do material de construção; quem quiser colaborar com dinheiro, colabora com a quantia que for possível; quem puder doar material de construção doa; aquele que não possuir condições financeiras ou materiais colabora com trabalho voluntário e gratuito, ajudando na limpeza do local ou auxiliando o pedreiro.

² Carlos Theodoro Bonow contou-me que seu pai possuía o Manifesto Comunista, escondido dentro de um instrumento musical, desde a guerra, quando a bibliografia, em língua alemã era proibida.

Lembro-me com carinho, quando meu pai comentava em casa, que deveria colaborar para a construção da escola e que teria de buscar material de construção com seu caminhão, esta seria a sua forma de colaboração para um bem da comunidade.

Também ficaram em minha memória, as incansáveis reuniões realizadas, pelo então professor, Elmo Starke, regente e professor da escola, que não media esforços na luta pela construção e ampliação da escola.

Além de suas aulas semanais, muitas vezes, aos sábados à noite ou aos domingos pela manhã, que eram horários propícios para conseguir reunir todos os pais e colaboradores da escola, realizava reuniões a fim de conseguir a participação destes em seu projeto.

Nestas reuniões distribuíam-se as tarefas para a construção. Somava-se a estas tarefas, a de reunir grupos para pressionar o poder público, sendo assim, parte foi construída pelo poder público, a outra parte, pelos pais e colaboradores da escola.

Lembro também que, quando permitiam a minha participação nas reuniões, naquela época cursava o Ginásio na cidade, sentia-me uma grande cidadã exercendo o meu dever de participação. Muitas vezes, quando o documento não era muito oficial o professor permitia que eu o assinasse. Nessa época contava com apenas 14 ou 15 anos de idade, mas já queria exercer o meu papel de cidadã dentro da minha comunidade.

Nota-se hoje, a influência da antiga escola paroquial nestes trabalhos. Já estávamos, nos anos 70, com uma escola sob o domínio do poder público e mesmo assim, para que os filhos tivessem acesso a um pouco mais em sua educação, o 1º grau completo, os pais não mediam esforços para colaborar na construção do educandário. O professor, pertencendo ao quadro de carreira do poder público, doava seus fins de semana e metade de suas noites montando projetos e realizando reuniões para que tudo pudesse tornar-se realidade.

Todas estas observações nos levam a concluir que, um educador que está inserido em uma comunidade, conhecendo suas características étnico-culturais e participando das expectativas e realizações desta mesma, sempre acaba se tornando um líder comunitário, uma característica marcante da colonização teuta no RS.

Entre os descendentes de colonos teuto-brasileiros permanece arraigado a doação ao trabalho comunitário, quando se trata de educação e religião; a igreja e a escola são componentes obrigatórios de suas vidas.

Existe ainda, por parte destes pais um respeito especial ao educador, principalmente àqueles que são parte da comunidade, estes recebem um carinho especial por parte dos pais, que fazem questão de convidá-los para suas festividades familiares como: aniversários, confirmação, casamento, pois sentem - se honrados com a presença do professor em sua casa ou no salão, quando a comemoração é maior.

Com este tipo de relacionamento entre o professor e os pais, torna-se bem mais fácil ao professor expor seus anseios e expectativas em relação ao aluno diretamente aos pais e também estes obterem informações a respeito dos seus filhos, diretamente do professor.

Além de toda esta interação: professores- pais- alunos, ainda se realizam reuniões bimestrais para colocações à respeito do aproveitamento quantitativo e qualitativo do educando, onde os pais podem expor suas dúvidas, anseios, expectativas e tecer suas opiniões com relação ao trabalho do professor.

Na comunidade religiosa, essencialmente teuto-brasileira, onde surgiu a escola, hoje alguns descendentes de outras etnias se integram perfeitamente em sua forma de trabalho em prol da comunidade.

A Comunidade Protestante Livre está aberta a qualquer cidadão, independente de raça ou cor, como membro, desde que, o mesmo se integre nos projetos de manutenção da mesma.

“Havia um zelo especial, da parte dos imigrantes teutos, em criar condições físicas (proximidade) e sociais (número de pessoas) apropriadas para se estabelecerem as interações econômicas, sociais e culturais de uma comunidade rural. E havia também uma íntima conexão entre igreja e escola. A vida em comum destes núcleos populacionais, a partir de uma base comum de produção e organização, girava fundamentalmente em torno da igreja e da escola. (Paiva, 1973, p. 83).

Além da função do magistério, várias outras atribuições foram confiadas ao professor, como a função de coordenação e de serviço na comunidade a que pertencia.

As escolas comunitárias ou paroquiais, em regiões teuto-brasileiras, foram instituições criadas para suprir a ausência de escolas públicas. Criaram assim uma situação totalmente original em sua área de abrangência, como por exemplo, índice de analfabetismo quase zero, quando, na época, final do século passado e primeiras décadas de 1900, a taxa de analfabetismo na zona rural do país ainda era muito alta, passando de 90%, (cf. Paiva.).

“Nas primeiras décadas, a vida dos imigrantes alemães se caracterizou por uma luta pela sobrevivência e pela constituição, gradativa, de alguns elementos básicos na sua vida doméstica, como construção de casa e benfeitorias, e na sua vida comunitária, como a construção de escola e igreja.” (Kreutz; 1994; 21.).

A tradição vinha, entre os imigrantes alemães, de procurarem estabelecer-se em comunidades rurais com organizações e associações que lhes dessem praticamente autonomia em relação ao Estado. Parte dos imigrantes vinham com tradição já milenar, segundo Marx, nesta estrutura e autonomia comunitária.

Autonomia que permanece ainda hoje, nas comunidades Luteranas Independentes. Estas comunidades dependem exclusivamente do que arrecadam entre seus membros, para a sua manutenção.

O tipo de estrutura das Comunidades livres preserva a autonomia, a solidariedade, entre seus membros, assim conseguem se manter, pois dependem exclusivamente da cooperação mútua

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os dados colhidos em bibliografia, entrevistas, conversas informais e documentos, percebi que a origem dos pais dos alunos de nossa escola é a mesma, essencialmente pomerana e luterana. Foram criados e educados dentro da doutrina cristã luterana que trouxeram na bagagem quando da vinda para o nosso país.

Os pais de nossos alunos freqüentaram as escolas comunitárias “Schulgemeinde”, tiveram os mesmos ensinamentos. Conforme, Dorothea Buss, eram ensinamentos muito completos em se tratando de cultura geral. Segundo ela, nossas escolas atualmente deixam muito a desejar, em se tratando de cultura geral e de uma cultura mais elevada, como a que se orgulha em dizer que aprendeu na escola paroquial que freqüentou.

Os alunos que freqüentavam as escolas comunitárias religiosas não aprendiam só o básico, como a alfabetização, a leitura e o cálculo, aprendiam muito mais; segundo artigos da revista *Lehrerzeitung*, jornal do professor, que era editada para integrar os professores, tanto católicos, quanto luteranos, o aluno deveria partir do conhecimento simples do seu contexto para chegar a assuntos complexos e com isso apreender mais a respeito da cultura geral e conhecimentos científicos.

Segundo o mesmo jornal era preciso levar as crianças a que elas mesmas se expressassem sobre o assunto a ser tratado, não deveria o professor impingir ao aluno o seu modo de pensar e de entender, mas saber conduzir o processo de aprendizagem de forma tal que elas avançassem a partir daquilo que já sabiam. Estimular crianças a expressarem o que iam descobrindo e saber coordenar as ações de forma que elas mesmas encontrassem as inter-relações, se sentissem os próprios autores do texto que elaboraram.

Esta metodologia demandava esforço e tempo, porém através dela se chegava ao objetivo proposto o que fazia com que os professores se empenhassem cada vez mais em serem melhores mestres.

O professor da comunidade, em que encontramos uma solidariedade pré-capitalista, permaneceu por mais de vinte anos trabalhando na mesma comunidade, sendo que, em outras escolas os professores permaneciam bem menos tempo e a maioria vinha de outras regiões.

O professor da sociedade escolar religiosa era uma pessoa do meio rural, da própria região, passava pelos mesmos anseios e pelas alegrias do povo com o qual trabalhava. Estes

laços estabeleciam entre eles uma união entre vitórias e derrotas, criava uma cumplicidade entre as suas ações e as das pessoas que mandavam seus filhos à escola.

Além de professor era também o pastor da igreja o que tornava a interação ainda maior. Era considerado o mestre entre as pessoas da comunidade e respeitado como tal.

Estes descendentes de imigrantes deixaram a Alemanha no início da industrialização do seu país de origem, trazendo em sua bagagem uma solidariedade pré-capitalista e não sofrendo influências exteriores, pelo fato de nomearem seus professores e pastores entre eles, inclusive, não aceitando muito a permanência de outros vindos de fora.

Todos estes fatores, tornaram-se relevantes para que permanecessem no estágio de desenvolvimento comunitário, que possuíam ao se estabelecerem na nova pátria.

Os descendentes de pomeranos são solidários, por todas as lutas pelas quais passaram até chegar a nossa região. Unidos a todas as lutas de sobrevivência, podemos acrescentar as idéias pré-capitalistas que trouxeram em sua bagagem cultural e que não sofreram alterações nos imigrantes que se associaram em comunidades escolares e religiosas livres.

Nas comunidades livres, seus componentes são autônomos, tanto para tomarem as decisões como para se manterem, portanto, dependem uns dos outros para que se mantenha toda a estrutura comunitária. Caso aconteça algum infortúnio, quanto à sua estrutura e manutenção não terão a quem recorrer, pois dependem exclusivamente uns dos outros.

A preservação do valor “solidariedade”, em Arroio do Padre deve-se a necessidade de união para manter o funcionamento das comunidades religiosas e a distância do poder público central, o que manteve a comunidade unida, com isto a solidariedade que sempre fez parte dela, se estendendo à escola como tarefa comum da vida comunitária.

Por todos os motivos acima citados a escola precisa retomar e trabalhar certos valores que podemos chamar de “perenes” como por exemplo a solidariedade. Mesmo sabendo que hoje os meios de comunicação têm larga penetração na comunidade em estudo, divulgando as idéias capitalistas a população.

As idéias pedagógicas podem ser trabalhadas de forma a valorizar todos os avanços tecnológicos e científicos que nos beneficiam na vida contemporânea sem esquecer os valores solidários.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Lisboa, ed. Presença, 3ªed.
 BORDIEU, Pierre. *A Reprodução*. Rio De Janeiro, Francisco Alves, 1975.

- HASSE, R. Catecismo Menor do doutor Martinho Lutero, Porto Alegre, Ed. Concórdia, 1957, 7ª ed.
- KOLLING, Nilo Bidone. Educação em Contextos de Imigração Pomerana Sul do *Brasil*. Pelotas, 1998. Projeto de Pesquisa do Curso de Pós-Graduação – Mestrado sob Orientação do Prof. Elomar Callegaro Tambara. FaE/UFPEL.
- KREUTZ, Lúcio. *O Professor Paroquial : Magistério e Imigração Alemã*. Porto Alegre, Ed.UFRGS, Florianópolis. Ed. da UFSC. Caxias do Sul, EDUCS, 1991.
- KREUTZ, Lúcio. Material Didático e Currículo na Escola Teuto-Brasileira. São Leopoldo. Ed. da Unisinos, 1994.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feurbach)* 1845-1848. HUCITEC, 5ª ed.
- NEDEL, José. *Maquiavel & Lutero In.Maquiavel. Concepção Antropológica e Ética*. EDIPUCRS, Porto Alegre, 1996. Coleção Filosofia; 43.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social; Ensaio sobre a Origem das Línguas; Discurso sobre a Origem e os fundamentos das Desigualdades entre os homens; Discurso sobre as Ciências e as Artes*/Jean-Jacques Rousseau, 2ª Ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- STAGUHN, Gerhard. Martinho Lutero Reformador e Homem do Povo, Revista Deutschland, Alemanha, 1996. . *História da Educação e da Cultura do Rio Grande*
- VECCHIA, Agostinho M. *Dalla do Sul*. Pelotas , 1999, FaE/UFPEL.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- ESCRITURA de venda do praso colonial Número trinta e sete, situado na Picada Cerrito, na Colônia de São Lourenço que fazem Jacob Rheingantz e sua mulher D. Maria Rheingantz ao Colono, Johann Neuschrack, datada de setembro de 1869.
- BUSS, Dorothea Coswig; Genealogia da Família Neuschrack , chegaram a colônia de São Lourenço, em 1858.
- COSWIG, Alfredo; Crônica Histórica da comunidade Evangélica Arroio do Padre II.
- LIVRO DE BATISMO nº 1 DA Comunidade de Arroio do Padre I, datado de 1925, registros em alemão.
- COMPROVANTE DE LICENÇA – Professor Albino Beskow, 1949, expedido pela Superintendência do Ensino Primário – Ensino Particular-RS.
- MARISTAS, Irmãos; Primeiras Noções; Ed. Selbach . Porto Alegre. 21ª ed.
- LUTHER, Martin, O Pequeno Catecismo, ed. Sinodal . São Leopoldo. O catecismo Menor , Ed. Concórdia. Porto Alegre. 1957. 7ª ed. Traduzido por R.Hasse.

ATA – de fundação da Associação Cultural do Arroio do Padre.

CERTIDÃO de criação da Associação Cultural da Região Norte de Pelotas.

ATESTADO do Sr. Prefeito de Pelotas, Ary Alcântara, reconhecendo a criação da A.C.R.E.N.P.E.

ATAS- nº 1, 21,,22,28 (criação do Círculo de Pais e Mestres da Escola Municipal Benjamin Constant), 36 (doação de terreno para futura construção da escola e escolha da comissão para determinar o melhor local e pagamento da caixa escolar),43 (construção, doação de material e trabalho), 66 (inauguração da primeira etapa da Escola Benjamin Constant), 73 (inauguração da Segunda etapa da Escola Municipal Benjamin Constant),75 (reunião com finalidades instrutivas, entre engenheiro agrônomo e agricultores), 101 (festividades de lançamento da pedra fundamental da terceira etapa de construção da Escola Municipal Benjamin Constant), 115 (festividades de inauguração da terceira etapa da Escola Municipal Benjamin Constant). Atas extraídas do livro nº 1, da Escola Municipal Benjamin Constant.

ROTERMUND, Dr. Wilh; Vollständige Grammatik der Portugiesischen Sprache; 8. ed. São Leopoldo.RS. 1877.

EVANGELISCHER ABREISSKALENDER – für Südamerika – 1947, 1948.

CHRISTHICHER HAUSFREUND- FAMILIENKALENDER., 1949.

KALENDER- für die Evangelischen Gemeinden in Brasilien, 1949.

FÜHRER; Carl Hagenbecks Tierpark, in stellingen; Hamburg ; 1927.

Messianismo, polonidade e Nova Polônia no Brasil

Ruy Christovam Wachowicz

Na segunda metade do século XVIII, a Polônia depois de haver sido uma das maiores e mais fortes nações da Europa, desapareceu como estado livre e soberano. Através de três partilhas (1772–1793–1795), seus vizinhos (Áustria, Prússia e Rússia) dividiram-na entre si. Eliminado o estado, mas não a nação polonesa, iniciou-se a diáspora de importantes segmentos de seu povo. Milhares de oficiais do exército, intelectuais e membros das classes dirigentes refugiaram-se, de preferência nos países ocidentais. Um desses refugiados era o filósofo e matemático José Maria WRONSKI, que desenvolveu no exílio a doutrina do Messianismo. Trata-se de uma filosofia da História que se fundamenta em alguns pressupostos:

- 1- reformar e definir definitivamente as ciências;
- 2- fixar através da religião revelada os fins absolutos do homem;
- 3- descobrir o porque da existência das nações;
- 4- compreender por esta via os destinos das nações etc.

A missão da História, para WRONSKI, seria conduzir a humanidade ao conhecimento pleno de si mesma por meio da razão, o que desembocaria numa federação mundial de nações. Isto só seria possível depois da conciliação de duas doutrinas políticas dominantes na época: o absolutismo real e o liberalismo. No caminho para a superação desses contrastes, WRONSKI atribuía importante papel às nações. Curiosamente, nenhum papel atribuiu à Polônia, mas sim à Rússia, nação que na oportunidade oprimia a sua pátria.

A partir das partilhas da Polônia, surgiram intelectuais e escritores que, aliando-se ao messianismo de WRONSKI, deram-lhe uma conotação predominantemente nacional polonesa. Foram eles: MICKIEWICZ, escritor; TOWIANSKI, místico; SLOWACKI, poeta; KRASINSKI, poeta; CIESZKOWSKI, filósofo; NORWID, poeta etc.

Dessa simbiose entre o messianismo das nações de WRONSKI e as necessidades de se manter vivo um ideal nacional polonês, a fim de que também não desaparecesse a cultura e a nação polonesa, surgiu um forte sentimento de *polonidade*, o qual não pode ser visto como um simples sentimento de nacionalismo polonês. Não é somente um sentimento de

revolta ou de manifestação de uma auto-afirmação de um povo oprimido. A *polonidade* não pode ser entendida como mais uma das manifestações do estreito nacionalismo que a Europa experimentou nos séculos XIX e XX.

Trata-se de um tipo de *nacionalismo universalista*. A compreensão dessa *polonidade* pode ser auxiliada pelos estudos teóricos iniciados por Max WEBER sobre o messianismo. Diz esse autor que, quanto mais um povo for privado de sua autonomia política, mais fortes surgirão as esperanças de um reino messiânico. Segmentos importantes de sua sociedade lutarão para reverter a posição de dependência política. Surgirão sentimentos de que foram escolhidos por Deus, não para terem uma posição de párias e sim de prestígio perante as nações, entre as quais ressurgem a tradição do sagrado, para legitimar as reivindicações: *... aquilo que não podem 'ser' é compensado pela dignidade daquilo que serão um dia, ou que estão chamados a ser numa vida ulterior, neste mundo ou no outro, ou (e quase sempre também), mediante o que 'significam' ou 'lucram', aos olhos da Providência. (1)*

Sobre o mesmo assunto escreve Maria Isaura Pereira de QUEIROZ: *O sentimento de dignidade ferida ou de posição social negativamente valorizada é, porém, idêntica e, por isso, o mecanismo de compensação também será igual: o grupo alimenta crenças de que alguma missão especial está a ele destinada pela divindade. (2)*

As áreas mais ligadas à Igreja Católica vieram atribuir a esse sentimento de polonidade um viés mais cristão. Para ressaltar o papel histórico da Polônia, seus exaltadores não irão se inspirar numa suposta superioridade da raça eslava ou da nação a que pertencem, mas sim nas exigências de um humanismo cristão que vai procurar a restauração de valores religiosos e humanos, não só na Polônia, como também sobretudo na ação coletiva de todas as nações.

A *polonidade* nasceu pois de uma curiosa aliança entre a doutrina do messianismo, o nacionalismo e um humanismo cristão.

O professor e filósofo franciscano Raimundo VIER, assim se expressou sobre o *messianismo polonês*:

Foi em torno destes ideais sublimes que os messianistas – animados de um otimismo comovente, de uma crença inabalável na capacidade de regeneração do ser humano e, sobretudo, de uma confiança infinita no poder

construtivo do amor e da caridade – procuraram reunir a nação polonesa, concitando-a a assumir o papel que a Providência, como firmemente acreditavam, lhe havia reservado no grande drama da história da humanidade.
(3)

Nesse contexto, cresce a aceitação de uma Polônia que mesmo não tendo um estado passa a ter uma missão, se não uma obrigação histórica de servir de modelo e exemplo aos demais povos. Tal missão se deve não somente por sua privilegiada situação geográfica, mas sobretudo por sua fidelidade à fé cristã. Fatos históricos importantes são apresentados, como prova dessa missão histórica e fidelidade, ao ocidente cristão:

1- a luta contra os mongóis em 1240-41. As cidades da Europa oriental e da Polônia são devastadas pelo invasor. O próprio Henrique, o Pio, morre na batalha de Legnica (1241), combatendo o invasor. Mas, os mongóis recuam para leste. A Polônia é apresentada como salvadora da Europa, por ocasião da invasão mongólica;

2- em 1410, a aliança da Polônia com a Lituânia e Ucrânia dá a vitória contra os alemães em Grunwald. É um basta à expansão germânica para o leste. Esta vitória é apresentada como salvadora da Rússia quanto à maré germânica, em direção ao oriente europeu;

3- em 1444 a Polônia organiza, juntamente com a Hungria, uma cruzada para salvar Constantinopla das mãos dos turcos. Embora esses cruzados fossem derrotados em Warma (Bulgária), a Polônia é apresentada como salvadora da cristandade ortodoxa.

Graças a esse e outros feitos históricos, a Polônia é aquinhoadada com pomposos títulos: *baluarte da cristandade, Polônia semper fidelis* etc.

Mas, qual a recompensa por todas essas contribuições à história da Europa cristã e católica? As partilhas e a eliminação da Polónia como nação livre e soberana. É o calvário da pátria. Seria o *finis Polonia* ?

Foi nesse contexto cultural e político polonês que se iniciou a emigração grupal para o Brasil, a partir de 1869. A maioria dos poloneses começaram a se estabelecer na província do Paraná. Face ao sucesso dessa corrente imigratória, o presidente da província do Paraná, Alfredo d'Escagnolle Taunay, desejando aumentar esta corrente imigratória, endereçou em 1885 a dois sacerdotes poloneses radicados em Curitiba, uma *Carta à colônia polonesa do Paraná*. Nesta missiva o presidente Taunay, depois de historiar as

perseguições culturais e políticas que o povo polonês estava sofrendo na Europa e depois de ressaltar as liberdades existentes no império brasileiro, conclamava: *Escrevam todos aos mal aventurados de lá, que aqui há uma nova Polônia, em que habitam a felicidade e a segurança, contrapostos às desgraças e incertezas da velha Polônia.*(4).

Esta carta de Taunay caiu como uma luva entre os intelectuais que, na Polônia ocupada, procuravam manter a *polonidade* entre o povo. Inicialmente, uma repercussão maior ocorreu na área de ocupação austríaca, i.é., na antiga Galícia austríaca. Alteraram a redação da expressão de Taunay: *nova Polônia* para *Nova Polônia*, para significar que se tratava de nome próprio.

A Sociedade Comercial e Geográfica, fundada em Lwów passou a se ocupar da emigração, sobretudo para o Brasil, bem como da possível instalação no Brasil de uma *Nova Polônia*, atribuindo a idéia ao presidente Taunay.

Este *Grupo de Lwów* concebeu então uma interessante estratégia para concretizar o surgimento de uma *Nova Polônia* no Brasil: aproveitar a questão de limites entre a Argentina e o Brasil (Questão das Missões ou de Palmas) e procurar internacionalizar a região. Assim, com o auxílio da embaixada austríaca no Brasil, conseguiram que um deputado brasileiro defendesse no parlamento a internacionalização da região do Contestado. O raciocínio do *grupo de Lwów* era simples: qual a nação européia que mais precisava de território livre para poder preservar sua cultura e tradições?

Para agilizar esta possibilidade, seria então necessário impedir que a imigração polonesa que se dirigia para a América do Sul se dispersasse entre São Paulo, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul e Argentina. Era preciso concentrá-la no Paraná.

O *Grupo de Lwów*, aliado ao *Circulo de Deputados poloneses* em Viena e a embaixada austríaca, no Rio de Janeiro, sincronizaram suas atuações. Passaram a obter pronunciamentos na Câmara de Deputados sobre o contestado Brasil x Argentina, difundindo idéias como:

... a área disputada não deveria pertencer a nenhum dos contendores. Cada um, se perdesse, sentir-se-ia prejudicado e não esqueceria a perda. Surgiria então um profundo mal estar entre os povos e governos da América do Sul e futuramente haveria um vivo desentendimento entre vizinhos. O deputado esclarecia que o território contestado deveria ser destinado a alguma nação

simpática. Mas, qual? França? Itália? Simpáticas elas eram, mas era preciso ter cuidado. Cada uma delas possuía uma frota e um exército. O melhor seria entregar o contencioso a alguém que não constituísse ameaça alguma à América do Sul: aos suíços ou, melhor ainda, aos poloneses. Os primeiros não tinham marinha e os outros estavam proibidos de possuir exército. Poderiam então criar no centro da América algo parecido a uma Bélgica ou Suíça, um núcleo civilizador sem par na região, nas pegadas das antigas culturas indo-jesuíticas.
(5)

O arbitramento do presidente norte americano Grover Cleveland, pró Brasil, na Questão de Palmas (1895), em nada esmoreceu a concepção do *Grupo de Lwów* quanto à necessidade de concentrar no Paraná a imigração polonesa. O sonho de uma *Nova Polônia* continuava.

Vários acontecimentos históricos na comunidade polonesa no Brasil estão ligados direta ou indiretamente à idéia da *Nova Polônia*:

1- o surgimento, por ocasião da Revolução Federalista, do Batalhão Gumercindo Saraiva, mais conhecido como *Batalhão Polaco*, liderado por Antônio Bodziak;

2- a fundação da *Sociedade Imigratória Pró-Paraná*, onde se destacava o pe. José ANUSZ, Miguel PANKIEWICZ e Miguel SEKULA. Esta sociedade estava ligada à idéia de concentrar no Paraná os imigrantes poloneses. Em consequência, surgiram as colônias Afonso Pena, Cruz Machado, Ivaí, Vera Guarani, Gonçalves Jr., Iapó, Taió etc. Um outro objetivo de pe. ANUSZ era atrair o maior número possível de intelectuais para o Paraná, para ajudar a manter essa *polonidade* em terras americanas. A imigração polonesa era essencialmente camponesa e ressentia-se da necessidade de dispor de uma maior massa crítica entre seus quadros (a chamada *intelligentzia*) ;

3- o empreendimento liderado pelo engenheiro Witoldo ROGUSKI, a partir de 1914. Este foi um dos principais engenheiros da *Brazil Railway Co.*, que atuava na região do Contestado. Resolveu fundar uma colônia polonesa no Contestado (agora entre o Paraná e Sta. Catarina), a fim de adquirir experiência para colonizar a região, em grande escala, com o imigrante polonês. O sonho de KLOBUKOWSKI encontrava um continuador: povoar com poloneses o território, agora do ex-Contestado. A colônia pioneira era a Fazendinha, localizada nas proximidades de Catanduvas, no vale do rio do Peixe. Expoentes da colônia polonesa, sobretudo os radicados no Paraná, foram recrutados por

ROGUSKI, a fim de organizar a Fazendinha: comerciantes, industriais, professores, escritores etc., foram atraídos para esse empreendimento.

Ocorreu que os poloneses comportaram-se como verdadeiros adventícios na região. Não souberam relacionar-se com a população cabocla do Contestado, remanescente dos jagunços que travaram a guerra civil, então recentemente encerrada na região. Atrairam a ira desses jagunços e a Fazendinha foi atacada (10.03.1921), o que obrigou à sua auto-defesa. Este ataque, embora repellido pelos sitiados, feriu de morte o líder ROGUSKI, que foi levado para Ponta Grossa, já em óbito. (6)

Em 1900 esteve em Curitiba o líder direitista DMOWSKI, para estudar a possibilidade de seu partido político, a *Narodowa Dymokracja* (Nacional Democracia), investir no Brasil, a fim de preservar aqui a *polonidade*. Estudando as condições locais, concluiu que a Polônia não poderia perder a força cultural que significavam os milhares de imigrantes já aqui radicados. Para dar seqüência a essa nova política de seu partido, enviou para Curitiba um preposto: Leão BIELECKI. Este era jornalista e adquiriu o jornal *Gazeta Polska*.

BIELECKI percebeu que o bispo de Curitiba, D. José de Camargo BARROS, seguia a política cultural desejada pela elite brasileira, no sentido de *abrasileirar* o quanto antes, não só os imigrantes como também o clero secular, recrutado entre os imigrantes. Travou com o bispo uma longa polêmica, no sentido de impedir o *abrasileiramento* do clero polonês. Chegou a lançar o lema: *Para o povo polonês, um bispo polonês* e a ameaçar a criação de um rito próprio para os poloneses no Brasil, à semelhança dos *unitas* na Polônia e Ucrânia. Esta questão complicou-se tanto, que acabou indo parar no Vaticano.

Em 1918, a Polônia recuperou sua independência política, como consequência da Primeira Guerra Mundial e, em 1920, chegou a Curitiba o primeiro cônsul: Casemiro GLUCHOWSKI. Este era partidário da criação da *Nova Polônia* no Brasil. Foi um momento divisor de águas nesta questão. A *polonidade* perdeu em muito, do pouco que ainda lhe restava, da inspiração messiânica. Seu sentimento arraigado entre os poloneses no Brasil, passou a ser manipulado ideológica e politicamente. Os diplomatas passaram a misturar o conceito de *polonidade* com a propaganda do regime socialista de PILSUDZKI.

Um dos objetivos do consulado era o de manter, de todas as formas possíveis, a cultura polonesa entre os descendentes dos imigrantes.

GLUCHOWSKI percebeu, desde o início, que seria impossível tentar concentrar os poloneses em áreas físicas pré determinadas (guetos), sobretudo nas cidades. A cultura brasileira tornava este comportamento estranho ao seu modo de viver. Resolveu concentrar os esforços, no sentido de isolá-los culturalmente dos brasileiros e de indivíduos de outras correntes imigratórias. Estimulou então o surgimento de instituições culturais, esportivas, teatrais e educacionais que utilizassem somente a língua polonesa. Isto facilitaria que seus membros se relacionassem ao máximo, somente entre si.

Os principais orquestradores dessa política no Brasil passaram a ser três oficiais do exército polonês: Apoloniusz ZARYCHTA, Mieczeslaw B. LEPECKI e Mieczeslaw FULARSKI. Ficaram conhecidos na comunidade polonesa como formadores do trio LEFUZA, palavra formada pelas iniciais de seus sobrenomes.

No início da década de 30, os poloneses tentaram aliar-se aos alemães que, juntamente com os italianos e japoneses, tinham no Brasil pretensões coloniais. No início, entre ambos os grupos houve um certo *flerte* e alguma disposição para trabalhar em conjunto. Mas, com o fortalecimento do regime nazista na Alemanha, os poloneses foram afastados do projeto de criar uma colônia no Brasil. Os planos nazistas eram para subjugar os poloneses na Europa e isso passou a incluir também os poloneses no Brasil. Estes continuaram a trabalhar praticamente sozinhos, apesar dos esporádicos contatos de ambos os grupos.

Em 1930 surgiu na Polônia a *Liga Morska i Kolonialna* (Liga Marítima e Colonial). Um de seus objetivos era coordenar o desenvolvimento da marinha para a obtenção, por parte da Polônia, de uma colônia ultramarina. A Polônia tinha a pretensão de se tornar uma grande potência e o figurino político da época exigia que possuísse territórios ultramarinos nos moldes das grandes potências. Na primeira diretoria desta instituição, figura como secretário Apoloniusz ZARYCHTA. Na sessão de fundação, o gen. Gustaw ORLICZ-DRESZER salientava que a Polônia necessitava de uma ação colonial. (7)

O gal. ORLISZ-DRESZER defendia a tese de que a Polônia deveria investir na construção de uma poderosa marinha de guerra, a qual daria cobertura a uma marinha comercial desenvolvida. Por isso, foi eleito seu primeiro presidente. (8)

Seu objetivo nada modesto era transformar a Polônia, uma nação isolada e européia, numa potência marítima e mundial. Para atingir seus fins, a Liga voltou-se para a França,

tentando obter o apoio desta potência para seus planos coloniais. Foram então levantados os possíveis locais onde a Polônia poderia obter alguma colônia no mapa mundi. Destacaram-se: Angola, Libéria ou alguma das ex-colônias alemãs, perdidas pela Alemanha pelo Tratado de Versalhes.

O Brasil foi um país que também atraiu a atenção da Liga, mais sob o aspecto de aproveitar economicamente os 200 mil poloneses e descendentes que ali habitavam. Concebeu então a Liga a criação de novas colônias no Paraná, as quais aproveitariam o excesso de mão de obra das colônias já existentes no Paraná, Sta. Catarina e no Rio Grande do Sul. Novos imigrantes seriam também trazidos da Polônia a fim de aliviar a pressão demográfica existente naquele país.

Nesse sentido, em abril de 1933, embarcou para o Paraná o general aposentado Stefan STRZEMIANSKI, a fim de fundar novas colônias polonesas no Paraná. Após estudos e contatos com o governo paranaense, apresentou à Liga dois planos: o primeiro chamado *Grande Plano* e o segundo chamado *Pequeno Plano*. O primeiro visava prosseguir a construção da estrada de ferro em direção a Guarapuava, numa extensão de 138 Km, com o direito de exploração desse ramal ferroviário por 60 anos. Um dos objetivos era ligar as *velhas* colônias ao redor de Curitiba às *novas* que se pretendiam fundar em terrenos cortados pela ferrovia a ser construída. O segundo plano visava a compra de terrenos às margens dos rios Ivaí e Piquiri, nas proximidades das colônias predominantemente polonesas de Cândido de Abreu e Apucarana. Eram ao todo 30 mil hectares de terra, numa extensão pequena para os padrões brasileiros, mas que poderia ser apenas o embrião de uma colonização futura em maior escala. O governo do Paraná concordou com a proposta da Liga.

A colônia às margens do Ivaí recebeu o nome de *Morska Wola* (Liberdade Marítima) e no Piquiri de *Orlicz-Dreszer*, em homenagem ao ex-presidente e fundador da Liga, que havia falecido. Por falta de verbas, a Liga rejeitou o *Grande Plano*.

As autoridades brasileiras começaram a desconfiar de possíveis objetivos secretos dessa colonização, começando pelo nome da entidade estatal patrocinadora: “Liga Marítima e Colonial”. Soava mal aos seus ouvidos o termo *colonial*. Por outro lado, por que um general de reserva era o diretor deste empreendimento? Perguntavam-se: *Que queriam os poloneses com um general nos sertões paranaenses?*

Em 1934, o jornal curitibano *Correio do Paraná* desencadeou forte campanha de desestabilização da colonização da *Morska Wola*. Apesar desta campanha, a colonização do general STRZEMIENSKI resistiu até a campanha nacionalizadora, desencadeada pelo Estado Novo, após 1937.

Em fins desse ano, residiam na *Morska Wola* apenas 113 famílias, ocupando 149 lotes rurais e 16 urbanos. (9)

O movimento nacionalizador promovido pelo regime do Estado Novo e o início da Segunda Guerra Mundial, foram os fatos que acabaram com os sonhos da *Liga Morska i Kolonialna* no Brasil.

Citações

- 1- WEBER, Max. Economia y sociedad. Fondo de Cultura. Mexico, 4 vol., 1944. v. II, p. 164-165.
- 2- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no mundo. Ed. Alfa-Omega. 2ª ed. S. Paulo. p. 128.
- 3- VIER, Raimundo. Uma filosofia nacional polonesa: o messianismo. ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. Curitiba, 1971 (3). p.15.
- 4- TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. Os sertões. S. Paulo, 1923. p. 128.
- 5- KLOBUKOWSKI. Estanislau. Podróż do ójścia Iguasu w 1896r. KALENDARZ GAZETY POLSKIEJ. Kurytyba, 1936. p. 44.
- 6- KALENDARZ LUDU. Witold Ostoj Roguski. Kurytyba, 1955. p.36 e ss.
- 7- BIALAS, Tadeusz. Liga morska i kolonialna – 1930-1939. Wydawnictwo Morskie Gdansk. Gdansk, 1983. p. 28.
- 8- Ibid., p.30.
- 9- Ibid., p. 206.

A escola em construção nas colônias italianas

Selina Maria Dal Moro

A confirmação do aceite do estudo sobre a escola dos colonos italianos para apresentação neste "XIV Simpósio de Colonização e Imigração" reavivou as reminiscências de minha infância vivida no interior de uma colônia italiana. Algumas dessas lembranças enraízam-se em gratas e inesquecíveis experiências vividas. Outras, lembram lágrimas derramadas. Lágrimas abundantes, sobretudo, quando tinha de interromper brincadeiras para realizar tarefas ordenadas pelos adultos. Para uma filha de colonos italianos, vivendo na condição de trabalhadores rurais, as tarefas cotidianas refletiam a singeleza e a pobreza que cercavam a família rural: buscar lenha; apanhar água na fonte com um balde, feito em madeira; tratar as galinhas; cuidar dos irmãos menores; chamar a vaca para a ordenha, etc.

Muitos estudos dão conta de que a vida dos imigrantes e de seus descendentes foi marcada por uma parca suficiência de bens e por muito sofrimento. Em contrapartida, parece que são poucos os que relatam os ricos segredos para bem viver que estes trabalhadores descobriram na relação imediata com a natureza, através do trabalho ou na busca de lazer.

Para as crianças, entre o conjunto das atividades que deviam realizar estava o de "ir à escola" e "ali ficar" durante longas horas, ocupadas com tarefas distintas daquelas que eram chamadas a realizar no seu cotidiano familiar. "Ndar a scola" (ir à escola) constituía-se numa rica experiência de descobertas e de pequenas alegrias. O caminho que ligava a casa com a "Capela" onde se localizava a escola, sempre surpreendia o pequeno bando de crianças-estudantes pelas novidades que oferecia: um novo ninho de passarinhos; uma poça de água ou a vertente que a chuva deixara como presente; um ariticum maduro; uma pitangueira carregada de frutinhas vermelhas. Tudo isso e mais as pequenas aventuras, tais como, as invasões-relâmpago no parreiral do vizinho ou na roça de milho verde, faziam deste caminhar um tempo de alegria e de prazeres. Com essas e outras experiências, essas crianças, sem as denominarem como tais, construía conhecimentos concretos de geografia, ciências biológicas, arte ou matemática. Esses conhecimentos eram reforçados nas relações com os mais velhos, sobretudo, no trabalho. Certamente são poucos os que não ouviram de seus avós esse dito: "chtope de pan, no piove nhanca onco, nhanca diman"(nuvens em forma de pão indicam que não choverá nem hoje, nem amanhã) ou "quando o cabo da enxada, colocada de pé, já não faz sombra., é meio-dia, hora de ir para casa almoçar".

A permanência na escola diferia em experiências e sentimentos. Quantas vezes, a "varada" machucava os dedinhos do estudante indisciplinado ou que não tinha feito a "lição de casa" ! Não poucas vezes, era o pequeno e tímido aprendiz, lembrado, pelo professor, de que, no final do ano, o Delegado Escolar viria fazer o exame. E, se não soubesse responder às questões formuladas por ele, poderia "ser condenado a repetir o mesmo ano". Da escola sairia, se tivesse se apropriado do saber que ela repassava e que se resumia em saber ler, escrever, fazer contas, calcular juros e resolver problemas de geometria. Ler e repetir as idéias de um artigo do jornal "Correio Riograndense" comprovava o domínio da leitura. Este era o saber mais desejado pelo sujeito da aprendizagem e pelo seu grupo familiar.

Certamente, não são as lembranças o objeto deste simpósio, nem o estudo que me proponho apresentar constitui-se em simples resgate de memórias perdidas. O que me levou a debruçar-me sobre a escola dos colonos italianos das Colônias Novas do RS foi a intenção de resgatar o **significado** que esta instituição e os conteúdos por ela transmitidos tiveram para esse tipo de trabalhador, regido, no seu cotidiano, pelo regime de trabalho familiar. Além disso, propus-me identificar os personagens que contribuíram para a criação e para o funcionamento da instituição escolar, determinando-lhe fisionomias diferenciadas.

Como proposta inicial pretendia abordar o tema, em dois momentos históricos, analisando meu objeto de estudo a partir do contexto concreto da Colônia Sananduva, sediada no município de Lagoa Vermelha. O primeiro momento compreende o período do processo de colonização da área, que se deu a partir de 1898, e de consolidação da Colônia, final da década de 20. O segundo momento, o período entre 1930/50, quando, então, o domínio do capital comercial e industrial impôs nova dinâmica e nova organização ao trabalho dos colonos e, conseqüentemente, novos sentidos às suas instituições, nelas incluindo a escola.

A riqueza de vivências e de sentidos contraditórios encontrados levaram-me a decidir pela apresentação de parte do estudo: o sentido e o perfil da escola dos colonos de origem italiana localizados nas Colônias Novas do RS, tomando como base de análise a rede escolar da Colônia Sananduva, no contexto de ocupação das terras desta Colônia, processo que se estendeu, conforme já mencionado, desde o final do século XIX até o evento da crise de 30.

Construindo um novo olhar para compreender a Escola dos colono italianos.

A escola, como instituição social, presente, de modo significativo nos meios imigrantes das Colônias Novas do RS, é compreendida, neste estudo, com base no pressuposto que considera a educação como uma prática contraditória que vai se configurando a partir da disputa dos diversos agentes nela interessados. Nesse sentido, entende-se que o desvelamento do significado da pequenina "escola étnica", que se expandiu no RS, à medida que avançou a imigração interna, ganhou um sentido peculiar, porque as contradições nela sentidas são compreensíveis pelo desvelamento de interesses peculiares em torno dela. "A educação, afirma Aida Bezerra (1980, p. 25), é um elemento conjuntural marcado pelo contexto em que se desenvolve". Disputada pelas diferentes classes, a educação "é ela mesma uma arena particular no conforto entre as classes sociais" (Grzybowski, 1982, p. 309). Ou ainda como conclui FRIGOTTO (1984, p. 161): "a questão da escola, na sociedade capitalista, é fundamentalmente uma questão de luta pelo saber e da articulação desse saber com os interesses de classes".

No sentido apontado por essas premissas, enfoca-se a "escola paroquial", sempre presente nas Colônias Novas Italianas e que, com a Capela e o Cemitério, marcava o espaço social da "Comunidade". Ela é aqui analisada como uma instituição que se integra no contexto sócio-econômico do momento (1900 a 1930) e traduz os interesses do Estado, da Igreja e dos Colonos em torno da educação. O papel destes agentes, na orientação do processo educacional, levou esta instituição a apresentar, sucessivamente, significados singulares. Assim, como sua organização e funcionamento foram definidos predominantemente, nesse período, pela ação da Igreja Católica, esta escola, então se edificou como **Escola Paroquial**.

Embora a coleta de dados tenha sido realizada em Sananduva, município do Nordeste do estado, a realidade desvendada reflete o significado atribuído à escola pelos colonos italianos nos demais núcleos de colonização das "Colônias Novas" do Rio Grande do Sul.

Toma-se a região aqui enfocada como cenário de amostragem por diversas razões. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que este município se originou do primeiro núcleo de colonização particular realizado em Lagoa Vermelha, a partir de 1898, com imigrantes italianos. Seguindo-se a isso, conforme revelam os dados empíricos, ali se destacam, desde o início da colonização, os interesses dos agentes envolvidos na disputa pela escola:

COLONOS, IGREJA e ESTADO. Colocada, especialmente, a serviço da Igreja e dos Colonos, a escola caracterizava-se como instrumento de preservação do patrimônio religioso-cultural desses Colonos.

O processo de colonização e de integração dos colonos ao mercado.

A construção do significado da escola dos colonos, que aqui se expõe, parte do reconhecimento das determinações das condições de produção material nas condições de produção cultural, em particular, no tipo, qualidade e extensão da educação desses colonos (Cf. Grzybowski, 1982). Ou seja, parte-se da premissa de que, para eles, o significado da escolarização condicionou-se à situação de sua própria vida e a de sua família, às relações que estabeleceram com as outras classes sociais e, às alternativas que propuseram para defender seus interesses frente à exploração a que foram submetidos pelo capital.

Embora se guarde como pressuposto básico o que se acaba de afirmar, nesta abordagem não se detalha o processo de colonização da região e o modo como os colonos se integraram ao mercado. Os dados aqui apresentados apenas pretendem esboçar o cenário onde a escola se expandiu, tanto como estratégia dos colonos como de outros agentes.

No final do século, nas regiões montanhosas da Serra Gaúcha, especialmente de Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi, instalou-se uma corrente migratória que conduziu centenas de famílias italianas a se localizarem em regiões novas avançando até às regiões de mata do Alto Uruguai.

O desbravamento dessas matas e a implantação de uma economia agrícola de excedentes, baseada na pequena produção em regime de trabalho familiar, revela como a agropecuária dos colonos se organizou para fazer frente às vicissitudes econômicas do momento. A crise econômica do final do século e do início deste, engendrada, externamente aos limites nacionais, perpassando pelos canais do comércio, via Estados Unidos, atingiu o complexo cafeeiro paulista, pólo dinâmico da economia e ponto máximo de acumulação capitalista em nível nacional.

O ônus dessa conjuntura desfavorável transferiu-se, mediante as intermediações do mercado interno, a toda a economia brasileira e refletiu-se nas áreas gaúchas dentro das características próprias da região.

Diversos fatores se aliaram, fazendo com que a crise a atingisse em profundidade a economia dos colonos. Somando-se às conseqüências da crise, o esgotamento do solo,

decorrente dos limites do próprio sistema técnico de produção, associado ao contínuo fracionamento de terra, provocou a diminuição da produtividade. Nos lotes dos colonos, a necessidade de se aumentar a produção, frente à impossibilidade de se auferirem melhores rendimentos na base da produtividade, devido às limitações impostas pelo sistema técnico de produção, foi suprida pelo aumento das áreas de cultivo. Gradativamente, as lavouras alcançaram os limites dos lotes. O principal meio de produção - a terra - tornou-se insuficiente para satisfazer as necessidades da família rural.

Paralelamente a esta situação do Rio Grande do Sul, na região cafeeira paulista gerou-se um amplo excedente de mão-de-obra. Forçados a migrar em direção ao Sul, esses trabalhadores vieram a contribuir para o inchamento dos núcleos coloniais.

A insuficiência de terras nos núcleos já existentes, reforçada pelo retalhamento dos lotes para assentamento dos novos imigrantes ou dos herdeiros, reverteu-se num processo de expansão da colonização das terras de florestas do Estado. Os núcleos expandiram-se de modo surpreendente. Em poucos anos, os territórios designados para a colonização foram inteiramente ocupados e os novos imigrantes avançaram, procurando novas terras longe das zonas previstas pelas autoridades competentes.

"A expansão efetivou-se, no início, na periferia das antigas colônias, tomando, em seguida, direções cada vez mais amplas e distantes. Assim, a fundação das colônias de Alfredo Chaves, Nova Prata, Nova Bassano, Antônio Prado, Guaporé, Encantado... marcaram a primeira etapa desta conquista, traçando a grande linha da expansão italiana. De Guaporé e de Alfredo Chaves, a onda expansionista prosseguiu rumo às regiões florestais dos municípios de Passo Fundo (Casca, Vila Maria, Marau, Mato Castelhano, Água Santa, Tapejara, Getúlio Vargas, Erechim) e de Lagoa Vermelha (Nova Araçá, Forquilha, Cacique Doble, Sananduva... Etc.)" (Manfroí, 1975, p. 82).

Fiéis a sua etnia e a sua religiosidade, os colonos italianos avançaram em direções distantes daquelas tomadas pelos colonos "alemães-protestantes". Eles eram, acima de tudo, católicos praticantes. O empenho em conservarem-se unidos tinha como objetivo manter a prática de sua religião. Nessa prática eles encontravam a sua própria identidade e a defesa do grupo.

Cabe, porém, salientar que, se por um lado as condições estruturais e conjunturais favoreceram a expansão da colonização, os interesses políticos do "grupo republicano" na luta para garantir sua hegemonia, aceleraram o processo de expansão dos núcleos coloniais. Na verdade, a colonização passou a ter sentido político, à medida que levou os migrantes a

se comprometerem com o poder constituído, tornando-se uma base sólida de sustentação desse poder.

À proporção que se instalaram, os colonos logo começaram a produzir, com a finalidade de comercializar "o milho, o trigo, a alfafa e o feijão" cuja produção se constituiu a base de sua economia.

Nesta etapa, a característica fundamental foi a rápida expansão das lavouras que paulatinamente foram se especializando, subordinando-se às exigências do mercado, dentro dos limites do sistema de produção. Para manter e expandir suas vendas, os colonos recorreram a estratégias específicas. Ao lado da ampliação e da especialização das lavouras, as práticas de ajuda mútua (mutirão) ou de troca de dias esboçaram-se como estratégias de complementação da força de trabalho familiar e atuaram no sentido de reforçar a economia dos núcleos coloniais.

Embora não haja condições de se revelar com maior precisão quais os caminhos ou descaminhos a que foram submetidos os colonos no processo de instalação nas novas regiões de colonização, não há como negar que foram as exigências de crescimento do capital mercantil que determinaram a quantidade e a qualidade de sua produção. Foi isso que os organizou e os empurrou para novas frentes, criando as condições para integrá-los às suas próprias exigências, de modo que viessem a se constituir num grupo que promovesse seu crescimento.

Ao se deixarem atrair pelas condições oferecidas nas transações dos lotes e pela perspectiva de maior produção, os colonos garantiram sua reprodução social, que vinha sendo ameaçada pelas condições desfavoráveis que se criaram nas "colônias velhas" e, ao mesmo tempo, integraram-se no circuito de acumulação de capital mercantil. Foram as regras de mercado que determinaram a organização das lavouras, a opção por determinados produtos mercantis e o ritmo de seu trabalho. Foi também na perspectiva traçada pelo capital mercantil que a pequena produção dos colonos viabilizou a produção de alimentos, especializou-se e acompanhando a divisão social do trabalho no interior da economia primária colonial.

Integrando-se no circuito de acumulação deste capital, simultaneamente, como proprietários em regime de trabalho familiar transferindo excedentes para este capital, os colonos cumpriram um papel próprio. Este papel se adequou à especificidade de acumulação mercantil que se estabeleceu na base da extração do sobre trabalho familiar.

Enquanto lutavam para manter-se como colonos, eles reforçavam a sua inserção na estrutura de relações que os subordinava e explorou. Essa foi a condição para garantir-lhes a sobrevivência, ainda que tais exigências não estivessem contidas na sua perspectiva de vida.

A escola e a preservação do patrimônio cultural dos colonos italianos

A escola, no conjunto das estratégias que esses colonos montaram como instrumento de expressão de seu modo de ser, ocupou, desde o início da povoação, um lugar próprio. "Pobre e pequena" ela refletia as condições materiais de vida dos colonos. Mantida em parte pelo poder municipal e, de outra pelos próprios colonos expandiu-se acompanhando a instalação de novas "Linhas".

Os indicadores do caminho para se chegar à compreensão do papel da escola na região (Sananduva), durante este período em análise, apontam para a estreita ligação entre religião e educação.

Observe-se que:

- 1- todas as escolas localizavam-se no mesmo imóvel destinado à capela.
- 2- eram os padres, especialmente os párocos que, sistematicamente, orientavam o ensino.
- 3- os colonos italianos zelavam, de modo particular, pela conservação de seu padrão cultural, basicamente, formado por conteúdos da religião católica.

Estes fatores levam, pois, a entender que a gênese da escola na região, ainda que atendesse às intenções do Estado ao difundir a educação, teve como base mais sólida o empenho dos colonos em preservar seu padrão cultural.

As várias intenções que determinaram a gênese e a expansão da escola na região

Foram, fundamentalmente, a igreja e os colonos, no intuito de defender seus interesses, que agiram no sentido de definir a configuração da escola como instituição social. No entanto, ainda que o Estado não tenha interferido decisivamente, suas intenções não podem ser esquecidas.

Isso pode ser conferido no relatório apresentado ao Conselho Municipal em que Heleodoro de Moraes Branco, Intendente de Lagoa Vermelha, ao referir-se à educação, expressa-se de modo a refletir as intenções e medidas do governo estadual no sentido de

entender as oportunidades de acesso à escola a amplos setores populacionais. O "progresso" como meta constituía-se palavra de ordem de todos os discursos. Dessa perspectiva a escola não tinha como se desalinhar.

"Difundir o mais possível a instrução é, pois, na atualidade, o meio por excelência para o aplainamento da entrada de *progresso* por onde os nossos pósteros devem dignamente prosseguir na nobre missão do engrandecimento da gloriosa pátria brasileira" (Intendência Municipal/Lagoa Vermelha, 1907, p.5) O ato do Intendente, no entanto, reveste-se de maior significação quando entendido no contexto da Política Nacional de Educação.

"A Constituição da República de 1891, que instituiu o sistema federativo de governo, consagrou, também, a descentralização do ensino. Ao reservar-se o direito de legislar sobre o ensino superior e secundário, a União delegava aos Estados competência para prover e legislar sobre a educação primária. No Rio grande do Sul, a Constituição Estadual, seguindo os preceitos positivistas, passou a insistir na expansão deste nível de ensino" (Didonet, I. C., 1977, p. 81).

Embora não se faça aqui, nem se entenda como necessária, a análise mais profunda das intenções oficiais relativas à difusão e organização do ensino do Estado, entende-se que a meta estabelecida de combate ao analfabetismo objetivava, em nível nacional, fortalecer a ordem "democrática" que se inaugurava com a República. Em nível estadual, a educação era entendida como fator de emparelhamento do Rio Grande do Sul aos estados do Centro, como se pode perceber no que segue: "Dum ponto de vista democrático a cultura intelectual era postulada como não sendo atributo de uma só classe - a aristocracia rural dos tempos coloniais e do imperial, mas necessidades e direitos de todos" (Moreira, 1960, p. 69).

- "(...) a vitória do federalismo que dava plena autonomia aos Estados acentuava não só no plano econômico, mas também no plano educacional, as disparidades regionais" (Romanelli, 1983, p. 43).

Além da preocupação com o analfabetismo, devido ao desenvolvimento da I Guerra Mundial e à eclosão do surto nacionalista", a mobilização se fazia no sentido de combate ao "estrangeirismo". Embora o foco estrangeiro mais visado fosse representado pelos grupos germânicos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, o movimento de expansão de escolas nacionais em substituição às estrangeiras" (Paiva, 1983, p. 97) repercutiu, igualmente, nos meios de imigração italiana.

A criação da primeira escola de Sananduva, no centro da Colônia, e das demais, instaladas nas Linhas, não deixou de refletir esta preocupação: "A localização das aulas é

feita de modo a servir aos centros de população infantil mais densa, especialmente na zona colonial, onde o elemento estrangeiro é preponderante". (Intendência Municipal/Lagoa Vermelha, 1920, p.10).

A questão de funcionamento da democracia liberal, com base no voto evidenciava o problema do saber ler e escrever como condição para votar ou ser eleito. Portanto, se, de um lado, o serviço militar obrigatório passou a ser visto como meio de incorporar os filhos dos imigrantes à vida cívica brasileira, ao lado dele, a nacionalização do ensino e sua difusão completariam a obra.

Evidentemente, o atendimento das reivindicações dos imigrantes residentes nas Colônias e que formavam as populações mais densas do Estado, não supunha a negação dos objetivos das frações dominantes do poder em relação à educação. Antes, sendo a educação entendida como instrumento de realização de suas próprias intenções, a reivindicação dos colonos podia ser facilmente atendida.

Estes eram os objetivos amplos que orientavam a educação por parte do Estado, (e aqui não se pretende negar o papel desempenhado por esta instituição como elemento transmissor da ideologia dominante), para os colonos, a educação revestia-se de um significado não contido nestas intenções. A reivindicação por escolas, entre estes trabalhadores, deve ser entendida inserida no bojo das relações que determinaram tanto o tipo de trabalho que foi captado pelas classes dominantes - nem caboclo, nem índio - como o tipo de adequação desses trabalhadores às exigências impostas pelo projeto de colonização.

As características e habilidades exigidas desses pequenos produtores para que se integrassem no mercado, mediante uma produção mercantil, e pudessem ascender econômica e socialmente, foram determinadas no bojo das relações entre capital mercantil e a pequena produção.

A ocupação das terras que previamente lhes foram destinadas, foi feita nas condições exigidas pelo capital, mantendo, porém, as atitudes específicas interiorizadas ao longo da história e transportando-as para as "Novas Terras" Tais atitudes os tornaram particularmente eleitos, num contexto onde havia outros grupos (índios, negros, caboclos) para integrarem o projeto de colonização e desenvolvimento da região.

Neste sentido, a reivindicação por escolas como parte das estratégias engendradas para garantir sua sobrevivência é especialmente entendida como instrumento de preservação e construção de sua identidade de (colonos). Esta se revelou não apenas na expectativa de se

tornarem pequenos proprietários, mas em atitudes e aspirações específicas que os tornaram distintos de outros grupos étnicos que habitavam nas circunvizinhanças.

Deve-se considerar, no entanto, que foi em torno da Igreja que, como católicos, os colonos italianos construíram essa identidade. "Acima de tudo, eles eram católicos e foi por meio da religião católica que eles afirmaram sua identidade cultural", afirmava Bruno de Gillonay (D'Premont, 1976, p. 96). No interior das colônias italianas, a Igreja cumpriu esta função.

Evoluindo de uma organização que partiu da iniciativa dos colonos para um estágio cuja hierarquia assumiu o papel de liderança, a Igreja configurou-se, ao mesmo tempo, como agência promotora da identidade cultural e de seus instrumentos: as práticas religiosas e a instituição escolar. Nesse sentido, a Escola, que foi apropriada pela Igreja como veículo condutor de sua doutrina, transformou-se em instrumento dos colonos para a realização de seus propósitos. Estes foram sintetizados na expectativa de preservação de sua identidade étnica cultural, isto é, sua identidade de "colonos católicos".

A religião católica e a cultura entre os imigrantes italianos

As bases da relação entre religião e cultura, entre os colonos italianos, têm suas raízes na experiência por eles vivida no além-mar. Desse modo sua integração no Brasil, não poucas vezes, foi mais difícil porque aqui não encontravam o conforto das orações e liturgias vivido nas aldeias da Itália. Entretanto, mesmo penalizados pela ausência de padres e igrejas eles continuaram a testemunhar solidariedade ao Papa e persistiram em se denominarem mais como católicos do que como italianos.

A atitude que equiparava a noção de "católico com identidade étnica" - transmitida de geração em geração - transportavam-na os italianos para o Brasil, e, aqui, desde logo, engendraram estratégias que garantiram sua preservação. Embora não se fizessem acompanhar, na imigração, por representantes do clero, aqui os grupos familiares e, a seguir, o grupo social, como um todo, foram se organizando e adaptando-se às novas condições em torno da prática religiosa então vivida, o que os manteve unidos, ao vivenciarem os mesmos costumes e tradições culturais.

Foi como "colonos-católicos" que eles passaram, mediante o trabalho, a transformar o mundo físico que os rodeava para nele construir sua vida familiar e social. A oração, aos domingos, e o trabalho, nos demais dias da semana, constituíram-se nos valores para os

quais convergia toda a sua existência, encaminhando-se também a eles, desde cedo, os seus herdeiros.

Envolvida pela solidariedade religiosa, cujo eixo era dado pela prática vivenciada na capela, é que se sedimentou a integração dos colonos ao mercado. Participando do mesmo mundo religioso dos colonos e, especialmente, aceitos, porque participantes da mesma etnia, os comerciantes da Linha ou Sede da Colônia formaram o primeiro elo dessa articulação. Em síntese, foi em torno da Igreja Católica que passou a gravitar todo o mundo sócio-econômico-cultural dos colonos italianos que se radicaram no núcleo colonial do Rio Grande do Sul. Erguida em madeira ou, mais tarde, em alvenaria, como obra da comunidade, a Capela tornou-se o símbolo da catolicidade do imigrante e a característica fundamental das Colônias Italianas.

Reservada, em seu interior, ao exercício da prática religiosa, a Capela passou a polarizar a vida sócio-cultural e, em algumas Linhas, a vida econômica dos colonos.

A partir dessa polarização, o sentido específico de Capela como local de culto ampliou-se gradativamente, passando a significar não apenas o espaço físico onde se faziam as orações comunitárias, mas o espaço geográfico para o qual convergiam as dimensões sociais, culturais e comerciais do grupo.

Mas foi de modo particular, no exercício das práticas religiosas que os colonos, habitantes na "Colônias Velhas" estabeleceram a unidade de grupo. Não podendo contar com a presença, entre eles, do Padre, legitimamente ordenado organizaram o domingo - dia da liturgia - conforme o modelo vivido além-mar e revitalizado na nova terra em torno do líder da Capela: o Padre Leigo.

A figura do "Padre-Leigo" representou a solução dada pelos colonos ao problema de atendimento e direção da vida religiosa da comunidade, face à ausência do clero. Escolhido entre os membros da comunidade, a escolha recaía, preferencialmente, sobre aquele que além de saber as orações e a doutrina, revelava maior capacidade de liderança. Ele era o mestre de canto, o catequista, o auxiliar de padre, o mestre de Igreja, e, também, atuava junto aos sócios. Era ainda o sacristão, o fabriqueiro, o quarteirão, o comissário, o diretor de obras na abertura de estradas, na construção de pontes. Democraticamente eleito para exercer as funções de organizador da vida religiosa da capela, ele não se constituiu apenas em líder religioso, mas, também, lhe foram atribuídas "virtualidades" que o transformaram num personagem místico. Os colonos recorriam a ele, a fim de que lhes abençoasse as plantações, os animais, os lares e os alimentos. (Cfe. Sponchiado Apud Manfroi, p. 150).

A escola nas Colônias Velhas

O sentido da educação entre os colonos das "Colônias Novas" torna-se mais claro quando comparado ao papel desempenhado pela escola durante o estágio vivido pelos colonos das "Colônias Velhas", nos primórdios da colonização italiana. A instituição escolar passou, pois, a fazer parte da vida desses pequenos produtores, a partir do momento em que a Igreja dela se apropriou como seu instrumento.

Entre os grupos pioneiros da imigração italiana, a escola e o ensino das primeiras letras, ainda que não fossem completamente marginalizados, constituíam-se numa preocupação menor. A instrução, paralelamente a outros serviços (transporte, saúde), constituía-se em tarefa basicamente atribuída ao Estado, sobre a qual os colonos formulavam tímidas reivindicações.

As precárias escolas particulares, instaladas em pontos diversos das Colônias para suprir a deficiência das escolas públicas, não conseguiram cumprir a tarefa para a qual foram instituídas. Em sua maior parte regidas por colonos mais instruídos que os outros onde se ensinava a ler, escrever e calcular, fechavam durante as colheitas por falta de alunos. Os próprios colonos que em determinados casos se recusavam a aceitar lotes onde não houvesse uma igreja já instalada, aceitavam com visível indiferença a idéia da fundação de escolas, inclusive escolas católicas mantidas por religiosos. O pouco significado atribuído pelos colonos italianos à escola torna-se mais marcante quando se comparam os números de edificações existentes nestas Colônias e naquelas colonizadas por alemães. No início da década de 20, no Rio Grande do Sul, registrara-se 788 escolas particulares teuto-brasileiras, enquanto, entre os colonos italianos, para uma população de 250 mil pessoas, havia apenas 60 escolas particulares (Azevedo 1958, p. 904).

O significado menor dado à escola contrastava significativamente com o fortalecimento da prática religiosa, evidenciada no aumento considerável de igrejas e oratórios, pela prática assídua do culto e fiel transmissão da doutrina. Compreende-se este relativo descaso tendo em vista a função primordial atribuída à religião, como elo unificador dos imigrantes, e do papel secundário atribuído à instituição escolar em relação à consolidação deste padrão cultural.

"Os imigrantes italianos desconhecera na própria prática os benefícios da educação e da instrução" (Zagonel, p. 43). Desconhecera, igualmente, o sentido de uma língua

comum. Por esta razão, ao lutar pela garantia de sua sobrevivência eles o fizeram especialmente, na perspectiva de conservação de seu selo de "trabalhadores-católicos", permanecendo em segundo plano as outras dimensões sociais.

Procedentes de pontos diversos, quando em terras brasileiras, foi na prática religiosa que eles se sentiram identificados. Aqui ele reproduziram a religiosidade popular-católica vivida na Itália, tanto construindo Capelas que reverenciassem o padroeiro de sua terra natal, onde o "grupo comunitário" vivenciava sua fé, quanto transmitindo a seus filhos as orações e a doutrina "tuto a mente" (de cor).

A prática e a responsabilidade do Padre-leigo, atribuída pelo próprio grupo que o designara para a função de líder religioso, não ultrapassavam o nível da direção de ritos e repetição de fórmulas do catecismo às crianças. A assimilação dos conteúdos religiosos, transmitidos por uma prática pedagógica, calcada na memorização de fórmulas, tornava supérfluo o conhecimento da leitura e da escrita. Num contexto onde a garantia da sobrevivência da família rural independia do domínio dos instrumentos oferecidos pela escola, a aprendizagem memorizada da doutrina e das orações, expressão do patrimônio cultural dos colonos, tornava igualmente dispensáveis as primeiras letras, uma vez que a iniciação dada na família era complementada no Catecismo Dominical. Para esses pequenos proprietários, identificados com a propriedade, com a terra, com o trabalho, com a produção e com a religião, a escola, como transmissora de instrumentos não necessários à preservação de sua condição de colonos, era mantida numa posição secundária.

A religião católica e escola nas Colônias Novas (Sananduva)

Ao assentarem-se nas Colônias Novas, os imigrantes traziam bem vivas e definidas as vivências culturais acumuladas, via transmissão familiar e, como decorrência, via grupo social ao qual haviam se integrado nas Colônias Velhas de origem.

Algumas procediam diretamente da Itália. Após curto estágio, não encontrando condições adequadas nas regiões da Serra para realizar sua expectativa de pequenos proprietários rurais, seja em razão da escassez de lotes ou de precárias condições de solo, encaminharam-se para o Planalto. Outros eram descendentes das famílias anteriormente fixadas naquelas regiões que migraram devido à impossibilidade de novos parcelamentos do lote familiar. Todos, no entanto, se reconheciam como católicos-italianos do Vêneto, Lombardia, Tirol...que haviam encontrado, na experiência religiosa vivida nas "Velhas

Colônias", a definição de sua identidade, ou seja, haviam engendrado os meios para manter-se como colonos-católicos-italianos.

Nas "Novas Terras", dentro de uma situação específica de colonização, através de projeto particular, no qual a identidade étnica foi rigorosamente considerada, ao se organizarem socialmente, tomaram como base a religiosidade herdada da velha Itália. O modelo da prática lhes foi dado, entretanto, pela experiência vivida nas "Colônias Velhas". Nessa nova situação, podendo contar com o apoio da Igreja, presente entre eles desde o início do povoamento, personificada no Pároco, os colonos passaram a orientar sua prática religiosa conforme as diretrizes vindas da Paróquia.

A influência irradiada do pólo paroquial deu-se pela promoção de uma organização social e religiosa da Colônia, orientada e centralizada pelo Vigário, a quem os colonos dedicavam a mais alta consideração e cujas palavras tinham, para eles, "força de lei". Por sua vez, ao longo desse período, a Igreja adotou uma atitude de reserva em relação ao poder político, rejeitando tanto as idéias liberais, então em voga, quanto a ideologia positivista que as sustentava.

Quanto ao aspecto interno, a Igreja voltou-se especificamente para a organização de sua estrutura, fato que permitiu designar o período como o da reorganização católica. Agindo sem interferência do Estado, a Igreja multiplicou paróquias, dioceses e províncias eclesiásticas. Também congregou os leigos em associações religiosas, controladas pela hierarquia, criando condições para que inúmeras associações religiosas masculinas e femininas se estabelecessem no país, atuando como fortes colaboradoras com os bispos na ação pastoral.

Nas Colônias Novas e, de modo bem específico, em Sananduva, desde os primórdios da colonização, o clero estrangeiro marcou com sua presença e influência a região. Apenas quatro anos após o início da colonização, em 1904, o povoado de Sananduva já era visitado pelo Padre Francês Frei Bruno de Gillonay, da ordem dos Frades Menores Capuchinhos de Sabóia, França. Desde então a história da Colônia se desenvolvia sob o signo da fé católica. Numerosos religiosos se sucederam e deixaram entre os colonos indeléveis lembranças. Merece, porém, destacar a presença marcante de Frei Geraldo do Grufy em exercício na paróquia de São João Batista de Sananduva, de 1920 a 1933. À frente da Paróquia, no exato momento em que o movimento em favor da difusão quantitativa do ensino se intensificava de modo geral, Frei Geraldo teve condições para empreender uma verdadeira cruzada em favor da educação. Especialmente, promovida por Frei Geraldo, a escola se expandiu na

região. Evidentemente, não constituía preocupação de Vigário a criação de condições favoráveis para que se pudessem realizar as intenções do estado, que se manifestavam através das Intendências. Ao empenhar-se na expansão de escolas, frei Geraldo tinha como primeiro objetivo multiplicar as condições para que se difundisse a doutrina da Igreja. Estimulados pela Instituição Religiosa, os colonos, então, passaram a reivindicar, mais intensamente, a escola. O espaço escolar configurava-se para eles tanto como veículo de transmissão do instrumental necessário para a apropriação dos conteúdos religiosos, como veículo desses mesmos conteúdos.

Aqui não se quer negar a necessidade que sentiam os Colonos de instruir-se para, melhor enfrentar os comerciantes nas relações estabelecidas no mercado, como haveria de ocorrer em décadas posteriores. Neste momento, eles se interessavam pela escola, levados, acima de tudo, pelo "desejo" de se manterem Católicos. A catolicidade era sua marca essencial era preciso, pois, preservá-la.

As práticas religiosas nas "Colônias Novas"

Tanto nas "Colônias Novas", como nas "Velhas Terras", os colonos mantiveram sua características fundamental, ou seja, mantiveram sua vida comunitária sustentada nos dois eixos principais: fé e trabalho. A presença do Padre entre eles contribuía para o fortalecimento de sua unidade especialmente vivida na liturgia do domingo. Nesse dia, o trimônio "missa-terço-catequese" ocupava o espaço dedicado ao trabalho nos demais dias da semana.

De manhã, em grupos, montados a cavalo, dirigiam-se, cantando, para a sede da Colônia, a fim de participar da celebração litúrgica da missa, ouvir a doutrina transmitida no sermão do Vigário e "fazer suas compras" (D'Apremont, 1976, p. 147).

À tarde, em cada capela, a reza do terço dirigida por um dos "fabriqueiros" e o catecismo às crianças precediam o encontro dos sócios na "bodega" (clube social). "Nos domingos, a Igreja redundava de fiéis que de todos os recantos, mesmo os mais afastados, acorriam para assistir à missa e outras funções de costume. Edificante é, ver com que respeito e devoção eles escutam a palavra de Deus. Todos os domingos o padre explica o evangelho e ensina o catecismo nas missas. As festividades religiosas celebram-se sem muitas fanfarronadas deixando aos fiéis todo o cômodo de receber os Santos Sacramentos

que são bastante freqüentados por bom número deles" (Paróquia São João Batista/Sananduva, Livro Tombo nº 01 p. 18).

Toda essa liturgia completava-se à noite de domingo, ou em qualquer outro dia da semana, caso se tornasse impossível nesse dia, com a família reunida para leitura do "catecismo ou da História Sagrada", conforme orientação vinda da Paróquia. "Nos domingos e festas todos deviam fazer uma meia-hora de leitura do terceiro catecismo ou da História Sagrada. Esta leitura era considerada de maior importância. Quem não pudesse fazê-la no domingo, devia fazê-la durante a semana". (Polesso, 1971 p. 59). Seguia-se, à leitura da História Sagrada, a leitura atenta, "página por página", do único semanário que circulava na Colônia: o *Sttafetta Riograndense*, de orientação católica.

Era a própria condição de "colonos" que exigia o aprimoramento da instrução religiosa: "O bom colono era aquele que tinha sua terra, sua junta de bois, sua carroça, mas, também, era aquele que era bom católico, e não negava sua palavra", (Entrevista, 22)

A instrução religiosa iniciava com a catequese para a primeira comunhão e estendia-se de modo intensivo até os 14 anos, quando, então, o jovem podia ser considerado suficientemente preparado, conforme a avaliação feita pelo pároco para se apresentar para a comunhão solene. A formação religiosa básica, para recepção dos sacramentos, dividia-se, assim, em duas etapas: 1. catequese para a primeira comunhão; 2. catequese para a comunhão solene.

A preparação para a primeira comunhão era feita, especialmente, na família e na capela. Nesta tarefa a escola ocupava, também, posição relevante. Adotava-se como texto de leitura o primeiro catecismo e ministravam-se na escola, como sugere a citação a seguir, aulas de catequese. "Reuni os fabriqueiros. Como na sociedade não existia nenhuma escola, tratei de nomear um professor particular. (...) os livros de texto eram: *II primo libro di lettura e II primo catechismo*" (Polesso, 1971,p.77).

Logo após a recepção da primeira comunhão, iniciava a segunda etapa da formação religiosa, já na perspectiva da comunhão solene. A preparação imediata para este rito envolvia não apenas uma avaliação de conhecimentos pré-adquiridos, mas também o desenvolvimento de todo um conjunto de práticas de revisão e assimilação dos conteúdos religiosos, para os quais a leitura era um instrumento indispensável. "Todos prestavam exame sobre as orações e o primeiro catecismo. (...) Começou o roteiro, baseado no catecismo: Deus e os seus atributos; Jesus Cristo: sua vida, sua doutrina, seus milagres, sua paixão, sua morte e ressurreição; os novíssimos: pecado; a graça santificante; os

sacramentos; as orações, a confissão e a comunhão. Maria, o Anjo da Guarda. Entre os intervalos da instrução, moços e moças faziam em particular a Via-Sacra, rezavam o terço, estudavam o catecismo, faziam leitura espiritual. A continuidade e a conservação dessa religiosidade, orientada pelo Pároco, exigia dos colonos comprometimento e adesão. Por isso, "cada família devia possuir a História Sagrada, como livro de leitura *em casa, na escola e na Capela*" (grifo meu) (Polesso, 1975,p.77).

O empenho em manter-se como "bons colonos", "fiéis católicos", levou-os a "guardar sempre com grande zelo o domingo, como o dia do Senhor". Desde os pioneiros, nas "Colônias Velhas", o Domingo era o dia dos encontros das famílias e das orações em comum, no meio da mata. Nas "Colônias Novas", o domingo confirmou-se como dia da liturgia, da oração e da catequese.

A aprendizagem abrangente do catecismo, tendo como base a leitura dos livros religiosos, passou a exigir dos colonos novas atitudes e novas habilidades. Foi neste contexto sócio-cultural, que a escola se expandiu com maior intensidade. O grande significado atribuído ao desenvolvimento das habilidades de ler e escrever, exigidas das crianças e dos jovens, filhos dos colonos, consistiu, sobretudo, no fato de que tais habilidades se tornavam condição para a aprendizagem religiosa, tornando-os, assim, "colonos-católicos-italianos".

Escola e preservação da religiosidade

À medida que os colonos foram avançando para o interior da Colônia, expandiu-se na região uma rede relativamente densa de pequenas unidades escolares, mantidas ou subvencionadas pelo poder público, ou ainda mantidas, exclusivamente, pelos colonos. Não raro, foram as escolas particulares (paroquiais), criadas pelos colonos, que se converteram, a pedido dos mesmos, em escolas mantidas pelo poder público. Conforme relatório do Pe. Geraldo, Vigário da Paróquia, estavam em pleno funcionamento em Sananduva, em 1930, "28 escolas públicas, distribuídas no interior da Colônia e uma escola particular Católica dirigida pelas Irmãs da Congregação de São José". Eram todas escolas "isoladas", unidocentes, mantendo o ensino de 1ª a 4ª séries, nas quais "o ensino religioso era permitido" (D'Apremont, 1976, p. 141).

Evidentemente, não há como separar essa expansão do sistema educacional, nas Colônias, do intenso esforço tomado em nível nacional e estadual para debelar os altos índices de analfabetismo. A esse fato mais amplo é necessário acrescentar-se especialmente

no sul, a preocupação com a “nacionalização” do ensino, fato que determinou o recuo das escolas estrangeiras e a expansão do sistema oficial (Paiva, 1983, p. 100).

A campanha em prol da alfabetização no início da República intensificou-se no decorrer dos anos 20. “(...) apareceram os 'primeiros profissionais da educação', introduzindo as idéias da escola renovada e estimulando as preocupações com a qualidade do ensino” (Id. ibidem, 93). Ainda que se colocassem restrições à escola de cunho étnico, a Igreja foi convocada, a participar da solução do problema da educação "através da criação de escolas paroquiais, assumindo sua quota de responsabilidade pela situação, da instrução popular no país" (Paiva, 1983, p. 93).

Evidentemente, a Igreja respondeu a toda esta efervescência intelectual que se irradiou até às novas terras, passando pelos canais administrativos das Intendências, mas sempre dentro de uma perspectiva própria.

"A escola, até certo ponto, irá suprir a falta de padres. E, não obstante as dificuldades, estão surgindo escolas em toda parte” (Scalabrini, J. B., Apud Zagonel, 1975. p. 171). "Criavam-se escolas para atender aos seguintes objetivos: instrução religiosa, sem a qual, dentro de duas ou três gerações, as populações teriam perdido o sentido da vida cristã; a instrução profana para não deixar os queridos colonos numa situação de inferioridade social, o que teria sido para eles, fonte das mais funestas conseqüências no plano temporal e espiritual” (D'Apremont, 1976, p.165).

Aliada ao Estado no tocante à questão, a Igreja preocupou-se com o problema educacional e lutou contra o analfabetismo. Este era associado à idéia de incompetência dos colonos em se manterem fiéis à sua Igreja sem uma instrução adequada e à inferioridade social que os tornaria, facilmente, expostos aos ataques de outros credos ou seitas.

A luta da Igreja se configurava, especialmente, contra o avanço do protestantismo no interior da Colônias Italianas. Bruno de Gillonay afirmava: “Não se pode negar que haja no Brasil, desde alguns anos, uma formidável invasão de emissários protestantes. (...) A chegada dos nossos padres ao Rio Grande do Sul coincidiu precisamente com o tempo em que a propaganda protestante começava a lograr êxito entre os colonos de origem italiana. Foi, em grande parte, devido ao movimento de fervor que excitam seus trabalhos apostólicos, como também, sua incessante ação em todos os lugares, até as últimas ramificações das colônias, que se deve atribuir a conservação da fé nestas regiões” (D'Apremont, 1976, p.118).

Além da preocupação com o avanço do protestantismo, a Igreja entendia que o

analfabetismo levaria os colonos a deslizarem para o campo “fácil” da “caboclicização”, entendida como negação de sua condição de colonos.

Sendo escolas públicas ou paroquiais subvencionadas pelo estado ou pelo município, a matrícula e a frequência escolar dos filhos dos colonos eram facilitadas. Isso permitia que se abrisse um espaço sistemático à transmissão da doutrina, até então, realizada de modo precário pelos Padre-leigos. “A escola que existe é neutra. Será mesmo neutra? Que seja! Mas ela não será como a escola leiga da França. Aqui o Governo permite o ensino católico”, afirmava Bruno Gillonay (Apud D’Apremont, 1976. p. 171).

Devido à especificidade dessas escolas públicas, mas de orientação católica, a questão central do seu funcionamento se concentrava-se na escolha do professor, a quem cabia a responsabilidade do ensino religioso combinado à leitura, à escrita e ao cálculo. “O professor podia saber até menos, - enfatiza um professor - claro -, mas tinha que ser um bom católico” (Entrevista 10.1). Os colonos colocavam-se na perspectiva da própria Igreja, constantemente, conclamando seus padres a zelarem para que à frente das escolas estivessem educadores católicos com reais valores morais e religiosos, cujo entusiasmo fascinasse os alunos. Por isso, cabia ao padre indicar ou retirar os professores da escola. A ele também estendia-se a função de opinar sobre a prática pedagógica, os livros didáticos, os horários escolares, etc. No término do ano letivo, era ainda ao padre que cabia a função de avaliar a aprendizagem da catequese e de toda a atividade escolar. Numa sessão quase solene, à frente da classe, num dia pré-determinado, ao lado do professor, o Vigário interrogava os alunos, individualmente. A aprovação ou reprovação do Vigário eram inquestionáveis, bem como a decisão que tomava em relação à permanência ou não do professor para um novo período letivo.

A partir do momento em que a escola se apresentou como o instrumento da Igreja, ela foi apropriada pelos colonos como instrumento seu também. Isto significa que, embora, os colonos não se identificassem, propriamente, com os programas que se originavam das instâncias do poder público, buscavam a escola como o espaço que lhes possibilitava a manifestação de seus interesses e a realização de seus propósitos. Fato que merece realce, de imediato, é que a escola se configurou como um instrumento de preservação da identidade dos “colonos”, pelo fortalecimento de seu caráter de “católicos”. “Em cada capela faço quanto está em meu poder para fundar escolas paroquiais, sustentadas pelos próprios sócios da Capela, esperando oportunidade de pedir ao município uma subvenção. São professores: José Mattielo, Angelo Benetti, Matias Tonial e Pascoal Rossoni. Nessas escolas não se

ensina o alemão, mas só o português e penso que também a língua italiana tem o direito de viver e tanto mais enquanto eu estou vendo todos os dias, mais claramente, que os italianos que abandonaram a sua língua, abandonaram a religião e a fé; entregando-se de corpo e alma aos costumes pagãos daqueles que, com pouca justiça, são chamados exclusivamente nacionais” (Paróquia São João Batista /Sananduva, Livro Tombo nº 1 p. 23).

É a partir desse redimensionamento que a escola é elevada da posição secundária que mantinha nos primórdios da colonização nas "Colônias Velhas" Italianas passando a ser reivindicada com a mesma intensidade com que era reivindicada a Capela. Nesse sentido, a própria comunidade rural assumia a responsabilidade da construção do pequeno estabelecimento onde se desenvolveriam as atividades pedagógicas. Além do sistema de cotas para a aquisição do material necessário (madeira serrada), todos se prontificaram em dar, gratuitamente, dias de trabalho para a edificação do prédio, geralmente muito rústico, construído sob a orientação de um colono experiente nessa tarefa.

O equilíbrio no tocante o binômio “Igreja-Escola” não foi estabelecido com base em funções opostas entre uma e outra instituição, mas sim pela necessidade que sentiram os colonos de apropriarem-se de um saber que viria colaborar para a construção de sua identidade de colonos, orientada pelos ensinamentos emanados dos poderes hierárquicos da Igreja e veiculados pela literatura religiosa, pelos livros e impressos católicos.

Os elementos básicos do saber letrado, as primeiras letras - *il primo libro* - e a escrita ganharam sentido por seu “significado instrumental”, ou seja, por aquilo que possibilitaria aos filhos dos colonos e aos próprios colonos saberem. Em outras palavras, o saber instrumental da escola ganhou significado para os colonos porque lhes possibilitava desenvolverem os ensinamentos contidos na História Sagrada, no Catecismo, nos Hinos Sacros, no Jornal (Staffetta Riograndense), etc. A alfabetização deixou de ser um “luxo social” para tornar-se um “trabalho com finalidade” e finalidade específica, vinculada ao conceito que de si mesmos faziam os colonos e que era, sistematicamente, legitimado pela pregação religiosa, à qual se submetiam não só os jovens, mas os próprios adultos. “Como as crianças podiam freqüentar a escola, também, as pessoas adultas, até que soubessem ler, corretamente, o primeiro livro e catecismo. Evidentemente, a freqüência dos adultos à escola era facultativa. Depois de quatro meses, quase todos grandes e pequenos, sabiam de cor as orações e as principais respostas do catecismo” (Polesso, 1975, p. 76).

Com base nisso, compreende-se, pois, que “*ndare a scola*” (ir à escola) tomou sentido no conjunto das tarefas desempenhadas durante a jornada de trabalho por constituir-se em

estratégia para a construção da identidade cultural católica, componente integrante do "modo de ser colono-italiano". Nesse sentido, os próprios programas deviam guardar uma certa especificidade, correspondente à expectativa desses sujeitos da educação. "Naquele tempo eles queriam a religião. Todos os dias tocava a ensiná, a rezá e a ensiná as coisas da Igreja. Eles diziam: ler sim, mas primeiro de tudo tem que pensá pela alma" (Entrevista 10:1).

Contraditoriamente, "dádiva do Estado" e "conquista dos colonos", a escola "pobre e pequena" de Sananduva e das Colônias vizinhas cumpria sua função, em parte, transmitindo a ideologia dominante, mas, sobretudo, garantindo aos colonos o domínio de um saber que lhes proporcionaria a apropriação dos conteúdos da doutrina católica. Por esta razão, paralelamente aos programas definidos em nível estadual, "existem programas que é necessário adotar, existe, também, um certo espírito nas famílias que se precisa respeitar sob pena de ver as escolas desertas e vazias" (D'Apremont, 1976, p. 182). Ao desincumbir-se, pois, da tarefa docente que lhe atribuía o Concílio de Trento, a Igreja o fazia correspondendo às expectativas dos colonos. Eleita por eles como intermediária e mediadora na resolução de suas questões, coube-lhe desvendar os instrumentos e as condições adequadas à sua preservação como colonos, enquanto se inseriam na sociedade brasileira. Essa problemática é, em certo sentido, um dos aspectos centrais na educação e na própria história de Sananduva e das demais Colônias.

Enquanto instrumento da Igreja para difundir sua doutrina, a escola constituiu-se em instrumento, acionado pelos colonos, para preservar seu patrimônio religioso-cultural. Ao realizar esta função, a escola edificava-se com uma fisionomia nitidamente marcante de *escola paroquial*.

Referências bibliográficas

- BEZERRA, Aida. *As atividades de educação popular*. In: BRANDÃO C. R., org. *A COSTA, Rovílio & BATTISTEL, Arlindo I. Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes..., 1982.
- D'APREMONT, Bernardin & GILLONAY, Bruno. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1976.

DE BONI, Luis Alberto. *La Mérica*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977.

DE BONI, L. A. & COSTA, Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo, Cortez, 1984.

GIACOMEL, Fortunatto (Frei Gentil de Caravaggio). Meus vinte e cinco anos de missionário. In: _____. *Pioneiros às margens do Uruguai. A vida nos primórdios das novas colônias italianas do Alto Uruguai*. Porto Alegre, EST. 1975.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Os "Colonos" do Sul do Brasil e a sua educação; estudo das diferentes práticas de educação num contexto de transformação do sistema produtivo e de capitalização da agricultura*. Rio, IESAE/FGV-CNPq, 1981, Projeto de Pesquisa.

_____. *As práticas socializadas de educação entre os colonos do Sul*. Rio, IESAE/FGV, s.d. mimeogr.

_____.

LAGOA VERMELHA. Intendência Municipal. *Relatório das atividades da Intendência enviado ao conselho de Representantes*. Lagoa Vermelha, 1920.

_____. Prefeitura Municipal. *Relatório de atividades do Executivo enviado à Câmara de Vereadores*. Lagoa Vermelha, 1951.

_____. *Relatório de Inspetor de Ensino enviado ao Prefeito Municipal*. Lagoa Vermelha, 1931.

LAGOA VERMELHA. Leis, decretos etc. Ato nº 01/1905 do Intendente Municipal Heleodoro de Moraes Branco In: *Livro de Atas nº 1*. Lagoa Vermelha, 1905, p. 10.

LAGOA VERMELHA. Intendência Municipal. *Relatório das atividades da Intendência enviado ao conselho de Representantes*. Lagoa Vermelha, 1907.

LAZAROTTO, Danilo. *Os capuchinhos na história e no desenvolvimento de Ijuí*. Porto Alegre, EST, 1981.

MANFROI, Olivio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul; implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre. Grafosul/IEL, 1975..

PAIVA, Vanilda P. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo, Ed. Loyola, 1983.

_____. Estado e educação popular: recolocando o problema. In: BRANDÃO, C. R. org. *A questão política da educação popular*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 79-87.

POLESSO, Hermenegildo. Notas sobre São João da Urtiga. Paim Filho e Maximiliano de

Almeida In: GIACOMEL, Fortunatto et alii. *Pioneiros às margens do Uruguai*. A vida por primórdios das novas colônias italianas do Alto Uruguai. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. 1975, p. 53-85..

SANANDUVA. Paróquia São João Batista. Relatórios enviados à Cúria Episcopal. 1907-1940. In: *Livros Tombos nº 1 ...* Sananduva. s.d., p. 3-11.

SCALABRINI. João Batista. *A emigração italiana na América*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.

_____. A educação no Rio Grande do Sul. In: SILVA, Mourecy Couto et alii., orgs. *Rio Grande do Sul; imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre: Cosmos, 1942, p. 266-88.

ZACONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração: capuchinhos de Sabóia e seu contributo à Igreja do Rio Grande do Sul (1895-1915)*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

ZAMBONIN, Loreno Luiz. *História de Sananduva*. Lagoa Vermelha (RS), IMPLA, 1975.

A Igreja construindo sua identidade na colonização italiana do RS*

Teresinha Venturin¹

Introdução

A Europa no Século XIX foi marcada por grandes crises: a nível político, acontece, a unificação da Itália em 1861, pelo Parlamento Nacional reunido em Turim; as guerras européias com repercussão mundial; a divisão do mundo em dois blocos antagônicos (oeste, leste) e a consolidação dos monopólios. Em relação ao social, a agricultura era a mais atingida com: as péssimas colheitas; aumento excessivo dos impostos; concorrência de produtos estrangeiros; oferta de produtos industriais a preços reduzidos e o desenvolvimento das comunicações que atingiu em cheio o sistema artesanal de produção, extinguindo-o. Houve também uma explosão demográfica, causando um abalo político-social, devido a um princípio da Igreja católica que era ter tantos filhos quantos Deus mandasse. Ainda estava em voga uma nova filosofia, o positivismo, com o chavão, "Desenvolvimento e Progresso".

As dificuldades não eram só em nível social e político com as constantes derrotas da Igreja na Europa, o clero perdia seu poder de decisão, tornando-se desfavorável para os religiosos e cada vez mais a burguesia industrial assumia o seu papel. Através de vários decretos o governo fechou as escolas não autorizadas e muitas outras foram desapropriadas, sacudindo as congregações religiosas e a própria Igreja, indicando a necessidade de reformas e restauração.

É nesse clima, que em 1891, o papa Leão XIII publica a encíclica “Rerum Novarum”, que tratava da questão social, incentivando as congregações religiosas à missão e evangelização em outras terras. Também na Itália a médio prazo, necessitava de reformas de base em relação ao sistema fundiário ou uma revolução

* Este texto apresenta alguns aspectos de uma pesquisa que foi desenvolvida para obtenção do grau de Bacharel do curso de ciências sociais/PUCRS - sob o título "Aprendendo a ser freira: um estudo sobre o processo de formação das Irmãs de São José: 1898/1960 - Garibaldi/RS".

socialista. Em vez dessas alternativas, surgiu a imigração para outros países em especial para a América Latina.

Por sua vez o Brasil necessitava de mão-de-obra, em substituição ao negro, para reavivar a agricultura e o desenvolvimento. O governo queria instalar uma agricultura subsidiária, explorada por homens livres e, em especial de pequena propriedade, com o objetivo de aumentar a densidade populacional a fim de favorecer e criar no Brasil uma classe média. Assim, em 1807, Dom João VI procurou deixar a nação livre a todas as pessoas que desejassem "trabalhar e produzir"². A Igreja deu todo o apoio à imigração. E ainda, na pessoa do bispo de Piacenza, elaborou um programa de assistência cultural e religiosa ao imigrante.

No Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, é um momento de grande crescimento econômico e industrial e, para assegurar as novas exigências de desenvolvimento, é incentivada a imigração, que se articula com o campo político, social, econômico e religioso. Em nível político, no Estado, consolidava-se o Partido Republicano, cessando os conflitos aqui existentes.

Nessa época, governava a Diocese de Porto Alegre, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão que, dinâmico e preocupado em reorganizar a Igreja no Estado, incentivou a vinda de inúmeras congregações religiosas. São criadas as novas leis eclesiásticas, incentivados os Anos Santos e a participação freqüente na Eucaristia.³ Além das congregações religiosas, inúmeros grupos de leigos se instalaram, ao final do século XIX e início do século XX, preocupados com a educação e assistência.

1 - A colonização e imigração no Rio Grande do Sul

¹ Bacharel e Licenciatura em Ciências Sociais PUC/RS. Mestre em Serviço Social PUC/RS

² ZAGONEL, Carlos A. A Igreja e Imigração Italiana (Dissertação para livre Docência em História da Igreja/Pucrs) Porto Alegre: Livraria Sulina, 1975, p. 24

³ - Vários autores. O Rio Grande Atual. Enciclopédia Riograndense, 4º volume, Porto Alegre: Ed. Regional LTDA La Salle, 1957.

O impulso e a história da emigração italiana no Rio Grande do Sul está datada de maio de 1870. Os imigrantes foram encaminhados para o planalto central. E nos primeiros cinco anos, a ocupação da Encosta da Serra foi quase nula, pois raros imigrantes, suíços, franceses e poloneses demonstravam interesse de colonização, mesmo depois que o governo Provincial contratou duas empresas particulares para agilizar a imigração em massa.⁴ A base econômica do imigrante era a pequena propriedade e a média agricultura, com propriedade individual do solo. A função da pequena propriedade era produzir alimentos para a burguesia agrária paulista, imprimindo assim um impulso notável na economia.

Ao contrário de seu país de origem, onde “as condições de vida se mostravam difíceis, sob o regime de parceria agrícola, ou de arrendamento”,⁵ aqui o imigrante, deparou-se com enormes quantidades de terras ainda inexploradas, deixando-o fascinado pela “posse da terra”, que transformou o trabalho em “segredo de fortuna, causa do progresso e prova de honorabilidade”.⁶ Tinham como objetivo acumular capital, para isso gastava-se o menos possível.

Os italianos eram politizados, sabiam organizar-se nas suas reivindicações. O sistema eleitoral do império, em troca da abstenção política, dava-lhes segurança e condições de trabalho. Em 1893, o Rio Grande do Sul, passa por uma crise financeira devido à revolução. Como consequência, os colonos recebiam unicamente o transporte e trabalho na abertura de estradas, recebendo 500 réis por metro corrente construído, durante 15 dias por mês. Frei Zagonel em sua dissertação, Igreja e imigração italiana, assim escreve:

"O imigrante, deserdado e sofrido, vem ao Rio Grande do Sul procurando uma nova pátria na qual se integre com heroísmo e tenacidade não

⁴ - BONI, Luís A. De e COSTA, Rovilho. Os Italianos no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: Ed. Correio Riograndense, 3ª edição, 1984, pág.81.

⁵ - BERTASO, Henrique D'A. e LIMA Mário de A.(org.). Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Publicação da Revista Globo S/A, 1950, pág.512.

⁶ - BONI, Luis A. De. op. cit. pág.85.

inferiores à do gaúcho açoriano. Domina a floresta virgem, constrói cidades e estradas, cultiva a terra, manufatura seus produtos enriquecendo o estado com uma nova civilização”⁷.

A colonização italiana, no Estado, se diferencia dos grandes centros de colonização do mundo. Praticamente na sua totalidade, compunha-se principalmente de famílias, onde quem manda é o pai e designando a mulher um papel peculiar. A idéia forte é de que a mulher é para o lar, para a criação e o cuidado dos filhos. Por isso, grande número das descendentes dos imigrantes eram analfabetas ou semi-analfabetas. Diziam eles: “Saber ler, escrever e contar, para quê, se a mulher não tem negócios a fazer?”⁸

O trabalho era dividido: ao homem cabia o trabalho do campo, dos paióis, das cantinas e outros. Para a mulher eram reservados os afazeres da casa e ainda devia prover os alimentos. Toda a verdura era produzida em sua própria horta ao lado da casa, bem como, o cuidado das galinhas na produção de ovos e das vacas onde faziam o queijo e seus derivados. Com esse serviço todo não sobrava tempo para viagens, além do que o costume não permitia. Ainda ela devia ser quieta, não conversar demais, nem ir a festas.

Além de todos os deveres do lar e de subsistência, a mulher contribuía com o seu trabalho para trazer dinheiro à família e a grande maioria das mulheres trabalhavam na roça familiar ao lado do homem. Segundo Bertaso, a mulher era considerada um capital precioso, junto com a terra que produzia riqueza. Esses fatores deram ao colono a força da resistência.

O imigrante italiano, profundamente católico, tinha na religião o centro de todas as suas atividades e recusava-se a aceitar lotes onde não tivesse uma Igreja.⁹ Após sua chegada, a primeira iniciativa era a construção de uma capela, de ordem coletiva, com doações espontâneas, “onde pudessem cantar suas devoções semanais e

⁷ ZAGONEL, Carlos A. op. cit. pág.105.

⁸ BONI, Luis A. De. op. cit. pág.149.

reunir-se para contar os feitos e peripécias da semana”.¹⁰ Em todas as freguesias, além de igrejas construíram pequenas capelas, sendo esta, também uma estratégia para manter os colonos nos locais de colonização. Segundo Bertasso, o colono

“(…) acostumado, na sua terra de origem, a adorar seu Deus, a assistir às cerimônias religiosas nas suas belas Igrejas e Catedrais, acostumado aos seus santuários, às suas procissões, freqüentando os Santos Sacramentos, - por certo não teria fixado nessas regiões desertas se não tivesse, em seu seio, o sacerdote que o auxiliasse a procurar, primeiro, o Reino de Deus, porque o mais viria em acréscimo e em abundância”.¹¹

Os colonos construíram a Igreja de Conde d’Eu, em estilo gótico, tendo como modelo o santuário de Lourdes - França. Tinham grande devoção aos Santos, considerados protetores contra todos os males, e os filhos recebiam o nome de um deles. Estes santos padroeiros normalmente eram trazidos das cidades de onde eles vinham. Entre eles destacamos: “S. Gotardo, N. Sra. do Caravagio, S. Isidoro [agrícola], N. Sra. do Monte Bérico, S. Luiz, S. Caetano, N. Sra. da Pompéia, S. Marco, S. Antonio de Pádua, S. Rocco e outros”.¹² No meio italiano rezava-se o terço ou o rosário, todas as noites, nas próprias famílias. Com esse espírito religioso e cultural, trazido de sua terra de origem e através da presença dos primeiros sacerdotes, o imigrante italiano conduziu e alicerçou o progresso e o crescimento econômico na região.

2 - O papel do campo religioso na colonização

⁹ - ZAGONEL, Carlos A. op. cit. pág.43.

¹⁰ - ZAGONEL, Carlos A. op. cit. pág.43.

¹¹ - BERTASSO, Henrique D’A. e LIMA Mário de A.(org.). op. cit. pág. 239.

¹² - BERTASSO, Henrique D’A. e LIMA Mário de A.(org.). op. cit. pág. 239.

O primeiro sacerdote das colônias foi o Pe. Bartolomeu Tiecher, natural de Trento, na Itália. Ordenado sacerdote, embarcou para o Brasil em companhia de 700 colonos, chegando em Conde d’Eu em 24 de outubro de 1875.

O sacerdote, junto a colonização italiana, procurou manter a unidade entre a fé e o trabalho, procurando sempre abençoar, estimular e preservar “não permitindo que o colono se embrutecesse ao contato com a terra agreste e selvagem”.¹³

Aos domingos os colonos se reuniam na cidade ou vila, para partilhar o sucesso e esquecer a saudade de sua pátria; procuravam assistir à Santa Missa e ouvirem a palavra do sacerdote. Após a bênção, voltavam para casa satisfeitos, com novas energias, continuando suas atividades cotidianas. Segundo Bertasso, a fé inabalável sustentada pelo clero parece ser “o segredo da força que inspirou as grandiosas realizações dos nossos imigrantes”.¹⁴

Em 1896 o Padre João Franchetti, percebendo a necessidade de um jornal católico, “para manter os fiéis na boa leitura, estreitar os elos de amizade através das comunicações”, comprou do Padre Carmine Fasulo, de Caxias do Sul, o jornal “La Libert”, trazendo-o para Conde d’Eu. Em 1910 passou a chamar-se “II Colono Italiano”, logo depois, “La Staffetta Riograndense”, dirigindo-a até 1921, cedendo, a partir desta data, os direitos aos Freis Capuchinhos. Após a II guerra Mundial, mudou o nome para Correio Rio-Grandense, transferindo-se para Caxias do Sul.¹⁵

De 1875 até 1936, a colônia italiana ficou sob a jurisdição do arcebispado de Porto Alegre. Só nesta data foi criada a diocese de Caxias do Sul, à qual passaram a pertencer as novas colônias e que teve como primeiro Bispo Dom José Barea, filho de imigrantes.

Com o desenvolvimento e aumento dos imigrantes, foi necessária a presença de outros sacerdotes, religiosos e religiosas para o meio italiano. A preocupação e o desejo de Dom Cláudio Ponce de Leão, bispo de Porto Alegre, era de estabelecer

¹³ - BERTASSO, Henrique D’Avila. op. cit. pág. 239.

¹⁴ - BERTASSO, Henrique D’Avila. op. cit. pág. 241.

junto aos italianos semi-abandonados atendimento religioso e missões periódicas de maneira constante e fixa, sendo os primeiros convidados especiais para essa Missão os Freis Capuchinhos de Savóia, que chegaram ao Rio Grande do Sul, em 9 de dezembro de 1859, vindos da França. Sendo eles: Frei Bruno de Gillonnay e Frei Leão de Cambery.

O projeto de Dom Cláudio com os Capuchinhos voltava-se para a atividade missionária e para a pregação das missões populares. Por isso os freis, logo após sua chegada, fundaram a escola de Filosofia e de Teologia.

Alguns meses após a sua chegada na nova missão, Frei Bruno fazia um relatório sobre o estado moral dos italianos na missão, destacando três itens principais:

1º) “O sistema de colonização favorece admiravelmente e o colono italiano conserva uma certa independência de suas idéias e uma nobreza de caráter que o faz verdadeiro homem e cidadão”.

2º) Ressalta, “a pureza de costumes”.

3º) “a conservação e o desenvolvimento da família cristã”.¹⁶

Em 1898 saíam da França rumo ao Brasil 18 capuchinhos, entre eles: estudantes [12], padres [4], noviços [2], e, em 22 de dezembro de 1898 chegaram em Conde d’Eu. No Rosier de São Francisco de 1900, Frei Bruno escrevia sobre o abandono que se encontrava a juventude e salienta: "Verdade é que a impiedade não tinha ainda organizado aqui a corrupção sistemática, mas era lamentável ver em que estado de ignorância se achava a jovem geração".¹⁷

¹⁵ - CLEMENTE, Ivo e UNGARETTI, Maura. História de garibaldi, 1870 - 1993. Porto Alegre: Edipucrs, 1993, pág.55.

¹⁶ - Annales. Congrégation de Saint Joseph. Province du Rio Grande du Sul . Brésil: Arquivo da Casa Provincial de Caxias do Sul.

¹⁷ - Jornal, Rosier de Saint François. II année, n° 3 , pág. 75 (orgão de divulgação dos Freis Capuchinhos).

A Irmã Maria Octavia, em seus manuscritos deixou este depoimento: “Os padres capuchinhos constataram que havia muita ignorância entre o povo, que não sabia nem ler, nem escrever e não sabiam o catecismo”.¹⁸

Desse modo, o missionário Bruno de Gillonnay, percebendo a falta de escolas, tentava convencer os colonos da necessidade de fundar escolas mantidas por religiosas. Dizia ele: “Nas inúmeras vezes e nos diversos lugares onde eu propus a fundação de uma escola mantida por religiosas, minha proposta foi afastada com indiferença”.¹⁹

Em meio a essa dificuldade, Frei Bruno, em suas peregrinações, procurava conscientizar a população da necessidade de uma boa educação para os filhos dos colonos. Para isso soube usar de estratégias. Por onde andava com suas missões populares, fundava uma escola particular. Para ele o povo ignorava completamente o que significava educação e o que eram religiosas, com excessão de algumas pessoas; o senhor Domingos Paganelli era uma dessas pessoas. Amigo e aliado de Frei Bruno, juntos procuraram articular a vinda das irmãs, dividindo as responsabilidades. Frei Bruno deveria viabilizar a vinda das irmãs junto as autoridades e o seu Domingos providenciaria o que fosse necessário para recebê-las, bem como as instalações. Segundo Dilara,²⁰ seus avós eram pessoas cultas e preocupavam-se em dar uma educação esmerada às suas filhas. Seu avó disse : “*Ci vole uma educaciozione piú perfezionata per le nostre bambine*”.

Tempos depois Frei Bruno, escrevia: “Todavia depois de tanto fazer e de tanto falar, conseguimos que o povo de Conde d’Eu entendesse e aceitasse”²¹ a importância de escolas. E mais tarde os “melhores alunos eram encaminhados para a

¹⁸ - Manuscritos de Irmã Maria Otavia, primeira jovem vocacionada que entrou na Congregação das irmãs de São José. Garibaldi: Arquivo da Casa Provincial de Caxias do Sul.

¹⁹ - BONI, Luis A. De. op. cit. pág.80.

²⁰ - Dilara Paganelli Toniazzi, é neta do seu Domingos e Júlia Paganelli, que na época era um jovem e próspero comerciante na cidade de Conde d’Eu.

²¹ - Correspondência de Frei Bruno ao jornal Rosier de São Francisco de Assis - 1900.

vida religiosa”. Isso para Bertasso é uma explicação do porquê da alta percentagem de sacerdotes, religiosos(as) gaúchos de origem itálica, hoje existente.²²

Frei Bruno ainda procurou articular-se com o vice-cônsul da França, “a fim de recomendar-lhe a Missão como sendo de utilidade para a França”. Dizia ele: “As escolas falam mal da França e os Irmãos e Irmãs francesas, com seus magistérios, ensinarão a estimar a França”.²³

Além de aliar-se ao cônsul da França, gozava de boa simpatia de Dom Cláudio e juntos lutaram para conseguir as religiosas. Segundo ele, as Irmãs deviam “tomar conta dos colégios”, ensinar as filhas dos colonos a ler, a escrever e a “serem boas mães de famílias”.²⁴

Os Freis Capuchinhos através de suas articulações, mantinham-se ligados ao poder político e eclesiástico do campo religioso no meio italiano, agilizando a vinda das Irmãs de São José.

A Irmã Maria Octavia, em seus manuscritos, acrescenta: “De comum acordo acharam que precisava de alguém para formar cristãos verdadeiros e praticantes e isso a começar pelas crianças, juventude, que era necessário o ensino para ter boas famílias católicas”.²⁵ Ao bispo cabia financiar a viagem e a instalação das primeiras irmãs. E, “depois, elas deveriam se auto-sustentar pelo trabalho em escolas, hospitais, trabalho manual de confecção de alfaias” e outros. Deveriam ainda conhecer o italiano e o português.²⁶ Em dezembro de 1898, chegaram as primeiras irmãs de São José de Moûtiers ao Rio Grande do Sul.

Frei Bruno também fez uma descrição sobre a religiosidade do imigrantes dizendo que eles chegaram num país deserto onde nada tinha além de florestas virgens, mas não esqueceram em abrigar e instalar suas famílias, nem esqueceram da casa de Deus. Em todas as freguesias, além da igreja, construíram uma quantidade de

²² - BERTASSO, Henrique D’Avila. op. cit. pág. 470.

²³ - ZAGONEL, Carlos A. op. cit. pág. 180 .

²⁴ - ZAGONEL, Carlos A.. op. cit. pág. 172.

²⁵ - Manuscritos de Irmã Maria Octavia - Arquivo Da Casa Provincial de Caxias do Sul.

²⁶ - ZAGONEL, Carlos A. op. cit. pág. 172.

pequenas capelas, onde reuniam-se para rezar. Essas construções são o fruto do suor desses bravos colonos. Ainda no início do século, Frei Bruno procurou contatar os Irmãos Maristas, que chegaram em Conde d’Eu em 1904, para a educação de meninos da região italiana.

Concluindo podemos dizer, que o sacerdote, junto à colonização italiana, desempenhava um papel significativo procurando manter a unidade entre a fé e o trabalho, procurando sempre abençoar, estimular e preservar, “não permitindo que o colono se embrutecesse ao contato com a terra agreste e selvagem”.²⁷ A força de vontade, simplicidade e entusiasmo fizeram-nas vencer os obstáculos.

Segundo o Padre Ernesto Mânica, o clero teve um papel significativo no desenvolvimento da região.

“(...) o Imigrante, numa epopéia de trabalho e de realizações fecundas, enfrentando toda sorte de sacrifícios, transformou a mata virgem nesses monumentos de cultura, progresso e civilização, que são as cidades, os colégios, as instituições pias, os estabelecimentos de caridade, os conventos, as Igrejas, os parques industriais e comerciais, levantados pelo seu braço forte, como um hino de gratidão e patriotismo à terra hospitaleira que o abrigou um dia”.²⁸

Como podemos perceber a Igreja através dos sacerdotes, religiosos(as), foi construindo sua identidade no meio da colonização italiana, e principalmente, com os Freis Capuchinhos que aqui chegaram com a missão de pregar o evangelho, como os diz Frei Zagonel: *“Os Capuchinhos foram chamados para a restauração moral e religiosa da diocese e realizaram não apenas uma obra moral, mas patriótica e francesa, ao mesmo tempo... comprometeram-se revelar o prestígio do nome da*

²⁷ - BERTASO, Henrique D’A. e LIMA Mário de A.(org.). op. cit. pág. 239.

²⁸ - BERTASO, Henrique D’A. e LIMA Mário de A.(org.). op. cit. pág. 239.

*França nesta região. Convocaram religiosas para abrir escolas e promover a educação primária da juventude”.*²⁹

²⁹ - ZAGONEL, Carlos A.. op. cit. pág. 180.

Imigração Alemã no Município de Rolante

*Thiago Nicolau de Araújo**

Este trabalho visa inicialmente levantar dados sobre a origem e o desenvolvimento do município de Rolante e posteriormente elucidar o porquê da escolha desta região pelo antigo grão-ducado de Oldenburg, na Alemanha, como local da vinda de seus imigrantes em um curto espaço de tempo, entre 1924 e 1927.

No período colonial, o Brasil foi essencialmente habitado por portugueses, que ocuparam o litoral e algumas áreas do interior como Minas Gerais, mas no entanto, grande parte do território brasileiro permaneceu desabitada ou ocupada por índios.

Por essa razão, no governo de D. João VI (1808-1821) começa a política de trazer imigrantes europeus para ocupar as áreas vazias com a finalidade de criar colônias agrícolas fornecedoras de alimentos para abastecer a população das cidades. Com a revolução do Porto em Portugal e o retorno de D. João, as imigrações pararam.

Após a independência do Brasil (1822), foi retomada a política imigratória, visando ocupar as áreas vazias, estimular o plantio de novos produtos e do uso da mão de obra livre, além de “branquiar” a população, pelo fato de haver muita miscigenação entre brancos com negros e índios.

No governo de D. Pedro I, a colonização no RS começa com imigrantes dos Estados Alemães (Oldenburg, Prússia, Baviera, Saxe, Mecklemburgo), devido a influência da imperatriz Dona Leopoldina, nascida na Áustria.

Os primeiros imigrantes chegaram no RS em 1824, na região do Rio dos Sinos, e o centro urbano da nova colônia foi a cidade de São Leopoldo (homenagem a imperatriz Leopoldina). De 1824 a 1830 vieram mais de 4 mil imigrantes alemães.

Com a unificação da Alemanha em 1871, parou quase que completamente a vinda de colonos para o Brasil. Nesta época, os alemães já haviam se expandido por diversas regiões do vale do rio dos Sinos, Caí e Taquari, fundando diversas cidades como São Leopoldo, Taquara, Novo Hamburgo e Santa Cruz.

* Licenciado e Bacharel em História pela PUCRS.

A próxima leva de imigrantes se dá com a explosão da Primeira Guerra Mundial, pois diversas regiões da Alemanha ficaram arrasadas, além da grande dificuldade econômica que a Europa se encontrava no pós guerra. É neste contexto que se encaixa nossa pesquisa.

O município de Rolante somente foi habitado e explorado com a chegada dos colonos alemães. Antes disso, a ocupação humana era somente transitória, feita por tropeiros. Onde encontra-se atualmente o centro de Rolante, era a parada das tropas antes da subida para a serra.

A referência mais remota da doação de terras em Rolante data de 1761, quando o governador Ignácio de Madureira concedeu terras a José Ferreira de Carvalho. Também encontram-se dados de doações realizadas em 1815 e 1818. Com o declínio das tropas ao norte, as terras de Rolante perdiam seu interesse econômico

Com a vinda dos alemães, as propriedades começaram a ser legitimadas. Diversos títulos de propriedade foram distribuídos no final do século passado, principalmente para dois habitantes: Angelino Luís Ferreira e Carlos Kroeff.

As atividades agrícolas só iniciaram a partir de 1882 e apenas em 1888 foi criada oficialmente pelo Governo Imperial a Colônia de Rolante. Em 19 de abril de 1909 foi criado o distrito de Rolante, sendo o quarto de Santo Antônio. Aos poucos, as colônias mais distantes de Rolante também se povoaram como Boa Esperança, Riosinho e Morro Grande.

O nome “ Rolante”, de acordo com explicações de seus habitantes, provém do arroio que serve de divisa entre Santo Antônio e Rolante. No período de suas cheias, a vazante do arroio deixa a correnteza violenta, levando tudo de “roldão”.

A colonização italiana restringiu-se a colônia de Boa Esperança, hoje um distrito de Rolante, sendo loteada por quatro italianos, sendo que as primeiras famílias vieram em 1905, tendo uma ocupação agrícola e de extração de madeira. A ocupação italiana fracassou pois encontrava-se muita dificuldade de acesso à região e a empresa responsável pela colonização acabou desistindo de mandar mais imigrantes.

A Chegada dos Oldenburgenses

No final da primeira guerra mundial, em 1919, com o Tratado de Versalhes, a Alemanha tem que pagar pesadas indenizações de guerra. Perdia parte de seu território, possuía milhares de mortos e inválidos, além de ter que entregar aos vitoriosos grande parte de suas reservas naturais. Neste contexto surge a República de Weimar.

Oldenburg era a sede de um ducado, tornando-se um Estado ao ser proclamado a República de Weimer, e está situado ao norte da Alemanha, sendo uma região essencialmente agrícola. Com o final da primeira guerra, este antigo ducado também estava arrasado. Neste contexto, diversas famílias emigraram para os Estados Unidos e para o Brasil, e neste caso, para o Rio Grande do Sul.

A escolha de Rolante deve-se a um sacerdote que teve fama de santidade na comunidade rolantense, chamado Jorge Anneken, missionário da Sagrada família. Nascido em Oldenburg em 1886, em 1903 ingressou na Casa Mãe dos Missionários da Sagrada Família, na Holanda. Em 1920 foi enviado para o norte do Brasil, indo três anos depois para Rolante, fundando a primeira comunidade religiosa de sua congregação no sul do Brasil.

Com intuito catequisador, Anneken espalhou diversas famílias pela região, iniciando em março de 1924 com a vinda das primeiras famílias oldenburguesas. Com isso, começa uma vinda mais intensa dos demais colonizadores, durando até 1927. Vieram as famílias Timmen, Brinkhus, kloppenburg, Hartmann, Lanfermann, Gerdes, Herzog, Macke, Bohlke, Schierholt e diversas outras, conforme enumeração feita por F. Augusto Timmen.¹

As atividades culturais e educacionais começaram desde cedo na comunidade. A primeira sociedade de canto chamava-se Germânia e foi fundada em 1900 e a partir de então surgiram várias outras, restando hoje apenas a sociedade “Cristo Rei” e a “Carlos Gomes”, onde é realizada a Kerb.

A Primeira escola que se tem conhecimento, funcionava na primeira capela construída em Rolante, onde atualmente está construída a sociedade Cristo Rei. A partir daí surgiram divesas outras pequenas escolas, até que na década dde 30 surge a escola da

¹ Dados obtidos na revista comemorativa: Rolante Homenageia os seus imigrantes sesquicentenário da imigração alemã, editada em 20 de julho de 1974, impresso na Gráfica de Encantado. Este artigo foi

Sagrada Família, dirigida pelas irmãs de Nossa Senhora, sendo considerada escola padrão em Rolante por muitos anos, já que a comunidade era e ainda é essencialmente católica.

Só houve uma profusão de escolas quando surgiu a Campanha Nacional das Escolas Gratuitas, o que possibilitou a alfabetização de divesos colonos que não podiam pagar o ensino particular, sendo que muitas destas escolas até a metade da Segunda Guerra Mundial, ensinavam utilizando a língua alemã. Essa situação só mudou com a obrigatoriedade do uso do português nas escolas ao final da guerra.

Inicialmente, Rolante teve três comunidades religiosas, a católica, a luterana e a evangélica. A primeira iniciou-se como pertencente a Santo Antônio da Patrulha, e apenas em 1915 veio o primeiro Cura fundar a paróquia de Rolante, inicialmente erguendo uma pequena capela, sendo substituída pela igreja matriz em 1916. A atual igreja foi construída apenas em 1949.

A comunidade luterana iniciou seu trabalho em Rolante em 1905, sendo fundada a Congregação Evangélica Luterana no mesmo ano. A sede foi construída em 1912. Já a comunidade evangélica surge em 1893, tendo a sua primeira igreja construída em 1905, sendo substituída pela atual em 1933.

Bibliografia Consultada

AGUAIR, Lacy Maria ,CASADO, Irene Luciana. **Taquara de Tristão José Monteiro.**

Edição Comemorativa dos 100 anos do Município.1986.

BELLOMO, Harry Rodrigues (org). **Rio Grande do Sul: aspectos da geografia.** Porto Alegre: Martins Livreiro,1990.

ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. Rio Grande Antigo. Porto Alegre: Sulina, 1968, 2 v.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande Do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1963.

PANORAMA. Edição Especial do Centenário de Taquara. Editado em 26 de abril de 1986. Taquara.

elaborado com base no trabalho de conclusão de: ROST, Ademir Jair. Tópicos da História do Município de Rolante. São Leopoldo: UNISINOS, 1974.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e O Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROLANTE HOMENAGEIA OS SEUS IMIGRANTES. Revista comemorativa do sesquicentenário da imigração alemã, editada em 20 de julho de 1974, impresso na Gráfica de Encantado.

ROST, Ademir Jair. **Tópicos da História do Município de Rolante**. São Leopoldo: UNISINOS, 1974. (monografia)